



GÊNERO E SEXUALIDADE: INTERFACES E DISCURSOS

Organizadores:

Katemari Diogo da Rosa

Marcio Caetano

Paula Almeida de Castro

GÊNERO E SEXUALIDADE: INTERFACES E DISCURSOS

Conselho Editorial

Alana Lima De Oliveira

Antonio De Pádua Dias Da Silva

Betânia Maria Oliveira De Amorim

Cleidiane De Oliveira Silva

Eduardo Gomes Onofre

Eronides Câmara De Araújo

Francisco Felipe Paiva Fernandes

Gilvan De Melo Santos

Jhonatan Leal Da Costa

Katemari Diogo Da Rosa

Manuela Aguiar Araujo De Medeiros

Maria Eulina Pessoa De Carvalho

Rozeane Porto Diniz

Tânia Maria Augusto Pereira



Katemari Diogo da Rosa
Marcio Caetano
Paula Almeida de Castro
(Organizadores)

GÊNERO E SEXUALIDADE: INTERFACES E DISCURSOS



realize
editora



Campina Grande-PB
2017

Copyright © Realize

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Sobre o ebook

Design da Capa Luiz Felipe de Oliveira Ramos

Projeto Gráfico e Editoração Jefferson Ricardo Lima Araujo

Ficha catalográfica Jane Pompilo dos Santos

DEPÓSITO LEGAL NA BIBLIOTECA NACIONAL, CONFORME LEI Nº 10.994, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2004

G326 Gênero e sexualidade: interfaces e discursos [Livro eletrônico]. / Katemari Diogo da Rosa, Marcio Caetano, Paula Almeida de Castro (organizadores). Campina Grande: Realize Editora, 2017. 9700 kb. - 937 p. il.

<http://www.editorarealize.com.br/revistas.php>

ISBN: 978-85-61702-47-2

1. Literatura. 2. Realismo. 3. Hemoerotismo. 4. Sexualidade. 5. Gênero.I. Rosa, Katemari Diogo da. II. Caetano, Marcio. III. Castro, Paula Almeida de. IV. Título.

21. ed. **CDD 800**



REALIZE EVENTOS CIENTÍFICOS & EDITORA LTDA

Rua: Padre Aristίδes Lôbo, 331 - São José, Campina Grande/PB | CEP: 58400-384

E-mail: contato@portalrealize.com.br | Telefone: (83) 3322-3222



Sumário

APRESENTAÇÃO, 13

Katemari Rosa | Marcio Caetano | Paula Castro

LITERATURA E OUTRAS PALAVRAS, 17

A MULHER EM DOM CASMURRO E DOM: DILEMAS DE CAPITU E ANA, 18

José Kelson Justino Paulino | Daise Lilian Fonseca Dias

VIDAS SECAS NA LITERATURA E NO CINEMA: REPRESENTAÇÕES IDENTITÁRIAS E NEORREALISTAS DA MULHER NORDESTINA, 30

George Patrick do Nascimento

COMO EMPODERAR UMA MENINA? UM ESTUDO ACERCA DA LITERATURA *TEEN CHICK LIT*, 42

Alleid Ribeiro Machado

A VOVOZINHA DE PERRAULT E GRIMM: O IMAGINÁRIO NA FORMAÇÃO DA SEXUALIDADE FEMININA NA VELHICE, 57

Ana Catarina da Silva Nóbrega | Adriana Sousa Silva |
Josinaldo Furtado de Souza | Francisco Felipe Paiva Fernandes

ESPELHO, ESPELHO MEU EXISTE ALGUÉM MAIS BELA DO QUE EU?, 69

Ana Thiena Apoliano Gomes da Silva | Francisca Lopes de Souza

AS REPRESENTAÇÕES DO SIGNO IDEOLÓGICO NAS VESTES DE SOFIA¹, 82

Antonia Gerlania Viana Medeiros

A (RE)CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NA CONTÍSTICA REZENDEANA: O ALTRUÍSMO DE AURORA DOS PRAZERES, 96

Bruno Santos Melo | Fernanda Karyne de Oliveira |
Ana Lúcia Maria de Souza Neves

A REPRESENTAÇÃO DA MULHER EM *A MORTE DO CAIXEIRO VIAJANTE*: UMA LEITURA PÓS-COLONIAL, 107

Daise Lilian Fonseca Dias

HOMOEROTISMO E PROSTITUIÇÃO MASCULINA EM CONTOS DE GASPARINO DAMATA, 120

Dorinaldo dos Santos Nascimento

ARQUÉTIPO, GÊNERO E IDENTIDADE EM “VENHA VER O PÔR DO SOL”, DE LYGIA FAGUNDES TELLES, 133

Irio José do Nascimento Germano Júnior | Antônio Cleonildo da Silva Costa

REALISMO, VIOLÊNCIA E MULHERES EM *NEIGHBOURS*, DE LÍLIA MOMPLÉ, 146

Izabel Cristina Oliveira Martins

ENTRE CEGOS E ANIMAIS: ALEGORIAS DESESTABILIZADORAS DO FEMININO EM DOIS CONTOS DE CLARICE LISPECTOR, 160

João Ricardo Pessoa Xavier de Siqueira | Matheus Franco Fragoso

O PATINHO ELMER: UMA ANÁLISE DISCURSIVA E PRÁTICA DO OUTRO NA LITERATURA INFANTIL, 174

José Francisco Duran Vieira | Maria de Fátima Duarte Martins

GÊNERO E REPRESENTAÇÃO NA LITERATURA: COZINHEIRAS E PATROAS EM *EÇA DE QUEIRÓS*, 188

José Roberto de Andrade

HUMOR E ESTEREÓTIPOS EM *O PASQUIM*, 204

Marcelo Rodrigo da Silva

RELATOS DE CORPOS E (DES)AFETIVIDADES: MEMÓRIAS DE INSTRUÇÃO EM GILBERTO AMADO, 219

Maria Claudia Cavalcante | Francis Oliveira Bezerra

RESSIGNIFICANDO A MULHER NA LITERATURA ATWOODIANA: O CONTO DA AIA, 231

Matheus Franco Fragoso | João Ricardo Pessoa Xavier de Siqueira |
Silvanna Kelly Gomes de Oliveira

“BELA, RECATADA E DO LAR”: A CASA-GRANDE E OS ESPAÇOS DO FEMININO NAS OBRAS DE JOSÉ LINS DO REGO, 242

Olindina Ticiane Sousa de Araújo

CONCEITUAÇÕES LUKACSIANAS SOBRE A TIPOLOGIA DO HERÓI: MACABÉA, UMA HEROÍNA PROBLEMÁTICA, 255

Sheyla Maria Lima Oliveira

FRONTEIRAS DA SEXUALIDADE: OS LIMITES DO CORPO E A MENTE ANDRÓGINA DO NARRADOR DE *INSCRITO NO CORPO*, DE JEANETTE WINTERSON, 267

Silvanna Kelly Gomes de Oliveira | Matheus Franco Fragoso

ATIVO X PASSIVO: HOMOAFETIVIDADE, GÊNERO E INFÂNCIA NA LITERATURA BRASILEIRA, 279

Benedito Teixeira de Sousa

O FEMININO NO ROMANCE *BENJAMIM* DE CHICO BUARQUE, 293

Érica Tavares de Araújo

AS POSSIBILIDADES DE *ENTRELUGAR* EM ÁLLEX LEILLA: TRILHANDO CAMINHOS NOS ESTUDOS GAYS, LÉSBICOS E *QUEERS*, 303

Micaela Sá da Silveira

OBJETOS DE DESEJO → OBJETOS GEOMÉTRICOS: RELAÇÕES POSSÍVEIS EM *O SOL QUE A CHUVA APAGOU*, 317

Micaela Sá da Silveira

MÍDIAS E OUTRAS LINGUAGENS, 331

“QUE MUTANTE VOCÊ SERIA?”: A UTILIZAÇÃO DOS *X-MEN* COMO IDENTIDADE GAY NO LIVRO *NO PRESENTE*, DE MÁRCIO EL-JAICK, 332

José Vilian Mangueira

**DANÇANDO CONTRA A CORRENTE: CORPORALIDADE E MOVIMENTO
NO FILME *BILLY ELLIOT*, 345**

Wendell Marcel Alves da Costa

**O *QUEER* NA MÍDIA: UMA REFLEXÃO, ATRAVÉS DA *PERFORMANCE*,
SOBRE A REPRESENTATIVIDADE DE
BICHAS NO PROGRAMA POLICIAL *BARRA PESADA.*, 358**

Thomas Lopes Saunders

**“ANNA KARENINA” E “THE AWAKENING”:
A INFLUÊNCIA SOCIAL NO SUICÍDIO FEMININO, 380**

Josefa Luiza Nunes Tavares | Fernanda Marabelly de Oliveira Veras

**MULAN E VALENTE: SIMETRIAS, ASSIMETRIAS
E RELAÇÕES DE GÊNERO, 393**

Maria do Socorro Pereira de Almeida

**REPRESENTAÇÃO DO FEMININO NA MÍDIA:
CONSTRUÇÃO DO CORPO E DA FEMINILIDADE EM *GIRLS*, 407**

Paula Cunha Lopes

**SE AS PAREDES PUDESSEM FALAR: UMA ETNOGRAFIA DE TELA SOBRE
AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE CASAIS LÉSBICOS , 422**

Amanda Nunes de Assis | Frederico Rafael Gomes de Sousa |
Xênia Diógenes Benfatti

**BELA, RECATADA E DO LAR: (DES)CONSTRUINDO DISCURSOS SOBRE A
FEMINILIDADE NA CONTEMPORANEIDADE., 434**

Ana Paula Costa Nascimento | Guy Bravos Monteiro Neto |
Gwendoline Jacqueline Mignot | Aline Maria Barbosa Domício Sousa

**“COMECEI A ME MONTAR COM AS COISAS DELAS”:
AS REDES DE AMIZADES EM MICROTERRITÓRIOS E A REINVENÇÃO DE SI , 447**

Ciro Linhares de Azevêdo

TRANSEXUALIDADE E O DIZER PSICANALÍTICO, 461

Francisco André da Silva | Ivana Suely Paiva Bezerra de Mello

DISCURSO, CORPO E MÍDIA – QUE CORPO É ESSE MONA LISA???, 473

José Gevildo Viana

**A EPOPEIA DE GILGAMESH: UM PARADIGMA PRÉ MODERNO
DE AMOR E CASAMENTO DO MESMO SEXO, 487**

José Walter da Silva

***ANTES DA MULHER: A SUBJETIVIDADE DO CORPO NA
FOTOGRAFIA COMO FRENTE DE AÇÃO FEMINISTA*, 499**

Karla Gonçalves

**POR OUTRA RELAÇÃO CONSIGO MESMO: REFLEXÕES INTRODUTÓRIAS
E INTERMITENTES SOBRE O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE NOS
DITOS E ESCRITOS DE MICHEL FOUCAULT, 510**

Millene Rhayenne Teixeira da Silva | Diogo Emmanuel Lucena dos Santos |
Romildo Fellipe do Nascimento Silva

**A PERCEÇÃO DE GAYS SOBRE A APRESENTAÇÃO DA
IDENTIDADE HOMOSSEXUAL, 525**

Paôla Kessy de Souza Belo | Bianca Jorge Sequeira |
Perla Alves Martins Lima

***MALU: MEMÓRIAS DE UMA TRANS: ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DO
TRANSGÊNERO*, 538**

Raul Felipe Silva Rodrigues

**SUBVERSÃO DE GÊNERO EM JOHNNY HOOKER E LINIKER:
TRANSGRESSÃO DA MASCULINIDADE NA MÚSICA BRASILEIRA, 553**

Ribamar José de Oliveira Junior | Samuel Macêdo do Nascimento

UMA TRILOGIA DA FIGURA MATERNA NO TEATRO BRASILEIRO, 565

Romair Alves de Oliveira

**“EU QUERO UMA PESSOA PARA QUEM EU ME ENTREGUE DE CORPO
E ALMA!”: AMOR, SEXO E FIDELIDADE EM RELACIONAMENTOS
HOMOAFETIVOS, 581**

Nathalya Cristina Ribeiro Trigueiro | Márcia Swênia Brito da Silva

**CONTEXTOS SÓCIO-POLÍTICOS DA SEXUALIDADE:
DO CAMPO ANTROPOLÓGICO AO OLHAR (DES)VIADO
SOBRE OS CORPOS TRANS*VERSALIZADOS NO CANDOMBLÉ, 595**
Claudenilson da Silva Dias | Rosangela Costa Araújo

**A RESSUREIÇÃO DA SUBJETIVIDADE FEMININA
NA FUGA DO CASAMENTO, 609**
Débora Lorena Lins

A PAQUERA ENTRE HOMENS NO FACEBOOK, 622
Fabrício de Sousa Sampaio

O ARQUÉTIPO DO *CORNO*: UM CONSTRUTO CÔMICO-VIOLENTO, 638
Haiany Larisa Leôncio Bezerra | Tânia Maria Augusto Pereira

**GÊNERO E RELAÇÕES SOCIAIS: REFLEXÕES SOBRE
A VIOLÊNCIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 650**
Andrea Alice Rodrigues Silva | Leticia da Silva Cabral

TERAPIA AFIRMATIVA CENTRADA NA PESSOA: UMA PROPOSTA, 662
Francisco André da Silva

POLÍTICA, EDUCAÇÃO E OUTRAS AÇÕES, 674

**DISCUSSÕES INICIAIS SOBRE LESBIANIDADES
E EDUCAÇÃO ESCOLAR , 675**
Keith Daiani da Silva Braga | Márcio Rodrigo Vale Caetano |
Arilda Ines Miranda Ribeiro

**JOVENS GAYS NA ESCOLA: DA VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA
À CONTRACULTURA DAS DIFERENÇAS, 689**
Alexandre Martins Joca

**PRÁTICAS DISCIPLINARES NA CULTURA ESCOLAR
DO COLÉGIO ESTADUAL DE CAMPINA GRANDE (1953-1959), 704**
Nita Keoma Lustosa de Sousa

**INTERPOSIÇÕES RELIGIOSAS CRISTÃS FRENTE À EDUCAÇÃO
EM SEXUALIDADE COMO POLÍTICA DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL
DO RECIFE, 718**

Regina Bezerra de Gouveia | Newton Darwin de Andrade Cabral

**A CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL: EXPERIÊNCIA, ESTRUTURA E
GÊNERO. UMA HOMENAGEM A ELIZABETH SOUZA-LOBO, 729**

Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho

**SAÚDE MENTAL DA MULHER – COMPREENSÃO SOBRE A RELAÇÃO
ENTRE MULHERES E DEPENDÊNCIA QUÍMICA EM CAPS AD, 744**

Romildo Fellipe do Nascimento Silva | Diogo Emmanuel Lucena dos Santos |
Sybelle Karolynne de Holanda Azevedo Barros |
Millene Rhayenne Teixeira da Silva | Lucyanna Maria de Souza Melo

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS: REFLEXÕES A PARTIR
DA EXPERIÊNCIA DA 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE DIREITOS
HUMANOS DE CARUARU/PERNAMBUCO, 758**

Émerson Silva Santos

**CUIDADO À MULHER: O QUE DIZ A POLÍTICA
NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL LGBT, 770**

Andrea Alice Rodrigues Silva | Leticia da Silva Cabral

**LIMITES E POSSIBILIDADES DA LUTA CONTRA
HOMOFOBIA NA CIDADE DE PICOS - PI, 782**

Andrea Alice Rodrigues Silva | Leticia da Silva Cabral

**MOVIMENTO SOCIAL E ATIVISMO LGBT NO BRASIL:
REFLEXÕES SOBRE DIREITOS SEXUAIS E CIDADANIA, 794**

Alexandre Martins Joca

GÊNERO E SEXUALIDADES EM TRAJETÓRIAS DA DOCENCIA, 808

Marcio Caetano | Paulo Melgaço Jr.

EDUCAÇÃO E GÊNERO, 828

DISCUTINDO AS QUESTÕES DE GÊNERO ATRAVÉS DO MÉTODO *PENSAR ALTO EM GRUPO* NA AULA DE LÍNGUA PORTUGUESA, 829

Maria Celma Vieira Santos | Iskaime da Silva Sousa |
Nelson Eliezer Ferreira Júnior

EDUCAR E NORMATIZAR: A PRODUÇÃO DA IDENTIDADE E DIFERENÇA NO ESPAÇO ESCOLAR, 841

Romualdo da Silva Sales | Roberta Tiburcio Barbosa |
Rogério Marcelino dos Santos Melo

PERCEPÇÃO E ATUAÇÃO DE DOCENTES DO ENSINO MÉDIO FRENTE À HOMOSSEXUALIDADE NA ESCOLA, 853

Sáskya Jorgeanne Barros Bezerra | Grayce Alencar Albuquerque

TEORIA QUEER VAI À ESCOLA: (COMO) ESTAMOS LIDANDO COM ESSA PRESENÇA?, 865

Camilla de Melo Silva | Camilla Marques da Silva |
Micaela Sá da Silveira

DIREITOS HUMANOS, POLÍTICAS PÚBLICAS E GÊNERO, 879

A SAÚDE DA MULHER LÉSBICA E BISSEXUAL: O ESTADO DA ARTE, 880

Josefa Eliziana Bandeira Crispim | Ivoneide Lucena Pereira |
Jordana de Almeida Nogueira | Sandra Aparecida de Almeida

DIREITOS HUMANOS, TRABALHO E ESFERA PÚBLICA PARA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS, 895

Adolff Uchôa de Lima

MEMÓRIAS DE MULHERES ENCARCERADAS E O TRABALHO NO TRÁFICO DE DROGAS, 912

Marta Bramuci de Freitas | Ana Elizabeth Santos Alves

VIOLÊNCIA CONTRA MINORIAS SEXUAIS: PERFIL DOS AGRAVOS NO INTERIOR DO CEARÁ, 927

Grayce Alencar Albuquerque | Sáskya Jorgeanne Barros Bezerra

Apresentação

As revoltas estudantis desenvolvidas em vários países ocidentais, a contracultura, a luta pelos direitos civis de minorias sexuais, os movimentos revolucionários e de independência política nos países americanos, africanos e asiáticos e, sobretudo, as críticas do movimento feminista à estrutura patriarcal e ao sujeito universal, especialmente a partir da década de 1960, abriram caminhos ao surgimento de novos sujeitos sociais e políticos no chamado século sangrento e da emancipação das mulheres, como afirmou o historiador Eric Hobsbawm (1995)¹.

Integrado no intenso debate promovido pelo movimento feminista, o conceito de gênero se disseminou rapidamente entre os campos de produção de conhecimento na segunda metade do século XX. Esse movimento esteve inserido em um momento de alterações substanciais nas Ciências que, por sua vez, não estavam ausentes dos debates políticos que envolviam o contexto de pós-guerras e dos movimentos sociais emergentes em inúmeras partes do mundo. Ao ponderar o sexo como um feito a esclarecer, em vez de fator, por si explicativo, o conceito de gênero corresponde ao propósito de colocar as diferenças entre os sexos na agenda de investigações acadêmicas e nas elaborações de marcadores para as políticas públicas. Esse quadro foi de extrema importância porque possibilitou retirar o corpo do domínio exclusivo da biologia; com o conceito de gênero elaborado pelas feministas, o corpo sexual teve suas análises também orientadas pelas condições históricas e sociais de produção de cultura e política.

Como sustenta Judith Butler (2003) em *Problemas de Gênero*², publicação na qual propõe a ideia de “matriz de inteligibilidade”, o primeiro elemento a subjetivar o corpo, a fundar na carne a pessoa, seria o gênero, ou melhor, a marca de gênero, e daí o lugar de destaque que o “ultrasom” ocupa nesse processo ao, como um deus, inaugurar o humano. Esse seria, segundo Butler, o momento fundacional do sujeito e, portanto, de

1 HOBBSAWN, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914- 1991. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

2 BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

estabelecimento de sua inteligibilidade, isso é, da possibilidade de ser “lido” pela cultura heteronormativa.

Com isso, verificamos que os corpos já nascem conspurcados pela cultura, já se originam “cirurgiados” por tecnologias discursivas precisas que irão orientar e validar as formas adequadas e impróprias do gênero, conforme nos afirmou Berenice Bento (2006). Nessa lógica normalizada não somos somente nós a determinarmos o gênero de nossos corpos, eles são configurados por meio dos diálogos com as tecnologias educativas e performativas que nos regulam. A construção dos corpos-sexuados, naturalizados como diferentes, é mais um assunto da disputa de saberes que se instaurou com a história da modernidade. Como o gênero é constituído e significado através de tecnologias educativas assimétricas de âmbito cultural, social, político e histórico, é ele que significa o sexo. Portanto, não existe sexo *in natura* sem gênero.

Quando o corpo vem à luz do dia, já carregará um conjunto de expectativas sobre seus gostos, seu comportamento e sua sexualidade, antecipando um efeito que se julga causa. A cada ato do bebê a/o mãe/pai interpretará como se fosse a “natureza falando”. Então, se pode afirmar que todos já nascemos operados, que somos todos pós-operados. Todos os corpos já nascem “maculados” pela cultura. A interpelação que “revela” o sexo do corpo tem efeitos protéticos: faz os corpos-sexuados. Analisar os corpos enquanto próteses significa livrar-se da dicotomia entre corpo-natureza versus corpo-cultura e afirmar que, nesta perspectiva as/os mulheres/homens biológicas/os e as/os mulheres/homens transexuais se igualam. Esta é a primeira cirurgia a que somos submetidos. A cirurgia para a construção dos corpos sexuados. Neste sentido, todos somos transexuais, pois, nossos desejos, sonhos, papéis não são determinados pela natureza. Todos nossos corpos são fabricados: corpo-homem, corpo-mulher. (BENTO, 2003. p. 02)³.

Até aqui temos defendido que os corpos são diariamente interpelados e as pedagogias que os educam buscam milimetricamente desenhar suas configurações identitárias. Mas é preciso que saibamos que, nas vivências rotineiras dos sujeitos, as identidades são posteriores à configuração cotidiana do corpo, essa é mais ágil e rizomática, é menos capturada pela

³ BENTO, Berenice. Transexuais, corpos e próteses. **Revista Labrys** – estudos feministas. No. 4, ago/dez, 2003.

classificação. Elas, as identidades, precisam, para existir, de um “teatro” discursivo que solicita aos recursos científicos, sociais, culturais e históricos a sua escrita linguística orientadas pelas dinâmicas androcêntricas e heteronormativas (CAETANO, 2016)⁴.

Como situação, a dimensão de conhecimento sobre o corpo, a produção do sexo no corpo e a própria invenção do gênero a partir do sexo são interpelados e ganham significados sociais na cultura por meio da linguagem. Essa situação lembra Foerster (1996)⁵, no momento que o autor descreve “o mundo como uma imagem da linguagem. A linguagem vem primeiro; o mundo é uma consequência dela [...] Se alguém inventa algo, então é a linguagem o que cria o mundo” (p. 66). Nesse sentido, ela não é apenas um meio pelo qual a realidade se torna acessível aos sujeitos e pelo qual compartilhamos significados, mas produtora de realidades. Quer dizer, constitui a linguagem, portanto, o próprio mundo e as coisas que nele habitam. Somos seres de linguagem. Não há nada antes da linguagem. Se esse “antes” existe, ele não pode ser recuperado senão pela linguagem.

Quando trazemos essas provocações de Foerster e Butler para refletir sobre as dimensões do gênero e das sexualidades, somos conduzidos e conduzidas a pensar que elas falam muitas linguagens, se dirigem a muitos tipos de pessoas e oferecem uma cacofonia de distintos valores e possibilidades. A capacidade humana de inventar identidades, desejos e práticas a partir de seus significados sobre gênero e sexualidades fragiliza qualquer certeza e nos denuncia que mesmo com toda a tentativa de determinar as performatividades dos corpos, com graus de liberdade, as pessoas se reinventam, elas produzem seus corpos e existências.

Levando em consideração que o corpo é a base onde o conhecimento é significado e é ele o ponto de partida da produção e expressão da cultura, as sexualidades e o gênero ganham significados e reafirmam a necessidade de problematizá-los continuamente com vista a fragilizar suas verdades. É neste cenário que emerge o livro “Polifonia: estudos sobre gênero e sexualidade” originário dos debates oportunizados com a estudantes, profissionais, pesquisadores/as e interessados/as nas discussões acerca

4 CAETANO, Marcio. **Performatividades Reguladas**: heteronormatividade, narrativas biográficas e educação. Curitiba: Appris, 2016.

5 FOERSTER, Von Heinz. Visão e conhecimento: disfunções de segunda ordem. In: SCHNITMAN, Dora Fried. **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Trad. Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas. 1996. (p. 59-74).

das questões relacionadas a gênero, sexualidade e a produção do conhecimento que estavam XII Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades, realizado de 08 a 10 de Junho de 2016, no Centro de Convenções Raymundo Asfora - Campina Grande - PB.

Katemari Rosa
Marcio Caetano
Paula Castro



LITERATURAS E OUTRAS PALAVRAS



A MULHER EM DOM CASMURRO E DOM: DILEMAS DE CAPITU E ANA

José Kelson Justino Paulino¹

Daise Lilian Fonseca Dias²

Resumo

O objetivo central deste artigo é fazer um estudo comparativo na perspectiva feminista entre as heroínas do romance *Dom Casmurro* (1857), de Machado de Assis, Capitu, e Ana, do filme *Dom* (2003), de Moacyr Góis, uma releitura moderna da obra machadiana. Este estudo irá mostrar como os protagonistas - de gêneros e linguagens diferentes - masculinos veem as protagonistas femininas, ambas aprisionadas em dilemas próprios do seu sexo, uma no contexto do século XIX, em condições mais opressoras, a outra, uma mulher do terceiro milênio, ainda vítima do sistema patriarcal que limitava Capitu, representado através da figura masculina que parece não ter sofrido alterações nas suas convicções enquanto esposo, mesmo no século XXI. Góis debate aspectos das relações de gênero problematizadas por Machado que ainda perduram na atualidade, castrando a liberdade total da mulher de viver plenamente as conquistas do seu sexo, em pleno século XXI.

Palavras-chave: Representação, espaços, sociedade, mulher.

1 Especialista em Estudos Literários pela Universidade Federal de Campina Grande. Professor de Inglês e Português na cidade de Coremas e Condado – PB. E-mail: kelson_jpaulino@hotmail.com.

2 Daise Lilian é graduada em Letras Língua Vernácula e Língua Inglesa (UFRN), possui curso de aperfeiçoamento em Metodologias do Ensino de Língua Inglesa (University of Texas), mestrado em Literaturas de Língua Inglesa (UFPB) e doutorado em Literatura e Cultura (UFPB). É professora de Língua Inglesa e suas literaturas da UFCG. E-mail: daiselilian@hotmail.com.

Introdução

A escolha de *Dom Casmurro* (2008) para esta pesquisa justifica-se pelo fato de que, além de ser uma obra consagrada dentro e fora da academia, ela é um romance de relevância nacional, pois inaugura, juntamente com outras obras do autor, a exemplo de *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), o estilo inovador que caracterizou uma época e que estava em fase inicial, o realismo/symbolismo. *Dom Casmurro* (2008) caracteriza-se pela ironia; críticas à sociedade do século XVIII, o que incluía a hipocrisia; ambiguidade do ser humano (dualidade); a mulher adúltera; o ciúme como tema principal.

O livro é considerado um romance realista que possui atitude crítica, objetividade e contemporaneidade. Contudo, ainda mostra alguns traços do Romantismo, a exemplo da metáfora utilizada para descrever os olhos da protagonista Capitu; do romance Impressionista, como por exemplo, a recriação do passado através da utilização da memória; elementos Clássicos, como equilíbrio, contensão lírica e expressional. Esta obra também apresenta o que se poderia chamar de antecipações modernas, como no caso da alusão a temas que permitem diversas leituras e interpretações, como o ciúme.

Observando a qualidade de *Dom Casmurro* (2003) e sua importância para a literatura brasileira, é digno de nota o fato de que foram feitas algumas adaptações cinematográficas e televisivas tendo como base esse texto. Em 1968, a primeira adaptação para o cinema recebeu o nome de *Capitu*; seu roteiro foi escrito por Paulo Emílio Sales Gomes e pela aclamada escritora Lygia Fagundes Telles. O filme era em preto e branco e pode ser considerado uma leitura bastante aproximada do livro.

O filme *Dom* (2003) de Moacyr Góes, escolhido para análise neste trabalho, é a segunda adaptação cinematográfica do romance em questão. Góes propôs uma releitura moderna do clássico, permitindo substituições, acréscimos e ocultamentos, uma vez que se tratava de uma montagem moderna do romance de Machado de Assis e destacava as mudanças contextuais, inclusive sobre a questão do ciúme na atualidade. O filme tem em seu elenco o famoso triângulo do livro, representados pelos atores Maria Fernanda Cândido, Marcos Palmeira e Bruno Garcia, com roteiro do próprio Góes.

A terceira adaptação da obra foi *Capitu* (2008), esta não foi desenvolvida para o cinema, mas para a televisão. Dividida em quatro capítulos, a microssérie foi exibida pela Rede Globo de Televisão em horário nobre. A adaptação televisiva foi exposta de maneira teatral, bastante fiel ao livro, e mostrava um único cenário onde os objetos de cena e câmeras iam mudando de posição, destacando o dinamismo da TV e a proposta teatral da produção. A produção contava com Maria Fernanda Cândido, também no papel de Capitu, Michel Melamed (Bento) e Eliane Giardini (Dona Glória).

Ao acompanharmos o filme de Góes (2003), percebemos relevantes mudanças em relação à obra de Machado de Assis. Primeiramente por que se trata de uma obra cinematográfica inserida na atualidade, seguindo o contexto atual e, segundo, porque não visa a fidelidade em relação à obra original, pois moderniza os fatos e atualiza os temas. Todavia, o olhar deste trabalho se debruça sobre as personagens femininas de ambas as obras.

Capitú e Ana: Semelhanças e Diferenças

A protagonista Ana do filme *Dom* (2003), de Moacyr Góis apresenta grandes semelhanças com a personagem Capitú, do romance *Dom Casmurro* (1857) de Machado de Assis. Ambas são retratadas como misteriosas e ousadas. Capitu, aos quatorze anos, já mostrava idéias consideradas ambiciosas para uma adolescente do seu tempo:

—Se eu fosse rica, você fugia, metia-se no paquete e ia para a Europa. (...) Como vê, Capitu aos quatorze anos, tinha já idéias atrevidas, muito menos que outras que lhe vieram depois; mas eram só atrevidas em si, na prática faziam-se hábeis, sinuosas, surdas, e alcançavam o fim proposto, não de salto, mas aos saltinhos (ASSIS, 1994, p. 37-38).

Em virtude da condição da mulher no seu tempo, Capitu não teve o privilégio de viver experiências como a protagonista de Góes que é atriz, antes de se aventurar pelas águas do matrimônio com um homem machista.

Apesar da independência de Ana, o filme não traz consideráveis atitudes da moça em relação à obsessão de seu marido, pois a mesma prefere não confrontar constantemente o esposo. Ana apenas se mostra constrangida com as desconfianças de Bento (ele tem dúvidas sobre sua fidelidade) e, somente no final do filme, decide abandonar o marido e levar consigo o filho do casal. Percebe-se pelo caminhar de sua vida que a personagem

também é ousada. Ana era órfã de pai e mãe e desde cedo começou a se sustentar sozinha. Decidiu seguir a profissão que lhe dava prazer, a de atriz. A moça era bastante independente e não admitia que qualquer pessoa interferisse em seu trabalho. Sua determinação marca a imagem da mulher do século XXI, pois a mesma conseguiu ter coragem de encarar seu próprio marido para ir em busca de seus ideais.

Percebe-se que as duas personagens femininas principais do romance e do filme em estudo se comportam de maneiras diferentes. Em 1857, por exemplo, as mulheres não podiam sequer emitir qualquer tipo de opinião sobre muitas questões, pois seriam rejeitadas. Sabendo disso, Capitu transmitia suas ideias para Bentinho de maneira discreta, contando sempre com a ajuda de José Dias, já que ele era homem e bem mais velho que Bento. Os pensamentos de Capitu eram explicitados pelo próprio Bentinho e depois direcionado para os seus responsáveis, mostrando que a personagem era astuta e ágil ao convencê-lo de suas ideias.

Já Ana, vive em um tempo em que a mulher tem mais liberdade de expressão, e toma suas próprias decisões. Apesar do preconceito com a profissão que escolheu, a moça não se faz de derrotada e enfrenta o marido de maneira satisfatória. Enquanto isso, Bento trazia consigo a figura do homem moderno, porém machista, tentando transformar a amada em mais uma mulher oprimida pela sociedade patriarcal.

No quesito beleza, algo que despertava o ciúme do marido, Capitu inspirava Bento de tal maneira que o moço não lhe poupava elogios: “Capitu passou a ser a flor da casa, o sol das manhãs, o frescor das tardes, a lua das noites” (ASSIS, 1994, p. 115). A beleza de Capitu descrita por Bento era tão grandiosa. Capitu era “Morena, olhos claros e grandes, nariz reto e comprido, tinha a boca fina e o queixo largo” (ASSIS, 1994, p. 57). Com relação à beleza de Ana descrita por Bento, ela assemelhava-se à de Capitu, mostrando em alguns pontos que qualquer homem ficaria à disposição das vontades de tal moça. Além de comparar a moça com os olhos de ressaca de Capitu, ele a via da seguinte forma:

A imagem de Ana reconstruiu em mim as imagens de outro tempo. (...) os olhos. O que foram aqueles olhos? O que fizeram de mim? Olhos de ressaca que me arrebatavam. A não ser arrastado, tentava me segurar nas partes vizinhas, as orelhas, a boca, os cabelos. Não podia resistir. Voltava aos olhos de Ana. Capitu (GÓES, 2003).

Miguel, amigo de Bento, também se mostra interessado nos atributos de Ana: “Que olhos heim? (...) uma mulher dessa é capaz de destruir a vida de um homem” (GOES, 2003). Em seu discurso, percebe-se que Góes (2003) começa a lançar dúvidas, fazendo o público ansiar pelo desfecho da história.

Capitú e Ana aos olhos dos protagonistas

Como é notório, desde o lançamento do romance em estudo que a personagem Capitú passou a ser tida como adúltera. A beleza, as atitudes e o poder de persuasão que a moça mostrava para com Bento, juntamente com seu dom de conquistar a família do rapaz podem ter sido alguns pontos determinantes para que se chegasse também à tal conclusão sobre seu caráter. Como a história é contada depois de ter acontecido, e através da narração ulterior, tem-se a nítida impressão que Bento narra tudo, sempre colocando alguns indícios que Capitu, de fato, o traiu e complementa a ideia de suspeito com alguns defeitos da moça.

Em alguns momentos, o rapaz insinua que sua amada é interesseira e que só se casara com ele devido a uma grande herança que ele herdaria. Durante o casamento dos dois, o padre falava em latim, Bento por ser ex-seminarista compreendia as palavras do vigário, mas Capitu não. Contudo, o rapaz explica que existia uma frase que Capitu havia memorizado para este momento: “Sentei-me à sombra daquele que tanto havia desejado” (ASSIS, 2008, p. 193). Percebe-se que Bento, sutilmente, faz insinuações sobre os interesses de Capitu a sua herança. Assim, Machado de Assis não havia escolhido especificamente este versículo de São Pedro de maneira aleatória. Percebe-se nas palavras acima citadas a sugestão de que Capitu estava a procura de descanso financeiro e ao lado de Bento ela garantiria isso para si. O versículo de São Pedro, pode ter também inspirado Góes na caracterização da personagem Ana, uma vez que a moça seria o oposto das palavras ditas na cerimônia de casamento dos personagens de Machado de Assis. Em momento algum Ana se mostra inútil e sempre deixa explícita sua vontade de voltar a trabalhar como fazia antes de casar-se com Bento. Mas Bento é quem fazia as palavras de São Pedro as suas próprias, exigindo que Ana as seguisse, defendendo a submissão da esposa ao marido.

No que diz respeito ao primeiro contato mais íntimo entre os protagonistas de Machado, o beijo de Capitu e Bentinho foi na adolescência: ela

tinha 14 anos e ele 15. Enquanto Bentinho fazia uma trança no cabelo de Capitú, ela contava um sonho que teve na noite passada e, em seguida, o tão esperado beijo acontece. Já o beijo de Bento e Ana acontece no segundo encontro do casal. Depois de almoçarem, os dois decidem dar uma volta próximo à praia e terminam um nos braços do outro. Uma constatação interessante é que pouco antes do beijo, Bento fala que sonhara com Ana a noite passada e que a moça estava contando seu sonho quando eram crianças. O sonho dizia que os dois estavam no mar e que ondas gigantes os assustavam. Intencionalmente, Góes (2003), descreveu o primeiro beijo do casal do filme, justamente próximo à praia, visto ser o mar um símbolo de instabilidade, inconstância, uma referência ao tipo de relacionamento que os protagonistas teriam.

Diante do exposto em relação ao relacionamento dos protagonistas de ambas as obras, pode-se identificar no livro de Machado de Assis, vários referências aos ciúmes de Bento. É certo afirmar que, como a história foi contada por Bento depois de adulto, registram-se constantes insinuações sobre Capitu e Escobar. Desde o início da narração o protagonista faz uso de sua ironia para antecipar alguns fatos que viriam a esclarecer mais tarde a questão da fidelidade de Capitu. No capítulo X, por exemplo, percebe-se a sutileza de Bento em mostrar sua situação depois do casamento com a amada Capitu. O rapaz compara sua vida a uma ópera. Deve-se salientar que neste capítulo o moço não narrara própria vida, apenas dá uma breve pausa para referir-se a uma teoria que naquele momento lhe coube perfeitamente:

Cantei um *duo* tecnicismo, depois um *trio*, depois um *quatuor*... Mas não adiantemos; vamos à primeira parte, em que eu vim a saber que já cantava, porque a denúncia de José Dias, meu caro leitor, foi dada principalmente a mim. A mim é que ele me denunciou (ASSIS, 2008, p. 63).

No fragmento acima, percebe-se claramente que Bento estava se referindo ao triângulo amoroso entre Capitu, Escobar e ele. Ao comentar o trecho da ópera cantada por duas pessoas, o rapaz estava mencionando ele mesmo e Capitu. Depois disso, insinua uma parte com *trio*, fazendo referência à chegada de Escobar em sua vida e, depois, em seu casamento, como amante de Capitu. A dúvida sobre o *quatuor* continua a prevalecer. Bento

insinua, todavia, que existia uma quarta pessoa no relacionamento. Se existiu, a quem o protagonista se refere não fica explícito na obra.

No filme de Góes (2003), o personagem Bento não poupa Ana de suas impressões sobre a traição da mulher. Se Bento, no livro de Machado de Assis fazia tudo como o máximo de sutileza, mostrando sua visão apenas para os leitores, o Bento do filme não fazia segredo de suas opiniões, fazendo referência também ao triângulo amoroso entre ele, Ana e Miguel. Enquanto Ana gravava as últimas cenas de seu filme, Bento aparece de surpresa chamando a moça para voltar para casa. Ao rejeitar o pedido de seu marido, o rapaz não reprime sua visão: “não sei por que vocês estão tão constrangidos. Afinal de contas, nós somos um triângulo” (GÓES, 2003).

Depois de tantas insinuações, encontra-se de fato uma cena que reflete um momento forte e explícito dos ciúmes de Bentinho. No capítulo LXXIII observa-se amostras de angústia e desespero do protagonista ao pensar que Capitu poderia está envolvida com outro rapaz:

O cavaleiro não se contentou de ir andando, mas voltou a cabeça para o nosso lado, o lado de Capitu e olhou para Capitu, e Capitu para ele; o cavalo andava, a cabeça do homem deixava-se ir voltando para trás. Tal foi o segundo dente de ciúme que me mordeu. A rigor, era natural admirar as belas figuras; mas aquele sujeito costumava passar ali, às tardes...Vão lá raciocinar com um coração de brasa, como era o meu! Nem disse nada a Capitu...(ASSIS, 2008, p. 159).

O notório momento de ciúmes registrado no fragmento acima pode ser considerado o primeiro acontecimento solidificado em ações concretas em relação ao ciúme de Bento por Capitu, pois a maioria das demonstrações de ciúmes do rapaz eram manifestadas apenas por pensamentos, de modo implícito, sem manifestações formais e evidentes de sua parte. Detecta-se que o ciúme de Bento é tão grande e incontrolável que ele prefere sair do ambiente em que estava simplesmente para não ver a cena que desenrolava-se diante dos seus olhos.

No filme *Dom* (2003), a primeira cena de ciúme de Bento é mostrada de maneira bastante sutil. O jogo de câmeras mostra seu rosto preocupado de tal maneira, que sem precisar de texto algum, entende-se que ali é o princípio de uma série de desconfianças em relação à sua mulher Ana. A cena tem início na praia quando Bento e Miguel estão conversando na areia sobre o casamento relâmpago com Ana. Enquanto os amigos conversam,

ela está ao fundo, banhando-se nas águas da praia. No discurso dos dois, ambos concordam com as qualidades da moça, deixando explícito que de alguma forma Miguel guarda certa inveja do amigo e até lamenta o compromisso de Ana com Bento deixando soltar: “Filho da puta! No meu teste!” (GÓES, 2003), dando a entender que a moça deveria ser do produtor e não de Bento, uma vez que Ana estava no território de Miguel, que perdeu a oportunidade de se envolver com ela.

Na sequência desta cena, depois de conversarem um pouco mais, Ana aparece e chama o marido para banhar-se, mas Miguel se adianta e aceita o convite sem mesmo ter sido chamado. Bento, por sua vez, rejeita o pedido de Ana. A moça vai para a água com Miguel. Neste instante, a câmera focaliza primeiramente as brincadeiras dos dois na água e, em seguida, o rosto de Bento, que de despreocupado torna-se pensativo. Além do *close* dado na face e no olhar preocupado do rapaz, uma música de suspense toma conta da cena, sugerindo que a tensão já estava começando. A trilha de suspense marca as primeiras preocupações do protagonista. Junto com a música, as cenas foram mostradas em câmera lenta, enquanto Ana gritava o nome de seu marido, o rapaz imediatamente baixa a cabeça. A sequência dá uma ideia clara de que ao chamar o nome de Bento e a imagem seguiu lentamente, percebe-se que ali seria o início dos fortes acontecimentos e que faria Ana se afastar do marido, como um sinal de adeus.

Quando se toma o filme como um todo (incluindo o menu), percebe-se que a primeira cena apresentada no menu interativo é, justamente, a cena da praia, mostrada através das letras da arte gráfica do filme e por uma imagem avermelhada. A produção do DVD mostra tal cena logo no início do mesmo como se estivesse sugerindo que o público deve focar sua atenção para tal sequência, pois ali seria o início dos pensamentos ciumentos do protagonista.

Pode-se detectar que Góes (2003) criou a cena em estudo para referir-se ao capítulo CVI do livro de Machado de Assis. O título dele é “Ciúmes do mar”. O nome é bastante sugestivo. Em uma conversa com Bento, Capitu fita o mar de tal maneira que perde-se totalmente em devaneios, distraído-se tão profundamente que esquece-se das palavras que lhe estão sendo proferidas pelo seu marido. Isso incomoda Bento que não tinha ciúme do mar, mas dos pensamentos da moça. O rapaz levanta hipóteses de que sua mulher estaria imaginando algo que fez de errado, como se sua consciência estivesse tão pesada que causou-lhe a distração.

O amor do protagonista de *Dom* (2003) era bem mais intenso que o do personagem de Machado de Assis. Pode-se perceber que houve uma “ampliação” da intensidade do sentimento entre os protagonistas de Góes. A “ampliação” é a “transformação que consistiu em, no filme, aumentar a dimensão de um ou mais elementos do romance” (BRITO, 2006. p. 20). Sendo assim, percebe-se que a ligação, atitudes e ações que Bento tinha para com Ana, pareciam mais verdadeiras e intensas que aquelas entre Bento e Capitu. Enquanto no filme Bento se mostrava completamente emotivo com a presença de Ana e animado com a idéia de poder tê-la para si, exposta em cenas mais íntimas, o personagem de Machado de Assis, apesar de esperar por Capitu por longos anos e mostrar-se contente com o envolvimento com a moça, não convence o leitor que está tão eufórico como o personagem do filme o faz. As ações do Bento de Machado de Assis, geralmente, são frias e vazias, o oposto do que se vê no protagonista do filme.

Entretanto, um fator de diferenciação para o conflito de ambas as obras está relacionado ao fato de Ana ser uma mulher do século XXI, o que significa que trabalhar é algo fundamental para ela. Em relação a esse fator, após os protagonistas do filme concretizarem o amor que sentiam um pelo outro através do casamento, um dia Bento chega do trabalho e encontra Ana terminando o jantar. Nesta ocasião, Ana deixa claro para o marido que gostava de trabalhar e que sentia falta do teatro e da dança:

Ana: quero voltar a trabalhar! Voltar a fazer teatro, voltar a dançar, sei lá!Bento: você poderia procurar umas agências aqui em São Paulo. Ou senão liga para o Miguel!Ana: já falei com ele!Bento: como assim?Ana: foi na segunda-feira mesmo lembra? Quando você voltou mais cedo para São Paulo? Bento: onde você encontrou com o Miguel?Ana: bento, fui lá na produtora. Fui lá exatamente para falar com ele sobre isso. Amor, falei com Miguel, por que o Miguel é nosso amigo. E ó, ele foi super legal. Disse que se pintar qualquer coisa ele me chama (GÓES, 2003).

Bento não esconde seu desagrado em relação à sua mulher ter tomado a decisão de ir conversar com seu amigo sem sua permissão. Na obra *Dom Casmurro* a cena discutida acima se configura de maneira parecida, pois também foi um acontecimento que não é narrado pelo protagonista, sendo apenas exposto por Capitu em momentos posteriores, o que causa a desconfiança do personagem. No livro de Machado de Assis, depois da lua de mel, Capitu e Bento conversavam despreocupados sobre as estrelas e Marte,

podendo-se observar o mar ao longe do lugar de onde estavam. Enquanto Bento falava, percebeu um ar sério e pensativo em Capitu e pôs-se a falar com a moça. Com uma Capitu distraída e pensativa, a conversa se desenrola:

- Você não me ouve, Capitu. -Eu? Ouço perfeitamente. -O que é que eu dizia? -Você...você falava de Sírius. -Qual Sírius, Capitu. Há vinte minutos que eu falei de Sírius. -Falava de... falava de Marte, emendou ela apressada.Realmente, era de Marte (...). Capitu fitou-me rindo, e replicou que a culpa de romper o segredo era minha. Ergueu-se, foi ao quarto e voltou com dez libras esterlinas, na mão; eram as sobras do dinheiro que eu lhe dava mensalmente para as despesas. (...) -Não é muito, dez libras só; é o que a avarenta de sua mulher pôde arranjar, em alguns meses, concluiu fazendo tinir o ouro na mão. - Quem foi o corretor? - O seu amigo Escobar. -Como é que ele não me disse nada? -Foi hoje mesmo. - Ele esteve cá? -Pouco antes de você chegar; eu não disse para que você não desconfiasse (ASSIS, 2008, p. 198-199).

A partir deste momento, Bento também começa a lançar dúvidas sobre a fidelidade da mulher e mostra-se, igualmente como se vê no Bento do filme, incomodado com a aproximação entre a esposa e o melhor amigo. Tanto a cena do filme como a do livro não foram detalhadas pelos protagonistas, pois foi um fato acontecido sem a presença do narrador.

Depois da morte de seu melhor amigo Escobar, Bento vai ao velório do amigo e surpreende-se. A expressão de Capitu era tão misteriosamente tristonha que se alguém a visse poderia chegar a conclusão que a amizade entre a moça e Escobar era profundamente íntima. Bento deixou escorregar algumas lágrimas de seus olhos, mas conteve-se quando viu as de sua mulher:

Capitu enxugou-as depressa, olhando a furto para a gente que estava na sala. Redobrou de carícias para a amiga, e quis levá-la; mas o cadáver parece que a retinha também. Momento houve em que os olhos de Capitu fitaram o defunto, quais os da viúva, sem o pranto nem palavras desta, mas grandes e abertos, como a vaga do mar lá fora, como se quisesse tragar também o nadador da manhã (ASSIS, 2008, p. p. 220-221).

Tanto Ana como Capitu podem simplesmente ter demonstrado o quão importante o melhor amigo de seus maridos eram para elas. Ana por achar que Miguel sempre lhe deu força para continuar sua vida profissional e

Capitu por achar que Escobar esteve presente nos momentos mais significativos da vida do marido, além de considerá-lo um amigo. Entretanto, os protagonistas de ambas as obras desfrutavam da mesma desconfiança em relação à Capitú-Ana. Parece que os ciúmes dos dois personagens os cegaram a ponto de não pensarem em outras possibilidades, somente as que lhes convinha.

Considerações finais

As obras em estudo ilustram a questão da figura feminina na corda banca de relacionamentos afetivos insatisfatórios, nos quais a mulher parece ser vista apenas como no famoso estereótipo da mulher monstro, aquela que trai e que é o oposto da passiva mulher anjo. Os séculos se passaram, mas Ana, enquanto mulher mudou, emancipou-se, apenas a figura masculina permanece inalterável, na condição de agente dominador da mulher. Estas obras mostram as armadilhas que estão/estavam sempre à espreita da mulher: o ciúme, a necessidade abusiva de controle da mulher por parte do homem.

Referências

ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2008.

AZERÊDO, Genilda. Literatura, cinema, adaptação. In: **Graphos**. Revista de Pós-Graduação em Literatura da UFPB. Ano I, vol. 2. João Pessoa: EDUFPB, 1996.

BAZIN, André. Por um cinema impuro: defesa da adaptação. In: BAZIN, André. **O cinema**: ensaios. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BOSI, Alfredo. **Machado de Assis**. São Paulo: Publifolha, 2002. (Coleção Folha Explica)

BRITO, João Batista. **Imagens Amadas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1995.

BRITO, João Batista. **Literatura no cinema**. São Paulo: Unimarco, 2006.

BRITO, João Batista. Literatura, cinema, adaptação. In: **Graphos**. Revista da Pós-graduação em letras da UFPB. Vol. I, Nº 2. João Pessoa: EDUPB, 1996.

CASTELO, José Aderaldo. **Realidade e ilusão em Machado de Assis**. Volume 6. São Paulo: Companhia Editoria Nacional, 1969. (coleção de ensaios).

DOM. Direção e roteiro: Moacyr Góes. Elenco: Marcos Palmeira; Maria Fernanda Cândido; Bruno Garcia. Distribuição: Warner Bros. Cor. 91 min. 2003.

GLEDSON, John. **Por um novo Machado de Assis**. São Paulo: Perspectiva, 1986.

VIDAS SECAS NA LITERATURA E NO CINEMA: REPRESENTAÇÕES IDENTITÁRIAS E NEORREALISTAS DA MULHER NORDESTINA

George Patrick do Nascimento¹

1. Introdução

É bem verdade que, durante a história da humanidade, as mulheres foram tratadas em um aspecto de submissão ou marginalização perante os homens. De modo que isso também se manifestou na literatura, no sentido de elas não disporem de uma liberdade para serem escritoras em pé de igualdade com os demais escritores do sexo masculino, ou até mesmo a mesma educação. Se bem que muitas foram também as que se rebelaram contra esse sistema e se intelectualizaram nas letras e nas produções literárias. Porém, antes dessas conquistas, as mulheres já se faziam relevantes por meio de uma presença simbólica nos mitos, nos livros de histórias, nas obras de arte em geral, seja no papel de musas, de donzelas perfeitas humanas transgressoras. Esse poder de transgressão e de relevância sociocultural também se fez presente na História propriamente dita. (MONTERO, 2007).

Mas, enfim, a figura da “mulher”, durante muitos séculos da sociedade patriarcal, desempenhou, quase que exclusivamente, uma função de personagem ou instrumento de inspiração para determinado autor/artista. Ou seja, houve uma dominação masculina também no campo da Literatura, de modo que as mulheres costumavam aparecer nesse mundo literário apenas como um fruto da inspiração e criatividade de algum homem.

Mas os tempos evoluíram e essa parte da história realmente, a duras penas, virou história. A mulher conseguiu seu espaço perante a sociedade e ainda continua lutando por tantos outros direitos. Na nossa literatura brasileira, podemos citar o exemplo de Rachel de Queiroz, que foi uma das muitas escritoras ímpares e renomadas do nosso cânone. Seu talento foi

¹ Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

tamanho que impressionou até mesmo os homens escritores de sua época, como foi o caso de Graciliano Ramos, o qual chegou até mesmo a questionar a autoria de uma das obras de Rachel: *O Quinze*. (ALVES, 2015). Por algum tipo de preconceito, ou, na melhor ou pior das hipóteses, por causa de uma imposição patriarcal de valores de gênero que o seu contexto sociocultural estabelecia. Contudo, posteriormente, esses dois autores iriam tornar-se amigos, de modo que esse episódio acabou sendo superado.

Na obra *Vidas Secas* de Graciliano Ramos, o personagem principal é um homem chamado Fabiano, porém, a personagem Sinha Vitória também tem um relevante papel no enredo do romance. De modo que, é evidenciado, no texto, passagens que demonstram uma possível inferioridade do próprio Fabiano em relação a ela, como no quesito inteligência. Assim, descartando o possível pré-julgamento intelectual acima citado entre os autores, é bem verdade que Graciliano Ramos constrói, em sua obra-prima, a representação de uma mulher que é detentora de saberes culturais que superam, de certa forma, o saber dos próprios homens, como será evidenciado adiante. Dentre outras descrições, a personagem Sinha Vitória é representada como um sujeito inteligente, enquanto que Fabiano é figurativizado como um indivíduo que apenas “age” durante o desenrolar de suas peripécias.

Desta forma, o presente trabalho objetiva demonstrar o papel social da mulher nordestina como detentora de sublimar superioridade sobre o indivíduo masculino, também nordestino, na obra literária *Vidas Secas* do autor modernista Graciliano Ramos, de forma a analisar também, comparativamente, as manifestações sociais existentes na adaptação feita pelo diretor neorrealista Nelson Pereira dos Santos, em sua obra cinematográfica de mesmo nome do livro já mencionado.

2. Metodologia

Neste trabalho, procura-se examinar e enfatizar as manifestações históricas de gênero da sociedade nordestina, presentes tanto no livro quanto no filme, em que a figura da mulher está estigmatizada como uma estereotipização de mulher sertaneja, sem recursos, mãe de família e dona de casa, na época em que os fatos fictícios relatados nessas produções estão artisticamente inseridos.

Tal enfoque discursivo será construído a partir de uma perspectiva cultural e tradicional da conduta humana feminina perante a civilização sertaneja do Nordeste brasileiro.

Para isso, metodologicamente, será apresentada explanações das características culturais existentes em ambas as obras, bem como dos traços literários que as constituem, todavia, dando destaque a vida difícil da mulher pobre na região Nordeste. Apontando, inclusive, para a reflexão de uma sociedade rural como fonte de subsídios para o progresso da sociedade local e, sobretudo, para comprovar o valor que a mulher desempenha como parte indispensável na preservação e condução da vida dos integrantes da sua própria família (cuidados com os filhos, marido e lar), além de estar, quase sempre, religiosamente subserviente a alguma doutrina de fé, como a católica, conforme nos apresentam as referidas produções artísticas.

3. *Vidas Secas*: ficção fundamentada na realidade nordestina

Apesar de não haver nenhuma passagem que identifique diretamente o lugar, aliás, a própria cidade ou região em que as personagens da obra *Vidas Secas* estão inseridas, é possível perceber claramente que se trata do sertão nordestino por uma série de fatores, como o linguajar, os costumes, as vestimentas, a descrição da fauna e flora comuns ao ambiente da caatinga, a questão do problema da seca, entre outros fatores. No filme de Nelson Pereira dos Santos essa suposição fica ainda mais evidente em virtude de ser um gênero do discurso que utiliza conjuntamente de imagens e sons, ou seja, que ilustra explicitamente os seres e acontecimentos relatados na obra de Graciliano Ramos. Além do fato das filmagens realmente terem sido feitas em território alagoense, terra natal deste último autor.

Graciliano Ramos constrói o dito romance em uma perspectiva que privilegia, marcadamente, o narrador. Tanto que as demais personagens praticamente não são possuidoras de falas expressivas ou substanciais. Além do fato de o autor as rebaixar, literariamente, para a condição de coisas, animais e seres miseráveis. O romance é, então, fundamentalmente, de terceira pessoa por meio de um narrador onisciente. Nesse sentido:

Graciliano situa as personagens Fabiano, Sinha Vitória e os filhos como exemplos de seres convertidos em animais, brutalizados que estão em suas peles para sobreviver. Nesse contexto, eles abandonam a terra ressequida em que nasceram, e vão procurar

em outras paragens trabalho, comida, carinho, ternura, alegria, beleza... vida. (PERDIGÃO, 2010, p. 41).

Essas descrições de inferioridade serviram para que o autor pudesse demonstrar o nível de pobreza e de vida difícil em que o povo do sertão nordestino se encontrava em épocas em que o problema da seca era tão preocupante na região. É cabível ressaltar que o próprio Graciliano era nordestino, então ele estava bem familiarizado ou ao menos bem informado sobre a problemática existente no Nordeste brasileiro, como também dos costumes e das pessoas desse território. Assim, ao caracterizar suas personagens em uma perspectiva de inferioridade humana, ele o faz principalmente no Fabiano, que era o trabalhador subordinado, o vaqueiro, “o cabra”, ou seja, que estava nessa condição de rebaixamento. O autor faz essa construção para comprovar o estereótipo do homem sertanejo, da pessoa pobre e sem estudos.

Sinha Vitória, por sua vez, era submissa ao marido, como mandava os costumes do casamento e da sociedade (MONTERO, 2007). Mas, apesar dessas marcas, ela é a pessoa que detém a inteligência da família, é a que aconselha e a que faz a contabilidade dos rendimentos do esposo. Ela é, em outras palavras, a parte culta de Fabiano, já que, contrariando de certa forma os costumes e ideologias da família patriarcal, “embora sejam subordinadas, as mulheres não são destituídas de poder” (BRANCO, 2000, p. 37).

Aproveitando dessa descrição sociocultural da realidade brasileira, neste caso, uma realidade nordestina, o diretor/roteirista Nelson Pereira dos Santos lançou na década de 60 o filme também intitulado *Vidas Secas*, em virtude de ser uma reprodução fiel, conforme suas próprias considerações, da obra de Graciliano Ramos. O cineasta Nelson Pereira dos Santos foi um típico representante da vertente cinematográfica neorrealista italiana no Brasil e, portanto, percebeu no livro já mencionado, elementos que caracterizavam a verdade impactante das muitas pessoas oriundas do Nordeste, na época em que o filme foi produzido (DAVI, 2004). Essa temática ainda pode ser, inclusive, atual, já que a existência de áreas secas em território nordestino, provocada por fatores como “a ausência ou a irregularidade da chuva, agravada por causas socioeconômicas e políticas, tem sido uma das maiores preocupações da população local principalmente porque, a maioria dela, depende da agricultura e da pecuária para sobreviver” (BRANCO, 2000, p. 79).

4. O papel sociocultural da mulher sertaneja

Comentou-se, anteriormente, que a personagem Sinha Vitória, esposa de Fabiano, era tida por ele como uma pessoa de singular inteligência. Fabiano, homem matuto e de poucas palavras, a admirava por essa singularidade e por compreendê-lo da forma rústica que ele era. De fato, Fabiano era um homem sem muito jeito para conversas, tanto que ele próprio usava de onomatopeias ou palavras (frases feitas) de um dos seus amigos, o seu Tomás da bolandeira, bem como da sua própria mulher.

Perdigão (2010) descreve a esposa de Fabiano da seguinte forma:

Sinha Vitória, sua companheira, é a encarregada dos serviços domésticos e das crianças, religiosa, acredita em Deus e na Virgem Maria; objetiva, sabe raciocinar e contar com bagos de feijão quanto Fabiano receberá do patrão (por conta disso, o marido a via como esperta, pois “ele era bruto, mas a mulher tinha miolo”); sonhadora, sua maior aspiração era possuir uma cama igual à do seu Tomás da bolandeira, este, homem educado e de leituras variadas. (PERDIGÃO, 2010, p. 42).

Sinha Vitória era, aparentemente, uma pessoa com desejos simples. Para ela bastava possuir uma cama mais confortável do que a de varas em que ela e seu cônjuge dormiam. Analisando essas descrições, podemos encontrar, nessa personagem, características que representam o perfil de muitas mulheres nordestinas, como também das de outras regiões geográficas brasileiras, uma vez que essa temática da pobreza, ou de indivíduos pertencentes a uma classe socioeconômica desprivilegiada, constitui-se espaço de discussões sociológicas em todo o Brasil e no próprio mundo.

Além desse quesito, podemos mencionar que Sinha Vitória era uma mulher caracterizada como religiosa e, apesar de suas crises de rudeza para com o Fabiano ou os filhos, a exemplo de certos momentos, como no trecho: “Sinha Vitória tinha amanhecido nos seus azeites. Fora de propósito, dissera ao marido umas inconveniências a respeito da cama de varas” (RAMOS, 2007, p. 40), no fim das contas ela se comportava como uma boa esposa e uma boa mãe de família. Talvez por figurar um ser conhecedor dos preceitos do catolicismo, de modo que podemos encontrar diversas passagens que apontam para essa conduta religiosa de Sinha Vitória, tais como: “Rezou baixinho uma ave-maria, já tranquila” (p. 42); “Ouvindo o tiro e os latidos, sinha Vitória pegou-se à Virgem Maria” (p. 88); “Sinha Vitória

benzia-se tremendo, manejava o rosário, mexia os beiços rezando rezas desesperadas” (p. 117).

Seja para sossego espiritual, seja por uma questão de rotina ritualística ou por outros motivos, a marca da religiosidade é encontrada, em *Vidas Secas*, mais nas mulheres do que nos homens, já que eles são geralmente considerados como “brutos”. Não encontramos isso só no livro ou no filme, mas esse estereótipo está ancorado em uma limitada verdade que a sociedade insiste ou insistiu em transmitir, estabelecendo que os homens são ou devem ser mais insensíveis do que as mulheres, menos sentimentais e mais pragmáticos. Essas características são repassadas, inclusive, na criação dos filhos, e é dessa forma que “as personalidades do pai e da mãe imprimem-se nas almas infantis para sempre. O pai encarna a autoridade, e a mãe, o amor” (MORIN, 2007, p. 172). Lembrando que a predominância religiosa no Nordeste do século XX era o catolicismo, assim, essa vertente religiosa prega justamente o bom comportamento de qualquer ser humano, seja homem ou mulher. Todavia, excluindo esse elemento, outros fatores contribuíram ou contribuem com mais força para a formação da conduta humana dita masculina e feminina de muitas civilizações:

As culturas estabelecem, fixam, mantêm e amplificam uma diferenciação entre homens e mulheres em papéis sociais, especializando-os nas tarefas cotidianas; sobredeterminam as diferenças psicológicas. Instituem um poder masculino que, salvo exceções, atuou continuamente na história das civilizações. (MORIN, 2007, p. 82).

Tanto o homem quanto a mulher são, portanto, o resultado do que o meio social e cultural impõe na vida deles. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013). Contudo, a mulher costumou sempre ser a desfavorecida nessa relação de diferenças. Não é que ela seja inferior ao homem, mas acontece que, do ponto de vista religioso e histórico, “a feminilidade não foi digna de expressão para ingressar na história, ainda que, segundo a cristandade, a mulher seja uma pessoa perante Deus, tal qual o homem e, portanto, igualmente merecedora de sua ação salvadora e de sua misericórdia” (ROBLES, 2006, p. 302). Ou seja, em termos sacros, a mulher é igual ao homem e, por conseguinte, deveria ter os mesmos valores na sociedade.

Entendida essa questão da cultura judaico-cristã como exemplo de estigma comportamental do indivíduo feminino nordestino na obra em questão, iremos discorrer agora sobre o clima sertanejo. De início, podemos

entender que as condições climáticas normalmente fazem da região Nordeste um lugar de vivência difícil, em termos parcialmente consensuais e estigmatizados. É por isso que as mulheres dessa localidade podem ser chamadas de fortes, pois não são todas as brasileiras que conseguem, por exemplo, carregar jarros de água na cabeça por longas distâncias ou que conseguem sobreviver com pouco alimento e pouca água, entre outros feitos demonstrados no livro de Graciliano Ramos e no filme de Nelson Pereira dos Santos, os quais buscaram justamente evidenciar a vida intensa e difícil de um tipo de povo sertanejo, de um tipo de mulher sertaneja. Porém, apesar de toda essa força, há uma resignificação da mulher nordestina, uma manifestação alterativa nos conceitos de gênero, em que essa mulher não pode nem sequer desfrutar de suas habilidades em lidar com as situações conflituosas da vida sem que seja comparada com um homem, ser este figurativizado por séculos como símbolo histórico e cultural do poder, da virilidade (NOLASCO, 2001). Isso talvez explique o uso corriqueiro e informal do termo popular “mulher macho”, ou seja, em sentido de estereotipização, para ser forte a mulher tem que ser um “homem”. Tal pensamento é, na verdade, uma tentativa de inferiorização do gênero feminino, neste caso, da mulher do nordeste brasileiro.

Outra realidade que as obras analisadas aqui nesse trabalho mostram é a questão do indivíduo que, sabendo ler e escrever, consegue dominar os leigos, melhor dizendo, consegue colocá-los em uma relação de subordinação. De fato, ter conhecimento das letras pode fazer a diferença na vida social e grupal de um indivíduo inserido em uma civilização. Chauí (1990) aponta o status social que as atividades de leitura e escrita podem produzir nas camadas mais elitistas e privilegiadas:

A elite está no poder [...] porque detém o saber. Se, enquanto “maior”, o dominante é representado como um senhor, enquanto detentor do saber tende a ser representado como “melhor”. Nessa medida, a expressão autoritarismo das elites, embora em si mesma seja redundante e evasiva, contudo nos ensina alguma coisa: deixa mais nítido o lugar por onde passa a representação da diferença entre cultura do povo e a do não-povo. Essa diferença já é visível na fala do dominado, pois embora continue a estabelecer uma distinção cujo corte é dado pela separação entre pobres e ricos, entretanto é frequente ouvi-lo referir-se ao “rico” como aquele que tem “leitura”. (CHAUI, 1990, p. 49).

Como estamos examinando a obra *Vidas Secas* a partir de uma perspectiva que enfatiza, prioritariamente, o ser mulher e, delimitando mais ainda, a mulher nordestina, podemos primeiramente citar o contraste que há entre essas duas divisões sociais: ricos e pobres. Durante as obras, romancista e roteirista exemplificam um possível poder que o conhecimento tem sobre a vida das pessoas. Sinha Vitória tem o maior apreço pela pessoa de seu Tomás da bolandeira, por esse ser um homem de leitura, um homem de estudo. Fabiano, por sua vez, tinha muita consideração tanto pelo seu Tomás da bolandeira quanto por Sinha Vitória, a qual era muito valiosa em sua vida, por ser uma pessoa inteligente, seja por fazer contas com grãos de sementes diversas, seja por fazer descobertas, como a possível causa da seca do lago. Segundo ela, o fenômeno ocorria em virtude do intenso calor do sol em parceria com a ação dos pássaros que bebiam a água restante da fonte. Teoria essa fortemente estimada por Fabiano: “Sinha Vitória tinha razão: era atilada e percebia as coisas de longe. Fabiano arregalava os olhos e desejava continuar a admirá-la”. (RAMOS, 2007, p. 115). Porém, os conhecimentos culturais e de letramento de Sinha Vitória são, necessariamente, poucos. A dona de casa só sabia fazer contas com o auxílio de grãos, já em relação a seca do lago, dificilmente aves podem fazer tal fenômeno natural de secar uma grande porção de água, o que torna sua teoria falha. Todavia, Fabiano a admirava, pois ela pensava em coisas que ele jamais teria a capacidade de raciocinar.

Nesse sentido, se pegarmos agora a família do patrão de Fabiano, poderemos notar o quanto a educação era diferenciada entre essas duas famílias, pois, na adaptação cinematográfica de Nelson Pereira dos Santos, há um momento em que Fabiano vê uma mulher apreciando música de violino na casa de seu patrão, como se essa estivesse tendo aula do referido instrumento. É muito provável que essa mulher seja filha ou pelo menos que tenha algum grau de parentesco com o patrão de Fabiano, porque, como foi mencionado anteriormente, quem exerce poder ou tem o poder econômico, seja no Nordeste ou fora dele, precisa estar em contato constante com o mundo dos estudos, para ser respeitado e mostrar-se tanto “melhor” quanto “maior” em relação às outras pessoas, principalmente se elas forem de classes menos privilegiadas. A carga de conhecimento dessa mulher anônima, que, aliás, só aparece no filme, se distingue em aspectos formais e cultos dos conhecimentos humildes de Sinha Vitória. Isso não quer dizer que essa pessoa incógnita necessitasse ter contato com a leitura e escrita,

mas como parente de alguém importante e formal, supostamente falando, essa mulher teria mais acesso a livros e outras manifestações intelectuais. Além disso, quase que obrigatoriamente, pessoas com essas marcas financeiras demonstram comportamentos mais sofisticados e eruditos, em termos de estereotipização, para contrapor-se aos demais indivíduos pertencentes a uma classe econômica inferior.

5. Uma identidade folclórica e sociocultural nordestina

É possível identificar na obra *Vidas Secas* diversidades culturais nas ações das personagens. No Nordeste até meados do século XX, que é o tempo representado no livro e no filme, essas manifestações de conhecimentos populares eram, normalmente, mais encontradas nas famílias e pessoas do campo do que nas das áreas urbanas. Embora que, no filme, há uma passagem que mostra o envolvimento dos indivíduos da classe rica com as festividades folclóricas da cidade. Contudo, esses indivíduos estão na condição de público, pois, na verdade, “o folclore é menos uma necessidade da burguesia, mas sobretudo uma forma de saber que se associa, de início, às camadas tradicionais de origem agrária” (ORTIZ, 1994, p. 70). Assim, o envolvimento maior dessas tradições folclóricas se deu e/ou ainda se dá na vida das pessoas de classe econômica quase sempre menos privilegiada, ou que não sejam tão eruditas a outros conhecimentos de nível escolar e acadêmico, apesar desse ser também um tipo de saber, no caso, o saber cultural.

Para ilustrar essa cultura popular na obra em análise, temos, mais uma vez, a personagem Sinha Vitória, que era, de certa forma, inteligente, religiosa, ornamentava sempre um rosário no seu pescoço, além de rotineiramente fumar um cachimbo: “Sinha Vitória cachimbava tranquila no banco do copiar, catando lêndas no filho mais velho” (RAMOS, 2007, p. 48).

Seus hábitos são carregados de costumes populares e, portanto, de folclore nordestino. Todavia, além de Sinha Vitória, tanto livro quanto filme apresentam outra personagem, chamada Sinha Terta. Essa mulher era uma senhora de idade, rezadeira, costureira e “falava quase tão bem como as pessoas da cidade” (RAMOS, 2007, p. 98).

Na verdade, todas as práticas sociais que se diferenciam de um povo para outro, ou de uma região para outra, ou até mesmo de um país para outro, podem ser consideradas folclóricas, já que o conceito de folclore se

formula justamente por essas diversas manifestações de uma cultura popular, desde hábitos comportamentais até, por exemplo, a produção de objetos artesanais. Dessa forma, podemos entender que “a noção de cultura popular enquanto folclore recupera invariavelmente a ideia de ‘tradição’, seja na forma de tradição-sobrevivência ou na perspectiva de memória coletiva que age dinamicamente no mundo da práxis” (ORTIZ, 1994, p. 70), e ambas as mulheres citadas aqui carregam essas marcas culturais em suas vidas.

6. Considerações finais

A realidade do povo nordestino fica muito bem exemplificada na obra *Vidas Secas*. Graciliano Ramos ao metaforizar suas personagens com animais e coisas de valor inferior ao de um ser humano, procura dar destaque justamente a essa condição miserável que a população sertaneja passou e ainda passa em algumas áreas de difícil vivência por causa da problemática da seca.

Aqui nesse trabalho buscou-se mostrar as características da mulher nordestina representadas, enfaticamente, pela personagens Sinha Vitória e, por vezes, pela personagem Sinha Terta, bem como outras mulheres presentes na obra cinematográfica *Vidas Secas*. Ambas são demonstrações, em um primeiro momento, de mulheres religiosas. Contudo, Sinha Vitória é descrita, além disso, como uma pessoa de raciocínio lógico, o que a faz fugir da condição de animal dita anteriormente.

De fato, a mulher do Nordeste não é só dotada de inteligência para superar os conflitos da vida. Ela é principalmente a figuração de uma mulher forte que, seguindo o bom lado da tradição, busca dar o melhor de si para sua família e para seu lar. Se bem que ela é muito mais do que isso. A mulher é, numa noção geral, o símbolo da continuidade da vida, seja essa vida seca ou cheia de ações vitoriosas.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nordestino: invenção do “falo” – Uma história do gênero masculino (1920-1940)*. São Paulo: Intermeios, 2013.

ALVES, Viviane Klen. *A representação da infância em O Quinze e Vidas Secas*. 107 f. Tese (Mestrado). Athens, Georgia: University of Georgia, 2015.

BRANCO, Adélia de Melo. *Mulheres da seca: luta e visibilidade numa situação de desastre*. João Pessoa: UFPB, Ed. Universitária, 2000.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

DAVI, Tânia Nunes. Nelson Pereira dos Santos e o cinema brasileiro: trajetórias de luta e renovação. *Cadernos da FUCAMP*, Monte Carmelo-MG, v. 3, n. 3, p. 1-22, 2004. (ISSN 2236-9929).

MONTERO, Rosa. *História das mulheres: introdução*. Trad. Joana Angélica d’Avila Melo. Rio de Janeiro: Agir, 2007, p. 09-30.

MORIN, Edgar. *O método 5: a humanidade da humanidade*. Trad. Juremir Machado da Silva. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

NOLASCO, Sócrates. *De Tarzan a Homer Simpson: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PERDIGÃO, Carlinhos. *Fragmentos: poemas e ensaios*. Fortaleza: Premium, 2010.

RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. 103. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ROBLES, Marta. *Mulheres, mitos e deusas: o feminino através dos tempos*. Trad. William Lagos, Débora Dutra Vieira. São Paulo: Aleph, 2006.

Vidas Secas. Direção de Nelson Pereira dos Santos, Brasil: Bretz Filmes, 1963. 1 DVD (103 min. Ntsc, son., P&B, Port).

COMO EMPODERAR UMA MENINA? UM ESTUDO ACERCA DA LITERATURA *TEEN CHICK LIT*

Alleid Ribeiro Machado¹

Resumo

Este artigo trata da literatura de massa denominada *chick lit* bem como seu subgênero, o *teen chick lit*, em razão de se observar que tais produções têm sido relacionadas ao feminismo, principalmente, por trazerem à tona protagonistas supostamente libertas da dominação masculina, já portadoras, portanto, de uma nova identidade. Dessa forma, toma-se como base de análise o romance *O diário da Princesa* de Meg Cabot, em que se pode verificar a construção e o reforço dos ideais femininos que se abrem para questões de gênero, corpo e sexualidade, ao se estabelecer padrões estigmatizados sobretudo para as meninas em crescimento. Para tanto, é feito um breve panorama do feminismo da 3ª vaga em duas vertentes implicadas ao *chick lit*: o movimento *girlie* e o feminismo *DIY*. O objetivo é propor uma discussão em torno do que é oferecido pela indústria cultural como produto de poder emancipatório para as garotas e o que simbolicamente essa produção tem representado.

Palavras-chave: *teen chick lit*, terceira onda feminista, gênero, empoderamento feminino

¹ Mestre e Doutora em Letras pela USP. Professora do Centro Universitário Sant'Anna. Pós-doutora em Estudos Literários pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (agência de fomento: CAPES) e em Literatura Portuguesa Contemporânea pela FFLCH/USP (agência de fomento: FAPESP). Atua nas seguintes linhas de pesquisa: estudos de gênero, corpo e sexualidade; estudos culturais, indústria de consumo e *chick lit*.

E-mail: alleid@usp.br

Introdução

As pautas em torno das políticas de gênero para mulheres têm frequentemente sido veiculadas por diversos meios de comunicação. Redes sociais como Facebook e Instagram são meios de dar voz e visibilidade a grupos interessados em disseminar a ideia de empoderamento feminino e, nesse sentido, não é raro observarem-se campanhas seguidas das palavras-chave (hashtags) #empodereumamulher, #empodereasmulheres ou #empoderamentofeminino justamente incentivando mulheres a se conscientizar e a empoderar outras mulheres, companheiras, mães, amigas, irmãs.

Entretanto, o início do século XXI é marcado por uma realidade sem fronteiras, de capitalismo irrestrito regido e orquestrado pela indústria cultural. Adorno e Horkheimer (2002), pensam essa realidade associando-a às artes. Para os autores, ela atuaria no sentido de neutralizar os aspectos críticos de uma obra artística, transformando-a em objeto comercial. Portanto, estabelecendo-se uma correlação entre as campanhas de paridade de gênero, empoderamento feminino e de outras de cunho feministas, em redes sociais como as já citadas, e a indústria da literatura de massa, poder-se-ia afirmar que essas lutas são assimiladas pelo mercado do capital, de formaintensa e direta, transformando-se em objetos e pautas de consumo e de perpetuação de estigmas de gênero, corpo e sexualidade.

Este texto busca problematizar a literatura do tipo *chick lit* e de seu subgênero que tem sido nomeado como *teen chick lit*, em razão de observar-se que tais produções têm sido relacionadas ao feminismo, não apenas por serem escritas por mulheres, mas, principalmente por trazerem à tona protagonistas supostamente libertas da dominação masculina, já portadoras, portanto, de uma nova identidade.

De forma mais direta, toma-se como base de análise o romance *O diário da Princesa* (2000) de Meg Cabot. Nesse livro de confidencialidades, pode-se verificar a construção e o reforço dos ideais de beleza e de comportamento que se abrem para questões de gênero, corpo e sexualidade, ao estabelecer-se padrões estigmatizados sobretudo para jovens mulheres. A ideia é, em última instância, trazer a lume uma discussão suscitada por uma literatura de massa que, atrelada a alguns pressupostos da terceira onda feminista e à indústria cultural, tem veiculado a premissa insidiosa de empoderamento feminino.

Do movimento *girlie* ao *teen chick lit*: mídia e consumo.

Em termos genéricos, a sociedade do início do Século XXI transformou-se sobremaneira sessenta e seis anos depois de Simone de Beauvoir (1949) lançar a sua mais célebre frase: *Não se nasce mulher, torna-se mulher*, que veio a ser a pedra de toque tanto para o feminismo quanto para os estudos de gênero. Admite-se hoje a existência de uma terceira vaga, também entendida como “pós-feminismo”,

que se identificaria mais com uma agenda liberal e individualista do que com objetivos coletivos e políticos, considerando que as principais reivindicações de igualdade entre os sexos foram já satisfeitas. (AMARAL; MACEDO, 2005, p. 153).

Ainhoa Flecha (2010) num artigo em que trata das diversas nuances do feminismo da 3ª onda, ressalta uma faceta que veio a ser intitulada como *girlie*, que seria um movimento encabeçado por jovens mulheres, desligado de conceitos profundos e menos acadêmico em sua origem.

O movimento *girlie* teve início nos Estados Unidos durante os anos 80 e 90. Uma de suas principais impulsionadoras foi Rebecca Walker (1969). Conforme Flecha (2010) e Karp e Stoller (1999) autoras como Walker e outras adeptas desse movimento, em sua essência, apoiam um feminismo do tipo *DIY* (*Do It Yourself*), baseando-se na ideia de que o feminismo é o que cada mulher quer fazer dele e, portanto, há tantos feminismos como mulheres no mundo. O problema, segundo essas autoras, é que a individualização proposta pelo *DIY* elimina a capacidade de luta por objetivos e causas comuns às mulheres, diminuindo o poder e a força da luta coletiva. Um outro ponto crítico desse movimento seria a exaltação da feminilidade, em oposição ao modelo anterior de “boa feminista” que rechaçava toda a atitude que pudesse remeter ao tipo “feminina”. Assim, defendem o direito de usar maquiagem, sapatos altos, tomando como símbolo desse comportamento a cor rosa (FLECHA, 2010).

Em virtude das demandas liberais das sociedades contemporâneas, é interessante considerar os movimentos sociais, como já foi dito, dentro de um contexto, ainda que problemático em termos de países em desenvolvimento, de “realidade sem fronteiras”, de “capitalismo global”, admitindo, assim, que são marcados pela difusão massiva de informações. No que tange ao feminismo, os *mass medias* atuam como um importante adjuvante para a

propagação dos estereótipos femininos, que aparecem como uma dimensão da imposição, pelos estratos de grupos dominantes, de sua visão de mundo. Nesse âmbito, a mídia, que pode ser compreendida como centro regulador de poder (GOFFMAN, 2009), é também entendida como um instrumento central de sua propagação.

No que tange, assim, ao feminismo da terceira vaga, questões relativas à luta das mulheres por um espaço de igualdade foram paulatinamente sendo assimiladas pelos mais diversos meios de comunicação e transformadas em pauta de consumo e, como já se observou, como algo que pode ser realizado pela própria jovem (diga-se de classe média, branca), desde que ela queira, assumindo alguns tipos de conduta consideradas “femininas”. Portanto, são veiculadas pelos diversos *medias* novos paradigmas de comportamento para as garotas que desejam ter a sua imagem associada à de uma mulher “dona de si e bem-sucedida”.

Como se pode notar, alguns conceitos vão entrando “em moda” e sendo incorporados ao léxico de matriz feminista, numa espécie de aglutinação de ideias e de conceitos que são, muitas vezes, opostos. Esses conceitos veiculam modos de ser que conotam às meninas uma sensação de liberdade e poder. Disseminam modelos ideais de qual mulher elas poderão ser, instituindo, assim, identidades carregadas de estereótipos. Então, assumir a bandeira feminista passou a ser, em palavras mais simples, mais acessível do que no passado. Afinal uma *girlie* é uma jovem “poderosa” que pode fazer as suas escolhas e agir segundo os seus próprios princípios, algo nunca antes tão facilmente sonhado em gerações anteriores.

Por ser tangido sem amarras acadêmicas, mas livremente inspirado nas ideias libertárias de autoras feministas como Chimamanda Ngozi Adichie (1977), essa nova bandeira está sendo erguida não por filósofas, antropólogas, mas por *pop-stars*, por exemplo. Recentemente a cantora inglesa Adele, numa entrevista à revista *Rolling Stone*², afirmou ser feminista e acreditar que todos deveriam ser tratados da mesma forma. Já Beyoncé, na ocasião de sua premiação no *Video Music Awards* (VMA) de 2014, promovido pela MTV, aproveitou para projetar o feminismo enquanto apresentava *Flawless*, cuja letra traz a fala da escritora nigeriana Chimamanda. Ao lançar o último

2 Revista Rolling Stone [on line], Nov. 19, 2015, Edição 1248. Conteúdo disponível em < http://www.brasilpost.com.br/2015/11/03/rolling-stone-adele-capitulo_n_8463608.html?ncid=fcblnkbrhpmg0000004>. Acesso em 16/01/2016.

álbum, autointitulado Beyoncé, trouxe à tona a questão do feminismo como um modelo de atitude para as garotas estadunidenses. Diversas músicas desse álbum possuem um teor combativo, lançando a ideia de que garotas podem ser fortes e independentes, desvirando a ideia de “mulher objeto” do avesso.

1. As músicas de Beyoncé são veiculadas num contexto em que garotas americanas, sobretudo negras, reivindicam o poder. A questão é que a *pop star* surge neste cenário dito feminista trazendo consigo uma máquina que movimenta a indústria da moda, dos costumes, da beleza. Em última instância, a artista personifica diversos padrões estéticos impostos às mulheres, mas se assume feminista. Isso pode incomodar as feministas mais acadêmicas, mas ela integra e representa o feminismo *DIY*. Por meio de sua influência mais e mais garotas estadunidenses vão querer imitá-la, inclusive reproduzindo a sua visão de mundo. Para além disso, vão usar a sua marca de cosméticos, de roupas, e vão fazer sacrifícios corporais para alcançar tal modelo de beleza.

Em todo caso, o que as farão se sentir garotas poderosas é a força que é transmitida nos símbolos que representam o universo feminino *girlie*, como o uso de determinadas cores de batom, sobretudo variações de rosa (*matte*), maquiagens, tipos de roupas, sapatos. Esses símbolos funcionam como instrumentos de poder feminino, dentro da terceira onda feminista liberal.

1. Portanto, alguns pressupostos do pós-feminismo, afinados aos discursos midiáticos, segundo McRobbie (2004), Baumgardner e Richards (2000), não estão exatamente inventando comportamentos, tendências ou valores, mas decidindo a qual dar visibilidade, legitimidade e importância. A partir daí, produzem apelos eficientes e dita estilos de vida para vender produtos e modelos de beleza e comportamento atrelados à indústria de consumo.
2. Se os diversos meios de comunicação divulgam tendências e valores, a par dos contextos de produção, obviamente a literatura de massa também os assimila e os redistribui. Da mesma forma ocorrerá, por exemplo, em livros voltados para o público feminino, como os *chick lits*, gênero que será tratado a seguir, tomando como ponto de partida o livro *O diário da princesa*, de Meg Cabot.

O diário da princesa de Mag Cabot e os estigmas de gênero

Meg Cabot é uma autora estadunidense, muito conhecida pel’*O diário da princesa* (o primeiro da série, publicado originalmente no ano de 2000 e já em sua 34ª edição no Brasil). A autora, referência no gênero *chick lit*, tem quase 80 títulos lançados, entre séries voltadas para adultos, jovens e pré-adolescentes, com mais de 25 milhões de cópias vendidas. Por aqui, seus livros já venderam mais de 1,5 milhão de exemplares³. Em *O diário da princesa* conhece-se a história de Mia Thermopolis, uma jovem na faixa dos 14-15 anos que vive em Manhattan. A protagonista do romance mora com sua mãe, uma artista plástica com a qual:

ele [o pai de Mia] nunca se casou [...]. Minha mãe diz que isso aconteceu porque, na época, ela rejeitava os costumes burgueses de uma sociedade que nem mesmo aceitava as mulheres como iguais aos homens e se recusava a reconhecer os direitos dela como pessoa (CABOT, 2014, p. 35).

O discurso de Mia transmite, inicialmente, a ideia de que sua mãe é uma mulher independente, tanto emocional quanto financeiramente. No entanto, a própria adolescente irá, ao longo da narrativa, contestar o comportamento de sua progenitora – uma mulher razoavelmente intelectualizada, uma “artista boêmia” (CABOT, 2014, p. 45), por não corresponder efetivamente à imagem de mulher independente que sempre tentou mostrar à filha. Mia não concorda com o comportamento um tanto displicente da mãe, seja em relação às obrigações com a casa, como ir ao supermercado, ou mesmo com as contas a pagar, como se observa pelas anotações no próprio diário da adolescente: “COISAS PARA FAZER: 8. Aluguel de outubro (confirmar se mamãe depositou o cheque de papai!!!) [...] 2. Fazer mamãe depositar o cheque de papai” (CABOT, 2014, p. 14; 27), ou mesmo na seguinte passagem do diário:

Papai repetiu essas palavras para minha mãe. Ouvi ela resmungar alguma coisa em resposta. Ela sempre resmunga quando lembro a ela que tem que entregar quadros em uma certa data. Mamãe gosta de trabalhar quando as musas dão uma ajudinha. Uma vez que papai paga a maioria das contas, isso geralmente não é

3 Segundo dados disponíveis no site <http://www.bbcnews.com.br/noticia/157756-meg-cabot-autora-do-best-seller-o-diario-da-princesa-vem-ao-brasil-em-outubro.html>. Acesso em 10/03/2016.

problema, mas também não é uma maneira muito responsável de um adulto se comportar, mesmo que seja uma pintora (CABOT, 2014, p. 51).

Fica patente, assim, que ambas, mãe e filha, são sustentadas pelo pai de Mia, embora a mãe trabalhe em seu estúdio de artes a fim de garantir sua independência financeira. O que se nota é uma reconfiguração do patriarcalismo, que, como é válido lembrar, se sustenta “[...] pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre mulher e filhos no âmbito familiar” (CASTELLS, 2001, p. 169).

O pai de Mia, dessa forma, também se enquadra num paradigma de masculinidade socialmente desejável. Ele vive em Genovia, um país fictício situado entre a França e a Itália, cujos habitantes não pagam impostos, muito semelhante a Mônaco, em razão de também ser um principado. Ele vê a filha esporadicamente, funcionando para ela mais como um provedor das finanças – na verdade, Mia tem pouca intimidade com o pai, com quem costuma passar apenas as férias de verão, no castelo francês de Grandmère - a avó paterna - em Miragnac.

A vida particular de Mia, exposta no diário, reflete o que os contextos sociais e culturais ainda mantêm do patriarcalismo. Outro exemplo disso seria o tratamento dado pelo pai às namoradas “de verão”, que são para ele, como objetos descartáveis:

sempre tem uma nova namorada [...]. No verão, quando vamos para o castelo de Grandmère na França, ele sempre leva a moça da vez. Elas ficam sempre babando com as piscinas, as cachoeiras, a cachoeira, os 27 quartos, o salão de baile, a adega, a fazenda e a pista de pouso. Uma semana depois, manda a moça passear (CABOT, 2014, p. 35)

Essa nova reconfiguração do patriarcalismo parece prever exatamente algum tipo de liberdade de escolha e empoderamento feminino, ao menos, até o ponto em que tudo fique sob controle. Essas garotas, supostamente, podem fazer uma escolha, podem ter a falsa noção de que estão no controle, podem estar num castelo usufruindo do conforto e da riqueza por escolha, servir e usar o sexo como prazer apenas por um verão, mas, a decisão final é do homem que “uma semana depois, manda a moça passear”. O poder exercido é do homem sobre a mulher.

Ainda acerca do pai de Mia, é válido ressaltar que ele é um aristocrata que governa um pequeno país da Europa, por herança, um homem também

frustrado, inacessível, deprimido, segundo considera Mia, em decorrência de um câncer de testículo que lhe tirou as possibilidades de novamente ser pai.

Como o problema todo gira em torno exatamente da falta de um herdeiro do sexo masculino, que faz com que o pai de Mia seja obrigado a fazer dela a próxima herdeira do trono, a adolescente terá de se adaptar a uma nova vida, a de aprender a ser princesa. O livro mexe com o imaginário de muitas jovens ao tratar de um conto de fadas que aconteceu com uma garota “comum” de Nova Iorque. Mia, então, precisará se transformar em uma verdadeira princesa, ter aulas de etiqueta com a rígida avó, com quem não tem muitas afinidades, e até mesmo carregar um guarda-costas à tiracolo. Isso tudo em meio ao auge da adolescência.

Inicialmente, a personagem não queria levar a sério a questão de tornar-se princesa, mas é forçada a fazê-lo por não ter alternativas. Dessa forma, Mia vai recebendo, dia a após dia, as lições de Grandmère: “Amanhã, você vai usar meias de nylon. Não malha. Não meias pelos joelhos. Você já está crescida demais para malha e meias pelos joelhos. E vai usar os sapatos da escola, e não tênis. Vai arrumar os cabelos, usar batom e pintar as unhas” (CABOT, 2014, p. 117). Essas lições pretendem ensinar à garota modos adequados de ser e de comportar.

Mia não era um modelo de feminilidade, não para os padrões de Grandmère. Não usava adereços femininos, como meias finas, ou mesmo maquiagem, era alta, desajeitada e roía as unhas, seus cabelos eram desalinhados; não era como as demais garotas no que tange aos desejos consumistas, era simpatizante do *Greenpeace*. Ser diferente, nesse sentido, passou a ser inadequado e Mia viu-se obrigada a moldar-se ao novo paradigma de comportamento que lhe estava sendo imputado.

A grande sacada da autora reside justamente em construir uma personagem que não se enquadraria nos modelos de gênero, corpo e beleza socialmente ideais, o que poderia criar identificação (ou até mesmo repulsa) por parte de diversos leitores, para depois justamente colocá-la dentro de um padrão e assim formar uma rede de empatia com o público leitor.

Na trama de Meg Cabot, a adaptação a essa nova identidade causa sofrimento em Mia.

[...] É meio difícil, quando todas aquelas pessoas bonitas, elegantes, dizem como a gente parece bem usando isto e como nossas maçãs do rosto ganham vida com aquilo, a gente se lembrar que

é feminista e ambientalista e que não acredita em usar maquiagem ou produtos químicos que sejam nocivos ao planeta [...]. Mas não me sinto feliz. Nem um pouquinho. (CABOT, 2014, p. 135-6).

A crise de identidade vivida por Mia nos remete a um anteprojeto feminista. Ela precisa representar um papel no qual não se acha preparada. A tensão da narrativa reside basicamente na não aceitação da nova identidade por parte dela, atrelada à estereótipos de gênero, corpo, comportamento e beleza.

No entanto, o fato é que Mia acabará por se adequar ao padrão “princesa”, aceitando usar os adereços que lhe deviam ser mais pertinentes à nova vida: “Grandmère disse que, quando eu for jantar com eles na noite de sexta-feira, devo levar um presente e usar meus mocassins Gucci” (CABOT, 2014, p. 183). Isso vai ocorrer mais propriamente quando Mia acaba por ter a sua imagem veiculada na primeira página do *New York Post* com a seguinte chamada: “*Princesa Amelia* e, em letras menores, *A autêntica Realeza Novatorquina*” (CABOT, 2014, p. 187).

A partir desse momento, Mia, que se sentia desprezada pelos garotos de seu colégio por ser “alta, uma girafa [...] nenhuma beldade” (CABOT, 2014, p. 189), sente que “de repente, [ficou] muito popular” (CABOT, 2014, p. 194), passando inclusive a ser paquerada por Josh, o garoto mais interessante do colégio e, depois, conquistando Michael, irmão mais velho de Lilly, sua melhor amiga.

A narrativa assim, não termina num grande palácio, mas numa festa onde Mia finalmente namora Michael, garoto dos sonhos dela. A protagonista sim, já é outra, uma princesa: “pensei que realmente sou uma garota muito feliz. As coisas pareceram muito ruins durante algum tempo, mas não é engraçado como tudo se resolve no fim” (CABOT, 2014, p. 281).

O que prevalece no final é a imagem ideal de uma mulher numa garota que sabe se vestir e agradar, que é educada e representa bem um padrão de beleza. Para Naomi Woolf (1992) esses paradigmas de corpo, beleza e comportamento desejados para o feminino não meramente representam o objeto, a pessoa ou o evento que ilustram, mas trazem também significados mais profundos, nem sempre identificados facilmente. Na verdade, enquanto essas imagens podem representar empoderamento e atitude *girlie*, em contrapartida, contribuem para o desmerecimento do feminino e do feminismo e, conseqüentemente, para o reforço do mito de beleza, na verdade construído sócio e culturalmente contra as mulheres.

Nas estantes das livrarias

Como procurou-se brevemente esboçar algumas linhas atrás, o livro de Meg Cabot é um exemplo do gênero *chick lit*, ou seja, de um tipo de literatura que é produzida dentro da ficção de autoria feminina, que tem como pauta comum questões relativas ao universo das mulheres “modernas”. No que tange às características desse gênero, em geral, são romances de enredo leve, situados na cultura de massa, procurando mostrar a imagem de mulheres (ou garotas) independentes, corajosas, cultas.

O *chick lit* surgiu em língua inglesa em meio à vaga do pós-feminismo, nos anos 90 do século XX. No Brasil, este tipo de literatura tem sido vulgarmente denominado de “literatura de mulherzinha” ou mesmo “literatura cor-de-rosa”, classificações problematizadas por autoras como Zahidé Lupinacci Muzart (2007) e que, certamente, mereceriam ser discutidas num artigo à parte. De qualquer forma, trata-se de uma literatura escrita por mulheres que tem como público-alvo mulheres de meia idade ou jovens (LEIRO, 2010). Deste modo, um dos principais objetivos do *chick lit* é o entretenimento do tipo “sessão da tarde” que tem por finalidade o divertimento.

De uma forma geral, podem ter como protagonistas mulheres solteiras ou aspirantes ao casamento. O *chick lit* pode tratar subliminarmente de diversas situações que abrangem o cotidiano feminino, como o sucesso escolar, acadêmico ou profissional etc; casamento; divórcio. Entram em cena os conturbados relacionamentos familiares e amorosos; problemas relacionados ao corpo, como obesidade, culto à boa forma, ou mesmo a pressão social em torno da maternidade. São livros, em todo o caso, de confidencialidades, que têm como matéria principal os dilemas, as dúvidas, as inseguranças e os problemas mais diversos vivenciados por mulheres. Segundo Leiro (2010):

Os romances desse gênero salientam que as mulheres estão mais preocupadas em partir em busca de um marido que lhes possa dar filhos do que na manutenção de sua carreira profissional. Depois de alcançar a estabilidade, os romances *chick lit* trazem uma leitura invertida da mulher contemporânea e transforma o mal-estar daquelas afetadas pela mística feminina (FRIEDAN) em uma relação inversa: se as mulheres dos anos 50 se sentiam “incompletas”, infelizes com os seus limitados papéis de esposa e mãe, as protagonistas do *chick lit* estão se sentindo “inacabadas”

por não terem um marido e filhos. Falta-lhes estarem dentro de uma estrutura legítima - a família nuclear/burguesa. A lógica permanece binária e oposicional.

Em termos específicos de gênero enquanto construto social, como a autora procura chamar a atenção, o *chick lit* não atua como adjuvante das mulheres na medida em que reforça modelos que são muito comuns dentro de uma estrutura social patriarcalista, aproximando-se, dessa forma, de outros tipos de romance, como os que eram comumente chamados de “cor de rosa”. Então, no que reside a diferença entre este gênero literário em relação àquela literatura feita para mulheres? O *chick lit* acabou chamando a atenção dos estudos culturais em sua ramificação feminista por possuir características que o diferenciam dos romances do tipo “Sabrina”. Suzanne Ferriss e Young Mallory, no capítulo introdutório do livro *Chick lit: The new woman's fiction* (2006), tratam o *chick lit* como “a form of woman's fiction on the basis of subject matter, character, audience, and narrative style”⁴ (FERRISS; MALLORY, 2006, p. 3). Enquanto o romance cor-de-rosa apresentaria dramas relativos ao universo feminino, com toda a carga de estereótipos comuns a esse universo, sem necessariamente ser escrito e protagonizado por mulheres, o *chick lit* avança para um terreno mais interessante, na medida em que é produzido dentro de um contexto de liberdade de escrita das mulheres, mas pondo em causa, muitas vezes, pelos seus enredos de teor patriarcal, o poder de escolha feminino diante das mais diversas circunstâncias.

O cerne da discussão deste artigo centra-se nos discursos veiculados nesse tipo de literatura que tem como público-alvo meninas em crescimento ou jovens mulheres. Isso porque, eles seriam formadores de opinião, de visão de mundo e, nesse âmbito, estariam perpetuando comportamentos que, na verdade, dada as conquistas femininas de décadas anteriores, deveriam ser combatidos. Dentre os diversos subgêneros do *chick lit* (*mommy lit*, *glamour lit*, *mystery lit*), aquele que trata especificamente do universo adolescente, como ocorre n’*O diário da princesa*, tem sido denominado de *teen chick lit*, que descreve o dia-a-dia das adolescentes, desde a convivência na escola, os primeiros flertes, as amizades, que tem como fim o feliz encontro com o príncipe encantado. Como pôde ser observado na análise do livro de Meg

4 Uma forma de ficção feminina que tem por base o sujeito, a personagem, o público e o estilo narrativo. Tradução livre da autora.

Cabot, interessa ao *teen chick lit* trazer à tona meninas protagonistas que são críticas e conscientes da realidade nos contextos culturais em que estão inseridas. A questão é que estas mesmas jovens também representam “um lugar” da qual emitem a sua voz e seus atos. Portanto, é válido ressaltar que tanto Mia, a personagem principal d’*O diário da princesa*, quanto as protagonistas dos *teens chick lits*, conforme observam, à despeito do gênero, Suzanne Ferriss e Young Mallory (2006), de uma forma geral, são brancas, heterossexuais, de classe média alta, em contextos misóginos e patriarcais. Fica evidente que os dramas vividos por essas protagonistas estão inseridos numa cultura de gênero que parece não estar pronto para o empoderamento feminino.

Considerações finais

Como se observou ao longo deste trabalho, algumas teóricas feministas atreladas à terceira vaga, procuram considerar o *chick lit* como um tipo de literatura pós-feminista, ao expor as mulheres não mais como vítimas de uma sociedade opressora de gênero e por ser uma ficção voltada às experiências femininas, como namoro, beleza, profissão, ativismo, sexo etc. O mesmo se aplicaria ao *teen chick lit* que, no romance analisado, trouxe a lume o mundo feminino adolescente. Sua protagonista é uma menina do Século XXI, que vive dramas que, exceto pelo fato de estar treinando para ser princesa, poderiam ser considerados comuns às meninas colegiais de mesma classe social residentes numa grande cidade, como Nova Iorque.

A questão, entretanto, é que essa literatura estaria, em contrapartida, revestida de conteúdos opressores de gênero e ligados à indústria de consumo. Para Stuart Hall (1997, p. 33) toda prática social tem uma dimensão cultural e um caráter discursivo; “consequentemente, a cultura é uma das condições constitutivas de existência dessa prática”. Em relação à adolescência, a construção das identidades articula-se aos discursos que são veiculados e sustentados por diversos artefatos culturais, muitas vezes construídos exatamente para esse público. No que se refere às meninas, dentre tais artefatos, o romance do tipo *teen chick lit*, ao veicular de forma massiva uma gama enorme de informações sobre os mais variados assuntos, também disseminam modos de ser e até o que as meninas devem gostar e como devem proceder.

Portanto, ao se tomar como exemplo de análise a jovem Mia, percebeu-se que, se no início do romance ela se achava fora dos padrões por ser alta, magra e com pés grandes, por roer unhas, por ter cabelos desalinhados e, principalmente, por questionar o consumismo de suas colegas de escola, ao fim, a protagonista acaba se enquadrando num modelo de comportamento, passando a ter uma imagem socialmente aceita em favor de uma nova identidade: a de ser “princesa”. No bojo da nova identidade vieram a conquista do garoto dos sonhos, a admiração de outras colegas de escola, a aprovação da mídia.

Uma vez que, como se sabe, a leitura de um romance não se esgota no seu consumo, mas se desdobra em práticas de impacto social, a questão que fica subliminar é: quantas meninas não podem se sentir como Mia? Afinal, se uma garota comum pôde se tornar uma princesa dona de si em poucos meses, simbolicamente qualquer *girlie* pode sentir esse “empoderamento”, bastando lições de etiqueta, atitudes corretas, *makes* e roupas de marca.

A impressão que se tem é que o engajamento proposto pelo feminismo *DIY* pressupõe justamente o reforço de normas simbólicas e valores morais ligados a formas de conduta que há anos as feministas acadêmicas têm questionado. Ou seja, uma leitura mais atenta desse tipo de romance, revela um realinhamento desta “nova autonomia feminina” numa sociedade cujo patriarcalismo autoriza e regula o comportamento feminino. Se de um lado contribui para a disseminação da ideia de empoderamento da mulher a partir de protagonistas críticas, independentes e ativas, por outro, reforça estigmas de comportamento e de beleza que justamente atuam contra esse mesmo empoderamento. É nesse sentido que talvez *O diário da princesa* possa ser compreendido: como um produto comercial cujo rótulo feminista atua em favor do mercado de consumo.

Agradecimento

À CAPES pelo apoio financeiro.

Referências

- ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. "A indústria cultural – o iluminismo como mistificação das massas". In: *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002
- AMARAL, Ana Luísa e MACEDO, Ana Gabriela (Orgs.). *Dicionário da crítica feminista*. Porto: Afrontamento, 2005.
- BAUMGARDNER, Jennifer; RICHARDS, Amy. *Manifesta: Young Women, Feminism, and the Future*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2000.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo* [1949]. Trad. Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1970. 2v.
- CABOT, Meg. *O diário da princesa*. Rio de Janeiro: Galera Record, 2014.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001
- FERRISS, Suzanne; MALLORY, Young. *Chick lit: The new woman's fiction*. New York, London: Routledge, 2006.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- HALL, Stuart. "The work of representation". In: *Representation – Cultural representations and signifying practices*. Londres, Reino Unido, SAGE Publications, 1997.
- KARP, M. y STOLLER, D. *The Bust Guide to the New Girl Order*. New York: Penguin, 1999.
- McROBBIE, Angela, "Notes on Postfeminism and Popular Culture: Bridget Jones and the New Gender Regime," in HARRIS, Anita. *All About the Girl: Culture, Power, and Identity*. New York: Routledge, 2004.
- WOLF, Naomi. *O mito da beleza*. Rio de Janeiro, Editora Rocco, 1992.

Documentos eletrônicos

FLECHA, Ainhoa. Las hijas de las feministas. El feminismo del siglo xxi: ¿declive o democratización? Revista de la Asociación de Sociología de la Educación, vol. 3, n. 3, p. 325-335, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Dialnet-LasHijasDeLasFeministasElFeminismoDelS XXI-3655738%20(1).pdf>. Acesso em: 20/01/2016.

LEIRO, Lúcia. Impressões sobre a literatura chick lit., 2010. Disponível em: <<http://mulhereliteratura.blogspot.com.br/2010/05/impressoes-sobre-literatura-chicklitt.html>>. Acesso em: 15/09/2015.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Literatura de mulherzinha. Labrys, études féministes/ Estudos feministas, janvier /juin 2007 - janeiro / junho 2007. Disponível em <<http://www.labrys.net.br/labrys11/ecrivaines/zahide.htm>>. Acesso em: 17/11/2015.

A VOVOZINHA DE PERRAULT E GRIMM: O IMAGINÁRIO NA FORMAÇÃO DA SEXUALIDADE FEMININA NA VELHICE

Ana Catarina da Silva Nóbrega¹

Adriana Sousa Silva²

Josinaldo Furtado de Souza³

Francisco Felipe Paiva Fernandes⁴

Resumo

Os contos de fadas são repletos de significados e possuidores de uma riqueza subjetiva, na qual desperta no leitor um interesse em analisar certas representações sociais personificadas nas personagens destes contos, permitindo assim compreender como se visualiza determinado grupo social. Por meio do presente trabalho, objetiva-se retratar a sexualidade feminina na velhice e sua representação na atualidade através da personagem da avó no conto da Chapeuzinho Vermelho. Para tanto, utilizou-se as versões

-
- 1 Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Campina Grande-UFCG. Monitora através do Programa de Monitoria da Universidade Federal de Campina Grande/UFCG. E-mail: anacatarina-16@hotmail.com
 - 2 Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Campina Grande-UFCG. Colaboradora no projeto “Desenvolvimento empático na infância: intervenção educacional”. E-mail: adriana.s.sousa@outlook.com
 - 3 Graduando em Psicologia pe Universidade Federal de Campina Grande-UFCG. Membro do PET Conexões de Saberes/Fitoterapia. E-mail: josinaldofr@hotmail.com
 - 4 Professor na Universidade Federal de Campina Grande-UFCG. Graduado em Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba/UEPB e Pós-graduado em Literatura e Interculturalidade (PPGLI/UEPB). (NEPE/CCBS). E-mail: fellipaiva@hotmail.com

de Charles Perrault e dos Irmãos Jacob Grimm e Wilhelm Grimm. Trata-se de uma produção qualitativa do tipo explicativa, realizada através de uma revisão bibliográfica de obras que ilustram a temática. Por meio deste, conclui-se em conjunto com a personagem que a idosa tem sua sexualidade sujeita ao universo masculino e limitada socialmente em nossa cultura.

Introdução

Os contos de fadas, desde a antiguidade, têm se mostrado elemento importante da reprodução de cada cultura. Segundo Bettelheim (2015, p. 20-21), eles são uma expressão de nossa herança cultural capaz de conquistar o receptor como uma obra de arte, tendo como uma de suas funções auxiliar o leitor/ouvinte na resolução de seus conflitos íntimos e universais, para que assim o indivíduo possa melhor interagir em sociedade. Sobre o tema, Corso e Corso (2006, p.22-23) aborda que tais histórias, tanto orais quanto literárias, estão presentes há muito tempo na sociedade sendo encontrado resquícios de contos atuais em narrativas folclóricas de épocas outroras a nossa.

Ao tratar sobre certos atributos sociais e atingir a intimidade do leitor/ouvinte tais histórias preservam o seu núcleo central, sendo cada conto indetectável com o passar dos anos, mesmo se ajustando as necessidades da época e geração vigente. Em relação as demandas íntimas do próprio receptor os mesmos também se adaptam, pois, a cada novo momento de contato tornam-se uma experiência única que corresponde as necessidade do indivíduo (CORSO E CORSO, 2006, p.22-23). Deste modo, a riqueza subjetiva e repleta de significados dessas narrativas desperta no pesquisador o interesse em analisar certas representações sociais personificadas nas personagens dos contos de fadas, permitindo assim compreender como se visualiza determinado grupo social.

Nesse contexto, vislumbra-se em diversos momentos do decorrer da história a desigualdade entre os gêneros durante a terceira idade, enfatizada por Le Breton (2012, p.233) e Mucida (2012, p.143) como uma fase da vida em que a mulher tem sua sexualidade depreciada, ao contrário do homem. Observando este cenário e entendendo a urgência em debater sobre este assunto, buscou-se nos contos de fada um personagem que retratasse a idosa e sua sexualidade nessas narrativas, resultando na escolha do conto de fadas Chapeuzinho Vermelho.

Desta forma, esse artigo pretende com uma revisão literária retratar sobre a sexualidade feminina na velhice e sua representação na atualidade através da personagem da avó no conto elencado, utilizando-se para isso as versões de Charles Perrault e dos Irmãos Jacob Grimm e Wilhelm Grimm por serem narrativas literárias, sendo a primeira abordada com o objetivo

de comparação e de apoio, enquanto a segunda procura responder diretamente ao questionamento deste trabalho.

Metodologia

O presente artigo se constitui como uma produção qualitativa do tipo explicativa, realizada através de uma revisão bibliográfica de obras que ilustram a temática acerca de contos de fadas, velhice, sexualidade e sua representação na cultura contemporânea ocidental. Nessa explanação foram retiradas do livro “Contos de fadas, de PERRAULT, GRIMM, ANDERSEN e outros”, de Ana Maria Machado (2010) o conto de Chapeuzinho Vermelho para análise, sendo elencado a 7ª versão de 1697 de Charles Perrault e a 1ª versão de 1857 dos Irmãos Grimm presentes na obra.

A avó e a velhice: personagens secundários de um conto

Nas versões de Perrault e Irmãos Grimm, percebe-se uma forte ligação entre Chapeuzinho Vermelho, uma jovem e principal personagem das narrativas, para com a sua avó. Mas quem é essa avó? Além deste termo a mesma é identificada na versão de Charles Perrault como “boa senhora” e “doente”, enquanto que na versão dos Irmãos Grimm é tratada como “velha” e “doente” (MACHADO, 2010, p. 43:81). Pelos chamativos elencados pode-se concluir que a personagem está inserida na terceira idade, sendo então uma mulher idosa. Entretanto, questiona-se qual a representação dessa idosa em sociedade. Com isso, relata-se de forma breve a seguir o que vem a ser velhice em nossa cultura ocidental na atualidade.

Ao pesquisar sobre a definição de velhice na história da cronologia humana, a psicanalista Ângela Mucida (2012, p.28) encontrou através do tratamento desferido aos idosos divergentes conceituações e pensamentos, assim como visualizando vários autores, dentre eles Simone de Beauvoir em sua obra “A Velhice” de 1986, a mesma conclui que tal definição é também efeito de um discurso que se modifica de acordo com a época e cultura vigente.

Segundo o antropólogo David Le Breton a pessoa idosa se define em nossa cultura como que relacionada a morte, pois caminha diretamente para este acontecimento, sendo então a última fase de vida do ser humano. Nesse pensamento, vive-se em uma sociedade que cultua o jovem, mas que

não valoriza o envelhecer e o morrer. A velhice, então, por definição rompe com os valores centrais da modernidade: sedução, trabalho, vitalidade e juventude (LE BRETON, 2012, p. 223-224).

Ainda em sua discussão Le Breton (2012, p.237) enfatiza que o idoso é socialmente reduzido ao seu próprio corpo físico. Porém, dentre os vários conceitos que abarcam a velhice se compreende que a mesma pode ser um sentimento, um conjunto de índices que apenas o próprio idoso conhece. Nesse quesito, Mucida (2012, p. 23-25:80) concorda com o autor anterior sobre esta fase da vida ser algo singular, e ainda salienta que a mesma vai além do corpo e do biológico, não sendo um acúmulo de doenças como comumente imaginado em sociedade.

A transição da sexualidade

Desde o princípio do conto percebe-se que a personagem idosa tem grande apreço pela heroína da história, dando a esta última de presente um capuz vermelho cujo “lhe assentava tão bem” que a menina recebe o nome de Chapeuzinho Vermelho (MACHADO, 2010, p.43:80). Tal vestimenta se torna um marco em ambas as narrativas, pois representa uma transferência prematura da sexualidade da avó por ser velha e doente para a neta pré-púbere e em idade escolar. Essa característica está presente na cor vermelha da peça que se relaciona com as emoções violentas, na qual inclui-se as sexuais. Na versão dos Irmãos Grimm a textura de veludo acentua essa ligação por indicar sedução (BETTELHEIM, 2015). Nesse contexto, verifica-se na cultura a sexualidade atrelada a ideia de vida e juventude.

A velhice, para Breton (2012, p.233), ainda atinge uma nova dimensão, a de ser um divisor do juízo social entre homens e mulheres na terceira idade, pois a idosa ao contrário do idoso perde socialmente sua sedução, sendo esta última atrelada ao frescor, vitalidade e juventude. Tal fato, também é explanado por Mucida (2012, p.164), na qual salienta que a imagem da idosa em sociedade é relacionada a menopausa, sendo esta última tida como perda da libido devido ao fim do processo biológico de ovulação, quando na verdade o desejo sexual é ainda mais presente.

A psicanalista vai além em suas observações e aborda ainda sobre envelhecimento corporal e o tabu de que este impediria a atração sexual em nossa cultura. Segundo esta autora, a mulher socialmente sofre a erosão do corpo com o tempo, enquanto que o homem não, sendo esse o fator que provoca na idosa os sentimentos de vergonha, culpa e proibição em relação

ao encontro sexual. Nesse sentido, nota-se que os casais que continuam juntos na velhice tem relações sexuais regularmente, todavia o cenário de uma idosa solteira com sua sexualidade em vigência ou casando-se novamente não é algo bem assistido pelo público (MUCIDA, 2009, p.142-143). É, portanto, capaz de se concluir que a sexualidade feminina na velhice não é algo atrelado ao corpo, visto que não há nada biológico que o impessa de ocorrer, mas sim, verifica-se um discurso social que a limita e lhe diferencia do público masculino (LOPES, 1993, p. 78).

Olhando novamente para a avó na narrativa pode-se perceber que as observações feitas pela psicanalista e pelo antropólogo, citados anteriormente, se inserem na personagem, pois com a velhice a mesma perde sua sedução, provavelmente, não mais ovula, está doente de uma patologia que não é definida, mas que remete a uma consequência da velhice como o senso comum atrelado ao biológico atribui, salientada ainda pelo fato de que a idosa não apresenta cômjuge.

Por conseguinte, a função da avó torna-se a de repassar para a neta sua sensualidade e seus atributos de ordem sexual. Com essa responsabilidade cabe no decorrer do conto a Chapeuzinho Vermelho lhe dar com esta demanda, considerada por Diana Lichtenstein Corso e Mário Corso (2006) como a essência que se mantém presente em todas as versões orais e escritas desta narrativa, tendo em vista que a trama ilustra também a perda da inocência, assim como as descobertas e curiosidades de cunho sexual na infância .

Um lobo no caminho

Em ambas as versões do conto entende-se que a avó de Chapeuzinho está doente e, por isso, a mãe da jovem pede que a menina vá até a casa da idosa. Entretanto, alguns aspectos se modificam nesse momento da história em relação ao alimento e ao efeito que se espera que o mesmo produza nas versões. Na narrativa de Perrault, a protagonista leva consigo um bolinho e um pote de manteiga, com a entrega destes se espera ter conhecimento do real estado que a avó se encontrava, pois sua mãe já fora informada que a mesma estava doente. Enquanto que na versão dos Irmãos Grimm, a autora do livro de contos coloca que Chapeuzinho leva alguns bolinhos e uma garrafa de vinho, e tais produtos iriam revirogar a avó(MACHADO, 2010, p.43:80).

A princípio, percebe-se que há uma diferença de tratamento para a personagem idosa nas narrativas, na mais recente já é sabido que a avó está doente por sua família, sem ser necessário que um terceiro lhe diga, além de que há mais de um bolinho, ou seja, existe uma maior disposição de alimentos para ela. Essa ideia de dedicação na versão dos Irmãos Grimm, em Machado (2010, p. 80), remete a uma observação de Le Breton (2012, p.225) acerca da velhice no âmbito social, que também cabe a idosa, pois a cautela e o cuidado relembram um indivíduo limitado, cujo é necessário zelar em conjunto com a sua sobrevivência, sendo esta última já não mais de sua única responsabilidade e sim de um interesse mais amplo, para o autor é isto o que acontece com o idoso socialmente.

Imediatamente, Chapeuzinho ao sair de casa vai cumprir a tarefa que sua mãe lhe incumbiu. Na versão de Perrault a avó mora em outra aldeia, sendo necessário que a jovem passe por um bosque para chegar até ao seu destino, enquanto que no conto dos Irmãos Grimm a idosa mora no meio da mata, com tempo certo de caminhada para chegar até o endereço. Entretanto, em ambas as histórias se presencia um personagem novo, o lobo. Com este, a protagonista tem uma rápida conversa que permite ao animal saber para onde ela vai, qual o objetivo da viagem e o que carrega consigo (MACHADO, 2010, p.43:80-81).

No conto de Perrault o lobo indica a Chapeuzinho o caminho mais longo, o qual ela toma, mas antes a mesma se aventura em caçar borboletas, colher castanhas e fazer buquê com as flores que encontrava, enquanto o animal corria pelo trajeto mais curto para chegar antes na casa da avó da menina. Na versão dos Irmãos Grimm se tem mais detalhes e justificativas para o comportamento da jovem, é o lobo que lhe apresenta a floresta e a convence sair do descampado com a desculpa do quanto o local é divertido, sendo em ambas as versões o responsável por desviar a protagonista de seu caminho (MACHADO, 2010, p.81).

Os detalhes no conto dos Irmãos Grimm revelam que o lobo é um animal ardiloso, pois este elabora o plano de devorar tanto a jovem quanto sua avó. Ele só não devora a menina fora do descampado devido aos caçadores ao redor, mas fica claro que o mesmo tem preferência por Chapeuzinho, a idosa seria apenas um acréscimo em sua refeição (MACHADO, 2010, p. 81). Novamente embarca-se na preferência pelo novo ao invés do velho no contexto social quando o lobo declara que Chapeuzinho é mais suculenta

do que a “velha”, neste caso em específico o devorar ou “papar” tem um significado além do alimentar, ele atinge um objetivo sexual.

Segundo Bettelheim (2015, p.241) o lobo não é só um animal, mas uma figura sedutora e perigosa, onde para Corso e Corso (2006, p. 55) a menina se intriga com o desejo que ele promove e desperta então uma curiosidade teórica de ter algum envolvimento erótico para com ele. É nesse aspecto que os autores concordam que chapeuzinho não está preparada para exercer a sua sexualidade, talvez por isso a garrafa de vinho não tenha se quebrado.

Devido a sua não maturidade no âmbito da sexualidade e pela transferência prematura que a avó faz desta para a menina através do capuz, Bettelheim (2015, p.243) coloca que Chapeuzinho tenta se livrar de seus competidores sexuais, sendo este a idosa, por isso a jovem descreve claramente seu destino. Todavia, o autor ainda salienta que se pode haver um outro objetivo da garota, o de enviar o lobo para a casa da avó, pois a garota sabe das intenções sexuais do animal lupino e que também não pode lidar com elas.

Visualizando as observações do autor acima nota-se que nesse momento fica claro para Chapeuzinho que sua avó possui uma sexualidade que pode ser oferecida ao animal. Entretanto, o lobo pode também representar um outro papel como homem em ambas as versões, o pai da garota. Em Bettelheim (2015, p. 241-242) o animal lupino do conto representa o lado animalesco do paterno, onde para Corso e Corso (2006, p.54) o lobo apenas se interessa por aquilo que o pai não deve possuir sexualmente, a avó/idosa e a neta/criança, pois se assim fosse possuiria todas as gerações femininas da família.

Na casa da avó

Segundo Machado (2010, p.44:81), nas duas versões, o lobo conforme planejado chega primeiro a casa da avó, imitando a voz de Chapeuzinho e se identificando como a mesma. Esta, por sua vez, lhe pede que puxe a lingueta da porta para que ela se abra, e assim ele o faz. Dentro da casa da senhora e sem nenhuma cerimônia o lupino rapidamente a devora. Na versão de Perrault isto ocorre de forma rápida porque o animal estava há três dias sem comer, enquanto que no conto dos Irmãos Grimm não há uma justificativa para isso.

Logo em seguida, na narrativa de Perrault, o lobo fecha a porta da casa e deita-se na cama onde há poucos instantes atrás estava sua presa, enquanto que na versão dos Irmãos Grimm ele vestiu as roupas da avó de chapeuzinho, colocou a touca dela, deitou-se e puxou as cortinas. A menina chega e, então, o animal se esconde debaixo das cobertas e ordena a jovem para guardar os preparados que ela trazia em cima da arca e logo deitar-se com ele. Na versão dos Irmãos Grimm a chegada de Chapeuzinho possui mais detalhes, a mesma estranha a porta aberta e ao entrar na casa sente-se aflita. Sem nenhuma ordem a jovem segue para a cama, no entanto, não se deita como na outra narrativa, e repara que sua avó está estranha. Nas duas versões ocorre um diálogo entre o lobo e Chapeuzinho antes de ele devorá-la (MACHADO, 2010, p. 44-45:81-82).

A versão de Charles Perrault se encerra após Chapeuzinho ser devorada, seguida por um texto moral sobre que “as meninas, e sobretudo as mocinhas lindas, elegantes e finas, não devem a qualquer um escutar” (MACHADO, 2010, p.45), onde principalmente devem ter cuidado com os “doces lobos” que acompanham as jovens para “além do portão” pois estes são “os mais perigosos” (MACHADO, 2010, p.45). Para Bettelheim (2015, p.237) a lição de Perrault retira da narrativa o seu atrativo, pois deixa explícito que o lobo não é um mero animal voraz e, sim, uma metáfora. Outra observação a ser salientada desse autor é sobre a estrutura do conto de fadas, essas narrativas literárias possuem uma mensagem a ser captada pelo receptor. Entretanto, tais histórias não confrontam diretamente o ouvinte/leitor ou lhes diz como e o quê deve ser escolhido por ele. Dessa forma, percebe-se que o texto moral dito por Perrault também transforma o que era pra ser um conto de fadas em um conto de alerta, que explica tudo completamente, tirando do ouvinte/leitor a oportunidade de usar a sua imaginação e elaborar as suas próprias respostas (BETTELHEIM, 2015, p.49:237).

Segundo Corso e Corso (2006, p. 54) há um duelo verbal entre ambos que remete a um diálogo sedutor, sendo a jovem mais do que uma refeição. Porém, o mesmo não ocorre para com a avó que é devorada sem nenhuma cerimônia. Bettelheim (2015, p.245) traz para reflexão um outro fator, se enxergar esse lobo como a parte animalesca da personalidade do pai da garota, ele então poderia possuir a menina após a morte de sua mãe como ocorria em certas culturas camponesas, neste caso a avó teria sido devorada com o intuito de ser dispensada porque representa também a mãe da jovem.

Na versão dos Irmãos Grimm a história não se encerra com a protagonista devorada mas, continua. Após engolir a avó e Chapeuzinho, o lobo adormece e passa a roncar muito alto, o suficiente para atrair um caçador que por perto da casa andava. O homem se preocupa com a altura do ronco que supostamente era da idosa e então entra na casa, avista o lobo e saca a espingarda, mas não o mata pois desconfia que o animal tenha comido a dona da casa. Dessa forma, ele pega uma tesoura e corta a barriga do lobo, retirando a senhora de dentro em conjunto com a neta. Chapeuzinho assustada, porém, ativa, busca pedras para pôr na barriga do lobo, enquanto sua avó mal podia respirar. A menina enche a barriga do animal e quando este acorda sai correndo, mas devido ao peso suas pernas bambeiam fazendo com que caia morto. A jovem, o caçador e a idosa ficam radiantes com o desfecho. A senhora come os bolinhos, bebe do vinho e por conta destes recupera a saúde. Diante disso, a garota aprende uma lição sobre não se desviar do caminho e não entrar na mata quando sua mãe lhe proibir (MACHADO, 2010, p.82-83).

Nesta versão, a partir do princípio de que o caçador seja o pai de Chapeuzinho como sugere Bettelheim, este personagem se torna a representação do forte e do resgatador, pois é ele que salva tanto a garota quanto a idosa (BETTELHEIM, 2015, p. 241). Percebe-se, então, que há uma entrega de papéis para cada gênero, enquanto o homem é o salvador, a mulher deve esperar por ele ser salva. O mesmo ocorre no pensamento a respeito do sexo, segundo Corso e Corso (2006. P.43) em relação a criança ser seduzida pelo adulto, o infante fica feminizado devido a passividade do ato. Seguindo essa afirmação, se o passivo está atrelado ao feminino o mesmo ocorre com a avó durante o conto. As observações de Bettelheim e Corso e Corso se agravam na terceira idade como dito anteriormente, onde a idosa se não perde sua sexualidade socialmente quando viúva ou solteira, necessita ainda de um parceiro para poder exercê-la sem ser recriminada por tal fato (MUCIDA, 2009, p. 143).

Neste tocante, a avó é devorada no conto assim como a neta, pois não fora capaz de lidar com o lobo, faltando-lhe indicar para Chapeuzinho o que os avós devem fazer: proteger, ensinar e alimentar. A senhora é responsável, pelo perigo corrido em relação ao animal, pois foi ela que entregou de forma prematura a sexualidade a menina (BETTELHEIM, 2015, p. 243:251). Entretanto, é dado as personagens da idosa e da jovem uma nova chance. As duas saem da barriga do lobo como que em operação

cesariana, elas renascem, pois a morte do herói seria um fracasso para o ouvinte/leitor. Sendo assim, ambas não são mais as mesmas de antes, enquanto Chapeuzinho amadurece, a avó da jovem recupera a saúde após a ingestão dos alimentos (BETTELHEIM, 2015, p. 250-252:255).

Considerações finais

Diante do exposto evidenciou-se que as narrativas elencadas demonstram que os contos de fadas são, de fato, uma representação da cultura em que circulam. Através da análise da personagem da avó percebeu-se de acordo com a literatura que esta representa a mulher idosa na atualidade, devido ao aspecto da sexualidade a ela associada, bem como suas características.

Durante o conto a mesma é exposta como velha e doente, e não possuindo um cônjuge, conseqüentemente, não é possuidora de uma sexualidade, pois de acordo com a cultura a mesma só poderia exercer-la, bem como ter encontros sexuais, caso fosse casada, sendo a mulher passiva em relação aos homens. Sobre a desigualdade entre os gêneros também verificou-se que a sedução é algo divergente, vista como crescente no sexo masculino devido a ideia de maturidade e experiência, enquanto que no âmbito feminino a mesma decresce, associando-se a ideia de proximidade da morte e da juventude da mulher. Neste tocante, Chapeuzinho é visualizada no conto como a preferida do lobo, sendo a avó posta em segundo plano e culpabilizada pelos erros da jovem.

Por conseguinte, é perceptível que a sexualidade feminina na velhice é algo inerente as mulheres nessa fase da vida. Entretanto, percebe-se que está sujeita ao universo masculino, assim como que limitada socialmente em nossa cultura. Dessa forma, espera-se que esse trabalho possa contribuir para demonstrar que as diversas “avós” do nosso cotidiano detêm de sexualidade assim como as mulheres jovens e adultas, sendo esta um ponto de reflexão para a depreciação do idosa em sociedade.

Referências

BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. 31ª edição. São Paulo, SP: Editora Paz e Terra, 2015.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice** Tradução de Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1986.

CORSO, Diana Lichtenstein; CORSO, Mário. **Fadas no divã: Psicanálise nas Histórias Infantis**. São Paulo, SP: Artmed, 2006.

GOFFMANN, Erving. **Stigmaté**. Paris: Minuit. 1975.

LE BRETON, David. **Antropologia do corpo e modernidade**. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LOPES, Gerson. **Sexualidade Humana**. 2ª edição. Rio de Janeiro: MEDSI - Editora Médica e Científica, 1993.

MACHADO, Ana Maria. **Contos de Fadas, de PERRAULT, GRIMM, ANDERSEN e outros**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2010.

MUCIDA, Ângela. **O sujeito não envelhece - psicanálise e velhice**. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. P. 11- 223.

MUCIDA, Ângela. **Escrita de uma memória que não se apaga - Envelhecimento e velhice**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

ESPELHO, ESPELHO MEU EXISTE ALGUÉM MAIS BELA DO QUE EU?

Ana Thiena Apoliano Gomes da Silva¹;

Francisca Lopes de Souza²

Resumo

A intervenção que resultou neste relato de experiência foi realizada no Centro de Referência para População em Situação de Rua – Centro POP de Sobral, e teve como objetivo contribuir para o fortalecimento da autoestima das mulheres em situação de rua de Sobral. As técnicas utilizadas foram rodas de conversa e sessão fotográfica, ocasião em que as mesmas recebiam adereços, maquiagem para o momento da fotografia e, ao final, a entrega da foto revelada mediada por um momento de reflexão sobre vaidade, beleza, aparência e autoestima. Participaram cerca de oito mulheres. A intervenção evidenciou a necessidade de fortalecer e aprimorar as ações voltadas para o público feminino na instituição, considerando suas particularidades, seus modos de vida e a questão de gênero, pois em geral, as atividades são generalistas e quase sempre abordam temáticas escolhidas pela equipe técnica do Centro POP.

1 Assistente Social, Pós graduanda em Saúde Pública e Saúde da Família pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Vinculada ao Instituto Superior de Teologia Aplicada – INTA. thienaapoliano@gmail.com.

2 Professora do Curso de graduação de Serviço Social das Faculdades INTA. Especialista em Gestão da Clínica - Educação na Saúde para Preceptores do SUS pelo Instituto Sório-Libanês de Ensino e Pesquisa. Mestre em Saúde da Família pela Universidade Federal do Ceará. fran.lopesdesouza@gmail.com

Introdução – “Um outro dia, um outro lugar”

O interesse em pesquisar sobre mulheres em situação de rua³ foi pensado a partir das vivências no período de estágio supervisionado do curso de graduação em Serviço Social das Faculdades INTA em Sobral-CE⁴. No 6º semestre do curso, existe a primeira disciplina de estágio, o que considero um marco na minha formação, a situação era de angústia e ansiedade, para confrontar a teoria e a prática. Reconheci o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP⁵, como uma opção de estágio e lá foi onde tive contato com as políticas públicas para população em situação de Rua, sendo fundamental para elaboração deste relato de experiência.

Segundo a Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua (BRASIL, 2007), o Brasil conta hoje com 31.922 moradores de rua, sendo a grande maioria do sexo masculino, com nível de escolaridade baixo, e com diferentes motivos que influenciaram a moradia nas ruas, estando o uso abusivo de drogas como o principal deles. A contextualização histórica sobre o fenômeno que permeia a vida da população em situação de rua no Brasil, esclarecendo que o país, no período anterior ao Império⁶, a população de rua era criminalizada, associada com vadiagem e sujeira, então a maioria da população buscava proteção e distância das pessoas que formavam esse grupo (BRASIL. Código Criminal do Império, 1830 e BRASIL, Código Penal da República, 1890). A população em situação de rua é vista como poluída, doente e sujo, como explica Douglas (1966), a impureza é algo que está

3 Definida como grupo populacional heterogêneo, que tem em comum a pobreza, os vínculos familiares rompidos sem moradia convencional regular e tendo a rua como o espaço de moradia e sustento (BRASIL, 2008).

4 Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2006, a cidade de Sobral tem uma população de 175.814 habitantes e está situada na região Norte do Ceará, a 235 quilômetros de Fortaleza (http://www.sobral.ce.gov.br/site_novo/index.php/a-cidade/historia, acesso em 27/11/2015 às 16:00 horas).

5 O Centro Pop é um espaço de referência para o convívio grupal, social e o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, proporcionar vivências para o alcance da autonomia e estimular, a organização, a mobilização e a participação social (BRASIL, Resoluções CIT 2011 e CIT 2013).

6 O período do Brasil Império teve início em 1822, com a proclamação da Independência, e durou até 1889, quando foi instaurada a República (BRASIL, 2009).

fora dos padrões, fora do seu lugar e que confunde nossa classificação de ordem e desordem social.

Com o objetivo de enquadrar o sujeito em uma ordem social, já que segundo a mesma autora afirma que o corpo humano é o símbolo da sociedade, surgem formas de amenizar essa impureza, como por exemplo, as políticas públicas.

Aqui eu estou em “plena luta” e a vida é um combate entre estranhos. Estou também sujeito às leis impessoais do mercado e da cidadania que frequentemente dizem que eu “não sou ninguém”. Fico, então, à mercê de quem quer que esteja manipulando a ordem social naquele momento. (...) No mundo da rua sou um subcidadão, já que as regras universais da cidadania sempre me definem por minhas determinações negativas: pelos meus deveres e obrigações, pela lógica do “não pode” e do “não deve” (DAMATTA, 1997, p. 92).

Instituída pelo Decreto 7.053 do dia 23 de dezembro do ano de 2009, a Política Nacional para População em Situação de Rua passa a reconhecer a atenção a esta população no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS (BRASIL, 2009). O Centro POP é uma unidade público estatal que realiza atendimento especializado para a população de rua, na perspectiva de efetivar direitos, fortalecer autonomia e potencialidades reconhecendo a heterogeneidade dessa população. O cenário da intervenção é o Centro POP de Sobral, local onde fui afetada pelos modos de vida das mulheres que moram na rua.

A realidade institucional me impulsionava a relacionar teoria e prática no universo que arrebatou meu olhar direcionado as mulheres em situação de rua que eram acompanhadas pelo Centro Pop. Diariamente vivia situações diferentes, peculiares e particulares, naquela instituição fui conhecendo mulheres, jovens e idosas, marcadas por violências, alegrias, exclusões, conflitos e que demonstravam principalmente serem livres considerando que muitas delas relatam que um dos principais motivos de morarem nas ruas é ter liberdade para terem comportamentos que em uma casa, seguindo normas, não seria possível. Essa liberdade não é completa se considerarmos que na rua existe toda uma territorialização, ou seja, disputa por espaços, violência, concorrência para conseguir atividades geradoras de renda, dentre outros motivos. O sentimento que aquelas mulheres transmitiam era

coragem, beleza, vaidade, cuidado e força, sentimento este que ao mesmo tempo perpassava minha própria condição de ser mulher.

As mulheres atendidas pelo Centro POP tentavam manter-se arrumadas, tinham cuidados com o corpo e preocupação com os cabelos, percebi então premência em apreender sobre a figura e os modos de vida das mulheres em situação de rua de Sobral. Ao observar os hábitos das mulheres atendidas pelo Centro POP, percebi a importância de realizar um projeto de intervenção que valorizasse a auto estima, trouxesse uma reflexão acerca do que é beleza e se existe um padrão de beleza.

A primeira mulher em situação de rua que tive contato estava penteando os cabelos e maquiando o rosto, ela é uma pedagoga que acabou indo morar nas ruas devido ao uso de substâncias psicoativas. Então, dirigiu o olhar para mim, e perguntou “Tô bonita fia? Vou ver meus meninos. O pai deles leva eles para brincar no Arco⁷ e eu fico de longe só olhando.” Aquilo aumentou meu interesse em compreender as situações que envolvem a vida dessas mulheres. Mesmo quando eu estava fora da instituição, me debruçava às observações nas ruas, praças, mercados e becos de Sobral, onde se agrupam e convivem mulheres em situação de rua.

Entregava-me a descoberta e inquietudes que o olhar me causava, compreendendo a utilização do espaço, as relações sociais e os comportamentos destas. Perceber os significados subjetivos de morar nas ruas requer sensibilidade e sutileza de alguém que sempre morou em uma casa. Há também quem diga que uma calçada se faz casa, se faz morada. Imersa neste contexto, realizei o projeto de intervenção “*Espelho, espelho meu! Existe alguém mais bela do que eu?*”, com objetivo geral o fortalecimento da autoestima das mulheres atendidas pelo Centro POP de Sobral.

Traçados metodológicos – “desaparece antes quealguém acorde”

O estágio supervisionado em Serviço Social é referenciado pela lei 8.662/1993, que regulamenta a profissão e os onze princípios do Código de ética que indicam o rumo ético-político a serem efetivados pela categoria profissional (CFESS – Conselho Federal de Serviço Social, 1993). No projeto de intervenção que resultou neste relato de experiência foi utilizada

⁷ Arco do Triunfo: Monumento histórico da cidade de Sobral, local público onde se concentram pessoas de diversas faixas etárias para práticas de lazer e descontração.

a abordagem qualitativa, que não se atém a representatividade numérica, mas sim com a profundidade na compreensão das ações de um grupo social (GOLDENBERG, 2004, p. 34). Para que o objetivo geral fosse alcançado, foram realizadas as intervenções a seguir:

No primeiro momento foi realizada a apresentação do projeto de intervenção a equipe técnica do Centro POP, com participação dos profissionais sendo aberto o momento para sugestões e avaliação.

Posteriormente, foi executada uma roda de conversa com as mulheres em situação de rua onde foram abordados os assuntos: estética, vaidade, autoestima, beleza e etc. Neste momento, foram exibidas as fotos do projeto “Kamuflados” (um projeto social que busca dar visibilidade a moradores de rua utilizando fotografias dos mesmos) e foi realizada uma conversa sobre o que nos transmite aquelas fotos seguindo as perguntas norteadoras: eu me reconheço nas fotos? Eu sou diferente das pessoas daquelas fotos? Todos tem uma beleza igual? Existe uma beleza padrão? Eu sou bonita? Eu estou bonita? Aos olhos de quem eu sou bonita?

A materialização dos momentos anteriores foi possível através de um sessão fotográfica das mulheres em situação de rua no próprio Centro POP, na ocasião foram disponibilizados adereços, maquiagens e acessórios.

O momento de encerramento contou com a entrega das fotos reveladas no tamanho 20x25, reflexão e avaliação do projeto “*Espelho, espelho meu! Existe alguém mais bela do que eu?*”.

Referencial teórico

Para o desdobramento desta pesquisa, é importante pontuar três categorias: população em vaidade, população em situação e mulher. As três estão ligadas e relacionadas entre si. Sobre vaidade podemos citar a historiadora e escritora Mary Del Priore (2012, p.37) que afirma “*a história das mulheres passa pela história de seus corpos*”, ou seja, a vaidade, o corpo de uma mulher e seus fascínios não são novidades. A autora ainda acrescenta comentando que no Brasil Colônia a mulher tinha suas formas de pensar e agir cristalizadas por uma sociedade masculina, isso interferia nas formas do corpo feminino que refletia apenas subordinação. A vaidade e o corpo feminino vêm sendo estudado ao longo da história por antropólogos, cientistas sociais, assistentes sociais e outros. Ainda sobre o corpo o autor Françoise Dolto comenta:

“A imagem do corpo, em contrapartida, é peculiar a cada um: está ligada ao sujeito e à sua história. Ela é específica de um tipo de relação libidinal. A imagem do corpo é a síntese viva de nossas experiências. Ela pode ser considerada como a encarnação simbólica inconsciente do sujeito desejante. A imagem do corpo é, a cada momento, memória inconsciente de todo o vivido relacional e, ao mesmo tempo, ela é atual, viva, em situação dinâmica, simultaneamente narcísica e inter-relacional: camuflável ou atualizável na relação aqui e agora, por qualquer expressão linguareira, desenho, modelagem, invenção musical, plástica, assim como mímica e gestos. É graças à nossa imagem do corpo sustentada por – e que se cruza com – nosso esquema corporal que podemos entrar em comunicação com outrem.” (DOLTO, 1984, p.14-15)

A autora Mary Del Priore (2012, p. 69) faz uma explanação sobre a beleza feminina e como ela é tratada no fragmento a seguir:

Enquanto poetas e viajantes despiam o que a sociedade cobria, uma rede de objetos, matérias, cores e dores buscava transformar o corpo feminino. Dissimular, apagar, substituir as imperfeições graças ao uso de pós, perucas, unguentos, espartilhos e tecidos volumosos era comum. A pele azeitonada, a robustez física, as feições delicadas e a longa cabeleira passavam por processos feitos de bens e serviços, utensílios e técnicas, usos e costumes capazes de traduzir gostos e rejeição, preceitos e interditos. [...] A cosmética evoluía (DEL PRIORE, 2000, p. 23).

Para nos falarmos da categoria população em situação de rua, é importante citar o que os autores comentam sobre características dessa população. De acordo com Simões Júnior (1992, p. 19-20), desde a antiguidade, já eram registrados grupos habitando as ruas e vivendo quase que exclusivamente da mendicância. Este fenômeno têm várias conotações ao longo da história, mas sempre está relacionado com a exclusão e com o espaço urbano.

Snow e Anderson (1998, p. 77) afirmam que as relações sociais dos moradores de rua representam uma subcultura limitada ou incompleta, formando um “mundo social” que não é criado ou escolhido pelas pessoas que moram nas ruas, mas pela qual foram empurradas por circunstâncias alheias ao seu controle. Podemos concluir que as pessoas em situação de rua estão nas ruas por diferentes motivos, formando um grupo heterogêneo e que é consequência de um processo de exclusão social no Brasil.

Para Castel (1997, p. 28-29), a rua é a opção que resta aos denominados por ele como “sobrantes” que são pessoas normais, mas inválidas pela conjuntura, como consequência das exigências de competitividade e da redução de oportunidades de emprego, fatores que constituem a situação atual, na qual não há oportunidade para todos na sociedade.

Vieira, Bezerra e Rosa (1994, p. 93-95), afirmam que existem três tipos de pessoas em situação de rua. As pessoas que ficam na rua, que são aquelas que geralmente estão sem empregos ou chegaram a uma nova cidade em busca de parentes ou trabalhos e ocupam albergues, rodoviárias e etc. As pessoas que estão na rua, que são aquelas que já são acostumados com a situação de rua, já conhecem as normas locais, tem vínculos com outras pessoas na sua mesma situação e fazem atividades geradoras de renda como flanelinhas, descarregadores de caminhões e catadores de material reciclável. E por fim, as pessoas que são da rua, são as pessoas que já estão na rua a muitos anos e que desenvolveram algum tipo de deficiência mental, dependência química ou é debilitado fisicamente.

Analisando pelo ponto de vista de gênero, Tiene (2004, p. 19) trata a questão especialmente abordando a diferença que é para as mulheres estarem no espaço público da rua, em contraste com o ambiente a que estão acostumadas e para o qual foram socializadas, em local doméstico e protetor. Já para os homens, estar na rua é também frequentar o espaço público, onde foram acostumados a conviver e buscar a sobrevivência.

O campo de estudo do gênero surgiu com o movimento das mulheres. Aqui utiliza-se o conceito de gênero formulado por Joan Scott (1990, p. 79), que o entende como um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, sendo assim uma construção social e histórica. Faz-se, portanto, uma análise do conceito e da categoria gênero no campo das ciências humanas e sociais para as quais o conceito de gênero se refere à construção social do sexo anatômico ou o que se diz a partir das diferenças percebidas entre os sexos. Neste contexto podemos afirmar que estudar população de rua a partir do conceito de gênero é estudar como se constroem as relações entre as pessoas sejam elas do mesmo sexo ou de sexo diferentes. Conforme Bassanezi (2004), ao longo do tempo, as mulheres sofreram das mais variadas formas de submissão (ao seu senhor, ao seu pai, ao seu marido e até mesmo à sociedade). Podemos comprovar esta citação nas vivências com as mulheres em situação de rua de Sobral, quando morando nas ruas procuram um parceiro muitas vezes para se sentirem protegidas e para servi-los. Tornando-se assim submissas.

Relato de experiência – “Era Ana Paula agora é Natasha, usa salto quinze e saia de borracha.”

A música da banda brasileira Capital Inicial “Natasha” foi escolhida por uma das participantes do projeto como a música de sua vida, por isso utilizada neste relato de experiência, como referência às mulheres que vivem suas aventuras, belezas e tragédias nas ruas da cidade de Sobral.

A equipe técnica do Centro POP é formada por dois assistentes sociais, dois psicólogos, dois pedagogos e um assessor jurídico, sendo essa equipe a receber a primeira apresentação do projeto de intervenção. A intervenção aconteceu em outubro de 2015, com a participação de 8 mulheres em situação de rua, no Centro POP de Sobral. O reconhecimento das diversas demonstrações de cuidados que as mulheres em situação de rua demonstravam dentro da instituição, foi ressaltado pela equipe, assim como a importância desta para este público que é minoria nas ruas, mas que tem uma participação expressiva dentro do Centro POP.

Como Nathasha (s), que já deixaram pais e namorados para viver no asfalto, sempre cuidando da beleza e de si, as participantes da intervenção chegaram às primeiras rodas de conversas cheias de expectativas. No momento de apresentação das fotos do projeto “Kamuflados”, ficou explícita a satisfação das mulheres, pois demonstraram se reconhecer naquelas fotos. Entre fotos e sorrisos perguntavam se era possível que elas também ficassem bonitas nas fotos. Algumas comentavam que era necessário “perder essa cara de moradora de rua”, o que é possível relacionar com Goffman, (1993, p. 54) quando diz que o estigma é usado para referenciar uma característica altamente depreciativa, portanto, é preciso “perder a cara de moradora de rua” para fugir de um estigma que exclui, diminui e enfraquece o indivíduo.

Apenas uma usuária, G.M, 30 anos recusou-se a participar da sessão fotográfica, alegando que “nasci essa preta feia e vou morrer assim menina, não há maquiagem que dê jeito!”. Le Breton, (2006, p. 86) afirma que a construção do corpo não é algo natural, mas sim uma construção social modulável de acordo com a vivência de cada ser. Portanto, a importância das manifestações corporais que dão sentido a simbologia de determinado grupo social.

Considero o momento da sessão de fotos o ápice deste projeto. Maquiar-se, ajudar a colega a passar a sombra e refletir sobre qual batom

fica melhor com o tom de pele gerou conversas e muitas risadas. Quando ficaram prontas fizeram poses, diziam como gostariam de ser fotografadas e qual o melhor ângulo para não aparecer algo que lhes incomoda. G.M, que preferiu não participar, observava a tudo e sorria desconfiada.

As fotos foram reveladas e colocadas em porta retratos para que as usuárias pudessem coloca-los na calçada em que dormem com a proposta de não esquecerem a importância que cada uma tem para si mesma. Ao receberem os porta retratos o silêncio tomou conta da sala. Quando convidadas para falar sobre o que estavam sentindo, duas mulheres não conseguiram e choraram, fazendo com que todas da sala se emocionassem. Retomada a discussão era visível a valorização de cada fotografia e os comentários surgiam:

- “Eu sou linda mesmo, nem o crack acabou comigo, tá vendo?”

- “Pensei que não ia prestar, mas fiquei uma gata de revista. Vou mandar essa foto para os meus filhos.”

- “Isso foi o que restou de mim, ainda pareço gente.”

Então G.M se aproxima e diz: “Tia, faz uma sessão comigo? Estou arrependida de não ter participado!” É importante ressaltar esta primeira experiência profissional como algo marcante e inesquecível, apesar das limitações que houveram durante a intervenção. Planejar algo com pessoas que transitam livremente é complicado, pois quem está em um ponto da cidade pode não ser mais encontrado ali. Quem frequenta assiduamente o Centro POP, pode ter mudado de cidade a qualquer momento. Esta instabilidade permeou o projeto e fazia com que houvesse um sentimento de insegurança. Ao final, todas as participantes compareceram. Conviver durante 1 ano e meio com mulheres que me ensinaram os diferentes significados de ser mulher foi algo grandioso.

Considerações finais – “o mundo vai acabar e ela só quer dançar”

Considerando a experiência citada, é importante fortalecer e aprimorar as ações voltadas para o público feminino na instituição, considerando suas particularidades e seus modos de vida. As atividades são generalistas e quase sempre abordam temáticas escolhidas pela equipe técnica do Centro POP, ou seja, sem participação dos usuários.

A autoestima é algo importante a ser tratado pois influi nas relações dos usuários com a comunidade que ele convive e até mesmo com as

drogas, já que eles comentam que quanto mais tristes, mais usam crack. A interferência na família fica explícita quando os moradores de rua deixam de visitar seus familiares por estarem, segundo julgamento deles com uma má aparência.

Mulheres com experiência de moradia de rua narram suas percepções a respeito de seus corpos e suas trajetórias, revelando a peculiaridade da vida nas ruas de Sobral. Em passagens recorrentes deste estudo são marcados por intensidade e subjetividade. Minha intenção ao descrever as considerações finais será construída a partir das reflexões acerca de como as moradoras de rua percebem seus corpos na situação e no cotidiano em que estão inseridas.

Pra as participantes deste relato de experiência, a rua também é o cenário da construção de símbolos, subjetividades e significados muito peculiares de quem nela mora, pois a população em situação de rua ao mesmo tempo em que é transgressora de normas e regras, cria suas próprias leis. O fato das moradoras de rua que participaram desta pesquisa transitar por muitos espaços não anula seus afetos e vínculos.

Desprovidas de bens materiais e fora das práticas de consumo, o corpo das moradoras de rua se torna algo irreduzível, sendo a trajetória da moradora de rua, uma trajetória corporal. Ao mesmo tempo em que o corpo as jovens trazem as marcas de sucessivos processos de violência, ele também é utilizado como forma de superação e resistência a exclusão social a que estão inseridas. É no transitar pela cidade que as moradoras de rua expressam sua subjetividade e afirmam sua existência.

Minha percepção sobre o corpo e suas construções se deu a partir dos relatos sempre carregados de sentimentos. Observei no decorrer desta pesquisa percursos de vida marcados pela intensidade e rigidez como uma estratégia de sobrevivência para a cruel realidade da rua. Sobre a forma como atribuem características a seus corpos, as participantes evidenciam questões que se entrelaçam com as relações de consumo da sociedade contemporânea, sendo o “não parecer ser moradora de rua” algo indispensável.

Em algumas situações observei que as mulheres idealizam suas características físicas, buscando se enquadrar em um modelo considerado por elas como ideal. A aparência veste-se então como algo crucial para elevar a autoestima e para que reafirme a aprovação do outro.

Entre as tantas emoções que me afetaram durante esta pesquisa, assumo que o distanciamento exigido pela ciência foi um grande desafio,

já que em vários momentos percebia semelhanças com a minha trajetória como mulher. Defendo incansavelmente a continuidade da discussão do fenômeno população em situação de rua para contribuição no campo acadêmico, fortalecimento de políticas públicas voltadas para este segmento e conseqüentemente melhor qualidade de vida para estas pessoas. Certamente esta discussão não se encerra aqui, já que a pesquisa é algo inacabado que está em constante desenvolvimento.

Reafirmo, portanto, o compromisso social desta pesquisa com as mulheres em situação de rua, de modo a considerar seus corpos como algo além do que se vê, compreendendo sua complexidade, seus significados e sua realidade escancarada.

Referências

ABEPSS – **Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Política Nacional de Estágio.**Ano 2010.

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília, 2010.**

BASSANEZI, C. B.; DEL PRIORE, M. (Org.). **Mulheres dos anos dourados.** In: DEL PRIORE, M. (Org.). **Histórias das mulheres no Brasil.** 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004

Brasil, **Código criminal do Império do Brazil de 16 de dezembro de 1830**, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm (Acesso em: 15/10/2015 às 22:00 horas)

CASTEL, Robert, 1997. **A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”.***Caderno CRH*, 26/27: 19-40.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. Código de Ética do Assistente Social. 1993. _____. Resolução 533/2008. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania mulher e morte no Brasil.** 5^a ed. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.

DEL PRIORE, Mary. *História das Mulheres no Brasil.* São Paulo: Editora Contexto, 2000

DEL PRIORE, M. (2012) **Magia e medicina na colônia: o corpo feminino.** In.: DEL PRIORE, M. (org.). *História das mulheres no Brasil.* 10. ed. São Paulo: Contexto, 78-115.

DOLTO, Françoise. *No Jogo do desejo.* Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A, 1984.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: la identidad deteriorada.** 5. ed. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1993.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GRANGER, G. G. A ciência e as ciências. São Paulo: Ed. da UNESP, 1994.

<http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>

<http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/A%20IMPORT%C3%82NCIA%20DO%20EST%C3%81GIO%20SUPERVISIONADO%20NA%20FORMA%C3%87%C3%83O%20PROFISSIONAL%20DO%20ASSISTENTE%20SOCIAL.pdf>

LE BRETON, D. **A Sociologia do Corpo**. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2006. **O Estágio Supervisionado**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, V. 16. n. 2, jul./dez. 1990, p. 5-22.

SIMÕES JUNIOR, José Geraldo. **Moradores de rua**. São Paulo: Polis, 1992.

SNOW, David; ANDERSON, Leon. **Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua**. Petrópolis: Vozes, 1998.

TIENE, Izalene. **Mulher moradora de rua – entre violências e políticas sociais**. Campinas: Alínea, 2004.

VIEIRA, M. da C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. (Orgs.). **População de rua: quem é? Como vive? Como é vista?** São Paulo: Hucitec, 1994.

AS REPRESENTAÇÕES DO SIGNO IDEOLÓGICO NAS VESTES DE SOFIA¹

Antonia Gerlania Viana Medeiros¹

Resumo

De acordo com os estudos de Bakhtin e seus seguidores, o que caracteriza o signo é sua forma ideológica, pois ele pode ser um objeto material ou um fenômeno da realidade que adquire uma função ideológica. Sendo assim, compreende-se que o que assinala uma representação sígnica é a carga valorativa advinda das estruturas e superestruturas sociais, podendo uma roupa representar a ideologia concretizada em signo de uma classe social. A indumentária perpassa a sua função de cobrir o corpo feminino nu e assume um novo papel, o de artefato cultural. Nesse trabalho objetivamos analisar como Sofia, da obra *Quincas Borba* de Machado de Assis, apresenta em suas vestimentas marcas de sua classe burguesa, da possível riqueza do marido e dos discursos intrínsecos por meio das cores e das formas que se veste para se apresentar à sociedade, ratificando a ideia da veste como signo. A personagem se utiliza do seu papel de mulher e “vitrina” do poder econômico do cônjuge para conseguir ascender na escalada social burguesa.

Palavras-chave: Signo ideológico, Indumentária, Sofia.

¹ Mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Especialista em Literatura e Estudos Culturais pela UERN e graduada em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa pela UERN.
medeirosgerlania@gmail.com

Primeiras palavras

O Círculo de Bakhtin fala sobre o signo, que é constituído pela linguagem e marcado pela ideologia e as relações sociais. É um objeto material, que pode ser considerado também um fenômeno da realidade objetiva que adquire uma função ideológica, afinal o signo só representa a realidade sígnica e não-sígnica quando parte de um ponto de vista valorativo. É o valor em que o objeto ou fenômeno recebe e o contexto em que estão inseridos que determinarão a representação do signo ideológico, que distinguirá o signo do que não é signo (PONZIO, 2008).

Bakhtin (2006, p. 32) afirma que “qualquer produto de consumo pode, da mesma forma, ser transformado em signo ideológico”, pois esse objeto parte da sua função primária e passa a fazer parte de um universo particular, devido a valoração recebida. Os produtos simbólicos advêm por essa transformação, eles deixam de fazer parte de uma realidade, eles refletem e refratam uma outra. Assim, o que veste o corpo humano também pode ser um signo ideológico, desde que essa vestimenta tenha a valoração ideológica.

Na obra *Quincas Borba*, de Machado de Assis, a personagem Sofia, fiel representante da burguesia do século XIX, utiliza-se das suas vestes para apresentar à sociedade a riqueza do seu marido Palha. Nesse caso, as suas vestes são costuradas por interesse de classe, exaltando ainda a beleza e a sedução feminina.

Diante dessas colocações, propõe-se, neste trabalho, destacar algumas passagens da obra literária em que é possível visualizar a indumentária de Sofia como representação do signo ideológico. Como a teoria bakhtiana coloca, o objeto, enquanto representação sígnica, passa a significar além de suas próprias particularidades materiais, o que ocorre com a indumentária de Sofia, pois os seus vestidos “vestem” o corpo e a posição da burguesa.

Sobre o signo ideológico e a leitura da indumentária

Entende-se, de acordo com as teorias bakhtinianas, que tudo que é ideológico possui um valor semiótico, assim como onde se encontra um signo, encontrar-se-á também a presença da ideologia. E o que seriam esses signos? Mikhail Bakhtin e seus seguidores demonstram que é na linguagem

que mais podemos perceber a presença dessa valoração aos objetos e fenômenos, o que os transformam em signos ideológicos:

Há duas características presentes no signo que o diferenciam do objeto, ou fenômeno natural, e de um instrumento, seja um instrumento de produção ou um bem de consumo: ele faz parte de um processo de interação social e reflete a realidade de um ponto de vista ideológico; além do que a existência de um signo ideológico, como também sua recepção-interpretação, “presupõe a existência de vínculos sociais”. O mesmo processo é completamente social. (PONZIO, 2008, p. 112)

O Círculo de Bakhtin também observa que não é somente na língua que esse processo valorativo acontece, apesar da linguagem influenciar no método, mas nas próprias relações sociais, nas questões de classe e em nosso cotidiano a representação do signo ideológico está presente. É na linguagem que, principalmente, ocorre a materialização do fenômeno ideológico, bem como Bakhtin/Voloshinov (2006) afirmam que é na comunicação na vida cotidiana que se inicia a constituição ideológica, pois realiza o processo de produção da vida na infraestrutura e na superestrutura.

Miotello (2005, p.171) destaca que “para Bakhtin o sujeito não se constitui apenas pela ação discursiva, mas todas as atividades humanas, mesmo as mediadas pelo discurso, oferecem espaço de encontros de constituição da subjetividade, pela constituição de sentidos”. Na perspectiva bakhtiniana, compreende-se a ideologia como a expressão, a organização e a regulação das relações históricas-materiais do homem, ou seja, a superestrutura só existe se for em jogo e relação constante com a infraestrutura, são os signos que estabelecem e intermedeiam essa relação.

Há uma distinção entre um objeto físico e um signo, pois um objeto físico só se torna signo quando reflete e refrata uma outra realidade, passa a ter uma imagem artístico-simbólica ocasionada por esse objeto físico particular. Assim como o objeto físico, o instrumento também pode se tornar signo ao ser revestido por um sentido ideológico, aliás, qualquer produto de consumo pode, da mesma forma, ser transformado em signo ideológico, lembrando que todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica, ou seja, se é verdadeiro ou falso, se é bom ou mau, entre outros julgamentos:

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e

refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. *Sem signo não existe ideologia*. (BAKHTIN, 2006, p. 31)

De acordo com Bakhtin (2006), cada campo da criatividade ideológica tem seu modo próprio de orientar e refratar a realidade, afinal, o signo ideológico não é apenas um reflexo ou sombra da realidade, mas é também um fragmento material desta. No signo ideológico o fenômeno do mundo aparece na experiência exterior.

E é diante dessa experiência exterior, do olhar excedente, que a leitura da indumentária, por meio do estudo da moda e da visão da roupa como um artefato cultural, permite ver a roupa como uma linguagem dirigida entre o corpo que a veste e o meio em que se encontra, afinal, como discute Ximenes (2009, p. 27), “é possível ler a história do homem por meio da indumentária feminina”. A carga ideológica da vestimenta pesa sobre o corpo que a veste, é uma representação sógnica sobre o sujeito, o corpo que se move.

Ximenes (2009, p. 21), afirma ainda que o vestuário se revela como “um sinalizador de posição social e diferenciação de sexo”, e que a moda é operada sobre um tripé de facetas sociais, psicológicas e estéticas, demonstrando que a vestimenta vai muito além do que uma roupa simplesmente.

Barthes (2009, p. 179), propõe que o vestuário pode significar por ser nomeado, por ser usado, por ser artifício e por ser acentuado, pois “essas quatro variantes têm em comum o fato de fazerem da identidade do vestuário o seu próprio sentido”, possibilitando a indumentária a constituição do seu valor para a sociedade. O mesmo autor ainda afirma que “o signo indumentário é um sintagma completo, formado por uma sintaxe de elementos” (Idem, p. 320), que possui significante e significado.

A moda evidencia o nosso gosto individual, mas também o social, Souza (1987) alega que a vestimenta serve à estrutura social, pois ela acentua a divisão em classe, bem como reconcilia a necessidade de afirmação como pessoa (individual) com a necessidade de afirmação como membro do grupo (social), isto é, a vestimenta, numa visão de representação sógnica ideológica, é um reflexo e uma interpretação da realidade social, seja no sentido de divisões de classe ou no entendimento de exaltar a beleza humana e financeira do corpo que a veste.

O vestuário não pode ser entendido sem ser relacionado com o corpo, a roupa só está completa quando esta se complementa com aquele. A noção de corpo para Ximenes (2009, p. 89) perpassa a ideia de um corpo que se “move, corpo tridimensional, corpo com uma natureza que pertence a um tempo e espaço, e o espaço é o próprio corpo”, ambos se complementam. Svendsen (2010, p. 21) afirma que “as roupas são principalmente um escudo para o corpo, funcionando antes como uma extensão dele”, logo porque a aparência visual expressa quem somos, a indumentária protege o corpo e dialoga com o meio.

Tanto Souza (1987) quanto Ximenes (2009) defendem o pensamento da linguagem propiciada pela roupa entre o corpo que a veste e a sociedade em que se encontra. Há uma troca de informações, pois a vestimenta se comunica através de seu modelo e enfeites, enquanto que a sociedade faz as suas mudanças serem refletida nessas indumentárias. Como expõe Souza (1987, p. 125), “a vestimenta é uma linguagem simbólica, uma estratégia de que o homem sempre se serviu para tornar inteligíveis uma série de ideias como o estado emocional, as ocasiões sociais, a ocupação ou o nível do portador”. O pensamento de Ximenes (2009, p. 16) complementa a discussão de Souza (1987) ao afirmar que a “linguagem das roupas” e suas significações estão “longe de ser apenas a cobertura da nudez”, afinal, a vestimenta tem uma função social, além de proteger o corpo, pois a roupa acompanha o processo cultural e globalizado.

A moda em si, é constituída de uma consciência do corpo como meio cultural, em que as medidas, movimentos e envoltórios expressam o desejo coletivo ou individual, e estes são “somatizados” e “mediatizados”, como enfatiza Ximenes (2009), por tendências estéticas genéricas e socializantes. Além disso, como propõe Svendsen (2010, p. 77), o significado da indumentária “pode ser encontrado na consciência da pessoa que usa a peça de roupa. Nesse caso, uma roupa significaria isto ou aquilo segundo a intenção de quem a veste”, o que nos direciona ao pensamento de que a roupa ganha o seu verdadeiro significado, sentido, a partir do sujeito que a veste, de acordo com o contexto/meio em que está inserida.

Portanto, partindo do pressuposto da experiência exterior para entender como o fenômeno do mundo acontece no signo ideológico, seguindo a categoria analítica da ideologia do teórico Bakhtin (2006) e da leitura da indumentária (SOUZA, 1987 e XIMENES, 2009), é que este trabalho propõe analisar a representação ideológica da vestimenta da personagem Sofia, da obra *Quincas Borba*, de Machado de Assis.

A vestimenta como signo ideológico no corpo de Sofia

O autor Machado de Assis, além de ser conhecido por abordar questões de cunho social, é (re)conhecido por descrever detalhadamente os seus personagens, inclusive os modos e as indumentárias destes. Em *Quincas Borba*, romance publicado em 1981, Machado de Assis apresenta-nos um casal burguês, de comportamento ambicioso, que será tomado em nossa leitura para discussão da representação sócio-cultural a partir da análise da indumentária da mulher, a qual serve para destacar o seu poder financeiro:

[...] Sofia estava magnífica. Trajava de azul-escuro, mui decotada, - pelas razões ditas no capítulo 35; os braços nus, cheios, com uns tons de ouro-claro, ajustavam-se às espáduas e aos seios, tão acostumados ao gás do salão. Diadema de pérolas feitiças, tão bem acabadas, que iam de par com as duas pérolas naturais, que lhe ornavam as orelhas, que Rubião lhe dera um dia. (ASSIS, 2001, p. 143).

As descrições da indumentária de Sofia são tecidas após um elogio. O uso do adjetivo 'magnífica' e a maneira como o narrador sequencia as orações mostram que ele se detém a (re)afirmar a beleza da personagem para seu leitor, expondo características de sua vestidura e adornos. Note-se que a magnificência da dama é ratificada pelos trajes e os enfeites que utiliza. O vestido, propositalmente decotado, visa possivelmente chamar a atenção para o colo e os seios da mulher. Nessa volubilidade do tecido que cobre e descobre o corpo da personagem, os braços também aparecem nus, reforçando o jogo de sedução no qual Sofia se expõe. Compondo o ritual dos signos vestimentares, destacam-se o diadema e os brincos em pérolas pendurados nas orelhas, os quais lhe haviam sido dados de presente pelo seu maior admirador.

O leitor atento não pode passar pela cena sem perceber as implicações dela decorridas visto que o casal Palha parece calcular cada uma de suas ações. Nesse caso, o visual da personagem feminina deve ser lido como um artifício utilizado por ela e o marido como estratégia de sedução. Baudrillard (2008, p. 98) observa que “[...] na sedução a mulher não tem corpo próprio, nem desejo próprio. [...] não tendo corpo próprio, ela se faz pura aparência, construção artificial a que se vem prender o desejo do outro”.

As cores da indumentária feminina, segundo Souza (1987), evoluíram a partir de 1830, apresentando o uso de outros tons e estampas. A mulher

iniciou um processo de combinação em seus trajes, o que refletiu também na posição social de quem o vestia. A cor azul, assim como o traje “azul-escuro” de Sofia, era própria para ir ao baile ou à ópera, como na ocasião do trecho citado no qual a personagem estava em um dos bailes promovidos pela sociedade carioca. Vejamos que a cor da vestimenta destaca os braços claros e a cor de ouro da jovem, assim como marca o decote e a cintura ajustada.

O decote da vestimenta de Sofia é justificado pela vontade do marido de que a sua esposa seja vista pelos outros, admirada por sua beleza e pelo aparato da sua roupa. O fato de os braços nus, espáduas e seios da dama estarem acostumados ao gás do salão demonstra que não é apenas a indumentária que está adequada ao baile, o corpo que a veste também está acostumado à festa, ele é, assim como a cor azul do vestido, apropriado para ocasião.

Por esse viés do olhar excedente sobre o ambiente burguês é que é visualizada a marca ideológica na indumentária de Sofia, em que os vestidos são exaltados, tanto pela beleza da veste quanto daquela que está vestida, bem como pela mensagem intrínseca a eles. A leitura da indumentária propõe que a moda não pode ser vista apenas como efêmera que acompanha a tendência do momento de tempos distintos, mas como meio pelo qual se pode compreender determinados povos, situações e culturas, de acordo com Ximenes (2009). Ao ser entendida como “sinalizador de posição social e diferenciação de sexo”, percebe-se que a roupa passa a ter uma utilidade social além de cobrir a nudez, servindo para de distinguir as pessoas.

A sociedade é realmente heterogênea, os contrastes são percebíveis, desde a oposição de sexos, até o hábito de se vestir, revelando a distinção de classes, a partir de certos “sinais exteriores”, o que pode ser comparado com a “experiência exterior” que o fenômeno ideológico passa. Tais sinais são enfatizados por Souza (1987), pela vestimenta, as maneiras, a linguagem, entre outros fatores que se refletem no modo pelo qual as pessoas se distribuem na sociedade. E são nesses sinais exteriores que visualizam-se o fenômeno do mundo no signo ideológico, pois quando Palha assume a postura de vestir a mulher sempre bem, no intuito de que ela seja vista pela sociedade para que esta percebesse o poder financeiro da família, como tão bem é destacado no capítulo 35 da obra machadiana, ele traz um novo significado às roupas de Sofia: os vestidos deixam a função de apenas cobrir o corpo nu e passam a ser símbolo de riqueza, de ostentação financeira.

O pior é que ele despendia todo o ganho e mais. Era dado à boachira; reuniões frequentes, vestidos caros e joias para a mulher, adornos de casa, mormente se eram de invenção ou adoção recente, - levavam-lhe os lucros presentes e futuros. Salvo em comidas, era escasso consigo mesmo. Ia muitas vezes ao teatro sem gostar dele, e a bailes, em que divertia um pouco, - mas ia menos por si que para aparecer com os olhos da mulher, os olhos e os seios. Tinha essa vaidade singular, decotava a mulher sempre que podia, e até onde não podia, para mostrar aos outros as suas venturas particulares. Era assim um Rei Candules, mais restrito por um lado, e, por outro, mais público.” (ASSIS, 2001, p. 67)

A necessidade de ser um dos que frequentava a alta sociedade obrigava Palha a gastar boa parte da sua renda com roupas, adornos e aparatos para mulher e para a casa, bem como com despesas relacionadas aos bailes e outros eventos sociais. Lipovetsky (2009, p. 63) afirma que “o consumo das classes sociais superiores obedece essencialmente ao princípio do esbanjamento ostentatório, e isso a fim de atrair a estima e a inveja dos outros”, o que percebemos com as atitudes de Cristiano e a esposa. Pois ele utiliza-se da aparência e das vestimentas de Sofia para se destacar na sociedade, a roupa que a mulher usa é o símbolo do seu “possível poder”, tanto por tê-la como esposa, sendo uma mulher tão bonita, quanto por questões econômicas, já que ela estava sempre bem vestida. Assim como o rei de Candules, Palha queria que as pessoas admirassem a beleza da esposa.

Essa posição dada pela moda ao sexo feminino no momento de compor o seu traje, deixaria implícito as artimanhas no vestir do homem e da mulher, pois é necessário ser dito que a ociosidade da mulher demarcava o status social do homem. A figura feminina servia como objeto de adorno e companhia para a masculina, funcionando como uma espécie de “vitrina”, como observa Ximenes (2009), e que visivelmente podemos observar na narrativa sobre Palha e Sofia.

Perrot (2012, pp. 49-50) afirma que “a mulher é, antes de tudo, uma imagem. Um rosto, um corpo, vestido ou nu. A mulher é feita de aparências. [...] Ela deve ora se ocultar, ora se mostrar”. A autora faz menção à figura feminina do século XIX, tal qual é a personagem da obra machadiana. Tanto Palha quanto a sua esposa fazem uso dessa premissa que a mulher é uma “imagem”, e ela atende o que Perrot (2012) chama de primeiro mandamento da mulher, que é a beleza. Mas antes do que a beleza, Sofia se veste com as suas aparências, ou seja, com o intuito de representar o poder

econômico do marido. Pode-se afirmar que a mulher era tida como objeto a ser mostrado a sociedade para ser almejada, assim a sua exposição era maior que a do homem, este, por fim, tinha nas suas vestimentas a obrigação da elegância e de demonstrar o poder capital que detinha, enquanto a roupa da mulher era que tinha que se destacar.

A vestimenta que cobre o corpo, muitas das vezes, é o reflexo de como a pessoa que a veste se identifica, assim é possível entender a construção identitária, pois a conciliação proposta por Souza (1987), entre o “eu” e a “sociedade”, compõe a mensagem repassada pela linguagem remetida pela roupa. E Miotello (2005, p. 174) destaca que “a ideologia encontra materialização aqui nas organizações sociais determinadas”, assim a vestimenta de Sofia reflete e refrata a realidade da família e da sociedade burguesa, ela perpassa o seu significado de veste e apresenta traços individuais do pensamento do casal e traços sociais da sociedade burguesa.

O desejo do homem de sempre querer sua esposa bem vestida para que a sociedade tivesse a certeza do seu poder financeiro ganhou destaque, principalmente, com a burguesia, Freyre (1987, p. 12) enfatiza isso, e afirma que não é à toa que a moda ganhou mais ênfase no período burguês, pois tal momento evidenciava a necessidade da apresentação social. Para tanto, Ximenes (2009, p. 35), afirma que “as boas maneiras da mulher junto à sua maneira de vestir, de produzir uma determinada aparência, deveria ser exteriorizada. Isso somava pontos para que o homem, em situações sociais”, além disso fazia “promoção pessoal perante a sociedade”.

A junção do desejo da mulher pelas belas roupas e a visão masculina de mostrar a sua mulher como objeto e troféu diante do seu meio, culminaram com uma época em que a vestimenta se tornou fundamental na apresentação econômica e social. A exteriorização do pensamento da sociedade burguesa, na qual Palha e Sofia estavam inseridos, demonstra a tomada de posição ideológica deles, expressa interesses e projeções de classe por meio da indumentária da sua cônjuge.

[...] Entre elas, apareceu a lembrança da véspera. O de admiração. Ela, em verdade, estava nos seus melhores dias; o vestido sublimava admiravelmente a gentileza do busto, o estreito da cintura e o relevo delicado das cadeiras: - era *foulard*, cor de palha.

- Cor de *palha* – acentuou Sofia rindo, quando D. Fernanda elogiou, pouco depois de entrar -; cor de *palha* como uma lembrança deste senhor.

Não é fácil dissimular o prazer da lisonja; o marido sorriu cheio de vaidade, procurando ler nos olhos dos outros o efeito daquela prova minuciosa de amor. Teófilo elogiou também o vestido, mas era difícil mirá-lo sem mirar também o corpo da dona; dali, os olhos compridos que lhe deitou, sem concupiscência, é certo, e quase sem reincidência. (ASSIS, 2001, p.318)

Foi a partir da constatação da existência do “vestido cor de palha” que decidimos ler a obra machadiana seguindo viés teórico e metodológico sobre as vestes de Sofia. Da cena trazida à tona por meio de uma lembrança da personagem é possível retirar diversas implicações. Inicialmente, observamos como o vestido realça surpreendentemente o corpo da dama, destacando partes dele, como se tivesse sido costurado propositalmente com esse intuito. Na sequência, se revela por meio da fala da personagem feminina, uma de suas condições: a de ser, antes de tudo, a esposa de Cristiano Palha. A cor da roupa traduz essa ideia de posse, como se (re)afirmasse que a mulher era objeto do esposo. O vestido, presente do Palha, e que é sarcasticamente referido pelo narrador com uma “prova minuciosa de amor” encobre intenções estratégicas que estão implícitas na reafirmação de Sofia, sobre a cor da vestimenta, e na vaidade de Cristiano, o qual se interessa diretamente pelo efeito que a presença da cônjuge provoca nos outros.

A ênfase dada a vestimenta de Sofia demonstra a importância que a sua indumentária tem naquele jogo de poder, e quando ela coloca que o *foulard* que usava tinha *cor de palha*, ela remete ao vestido como parte pertencente, além do seu corpo, ao marido – “*cor de palha* como uma lembrança deste senhor”. É a concepção ideológica materializada, colocando em evidência a sua posição de senhora desse homem, mas também destacando o valor signífico da sua vestimenta.

Ao relacionar a indumentária que usa à figura do marido, Sofia faz uma analogia entre o sobrenome de Cristiano e a cor do vestido, oferecendo-nos possíveis interpretações, sobretudo a do domínio do cônjuge sobre ela. Discorrendo a respeito do matrimônio, Lasch (1999, p. 39) lembra que “em geral o amor morre com o casamento: o homem, que havia jurado ser escravo da mulher, agora pretende ser seu senhor e mestre”. Observamos ao longo dos tempos, e em alguns textos literários, esse domínio da figura masculina sobre a feminina, mas isso ocorre, principalmente, após o casamento, momento este em que o homem se sente o dono da esposa. Na cena anterior, além da ideia de posse, notamos o diálogo do vestido com o meio,

contribuindo para o cumprimento das intenções do casal, as quais passam necessariamente pela manutenção das aparências que cooperam para sua ascensão social.

Em certo sentido, o vestido cor de palha pertence mais ao próprio Palha do que a esposa que o veste, se pensarmos que, como propomos em nosso trabalho, a vestimenta da mulher é um reflexo do status social e econômico do homem. Sofia é, na verdade, mas um dos “bens” que o homem exibe nos salões, nas reuniões sociais das quais participa. Ela é um mostruário daquilo que o casal vai auferindo na sua escalada social. Mas ela não é totalmente um produto a ser ostentado, porque na condição de cúmplice do marido participa dessa encenação por vontade própria.

É no meio social, na ocasião do baile, onde o fenômeno ideológico das indumentárias de Sofia adquire sua natureza específica, pois como Ponzio (2008) afirma, o signo ideológico não apenas reflete a realidade, como uma sombra, ele é também fragmento material dessa realidade, isto é, proporciona significados que ultrapassam a linha do real sentido do objeto e ganha valor a partir da perspectiva do olhar excedente. Não era apenas um vestido, era uma roupa que além de refletir o poder econômico do marido ainda fazia referência ideológica a sua posição de mulher casada.

Conforme Ximenes (2009, p. 24), a mulher deveria ter seus dotes físicos “evidenciados, pois as roupas constituíam o elemento que platonicamente a aproximavam do sexo oposto e nutriam atração recíproca”. A linguagem simbólica da roupa mantinha o contato da mulher para com o homem, e ela sabia que à sua época só lhe permitia esse contato, nada mais. Mas, Sofia e Palha não desejavam apenas que a sua beleza fosse notada, a vestimenta dela é que tinha que ser o destaque, era o que projetava a classe social de que eles faziam parte e defendiam.

Assim, a indumentária de Sofia é tida como uma representação do signo ideológico, vê-se que as suas vestes refletem e refratam a sociedade burguesa, além de vestir o corpo nu, enquanto apenas tecido, ela também cobre e ornamenta o sentido de classe do casal burguês. Os vestidos de Sofia são símbolos de poder e sedução nos salões dos bailes burgueses, a linguagem transmitida por eles convidam o interlocutor a visualizar muito mais que tecido da roupa, o convite é para identificar o poder de Palha esposo de Sofia.

Últimas palavras

Em noções sobre ideologia, Bakhtin discute que esse termo indica diferentes formas de cultura, sistemas superestruturais, conhecimento científico, consciência individual, expressão das relações histórico-culturais, enquanto que o signo representa a realidade a partir de um ponto de vista, de acordo com Ponzio (2008).

Diante desse respaldo teórico e em consonância com a leitura da indumentária, esse trabalho propôs discutir como a vestimenta da personagem Sofia, da obra *Quincas Borba* de Machado de Assis, é revestida por cargas ideológicas e costurada por representações sígnicas. O objetivo era aplicar a categoria analítica da ideologia do teórico Bakhtin na análise da vestimenta da personagem.

Portanto, percebeu-se que a indumentária de Sofia ao exceder o seu papel de apenas vestir o corpo e assumir a posição de representante da riqueza burguesa do seu marido Palha, adquire o papel de signo ideológico em que seus vestidos dialogam não apenas com a moda, com a proteção do corpo, mas assume a função de materializar o símbolo de riqueza e poder do casal. A roupa da personagem reflete e refrata a sociedade burguesa dos salões de festas.

Referências

ASSIS, Machado. Quincas Borba. 2ª ed. São Paulo: Ediouro, 2001.

BAKHTIN, Mikhail/VOLOCHÍNOV, Valentin N. Estudos das ideologias e filosofia da linguagem. In: Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. 12 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

BARTHES, Roland. Sistema da moda. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

BRAUDILLARD, Jean. Da sedução. Tradução Tânia Pellegrini. Campinas/SP: Papirus, 1991.

FIORIN, José Luiz. Categorias de análise em Bakhtin. In: Círculo de Bakhtin: diálogos in possíveis. Organizadores: Luciana de Paula e Grenissa Stafuzza. Série Bakhtin: Inclassificáveis, v. 2. Campinas/SP: Mercado das Letras, 2010.

FREYRE, Gilberto. Modos de homem e modos de mulher. Rio de Janeiro: Record, 1987.

LASCH, C. A mulher e a vida cotidiana: amor, casamento e feminismo. Org. Elizabeth Lasch-Quinn; Tradução de Heloísa Martins Costa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LIPOVETSKY, Gilles. O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MIOTELLO, Valdemir. Ideologia. In: BRAIT, Beth (org.). Bakhtin: conceitos-chave. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. Tradução Ângela M. S. Côrrea. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

PONZIO, Augusto. A revolução bakhtiniana: o pensamento de Bakhtin e a ideologia contemporânea. Coordenação de tradução: Miotello. São Paulo: Contexto, 2008.

SOUZA, Gilda de Melo e. O espírito das roupas: a moda do século dezenove. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SVENDSEN, Lars. Moda: uma filosofia. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

XIMENES, M^a Alice. Moda e arte na reinvenção do corpo feminino do século XIX. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009.

A (RE)CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NA CONTÍSTICA REZENDEANA: O ALTRUÍSMO DE AURORA DOS PRAZERES

Bruno Santos Melo¹

Fernanda Karyne de Oliveira²

Ana Lúcia Maria de Souza Neves³

Resumo

Este artigo é oriundo das leituras e discussões realizadas no projeto de pesquisa - PIBIC, intitulado: “As personagens femininas na contística de Maria Valéria Rezende: da subserviência para o centro da cena” do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual da Paraíba. O projeto é orientado pela professora Dr^a Ana Lúcia Maria de Souza Neves, professora de Literatura do respectivo departamento. Tem por objetivo evidenciar como se dá a (re)construção identitária da personagem Aurora dos Prazeres, e sua vida dedicada a ajudar o outro, no conto com mesmo nome, que faz parte da coletânea de contos *Vasto Mundo* (2001), de Maria Valéria Rezende. A mulher do século XXI vem assumindo papéis distintos dos que lhe foram imputados social e historicamente, possibilitando assim, a criação de sua própria identidade, sem a necessidade, em alguns casos, de uma figura masculina. Uma esposa que não é subserviente ao seu esposo é vista como uma má mulher, pois ela nasceu para cuidar dos filhos e do marido – assim diz a tradição – , porém, a modernidade trouxe consigo a

1 Universidade Estadual da Paraíba
E-mail: bsantosmelo@hotmail.com

2 Universidade Estadual da Paraíba
E-mail: fernandakoliveira@gmail.com

3 Universidade Estadual da Paraíba
E-mail: analiteraturasouza@yahoo.com.br

ressignificação de valores e práticas que foram engessadas ao decorrer do tempo, dando vez e voz àqueles que até então eram invisíveis perante uma sociedade machista, patriarcal e excludente. Para enriquecimento das discussões, o artigo se baseará nas discussões de Bauman (2005), Hall (2014), Nunes (2008) e Telles (2008).

Palavras-chave: Identidade. Maria Valéria Rezende. Mulher.

Introdução

Em pleno século XXI, em uma sociedade tão desenvolvida cultura e economicamente, é perceptível que nos dias de hoje ainda haja resquícios de uma sociedade patriarcal, resultando assim na inferiorização do feminino. Porém, vê-se que apesar desse contexto machista, há mulheres que conseguem modificar suas realidades sem precisar fazer uso de agressão – seja ela qual for – para se fazer notadas ou para lutar por seus direitos. Não bastante, há aquelas mulheres que são capazes de recriar suas vivências a partir da relação com o outro, do bem-estar do outro de diversas formas. Algumas se sentem realizadas em uma situação de subserviência, na qual, servir ao homem e se submeter às suas permissões e vontades é uma vida exemplar, uma vida de “mulher casada”. Já outras, não acreditam nesse tipo de realização, e buscam sua felicidade no desprendimento do casamento e entregam suas vidas ao auxílio e cooperação com os menos favorecidos, os “excluídos da sociedade”, pois como nos traz Hall (2014, p.11), a identidade é formada na “interação” entre o “eu” e a sociedade. Sendo assim, o outro tem uma importância essencial na construção da identidade, pois é a partir das mais diversas relações com ele que o indivíduo se identifica. Sejam elas de igualdade, diferenças, de poder etc. O discurso de que o homem é superior a mulher só se efetivou devido à presença da dela, pois só assim o homem vai se identificar e comprovar esse discurso machista que percorre os séculos.

Muitas mulheres não se casaram, não tiveram filhos, mas dedicaram a sua vida ao outro. É esse tipo de mulher que Maria Valéria Rezende traz na narrativa em questão, uma mulher que opta por não seguir “seu destino” de subserviência ao masculino, mas sim por lutar e se colocar do lado dos menos favorecidos, exercendo seu altruísmo. Pode-se até afirmar que suas narrativas contêm traços autobiográficos, pois Valéria levou uma vida a favor dos excluídos da sociedade em seu ofício de freira, assim como a personagem Aurora dos Prazeres, que deixa seu pai, irmãos e sua predestinação para lutar em favor dos pobres de um vilarejo, oferecendo auxílio aos que precisassem.

Metodologia

A perspectiva metodológica que norteia a construção deste trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa, quanto à abordagem, e caracteriza-se como bibliográfica, quanto ao procedimento. Procura-se, pois, evidenciar

através do conto *Aurora dos Prazeres*, presente no livro **Vasto Mundo**, de Maria Valéria Rezende, a representação da identidade feminina construída ao longo da narrativa, a partir da análise das ações da personagem e protagonista Aurora. Considerar-se-á o texto literário em sua perspectiva ficcional, mas também como aquele que aponta para uma realidade, na qual muitas mulheres estiveram e ainda estão inseridas na sociedade moderna e contemporânea, respectivamente.

Resultados/discussão

O conto *Aurora dos Prazeres* se passa, em um primeiro momento, no sítio Ventania, na Paraíba. No início da narrativa, a escritora narra o desfecho da história, o que trouxe Aurora de bom para a pequena vila de Farinhada: a efetivação da greve. Após isso o enredo centraliza-se em uma ordem linear, consecutiva, e se inicia com a descrição da vida da protagonista, desde sua infância: “Única menina-fêmea, nascida no meio de um bando de meninos-machos, a vida de Aurora estava prevista: servir ao pai e aos onze irmãos até que outro macho a roubasse de casa para servir a ele e gerar outro bando de meninos-machos.” (p. 125)

Partindo desse recorte do texto, já se pode notar alguns traços do discurso machista e patriarcal em que a nossa sociedade está embasada. Primeiramente, veem-se os termos “macho e fêmea” correlacionados às palavras meninos e meninas. Estes termos remetem à classificação naturalizada do “ser homem” e “ser mulher”, baseada apenas no aspecto biológico. No aspecto cultural, nas regiões interioranas, no contexto em que as personagens estão inseridas, que é o sertão paraibano, estes termos acabaram se convencionando. Outro ponto que merece atenção é a questão da “predestinação” da mulher. O seu futuro já estava traçado antes mesmo do seu nascimento, no qual, o seu estado de servidão é inato, e perdura por toda a vida, pois enquanto não se casar, deverá servir ao pai e aos irmãos, e quando casar, “tem por obrigação” servir ao marido e aos filhos.

A princípio, Aurora não possuía uma identidade própria, mas sim a que fora imposta a ela e a todas as mulheres daquele contexto: o dever de servir e ser subserviente, pois como traz Hall (2014):

“A noção de sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que esse núcleo interior não era autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação

com “outras pessoas importantes para ele”, que mediavam para o sujeito os valores, os sentidos e os símbolos – a cultura – dos mundos que ele habitava.” (HALL, 2014, p. 11)

Ou seja, vê-se assim que do ponto de vista sociológico, o sujeito não constrói sua identidade de maneira autônoma, mas sim na relação com o outro, com outras pessoas importantes para ele (o sujeito), que, no caso em questão, seria sua família, e com certeza ela não ousaria enfrentar ou discordar dos “machos” da casa, pois tudo que ela, porventura, poderia vir a ser seria imposto por eles, já que o masculino é “superior” ao feminino. E essas práticas são culturais, ou seja, já foram consolidadas e são repassadas durante muitos anos, e continuarão a ser por muitas famílias tradicionais no que tange à manutenção do sistema patriarcal falido que subjuga a mulher, lhe trancafiando em uma casa e a impõe uma identidade, quando o ideal para se ter uma sociedade harmoniosa é a auto identificação.

No decorrer da narrativa pode-se observar que a personagem aos dez anos assume o lugar de sua mãe que morrera após o décimo oitavo parto, e com isso, deixa de ir à escola para se dedicar única e exclusivamente a cuidar do pai e irmãos:

“[...] levantar-se na escuridão para preparar o café, levar-lhes o almoço no roçado, lavar a roupa, botar água, sabão e toalhas para quando voltavam do campo suados, empoeirados e taciturnos, servir o café da noitinha, a macaxeira, o inhame. Pastorear os seis irmãos menores, alimentá-los, banhá-los, vesti-los, curar-lhes as feridas e consolá-los dos desgostos, ensinar-lhes as orações, ajudar a desasná-los com uma cartilha do abecê.” (p. 125, p.126)

É perceptível que Aurora, de fato, passa a ser a mulher da casa, pois todas as tarefas que sua mãe fazia, ela assume-as. Como se vê no destaque do texto, aos homens, cabia o dever do labor, de sair em busca do alimento e da renda para a casa, enquanto a mulher tinha por dever cuidar da casa, do marido e dos filhos – nesse caso, pai e irmãos –. Vale ressaltar que a personagem recebeu todas essas obrigações com apenas dez anos de idade, ou seja, uma criança cuidando de outras crianças, de irmãos mais velhos, de uma casa e ainda de seu pai. Quando sua mãe morreu, Aurora teve que parar de estudar, mas aprendeu o suficiente para ler, e o pouco que sabia, ensinava aos irmãos. E assim era a vida da menina, que “só saía do sítio Ventania para a festa da padroeira de Farinhada ou para levar um irmão ao posto de saúde [...]” (p. 126).

Ao adentrar em sua fase adolescente, na qual deixa de ser menina e torna-se mulher, seu pai logo se preocupa em encaminhá-la ao “mercado casamenteiro”, coisa comum da época, como destaca Telles (2008, p.256): “Tão logo passadas as “primeiras regras” (menstruação) e a mocinha fizesse corpo de mulher, os pais começavam a se preocupar com o futuro encaminhamento da jovem para o matrimônio.”. Sendo assim, seu pai passa a levar-lhe à feira de Itapagi às quartas, e Aurora aguarda ansiosamente esse dia da semana. Enquanto seu pai se divertia na mesa do bar, ela aproveitava e se dirigia à capela do colégio das irmãs, onde ficava vislumbrada com tudo o que vira. Ao completar dezoito anos, Aurora decide viver num convento e “deixou o recado com a cunhada: “Diga a Pai que fui viver com as freiras na casa de Deus.” (p. 127). Acerca dos conventos Nunes (2008, p. 488) aponta que “as mulheres também os utilizaram a seu próprio favor em muitas situações: para escapar de um casamento indesejado, para realizar seu desejo de viver piedosamente.”. Partindo desse pressuposto, podemos afirmar que Aurora decide optar por servir a Deus enquanto freira para poder exercer seu altruísmo. O seu estado de subserviência não a incomodava, pois em nenhum momento se vê a personagem reclamar acerca desse estado, pelo contrário, ela o exerce com satisfação, pois ocupou o lugar de sua mãe.

A partir do ingresso no convento, a vida de Aurora dos Prazeres dá uma reviravolta e pode-se afirmar que ela pôde, enfim, se auto identificar, não aceitando a identidade que lhe fora imposta. Acerca do processo de identificação, Bauman (2005, p.17) ressalta que “Tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis [...]”. Partindo desse pressuposto, é conclusivo que as identidades não são fixas ou imutáveis. E Aurora só conseguiu ter sua identidade devido a sua ousadia, por assim dizer, pois ela teve coragem em abnegar de seu destino e trilhar o seu próprio futuro, pois “[...] a ideia de “ter uma identidade” não vai ocorrer às pessoas enquanto o “pertencimento” continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa.” (BAUMAN, 2005, p.18).

Passa a haver no convento um murmúrio para um voluntariado de freiras para conviver com os menos favorecidos e do jeito deles, levando-lhes a palavra de Deus. Aurora prontamente se voluntaria, pois lembra do estado de seu pai e irmãos. Com isso, novamente sua vida sofre uma reviravolta, pois o hábito é trocado por roupas comuns, a vizinhança barulhenta, ou seja, ambientes totalmente distintos. Pode-se afirmar então, que

a identidade da personagem deve se adequar ao ambiente em que ela está inserida, pois como ressalta Bauman (2005, p. 37): “As comunidades guarda-roupa são reunidas enquanto dura o espetáculo e prontamente desfeitas quando os espectadores apanham os seus casacos nos cabides.”, ou seja, as identidades não são perpétuas, como há muito tempo se pensou, mas vivemos em uma sociedade líquida, onde nada se fixa, mas sim se renova. As “comunidades guarda-roupa” é uma metáfora muito pertinente utilizada pelo sociólogo, pois representa a seguinte situação: todos os dias as pessoas acordam, abrem o seu guarda-roupas e decidem qual roupa usarão naquele dia, ou até mais de uma, dependendo da ocasião. Assim é também simbolizada a(s) identidade(s). A pessoa vai optar por qual identidade irá portar no dia ou até mesmo no momento. Isso mostra, mais uma vez, o estado líquido e volúvel da sociedade moderna.

Sendo assim, a personagem tem à sua disposição uma gama de identidades, na qual ela escolhe quem vai querer ser, e na maioria das vezes, a identidade está superior ao indivíduo, pois o meio em que ele está inserido que irá requerer as “adequações identitárias” para se enquadrar no contexto em questão – como aconteceu com Aurora, que teve de se adaptar a uma nova realidade, sendo assim, uma outra pessoa. É pertinente trazer a fala de Hall (2014, p.24): “Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento.”. Por ser um processo, não se pode conceituar uma identidade ou vê-la como algo estancado, pronto e acabado, mas sim em constante ressignificação.

Lhe foi incumbida a tarefa de levar o amor e o perdão de Deus aos que precisassem, e Aurora vai aos mais miseráveis e marginalizados pela sociedade: “Tinha entendido que o bispo dissera e procurou os mais pobres e desprezados para visitar e evangelizar. Descobriu o Rabo da Gata, a rua das mulheres da vida, e passava com elas as horas em que não tinham freguesia.” (p.128)

Mais uma vez a ousadia de Aurora é focalizada na narrativa, pois é necessário ter coragem para conviver com pessoas que a sociedade excluiu devido ao “não enquadramento” aos padrões elitistas que estão presentes desde a colonização do Brasil.

A “mola mestre” da narrativa é a greve que está por vir sobre Cataventos – vilarejo onde Aurora exerce sua missão. Em um dia comum, um carro de som vermelho chega com pessoas desconhecidas e estaciona em frente ao

sindicato dos trabalhadores rurais de Cataventos, o que causou uma movimentação no lugar. Porém não encontram o presidente João de Dora. Só o foram encontrar no bar, eram representantes da Federação e queriam saber como estava se encaminhando a greve, que na verdade nem havia começado devido ao desleixo do personagem, que só tinha como preocupação seus próprios interesses, afinal, fora colocado ali pelo prefeito.

A greve que deveria ter iniciado em Cataventos tinha como objetivo a melhoria nas condições de trabalho e melhores salários, porém João de Dora decide não tomar partido nisto. Então, os representantes partem para os canaviais para mobilizarem os trabalhadores a lutarem por seus direitos, propondo-os que parassem as atividades, mas não o silêncio imperou. E chegada a hora marcada para o início da greve, lá se iam os caminhões carregados. Então uma atitude inesperada por parte da advogada surpreende os trabalhadores, ela saiu gritando no megafone: “Será que na Paraíba não tem homem, não? Estão todos se cagando de medo? E não têm medo de morrer de fome com esse salário de miséria não? Em Pernambuco todo ano tem greve. Em Pernambuco é que tem macho!” (p. 130)

Apesar de machista, a atitude da advogada surtiu efeito. Os trabalhadores largaram mão das ferramentas e foram pra casa. Talvez, só apelando para o machismo e questionando a masculinidade dos trabalhadores algo pudesse acontecer. Mas isso não parou a indústria Santa Bárbara, pois foram buscar gente no sertão. Um carro de som anunciava que se fazia necessário a presença dos grevistas, para bloquearem as estradas e não deixarem ultrapassar os caminhões. Todos do lugar ouviram a convocação, inclusive Aurora. Os representantes estavam confiantes e se dirigiram ao ponto marcado para a formação da barreira, mas logo foram desestimulados, pois não aparecera ninguém sequer. Mas de repente, veem vindo do Rabo da Gata muitas luzes e logo se ouviu uma cantoria.

A cantoria é muito simbólica na narrativa, pois traz a noção de liberdade. Lá do Rabo da Gata veio na liderança de Aurora todas as prostitutas que ganhavam a vida vendendo os corpos naquela rua, e vinham para enfrentar os caminhões que se aglomeravam na estrada, tomando assim, partido na greve. E a astúcia de Aurora foi tamanha que ela veio puxando velhos benditos, que foram logo reiterados por essas mulheres, e isso chamou a atenção de todos que ouviam, e com isso, muitos curiosos que não entendiam o que estava acontecendo se dirigiam à estrada, aumentando cada vez mais

aquela espécie de procissão, e muitas pessoas nem sabiam ao certo o porquê de estarem ali, mas permaneceram e enfrentaram os caminhões.

Na liderança de Aurora, nenhum caminhão passou, e isso ocasionou o fechamento da indústria. Ou seja, Aurora conseguiu vencer a guerra e efetivar a greve, com a ajuda das “mulheres da vida”, que sempre foram marginalizadas e tidas como objetos, que só serviam para dar prazer. E de modo contraditório: as mulheres tidas como profanas, venceram a luta cantando benditos! E o conto tem o seguinte desfecho: Aurora é transferida pelo convento para o Rio ou Recife, que julgou sua ação muito exagerada para com os pobres, e teve em Farinhada aqueles que concordaram com a decisão e outros que não. Então, a escritora não deixa transparecer sua visão acerca do comportamento da personagem, mas deixa a cargo do leitor se posicionar acerca da escolha da ação de Aurora dos Prazeres.

Na última parte do conto, é possível destacar uma outra identidade de Aurora: a de líder, que até então não fora sequer mencionada, pois uma mulher que nascera em berço machista, que mal tinha direito à palavra (primeira identidade [que fora imposta]), que fora freira por opção (segunda identidade) e que foi servir e ser como os pobres (terceira identidade) não teria condições de governar um movimento tão grande como fez (quarta identidade), como destaca Bauman (2005, p.35): “O anseio por identidade vem do desejo de segurança, ele próprio um sentimento ambíguo. [...] Em nossa época líquido-moderna, em que o indivíduo livremente flutuante, desimpedido, é o herói popular, “estar fixo” – ser “identificado” de modo inflexível e sem alternativa – é algo cada vez mais malvisto.”, ou seja, – retomando a metáfora – ter o guarda-roupas de identidades é uma necessidade para poder se conviver junto do meio social, e não uma opção. Na narrativa, nota-se que as situações transformaram a personagem e lhe incumbiram quatro identidades diferentes, e cada uma se adequa ao contexto para o qual foi designada.

Conclusões

Fruto de uma sociedade fluida, como aponta Bauman (2005), as identidades se tornaram voláteis e estão à disposição dos indivíduos sociais, de acordo com as situações de uso e desejos de seus portadores. Na narrativa percebe-se a fluidez de identidades e nota-se a presença de quatro identidades distintas em uma mesma personagem, que, por necessidade, criou-as

para se adaptar às situações em que ela se encontrava. Porém, ela só se auto identifica quando se distancia daqueles que lhe ditavam “os modos de ser mulher”, que a oprimiam e viam como uma mãe e esposa, limitando-a às tarefas domésticas.

Apesar de as identidades estarem à disposição do sujeito, em pleno século XXI, e no que tange às mulheres, é perceptível que muitas delas se acomodaram e engessaram suas identidades, que muitas ou na maioria das vezes, lhe foi imposta pelo masculino, que a subjuga e lhe dita como deve ser seu comportamento, seu falar e seu agir, tudo de acordo com suas vontades, o que só alimenta esse machismo arcaico que insiste em perdurar, coisificando assim o feminino e limitando-o às portas de uma cozinha ou do seu lar, e disso não passa.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: PRIORE, Mary del. **Histórias das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 482-509.

REZENDE, Maria Valéria. **Vasto Mundo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary del. **Histórias das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 401-442.

A REPRESENTAÇÃO DA MULHER EM *A MORTE DO CAIXEIRO VIAJANTE*: UMA LEITURA PÓS-COLONIAL

Daise Lilian Fonseca Dias¹

Resumo

Este artigo analisa a peça *A morte do caixeiro viajante* (1949), de Arthur Miller, sob a perspectiva pós-colonial – aliada à feminista. A peça de Miller colabora com a postura imperialista geralmente apresentada na literatura estadunidense, ao promover a ideia de apropriação indevida de territórios e bens de espaços “colonizados”, e exalta a figura do explorador americano. Este artigo se debruçará também sobre questões tais como: a representação do homem americano, dos Estados Unidos enquanto Metrópole imperialista, de espaços coloniais (África e Alasca); as figuras femininas na obra, e o poder opressor do patriarcado sobre elas, retratadas em dois grupos distintos, sendo o de maior destaque para esta discussão aquele cujas mulheres são representadas de maneira análoga àquela das terras exploradas pelo homem branco americano, ou seja, como colônia.

Palavras-chave: Pós-colonialismo, literatura americana, representação, espaços, mulher.

¹ Daise Lilian é graduada em Letras Língua Vernácula e Língua Inglesa (UFRN), possui curso de aperfeiçoamento em Metodologias do Ensino de Língua Inglesa (University of Texas), mestrado em Literaturas de Língua Inglesa (UFPB) e doutorado em Literatura e Cultura (UFPB). É professora de Língua Inglesa e suas literaturas da UFCG. daiselilian@hotmail.com

Introdução

Este artigo analisa a peça *A morte do caixeiro viajante* (1949), do autor americano Arthur Miller (1915-2005), sob uma perspectiva póscolonial, aliada à uma outra, a feminista. A escolha do *corpus* foi feita baseada na forma com que o autor retrata pontos, tais como: a exaltação de crenças e valores americanos; o medo do fracasso econômico; o Sonho Americano de riqueza material; a saída proposta para a realização de tal Sonho: a apropriação indevida de riqueza material de países/espacos considerados inferiores pelo homem branco americano; a exaltação da figura do homem branco americano, enquanto explorador de territórios selvagens; a objetificação da mulher.

Assim como a literatura colonial inglesa, por exemplo, comumente representava os renegados e pobres da sua sociedade indo às colônias em busca de recomeço através do sucesso material adquirido às custas da exploração das terras estrangeiras, a peça de Miller reorganiza tal ideia na figura do aventureiro americano, Ben, que não consegue realizar o Sonho Americano em solo nacional, mas que se torna rico explorando as riquezas naturais em terras africanas.

Diante do exposto, pode-se conjecturar que esse texto perpetua os ideais colonizadores e imperialistas herdados dos ingleses, desta vez sob o manto azul, branco e vermelho da bandeira americana e o que ela representa, ou seja, os Estados Unidos também se tornaram um império, e como tal, seguiu a cartilha dos seus próprios antigos colonizadores. Isto significa que os americanos entenderam a força do outro – no caso, as estratégias imperialistas inglesas, de muito sucesso no passado, mas em decadência à época de Miller - e a adaptaram para seu próprio benefício, como mostra *A morte do caixeiro viajante*.

É importante destacar que a peça em apreço se processa pelo ponto de vista de Willy Loman, um típico caixeiro viajante americano, sexagenário, profundamente nacionalista, em dificuldade financeira, que busca impôr aos filhos um ideal de riqueza que ele mesmo nunca conseguiu atingir. O protagonista tem como símbolo de homem bem sucedido o seu irmão Ben, explorador de diamantes em florestas africanas e de madeira nas terras vastas do Alaska, para onde o convidou no passado, embora, para remorso de Willy, o convite tenha sido recusado. Diante disso, tal ato lhe custou a boa fortuna financeira. Willy comete suicídio no final da peça, para que o seu

seguro de vida ofereça ao filho favorito, Biff – já que não se preocupa com os outros dois membros da família, a esposa Linda e o caçula, Happy – a boa vida que ele não foi capaz de lhe dar.

A mulher em contextos coloniais

Há inúmeras questões entre póscolonialismo e feminismo, notadamente no âmbito dos estudos literários, o fato de que estes dois campos de estudo tem se debruçado de modo efetivo no descortinamento de certas ideologias imperialistas e de gênero presentes em obras literárias produzida por grupos hegemônicos em diferentes épocas, sobretudo os impérios europeus. A ideia é lançar novas perspectivas sobre seus pontos de vistas, por muito tempo cristalizados e reproduzidos como verdadeiros, questionando-os e produzindo novos saberes a partir da perspectiva do subalternizado, isto é, daqueles que sempre estiveram à margem do poder, a exemplo das mulheres. As teorias críticas feministas tem buscado recuperar a voz do Outro silenciado pelos discursos hegemônicos, a exemplo de mulheres negras e asiáticas, desafiando a noção de subordinação e outremização, uma aproximação clara com os estudos póscoloniais.

A este respeito, é importante considerar o que aponta Meyer (1996) sobre estudos europeus do século XIX acerca de raças escuras, por exemplo, dos quais foram extraídas “conclusões” perturbadoras sobre a mulher: certas semelhanças entre os corpos delas e de indivíduos de raças escuras. Percebe-se, portanto, que os discursos androcêntricos de gênero europeu colocavam as mulheres numa situação ambivalente no quesito escalas raciais da ciência do século XIX. Diante disso, observa-se que elas não eram vistas como inferiores apenas no campo da intelectualidade, mas seus corpos supostamente comprovavam isso, uma vez que as ligavam à raças escuras. Meyer (1996) avalia como a associação de mulheres com figuras coloniais era recorrente na literatura inglesa oitocentista, por exemplo, sobretudo porque a literatura refletia o entendimento de que, assim como os povos não-brancos, as mulheres eram misteriosas, impenetráveis, incompreensíveis e, pro isso, precisavam ser controladas.

Além disso, Meyer (1996) havia uma tradição antiga na Europa que era representar os quatro continentes como mulheres, de modo que tanto a África quanto as Américas, por exemplo, eram retratados como “disponíveis para descoberta, conquista e posse”, de maneira semelhante ao que se

pensava sobre o corpo de uma mulher” (DIAS, 2011, p. 89). Esta maneira de pensar e agir fomentava a compreensão e representação do corpo da mulher em termos que indicavam promessa de riqueza e posse, como ilustra o poema de John Donne (1572-1631) *To his mistress going to bed* (1601), no qual o eu lírico inicia o poema de forma sedutora, envolvendo uma mulher que não fala em um jogo de sedução, no qual ela apenas obedece-lhe as ordens ao levar a efeito um verdadeiro *strep-tease*. Quando o leitor está envolvido naquela atmosfera, descobre que o eu lírico está se referindo a “Minha América, minha nova terra descoberta.” Quando lido através sob as lentes das teorias críticas feminista e póscolonial, esta obra revela a metáfora da mulher como colônia; seu amante (o homem) como colonizador; a figura do patriarcado como a do colonialismo. No poema, Donne ecoa vozes do império que percebem os relacionamentos sexuais e coloniais como análogos (LOOMBA, 1998).

A morte do caixeiro viajante e a literatura americana

Estudos que tratam das questões expostas acima, em geral, não têm analisado como aqueles pontos ocorrem – e de que forma ocorrem – na literatura americana com muita frequência. É preciso que se considere o fato de que a literatura americana surge, inicialmente, como tributária à literatura inglesa, algo recorrente nas literaturas de (ex)colônias. Mesmo a independência formal daquela antiga colônia inglesa tenha acontecido através da chamada Guerra de Independência Americana ou Revolução Americana que culminou com sua independência em 1779, é apenas no século XIX que ocorre o processo de “libertação” da literatura daquele país dos moldes ingleses, quando autores tais como Edgar Allan Poe, em sua prosa e poesia, torna-se o primeiro escritor local a realmente influenciar a literatura europeia, dentre outras, com sua maestria na condução de uma nova roupagem para o gótico; com o que veio a ser chamado Simbolismo, e com sua teoria do conto, por exemplo.

A poesia, o romance e o conto foram as primeiras formas de arte completamente domesticadas por autores americanos, a exemplo de Emily Dickinson, Melville, Hawthorne, James, dentre tantos outros escritores oitocentistas. A escrita de ensaios religiosos e filosóficos começou bem mais cedo naquele novo país, tão inseguro sobre a própria capacidade de escrever literatura de alto nível e nas cores locais. O drama, contudo, foi a última

forma a ser domada pelos “pioneiros” americanos Susan Glaspell, Eugene O’Neil e Clifford Odets, todos eles da primeira metade do século XX. Arthur Miller desponta para a fama em 1947, com o drama sobre a II Guerra Mundial, *Todos eram meus filhos*, e se consagra como o poeta – do palco – da consciência política americana com *A morte do caixeiro viajante* (1949), reputação que perdura até os dias de hoje.

A morte do caixeiro viajante, leitura obrigatória para todo americano, tem um lugar sagrado no panteão canônico dos Estados Unidos, e nem a suspeita infundada (?) de comunista que pesou sobre Miller nos anos 1950, obscureceu o sua grandeza e viés marxista, mascarado pelos valores e crenças do povo americano, embora Miller faça um registro subversivo dos principais valores e crenças da sua cultura nacional: liberdade individual e *self-reliance*, competição, riqueza material e *hard work*, o Sonho Americano, ou o fracasso do desse Sonho, como é tão comum em suas obras.

O fato de mostrar o fracasso do Sonho Americano em suas obras deixa no ar a possibilidade ou não de Miller compartilhar da crença relacionada ao desejo americano de sucesso material como sinônimo de riqueza, e propor saídas para a realização de tal desejo, dentre elas, a fuga para a África, enquanto ambiente visto na peça em discussão como local de oportunidades para exploradores com desejo desenfreado pela aquisição dos bens ali encontrados, sobretudo diamantes. Outra possibilidade lançada na peça para a fuga do fracasso financeiro é a ida para o estado americano do Alasca, também para a busca de bens materiais encontrados naquele espaço tido como selvagem, o qual é, de certo modo, representado de forma análoga às florestas africanas, inclusive ele é, ainda hoje, tido como espaço inferior, onde apenas “caipiras” habitam – um tipo de desqualificação semelhante àquela imposta pelos ingleses a territórios anexados ao chamado Reino Unido, tais como, Escócia e Irlanda, por exemplo.

Em *A morte do caixeiro viajante*, a exploração dos territórios acima mencionados é vista como positiva pelos personagens, uma vez que os livra da mácula da pobreza, tão mal vista aos olhos dos americanos, a qual é, inclusive, vista como culpa de quem dela desfruta, por acharem que o pobre não trabalhou o suficiente para dela livrar-se. Somando-se a tal ideia, desde a época da colonização inglesa, os americanos acreditam, e a peça confirma isto, que aquele é um país de oportunidades iguais para todos, de modo que pobreza é sinônimo de falta de força de vontade para trabalhar e enriquecer – como a “maioria” dos americanos fez.

Contudo, o segundo item elencado acima, promoveu uma incômoda presença da ausência de mitos, de heróis nacionais em diversas áreas, de inventores, dentre outros. A peça de Miller ilustra esta questão ao destacar o caráter inventivo do pai do seu protagonista: “BEN: Pai foi um grande homem de coração muito selvagem [...] Nós parávamos em cidades e vendíamos as flautas que ele havia feito no caminho. Grande inventor, pai”² (MILLER, 1972, p.49; tradução nossa). Tais receios estão presentes inclusive no universo literário, de modo que até as primeiras décadas do século XIX, os Estados Unidos sentiam-se incapazes de produzirem literatura de alto nível, conforme mencionado anteriormente.

A representação da África

A forma como o texto em estudo se refere à África não é diferente da linguagem utilizada para referir-se ao Alasca. A terminologia utilizada na peça em relação à África, de fato reproduz mais uma vez uma nostalgia imperialista americana acerca de um tempo pregresso no qual seus antepassados construíram o império inglês com a “Partition of Africa” [A Partilha da África], isto é, com a divisão da África em partes pelos e para os impérios europeus, no século XIX:

LINDA: África!

WILLY: A costa dourada!

BEN: Principalmente minas de diamantes.

LINDA: Minas de diamantes!

BEM: Sim, minha querida. Mas eu só tenho alguns minutos –

WILLY: Não! Garotos! Garotos! *O jovem Biff e Happy aparecem.* Escutem isto. Este é o seu tio Bem, um grande homem! Conte aos meus garotos, Ben! BEM: Bem, garotos, quando eu tinha dezessete anos eu entrei numa floresta e quando eu tinha vinte e um e sai dela. Ele sorriu. E por Deus eu estava rico.” (MILLER, 1972, p.48; tradução nossa).

[...]

WILLY: O que aconteceu com aquele relógio de diamante? Lembram? Quando Bem viu da África aquela vez? Ele não me

² “BEN: Father was a very great and a very wild-hearted man [...] We’d stop in towns and sell the flutes that he’d made on the way. Great inventor, Father.”

deu um relógio com um diamante nele?" (MILLER, 1972, p. 53; tradução nossa).³

O destaque, contudo, não é para a exploração de madeira, como se vê em relação ao Alasca, mas a exploração aqui é a de diamantes. Ben, representado praticamente como um grande navegador em busca de riquezas em terras estrangeiras, é aquele homem que explora o Alasca e a África, extraíndo riquezas e fazendo nome entre seus pares. Um explorador moderno.

Entretanto, tanto em um espaço quanto em outros, dos dois analisados acima, algo que pode saltar aos olhos do leitor é exatamente a questão do esvaziamento de nativos. Ben, representante máximo das ideologias imperialistas da peça, transforma com seus relatos aqueles espaços em lugares vazios, prontos a terem suas riquezas exploradas. A ausência de referências a habitantes locais é bastante comum em documentos oficiais e em textos literários produzidos por metrópoles imperialistas (BOEHMER, 2005). Segundo teóricos dos Estudos Póscoloniais, por algumas questões isso ocorre. Em primeiro lugar, exime o explorador de complicações morais com o a população do seu país, mascarando os terríveis encontros coloniais entre invasores e nativos, massacres de inocentes e apropriação indevida de bens locais. Em segundo lugar, remove o foco dos aspectos negativos da colonização para a coragem, a bravura de quem se aventura em terras estranhas, colocando apenas a natureza como empecilho para as conquistas - indevidas.

Figuras femininas e seus papéis sociais

Na peça, a riqueza não é o único símbolo de sucesso material - tão endeusado pela sociedade americana. A virilidade também tem um peso forte na equação. No texto de Miller ela não é reforçada nem garantida apenas pelo adultério do protagonista, Willy, mas pela mania que seu filho Happy tem de arruinar sexualmente mulheres noivas de seus chefes:

3 LINDA: Africa! WILLY: The Gold Coast! BEN: Principally diamond mines. LINDA: Diamond mines! BEN: Yes, my dear. But I've only a few minutes - WILLY: No! Boys! Boy! *Young Biff and Happy appear.* Listen to this. This is your Uncle Ben, a great man! Tell my boys, Ben! BEN: Why, boys, when I was seventeen I walked into the jungle, and when I was twenty-one I walked out. *He laughs.* And by God I was rich [...] WILLY: Whatever happened to that diamond watch fob? Remember? When Ben came from Africa that time? Didn't he give me a watch fob with a diamond in it?

BIFF: Não. Eu gostaria de encontrar uma garota – séria, alguém com substância.

HAPPY: Eu anseio por isto [...] Alguém com caráter, com resistência! Como Mãe, sabe? Você vai me chamar de bastardo quando eu te disser isso. Aquela garota charlotte com quem eu estava hoje à noite é noiva e está pra casar-se em cinco semanas. *Ele experimenta seu novo chapéu.*

BIFF: Tá brincando”

HAPPY: Claro, o cara está na fila para ser o vice-presidente da loja. Eu não sei o que me dá, talvez eu tenha um senso de competição superdesenvolvido ou algo assim, mas eu acabei com ela, e além do mais, eu não consigo me livrar dela. E ele é o terceiro executivo que faço isso. Esta não é uma característica desagradável? E para piorar, eu vou para os casamentos deles! *Indignado, mas sorrindo.* Tipo, eu não aceito suborno. Manufaturadores me oferecem uma nota de cem dólares agora e depois para fazer um pedido do jeito que eles querem. Voc~e sabe como sou honesto, mas é tipo assim com essa garota, sabe. Eu me odeio por isso. Porque eu não quero a garota, mas eu a peço e – eu adoro!⁴ (MILLER, 1972, p. 25; tradução nossa).

Observa-se que Happy se “apropria” de mulheres indevidamente para punir aqueles que estão em posição acima dele na empresa em que trabalha, os quais ele considera inferiores a si próprio; por não se conformar em ter pessoas por ele consideradas inferiores em situação de superioridade sobre si; para ter o prazer de dizer que elas se apegam a ele e que não o deixam em paz; para vê-las arruinadas em seus casamentos e ter o prazer de sentir-se superior sobre os homens que agora as têm - restos deixados por ele.

Assim como Happy se apropria indevidamente de mulheres que não são suas e isso lhe confere um tipo de sucesso, o mesmo procedimento em relação à invasão e apropriação de riquezas de territórios considerados

4 BIFF: Naa. I'd like to find a girl – steady, somebody with substance.

HAPPY: That's what I long for. [...] Somebody with character, with resistance! Like Mom, y'know? You're gonna call me a bastard when I tell you this. That girl Charlotte I was with tonight is engaged to be married in Five weeks. *He tries on his new hat.* BIFF: No kiddin'! HAPPY: Sure, the guy's in line for the vice-presidency of the store. I don't know what gets into me, maybe I just have an over-developed sense of competition or something, but I went and ruined her, and furthermore I can't get rid of her. And he's the third executive I've done that to. Isn't that a crummy characteristic? And to top it al, I go to their weddings! *Indignantly, but laughing:* Like I'm not supposed to take bribes. Manufacturers offer me a hundred-dollar bill now and then to throw an order their way. You know how honest I am, but it's like this girl, see. I hate myself for it. Because I don't want the girl, and, still, I take it and - I love it!

inferiores pelos americanos consola o ego de Willy e o de Ben, ávidos caçadores de sucesso financeiro, embora apenas Ben o atinja.

A concepção de mulher objeto é aprendida por Happy com seu pai, Willy, o qual passa também tal ensinamento para o filho favorito, Biff. Além disso, Linda, a esposa traída, passiva, e submissa de Willy, cujo poder da fala é tolhido pelo marido, representa o ideal valorizado pelos filhos, no caso, aquele de mulher “Anjo Doméstico,” defendido e propagado por séculos nas sociedades patriarcais.

Ao longo da peça em tela, as relações de gênero são por demais definidas em papéis complicados do ponto de vista feminista. Existem apenas dois grupos de mulheres, o primeiro, é representado por Linda, e pela esposa de Howard, chefe do protagonista, a mulher sem nome, tola e, assim como Linda, dependente do marido; o segundo é formado pelas demais mulheres: a amante de Willy e as namoradas dos filhos, ou seja, mulheres solteiras e “sem honra”.

Estes dois grupos ilustram o que, por exemplo, Gilbert e Gubar (1984; 1996) e Woolf (2004) verificaram na literatura, em geral, produzida por homens: as mulheres anjo e as mulheres demônios ou mulheres caídas. O primeiro grupo tem sua imagem cristalizada no poema “The Angel in the House” (1854), do inglês Coventry Patmore, o qual reproduziu as ideologias patriarcais defendidas pela sociedade vitoriana em que viveu, prescrevendo o comportamento ideal da mulher vitoriana. O segundo grupo encontra sua representante máxima na mulher louca, aprisionada no sótão, Bertha Mason, do romance inglês *Jane Eyre* (1847), uma crítica de Charlotte Brontë à sociedade machista oitocentista. A mulher anjo é aquela sem ardores sexuais, que se dedica à família, ou seja, um exemplo a ser seguido; a mulher monstro tem sua sexualidade à flor da pele e deve ser reprimida, visto ser tal característica considerada negativa. Livre, ela daria curso à natureza e é uma prostituta em potencial.

As imagens de cunho positivo das mulheres na peça reproduzem também um padrão recorrente desde o século XIX na literatura anglo-americana, por exemplo, a da criança e a da mulher infantilizada. Em reunião com o protagonista, Howard mostra a Willy um novo aparato tecnológico que para ele se tornou doméstico, um gravador de voz contendo a primeira gravação feita pelos membros da sua família. Neste trecho da cena, poderia passar despercebido como mais uma vez a obra marca negativamente as relações de gênero no quesito representação da mulher. Enquanto o filho de Howard

é o destaque pela sua inteligência (ele mostra que memorizou as capitais dos Estados Unidos em ordem alfabética, demonstrando um conhecimento intelectual elevado para sua idade), a filha tem conduta simples e sem conteúdo, típica de uma menina tola. Enquanto isso a esposa de Howard é retratada como nervosa, sem conteúdo algum para mostrar na gravação, cuja fala resume-se à uma embaraçosa reclamação: “Eu não consigo pensar em nada” ⁵(MILLER, 1972, p. 78; tradução nossa), no caso, para dizer ao gravador. Ela é apresentada como nada tendo a oferecer, a não ser o seu corpo para procriação.

Contudo, um olhar póscolonial para as personagens femininas de Miller mostra que as mulheres do segundo grupo são retratadas de forma semelhante àquela das colônias. Os relacionamentos sexuais são vistos como análogos ao comportamento entre colonizador e colonizado, uma vez que os homens da peça aproximam-se e relacionam-se com o segundo grupo de mulheres apenas para explorá-las sexualmente.

A questão é que, em 1949, ano de publicação da peça, as relações de gênero na sociedade americana estavam em uma posição crescente em favor das mulheres, de modo que tanto um grupo quanto o outro de mulheres acima mencionados, não correspondiam mais a uma dicotomia que havia existido por tantos séculos nos Estados Unidos. Naquela época, as mulheres já assumiam os mais diversos postos de trabalho, independência financeira não era mais novidade para elas, muito menos o aprisionamento na esfera doméstica como havia sido antes – embora ainda houvesse fortes resíduos do modelo castrador e machista. Ademais, são recorrentes representações negativas da mulher nas obras do autor em estudo.

Diante disso, é surpreendente que um discurso aparentemente ingênuo de Linda tenha tanto peso na crítica ao desejo americano de dominar o mundo: “Não diga essas coisas para ele [Willy]! É suficiente ser feliz aqui, agora mesmo. Para Willy, enquanto Bem sorrir. Por que todo mundo tem que conquistar o mundo?” ⁶ (MILLER, 1972, p. 85; tradução nossa). Linda posiciona-se contrária ao desejo de Willy e Ben de conquistarem o mundo. Sua voz não tem poder para influenciá-los, exatamente por ser a de uma mulher, ou seja, alguém que supostamente não entende do assunto, e deve

5 “I can’t think of anything”.

6 “Don’t say those things to him [Willy]! Enough to be happy right here, right now. *To Willy, while Ben laughs: Why must everybody conquer the world?*”

ficar restrita à sua esfera de atuação, a doméstica. Ela é a única personagem que interage com os homens e deles recebe respeito. Apenas a ela, dentre as demais, eles escutam.

Considerações finais

Diante do exposto, pode-se perceber que na peça de Miller há uma reprodução de práticas imperialistas comumente vista na literatura inglesa colonialista em relação à supervalorização da Metrópole Imperialista em detrimento de espaços tidos como inferiores. A peça não as registra a pretexto de crítica, mas valida-as e reforça-as, destacando-as como positivas e modelos a serem seguidos naquele contexto histórico. E aqui foram destacados apenas itens essenciais resultantes do caráter pioneiro desta pesquisa, sobretudo porque não foram localizados nem livros nem artigos que analisassem a peça de Miller sob a perspectiva póscolonial.

Referências

ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (eds). *The post-colonial studies reader*. New York: Routledge, 2004.

BIGSBY, C.W.E. *A critical introduction to twentieth-century American drama [1900-1940]*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

_____. *Modern American drama [1945-1990]*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

BLOOM, Harold. *Modern critical views: Arthur Miller*. New York: Chelsea House Publishers, 1987.

BOEHMER, Elleke. *Colonial & postcolonial literature*. New York: Oxford University Press, 2005.

BONNICCI, Thomas. *O pós-colonialismo e a literatura: estratégias de leitura*. Maringá: UEM, 2000.

BRADBURY, Malcolm & TEMPERLEY, Howard. *Introdução aos estudos Americanos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.

DIAS, Daise Lilian Fonseca Dias. *A subversão das relações coloniais em O morro dos ventos uivantes: questões de gênero*. João Pessoa: UFPB, 2011 (tese, 289 fl).

GASSNER, John. *Mestres do teatro II*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

GILBERT, Sandra; GUBAR, Susan. *The madwoman in the attic: the woman writer and the Nineteenth-century literary imagination*. Boston: Yale University Press, 1984.

LOOMBA, Ania. *Colonialism/postcolonialism*. Longon: Routledge, 1998.

MEYER, Susan. *Imperialism at home: race and Victorian women's fiction*. London: Cornell University Press, 1996.

MILLER, Arthur. *Death of a salesman*. New York: The Viking Press, 1972.

MOSS, Leonard. *Arthur Miller*. Connecticut: College & University Press Publishers, 1967.

MURRAY, Edward. *Arthur Miller, dramatist*. New York: Frederick Ungar Publishing Co, 1967.

RIEDINGER, Edward Anthony. *A brief view of American literature*. Brasil: Waldyr Lima Editora, 1979.

SAID, Edward W. *Culture and imperialism*. New York: Vintage Books, 1994.

_____. *Orientalism*. 25th anniversary edition. New York: Vintage Books, 2003.

SHOWALTER, Elaine. *A literature of their own: British women novelists from Brontë to Lessing*. Princeton: Princeton University Press, 1977.

SPILLER, E. *O ciclo da literatura norte-americana*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, Ltda, 1989.

HOMOEROTISMO E PROSTITUIÇÃO MASCULINA EM CONTOS DE GASPARINO DAMATA

Dorinaldo dos Santos Nascimento¹

Resumo

Objetivamos, neste trabalho, problematizar as nuances do complexo desejo homoerótico configurado no âmbito das práticas sexuais da prostituição masculina, por meio da análise de contos presentes na obra “Os solteirões” (1975), de Gasparino Damata. No âmbito, teórico-metodológico, esse estudo traz contribuições de Perlongher (1987), Bourdieu (2014), Lugarinho (2008), Carbonel (2012), Souza Neto (2009), Santos (2013). As discussões compiladas, neste artigo, indicam a possibilidade de a prostituição constituir-se numa forma de legitimação de um desejo homossexual latente, mesmo que inconscientemente, bem como aponta para performances de gênero alinhadas a uma heterossexualidade compulsória.

Palavras-chave: Homoerotismo. Prostituição masculina. Contos. Gasparino Damata.

¹ Mestre em Letras (PROFLETRAS), pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Atualmente é docente de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, no ensino médio e coordenador no ensino fundamental (6º ao 9º anos) no município de Banzaê/BA. E-mail: dori.s.n@hotmail.com

1 Introdução

Em face da temática do homoerotismo e à constituição do sujeito homossexual há acumulação de um conjunto de discursos na literatura brasileira desde as primeiras expressões oitocentistas manifestas em textos naturalistas. Assim, diante da configuração da literatura homoerótica em nosso país, Carbonel (2012, p. 13) ousa asseverar que é possível delinear uma fronteira “[...]cronologicamente mapeável que separa duas tendências distintas: a da reprovação explicitada por meio de discursos estigmatizantes e a aceitação progressiva (ainda que não efetiva), que vai se construindo a partir de um programa persuasivo, visível na retrocidade de autores”.

Esta última tendência é denominada por Lugarinho (2008, p. 19) como “literatura de subjetivação gay” em contraposição à “literatura de representação homossexual”. Esta, apresenta personagens homossexuais protagonistas ou secundários representados sob estereótipos (ou não) e que, essencialmente, não trazem questões a respeito da identidade e/ou problematizações do homossexual. Enquanto na primeira, avultam personagens homossexuais que dão corpo a histórias evidenciando suas experiências e sua condição de ser gay, expressa seja pelo desejo por outros do mesmo sexo, seja pela discriminação social, dramas familiares, etc., fazendo-se desse tipo de literatura uma forma de superação de estereótipos. Uma literatura que passar a se impor no cenário das letras nacionais no contexto da década de 70 em consonância aos movimentos de militância por meio de obras que representam densamente as relações homoeróticas de modo explícito, alinhadas a uma escrita calcada sob um viés político, de assunção da condição homossexual a despeito dos valores heteronormativos vigentes.

Nesse momento histórico de discursos afirmativos, é ilustrativo o jornal “O Lampião da Esquina”, símbolo de esforço intelectual do ativismo gay na imprensa alternativa brasileira homoerótica no contexto de abrandamento da Ditadura Militar, entre anos 1978 e 1981. Com isso abriu-se um “[...]lugar efetivo para a intelectualidade homossexual brasileira, permitindo que autores, antes temerosos do estigma, publicassem suas obras em ambiente relativamente isento de restrições ao homoerotismo mais latente” (CARBONEL, 2012, p. 149).

O ousado jornal tinha como colaboradores nomes da literatura brasileira como Gasparino Damata, João Silvério Trevisan, Aguinaldo Silva, Darcy Penteadó. Destacamos dentre esses autores, que são referências para

os estudos da literatura *gay*, o de Gasparino Damata, jornalista, escritor e ex-marinheiro. Pernambucano, nascido em Catende (1918), publicou livros como “A sombra do mar” (1955), “Antologia da Lapa” (1965), e “Os solteirões” (1975). Juntamente com a edição de duas antologias de textos homoeróticos “Histórias de amor maldito” (1967) e “Poemas de amor maldito” (1969). No que tange à compilação de contos “Os solteirões”, publicado pela editora Pallas, pode-se vislumbrar que nela o autor reflete acerca das performances masculinas “[...]dos desejos e terror vivenciados por homens, ressaltando, sobretudo, aqueles que, em sua performatividade, são marginalizados, por utilizar o prazer proporcionado pela relação com outros homens como moeda de troca para adquirir recursos materiais e financeiros” (SILVEIRA, 2011, p. 17).

Nessa perspectiva, Carbonel (2013) faz a descrição de uma situação ficcional recorrente em diversos textos literários em que a circunstância de envolvimento homoerótico ocorre num quadro narrativo cujo enredo envolve um rapaz ou homem mais adulto impelido à prostituição por necessidades econômicas e se entrega sexualmente a outro homem por dinheiro. O autor ilustra o caso com a obra “O Barão de Lavos”, de Abel Botelho (1891), bem como afirma ser “instigante” a presença de interações sexuais entre personagens masculinos que intercambiam prazer e dinheiro, entre sujeitos que pagam por sexo e os que se vendem oferecendo seus corpos em diversas narrativas brasileiras.

2 A prostituição masculina: marginálias sexuais

No perímetro da prostituição homossexual, Perlongher (1987), em estudo antropológico pioneiro, cunhou a noção de “prostituição viril” com o propósito de diferenciar os vários sujeitos que se prostituem: travestis, homossexuais afeminados (*michê-bicha*) e o *michê-gay* (na visão do autor, meados dos anos oitenta do século passado, dada sua presença incipiente no cenário homoerótico, um personagem em emergência, cujo perfil combina assumir sua sexualidade sem afeminação). Advindo dessa categorização um *continuum*, cuja gradação vai desde a máxima “feminilidade” possível do travesti até masculinidade prototípica do *michê*. Assim, nesse universo da “*michetagem*” abordada pela perspectiva antropológica, o autor aponta duas categorias de *michês*: “os prostitutas”, homens que assumem discursivamente a heterossexualidade praticando atos sexuais com outros homens,

apenas pelo dinheiro (*michê-macho*), e os “homossexuais” que, além do dinheiro buscam também o prazer (*michê-bicha* e *michê-gay*).

O termo *michê*, de raiz etimológica obscura, baseando-se em dicionário de gírias francesas, encontra-se relacionado ao domínio lexical dos vocábulos *michette* (seio), *miches* (nádegas), *michê* (doença venérea), *michet* (o que paga o amor) e *michetonner* (pagar o amor). O pesquisador menciona que o termo possui duas acepções: a primeira é uma referência ao próprio ato da prostituição, vinculada à expressão “fazer *michê*”. A segunda denomina “[...]uma espécie *sui generis* de cultores da prostituição: varões geralmente jovens que se prostituem sem abdicar dos protótipos gestuais e discursivos da masculinidade em sua apresentação perante o cliente” (PERLONGHER, 1987, p. 17).

Nesse contexto, define-se contrato de locação aquele em uma das partes (locador) se obriga a ceder à outra (locatário), por um determinado tempo, o uso e gozo de coisas não fungíveis, mediante retribuição. Podemos transpor esse conceito para o contexto das práticas sexuais configuradas pelo/ no mercado da prostituição masculina envolvendo trocas econômico-sexuais. Desse modo, em analogia ao contrato de locação, a comercialização do sexo calcado na perspectiva da prestação de serviços ocorre mediante negociação, numa espécie de contrato informal entre o locador, sujeito que se prostitui, oferta seu corpo, objeto de consumo, para aluguel temporário ao outro (cliente) que efetiva o pagamento pelo uso do corpo, satisfação de fantasias e desejos sexuais.

Em outras palavras, é uma transação que busca satisfazer pela obtenção do dinheiro, ao prostituto, e o sexo, pelo cliente. Uma relação que pode envolver ou não, desejo mútuo. O valor monetário oscila em vista de variáveis: local de negociação, tempo de duração, o conteúdo do ato sexual, a aparência de status do cliente, o tamanho do pênis etc.:

O que é mostrado para aluguel e o que é pago não é simplesmente um corpo qualquer, mas um corpo marcado por insígnias que, convencionalmente, sinalizam a masculinidade: dorsos produzidos em academias de ginásticas remontando aos tipos gregos de outrora; posturas corporais típicas; gestos que retratam modos de ser supostamente viris, copiados de trabalhadores da construção civil, estivadores, militares, caminhoneiros, entre outros (FARIAS, 2013, p. 347).

Esse desejo por homens ultramásculos, viris, representativos do estereótipo de macho ideal choca-se com a heterossexualidade compulsória imposta a si mesmo pelos prostitutos, numa espécie de “cilada da masculinidade” (BOURDIEU, 2014), que apontam categoricamente para a negação da homossexualidade, apesar de manterem relações sexuais com outros homens, inclusive, a despeito de parte deles revelarem sentir prazer com isso.

Há também na dinâmica relacional uma assimetria de poder de ordem econômica entre os prostitutos em sua maioria desprivilegiados socialmente e os clientes de classes sociais mais favorecidas. Nesse relacionamento marcado pela disparidade há manifestações de uma face criminosa e delinquencial, cujas práticas de roubos, extorsões, por exemplo, subjaz um “[...] pensamento de que aquele que não dispõe de bens deve retirá-los de quem os possui, pelos mais diversos métodos (FARIAS, 2013, p. 349), inclusive, os mais desprezíveis. Estes como “estratégias de sobrevivência” que legitimariam a prostituição como mecanismo de compensação das disparidades sociais. Os prostitutos elaboram uma interpretação social de sua atividade por meio da qual sentem-se à vontade para “explorar”, “tirar vantagem” ou “aproveitam-se” da ‘carência’ dos clientes mais idosos que têm bastante dificuldade em conquistarem um parceiro não remunerado:

O michê considera-se como agente de uma expiação: o homossexual deve pagar sua culpa, já pelo fato de ser “burguês”, como por estar insinuando uma subversão dos valores sexuais da ordem tradicional, que estes michês, ainda “desterritorializados”, se obstinam paradoxalmente por representar, como correlato discursivo da sua exacerbação gestual machista (PERLONGHER, 1987, p. 205).

No que tange ao perfil e às motivações para ingresso e permanência na prostituição, Teixeira (2011) em pesquisa socioantropológica, sublinha como pontos de intersecção: todos serem jovens, oriundos de famílias desestruturadas, pobres, com baixo nível de escolaridade, sem emprego ou com trabalho mal remunerado, e anseiam prosperidade material, autonomia e ganho de dinheiro rápido, sem que haja um investimento intelectual ou financeiro extra. Nesse contexto, “A prostituição enquanto fenômeno social mostra-se envolvida por expressões histórico-culturais, que fundamentam a comercialização do corpo dessas pessoas através da coerção, sedução ou ainda, do atendimento imediato às necessidades básicas de sobrevivência”

(SOUZA NETO, 2009, p. 121). Há uma multiplicidade de fatores que influenciam o ingresso no mercado da prostituição:

Fugitivos ou expulsos da ordem da família e do trabalho, muitos rapazes vêm-se “arrastados” à prostituição não só por extravagâncias eróticas quanto por imperativos da necessidade. Onde acaba a necessidade e começa a vontade (ou o desejo “inconsciente”) é difícil de determinar no plano psicológico individual. No “agenciamento coletivo” que se atualiza no negócio, esses tensores – afeto e interesse, acaso e cálculo – costumam mostrar-se inextricavelmente ligados. Em todo caso, a miséria, filha da desigualdade social, é vista como desencadeante do processo de prostituição: arroja o rapaz pobre, desprotegido e desprovido de meios de subsistência às bocas vorazes dos pederastas, que o “imaginário” social veste com o vestido de cauda da luxúria e a opulência (PERLONGHER, 1987, p. 203).

Ainda nessa perspectiva, segundo Teixeira (2011), a prostituição na visão dos michês é concebida como trabalho ou ocupação provisórios, a despeito de corresponder, para muitos, uma atividade regular, remunerada (principal fonte de renda) e possuir organização de tempo. É recorrente não conceberem sua atividade como profissão, mesmo que requeira certa disciplina e um tempo de aprendizagem (desenvolver maneiras de abordagem, realização satisfatória do ato em negociação às exigências do cliente), ou seja, demanda-se um nível de profissionalismo. Também, salienta-se o fato de que eles exercem tal atividade sob o imperativo da necessidade e não do prazer, e isso “[...]parece ser o eixo central da organização dessa atividade e das identidades decorrentes dela” (TEIXEIRA, 2011, p. 15).

2 Intercambialidade econômico-sexual na ficção curta de Gasparino Damata

Dentro do universo da ficção homoerótica, o conto “Paraíba” – título, cuja metonímia geográfica é carregada de forte discriminação social e cultural a migrantes nordestinos difundida por pessoas de outras regiões –, abre a coletânea de contos “Os solteirões”, de Gasparino Damata, sob a égide da subtemática da literatura gay referente a busca pelo sexo clandestino em ambientes obscuros envolvendo práticas de prostituição. Na narrativa em tela, o enredo ganha corpo em um cinema pornográfico carioca. A história compreende um diálogo, que mais parece um monólogo de autodefesa do

protagonista, entre dois boys de programa, ambos oriundos de uma cidade do interior pernambucano.

O protagonista da narrativa faz programas com regularidade no cinema pornô, quando se apresenta ao leitor o encontro com o seu “virtual” interlocutor, Zé Orlando; este não possui fala, apenas compõe o espaço enquanto personagem para o processo de interlocução monopolizado pelo anônimo operário, que sobrevive com um irrisório salário e complementa a fonte de renda prestando serviços sexuais. Sua mudança para o Rio de Janeiro é decorrente da fuga moral sufocante da cidade pequena onde morava: “na nossa terra se censura tudo” e o sujeito coercitivamente precisa “ser igual a todo mundo” (DAMATA, 1975, p. 8). Segue excerto que ilustra o fato desencadeador para migração da personagem:

Foi com aquele filho mais novo do doutor Fortunato [...]. Um bem alto, moreno, que vivia de jipe para cima e para baixo e namorava tudo quanto era garota da cidade? Pois é, uma noite ele entrou no cinema e sentou ao meu lado. Quando a luz apagou e começou a sessão, ele tirou meu pau pra fora e me tocou uma punheta. No dia seguinte era só o que se comentava na cidade. Fiquei um mês sem sair de casa. Se botasse os pés na rua estava sujeito a levar uma surra. E meu velho quase perdeu o emprego lá na prefeitura (DAMATA, 1975, p. 9).

Assim, na busca pela invisibilidade da metrópole cujo anonimato se sobrepõe ao “compartilhamento provinciano da vida privada” (CARBONEL, 2012, p. 46), a personagem engrossa os casos padrão de jovens que saem de cidades muito pequenas e seguem para centros urbanos maiores como forma de se desvencilhar da vergonha, rejeição, opressão sofridas em relação à sexualidade desviante.

Nele, a mentalidade e valores da heterossexualidade compulsória são tão sólidos que a personagem não assume uma possível bissexualidade. Ele evidencia sua pretensa e discutível identidade de gênero em expressões como “sou homem”, “Sou de mulher”, “meu caso é mulher”, embora aceite no outro, não nele, sem o peso da reprovação, a homossexualidade, e que esta condição não inferioriza “Porque o sujeito pode dar cu, fazer o que bem entender com outro, e ser um cidadão de bem. Ter sua moral” (DAMATA, 1975, p. 10).

Considerando a complexa subjetividade da personagem e seu possível mecanismo de defesa psicológico em argumentar que um dos motivos

de estar nos “cinemões” deve-se ao alto custo de manter relacionamentos com mulheres, que elas geram dispêndios financeiros incapazes de serem arcados por ele. A figura feminina vista como um ser parasita do macho provedor. Podemos depreender, também, que diante de seu desejo voluntário em frequentar locais propiciadores de práticas sexuais entre homens, aventamos uma problemática no sentido de a prostituição constituir uma forma de alguns homens legitimarem um desejo homossexual latente, mesmo que inconscientemente (SOUZA NETO, 2009).

Dialogando com Ceccarelli (2008, p. 12) ao afirmar que “[...]existem os que usam a prostituição como desculpa – isso é apenas trabalho – para viver uma relação homossexual de outra forma intolerável a eles”. A prostituição, também, como forma de legitimação da transgressão do interdito (PERLONGHER, 1987). Vejamos o *modus operandi* realizado pelo boy de programa na história:

Faz dois anos que frequento este cinema, e nunca saí daqui sem fazer um programa, às vezes até mais de um, e sem levar uma grana no bolso. Se o cara quiser me tocar um punheta ou chupar meu pau, subo com ele lá para o segundo andar [...]. Vou sentar lá cima, nas últimas filas de cadeira. Fico quieto no meu canto, fingindo que estou vendo o filme, aí é tempo que o cidadão vem e senta ao meu lado. [...]. Passado algum tempo, olho bem para os cantos, e deixo que ele se sirva. Se quiser, faz o troço ali mesmo, se preferir, a gente vai pra hospedaria (DAMATA, 1975, p. 10-11).

O fragmento acima, além de explicitar as performances de gênero da personagem que se permite à felação, a ausência de beijo e penetração do cliente, também aponta para a configuração de espaços fechados, reclusos, “sujos” na literatura homoerótica:

É nesse clima de “esconderijo” que as relações afetivo-sexuais das personagens gays acontecem, não porque o espaço privado seja o único adequado, no contexto ocidental, para o exercício do sexo e das sexualidades, mas porque, em se tratando de experiência gay, os “faróis” da vigilância social não podem alcançar os “suspeitos” (SILVA; FERNANDES, 2007, p. 155).

Os cinemas que exibem filmes pornográficos constituem um dos cenários que acolhem relações sexuais e jogos de desejos que de certa maneira apontam para o sujeito gay como uma projeção dos ambientes onde habitam seus desejos eróticos face à discriminação, homofobia e valores

heteronormativos. De maneira especular, refletem as interações homoeróticas como marcadas pela sujeira, proibição e transgressão.

Em outra narrativa do mesmo volume “Módulo lunar pouco feliz”, Damata expõe abertamente o funcionamento e dramas do mercado do sexo masculino no domínio do espaço público, a rua. A urdidura ficcional se concretiza por meio de um narrador em terceira pessoa amalgamado ao extensivo discurso indireto livre, cuja voz se faz pela incorporação de uma linguagem dominada pela coloquialidade e expressões/palavras utilizadas por sujeitos marginalizados (boys de programa) e do gueto gay (“tia”, “boneca”).

Convém mencionar o jovem e anônimo personagem de dezoito anos, *boy* de programa, cuja única lembrança afetiva positiva remete ao pai (de sua mãe quisera esquecer, posto receber dela agressões) que o mimava na infância pobre em Recife; apresenta-se orgulhoso por sua honestidade frente às tentações ilícitas, mesmo em condições de vida muito adversas, ilustrando assim, sobejamente, a prostituição “desglamourizada”, contrariando o adágio popular “vida fácil”. A personagem padece de fome, abandono, humilhações em meio a um estilo de vida errante, baseado no nomadismo (perambulações entre Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro), no gosto pela aventura, no interesse pelo imprevisível.

A respeito disso, Perlongher (1987, p. 63) denomina como “pulsão nômade”, basilar no negócio do sexo “[...]por vezes triste, mas sempre dinâmico, um impulso de fuga. No caso dos michês, fuga da família, do trabalho, de toda a responsabilidade institucional ou ainda conjugal”. Esse nomadismo não é de caráter apenas econômico ou territorial, mas também sexual: “[...]o sujeito passa de corpo em corpo sem se fixar, numa promiscuidade sucessiva que não recusa a orgia” (PERLONGHER, 1987, p. 204).

Em meio ao desamparo da vida, o jovem personagem mantém um “caso” com outro *boy* de programa, o emblemático, discreto, ultramásculo, “profissional do sexo”, Severino Gomes da Silva, popularmente conhecido como Pernambuco. Eis a descrição dele:

Sempre bem vestido e limpo, cabelo ondulado e penteado para trás, sapato no ponto, Pernambuco conservava a camisa aberta dois ou três botões, para que as bichas pudessem apreciar-lhe a peitaria larga, cabeluda, constantemente suada. Não era bonito, mas também não feio, e tinha braços fortes, roliços, pele clara, dentes perfeitos, cheiro de macho, e lembrava um pouco Jack Palance [...]. Quando andava o material soberbo balançava de

leve entre as pernas musculosas [...]. e as bichas todas se voltavam para olhá-lo, ou paravam e faziam sinal para que se aproximasse [...]. Fazia programa quase todas as noites e contava com uma freguesia certa (sua cadernetinha de endereços tinha para mais de 100 telefones) entre as bichas que frequentavam determinados lugares a fim de apanhar homens e as que acostumavam receber a domicílio, que não gostavam de se expor [...]. Mas não era de fazer concessão, não beijava por dinheiro [...]. Sua especialidade sempre fora bicha, orgulhava-se de fazer qualquer bicha se sentir mulher, mais mulher do que muita mulher (DAMATA, 1975, pp. 21-22).

Conforme fica evidente pelo excerto acima, a personagem Pernambuco não vende apenas um corpo másculo, essencialmente, ele comercializa de modo simbólico uma hipermasculinidade que se coaduna ao modelo falocêntrico, representado pelo macho dominador, dotado de virilidade e potência sexual. Um homem viril, protótipo da masculinidade, que recusa autoidentificar-se como homossexual, recusa esta que encontra ressonância nos desejos e fantasias dos clientes ciosos para transarem com um “heterossexual”, “macho de verdade”.

Embora se relacione com mulheres, tem atração e predileção por garotos. A personagem é exemplar enquanto representante do “bofe” ou na contemporaneidade do “boy magia”, sonho de consumo sexual por gays efeminados (bicha) - estereótipo homossexual desmunhecado, afetado na voz, nos gestos, caricatura de um modo de ser mulher, reproduzido pela mídia, por exemplo. Tanto que na história alude-se a fama do personagem Pernambuco entre as bichas tendo em vista sua performance de macho ativo com genitália avantajada.

Considerações finais

Convém sublinhar que as práticas sexuais diferem no tempo, espaço e em cada sociedade elabora-se processos, valores e mentalidades próprios. Amalgamado a isso, “[...]cada sociedade convive, tolera, reprime ou proíbe as práticas de prostituição (masculina e feminina), de acordo com razões morais, religiosas e culturais que, por sua vez, transformam-se ao longo da história (SANTOS, 2013, p. 41).

Atualmente, pode-se encomendar um corpo-mercadoria ao perfil do cliente por meio do telefone, internet ou pessoalmente. Nesse contexto, as

duas narrativas analisadas permitem investigar o cruzamento das relações possíveis entre sujeitos que vivenciam interações sexuais de forma clandestina, velada ou camuflada, cujo comportamento divergente choca-se com a conduta social hegemônica. Obrigando-os a ruptura com a “normalidade” social que impõe severos códigos de moralidade.

No conto “Paraíba” notamos a presença da marginalização imposta aos homossexuais que procuram ambientes “sujos” (no caso, cinemas pornôs) como espaço que reflete sua condição de ser transgressora. O texto em escopo nos reporta aos bloqueios, mecanismos de defesa e dificuldades de assunção da homossexualidade, mesmo a personagem voluntariamente se relacionar sexualmente com outros do mesmo. Também configurada na prática da prostituição, a narrativa “Módulo lunar pouco triste” evidencia aspectos que convergem para o plano dos desejos e fantasias de sujeitos gays efeminados ciosos por consumirem performances prototípicas de homens hipermásculos, mesmo que postos numa heterossexualidade compulsória.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. 2 ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

CARBONEL, Thiago Ianez. **Homoerotismo e marginalização**: construções do universo homoafetivo masculino na literatura brasileira contemporânea. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa. Araraquara, Unesp, 2012.

CECCARELLI, Paulo Roberto. Prostituição – corpo como mercadoria. **Mente & cérebro – Sexo**, v. 4, dez. 2008.

DAMATA, Garparino. **Os solteirões**. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

FARIAS, Francisco Ramos. Atividades secretas em noites sombrias: memórias do universo dos garotos de **programa**. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 10, n.1, p. 344-368, Jan./Jul. 2013.

LUGARINHO, Mário César. Nasce a literatura gay no Brasil: reflexões para Luís Capucho. In: SILVA, Antonio de Pádua Dias da. (Org.). **Aspectos da literatura gay**. Joao Pessoa: Editora da UEPB, 2008. p. 9-24.

PERLONGHER, Néstor Osvaldo. **O negócio do michê**: prostituição viril em São Paulo. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

SANTOS, Maria de Lourdes dos. **Da batalha na calçada ao circuito do prazer**: um estudo sobre a prostituição masculina no centro de Fortaleza. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFC, 2013.

SILVEIRA, Micaela de Sá. **A representação de masculinidades em Gasparino Damata**. Monografia de Conclusão de Curso. Campina Grande, UEPB, 2011.

SOUZA NETO, Eptacio Nunes. **Entre boys e frangos**: análise das performances de gênero de homens que se prostituem em Recife. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Recife, UFPE, 2009.

TEIXEIRA, Alexandre Eustáquio. Representação sobre a atividade de garotos de programa em Belo Horizonte (MG): emprego, trabalho ou profissão?
In: **XI CONLAB – Congresso Luso Brasileiro de Ciências Sociais**, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 07 a 10 de agosto de 2011.

ARQUÉTIPO, GÊNERO E IDENTIDADE EM “VENHA VER O PÔR DO SOL”, DE LYGIA FAGUNDES TELLES

Irio José do Nascimento Germano Júnior¹

Prof. Me. Antônio Cleonildo da Silva Costa²

Resumo

O presente artigo objetiva analisar o processo de construção da identidade feminina a partir das discussões de gênero e dos arquétipos moldados pela sociedade no que diz respeito aos modelos ou padrões impostos. A influência subjetiva e inconsciente do gênero sociocultural propicia interpretações e releituras acerca das personagens no conto “Venha ver o pôr do sol”, de Lygia Fagundes Telles. Raquel e Ricardo vivem um reencontro amoroso/doloroso em que o discurso de um acaba influenciando o outro por meio de fragilidades entre os gêneros. É importante destacar que a construção desse arquétipo não se excogita como algo absoluto e imutável, pois está sempre em formação, ou seja, se modificando e, com isso, o contexto sociopolítico e cultural corrobora para conservar tal imagem. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, parte-se da obra fagundiana, bem como aportes teóricos de Casagrande (2011), Jung (2000), Bauman (2005) e entre outros.

Palavras-chave: Arquétipo, Gênero, identidade.

1 Graduando pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.

2 Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Norte; Mestre em Estudos do Discurso e do Texto – PPGL/UERN.
E-mail: iriogermano@gmail.com

Introdução

A discussão acerca de gênero na perspectiva literária aponta para diversos contextos a serem estudados e refletidos, uma vez que essas abordagens provam de um enraizamento histórico-cultural e social. Tendo em vista que a literatura se torna um campo de estudo que corrobora para perceber a transformação, a construção e a criação de comportamentos e representações humanas, o presente artigo objetiva analisar o processo de construção da identidade feminina a partir das discussões de gênero e dos arquétipos moldados pela sociedade no que diz respeito aos modelos ou padrões impostos.

Nesse contexto, é produtivo captar as intenções implícitas e explícitas sobre o que configura o feminino e associá-las ao gênero, ao arquétipo e à identidade. Para que isso ocorra de fato, é preciso ter informações contextualizadas a partir das ações dos personagens. Estes, fictícios, acabam por dialogar, com o espaço real e levam consigo as marcas de gênero construídas ao longo da história, conforme aponta Costa (2005, p.13): “Toda e qualquer operação literária rege-se pela face da realidade, já que tudo o que o homem cria é uma representação da realidade.

Nessa perspectiva, olhares inserem-se nas leituras literárias para refletir o envolvimento de crenças humanas em relação ao modelo de arquetípico direcionado à mulher e ao homem. É inegável que estes possuem diferenças, mas foi-se convencionando valores e deveres distintos, padronizados culturalmente.

Dessa maneira, a construção do gênero ligada à mulher e ao homem comporta forma e comportamento a estes, mediante uma sociedade que transcende à linha biológica e exerce efeitos categóricos aos sujeitos. Confortin (2003, p. 111) explica: “[...]ser homem e ser mulher é um processo que não está pronto na hora do nascimento da pessoa. É um processo que se dá de acordo com as múltiplas influências e instâncias”.

Além disso, é válido mencionar que a identidade, nesse processo, vai sendo construída, captada, com o passar da vida e modelando-se de experiências pessoais, sociais e culturais. Como acontece com o gênero feminino, que tem seu papel de atuação, as tarefas e desempenhos demarcam a trajetória de lutas e perdas nesse processo afirmativo. Entretanto, acabam por identificá-las enquanto mulheres no ambiente em que se encontram envolvidas e no espaço que ocupam.

Mediante comportamento social pelo qual se identifica a categoria masculina e feminina, essas percepções que não são fisiológicas, mas moduladas culturalmente com o decorrer do tempo, envolvem um conjunto de marcas pinceladas pela história entre os povos e grupos sociais, refletindo sua identidade.

Em “Venha ver o pôr do sol” de Lygia Fagundes Telles, aborda-se um reencontro dicotômico, localizado em um cemitério abandonado, repleto de ambiguidades, subjetividades e múltiplas dúvidas que circulam o enredo. O conto possui um desfecho repleto de conflitos e fragilidades entre os gêneros. O ambiente do enredo é apresentado por Raquel e Ricardo e retrata a condição feminino de submissão, menosprezo e incertezas perante um homem vingativo e afetado pelo amor não correspondido. Com isso, compreende-se discutir o gênero a partir dos personagens, observando como os arquétipos moldam a identidade de cada um dentro de um espaço.

Nesse sentido, este artigo utiliza-se da metodologia bibliográfica, pois esta pesquisa é conduzida pela obra literária, que vai convocando todas as teorias possíveis à discussão. Por meio da perspectiva qualitativa, avalia-se como as proposições práticas e teóricas configuram as categorias de análise.

Nesse sentido, a pesquisa está composta por três momentos fazendo-se por meio de releituras proporcionadas pela obra “Venha ver o pôr do sol”. Os três momentos estão agregando a obra literária e a natureza teórica. No primeiro momento, trata do gênero; o segundo momento relacionado com o arquétipo; e o terceiro momento, investigando a identidade. Todos esses requisitos são examinados com a releitura do conto que será o corpus e o condutor destas discussões.

Uma questão de gênero

O surgimento da ideia de gênero vem sendo construído epistemologicamente no decorrer dos anos. Desse modo, pode-se pensar os princípios atribuídos à mulher com atuação envolvida com o lado materno, carinhoso, educacional, ou seja, uma modelação doméstica associada a um caráter revestido de generosidade e bondade; e, ao homem, um perfil direcionado mais a força física, profissão, política, ou melhor, revestido de toda uma liberdade, independência e chances de possuir qualquer função ligada ao estado. A partir dessas condições, é possível perceber “[...] essa diferença que vai sustentar a dicotomia entre homens e mulheres, entre o masculino e

o feminino, numa relação hierárquica nas relações sociais”. (SOUZA, 2002, p. 79)

Toda essa concepção e representação da dualidade masculina e feminina são alicerces ideológicos interligados ao gênero. Dessa maneira, vale associar a essas categorias, representações que se constroem e formam uma desconstrução, ou seja, uma ruptura expressa de diferentes ideologias subalternas, entre: “modelo x imitação; dominador x dominado; forte x fraco; presença x ausência; corpo x mente; homem x mulher”. (ZOLIN, 2003 p. 163).

A esse contexto, a palavra gênero ganha também uma gama de classificações e compõe-se de uma complexidade no que diz respeito a sua definição. Por não possuir um único e imutável sentido, o termo apropria-se de uma diversa classificação política, profissional, familiar; na globalização, nas representações de poder, na literatura, nos filmes, na música, entre outros. Percebe-se com isso, que a escolha de uma única definição para este vocábulo não se encontra estável e consolidada devido a todo um repertório de representações de identidades, estereótipos e rótulos atribuídos. Este termo continua moldando-se historicamente e é nessa continuidade que se envolve também as desigualdades sociais e direitos humanos, e principalmente os arquétipos notáveis nesta classificação homem/mulher.

Nesse contexto, traçar essas perspectivas nas veredas literárias colabora para uma releitura ímpar do conto “Venha ver o pôr do sol”. Dialogando com a teoria e a análise, a obra traz características relacionadas ao gênero, como pode-se perceber nesse momento de reencontro entre Ricardo e Raquel:

[...] metido num largo blusão azul-marinho, cabelos crescidos e desalinhados, tinha um jeito jovial de estudante. [...] - Veja que lama. Só mesmo você inventaria um encontro num lugar destes. [...] Ele riu entre malicioso e ingênuo.

- Jamais? Pensei que viesse vestida esportivamente e agora me aparece nessa elegância! (TELLES, 2009, p 94.)

Na obra, é notável um discurso que acaba por influenciar um conjunto de fragilidades entre os gêneros, neste caso, o masculino está em posição de soberano, enquanto que a figura feminina encontra-se em dificuldades para chegar ao lugar marcado, mesmo elegante – uma fútil.

A princípio, observa-se que o texto propõe pistas há serem analisadas. Pode-se notar desde um aspecto simples, como o uso da cor da roupa de

Ricardo que é azul, aliás uma cor convencionalizada ao perfil masculino, para uma característica mais complexa, como o comportamento masculinizado deste. Isso é o que se percebe nessa passagem: “Ele riu entre malicioso e ingênuo” (TELLES, 2009, p 94.). Pode-se refletir que o mesmo não possui uma única personalidade, mas duas sensações distintas – a de maldade e a de bondade.

Além de um teor irônico e sarcástico adotado pelo protagonista, ele usa estímulos que repudiam e inferiorizam Raquel em vários momentos. Isso pode ser comprovado no trecho: “Quando você andava comigo, usava uns sapatos de sete léguas, lembra?” (TELLES, 2009, p 94.). Percebe-se, no contexto da conversa, um deboche de Ricardo, pois ao rever Raquel, atribui um pensamento sarcástico referindo-se ao passado dela, sobretudo, despeitado com sua elegância atual.

Nesse sentido, Ricardo acaba por modelar um comportamento de poder masculino, uma opressão mesmo que inconsciente voltada à Raquel e, com isso, contribui para o comportamento subjetivo de força central do gênero masculino, exercido sobre a integridade feminina. Poder este, influenciado pelas camadas sociopolíticas, culturais, sexuais, entre outras. Sobre o exposto, Foucault (1999, p.89) reforça: “[...] que o poder não é algo que se adquire, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar; o poder se exerce a partir de números pontos e em meio a relações desiguais e móveis”.

Dessa forma, essa construção de vingança no comportamento que aos poucos vai sendo utilizado e demonstrado por Ricardo, traduz subliminarmente uma ideologia de poder, de posse (machista). Ele acaba modelando seus artifícios dualistas no decorrer da história, acarretando aspectos como “forte”, “dominador” e uma “mente” que trama e especula perversidades. Mas ao mesmo tempo finge ser um indivíduo calmo, carinhoso e que só quer uma despedida. Isso leva a uma ambiguidade em seu comportamento, diferente do gênero feminino categorizado em Raquel. Ela que possui um gênio sagar que se perpetua em sua honestidade, afeto e ingenuidade, como observa-se nessas passagens:

Recostando a cabeça no ombro do homem, ela retardou o passo.
[...] Mas apesar de tudo, tenho às vezes saudade daquele tempo.
[...] - Está bem, mas agora vamos embora que já me diverti muito, faz tempo que não me divirto tanto, só mesmo um cara como você podia me fazer divertir assim. - Deu-lhe um rápido beijo na face.” (TELLES, 2009, p 96-97.)

No desenrolar da história, evidencia-se que a trama está centrada na figura do homem, de um poder psicológico masculino capaz de fazer a ex-namorada realizar sua vontade, independente de Raquel estar ou não a fim disto. Sendo assim, nota-se que o gênero feminino é destituído de poder, de escolha, de posicionamento, pois se deixa levar pela “força” do homem, do gênero que o marca através do pertencer cultural.

Dessa forma, aponta-se comportamentos peculiares entre os personagens em sua categoria de gênero, como se observa nos estereótipos provenientes do discurso masculino: “[...]ficou assim toda frágil, toda sentimental. E agora? Que romance você está lendo agora?” (TELLES, 2009, p 96.). Diante disso, nota-se a colocação de Ricardo para com Raquel, atribuindo-lhe um comportamento inconscientemente característico do gênero feminino, no sentido de ser adepta ao romance, ao sentimental.

Além do mais, outra forma de atribuir perspectivas femininas a Raquel se faz notar na passagem:

[...] - Sei que você gostaria de encontrar tudo limpinho, flores nos vasos, velas, sinais da minha dedicação, certo? Mas já disse que o que mais amo neste cemitério é precisamente este abandono, esta solidão. [...]”. (TELLES, 2009, p 98.).

No ambiente descrito, são encontrados os objetos e a permanência masculina na representação do local e a ausência de um cenário que retrate o perfil romântico.

Nessa linha de pensamento, as ferramentas e as artimanhas utilizadas por Ricardo para prender Raquel em sua emboscada são marcadas e transmitidas em uma fragilidade articulada de subjetividade. Nessa perspectiva, Casagrande (2011), vem abordar em sua obra uma retrospectiva do surgimento dos estudos voltados ao gênero, mostrando que ter noção deste, ajuda a melhor entender a sociedade e suas relações.

Perspectivas literárias de arquétipos

Os arquétipos são, a grosso modo, os moldes formulados e padronizados pela política sociocultural de uma identidade já imposta, a qual deve ser seguida. Para tanto, entende-se que este termo corresponde a uma estrutura primária e básica em que pode-se definir culturalmente um conjunto de padrões e comportamentos específicos que colaboram para conduzir a

vida humana. O arquétipo mais próximo do que se pretende investigar na presente pesquisa recai sobre a figura feminina e masculina, que representa uma série de paradigmas estereotipados pelo regime social.

Quanto a isso, toda a peculiaridade, todos os aspectos e envolvimento sociais direcionados com a categoria da mulher em relação à etnia, condições socioeconômicas e papéis desempenhados a elas, acabaram influenciando para uma formação “privada”, submissa e inferior, comparada às ações do homem. A formação feminina dispõe de um acervo de dominação, exploração e patriarcalismo, a qual corrobora para uma cultura que foi pincelada através de um processo histórico e de uma construção da identidade de gênero. Sendo assim, nota-se essa distinção através das personagens Ricardo e Raquel.

Dessa maneira, a construção do arquétipo, no que diz respeito ao conceito abordado por Jung (2000) vem tratar das observações de que existem imagens que são formadas a partir da vivência de cada um, mas tem uma estrutura semelhante, por exemplo: todo o ser humano tem pais e mães, então, todos eles têm a possibilidade de formar uma imagem de pai e uma imagem de mãe de maneira inconsciente.

Sobre o exposto, o autor acrescenta:

No indivíduo, os arquétipos aparecem como manifestações involuntárias de processos inconscientes, cuja existência e sentido só pode ser inferido; no mito, [...] Remontam a um mundo anterior originário, com pressupostos e condições espirituais que ainda podemos observar entre os primitivos atuais. (JUNG, 2000, p. 155)

Percebe-se que os arquétipos se constroem inconscientemente por pressupostas representações. De maneira involuntária, são padronizados e, com isso, perpassados e compartilhados de forma coletiva por entre as gerações.

Nesse contexto, ao analisar o comportamento das personagens e levando em consideração o pensamento da autora Zolin (2003) que dialoga com essa perspectiva de arquétipo, percebe-se sua ideologia sobre a condição da mulher, no que diz respeito, em ser subjugada. A autora reforça duas categorias identificadas para o gênero feminino – a mulher-sujeito e a mulher-objeto.

[...] a mulher-sujeito é marcada pela insubordinação aos referidos paradigmas, por seu poder de decisão, dominação e imposição;

enquanto mulher-objeto define-se pela submissão, pela resignação e pela falta de voz. (ZOLIN, 2003, p. 163)

Nesse contexto, a presença do arquétipo, modelado histórico e culturalmente pela submissão da mulher e hierarquização do homem, podem ser vistos no conto em estudo. A personagem Raquel, mulher-objeto, se torna refém de um lugar secundário e de um outro masculino e dominador. É o que se observa abaixo:

E não satisfeito de ter-se alastrado furioso pelos canteiros, subira pelas sepulturas, [...] como se quisesse com sua violenta força de vida cobrir para sempre os últimos vestígios da morte. [...] Amuada mas obediente, ela se deixava conduzir como uma criança. (TELLES, 2009, p 96)

No primeiro momento, Ricardo possui um ar de valentia e de dominação. Nesse contexto, há resquícios de um perfil patriarcal de força incontestável, ou seja, um arquétipo revestido de agressividade e posse.

Nesse sentido, Ricardo tanto trama, que consegue aprisionar física e espiritualmente Raquel. Em sua mente, há um ressentimento dicotômico entre um afeto amoroso/doloroso. Ele acaba por coloca Raquel em um ambiente privado, por sentir-se dominador desta. Toda a posse e autoridade que Ricardo pratica sobre Raquel é resultado de um padrão vingativo de articulações inconformadas decorrentes do fim do namoro dos dois.

No segundo momento, há uma visão privada da personagem Raquel que acaba por possuir um arquétipo submisso e inferior. A moça apresenta aspectos de obediência. Com isso, é manipulada pelo seu ex-namorado para uma emboscada sem volta, na qual a mesma é trancafiada em uma catacumba. Implorar a Ricardo para libertá-la já não é o suficiente.

Enfraquecendo-a psicologicamente com seu falso caráter de manipulador, num processo inconsciente de tê-la só para si, ele menospreza sua condição de mulher. Complementando essa perspectiva Heleieth Saffioti (1987) apud Casagrande (2011, p. 188) corrobora:

Às mulheres impõem-se a necessidade de inibir a agressividade, pois elas deveriam ser dóceis, cortadas e passivas. A educação masculina, no entanto, historicamente trouxe elementos que contribuem para agressividade. Os homens são ensinados a competir permanentemente e a agressividade é um componente básico da personalidade competitiva.

A par dessa informação, Raquel tem sua posição inferiorizada e aprisionada pelas articulações de Ricardo:

- Ricardo, chega, já disse! Chega! Abre imediatamente, imediatamente! - Sacudiu a portinhola com mais força ainda, agarrou-se a ela, dependurando-se por entre as grades. Ficou ofegante, os olhos cheios de lágrimas. [...] Ele já não sorria. Estava sério, os olhos diminuídos. Em redor deles, reapareceram as rugazinhas abertas em leque. Boa noite, Raquel. (TELLES, 2009, p 99.)

Com o decorrer da leitura, a modelação da identidade do homem e da mulher são construídas hierarquicamente na obra “Venha ver o pôr do sol”. Raquel, portanto, estaria ligada à teoria da mulher abaixo expressa:

[...] não havia lugar para as mulheres com representatividade pública, condenadas que estavam à inferioridade segundo as leis da natureza. Sua função na sociedade moderna, era a de ser moderadora; sua missão, dentro da nova ordem, a de amar [...] Seguindo a orientação de Comte, a mulher ideal estaria na figura da Virgem-Mãe, símbolo perfeito da humanidade, capaz de reproduzir sem a interferência externa. (PAIXÃO, S.1997, p.163).

Os arquétipos de homem, ele inconformado pelo abandono; e de mulher, ela desejosa de liberdade, mas aprisionada pelas convenções sociais; acabam se transformando em forças identitárias, assunto para a próxima seção.

A identidade e suas armadilhas

Dentro dessas concepções, discorrer sobre identidade, formada socio-culturalmente torna-se necessário. E, diante disso, como observa Bauman (2005, p. 45)

[...], a identidade escolhida e preferida é contraposta, principalmente, às obstinadas sobras das identidades antigas, abandonadas e abominadas, escolhidas ou impostas no passado. Na outra frente, as pressões de outras identidades, maquinadas e impostas.

É com esse pressuposto, que se percebe como a identidade acaba sendo espalhada e enraizada com o tempo. Ela resiste e ganha novas formas “outras identidades” no mundo pós-moderno, perpetuando casos de discriminações conscientes ou não.

A identidade é algo que se modela com o decorrer do tempo, como lembra Hall (2006, p. 38):

a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento.

Essa perspectiva acaba por dialogar com o arquétipo, fazendo uma ponte também com o gênero. Essas teorias insurgem da necessidade de discutir a obra “Venha ver o pôr do sol”. Nesse contexto, a identidade de Raquel e de Ricardo, são acontecimentos fragilizados.

Ricardo demonstra detalhes de seu caráter que acaba por formatar sua identidade. Seu caráter doentio e vingativo oscila, podendo ser notável em: “Ficou sério[...]”(TELLES, 2009, p 95 .) “numa expressão astuta[...]”(Id., 2009, p 95.), “o ar inexperiente e meio desatento. (Id., 2009, p 95) “[...] A fisionomia, tão aberta e lisa, repentinamente escureceu, envelhecida. Mas logo o sorriso reapareceu e as rugazinhas sumiram.” (Id., 2009, p 96 [...] Sorriu, melancólico” (Id., 2009, p 98)

Esse jogo complexo, de identidade fluida, tem seu desfecho em sua final atitude de tornar Raquel vítima fatal do seu trágico e último dia de vida social.

Raquel, por sua vez, perpetua a fragilidade de seus sentimentos por Ricardo. Se ela não sentisse nada por ele, não teria aceitado o reencontro. Ao cair na lábria de Ricardo, Raquel acaba ficando limitada e inferiorizada ao ser presa em uma armadilha física e psicológica.

Foi escorregando. -Não, não... Voltado ainda para ela, ele chegara até a porta e abriu os braços. Foi puxando, as duas folhas escancaradas. - Boa noite, meu anjo. Os lábios dela se pregavam um ao outro, como se, entre eles houvesse cola. Os olhos rodavam pesadamente numa expressão embrutecida. - Não... (TELLES, 2009, p 99-100.).

As esperanças acabam e junto do mais belo pôr do sol, ela foi subjugada à plenitude de sua identidade por meio de sua última fala “- Não...”. A identidade de Raquel se configura em recortes do seu próprio ser que agora se encontra aprisionado físico e socialmente. Sua vida acaba ou é interrompida pelo seu ex-namorado. Com ela, muitas mulheres também se calam frente aos mandos machistas, em um processo identitário ainda patriarcal e injusto.

Conclusão

A literatura atua em transformações, participações e retratações cabais no processo sócio histórico da humanidade através das artes. A discussão de gênero insere-se nessa perspectiva.

Nessa linha de pensamento, a definição de mulher e de homem no contexto social precisa ser refletida. Este trabalho discutiu o conjunto de fragilidades e eventualidades encontrados entre os gêneros, pelos quais os personagens são revestidos.

O objetivo foi analisar os estudos de gênero, arquétipo e identidade dos personagens Ricardo e Raquel da obra *Venham ver o pôr-do-sol* de Lygia Fagundes Telles.

Este artigo é mais um avanço colaborativo e tem a intenção de despertar indagações e contribuições acadêmicas e investigativas. Vale ressaltar que esse estudo não para por aqui, pois o foco aqui debatido não possui limites investigativos e está em constante ampliação, basta direcionar a perspectiva.

Nesse sentido, em consonância com a noção de gênero, envolvendo a categorização entre o masculino e feminino, os arquétipos se constituem por meio de ações padronizadas pela identificação social, política, histórica e crítica.

Esse ambiente utiliza-se, ademais, para auxiliar na identidade moldada pelos padrões vigentes, em que a mulher precisa ter voz. Já os homens, não deveriam apenas impor para marcarem seu gênero. Sua construção de arquétipo deveria ir além do que se padroniza, deveria perpassar pelo caráter e dignidade particular e humana.

Diante desse respaldo teórico-analítico, sabe-se que as histórias de Lygia Fagundes Telles ultrapassam as perspectivas de uma materialidade simples no campo da investigação da realidade, tornando-se assim verossímil. Ela repercute casos e acasos do ser humano diante das dificuldades acarretadas pelos acontecimentos da vida. Seus escritos têm revelado realidades que retratam ambiguidades e ironias revestidas das diversas faces identitárias da humanidade.

Espera-se, portanto, muitas outras discussões semelhantes a deste trabalho, a fim de problematizar as questões de gênero, arquétipos e identidade, por meio da literatura.

Referências

BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Ozana. (Orgs). Crítica feminina. In: _____. **Teoria literária:** abordagens históricas e tendências contemporâneas. Maringá: Universidade do Estado de Maringá, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade:** entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

COSTA, M. E. da. **O mito feminino:** de Marília a Capitu. Programa de pós-graduação em Letras – João Pessoa – PB: UFPB, Tese de Doutorado, 2005.

CONFORTIN, Helena. Discurso e Gênero: a mulher em foco. In: **Representações do Feminino.** Organização: Maria Inês Ghilardi-Lucena. Campinas: Átomo, 2003.

CASAGRANDE, Lindamir Salete. *et al.* **Igualdade de gênero:** enfrentando o sexismo e a homofobia. – 1. ed. Curitiba: UTFPR, 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade.** Vol.1: A vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 13.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução Tomaz T. da Silva e Guacira L. Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HELENA, L. **Ficção e Gênero (gender) na literatura brasileira.** In: Revista Gragoatá – Publicação do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense. N. 01, Niterói: EDUFF, 2 sem. 1996.

JUNG, Carl Gustav, 1875-1961. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo / CG. Jung;** [tradução Maria Luíza Appy, Dora Mariana R. Ferreira da Silva]. - Perrópolis, RJ: Vozes, 2000.

PIRES, Vera Lúcia. A Identidade do Sujeito Feminino: uma leitura das desigualdades. In: GILARDI-LUCENA, Maria Inês (org.). **Representações do Feminino.** Campinas, SP, Átomo.

PAIXÃO, S. **Mulher e república**: a ré-pública. In: Revista Gragoatá - Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense, n.01. Niterói: EDUFF, 2 sem. 1996.

SOUZA, E. R. Re-significações de gênero na infância. In: ADELMAN, M. & SILVESTRIM, C. B. (Orgs.) **Coletânea Gênero Plural**. Curitiba: ed. UFPR, 2002.

SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (Org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 9. ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2009.

TELLES, Lygia Fagundes. **Venha ver o pôr-do-sol**. In: _____. Antes do baile verde. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

REALISMO, VIOLÊNCIA E MULHERES EM *NEIGHBOURS*, DE LÍLIA MOMPLÉ

Izabel Cristina Oliveira Martins¹

Resumo

O artigo direciona um olhar para o romance *Neighbours* (1995) da escritora moçambicana Lília Momplé, a partir de discussões que a própria narrativa suscita como as marcas do realismo na escrita contemporânea, a mulher e a violência que a cerca. Inegavelmente, o realismo e a violência ocupam um lugar de destaque na narrativa em questão, assim como em uma importante parte da literatura contemporânea das sociedades que viveram sob o jugo do colonialismo. Uma explicação para essa constatação é, sem dúvidas, a constante presença da violência na cultura desses países, fato que influencia na organização da própria ordem social e, conseqüentemente, na experiência criativa e simbólica desses locais. Depreende-se, dessa maneira, que Lília Momplé apegar-se ao real e – por meio do realismo estético – produz retratos de seu país como ele é, escolhendo como pano de fundo a violência, com o intuito de denunciar as atrocidades cometidas pelos sistemas colonial e pós-colonial contra o povo moçambicano. Acrescente-se que além do registro da violência externa, a autora põe em destaque, intencionalmente, as diferentes formas de violência enfrentadas pela mulher também em ambiente privado naquele contexto. Acredita-se que se utilizando disso, a arte de Momplé recusa a intenção de domesticação do olhar do leitor e, ao mesmo tempo, provoca um efeito de despertar e emancipação, de modo que o mesmo se reconheça capaz de atuar de forma crítica e consciente a partir da leitura da obra, não se limitando apenas ao consumo e ao aplauso do objeto artístico.

Palavras-chave: Realismo, Literatura Contemporânea, Literatura Moçambicana, Mulheres, Violência.

¹ Universidade Estadual da Paraíba

Não são poucos os estudos que indicam marcas do realismo nas produções artísticas contemporâneas. Na literatura, efetivamente, a representação da realidade, ou *intenção realista*, como prefere Tânia Pellegrini (2012), é uma tradição desde suas origens, desenvolvida, portanto, bem antes do século XIX, momento em que o escritor com sede de objetividade, procurou acercar-se impessoalmente dos objetos, das pessoas, desvencilhando-se dos mundos afetados por mitos idealizantes prescritos por autores românticos.

Como fase estético-literária, o Realismo – convém reforçar, com maiúscula – se estabeleceu em terras africanas lusófonas, nas décadas de oitenta e noventa do século XIX, através de notória inspiração portuguesa, denominado de Negro-realismo², uma vez que assumia “o negro (mais particularmente a negra) como personagem ou figura que aspira à integração na sociedade (não o conseguindo integralmente, por preconceito ou inacabamento do processo)” (LARANJEIRA, 2001, p. 187).

De lá para cá, esse Negro-realismo não ficou estanque, e, assim como aconteceu em outros contextos literários, a exemplo da América Latina, renovou-se, transmudou-se de tal modo que pode ser percebido sob novas perspectivas, em certos autores ou movimentos do século XX e, certamente, do século atual. Pires Laranjeira (2001) comenta sobre essa insistência histórica do realismo e sobre a rearticulação de suas formas:

Convém ainda ter em conta que, por exemplo, certos processos realistas como a prática da descrição objetivante ou a inclusão de frases de uma língua africana no texto em português, característicos do oitocentismo, são intensificados e predominam em certos autores ou movimentos do século XX, podendo por isso, concluir-se que traços do regionalismo, do casticismo ou da africanidade passaram a ser tomados como determinantes de novas estéticas com vista ao aprofundamento nacionalista dos textos (LARANJEIRA, 2001, p. 186).

Desse modo, o realismo que ora se apresenta na matéria literária dos países africanos lusófonos sinaliza uma infinidade de realidades existentes no cotidiano de grande parte dessa população. Realidades as quais aparecem muito bem representadas em narrativas como no caso de *Neighbours*,

2 Segundo Pires Laranjeira (2001, p. 187), o termo Negro-realismo foi “criado pra indicar uma realidade literária específica de África, bastante aproximada dos Negrismos americanos”.

de Lília Momplé – escritora nascida em 1935, em Nampula, ilha de Moçambique.

Publicado pela primeira vez em 1995, *Neighbours* apresenta o complexo panorama político, social e identitário do Moçambique pós-colonial. É um romance que demonstra como a violência havia se tornado uma realidade com a qual os moçambicanos viviam ou tentavam conviver, tendo na maioria das vezes seus comportamentos condicionados àquela realidade a ponto de apresentarem um certo comodismo nesse estranho convívio, aceitando-o e vivendo “um estado prolongado de exceção” (SCHOLLHAMMER, 2013):

- Falem um pouco mais baixo – pede Muntaz, aumentando o volume do Xirico³, que está na última prateleira do armário da cozinha.

- Lá está ela com o noticiário! É sempre a mesma coisa, não sei para que ouvir tanto noticiário – resmunga Dinazarte, na copa.

Rábia e a prima Fauzia, que entretanto já voltou com os temperos que havia esquecido em casa, resmungam também.

- Que mania... ouvir estas notícias que não interessam a ninguém. A mim, pelo menos, não interessam – comenta Rábia, num tom provocatório.

Aborrece-as ter que interromper ou, pelo menos, não participar à vontade numa conversa tão aliciante como a festa de despedida que Fauzia tentava dar, para ter que ouvir um noticiário que só fala de guerra e fome e outros aborrecidos acontecimentos que, pensam elas, nada têm a ver com as suas pessoas. (MOMPLÉ, 2008, p. 81)

A imperturbabilidade diante do noticiário apresentado pelo Xirico, no excerto, demonstra o efeito de neutralidade das personagens diante da violência. Para elas, não estar diretamente envolvido com a guerra ou a fome que assolava a maioria da população resultava na crença de que aquela realidade em nada implicava em suas vidas. Nesse caso, “as notícias não interessam a ninguém” porque só registram “guerra e fome e outros aborrecidos acontecimentos que nada têm a ver com suas pessoas”. Ironicamente, as personagens Rábia e Dinazarte não imaginavam que, mesmo não tendo nada a ver com “aquilo”, teriam as vidas impactadas com a morte da mãe Narguiss, ao final daquela mesma noite.

3 Rádio portátil, muito comum em Moçambique.

É evidente que o registro da violência no texto literário ou em outra forma artística não resolve os problemas de um país. Mas a partir da discussão provocada pela obra, alguma coisa pode acontecer. Daí Beatriz Jaguaribe (2007) acreditar que a representação de algo que não é incomum, mas é revoltante, excitante, violento e estarrecedor possa fornecer ao receptor uma certa *pedagogia da realidade*, uma vez que retém um forte poder de mobilização e coloca em pauta nossa perplexidade diante da violência e dos conflitos sociais.

O romance leva por título o mesmo nome de uma tela da pintora Catarina Temporário, que, segundo Momplé, em breve prefácio, “referia-se à sinistra vizinhança do apartheid” (MOMPLÉ, 2008, p. 05). A escolha do título aconteceu porque a imagem e o nome da obra de Temporário sintetizavam exatamente o que a autora de *Neighbours* desejava transmitir, mas só conseguia dizer através dessas muitas palavras: “[...] a sensação de constante asfixia e extrema vulnerabilidade perante forças tão poderosas e hostis e simultaneamente tão próximas que a sua sanha mortífera se podia abater sobre nós, da forma mais imprevisível e brutal” (MOMPLÉ, 2008, p. 05).

Ainda no paratexto, Momplé informa que irá estabelecer nas páginas seguintes um diálogo entre a ficção e a realidade e fornece ao leitor pistas sobre a leitura do texto, mencionando as constantes agressões pelas quais o país passou por parte do regime do *apartheid* da África do Sul quando incontáveis ataques e assassinatos ocorreram contra moçambicanos. Através desse mote, o leitor compreende que a obra pretende, a partir da ficcionalização de um evento real, narrar a violência, elemento constante no dia a dia do moçambicano que se impôs de maneira geral não só na vida dos cidadãos, como também na cultura e nas expressões artísticas e literárias. Para o crítico Schollhammer (2013),

Narrar a violência ou expressá-la em palavras e imagens são maneiras de lidar com ela, de criar formas de proteção ou de digestão de suas consequências, dialogando com ela mesmo sem a pretensão de explicá-la ou de esgotar sua compreensão. Há algo na violência que não se deixa articular explicitamente, um cerne que escapa e que nos discursos oficiais da justiça, da criminologia, da sociologia, da psiquiatria e do jornalismo nunca é vislumbrado. Na literatura e nas artes o alvo principal é esse elemento enigmático e fugidio presente tanto na dor que ela produz quanto na brutalidade cega e irracional do ato violento, e a expressão torna-se uma maneira de se aproximar da violência e

ao mesmo tempo de se proteger dela. (SCHOLLHAMMER, 2013, p. 07- 08).

Especificamente, a narrativa de *Neighbours* descreve um atentado terrorista que se passou em três casas diferentes na cidade de Maputo, capital moçambicana, durante o período de tempo compreendido das dezenove horas às oito horas do dia seguinte em um dia de maio de 1985. Ressalte-se que além do destaque dado à violência provocada pelo regime do *apartheid* em território moçambicano, o texto de Momplé, como veremos ao longo da análise da obra, abre espaço para a discussão sobre a mulher e para a violência que a cerca.

Dividido em cinco capítulos, o romance permite-nos inferir que apesar de vizinhos, os protagonistas das três residências se desconhecem completamente. “Todavia, têm o seu destino fatalmente interligado, mais uma vez, por vontade e por ordem do *apartheid*” (MOMPLÉ, 2008, p. 05). Cria-se, desse modo, por meio da pena de Momplé, uma narrativa com diversos espaços autônomos que serão apresentados em cada capítulo com as seguintes marcações espaciais: “Em casa de Narguiss”; “Em casa de Leia e Januário”; e, finalmente, “Em casa de Mena e Dupont”.

O primeiro *flat* [sic] focalizado na narrativa abriga quatro mulheres: Narguiss e suas três filhas - Rábia, Dinazarte e Muntaz. Aparecem organizando os preparativos para festejar o Ide, festa religiosa dos maometanos, comemorativa do fim do Ramadã. Enquanto a preparação acontece com muita fartura – o que se pode comprovar através da citação de ingredientes e enumeração de pratos que estão sendo preparados –, Narguiss é apresentada como um exemplo típico da mulher da sociedade patriarcal. Quando moça fora educada como uma “verdadeira mulher”. Jamais frequentara a escola. Aprendera apenas “a cozinhar primorosamente com o supremo objetivo de agradar ao homem que um dia a escolhesse” (MOMPLÉ, 2008, p. 85). Casada, seguiu seu destino de submissão e servidão ao marido Abdul, apesar de ter certeza das suas frequentes traições. Além de preocupar-se com a ausência do marido naquela noite em que festejariam o Ide, Narguiss inquieta-se com a solteirice das filhas que apesar de estarem na casa dos vinte ainda não haviam conseguido “agarrar marido” (MOMPLÉ, 2008, p. 13). Entretanto, sua perturbação maior recai na caçula, Muntaz, por não querer casar-se e por estar sempre dedicada aos estudos. Das quatro personagens, Muntaz é a única que “contraria as tradições de comportamento feminino questionando os limites que se deseja impor à mulher,

impedindo-a de ter voz ativa” (SALGADO, 2011, p. 179). É também a única que apresenta interesse pelos fatos sociais e políticos do país. Enquanto a mãe lamenta-se pela ausência do marido e as irmãs conversam com a prima Fauzia sobre vestidos e futuros maridos, Muntaz interessa-se sobre assuntos importantes que dominavam o país como as dificuldades econômicas e a violência enfrentadas pela maioria da população:

[...] Muntaz, não consegue habituar-se à rotina das matanças e massacres e não pode deixar de admirar-se com a boa disposição das irmãs e de Fauzia.

- Mas quando é que isto acaba? Crianças de doze anos a matarem... – desabafa ela.

Ninguém a ouve, nem mesmo a mãe, absorta nas suas próprias mágoas. (MOMPLÉ, 2008, p. 81).

O segundo espaço apresentado é o apartamento de Januário e de Leia. Além deles, reside ainda no local a pequena Íris, filha de dois anos do jovem casal. Para conquistar o *flat*, ambos se sujeitaram a todo o ritual que acompanha o aluguel de uma casa naquele período do país. Apresentaram documentos exigidos a APIE⁴ e esperaram por inúmeras entrevistas, mas não obtiveram êxito. Foram aconselhados a pagar suborno, opção pela qual Januário “opôs-se terminantemente, um pouco por princípio e um pouco por não saber onde ir buscar a quantia sugerida” (MOMPLÉ, 2008, p. 16). No entanto, dentre as inglórias lutas travadas para conseguir o apartamento, a mais marcante é registrada no episódio de assédio sexual sofrido por Leia, descrito a seguir. Sabendo que o casal não havia conseguido alugar uma casa, apesar dos inúmeros esforços, uma amiga de Leia lhe indica o nome de uma pessoa de poder e prestígio do Ministério que tinha um alto grau de amizade com o diretor da APIE, incentivando-a a pedir uma audiência. Apesar de sua velha relutância em pedir favores, Leia marca uma reunião com o influente diretor e, durante a exposição do seu problema, percebe,

4 APIE (Administração do Parque Imobiliário do Estado), órgão criado pelo governo com o intuito de gerenciar os contratos de locação e arrendamento. Além disso, desempenhava uma função “condômina”, com a manutenção das áreas comuns dos imóveis. De acordo com Souza (2014), em 1996, a APIE “iniciou o processo de alienação desses imóveis, e em 2006 já havia alienado mais de 56 mil imóveis, de aproximadamente 70 mil que ainda gerenciava desde o início do processo. [...] As possibilidades de suborno se referem à difícil tramitação que cercava as tentativas de alugar uma casa através dessa Administração” (SOUZA, 2014, p. 88).

através do olhar e do meio sorriso do homem, outras intenções. Mesmo assim, com a esperança de resolver a questão, continua relatando “o calvário percorrido na APIE e como lhe haviam dito que o senhor diretor geral poderia ajudá-la, visto ser uma pessoa muito influente” (MOMPLÉ, 2008, p. 18). Após ouvir o relato, o diretor geral declara que pode solucionar o problema de Leia se ela também resolvesse o dele. Fazendo-se por desentendida, Leia quase sem saber o que dizer permanece sentada. O diretor levanta-se, indo direto a ela e, “deslizando-lhe a mão pelo decote, apoderou-se de um seio, apertando-o com a mais insolente arrogância” (MOMPLÉ, 2008, p. 19). De imediato, Leia sai da sala não aceitando as investidas do diretor em troca da facilitação no aluguel do imóvel. À sua maneira, Leia se opõe ao estabelecido, enfrenta a violência que a cerca, assim como acontece com inúmeras mulheres, constituindo-se na narrativa como “um símbolo de resistência à realidade constrangedora” (SALGADO, 2011, p. 179).

Mais tarde, quando não mais acreditava ser possível alugar uma moradia para assim desafogar a casa da mãe onde morava, Leia tem seu caso solucionado, pelo menos a curto prazo, por uma amiga de infância que lhe ofereceu o apartamento em que residia como moradia enquanto estivesse no exterior com a família:

[A amiga] Disse-lhe que o marido, homem sortudo, tu cá tu lá com vários ministros, tinha conseguido uma bolsa para estudar no estrangeiro durante cinco anos, com direito a levar a família. Propunha então a amiga que, durante a sua ausência, Leia e o marido ocupassem a *flat* onde vivia porque não a queria largar, prevendo as dificuldades que teria em alugar outra, quando regressassem ao país. Num alvoroço, Leia aceitou imediatamente a proposta e também as condições de pagar a renda da *flat* durante cinco anos e levar a mobília própria pois a da amiga já tinha sido vendida por bom preço (MOMPLÉ, 2008, p. 20).

Após tantas humilhações na busca de um teto, Leia passou a ter um grande apreço pelo *flat* e por tudo que dentro dele havia, ao ponto de constantemente dizer para si mesma: “É bom estar aqui... é tão bom estar aqui” (MOMPLÉ, 2008, p. 15). Não sabia ela que justamente por estar ali, naquele endereço, seria escolhida como alvo de mais um *raid* praticada no coração da cidade, na avenida Emília Daússe.

Em contraste com a casa de Narguiss, que, ressalte-se, encontra-se situada em frente à de Leia, o lar dessas três personagens passa por apertos

financeiros e restrições que os tornaram habituados a uma dieta à base de repolho e *upswa*⁵. Representam na narrativa o povo submerso em suas dificuldades econômicas e adaptado a condições precárias, daí o fato da voz narrativa, conforme Souza (2014, p. 87), em certo trecho da obra, deixar de tratar da precariedade do casal para tratar da precariedade de todo o conjunto social daquele momento:

Com efeito, a farinha de milho, o repolho e, por vezes, o carapau congelado, têm sido, durante os últimos três anos, os únicos produtos acessíveis no mercado de Maputo. Quanto ao resto, ou não existe ou é vendido na candonga ou na *Interfranca* a cooperantes ou a uns tantos moçambicanos privilegiados ou ladrões. O trabalhador comum tem de contentar-se, diariamente, com a infalível *upswa* e o repolho que, na gíria popular, se tornou conhecido pelo agradecido nome de “se não fosses tu”. (MOMPLÉ, 2008, p. 35) Grifos e aspeamentos feitos pela autora.

Além das residências citadas, enfoca-se a casa de Mena e Dupont, local em que serão acertados os detalhes do atentado violento pré-anunciado no prefácio do livro e que culminará com as mortes de Narguiss, de Leia e de Januário, interligando os destinos das personagens dos três apartamentos. No total, cinco personagens masculinas participam da reunião e da execução dos assassinatos: **Dupont**, mauriciano covarde e oportunista; **Romualdo (Romu)**, assassino movido pelo “ódio desvairado à própria raça”; **Zalíua**, ex-membro da polícia, destituído por abuso de poder; **Rui**, o sul-africano de nacionalidade adquirida, originário de Moçambique; e por fim, o **inominado boer sul-africano**, militar de carreira, especializado em ações de desestabilização contra Moçambique e Angola. Todos, com exceção do dono da casa que se apresenta trêmulo e nervoso durante todo o tempo, aparentam tramar com frieza o ataque, demonstrando uma certa naturalização diante da prática violenta que iriam cometer, conforme pode-se averiguar através do três excertos que apontam, respectivamente, a neutralidade de Romu, do boer sul-africano e de Rui:

- Estão nervosos? Eu não [diz Romu]. Até me lembra os bons tempos da tropa, quando saímos à caça dos turras. E nem calculam o gozo que me dava quando mandava algum para o outro mundo. Só tenho pena que fossem tão poucos... que os gajos não eram

5 Farinha de milho cozida com água e sal ou leite de coco.

fáceis de caçar. Agora estes que vamos liquidar são dois anjinhos que já têm as asas prontas para voar... (MOMPLÉ, 2008, p. 21)

Não é a primeira vez que [o boer sul-africano] opera dentro do país, pelo que encara com a maior serenidade a missão que irá cumprir esta madrugada. Anseia apenas que a operação termine rapidamente pois, se tudo correr bem, terá direito a uma semana extra de férias. E lá, na sua vivenda com piscina, rodeada de jardins, espera-o a esposa, rechonchuda e branca, e o filho de dois anos, igualmente rechonchudo e branco. (MOMPLÉ, 2008, p. 95)

Seria um trabalho quase sem interesse para Rui, não fosse o risco de se realizar no coração da cidade. No último que participou, na Matola, mandou para o outro mundo oito pessoas e divertiu-se muito, pintando-se de preto e envergando uma farda idêntica à do exército moçambicano. (MOMPLÉ, 2008, p. 98)

De acordo com Duarte (2010, p. 376), pela apresentação dos criminosos, “lê-se a denúncia, a acusação frontal ao vizinho que tanto mal disseminou por Moçambique. Implacável, a pena de Momplé pinta os criminosos com as cores do ódio, da insensibilidade e do descaso pela vida humana e pela sagrada liberdade tão arduamente conquistada”.

A princípio, o *raid* daquela madrugada, “comparativamente a outros anteriores, [seria] coisa de pouca monta” (MOMPLÉ, 2008, p. 98). Planejava-se assassinar um casal, no caso Leia e Januário, que era vizinho de membros do ANC (Congresso Nacional Africano), de modo a parecer que os atacantes tinham confundido o alvo da sua ação, pois o objetivo da missão era “provocar a insegurança e o pânico entre a população e, ao mesmo tempo, a revolta contra o governo moçambicano por apoiar o ANC” (MOMPLÉ, 2008, p. 98). Daí o fato de que, no momento da invasão, mesmo Januário gritando em seu “inglês estropiado” que eles não pertenciam a ANC e que o provável alvo era os vizinhos do *flat* ao lado, a informação não impediu o assassinato dele e de Leia, restando na casa apenas a pequena Íris que fora escondida pelo pai debaixo da cama antes de ser assassinado. O assassinato de Narguiss, por sua vez, não havia sido programado pelo grupo, mas acontece porque ela testemunha, de sua varanda, a ação dos criminosos contra Leia e Januário:

Na varanda do primeiro andar mesmo em frente, o casal que lá vive e que ela só conhece de vista, desfaz-se em gritos. Ela grita apenas por socorro e ele, embrulhado no que se parece um lençol, repete qualquer coisa que Narguiss não consegue compreender. De vez em quando, grita por socorro.

Apesar da escuridão da noite sem lua e da acácia rubra que os oculta um pouco, Narguiss consegue vê-los agora, perfeitamente, iluminados por holofotes manejados da rua. [...]

Narguiss não sabe se as balas que os atingem vêm de dentro da casa ou dos homens dos holofotes que também disparam sem cessar. Mas, quando os vê cair, desata ela a gritar.

- Está matar gente... muanene inluco... está matar gente... ali... muanene inluco⁶...

Não vê o homem que da rua lhe aponta a arma pois toda a atenção está centrada na varanda da *flat* em frente. As balas atingem-na, certas, no pescoço e no peito e ela espanta-se da sensação de infinita paz que a acompanha na queda. Já nada a faz sofrer, nem o lde sem ver a lua, nem as filhas sem casar, nem mesmo Abdul. (MOMPLÉ, 2008, p. 107-108)

Após o assassinio, o grupo é interceptado pela polícia que fora alertada por Mena. Dada a ação militar, três dos atacantes foram capturados e dois foram abatidos. Entre os mortos estava Dupont. Com a morte de Dupont, Mena daria “os primeiros passos para um novo e imprevisível destino” (MOMPLÉ, 2008, p.121), uma vez que finalmente conseguia libertar-se de um casamento determinado pelos pais, cujo marido era habituado a surrá-la e que a tinha em casa “como uma máquina para realizar os serviços domésticos e da qual também dispor para fazer amor à sua maneira sôfrega e apressada” (MOMPLÉ, 2008, p. 22-23). Ao contrário do que se esperava, levando-se em consideração a subalternidade da personagem em relação ao cônjuge, Mena surpreende o leitor ao final da obra, pois abandona seu papel secundário para assumir-se como protagonista, assim evitando que a ação violenta perpetrada por seu marido (contra os mortos inocentes durante o extermínio e contra ela própria, durante toda a vida conjugal) fosse concluída com êxito e sem impunidade.

Reunindo as discussões até aqui suscitadas é possível constatar que, além do registro da violência externa, a autora enfoca intencionalmente diferentes formas de violência enfrentadas pela mulher também em ambiente privado, especialmente quando traz à cena personagens como Mena, como Leia, ou até mesmo como Narguiss que não consegue enxergar a violência que Abdul realiza contra ela ao substituí-la por amantes as quais, em sua opinião, são as únicas responsáveis pelo comportamento do marido: “[...]”

6 Muanene inluco: Meu Deus.

Narguiss não se cansa de repetir como são perigosas as mulheres da Ilha de Moçambique e como gostam de roubar os maridos das outras” (MOMPLÉ, 2008, p. 10).

Exponha-se que além do destaque dado ao episódio violento do atentado, ao longo da história, Lília Momplé evoca vestígios da violência colonial. Para isso, a voz narrativa desloca-se do presente para o passado de algumas personagens e nessas incursões registra inúmeras ocorrências de violência a que eram submetidos os moçambicanos naquele período:

Na verdade, a localização tão remota da aldeia preservava-a um pouco das arremetidas da gente do Posto Administrativo. Porém, nas raras vezes que esta aparecia, deixava sempre um rasto de desgraça, levando à força gado, galinha, ovos, homens para trabalho forçado nas plantações, e por vezes, até as raparigas mais belas. O seu próprio pai foi levado duas vezes para o trabalho forçado e, ainda hoje, Januário tem bem presente a sua imagem, desaparecendo na curva do carreiro entre dois sipaios, de cabeça caída, sem um queixume. (MOMPLÉ, 2008, p.36)

A autora não se inibe ao denunciar as investidas dos sistemas colonial e pós-colonial contra o povo moçambicano e registra, ainda, a ironia e o desprezo do branco em relação ao negro, consoante se pode verificar no momento em que Januário – marido de Leia – resolve estudar e não tem aprovação do seu empregador: “- Então, agora você também quer ser doutor. Você não sabe que preto nunca pode ser doutor? Tem cabeça dura como de macaco” (MOMPLÉ, 2008p. 40). De acordo com Besse (2010), estas observações do patrão realçam um dos estereótipos típicos da imaginação colonial, o da animalização do negro. Garante a autora que tal atitude serve para legitimar a dominação e impedir o êxito de qualquer tentativa de emancipação do colonizado que estivesse propenso a desafiar a ordem estabelecida.

Inegavelmente, o realismo e a violência ocupam um lugar de destaque em *Neighbours*, assim como em uma importante parte da literatura contemporânea africana das sociedades coloniais. Uma explicação possível para essa constatação é, indubitavelmente, a constante presença da violência na cultura desses países, fato que influencia na organização da própria ordem social e, conseqüentemente, na experiência criativa e simbólica desses locais.

Nesse sentido, pode-se falar que a literatura africana – e nesse caso, em especial a moçambicana – não se preocupa em elaborar textos harmônicos e/ou simétricos, permeados de beleza e emoção. Sua perspectiva é levar em consideração o impacto, “produzido pela Habilidade ou a Força” (CANDIDO, 1987, p. 214). Não se deseja emocionar nem motivar a contemplação, mas provocar um efeito de espanto, ou como prefere Beatriz Jaguaribe (2007), busca-se suscitar uma espécie de “choque do real”, de modo que o receptor sintá-se incomodado e tenha sua neutralidade subtraída ou ao menos abalada.

Depreende-se, dessa maneira, que Lília Momplé, em *Neighbours*, apega-se ao real, e por meio do realismo estético produz retratos de seu país como ele é, escolhendo como pano de fundo a violência, com o intuito de denunciar atrocidades cometidas contra o povo moçambicano. “É como se a arte [de Momplé] quisesse que o olhar brilhasse, que o objeto se sustentasse, que o real existisse, em toda a sua glória (ou horror) de seu desejo pulsátil, ou ao menos evocar essa condição sublime” (FOSTER, 2014, p.136), recusando a intenção de domesticação do olhar do leitor e, ao mesmo tempo, provocando um efeito de despertar e emancipação, de modo que o mesmo se reconheça capaz de atuar, não se limitando apenas ao consumo e ao aplauso do objeto artístico.

Referências

BESSE, Maria Graciette. La représentation de la violence dans *Neighbours*, de Lília Momplé. In: **Plural Pluriel – Revue des cultures de langue portugaise**, [On-line], 2010. Disponível em: http://www.pluralpluriel.org/index.php?option=com_content&view=article&id=241:larepresentation-de-la-violence-dans-neighbours-de-lilia-momple&catid=75:nd-6-litteratures-africaines-de-langue-portugaise&Itemid=55. Acesso em: 15/01/2016.

CANDIDO, Antonio. A nova narrativa. In: **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1987.

DUARTE, Zuleide. Lília Momplé: estórias de uma história contada com lágrimas. In: **Revista Cerrados**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Literatura Programa de Pós-Graduação em Literatura. v. 19, n. 30. (2010). Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/view/8293>.

FOSTER, Hal. **O retorno do real**: A vanguarda no final do século XX. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

JAGUARIBE, Beatriz. **Choque do real**. Entrevista com a ensaísta Beatriz Jaguaribe. Blog Luiz Zanin – Cinema, Cultura & Afins, 21 out. 2007, on-line. Entrevista concedida a Luiz Zanin. Disponível em: <http://cultura.estadao.com.br/blogs/luiz-zanin/choque-do-real/>

JAGUARIBE, Beatriz. **O choque do real**: estética, mídia e cultura. Rio de Janeiro, Rocco, 2007.

LARANJEIRA, José Pires. Mia Couto e as literaturas africanas de língua portuguesa. In: **Revista de Filologia Românica**. Anejos. 2001.

MOMPLÉ, Lília. **Neighbours**. Maputo: Edição da Autora, 2008.

PELLEGRINI, Tânia. Realismo: modos de usar. In: **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. n.39. Brasília ja

n./jun. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-40182012000100001&lng=pt&nrm=iso

SCHOLLHAMMER, Karl Erik. **Cena do crime**: violência e realismo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

SOUZA, Ubiratã Roberto Bueno. **A literatura entre lados da guerra**: uma leitura comparativa de *Os sobreviventes da noite*, de Ungulani Ba Ka Khosa, e *Neighbours*, de Lília Momplé. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2014.

ENTRE CEGOS E ANIMAIS: ALEGORIAS DESESTABILIZADORAS DO FEMININO EM DOIS CONTOS DE CLARICE LISPECTOR

João Ricardo Pessoa Xavier de Siqueira¹

Matheus Franco Fragoso²

Resumo

O presente artigo tem como objetivo situar uma reflexão em torno da constituição (e desestabilização) do universo feminino com base em personagens de dois contos de Clarice Lispector. Em um primeiro momento, situar-se-á a discussão que insere a escrita clariceana no cânone literário brasileiro como pioneiramente feminista. A seguir, partindo-se das considerações teóricas expostas por Elaine Showalter (1994), se discutirá os pressupostos da “ginocrítica” como modelo explicativo para o entendimento e discussão da literatura escrita por mulheres, atentando com mais ênfase ao nível cultural. Como *corpus* de análise foram eleitos os contos *Amor* e *O búfalo*, nos quais o clímax epifânico das personagens constitui um momento de dissidência e desequilíbrio em torno da identidade feminina.

Palavras-chave: feminino; desestabilização; epifania.

1 Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba e graduado em direito pela mesma instituição. Atualmente é graduando em Letras com habilitação em Literatura e Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: jricardopxsiqueira@gmail.com

2 Graduado em Letras com habilitação em Língua em Literatura Inglesa pela Universidade Federal de Campina Grande. Professor substituto de Literatura e Língua Inglesa na Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: matheus.francofragoso@gmail.com

Introdução

A produção de contos de Clarice Lispector a coloca em posição de destaque dentre as principais vozes do gênero na segunda metade do século XX. Para Elisabeth Agra e Ruth Fernandes, as produções curtas de Clarice Lispector mostram-se como espaços propícios ao tom ensaístico-filosófico que a autora buscou emprestar à suas obras. A condensação inerente ao conto força a autora a não se alongar em excesso, evitando divagações que tomam espaços nos romances, fazendo concorrer um tom ensaístico-filosófico, com o solo ficcional. Essa estrutura mais enxuta promove um resultado mais denso e inquietante no leitor, pois o texto não tem o tempo a seu favor e precisa atingir o alvo de forma ágil e menos hesitante. (FERNANDES; AGRA, p. 1)

Elódia Xavier (2008) também ressalta a adequação estrutural do conto à situação dramática vivida pelas personagens de Clarice. Para a autora “o adensamento em torno de um instante único na vida de uma personagem, como núcleo da narrativa, se coaduna com as reduzidas dimensões do conto; aquele instante de crise, detonado por um acontecimento aparentemente rotineiro, provoca uma desorganização profunda em seu interior” (2008, p. 1).

Tal lógica aplica-se a uma de suas coletâneas mais populares: é o caso de *Laços de Família*. Publicado em 1960, a obra compõe-se estruturalmente de contos reunidos em torno de uma temática comum: a família. Presente em quase todos os contos da coletânea, os “laços familiares” protegem, sufocam e desencadeiam os dramas vividos. Frequentemente, a uma situação inicial de equilíbrio, segue-se a instauração de uma crise levada a um alto grau de complexidade e tensão, dando-se aí, muitas vezes o desfecho da história, ou o retorno a um novo ponto de equilíbrio (XAVIER, 2008).

A partir de tais perspectivas, o presente artigo apresenta como objetivo principal analisar situacionalmente a constituição do feminino nos contos *Amor e O búfalo*, bem como os momentos de clímax epifânico³ que questionam e desestabilizam essa categoria nos respectivos contextos narrativos.

3 Em estudo da fortuna crítica sobre a produção de Clarice Lispector, Fernanda Silva Ferreira aponta que os críticos definem epifania como “um ‘instante existencial’, ‘momento privilegiado’, ‘descortino silencioso’ ou simplesmente epifania, eles a traduzem ou a conceituam de forma diversa: uns como uma revelação interior de duração fugaz; outros como um momento excepcional, revelador e determinante; ou ainda como um fenômeno, onde no ponto maior da dualidade entre o ‘eu’ e

Adicionalmente, buscar-se-á refletir sobre as contribuições de Clarice Lispector para a abertura em torno do reconhecimento e consolidação da literatura produzida por mulheres, a partir das relações sociais de gênero, especialmente nos espectros social/familiar e individual/subjetivo.

Literatura de autoria feminina X cânone literário: a afirmação de Clarice Lispector

A história da formação do chamado “cânone literário” não pode ser dissociada de processos excludentes no que concerne a manifestações não enquadradas em paradigmas dominantes. Lúcia Osana Zolin (2014) classifica o cânone como sendo um perene e exemplar conjunto de obras-primas representativas de determinada cultura local, sempre constituído pelo padrão do homem ocidental, branco, de classe média/alta, regulado por uma ideologia que exclui os escritos das mulheres, das etnias não brancas, das chamadas minorias sexuais, dos segmentos sociais menos favorecidos, etc. Citando Luiza Lobo, Zolin (op. cit.) afirma que para a mulher inserir-se reconhecidamente no universo literário, foram precisos uma ruptura e o anúncio de uma alteridade em relação a essa visão de mundo centrada no logocentrismo e no falocentrismo.

No que tange à literatura escrita por mulheres, Elaine Showalter (1985) chama a atenção para o fato de que toda subcultura literária percorre necessariamente três fases, a saber: 1) *imitação e internalização* dos padrões dominantes; 2) a fase de *protesto* contra tais valores; e a fase de 3) *autodescoberta*, na qual se assinala a busca por uma identidade própria. De maneira análoga, no campo da literatura de autoria feminina, têm-se as fases *feminina*, *feminista* e *fêmea*. Utilizando-se do paradigma traçado por Showalter, Elódia Xavier (1998) seleciona algumas autoras brasileiras tomadas como marcos representativos de cada uma das fases referidas e situa Clarice Lispector como precursora da fase feminista na literatura brasileira.

Seu primeiro livro (*Perto do coração selvagem*) publicado quando a autora contava apenas dezessete anos de idade, movimentou o meio literário nacional e chamou os olhares da crítica à época, para aquela que seria a responsável pela introdução do *stream of consciousness* na literatura

o ‘outro’, que se dissimula sob diversos disfarces, ocorre a epifania, como momento necessário e insustentável de tensão na narrativa

brasileira. Álvaro Lins, citado por Bosi (2003), considerou-a herdeira de James Joyce, Virginia Woolf e William Faulkner.

Posicionando-se de maneira geral, Bosi (2003) deixa entrever a uniformidade e homogeneidade que permeiam a obra de Clarice Lispector ao assim afirmar que ela se manteria fiel às suas primeiras conquistas formais. “O uso da metáfora insólita, a entrega ao fluxo da consciência, a ruptura com o enredo factual têm sido constantes do seu estilo de narrar que, na sua manifesta heterodoxia, lembra o modelo batizado por Umberto Eco de *opera aperta* (BOSI, 2003, p. 424).

Para Bosi (op. cit) “há na gênese dos seus contos e romances tal exacerbação do momento interior que, a certa altura do seu itinerário, a própria subjetividade entra em crise” tratando-se do salto do psicológico para o metafísico, salto plenamente amadurecido na consciência dos narradores-personagens na obra clariceana. As crises vivenciadas pelos personagens transcendem o campo egocêntrico, encontrando solução possível na esfera supraindividual. Tais personagens são exemplos que apresentam sintomas de uma crise de amplo espectro: “crise da personagem-ego, cujas contradições já não se resolvem no casulo intimista, mas na procura consciente do supraindividual; crise da fala narrativa, afetada agora por um estilo ensaístico, indagador; crise da velha função documental da prosa romanesca.” (op. cit., p. 426).

Nesse sentido, a afirmação de Bosi vai de encontro ao defendido por uma minoria de críticos literários que veem Clarice Lispector como uma espécie de escritora “alienada” às questões sociais e “imitadora” da tradição existencialista europeia do início do século XX.

É o caso, por exemplo, de Flávio R. Kothe que, em seu *Cânone Republicano II*, não parece ser tão simpático, ou ao menos neutro, em relação à escrita clariceana. Para o autor, o que parece novo na “grande ficção” (grifo do autor) de Clarice é, em grande parte, não mais que “a inserção da temática do existencialismo francês – Camus, Sartre, Beauvoir & Co. – na ficção brasileira, mas sem passar por sua fonte alemã mais densa, Nietzsche e Heidegger”. Sendo a versão de Clarice uma “diluição da diluição”. O crítico literário tece uma série de críticas à escritora, ora abertas, ora veladas, por vezes referindo-se inclusive ao passado e à vida pessoal da mesma, atribuindo uma espécie de “função social” ao fazer literário desta última. O crítico vai mais longe e condena Clarice por não ter adotado, ou aprofundado em suas obras as “questões sociais” que deveriam ser permeadas por

referências ao sofrimento de sua ascendência judaica. Esta ausência na obra de Clarice é atribuída por Kothe, talvez porque a autora, segundo a visão deste último estaria muito “preocupada” em retratar as “neuroses infundadas de “madames desocupadas”.

Bosi, por seu turno, reitera que o que a escrita de Clarice Lispector anuncia na esfera da ficção introspectiva dá-se também na atenção voltada para o *horizonte social* (grifo nosso). Nesse sentido, pode-se inferir que o crítico deixa entrever a abordagem do social através do individual, sendo possível retratar a sociedade por meios das unidades mínimas que a constituem.

A partir da concepção de microcosmos e personagens nomeadamente burgueses (e a um primeiro olhar, enganosamente superficiais), a obra de Clarice Lispector significa ao mesmo tempo, no dizer de Lúcia Osana Zolin (op. cit., p. 257) um momento de ruptura com a reduplicação dos valores patriarcais e o marco inicial da fase *feminista* na literatura brasileira. A autora ressalta, contudo, que tal adjetivação não implica em conferir à obra clariceana o tom de defesa panfletária dos direitos da mulher. Significa, sim, que tais obras trazem em seu bojo críticas contundentes aos valores patriarcais, tornando visível a repressão feminina nas práticas sociais, numa espécie de consequência do processo de conscientização desencadeado pelo feminismo.

Para Lúcia Osana Zolin (2014), a obra clariceana estrutura-se em torno das relações de gênero que trazem à tona as diferenças sociais cristalizadas entre os sexos, as quais cerceiam quaisquer possibilidades de a mulher atingir sua plenitude existencial. “Trata-se, portanto, de a escritora inaugurar uma nova fase na trajetória da literatura brasileira de autoria feminina no Brasil – *feminista*, na terminologia de Showalter – marcada pelo protesto e pela ruptura em relação aos modelos e valores dominantes” (ZOLIN, 2014, p. 257).

A escrita feminina e o território “selvagem”: um esforço em direção a uma crítica da cultura

Elaine Showalter (1994), ao discorrer sobre a evolução da crítica literária no chamado “território selvagem”, situa a escrita feminina dentro do espectro a ser abarcado pela “ginocrítica” (*gynocritics*). Para a autora, é fato contundente que a crítica feminista mudou gradualmente seu foco das

leituras revisionistas para uma investigação consistente da literatura feita por mulheres, situando-se “a ginocrítica como o estudo da mulher como escritora, sendo seus tópicos de análise a história, os estilos, os temas, os gêneros e as estruturas dos escritos de mulheres.” (SHOWALTER, 1994, p. 29). Nesse sentido, a ginocrítica aparece como ferramenta de auxílio ao aprendizado sólido, duradouro e real sobre a relação da mulher com a literatura, abordando a relação da mulher com a escrita a partir de quatro níveis/modelos: o biológico, o linguístico, o psicanalítico e o cultural.

A crítica orgânica, ou biológica, assume que os temas da diversidade e do corpo emergem juntos, dada a certeza da diferenciação corpórea manifestada entre homens e mulheres. O estudo da imagem biológica associa o processo de escrita ao processo de gestação, e se mostra útil na medida em que outros fatores além da anatomia estão envolvidos. Para Showalter, “as ideias a respeito do corpo são fundamentais para que se compreenda como as mulheres conceptualizam sua situação na sociedade” (op. cit., p. 35). Citando Miller, a autora, contudo, atenta para a impossibilidade de haver qualquer expressão do corpo que não seja mediada pelas estruturas linguísticas, sociais e literárias, devendo a diferença da prática literária das mulheres ser baseada “no corpo de sua escrita e não na escrita do seu corpo”.

No nível da linguagem, as atenções voltam-se para os problemas filosóficos, linguísticos e práticos do uso da língua pela mulher, situando o uso da palavra como sendo o uso da “linguagem do opressor”. Com efeito, tem-se afirmado que quando uma mulher escreve ou fala de si mesma, ela é forçada a falar de algo como uma língua estrangeira com a qual ela pode sentir-se pessoalmente desconfortável. Para Showalter (op. cit., p. 39), a tarefa apropriada para a crítica feminista é concentrar-se no acesso das mulheres à língua, no campo lexical disponível a partir do qual as palavras podem ser selecionadas, nos determinantes de expressão ideológicos e culturais. Citando Mary Jacobus, ela atenta sobre uma escrita da mulher que funcione dentro do discurso “masculino”, mas trabalhe no sentido de *desconstruí-lo* (grifo nosso) para escrever o que não pode ser escrito. Shoshana Felman (*apud* SHOWALTER, op. cit., p. 37) insere que “o desafio que a mulher enfrenta hoje é nada menos que o ‘reinventar’ a linguagem, (...) falar não somente contra, mas fora da estrutura falocêntrica especular”, estabelecendo um discurso cujo status não seria mais definido pela falicidade do pensamento masculino.

O eixo psicanalítico de análise situa a diferença da escrita feminina na psique do autor e na relação do gênero com o processo criativo. Há neste nível uma incorporação dos modelos biológico e linguístico da diferença de gênero que embasa uma leitura teórica da psique ou do eu femininos moldada pelo corpo, pelo desenvolvimento da linguagem e pela socialização do papel sexual. Transcendendo os modelos freudianos, que estabelecem como padrões definidores do feminino a inveja do pênis, o complexo da castração e a fase edipiana (na qual se adquire o domínio sobre a linguagem), Gilbert e Gubar enfatizam que a natureza e a diferença da escrita feminina repousam “na sua relação problemática, e até mesmo atormentada, com a identidade feminina; “a escritora mulher experimenta seu próprio gênero como um obstáculo doloroso, ou mesmo uma inadequação debilitadora”. Debilidade esta, que seria perceptível por fenômenos de inferiorização⁴ que marcam a luta da mulher escritora por autodefnição artística e diferencia seus esforços de autocriação daqueles de seus pares masculinos. Ao admitir que os modelos de crítica feminista baseados na psicanalise são importantes, na medida em que podem oferecer persuasivas leituras de textos individuais, Showalter (op. cit., 44) reforça que tais modelos não acompanham a mudança histórica, nem explicam a diferença étnica ou a força dos fatores econômicos, o que faz emergir a necessidade de um modelo mais flexível e abrangente que situe a escrita feminina no contexto da cultura.

A maior abrangência do modelo cultural reside, de acordo com Showalter, na capacidade de incorporar à compreensão de escrita da mulher, ideias a respeito do corpo, da linguagem, e da psique, assim o fazendo não de modo compartimentalizado, mas sim simultaneamente em relação aos contextos sociais nos quais elas ocorrem. Para a autora, as maneiras pelas quais as mulheres conceptualizam seus corpos e suas funções sociais reprodutivas estão intrinsecamente ligadas a seus ambientes culturais. Do mesmo modo, a psique também pode ser estudada como o produto da construção de forças culturais, assim como a linguagem, se consideradas as dimensões

4 Tais fenômenos poderiam ser mencionados: “solidão da artista feminina, seus sentimentos de alienação em relação aos seus predecessores masculinos, sua percepção permanente da necessidade de um público feminino junto com seu receio do antagonismo dos leitores masculinos, sua timidez culturalmente condicionada em relação à autodramatização, seu temor da autoridade patriarcal da arte, sua ansiedade em relação à impropriedade da invenção feminina.” (GILBERT & GUBAR, 1979, p. 50)

e determinantes sociais do uso da língua e a formação do comportamento linguístico pelos ideais culturais.

Ao investigar a cultura das mulheres sob o ponto de vista histórico, Gerda Lerner (*apud* SHOWALTER, op. cit., p. 46) a define como sendo “uma comunalidade de valores, instituições, relações e métodos de comunicação, amplamente baseados, que unifica a experiência feminina”. Nesse sentido, as mulheres vivem sua existência social dentro da cultura geral e, sempre que são restringidas pela repressão, pelo isolamento ou segregação patriarcal, transformam essa restrição em complementaridade, defendendo a importância da função de ser mulher e, portanto, redefinindo-a. Nesse cenário, as mulheres vivenciam uma dualidade, como membros da cultura geral e como cúmplices da cultura das mulheres.

Do ponto de vista antropológico, Shirley e Edwin Ardener (*apud* SHOWALTER, op. cit., p. 47) afirmam que as mulheres constituem um grupo silenciado por um grupo masculino dominante que controla as formas ou as estruturas nas quais se articula a consciência. Assim, os grupos silenciados têm suas crenças mediadas pelas estruturas dominantes, na medida em que só podem ser descobertas por aqueles que se esforcem para perceber através dos filtros da estrutura dominante. Tais crenças seriam carregadas de um peso simbólico denominado “zona/território selvagem” que do ponto de vista experimental significa os aspectos do estilo de vida feminino que estão do lado de fora do espectro masculino. Nesse sentido, ao ingressar no território “selvagem” uma mulher pode escrever a seu modo, fora dos limites restritos do espaço patriarcal.

O fato de conceber uma escrita feminina realizável pelas/dentro (das) circunscrições da zona selvagem, não legitima uma escrita totalmente fora da estrutura dominante. Na visão de Showalter, “nenhuma publicação é totalmente independente das pressões econômicas e políticas da sociedade dominada pelos homens” (op. cit., 50). Realizando-se como um discurso de duas vozes, a escrita das mulheres personifica sempre as heranças social, literária, e cultural, tanto do silenciado como do dominante.

Estabelecidas as considerações teóricas, passar-se-á à análise dos contos *Amor* e *O búfalo*, narrativas nas quais se pode perceber a constituição do feminino com base nos níveis de crítica apresentados por Elaine Showalter, bem como os momentos de clímax epifânico que ao mesmo tempo em que reiteram, questionam e descontroem essa categoria nos respectivos contextos narrativos.

Representações e desconstruções do feminino em *Amor e O búfalo*

Laços de Família, coletânea em que se situam os dois contos ora analisados, é composta por treze contos, peças curtas unidas em si pela temática familiar. A maioria dos contos traz como personagem central uma figura feminina que em um dado momento de sua vida (pautada por padrões burgueses, de classe média) vem a ser perturbada em sua rotina. Sobre a temática da obra, Elódia Xavier assinala que o tema da família se reveste de importância porque esta família nuclear burguesa, representada pela autora, desfruta de um peso privilegiado na configuração das personagens. Ao mostrar como os laços familiares enredam as protagonistas, os textos evidenciam os conflitos indivíduo/grupo social, sutilmente apontados por Clarice. Para melhor compreender as características da família nuclear burguesa, alvo da crítica clariceana, é preciso não perder de vista o fato de que este modelo importado da Europa encontrou aqui a predominância da família patriarcal rural como modelo ideológico. (XAVIER, 2008, p. 2)

Em relação a *Amor*, pode-se dizer que o conto tem todos os ingredientes de um típico conflito lispectoriano. A protagonista Ana, esposa/mãe/dona de casa, enquadra-se no “destino de mulher” e refaz diariamente a rotina doméstica, até que vê na rua um cego mascando chiclete; percebe-se, então, num lampejo de lucidez, presa do automatismo e imersa na escuridão, num doloroso processo de identificação com o cego. A explosão, provocada por esse encontro, revela-lhe um mundo até ali apaziguado, a plenitude da Vida, e o título do conto remete à piedade por um universo precívél, incontrolável, mas perigosamente atraente. O contato com a natureza no Jardim Botânico, próxima do selvagem coração do mundo, causa-lhe fascínio e náusea, e é com certa dificuldade que retorna ao espaço familiar, assumindo a rotina doméstica. O conto termina com a protagonista soprando a “pequena flama do dia”, para mergulhar, de novo, na escuridão.

Em artigo sobre a construção da personagem principal no referido conto, Luciana de Ávila Mendes (2010) parte do pressuposto bakhtiniano da polifonia ao afirmar que a personagem é construída a partir de sua própria visão do mundo e da realidade e seu comportamento é variável de acordo com as circunstâncias. Não é o autor que a encerra naquilo que ele quer, mas ela própria vai se construindo a partir de sua percepção da realidade, sendo variável a sua personalidade.

A princípio, Ana mostra-nos um lado seu que coincide com o discurso da tradição - uma dona de casa esmerada e atarefada⁵. Entretanto, essa adequação trinca-se assim que ela se mostra inquieta nas horas silenciosas da tarde, e é totalmente destruída quando ela vê o cego no ponto do bonde⁶. Uma das formas de evidenciar todo esse processo pelo qual ela passa torna-se possível quando o modo como Ana encara o seu trabalho é observado. Primeiramente, é o trabalho que preenche o seu mundo e é por meio dele que sua realidade pode existir e ser como é. Não há espaço para conjecturas e divagações. O seu mundo e suas escolhas pedem manutenção. A partir do momento em que descobre o cego, a subjetividade dá um novo contorno à maneira como a protagonista enxerga o que a cerca e o trabalho não depende mais dela: ele acontece de forma invisível, abrangente, viva e independente dela. O que ela produzia até então passa a ser visto agora como antinatural, morto e estranho⁷. (MENDES, 2010)

O encontro com o cego produz em Ana um efeito notadamente perturbador, perceptível pela perda do eixo norteador da personagem que passará a questionar seu lugar em mundo até então estabilizado pela segurança da rotina doméstica e das relações familiares. Em uma determinada passagem do conto, Ana se depara momentaneamente com um mundo que lhe é estranho, por meio da contemplação da natureza à sua volta, daquilo que lhe é externo.⁸ Nesse contexto, infere-se que a figura do cego pode ser interpretada como uma alegoria que conduz a personagem a um momento

5 “No fundo, Ana sempre tivera a necessidade de sentir a raiz firme das coisas. E isso um lar perplexamente lhe dera. Por caminhos tortos, viera a cair num destino de mulher, com a surpresa de nele caber como se o tivesse inventado” (LISPECTOR, 1998, p. 20).

6 “Então ela viu: o cego mascava chicletes... Um homem cego mascava chicletes (...) Inclinação, olhava o cego profundamente, como se olha o que não nos vê. Ele mastigava goma na escuridão. Sem sofrimento, com os olhos abertos. O movimento de mastigação fazia-o parecer sorrir e de repente deixar de sorrir – como se ele a estivesse insultado, Ana olhava-o. E que a visse teria a impressão de uma mulher com ódio. (...) O mal estava feito. Por quê? Teria esquecido de que havia cegos? A piedade a sufocava, Ana respirava pesadamente. Mesmo as coisas que existiam antes do acontecimento estavam agora de sobreaviso, tinham um ar mais hostil, perecível... O mundo se tornara de novo um mal-estar” (op. cit., p. 21-22)

7 “Ela apaziguara tão bem a vida, cuidara tanto para que esta não explodisse. (...) tudo feito de um modo a que um dia se seguisse ao outro. E um cego mascando goma despedaçava tudo isso. E através da piedade aparecia a Ana uma vida cheia de náusea doce, até a boca.” (op. cit., p. 23)

8 “Nas árvores as frutas eram pretas, doces como mel. Havia no chão caroços secos cheios de circunvoluções, como pequenos cérebros apodrecidos (...) Com suavidade intensa rumorejavam as águas. No tronco da árvore pregavam-se as luxuosas patas de uma aranha. A crueza do mundo era tranquila. O assassinato era profundo. E a morte não era o que pensávamos.” (op. cit. p. 25)

epifânico de descentramento subjetivo na medida em que todos os seus valores individuais e sua constituição social são colocados à prova, havendo o despertar de sentimentos paradoxais até então estranhos e alheios à sua vivência⁹.

Em *O Búfalo* tem-se a situação da protagonista que busca no Jardim Zoológico o aprendizado do ódio, uma vez que ela só sabe amar “‘Eu te odeio’, disse ela para um homem cujo crime único era o de não amá-la. ‘Eu te odeio’ disse muito apressada. Mas não sabia sequer como se fazia” (p.127). Acostumada à submissão, a mulher só sabe amar e servir, enjaulada nas paredes do lar.¹⁰

O conto se inicia de forma inusitada apontando para um acontecimento que preexiste à narrativa e que se constitui como força motriz da busca da personagem pelo aprendizado do ódio¹¹. Em meio à rotina do Jardim Zoológico, entre jaulas e demonstrações de carinho e afeto explícitos por parte dos animais, a personagem encontra-se novamente frustrada e abandonada à sina de não obter a prática instintiva do ódio¹². Assim, só depois de muita procura, a protagonista encontra o ódio no olhar do búfalo. A partir de então, em um jogo cujo principal objetivo é chamar a atenção do animal, a personagem passará por uma experiência sensorial na qual se pode perceber a descoberta de sentimentos até então não despertados.

9 “A piedade pelo cego era tão violenta como uma ânsia, mas o mundo lhe parecia seu, sujo, perecível, seu. Abriu a porta de casa. (...) que nova terra era essa? E por um instante a vida sadia que levava até agora pareceu-lhe um modo moralmente louco de viver. (...) Ela amava o mundo, amava o que fora criado – amava com nojo. (...) Um cego me levou ao pior de mim mesma, pensou espantada”. (op. cit., p. 26).

10 “No peito que só sabia resignar-se, que só sabia suportar, que só sabia pedir perdão, só sabia perdoar, que só aprendera a ter a doçura da infelicidade, e só aprendera a amar, a amar, a amar. Imaginar que talvez nunca experimentasse o ódio de que sempre fora feito o seu perdão, fez seu coração gemer sem pudor, ela começou a andar tão depressa que parecia ter encontrado um súbito destino” (op. cit., p. 131)

11 “Mas era primavera (...) A mulher desviou os olhos da jaula, onde só o cheiro quente lembrava a carnificina que ela viera buscar no Jardim Zoológico. (...) Sem conseguir encontrar dentro de si o ponto pior de as doença, o ponto mais doente, o ponto de ódio, ela que fora ao Jardim Zoológico para adoecer. (...) Procurou outros animais, tentava aprender com eles a odiar (...) E enquanto fugia, disse: “Deus, me ensine somente a odiar (...) ‘Eu te odeio’, disse ela para um homem cujo crime único era o de não amá-la (...) Mas não sabia sequer como se fazia” (op. cit., p. 126-127).

12 “De dentro da jaula o quati olhou-a. Ela o olhou. Nenhuma palavra trocada. Nunca poderia olhar o quati que no silêncio de um corpo indagante a olhava. Perturbada, desviou os olhos da ingenuidade do quati.” (op. cit., p. 130)

Paradoxalmente, ela acaba aprendendo a odiar o homem que a desprezara por meio da canalização do amor direcionado ao búfalo¹³.

Ruth Fernandes e Elisabeth B. Agra (2007) apontam em *O Búfalo* o conflito da personagem principal entre negar sua identificação com as referências do universo feminino e viver a experiência estranha do “odiar”, atitude estranha a este mesmo universo. Sendo assim, vai ao zoológico para buscá-lo no outro, representado pelos animais. Diante deste fato inusitado, as armadilhas do enredo revelam o caráter ambíguo da personagem: o “duplo” de si mesma, representado pelo binômio “identidade x alteridade”. Tal ambivalência leva-a a se reconhecer não somente identificada com o semelhante e conhecido – o amor, aqui identificado como tipicamente inerente ao feminino – mas também com aquilo que nela seria estranho – o “ódio”, atribuído ao universo masculino e por ela tão almejado. Nesse sentido, infere-se que a figura do búfalo insere-se na narrativa como alegoria da morte do amor e nascimento do ódio, sentimentos contraditórios entre si que funcionam como desestabilizadores da personagem e do universo feminino.

Considerações finais

Em artigo intitulado “A escrita tem sexo?”, Nelly Richard (2002) se questiona sobre as possibilidades de delimitar textualmente a diferença genérico-textual. A escritora chilena parte de uma revisão da crítica feminista para levantar questões sobre a necessidade de demarcar (ou não) traços de diferença genérico-textual que possam se tornar em princípios ativos de identificação simbólico-cultural. As reflexões da autora conduzem à inferência em torno da existência de duas forças que se entrecruzam no processo de escrita: uma força raciociante-conceitualizante (masculina), que simboliza a instituição do signo e garante o pacto sociocomunicativo, e a força semiótico-pulsátil (feminina), que excede a finitude da palavra com sua energia transverbal.

¹³ “Eu te amo, disse ela então com ódio para o homem cujo grande crime impunível era o de não querê-la. Eu te odeio, disse implorando amor ao búfalo. Enfim provocado, o grande búfalo aproximou-se sem pressa. (...) A mulher esperou de braços pendidos ao longo do casaco (...) Lá estavam o búfalo e a mulher, frente a frente. Ela não olhou a cara, nem a boca, nem os cornos. Olhou seus olhos.” (op. cit., p. 133-134)

Nesse sentido, percebe-se um diálogo com o conceito subjacente à noção de escrita feminina como um “discurso de duas vozes”, nas palavras de Showalter (1994), na medida em que nenhuma tradição literária está hermeticamente selada pela continuidade de apenas uma única voz. Essa duplicidade/multiplicidade, tão cara as discussões em torno do sujeito/indivíduo desenhado pelo pós-modernismo, faz-se perceptível na escrita clariceana por meio de um trabalho que busca subverter o uso padrão da linguagem, em busca de uma transcendência linguística na qual prevalece a vertigem desestruturadora que apresenta como base o uso da “metáfora insólita”, no dizer de Bosi.

Diante desse cenário, as personagens dos contos ora analisados sofrem rupturas, dissidências indenitárias no que diz respeito à (des)construção do universo feminino, constituído interna e simbolicamente. A implosão do sujeito e dos descentramento do eu são realizados em ambos os casos como resultado de uma dinâmica tensional, cruzadas por uma multiplicidade de forças que mantém um desequilíbrio constante. Para Ana, por exemplo, o pior resulta de suas desconstrução/deslocamento, de dona de casa a sujeito vivente, ser humano. Para a personagem de *O búfalo*, a desestabilização consiste na incapacidade de sentir ódio. Incapacidade esta que lhe é impingida pela própria condição de “ser mulher”, e em o sendo, ter seu espectro emotivo cultural e internamente limitado a sentimentos ditos “positivos”.

As alegorias epifânicas servem aqui como construtos atestadores de momentos de desestabilização/questionamento de valores cultural e simbolicamente femininos, na medida em que espelham inconscientes clivados de contradições internas como resultado de uma subjetividade em constante processo e movimento.

Referências

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. 41. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2003.

AGRA, Elizabete B; FERNANDES, Ruth. **O duplo feminino no conto O búfalo, de Clarice Lispector**. In: XII Seminário Nacional e III Seminário Internacional Mulher e Literatura do GT da ANPOLL, 2007, Ilhéus. Gênero, Identidade e Hibridismo Cultural: Editus, 2007, v.1.

KOTHE, Flávio R. **O Cânone Republicano II**. Brasília: Editora UnB, 2004.

MENDES, Luciana de Ávila. **A personagem e sua construção no conto Amor de Clarice Lispector**. 2010. Disponível em http://www.mackenzie.br/fileadmin/Pos_Graduacao/Mestrado/Letras/Volume_10/Artigo_Luciana.pdf Acesso em 30 abr. 2016.

MOSER, Benjamin. **Clarice**,. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

RICHARD, Nelly. **Intervenções críticas: arte, cultura, gênero e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

SHOWALTER, Elaine. “A crítica feminista no território selvagem”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Tendências e impasses: a crítica feminista como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

XAVIER, Elódia. Narrativa de autoria feminina na literatura brasileira: as marcas da trajetória. **Revista Mulher e Literatura**. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <http://www.openlink.com.br/nielm/revista.htm> . Acesso em 15 dez. 2015.

_____. Clarice Lispector: a família no banco dos réus. In: **Revista de Letras**. N. 29 – Vol. 1/2 – jan/dez. 2008.

ZOLIN, Lúcia Osana. “Literatura de autoria feminina”. In: BONICCI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (orgs.). **Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. 4. ed. Maringá: EDUEM, 2014, p. 254 – 261.

O PATINHO ELMER: UMA ANÁLISE DISCURSIVA E PRÁTICA DO OUTRO NA LITERATURA INFANTIL

José Francisco Duran Vieira¹

Maria de Fátima Duarte Martins²

Resumo

O sentimento homofóbico permeia nos meios sociais deixando rasto de violência e chagas físicas e mentais que ultrapassam as fronteiras racionais do sujeito. A escola tem um papel importante nesse processo de erradicação desse sentimento, principalmente por estar bastante envolvida, mas infelizmente ao mesmo tempo, emudecida. Outro olhar nas questões da sexualidade e principalmente da homossexualidade é crucial para pensarmos em vivências dentro da diversidade. Este artigo vem analisar a sexualidade através da releitura de um livro de fábula e a sua utilização num projeto que envolveu toda a comunidade de uma escola pública estadual.

Palavras-chave: infância; literatura; homossexualidade.

1 Mestrando do Curso de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, Universidade Federal de Pelotas – UFPel – Rio Grande do Sul, Brasil. Professor da Rede Pública de Pelotas. E-mail: jf.duran1963@gmail.com.

2 Professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática – Mestrado Profissional – Universidade Federal de Pelotas – UFPel – Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: duarte-martinsneia@gmail.com.

Introdução

Tão antiga quanto à própria humanidade, a homossexualidade parece narrar com a sua história, uma outra. Esta outra história pertencente a uma via clandestina, subterrânea e muitas vezes torturada pela própria espécie humana, como se fosse uma versão desautorizada da trajetória histórica oficial do ser humano. Por dentro desse cenário foram construídas as historicidades desses sujeitos onde não se definiram claramente os termos homossexualidade e homossexualismo³, assim como diferença e diversidade. Tais expressões perpassam por dicotomias que advém desde a visão clínica às marcas identitárias e culturais. Muitas vezes narráveis como sinônimos, essas falas recopulam e estreitam uma luta histórica que meramente levam a um único fio condutor, a normalização⁴.

Nessa perspectiva perpassa também a literatura infantil onde personagens “gays⁵” situam-se bem distante da infância e quase nem existem nesse universo literário. Encontra-se ultimamente literatura que abordam essa temática, porém direcionada para o público infanto-juvenil. A homossexualidade deveria ser abordada já na infância não como algo ilegal, pejorativo ou com posições fundamentalista de valores morais e religiosos, mas como outras formas de amar, de viver, de se gostar, como algo de nossa vida, desinente de conquistas de ações afirmativas como casamento igualitário, constituição familiar e das inúmeras multiplicidades de vivências neste universo. Para isso, podemos usar a literatura como uma possibilidade de instrumento de abordagem da homossexualidade no ambiente escolar aproveitando a história para explorar esses sentimentos, evitando preconceitos e a homofobia. Para tanto, este artigo traz uma análise do livro “The

3 Homossexualismo: termo que remete a uma visão clínica, que deve ser curado, normalizado. Homossexualidade: termo que respeita o sujeito com identidade – relato do Prof. Dr. Luiz Mott/ UFB – Grupo Gay da Bahia – em entrevista realizada a um canal de TV/Aberta.

4 As diferenças são construídas históricas, social e politicamente. Diferença não é o contrário de igualdade. Não é sinônimo de diversidade. As diferenças são sempre diferenças. Não devem ser entendidas como um estado não desejável, impróprio, de algo que cedo ou tarde voltará à normalidade. Diversidade remete a uma norma “transparente” construída na sociedade hospedeira. A diversidade parte do reconhecimento, da aceitação, da tolerância para com o outro. Curso de Capacitação na Área da Surdez oferecido pela UFPel/SME, em 2004.

5 Utilizo a palavra “gay” em vez de “guei” por acreditar que assim grifada é explícito a herança de uma trajetória de lutas sem fronteiras (e não apenas trajetórias nacionais) da comunidade homossexual, cujas marcas foram e são importantes para um posicionamento político e social, na qual são necessárias para o firmamento positivo de novas conquistas de forma “destotalizada”, universal.

Sissy Duckling” decorrente de uma releitura da fábula estrangeira de história infantil “O Patinho Feio” de Hans Christian Andersen, na qual Fierstein dá um novo estereótipo ao personagem. Concomitante a essa narração, descrevemos sucintamente um projeto que envolveu uma turma de aproveitamento de estudo do Curso Normal Habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais do Instituto Estadual de Educação Assis Brasil, situado na cidade de Pelotas/RS. O pilar de sustentação desse projeto foi trabalhar o sentimento homofóbico por dentro do curso de formação de futuros(as) professores(as) e a heteronormatividade imposta e enraizada nesse ambiente de formação, na qual é crucial desconstruir sentimentos e valores, possibilitando o debate amplo dessa diversidade em todo seu contexto social e político.

A homofobia é o medo de que a valorização dessa identidade seja reconhecida; ela se manifesta, entre outros aspectos, pela angústia de ver desaparecer a fronteira e a hierarquia da ordem heterossexual. Ela se exprime, na vida cotidiana, por injúrias e por insultos, mas aparece também nos textos de professores e de especialistas ou no decorrer de debates públicos. (Borrillo, 2010, p. 17)

Desta forma não podemos ignorar esse canal de comunicação que geralmente se apresenta muito atraente cativando significativamente o imaginário da criança através da fantasia. Explorar esse imaginário utilizando a literatura infantil com histórias que falam do outro de forma afirmativa distancia sentimento muitas vezes herdados através de caráter moralista cuja influência deixará marcas geralmente arraigadas para toda a vida. Para Borrillo (2010), a homonegatividade refere-se ao “conjunto das atitudes cognitivas de cunho negativo para com a homossexualidade nos planos social, moral, jurídico e/ou antropológico”. Em alguns países a literatura que aborda a homossexualidade, tem polemizado tanto ao ponto de algumas comunidades nos Estados Unidos ter solicitado a retirada das bibliotecas das escolas públicas os livros de literatura infantil que abordem essa temática. Apesar de no país ter um maior número de edições que tratam desse assunto, são raras as escolas na qual aceitam que essas publicações possam chegar às mãos das crianças. “Em Lexington, Massachusetts, na Escola Primária de Estebrook, os pais de um aluno processaram o diretor da escola por permitir que fosse lido o livro em sala de aula.” (Dias, 2013). Muitos professores têm trabalhado a literatura na escola dando embasamento e apoio ao planejamento diário de

forma interdisciplinar, abordando e explorando o tema proposto pelo livro em suas aulas, indo além da “hora do conto”. Mas quando alguns desses livros tocam na sexualidade muitas vezes, ficam subordinadas as noções de gênero: menino/menina. Não passa, além disso. Distanciando ainda mais as possibilidades de um currículo costurado e amarrado com os interesses sociais numa dimensão mais ampla. Nessa perspectiva Tadeu (2002), descreve o quanto se aprende através do que ele chama de currículo oculto, no qual também em outras esferas sociais nos apropriamos das “dimensões de gênero, da sexualidade ou da raça, aprende-se, no currículo oculto, como ser homem ou mulher, como ser heterossexual ou homossexual, bem como a identificação como uma determinada raça ou etnia”.

No Brasil, também não é diferente, se não for pior. Para começar é muito difícil encontrar literatura que aborde esse tema. Existem, mas geralmente com o intuito de alcançar uma faixa etária mais avançada. A literatura com essa temática para a infância com idade de zero a cinco anos é bem mais escassa. No Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), promovido pelo Ministério da Educação, na qual livros são distribuídos gratuitamente para as escolas públicas de educação básica cadastradas no Censo Escolar e que cuja distribuição dos acervos de obras de literatura é efetuada em anos alternados, em 2012 (último ano que o programa atendeu a educação infantil), nenhuma das obras contemplava a temática da homossexualidade.

A literatura gay não deve ser direcionada apenas ao público LGBTTT⁶, mas ao público leitor em geral, e deve ser vista como parte de um movimento de emancipação, conseguindo assim fazer com que a arte se alie, direta ou indiretamente, intencional ou não, à defesa de direitos iguais, a ponto de alcançar uma conscientização de cunho político-social, com vistas a minimizar o preconceito. (Utzig, 2014, p. 3)

Literatura gay ou homoerótica? Independente do termo a ser usado é importante ressaltar que, essas denominações utilizadas na literatura são decorrentes de um movimento de libertação da comunidade homossexual que existe há bastante tempo e que refletem hoje em ações afirmativas as quais procuram maior espaço na sociedade e uma ampliação nas implementações políticas que atendam a diversidade como um todo, principalmente a diversidade sexual. Fora as denominações que atribuímos os professores

6 Sigla que denomina Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

não estão preparados e muito menos a escola para lidar com esses termos e muito menos com o assunto. A escola trata a sexualidade geralmente como objeto de adulto, quando não se limita a silenciá-la. Segundo Louro (2001), a escola promulga “uma “inocência” infantil que, na prática, supõe que a sexualidade “surge” mais tarde na vida dos indivíduos e nega que as crianças e os/as jovens a vivam ao longo de toda a sua existência”.

A história de Elmer: o patinho “Sissy”

Era uma vez... Elmer. É nesse imaginário bipolar entre a famosa história infantil do patinho feio que se contrapõe a história de Elmer, um patinho “Sissy”⁷. Alicerçada no conto famoso que também deflagra e traz à tona a discussão da diferença, essa literatura vem incitar e dar visibilidade a esse outro, não apenas para leitores infantis, numa história estigmatizada com personagem homossexual, como também, precisa demonstrar a necessidade de uma vida normalizada. Mas principalmente defrontar e expor outras formas de ser, de agir e de se perceber.

Somos aquilo que somos em função da visibilidade que recebemos do poder – somos essa parte de visibilidade. A individualidade do poder é máxima na medida em que é a partir da sua unidade, da sua identidade que cada indivíduo tem a percepção da sua própria. (Ewald, 1993, p. 85)

No começo da história, conta que Elmer era muito feliz, adorava pintar quadros, jogar, fazer biscoitos, bolos, construir castelos de areia e brincar de marionete. Diferente dos tantos outros patinhos iguais a ele. “Está na hora de você aprender beisebol”, diz o papai Pato. “Você nunca se dará bem no mundo se você não aprender a jogar como os outros”, reafirma ele. Numa exaustiva tentativa de aprender, Elmer supera esforços que não passam de ensaios fracassados para o desespero do papai Pato. A plateia vendo os trejeitos de Elmer, em coro grita: Sissy! O pai desconsolado já em casa brada alto na sala: “Todos eles o chamaram de Sissy!”. Desorientado, Elmer procura consolo em sua mãe, e pergunta: “O que é um Sissy?”. A mãe Pata senta-se ao seu lado e explica: “Sissy é um modo cruel de dizer que você

⁷ Sissy: homem ou rapaz efeminado. Michaelis: dicionário escolar inglês. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 2001.

não faz coisas de modo que os outros pensem que você deve fazer... Você é especial, e, às vezes, sendo especial assusta aqueles que não são.". Segundo Vilela, esses corpos inabordáveis evadem e confrontam a sociedade, na qual indaga:

Mas como apreender as formas não esperadas que se erguem nas linhas de fuga de um campo social? Perante uma história enquanto remissão sedentária do sentido existem devires, que são acontecimentos que se cravam na historicidade do presente como feridas nômade: "as minorias, os devires, as "gentes" [...] são os derives que escapam ao controle, as minorias que não cessam de ressuscitar e de fazer enfrentamento. Os devires não são, absolutamente, a mesma coisa que a história". (Vilela, 2001, p. 234)

No primeiro dia de aula, o diretor da escola alertou a Elmer: "Nenhum Sissy será permitido aqui nesta escola". É desta forma que o ambiente escolar surge na história, como uma instituição que permite o acesso ao patinho com trejeitos diferentes, mas que pleiteia um discurso que perpassa pelo adestramento. Corpos que anseiam serem soltos, livres, corpos que procuram ainda uma identidade, corpos que falam, corpos desejosos de respostas que não foram ainda ditas. Para Foucault (2008), "adestrar corpos vigorosos, imperativo de saúde; obter oficiais competentes, imperativo de qualificação; formar militares obedientes, imperativo político; prevenir a devassidão e a homossexualidade, imperativo de moralidade". Os corpos na escola são invisíveis, sem prazeres, sem erotismo (mesmo com apelos nos trajés dos(as) alunos(as) e inclusive dos(as) professores(as)), na qual muitas vezes, a direção da escola limita-se apenas a proibir roupas inadequadas, cortes de cabelo, uso de acessórios, *piercings*, etc., sem discutir com a comunidade escolar – alunos(as), pais, professores(as) – todo o fardo pedagógico envolvido. Como diz Louro (2001), "O corpo parece ter ficado fora da escola". Assustado pelos desentendimentos ocorridos na escola, Elmer chega a casa e esconde-se embaixo da cama. Seus pais conversam na sala. "Ele fugiu em vez de lutar". "Daqui algumas semanas iremos migrar fugindo do intenso inverno que se aproxima". "Só os fortes sobreviverão". Sem perceber que Elmer escutava através da porta entre aberta, exaurido de berrar, o papai Pato finaliza: "Elmer é um Sissy!".

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma "anatomia política", que

é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo, ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. (Foucault, 2008, p. 119)

Desiludido consigo mesmo, percebendo-se rejeitado pelo próprio pai, desmoralizado perante a comunidade de sua convivência, mal afamado na escola. Elmer resolve sair de casa. Esse corpo cheio de expressão, desprendendo um vigor advindo de sua própria infância, sedento por brincar, criar e incontestavelmente num período de sua idade na qual se deveria permitir a mergulhos infindos em seu mundo imaginário infantil, defronta-se que aquele espaço, que esse não lugar⁸, não lhe pertencia. Fez suas trouxas e aventurou-se na floresta escura a procura de um lugar onde ele pudesse ser ele mesmo sem incomodar ninguém com seu jeito próprio de ser. O bando de patos preparava-se para partir, o rigoroso inverno estava chegando, precisavam ir para territórios mais quentes e de alimentação farta. Levantando voo, o bando sentiu-se ameaçado pelos caçadores que estavam à espreita, esperando-os alçarem voo para caçá-los. A temporada livre de caça estava aberta na região e os homens por entre os juncos armados com suas espingardas começaram a pulverizar o céu com chumbos que estalavam em busca de alvos vivos, sem nenhuma comiseração. Alguns escaparam outros não tiveram a mesma sorte. Elmer, escondido entre as ramificações da floresta percebe seu pai estendido no chão alvejado em uma de suas asas. Elmer leva seu pai ferido para sua casa. Adormecido por semanas, o papai Pato acorda no meio do inverno numa aconchegante casa construída dentro do tronco de uma grande árvore. O velho Pato olha a maravilhosa casa que seu filho tinha feito e exclama: “Você fez tudo isso pra você?”. “Deixe-me aqui e parta para o sul rapidamente. Nenhum pato nunca sobreviveu ao

8 Marc Augé, na sua obra *Não Lugares*, empreende a definição de um novo objeto de investigação antropológica – o não lugar – a partir da noção anterior de lugar antropológico. O lugar é definido como um território que delimita as raízes relacionais e históricas de uma comunidade conferindo-lhe, assim, uma identidade. Esse espaço marca um lugar interior – identitário – por remissão ao qual se produzem efeitos de reconhecimento. Ele delimita no mundo “espaços significativos, sociedades identificadas a culturas concebidas, elas mesmas, como totalidades plenas: universos de sentido no interior dos quais os indivíduos e os grupos, que não são senão uma expressão, se definem em relação aos mesmos critérios, aos mesmos valores e aos mesmos procedimentos de interpretação”. (Vilela, 2001, p. 237).

inverno severo desta floresta. Filho salve-se, por favor!”. Elmer calmamente responde: “Você tem dormido por muito tempo. Está muito tarde para partir agora”. Ele abriu a porta de sua humilde e aconchegante casa e o papai Pato pode ver a profunda neve que cobria toda a imensa floresta. “Não se preocupe papai.” – exclamou Elmer. “Ficaremos aqui todo o inverno juntos, jogando, contando piadas, pintando, fazendo bolos até a primavera chegar”. Assim, Elmer mostrou para o velho Pato tudo o que ele sabia fazer. Para Canguilhem (2007), “basta que um indivíduo questione as necessidades e as normas dessa sociedade e as conteste – sinal de que essas necessidades e normas não são as de toda a sociedade”. No céu anunciava-se com o gritar dos patos, que a primavera já havia chegado e que todos estavam de volta. Recuperado, o papai Pato vai sozinho ao encontro do bando para anunciar que havia sobrevivido. Alguns contentes, outros tantos irados por perceberem que tinham perdido a liderança do bando nesse momento, receberam o papai Pato que eufórico, anunciava que tinha resistido ao inverno rígido graças a seu filho que o cuidou por todo esse período. “A preocupação com “os valores” humanos e cristãos nesta grande constelação “familista” não está necessariamente crispada pela obsessão com a permissividade, mas é conservadora (Pierucci, 2000).” Entre amigos e inimigos, Elmer era um estranho aceito em sua comunidade.

Existem amigos e inimigos. E existem estranhos. Amigos e inimigos colocam-se em oposição uns aos outros. Os primeiros são o que os segundo não são e vice-versa. [...] Os inimigos são a negatividade da positividade dos amigos. Os inimigos são o que os amigos não são. [...] São os amigos que definem os inimigos e a aparência de simetria é ela mesma um testemunho de seu direito assimétrico de definir. São os amigos que controlam a classificação e a designação. A oposição é uma realização e auto-afirmação dos amigos. É o produto e a condição do domínio narrativo dos amigos, de sua narrativa como dominação. Na medida em que dominam a narração, estabelecem seu vocabulário e lhe dão um sentido, os amigos estão realmente em casa, entre amigos, à vontade. (Bauman, 1999, p. 62-63)

Comemorando com sua mãe Pata que orgulhosa o abraçava, Elmer percebeu que não era tão diferente dos demais, e numa expansiva euforia, Elmer grita: “Sou um grande Sissy, e tenho muito orgulho disso!”.

Saia do Armário: uma intervenção da diversidade sexual na escola

O assunto homofobia apresenta-se como uma temática complexa que envolve a escola, professores, estudantes, pesquisadores e que remete ao paralelismo inclusão/exclusão, que muitas vezes é resguardada e silenciada de certa forma para não gerar visibilidade, pois é um tema provocador que cria em muitos, um sentimento de desconforto decorrentes dessa aversão a homossexuais, muitas vezes por desconhecê-los e por preconceitos decorrentes de temas proibidos, não falados ou reprimidos tempos atrás. A escola evita conversar sobre homossexualidade, quando esta temática deveria ser abordada na escola como outros temas relevantes dentro da educação, talvez principalmente porque o homossexual é visto com preconceito. Justamente nesse espaço que não deveria haver preconceito encontramos uma realidade bem diferente. A homofobia é notoriamente velada nas escolas. Explicitamente homossexuais são alvos de uma extrema violência inexplicável tanto física como verbal. Segundo UNESCO (2004), “cerca de um quarto dos estudantes ouvidos, não gostariam de ter um colega de sala de aula que seja homossexual e, entre professores, a rejeição é explícita à homossexualidade, ainda que em grau menor”. Diante do preconceituoso diário escolar na qual alguns estudantes se envolvem, também encontramos muita carência de preparação da escola que muitas vezes, não respeita a identidade de gênero e não sabem ou nem reconhecem a existência da Carteira de Nome Social – CNS, criada pelo Decreto nº 49.122, de 17 de maio de 2012, instituída para travestis e transexuais no Estado do Rio Grande do Sul, na qual foi pioneiro e assegurou o direito ao tratamento nominal aos travestis e transexuais nos órgãos e entidades do Poder Executivo deste Estado. Além disso, nos deparamos também com a ausência de debates a respeito da homossexualidade por parte dos professores em sala de aula. Neste ambiente escolar, onde deveria ser garantida a aceitação e a promoção da diversidade, encontramos pessoas que rejeitam os homossexuais, deste modo provendo a homofobia. Percebemos assim, a importância de desenvolver este projeto destinado a desenraizar a homofobia na sociedade e principalmente no ambiente escolar com alunos e professores, pois no ensaio de discutir a orientação sexual de cada indivíduo, a instituição de ensino é um dos elos nas ações constitucionais e para tanto deve promover a ampliação do respeito às diversidades, deste modo construindo um meio social mais digno e com menos violência. Portanto, não podia

ser diferente no Curso Normal, no qual somos responsáveis pela formação profissional de futuros(as) professores(as). O projeto intitulado Escola sem Homofobia: reflexões na formação do(a) aluno(a) no Curso Normal, envolveu duas turmas de aproveitamento de estudo do Instituto Estadual de Educação Assis Brasil – IEEAB e duas turmas do Curso Normal Formação em Educação Infantil do Colégio Municipal Pelotense – CMP, na qual leciono Didática de Matemática. As duas turmas do IEEAB ficaram responsáveis pela organização do grupo de pesquisa nos quais as temáticas foram debatidas em sala de aula. Os temas sugeridos foram: Homossexualidade X Religião; Homossexualidade X Política; Homossexualidade X Escola; Homossexualidade X Família. O projeto tinha como objetivos: pesquisar e apropriar-se sobre as temáticas propostas; relacionar os contextos pesquisados numa aprendizagem dinâmica e significativa para sua formação profissional; assistir e debater o filme “Orações para Bobby” que aborda temáticas que envolvem a família, religião, política e a diversidade sexual; possibilitar e estabelecer um amplo debate sobre gênero, identidade de gênero e diversidade sexual dentro do espaço escolar. Como a exploração da literatura ocorreu no IEEAB vou me deter a descrever a parte do projeto que se desenvolveu nessa escola. Primeiramente as alunas deveriam se dividir em grupos e selecionar um dos temas, na qual deveriam pesquisar sobre a temática escolhida e posteriormente transcrever essa pesquisa para a parte externa do armário de forma artística. Nesse intervalo de tempo, discutimos vários pontos sobre a homossexualidade através de textos, vídeos e do filme “Orações para Bobby” produzido para a televisão, baseado no livro homônimo de Leroy F. Aarons e dirigido por Russell Mulcahy.

A apresentação de todos os armários aconteceu no dia quatorze de junho no ginásio da escola, nos três turnos para que todas as turmas comparecessem. Os grupos de alunas responsáveis pela execução do projeto e pela pesquisa realizada ficaram ao lado dos seus armários convidando os participantes a interagirem com a obra enquanto elas explanavam sobre a temática. As pessoas eram convidadas, inclusive, a entrar na obra, pois com o uso de uma caneta-pincel podiam escrever suas opiniões nas paredes dos armários. Dentro deles, também, continha um espelho no intuito de refletir a imagem do participante colocando-o numa posição de reflexão sobre o que escrevia ao mesmo tempo em que via sua imagem refletida no espelho, desta forma, provocando-o. O grupo que escolheu Homossexualidade X Família em vez de usar um armário ou construir um com madeira reciclada

(como os outros grupos fizeram), inovou fazendo um “provador de roupa” ao invés de um armário. A proposta do grupo foi utilizar a história de Elmer – “The Sissy Duckling” a versão gay da famosa fábula de Hans Christian Andersen – “O Patinho Feio”. A ideia foi confeccionar, utilizando a técnica de dobradura, patos de vários tamanhos destacando através de um deles o personagem de Elmer: o patinho Sissy. Ao lado dos patos dispostos no formato de móvel estava a história impressa colorida e traduzida para quem quisesse ler. Dentro do “provador de roupa” o grupo disponibilizou através de cabides vários acessórios, na qual poderiam utilizar e provar, como: gravatas, perucas, sapatos femininos e masculinos, acessórios para o cabelo, óculos, saias, camisas, batons, pulseiras, brincos e etc. Foi à exposição e a temática mais procurada e visitada por todos os alunos da escola, que, aliás, participaram maciçamente e deixaram perplexo o grupo responsável devido a grande disposição em participar e opinar sobre a temática. No interior do provador, tinha um espelho na qual foi anexado uma caneta-pincel, onde poderiam deixar mensagens sobre o assunto.

Considerações finais

Os discursos que transcendem entre a homossexualidade e a normalidade perpassam além dos estereótipos construídos entre esses sujeitos nomeados. Decorrem de vertentes socioculturais com perspectivas e ambivalências que transgridem limites que o ser humano tolera dentro de normas estabelecidas muitas vezes de forma discriminatória, racista e de intencionalidades equivocadas de eugenia direcionada a um público de massa que é manipulado pela midiática excludente da sociedade. A homossexualidade desperta o mais puro ato repulsivo, atrelado à sexualidade, ela defronta, ela deflagra e transita no íntimo da espécie humana. Os rótulos herdados denunciam e irrompem inclusive as mais baixas injúrias.

Nos últimos quatro mil anos, nas diferentes civilizações que serviram de matriz à cultura ocidental, a homossexualidade foi rotulada por diversos nomes atroz que refletem o alto grau de reprovação associado a esta performance erótica: abominação; crime contra a natureza; pecado nefando; vício dos bugres; abominável pecado de sodomia; velhacaria; descaração; desvio; doença; viadagem; frescura, etc. (Mott, 2001, p. 40)

No final do evento as palavras e as frases deixadas nas paredes dos armários ainda deixavam vivas e pulsando as emoções vivenciadas naquele dia: respeito, união, amor, dignidade, direitos, etc. Para nossa surpresa o evento superou as expectativas, mas ao mesmo tempo nos fez refletir o quanto a escola quer falar, quer expressar seus corpos, suas vontades, seus desejos, sua sexualidade, independente da idade, independente da raça, da condição social, todos estavam representados ali, entre as linhas cruzadas de uma escrita e outra, como se mostrassem caminhos, possibilidades e esperanças. A literatura pode vir como um viés multiplicador de outros caminhos e outras visibilidades, principalmente para a infância, através do uso da fantasia, da imaginação, com outras formas de amar, de constituir família. Dar uma visibilidade afirmativa que desestabilize verdades pré-concebidas. Só ai então, a homossexualidade passa de excêntrica e exótica para cultural. Historicamente, em sua trajetória os homossexuais herdaram marcas que introjetaram desde uma visão patológica a vivências marginalizadas e violentas na qual a mídia contribuiu para difundir como se fossem culturais. Praças, banheiros públicos, becos, cinemas entre outros locais, eram espaços ocupados antigamente e até hoje o são pelo público gay, que reforçam esse estereótipo e o colocam à margem do convívio social. Mas isso não é cultura gay, é uma marginalização de uma cultura através de uma mídia muitas vezes tendenciosa. Precisamos de ações afirmativas para aduzir e dar mais visibilidade a comunidade homossexual e também debater em todas as instâncias, principalmente no ambiente escolar, a relação e as interpretações que fazemos sobre sexo, gênero e identidade de gênero.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e ambivalência. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

CANGUILHEM, Georges. O normal e o patológico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

DIAS, Roberto M. O príncipe, o mocinho ou o herói podem ser gays: a análise do discurso de livros infantis abordando à sexualidade. Porto Alegre: Escândalo, 2013.

EWALD, François. Foucault: a norma e o direito. Lisboa: Veja, 1993.

FIERSTEIN, Harvey. The Sissy Duckling. New York: Simon & Schuster Books, 2002.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2008.

LOURO, Guacira L. Currículo, Gênero e Sexualidade. Porto: Porto Editora, 2001.

MOTT, Luiz. A revolução homossexual: o poder de um mito [Versão eletrônica]. Revista USP, n.49, 40-59, 2001. Disponível em <<http://www.usp.br/revistausp/49/04-luizmott.pdf>>. Acesso em: 15 de abr. de 2015.

SILVA, T. T. Documento de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

UNESCO. O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam... São Paulo: Moderna, 2004.

UTZIG, Ingrid L. de A., & Ferreira, R. A. (2014). Literatura Gay como visibilidade à comunidade LGBTTT [Versão eletrônica]. Artigo de conclusão de curso de Licenciatura plena em Letras. 2014. Disponível em: <<http://pt.sli-deshare.net/larautzig/literatura-gay-como-visibilidade-comunidade-lgbttt>>. Acesso em: 28 de abr. de 2015.

VILELA, Eugênia. Corpos inabitáveis. Errância, Filosofia e memória. In: LARROSA, J. & SKLIAR, C. (Orgs.). Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

GÊNERO E REPRESENTAÇÃO NA LITERATURA: COZINHEIRAS E PATROAS EM EÇA DE QUEIRÓS

José Roberto de Andrade¹

Resumo

O escritor português Eça de Queirós (1845-1900) não foi um cozinheiro de fato, mas deixou sua marca na cozinha portuguesa. Em sua obra, jantares, almoços e cafés servem à representação crítica de vários aspectos (hábitos, sexualidade, moral) da sociedade portuguesa do século XIX. Neste artigo, analisaremos, no romance *O Primo Basílio*, a construção das personagens femininas Juliana e Luísa, relacionando-as à comida e à cozinha, aos modelos de constituição do gênero feminino e às possibilidades e aos limites históricos de ação da mulher na sociedade lisboeta do século XIX. Procuraremos evidenciar que na medida em que as personagens afirmam ou negam padrões de representação e ação do feminino as posições de poder se alternam, que a gastronomia é uma relevante chave interpretativa da obra de Eça de Queirós, e que as cozinheiras têm importante papel na construção da narrativa e na crítica ácida dos modelos de família patriarcal do século XIX.

Palavras-chave: Eça de Queirós, Literatura Portuguesa, Gênero, Gastronomia, Família Burguesa.

1 Instituto Federal de Educação da Bahia (IFBA). E-mail: andrade.escolas@gmail.com

Introdução

Eça de Queirós não foi um grande cozinheiro, mas deixou sua marca na culinária portuguesa. A comida e o comer são tão importantes na obra desse escritor que inspiraram livro de receita — *Comer e beber com Eça de Queirós* —, dicionário gastronômico cultural — *Era Tormes e amanhã* — e despertaram a atenção de leitores ilustres como Machado de Assis (1878/1997)², A. Campos Matos (1988 e 2012), Dario Moreira de Castro Alves (1992), Maria José de Queiroz (1994), Beatriz Berrini (1995). Matos, por exemplo, ao organizar o *Dicionário de Eça De Queirós*, reservou mais de sete páginas para o verbete “Alusões Alimentares”. A responsável pela elaboração do texto, professora Andréa Grabbé Rocha, enfatiza a obsessão de Eça de Queirós pela culinária e afirma que, talvez, o escritor de *Os Maias* tenha “exorbitado nesta via, deixando-nos uma visão distorcida dos homens de seu tempo”. (MATOS, 1988: p. 63).

Tenho me dedicado a estudar de que maneira a culinária influenciou — ou distorceu — o projeto literário de Eça de Queirós. Investigação que se desenvolveu no doutorado, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), e resultou na tese intitulada “Gastronomia, sexualidade e poder na obra de Eça de Queirós”, em que analiso a representação de hábitos gastronômicos e sexuais e as relações de poder, nas seguintes obras: *O Crime do Padre Amaro*, *O Primo Basílio*, *A Relíquia*, *O Mandarin* e *Os Maias*. Na análise da representação gastronômica, centrei-me na análise de três aspectos: cardápio, comportamento e companhias à mesa, para entender como, no universo eicano, a gastronomia caracteriza personagens, encadeia enredos e serve ao exercício da crítica social.

A seleção desses três aspectos não é casual. Em artigos sobre o tema, o próprio Eça forneceu pistas de que *menu*, maneiras e companhias são caminhos para compreender como a gastronomia estrutura sua obra. No texto mais exemplar e programático que escreveu sobre o tema — “Cozinha Arqueológica”, publicado em 1893, na *Gazeta de Notícias* —, Eça afirmou: “a cozinha e adega exercem uma tão larga e direta influência sobre o homem e a sociedade”, por isso “dize-me o que comes, dir-te-ei o que és”

2 Quando separadas por barra, “/”, a primeira data é a da publicação original e a segunda, da publicação que utilizo como referência.

(III, p.1226)³. Penso que o escritor d’*A Relíquia* não se incomodaria se adicionássemos “com quem” e “como”, a este último período: “diga-me o que comes [como comes e com quem comes] e dir-te-ei quem és”. O acréscimo é apropriado, pois Eça destaca a necessidade de se fazer a “arqueologia” — daí o título do artigo — do sistema culinário greco-romano, ou seja, dizer o que, com quem e como a sociedade comia para entender as relações entre cozinha, processos de cozimento e relações sócio-políticas.

As declarações de Eça ressaltam a intrínseca relação entre comida e sociedade, Além disso, na perspectiva da proposta de representação realista da sociedade portuguesa, elas significam, em alguma medida, considerar a cozinha e a comida como forma de caracterizar personagens e sociedade. No caso de Eça de Queirós, essa interpretação torna-se mais consistente à medida que se lê a obra. O escritor português propôs a observação da cozinha nas sociedades clássicas e considerou a gastronomia como *arquê* — elemento básico — das representações da sociedade portuguesa.

Metodologia

À medida que leio e releio as obras, percebo cada vez mais nitidamente que — além de cardápio, maneiras e companhias — as cozinheiras e cozinheiros, embora personagens secundárias, têm importância impar em cenas específicas e constituem elemento decisivo para a coerência dos enredos. Neste artigo, procurarei organizar minhas reflexões sobre as cozinheiras d’*O Primo Basílio*: Juliana e Joana⁴. Para tanto, adotarei duas diretrizes ou hipóteses de trabalho:

I) Carlos Reis afirma que determinadas interpretações podem levar a conclusões incorretas ou parciais se ignorarem “o contexto histórico em que foi concebido e escrito o romance, bem como sua organização interna” (REIS, 1999: p. 67)⁵. Essa afirmação, aplicada às leituras que já fiz da obra

3 Os trechos da obra de Eça de Queirós foram quase todos retirados da edição, em quatro volumes, publicada pela editora Aguilar, sob a coordenação de Beatriz Berrini. Nas citações, referir-me-ei simplesmente aos volumes (I, II, III e IV) e às páginas. Informo quando o trecho for de outra edição.

4 Ao leitor d’*O Primo Basílio*, pode parecer inapropriado arrolar Juliana como cozinheira. A justificativa para essa caracterização está na sua importante participação na cozinha da casa de Luísa e Jorge, como se verá ao longo da análise.

5 Reis estava se referindo às interpretações de “A Ilustre Casa de Ramires”, mas a assertiva pode, pela sua forma exemplar, ser aplicada a qualquer outra obra.

de Eça, permite-me inferir que cozinheiros — assim como comida, modos e companhias — compõem a cena social das narrativas, servem ao exercício da crítica e devem ser interpretados considerando o contexto histórico da obra e a sua organização interna;

II) a análise dos cozinheiros, embora não leve a conclusões muito diferentes de críticos mais atuantes e atuais, alarga as possibilidades de compreensão da obra eciana. Como a ampliação deve ser medida em relação a interpretações específicas, tomarei como referência quatro sínteses interpretativas d’*O Primo Basílio*: duas que se referem a Juliana e duas a Luísa. A senhora da casa, Luísa, vem para a análise para contrastar com as duas criadas. No caso d’*O Primo Basílio* esse contraste é essencial, pois as características de Joana e Juliana — principalmente desta — definem-se na relação com a patroa. Para falar de Luísa, “chamarei” Carlos Reis e A. Campos Matos. O primeiro assevera que “Luísa cede ao donjuanismo de Basílio e compromete a estabilidade da família burguesa” e “o adultério de Luísa é a causa de sua destruição” (REIS, 2000: p. 47-51). Campos Matos afirma que “Luísa, saturada de literatura romântica, ser fraco e influenciável, deixa-se levar pelas falas experientes de um primo sedento de aventura e caminha entorpecida para uma tragédia que a leva à sepultura” (2012: p. 21)⁶. Para Juliana, serão o mesmo Reis e o pai de Eça de Queirós. Este, de acordo com A. Campos Matos, afirma, em carta ao filho, que o ódio de Juliana “sai fora das paixões comuns” num país “onde a brandura dos costumes faz dos criados uma espécie de membros da família” (MATOS, 1988: p. 594). Reis assevera que Juliana é “a personagem mais complexa e socialmente marcante do romance” (2000: p. 15)

Discussão

Para verificar a validade dessas hipóteses, assumirei uma postura diferente da que venho adotando em análises anteriores: em vez de falar de

6 O próprio Eça, numa carta a Teófilo Braga, de 12/03/1878, afirma que “*O Primo Basílio* apresenta, sobretudo, um pequeno quadro doméstico, extremamente familiar a quem conhece bem a burguesia de Lisboa – a senhora sentimental, mal-educada, nem espiritual (porque cristianismo já não o tem; sanção moral da justiça, não sabe o que isso é), arrasada de romance, lírica, sobrecitada no temperamento pela ociosidade e pelo mesmo fim da casamento peninsular que é ordinariamente a luxúria, nervosa pela falta de exercício e disciplina moral, enfim a *burguesinha da Baixa*.” (Queirós, 1983, p. 133).

comida, compararei as duas cozinheiras do romance, depois procurarei analisar o contexto histórico e narrativo.

Juliana e Joana se assemelham em variados aspectos. Ambas:

- Vivem nas mesmas mesquinhas condições: num quarto do sótão, baixo, estreito, quente e “abafado como um forno”, onde se sente “um cheiro fétido” do “candeeiro de petróleo” e grassam percevejos: “Não podia parar com os percevejos! O raio do quarto tinha ninhos! Até sentia o estômago embrulhado. — Ai!, é um inferno! — disse com lástima Juliana.— Eu só adormeço com dia” (I: p. 498-499).
- Cultivam “vícios”. Juliana, as botinas, pelas quais “arruinava-se” e que mantém “embrulhadas em papéis de seda, na arca, fechadas — guardadas para os domingos!”. E Joana, um amante, o carpinteiro Pedro, que trabalha na marcenaria do Tio João Galho. Joana “babava-se por ele. [...] aquela figura delgada de lisboeta anêmico seduzia-a com uma violência abrasada” (I: p. 499).
- Rezam uma pela outra: Joana propõe que Juliana reze “três salve-rainhas pela saúde do meu rapaz, que tem estado adoentado, eu cá lhe rezava três pelas melhoras do peito”. Proposta aceita: “Olhe. Eu do peito vou melhor; dê-mas antes pra alívio das dores de cabeça. A Santa Engrácia!” (I: p. 499)
- Dirigem-se censuras: Juliana desaprova o fato de Joana deixar-se explorar pelo amante: “Vossemecê também, Sr^a Joana, deixa-se cardar pelo homem!”. E Joana critica o zelo de Juliana com as aparências e as botas: “que o Diabo leve os arrebiques!” (I: p. 499).
- Fazem arranjos de conveniência: Joana, para manter o amante, é leal a Juliana. E Juliana aceita esconder o “escândalo” com o carpinteiro Pedro, porque necessita da cozinheira para os momentos de gulodice e para não “cair em fraqueza”:

como feia e solteirona, detestava aquele ‘escândalo do carpinteiro’; mas protegia-o, por que ele valia muitos regalos aos seus fracos de gulosa. [e] Joana dava-lhe caldinhos às horas da debilidade, ou, quando ela estava mais adoentada, fazia-lhe um bife às escondidas da senhora (I: p. 489).

No que diz respeito aos contrastes, constatamos que:

- São diferentes na idade e na abundância de carnes. Joana era mais jovem, “uma rapariga muito forte, com peitos de ama, o cabelo como azeviche, todo lustroso do óleo de amêndoas doces. Tinha a testa curta de plebeia teimosa. E as sobranceiras cerradas faziam-lhe parecer o olhar mais negro”. Juliana tinha o rosto “chupado e [...] as orelhas [...] despegadas do crânio; [...] clavículas descar-nadas; [...] as canelas muito brancas, muito secas [...] e cotovelos agudos” (I: p. 498).
- Apesar de próximas na condição aviltante, Juliana faz questão de diferenciar hierarquicamente de Joana: vai ao quarto dela, “mas não entrou, ficou à porta; era ‘criada de dentro’, evitava familiaridades” (I: p. 498).
- Joana não nutre pelas botas de Juliana a mesma inveja que esta alimenta pelo amante daquela: “Mas invejava asperamente a cozi-nheira pela posse daquele amor, pelas suas delícias” (I: p. 499).
- Joana resigna-se e suporta melhor a situação. Juliana sente falta de ar, enjoa e compara: “Nunca, nunca, nas casas que servira, tinha tido um quarto pior. Nunca! [...] E acordada, às voltas, com aflições no coração, Juliana sentia a vida pesar-lhe, com uma amargura maior!” (I: p. 500). E, por não admitir que a tratem mal, Juliana vai fermentando sua frustração, sua amargura e seu rancor, transformando-os em ódio por sua condição social e pela patroa.

Essa lista de contrastes e semelhanças dá-nos uma ideia da complexidade de Juliana e Joana. Elas sabem-se mulheres, criadas, subalternas, mas adotam estratégias para romper as limitações impostas, pelo trabalho e pelos patrões, às criadas mulheres. Joana apresenta-se mais conformada, num estado próximo do modelo que o pai de Eça de Queirós descreveu para as criadas. Juliana é gulosa, inveja as “delícias” amorosas de Joana e revolta-se contra sua condição social. Revolta que vai fermentar e transformar-se em ódio cego. Ódio que tentarei caracterizar e contextualizar.

A aspiração maior de Juliana sempre foi “ter um comércio que a libertasse das tiranias do serviço doméstico, das patroas e das crianças, que sofria há vinte anos” (MATOS, 1988: p. 54). A fantasia de que encontraria sua alforria num estabelecimento comercial não é inadequada e incoerente. *O Primo Basílio* foi publicado em 1880 e o espaço/tempo narrativo

é a Lisboa da segunda metade do século XIX.⁷ Segundo Serrão e Marques, nesse período, o setor comercial absorveu parte da mão de obra das cidades portuguesas e permitiu que burgueses ascendessem socialmente e muitos nobres conseguissem ou mantivessem seus títulos (SERRÃO e MARQUES, 2004: p.105-106). É preciso considerar que os dois historiadores estão se referindo, principalmente, aos atores sociais masculinos, mas os desejos de Juliana estão coerentemente ajustados ao tempo e ao espaço da narrativa. E ☒ pela própria frustração desse desejo, ainda mais em se tratando de mulher ☒ seu exacerbado ódio, também.

O contexto histórico permite postular que existiram mais Julianas no Portugal do século XIX. Juliana, historicamente, compõe o contingente de trabalhadores, homens e mulheres, que vivem em condições muito precárias. No Portugal da Regeneração, de 1851 a 1900:

Contanto apenas com o esforço do seu trabalho, trabalhando por conta própria (raramente, quando na posse de propriedade) ou em regime de salariedade ou sobrevivendo da caridade alheia, as classes populares viviam sempre na fronteira da pobreza, na iminência da degradação da sua condição material. [...] O trabalho manual era mal remunerado e fisicamente extenuante, obrigando muitas vezes ao esforço de 12 a 16 horas diárias [...]. A ausência de qualquer vínculo contratual e de mecanismos de assistência social, em caso de doença, acidente, velhice, etc. permitiam degradação brusca das condições materiais de existência das classes populares. (SERRÃO e MARQUES, 2004: p.180)

Entre os grupos que se arrolam nas “classes populares” estão, por exemplo, domésticos, pescadores, operariado do comércio e da indústria, marginais, vadios, mendigos e prostitutas. (SERRÃO e MARQUES, 2004: p.175-176). O quadro⁸ que Serrão e Marques traçam permite imaginar que, na massa de trabalhadores e trabalhadoras domésticas, houvesse mais Julianas, amarguradas, descontentes, frustradas e cheias de ódio. O povo vivia em condições aviltantes e estava “arredado das esferas de decisão

7 Se considerarmos que, na cena do jantar do Conselheiro Acácio, menciona-se, com certo “frescor”, a Comuna de Paris, poderíamos localizar a ação entre 1871, data da Comuna, e 1880.

8 Algumas dessas condições, como a necessidade de possuir propriedades para se sustentar, parecem ser comuns, para homens e mulheres, em cidades menores, como o próprio Eça “documentou” em outras narrativas. n’O *Crime do Padre Amaro*, S. Joaneira e Amélia, além de hospedar padres, servem refeições e mantêm uma propriedade onde cultivam verduras e legumes. N’A *Ilustre casa de Ramires*, o “fidalgo da torre”, é obrigado, ironicamente, a faltar com a palavra empenhada, para conseguir um valor melhor no arrendamento de sua propriedade.

política e econômica”; a ele “restava uma posição de subalternidade social e cultural, ao mesmo tempo obrigado à produção de um trabalho ou produto em favor das classes dominantes” (SERRÃO e MARQUES, 2004 p. 175).

Embora fizesse questão de se diferenciar como “criada de dentro”, Juliana encontra-se na mesma condição de Joana e de outros trabalhadores do povo. Até o bife, que têm de comer “às escondidas da senhora”, enquadra Juliana e Joana na classe dos desprovidos de tudo. Serrão e Marques afirmam: “no que diz respeito à carne só a camada superior do povo a utilizaria de forma mais corrente” (SERRÃO e MARQUES, 2004: p.181). Num país de maioria pobre, a carne bovina estava nas mesas da burguesia e da nobreza, mas era iguaria rara nos pratos da plebe.

Se Juliana é uma personagem verossímil quando comparada às condições históricas, por que o pai de Eça se surpreendeu? Uma possível resposta para essa pergunta seria: talvez o modelo dado pelo pai de Eça fosse o mais comumente encontrado nas casas de nobres e burgueses, principalmente em se tratando de criadas mulheres. E *O Primo Basílio* reforça essa suposição aritmética. Além de Joana, que se resigna, temos:

As duas criadas [de Sebastião] eram muito antigas na casa. A Vicência, a cozinheira, era uma preta de S. Tomé, já do tempo da mamã. A tia Joana, a governanta, servia-o havia trinta e cinco anos; chamava ainda a Sebastião o “menino”; já tinha as tontices de uma criança, e recebia sempre os respeitos de uma avó. Era do Porto, do Poarto, como ela dizia, porque nunca perdera o seu acento minhoto (I: p. 530).

Eça não “desmente” seu genitor, pois Vicência e Joana⁹ (a de Sebastião) são “da família”. A essas duas, poderíamos ainda somar Joana (de Luísa e Jorge), as três da casa do Conselheiro Acácio e pelo menos uma, Justina, na casa de Leopoldina. Seriam, assim, sete que cultivam a “brandura de costumes” contra uma que se rebela, se enraivece e busca se vingar. Há motivos, portanto, para a surpresa do pai de Eça. Não há razão, porém, para

9 Essas “Vicências” e “Joanas” que vivem em condições precárias, mas mantêm-se leais aos patrões, repetem-se nas narrativas. N’*O Crime do padre Amaro*, é Maria Vicência — “devota, alta e magra como um pinheiro, antiga cozinheira do doutor Godinho” e “irmã da famosa Dionísia” (I: p. 182) — que vai cozinhar e cuidar da morada de Amaro, depois que ele se vê obrigado a sair da casa da S. Joaneira. Nesse mesmo romance há também Gertrudes, que vive com o abade da Cortegaça, excelente cozinheiro. N’*A Relíquia*, Vicência é devota e leal criada de cabelos brancos que faz “par” com a “decrépita e gaga a cozinheira” (I: p. 867).

desconsiderarmos o quadro histórico geral. A pulsão de rebeldia encontra-se na massa de trabalhadores e as condições descritas por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques não deixam dúvida: criados e criadas, mesmos os familiarmente domésticos, viviam, como Joana e Juliana, em condições humilhantes e teriam razão para se revoltar¹⁰.

Eça acrescenta à narrativa, portanto, uma personagem “prevista” nesse contexto histórico em que as relações entre patrões e subalternos e entre homens e mulheres estavam longe de ser somente pautadas na “brandura de costumes”. Os costumes brandos camuflavam condições ultrajantes, que Juliana não quer admitir. E sua frustração centra-se, primordialmente, no lugar que ela ocupa na estrutura social; lugar em que se confundem e se relacionam muitos atores e motivações, como gênero, doença, crianças, condições de classe, poder público e patroas. É verossímil, portanto, que Juliana procure atingir Luísa. A patroa também é mulher subalterna na relação com os homens.¹¹ E Luísa, coerentemente, se coloca como adversária e não esconde sua insatisfação com a criada, ameaça dispensá-la e até a maltrata. Luísa, porém, além de alvo do rancor, é também esperança de libertação — se se deixar chantagear — e, depois, motivo de crueldade vingativa: “começando depois a chantagem com a patroa que, não conseguindo o dinheiro que ela lhe pede pelas cartas [de e para Basílio], vai aos poucos explorar e tiranizar cruelmente” (MATOS, p. 594).

A ira de Juliana está ancorada no contexto histórico e é fruto, pois, de um longo processo de fermentação, que desencadeia a chantagem e, depois, a vingança. E ela não se deixa iludir. Intui que resignação e fidelidade canina não lhe dariam um fim digno: “Se a gente ia a ter escrúpulos por causa dos amos, boa! Olha quem! Vêm uma pessoa morrer, e é como fosse um cão” (I: p. 489-490). Durante anos, a filha de engomadeira economizou para abrir sua porta de comércio e se libertar do serviço doméstico, mas a doença levou todas as economias, e o tempo se encarregou de enraizar e adubar, na alma de Juliana, o despeito, a rebeldia e o ódio. Por isso ela não

10 Eça de Queirós parece, também, observar criticamente a lentidão das mudanças em Portugal. Tanto n’*O Crime do Padra Amaro* (no final do romance), quanto n’*O Primo Basílio* (no jantar do Conselheiro Acácio), há cenas em que as personagens se referem à Comuna de Paris, de 1871. As ações da Comuna despertam medo e aversão nas personagens mais conservadoras, que imaginam ser a religião e a “brandura de costumes” freios para as possíveis revoltas.

11 Jesus (1998) e Zolin (2010) tratam dessa subalternidade nos modelos de representação das relações entre mulheres e homens nas sociedades moderna e contemporânea.

digere seu destino e o tratamento que lhe dispensam: “Nunca, nunca, nas casas que servira, tinha sido tratada daquela maneira! Nunca!” (I: p. 500). E de “tratamento” Juliana sabe, pois tem as experiências anteriores e o padrão de outras criadas com quem conversa e estabelece os “direitos de classe e de gênero”. Com Justina, a criada de Leopoldina, por exemplo, Juliana mantém amizade — “beijocavam-se muito, diziam-se sempre finezas” (I: p. 555-556) — e troca informações sobre as respectivas patroas. E, pelo que diz Justina, Leopoldina e seus amantes são mais brandos e generosos no tratamento com Justina do que Basílio e Luísa são com Juliana: “Quando era o tempo do Gama [um dos amantes de Leopoldina], isso sim! Nunca ia que não me desse os seus dez tostões, às vezes, meia libra” (I: p. 556).

E a revolta de Juliana não ocorre sem que, no processo, ela proponha e aceite, como outras criadas, arranjos alternativos. Ela não é somente uma velha doente e rancorosa criada de dentro, que consome bifés às escondidas e leva o processo de chantagem ao limite da vingança inaceitável. Antes de chegar ao limiar da morte, há momentos de relativa “harmonia”. Um deles diz respeito à cozinha. Ao longo da narrativa, fica claro que Juliana quer ter respeitadas suas necessidades de comer, beber, dormir e vestir adequadamente. E durante alguns momentos, isso ocorre. Depois de iniciar a chantagem, Juliana, sabendo da dificuldade de receber o dinheiro, negocia outras exigências. Se o dinheiro não vem, que o quarto seja mais arejado e limpo, que as folgas sejam mais largas e a comida seja mais farta. Ela chega mesmo a controlar a cozinha; e a casa torna-se agradável e pródiga.

A casa, com efeito, tornava-se agradável. Juliana exigira que o jantar fosse mais largo (para ter uma parte sua, sem sobejos), e, como era boa cozinheira, vigiava os fogões, provava, ensinava pratos à Joana. — Esta Joana é uma revelação — dizia Jorge —, vê-se-lhe crescer o talento!... (I: p.668)

Com a atuação da “cozinheira” Juliana¹² a casa muda e Jorge elogia. Até o temperamento de Juliana abrandar-se:

12 José Quitério, ao tratar da autenticidade da culinária portuguesa diz que há um “ror de cozinheiras domésticas que, por este Portugal além, vão mantendo com desvelo e alto sentido patriótico a arte ancestral em mesas predominantemente aldeãs” (1987: p. 14). Ou seja, ele toma como pressuposto lógico que a culinária portuguesa é conhecida pelas cozinheiras domésticas. Não é inverossímil que Juliana fosse boa cozinheira, pois ela trabalhou a vida inteira na cozinha, também.

Juliana, bem alojada, bem alimentada, com roupa fina sobre a pele, colchões macios, **saboreava** a vida: o seu temperamento **adoçara-se** naquelas **abundâncias**; depois, bem aconselhada pela tia Vitória, fazia o seu serviço com um zelo minucioso e hábil (I: p. 668; grifos nossos).

O termos “saborear”, “adoçar” e “abundância” são primorosos. Saborear a vida é o que Juliana quer. Na abundância, então, todo o amargor, todo o rancor, adoça-se e o serviço é feito habilmente. A casa de Jorge e Luísa torna-se tão abundantemente rica que

Jorge, atônito, recebia todos os dias cartas de pessoas oferecendo-se para criados de quarto, criadas de dentro, cozinheiros, escudeiros, governantas, cocheiros, guarda-portões, ajudantes de cozinha... Citavam as casas titulares de que tinham saído; pediam audiência; suspeitando certas coisas, uma bonita criada de quarto juntou a sua fotografia; um cozinheiro trouxe uma carta de empenho do diretor-geral do Ministério (I: p. 668)

A abundância e a riqueza são desejadas por outros criados e criadas, que se oferecem, sem pejo, para trabalhar na casa. A fartura e a fortuna não são, porém, suportadas por Luísa, que definha: “E no meio daquela prosperidade — Luísa definhava-se. Até onde iria a tirania de Juliana? — era agora o seu terror. E como a odiava!” (I: p. 668).

Com o adultério e a chantagem, em determinados momentos, as condições da casa melhoram para Jorge e para as criadas. Luísa, porém, não consegue “gozar” a nova e “abundante” situação. Diretamente proporcionais, ela e Juliana não podem habitar o mesmo espaço. Quanto mais esta adoça-se, mais Luísa amarga-se. Quanto mais Juliana se porta como “senhora”, mais Luísa atua como “criada”. Ou seja, os limites sociais não estão demarcados adequadamente. E a demarcação deveria ser também responsabilidade da senhora da casa.

Juliana condena o adultério, mas é “maleável” para “aceitar” que outros pratiquem o pecado, se ela puder tirar proveito. A criada de dentro deseja, portanto, que a patroa mantenha amantes, desde que ela goze a abundância também. Moralmente, Juliana está mais bem ajustada aos seus objetivos e necessidades. Luísa é quem não define muito claramente seus limites e, como diz A Campos Matos, tem a aparência de um “ser fraco e influenciável” que se angustia por não saber como suportar sua nova condição de adúltera e por não conseguir equacionar a relação com as criadas.

Luísa não resistiu à sedução do Don Juan Basílio e não conseguiu conviver com o prazer do amor adúltero, porque teria, na nova configuração, de dividir o “saber” e o “prazer” com os fâmulos. E nisso, Luísa destoa do contexto histórico e mesmo do contexto narrativo.

No Portugal do XIX, a ascensão social exigia uma cozinha farta e um serviço adequado. Fatura e serviços que há, inicialmente, na casa de Jorge e Luísa. Mas no imaginário burguês, a mulher deveria comandar a casa e manter distância regulamentar das criadas e criados. É o que deixa claro Carlos Consiglieri, no prefácio que introduz o livro de receitas *Comeres de 1900*, de Sonia Monteiro. Ele afirma que a imagem da “senhora burguesa” que se pode encontrar nos livros de culinária e etiqueta do século XIX é a da mulher que sabe como comandar a cozinha sem se envolver com ela, uma vez que interfere e define o *menu*, mas é servida pelas criadas (MONTEIRO, 2000: p. 15-16). Numa casa burguesa, a senhora deveria prover as refeições, sem deixar de ser a rainha.

Serrão e Marques também percebem essa configuração na representação da senhora burguesa em livros de receitas do século XIX. Para eles, o aumento no número de publicações culinárias, no período de 1851 a 1900,

não se pode desligar da expansão e consolidação de um público constituído pela pequena e média burguesia que ao ver subir o nível de vida também investiu na área da representação social, o que passou pela mesa mais farta, mais elaborada e com mais convidadas, bem como pela melhoria das refeições de todos os dias (SERRÃO e MARQUES, 2004: p. 418).

Se seguisse essa lógica histórico-gastronômica, Luísa deveria comandar a cozinha, investir na fatura e qualidade das refeições cotidianas, mas não poderia se envolver com a cozinheira. Ou seja, deveria se comportar como Juliana, que, ao “dominar” a cozinha, provê pratos mais fartos e saborosos. E guarda distância regulamentar de Joana, a cozinheira.

No próprio romance, há cenas que aludem a essa competência específica. No jantar que Luísa oferece à amiga Leopoldina, antes de se sentarem à mesa, elas conversam sobre vários assuntos e Leopoldina informa sobre suas criadas: “Ai! Estão insuportáveis! — Contou as exigências da Justina, os seus desmazelos. — E muito agradecida ainda que ela se me não vá! Quando a gente depende delas...” (I, p. 562). O agradecimento que as criadas merecem é por fazerem seu trabalho e servir, inclusive, de alcoviteiras quando a senhora mantém ou deseja manter amores extraconjugais. Luísa

assistiu à aula, mas não aprendeu a lição da especialista. Por isso o amigo de Basílio, Visconde Reinaldo, desdenha de Luísa e desqualifica-a, quando Basílio conta-lhe que o adultério foi descoberto pela criada:

Pois tu achas isso decente, uma mulher que toma a cozinheira por confidente, que lhe está na mão, que perde a carta nos papéis sujos, que chora, que pede duzentos mil réis, que se quer safar — isso é lá amante, isso é lá nada! Uma mulher que, como tu mesmo disseste, usa meias de tear! (I: p. 633)

Basílio e Reinaldo não distinguem criada de dentro de cozinheira, quando se trata de falar de Luísa. Talvez porque ela não tenha definido muito bem os limites e as funções sociais e invadiu espaços que lhe estavam interditos e permitiu que espaços e funções próprios da senhora fossem ocupados.

Nesse sentido, são significativas outras duas cenas. Uma em que Jorge, surpreendendo Juliana a ler jornal no quarto e Luísa a engomar roupas, pergunta: “Dize-me cá quem é aqui a criada, quem é aqui a senhora?” (I, p. 704). E a cena em que Juliana e Luísa discutem asperamente e aquela insulta a patroa: “Você manda-me calar, sua p...! — E Juliana disse a palavra.” (I, p.712). A reação em defesa de Luísa parte de Joana que “correu, atirou-lhe pelo queixo [de Juliana] uma bofetada que a fez cair, com um gemido, sobre os joelhos”. A fidelidade à patroa não garante, no entanto, reciprocidade e, por isso, Joana é obrigada a deixar a casa. Não sem antes Luísa desesperar-se, ajoelhar-se e “E perdendo inteiramente todo o respeito próprio” implorar: “Pelos cinco chagas de Cristo, vá, Joana, minha rica Joana, vá! [...] A rapariga, assombrada, rompeu num choro estridente”. Joana fica confusa, ameaça falar com Jorge, mas acaba atendendo ao pedido desesperado da patroa e sai da casa, não sem antes receber duas libras (I: p. 712). A atitude de Joana não é somente fruto da fidelidade incondicional à patroa e a condição feminina. Ao longo do processo de chantagem, Luísa não se enquadra nos modelos que enformam a ação da mulher burguesa e toma para si as obrigações de Juliana. Joana observa tudo espantada, mas aceita as justificativas dadas por Luísa de a doença e/ou a idade de Juliana a impedem de realizar as tarefas. Além disso, Luísa, com receio de que Joana venha a desconfiar dos arranjos com Juliana, começa a presentear a cozinheira também. Joana não só goza dos benefícios como espalha pela cidade que a “senhora é um anjo”. Por isso Jorge recebe as ofertas de criados para

servi-lo. A casa de Jorge e Luísa destoa do padrão das outras casas lisboetas. O tratamento dado a Joana e Juliana é inadequado. A política, quando uma criada está doente, não prevê que os patrões deem presentes e realizem o serviço, mas façam o que Jorge propõe: “pois se está doente que vá pra o hospital!” (I: p. 704)

A incompetência para seguir os modelos e delimitar claramente espaços e funções sociais permitem-me sugerir que a bengalada do homem de bem, n’*O Primo Basílio*, não se dirige somente à adúltera que se deixa seduzir pelo primo Dom Juan. Eça pune a má amante e a má esposa, que não foi fiel e, quando traiu, não soube manter o comportamento adequado para preservar o casamento burguês.

Resultados

Os contextos histórico, narrativo e gastronômico levam a uma ampliação da leitura de Carlos Reis, de A. Campos Matos e o pai de Eça de Queirós. Se há criadas, como Joana, que experimentam a brandura de costumes, a contextualização histórica também prevê Julianas, que se rebelam contra as condições de trabalho. E Luísa se entrega ao primo, causa sua destruição e “compromete a estabilidade da família burguesa”. Mas não somente por trair. A relação de Luísa, Juliana e Joana deixa claro que Eça, pode ter desejado, também, morigerar os costumes de uma parte da pequena burguesia a quem faltava habilidade e comedimento para lidar com a criadagem que maltratava. Se Luísa tivesse conseguido, como Leopoldina, acomodar-se às exigências de Juliana e vice-versa o romance seria outro, é claro, mas todos saboreariam a abundância e os temperamentos se adoçariam. No Portugal de *O Primo Basílio*, em vez de adoçar-se, as personagens amargam-se. E esse amargor levou o escritor a punir e matar também a boa “complexa e socialmente marcante” cozinheira — quiçá a “boa senhora”, uma vez que Juliana, no seu curto reinado, comanda a cozinha e provê refeições fartas e saborosas, sem se envolver com a cozinheira — da história: Juliana Couceiro Tavira.

Referências

ALVES, Dario Moreira de Castro. *Era Tormes e Amanhecia: dicionário gastronômico cultural de Eça de Queirós*. Rio de Janeiro: Nordica, 1992.

BERRINI, Beatriz (Org.). *Comer e beber com Eça de Queirós*. Rio de Janeiro: Index, 1995.

SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (coord). *Portugal e a Regeneração (1851 a 1900)*. Volume X da coleção Nova História de Portugal. Lisboa: Editorial Presença, 2004. p. 411-425

JESUS, Maria Saraiva de. Alguns estereótipos sobre a mulher na segunda metade do século XIX. *Revista Veredas 1*. Porto: Associação Internacional de Lusitanistas, 1998. P.149-163.

MATOS, Alfredo de Campos (Org.). *Dicionário de Eça de Queiroz*. 2. ed. Lisboa: Caminho, 1988.

MATOS, Alfredo de Campos. *Sexo e sexualidade em Eça de Queirós*. Portugal: Edições do Autor, 2012.

MONTEIRO, Sonia. *Comeres de 1900*. Sintra: Colares Editora, 2000.

QUEIRÓS, Eça de. *Obra Completa: quatro volumes*. Organização geral, introdução, fixação dos textos autógrafos e notas introdutórias Beatriz Berrini. Rio de Janeiro: Aguilar, 1997.

QUEIRÓS, Eça. *Correspondência*. (leitura, coordenação, prefácio e notas de Guilherme de Castilho). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983, 1º vol., p. 133-137.

QUEIROZ, Maria José de. *A Literatura e o gozo impuro da Comida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

REIS, Carlos. *Estudos Queirosianos: ensaios sobre Eça de Queirós e a sua geração*. Lisboa: Presença, 1999.

REIS, Carlos. *O essencial sobre Eça de Queirós*. Lisboa: Ed. Imprensa Nacional, 2000.

ZOLIN, Lúcia Osana. Questões de gênero e de representação na contemporaneidade. *Letras (Literaturas e relações assimétricas de poder)*, Santa Maria, v. 20, n.41, p. 183-195, jul./dez.2010

HUMOR E ESTEREÓTIPOS EM O PASQUIM

Marcelo Rodrigo da Silva¹

Resumo

O presente artigo pretende analisar e refletir sobre a representação de estereótipos de gênero e sexualidade nas produções de humor gráfico e textual do semanário carioca da década de 70, O Pasquim. Para isso, serão analisadas produções editoriais e publicitárias veiculadas nas edições de número 46 e 47, do ano de 1970, ambas do primeiro ano de veiculação do periódico. A intenção é observar o funcionamento dessa representação no interior do discurso do semanário e discutir sobre a sua influência na fixação de estereótipos que ainda são combatidos na contemporaneidade.

Palavras-chave: Estereótipos, O Pasquim, Humor, Discurso.

¹ É doutorando em Estudos da Mídia (PPgEM/UFRN) e pesquisador do Grupo de Pesquisa PRAGMA (CNPq). É mestre em Literatura e Interculturalidade (PPgLI/UEPB), especialista em Marketing (Facisa) e graduado em Jornalismo (UEPB). É atualmente professor da UFPB e foi coordenador dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Faculdade Maurício de Nassau de João Pessoa.

E-mail: prof.marcelorodrigo@gmail.com.

Introdução

Os veículos de comunicação são elementos chave na repercussão e fixação de valores simbólicos. A representação de conceitos e práticas sociais em seu discurso² tem influência direta sobre o estabelecimento e fortalecimento de convenções e normas de comportamento sociais.

Sendo assim, faz-se necessário um olhar atento e preocupado em acompanhar esses processos de representação simbólica e suas influências sobre a camada social. Além disso, mais que o simples acompanhamento dos fenômenos contemporâneos, é providencial e enriquecedor o olhar para os processos midiáticos e suas manifestações na história. As ocorrências relevantes que retrataram as convenções e valores simbólicos de um período em um contexto sócio cultural e deixaram suas marcas e influências até os dias de hoje.

Um exemplo que se apresenta como objeto interessante e adequado para o desenvolvimento de um estudo com essas preocupações é o semanário *O Pasquim*, criado em 1969 no Rio de Janeiro. A aspiração do presente artigo de enquadrar um periódico impresso no campo dos estudos literários ancora-se nas postulações de COMPAGNON (2001) que abrem margem para essa possibilidade.

O termo literatura tem, pois, uma extensão mais ou menos vasta segundo os autores, dos clássicos escolares à estória em quadrinho, e é difícil justificar sua aplicação contemporânea. O critério de valor que inclui tal texto não é, em si mesmo, literário nem teórico, mas ético, social, e ideológico, de qualquer forma extraliterário. (COMPAGNON, 2001, p. 34 e 35)

Esse enquadramento visa, inclusive, possibilitar as interlocuções e os desdobramentos entre áreas humanísticas.

Foi escolhido *O Pasquim* para o desenvolvimento deste estudo por tratar-se de uma publicação de grande força e destaque no cenário nacional pelo caráter alternativo, inovador e contestador para o seu tempo e ainda para os dias de hoje. Para alguns autores, *O Pasquim* foi “a publicação mais importante da história do humor brasileiro” (GOODWIN, 2011, p. 538). Também foi determinante para a escolha desse objeto de estudo o pioneirismo do espaço

2 Patrick Charaudeau (2006) defende que as mídias têm papel importante tanto no estabelecimento e fortalecimento de convenções e normas de comportamento como na representação de práticas sociais através do discurso, em um jogo que regula essas práticas sociais e do qual fazem parte os indivíduos que vivem em comunidade. É o que o autor chamou de “contrato de informação midiático”.

dados pelo periódico às expressões artísticas de cartunistas e a maneira como o trabalho dos desenhos manuais juntamente com os textos foi a tônica dos conteúdos, da produção editorial e também dos anúncios publicitários. Além disso, é instigante a forma como o periódico se consolidou e se fortaleceu mantendo sua linguagem. Como bem descreveu José Luiz Braga (1991), o que caracterizava O Pasquim era basicamente fazer humor.

O que caracteriza o projeto são proposições bem simples: trata-se de fazer humor, e de utilizar o charme de Ipanema, bairro que reúne na época o maior número de intelectuais e artistas do Rio de Janeiro – músicos, atores, desenhistas, autores teatrais, escritores. A cidade deixara, em 1960, de ser a capital federal, mas era ainda o centro cultural e boêmio do país. [...] Este era o filão a ser explorado pelo jornal: traduzir um pouco da *non chalance* artística do bairro, e também da fossa consequente aos últimos acontecimentos políticos. [...] Em suma, como diz Ziraldo (Folhetim, 31/12/79), um jornal de crítica de costumes (BRAGA, 1991, p. 24-25).

Dessa forma, o principal objetivo da presente pesquisa é analisar e refletir sobre a representação de estereótipos de gênero e sexualidade nas produções de humor gráfico e textual de O Pasquim. A intenção é observar o funcionamento dessa representação no interior do discurso do semanário e discutir sobre a sua influência na fixação de estereótipos comportamentais³ que ainda são combatidos na contemporaneidade.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram analisadas uma peça editorial e uma publicitária de cada uma das duas edições selecionadas de O Pasquim, a saber: as edições de número 46 (de 7 a 13 de maio de 1970) e de número 47 (de 14 a 20 de maio de 1970). Os exemplares originais tomados como corpus de análise foram retirados do acervo particular do autor deste artigo.

Entre os critérios estabelecidos para a escolha das edições levou-se em consideração: 1) que seriam mais proveitosas para a análise aquelas publicações posteriores à vigésima edição, período em que o periódico já estava mais consolidado; e 2) que fossem selecionados números anteriores à quinquagésima edição a fim de que fossem observadas as manifestações veiculadas ainda no primeiro ano de publicações. Para oferecer uma melhor apreciação das peças analisadas, foi disponibilizado juntamente com cada

3 Goodwin (2013, p. 548) explica que “os estereótipos comportamentais não estão ligados às origens geográficas, aos costumes ou às características físicas de povos, mas a aspectos sexuais ou sociais, como o sexo ou a profissão da pessoa”.

anúncio apresentado neste artigo, um *QR Code*⁴, por meio do qual podem ser acessadas e visualizadas as imagens com melhor qualidade.

A análise das peças selecionadas terá aporte nas postulações da Análise do Discurso (MAINGUENEAU, 2002, e CHARAUDEAU, 2006) e nas conceituações da Semiótica (PLAZA, 2003, e SANTAELLA, 2004) a fim de que seja possível explorar a produção de sentidos e significados no interior dos discursos e das representações elaboradas pelas imagens pictóricas e textos.

Os resultados obtidos nesta pesquisa são ainda iniciais e parciais. Elas fazem parte de uma sequência de estudos interdisciplinares que tomam como corpus de análise as produções do semanário *O Pasquim*. Este artigo sequencia, inclusive, a publicação “Publicidade nos anos 70: técnica e estética em *O Pasquim*” (SILVA, 2015) apresentado no 10º Encontro Nacional de História da Mídia, promovido pela Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (Alcar), realizado no ano de 2015, em Porto Alegre (RS).

1. Exemplo 1

As imagens que se seguem foram retiradas da edição 46 de *O Pasquim*. Ambas são da coluna “Fradinhos”, de Henrique de Souza Filho, o Henfil.

Imagem 1 – Fradinhos



Fonte: *O Pasquim* (1970)

⁴ *QR Code* significa, em inglês, “*Quick Response Code*” (código de resposta rápida). É uma espécie de código de barras que ordena as informações em uma matriz de duas dimensões e que pode ser lido por meio de aplicativos de celular ou outros aparelhos que dispõem de câmera.

Imagem 2 – Fradinhos (continuação)



Fonte: O Pasquim (1970)

A coluna Fradinhos ocupava (geralmente) duas páginas inteiras da publicação e era um espaço de produção fixa e uma das mais famosas de O Pasquim. Trazia dois personagens principais: os frades “Cumprido” (alto e bondoso) e “Baixim” (baixo e sádico). O exemplo selecionado traz o seguinte texto: “Fradinhos (Henfil). [Baixim] Cumprido... Então, eu queria dar um presente pra mamãe... Você sabe... É uma festa inventada pelo capitalismo para aumentar suas vendas... Mas as mães, você sabe, não entendem... Quer dizer... Enfim... [Cumprido] ALELUIA! Ave Maria... Maria... Mariaaaa... [Baixim] Lacinho não, pô! [Mãe de Baixim] Bicha! Bicha! Bicha! Fresco”.

Pela leitura do discurso do cartum, formado pela articulação entre os signos verbais e visuais, percebe-se, claramente a presença do estereótipo que liga a imagem do “lacinho” à feminilidade e, por conseguinte, com a homossexualidade, remetida pejorativa e depreciativamente pelos termos “bicha” e “fresco”.

Dominique Maingueneau (2002) estuda as relações interdiscursivas a partir da exterioridade constitutiva de todo discurso e conceitua esse processo de “heterogeneidade”. Alerta o estudioso da linha francesa da análise do discurso para a representação do Outro como conjunto regrado de crenças e aspirações que são tomadas como o avesso necessário do próprio enunciado: as formações discursivas. Assim se dá, segundo o autor, a intercompreensão ou a polêmica constitutiva do discurso.

Pela expressão facial e corporal da personagem “mãe de Baixim”, percebe-se também a intenção de insulto e agressão verbal pelo uso dos termos depreciativos. Isso reforça o perfil “machista” da publicação, como bem pontuou José Luiz Braga: “Uma acusação frequente que se fez ao Pasquim é que, embora crítico e avançado politicamente, o jornal era machista. Não se pode dizer que essa impressão fosse inexata” (BRAGA, 1991, p. 193).

Além disso, o discurso reforça também a demarcação de fronteiras entre os gêneros masculino e feminino a partir de elementos simbólicos.

para o humor estereótipos são ferramentas essenciais. Os conceitos preestabelecidos são os blocos com que os humoristas constroem seus castelos de piadas. Os estereótipos são parâmetros simplificados que transformam detalhes (calcados na observação da realidade ou tornados reais por insistências repetitivas) no todo. E ao mesmo tempo que expandem esses detalhes, são reducionistas. Transformam algumas partes no todo e em seguida sacramentam esse todo como pertinente a todas as partes. O mecanismo do humor também trabalha com o exagero de detalhes, ampliando-os de tal forma que, de mínimos, transformem-se em máximas. (GOODWIN, 2013, p. 535-536)

No caso da coluna Fradinho, o detalhe exagerado foi o lacinho do presente que, sob a ótica machista embutida no discurso, já é suficiente para taxar a configuração do homossexualismo no contexto.

É preciso observar, contudo, que a formulação discursiva chega a funcionar como contrária à própria enunciação, em decorrência do exagero. Ou seja, o discurso é tão exagerado que chega a desqualificar a si próprio no instante da enunciação. É um processo semelhante ao que se deu com a coluna “Ser Mulher”, de autoria do cartunista Carlos Estevão e veiculada no periódico O Cruzeiro, na década de 50.

No mundo do humor, as aparências enganam e, ao dizerem uma coisa, os cartuns podem trazer outras. Com o tempo, a série “Ser Mulher” foi se tornando tão exagerada e absurda que sobressaiu seu componente satírico, com os homens se portando como ridículos em sua prepotência. (GOODWIN, 2013, p. 549-550)

O mecanismo discursivo no Fradinho acaba operando de forma semelhante: a enunciação é tão exagerada e absurda que torna o tom machista ridículo e desqualificado.

É válido observar, portanto, que o funcionamento da representação de estereótipos no discurso permite influências em duas direções: de um lado, percebe-se a fixação e fortalecimento do caráter opressor, machista e

depreciativo com relação à associação de elementos do universo simbólico feminino ao comportamento masculino. De outro, percebe-se, justamente o oposto, a ridicularização desse mesmo caráter opressor e machista pelo enunciado irônico. O vazio e falta de sustentação do estereótipo é apoiado, inclusive pelo desfecho do cartum, quando a personagem “mãe de Baixim” instantaneamente esquece sua irritação e desaprovação anterior e, prontamente, busca o presente que recebeu para abri-lo.

2. Exemplo 2

O próximo exemplo a ser analisado é um anúncio publicitário de um quarto de página da marca de bebidas “Scots Bard” e foi retirado também da edição de número 46 de O Pasquim. O anúncio traz os dizeres: “Eu já disse que só bebo uísque on the rocks!* (*Economize água!) Tem cada vez mais gente bebendo WHISKY Scots Bard. Special Light Whisky. Scots Bard não funde a cuca. Um produto DRURY’S. Scots Bard”.

Imagem 3 – Anúncio Scots Bard



Fonte: O Pasquim (1970)

O esquema cognitivo dos signos visuais apresenta uma mulher chorando compulsivamente e com os braços para trás. Ao seu lado um homem irritado a adverte e defende sua bebida das lágrimas da mulher. A construção sígnica permite a apreensão das noções de submissão e fraqueza da mulher, também associada aos conceitos de “chorona”, “melindrosa”, “fraca” e de “excessivamente sensível”. Do outro lado, o homem apresenta-se como duro, frio e sem sentimentos, mais preocupado com a bebida do

que com a mulher. Essa noção é corroborada, inclusive, pela enunciação “eu já disse que só bebo uísque on the rocks!” (que significa whisky com gelo) e “economize água!”.

Como o humor é produzido em sua maior parte por homens, os estereótipos comportamentais geralmente abrangem as mulheres e, no caso brasileiro, atingem bastante os homossexuais, mas podem se referir também a generalizações profissionais como, por exemplo, a de que os advogados sejam inescrupulosos ou de que os funcionários públicos não sejam afeitos ao trabalho. (GOODWIN, 2013, p. 548)

Os sentidos que circundam o discurso transparecem o contexto sociocultural e histórico daquele período e que é revelado pelos autores do anúncio. O machismo e o olhar de superioridade sobre as mulheres se torna evidente também pela sequência de enunciações: “tem cada vez mais gente bebendo whisky” e “Scots Bard não funde a cuca”, o que transmite a ideia de que, tem cada vez mais gente bebendo o whisky por causa das mulheres, que incomodam e “fundem a cuca” dos homens com seus prantos e reclamações. Esse posicionamento encontra apoio nas contribuições de GOODWIN (2013), quando afirma que os fundadores de O Pasquim

continuavam abordando as piadas de comportamento com os estereótipos vigentes, principalmente com relação às mulheres e aos homossexuais, além de, ao glorificarem um estilo de vida carioca idílico, criticarem outros “povos internos”, como os paulistas e os baianos. Foram célebres na época os embates entre os “pasquineiros” e as militantes feministas. (GOODWIN, 2013, p. 551)

A composição formada pelo desenho juntamente com o texto coloca a mulher em um lugar de ridicularização e submissão. E a representação desse estereótipo é recorrente nas produções de O Pasquim.

A mulher é tratada também como um ser superficial, de mentalidade rasa. Dotada de curvas abundantes, ou sendo “feia que dói”, seja quais forem seus atributos físicos, a inteligência atribuída lhe será pequena. Pode ser encontrada na cama ou na cozinha (ou seja, satisfazendo as fomes do homem). Mas, ao mesmo tempo que encanta os machos, exaspera os homens. Se proporciona lençóis lavados e bem passados, para em seguida amarrotá-los para o prazer do macho, pode simultaneamente dilapidar seu patrimônio, pois retratada como consumista, outros de seus cenários favoritos são as lojas e as liquidações. É um clichê gasto, mas, no humor brasileiro – produzido por homens –, é de gastar que elas gostam. (GOODWIN, 2013, p. 548).

Essas representações de estereótipos sobre as mulheres trouxeram reflexos diretos sobre a sociedade do período. Prova disso são os próprios embates com movimentos feministas mencionados por GOODWIN (2013). Percebe-se como os processos de representação de estereótipos no discurso de mídias como O Pasquim tiveram e ainda têm influência no meio social e como se faz urgente o acompanhamento desses procedimentos. Logicamente, esses processos de representação na contemporaneidade já sofreram transformações marcantes, mas é importante observar as práticas que antecederam o momento presente e que demarcaram a construção e replicação de estereótipos.

3. Exemplo 3

O próximo exemplo que será analisado é um pôster de página dupla veiculado na edição de número 47 de O Pasquim. A publicação faz menção a Mick Jagger, vocalista da banda de rock inglesa que estava no auge do seu sucesso na década de 70, The Rolling Stones. O cantor foi alvo do humor ácido de O Pasquim por causa de suas apresentações performáticas.

Imagem 4 – Pôster dos Pobres



Fonte: O Pasquim (1970)

A peça analisada apresenta o seguinte enunciado: “Poster dos Pobres n. IX. Eu não te disse que ela era meio gilete?”. É visivelmente demarcado o estereótipo do homossexual. A expressão “gilete” (ênfaticamente pela construção iconográfica da roupa completamente formada por giletes) possui uma conotação vulgar popularmente disseminada. O gilete é uma lâmina descartável de barbear que é afiada e pode cortar de ambos os lados. É justamente essa ideia de “cortar dos dois lados” que é associada ao conceito de bissexualidade, ou seja, o desejo ou atração afetiva e sexual por homens e mulheres.

O cantor teve sua masculinidade posta à prova, implicitamente, nessa publicação de *O Pasquim* – mesmo tendo relacionamento com Bianca Jagger, com quem se casou em 1971 – por causa de suas apresentações performáticas. Além disso, na década de 70, Mick Jagger comumente se apresentava com o rosto maquiado, roupas coloridas e adereços como cintos, gargantilhas e chapéus extravagantes, ou seja, ele reunia praticamente todos os elementos visuais naturalmente associados ao universo simbólico feminino, como pontuou GOODWIN (2013, p. 548) ao observar que “o homossexual masculino é visto geralmente como afetado, fútil e obcecado sexualmente”.

Tanto piadas quanto cartuns recorrem a roteiros: representações cômicas partilhadas que permitem ao ouvinte no caso da piada, ou ao leitor, no caso do cartum, entendê-los rapidamente. Para entender uma piada ou cartum, precisamos saber as intenções do humor. Os advogados são gananciosos, os escoceses são aventureiros, os gays são afeminados, os portugueses são burros, os encanadores não são confiáveis, os irlandeses vivem bêbados, os professores são distraídos, os padres são cheios de luxúria, os galeses transam com ovelhas, os médicos matam seus pacientes, os italianos são covardes, as sogras são intrometidas, os argentinos têm um ego enorme. Pode ou não haver um estereótipo correspondente, ou seja, uma crença real sobre o grupo envolvido. (DAVIES, 2013, p. 95)

Pela observação do pôster em análise, percebe-se que o ponto alvo do discurso visual concentra-se exatamente na indumentária do cantor e na sua visualidade. O objeto do estereótipo é o seu comportamento social, que vai de encontro aos padrões e modelos adotados pelo perfil machista do periódico.

a identidade é social, imaginária, representada [...] o fato de que a identidade é uma representação imaginária não significa necessariamente que não tenha amparo no real. Significa apenas que não é seu espelho, sua cópia. [...] e como consequência, o estereótipo também deve ser concebido como social, imaginário e construído, e se caracteriza por ser uma redução (com frequência negativa), eventualmente um simulacro. Assim, o simulacro é uma espécie de identidade pelo avesso – digamos uma identidade que um grupo em princípio não assume, mas que lhe é atribuída de um outro lugar, eventualmente pelo seu Outro (POSSENTI, 2013, p. 40)

É interessante observar também como os interlocutores dispostos no canto inferior direito do pôster, quase escondidos, são apresentados. Eles portam trajes convencionais e miram para a representação de Mick Jagger com olhar de estranhamento, curioso, mas com cuidado em manter a distância. Até mesmo um cachorro é representado para reforçar uma noção de unanimidade de julgamento.

Esse processo de representação de estereótipos é justamente um processo de tradução intersemiótica, conforme proposto por PLAZA (2003), segundo o qual, qualquer pensamento é necessariamente tradução. Ele defende que todo pensamento é tradução de outro pensamento, por seu caráter de transformação de signo em signo. Segundo ele, quando pensamos, traduzimos aquilo que temos presente à consciência, “sejam imagens, sentimentos ou concepções (que, aliás, já são signos ou quase-signos) em outras representações que também servem como signos. [...] qualquer pensamento requer ter havido outro pensamento para o qual ele funciona como interpretante” (PLAZA, 2003, p. 18).

4. Exemplo 4

O quarto exemplo analisado também foi retirado da edição de número 47 de O Pasquim e é um anúncio publicitário de meia página do carro de modelo Puma, da empresa Volkswagem. É interessante observar os valores simbólicos intrínsecos no discurso publicitário e que denunciam a atmosfera social daquele período. A carga semântica e semiótica do anúncio é preponderante nos signos verbais.

Imagem 5 – Anúncio Puma



Fonte: O Pasquim (1970)

O texto do anúncio já inicia com um jogo de palavras que une o nome do modelo do carro “Puma” à expressão idiomática “macho paca”, que quer dizer “muito macho” ou “macho pra caramba” e ainda (com uso de termos mais vulgares e esdrúxulos) “macho pra caralho”. O resultado da junção é “Pumacho paca”, trazendo a ideia de que o carro é direcionado “para um homem muito macho”. Nessa atmosfera semântica é demarcado claramente o machismo presente e defendido na publicação, que é reforçado no texto que se segue:

“Do Puma ninguém duvida. É macho mesmo. Potente. Agressivo. Elegante. Um carrão de impacto internacional. É tranquilamente o GT brasileiro de melhor desempenho. Pode crer: o Puma foi feito sob medida pra você. E COMVEPE sabe disso. Tanto sabe que preparou pra você um plano tão extensivo quanto o próprio carro. GRRRRRRRRRRRRRRRRRRRR..... vai lá machão! COMVEPE dá a maior força pra ver você atacando de Puma. COMVEPE Revendedor Autorizado Volkswagen. R. Uruguai, 319/Tijuca – Tels: 238-8444 e 238-7079 (PBX)”.

Fica evidente a demarcação das características do gênero masculino no anúncio com os signos verbais indiciais e simbólicos: “potente”, “agressivo”, “elegante” e “atacando”. O texto se associa a noções que remetem a valores simbólicos relacionados à dominação pelo poder e pela força, uma noção que remete, inclusive, à noção do homem enquanto animal macho que se assume e é reconhecido em sociedade pela demonstração

comportamental da selvageria de seus instintos, seguindo o exemplo do próprio animal puma, um felino mamífero e carnívoro com instintos naturais de predador.

Conclusões

Pode-se perceber, por meio da análise das peças selecionadas, como funciona a representação de estereótipos no interior do discurso do periódico O Pasquim. Também foi possível desenvolver uma reflexão e uma discussão, pelo menos inicial, sobre as influências que essa representação exerce no meio social.

É bem verdade que o humor precisa lançar mão de estereótipos para facilitar a compreensão de sua mensagem e proporcionar o riso, na medida do que é proposto por ZINK (2013):

Na verdade, não é possível, numa sociedade saturada de imagens, de espetáculos e de informação vertiginosa, numa sociedade de massa, em suma, fugir aos estereótipos. Assim, o estereótipo é, queiramos ou não, um instrumento de conhecimento. Um mapa que ajuda a ver a realidade. (ZINK, 2013, p. 47)

Entretanto, é necessário refletir sobre o papel do discurso das mídias na repercussão e fortalecimento desses estereótipos e na influência de modelos de práticas sociais, convenções e normas de comportamento repressoras e intolerantes.

O humor pode ser reacionário ou revolucionário. Ao repetir preconceitos cruéis, amaciando-os de certa forma com o “molho” da galhofa, o humor reforça estigmas. Em suas instâncias mais afiadas e criativas, provoca a reflexão junto com os risos e, ao usar os estereótipos, desnuda o seu uso. O humor põe o dedo na ferida, mas não é o instrumento que fere. É um aferidor. Afinal, a vida é uma piada. E, às vezes, rimos porque dói. (GOODWIN, 2013, p. 536)

Sabe-se que as disputas e conflitos sociais na busca pela liberdade e pela amplitude e igualdade de direitos para as mulheres e homossexuais conquistou muitos avanços nas últimas décadas, mas não se pode deixar fugir à memória e à consciência reflexiva a história recente de opressões orientadas por processos simbólicos firmados e fortalecidos por conceitos

estereotipados que tiveram como suporte representações no interior do discurso das mídias.

O exercício de volta ao passado é salutar e frutífero para o embasamento de discussões que planejem e proponham ações prospectivas. As práticas sociais de um futuro próximo dependerão das ações contemporâneas operadas com base em fundamentos e aprendizados absorvidos a partir das experiências precedentes.

As práticas do homem em sociedade são historicamente conduzidas por ideologias compartilhadas e disseminadas no cotidiano de suas operações enunciativas. E essas enunciações são fortemente influenciadas pelo discurso das mídias. Por isso, é preciso ter sempre em mente os processos superados visando à evolução do homem e o bem-estar comum, focando na união, respeito e fraternidade.

Referências

- BRAGA, José Luiz. O Pasquim e os anos 70: mais pra epa que pra oba. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.
- CHARAUDEAU, Patrick. Discurso das Mídias. São Paulo: Contexto, 2006.
- COMPAGNON, Antoine. O demônio da teoria literária e senso comum. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- DAVIES, Christie. Cartuns, caricaturas e piadas: roteiros e estereótipos. In: LUSTOSA, Isabel. (org.) Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- GOODWIN, Ricky. A monovisão dos estereótipos no desenho de humor contemporâneo. In: LUSTOSA, Isabel. (org.) Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- MAINGUENEAU, Dominique. Análise de textos de comunicação. São Paulo – SP: Cortez, 2002.
- _____. Gênese dos discursos. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- PLAZA, Julio. Tradução intersemiótica. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.
- POSSENTI, Sírio. Humor, língua e discurso. São Paulo: Contexto, 2013.
- SANTAELLA, Lucia; NÖTH, Winfried. Imagem: cognição, semiótica, mídia. São Paulo: Iluminuras, 1998.
- SANTAELLA, Lucia. Semiótica aplicada. São Paulo – SP: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- ZINK, Rui. Da bondade dos estereótipos. In: LUSTOSA, Isabel. (org.) Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

RELATOS DE CORPOS E (DES)AFETIVIDADES: MEMÓRIAS DE INSTRUÇÃO EM GILBERTO AMADO

Maria Claudia Cavalcante¹

Francis Oliveira Bezerra²

Resumo

O objetivo deste texto é percorrer os primeiros passos da construção de Gilberto Amado enquanto sujeito de saber, tomando por base o livro de memórias *História da Minha Infância* (1954) e sua narrativa acerca dos modos de ensino aprendizagem baseando-se na ideia de instrução. Buscamos também, aqui, discutir as relações de (des)afetividades construídas por Amado em seus espaços de sociabilidades escolares, procurando entender como a sua narrativa visa a construção de um ideal de intelectual moderno, que para o autor parece compor toda uma estética de cuidados de si investida na composição da imagem de intelectual. Este texto é parte do projeto de tese **A construção de um pensamento político e social para o Brasil**: em estudo dos elementos formadores do pensamento de Gilberto Amado, cujo objetivo, como próprio nome indica, é problematizar os elementos formadores do pensamento deste autor.

Palavras-chaves: Corpos, (Des)afetividades e instrução.

1 Maria Claudia Cavalcante é Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH-UFPE). Desenvolve estudos nas áreas de História e Memória e estudos de formação intelectual, em especial a trajetória intelectual de Gilberto Amado.

E-mail: mclaucav@gmail.com

2 Francis Oliveira Bezerra é Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS-UFPG). Desenvolve estudos nas áreas de Comunicação, Antropologia e Cultura Virtual. É professor pela Faculdade Maurício de Nassau/ Campina Grande (PB).

E-mail: francis_bezerra@hotmail.com.

Numa sala atijolada, com bancos altos encostados na parede, cercada por colegas de turma dos mais variados tipos e idades, assiste aula um cabrocha de cabeça grande e atarracada, gago a ponto de não conseguir entoar o hino da escola. Gilberto Amado, por volta de 1887, começou a frequentar a escola de Dona Olímpia, conhecida, em toda Itaporanga, como Sá Limpa. (AMADO, 1954, p. 85) Até então, o menino Amado tinha aprendido as primeiras letras com a mãe Donana. Naquele Brasil do século XIX, era comum a educação de crianças ser feita por mestres particulares, os chamados preceptores ou até mesmo pela mãe, caso estas tivessem algum aprendizado das letras, como parece ser o caso da mãe de Amado. A educação doméstica era reconhecida como modalidade adequada até certa idade, apesar de ser acessível a poucas pessoas.

A sala da escola abria para rua que dava logo para a lama. Os meninos saíam da escola a patinar na água barrenta. E entravam na sala com os pés enlameados, trazendo consigo excrementos e, com eles, desintéria e ameba. Alguns, iam para casa com sezões, chegando a ter ataques. “Batiam os dentes, começavam a tremer”. A professora Sá Limpa os cobria com um saco velho por detrás de uma porta. No fim da aula, eles voltavam suando e com um ar de quem saíam da escuridão, piscando os olhos. Iam pela rua trocando as pernas” (AMADO, 1954, p. 91).

Os bolos da palmatória ainda violentavam as mãos dos meninos a ponto de o mijo escorrer por entre as pernas (AMADO, 1954, p. 85-88). Para termos ideia das condições escolares vigentes no Sergipe na primeira década do século XX, basta destacar que, nas vésperas da instauração da República, o presidente da então província, Dr. Francisco Ildefonso Ribeiro de Menezes, denunciava as condições de funcionamento das escolas públicas, informando suas precárias condições de existência, enfatizando a falta de espaço e luz, os olhos nus das crianças que sentavam em tábuas ao rés do chão, onde não havia nem mesa para os professores, nem tampouco livros para os alunos estudarem. Entre os anos de 1889 e 1910, quatorze atos tentaram organizar a instrução primária no estado. Estes atos constavam as precárias condições que circundavam as práticas de escolaridade no Sergipe, fortemente denunciadas pelos presidentes que governaram o estado (OLIVEIRA, 2004, p. 75 -79). Pela narrativa de Amado, podemos inferir que mesmo sendo a escola de Sá Limpa particular, as condições de escolaridade daquele espaço de saber pareciam não se diferenciar tanto das demais escolas públicas do estado do Sergipe.

O objetivo deste texto é, como indica as linhas anteriores, percorrer os primeiros passos da construção de Gilberto Amado enquanto sujeito de saber, tomando por base o livro de memórias *História da Minha Infância* (1954) e sua narrativa acerca dos modos de ensino aprendizagem baseando na ideia de instrução. Buscamos também, aqui, discutir as relações de (des)afetividades construídas por Amado em seus espaços de sociabilidades escolares, procurando entender como a sua narrativa visa a construção de um ideal de intelectual moderno, que, para o autor, parece compor toda uma estética de cuidados de si investida na composição da imagem de intelectual. Este texto é parte do projeto de tese **A construção de um pensamento político e social para o Brasil**: em estudo dos elementos formadores do pensamento de Gilberto Amado, cujo objetivo, como próprio nome indica, é problematizar os elementos formadores do pensamento deste autor, procurando entender como tais elementos construíram suas interpretações sobre a sociedade brasileira e seu conceito de nação em meados do século XX.

Gilberto de Lima Azevedo Souza Ferreira Amado de Faria era primeiro de quatorze filhos de Ana de Lima Azevedo de Sousa Ferreira e Melchisedech de Sousa Amado. Nasceu em Sergipe, em 7 de maio de 1887 e morreu no Rio de Janeiro, em 1969. Atuou como professor, escritor, político, jornalista e jurisperito. Na década de 1950, Amado escreveu cinco livros de memórias³ que, nas suas palavras, tinham a finalidade compreender “uma vida em seus múltiplos desenvolvimentos”. No livro *História da Minha Infância*, Gilberto Amado nos apresenta a sua versão das práticas de escolaridade em Sergipe em fins do século XIX. Ali estão relatados as suas impressões sobre a escola e o internato que frequentou, as relações com seus mestres e colegas de turma, as condições de insalubridade dos espaços. Pensamos que, nessa escrita de si, Amado tece suas relações de (des)afetividades, demarca espaços, constrói a si e constrói outros.

Segundo as memórias de Amado, havia, na escola de Sá Limpa, meninos de todas as idades: seis, dez, quinze, dezoito anos... Meninos de engenho mandados tardiamente para as escolas. “Caipirinhas”, “pixains”, “cabos verdes”, “saraás”, “italianos”, outros “banguelas”, “zarolhos”, “tártaros”, “perebentos”. Havia também meninos com “umbigos grandes”,

3 AMADO, Gilberto. **Depois da Política**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960, p. 195. A série de seus livros de memórias é constituída por cinco volumes, organizados de forma linear: **História de Minha Infância** (1954), **Minha Formação no Recife** (1958); **Mocidade no Rio e Primeira Viagem à Europa** (1956) **Presença na Política** (1958), **Depois da política** (1960)

“tufudos”, “empinados”, “pendentes como quiabos no meio da barriga”. Meninos que comiam caroços de jaca e bunda de tanajura assada, além de cacos de telha nova, dos quais Amado só lembra suas panças e faces tristes (AMADO, 1954, p. 90-91). Todos esses personagens se diferenciavam do autor de *História da Minha Infância* em sua narrativa. Afinal, ele era filho do coronel Melk, dono da loja mais famosa da cidade, chefe político, homem que trouxe o teatro para Itaporanga. A professora Sá Limpa entra para as memórias de infância de Amado como um dos seres fantásticos que povoavam sua imaginação infantil, “como uma das visagens que [...] crespusculavam os olhos na primeira sonolência noturna.” (AMADO, 1954, p. 85) A mulher hidrópica, de barriga imensa, parecendo um baú dava aula de leitura e operações aritméticas. Uma educação instrutiva, na qual o objetivo para as primeiras letras era fazer com que os alunos armazenassem o básico. Segundo Durval Muniz Albuquerque Jr (2005), a educação como instrução pensava a criança como um armazém, cuja finalidade era, como a palavra sugere, armazenar a maior quantidade possível de conhecimento, levando-se em consideração apenas as faculdades de ler, escrever e contar. Esse tipo de aprendizagem visava desenvolver as capacidades e formar o “pupilo” que se tornaria o erudito, alguém com a habilidade de memorizar uma grande quantidade de detalhes raros, exóticos, pouco acessíveis à maioria das pessoas.

A instrução seria o tipo de aprendizado destinado às sociedades tradicionais, nas quais o objetivo maior era a manutenção do status quo, daí a pouca preocupação com a transformação social. Não existe, nesse tipo de ensino, lugar para ideia de formação. A ideia de formação é uma ideia moderna por excelência. Tem a ver com a ideia iluminista e positivista de evolução do espírito. A ideia de formação visa a educação integral da criança: corpo e mente disciplinados. Daí o surgimento da Educação Física como disciplina se dar, na Europa, apenas no século XIX, momento esse, em que a educação corporal é relegada ao patamar de inferioridade em relação à educação intelectual. A emancipação humana dizia respeito apenas ao espírito, daí a submissão do corpo ao intelecto. O corpo tinha um novo cárcere: a razão. “A emancipação é identificada com a racionalidade da qual o corpo, estava por definição excluído.” (BRACHT, 1999, p. 70)

Gilberto Amado não praticava Educação Física na Escola de Sá Limpa. Sua narrativa dos corpos dos outros, os diversos “outros” que se destacam em suas memórias - “banguelas”, “zarolhos”, “tártaros”, “perebentos” - indicam

que o aprendizado, baseado na ideia de instrução não se preocupava com a noção de formação corporal e, portanto, de construção de um corpo higiênico. A ideia de formação é também uma ideia de disciplinarização do exótico, do selvagem que nos habitam. É uma ideia de aprimoramento da razão. Se a narrativa de Amado acerca das práticas de escolaridade vivenciadas na sua infância dão indícios de um processo de aprendizagem baseado na noção de instrução e, portanto, pouco atento à disciplina e higienização dos corpos, não podemos nos esquecer que o Gilberto Amado que escreve suas memórias na década de 1950, é um sexagenário que, ao longo da construção de sua subjetividade, teve acesso tanto ao ensino instrutivo, quanto a uma formação baseada nos ideais iluministas, evolucionistas e positivistas aprendidos no Recife.

Gilberto Amado é esse personagem que vivenciou o período de transição entre os séculos XIX e XX, por isso sua subjetividade mescla repertórios de performances erudita e intelectual. Não é à toa que os colegas de turma desfilam no relato de Amado, caracterizados de modo a distinguir-se do autor. São “perebentos”, “tártaros”, “zarolhos”, doentes de faces tristes. O ato de rememoração sempre traz um passado novo, posto que é produto do presente. O passado a ser dito no presente é dito de outra maneira, como bem nos lembra Jeanne-Marie Gagnebin (2009), ao discutir o pensamento de Walter Benjamin. Isto é, o ato de lembrar parte do presente e, como tal, está impregnado de convenções elaboradas neste tempo histórico e do desejo que o autor possui de construir uma dada imagem de si. Gilberto Amado, quando destaca em sua narrativa, esses corpos precários, sujos, enlameados objetiva marcar seu lugar no presente como corpo higiênico, disciplinado, dotado de razão. Corpo ideal ao intelectual do século XX. A intelectualidade, nas memórias de Gilberto Amado, parece estar relacionada ao ideal de um corpo higiênico, saudável, racional, disciplinado, tal como é pensado o ideal de formação a partir da modernidade.

Assim, para demarcar seu lugar de intelectual que tem lugar no presente, posto que não baseia sua atuação apenas no armazenamento de conteúdo, mas também no cuidado com o corpo, Amado visa, acima de tudo, fugir do ostracismo a que parece ter sido relegado, dado o insucesso de seus romances. Ele almeja se salvar da morte em vida por meio da escrita de suas memórias. É o próprio Amado que, em carta de 3 de novembro de 1956 a Olívio Montenegro, fala do malogro de seus romances:

A verdade é esta. Depois de longos anos de silêncio, após o malogro dos meus romances, pensei ter terminado o que não chegou a ser sequer uma carreira literária. Em 1952, porém, encontrando-me em Paris, sobre o rigorosíssimo e intenso tratamento médico, andei desconfiado de que iria morrer. Comprei um ditafone e soltei para o aparelho em justamente vinte e oito dias aquilo que está em História da Minha Infância. Minha preocupação era deixar alguma coisa antes de desaparecer no esquecimento total.⁴

A escrita de memórias é uma luta contra morte, uma tentativa de se eternizar por meio de palavras. No caso de Amado, podemos dizer que a preocupação em destacar em suas memórias toda uma ênfase em um corpo saudável, higiênico, racional e disciplinado é também uma luta contra um corpo que, no momento de escrita de suas memórias, é um corpo convalescente, assaltado pela possibilidade da morte. Um corpo que carrega consigo não só o peso da doença, mas também o peso do malogro dos seus romances e de seu ostracismo intelectual. A preocupação de Amado com o corpo é recorrente em sua escrita memorialista. Amado, apesar de se achar feio, se preocupava com a saúde desse corpo que, apesar de feio, deveria ser um corpo saudável. Enquanto que para grande parte dos rapazes que frequentava as repúblicas de Salvador e Recife, ter marca de sífilis na pele era sinal de virilidade. Amado classificava este tipo de comportamento como “boçalidade sexual”, chegando a fugir de mulheres que carregava “moléstias do mundo”.

Dominado, desde cedo, por um senso naturalístico da vida, acreditando em micróbios, contágio, infecção, e disposto a não sacrificar definitiva e desnecessariamente a saúde, não me deixei arrastar e imolar na facilidade em que via tantos colegas se desgraçarem. Troçavam-me na sua inconsciência; não podiam compreender que eu me preservasse como o fazia. A mulata provocava-me, usava de todos os meios de atração. Defendi-me, não a deixei sequer aproximar-me. Tinha medo até do hálito distante (AMADO, 1954, p. 21).⁵

4 FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA/ARQUIVO MUSEU DE LITERATURA BRASILEIRA, Acervo Pessoal de Gilberto de Lima Azevedo Souza Ferreira Amado de Faria.

5 Conferir maior aprofundamento sobre o assunto em CAVALCANTE, Maria Claudia. **Em frente ao espelho, recompondo e decompondo cacos de si: intelectualidade e memória em Gilberto Amado** / Campina Grande, 2009.125 f.

A escrita do conjunto memorialístico de Amado também pode ser interpretada como uma luta contra a morte do conhecimento produzido entre os séculos XIX e meados do XX. Conhecimento este que fez parte da formação de Amado, mas que não possuem mais legitimidade no momento de produção de suas memórias. É o próprio Gilberto Amado que constata o contraste entre o passado de suas leituras e o presente da produção de suas memórias, quando escreve em *Depois da Política* (1960):

Comecei êste capítulo nos primeiros dias de janeiro de 1959, em Paris, enquanto um foguete cósmico dos Sovietes, depois de ter rolado à procura da lua para além da zona do silêncio, se abisma no turbilhão dos astros. (...) Os fatos que trato de reviver, as reminiscências que êles suscitam, o meio e a hora em que produziram, fogem, apagam-se da retina como relevos da paisagem sob o avião em que voamos. Clarões que nos ofuscam tornaram-se réstias fugidias. Estrondos assurdinaram-se em ruídos inaudíveis. O Passado tornou-se... “Passadinho”

Em quinze anos a Rússia, que não teve nem Copérnico nem Descartes em Laplace, senhora dos espaços, como a ciência a seu serviço, ataca os enigmas do universo. Para utilizar as forças da natureza nas estepes geladas, outrora mudas, onde os mujiques dormitavam, erguem-se colossais usinas em que os filhos daqueles mujiques, tornados engenheiros e matemáticos, comandam todas as técnicas, inventam técnicas novas, emulando-se na tensão de ultrapassar, graças à teoria as objetivações da prática. A lua banalizar-se-á dentro em pouco em ponto de parada das comunicações planetárias. (AMADO, 1960, p. 199-201).

Em 1959, a União Soviética deu início à “conquista da lua” com o projeto Luna que enviou várias naves ao satélite. A chamada Guerra Fria divide a ordem mundial entre Estados Unidos e União Soviética que disputam as lideranças ideológicas, territoriais e espaciais, desde o pós-guerra. O mundo que, no passado de Amado, tinha a Europa como modelo de civilização, de comportamentos e de formação dos intelectuais brasileiros passa a ser delineado por novos padrões de sociabilidades cujo modo de vida norte-americano chega ao Brasil pelas telas de cinema. Brasília está prestes a ser inaugurada sob os auspícios do plano de metas de Juscelino Kubitschek. É todo o florescimento do mundo da técnica que Amado ver despontando. Mundo este que o autor já vira emergir desde 1914, quando escreve a conferência *A Chave de Salomão*, texto onde já denunciava o desaparecimento do interesse pelo conhecimento das humanidades e o aparecimento dos

Estados Unidos como potência instauradora da técnica e de novos modos de comportamentos. (AMADO, 1971)

A produção memorialística de Amado é, em grande medida, uma escrita de pesar por um mundo de ideias que parecem não voltar mais, posto que não dão conta de explicar o ritmo de descobertas e transformações frenéticas no conhecimento e nas maneiras de se pensar e sentir um novo mundo. Como toda escrita de si, as memórias deste autor é uma luta contra o tempo, uma luta contra morte. Morte de leituras e teorias diversas. Morte de personagens também diversos. Morte de Amados diversos. De cada Amado que foi tocado, construído e até mesmo esquecido em cada leitura, na descoberta de um novo livro, de um novo autor. A escrita memorialista deste autor é, em grande parte, uma luta contra o seu ostracismo intelectual e de uma geração. É uma narrativa de assombro pela possibilidade da morte e, ao mesmo tempo, desejo imanente de ter seu lugar no presente, como se as palavras tivessem o poder de sedimentar uma dada existência.

Contudo, para um estudo de uma trajetória intelectual é imprescindível que voltemos ao “passadinho” do autor, para utilizarmos uma expressão do próprio Gilberto Amado. Como bem enfatiza Pallares-Burque:

A auto-imagem de um escritor famoso ou de um estadista revela alguma coisa de sua natureza, enquanto a imagem que um jovem tem de si mesmo, especialmente quando ainda não sabe o que se tornará é ainda mais importante. (PALLARES-BURKE, 2005, p. 22)

Assim, a trajetória intelectual de Gilberto Amado sugere um caminho de descoberta e por que não dizermos também de esquecimento de si para este autor. O Gilberto Amado do início do século XX não exclui o Gilberto Amado dos anos 1950, mas também não constrói uma face única para este autor, como a escrita de suas memórias almejou. Ao contrário, o confronto de suas ideias ao longo do tempo parece estilhaçar a imagem do autor sergipano.

Voltando aos primeiros anos de escolarização de Gilberto Amado, podemos dizer que esse período foi, notadamente, marcado por uma forma de aprendizado baseado na noção de instrução. Isso se repetiria no Colégio Oliveira em Aracaju, internato onde o autor diz ter estudado precariamente português, francês, geografia, aritmética e latim.

O internato entra na narrativa memorialística do autor como momento marcado por extrema violência. Um castração da infância. O esfacelamento de uma identidade que rompe os laços de pertença à Itaporanga e, com esta ruptura, o fato de ser reconhecido como filho do Coronel Melk, dono da maior loja de Itaporanga e chefe político da situação. Em Aracajú, o jovem Gilberto era apenas afilhado de seu padrinho o qual o autor denomina de “L”. Foi, em Aracajú, que Amado se deu conta de sua gagueira, estigma que, aliás, segundo Miceli (2001), acompanhou muitos intelectuais contemporâneos de Amado⁶. Em Aracaju, quem é esnobado é Amado. Ele não tinha os brinquedos que os filhos de seu padrinho tinham, nem tampouco lera os livros que os demais meninos haviam lido. (AMADO, 1954, p. 221-222).

O colégio ia-me por face a face com uma realidade diferente. Aí não se tratava de fruta fundindo-se no paladar; mas de caroço de mastigação difícil exigindo dente duro. Embalde procurar iludir a memória chamando-a a deter-se nalguma refração agradável. Tudo, ao contrário, se embacia numa opacidade fechada. Colégio interno em Aracaju, Colégio Oliveira, único aliás do Estado, tinha de internato, no sentido normal do termo, apenas o nome. Era uma casa chata de muitas janelas, junto do quartel, numa esquina no fim da rua da Frente, no caminho da Fundação. Na calçada, debaixo de uma enorme barriguda e um tamarindeiro que ensombrava, alunos externos e internos fervilhavam soltos com as moscas e mosquitos, em torno dos vendedores de frutas e dos tabuleiros de doces. A recordação não se associa a lembrança de estudo, meninos de livros nas mãos, cabeças pendidas sôbre em mesa de aula. (AMADO, 1954, p. 232-233)

O colégio aparece na narrativa de Amado apenas como experiência que o tornara homem, pois, nesse espaço, o menino Amado entrou em contato com a face perversa das pessoas, inclusive a sua. O internato em quase nada acrescentara a sua formação intelectual, uma vez que a própria direção e administração do colégio sob os cuidados do professor Oliveira parecia ser um fiasco. Segundo o autor, o diretor era um fraco que chorava sem motivos e além de tudo era mandado pela esposa e filhas (AMADO, 1954, p. 233), ou seja, nem mesmo o diretor Oliveira correspondia ao tipo de homem forte e másculo, tido por Amado como ideal para a direção de um colégio que se destinava a formar homens.

⁶ Segundo Miceli (2001), eram gogos Humberto de Campos, Lima Barreto e Hermes Fontes.

Uma experiência crucial, nesse processo, foi quando Gilberto, impedido pelo chefe dos meninos, diz ter sido obrigado a dar uma sova em um de seus companheiros, cumprindo com sua função de sentinela do quarto, largando a corda em Conradinho que quis passar sem permissão. “O menino abaixou-se, as cordas apanharam-no no rosto de maneira infeliz, o sangue jorrou.” (AMADO, 1954, p. 232). Antes do episódio do assassinato de Anníbal Theophílo (Conf. CAVALCANTE, 2009), a face instintiva e violenta de Amado já estava exposta.

De acordo com Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura (1999), a identidade da criança e do adolescente é construída a partir de elementos que incorporam o idílico e a relação com o sagrado, a partir de características como temeridade, imprudência, fraqueza e fragilidade. Foi com um ato cruel, segundo Amado, influenciado por um colega de internato, que o menino Gilberto entra no mundo adulto. O colégio interno de Aracaju entra para as memórias de Amado como um agente de defloração de sua infância, porque além de simbolizar a desterritorialização em relação ao mundo familiar, também põe Amado em contato com face má das pessoas e com a sua própria. O colégio rompe, portanto, com o mundo idílico da infância em Itaporanga, aquele mundo de meninos tártaros, zarolhos, com umbigos pendentes no meio do bucho que metiam o pé na lama. O colégio interno que, segundo Ana Maria de Oliveira Galvão (1998), era tido como casa de correção, sanatório, prisão que servia para amansar, endireitar, consertar os alunos, põe Amado frente à face selvagem daquele autor, despontando-o para o seu reconhecimento enquanto adulto.

Por meio da demarcação de lugares, espaços de sociabilidades, caracterização e relatos de des(afetividades), Gilberto Amado inicia, em *História da Minha Infância*, o percurso de construção de sua imagem enquanto homem de saber do século XIX. Seu discurso sobre a infância apresenta elementos de um modo de educar baseado no ideal de instrução. Os elementos selecionados em suas memórias perseguem o objetivo principal de construir sua imagem de intelectual racional, disciplinado, higienizado e dotado de razão. Tais ideais pareciam conferir substância ao corpo debilitado e soterrado de memórias. Um corpo e um intelecto que para fugir do esquecimento, recorre às palavras.

Referências

AMADO, Gilberto. **História da minha infância**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

_____, **Minha Formação no Recife**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1958.

_____. **Depois da Política**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

_____, **A Chave de Salomão e Outros Escritos**. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **De armazém a campo cultivável: a instrução e a formação como diferentes formas de aprendizagem e como diferentes relações com o saber e com a leitura, produzindo subjetividades e sujeitos outros**. Línguas e Letras, Cascavel/ Paraná, v. 6. N. 10, 2005, p. 249-271.

BRACHT, Valter. **A constituição das teorias pedagógicas da Educação Física**. Cadernos Cedes, ano XIX, nº 48, Agosto/99, p. 69-88.

CAVALCANTE, Maria Claudia. **Em frente ao espelho, recompondo e decompondo cacos de si: intelectualidade e memória em Gilberto Amado /** Campina Grande, 2009.125f.

GAGNEBIN, Jeanne- Marie. Walter Benjamin: estética e experiência histórica. In.: ALMEIDA, Jorge e BABER, Wolfgang (Orgs.). **Pensamento alemão no século XX. Grandes protagonistas e recepção das obras no Brasil**. Volume I. São Paulo: Cosac Naify, 2009, pp. 141-158.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. “ A palmatória era a sua vara de condão: práticas escolares na Paraíba (1890-1920). In.: FILHO, Luciano Mendes de Faria. (Org.) **Modos de Ler e formas de escrever**. Belo Horizonte: autêntica, 1998, pp 117 – 140.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo/ Rio de Janeiro, 1979, p. 56.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. **Meninos e meninas de rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha**. In.: Revista Brasileira de História [online] Set, 1999, vol 19, n° 37, 13p.

OLIVEIRA, Dilma Maria Andrade de. **Legislação e educação. O ideário reformista do ensino primário em Sergipe na Primeira República 1889-1930**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Fundamentos da Educação pela UFSCAR Santa Catarina, 2004.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

Acervo:

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA/ARQUIVO MUSEU DE LITERATURA BRASILEIRA, Acervo Pessoal de Gilberto de Lima Azevedo Souza Ferreira Amado de Faria

RESSIGNIFICANDO A MULHER NA LITERATURA ATWOODIANA: O CONTO DA AIA

Matheus Franco Fragoso¹

João Ricardo Pessoa Xavier de Siqueira²

Silvanna Kelly Gomes de Oliveira³

Resumo

O presente artigo tem como objetivo destacar questões sobre a figura feminina que circulam atualmente nos debates da nossa sociedade. Para tanto, será realizada uma análise crítico-interpretativa da obra *O Conto da Aia*, publicado em 1985, de Margaret Atwood, com a finalidade de estabelecer uma crítica à sociedade patriarcal do romance. Ressaltaremos alguns pontos relevantes encontrados no livro como corpo, memória, reprodução, estupro, tempo, comunicação e direito ao nome, com o propósito de mostrar como a figura da mulher é retratada no romance. Para tanto, teremos como arcabouço teórico Eagleton (1998), Gárcia (2011), Reguant (1996), Rabinow et al. (2006) trazendo relevantes contribuições para o estudo sobre a discussão que abrange a essência do trabalho fomentando a reflexão.

Palavras-chave: Mulher, corpo, biopoder, literatura, Margaret Atwood.

1 Graduado em Letras com habilitação em Língua em Literatura Inglesa pela Universidade Federal de Campina Grande. Professor substituto de Literatura e Língua Inglesa na Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: matheus.francofragoso@gmail.com

2 Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba e graduado em Direito pela mesma instituição. Atualmente é graduando em Letras com habilitação em Literatura e Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: jricardopxsiqueira@gmail.com

3 Mestranda em Literatura e Interculturalidade pela Universidade Estadual da Paraíba. Graduada em Letras com habilitação em Literatura e Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: silvannakelly@hotmail.com

Considerações Iniciais

Atualmente, discussões sobre aspectos considerados instáveis na cultura ocidental pós-modernidade têm sido correntes na literatura canadense. A crise moderna iniciada nos anos de 1950, devido, também, ao desenvolvimento tecnológico, levou os autores a promoverem debates acerca da cultura, economia e estrutura social em suas respectivas obras. Conforme Eagleton (1998) afirma, a pós-modernidade é um momento histórico que questiona noções clássicas do período moderno, tais como o conceito de razão, a ideia de progresso, as grandes narrativas que constituem a sociedade ocidental, dentre outros. Seguindo esta linearidade literária, temos a autora, poetisa, contista e crítica Margaret Atwood, que tem recebido grande destaque desde sua primeira publicação de coletâneas de poemas em 1966 -- até hoje são mais de quarenta livros de ficção, poesia e ensaios que circulam mundo afora em aproximadamente trinta e cinco países. Suas obras de ficção muitas vezes retratam personagens femininas dominadas por uma sociedade patriarcal, como no caso de *O Conto da Aia* (1985), em que as mulheres são vistas como meros úteros reprodutores vivendo em uma dinâmica social de autoritarismo e descarte, uma vez que elas só possuem valor enquanto ainda podem reproduzir.

Margaret Atwood nasceu em 1939, na capital canadense, Ottawa, no entanto, foi criada no norte da província de Ontário, Quebec, e na cidade de Toronto. Começou a escrever aos 16 anos. Durante sua juventude, estudou na Victoria College, graduando-se em Letras e Filosofia e, posteriormente, obteve o título de mestre em estudos literários pela Universidade de Toronto. Seguiu a carreira acadêmica como professora ministrando aulas de literatura em diversas universidades canadenses, americanas e australianas ao mesmo tempo em que seguia com a atividade de escritora.

No ano de 1985, Atwood lançou o romance *O Conto da Aia*, que trata da vida de uma comunidade em um futuro próximo na qual um governo autoritário e religioso renega a ciência e cria uma sociedade que segue à risca os preceitos bíblicos. Na República de Gilead -- antigo Estados Unidos --, a erudição fica restrita a poucos, e o único valor que a mulher possui é o poder de gerar filhos e servir aos homens. Nesse romance, a história se desenrola a partir da perspectiva de Offred, uma das aias do comandante da república e protagonista do enredo. Em sua narrativa, a personagem relata sobre sua vida cotidiana, destacando aspectos como a falta de liberdade,

perda de poder sobre o próprio corpo e as relações interpessoais dentro daquele contexto. Além disso, Offred fala sobre a obrigação de manter relações sexuais com o comandante e a imposição de uma crença religiosa pelo estado.

O Conto da Aia, de Atwood, pode ser considerado um romance de cunho feminista e distópico⁴, pois o material exerce um efeito de análise sobre a sociedade vigente e a que está por vir. Ademais, a obra de Atwood pode ser tida como uma escrita feminista, uma vez que a autora visa destacar a desigualdade social, política e econômica entre o homem e a mulher em uma sociedade futura, ao mesmo tempo em que faz o leitor ponderar sobre as diferenças atuais.

Posto isto, destacamos que o objetivo do presente trabalho é apresentar uma breve análise da obra *O Conto da Aia*, de Margaret Atwood, ressaltando alguns pontos relevantes encontrados no livro como corpo, memória, reprodução, estupro, tempo, comunicação e direito ao nome com a finalidade de mostrar como a figura da mulher é retratada no romance.

Atwood: O Feminismo e a escrita para outras mulheres

O feminismo é um movimento que pode ser definido como uma tomada de consciência das mulheres como coletivo humano em detrimento da exploração, dominação e opressão de que foram e ainda são e estão submetidas até os dias atuais (GARCIA, 2011). A literatura de Atwood pode ser considerada feminista, pois através de sua escrita a autora torna-se capaz de conscientizar os leitores sobre a situação enfrentada pelas mulheres em uma sociedade patriarcal.

Em sua obra *A Odisseia de Penélope*, de 2005, Atwood enfatiza a situação na qual as escravas naquele período (aproximadamente 3.000 a.C) estavam submetidas devido ao poder e status social da figura masculina. No livro, as escravas formam um coro composto por doze mulheres que, através de versos e prosa, narram os acontecimentos de *A Odisseia de Romero* e todo o sofrimento imposto a elas sobre uma ótica feminina da história. As escravas ao longo de todo o texto chamam a atenção do leitor para a forma como elas eram tratadas por serem mulheres e pobres; elas estavam

4 De acordo com Campelo (2003), distopia é: \boxtimes uma forma de experimentalismo que isola certas tendências sociais e as exagera para dar visibilidade às suas qualidades mais negativas.

sujeitas a abusos físicos, emocionais, sexuais e psicológicos os quais para a época eram considerados comportamentos sociais aceitáveis. A denúncia e a tomada de consciência por parte das escravas na Odisseia de Penélope torna o leitor capaz de repensar o papel da mulher como sujeito durante grande parte da história ocidental.

Em contrapartida, a narrativa de O Conto da Aia ocorre em um futuro próximo, período no qual um governo totalitário toma posse do território que um dia fora os Estados Unidos. As mulheres ficam completamente restritas às atribuições domésticas e reprodutivas em pleno século XXI -- fator bastante surpreendente, tendo em vista as diversas conquistas que foram obtidas ao longo dos últimos anos. No caso da obra de Atwood, de 1985, os acontecimentos do passado parecem se repetir novamente, assim como Garcia (2011) afirma:

[...] ao longo da história da sociedade ocidental, muitos discursos de legitimação da desigualdade entre homens e mulheres foram produzidos. A mitologia e as religiões são bons exemplos. Na Grécia Clássica e na tradição judaico-cristã Pandora e Eva respectivamente desempenham o mesmo papel: o de demonstrar que a curiosidade feminina é a causa das desgraças humanas e da expulsão dos homens no Paraíso. (GARCIA, 2011, p. 12)

O Conto da Aia tem uma correlação intrínseca com as ideias de García (op. cit), pois a partir da imposição de um governo totalitário as mulheres tiveram seus direitos aniquilados e passaram a viver praticamente como em séculos passados devido a uma imposição de uma crença religiosa e a um governo o qual não dá voz às mulheres.

Em uma breve analogia entre A Odisseia de Penélope e O Conto da Aia, temos a figura feminina sofrendo represálias pelo homem na sociedade na qual estão inseridas devido à organização patriarcal. Em ambas as obras atwoodianas, pode-se perceber até onde se estende o controle e domínio sobre as mulheres por parte dos homens.

Considerando a teoria feminista radical da década de 1970, Reguant (1996) define o poder do patriarcado como:

Forma de organização política, econômica, religiosa, social baseada na ideia de autoridade de liderança do homem, no qual se dá predomínio dos homens sobre as mulheres. Dos maridos sobre as esposas, do pai sobre a mãe, dos velhos sobre os jovens, e da linhagem paterna sobre a materna. O patriarcado surgiu da

tomada de poder histórico por parte dos homens que se apropriaram da sexualidade e reprodução das mulheres e seus produtos: os filhos, criando ao mesmo tempo uma ordem simbólica por meio de mitos e da religião que o perpetuam como única estrutura possível. (REGUANT. 1996, p. 20)

Tanto na obra de 1985, quanto na obra de 2005 evidenciam-se traços do poder patriarcal sobre a mulher. Trata-se de sociedades controladas por homens e para suprir com as necessidades masculinas.

Tratando-se do romance *O Conto da Aia*, é importante destacar que as mulheres são inclusive impedidas de terem seus próprios nomes, sendo esses originados a partir do nome do comandante ao qual o servem. Além disso, as mulheres devem seguir um estilo de vida recatado, usando roupas discretas e portando-se conforme as regras impostas pelo estado totalitarista, religioso e patriarcal.

A presença do biopoder em *O Conto Da Aia*

O biopoder faz-se presente de forma evidente em *O Conto da Aia*, visto que na República de Gilead o governo democrata foi derrubado e substituído por uma representação política totalitária. Um dos aspectos que chamam a atenção em relação a esse estado é que, assim como em outros governos totalitários, a ideologia política tomou posse rapidamente da forma de pensar de seus cidadãos, e esses parecem aceitar e acreditar nas imposições do governo sem grandes contestações.

Todavia, durante o século XVII, também nos Estados Unidos, uma forma bastante semelhante ao governo totalitário de Gilead se fez presente principalmente na costa leste do país: o puritanismo, que empregava, nas primeiras colônias da nação, uma doutrina baseada na palavra bíblica. Em suma, na sociedade puritana a mulher era responsável pelas tarefas domésticas e o homem seria o provedor da casa. Entretanto, as duas partes deveriam seguir a palavras de Deus ou corriam o risco de sofrerem repressões vindas da igreja. O episódio das Bruxas de Salem retrata a intolerância do puritanismo nos primórdios da sociedade americana. Percebe-se ainda a intertextualidade da obra de Atwood em relação à obra de Nathaniel Hawthorne (*A letra escarlate*), na qual se retrata a exclusão da mulher considerada adúltera por parte de uma sociedade impregnada de puritanismo religioso. A marcação e punição para o pecado/crime de adultério consistia na aposição

da letra **A** em tom vermelho às vestes da mulher. Em *O conto da Aia*, o vestuário das aias é vermelho, e por suas vestes elas são reconhecidas e diferenciadas em relação aos outros membros da sociedade.

À luz do biopoder, *O Conto da Aia* se enquadra principalmente quando temos uma sociedade que obedece a certas regras impostas pelo governo que tão só produz uma padronização e determina a forma de subjetivação do indivíduo. Baseado em conceitos foucaultianos, uma das possíveis definições para biopoder apresentada por Rabinow et al. (2006) é:

Modos de subjetivação, através dos quais os indivíduos são levados a atuar sobre si próprios, sob certas formas de autoridade, em relação a discursos de verdade, por meio de práticas do self, em nome de sua própria vida ou saúde, de sua família ou de alguma outra coletividade, ou inclusive em nome da vida ou saúde da população como um todo. (RABINOW et al. 2006, p. 29)

Na obra *O Conto da Aia*, as mulheres ficam sujeitas às imposições vindas do governo, que dizem como elas devem viver. Embora desde o princípio da civilização seja de praxe os estados terem algum documento que oriente ou regulamente as leis de um país, no caso do governo de Gilead temos um poder político totalitário, que exerce grande influência sobre a forma como a população deve agir. Isto é, o governo restringe a maneira como as pessoas devem viver através da imposição de normas e/ou padrões de conduta os quais os cidadãos não devem desviar; caso contrário esses sofrerão punições. Tais imposições repercutem não só no modo como se estabelecem as relações interpessoais, mas reverberam principalmente nos corpos dos cidadãos, individualmente considerados, concretizando a anulação/apagamento das subjetividades em prol de um modelo estatal que prima pela opressão do indivíduo.

O Conto da Aia: Ressignificando a mulher na obra atwoodiana

A obra de Atwood é tecida de uma maneira brilhante. O enredo é representado em um futuro próximo, onde a democracia norte-americana não mais existe. As mulheres ficam impossibilitadas de trabalharem, terem seu próprio dinheiro, não podem manter relações afetivas, lerem ou escreverem, tendo até a comunicação restrita. Segmentadas em estratos sociais (Esposas, Marthas, Tias, Econoesposas, Não-Mulheres e Aias), as aias cabe a função exclusiva da reprodução, todas as mulheres em idade fértil são,

obrigatoriamente, enviadas para a casa de comandantes com a finalidade de gerar crianças.

A narrativa é contada por Offred, uma aia, cuja significância do nome remete ao comandante 'Fred' da casa onde reside. Of em inglês significa 'de', e nesse caso remete à posse; 'fred', segunda parte do nome, é como se chama o comandante, ou seja, o nome significa 'de Fred'. Assim temos a narradora, um personagem sem direito à identidade e nome próprio:

Meu nome não é Offred, tenho outro nome que ninguém usa porque é proibido. Digo a mim mesma que isso não tem importância, seu nome é como o número de seu telefone, útil apenas para os outros; mas o que digo a mim mesma está errado, tem importância sim. Mantenho o conhecimento desse nome como algo escondido, algum tesouro que voltarei para escavar e buscar, algum dia. (ATWOOD, 2006, p. 105)

Apesar de ter sido imposta um novo nome e, conseqüentemente, uma nova identidade – devido ao meio no qual a narradora está inserida—a mesma, ao logo de toda a história, faz uso do recurso de flashback, retomando memórias do passado quando seu nome e identidade refletiam a imagem de outra mulher, que agora está resguardada por conta da situação opressora em que vive:

Estou em nosso primeiro apartamento, no quarto. Estou parada diante do armário, que tem portas dobradiças de madeira. Ao meu redor sei que está vazio, toda a mobília foi retirada, os assoalhos estão nus, não há nem sequer carpetes, mas mesmo assim o armário está cheio de roupas. (ATWOOD, 2006, p. 93)

Na citação acima, a narradora traz à tona memórias antigas que ainda a acompanham nessa fase da vida. Por ainda manter uma relação íntima com sua identidade do passado, Offred retrata o tempo presente como algo enfadonho, pois, diferente dos dias de outrora, ela se encontra desanimada, já que não há muito que fazer e os minutos parecem se arrastar em Gilead. Os afazeres domésticos e a reprodução são as únicas funções as quais as mulheres estão permitidas a realizarem, sobrando, assim, uma grande quantidade de tempo ocioso no qual Offred não consegue preencher com facilidade, tendo em vista que até a comunicação é restrita, o tédio se instala na vida da aia com facilidade.

Há tempo de sobra. Esta é uma das coisas para as quais não estava preparada — a quantidade de tempo não preenchido, o longo parênteses de nada. Tempo como som de ruído fora de sintonia. Se ao menos eu pudesse bordar. Tecer, tricotar, alguma coisa para fazer com as mãos. (ATWOOD, 2006, p. 87)

Impedida de realizar atividades que pudessem entreter a mente e dar impressão de que o tempo passasse mais rápido, Offred sentia dificuldade em se acostumar àquela nova rotina, cujas ações eram fiscalizadas restritivamente. Um bom exemplo de como as aias eram observadas encontrasse no seguinte trecho: «Podemos ir ao banheiro se levantarmos a mão, embora haja um limite para quantas vezes por dia [...]» (ATWOOD, 2006, p. 90). O controle sobre a vida em Gilead toma proporções absurdas ao ponto de se contabilizar as vezes que as mulheres frequentam o banheiro. O fato de o banheiro ser um local costumeiramente sociável na cultura ocidental leva a pensar que este cômodo poderia acabar criando vínculos de fraternidade entre as mulheres, que poderiam desembocar em atos de rebeldia contra o estado.

Como já explanado anteriormente, o estado de Gilead seguia uma perspectiva fundamentalista baseado em preceitos bíblicos, portanto, tudo que destoava da palavra de Deus era tido como «herege». No caso da reprodução, sabe-se que no século XXI – período no qual a história é narrada -- a ciência deu grandes passos em diversos aspectos. Não obstante, o estado totalitário excluiu diversas tecnologias, dentre elas as que envolviam a reprodução humana, pois eram percebidas como «práticas ilegais» a partir da perspectiva bíblica.

A necessidade do que eu poderia chamar de serviços de reprodução humana já era reconhecida no período pré-Gilead, no qual estava sendo atendidas inadequadamente por «inseminação artificial», «clínicas de fertilidade», e pelo uso de «mães de aluguel», que eram contratadas com esse propósito. Gilead tornou ilegais as duas primeiras opções, considerando-as irreligiosas, mas legitimou e executou a terceira, que era considerada como tendo precedentes bíblicos; assim substituíram a poligamia serial, comum no período pré-Gilead, pela forma mais antiga de poligamia simultânea, praticada tanto nos tempos primitivos do Velho Testamento bem como no antigo estado de Utah, no século XIX. (ATWOOD, 2006, p. 358)

Uma das técnicas de reprodução artificial mais moderna dos últimos tempos foi banida pelo governo de Gilead, pois ciência e religião nem sempre andam de mãos dadas. Sabe-se que a inseminação artificial não requer o contato físico direto entre dois corpos, evitando assim a realização do ato sexual. Entretanto, por se tratar de um método científico para a reprodução, essa tecnologia foi marginalizada, dando vez a uma forma de arcaica e que, devido à imposição religiosa a todos daquela nação, adotou-se o método tradicional. Método por sua vez que infringe o direito de posse, controle e autonomia do corpo já que as mulheres são forçadas a manter relações sexuais com homens com a única finalidade de reproduzir. Portanto, é possível afirmar que o estupro era algo aceitado Gilead.

Minha saia vermelha é puxada para cima até minha cintura, mas não acima disso. Abaixo dela o Comandante está fodendo. O que ele está fodendo é a parte inferior de meu corpo. Não digo fazendo amor, porque não é o que ele está fazendo. Copular também seria inadequado porque teria como pressuposto duas pessoas e apenas uma está envolvida. Tampouco estupro descreve o ato: nada está acontecendo aqui que eu não tenha concordado formalmente em fazer. (ATWOOD, 2006, p. 117)

Na descrição acima, Offred relata o momento no qual ela mantém relação sexual com o comandante. Embora a personagem pareça estar conivente como o que ocorre, ela não sabe bem como classificar ou descrever o ato de violência. Contudo, é possível perceber que nesse caso temos um estupro de fato, tendo em vista que aquele ato sexual foi algo que a personagem não escolheu acontecer naquele dado momento -- foi algo imposto que foge do controle da narradora--, apesar de saber que aquilo estaria por vir. Ademais, percebe-se que a personagem durante o estupro não mais tem controle sobre o próprio corpo devido a situação na qual se encontra:

Acima de mim, em direção à cabeceira da cama, Serena Joy está posicionada, estendida. Suas pernas estão abertas, deito-me entre elas, minha cabeça sobre seu estômago, seu osso púbico sob a base de meu crânio, suas coxas uma de cada lado de mim. Ela também está completamente vestida. Meus braços estão levantados; ela segura minhas mãos, cada uma das minhas numa das dela. Isso deveria significar que somos uma mesma carne, um mesmo ser. O que realmente significa é que ela está no controle do processo e portanto do produto. (ATWOOD, 2006, p 117)

A fim de evitar qualquer forma de prazer, envolvimento ou até mesmo fuga da personagem que está sendo estuprada, temos a esposa do comandante, que naquele momento, como bem apontado por Offred, está no controle da situação. Nessa descrição temos a mulher, Ofred, em uma posição completamente vulnerável sobre o domínio do comandante e sua esposa. A narradora encontra-se incapaz de reagir ao ato e, assim, sem qualquer chance de escolha, espera o término do estupro.

Considerações Finais

Conforme apresentado, O Conto da Aia é um livro muito bem elaborado e concebido quando levamos em conta a ótica pós-modernista presente na literatura canadense. As convenções adotadas pela autora faz o leitor analisar de forma crítica a situação do passado, presente e futuro de nossa sociedade, lançando um olhar à questão do status da mulher na sociedade. Além disso, o livro trata de assuntos pertinentes, como poder, autoritarismo, corpo, violência, estupro, memória, dentre outros. Todos esses aspectos colocam Margaret Atwood como uma das escritoras canadenses que melhor retrata o papel da mulher na literatura. Por fim, ressaltamos que o texto de atwoodiano transgride, pois a escrita da altura traz para mais perto do leitor problemas de reflexão social por intermédio de discussões históricas e ideológicas feitas em torno das fronteiras do papel de gênero na nossa sociedade. Assim, o terreno torna-se fértil para lançar um olhar crítico-interpretativo sobre escritura da autora canadense.

Referências

ATWOOD, Margaret Eleanor. (1939). **O Conto da Aia**. Trad. Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco, 2006. _____. **A odisseia de Penélope**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CAMPELLO, Eliane. **A visão distópica de Atwood na literatura e no cinema**. Interfaces Brasil/Canadá (Belo Horizonte) 1.3 (2003): 1- 14.

EAGLETON, Terry. **As Ilusões do PósModernismo**. Trad. Elisabeth Barbosa. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1998.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve História do Feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

HAWTHORNE, Nathaniel. **A Letra Escarlata**: texto integral. Trad. Sodre Viana. São Paulo: Martin Claret, 2006.

RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. **O conceito de biopoder hoje**. In: Revista de Ciências Sociais n. 24, p. 27-57, Abril de 2006.

REGUANT, Dolores. **La Mujer no Existe**. Bilbao: Maite Canal, 1996. In: SAL, Victoria. **Diccionario Ideológico feminista**, vol. II, Barcelona: Icaria, 2001.

“BELA, RECATADA E DO LAR”: A CASA-GRANDE E OS ESPAÇOS DO FEMININO NAS OBRAS DE JOSÉ LINS DO REGO

Olindina Ticiane Sousa de Araújo¹

Resumo

O presente texto analisa as personagens femininas e os espaços de construção de suas identidades nas obras de José Lins do Rego, *Menino de Engenho* e *Meus Verdes Anos*. Sobre estas condições, objetivamos apresentar as múltiplas faces das mulheres abastadas ou desfavorecidas em termos econômicos, ao ponto de tecer fios unidos por semelhanças ou embaraçados pelas discrepâncias existentes entre as relações de gênero imersas nas literaturas citadas. Sobre os espaços da casa, torna-se necessário evidenciar os lugares de convívio coletivo e/ou particular, a exemplo da cozinha, quarto dos santos, sala de jantar, pensando estes ambientes, enquanto dimensões da privacidade, como lugares impregnados por relações de poder e diferenciação entre as representações de gênero. Este trabalho dialoga com o PIBIC² *As Maneiras de Morar na Obra de José Lins do Rego* e estar norteado pelos referenciais teórico de Michel de Certeau e Roger Chartier.

Palavras-Chave: Casa-Grande, História, Literatura, Mulheres, Sociedade.

1 Graduanda em História Licenciatura pela Universidade Estadual da Paraíba. É aluna bolsista do projeto de pesquisa PIBIC/UEPB sobre a orientação da Professora Dr^a Maria do Socorro Cipriano. E-mail: ticiane2606@hotmail.com

2 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

Introdução

Mediante a necessidade de se pensar os lugares do feminino na história e na literatura, o presente texto busca identificar as construções destes espaços e como as representações do feminino se redefinem ao longo da história e nas narrativas literárias de dois romances de José Lins do Rego: *Menino de Engenho* e *Meus Verdes Anos*.

Sendo assim, temos por objetivos apresentar os diferentes contornos femininos, sejam eles de condições abastadas ou desfavorecidas economicamente, e as formas com as dimensões do privado são erguidas conforme as impressões particulares e características atribuídas, principalmente, pelas representações do masculino e feminino no contexto do patriarcalismo conservador, vivenciado no interior da Casa-Grande.

Pois, torna-se importante estabelecer a compreensão acerca do contexto, da importância dos papéis sociais destas mulheres destacadas no corpo do texto e da cartografia de seus lugares indiciados pelas relações de objeto-corpo nas construções de suas identidades.

A Arte de Combinar Clio com a Literatura de Rego

Firmado nos alicerces de uma perspectiva da História Cultural, as discussões norteadas pela a História e a Literatura, neste caso, nos permitem promover uma compreensão e idealização dos espaços da Casa-Grande entre os séculos XIX e XX, contexto sociocultural e histórico caracterizado pelo patriarcalismo e a decadência econômica do ciclo do açúcar, no nordeste.

Pensamos estes espaços da casa e da sociedade como objetos que nos falam sobre os destinos e lugares construídos para as identidades do feminino e masculino, além de permitir reflexões e compreensões acerca das hierarquias de gênero estabelecidas entre os sujeitos, condições estas, desde já, sem respeitar as escolhas sexuais e opiniões singulares.

Além das definições e determinações do social, observa-se que a vivência na Casa-Grande e os símbolos contidos nestes ambientes falam e representam com detalhes os seus habitantes. Por isso que os romances de José Lins do Rego (*Menino de Engenho* e *Meus Verdes Anos*) nos impulsionam a traçar cartografias desses espaços representados e construídos

mediante as relações do que deve ser entendido como feminino e o que deve ser característica da masculinidade.

Os diálogos estabelecidos entre historiografia e literatura visa identificar as organizações, separações de espaços, papéis sociais, familiares e domésticos existentes entre homens e mulheres do século passado, estes ainda reverberantes em muitas situações do contemporâneo. Desta forma,

Meio a esse complexo caleidoscópio de imagens e representações, cabe-nos reunir e aproximar informações, às vezes, dispersas, fragmentadas e afastadas, interpondo-as e transpondo-as ao buscar inteirar-se de um mundo que foi e não é mais e as suas circunstancialidades, na procura de assimilar, digerir e interpretar os sinais que se dão a ler (...) (BORGES, 2010, pp. 106).

Contudo, nos enredos ficcionais são apresentadas inúmeras representações do feminino expressas, na maioria dos casos, como personagens sem grandes significados, pois a intencionalidade do autor não está direcionada aos focos de luzes pertinentes as diversas figuras femininas de suas obras, porém, nas entrelinhas da narrativa imaginária suas atuações são extremamente notórias e acabam contornando as cenas em virtude dos comportamentos particulares existentes.

Nas mesmas proporções de apresentação, as imagens do masculino ganham traços opostos, superiores e firmadas pelas relações de poder e dominações patriarcais também expressas abertamente por hábitos e valores que insistem em permanecer. Isto pode ser exemplificado quando: “Na grande sala de jantar estendia-se uma mesa comprida, com muita gente sentada para a refeição. O meu avô ficava do lado direito e a minha tia Maria na cabeceira”. (REGO, 2008, pp. 41).

A intermediação de História com a própria Literatura de José Lins do Rego resulta em uma significativa evidência de elementos que mostram as várias circunstâncias das representações de gênero da época passada, pois os seus romances possuem um teor de autobiografia, caso observado por críticos literários.

Sendo assim, esta comunicação não tem a pretensão de buscar a verdade sobre o passado, apenas promover uma leitura possível mediante uma imaginação real. “Nessa medida, é a História que formula as perguntas e coloca as questões, enquanto que a Literatura opera como fonte. (...) Não se trata, no caso, de estabelecer hierarquia entre História e Literatura, mas sim de precisar o lugar de onde se faz a pergunta”. (PESAVENTO, 2008, pp.83).

Logo, as narrativas históricas se ressignificam e permitem dialogar com outras fontes, a exemplo dos romances do ciclo do açúcar observados neste texto. Literatura esta que permite acessar uma época, as sensibilidades, identificar valores, ideias do outro e de si, estilos e condições de uma representação do real por meio do imaginário.

Feitas Para Casar ou Causar

Donas do lar, figuras responsáveis por quase tudo que se dizia respeito à educação dos filhos e filhas, desde a alfabetização até a transmissão dos valores importantes a uma determinada esfera do social e econômico, submissas às representações de pai e marido, em aspectos econômicos e políticos, impotentes na trajetória do mundo rural patriarcal do século XIX e início do XX, educadas para casar e administrar os afares domésticos.

Talvez estas inumeradas características falem sobre mulheres abastadas do período patriarcal conservador presa à sombra e ao silêncio de uma subordinação do masculino. Devia-se seguir o recato e os bons modos femininos para, assim, obter com êxito os caminhos do matrimônio. Nestes modos,

Educadas estritamente para saberem lidar com o ambiente doméstico, de modo a desenvolver um perfil próprio de esposa, as moças da classe alta e média na sociedade brasileira dos séculos XVIII e XIX viviam, desde cedo, à espera de um marido. Chegava a puberdade e já era tempo das meninas deixarem os lares, de infância tão pouco vivida, para dedicar-se a nova vida de casada. (PONTES, pp. 44).

De fato, a decência e os bons modos seriam virtudes determinadas às mulheres antes e após o matrimônio. De acordo com Michelle Perrot (2003, pp. 15), “A mulher ‘tal como deve ser’, principalmente a jovem casadoura, deve mostrar comedimento nos gestos, nos olhares, na expressão das emoções, as quais não deixará transparecer senão com plena consciência”.

A vida de solteira não era condição desejada pelas moças de família, pois se preferia viver sobre “as rédeas” de um marido, do que do pai ou irmão mais velho. Restavam educar-se para a vida religiosa ou para os caminhos do matrimônio. Recaía sobre as mulheres a obrigação de serem boas esposas e excelentes gerenciadoras dos afazeres domésticos.

Para isto e por isso que, principalmente, as casadouras deveriam se afastar de todas as companhias impróprias ou viverem perseguidas pelas opiniões públicas da época. Segundo a Carla Pinsky, devia-se:

(...) evitar a todo custo ser taxada de “leviana”, “vassourinha” ou “maçaneta” (...), mantendo-se dentro dos limites reservados “às moças de família”, ou seja, aquelas que os homens procuravam para esposa, fiéis, recatadas e puras. Em outras palavras, mais fáceis de manejar e perfeitamente enquadradas. (...) as moças precisam proteger a sua reputação, pois estão sob a mira de olhares vigilantes. O recato e a virtude continuam a ser qualidades morais obrigatórias nas candidatas à esposa. (PINSKY, 2014, pp. 58).

Os casamentos das filhas de senhores de engenho aconteciam na Casa-Grande e não nas capelas ou igrejas próximas, de acordo com os romances mencionados. A casa do pai da noiva se enfeitava, ganhava pintura nova e algumas mobílias. Os preparativos se iniciavam meses antes e a fartura de comida e bebida alegrava a festa dos noivos. Segundo a narrativa de *Meus Verdes Anos*:

Havia pintores de Pilar e da Paraíba para limpeza da casa. Os retratos da parede desciam para um banho de ouro-banana nas molduras. As cadeiras da sala de visitas ficavam no alpendre com o negro Nubião no verniz. O jardim todo tratado com roseiras florindo e crótons a vicejar. (...) Engarrafavam os quintos de vinho que se compraram na Paraíba. As garrafas de champanha entulhavam-se na despensa. Viera louça nova em barricas enormes. A Casa-Grande já não cabia tanta gente. (REGO, 2008, pp. 104).

O bom comportamento, a expressão angelical, o perfil ideal da mãe, esposa e dona do lar exemplar pairam sobre uma das personagens de *Menino de Engenho*. Clarisse, filha do senhor de engenho, assume as características tidas como essenciais às mulheres casadouras antes e após o casamento, quando: “(...) Junto dela eu não sentia necessidade dos meus brinquedos. Dona Clarisse, como lhe chamavam os criados, parecia mesmo uma figura de estampa. Falava para todos com um tom de voz de quem pedisse um favor, mansa e terna como uma menina de internato”. (REGO, 2008, pp.20).

Entretanto, outras ganham um diferencial e contornos ousados por romperem com os padrões, a exemplo da negra Zefa Cajá, sem posses e presente nos dois romances. Percebe-se que a beleza desta mulher se

mistura aos prazeres e necessidades, sendo vista como símbolo de sedução e desejo do masculino no engenho. Segundo Vainfas (2010, pp. 116), são “mulheres que, apesar de oprimidas e abandonadas, souberam construir sua identidade e *amansar* os homens (...)”. Já que, ao mesmo tempo ganha independência por não ter a representação masculina gerenciando sua vida, ideias e comportamentos.

Assim, percebe-se que ambas as mulheres assumem papéis e delimitam espaços diferenciados de acordo com os padrões, sejam econômicos, sociais ou culturais. A vida doméstica gira em torno delas, independente de serem ricas e pobres ou negras e brancas. O recato e os caminhos do matrimônio repousam no desejo de muitas mulheres da época, mas a beleza e o brilho de ambas redefinem a ousadia daquelas que preferem romper com a normalidade do desejo matrimonial e simplesmente causar, em vez de casar.

Espaços da Casa, Cartografias do Feminino (?)

A Casa-Grande, este espaço operatório de observação, traz em cada quina das paredes, formas das mobílias, organização dos interiores, divisões dos aposentos, vestígios de seus habitantes, dialogam com os visitantes e inquietam aqueles que se atrevem a fazer (re)leituras acerca das maneiras de morar/viver no século XIX e XX. Assim, os lugares da casa, independente dos materiais usados para a construção, contam histórias, expressam valores, costumes, ideias do outro, figuram os personagens e contornam as divisões de gênero.

Se habitar um lugar significa deixar rastros, então o ser humano deixa expresso em suas construções sólidas (casa) personalidades próprias, individuais ou coletivas que garantem definir seus traços de acordo com os contornos dados a sua moradia e registra as suas impressões. “A casa da gente é antes de tudo o lugar em que a gente se sente em paz onde se repetem dia a dia os gestos elementares da arte de fazer. É um lugar próprio que, por definição, não poderia ser o lugar de outrem”. (CERTEAU, 1998, p. 203).

As divisões da casa, criadas de acordo com as necessidades de privacidade e bem-estar, falam sobre os moradores. “A casa vai além da estrutura física que combina piso, paredes e teto: ela é a extensão da vida de quem nela habita. Cada indivíduo vivencia histórias no interior do espaço construído, o

que torna a arquitetura um lugar repleto de significado”. (BARROS; COUTO, 2012, pp.98).

Pois, a casa é fruto de olhares múltiplos, adaptações e mudanças ocorridas nos diferentes contextos socioeconômicos. Sendo assim, a casa se divide entre ambiente de afetividade, aconchego e a necessidade constante de investir para alcançar o conforto pessoal ou familiar. Como lugar de refúgio, segundo a Zabalbeascoa (2013, pp. 55), “O lar, como edificação, nasceu graças ao fogo (...). O refúgio do homem organizou-se sempre em torno do calor do lar”.

É na privacidade da casa que o ser humano se sente parte integrante daquela família, se for o caso. É também nos cômodos da casa que este mesmo ser humano habitualmente realiza as suas práticas cotidianas e lá constrói constantemente suas identidades, se abriga contra os perigos do mundo para além do alpendre, calçada, rua, demarcando seu território e redefinindo suas impressões nas cores, mobília, alimentação, vestuário, ritos cotidianos, organização dos objetos e regras ditadas aos passantes. Por isso, de acordo com Certeau, a casa tem a função de abrigar, porque “aqui o corpo dispõe de um abrigo fechado onde pode estirar-se, dormir, fugir do barulho, dos olhares, da presença de outras pessoas, garantir suas funções e seu entretenimento mais íntimo”. (CERTEAU, 1996, p.174).

O uso e o desuso desses cômodos se dão conforme as necessidades individuais ou coletivas dos sujeitos. Tais ideias não passam despercebidas nos romances de José Lins do Rego, principalmente *Menino de Engenho* e *Meus Verdes Anos*, ambos desenham nos pormenores os espaços da Casa-Grande do engenho Corredor e outros. Nela estão contidos elementos que permite aguçar novos olhares acerca da vida doméstica, nos anos anteriores ao nosso, a partir do hábito de dialogar História com Literatura.

Logo, se trata de um retrato literário da Paraíba do século XIX e inícios do XX, de uma região responsável por abençoar com fratura as plantações de Cana-de-açúcar dos ricos senhor de engenho. Entretanto, vivendo já anos de uma notória crise de produção e safra do açúcar.

Os aposentos da Casa-Grande sejam eles cozinha, quarto dos santos ou sala de jantar trazem em si, nas narrativas literárias de Rego, lugares contornados e idealizados para a atuação do que é entendido como “coisas de mulher”. Espaços quase predestinados a sua presença, organização e responsabilidade para com os arranjos domésticos, assumindo condutas exigidas pelo sexo oposto.

Nitidamente, se nota que a representação do masculino cartográfica a geografia dos lugares construídos para o feminino e ditam as regras na maioria dos casos. “A Casa-Grande do Corredor não girava em torno da senhora como o Gameleira do dr. Lourenço em torno da tia Maroca”. (REGO, 2008, pp.35).

Desta maneira, observa-se que a sociedade patriarcal tradicional edificou o mito de dependência da mulher para com o homem. Entretanto, apesar dos movimentos que discutem a autonomia e valorização feminina, segundo Silva (2010, pp.136), “parte das mulheres continuam presas- muitas têm consciência- ao regime de dependência”.

Em ambas as narrativas, no que diz respeito à religiosidade, mostra-se de responsabilidade das mulheres, sendo pouco interesse masculino, o ofício de ensinar as crianças do engenho a rezar. Em *Meus Verdes Anos e Menino de Engenho*,

“(...) insistindo com a tia Maria para que me ensinasse as rezas, o padre-nosso, a ave Maria, a salve rainha. Chegou-me mecanicamente o hábito de rezar”. “A minha tia Maria cuidava de ensinar a mim e os moleques, as rezas que ainda hoje sei. O meu avô, nunca o vi rezando”. “Havia no engenho uma parenta nossa chamada Carolina, que rezava o terço no quarto dos santos (...). Os moleques aprendiam reza com ela, que nos levava todas as noites, depois da ceia, para as rezas e benditos”. (REGO, 2008, p. 94,69,111).

Não havia o hábito cotidiano pela reza, principalmente entre os homens, mas observa-se certo compromisso para com os aspectos religiosos no engenho.

“(...) o quarto dos santos vivia fechado. Não havia no engenho o gosto diário da oração (...) mas pagava-se muita promessa, (...) E mesmo meu avô não era um devoto. A religião dele não conhecia a penitência e esquecia alguns dos mandamentos da lei de Deus. Não ia à missas, não se confessava mas em tudo que procurava fazer lá vinha um *se Deus quiser* ou *tenha fé em Nossa senhora* (...)”. (REGO, 2008, pp. 69-70, grifo nosso).

Na sala de jantar, no momento das refeições, nota-se a predominância do senhor como a liderança dentre todos. O respeito e as relações de poder entre homens e mulheres se mostram na posição dos acentos diante da grande mesa, quando:

Na grande sala de jantar estendia-se uma mesa comprida, com muita gente sentada para a refeição. O meu avô ficava do lado direito e a minha tia Maria na cabeceira. Tudo o que era para se comer estava a vista: cuscuz, milho cozido, angu, macaxeira, requieijão. Não era, porém, somente a gente da família que ali se via. Outros homens, de aspecto humilde, ficavam na outra extremidade, comendo calados. (REGO, 2008, pp.41).

A sala de jantar é mais um dos ambientes da casa onde encontramos as marcas do feminino expressas na organização das louças, pratos e talheres, nos arranjos, nas cortinas e toadas que decoram este cômodo.

A cozinha espaçosa, acolhedora, criativa funcionava como o coração da Casa-Grande. Ricos e pobres, negros e brancos, homens e mulheres se encontravam neste ambiente para realizar as trocas afetivas, as relações de poder e as conversas paralelas sobre os mais variados assuntos comentados nos arredores do engenho e da cidade grande. “As brancas deitadas, dando as cabeças para os cafunés e a cata de piolhos (...)”. Brancos e negros se encontravam sempre naquela fábrica de fogos acesos (...). As notícias chegavam primeiro na cozinha (...)”. (REGO, 2008, pp.37/132).

Estando presente em toda arquitetural habitacional, a cozinha ganha importância na medida em que as necessidades alimentares exigem transformações ou adaptações no ambiente. Entretanto, observa-se que ao longo da história as atividades realizadas na cozinha foram efetuadas por mulheres, empregadas e escravas. Condição imposta e, na maioria dos casos, aceita sem muitas resistências. Em *Menino de Engenho*,

A velha Generosa cozinhava para a casa-grande. Ninguém mexia num cacareco da cozinha a não ser ela. E viessem se meter nos seus serviços, que tomavam gritos, fosse mesmo gente da sala. – quem quisesse mandar na cozinha que viesse para a boca do fogo. (REGO, 2008, pp.87).

A naturalização dos espaços domésticos como lugar do feminino decorre de um conjunto de padrões corporais, valores, funções sociais e atitudes diversas que terminam por determinar a identidade de gênero, associando os objetos existentes nesses espaços ao corpo feminino, havendo até uma difícil dissociação entre as práticas e as representações de gênero. Ou seja, entende-se neste contexto o universo feminino limitado exclusivamente a casa, enquanto que a representação do masculino ganha às dimensões de dentro e fora da moradia.

A liderança da figura masculina se faz presente nas duas obras, quando o personagem Carlinhos visualiza o avô Paulino com a pessoa mais importante, desfazendo, assim, das tias que são responsáveis pela sua criação. “Olhava eu o meu avô como se fosse ele o engenho. A grandeza da terra era a sua grandeza. Fixara-se em mim a certeza de que o mundo inteiro estava ali dentro”. (REGO, 2008, pp.55).

Sendo assim, os atributos domésticos no espaço da Casa-Grande direcionados as mulheres são muito diferentes daqueles conduzidos aos homens, e o que se vê é a forma de apropriação da territorialidade doméstica. Esse véu de feminilidade recai nos objetos, nas práticas domésticas cotidianas, nas ordens destinadas aos empregados, nos detalhes e organização da mobília da cozinha e quartos, principalmente. De fato, vemos estas mulheres protagonizam com sucesso aquilo que insiste em passar despercebido: os espaços da feminilidade na Casa-Grande do senhor de engenho.

Considerações Finais

Concluimos com a seguinte pergunta: Quais características determinam o que deve ser entendido como atitudes e deveres do masculino e feminino, principalmente em uma sociedade patriarcalista conservadora do século passado? Os músculos, força, comportamentos, responsabilidades, brutalidade, hormônios, corpo, o tom da voz, a vestimenta, tudo que fuja das “coisas de mulheres”.

De fato, ainda vivemos sobre parâmetros pensados pelo e para o masculino, porque a sociedade cria, redefine e caracteriza os sujeitos de acordo com o gênero e a sexualidade sem respeitar as escolhas, as particularidades plurais ou singulares, as construções e desejos individuais. Assim, o sujeito que corresponde aos elementos dessa masculinidade assume uma condição de superior e condutor da vida social, política e econômica, por exemplo.

Todavia, as identidades são criadas mediante os diferentes contextos e representações multifacetadas do social. Os conflitos de identidades ocorrem no momento a qual as opiniões individuais e/ou coletivas entram em choques. Ou seja, quando um grupo de indivíduos, contidos dentro de um mesmo sistema interno, reagem com insatisfação ao que é imposta pelas outras esferas ideológicas, priorizando, na maioria das vezes, uma sexualidade como normalizadora em detrimento de outras.

Assim, não só por meio da literatura, mas a partir das observações sociais, notamos que o corpo feminino se conecta aos domínios da vida doméstica como se não houvesse uma separação entre objetos e corpos. Indiscutivelmente, a representação do feminino nas obras ganham destaques em virtude das tramas e se desenvolverem basicamente nos espaços da Casa-Grande. Sendo ou não intencionalidade do autor, o mesmo acabou por também cartografar os espaços do feminino em seus romances e assim nos conceder a liberdade de ler estas mulheres.

Referências

BARROS, A. A; COUTO, M. E. de Gusmão. Hábitos no habitar: um estudo sobre os hábitos de morar em diferentes perfis habitacionais. **Oculum Ensaios**. Campinas. p.96-101. Jul-dez, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br>> Acesso em: 20 maio 2016.

BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: Algumas considerações. **Revista Teoria da História**. Goiás-GO. Ano 1, n. 3. P. 94-109, jun.2010.

CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano: morar, cozinhar**. V 2. Petrópolis: Vozes, 2011.

DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres no Brasil. In:___ VAINFAS, Ronaldo. **Homoeristismo Feminino e o Santo Ofício**. 9º ed. 2º impressão. São Paulo: Contexto, 2010, pp. 115-140.

MACHADO, J. C. S; SANTIAGO, I. M. F. L; NUNES, M. L.S. (orgs.) Gêneros e Práticas Culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares. In:____ SILVA, Antonio de Pádua da. **Perfis das Personagens Mulheres da Literatura Brasileira de Autoria Feminina: dependência, vingança, solidão**. Campina Grande: editora EDUEPB, 2010, pp. 133-152.

PINSKY, Carla Bassanezi. **As Mulheres dos Anos Dourados**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PONTES, Maria das Neves Alcântara de. **O Perfil Feminino em Menino de Engenho, de José Lins do Rego: uma abordagem sócio-linguística-cultural nos anos 30- de Casa-Grande à Senzala**. PG Letras 30 anos. Vol. I (1), pp. 39-53. Disponível em:<<http://www.pglettras.com.br/Anais-30>> Acesso em: 26 jan 2016.

REGO, José Lins do. **Menino de Engenho**. 96ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

REGO, José Lins do. **Meus Verdes Anos**. 8ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

SILVA, Sergio Gomes da. **A Crise da Masculinidade**: uma crítica à identidade de gênero e à literatura masculinista. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 2006, 26 (1), pp. 118-131. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v26n1/v26n1a11.pdf>> Acesso em: 28 jan 2016.

ZABALBEASCOA, Anatxu. **Tudo Sobre a Casa**. Tradução Maria Alzira Brum Lemos. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

CONCEITUAÇÕES LUKACSIANAS SOBRE A TIPOLOGIA DO HERÓI: MACABÉA, UMA HEROÍNA PROBLEMÁTICA

Sheyla Maria Lima Oliveira¹

Resumo

Este artigo tem como foco principal analisar o perfil problemático da personagem Macabéa, no livro de Clarice Lispector: *A hora da estrela*, publicado em 1977. A abordagem mostrará a heroína Macabéa que vive um conflito de inadequação, marcado pelas observações do narrador Rodrigo S.M. O romance será analisado à luz do conceito do herói problemático ou demônio formulados por Georg Lukács, presente na obra *Teoria do romance* (2000). Também utilizaremos, quando necessário, os conceitos de Walter Benjamin no ensaio *O narrador* (1994), no qual o filósofo nos fala do indivíduo isolado, angustiado e fragmentado, que está representado no romance moderno. A análise, por conseguinte, se acerará do conceito da construção da identidade feminina a partir dos conflitos interiores de Macabéa. A obra em estudo ainda tematiza o conflito entre o “eu” e o mundo, dando voz às marcas de individualidade do sujeito, traço dominante no romance moderno. Nossa pesquisa é de cunho bibliográfico.

Palavras-Chave: Macabéa, feminino, interioridade, conflitos, Lukács.

¹ Especialista em **Educação em Direitos Humanos** e, em **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça**, ambas pela UFPB; Licenciada em **Letras-Português** pela UEPB. Assessora Técnica Pedagógica da Secretaria de Educação e Cultura de João Pessoa.
Email: oliversheyla@hotmail.com

Introdução

Quando lemos e analisamos o romance moderno vemos que este se renova permanentemente, e que não é mais possível construir, como na epopéia antiga, um herói clássico regido pela valentia, fortaleza e senso de justiça. É isto, aliás, que nos conta Walter Benjamin.

Para o crítico, o fim da narrativa deriva dos novos modos de produção do capital, que exige agora uma nova forma de narrar. Dessa forma, segundo o autor, surge o romance que, nascido no seio das forças burguesas, tratará de expor os limites e as possibilidades do homem moderno. Assim, o romance, segundo Benjamin (1994), vai representar o indivíduo isolado, angustiado e fragmentado, ou seja, em oposição à ideia de totalidade propugnada pela epopéia.

Neste âmbito, se acha a escrita fragmentada de Clarice Lispector. A autora explora o fluxo da consciência das personagens para fazer valer o isolamento do eu em relação à exterioridade do mundo. Este isolamento se torna muito marcante na obra *A hora da estrela*, publicada em (1977), quando a personagem Macabéa é representada numa relação de total inadaptação com o mundo. Nesta perspectiva, a teoria crítica do herói problemático, formulado pelo húngaro Georg Lukács em seu livro *Teoria do Romance* (2000), caberá perfeitamente em nossa análise na abordagem do percurso problemático da personagem Macabéa.

Para a elaboração de sua obra, Lukács parte da distinção do mundo da epopéia, para depois tratar do mundo do romance. Desta forma, o teórico desenvolve os conceitos de herói épico e herói problemático.

Para Walter Benjamin (1994) o surgimento do romance vai culminar com a morte da narrativa. O narrador retira da experiência o que ele sabe, enquanto que o romance não tem essa característica. O romancista descreve o incomensurável numa vida humana, desse modo, o romance encontra na burguesia, no capitalismo nascente, o terreno propício ao seu desenvolvimento.

O romance se desenvolve a partir de uma situação na qual indivíduos isolados estão postos em condições de uma escassa partilha de valores comunitários, característica marcante do romance moderno. “A origem do romance” escreve Benjamin, “é o indivíduo isolado, que não pode mais exemplarmente falar de suas preocupações mais importantes e que não recebe conselhos nem sabe dá-los” (Benjamin, 1994, p. 201). A

nossa personagem em estudo é fruto destas forças romanescas, uma vez que Macabéa esta longe de ser um exemplo ou um modelo a ser seguido. Isolada, feia, ignorante, a personagem, numa última palavra, aparece inábil e incapaz de reconhecer-se e ser reconhecida pelos valores do mundo.

Em um mundo dominado pelas forças do mercado, com suas ideologias cegas, mas sedutoras, Macabéa sentia-se permanentemente apartada deste mundo. Precisamente a não compreensão de si nas várias esferas da vida, enquanto mulher, nordestina, pobre e feia em um mundo, como nos diz Lukács, “desalmado”, desencadeará todo o sentido de sua problemática enquanto heroína.

Em *Lukács e a Literatura* (2003), Maria da Glória Bordini salienta ainda que, como ideia e mundo são entidades separadas, surge o que Lukács chama de herói problemático, uma vez que ele percebe o ideal como algo inacessível, inexistente na realidade e vê a prática sempre como um problema. Nesse sentido Bordini nos apresenta:

Num mundo abandonado por Deus, o homem, entregue ao demônio, na sua fúria consegue elevar-se sobre a inércia a que tende a existência satisfeita consigo mesma. Batendo-se contra a “transparência vazia”, esse herói só pode vislumbrar a plenitude, mas não a alcançar. (BORDINI, 2003, p. 45)

Georg Lukács (2000) apresenta esse herói demoníaco a partir do idealismo abstrato, ao tratar desse assunto ele defende que:

O caráter demoníaco do indivíduo problemático que, combativo, sai a campo é claramente manifesto, mas ao mesmo tempo sua problemática interior vem à luz de modo menos gritante; à primeira vista, seu fracasso no contato com a realidade tem mais a aparência de um mero fracasso exterior. O demonismo do estreitamento da alma é o demonismo do idealismo abstrato. (LUKÁCS, 2000, p. 99)

Em *A hora da Estrela* (1998), Lispector narra à história da personagem Macabéa, uma nordestina pobre vivendo “em uma cidade toda feita contra ela” (LISPECTOR, 2008 p. 15). É fazendo uso de predicativos como feia, pobre, ignorante e solitária, que o narrador Rodrigo S. M. descreve nossa protagonista. Macabéa ainda carrega em si as marcas do êxodo rural, representando assim o problema da migração e da péssima adaptação do nordestino ao meio urbano do sul do país, onde ele se choca com diferentes valores sócio-econômico-culturais.

Nesse sentido, as ideias do húngaro Georg Lukács surgem como suporte para a interpretação em torno do percurso investigativo da personagem Macabéa, onde se procura evidenciar o caráter problemático da inadequação entre a sua interioridade e o mundo exterior, advindo do conceito do idealismo abstrato formulado na *Teoria do romance* lukacsiano.

Assim, nosso trabalho aqui consiste, fundamentalmente, em abordar a problemática do herói lukacsiano na protagonista do romance social de Lispector, *A hora da estrela* (1998), que, será referido no trabalho pela sigla HE. A análise desta heroína será pautada no seu discurso, bem como nas observações e comentários do narrador Rodrigo S. M. que faz um relato distante, crítico e protocolar da personagem Macabéa. O narrador é onisciente, ou seja, se apresenta apontando as limitações da personagem Macabéa, a fim de tencionar ao máximo o fosso entre a heroína e as expectativas do mundo.

A análise, por conseguinte, se acercará do conceito da construção da identidade feminina a partir dos conflitos interiores de Macabéa, os quais decorrem de uma certa expectativa em relação aos atributos ideais femininos. Analisaremos esses embates, revelados na obra, através do perfil da nordestina (feia, pálida, sem educação etc.), que não corresponde aos atributos femininos apregoados pelo mercado. Este preconiza a beleza exterior, o *status* e a boa fala. Macabéa, entretanto, não possui nenhum destes atributos.

Clarice Lispector: da prosa intimista a tônica do social em Macabéa

Massaud Moisés (2008) ao falar do Modernismo, na obra *História da Literatura Brasileira* reporta-se à obra de Lispector afirmando que: “a ficção de Clarice Lispector, rebelde ao artifício, pulsa duma ‘verdade’, a verdade específica da Arte, em que a Vida, o Mundo e o ‘eu’ se representam e se reconhecem.” (MOISÉS, 2008, p. 347).

Com efeito, a linguagem experimental de Lispector e a técnica do intimismo intenso trouxeram uma renovação inegável à produção literária. Em relação ao tema, Bosi escreve: “o uso intensivo da metáfora insólita, a entrega ao fluxo da consciência, a ruptura com o enredo factual têm sido constantes do seu estilo de narrar.” (BOSI, 2003, p.424). Como vemos, Bosi revela a linguagem incomparável da escritora através da qual as personagens femininas aparecem marcadas pelo conflito interno, mas este, ao contrário

das abordagens eminentemente psicanalíticas, não está desarticulado dos papéis sociais que condicionam as suas existências.

A propósito dos escritos clariceanos, Antonio Candido afirma que “Lispector procura fazer da ficção uma forma de conhecimento do mundo e das idéias” (CANDIDO, 1970, p. 126). Desse modo, a palavra em Lispector se torna constantemente uma busca existencial do próprio eu.

Ao contrário das obras anteriores de Lispector, HE (1998) explicita problemáticas sociais marcando, como já acentuamos, a situação do migrante nordestino numa metrópole do Sudeste onde o capitalismo é quem dita às regras. Assim, Macabéa traz à tona uma alienação cultural e uma marginalização social que são agravadas pela sua condição de mulher. A partir desse momento cresce, na ficção de Clarice Lispector, uma preocupação com o social, paralela à construção de gênero numa relação com um mundo dominado pelas estruturas de poder. Diante do papel que a obra representa socialmente o narrador Rodrigo S. M., empenhado em provocar o desconforto, adverte ao leitor – este supostamente rico e acomodado – sobre os mecanismos de escapes e da vida massacrante da média burguesia:

Se o leitor possui alguma riqueza e vida bem acomodada, sairá de si para ver como é às vezes o outro. Se é pobre, não estará me lendo porque ler-me é supérfluo para quem tem uma leve fome permanente. Faço aqui o papel de vossa válvula de escape e da vida massacrante da média burguesia. Bem sei que é assustador sair de si mesmo, mas tudo que é novo assusta. (LISPECTOR, 1998, p. 30).

O último romance lispectoriano incorpora e desenvolve temas que parecem sempre terem sido preocupação de Lispector, e que refletem essa sociedade burguesa-capitalista, tais como o problema da representação do feminino, o conhecimento através de uma linguagem literária socialmente engajada e a marginalização das classes sociais oprimidas, encarnada na personagem Macabéa. Através da personagem, o narrador focaliza o problema da desigualdade de classe “constato que a pobreza é feia e promíscua.” (LISPECTOR, 1998, p. 22).

Para Antonio Candido (1970), o escritor não é apenas um indivíduo capaz de exprimir sua originalidade, mas alguém que desempenha um papel social e corresponde a certas expectativas dos leitores. Lispector faz isso muito bem, já que provoca uma reflexão em torno da tensão eu e realidade. Neste ponto, poderemos perguntar: quantas Macabéas não existem

por ai? Em seu livro *Literatura e sociedade* (1970), Candido enfatiza: “verdade que a literatura é também um produto social, exprimindo condições de cada civilização em que ocorre.” (CANDIDO, 1970, p. 29). Nessa perspectiva, a obra assume a dimensão do social onde o externo se torna interno mantendo-se, dessa forma, uma relação dialética entre texto e contexto. Vejamos mais uma vez o que nos diz o crítico: “o externo (no caso o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno.” (CANDIDO, 1970, p. 13).

A nordestina que inquieta o narrador, encarna essas forças sociais desiguais: marginalizada, oprimida e migrante, Macabéa faz parte da galeria de mulheres que ficaram à margem da indústria da beleza e do *status* que a sociedade materialista impõe. Lispector, trilhando por outros caminhos ao apresentar a garota do interior tragada pelo turbilhão da cidade grande, nos fala dessa escrita diferenciada que utiliza em HE, através do narrador-personagem Rodrigo S.M.:

Transgredir, porém, os meus próprios limites me fascinou de repente. E foi quando pensei em escrever sobre a realidade, já que essa me ultrapassa. Qualquer que seja o que quer dizer “realidade”. [...] É. Parece que estou mudando de modo de escrever. Mas acontece que só escrevo o que quero, não sou um profissional – e preciso falar dessa nordestina senão sufoco. (LISPECTOR, 1998, p. 17).

A representação das personagens femininas nas obras clariceanas

Na década de 1960 surgiram grupos que contestavam a cultura e os costumes da sociedade daquela época, os quais eram questionados. O movimento feminista é fruto dessa contracultura, o qual favorecia igualmente a rebeldia nesse contexto histórico que fortaleceu a luta pelo avanço da liberdade e emancipação da mulher. Clarice Lispector não participou ativamente dessas lutas, mas, através de sua escrita inovadora, visto que a literatura é também uma força de resistência, testemunhou esse momento histórico, denunciando várias problemáticas sociais, inclusive a terrível ditadura militar. Nessa perspectiva, a escrita clariceana com suas personagens majoritariamente femininas, fazia parte das mudanças de paradigmas pelas quais passavam as mulheres das décadas 60 e 70. Maria José Somerlate Barbosa em *Clarice Lispector: des/fiando as teias da paixão* (2001) faz uma leitura

da obra clariceana, através da qual afirma que a literatura de Lispector ultrapasa os limites impostos pela sociedade patriarcal:

A sua literatura apresenta, concomitantemente, a resistência das personagens à norma patriarcal e aos parâmetros sociais que levam as mulheres a incorporarem os mecanismos opressores a que elas tentam resistir. Vistos por essa perspectiva, seus textos se tornam contrapontos que desestabilizam qualquer posição de dominação até mesmo dentro do texto. (BARBOSA, 2001, p. 12).

Gotlib em sua obra *Clarice: uma vida que se conta* (1995), nos informa que foi através da emergência da crítica feminista nos Estados Unidos e na Europa durante a década de 1970 e com as discussões na sociedade brasileira sobre a questão da mulher e seu papel social, que surgiu os estudos que enfocam a questão do feminino e a dimensão feminista lispectoriana.

Sônia Roncador na obra *Poéticas do empobrecimento: a escrita derradeira de Clarice* (2002) nos explica que com o tempo e com as mudanças histórico-sociais a aparência física das heroínas clariceanas vai sofrendo alterações, passando de uma mulher estudada, bela e idealizada pertencente à classe média, – podemos citar como exemplo a personagem Ana do conto “Amor” na obra *Laços de Família* (1960) –, para uma mulher que possui imperfeições físicas, pobre, marginalizada e nada atraente do tipo Macabéa, do romance aqui analisado HE (1998).

Sabemos que a escrita feminina “rasura” o universo pensante masculino. A partir dessa visão aos poucos Lispector abriu as portas da literatura brasileira à perspectiva feminina com uma narrativa marcada por personagens transgressoras, mulheres em conflito, dilaceradas pela dúvida, contraditórias e intensas.

Podemos considerar a personagem Ana de *Laços de Família* (1998) como uma tradicional pequena burguesa que tem preconceitos gestados na e pela sociedade da década de 50, faltando-lhe uma consciência crítica: “No fundo, Ana sempre tivera necessidade de sentir a raiz firme das coisas.” (LISPECTOR, 2008, p.19). Para a personagem central do conto “Amor” o casamento dava sentido à sua vida. O modelo feminino aparece pautado pelos valores da sociedade patriarcal, que impunha ao ser social das mulheres a obrigação de ser mãe e esposa. Em suma, através destes papéis as mulheres poderiam ser reconhecidas socialmente.

Como a maioria das personagens femininas de Lispector, a narrativa de Ana é interiorizada a fim de visibilizar o sofrimento interno da personagem,

pois esta se sente necessitada por espaços mais igualitários na sociedade dos anos 60. O anseio pela igualdade suscita as “náuseas”, que levam a personagem a pensar sobre esse mundo que a cerca e, a compreender melhor o seu “eu” interior desejante.

Diferente de Ana, a protagonista de HE (1998), não sabe nada, vive apartada do mundo a sua volta, não se questiona. A técnica do fluxo de consciência de Macabéa, como bem já dissemos, é apresentada pelo narrador, além disso, a nordestina não possui os dotes femininos valorizados pelo mercado: “Ninguém olhava para ela na rua, ela era café frio.” (LISPECTOR, 1998, p. 27). Macabéa é considerada problemática porque não corresponde em nada aos valores projetados pela sociedade de consumo do Rio de Janeiro. O que é mais grave: a personagem nem se quer dar conta de seus problemas porque é incapaz de refletir: “Nem se dava conta de que vivia numa sociedade técnica onde ela era um parafuso dispensável.” (LISPECTOR, 1998, p. 29). Este trecho é chocante porque traduz todo o poder compressor de uma estrutura e a dispensabilidade da personagem. Em HE (1998), Lispector opta por um perfil feminino outro, ou seja, negativo, totalmente construído às avessas do esperado, do socialmente aceitável. Esta construção, sem dúvida, explicita o fosso entre o sujeito e a degradação do mundo.

Ora, a situação de Macabéa está em consonância com os conceitos de Lukács (2000). Na obra de Lispector, observamos que o conflito entre os valores autênticos (a busca de sentido das personagens) e o mundo (capitalista) inautêntico é trágico porque é insuperável, na medida em que não percebemos nenhuma força social capaz de transformar o mundo e realizar os valores autênticos. Nesse sentido, o conflito não encontrará solução. É o que destaca Samuel (1985) ao tratar das elaborações de Lukács:

Lukács estuda a forma romanesca caracterizando a existência de um herói problemático, isto é, o romance seria a história de uma investigação degradada (ou demoníaca), pesquisa de valores autênticos num mundo inautêntico (degradado). E se caracterizaria pela ruptura insuperável entre esse herói e o mundo, quando se dariam duas degradações: a do herói e a do mundo. (SAMUEL, 1985, p. 108-109).

Macabéa buscava amor, acolhimento, sinceridade, valores eminentemente autênticos, mas a heroína nordestina não os alcançava devido à realidade (inautêntica) na qual estava inserida e isso para Lukács (2000) é insuperável.

Embora as obras sejam de épocas diferentes, – ou seja, cada uma das personagens femininas de Lispector tem sua particularidade, de classe e de valores, – tanto Ana como Macabéa enfrentam um problema em comum que é estar na condição feminina. Há então um sofrimento particular na qualidade de ser mulher. No caso da nordestina, o que agora nos interessa de perto, é este sofrimento que decorre de um mundo degradado, tornando Macabéa um ser inadaptável, mesmo grotesco e cômico, sendo, por excelência, um herói problemático.

Macabéa: uma heroína demoníaca do idealismo abstrato

Para Bordini (2003), “A obscura sujeição a realidade existente, privada de significação para o indivíduo determina o caráter problemático do herói do romance.” (BORDINI, 2003, p.24). Desta sorte, HE (1998) apresenta Macabéa com um “eu” dilacerado diante de um mundo no qual a heroína não encontra seu lugar.

As frustrações do mundo de Macabéa e o seu destino trágico constituem as estruturas formais do romance das quais Lukács nos fala. São justamente essas forças sociais de caráter contraditório que são descobertas em HE (1998) por Lispector, onde a personagem Macabéa encarna classes sociais marginalizadas pela sociedade moderna da época, pois a moça nordestina, migrante, ignorante, e profundamente solitária, é também mulher apesar de às vezes não se dar conta “A mulherice só lhe nasceria tarde porque até no capim vagabundo há desejo de sol” (LISPECTOR, 1998, p. 28).

A nordestina adorava Marilyn Monroe, por considerar a artista como uma mulher amada e exaltada como modelo de beleza e símbolo sexual: “Sabe o que eu mais queria na vida? pois era ser artista de cinema [...] Adoro as artistas. Sabe que Marilyn Monroe era toda cor de rosa?” (LISPECTOR, 1998, p.53). Nesse trecho da obra podemos observar que Macabéa aparece como juguete das forças de produção do mercado. Ela deseja ser a imagem cultuada pela sociedade, por achar que só assim seria aceita no mundo, e quem sabe assim as pessoas iriam sorrir para ela na rua? A adoração por Marilyn Monroe também traduz uma divergência existente entre as suas intenções e a realidade que lhe é hostil. Na *Teoria do romance (2000)* Lukács nos fala: “O caráter estranho e hostil que o mundo interior e o mundo exterior apresentam um para o outro não é abolido de forma alguma, mas unicamente reconhecido como necessário.” (LUKÁCS, 2000, p.83).

Tão ingênua que quem conhece a história de Macabéa, sente vontade de proteger a moça do mundo. Isto porque o ideal da personagem – tornar-se Marilyn Monroe – expõe uma problemática de superação inalcançável, pois o mundo se torna maligno para a classe apartada na qual se encontra Macabéa. Estaria ela impotente e indefesa diante de uma realidade reificada.

Georg Lukács na *Teoria do romance* (2000) acentua que a psicologia do herói romanesco tem caráter demoníaco. Na personagem Macabéa esse caráter aparece precisamente pela inadequação entre a sua interioridade e o mundo exterior – tão enfatizada nesse trabalho – mas vale salientar que a nordestina não tem consciência que há essa oposição, ela não se realiza interiormente, por isso não protesta de verdade contra esse mundo exterior que não está preparado para receber Macabéa. Sua alma permanece imóvel, sem qualquer capacidade para aprender onde segundo Lukács: “Nem dúvida, nem busca, nem desespero capaz de a fazer sair de si e de a mover podem nascer nela, e os combates vãos e grotescos que trava para a sua realização no mundo exterior mantêm-se sem nenhuma influência sobre ela.” (LUKÁCS, 2000, p.120).

Ao analisar a personagem lispectoriana de caráter demoníaco percebemos que nenhum processo de enfrentamento por parte dela é possível. Macabéa era destituída não só de pensamento, mas também de ação: “Sua vida era uma longa meditação sobre o nada”. (LISPECTOR, 1998, p.38). A heroína problemática era impotente, pois para ela a realidade não significava nada. E se por algum momento Macabéa guardava sonhos em sua interioridade, talvez fosse um sinal de protesto contra a realidade rude da moça, mas se era, este se fazia surdo. Embora inconsciente, essa moça que “nunca se viu nua porque tinha vergonha” (LISPECTOR, 2008, p. 22) encarna na sua pessoa uma contradição social que determina o seu trágico destino.

Com base nas teorias Lukacsianas, percebemos que o herói problemático ou demoníaco está predestinado ao fracasso. O fracasso é uma característica estrutural do romance, pois são as forças sociais que se emancipam das intenções do escritor, determinando assim o destino do herói. Em HE é Macabéa que se torna objeto dessas forças sociais, ela que encarna uma classe em luta funde-se com a contradição social: “Enquanto isso, Macabéa no chão parecia se tornar cada vez mais uma Macabéa, como se chegasse a si mesma,” (LISPECTOR, 1998, p. 82)

O que vai selar o caráter problemático de Macabéa é justamente a sua inaptidão para a vida, uma vez que a nordestina se apresenta como

uma heroína incapaz de lutar, de interagir com os outros, de seduzir e até mesmo de pensar. Assim, a protagonista é destruída pelo mundo que ela não entendia e só realiza o sonho de ser estrela na hora da morte: “Então – ali deitada – teve uma úmida felicidade suprema, pois ela nascera para o abraço da morte.” (LISPECTOR, 1998, p. 85). Assim, mediante as teorias de Lukács, Macabéa conteria a força demoníaca do herói problemático, uma vez, como demonstramos que a relação inadequada com o mundo objetivo é crescentemente agravada por uma realidade cada vez mais aparente. Por isto, a forma romanesca é como afirma Lukács, estruturalmente irônica porque a falta de correspondência entre alma e realidade é absolutamente insuperável.

Considerações finais

O presente trabalho teve em vista apresentar as ideias do húngaro Georg Lukács, bem como a concepção de romance moderno de Walter Benjamin, que serviram como suporte para interpretar o percurso investigativo da personagem Macabéa do romance *A hora da estrela* (1998) de Clarice Lispector. Através das formulações de Lukács procuramos destacar na personagem Macabéa o caráter problemático da inadequação entre a sua interioridade e o mundo exterior, advindo do conceito do idealismo abstrato formulado na *Teoria do Romance* (2000). Através do fluxo de consciência encaminhado pelo narrador Rodrigo S.M. e do discurso da própria Macabéa evidenciamos um conteúdo problemático que muito se afina com as formulações de Lukács.

Este mundo degradado, na obra em estudo, trata de apresentar diferenças sociais, às vezes vinculadas à questão do feminino. Com efeito, a personagem Macabéa, imigrante do sertão alagoano, feia, pobre e ignorante, é por excelência um herói problemático.

Enfim, este perfil de herói problemático desenvolvido nas teorias de Lukács descreve com propriedade os valores do romance moderno que se encontra marcado pelo conflito e pela solidão. Clarice Lispector ressalta todos os aspectos desse romance através do fluxo de consciência e de sua linguagem fragmentada. Concluímos então que Macabéa, condenada à obscura sujeição da realidade existente, tem o seu caráter problemático determinado, pois a nordestina encarna os conflitos sociais até mesmo na hora de sua morte.

Referências

ARÊAS, Vilma. **Clarice Lispector com a ponta dos dedos**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2005. Disponível em: < <http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/e00006.htm> > Acesso em 10 de setembro de 2012 as 18h00minh.

BARBOSA, Maria José Somerlate. **Clarice Lispector: Desafiando as teias da paixão**. Porto Alegre: EDPUCRS, 2001.

BENJAMIN, Walter. **O narrador – Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov**. In: *Magia e técnica*. Arte Política. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORDINI, Maria da Glória. (Org.), [et al.]. **Lukács e a Literatura**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. 41º Ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 1970.

GOTLIB, Nádya Battela. **Os difíceis laços de família**. São Paulo, 1994.

_____. **Clarice uma vida que se conta**. São Paulo: Ática, 1995.

LISPECTOR, Clarice. **A hora da estrela**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

_____. **“Amor” in. Laços de Família**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LUKÁCS, Georg. **A Teoria do Romance**. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

MOISÉS, Massaud. **História da Literatura Brasileira**. Vol. III. Modernismo. Edt. Cutrix LTDA. São Paulo – SP. 2008 6ºed.

RONCADOR, Sônia. **Poéticas do empobrecimento: a escrita derradeira de Clarice**. São Paulo: Annablume, 2002.

SAMUEL, Rogel. **Arte e Sociedade**. In: *Manual de Teoria literária*. Petrópolis: Vozes, 1985.

FRONTEIRAS DA SEXUALIDADE: OS LIMITES DO CORPO E A MENTE ANDRÓGINA DO NARRADOR DE *INSCRITO NO CORPO*, DE JEANETTE WINTERSON

Silvanna Kelly Gomes de Oliveira¹

Matheus Franco Fragozo²

Resumo

O presente artigo visa abordar questões de gênero, elucidando, nesse contexto, o ser andrógino como um devir, o qual confere certa potência desestabilizante à sexualidade e à genitalidade. Para tanto, faremos uma análise crítico-interpretativa da obra que pressupõe um narrador andrógino, sem nome, em *Inscrito no Corpo*, publicado em 1992, de Jeanette Winterson, a fim de tecer uma crítica aos binarismos sexuais. Por outro lado, as políticas do corpo serão discutidas sob a perspectiva da biopolítica, do biopoder e da sexopolítica como estudos embaixadores que tomam o corpo como espaço de ressignificação ao longo da história da humanidade. Vale salientar, também, que percorreremos as mutidões *queer* e a heteronormatividade como antagonicos no processo de assimilação de um modo de ser andrógino. Para as lucubrações, servirão como suporte alguns teóricos, como Faury (1995), Preciado (2014), Woolf (2014), Foucault (1988).

Palavras-chave: Corpo, sexualidade, androginia, *Inscrito no Corpo*.

1 Mestranda em Literatura e Interculturalidade pela Universidade Estadual da Paraíba. Graduada em Letras com habilitação em Literatura e Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: silvannakelly@hotmail.com

2 Graduado em Letras com habilitação em Língua em Literatura Inglesa pela Universidade Federal de Campina Grande. Professor substituto de Literatura e Língua Inglesa na Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: matheus.francofragozo@gmail.com

Considerações iniciais

A discussão acerca da sexualidade está presente em variados discursos, desde aqueles que contemplam os movimentos sociais, fortemente percebidos no século XXI, até os mais racionalistas e normalizadores que estão presentes desde a consolidação capitalista. Estes últimos discursos dizem respeito ao monitoramento do corpo enquanto genitália, às divisões de categorias sexuais, à heteronormatividade, à política violenta do corpo. Por esta razão, torna-se viável lançar uma reflexão acerca dos pré-conceitos, muitas vezes, imperceptíveis, que são articulados em torno do debate de gênero, sobretudo, na contemporaneidade. É necessário levar em consideração, para tanto, o contexto histórico da sexualidade, o biopoder que a interpenetra, a sexopolítica que a define, o conceito de multidões *queer* que traz um novo olhar.

Nessa mesma linha de percepção, é importante frisar que o corpo demonstra um espaço de resignificação ao longo da história da humanidade, além de ser objeto dos dispositivos de poder que o monitoram e o carregam para o caminho da “normalização”, encontrando resistências políticas no “meio desse caminho”. O corpo, em termos gerais, é fruto da repressão e do silenciamento, mas também potência que confere “inscrições” permeadas pela pluralidade: homossexuais, transgêneros, movimentos feministas etc. Preciado (2011), ao citar as multidões *queer*, já reelabora uma visão que desterritorializa a heterossexualidade como caminho uno de “ser”. Além disso, questiona os dispositivos de poder que controlam o corpo, trazendo à baila as estratégias de uma política capitalista que define os “normais” e os “desviantes” e que podem ser, algumas vezes, assimiladas pelos próprios sujeitos dominados sob o ponto de vista das instituições dominantes.

No tocante a algumas formas de resistência – voltando às multidões *queer* que intervêm na produção de subjetividade sexual – é válido ressaltar outra maneira de transgredir valores bipartidários e trazer à reflexão a questão da sexualidade enquanto discurso de poder que insiste em se encorpar na sociedade: a androginia. Desta vez, uma potência que aparece na literatura como forma de resignificar conceitos, analisada sob a produção imaginativa do personagem de *Inscrito no Corpo* (Jeanette Winterson), publicada em 1992. A identificação da genitália do narrador inexistente, sendo marcado, portanto, pelos seus sentimentos, desejos e práticas que apontam para uma sexualidade sem extremos politicamente determinados. A

desmistificação de bipartidarismos (ser ou não ser) alcança, dessa maneira, um universo que transcende as classificações de comportamento masculino/feminino que tanto Virginia Woolf questionou em *Um teto todo seu*³. Sendo assim, o presente ensaio visa reformular e desconstruir as categorizações sexuais que “ilham” e confundem genitalidade com sexualidade dentro da obra literária de Winterson.

Sexopolítica: reflexões teóricas

De acordo com Foucault (1988), o corpo e a sexualidade da burguesia do fim do século XIX foram traçados por uma linha que separa e protege o corpo burguês heteronormativo, mas que ao mesmo tempo implica na diferença (minorias gays, lésbicas, transexuais e transgêneros) como interdição. Esta mesma burguesia ocidental, relacionada intimamente ao poder, conseguiu não só atrelar o sexo ao campo da racionalidade, mas também colocar o ser humano “inteiro” (corpo, alma, individualidade, história) sob o signo do desejo e na lógica da concupiscência, adotando o sexo como razão. Assim, incutir na sociedade retida em dualidades (bem/mal, homem/mulher, rico/pobre, preto/branco etc) acepções negativas no que dizem respeito à lei que dita um regime sexual, também, essencialmente binário, resulta no sexo como lícito e ilícito; proibido e permitido. Além disso, o questionamento sobre “o que somos” voltado ao desejo aborda a superação do meramente sexo-natureza, partindo para o sexo-significação, o sexo-história e o sexo-discurso (FOUCAULT, 1988).

Sob este viés do sexo-discurso, a sexopolítica aparece como uma das formas dominantes da ação biopolítica, esta última já discorrida por Foucault (1976), tratando-se de um mundo capitalista que culmina no século XIX e XX. No entanto, Preciado (2011) busca questionar a concepção política de Foucault, o qual afirma que o biopoder apenas produz disciplinas de normalização e determina formas de subjetivação, ao passo que ela percebe os corpos e as identidades anormais sendo potências políticas e não meramente efeitos de discurso sobre o sexo. Nessa perspectiva, ela afirma:

O gênero não é o efeito de um sistema fechado de poder nem uma ideia que recai sobre a matéria passiva, mas o nome do

³ No capítulo 6 da obra, há uma abordagem sobre a androginia relacionada à literatura produzida por mulheres. *Um teto todo seu* (WOOLF, 2014).

conjunto de dispositivos sexopolíticos (da medicina à representação pornográfica, passando pelas instituições familiares) que serão o objeto de uma reapropriação pelas minorias sexuais. (PRECIADO, 2011, p. 14)

Tal reapropriação sugere diversos efeitos no debate de gênero, pois os grupos considerados minoritários ressignificam o poder que é exercido sobre seus corpos, uma vez que, em alguns casos, reforçam a subdivisão de categorias sexuais, sobretudo, no que diz respeito ao bipartidarismo (ser heterossexual – a sexualidade dominante ou não ser). Isso, portanto, pode lançar um esvaziamento das alteridades, o qual vem mudando aos poucos com os movimentos sociais. Nesse sentido, Daniel (1983) aborda a constituição dos “guetos” e “submundos”, onde se formam abismos que apagam os contornos, onde se anula a possibilidade de seus “habitantes” desempenharem suas capacidades próprias, atuando sem potencialidades. Ele afirma que sem potencialidade, o povoado de cada “sombra” serve de produtor para a única necessidade que dá lucro: a antropofagia da violentação do poder, num buraco de diferentes-iguais cuja desigualdade individual se sobrepõe (DANIEL, 1983).

Essa discussão se trata de uma cegueira ou reprodução de esquemas de violência dominante que tem relação pertinente ao estudo da violência simbólica, sobre a qual se considera que as “[...] condições sociais de produção das tendências levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista de dominantes.” (BOURDIEU, 2012, p. 54). O sociólogo ainda afirma que os efeitos desse tipo de violência ocorrem através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos *habitus* e que não dependem das decisões da consciência e dos controles da vontade. É como uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma, sendo, em suma, um esquema de poder violento em sua invisibilidade.

Por outro lado, esse caráter de violência simbólica recebe, dentro de uma reflexão contemporânea, diversas ramificações de pensamentos que constituem um novo amálgama de possibilidades nos esquemas de percepção já estabelecidos. Marie-Hélène Bourcier⁴ diz, com isso, que o trabalho de desconstrução contrassexual rompe com toda uma série de binômios

4 Socióloga e uma das figuras mais expressivas do militância *queer* na Europa. Ela prefacia o livro de Beatriz Preciado, *Manifesto Contrassexual* (2014).

oposicionistas, como a homossexualidade/heterossexualidade, feminino/masculino, natureza/tecnologia, trazendo uma relação diferente entre a filosofia e os estudos de gênero e sexualidade. Voltando ao pressuposto da filósofa espanhola Beatriz Preciado, as multidões *queer*, formadas por uma gama de minorias, tornam-se um monstro sexual que desterritorializa o espaço majoritário e o espaço corporal. Ela ainda ressalta a armadilha da visão foucaultiana em relação ao espaço político destas multidões como um tipo de margem ou reservatório de transgressão. O perigo, para ela, é achá-las uma oposição às estratégias identitárias, “[...] tendo a multidão como uma acumulação de indivíduos soberanos e iguais perante a lei, sexualmente irreduzíveis, proprietários de seus corpos e reivindicando seus direitos ao prazer inalienável.” (PRECIADO, 2011, p. 14-15).

Essa falha conceitual e política não deve anular a ideia relevante de que a multidão *queer* não possui relação com uma espécie de “terceiro sexo” ou com um “além dos gêneros”. Preciado (2011, p. 16) afirma acerca da multidão *queer*:

Ela se faz na apropriação das disciplinas de saber/poder sobre os sexos, na rearticulação e no desvio das tecnologias sexopolíticas específicas de produção dos corpos “normais” e “desviantes”. Por oposição às políticas “feministas” ou “homossexuais”, a política da multidão *queer* não repousa sobre uma identidade natural (homem/mulher) nem sobre uma definição pelas práticas (heterossexual/homossexual), mas sobre uma multiplicidade de corpos que se levantam contra os regimes que os constroem como “normais” ou “anormais” [...].

Diante dessas ponderações, seguindo a linha de raciocínio de Daniel (1983), conclui-se que as fronteiras dessa duplicidade sexual básica não são precisas e que os papéis sociais de Homem e Mulher se aprendem, às vezes com alguma dificuldade. A natureza do humano já é a sua história social, uma fantástica “natureza” determinando a realidade social. Assim é que o sexo normativo gera qualquer sexualidade que não seja genital, heterossexual, monogâmica e procriativa como “perversão”. Assim é que o corpo é um espaço onde ocorrem diferenciações, onde o sexual não é um órgão ou uma diferença, já que esta é determinada culturalmente. O conflito nasce, enfim, da sexualidade complexa que individualiza cada um.

Desse modo, é possível afirmar que “[...] o novo corpo que nos inventamos atualmente, depois do mergulho que denominamos Modernidade,

possui em si os dois sexos, em luta e contradição perenes” (DANIEL, 1983, p. 39). Parte daí a ideia de androginia como potência que põe em xeque os limites da sexualidade dominante.

Androginia: desconstrução dos limites da sexualidade

A relação feita à generalidade assexuada em *Jacarés & Lobisomens* (MICCOLIS; DANIEL, 1983) responde a uma crítica direcionada ao “respeitável cidadão”, o opressor que vive a indiferença sexual como garantia da sua função de policial da ética. Ou seja, uma ética que indetermina a sexualidade, que a esconde, a proíbe, considerando-a uma prática ilícita, confundida com genitalidade. Aparece, aqui, um poder político mesclado por repressão que imprime modelo ao corpo, como já foi discorrido anteriormente. Mas a indiferença sexual não implica no esvaziamento da sexualidade, nem ainda toca no quesito importante da androginia.

Segundo Daniel (1983), a pulsão homossexual existe em todos os seres humanos, em todas as épocas históricas, em todos os momentos da vida sexual, mas a diferença existe na maneira como as sociedades tratam as várias pulsões sexuais. Algumas trazem o homossexual como um “outro sexo”, um intermédio entre o feminino e o masculino, e é válido frisar que a minoria homossexual é uma invenção capitalista. Já a “maioria normal” sublima suas pulsões homossexuais, voltando à discussão da heteronormatividade como modelo uno de sociedade ideal. Esta sociedade adota os objetos de desejo pré-determinados, condenando todo o resto como perversão (zoófilos, masturbadores, *voyeurs*, masoquistas etc), uma vez que “o amor organizou-se, organicista e genital. Só a exclusiva adoração à parcela fisiológica merece a confirmação tranquila e tranquilizante.” (DANIEL, 1983, p. 65).

Partindo desse pressuposto, a androginia presente desde as lendas de Ovídio, as quais traziam o hermafrodita como divindade apavorante, com poderes mágicos, ressurgem na Modernidade nessa discussão que envolve a “homossexualidade” inerente ao ser humano. Nesse contexto, em que a androginia não aparece como um privilégio divino, ela acaba por sugerir, timidamente, uma transformação na mentalidade da sociedade como um todo. A luta não é em prol dos “direitos homossexuais”, mas da liberdade humana enquanto fonte inesgotável de objetos de desejo diversos que não advêm da genitalidade nem de categorias sexuais culturalmente

determinadas. Advêm, sim, do humano que preexiste em cada ser, da constituição corporal que funda uma espécie de “bissexualidade” inata, ou melhor, uma “essência” que não diferencia papéis sexuais e desejos. A luta dessa Modernidade que se abre para a voz política, por vezes em transgressão bem sucedida, por vezes em opressão calculada, objetiva movimentar um sujeito contemporâneo que seja passível de exercer suas várias pulsões sem “medo”. Como afirma Miccolis (1983, p. 86):

[...] o propósito é dar à sexualidade uma conotação mais ampla, acabando com essa história de dividir o ser humano em espírito e matéria, numa famigerada tradição [...] Quanto mais se acabar com desigualdades, mais acabaremos com marginalizações, e, portanto, com discriminações.

O “ideal” em relação a isso, então, seria um sujeito apresentando quaisquer tipos de comportamento, sem que com isso sua identidade sexual fosse posta em dúvida: masculina para homens ou feminina para mulheres. Essa desconstrução está em luta e contradição, pois ao mesmo tempo em que encontra um caminho aberto para lançar a voz e buscar visibilidade, ainda que “engatinhando”, encontra também entraves para a unanimidade social de aceitação dessa maneira, diga-se andrógina, de perceber a sexualidade. Caminhando entre as palavras de Miccolis (1983), o “grito” não precisa ser histérico para alcançar o maior número de pessoas, mas precisa ser, sobretudo, histórico. As barreiras sexuais atreladas ou só ao homem ou só à mulher necessitam ser questionadas e ressignificadas; ter fundamentos claros e vivíveis, não como uma nova “ditadura”, mas como uma liberdade que tanto tempo foi retida pela sociedade de controle, nos termos de Foucault.

Portanto, um devir-andrógino ou a androginia enquanto potência se apresenta como forma de resistência às subdivisões essencialmente culturais sobre a sexualidade humana. Tratando-se dessas expressões, de acordo com Faury (1995), a palavra “androginia” se origina do grego *anêr*, *andros* (homem) e *gunê* (mulher) e sempre foi empregada para designar o que pertence aos dois sexos ou, no mundo vegetal, para designar os vegetais que produzem tanto flores do sexo masculino quanto do feminino. A união de dois corpos em uma única pessoa, com uma natureza dupla, também está presente desde o mito grego do filho de Hermes e Afrodite. É interessante observar que o interesse pela androginia vem aumentando nos últimos anos, pois:

[...] foi das últimas teorias que surgiu a utopia de que a personalidade andrógina reconciliaria os sexos em um novo ser, pois o andrógino não transgride apenas as fronteiras do masculino e do feminino, mas também os dualismos psicológicos e culturais. Hoje em dia, a androginia psicológica pode ser interpretada como a tradução do ideal mitológico, no qual se harmonizam os princípios masculino e feminino. (FAURY, 1995, p. 168)

Segundo Lorenzi-Cioldi (1994), existem três grandes representações da androginia: o andrógino como “macho ou fêmea”; sendo “ao mesmo tempo macho e fêmea”; ou ainda “não sendo nem macho e nem fêmea”. Faury (1995) diz que no primeiro tipo de representação o andrógino é um ser no qual a masculinidade e a feminidade coexistem atingindo um equilíbrio; no segundo, uma aliança dos sexos que produz um ser autenticamente novo, uma vez que existe uma hibridação do masculino e do feminino, cujas especificidades e fronteiras se diluem; e, no terceiro tipo de representação, o andrógino desfaz as armadilhas do dimorfismo, fugindo definitivamente ao plano das distinções baseadas na vinculação aos grupos de sexo.

Sob a perspectiva que aborda o primeiro tipo de representação de andrógino, Virginia Woolf (2014) faz um diálogo primoroso com essa questão no momento em que, na autoficção *Um teto todo seu*, a narradora vê um homem e uma mulher entrando em um táxi, o que rapidamente lhe provoca um efeito: pensar em um estado da mente que independe os sexos, como uma “unidade da mente”, uma fusão natural. Ela cita Coleridge quando afirma que as grandes mentes são andróginas, pois mentes puramente masculinas ou puramente femininas não conseguiriam criar. Ao se referir à criação artística e literária, Woolf (2014, p. 139) afirma que “[...] a mente andrógina é ressonante e porosa, que transmite emoções sem empecilhos, que é naturalmente criativa, incandescente e indivisa” e volta a Shakespeare para falar de sua mente do tipo andrógino, másculo-feminina.

Trazer à tona um estado de autoconsciência sobre o sexo torna-se uma culpa, havendo uma totalidade da mente, a qual precisa estar aberta para se obter a sensação de que o escritor está transmitindo sua experiência com plenitude, liberdade e paz. Com isso, Woolf (2014, p. 149) põe em xeque:

Toda essa peleja de sexo contra sexo, de qualidade contra qualidade; todo esse clamor por superioridade e essa imputação de inferioridade pertencem ao estágio colegial da existência humana, no qual há “lados” e é necessário que um lado derrote o

outro, e é de extrema importância subir em uma plataforma para receber das mãos do próprio diretor um troféu ornamentadíssimo.

Através das discussões históricas e ideológicas feitas em torno das fronteiras da sexualidade, o terreno torna-se fértil para lançar um olhar crítico-interpretativo sobre a obra *Inscrito no Corpo* (Jeanette Winterson), com vistas ao fechamento do presente ensaio. No aludido livro, a narrativa contribui para a reflexão levantada, voltando às questões dos limites do corpo e dos (des)limites da mente, tendo, aqui, a androginia como expressão e potência. Suscita-se, a seguir, uma releitura do ideal mitológico, percebido fortemente no protagonista andrógino.

***Inscrito no Corpo*: ressignificando a mente andrógina através do corpo inscrito**

A obra de Winterson traz sua relevância, inicialmente, pelo narrador que não é identificado pela sua genitália. Em nenhum momento da produção, existem indícios de que se trate efetivamente de um homem ou de uma mulher, devido às experiências variadas que permeiam os dois sexos. No entanto, não é apenas pela ausência de sexualidade definida que o livro torna-se instigante, mas também pelo não bipartidarismo ao qual o ensaio se referiu nas discussões anteriores. A diegese é construída de tal como que a personagem relata sua vida amorosa, suas alegrias e dores através da experiência humana que transcende diferenciações atribuídas a um modo de ser “feminino” ou “masculino”. A “mente andrógina” dita por Virginia Woolf acerca da produção escrita por mulheres funciona bem nesse enredo permeado pelo corpo inscrito de Louise, figura amada e foco do enredo, e pela mente andrógina do narrador.

É interessante observar as descrições sobre o funcionamento do organismo, da sua anatomia, na maneira como são encontradas nos livros de medicina, trazendo para o corpo de Louise inscrições de uma experiência subjetiva e que apenas o narrador é capaz de atribuir. O discurso biomédico – sério, objetivo e científico – entra em contato com o seu extremo, que é o discurso amoroso – poético, subjetivo e intenso – gerando um intercruzamento de linguagens do corpo. O narrador consegue fundir o biológico e o emocional, sublimando as fronteiras sexuais em uma mente andrógina, quando direciona o olhar para Louise, através de metáforas que revestem

elementos físicos como a pele, os ossos, o sangue e as vísceras com uma linguagem poética:

A ESCÁPULA OU OMOPLATA: A ESCÁPULA É UM OSSO CHATO E TRIANGULAR QUE FORMA A PARTE POSTERIOR E SUPERICIAL DO OMBRO POR SOBRE AS COSTELAS SEPARADAS E SEPARADA DELAS POR UM MÚSCULO. [...] Fechadas como um leque, ninguém suspeita de suas omoplatas serem asas. Enquanto estava deitada sobre o ventre, eu massageei as beiras endurecidas de tuas proeminências. Você é um anjo caído, mas ainda é como os anjos são: o corpo leve como o de uma libélula, grandes asas de ouro atravessando o sol. [...] (WINTERSON, 1996, p. 113)

Em uma analogia filosófica, o corpo médico e “ideal”, em sua constituição perfeita, percorrido nas linhas imaginativas de Winterston, corresponde ao biopoder que controla o corpo, o detentor da verdade sobre o sujeito, que o retira da “naturalidade” que lhe é pressuposta. Já o “corpo inscrito” pelo narrador é palco de infindáveis inscrições, escritas, toques, falas que o definem perenemente, sob um olhar subjetivado: “[...] quero a sua carne respirando e em movimento. Quero que sua mão segure a minha na escuridão, quero rolar sobre você e enfiar-me dentro do seu corpo.” (idem, p. 95). Essa “desterritorialização” do corpo também retoma a discussão do objetivo da multidão *queer*, que ressignifica o corpo como espaço de diversidade.

Louise, por sua vez, é construída por meio de constantes referências a deuses mitológicos, ao passado, à beleza e à natureza; através de uma descrição física “anatômica” e repleta de lirismo. Isso pode estar relacionado, nos subentendidos do narrador, à própria androginia dos deuses, à mulher mitológica, àquela que parte do corpo, mas vai além dele: “Ela vestia um robe listrado de verde e vermelho da guarda real, gloriosamente grande demais. O cabelo estava solto, aconchegando o pescoço e os ombros [...] Ela estava mais para uma heroína vitoriana do que para uma mulher moderna.” (idem, p. 43); “Ela era um cardeal romano, casto, exceto para o perfeito menino do coro.” e “Os gestos de Louise não pertenciam ao século vinte, onde sexo é algo a ser exposto e não a ser coberto.” (idem, p. 58); “Eu poderia tê-la presa a mim por mil anos até que seu esqueleto fosse transformado em pó.” (idem, p. 43).

Voltando à androginia do protagonista, ela aparece em toda a narrativa, uma vez que ele fala sobre suas experiências tanto com homens (Frank

Maluco, Carlo...) quanto com mulheres (Catherine, Jacqueline...), focando em seus objetos de desejo sem transformá-los em objetos pré-determinados por uma libido masculina ou feminina. Por esta razão, a dúvida permeia sobre a real sexualidade do narrador, ao passo que o leitor é levado a questionar se é realmente relevante ter esse conhecimento para a compreensão da obra num todo. O que se destaca no romance não são os limites da sexualidade. Tendo em vista a discussão sobre androginia, o ser andrógino é uma transgressão dos antigos “modelos” sexuais que o capitalismo impôs como estratégia de se separar das variadas “minorias” numa sociedade heteronormativa. Nesse sentido, o protagonista de *Inscrito no Corpo* transcende, também, uma escrita *gay*, e constrói uma diegese que, pode-se afirmar *queer*.

Além disso, o narrador cita Gail Right, por vezes, como uma transsexual, mas não há uma confirmação que determine essa hipótese. Nas palavras dele – protagonista e narrador –, Gail aparenta exagero na aparência e seu nome subentende um nome artístico: “Ela cheirava a pó-de-arroz e a uma putrefação desidratada.” (idem, p. 128); “- Você não está interessado em mim, não é, doçura?” (idem, p. 132) e “Oi amor?” (idem, p. 130). Nestas últimas passagens, há o aparecimento de um dos vocativos “irônicos” ou exagerados que ela o chama. Em outras passagens, revela também fazer shows com *strip tease* no Magic Pete’s: “Vou fazer semana que vem a Noite da Galinha – disse Gail. – Com *strip tease*.” (idem, p. 139). A indeterminação de gênero, mais uma vez, se valida pela discussão tecida neste trabalho, uma vez que parece não haver uma necessidade de “encaixotar” sexualidades pelas genitálias dos personagens, pois apenas seus modos de sentir importam. Sobressai-se, assim, uma maneira andrógina de narrar.

No intuito de concluir a crítica, *Inscrito no Corpo* é uma obra que oferece diversos discursos, incorporando desde o discurso médico até o emotivo. Em cada um deles, há um narrador nada “preocupado” em se definir como homem ou mulher, dentro dos moldes bipartidários arraigados numa sociedade sexualmente discriminatória. Há uma figura amada cujo corpo serve como matéria para inscrições de sangue, carne, ossos e sentimentos. Subentendendo um biopoder, são inscrições que marcam o corpo biológico, limitado por uma enfermidade da personagem Louise (leucemia), controlado pelas escritas biomédicas, além de “movido” por uma sexopolítica invisível e violenta. Mas, ao mesmo tempo, são inscrições que conferem um olhar poético ao corpo que não é genitália; um olhar andrógino que não distingue o desejo pelo seu objeto, nem pela sua sexualidade.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

FAURY, Mára Lucia. Fronteiras do masculino e do feminino ou a androginia como expressão. In: *Cadernos Pagu*. n. 5. Sobornne: Universidade de Paris IV, 1995. Disponível em <file:///D:/Documents/Downloads/cadpagu_1995_5_8_FAURY.pdf>, acessado em 14 Fev. 2016.

FOUCAULT, Michel. *Histoire de la sexualité*. Tome I. Paris: Gallimard, 1976.

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

LORENZI-CIOLDI, Fabio. *Les Androgynes*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

MICCOLIS, Leila; DANIEL, Herbert. *Jacarés & Lobisomens: dois ensaios sobre a homossexualidade*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

PRECIADO, Beatriz. *Manifesto Contrassexual*. São Paulo: n-1 Edições, 2014.

_____. *Multidões queer: notas para uma política dos "anormais"*. In: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 2011.

WINTERSON, Jeanette. *Inscrito no Corpo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. 1. ed. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

ATIVO X PASSIVO: HOMOAFETIVIDADE, GÊNERO E INFÂNCIA NA LITERATURA BRASILEIRA

Benedito Teixeira de Sousa¹

Eve Kosofsky Sedgwick, em *Epistemología del armario* (1998), ao abordar, numa perspectiva anti-homofóbica, as concepções ocidentais surgidas com a finalidade de definir a homo/heterossexualidade e, a partir daí, refletir sobre os silêncios discursivos que permeiam a ação de revelação, de saída do armário² entre os indivíduos homoafetivos, defende que o estudo da sexualidade não é coextensivo ao estudo de gênero. Ainda que os conceitos de sexo, gênero e sexualidade³ manifestem relações quase que irremediavelmente escorregadias, a estudiosa estadunidense afirma que os dois últimos termos são inseparáveis porque um só existe em relação ao outro. No entanto, ao mesmo tempo em que são minimamente distintas, as especificidades sexuais e de gênero devem ser plasmadas, ou seja, analisadas de maneira conjunta.

1 Universidade Federal do Ceará – UFC
E-mail: benitoteixeira@gmail.com

2 Para Georges Chauncey, em *Gay New York: gender, urban culture, and the making of the gay male world, 1890-1940*, a expressão “coming out” remonta ao vocabulário gay dos anos pré-guerra. Ele explica que a expressão era usada “did not speak of coming out of what we now call the ‘gay closet’ but rather of coming out into what they called ‘homosexual society’ or the ‘gay world’”. A terminologia “sair do armário” teria sido tirada do vocabulário feminino, cuja expressão era usada para referir-se ao ritual de uma debutante, que seria oficialmente apresentada à sociedade.

3 De acordo com o pensamento feminista mais radical, datado dos anos 1960, o termo “sexo” significaria um conjunto de determinações irreduzíveis e biológicas entre os membros da espécie *Homo sapiens*, que incluem características fixas, a exemplo dos genitais, crescimento de pelos no corpo, função hormonal e capacidade reprodutiva. Sobre estas características mínimas e biologicamente irreduzíveis se basearia a construção social do gênero. Este, por sua vez, seria a produção e reprodução mais complexa e dicotomizada das identidades masculinas e femininas em um sistema sociocultural em que o dualismo homem-mulher atua como o binarismo principal e modelo, afetando outros binarismos nem sempre diretamente relacionados ao sexo biológico. (SEDGWICK, 1998, p. 41 e 42).

Fugindo do binarismo matemático que a partir do século XIX passou a caracterizar a homo/heterossexualidade – sendo a homossexualidade definida como exclusão da heterossexualidade –, Sedgwick (1998) alerta ainda para o risco de que o próprio conceito de gênero esteja perigosamente marcado por inclinações heterossexuais. Ou seja, “en cualquier sistema de género la definición o identidad de la mujer se construye por analogía, complementariedad o contraste con respecto al hombre o viceversa”. (SEDGWICK, 1998, p. 46). Ela prefere falar de sexualidade e assinala que é possível analisar questões de gênero em textos nos quais o gênero culturalmente sujeito, a mulher, não esteja presente, nem como autoria nem como temática.

“(…) la sexualidad se extiende a lo largo de tantas dimensiones que no está en absoluto bien descrita en términos de género del objeto sexual, de modo que cuando se movilizan las categorías relativas al objeto sexual intervienen ciertas discriminaciones (por ejemplo) de actos o (en otros casos) de localización erótica, aunque sea de forma muy implícita o incoherente”. (SEDGWICK, 1998, p. 49).

E é também seguindo a linha de raciocínio de Judith Butler, em *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (2010) – de que a identidade é constituída “performativamente”, ou seja, ser homem ou mulher não são necessariamente os gêneros masculino e feminino, respectivamente –, e partindo do pressuposto de Sedgwick (1998) de ampliação da caracterização de gênero rumo ao âmbito da sexualidade, que buscamos neste artigo analisar uma questão de gênero que se encontra imiscuída nas relações homoafetivas. Trata-se da divisão dos papéis sexuais entre o polo ativo e o passivo numa relação entre indivíduos do sexo masculino. Sendo este último historicamente, pelo menos desde a Antiguidade grega, identificado com o caráter de submissão e desvalorização atribuído às mulheres quando comparadas aos homens, nas sociedades ocidentais machistas, patriarcais e falocêntricas. E com um agravante: o homossexual passivo, além de ser subjugado na relação porque não se vale prioritariamente do falo para possuir, não tem a capacidade de procriar, apanágio histórico para a aceitação das mulheres enquanto meras receptoras do sêmen masculino, com vistas à reprodução.

Partindo da tese defendida por Simone de Beauvoir – “a gente não nasce mulher, torna-se mulher” – Butler (2010) afirma que para um ser que

nasce fêmea nada garante que se tornará mulher ao longo da sua vida. Ou seja, o gênero configuraria um fenômeno incerto e dependente do contexto, rejeitando qualquer tentativa de aprisioná-lo em uma definição fixa e objetiva. Trata-se, para ela, de “um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes” (BUTLER, 2010, p. 29). Esta premissa reservada à questão de gênero pode ser aplicada em parte à questão da orientação sexual ou identidade sexual. Nada garante, por exemplo, que um ser caracterizado biologicamente como macho torne-se heterossexual ou homossexual ao longo de sua vida, ressaltando-se que, apesar das mais variadas tentativas, até hoje não há certezas absolutas sobre o que torna um indivíduo homossexual ou heterossexual.

A discussão que buscamos fazer neste artigo traz à tona a necessidade de compreender uma das problemáticas de gênero, aqui especificamente em se tratando dos papéis hierarquizados do ativo (dominador) e do passivo (dominado), identificados respectivamente com a relação historicamente determinada entre homens e mulheres. Butler propõe libertar o debate sobre gênero daquilo que ela chama de “metafísica da substância”, fazendo referência a Nietzsche. Portanto, para ela, é uma armadilha considerar a questão de gênero como algo substantivo, resultando em ilusões “promovidas pela crença em que a formulação gramatical de sujeito e predicado reflete uma realidade ontológica anterior, de substância e atributo” (BUTLER, 2010, p. 42).

Butler (2010) defende que o sujeito é constituído pelo discurso que se faz sobre e em torno dele; o sujeito é incerto, subjetivo e político, em todos os aspectos de sua vida. Com base nessa constatação é que vamos analisar como a literatura brasileira aborda, por meio de personagens ainda na infância, a questão de gênero inerente às relações homoafetivas masculinas, e que se estendem, muitas vezes, por toda a vida dos indivíduos – a visão que se tem sobre a problemática da atividade (identificada com a dominação) e da passividade (relacionada à submissão).

Apoiamo-nos ainda nos estudos de Guacira Lopes Louro, em *Teoria queer*⁴: *uma política pós-identitária para a educação – estudos feministas*

4 O termo *queer* é explicado por José Carlos Barcellos, em *Literatura e homoerotismo em questão* (2006): “Esse conceito, empregado no âmbito daquilo que se vem chamando de teoria *queer*, inscreve-se num amplo movimento de questionamento da identidade gay e de alguns aspectos dos *gay and lesbian studies*. O termo *queer*, que significa “estranho” (e na linguagem comum é empregado como injúria para homossexual), foi reapropriado para designar um modelo que se propôs como alternativa a gay, pois enquanto gay parece apoiar-se num discurso clássico que crê

(2001), de que as identidades de gênero e as identidades sexuais devem ter a possibilidade de serem transformadas, não aprisionando essas identidades – homem, mulher, e nos arriscamos a incluir aqui os homossexuais ativos, passivos, transexuais, entre outras identidades – numa rigidez pré-determinada (LOURO, 2001, p. 21). Por isso, defendemos, neste artigo, uma análise da sexualidade/gênero para além do binarismo homem-mulher adultos, trazendo a infância homoafetiva, representada em textos da literatura brasileira, para analisar suas identidades afetivo-sexuais, formadas a partir da condição de gênero construída e imposta aos indivíduos ocidentais desde a mais tenra idade. Colocamos em nossa perspectiva de análise os romances: *O Ateneu* (1888), de Raul Pompéia; *Capitães da areia* (1937), de Jorge Amado; *Dona Sinhá e o filho padre* (1964), de Gilberto Freyre; e *Em nome do desejo* (1983), de João Silvério Trevisan.

Ao refletir sobre o conceito de identidade, Alberto Melucci, em *O jogo do Eu: a mudança de si em uma sociedade global* (2004), observa que “a identidade define a nossa capacidade de se reconhecer e de ser reconhecido” (MELUCCI, 2004, p. 50). E esse reconhecimento de si mesmo e a partir do outro é fundamental para a constituição das identidades desde as primeiras interações sociais ainda na infância. No caso da criança homoafetiva masculina, do desenvolvimento de sua identidade sexual e dos papéis de gênero – ativo dominador falocêntrico e passivo submisso identificado com a condição de submissão feminina –, para além da divisão sexual homem-mulher, as sociedades ocidentais seguem delimitando os gêneros de acordo com o sexo biológico. Ou seja, meninos devem sentir, desejar e agir sexualmente de acordo com o que é esperado para o sexo masculino – descartar-se, portanto, condutas assemelhadas ao papel de gênero reservado às mulheres - e as meninas ao que é esperado para o sexo feminino.

Portanto, na relação homoafetiva masculina é também possível identificar construções sociais legitimadas por uma sociedade fortemente patriarcal. Ou seja, a questão de gênero que conseguimos visualizar nas relações homoafetivas masculinas também consiste numa construção histórica e social, baseada inicialmente nas características biológicas.

Nessa mesma direção, segundo Joan Scott, em *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem* (2002), o gênero é constituído

nas categorias e busca respeito e integração no sistema social, *queer* nasce com uma vocação mais rebelde, como uma autêntica afirmação da excentricidade. (BARCELLOS, 2006, p. 28).

por relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, que, por sua vez, constituem-se entremeadas por relações de poder. Para ela, gênero significa o conhecimento sobre as diferenças sexuais, e seus usos e significados são constituídos histórica e socialmente a partir da disputa política, na qual relações de poder – de dominação e de subordinação – seriam construídas. Portanto, Scott (2002) defende que gênero é a organização social da diferença sexual. (SCOTT, 2002, p. 14). Certamente, é o que vemos nas narrativas que ora analisamos: garotos com desejos sexuais considerados anormais e, por isso, classificados com base menos nas suas identidades sexuais do que em papéis de gênero construídos culturalmente.

Após essa breve tentativa de recuperação de alguns estudos básicos e esclarecedores sobre a construção do gênero e a formação das identidades sexuais, adentramos, inicialmente, em como, historicamente, nas sociedades ocidentais foram caracterizados e classificados os indivíduos ativos e passivos nas relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo.

Mesmo antes de ser o homossexual anormal em oposição ao normal heterossexual – identidades classificadas apenas na segunda metade do século XIX no Ocidente⁵ – o indivíduo era ativo ou passivo quanto ao desejo homoafetivo. O ativo, “penetrador”, o “bofe”, na linguagem coloquial, ainda hoje goza de maior valorização nas sociedades ocidentais, podendo nem ser considerado homossexual ou gay pelo imaginário popular e pelos próprios sujeitos homoafetivos. Já o passivo, “receptor”, a “bicha”, é inferiorizado porque comparado à condição histórica de submissão feminina, com o agravante de não ser apto para a reprodução nem ter visivelmente reconhecida a virilidade obrigatória à afirmação da dominação masculina.

A distinção entre ativos e passivos já era elaborada desde a sociedade grega clássica, cabendo aos últimos uma imagem depreciativa, tendo em vista que eram identificados, da mesma maneira que as mulheres, como objetos disponíveis ao prazer do homem, ainda que nessas sociedades as relações homoafetivas fossem vistas e aceitas menos como uma fonte de prazer sexual do que como um processo necessário à formação dos cidadãos. Segundo K. J. Dover, em *A homossexualidade na Grécia Antiga* (2007),

5 João Silvério Trevisan, em *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade* (2011), relata que foi o jornalista húngaro **Károly Mária Kertbeny**, no século XIX, que criou o termo “homossexual” – e também, como contraponto a este, o termo “heterossexual” – “visando a legitimar biologicamente a ‘vocação’ homossexual e isentar de culpa os seus ‘vacionados’” (TREVISAN, 2011, p. 33).

pode-se apreender que, desde cedo, os meninos eram preparados para confirmarem sua potência viril e de dominação em relação ao sexo feminino e, conseqüentemente, ao indivíduo masculino que se submetia à postura passiva.

Essa divisão de papéis sexuais, e por que não dizer também sociais, pode ser identificada nas representações literárias das personagens infantis aqui analisadas. Logo ao entrar no internato, Sérgio, de *O Ateneu*, é informado pelo veterano Rebelo sobre a delimitação que os habitantes da instituição criaram entre os protetores viris e os protegidos, “com modos de mulher, aquele arzinho de quem saiu da cama, com preguiça nos olhos” (POMPÉIA, 2010, p. 38). Para garantir sua sobrevivência, o novato deveria evitar comportamentos que o fizessem ser comparado a uma menina desamparada. Em *Capitães da areia*, meninos que se submetiam à posição de passividade nas relações sexuais com outros garotos eram banidos do grupo. Na narrativa de *Em nome do desejo*, de João Silvério Trevisan, Tiquinho se martiriza porque, principalmente após o fortalecimento de sua “amizade” pelo colega de internato Abel, precisa se livrar da pecha de “mariquinha” e “‘tornar-se homem’ perante a comunidade”. (TREVISAN, 1983, p. 125). Tiquinho deveria se tornar um garoto viril, inclusive participando de esportes mais identificados com a identidade masculina, como o futebol.

Na sociedade grega antiga, a prática da *aphrodisia*⁶ ativa já gozava de maior prestígio em detrimento da prática passiva. Este era o papel reservado pela natureza às mulheres, que, por sua vez, equiparavam-se às crianças e aos escravos no que diz respeito ao baixo *status* que tinham na *pólis*. De acordo com Michel Foucault, em *História da sexualidade II: o uso dos prazeres* (1984), a delimitação grega dos papéis sexuais referia-se mais ao aspecto das atitudes em relação aos prazeres. Características como preguiça, indolência, recusa das atividades esportivas mais rudes, gosto por adornos e perfumes, lassidão, referiam-se mais àquele “(...) que se deixa levar pelos prazeres que o atraem: ele é submisso aos próprios apetites assim como aos dos outros” (FOUCAULT, 1984, p. 79). Jovens fáceis sexualmente, homens adultos efeminados, devassidão, eram desqualificados pela sociedade grega, o que mostra que nem todo tipo de prazer era aceito. O valor que se dava à

⁶ Foucault (1984) define a *aphrodisia* como os atos, gestos, contatos, que proporcionam uma certa forma de prazer.

relação entre *erastes* e *erômenos*⁷ concentrava-se, basicamente, na função de formação cidadã que o homem adulto tinha sobre o mais jovem.

Dover (2007) assinala que o aceitável pela sociedade grega daquele período era que as relações homossexuais ocorressem entre parceiros em idades diferentes – o *erastes*, mais velho e “ativo”, protetor, e o *erômenos*, mais jovem e “passivo”, protegido. Fora desse padrão, a homossexualidade era pouco tolerada, tendo em vista que esse tipo de relação deveria ser provisório, já que, ao ficar mais velho, o natural e obrigatório era que o *erômenos* casasse com uma mulher, tivesse filhos e se tornasse um *erastes*. Outro ponto de vista dos gregos era que as relações sexuais entre esses dois polos poderiam não ocorrer obrigatoriamente, com o *erômenos* sendo orientado a resistir às investidas do *erastes*. Jeffrey Henderson, em *The maculate muse: obscene language in attic comedy* (1991), destaca que o jovem ateniense, com a assunção de sua masculinidade, teria um casamento adequado, se estabelecendo como pai e cidadão, atribuindo, portanto, à homossexualidade um papel secundário.

Em caso de aceitação, pelo menino, das propostas sexuais do parceiro mais velho, a relação deveria ter claramente um sentido de troca. O *erômenos* receberia orientação e aprenderia com seu *erastes* um serviço para a vida adulta. Foucault comenta a rejeição grega à passividade:

Mas, por outro lado, o rapaz, posto que sua juventude deve levá-lo a ser homem, não pode aceitar assumir-se como objeto nessa relação, que é sempre pensada sob a forma da dominação: ele não pode nem deve se identificar com esse papel. Ele não poderia ser de bom grado, a seus próprios olhos e para si próprio, esse objeto de prazer. Em suma, experimentar volúpia, ser sujeito de prazer com um rapaz não constitui problema para os gregos; em compensação, ser objeto de prazer e se reconhecer como tal constitui, para o rapaz, uma dificuldade maior. A relação que ele deve estabelecer consigo mesmo para vir a ser um homem livre, senhor de si e capaz de vencer os outros, não poderia estar em consonância com uma forma de relação na qual ele fosse objeto de prazer para um outro. Essa não-consonância é moralmente necessária (FOUCAULT, 1984, p. 195)

⁷ Do grego *erastés* (amante) o *erastes* era o homem adulto, que deveria agir como uma espécie de preceptor do *erômenos* (amado), do grego *erômenos*, o adolescente. A relação entre esses dois polos era chamada de pederastia, do grego do grego *paiderastés*, aquele que ama meninos.

Vemos, portanto, que a visão da sociedade grega clássica diante da então pederastia já trazia em seu cerne uma problemática de gênero, que, ainda hoje, inclusive no Brasil, determina grande parte das relações homoafetivas ou pelo menos as inscrições no imaginário popular no que concerne aos papéis sexuais assumidos nesse tipo de relacionamento. Com base nas conclusões dos estudos de Richard Parker, em *Abaixo do Equador* (2002), é possível afirmar que, principalmente nas classes sociais mais populares, pelo menos até os anos 1980, os parceiros numa relação homoafetiva tendiam a ser divididos basicamente entre ativos e passivos. Os primeiros gozavam de um *status* menos depreciativo na visão popular que se tem da homossexualidade. Ou seja, homossexual ou “bicha”, na linguagem coloquial, é apenas o que assume a posição passiva na relação. O estudioso observa ainda que foi apenas com o aparecimento da epidemia de Aids, na segunda metade da década de 1980 do século XX, que os conceitos de homossexualidade versus heterossexualidade, como identidades sexuais, penetraram nas classes mais populares.

Parker (2002) assinala que esse modelo de divisão de papéis menos sexuais do que de gênero nas sociedades patriarcais brasileiras aparece de forma marcante quando a criança começa a participar de atividades sexuais. A meta dos meninos, principalmente, é que, chegada a adolescência, sua virilidade e postura ativa sejam consolidadas e reafirmadas. Ainda assim, mesmo com toda a vigilância, é nesse período, de transição da infância para a adolescência, que se torna mais comum a participação em atos homoafetivos.

Como observa James Green, em *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil no século XX* (2000), o modelo ainda vigente em muitos grupos é que o parceiro que exerce o papel ativo, de “penetrador”, na relação homossexual, nem por isso deixa de ser “homem” aos olhos da sociedade. Já o passivo, identificado com o papel feminino de submissão, tem um *status* inferior e é estigmatizado (GREEN, 2000, p. 28). Ou seja, o homem que assume o papel ativo numa relação homossexual não necessariamente abre mão de sua masculinidade. Por isso as famílias e a escola ainda estimulam os meninos a adotarem comportamentos que mostrem sua masculinidade em detrimento de atitudes efeminadas, tendo em vista que a condição feminina continua a ser considerada hierarquicamente menos valorizada. Mesmo quando se descobre que o filho mantém relações de cunho homoafetivo com os amigos e/ou colegas da escola, que estas assumam uma postura ativa.

Em *Dona Sinhá e o filho padre*, o menino José Maria é atormentado pelos garotos da rua e da escola. Enfraquecido por uma doença quando muito pequeno, José Maria cresceu demasiado protegido pela mãe, adquirindo um comportamento que o diferenciava dos demais garotos de sua idade, sempre em casa, solitário, imaginativo, fraco, franzino, sensível e delicado. Tinha uma imagem de inocência que fazia com que fosse comparado a uma menina.

Cruéis como são os meninos que se supõem normais contra aquele que se apresente diferente deles no modo de ser e no próprio físico. Os meninos assim conscientes do que supõem ser sua normalidade, superior à dos diferentes deles nos modos e nos gostos, não agem senão com antecipação dos homens médios que se resguardam dos excepcionais, unindo-se contra eles; agredindo-os pela sua superioridade em número; lançando-lhes pechas e epítetos. Para esses o filho de Dona Sinhá, uma vez no colégio, foi Sinhazinha. A insinuação, a de que era um maricas já declarado e não um homem em formação por processo um tanto diferente dos comuns (FREYRE, 1964, p. 35).

A fragilidade e delicadeza aparentes de José Maria eram uma espécie de atestado de sua inferioridade. Por ele não atender aos requisitos de masculinidade, os demais garotos faziam do filho de Dona Sinhá um alvo fácil de desprezo e ataques de teor machista. Já Tiquinho, de *Em nome do desejo*, achava que não era “homem” como os outros meninos do internato, sendo consumido por uma sensação de pavor ao sentir desejo sexual por Abel.

Na Roma antiga, a homofilia, como denomina Paul Veyne, em “A homossexualidade em Roma”, texto de *Sexualidades ocidentais* (1986), já apresentava alguns aspectos diferenciados em relação à civilização grega. Manter relações com o mesmo sexo apenas era aceitável em se tratando de um escravo representando o papel passivo. Os latinos eram machistas e escravagistas como os gregos, tendo as crianças o mesmo *status* das mulheres, no caso, o papel de servir aos homens livres. “(...) essas crianças, em Roma, são escravos, que não são levados em conta, e na Grécia, efebos, que não são ainda cidadãos, tanto que podem ainda ser passivos sem desonra” (VEYNE, 1986, p. 43).

Na sociedade latina, um cidadão livre que desempenhasse o papel passivo numa relação homossexual era considerado ilegítimo, imoral e infame, mesmo desprestígio concedido à feleção, ao cunilíngua e à homofilia feminina. “Eram mais do que um ato culposo que tinha escapado a seu

autor: o horror do ato chegava ao próprio autor, e provava que, para ter feito semelhante coisa, era preciso que ele fosse um monstro. Passava-se então da condenação moral a uma rejeição que qualificaríamos de racista” (VEYNE, 1986, p. 47).

O ato sexual em si pode ser considerado o primeiro campo onde a dominação masculina se materializa claramente. O homem deve sempre possuir sexualmente, submeter o sexo mais “fraco”. Vale destacar aqui, conforme Pierre Bourdier, em *A dominação masculina*, que o termo “fraco” foi imposto culturalmente para inferiorizar o sexo feminino em relação ao masculino, mas já perdeu grande parte de seu poder de argumentação, principalmente após a revolução sexual da década de 1960. Ser viril virou também sinônimo de dominação no ato sexual. Daí, portanto, a lógica ocidental de que o homossexual, basicamente o que se submete ao papel passivo na relação, não atende a um dos requisitos básicos do domínio. De acordo com Bourdieu (2002), a relação sexual se configura numa relação social de dominação, construída sobre a ostensiva divisão entre os papéis ativo *versus* passivo. Na relação homossexual, a dominação masculina tem esse caráter a mais, pois um dos parceiros feminiza o outro. É minimamente aceitável uma relação homoerótica desde que se mantenha o poder da masculinidade. Por isso, o *status* de inferioridade potencializado atribuído ao passivo, identificado com o feminino. Essa relação de dominação é encarada, na maior parte das vezes, como um destino.

Falar de dominação, ou de violência simbólica, é dizer que, salvo uma revolta subversiva que conduza à inversão das categorias de percepção e de avaliação, o dominado tende a assumir a respeito de si mesmo o ponto de vista dominante: através, principalmente, do efeito de destino que a categorização estigmatizante produz, e em particular do insulto, real ou potencial, ele pode ser assim levado a aplicar a si mesmo e a aceitar, constrangido e forçado, as categorias de percepção direitas (*straight* em oposição a *crooked*, tortas), e a viver envergonhadamente a experiência sexual que, do ponto de vista das categorias dominantes, o define, equilibrando-se entre o medo de ser visto, desmascarado e o desejo de ser reconhecido pelos demais homossexuais (BOURDIEU, 2002, s/p).

Em suas *Reflexões sobre a questão gay* (2008), Didier Eribon aborda, por sua vez, o tema da injúria que desde cedo as pessoas envolvidas em práticas homoafetivas são obrigadas a aturar, quando decidem quebrar o

silêncio que as subjugava desde a infância, ganhando essas práticas injuriosas um *status* de destino inescapável dos indivíduos homoafetivos. Essa injúria, materializada na forma de insultos, como “viado, estranho, bizarro, doente, anormal”, “(...) tem por função produzir efeitos e principalmente instituir, ou perpetuar, o corte entre os ‘normais’ e aqueles que Goffman chama de ‘estigmatizados, fazendo esse corte entrar na cabeça dos indivíduos. A injúria me diz o que sou na medida em que me faz ser o que sou” (ERIBON, 2008, p. 28-29). Esse corte também é patente na relação dominador *versus* dominado. É forte a questão do insulto nas narrativas aqui analisadas, a exemplo do apelido “sinhazinha”, que o menino José Maria, de *Dona Sinhá e o filho padre*, tem de carregar por causa de seu comportamento “delicado”.

Entre os textos selecionados para este artigo identificamos, claramente, esse conflito. Por exemplo, nas relações de Sérgio (*O Ateneu*) com os colegas do internato e seus “amigos”; nos meninos de rua de *Capitães da areia*, submetidos a uma realidade que os obriga a expressarem, a todo momento, sua virilidade e capacidade de dominação sobre os mais fracos – tanto que a presença da primeira menina no grupo causa um conflito de ordem sexual entre eles –, levando ao banimento dos garotos envolvidos em relações sexuais com outros meninos na posição de passivos.

Também vemos o peso da obrigação de ser dominador nos conflitos vividos por José Maria, em *Dona Sinhá e o filho padre*, que sofre rejeição e humilhação por ter trejeitos efeminados; e também em Tiquinho, de *Em nome do desejo*, oprimido pela realidade emocionalmente violenta do internato, onde “(...) os fracos continuavam mais fracos. Os mariquinhas cada vez mais maricas. Quanto aos fortes, tinham sua força redobrada”. (TREVISAN, 1983, p. 35).

Bourdieu (2002) destaca ainda que o trabalho de reprodução da dominação masculina foi garantido durante séculos por três instituições principais – a família, a escola e a igreja. As três, que são identificadas também em nossa análise, contribuem diretamente para a perpetuação da divisão dos papéis de gênero e sexuais; pelo fortalecimento da percepção de inferioridade das mulheres; e pela transmissão de geração para geração do modelo patriarcal, refletido, inclusive, na relação adulto/criança.

É difícil ser homem numa sociedade patriarcal e falocrática caracterizada, conforme lembra João Silvério Trevisan, em *Seis balas num buraco só: a crise do masculino* (1998), pelos aspectos negativos da “inflação fálica”

junguiana. Ou seja, uma preocupação exagerada com aspectos secundários relacionados ao pênis e com tudo o que ele representa. Desde a infância, segundo a Psicanálise, o menino preocupa-se em demasia com o pênis, tendo em vista o medo da castração. O órgão genital é a representação concreta da masculinidade, perdê-lo seria transformar-se em ser passivo, feminino, portanto, inferior. Ao mesmo tempo em que cultua o falo, o homem rejeita a atração que sente por ele, pois, culturalmente, isso pode configurar tendências homossexuais. A atração sexual pelo falo deve ser um sentimento exclusivo das mulheres. O culto ao falo, ainda hoje presente no mundo masculino, tem uma configuração arquetípica, representando, na Antiguidade, a fertilidade e o gozo. Como afirma Trevisan (1998), a inflação fálica pode tornar-se destrutiva:

No mundo atual, muitas coisas têm sido culturalmente distorcidas “devido à aparente necessidade de inflar a natureza e as dimensões do masculino”, provocando o que Wyly chama de “cisão contemporânea que atinge toda a cultura”. Aí se inserem a busca insaciável de poder, as competições sem limite, o machismo e a violência desenfreada (TREVISAN, 1998, p. 78).

Essa forte competição, a busca incessante por poder, a exacerbação do machismo, derivam, mais cedo ou mais tarde, em alguma manifestação de violência. Atualmente, as conquistas femininas, aliadas à cada vez maior visibilidade dos indivíduos homossexuais, são algumas das transformações sociais e sexuais que pressionam o mito frágil da masculinidade. Trevisan (1998) salienta que o sistema masculino hegemônico considera ameaçador tudo aquilo que é diferente e parte para o ataque a qualquer sinal de pressão. É um sistema frágil, sobretudo porque, em conformidade com o estudioso brasileiro, apoia-se em “escoras externas”, que, quando faltam, derrubam todo o edifício da masculinidade, a exemplo da dicotomização homem de um lado, mulher do outro, e da rejeição à passividade sexual.

Referências

AMADO, Jorge. **Capitães da areia**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BARCELLOS, José Carlos. **Literatura e homoerotismo em questão**. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina** [e-book]. 2. ed. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. Acesso em: 24 maio 2013. Disponível em http://www.sertao.ufg.br/uploads/16/original_BOURDIEU__Pierre._A_domina%C3%A7%C3%A3o_masculina.pdf?1332946646. ISBN 85-286-0705-4.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

DOVER, K. J. **A homossexualidade na Grécia Antiga**. Tradução de Luís Sérgio Krausz. São Paulo: Nova Alexandria, 2007.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Tradução de Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 8 ed. São Paulo: Graal, 1984.

FREYRE, Gilberto. **Dona Sinhá e o filho padre**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1964.

GREEN, James Naylor. **Além do Carnaval: a homossexualidade masculina do Brasil do século XX**. Tradução de Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

HENDERSON, Jeffrey. **The maculate muse: obscene language in attic comedy**. New York: Oxford University Press, 1991.

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação**. *Estudos Feministas*. v. 9, n. 2, Florianópolis: IFCH, 2001.

MELUCCI, A. **O jogo do Eu**: a mudança de si em uma sociedade global. – 1. ed., Editora Feltrinelli, 2004.

PARKER, Richard. **Abaixo do Equador**. Tradução de Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2002.

POMPÉIA, Raul. **O Ateneu**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2010.

SCOTT, Joan W. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem**. Florianópolis: Mulheres, 2002, p. 14.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Epistemología del armario**. Traducción de Teresa Bladé Costa. Barcelona: Ediciones de la Tempestad, 1998.

TREVISAN, João Silvério. **Em nome do desejo**. Rio de Janeiro: Codecri, 1983.

_____. **Seis balas num buraco só**: a crise do masculino. Rio de Janeiro: Record, 1998.

VEYNE, Paul. A homossexualidade em Roma. *In*: ARIÈS, Philippe; BÉJIN, André. **Sexualidades ocidentais**. Tradução de Lygia Araújo Watanabe e Thereza Christina Ferreira Summer. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

O FEMININO NO ROMANCE *BENJAMIM* DE CHICO BUARQUE

Érica Tavares de Araújo¹

Introdução

Segundo Adorno (2003), o narrador do romance contemporâneo se caracteriza por um paradoxo, ele não pode mais narrar, embora a forma do romance exija a narração. A vida contínua e articulada não é o foco do narrador, ele não vivencia mais esse tipo de subjetividade uniforme ou articulada. É perceptível a instauração de uma crise do ato de narrar, colocando em debate a questão da objetividade literária, tendo em vista que o romance teve que aprender a representar o homem e suas constantes modificações. Nessa perspectiva, o narrador agora é responsável por enunciar também um tempo em que os homens se afastam uns dos outros, e às vezes de si mesmos, tornando-se enigmáticos uns para os outros. O impulso do romance tradicional se dá na tentativa de decifrar o enigma da vida exterior, em captar o cotidiano e, contraditoriamente, a sua estranheza. Neste tipo de romance, o leitor deve participar do que acontece como se estivesse lá, ou seja, o narrador conta fielmente a história do seu ponto de vista, criando assim uma ilusão no leitor a partir das reflexões que emite no decorrer da obra.

O romance contemporâneo, por sua vez, perdeu esse caráter ilusório do romance tradicional ao instaurar a dúvida em relação ao ponto de vista do que está sendo narrado, não se admite mais ideais inalcançáveis ou vidas perfeitas. No romance tradicional esse efeito era chamado de “distância estética”, agora essa distância tornou-se menor, pois o narrador costuma variar o lugar de fala de tal forma que, em certa hora, o leitor é deixado de fora ou é guiado a uma determinada conclusão, o que evidencia mais uma

¹ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

característica do narrador contemporâneo, a capacidade de surpreender e de destruir no leitor a tranquilidade contemplativa diante das coisas.

A presença marcante da primeira pessoa, o olhar sobre o outro culturalmente afastado, marcas autobiográficas e o atravessamento de fronteiras para falar sobre um outro em outro mundo culturalmente desconhecido, somando-se a isso o retorno do autor, são os aspectos que Klinger (2012) elenca como próprios da narrativa contemporânea. Para a autora, a ficção encontrou um meio de analisar a ideia de representação, tanto no sentido político, quanto no artístico, a partir de figuras marginais da sociedade, pois elas expõem melhor acerca das relações de subjetividade e propiciam uma intermediação cultural entre autor e leitor, justamente quando o autor explica ou traduz os jargões considerados marginais, para um leitor que não está acostumado e não compreende tal linguagem.

Essa ideia de representação na literatura passou a ser questionada a partir da contemporaneidade, pois essa insistente presença da primeira pessoa nos romances, fez com que os leitores desconfiassem da transparência e da neutralidade de quem estava a narrar e passasse a questionar o enfoque levantado pelos autores.

1. Diversificação das vozes nas narrativas contemporâneas

As narrativas contemporâneas passaram a produzir um confronto cultural entre os grupos problematizados e o autor. Essas relações, sempre inseridas em um jogo de poder, configuraram a linguagem como um meio não seguro de semiotizar a realidade objetiva. Esses conflitos geraram a pluralização de vozes e de focos diferentes de enunciação do discurso, fazendo com que o outro seja agora um sujeito político que negocia seu lugar de fala. A literatura tornou-se, na pós-modernidade, um instrumento de afirmação da identidade, uma maneira de dizer sobre si e sobre o mundo e de ser visível dentro dele. Os autores buscam com isso, além de espaço, o poder de fala e a legitimidade, justificando assim o seu desconforto quando outras vozes, que antes não eram autorizadas a falar, ganham espaço.

O domínio da língua, portanto, tornou-se um indicador de exclusão, porém, ao registrar a necessidade de se contrapor às representações já fixadas na tradição literária, o autor visa legitimar a sua própria construção. Neste sentido, o narrador pós-moderno, se constrói através de um discurso sobre si e através do outro. Ele faz com que o tempo na narrativa reduza as

desconfianças do leitor sobre ele, tendo em vista que ele fala no lugar de um outro. Esse falar, por sua vez, esconde outras intenções e outros discursos, além de alguns silêncios, que tendo em vista a perspectiva social de onde é enunciado, nos faz questionar o que significam e quem tentam calar.

Dessa forma, o lugar de fala passou a ser problematizado pelos estudos culturais, por estes entenderem que existe uma posição de onde alguém enuncia em nome de outro, expressando autoridade e muitas vezes negando sua legitimidade. Grupos marginalizados são calados por outras vozes levando a literatura a se preocupar menos com a problematização de representação da realidade e evidenciar agora, o quanto essas semiotizações não são satisfatórias para um conjunto social. Segundo Dalcastagnè o lugar de fala nos romances brasileiros é monopolizado:

O silêncio dos grupos marginalizados – entendidos em sentido amplo, como todos aqueles que vivenciam uma identidade coletiva que recebe valoração negativa da cultura dominante, sejam definidos por sexo, etnia, cor, orientação sexual, posição nas relações de produção, condição física ou outro critério – é coberto por vozes que se sobrepõem a ele, vozes que buscam falar em nome desses grupos, mas também, embora raramente, pode ser quebrado pela produção literária de seus próprios integrantes. (DALCASTAGNÈ, 2005, p. 16).

Em nossa literatura existe uma centralidade do discurso em que a classe média, escreve olhando para a sua própria classe, limitando as perspectivas com a justificativa de que fala em nome desse outro por ser mais qualificado para tal, além disso, o outro muitas vezes se cala por acreditar que seu modo de dizer não serve e sua experiência não tem valor.

Spivak (1994) alerta-nos para o perigo de enunciar ou construir o outro, principalmente a mulher, apenas para que este sirva como objeto de conhecimento acadêmico, ou seja, que seja apenas imaginado:

A relação desta figura com a produção acadêmica é complexa. Em primeiro lugar, ela é um objeto de conhecimento; em segundo, à maneira do informante nativo, sujeito de histórias orais, essa figura é considerada incapaz de desenvolver estratégias em relação a nós; finalmente, a figura da mulher de classe subalterna é um sujeito/objeto imaginado no campo da literatura (SPIVAK, 1994, p.191).

Os questionamentos acerca das subjetivações ou semiotizações de grupos marginalizados implicam na necessidade de haver uma democratização na produção da literatura e na necessidade de olhar pelo olhar do outro; passa a ser uma preocupação diversificar as vozes que narram, assim como as expressões culturais que elas manifestam.

Os narradores estão se fazendo mais complexos e ganharam a palavra sobre si, ampliando seu espaço na narrativa; e se hoje a noção de verdade nelas é discutível é porque transformações sociais, políticas e históricas fizeram com que as pessoas passassem a duvidar desses discursos.

Essa desconfiança no narrador nos motiva a olhar de outra forma para as narrativas contemporâneas, dessa vez observando não o que está sendo prontamente demonstrado e sim, o que está na periferia da obra literária, o que o autor não mostra ou não enuncia, ou ainda o que ele deixa transparecer enquanto fala de outra coisa. Aqui faremos essa análise no romance *Benjamim*, escrito por Chico Buarque em 1995.

2. Castana Beatriz e Ariela Masé: o feminino no romance de Chico Buarque

Chico Buarque, herdeiro de uma grande tradição artística, se destacou no cenário musical por conseguir retratar em suas composições alguns grupos marginalizados, como as crianças, os pobres, as prostitutas e, de uma forma mais específica, as mulheres. No entanto, ao analisarmos a ficção escrita por ele, podemos observar que os seus narradores são unicamente masculinos, os enredos, em sua maioria, giram em torno da temática dos relacionamentos amorosos heterossexuais e suas personagens femininas são caracterizadas como mulheres bastante fortes e produtoras de subjetividades marcantes.

Benjamim (1995), o segundo romance escrito por Chico Buarque, tem seu enredo iniciado pelo clímax. Narrado em terceira pessoa, utiliza-se de parágrafos longos e da técnica de narração em flashback, o que faz com que não haja brechas para nenhuma surpresa no final da história, pois já sabemos o fim da narrativa e com ela esperamos a morte do protagonista, anunciada na primeira página do livro. A trama se constrói de forma circular, em espiral, e o narrador- personagem tem a oportunidade de rever a sua trajetória, na tentativa de compreender e recuperar e dar sentido a sua vida.

O personagem título, Benjamim Zambraia, é um homem de meia idade, ex-modelo fotográfico, que sobrevive de uma poupança e de raros trabalhos que os poucos amigos conseguem para ele. Vive de suas memórias e das lembranças de uma antiga namorada, Castana Beatriz, que morreu em meio à ditadura. Ele insiste em aparências que já se perderam há muito tempo, ou até mesmo que nunca existiram. Anos mais tarde, apaixona-se por Ariela Masé, que segundo seus cálculos, além da grande semelhança, é filha de Castana Beatriz.

Essas duas personagens femininas movem-se dentro da narrativa de forma dupla, uma é o reflexo da outra, e são elas que dão complexidade ao enredo. A paixão que Benjamim sente ainda jovem por Castana, se repetirá anos mais tarde quando ele se apaixonar por Ariela, sendo esse sentimento modificado e intensificado, quando desconfia que Ariela possa ser a filha que não teve com o seu grande amor da juventude, passando a nutrir pela moça um amor paterno.

No enredo de *Benjamim*, podemos perceber como o autor narra as mulheres a partir dessas duas personagens. A primeira analisada é a personagem Castana Beatriz, ela que também era modelo fotográfico, conhece Benjamim em um ensaio e logo passam a ter um relacionamento, que se complica quando o pai da moça descobre fotos da filha em uma revista e a envia para estudar na Europa. Benjamim vai de forma clandestina ao encontro da moça e volta ao Brasil apenas quando todo o seu dinheiro acaba. Castana regressa anos depois, não mais de Paris, mas da Índia, em um momento delicado em que o Brasil lutava contra o regime da ditadura militar. Cheia de ideais revolucionários inculcados por um professor que se tornou seu amante, Castana volta diferente e decide, depois de alguns encontros, acabar o relacionamento com Benjamim.

Castana é narrada como uma mulher jovem e forte, capaz de lutar por seus princípios, demonstrando não se submeter a imposições da ordem ou do modelo social, cultural e econômico vigentes na época:

Castana Beatriz voltou da Índia depois de meses e, com medo do pai, passou a se encontrar com Benjamim em hotéis mais abafados do que o apartamento dele, a intervalos cada vez mais longos. Comparecia por insistência de Benjamim, pois tinha um ar cansado, bocejava, demorava a tirar a roupa e, sempre inventava uma maneira de falar no tal professor. Metera-se num grupo de estudos com uns amigos novos, que se reuniam na casa do professor para discutir a América Latina, e Benjamim

não estava gostando nada daquela história. Castana Beatriz sempre foi péssima aluna, mal completou o ginásio, colava, fumava no banheiro, foi expulsa do colégio de freiras, só foi readmitida porque o pai era um benemérito, e a essa altura da vida queria fazer crer a Benjamim que se convertera ao universo acadêmico (BUARQUE, 1995, p. 59).

Neste sentido, percebe-se que o narrador consegue, através dessa personagem, problematizar a mulher e mostrá-la reivindicando o seu lugar, brigando não só por seus direitos, mas por uma coletividade e ainda assim se permitindo a feminilidade. Castana se apaixona por seu ex-professor e se mantém ao lado dele até a morte, compartilhando a apreensão de estar sendo vigiada e ter sua vida e a da sua filha ameaçada.

Comparado a Castana Beatriz, Benjamim Zambraia tem uma vida morna, ele passa a persegui-la mesmo sabendo do envolvimento dela com a militância de esquerda, de seus encontros furtivos com o amante e ex-professor, e ignorando também as súplicas do pai da moça para que não a procurasse:

Mas quando ela tomou um ônibus no centro da cidade da cidade, talvez a divertisse saber que Benjamim a vigiava de uma padaria. Sentou-se no ultimo banco à frente do janelão, viajou meia hora lendo a mesma página de um livro e desdenhou o táxi que encostava no ônibus a cada ponto. Saltou num loteamento silencioso e não se abalou quando Benjamim bateu a porta do taxi, fustigando o taxi; seguiu seu rumo, como se lhe fossem familiares aquelas ruas agrestes, sem nome ou numeração. Deteve-se um minuto num projeto de esquina, tirou os sapatos e percutiu sola contra sola para dissipar a areia, ou para que Benjamim a admirasse de perfil, pela última vez. E desatou a correr, desejando com certeza que ele a chamasse, para ter o prazer de não lhe dar resposta: Castana Beatriz adotara um nome falso, e ainda que Benjamim o conhecesse, jamais o pronunciaria. (BUARQUE, 1995, p. 48).

Essa relação de intimidade com um lugar mais simples, menos habitado, contrasta com o que sabemos inicialmente sobre a personagem, que é pertencente à classe média e que estudou em outro país, tendo o pai como provedor de todas as suas necessidades. Castana demonstra grande intimidade com as ruas por onde passa, anda com segurança demonstrando saber o que fazer e por onde ir.

Ariela Masé é a segunda personagem feminina que descrevemos. Ela aparece de forma mais frequente na narrativa, bem mais que Castana Beatriz. No entanto, como já foi dito, as duas são entendidas como um reflexo, pois elas terão suas atitudes duplicadas, tudo que uma fez no passado parece se repetir ou fazer alusão de alguma forma na vida da outra. Observamos que ela passeia pelos mesmos lugares que Castana esteve e também se comporta de maneira segura e determinada, assim como a outra: “Oblíquo, o sobrado verde-musgo comparece no final da rua repleta de construções modernas. Ariela tira os sapatos ensopados e corre, não tanto para diminuir o atraso, mas para parecer ofegante quando pedir desculpas ao casal de clientes que o doutor Cantagalo recomendou”. (BUARQUE, 1995, p. 49).

A cidade para ela não é um mistério, ela demonstra intimidade com os lugares por onde passa, sejam eles luxuosos ou não. No entanto, ela sonha com espaços mais aconchegantes que o lugar onde mora no subúrbio, passa os dias mostrando apartamentos, mas seu desejo é algum dia não ter mais que abrir a porta para nenhum cliente.

Ariela é uma jovem que chega ao Rio de Janeiro depois de descobrir que foi adotada e que seus pais biológicos morreram assassinados pela polícia. Casa-se com Jeovan, cabo da PM, que é obrigado a deixar a profissão após uma troca de tiros que lhe deixa inválido. A jovem passa a trabalhar na imobiliária Cantagalo, por influência do marido, que é afilhado do dono.

Essa personagem feminina aspira sempre por algo a mais desde a sua chegada à cidade. O bairro em que mora, o trabalho que possui, os amigos que não conquistou, “Ariela só conhece por interfone a voz das colegas de trabalho, que só conhecem Ariela da cintura para cima” (BUARQUE, 2004, p. 64), e o marido paraplégico, todos esses são esquecidos ou deixados de lado quando ela sai sozinha depois do trabalho, ou quando pega as chaves de apartamentos luxuosos, mesmo sem ter clientes para mostrá-los, e passa a tarde olhando os navios, quando vai à praia depois do almoço ou até mesmo quando sai para almoçar com outros homens. Ela parece não se importar com a realidade ou com as convenções sociais. No entanto, ela que trai o marido várias vezes, tem vontade de deixá-lo, mas não deixa, pois seria contra as normas morais abandoná-lo, mesmo que isso representasse sua felicidade.

Ariela passa a narrativa desejando morar em um bairro nobre, mas não realiza a sua vontade por não possuir dinheiro suficiente, deseja uma casa melhor, em um bairro melhor, um marido melhor, e também aspirava por outra profissão, mas não faz nada para mudar a sua condição, mesmo tendo

diversas oportunidades. Ela permanece contando ao marido sobre todos os homens com quem se envolve e obedecendo às ordens dele de encontrá-los mais uma vez para que possam ser executados, como uma espécie de vingança, para que ele possa sentir sua virilidade, ou ainda como uma espécie de demarcação de território:

Hoje, no entanto, Jeovan mantém a vista rasante ao lençol, fitando os relevos do próprio corpo inerte, a mão direita emaranhada no fio do abajur: talvez espere que Ariela lhe diga onde esteve e com quem e por que e de que modo. Ariela senta-se na beira da cama, decidida como de costume a nada lhe ocultar, mas logo se arrepende, corre para o banheiro e bate a porta sem passar a tranca. Olha-se no espelho, agarra dois maços de cabelos, experimenta arrancá-los, atira-se de cabeça contra os azulejos. Cai, rasteja em direção à latrina, enfia dois dedos na goela e vê o jato de sangue que borriфа a louça e se dissolve na água (BUARQUE, 1995, p. 148).

Percebe-se que em Ariela as identidades parecem entrar em conflito, empurrando-a para diversas ações, ora ela se culpa por trair e conta ao marido sobre o assédio sofrido por seus clientes, ora quer livrar-se do peso de estar casada com um homem inválido, desejando aceitar o convite de ir morar com Benjamim e, com essa decisão, mudar de vida, morar em outro bairro, viver em outra casa, ter um quarto planejado especialmente para ela, sumindo de vez da antiga vida que tinha.

O caso Ariela afundará aos poucos em algum arquivo, enquanto ela estará apreciando filmes antigos no vídeo que Benjamim Zambraia mandou instalar no quarto de paredes brancas, recém-pintado a pistola. Em telefonema no dia seguinte ao seu passeio na praia, Benjamim descreveu-lhe os móveis laqueados do recanto que denominara “quarto de Ariela”, mais a marca do televisor novo em folha e até o penteado das atrizes nos filmes que alugara. (BUARQUE, 2004, p. 119).

Ariela busca um lugar para si e vê em Benjamim a possibilidade dessa realização, ter o seu espaço, um lugar com uma boa iluminação, alguém que a cuide e não que ela precise cuidar, a deixa pensativa se deve ou não deixar o lugar onde mora. Deparamo-nos com um personagem que não sabe distinguir muito bem o externo do interno, sua vida é transpassada por um fio de suspense e enigma que a faz passar de uma situação para outra sem que consiga ver o que é o mundo exterior e o que é o seu próprio universo interior, muito do que ela sente ou vê está ligado ao que gostaria que

de fato acontecesse (lembranças, sentimentos, desejos) e talvez por isso não consiga fazer essa distinção e espere muito além do que poderia esperar.

Esses descolamentos entre presente e passado, entre o tempo e as buscas pessoais dos personagens, que fazem com que a cidade também ganhe destaque e se torne uma forte característica nos romances de Chico Buarque, que ao utilizar imagens que retratam a modernidade dos grandes centros urbanos e do homem moderno, sempre com sua pressa e ansiedade em buscar, entre o passado e o presente, a si mesmo é que podemos perceber a força do feminino que perpassa suas composições musicais e teatrais e chega até a sua ficção. A narração de suas obras ainda está centrada no narrador masculino, no entanto, percebe-se uma maior preocupação em evidenciar de maneira mais palpável e pertinente a nossa realidade e com ela a inserção de mulheres dentro de diversos contextos.

Conclusão

A periferia das obras literárias está sempre cheia de uma infinidade de personagens silenciados, excluídos socialmente, seja porque pertencem a uma das classes de minoria ou apenas porque foram calados pelo narrador ou pela leitura tradicional/condicionada da obra em que predomina apenas o protagonista. Essa multidão de personagens silenciados, agora ganha enorme força e começa a ser observada dentro dos enredos. Sua importância se dá com a produção de trabalho, tanto material quanto imaterial, que corresponde à busca para expressar-se produtivamente em seus espaços.

O narrador não é mais aquele que sabe de tudo e tudo pode, ele tropeça no discurso, se perde, se torna suspeito, pois sua consciência não é confiável, ele possui interesses e fará de tudo para defendê-los. O objetivo desse narrador é envolver os leitores com a matéria que ele narra, nos comprometer com seu ponto de vista, pois um narrador que é suspeito precisa de um leitor compromissado, já que estamos em um tempo em que a ingenuidade dos leitores foi perdida e este passa a questionar a funcionalidade das teorias.

Chico Buarque tem conseguido representar uma pequena parcela desses grupos marginalizados, mesmo que, uma vez ou outra, não consiga se desvencilhar do seu lugar de fala e de um imaginário masculino tradicionalmente construído. Embora todos os protagonistas descritos por ele sejam homens, esse autor consegue viabilizar e intermediar a voz e a condição feminina com o público contemporâneo.

Referências

ADORNO, Theodor W. Posição do narrador no romance contemporâneo. In: *Notas de Literatura I*. Tradução e apresentação de Jorge M. B. de Almeida. São Paulo: Ed. 34, 2003, p. 55-64.

BUARQUE, Chico. *Benjamim*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DALCASTAGNÈ, Regina. *Literatura Brasileira Contemporânea: Um Território Contestado*. São Paulo: Editora Horizonte, 2012.

KLINGER, Diana. *Escritas de si, escritas do outro: o retorno do autor e a virada etnográfica*. 2º ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. "Quem reivindica alteridade?". Tradução de Patrícia Silveira de Farias. In: Heloisa Buarque de Hollanda. *Feminismo em tempos pós-modernos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 187-205.

AS POSSIBILIDADES DE *ENTRELUGAR* EM ÁLLEX LEILLA: TRILHANDO CAMINHOS NOS ESTUDOS GAYS, LÉSBICOS E *QUEERS*

Micaela Sá da Silveira¹

Introdução

Adentrar os caminhos da literatura é entrar em contato com um material que apresenta formas de problematizar os diversos temas que envolvem os conflitos vivenciados pelo ser humano, a exemplo das relações interpessoais; os afetos e desafetos; as fantasias; as experiências bem logradas e as que não obtêm sucesso; os valores apresentados e discutidos em uma determinada sociedade; dentre outras temáticas que versam sobre a existência humana.

A literatura tem se configurado, de fato, como esse lócus para a apresentação de personagens que presentificam os mais diversos sujeitos da sociedade, em suas mais variadas performances.

Fazendo um recorte e trazendo como centro da discussão as relações de gênero e sexualidades na literatura, percebe-se que há uma possibilidade de abordagem que vem ganhando espaço nas produções acadêmicas, pois algumas produções literárias apresentam-se abertas a uma leitura que desconstrói a noção de categorias de gêneros: heterossexual e homossexual, por exemplo.

A discussão que entabulamos perpassa por esse campo, por essa desconstrução de categorias, tendo em vista que as obras produzidas por Álex Leilla têm apresentado personagens que cada vez mais desconsideram o olhar do outro sobre si e vivenciam suas experiências afetivas e sexuais. Nas obras *Henrique* (2001), *O sol que a chuva apagou* (2009) e *Primavera nos ossos* (2010), as personagens que não se veem inseridas nas figurações

¹ Universidade Estadual da Paraíba
E-mail: micaelauepb@hotmail.com

de feminino e masculino – ou da forma de ser homem ou mulher –, que foram historicamente demarcados, por não se sentirem contemplados no que está definido socialmente para uma e outra categoria. Além disso, nestas obras, o fato das personagens permitirem-se vivenciar relacionamentos com outros sujeitos deste mesmo entrelugar é um aspecto que ganha papel importante para a análise, de tal modo que urge a necessidade de buscar metáforas para representá-los. É preciso deixar claro que trabalhamos com o conceito de entrelugar a partir de uma apropriação do termo discutido inicialmente por Santiago ([1978] 2000), na ocasião o autor utiliza o termo grafado com a utilização do hífen (“entre-lugar”). A título de diferenciar o conceito apresentado pelo referido autor e a ressignificação que estamos propondo (entrelugar), alteramos também a grafia do termo.

As obras em que nos debruçamos têm em comum o fato de suas personagens se entregarem a relacionamentos com seus iguais ou diferentes, sem que isso as estigmatize ou as fixe em moldes pré-concebidos de gênero e sexualidade. Nestes textos não há subversão à ordem social imposta, pois as personagens simplesmente deixam fluir o desejo, permitindo-se viver relações em constante estado de trânsito.

Diante da leitura crítica dessas obras, objetivamos apresentar uma desconstrução do binarismo como regra de forma fechada, como acontece com a discussão do que é ser/estar homem/mulher e heterossexual/homossexual e, em seguida, propor uma reconfiguração para os sujeitos que, em sua performatividade, se colocam num espaço de entremeio entre um polo e outro. O que se propõe pensar, parte da noção de **entrelugar** para dizer das relações entre os sujeitos, independente de suas marcações biológicas e de suas predisposições a relacionarem-se com os seus iguais ou diferentes.

Entre-lugar. Entre lugar. Entrelugar(es).

Entabular discussão sobre as formas de verticalizar as relações de gênero perpassa inicialmente pelo reconhecimento que o sujeito faz de si. Tratamos aqui do sujeito ficcional, aquele que está posto na literatura, que é a representação ou presentificação, como afirma Resende (2007) de um sujeito social, mas que resguarda suas particularidades de sujeito de ficção.

Pois bem, nas obras analisadas há uma problematização recorrente: as personagens que compõe a obra questionam a necessidade da rotulação de ser homem, ser mulher, estar classificado como sujeito heterossexual ou

homossexual e ter que responder às expectativas que cada uma dessas categorias possui. Esses questionamentos, apresentados pelas personagens, nos inquietou e nos levou a refletir sobre esta necessidade social de enquadrar os sujeitos, de engessá-los.

Na obra *O sol que a chuva apagou* (2009), por exemplo, o protagonista se apaixona pelo colega da banda da qual faz parte, mas, até poder concretizar o desejo e tê-lo em seus braços, Thiago apresenta uma série de empecilhos para que essa relação ocorra, tendo em vista que o objeto de seus desejos, Felipe, é um rapaz heterossexual, que tem uma namorada e, além disso, é assediado pelas fãs da banda – cedendo constantemente aos assédios e mantendo relações sexuais com duas ou três fãs por noite.

Essa característica anunciada no começo do livro faz com que Tiago apresente repulsa para com Felipe, pois se notar envolvido por seu colega de banda, Thiago nos apresenta o “perigo” que está vivenciando ao gostar desse rapaz, pois como ele diz no texto: “Se tem uma coisa que eu aprendi na Inglaterra é que hetero é hetero, gay é gay e a mulata não é a tal” (LEILLA, 2009, p. 29) e mais, “Sem essa de gostar de homem-hetero, não tenho tempo pra isso, tenha dó” (LEILLA, 2009, p. 20) Ou seja, relacionar-se com Felipe era algo distante, fora do seu alcance, tendo em vista que ele não estava no universo dos gays e “Todo dia ele aparece com uma menina diferente” (LEILLA, 2009, p. 29).

É interessante pensarmos como as categorias heterossexual e homossexual são apresentadas, enquadradas e estigmatizadas, configurando-se em normas tanto para os heterossexuais, quanto para os homossexuais; pois grupos hegemônicos já definiram o que é cada uma das categorias, mesmo estando apenas inseridos na que é aceita. Lembremo-nos do estudo de Katz (1996, p. 25) que, ao traçar um panorama histórico e social da criação das categorias, argumenta que “a heterossexualidade significa um arranjo histórico particular dos sexos e de seus prazeres”.

Na obra *leilleana*, o interesse de Felipe por Thiago vira alvo de questionamentos, o que reproduz o discurso de: ou se é uma coisa, ou outra. A reprodução desse discurso se dá de tal forma que Matheus, o irmão protetor e cuidadoso de Thiago, de forma clara e objetiva, questionou: “o que você quer com meu irmão, Felipe? Todo mundo na banda só comenta isso agora. É o assunto do dia. A dúvida é geral: afinal, se o Felipe come duas, quatro mulheres numa noite, o que ele quer com Thiago?” (LEILLA, 2009, p. 44).

Diante desse questionamento, somos encaminhados para o desfecho da obra em que as personagens, enfim, se relacionam sexualmente e nos é apresentada uma figura feminina: Maria Alice. A presença dessa figura nos faz, mais uma vez, questionar os locais engessados, pois ao saber da relação de Thiago com Maria Alice e o fato dela não se importar com as preferências de seu amigo, leva-nos a repensar o posicionamento do narrador.

Ora, no decorrer do texto ele vê a improbabilidade de concretizar algum tipo de relação com Felipe, por causa das relações do cantor com meninas, mas ele também se envolveu com Maria Alice, mesmo gostando de pessoas de sexo igual. O que estamos denominando de envolvimento não está atrelado a nenhuma materialização de relação afetiva, tendo em vista que não há nenhuma passagem no texto apresentando concretamente tal relação, mas apenas indícios de um envolvimento.

Notadamente, o que está sendo problematizado é a fluidez de categorias, objetivando a realização pessoal de cada uma dessas personagens. Isto é feito de tal forma que as lembranças dos momentos que Thiago vivenciou com Maria Alice estão colocadas exatamente junto às vivências dele com os homens: com Felipe, como percebemos nas passagens anteriores e com Ian.

O que estamos evidenciando, com isso, é a situação limítrofe na qual se encontram as personagens de *O sol que a chuva apagou* (2009). Ora, vejamos: há imbuída no protagonista uma necessidade de prender e fixar o que está vivenciando, mas há também um desprendimento na medida em que ele tenta, e por vezes consegue, se libertar desse sentimento de concretude. Percebemos que essa passagem representa bem o que encontramos na obra, de um modo geral, pois as personagens estão entre a concretude das relações pré-definidas e o trânsito no qual o desejo é o veículo principal para a efemeridade.

Para estas personagens há uma descoberta em curso de que não há uma única via para *ser e estar*; homem e mulher; hetero e homossexual. Há vias de mão duplas, triplas, ou mais formas de experienciar as relações sem a necessidade de o sujeito estar enquadrado em formas. Transitar já nos coloca perante uma não rigidez, uma flexibilidade e liberalidade de pensamentos e ações. E, por isso, a imagem do giz é tão expressiva para a obra, pois ao mesmo tempo em que os escritos de giz criam territórios fixos, por se materializar no ato da escrita; eles também constroem imagens que são eminentemente efêmeras, pela facilidade de apagar a escrita feita por esse material.

Adentrando um pouco na outra de Leilla, *Primavera nos ossos* (2010) apresenta personagens que também fogem ao que é estabelecido para o ser homem e mulher. O conceito que tomamos do que é ser homem e mulher está baseado nos autores que apresentam tais categorias como construção, desmistificando a ideia de que a marcação biológica define o que é ser um e outro sujeito.

Alguns estudos têm apontado para essa noção construtiva do sujeito, a exemplo de Badinter (1993), Nolasco (1995), dentre outros. Há em comum, nessas pesquisas, o fato de associar essa construção a uma imposição social, que considera apenas a marca biológica, ou seja, se o sujeito nasce com um pênis, há uma série de regras com as quais ele deve lidar para que honre a categoria de homem. Para quem nasce com uma vagina, a situação ocorre da mesma forma, como afirma Nolasco (1995, p. 25): “A anatomia tem servido como um porto seguro para referendar algumas certezas culturais criadas para homem e mulher”, daí a necessidade de se rediscutir as construções e expectativas que são criadas a partir do corpo dos sujeitos. Evidentemente a anatomia é um modo de se entender e de se dizer do sujeito, para analisá-lo, para criar leis que são, de certo modo, importante para a convivência social, o problema reside na tentativa de tornar tal categorização única e de prestígio.

Um aspecto interessante para se ressaltar é a forma como Luísa, protagonista do texto, problematiza o desejo de Michel para com seu igual, pois para ela era estranho o fato de ele estar sempre rodeado de mulheres. O caminho percorrido por Luísa é o oposto ao que se tem dito popularmente, levando em consideração a segmentação binária em que homens e mulheres devem se agrupar entre os seus iguais, cada um em seu lugar distinto.

O que temos claramente posto na relação entre essas duas personagens, está para além do sentimento de amor, carinho e cuidado que tinham. Michel direcionava para aquela mulher um desejo sexual que está descrito em várias páginas e com riqueza de detalhes. Ele sentia uma necessidade cada vez maior de manter relações sexuais com Luísa, pois ele:

Não conseguia entender quanto sentia fome e sede dela, e, ao mesmo tempo, como queria por tudo manter-se distante daquela mulher. [...] Quanto mais fosse dela e a tivesse para si, quanto mais achava estranho querer uma mulher e, acima de tudo, uma amiga daquele jeito [...] O que queria extrapolava a satisfação física. Ao contrário, a fome aumentava quando faziam amor. Não

Ihe bastava o gozo. O gozo é um fato logo consumado (LEILLA, 2010, p. 194 - 195).

Observemos nessa citação que Michel deixa claro o seu desejo latente por aquela mulher que era capaz de fazer seu corpo despertar sensações nunca antes vivenciadas. Está explícito que esse desejo era permanente, era chama acesa, era uma necessidade de vivenciar aquele momento, não apenas pelo gozo em si, pois a relação que eles mantinham ia além de amor/amizade e desembocava no prazer a dois; mas porque aquilo gerava um ciclo de necessidades sem fim.

O que vemos entre Luísa e Michel é a “revelação de emoções e ações improváveis de serem expostas pelo indivíduo para um olhar público mais amplo. Na verdade, a revelação do que é mantido oculto das outras pessoas é um dos principais indicadores psicológicos, capaz de evocar a confiança do outro e de ser buscado em retribuição” (GIDDENS, 1993, p. 153 – 154), ou seja, percebemos entre as personagens a ligação que Giddens chamou de “intimidade”.

Ainda no que se refere à intimidade, e voltando ao texto de Leilla, uma passagem que merece destaque é aquela em que Luísa apresenta suas concepções sobre o estereótipo do que é ser gay. Estas, notadamente, estão atreladas ao pensamento comum que relaciona as brincadeiras da infância ao tipo de relação que o indivíduo manterá ou poderá manter na vida adulta, como vemos no trecho que segue:

- Dizem que meninos gays brincam de casinha quando pequenos.
- Mentira, eu nunca brinquei de casinha, e desconheço algum amigo meu que tenha brincado. Só os que já nasceram querendo ser mulher, acho.
- E como é isso de serem mulher?
- Dizem que sempre se sentiram mulher (LEILLA, 2010, p. 224).

O que está problematizado nesse diálogo, além dos estereótipos do que vem a ser um sujeito gay e as preferências de Michel é, mais uma vez, o binarismo construção/essencialismo, tendo em vista que o trecho estabelece duas relações: as influências da infância que direcionam para a homo ou heterossexualidade, conforme foi dito; e uma relação que afirma que algumas pessoas já nascem sentindo-se pertencentes ao gênero oposto, uma vez que não se reconhecem na marcação biológica à qual estão vinculados.

Por exemplo, a condição *trans*, que é caracterizada pelo sentimento intenso de não-pertencimento ao sexo anatômico.

Evidencia-se na obra, de um modo geral, que há pontos comuns tanto nas passagens do texto em que Luísa narra, quanto na narração feita por Michel. O que destacamos é o fato de que, mesmo sendo trocada por um rapaz, Luísa mantém-se envolvida com Michel mesmo sabendo das relações dele com outros rapazes antes de casar. Ou seja, em nenhum momento ela foi enganada por seu companheiro – apenas houve o ranço causado pela presença de outra pessoa entre os dois. Há, portanto, um momento de adaptação dela frente à situação de estar com um homem cujo desejo não tem limites para gênero e sexualidade, diante do que está posto na obra, quando analisada numa perspectiva que desconstrói, mas não invalida, os estudos gays e lésbicos.

Em *Henrique* (2001), o que vamos perceber é a fluidez de laços que outrora estavam presos de forma bastante firme, além de visualizarmos o constante questionamento das posições que ocupam do que vem a ser o sujeito, se homem ou mulher, se hetero ou homossexual. A primeira relação que está posta no texto é a que se estabelece entre Henrique e Víctor que é um amor que nasce com o “melhor amigo desde a infância, atravessando a adolescência e indo até a maturidade passa pelos percalços da dúvida, do medo, do questionar a si a despeito da identidade sexual” (GARCÍA, 2012, p. 5).

O posicionamento de Vic, com relação a ser homem e ser mulher e a forma como ele compreende a relação que mantém com Henrique, é um aspecto muito discutido durante o texto, como podemos ver no diálogo que segue:

- Tudo bem – ergui os olhos à procura dele – Não sou homem mesmo não. Pronto.
 - E o que você é afinal, cara? Mulher?
 - Não sei – eu disse.
 - Ah, sai dessa, Rique! É ruim, hein! Não tem graça nenhuma, você bem sabe que não gosto de mulher...
 - Não sei por que não gosta...
 - Ora! Pronto! Tô fodido agora...
 - Que foi?
 - Que foi o caralho! Você parece que é demente...
 - Então sou...
 - Deixar de ser homem para querer ser mulher...
 - Eu não disse que isso, nunca lhe disse que eu era mulher...
- (LEILLA, 2001, p. 45).

A conversa entre os grandes amigos continua, mas, por ora, paremos aqui para compreendermos alguns aspectos. Vejamos: Henrique, já de início, afirma que não é homem, uma vez que, se o desejo dele é direcionado para outro igual, ele não atende aos “pré-requisitos” necessários para ser homem. Não apresenta características de uma masculinidade viril, não sente desejo por mulher, chora, se emociona, fugindo, assim, do que se espera dos sujeitos com pênis. Segundo Nolasco (1993, p. 103-104), “Um homem não escolhe o que ele quer ser, isto já foi feito socialmente, e a ele resta senão conformar-se e endossar, quase sob a forma de uma crença, o que compreende pelo significado de ser um homem”. Percebamos que o conflito vivenciado por Henrique, ainda na infância, está atrelado à noção engessada do que pode, ou não, fazer o sujeito homem.

No entanto, o que está também posto no diálogo é que o personagem não é homem, nos moldes engessados em um contexto de duelo de categorias, e também não quer dizer que é mulher. O que esse personagem sugere é uma não definição para o que se é, pois as categorias que existem não são suficientes para dizer do que vivenciam.

A problematização que Leilla coloca na voz dos garotos não fica apenas no aspecto do binarismo. Aborda também uma questão do essencialismo e construtivismo, no que diz respeito à construção da sexualidade. Isso está bem marcado na fala do protagonista, ao afirmar que “Se houvesse isso de escolher, tinha que ser antes de a gente nascer” (LEILLA, 2001, p. 47). O que ele põe em discussão não passa apenas pela homossexualidade e se a mesma é via de construção ou essência. O que ele apresenta é o questionamento do corpo, desconstruindo a ideia de que este é responsável pela configuração do desejo.

Fugir deste “engessar social” é algo presente em toda a narrativa e não apenas no que tange às categorias de hetero e homossexual, mas também às representações familiares impostas: pai, mãe, irmão, tio, avô. Notadamente as personagens estão saindo desses espaços fechados a fim de encontrarem o seu **entrelugar**: um espaço no qual as definições do que é ser homem e mulher não sejam fechadas e sim móveis, transitórias, onde o direito de estar seja atendido.

Para pensar um *entrelugar*

Nas análises das obras, percebemos que há uma inquietação posta nas narrativas sobre a necessidade de não *estar* nem *ser* algo fixo – que se molda às categorias definidas através de configurações de discursos históricos e sociais. A proposta é pensar no **entrelugar** onde todas essas categorias fossem desconsideradas e as relações entre os sujeitos pudessem ser construídas nessa perspectiva.

A noção de entrelugar com a qual estamos trabalhando é a que foi discutida inicialmente por Santiago ([1978] 2000, p. 9), ao afirmar que “o lugar que ocupa hoje o discurso literário latino-americano, no conflito com o europeu”, ou seja, o influxo estrangeiro que a produção nacional sofreu, ainda na década de 1970, colocando em pauta a relação de centralidade e marginalidade, referência e cópia, dominador e subjugado; e o limítrofe entre uma coisa e outra, como sendo o espaço de subversão da Ordem. Na obra em que Santiago apresenta essa noção de entre-lugar, o que está evidenciado é esse local de trânsito e descolamento fronteiriço preconizando o crescimento da cultura local e relacionando-a com o que está posto pelos influxos culturais externos.

Para além do que postula Santiago, uma definição que ficou bastante conhecida acerca do entre-lugar foi a de Bhabha (1998), que ao comentar sobre o trabalho de Renée Green, em especial sobre o poço da escada que estabelece ligação entre as partes superior e inferior de uma de suas obras, afirma que esse poço propicia uma passagem e afirma que:

O poço da escada como espaço liminar, situado no meio das designações de identidade, transforma-se no processo de interação simbólica, o tecido de ligação que constrói a diferença a entre superior e inferior, negro e branco. O ir e vir do poço da escada, o movimento temporal e a passagem que ele propicia, evita que as identidades a cada extremidade dele se estabeleçam em polaridades primordiais. Essa passagem intersticial entre identificações fixas abre a possibilidade de um hibridismo cultural que acolhe a diferença sem uma hierarquia suposta ou imposta (...) (BHABHA, 1998, p. 22).

A analogia apresentada pelo autor ficou conhecida pelo fato de metaforizar de forma bem prática o que seria esse espaço próprio para o movimento e para transitar sem que, necessariamente, se fixe nos polos, ou

seja, no andar superior ou inferior. A sensação que a analogia apresentada em *O local da cultura* nos oferece é de que, mesmo com locais imóveis, há uma possibilidade visível e clara para não permanecer nem em um lado e nem em outro.

A discussão apresentada por Bhabha é direcionada aos hibridismos formados pelas diferenças culturais sem considerar os polos como aspectos segregacionistas nestes extremos. O autor afirma que a “fronteira se torna o lugar a partir do qual algo começa a se fazer presente” (BHABHA, 1998, p. 24). Ou seja, a fronteira é um ambiente positivo, pois permite o contato com a diversidade cultural.

Trazendo o conceito para o nosso estudo e pensando as configurações de gênero e sexualidades, refletimos sobre o que pode ser o sujeito, além do binário par homem e mulher? Pensemos nas performances: os sujeitos podem ser homossexuais, heterossexuais, bissexuais, pansexuais, etc., mas o ponto inicial é a designação de ser homem e/ou mulher e, a partir daí, manter relações com outros sujeitos. Pensar esta fronteira foi o que nos permitiu trazer à baila o conceito de entre-lugar e ressignificá-lo para que pudesse ser o **entrelugar** dos sujeitos que apresentam performances fronteiriças, passeiam por esse vão da escada e se permitem conhecer e vivenciar a diversidade das relações afetivas e sexuais. Pensando dessa maneira, problematizamos as categorias que são colocadas como modelo a serem seguidos.

Ainda nessa perspectiva de adotar o entre-lugar conceituado por Santiago ([1978] 2000), outro estudo relevante é o do pesquisador Flávio Camargo (2009) que busca o espaço de travessias, digamos assim, para as experiências homoafetivas em um conto de Caio Fernando Abreu.

Compreendemos a relevância dos estudos citados para que observemos o homoerotismo e a homoafetividade sob outra perspectiva. No entanto, o que propomos vai além das fronteiras das relações iguais, tendo em vista que nas obras analisadas o que está evidenciado é uma reconfiguração das categorias basilares de ser homem e mulher, deixando de lado se os sujeitos são/estão homo ou heterossexuais, por mais que as personagens questionem constantemente o pertencimento a uma categoria ou outra.

Tal discussão merece ser ampla e atuante, uma vez que possibilita que os sujeitos estejam o que desejarem estar, como temos percebido em algumas obras literárias, bem como em análises que, por mais que percebam a variedade de performances, acabam por negligenciar a possibilidade das

relações variadas em que o desejo seja o ponto de partida e chegada para tais personagens.

Assim, para os sujeitos ficcionais que observamos na obra de Leilla, o preponderante é a capacidade do outro proporcionar prazer, independente de qual seja a marcação sexual. Dessa forma, podemos dizer que a pele é o órgão sexual que é capaz de acender o desejo para com o outro e não o pênis e/ou vagina. Esse pensamento já era discutido desde 1976, por exemplo, por Deleuze e Guattari em *O anti-épido*, nos permitindo problematizar, desde então, o corpo inteiro como sexual.

Entender o corpo como sendo inteiramente sexual nos liga diretamente ao fato de desconstruir a ideia de órgãos sexuais. Isto nos permite, também, adentrar na discussão do ânus como sendo um órgão sexual, questionando tabus e ampliando o debate que é tão antigo quanto às práticas sexuais.

Diante disso é que percebemos o quanto é temido e ao mesmo tempo importante repensar a noção de corpo e o que está socialmente marcado como sendo essencial para as figurações do masculino e do feminino. Por exemplo, e, para além disso, ampliar o debate da simplificação dos corpos, pois assim como toda a extensão da pele, o ânus é também mais uma parte que é capaz de despertar sensações, assim como todo o corpo sexual.

Essas questões estão diluídas nas obras analisadas e nas relações estabelecidas. Diante disso, um aspecto importante de se pensar é: Em que tipo de estudo cabem essas relações? Evidentemente que os estudos que se debruçam apenas nas relações de gênero e sexualidades não são suficientes. É necessário incluir a perspectiva *Queer* nestes estudos para que possamos compreender melhor o que está apresentado nos textos de Leilla.

Segundo Louro (2004, p. 38), "*Queer* pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário" e toda essa estranheza está relacionada ao sujeito e à performance que este assume socialmente. Segundo Butler (1999), os sujeitos *queers* são aqueles que não se enquadram numa norma social e são alocados à abjeção, por terem materializado em seus corpos, e em sua existência, práticas que os fazem serem vistos como sujeitos menos humanos, por estarem fora da Ordem e fora do que esta mesma Ordem rechaça.

Os sujeitos *queers* são aqueles que vivem a condição abjeta, tendo o limbo e a exclusão como os primeiros lugares a serem sujeitados, como discute Kristeva (1982). Para a autora, os abjetos não apenas existem numa

forma excluída da normalidade, eles são parte constitutiva dela e a grande ameaça para a mesma.

Ou seja, o que perturba a sociedade é a ambiguidade daquilo que foge às suas regras impostas e domínios. É perigoso, socialmente falando, lidar com sujeitos que não se localizam em nenhum lugar pré-definido, mas que estão em sociedade, que são notáveis.

Muitos teóricos têm afirmado que ser homem ou mulher é uma construção. Badinter (1993, p. 8), por exemplo, diz que “Ser homem ou mulher era antes de tudo uma hierarquia, um lugar na sociedade, um papel cultural, e não um ser biologicamente oposto a outro”.

Diante desse par binário, nos questionamos: qual é a fronteira, a linha tênue, que separa um sujeito de outro? Como podem ser nomeados os sujeitos que não se identificam com um polo nem com o seu opositor? Ao tratar da bissexualidade na obra *Vice-versa*, Garber (1997, p. 22) aponta-nos um dado importante sobre as fronteiras. Ela assegura que “Quanto mais fronteiras a serem patrulhadas, mais travessias são feitas” e tal ato é “uma “transgressão”, aos prazeres excitantes e culposos de transgredir, de se intrometer, de espionar e de se comportar mal”.

Apesar de tratar da bissexualidade, a afirmação da autora corrobora a discussão entabulada, tendo em vista que a bissexualidade também é vista como **entrelugar**, por não ser tão legitimada quanto as demais categorias citadas, por mais que haja representação social.

É tentando pensar numa perspectiva mais abrangente que trazemos o conceito de **entrelugar**, pois esse espaço acaba por se configurar em um lugar de travessias e deslocamentos em que é possível, para os sujeitos, estarem e vivenciarem suas relações. Colocamos o **entrelugar** como um dispositivo capaz de desmistificar a necessidade social de enquadrar – em uma categoria ou outra – e de romper com os limites impostos ao sujeito para que este seja apenas aquilo que as concepções binárias permitem, possibilitando a não fixidez de uma identidade.

A noção de *estar* é fluida e escorregadia, e, justamente por isso, sentimos a necessidade de encontrar um espaço que permitisse que as personagens colocassem em ação suas vivências e experiências sem que, com isso, estivessem numa categoria limitante.

Referências

BADINTER, Elisabeth. **XY**: sobre a identidade masculina. Trad. Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana L. de L. Reis e Gláucia R. Gonçalves. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1998.

CAMARGO, Flávio Pereira. **O entre-lugar das experiências homoafetivas em “A aqueles dois”**, conto de Caio Fernando Abreu. In: _____. ; SILVA, Antonio de Pádua Dias da;

CAMARGO (orgs). **Configurações homoeróticas na literatura**. São Paulo: Claraluz, 2009. p. 69 – 86.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **O Anti-Édipo**. Trad. Georges Lamazière. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GARBER, Marjorie. **Vice-Versa**. Trad. Ivanir Calado. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GARCÍA, Paulo César. **Representações da diversidade sexual em narrativas de ficção da atualidade**. Anais do Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH. Volume 1. Número 1. Salvador: UFBA, 2012.

KATZ, J. N. **A invenção da heterossexualidade**. Trad. Clara Fernandes. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

KRISTEVA, Julia. **Powers of horror: An Essay on Abjection**. Trad. Leon S. Roudiez. New York: Columbia University Press, 1982.

LEILLA, Álex. **Henrique**. Salvador: Domínio Público, 2001.

_____. **O sol que a chuva apagou.** Salvador: P55 Edições, 2009.

_____. **Primavera nos ossos.** São Paulo: Casarão do verbo, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho.** Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NOLASCO, Sócrates. **A desconstrução do masculino.** Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

_____. **Um homem de verdade.** In: Caldas, Dario (org.). Homens. São Paulo: Senac. 1993, p. 14-29.

SANTIAGO, Silvano. **Uma Literatura nos Trópicos.** 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

OBJETOS DE DESEJO → OBJETOS GEOMÉTRICOS: RELAÇÕES POSSÍVEIS EM *O SOL QUE A CHUVA APAGOU*

Micaela Sá da Silveira¹

Introdução

Pensar as relações afetivas que estão representadas na literatura tem sido um trabalho cada vez mais delicado, tendo em vista que alguns autores têm “presentificado” na literatura as relações conforme observamos na sociedade: despreocupadas com as nomenclaturas, apenas vivenciadas. Observar tais representações tem exigido, assim, problematizar as vias de acesso e traz um questionamento: como adentrar nesse universo? Essas inquietações surgem diante das leituras de obras como as de Álex Leilla, especificamente em *O sol que a chuva apagou* (2009), que apresenta personagens que se relacionam com mais de um parceiro ou parceira, formando, assim, o que se convencionou chamar tradicionalmente, a uma primeira vista, de triângulo amoroso.

Este envolvimento afetivo e/ou sexual entre três pessoas pode se configurar de várias formas, dependendo de quais sejam os sujeitos da relação. Tal envolvimento é frequentemente representado nas produções literárias, de um modo geral. No entanto, essas figuras geométricas tradicionais muitas vezes não metaforizam verdadeiramente as relações apresentadas e isso fica evidenciado na análise de Kothe (2000, p. 548) sobre as relações em *Dom Casmurro* ao afirmar a recorrência dessa figura: “Sem que isso seja algo original, os ‘grandes romances machadianos’ são construídos à base de triângulos amorosos”.

Neste sentido, observando tais formas, objetivamos analisar o texto leilleano partindo de uma interface entre literatura e geometria, apresentando

¹ Universidade Estadual da Paraíba
E-mail: micaelauepb@hotmail.com

uma articulação entre desenhos das relações e os conceitos baseados na geometria euclidiana plana. Tal articulação torna-se possível levando em consideração que desde os primeiros registros literários, temos a presença de um terceiro elemento nas relações afetivas e/ou sexuais, configurando o que se costuma nomear de “triângulo amoroso”. Tal figura, na maioria das vezes, não se aplica às relações representadas e, para comprovar tal assertiva, trazemos os conceitos na matemática e na literatura para que possamos estabelecer relação entre as áreas acima mencionadas.

A(s) metáfora(s) dos objetos geométricos em Leilla

O sol que a chuva apagou (2009) traz um narrador-personagem relata a experiência de sua antiga relação que acabara devido ao falecimento de Ian, seu então namorado. Esse é o grande *leitmotiv* para o desenvolvimento de toda a narrativa. O texto inicia com uma reflexão de Thiago sobre a morte, justificada por sua perda recente, além de apresentar a relação de estranhamento entre ele e alguns integrantes da banda Vapor Barato.

É conversando sobre esta partida que Thiago começa a se sentir atraído por Felipe, o cantor da banda. Este, ainda no começo do texto, questiona se Thiago sofreu muito com a perda de Ian, se o esqueceu e se já está resignado. Diante de tais questionamentos e de outras posturas, Thiago vai percebendo certo interesse de Felipe para com ele e começa a notar a presença do rapaz, que frequentemente é perseguido, após os shows, por um bando de garotas enlouquecidas. “Notar a presença” de Felipe é despertar para ele e descobrir-se novamente se envolvendo, mesmo sabendo que o objeto de seus desejos é cobiçado por várias meninas e que ele retribui.

Diante do envolvimento dos rapazes, ainda que de modo indireto, podemos pensar num primeiro objeto geométrico para materializar o elo entre as personagens Ian, Thiago e Felipe, pois mesmo o namorado de Thiago tendo falecido, ele ainda se configura como uma presença constante, que desestabiliza a possível relação entre os dois. O fato de Thiago estar completamente ligado a Ian e sentir-se atraído por Felipe já nos faz enxergar uma relação tríade – a configuração de um triângulo – por uma questão quantitativa, pois temos a presença de três personagens que se envolvem de alguma forma, e esta relação vai sendo comprovada e ampliada com o decorrer da narrativa.

Nessa narrativa, há um constante intercalar nas lembranças de Thiago entre os momentos que vivenciou com Ian e o momento presente, de atividade na banda, fazendo da sua narrativa um misto de presente e passado que, em termos geométricos, nos possibilita pensar em dimensões: a dimensão de observação do presente difere da dimensão de quem está no tempo passado. Dos componentes de Vapor Barato, o que se faz mais presente na sua vida é Felipe, como citamos, que faz questão de mostrar o seu interesse em saber como está a vida do amigo e ressaltar a importância dele na banda, afirmando que tal presença “trouxe a sorte de volta” e que Thiago “agora é nosso talismã” (LEILLA, 2009, p. 10). Esse interesse constante é o que desperta, como dissemos, o olhar de Thiago, de tal modo que ele se pega cantando um trecho da canção *Giz*, que é bem explícita nesse sentido: “*Lá vem, lá vem, lá vem de novo/acho que estou gostando de alguém*” (Idem).

A esperança e o constante lembrar são frequentes na canção de Russo e no discurso do protagonista da obra de Leilla e, por isso, justifica o fato da utilização do trecho da canção para apresentar o seu despertar para Felipe: “*Lá vem de novo*” o sentimento que ele não esperava sentir. O gostar não estava em seus planos naquele momento, pois mesmo depois de anos da morte de seu companheiro, o narrador ainda estava imbuído de lembranças e, pelo discurso apresentado no decorrer da narrativa, era Ian que ele não esquecia.

O que é dito por Thiago vai deixar claro que ele ainda estava preso a Ian, de tal forma que era difícil crer que se sentia atraído por outra pessoa, e afirma: “*Canto, sozinho, mas sem querer acreditar, com medo de reconhecer que aquela dor imensa, aquela dor insuportável de te ver morto está cedendo, está me deixando respirar outra vez*” (LEILLA, 2009, p. 10).

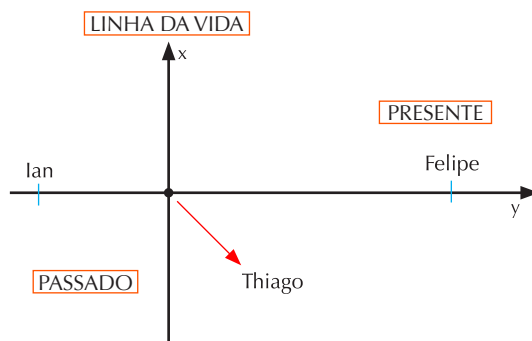
Entender a forma como esse relacionamento é construído se faz pertinente, para percebermos as metáforas de objetos geométricos que surgem desta relação. Até esse momento do texto evidencia-se que Thiago está se apaixonando por Felipe, mas ainda preso ao fantasma do sentimento que tem por Ian: uma mistura de amor, sentimento de perda e remorso – por conta da morte e pela culpa de estar gostando de outra pessoa. Muitas passagens do texto deixam isso claro, por exemplo, quando um dos ensaios da banda termina e ele confessa a si mesmo: “*começo a sentir uma situação-limite: estou realmente gostando de alguém. Muito, muito tesão. Mas não apenas sexo, é aquele querer raro, que há muito eu não me via capaz de sentir por outro homem*” (LEILLA, 2009, p. 14).

Um aspecto que vai permear todo o texto é a forma com a qual esse “querer raro” de Thiago é alimentado pelas atitudes de Felipe: constantes questionamentos acerca da vida de Thiago; o cuidado, desde carregar a mochila dele para poupar-lhe o peso, até saber se ele dormiu bem ou o que deseja comer de café da manhã; inquietar-se com o fato dele ter saído à noite; indagar quais as companhias e quais os lugares em que ele esteve, por exemplo. Essas atitudes vão, de certo modo, inquietar Thiago, que divaga ao notar que está se envolvendo neste sentimento:

Enquanto ando ouço a voz dele cantando coisas obscuras, em inglês, espanhol, italiano, português. Porém, agora já não estou feliz por me saber gostando de novo, estou, na verdade, preocupado. Não vai dar em nada, sabemos, o cara é hetero e canta na mesma banda da qual achei de fazer parte. Melhor esquecê-lo. Deve haver uma forma de esquecer a paixão antes de se perder de vez em sua rede tola e sem sentido (LEILLA, 2009, p. 18).

Neste momento, o que se evidencia é a preocupação de Thiago por não ver a possibilidade de concretizar nada com Felipe, deixando claro que o fato dele ser hetero é um grande empecilho. Ao ver Felipe em sua casa, logo transforma em palavras esse sentir “Não controlo: o cheiro da colônia pós-barba dele me invade. Não domino: meu pau ameaça dar vexame. Não evito: o desejo me faz apertar a sua cintura também” (LEILLA, 2009, p. 19-20).

Temos evidenciado no texto a relação de envolvimento entre Thiago e Felipe. Além disso, temos a presença de Ian que, no tempo da narrativa, está no plano da memória, logo fora do tempo presente, mas se faz presente na narrativa. Antes de materializar geometricamente a relação tríade ou triangular, apresentamos um primeiro desestabilizar dessa figura, tendo em vista os planos ocupados pelas personagens. Vejamos graficamente:



Representação das relações de Thiago no plano cartesiano.

Temos na figura acima a representação das relações que Thiago estabelece e que são relevantes para a compreensão da narrativa. Nomeamos o eixo Y como sendo a linha de vida de Thiago e o eixo X indica os relacionamentos do protagonista que, por sua vez, são representados pelo ponto de encontro entre os eixos X e Y. Entendemos que lan, por estar no passado, entra na parte negativa do eixo X, tendo em vista que sua relação com Thiago não existe mais e Felipe está localizado no eixo positivo por ser a relação presente. Não estamos com isso desconsiderando a presença de lan, de forma alguma, mas se pensarmos em termos de influência, ou mesmo ligação, esta não se estabelece entre Felipe e lan. Na verdade, Felipe pouco se importa com lan, o que ele deixa claro é a preocupação que tem para com o restabelecer de Thiago para a vida e para sua presença, evidentemente.

Propor essa forma de pensar como uma alternativa de visualização da relação entre os três personagens pode, de certa forma, desestabilizar a figura do triângulo enquanto metáfora perfeita para uma relação a três pelo simples fato de, quantitativamente, percebermos a presença do terceiro elemento. No entanto, pensemos as possibilidades de conexões triangulares para ampliar os modos de visualização das relações.

Vejamus como a narrativa materializa o triângulo amoroso: temos Thiago, lan e Felipe. Thiago está ainda de luto pela morte de seu namorado lan, com quem viveu durante anos na Inglaterra, e, mesmo depois dessa morte, ainda não estava desligado de seu “grande amor”, como o chamava. Além desses dois, temos Felipe. Notadamente temos um tripé que pode ser pensado, inicialmente, de duas formas triangulares diferentes, ao tomarmos

como base os conceitos matemáticos que definem a figura geométrica mencionada. De acordo com Dolce e Pompeo, temos que:

Dados três pontos A, B e C não colineares, a reunião dos segmentos AB , AC e BC chama-se triângulo ABC . (...) Quanto aos lados, os triângulos classificam-se em: *equiláteros* se, e somente se, têm os três lados congruentes; *isósceles* se, e somente se, têm dois lados congruentes; *escalenos* se, e somente se, dois quaisquer lados não são congruentes (DOLCE E POMPEO, 2006, p.36 - 37).

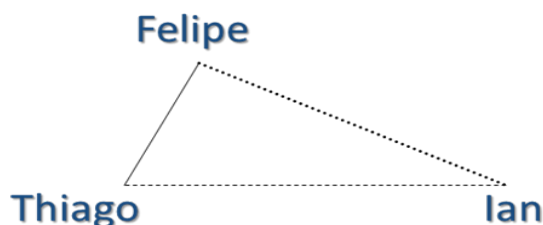
Uma primeira forma de pensar essa relação triangular afetiva que envolve Ian/Thiago/Felipe, seria metaforizando-a em *triângulo equilátero*, se lembrarmos que nessa relação estão envolvidos três homens – sujeitos de corpos masculinos que buscam a efetivação do desejo. São três sujeitos que estabelecem uma relação de procura e de entrelaçamento, mesmo que um deles se faça presente apenas no plano das lembranças e pensamentos, ainda assim é um lado congruente com os demais. Vejamos abaixo:



Triângulo *equilátero* – Possível representação geométrica da relação entre Thiago, Felipe e Ian.

Ainda poderíamos nomear essa relação como *triângulo escaleno*, se considerarmos os lados que formam tal figura como sendo não congruentes, ou seja, por se tratar de personagens que não estão no mesmo contexto: dois gays e um heterossexual. Como apresenta o discurso e as ações de Felipe, ainda que sua performance aponte para outro eixo. Essa relação metafórica poderia ser suficiente, se a narrativa de Álex Leilla encerrasse por aqui. No entanto, este é apenas o início e, no decorrer do texto, vamos percebendo que outras ligações serão feitas, refazendo-se em outras formas a estrutura triangular.

A figura que segue é a representação geométrica desta relação que liga Thiago a Felipe, além de ligar Thiago a Ian. Utilizamos a ligação de forma tracejada para demarcar que a relação entre essas duas personagens é estabelecida via lembrança, da mesma forma que a ligação entre Ian e Felipe acontece devido ao fato de Thiago trazer sempre as lembranças do seu ex-namorado. Graficamente temos o seguinte:



Triângulo *escaleno* – Segunda possibilidade para a representação geométrica de relação entre Thiago, Felipe e Ian.

Um aspecto que pode desestabilizar a estrutura triangular, *equilátero* ou *escaleno*, é o fato de Felipe relacionar-se com mulheres ao mesmo tempo em que apresenta um interesse efetivo por Thiago. Ora, há uma ramificação nesse vértice e isto é mais desestruturante ainda, se pensarmos que o triângulo era apenas constituído por homens. Poderíamos relevar essa ramificação, tendo em vista que o namoro de Felipe não é estável – acaba porque sua namorada o trai com o outro integrante da banda – além das várias fãs com quem ele se relaciona ao fim dos shows.

No entanto, a presença da mulher não está marcada apenas com a presença dessas figurações de feminino, tendo em vista que ao encaminhar para o desfecho do texto, quando finalmente Felipe confessa o que sente por Thiago, eles transam e um fato nos é apresentando: a imagem que Thiago vê no lustre, naquele momento, é o rosto de uma menina:

Todo retalhado. A gente pode descer a qualquer hora pra pular amarelinha. Sim. Se você tem giz de cera, e desenha as casas certinhas, nem a chuva, garantiu Maria Alice, nem a chuva apaga depois. Pode crer. Alguém pôs Legião Urbana num alto-falante. Quem são esses caras perturbando a vizinhança?, gritou uma voz masculina, nervosa (LEILLA, 2009, p. 45-46).

Essa presença feminina é algo inesperado por acontecer exatamente no momento em que ele consegue ter o homem alvo de seus desejos: Felipe. Entretanto, se observarmos com acuidade a novela de Leilla, notamos que a menina aparece em outras passagens, porém tal presença é interpretada como construtora de sentido apenas ao término do texto. A menina que é lembrada nesse momento, Maria Alice, foi uma amiga de infância de Thiago com quem ele brincava durante as tardes.

Um ponto interessante de se observar é que as lembranças nas quais Maria Alice aparece estão atreladas aos momentos em que Thiago fala de suas expectativas com relação a Felipe, ou até mesmo nesta referência quando, em pleno ato sexual com Felipe, ele pensa:

Não sei quantas vezes por dia Maria Alice me perguntava se eu gostava dela, se a gente era mesmo amigo. Rosa. Intenso. Cheio de nervos. Perfeito. Ia começar a cachoeira. Eu gosto de menino, disse-lhe certa vez. Não tem importância, ela respondeu. De entrar de boca aberta dentro dela, da cachoeira que, de repente, ficou tão forte (LEILLA, 2009, p.47).

Essa passagem é representativa para entendermos as ramificações e o ampliar dessas relações. O que temos explicitamente, nessa passagem, é a desconstrução das categorias que seguem a norma padrão: heterossexual e homossexual. Ora, Maria Alice sabia das relações de Thiago, mas para ela não havia nenhum problema, o que ela queria era estar com ele. Concomitantemente, temos o protagonista que tinha receio dos sentimentos de Felipe, por ele relacionar-se com mulheres, mas que também tem um histórico de relações com meninas.

Entendamos: as relações estavam postas primariamente entre Ian/Thiago/Felipe. Este último tinha uma namorada e mantinha relações com outras meninas. Até esse momento, poderíamos representar as relações a partir da figura de um quadrilátero, desconsiderando as outras mulheres, a namorada e as fãs com as quais ele se relacionava. Vale salientarmos que estamos levando em consideração, para essa representação quadrilateral, o aspecto quantitativo de personagens envolvidos e não se os mesmos possuem alguma ligação de fato. Estamos tomando o todo para tal metaforização, propondo uma ruptura no tempo e espaço, tendo em vista que o

passado interfere no presente a todo o momento, pois não há como desligar-se das experiências vivenciadas pelos sujeitos.

Para compreender a figura mencionada, tomemos como base o que apresentam Dolce e Pompeo (2006, p. 99): “sendo A , B , C e D quatro pontos de um mesmo plano, todos distintos e três não colineares. Se os segmentos \overline{AB} , \overline{BC} , \overline{CD} e \overline{DA} interceptam-se apenas nas extremidades, a reunião desses quatro segmentos é um quadrilátero”, ou seja, considera-se um quadrilátero a figura que possui quatro pontos de encontro sem que três desses pontos estejam na mesma reta. Lembremos que a reta é uma linha contínua que não apresenta ruptura ou inclinações. Assim, entendemos que o quadrilátero só vai ser formado se uma reta apresentar pontos de encontro com outras retas, ou seja, a junção de quatro retas. Ainda segundo os autores, os quadriláteros estão classificados nos seguintes tipos: **Trapézio**; **Paralelogramo**; **Losango**; **Retângulo**; **Quadrado**.

Escolhemos o paralelogramo para representar a relação, pois entendemos que Ian e Maria Alice encontram-se em linhas paralelas, por se tratar de personagens que se encontram no passado de Thiago. Podemos dizer que Felipe e Thiago estão em posições paralelas por estarem no plano presente da narrativa. Salientamos que para essa representação tomamos os personagens como linhas e não como pontos de encontros, como nas demais figuras. Assim sendo, a figura mencionada representa-se graficamente da seguinte forma:



Quadrilátero do tipo *paralelogramo*, para expressar as relações em *O sol que a chuva apagou*.

Para além dos aspectos quantitativos e das especificidades da classificação dos quadriláteros, essa figura não é suficiente para representar as relações na obra leilliana, tendo em vista que esta é uma figura fechada e possui uma estrutura fixa; enquanto o que se percebe na narrativa é que as relações estão sempre acontecendo ou são trazidas via rememoração. O que notamos diante dessas tentativas de compreender as figuras que surgem através das relações afetivas e sexuais, é que, mesmo as que possuem mais de dois lados, rompendo, portanto, com a estrutura da relação binária e diotômica, como é o caso do quadrilátero, ainda assim tais figuras são fechadas e as relações que somos convidados a conhecer nesta obra apresentam possibilidades de novas ramificações, logo, podemos afirmar que as figuras até então discutidas são insuficientes por encerrar em si mesmas, vetando a possibilidade de novas relações.

Em busca de um objeto representativo

Diante do que foi exposto, um objeto geométrico que trazemos nesse espaço para a metaforização é a *espiral* que, de modo comum, pode ser definido como um dos tipos de *curvas planas*. Segundo Veloso (1998, p.168), “De uma maneira geral, e de forma intuitiva, uma espiral em torno de um ponto O é uma curva descrita por um ponto que, simultaneamente, roda em torno de O e se afasta de O”.

Assim, pode-se dizer que a espiral é uma forma geométrica em que há um movimento de um ponto em volta de outro fixo, podendo se afastar ou aproximar do centro, como se vê na seguinte definição apontada por Joaquín de Vargas y Aguirre (1908, p. 424), “Se nombra espiral a una curva, engendrada por el movimiento de un punto, girando al rededor de outro fijo, del cual se separa o aproxima, según una ley determinada”².

Notemos que na definição de Vargas y Aguirre são evidenciadas duas formas de espirais – que se aproximam ou se afastam do ponto fixo – na medida em que rodam em torno deste, que podemos chamar de movimentos centrípetos e centrífugos. Além disso, há um tipo de espiral chamada de espiral 3D em que há dois movimentos coexistentes no mesmo espiral: movimento de rotação e de translação, ou seja, o movimento do ponto em

2 Denomina-se espiral uma curva, engendrada pelo movimento de um ponto, girando ao redor de outro fixo, do qual se separa ou aproxima, de acordo com uma lei determinada (tradução nossa).

torno de si mesmo e o movimento deste mesmo ponto em torno de um ponto fixo no plano X e Y.

Na matemática é possível encontrar vários tipos de espirais – de Arquimedes, de Galileu, a Espiral Baliani, a Espiral parabólica, por exemplo –, cada uma com sua particularidade de movimento e perspectiva diferente para a construção das curvas. No entanto, há em comum o fato de criarem curvas sem um padrão pré-estabelecido e com crescimentos diferentes.

A espiral que representa as relações presentes em *O sol que a chuva apagou* está em anexo, por uma questão de formatação do texto e nela utilizamos o seguinte padrão: imagens de determinados momentos do desenvolvimento da espiral, para que possamos acompanhar a sua evolução. Ao lado da espiral há uma legenda em que cada personagem está definido por uma cor, assim podemos perceber o momento em que as curvas se tocam, no movimento espiralado. Além disso, marcamos com um ponto preto cada momento em que as personagens se encontravam na linha azul que é referente à personagem que norteia as relações em cada uma das obras.

Em *O sol que a chuva apagou* (2009), chegamos à conclusão de que as personagens que compunham essa relação eram Ian, Thiago, Felipe, a namorada de Felipe e Maria Alice. Em termos de quantidade, teríamos o pentágono, como metáfora suficiente, mas em termos de relações estabelecidas, problematizamos tal figura por entender que a estrutura fechada de tal objeto e os limites que esta nos apresenta a tornaria insuficiente para tal representação. Percebemos, pois, que com algumas personagens a relação é passageira e, por isso, não formam figuras, apenas abalam uma estrutura que está, de certo modo, se fixando. Além disso, não podemos esquecer-nos das fãs da banda que mantém relações com Felipe. Não temos precisamente a quantidade, nos impossibilitando, assim, de metaforizar tal relação em um objeto geométrico fechado.

Vale a pena trazer à tona o fato de cada personagem se fazer presente de uma forma diferente: Ian, já falecido; Maria Alice, no plano das memórias; a namorada de Felipe e as meninas com as quais ele se relacionou se fazem presente nas lembranças de Thiago e se configuram como pseudo-empecilho para que ele entre de cabeça no “jogo” de Felipe. Diante de tantas variáveis, não era realmente possível que alguma estrutura fechada fosse suficiente para representar essas relações, sendo, por isso, escolhida a espiral com suas várias possibilidades de curvas e encontros, como sendo propícia para representar a obra de Leilla. Não esqueçamos que na figura da

espiral, os relacionamentos passageiros também podem e devem ser incluídos, tendo em vista que tais relações possuem significados e não são postos aleatoriamente no texto, uma vez que podem não formar figuras estáticas e fixas, mas criam revolução, como é próprio da espiral, que pode ser vista em anexo.

Percebamos que essa constante construção da espiral se assemelha à construção, também constante, das relações nas obras de Álex Leilla. Os raios diferentes a cada nova curva podem ser transpostos para as relações que mudam suas configurações, a partir do momento que os sujeitos, com suas características peculiares, mudam e o retorno para o mesmo eixo também nos remete ao fato de as relações não serem estanques e estarem abertas às possibilidades de recomeçar a qualquer momento.

Para esse estudo, um aspecto importante que nos chamou atenção foi a possibilidade de trazer conceitos de outras áreas para os estudos literários. Poder pensar as relações através das metáforas com os objetos geométricos foi um ponto crucial para o desenvolvimento da pesquisa, por nos proporcionar uma visualização do que estava sendo discutido, por poder pensar as relações de formas múltiplas e materializar isso através dos desenhos que emergem das obras que analisamos.

Isso só foi possível devido à fluidez com a qual Álex Leilla apresenta as relações de suas personagens. Assim, os objetos geométricos foram desenhados a partir do que a obra trazia. Dessa forma, comprovamos que para a análise do texto em tela, nenhum objeto geométrico fechado é capaz de representar as relações estabelecidas nos textos de Leilla, pois por mais vértices que tenha a representação geométrica, nenhum dos objetos utilizados permite visualizar as possibilidades múltiplas que os relacionamentos podem ter.

Um aspecto importante para esse tipo de análise foi o de não engessar as relações em uma única figura e, sim, utilizar várias possibilidades de desenhos até que um pudesse nos satisfazer de modo mais eficaz, como foi o caso da espiral tridimensional que, em sua estrutura e nos movimentos de rotação e translação, pudemos perceber as voltas e curvas feitas pela vida, de acordo com as escolhas feitas pelos sujeitos e pelas experiências vivenciadas pelos mesmos.

Referências

DOLCE, Osvaldo; POMPEO, José Nicolau. **Fundamentos da matemática elementar: geometria plana**: 41 exercícios propostos com resposta. 8. ed. São Paulo: Atual, 2006.

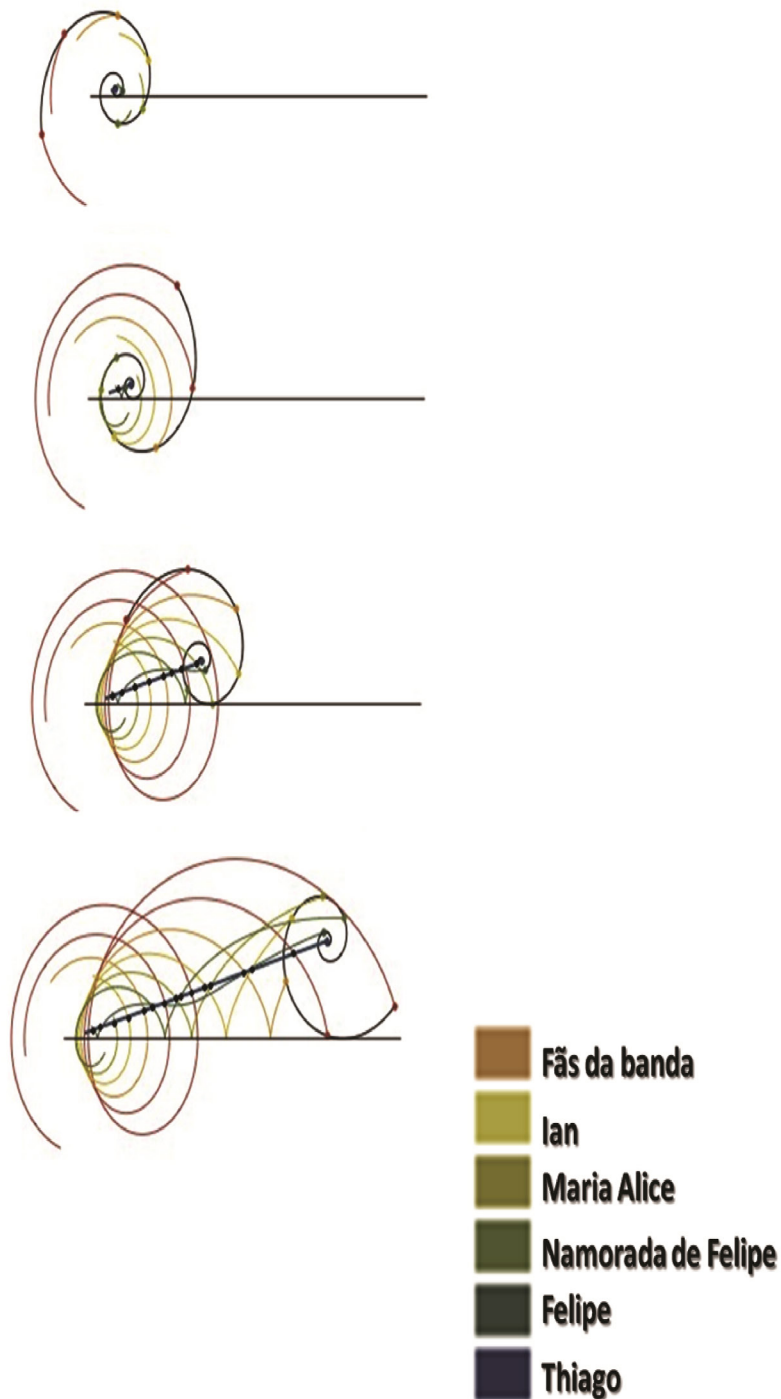
KOTHE, Flávio René. **O cânone imperial**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

LEILLA, Állex. **O sol que a chuva apagou**. Salvador: P55 Edições, 2009.

VARGAS Y AGUIRRE, Joaquin. **Catálogo general de curves**. Madrid: Imprenta de la “Gaceta de Madrid”, 1908.

VELOSO, Eduardo. **Geometria, Temas Actuais**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional (Grafis, CRL), 1998.

Anexo 1 – Figura da espiral representando as relações em *O sol que a chuva apagou* (2009)





MÍDIAS E OUTRAS LINGUAGENS



“QUE MUTANTE VOCÊ SERIA?”: A UTILIZAÇÃO DOS X-MEN COMO IDENTIDADE GAY NO LIVRO *NO PRESENTE*, DE MÁRCIO EL-JAICK

José Vilian Mangueira¹

O romance *No presente*, de Márcio El-Jaick, oferece ao leitor o olhar ingênuo e sincero do protagonista e narrador André sobre sua descoberta sexual como desejo homoerótico. Depois de ser chamado de “boiola” e “bichinha”, André se envereda numa busca de entendimento sobre sua identidade sexual. Espelhando-se no que está à sua volta, ele refere-se, em diferentes momentos quando procura entender a problemática sexual que o envolve, aos personagens X-Men, criados pelo desenhista Stan Lee. Diante do exposto, nosso trabalho busca analisar a recorrência dos X-Men dentro da narrativa *No presente*, baseando-nos em leituras sobre essas criações de Stan Lee (cf. EARNEST, 2007) e com base nos Estudos de Gênero (cf. SILVA, 2008). Desse modo, interpretamos a utilização desses personagens dentro do romance de Márcio El-Jaick. Nossa leitura mostrará que André assume uma identificação com X-Men masculinos e femininos, numa tentativa de construir sua identidade gay.

O escritor contemporâneo Márcio El-Jaick tem dado destaque à temática homoerótica, criando personagens que se encontram inseridos em situações que os fazem discutir sua sexualidade ou suas ligações amorosas. Seus livros, publicados pela Editora GLS, têm mostrado a habilidade do escritor em passear por diferentes gêneros literários – romance, novela e conto. O seu segundo romance, *No presente*, oferece ao leitor um olhar ingênuo e sincero do protagonista e narrador André sobre sua descoberta sexual como desejo homoerótico. Depois da morte do seu tio Ivan, André

¹ Doutor em Letras pela Universidade Federal da Paraíba, com tese em Literatura Comparada. Professor da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, atuando na Graduação em Letras como Professor de Literatura Anglo-Americana. Professor do Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL/UERN, com orientações de Doutorado e Mestrado sobre temas relacionados aos Estudos de Gênero e à Crítica Feminista. E-mail: vilian_mangueira@yahoo.com

se aventura em uma busca por autoconhecimento. Tudo começa quando, instigado pelo *bullying* de alguns colegas de escola que lhe chamam de “bichinha” e “boiola”, André empreende uma investigação para saber “Como a pessoa sabe que é gay” (EL-JAICK, 2008, p. 111). Durante essa investigação, o protagonista descobrirá suas reais preferências sexuais e experimentará sua primeira experiência sexual. O romance termina com a indicação de aceitação do personagem como gay e a ideia de que tal preferência sexual é vista como “normal”, mesmo que não naquele “presente”, mas em um futuro próximo.

Na trama do romance, há uma constante presença dos personagens X-Men em diferentes momentos da história contada por André. Como se tornam figuras importantes na narrativa, estes personagens têm certo destaque no processo de autodescoberta pelo qual passa o narrador-personagem. Em nossa análise, procuramos entender o papel que esses personagens dos quadrinhos/cinema/série de TV possuem nessa busca de identificação sexual que o protagonista empreende.

Em 1963, o desenhista americano Stan Lee, com o auxílio de Jack Kirby, criou o grupo de heróis a quem chamou de X-Men. A formação inicial do grupo era composta pelo Professor X, Ciclope, Fera, Homem de Gelo, Anjo e Garota Marvel (Jean Grey), mas, como o passar dos anos, o número de personagens cresceu, dando oportunidade para uma gama muito grande de heróis e vilões. Conhecidos como Mutantes, os X-Men são humanos que nasceram com poderes e habilidades superiores ao restante da população do planeta, graças a um salto na evolução da raça humana em decorrência de mudanças genéticas. Devido a esta evolução genética, eles são vistos como diferentes e perigosos por grande parte da população não-mutante, o que causou uma necessidade de se perseguir e, até mesmo, caçar estes seres humanos diferentes.

Assim como o protagonista do romance *No presente*, que se reconhece como diferente dos outros de seu gênero antes da fase adulta, os X-Men se descobrem mutantes no início da adolescência, quando seus poderes aparecem e surge uma crise de identidade em decorrência disso. Essa característica dos personagens é reforçada na cena inicial de *X-Men: o filme*, quando Rough (Vampira), desconhecendo seus poderes, beija inocentemente um rapaz e suga quase toda sua força vital. Na sequência do filme, aparece Jean Grey explicando ao Congresso americano que os poderes mutantes se manifestam na puberdade e que aqueles que se revelam com o

gene da mutação têm enfrentado medo e hostilidade. Entende-se que essa seria a primeira aproximação entre os personagens do desenhista Stan Lee e o protagonista de Márcio El-Jaick: a descoberta de si como diferente ainda na adolescência e os problemas que tal descoberta acarreta em suas vidas.

Stan Lee, em uma entrevista sobre suas criações mutantes, afirmou que uma de suas intenções ao criar estes personagens foi discutir discriminação em geral: “fazer uma história contra intolerância de todos os tipos”² (*Apud.* EARNST, 2007, p. 219). A fala de Stan Lee é significativa para ler a produção destes desenhos dos quadrinhos como “uma quase uma metáfora cultural ideal para experiência gay e para perseguição da diferença sexual”³ (*Apud.* EARNST, 2007, p. 219). Em entrevista sobre a produção dos filmes que envolvem estes personagens, o roteirista Dan Harris fez a seguinte afirmação sobre a relação X-Men e homossexuais: “[M]uito disso [metáfora para direito civis] nas revistas em quadrinhos começou com problemas de raça, e nos últimos quinze e vinte anos [...] isso se tornou mais uma metáfora para identidade e orientação sexual”⁴ (*Apud.* EARNST, 2007, p. 220).

Há nessas criações de Stan Lee um conteúdo homoerótico explícito que cobre diferentes épocas dos X-Men. Ao analisar as relações homossexuais das histórias em quadrinhos, Luciano Ferreira da Silva aponta para a relação homoerótica existente entre as personagens femininas Mística e Sina, que geraram outro mutante, Noturno (cf. SILVA, 2008, p. 169). Além da relação Mística/Sina, outros X-Men também demonstram desejos homoeróticos: Colossus, Estrela Polar, Karma, Anole, o casal Shatterstar e Rictor, Bling e Daken.

É com base nessa leitura de gênero dos X-Men que vamos interpretar a utilização desses personagens dentro do romance de Márcio El-Jack, procurando entender o porquê de o personagem-narrador André se interessar tanto por esses heróis da Marvel em diferentes momentos da narrativa e qual a possível significação dessas figuras para o processo de autoconhecimento pelo qual passa o protagonista do romance.

Os personagens dos X-Men entram no universo do protagonista do romance através da série de TV. O texto dá indícios de que ele assiste ao

2 Tradução nossa: “make it a story against bigotry of all sorts”.

3 Tradução nossa: “an almost ideal cultural metaphor for gay experience and the persecution of sexual difference”.

4 Tradução nossa: “[A] lot of it in the books started out as a race issue, in the last fifteen or twenty years [...] it’s become more a metaphor for sexual identity and orientation”.

desenho animado dos X-Men que era mostrado na televisão aberta e na fechada durante os anos 90, o que fica evidente no modo como André se refere a estes personagens: “O Melhor Desenho Animado do Mundo”. Com relação a outro tipo de adaptação desses personagens de Stan Lee, o livro *No presente* traz explicitamente uma referência à franquia de filmes sobre estes personagens que começou em 2000, com o lançamento de *X-Men, o filme*, e que carrega toda uma gama de cenas com grandes referências a uma construção social sobre os homossexuais:

ele [o tio Ivan] tinha muitos filmes e se orgulhava de ter muitos filmes, e vi que tinha poucos filmes que eu conhecia, como alguns da Disney e a coleção do X-Men, porque o Melhor Desenho Animado do Mundo tinha se transformando na Melhor Série de Filmes do Mundo (EL-JAICK, 2008, p. 56).

A primeira referência aos X-Men aparece quando André está vendo TV com a empregada da casa, Luzia, e esta diz que determinado homem é um Deus, e André começa a devanear sobre a comparação feita pela empregada, fazendo ligação com o imaginário judaico-cristão que afirma que Deus criou o homem à sua imagem e semelhança. Diante desse fato, o narrador-personagem começa a se questionar como seria possível Deus ser igual a todos os homens e chega à conclusão que a figura divina deveria ser um X-Men:

Aí pensei que o único jeito de Deus ser igual a todos eles [homem e mulher] seria se Ele fosse a Mística, do X-Men, que é o Melhor Desenho Animado do Mundo, que conta a história dos mutantes que são perseguidos pelos homens comuns porque são mutantes, e a gente costuma perseguir o que é diferente, como Hitler perseguiu quem era diferente dele quando foi ditador na Alemanha [...] (EL-JAICK, 2008, p. 29).

Alguns pontos importantes devem ser destacados no trecho anterior. Inicialmente temos a necessidade constante do narrador de explicar aquilo que ele acha essencial para a compreensão do que está sendo narrado, como ocorre no momento que ele esclarece quem são os X-Men. Dado ao fato de André procurar resposta para aquilo que lhe é desconhecido (ele seria gay ou não? O que é ser um gay?), ele constrói um discurso que prima pela explicação daquilo que pode parecer ignorado por seu interlocutor.

O outro ponto essencial do trecho diz respeito ao modo como o protagonista vê os mutantes do “Melhor Desenho Animado do Mundo”: uma representação de uma minoria perseguida por ser diferente. Isso fica claro quando ele compara os X-Men aos que foram perseguidos por Hitler na Alemanha e no restante da Europa. A visão de André espelha a proposta de Stan Lee, quando este afirma que procurou criar uma história sobre intolerância (Cf. EARNST, 2007, p. 219). Assim sendo, entende-se que esta primeira menção aos desenhos da Marvel carrega a ideia de que eles são os que foram/são considerados diferentes do que se tem como a normalidade humana. Levando para as questões de cunho sexual, na visão de André os X-Men seriam os seres humanos que têm um desejo erótico que se distancia do que é considerado a norma, uma vez que durante boa parte da narrativa o protagonista vai entender que a relação entre pessoas do mesmo sexo é “realmente horrível, porque não parecia certo, porque o certo era um homem beijando uma mulher ou uma mulher beijando um homem” (EL-JAICK, 2008, p. 101).

A temática sobre o comportamento de gênero será reforçado na sequência da narrativa, logo depois que André menciona que em uma conversa com os amigos de escola alguém faz a seguinte pergunta: “Se você fosse um mutante, que mutante você seria?” (EL-JAICK, 2008, p. 29). O desejo de André é responder que queria ser Mística, uma mulher. Mas, entendendo o papel que as representações de gênero possuem, ele opta por ser um X-Men homem, Ciclope:

[...] eu queria responder a Mística, porque seria muito bom poder ser quem eu quisesse e porque eu não precisaria ser só eu, que às vezes cansa. Mas achei que os meninos implicariam comigo, e a última coisa que eu queria era que implicassem comigo, aí respondi o Ciclope. (EL-JAICK, 2008, p. 29).

Fica evidente que André, ao desejar ser quem quisesse, quer se libertar das construções de gênero criadas pelo meio social em que ele se encontra. Ainda pode-se entender que ele sente-se cansado de ser quem ele é supostamente por ser hostilizado pelos colegas da escola, que o chamam de “bichinha”. Mas temendo, novamente, o papel que a sociedade prega aos gêneros, ele opta por silenciar o desejo de ser quem ele quer, escolhendo ser Ciclope, um personagem que, dentre os vários X-Men, é um dos poucos que possui uma namorada, internalizando a ideia de homem ajustado às

relações sexuais. Se ele escolhesse Mística, além de romper com a identificação do masculino com o masculino (heteronormatividade), sua escolha traria o estigma de ficar associado a uma das figuras dos X-Men que possui um comportamento sexual reprovado, pois, como é mostrado nos quadrinhos e também na série de TV, esta personagem une-se a outra mulher para gerar um filho.

Ainda com relação à figura de Mística, ela servirá como representação do desejo interior do protagonista, quando André vê nesta mutante a possibilidade de construir um relacionamento homoerótico com o porteiro do prédio onde ele mora. Desde o primeiro momento que viu Vicente, o narrador sente-se atraído pelo jovem. O fascínio que o porteiro exerce sobre ele é tão grande que André procura não ficar próximo dele para não ceder à tentação de ficar olhando para o sorriso encantador de Vicente e ser visto com estranheza: “E o Vicente sorriu o sorriso dele de simpatia, que era um sorriso que realmente dava na pessoa vontade de observar, mas, se a pessoa era um menino, talvez não fosse uma boa ideia observar, porque o Vicente podia achar estranho” (EL-JAICK, 2008, p. 81). Para resolver esse impasse de querer ficar perto de Vicente e não ser taxado de estranho, André busca em Mística a saída perfeita:

[...] pensei que realmente o mutante que eu mais queria ser do Melhor Desenho Animado do Mundo era a Mística, porque, se eu fosse a Mística, agora eu me transformaria em alguma menina, mesmo que fosse uma menina muito feia, porque mesmo uma menina muito feia poderia observar o sorriso de simpatia do Vicente sem que ele achasse estranho (EL-JAICK, 2008, p. 81).

Como já mencionamos anteriormente, tanto nas histórias em quadrinhos quanto na série de TV, Mística usou seu poder de transforma-se em qualquer pessoa para se metamorfosear em homem para unir-se com outra mulher, Sina, e ter condições de gerar Noturno. De modo semelhante, André quer usar esta habilidade da mutante para conquistar Vicente: “me transformaria numa menina muito bonita, com um sorriso de simpatia que também desse na pessoa vontade de observar, de modo que o Vicente ficaria com vontade de observar meu sorriso de simpatia” (EL-JAICK, 2008, p. 81). Como se percebe nas passagens anteriores, o substrato homoerótico das histórias criadas por Stan Lee é aproveitado na narrativa de *No presente* como escape para o desejo sexual que começa a surgir no protagonista da história.

Voltando ao personagem Ciclope, uma identificação verdadeira com este mutante irá acontecer quando André sente que outro menino está ameaçando a ligação platônica que o protagonista cultiva por uma colega de escola. Durante boa parte da narrativa, André mostra-se interessado por Fernanda Dias, uma menina tímida do colégio onde ele estuda. A relação que os dois constroem é através de cartas que um manda para o outro, sem nunca terem outro tipo de aproximação. O momento em que eles possuem para ficar juntos é durante uma festa na casa de uma outra colega, Patrícia Machado.

Ao perceber que há nele uma possibilidade de ser homossexual, André investe na tentativa de começar algo mais físico com Fernanda, para afastar esta probabilidade que lhe desagrada. E a festa na casa da amiga seria a grande chance de ele ter um contato mais afetivo com Fernanda. Já na festa, ele espera um momento que começasse a tocar música lenta, para se aproximar de Fernanda, mas, antes que isso ocorra, “um menino, que era um dos meninos que implicavam comigo [André] me chamando de boiola [...] chamou Fernanda Dias para dançar” (EL-JAICK, 2008, p. 95). Ao sentir que o garoto que lhe identifica como homossexual ameaça tirar dele a chance de provar que não o era, ele procura na figura de Ciclope, o X-Men que encarna virilidade e tem uma parceira, Jean Grey, uma saída para eliminar seu opositor:

Aí pensei que agora seria realmente incrível se eu tivesse o poder do Ciclope, porque o poder do Ciclope são os raios que saem sem parar dos olhos dele [...] se eu fosse o Ciclope [...] eliminaria o menino que era um dos meninos que implicavam comigo e com o Mateus. E talvez eliminasse o resto dos meninos que implicavam comigo e com o Mateus [...] (EL-JAICK, 2008, p. 96).

Uma análise mais cuidadosa desse trecho demonstra que se tornar Ciclope tem relação direta não com a vontade de destruir a ameaça que o colega representaria na relação que André procura ter com Fernanda Dias, mas realça o desejo de André ver-se livre do colega que constantemente implica com ele e com aquele que representa o verdadeiro desejo erótico dele: o seu melhor amigo Mateus. Isso fica evidente nas duas vezes que aparece o nome de Mateus no trecho. Assim, a figura de Ciclope, embora seja conscientemente usada por André como uma tentativa de provar que ele sente atração por Fernanda, aponta para o desejo homoerótico que ele inconscientemente nutre pelo colega. Esse jogo de desejo erótico que

começa a se formar no protagonista – a necessidade de se iniciar uma relação heterossexual com Fernanda e o fascínio homoerótico que o corpo do colega Mateus lhe desperta – começa a se manifestar mais detalhadamente quando André avalia o modo como dançou com Fernanda e quando ele vê-se sozinho no seu quarto com Mateus. Sobre a sua longa dança com Fernanda Dias, ele é obrigado a inventar que deu vazão ao desejo sexual que o contato com a namoradina de escola lhe proporcionou:

[...] quando o Mateus e eu chegamos em casa, o Mateus começou a falar em voz baixa do que teria feito se tivesse dançado uma música lenta com alguma menina, porque ele teria esfregado o pinto duro contra a xoxota da menina. E falei que era isso que eu tinha feito, que eu tinha esfregado o pinto duro contra a xoxota da Fernanda Dias, embora não fosse verdade, porque meu pinto não tinha ficado duro, e eu não tinha esfregado meu pinto mole na xoxota da Fernanda Dias, embora tivesse sido realmente gostoso dançar com ela e sentir o carinho dela nas minhas costas (EL-JAICK, 2008, p. 96).

Em relação ao desejo homoerótico, a noite em que Mateus dorme na casa de André, depois da festa de aniversário de Patrícia Machado e depois do protagonista querer ser Ciclope, marcará a primeira relação sexual que André terá. Entregando-se à vontade de tocar no corpo de Mateus, ele vai masturbar o amigo e entender que seu corpo responde positivamente ao contato com o corpo do colega, ao contrário do que ocorreu quando estava dançando com sua namoradina de escola: “[...] fiquei com a língua colada no céu da boca e não sabia o que fazer, porque a minha cabeça estava realmente cheia, porque eu continuava de pinto duro e continuava querendo ficar junto do Mateus [...]” (EL-JAICK, 2008, p. 103).

Diante do exposto, percebemos que a figura de Ciclope é trazida por André, nas duas passagens, com a funcionalidade de camuflar socialmente o que realmente está em seu interior. Assim como o protagonista imagina construindo um relacionamento com Fernanda Dias e se distanciando de seu desejo por meninos, ele também enxerga-se como Ciclope para mascarar sua identificação verdadeira com Mística. Em uma conversa cheia de indiretas com Maurício, o companheiro do tio morto, André ouvirá que sua vontade de namorar Fernanda Dias nada mais é do que um escape para fugir de quem realmente ele é: “Então ele talvez fique pensando nela [uma menina] porque é nela que todos gostariam que ele pensasse [...] Inclusive

ele” (EL-JAICK, 2008, p. 112). Da mesma forma ocorre sua identificação com Ciclope, quando, na verdade, ele queria ser Mística.

Outro mutante que é usado na narrativa de *No presente* é o professor Charles Xavier. Conhecido por suas habilidades de ler e controlar a mente das pessoas, Xavier será usado pelo narrador do romance em questão quando ele quer descobrir se a sua mãe leu ou não a palavra “bichinha” que haviam escrito no seu caderno. Intrigado com o fato de a mãe ficar pensativa e calada durante um longo tempo que estiveram juntos tomando sorvete, André sente necessidade de ser Charles Xavier e entrar na mente da mãe para saber se é a descoberta do que estava escrito em seu caderno que a deixara tão introspectiva:

E fiquei aquele tempo todo pensando em como seria bom ser como o professor Xavier, porque aí eu poderia saber no que a mãe estava pensando quando ficava olhando durante muito tempo para o sorvete, como se estivesse hipnotizada, e poderia mudar o pensamento dela, se o pensamento dela fosse um pensamento ruim, o que parecia ser o caso, porque ela estava com cara de que ter um nó na garganta (EL-JAICK, 2008, p. 39).

A vontade de ser este mutante tem relação direta com o fato de André temer ser identificado como gay. É sua necessidade de saber se sua mãe leu ou não o que escreveram no seu caderno que o faz querer ter o poder de entrar na mente das pessoas. E é este mesmo temor que o faz ver na própria mãe o mal que seria se ela, ao invés dele, tivesse o poder de Charles Xavier e descobrisse o real motivo de ele não querer mais tocar piano: o fato de alguns colegas de escola associarem o ato de tocar piano a um comportamento de efeminado. Isso fica evidente na seguinte passagem:

Quando a gente acabou o sundae, ela [a mãe] perguntou:

– Por que você não tem tocado piano?

E olhei para ela, mas desviei os olhos, porque parecia que quem tinha o poder do professor Xavier era a mãe, e era como se ela pudesse ler minha mente e descobrir o que quisesse (EL-JAICK, 2008, p. 39).

Alguns capítulos mais à frente, a necessidade de descobrir se sua mãe sabe ou não se ele é gay fará novamente com que André queira ter o poder do professor Charles Xavier: “[e] mais uma vez eu pensei em como seria bom ser como o professor Xavier para poder ler os pensamentos da

mãe” (EL-JAICK, 2008, p. 73). Estas duas referências a este mutante especificamente mostram que o poder que André buscar serviria para aliviar a angústia de ter que lidar como a dúvida de quem ele é sexualmente. Focado como estava em descobrir se ele seria ou não “bichinha”, André não consegue perceber que o verdadeiro motivo de sua mãe estar sempre pensativa e triste se deve ao fato de ela passar por um momento muito conturbado em seu casamento.

Dois outros mutantes ainda aparecem na narrativa deste romance. A penúltima referência aos X-Men vem quando André lembra-se do tio Ivan e de sua habilidade de dar atenção a todos que exigiam sua presença. O modo como o tio conseguia se desdobrar para agradar a todos faz com que o sobrinho veja no tio o mutante Múltiplo: “o tio Ivan tinha que se multiplicar para atender a todo mundo, que é um poder que o mutante Múltiplo tem e que seria um poder importante para pessoas como presidentes e donas de casa e o tio Ivan” (EL-JAICK, 2008, p. 42). Associar diretamente um X-Men ao tio que é gay reforça a ligação que há entre estes personagens do “Melhor Desenho Animado do Mundo” e a representação do homoerotismo que permeia toda narrativa de André, uma vez que é na figura do tio que André vai encontrar a si próprio.

A última analogia com os X-Men tem uma função semelhante a da primeira referência sobre estes personagens feita na narrativa de *No presente*. Cansado de todas as coisas ruins que vinham lhe acontecendo e, principalmente, irritado com o modo como era tratado pelos colegas durante as aulas de Educação Física e, também, durante o momento da chamada e do recreio, André vê no personagem Magneto uma possibilidade de se livrar de seus problemas constante de bullying.

A figura de Magneto nos X-Men é significativa para reforçar a ideia de que estes personagens da Marvel representam uma forma de metáfora na luta contra forças sociais que oprimem aqueles que são considerados diferentes. Na definição do narrador do romance, “Magneto era um judeu que tinha sobrevivido a Auschwitz, que foi um campo de concentração, que eram lugares onde o Hitler prendia as pessoas que tiveram o azar de ser diferentes dele, como os judeus [...]” (EL-JAICK, 2008, p. 115). Duplamente minoria, judeu (durante o período de Hitler) e mutante (numa época de caça e cura dos que se diferenciavam dos “normais”), este mutante encarna aqueles que resolveram se rebelar contra os que procuram oprimir os mutantes. No universo do “Melhor Desenho Animado do Mundo”, Magneto é um vilão,

pois procura “eliminar os homens, porque o Magneto não acredita na coexistência pacífica entre homens e mutantes” (EL-JAICK, 2008, p. 115). Mas mesmo o vendo como vilão, é nele que André busca espelhar-se para lutar contra o bullying que vinha sofrendo constantemente.

A função dessa referência ao personagem Magneto pode ser entendida, primeiramente, como uma nova tentativa de o narrador chamar a atenção para o modo como são tratados os que são diferentes da normalidade: presos e mortos, como os judeus; perseguidos e levados a um tratamento de cura, como os X-Men; ou sempre vítimas de bullying, como ele, André. Ainda, este personagem dos quadrinhos/séries/filmes é a representação máxima dos que estão cansados de serem perseguidos socialmente e resolvem revidar da forma mais agressiva possível, tratando os agressores da mesma maneira que eles o tratam. Usando uma lógica particular de ver este personagem, André assim o define:

E o Magneto era considerado um vilão, embora não fosse um vilão, porque ele era uma vítima que não queria ser vítima, o que está certo, porque é realmente difícil a pessoa ficar esperando que os outros mudem de ideia e aceitem a pessoa quando a pessoa pode simplesmente se livrar dos outros usando seus poderes (EL-JAICK, 2008, p. 115).

Mais uma vez, a aparição de um X-Men tem relação direta com o fato de o protagonista do romance ser ou não gay. Prova incontestável disso é o episódio que se segue à citação anterior. Tendo Magneto como modelo, André resolve atacar um dos meninos que o chamou novamente de “boiola”. A ação do protagonista aponta para um novo posicionamento dele diante do *bullying* dos colegas, tal como fez Magneto diante da constante ameaça provocada pela perseguição aos mutantes:

[...] quando um menino [...] comigo na hora do recreio, me chamando de boiola, não pensei em nada do que poderia acontecer, porque, antes que pudesse pensar em nada do que poderia acontecer, já estava em cima do menino, batendo nele com toda a força, de modo que foi preciso que outros meninos que estavam por perto viessem nos separar. Mas os meninos custaram a nos separar, porque eu segurava o menino que era um dos meninos que implicavam comigo como se eu segurasse todos os outros meninos que implicavam comigo e eu batia no menino que era um dos que implicavam comigo como se batesse em todos os outros meninos que implicavam comigo (EL-JAICK, 2008, p. 115 – 116).

Assumindo a atitude violenta de Magneto, André também, assim como ocorre com aquele personagem da Marvel, assume a sua condição de ser diferente. Assim sendo, o narrador-protagonista passa a identificar-se mais com aqueles que são a representação do *ethos* da homossexualidade – o tio que morreu de Aids, Ivan; e o companheiro daquele, Maurício: “E pensei que o tio Ivan também deveria ter passado por coisas ruins quando era pequeno e pensei que o Maurício também devia ter passado por coisas ruins quando era pequeno, porque o Maurício tinha dito ‘Tudo vai ficar melhor. No futuro’” (EL-JAICK, 2008, p. 119). Dessa forma, entendemos que o protagonista do romance completa a sua trajetória de descoberta de si, uma vez que ele encontra um espelhamento de sua condição sexual não naqueles que representavam a normalidade heterossexual (o primo Ricardo, o colega Mateus, o próprio pai), mas naqueles que são considerados, como os X-Men, os diferentes: Ivan e Maurício.

Diante da recorrência do uso dos personagens X-Men no romance *No presente*, de Márcio El-Jaick, percebemos que estes heróis servem para construir a trajetória de descoberta sexual do protagonista. Como estas figuras dos quadrinhos/cinema/TV representam aqueles que não se enquadram no que a sociedade entende por normalidade, é neles que André busca se ancorar, mesmo que inconscientemente, quando tenta responder a pergunta que dá norte à narrativa: sou ou não sou gay?.

O modo como o autor do romance utiliza estas figuras criadas por Stan Lee para tecer sua narrativa demonstra que Márcio El-Jaick lê essa criação de Lee da mesma forma como o desenhista a concebeu – “uma história contra intolerância de todos os tipos”⁵ (Apud. EARNST, 2007, p. 219) – e do mesmo modo como as adaptações da obra de Stan Lee têm sido trabalhadas dentro do cinema: “uma metáfora para identidade e orientação sexual”⁶ (Apud. EARNST, 2007, p. 220). Assim sendo, o livro *No presente* chama atenção para o modo preconceituoso e intolerante com que o Outro, ou seja, o diferente, é tratado. Ele também aponta para a possibilidade de se construir um futuro mais tolerante e inclusivo.

5 Tradução nossa: “make it a story against bigotry of all sorts”.

6 Tradução nossa: “[A] lot of it in the books started out as a race issue, in the last fifteen or twenty years [...] it's become more a metaphor for sexual identity and orientation”.

Referências

EARNEST, William. "Making Gay Sense of the X-Men." In: BRUMMETT, Barry (Edit.). *Uncovering hidden rhetorics: Social issues in disguise*. Thousand Oaks: Sage. 2007, p. 215 – 232.

EL-JAICK, Márcio. *No presente*. São Paulo: GLS, 2008.

SILVA, Luciano Ferreira. Os heróis dos quadrinhos e suas relações homoeróticas. In: SILVA, Antônio de Pádua Dias da. *Aspectos da literatura gay*. João Pessoa: UFPB, 2008, p. 161 – 171.

X-Men, o filme. Bryan Singer. Direção: Bryan Singer. Produção: Avi Arad, Stan Lee, Richard Donner, Tom DeSanto. Roteiro: David Hayter. Produtora: 20th Century Fox, Marvel Studios, Bad Hat Harry Productions, The Donners' Company. Distribuidora: 20th Century Fox, 2000.

DANÇANDO CONTRA A CORRENTE: CORPORALIDADE E MOVIMENTO NO FILME *BILLY ELLIOT*

Wendell Marcel Alves da Costa¹

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar as referências culturais apresentadas na narrativa fílmica do filme britânico *Billy Elliot*. Esta produção em questão reflete a noção de imaginário sobre a produção de identidades orientadas por um comportamento social heteronormativo, investigando, sobretudo, a composição entre corporalidade e movimento na personagem central como um recuo frente aos processos e estabelecimentos sexuais vigentes no contexto histórico do filme. Para discutir essas questões, este ensaio toma como ponto de partida conceitos referentes a corporalidade, movimento, identidade, processos culturais, imaginário e representação no cinema. Em suma, o filme permite traçar um debate acerca das particularidades vigentes no espaço fílmico.

Palavras-chave: Corporalidade. Dança. Cinema.

¹ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bolsista IC/CNPq. Membro do Grupo de Pesquisa LINC – Linguagens da Cena: imagem, cultura e representação. É curador de festivais e eventos sobre Cinema e Audiovisual em Natal-RN. E-mail: marcell.wendell@hotmail.com.

Introdução

A participação do cinema em colaborar com a construção do imaginário social sobre a realidade instituiu a arte cinematográfica como um espelho da vida. Até mesmo, algumas vezes, mais interessante do que as histórias da vida real. Como parte do seu processo de criação, o cinema, pode-se acreditar que usufrui de acontecimentos dos mais variados campos da sociedade, desde a luta de classes existentes em países em subdesenvolvimento até as questões envolvendo gênero e sexualidade em um subúrbio racista de um estado norte-americano. Inevitavelmente, os espectadores acreditam que o que está posto na tela é apenas e simplesmente, a vida projetada, com uma narração simplista e com os insucessos, ou anticlímax, postos de fora da história.

Na construção de uma obra fílmica torna-se mais evidente os desafios enfrentados pelo personagem central, principalmente os insucessos e as vitórias. Essa opção é apenas uma parte da construção do roteiro cinematográfico, preconizando as reviravoltas e tornando o enredo cada vez mais interessante aos espectadores. É isso que nos faz acompanhar um filme do começo ao fim, com os seus picos dramáticos e o seu clímax. Assim, o roteiro de cinema é uma arte de atratividade.

Logo, como acreditar que é possível desenvolver um diálogo salutar entre a realidade e o espaço fílmico se nele são recriados acontecimentos, fatos, discursos e concepções da realidade? O paradigma que consta na história do cinema perscruta essas problematizações referentes ao sentido do filme: na estrutura fílmica podemos conceber uma individualização concernente à visão de mundo de um artista; então o cinema é se não uma representação contumaz da realidade social moderna. Em suma, o audiovisual conduz o mundo, o fabrica ao seu modo por meio da linguagem cinematográfica (COMOLLI, 2008).

Essa visão também corrobora outra mais delicada: o cinema utiliza de códigos, representações, processos sociais e fenômenos políticos para evidenciar o seu sentido real na construção do espaço fílmico. É por isso que o cinema, com suas histórias fantásticas fazem tão sentido para os espectadores. Mesmo aquelas difíceis de acreditar, como as abordadas pela ficção-científica, mas que contém um tratamento a respeito da interação social acometida por similitude.

Esse fato deve-se por que:

O cinema possui a especificidade de retratar como nenhum outro média a realidade física. Todos os seus recursos (como, por exemplo, a montagem), devem ser usados de modo a fazer fluir no écran a materialidade das coisas, na sua indecibilidade, contingência e complexidade. (COSTA, 2006, p. 211).

É nesse sentido que este trabalho caminha, na identificação dos sentidos plásticos fílmicos que colaboram para compreender melhor a sociedade em que vivemos. Na realidade, concebemos o cinema por um viés político, social, cultural e ideologizante (COSTA, 2003). Como instituição social, o cinema faz parte da sociedade na medida em que contribui para construí-la através dos movimentos e processos culturais representados pelos filmes (COSTA, 2015a). Muito embora não esqueçamos que o cinema também tem sua parcela em desvirtuar os sentidos das organizações sociais, e até mesmo criando estereótipos do comportamento humano, e mais diretamente do comportamento gay (COSTA, 2015b). Um exemplo marcante disso é o polêmico documentário *O Celulóide Secreto* (Rob Epstein e Jeffrey Friedman, 1996), que descortinou os bastidores da produção de imaginário sobre a homossexualidade representada em filmes americanos.

Dito isso, utilizamos o cinema como uma produção de ideologia marcada por visões vigentes na sociedade. Em destaque, sabemos que a trajetória do filme percebe na realidade a construção de estabelecimentos políticos sobre a organização cultural. São formas complexas de representação, mas que contribuem enormemente para entender os diferentes contextos históricos em que a sexualidade encontra barreiras controladoras na sociedade.

A metodologia adotada neste trabalho é a análise e desconstrução fílmica de um longa-metragem. A partir disso, utilizando referências de destaque na produção científica, discutimos conceitos como os de corporalidade, movimento, sexualidade, identidade, processos culturais e representação no cinema, perfazendo uma orientação salutar dos desafios enfrentados pela produção audiovisual em questão do tema da sexualidade. O método de análise fílmica contribui para desenvolver um debate teórico-crítico acerca dos conceitos trabalhados aqui, como corporalidade e movimento no espaço fílmico.

Oportuniza-se, neste trabalho, em direcionar o debate acerca da construção da corporalidade como um período para a legitimidade da sexualidade enquanto etapa da construção humana. O filme *Billy Elliot* (Stephen Daldry, 2000) é referência neste ponto, por que apresenta uma

história que demarca o corpo como objeto central de análise, frente a uma sociedade operária conduzida a uma visão machista-heteronormativa do comportamento masculino.

Além disso, também destacamos como o movimento do corpo, em seu sentido transgressor, incorpora conceitos primários na percepção do sujeito enquanto condutor de suas colocações políticas. Outrossim, não será de menor importância afirmar também a possibilidade de insinuar uma relação próxima da vontade de saber (FOUCAULT, 2013), tendo como base a sexualidade do outro e a interação entre os corpos, um ponto de eventual discussão no filme em questão.

No último momento deste trabalho apresentamos um painel de referência acerca dos discursos construídos e uma análise mais objetiva sobre os conceitos apresentados. Em nossa visão última percebemos no filme *Billy Elliot* uma narrativa eficiente em distribuir em seu contexto fílmico, o gerenciamento de fatos concretos da sociedade atual, como a questão trabalhista, a dominação masculina e a sexualidade do outro através da poética da imagem cinematográfica.

Corporalidade e movimento no cinema

Desde os iniciais debates sobre movimento e tempo na relação com a construção da imagem cinematográfica nos trabalhos de Deleuze, o cinema já possuía um abrangente e já definido prospecto conceitual acerca do tempo e do espaço fílmicos. O cinema é uma produção de ilusão, a mágica de que existe, na projeção do filme, o movimento da imagem. Mas como sabemos são quadros projetados em uma velocidade considerável, o que dá a ilusão de movimento, sustentada pela *persistência da visão*.

Todavia, em seu sentido filosófico, a espacialidade do filme orienta-se pela sensação de movimento dos quadros. Nesse espaço fílmico, o movimento dos corpos se desloca, significa o espaço sensibilizado como real pelo espectador. A corporalidade, enfim, ressignifica o espaço fílmico, gerando nele um poder simbólico constituído de predicados sensíveis à historicidade subjetiva dos personagens.

Seguindo por uma direção diferente sobre a discussão da imagem-movimento elaborado em Deleuze (1985) e, noutra concepção em Bergson (2006), priorizamos a produção do movimento pela condução dos corpos no espaço fílmico, como o movimento regido pela corporalidade e suas

particularidades socioculturais e subjetivas. O movimento em si é uma *transgressão* do espaço, sendo este habitado ou não, vivenciado ou não. O movimento possibilita a constituição de um saber e a geometricidade das posições corpóreas dos sujeitos no espaço.

Sendo assim, indicamos uma visão central: no bojo do espaço fílmico existe um movimento altamente subjetivo representado pelo movimento dos personagens, no caso do filme *Billy Elliot*, pela dança. Esse movimento indica uma carga dramática que transgride um movimento anterior qualificado como estável, domesticado, simbolicamente tomado pela ideia normatizada de heterossexualidade. Uma clara manobra de dominação masculina (BOURDIEU, 2002).

O movimento instituído pela dança marcante de Billy Elliot corrobora outra inquietação. A passividade de estar acometido por uma estrutura controladora, como em uma prisão sem grades, é indicada no personagem secundário de Michael. Enquanto que um personagem transgride o espaço através do movimento, o outro se resguarda fielmente ao seu comportamento considerado “errante”.

De acordo com Maluf (2002), sob a perspectiva fílmica retirada do longa-metragem espanhol *Tudo Sobre Minha Mãe* (Pedro Almodóvar, 1999), o corpo representado no espaço pode admitir a variante de oculto e a corporalidade de pública. Isso depende não apenas de um efeito transformador dos sujeitos enquanto agentes representantes de discursos, logo, seres políticos, como também, no segundo caso, de uma construção de identidade cultural frente a processos políticos delimitantes da sociedade. Com toda a certeza, o segundo fator exige do indivíduo maior empoderamento e gerenciamento das emoções complexas.

Tanto o corpo oculto quanto a corporalidade pública podem ser admitidas na análise da personagem de Michael. A construção da identidade, no entanto, só se faz presente por meio da sociabilidade com o Outro, neste caso, com o amigo Billy Elliot. Seguindo na lógica de Goffman (1988), esse embate interacional entre os dois sujeitos em processo de descoberta do corpo e de seus lugares no mundo quebra noções preconizadas pelo senso comum e segue para outro entendimento: a construção do estereótipo e a massificação do imaginário social sobre o comportamento masculino.

“Não são apenas meninas que podem dançar *ballet*”, diz quase a todo o momento Billy Elliot para o seu pai e irmão. Esse discurso do jovem rapaz é canalizado na dança, pelo movimento corporificado: seu corpo se

contorce, seus braços giram, seus pés não cansam de tocar o chão em uma sintonia frenética e emocionante. É, novamente, o movimento, a dança, com um sentido de transgressão da estrutura social, do preconceito e da domesticação dos corpos.

Como um painel de resposta, tem-se uma sociedade de classes em conflito como pano de fundo. Soa, contudo, mais como uma ingerência da sociedade precursora do preconceito; mas que encontra um equilíbrio para superar os desafios dos novos desenhos culturais da modernidade. As escolhas feitas pelo pai de Billy Elliot têm justamente essa função de apresentar a mudança como um movimento constante que necessariamente precisa ser qualificado como tal para a realização e o ajustamento de novas posições na sociedade.

Billy Elliot e sua representação das identidades culturais

A relação entre cinema e dança não é nova. Visto por uma ótica, a dança sempre esteve presente no cinema, desde uma pequena filmagem realizada pelos Lumière de dois homens dançando juntos, até em produções mais elaboradas como nos filmes musicais americanos das décadas de 30 e 40, tendo como representantes Fred Astaire e Gene Kelly nas cenas, e Vincente Minnelli na direção.

Filmes como *Amor, Sublime Amor* (Robert Wise e Jerome Robbins, 1960), *Hair* (Milos Forman, 1979), *Os Sapatinhos Vermelhos* (Michael Powell e Emeric Pressburger, 1948) e *Cantando na Chuva* (Gene Kelly e Stanley Donen, 1952) estão no imaginário dos espectadores de cinema por que possuem narrativas elegantes, enredos bem construídos e são, obviamente, puro e delicioso entretenimento.

Com a exceção do primeiro, os demais são musicais criados exclusivamente para desafiar a criatividade dos cineastas americanos e britânicos no aperfeiçoamento do gênero em questão. O escapismo do filme musical não reluta em ir mais além.

Levantada a menção a dança e cinema, não temos a intenção de adentrar mais afundo no viés histórico dessas duas formas de arte. Acima de tudo, temos como foco a representação da dança como um artifício no filme depositado pelo dispositivo do movimento, que afinal sustenta a ideia de reivindicação de pertencimento do corpo no espaço social.

O corpo dançante no espaço social gera movimento e habita-o de tal sorte que se torna uma representação social. Nesse processo, as identidades culturais são construídas e definidas, incorporando códigos, símbolos e signos existentes no imaginário social. O confronto de ideias – leia-se cruzamento, distribuição, confecção, compartilhamento e condução, em seu sentido dialético – entre Billy Elliot e sua professora de dança, seu professor de *boxe*, sua colega das aulas de *ballet*, seu amigo Michael, seu pai, seu irmão, entre outros sujeitos envolvidos no processo de construção social, ao mesmo tempo em que recebem um *ethos* do jovem dançarino, eles próprios concebem uma imagem dele. São trocas simbólicas agenciadas por contratos sociais correspondentes às realidades culturais de cada sujeito.

Nesse íterim, dançar contra a corrente representa colocar em pauta uma posição política e subjetivamente ligada aos processos de construção da identidade, ao lado de conjunturas que estabelecem posições e papéis sociais. Esses papéis são relativizados durante a construção da identidade de gênero, e o movimento provocado pela dança questiona principalmente a definição desses papéis sociais. Como referência, o filme brasileiro *A História da Eternidade* (Camilo Cavalcanti, 2014) representa essas estruturas sociais, e na *cena master* da música “Fala”, apresenta o movimento do corpo no espaço como transgressão dos estabelecimentos sociais vigentes (COSTA, 2015a). Obviamente, aqui constam outros elementos, como a trilha sonora e a fotografia que enquadra a sempre presente circularidade no respectivo filme.

No caso do filme *Billy Elliot*, o movimento do protagonista encontra paisagens marcadas pela consolidação de comportamentos demarcados. A fotografia enquadra essas paisagens: a sala da luta de *boxe*, a sala das aulas de *ballet*, as ruas da cidade, as minas de carvão e, apenas no último ato do filme, a escola profissional de *ballet*, em Londres.

Qual a relação entre esses cenários? Que tipo de profundidade dramática eles provocam na narrativa ao ponto de tornar o entendimento do filme algo salutar? A incorporação desses cenários revela a contraposição de diferentes modos de sociabilidade e sensibilização para com as atividades cotidianas da vida. São diferentes qualidades de representação social em situações distintas, em destaque a do ringue de luta e, na profundidade de campo, o salão de dança com a barra de sustentação das dançarinas.

Sobre os sentidos de representação, Hall (1997 *apud* SANTI e SANTI, 2008, p. 2 – 4) afirma que:

É através do uso que fazemos das coisas, o que dizemos, pensamos e sentimos – como representamos – que damos significados. Ou seja, em parte damos significados aos objetos, pessoas e eventos através da estrutura de interpretação que trazemos. E, em parte, damos significado através da forma como as utilizamos, ou as integramos em nossas práticas do cotidiano.

[...] Representar é usar a língua/linguagem para dizer algo significativo ou representar o mundo de forma significativa a outrem. A representação é parte essencial do processo pelo qual o significado é produzido e intercambiado entre os membros de uma cultura. Ou, de forma mais sucinta, [...] representar é produzir significados através da linguagem. Descrever ou retratar, junto a simbolizar e significar.

[...] A representação é a produção do significado, do conceito, em nossa mente através da linguagem, muito adiante da existência de fato ou da observação empírica.

O efeito sonoro contribui para a significação do espaço e suas representações no âmbito fílmico: os murros e socos na luta de *boxe* em contraposição ao som da música clássica e das referências em francês da professora de *ballet*. O grosseiro e o delicado, o primitivo e o contemporâneo, o masculino e o feminino, o clássico e o pop. É, na verdade, uma tentativa de tornar como objeto determinadas arquiteturas humanas estruturadas por categorias históricas, culturais e políticas.

No âmbito antropológico, diversos estudos já foram realizados acerca da construção do corpo em realidades culturais plurais (ROCHA PITTA, 2008; MEAD, 1979; MITCHELL, 2010). A partir desses estudos, compreende-se como o corpo se torna parte representável da sociedade em que está situado.

No âmbito fílmico, a construção do corpo em uma sociedade industrializada também colabora para a compreensão das diversas formas de representação social nos espaços públicos e privados. A dualidade desses dois ambientes produz binariedades enquanto corporalidades insurgentes em instituições sociais regidas por poderes controladores: a escolar e a familiar. Esses ambientes produzem corpos identificadores de códigos existentes no escopo social de seus reprodutores sociais, e a representação é um canal por onde a reprodução encontra uma admissão plausível para a sua incorporação no meio social. Em outras palavras, a respeito da dominação masculina, as corporalidades dos primogênitos são construídas e suas identidades são moldadas inconscientemente.

De acordo com Bourdieu (2002, p. 42), tendo em vista a construção social dos corpos e a adequação a um *habitus*,

A dominação masculina encontra, assim, reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitus* moldados por tais condições. [...] Por conseguinte, a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum, visto como senso prático, dóxico, sobre os sentidos das práticas. E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se veem envolvidas esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica. [...] Seus atos de conhecimento são [...] de adesão dóxica, crença que não tem que se pensar e se afirmar como tal e que 'faz', de certo modo, a violência simbólica que ela sofre.

Como, dessa maneira, ir ao caminho oposto a uma estrutura que se compromete com a mobilização e controle dos corpos? As corporalidades existentes no âmbito social podem ser reflexos, nessa medida, das forças estruturantes da sociedade industrializada em suas diferentes formas de persuasão do indivíduo. As identidades culturais são conduzidas para com os condicionamentos sociais, destituindo da esfera cultural quaisquer outras formas de representação social, diferente daquelas programadas pela estrutura social heteronormativa-machista-cristã.

Ainda que a história do filme *Billy Elliot* tenha um intenso jogo de classes (operários-mineiros indo contra ao neoliberalismo dos empresários capitalistas), ela não deixa que as noções práticas da organização vigente nesta sociedade decline completamente na ideologia machista o jovem Billy Elliot, que, metaforicamente, dança contra a corrente. Apesar de o âmbito social difundir um determinado comportamento de gênero, masculino-heteronormativo, o protagonista utiliza a dança, o movimento, como dispositivo de controle do próprio corpo, inferindo sentidos políticos encadeados e canalizados pela/na arte.

O filme ora analisado neste trabalho também estabeleceu outros diálogos, a exemplo do que foi apresentado em *Perurena* (2013). A autora conduz

uma discussão acerca do desvencilhamento da obra fílmica em razão dos estudos de gênero e o movimento feminista e de mulheres no campo teórico. Por outro lado, aqui destacamos outras diretrizes teóricas e críticas sobre o filme britânico. Composto pela presença de conceitos sobre o movimento, a dança, corporalidade, representação e identidade, este trabalho orientou-se das manobras fílmicas usufruídas pelo diretor do filme, a fim de salientar alguns pontos de referência de temas voltados para a área da sexualidade e da representação fílmica.

Foi a partir da obra fílmica que destilamos um tratamento teórico-crítico, e não o contrário. Esse processo nos levou a identificar, mais saborosamente, os procedimentos técnicos e humanos adotados para a realização da obra cinematográfica, e não se sujeitando a proceder de manobras sistematicamente provocativas acerca do material audiovisual. Em suma, o filme em si, nos entregou um complexo e instigante painel humano, político, cultural, ideológico, artístico e, sobretudo, poético.

A poética da imagem, do movimento, do som, da dança ocupando os espaços, as ruas, os cenários, nos faz rememorar conscientemente outras paisagens cinematográficas e humanas. A mistura deliciosa de clássico e pop funciona muito bem para não fomentar uma narrativa classicista. É por isso que, tendo em vista o cinema como dispositivo de exposição e problematização do mundo (ALMEIDA, 2014), o filme *Billy Elliot* poderá encontrar campo de discussão nos mais diversos e multiculturais ambientes de formação.

Considerações finais...

Este trabalho se dedicou a dar especial atenção aos temas centrais da sexualidade e representação fílmica na produção *Billy Elliot*. Em resposta, foram traçados algumas linhas de pensamento sobre a presença de movimento, corporalidade, espaço, identidade e processos culturais na construção da narrativa do filme, que ganham maior destaque em relação ao diálogo com o filme.

Como proposta, partimos do pressuposto de distanciamento das referências anteriores, deixando que a obra em particular descortinasse algumas temáticas referentes ao campo teórico-crítico da sexualidade. A sua maneira, o cinema funciona como um dispositivo de gerenciamento do pensamento

humano, produzindo reflexões subjetivas sobre as noções das coisas do mundo. E foi esse o procedimento adotado aqui.

A imagem na pós-modernidade é um objeto que está em sincronia com os desafios trazidos pela quebra ou invisibilidade das fronteiras conceituais, além de dificultar a sistematização da experiência específica sobre a sua total influência na realidade social (JAMESON, 2004). A imagem, sendo um condutor de ideologias e concepções simbólicas, agencia sujeitos, estigmatiza grupos, agrupa etnias, desloca componentes, produz retóricas mundializadas e discursos dialéticos, forja comportamentos e representa vivências “perfeitas”. Logo, desconstruir a imagem, principalmente a fílmica, que abarca uma enorme parcela da população mundial, tornou-se um exercício constante pelos pesquisadores. As áreas da produção humana se comprometem em desvendar a imagem. Nesse sentido, não são apenas os artistas – sujeitos ativos no processo de construção da imagem –, e nem tampouco os críticos e teóricos – agentes definidores dos métodos de análise – os participantes isolados na análise da imagem. As pessoas comuns, os consumidores, os escolares, os trabalhadores, os espectadores e telespectadores estão diante de um desafio diário de exercício de consumo e interpretação da imagem, resultado do processo constante e globalizado da estetização do mundo (LIPOVETSKY, 2015).

A sexualidade forjada nas mídias equaliza discursos compreendidos como naturalizados pelos consumidores da imagem cinematográfica. Portanto, instituir uma leitura da imagem, enquadra a possibilidade fundamental de questionamento do que é projetado, pela ação dos (tele) espectadores. Estes, em resumo, tornar-se-ão leitores das imagens, participantes da função de decodificadores do desenho imagético composto de nuances simbólicas, de poder, ideologia e sujeição.

Referências

ALMEIDA, Rogério. Possibilidades Formativas do Cinema. **REBECA**, ano. 3, ed. 6, jul./dez., 2014.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

COMOLLI, Jean-Louis. **Ver e poder**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

COSTA, Antonio. **Compreender o cinema**. São Paulo: Globo, 2003.

COSTA, José Filipe. Uma teoria por um cinema da realidade, Uma leitura de *Theory of Film, the Redemption of Physical Reality*, de Siegfried Kracauer. **Doc On-line**, n. 01, pp. 211 – 225, dezembro, 2006.

COSTA, Wendell M. A. Tempo e desejo no nordeste brasileiro: o caso de A História da Eternidade e sua representação dos processos culturais. **Anais I Seminário Internacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, Bauru, 2015a.

_____. Cinema e sexualidade: debate histórico-teórico da representação da personagem homossexual masculina. **Anais XI Colóquio Nacional Representações de Gênero e Sexualidades**, Campina Grande, 2015b.

DELEUZE, Gilles. **Cinema 1: a imagem-movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2013.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

JAMESON, Fredric. **Espaço e imagem**: teorias do pós-moderno e outros ensaios de Fredric Jameson. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

LIPOVETSKY, Gilles. **A estetização do mundo**: viver na era do capitalismo artista. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MALUF, Sônia Weidner. Corporalidade e desejo: Tudo Sobre Minha Mãe e o gênero na margem. **Estudos Feministas**, ano 10, pp. 143 – 153, 2002.

MEAD, Margareth. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

MITCHELL, J. Clyde. A dança Kalela: aspectos das relações sociais entre os africanos urbanizados na Rodésia do Norte. In: **Antropologia das Sociedades Complexas**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

PERURENA, Fátima. Billy Elliot – O amor como superação. **Revista Bagoas**, n. 10, pp. 193-206, 2013.

ROCHA PITTA, Danielle Perin. O corpo inserido em diversas lógicas culturais: uma poética da sexualidade. **Revista Bagoas**, n. 02, pp. 65-73, 2008.

SANTI, Heloisa Chierentin; SANTI, Vilso Junior Chierentin. Stuart Hall e o trabalho das representações. **Revista Anagrama** – Revista Interdisciplinar da Graduação, ano 2, Ed. 1, set./nov., 2008.

O QUEER NA MÍDIA: UMA REFLEXÃO, ATRAVÉS DA PERFORMANCE, SOBRE A REPRESENTATIVIDADE DE BICHAS NO PROGRAMA POLICIAL BARRA PESADA.¹

Thomas Lopes Saunders²

Resumo

Baseado nos diálogos com minha mãe, minha experiência como Ginger Grace e meu posicionamento social enquanto comunicador, apresento o trabalho performático *Transmediatização*, realizado em três momentos distintos entre os anos 2015/2016. Esta *performance* procurou abrir diálogos entre o discurso midiático do programa policial Barra Pesada e as questões indefinidas da Teoria *Queer*. Com foco no questionamento discursivo do *habitus* comunicacional do respectivo programa policial e os desencontros causados entre teoria e prática do gênero *Queer*. A metodologia do trabalho fora iniciada por uma pesquisa etnográfica e autobiográfica, onde a experiência e o corpo implicado são pontos fortes de meu relato, tanto quando emissor quanto receptor. A *performance* foi montada a partir da estética sonora de *collage*, correspondente a pesquisa de noticiários e ícones da cultura musical LGBTTTQ. Entre os resultados obtidos, considero o diálogo das questões de fundamental existência, é preciso descolonizar o *Queer* e pensarmos novos formatos de performatização dos discursos indefinidos, em eterno contemporâneo-devir-*queer*, nos veículos de comunicação e nas novas mídias.

Palavras-chave: *Performance*; *Queer*; Bichas; Representatividade.

1 Trabalho inscrito para o XII CONAGES.

2 Graduado em Publicidade & Propaganda. Mestrando em Comunicação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Instituição financiadora: CNPq.
E-mail: thomasaunders@gmail.com.

1. Introdução

Começo este artigo me dando a liberdade de contar-lhes uma breve história de meu cotidiano pessoal.

História esta, que me permeia constantemente e a qual inspirou a minha manifestação artística sobre o tema proposto aqui.

Era próximo ao meio dia quando cheguei a minha casa para almoçar juntamente de minha mãe. Ela, como de costume, encontrava-se deitada em sua rede assistindo aos típicos programas televisivos sobre criminalidade em nossa cidade. Atormentada, dirigiu-se até mim e discorreu seu tradicional discurso sobre os perigos que o preconceito contra homossexuais/transexuais/travestis possui.

Minha mãe acabara de ver mais uma notícia sobre outro homossexual/transexual/travesti que fora brutalmente assassinado. O motivo? Eu não sabia bem, mas nas palavras de minha mãe era facilmente identificável que mais uma jovem perdera a vida por motivos de homofobia/transfobia.

Esta não fora a primeira vez que ela viera me contar os perigos que eu posso vivenciar por ser homossexual assumido, ainda mais quando não sou apenas um homossexual normativo ou aceitável de forma moral, mas alguém que se propõe a quebrar as normatividades impostas ao meu corpo e subjetividade.

Desta forma, os mesmos corpos que se encontravam explorados pela lente de um cinegrafista preparado para capturar a dor da perda de mais um ser humano; não estou fora disso tudo.

Não sou um espectador alheio daquele acontecimento, àquele jovem poderia ser eu, àquela jovem poderia ser uma amiga ou qualquer outra pessoa desconhecida, como assim era.

Desta forma, nasce a *performance Transmidiatização*.

Esta *performance* foi realizada em três momentos, entre os anos 2015 e 2016. A primeira apresentação foi realizada no dia 6 de maio de 2015 como intervenção no evento PraxisJor – I Ciclo Internacional Práxis no Jornalismo, na Universidade Federal do Ceará.

A segunda apresentação aconteceu através de convite do evento #COMCULTURA – Feira pela Democratização da Comunicação, realizado no dia 16 de outubro de 2015, Praça Verde – Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura/CE.

Nos dois primeiros momentos da *performance*, seu público em maioria possuía comunicadores e profissionais autônomos em comunicação social.

A terceira apresentação de *Transmídiação* aconteceu na cidade de Sobral, no dia 30 de janeiro de 2016, dentro da programação da I Conferência Municipal de Direitos Humanos LGBTQTT da cidade. Diferente dos públicos anteriores, em Sobral apresentei a *performance* para os protagonistas cotidianos destas lutas sociais.

Dedicarei minha atenção para esta última realização, pois além de o público presente no momento ter sido prioritariamente por sujeitos LGBTQTT, foi também a realização que obtive maior retorno deles, incluindo 4.669 visualizações do registro compartilhado na rede social Facebook³.

Esta última realização também tivera repercussões em meu corpo. Durante a apresentação fracturei meu punho esquerdo, colocando-me em reabilitação de movimentos físicos por dois meses posteriores.

Comecei este trabalho com vários questionamentos, tanto como comunicador e pesquisador, enquanto vítima de rotineiros abusos simbólicos.

Que vítimas eram essas? Quem são essas pessoas? Elas compartilham de que meio social? Trabalhavam com serviços sexuais? Como elas são representadas por estes discursos? Que tipos de notícia esses sujeitos produzem no campo da comunicação? Como os profissionais de comunicação tratam da representatividade destes sujeitos nesses programas? Homossexuais, travestis, gays, lésbicas, transexuais, *queers* são notícia apenas quando sofrem preconceito ou estão envolvidos com casos de criminalidade?

2. A performance: transmídiação

Para a composição de *Transmídiação*, foi utilizado a mixagem/colagem de cinco noticiários do Barra Pesada: programa criminal, televisionado pela emissora TV Jangadeiro e o site Tribuna do Ceará, ambos da capital de Fortaleza, Ceará.

Dentre as notícias do programa, encontramos crimes por motivos de assalto, briga de rua, ciúmes de relacionamento, questões familiares, estupro e motivo desconhecido.

No discurso jornalístico deste programa específico, as vítimas são representadas como homossexuais ou travestis.

³ Link para visualização deste registro nos anexos.

Ao que parece, para a redação do programa, pouco importa a identidade ou performatividade de gênero⁴ destes sujeitos.

30 de janeiro de 2016,

Sobral estava quente, era um pouco depois do horário do almoço, por volta das 14h de um sábado.

Ginger Grace entra em cena, vestindo salto alto, meia-calça preta, saia curta listrada, cinto preto, sutiã preto vazado, dois seios postiços burlescos, brincos azuis, batom azul, colar com pingente dourado de trovão, acessório de um olho no meio da testa, os olhos cobertos por um turbante laranja em formato de flor.

Este é o *look* de Ginger Orixá⁵.

A *performance* aconteceu dentro do auditório do evento. A música escolhida para a dublagem era 'Make Love', hino da web celebridade Inês Brasil, diva entre o público LGBTT e, em minha opinião, forte imagem de resistência interseccional feminina.

"Make make make love é muito melhor, demorô"⁶

Enquanto Ginger Grace ensaia sua dublagem ao melhor estilo *camp*⁷, Inês Brasil é interrompida por sons de disparos; Grace despenca ao chão e lá fica.

Entra a mixagem dos cinco noticiários policiais:

*Barra volta para mostrar mais um caso onde um homossexual é vítima de violência aqui em Fortaleza, um rapaz de 30 anos foi encontrado morto no apartamento em que morava no Centro da cidade. Segunda a polícia, o local estava completamente revirado. A vítima pode ter sido violentada antes de morrer (...).*⁸

*Um homossexual foi mais uma vítima da violência, Samuel Ferreira Nascimento, 22 anos de idade, ele foi assassinado no meio da rua, bairro Bom Jardim. O bandido disparou o primeiro tiro, a vítima ainda tentou correr, mas foi alcançada atingida por mais dois disparos (...).*⁹

4 BUTLER, Judith (1991)

5 Designação genérica das divindades cultuadas pelas religiões afrodescendentes.

6 Refrão da música Make Love, de Inês Brasil.

7 Termo da cultura Drag. Significa 'exagerado'.

8 Transcrição do noticiário do programa Barra Pesada. Publicado em 5 de julho de 2011. Link nos anexos.

9 Transcrição do noticiário do programa Barra Pesada. Publicado em 26 de março de 2012. Link nos anexos

*Um adolescente de apenas 15 anos de idade foi assassinado no planalto Ayrton Sena, segundo moradores o garoto era travesti e o crime seria motivado por motivos familiares (...).*¹⁰

*Mais um crime contra homossexuais foi registrado nesse final de semana no centro de Fortaleza. A vítima, José Ferreira Gomes tinha 35 anos de idade. Segundo testemunhas, ele caminhava na calçada com um homem quando os dois começaram a discutir. A vítima saiu correndo, o acusado efetuou vários disparos e na fuga roubou a moto de um taxista.*¹¹

*A história entre o triângulo amoroso entre homossexuais que acabou em morte no bairro da Aerolândia. Motivado por ciúmes, o acusado invadiu a casa da vítima e esfaqueou o rapaz. Segundo testemunhas, estava com sintomas de embriaguez. De acordo com uma amiga da vítima, ele já havia...é...sofrido uma tentativa de homicídio.*¹²

Após os noticiários, Ginger Grace levanta-se. No som, inicia-se um ruído de televisão sem sinal. Ginger retira seu turbante, revela seu rosto sem maquiagem e sangra pela boca.

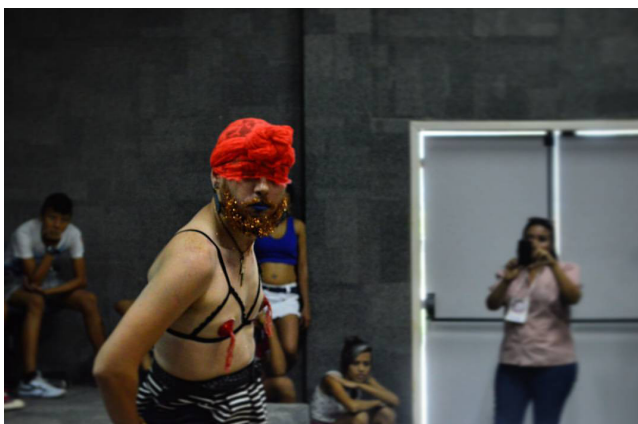


Figura 1: Corpos sem rosto, corpos ao chão.

Fonte: Terceira apresentação. I Conferência Municipal de Direitos Humanos LGBTT de Sobral (registro pessoal).

10 Transcrição do noticiário do programa Barra Pesada. Publicado em 20 de novembro de 2012. Link nos anexos

11 Transcrição do noticiário do programa Barra Pesada. Publicado 7 de novembro de 2011. Link nos anexos

12 Transcrição do noticiário do programa Barra Pesada. Publicado em 5 de abril de 2013. Link nos anexos

3. A arte da vida – a arte da *performance*

Segundo Schechner (2005), a definição do termo *performance* possui uma extensão de significações, como: sendo, fazendo, explicar ‘fazendo’; execução, desempenho, façanha, proeza, representação, espetáculo, atuação, cumprimento de uma promessa etc.

Na arte, ‘realizar *performance*’ é colocar esta excelência em cena. Na vida cotidiana, ‘realizar *performance*’ é exhibir-se, chegar a extremos, traçar uma ação para aqueles que assistem. (SCHECHNER, 2005, p.28)”.

Para o autor, uma *performance* evidencia descontextualizações de ações. Categorizando o ato como inédito ou comportamento restaurado. Este, proposto por Schechner (2005), evidencia quando o autor reproduz um comportamento ou vivência que não é próprio dele, mas integrado. No caso, ilocutório e até mesmo perlocutório¹³.

Com a crise da representação na história da arte¹⁴, a *performance* evidencia o estreitamento das relações entre a vida e o saber/fazer artístico. Para Cohen (2011), a ontologia da arte performática está na aproximação desta linguagem com a vida. A *live-art*, como denominado pelo autor, “... é um movimento de ruptura que visa dessacralizar a arte, tirando-a de sua função meramente estética, elitista. A ideia é de resgatar a característica ritual da arte, tirando-a de ‘espaços mortos’, como museus, galerias, teatros, e colocando-a numa posição ‘viva’, modificadora (COHEN, 2011, p.38).

Quando Ginger Grace apresenta *Transmidiatização*, ela não está falando apenas do cenário da comunicação cearense, como também não apenas das vítimas que são expostas por tais noticiários. Mas, como apresentei minha motivação inicial, ao conversar com minha mãe sobre os perigos que corro ao viver Ginger pelas ruas, tenho consciência das perlocuções que Ginger poder-me-ia causar.

Em cena, também falo de mim, falo do meu medo, do que já passei (e daquilo que não desejo passar). Falo também da minha vida.

Todavia, diferentemente de outros trabalhos autobiográficos, este se propõe a levantar questões críticas voltadas à representatividade de indivíduos ‘bichas’ na televisão. Onde, também não me excluo, já que sou comunicador e pesquisador da área.

13 AUSTIN, J. L (1990)

14 DANTO, Arthur C. (2006)

Desta forma, *Transmídiação* adota a *collage* como estrutura estética.

Para Cohen (2011), a *performance* utiliza-se da *collage* como estrutura de composição. Onde a “utilização da *collage*, na *performance*, reforça e busca da utilização de uma linguagem gerativa ao invés de uma linguagem normativa: a linguagem normativa está associada à gramática discursiva, à fala encadeada e hierarquizada. (COHEN, 2011, p.64).

Ao colocar a mixagem dos noticiários policiais, juntamente ao ritual do *lynsic drag*¹⁵, trago duas representatividades diferentes da realidade destes indivíduos: ambos espetáculos¹⁶. Enquanto um é o espetáculo do *glamour*, do bate-cabelo¹⁷ e da exuberância da montagem *drag*, o outro é o espetáculo do horror, da morte e da naturalização destes acontecimentos.

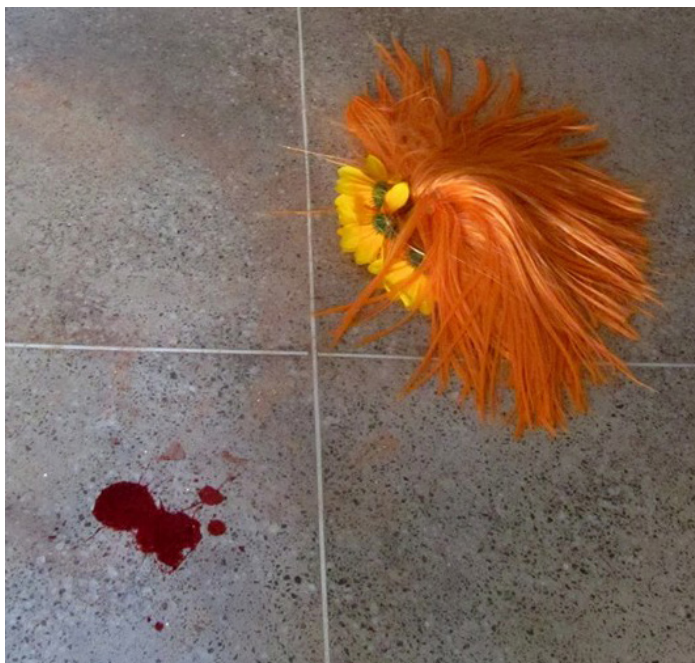


Figura 2: A Mancha do Glamour.

Fonte: Primeira apresentação/PRAXISJOR UFC 2015 (Registro pessoal).

¹⁵ Prática da dublagem, comum entre performances Drag.

¹⁶ DEBORD, Guy (1997)

¹⁷ Prática brasileira das performances Drag.

Esta convergência discursiva procura causar um diálogo das realidades apresentadas, questionando assim os discursos de cada ambiente. Falarei em breve sobre discurso, comunicação e diálogo.

Então, questiono-me em qual momento uma *drag*/'bicha' é ouvida pela sociedade?

Tratarei Ginger pelo termo 'bicha', tradução livre de *queer*, onde também explanarei melhor minhas colocações à frente.

Na *performance*, Ginger Grace não fala em nenhum momento. Ela se apropria da mensagem de Inês Brasil para falar de amor. Enquanto traz alegria para seu público, se mantém silenciada pela música pop/funk. Após, sua representatividade, fica a comando de um apresentador onde trata gênero e sexualidade de acordo com o *habitus*¹⁸ de seu discurso midiático.

Ao sangrar pela boca, Ginger também sangra pela verborragia dos profissionais da comunicação, que atuam ilocutoriamente na sociedade, com práticas discursivas ¹⁹descompromissadas com a realidade das vítimas expostas.

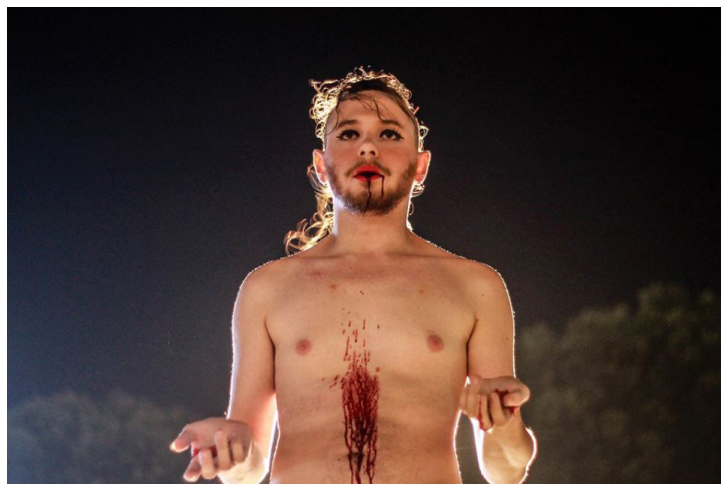


Figura 3: Do sangue, de batom. Nossas bocas são vermelhas

FONTE: Segunda Apresentação/#comcultura/2015 (registro pessoal).

¹⁸MARTINO, Luís M. S. (2003)

¹⁹FAIRCLOUGH, Norman (1992)

Esta última afirmação não necessariamente é a percepção que o público tenha do momento final da *performance*. Porém, é uma das metáforas críticas que trabalho: o sangue que as palavras ocasionam e o silêncio destes sujeitos espetacularizados pela dublagem de ícones pop.

Para Glusberg (2011), (...) as *performances* realizam uma crítica às situações de vida: a impostura dos dramas convencionais, o jogo de espelhos que envolve nossas atitudes e sobretudo a natureza estereotipada de nossos hábitos e ações. A esta ruptura com os padrões tradicionais do viver (que também implica uma denúncia). (p.72).

O aspecto de denúncia é o *punctum*²⁰ de *Transmediatização*.

Aviso-vos que não entrarei nas questões de recepção desta *performance*, mas tenho consciência da força de significações que o trabalho levanta. Esta consciência que vos falo é firmada a partir dos comentários e retornos que obtive nas realizações.

Glusberg, nos fala das possibilidades interpretativas da *performance*:

O performer atua como observador. Na realidade, ele observa sua própria produção, ocupando o duplo papel de protagonista e receptor do enunciado (a *performance*). Isso porque para a conversão do objeto em signo exige-se que quem o utilize simultaneamente o observe, a fim de provocar no espectador, mediante a re-codificação, uma atitude similar: a expectativa. (GLUSBERG, J. 2011, p.76).

Peço sutilmente desculpas ao vosso leitor que, por ventura, venha assistir à *Transmediatização*; e assim tenha sua percepção sobre a obra influenciada por este texto. Ressalto que aqui é um momento ensaístico e científico, mas a obra é aberta a significações.

A seguir, tratarei da questão 'bicha'.

4. Precisamos traduzir o *queer* – precisamos falar das 'bichas'

A homossexualidade tratada como homossexualismo. O desejo sexual como patologia. O gênero enquanto sexo, o sexo enquanto identidade social. A perseguição e o extermínio de homossexuais na Segunda Guerra Mundial. Os desenhos de Tom da Finlândia. Marie-Pierre Pruvot. Os anos 1960 como um pedido de paz e adoração ao amor. *When the moon is in*

20BARTHES, Roland. (1984)

*the Seventh House*²¹. A revolta em Stonewall. Os shows dos The Cockettes, dos Dzi Croquettes. Os Ballrooms de Nova Iorque. Yves Saint Laurent. Os filmes de Kenneth Anger, Rainer Wener Fassbinder, Wakefield Poole, Bruce LaBruce, Rosa Von Praunheim, Derek Jarman, John Waters, Almodóvar. A música da banda Queen: *I Want Break Free!* A ironia de Village People. O visual de David Bowie e Bryan Ferry. As ombreiras dos anos 80. Os videoclipes do grupo Dead Or Alive. A geração do desbunde. Cazusa. A AIDS. A pornochanchada. Claudia Wonder. Judith Butler. Empoderamento feminino. Divine. O festival de Wigstock. Woodstock! O seriado Queer As Folk. RuPaul. Conchita Wurst. Ginger Grace.

Rechacados pela religião, perseguidos pelo estado, patologizados pela ciência. A sexualidade 'bicha' já foi um incômodo bem maior em nossa sociedade e cultura ocidental. Hoje, existem hotéis especializados em consumidores homossexuais. Existem cidades turísticas, cruzeiros e igrejas. Todavia, nem todos saíram do gueto, muitos ainda estão por lá: sejam por orgulho e prazer, ou não.

A sexualidade bicha, os encontros nos parques e jardins, as boates, as praias do Marrocos, o telefone... Tudo isto não é um substituto, uma busca desesperada e que objetiva preencher um vazio. Não somos instáveis, somos móveis. Não temos vontade de lançar âncora. Vamos derivar por aí afora. Abaixo as fixações. (HOCQUENGHEM, 1980, p. 101).

Embora a perversão capital adote e inclua novas categorias de sujeitos²², as 'bichas', até hoje, costumam protagonizar os casos de mutação comportamental e as indefinições identitárias²³.

Para Hocquenghem (1980), "assumir-se homossexual era um motivo de flagelação social" (p.38). Encontros sexuais entre homossexuais eram datados pela obscuridade do desejo. Logo, as informações publicadas sobre os atos homossexuais eram interpretadas como um desvelamento de "um mundo escandaloso, depravado e secreto" (p.37).

Dentro deste contexto, o movimento homossexual fora representado pela luta dos direitos a cidadania e postulados sociais iguais aos

21 Trecho da canção Aquarius, do musical Hair (1979).

22 FOUCAULT, Michel. (2004)

23 HALL, Stuart (1992)

heterossexuais: casamento, divisão de bens, reconhecimento religioso eram pautas que circulavam (e circulam) o movimento.

A sexualidade homossexual aparecia como uma ameaça ao protótipo da heteronormatividade compulsória²⁴.

Assim, Butler (1990), nos fala do gênero performativo e tenciona as questões entre sexo, corpo e gênero.

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuais e gêneros culturalmente construídos. (BUTLER, 1990, p. 24).

Percursora dos estudos *queer*, Butler colabora para a discussão da questão. O *queer* aparece linguisticamente como uma apropriação de um termo datado por significação pejorativa.

Como afirma Salih (2013), ‘A expressão *queer (bicha)* constitui uma apropriação radical de um termo que tinha sido usado anteriormente para ofender e insultar” (p.19).

Tanto quanto uma re-apropriação do termo, o *queer* surge como uma possibilidade indefinida e amórfica da performatividade do gênero.

Para Sedgwick (1994), “o *queer* não se configura como sujeito, pois o mesmo é um movimento, algo inconstante que não pode ser definido. (p.21)”. Ou seja, ninguém é *queer*. Você está *queer*; e enquanto *queer*, logo após não será mais. O *queer* é contemporâneo de si mesmo.

Para Agambem (2009), o contemporâneo “é a intempestividade, o anacronismo que nos permite apreender o nosso tempo na forma de um “muito cedo” que é, também, um “muito tarde”, de um “já” que é, também, um “ainda não” (p. 66)”.

Como então este movimento, este sujeito-não-sujeito (inconstante), conseguiria ser representado no discurso jornalístico?

Miskolci (2013) aponta que a questão do “*queer* não está relacionado à homossexualidade, mas a questão da abjeção” (p.24).

Julia Kristev (1982), nos fala que a abjeção é algo que perturba a condição normalizadora da sociedade, borra o sistema e desorganiza a ordem (p.4).

24 BUTLER, Judith (1990)

Voltando para a *performance Transmediatização*.

Nos áudios trabalhados, identificamos a constante utilização do termo homossexual referindo-se às vítimas. Identifico aqui, a constância deste discurso jornalístico/criminal em pautar o gênero do sujeito por seu sexo/sexualidade.

Em um dos noticiários, o apresentador trata uma das vítimas, que segundo testemunhas era travesti, sempre no artigo de tratamento masculino. Igualmente não possuímos o conhecimento da subjetividade das demais vítimas, que são todas apresentadas como homossexuais.

O *queer* não deseja ser institucionalizado, ele é um fluxo. O discurso jornalístico é institucionalizado, logo ele fará o mesmo referindo-se a estes indivíduos.

Todavia, se o *queer* é a 'bicha': efeminada, da rua, prostituta, negra, travesti/transsexual, abjeta etc. Como tratar destes indivíduos e tratar suas vidas no discurso jornalístico? E como falar de *queer* sem academicismo?

Precisamos descolonizar o *queer*!

Precisamos falar mais sobre as 'bichas', menos dos *queer*!

O *queer*, portanto, não é uma defesa da homossexualidade, é a recusa dos valores morais violentos que instituem e fazem valer a linha da abjeção, essa fronteira rígida entre os que são socialmente aceitos e os que são relegados à humilhação e ao desprezo coletivo (MISKOLCI, 2013, p.25).

5. Comunicação, discurso e diálogo: a questão da representatividade 'bicha'

O vazio, o medo, a morte, o desejo e a comunicação.

"A comunicação humana é um processo artificial" (FLUSSER, 2007, p.89).

Para Flusser (2007), a comunicação humana existe para ocupar e saciar o vazio que a vida produz. É o medo da morte e o desejo de estar junto ao outro, sentir-se parte de algo integrado. O autor trata do assunto questionando o estado de natureza da comunicação e sua necessidade de ser formatada pelos sujeitos:

O objetivo da comunicação humana é nos fazer esquecer desse contexto insignificante em que nos encontramos – completamente

sozinhos e 'incomunicáveis' -,ou seja, é nos fazer esquecer desse mundo em que ocupamos uma cela solitária e em que somos condenados à morte – o mundo da 'natureza'. (FLUSSER, 2007, p. 90).

Desta forma, Flusser nos fala da inaturalidade da comunicação e das teorias produzidas ao redor desta questão. As teorias da comunicação – estudadas e criticadas pela escola de Frankfurt, principalmente – Para Flusser, deve ser entendida como uma disciplina interpretativa, que deve ser como um fenômeno significativo e a ser interpretado.

Não me aprofundarei nas questões dos *mass media* e as colocações da escola de Frankfurt. Todavia, já que comentei acima, e pensando em como essas teorias da comunicação de ordem interpretativa alcança a sociedade, cito Santaella:

(...) os estudos dos efeitos passaram dos usos como funções para as funções dos usos, saltando, portanto, da pergunta 'o que os *mass media* fazem com as pessoas?' para a pergunta 'o que é que as pessoas fazem com os *mass media*? (SANTAELLA, 2001, p. 35).

Então, pergunto-vos: o que os *mass media* fazem com a representatividade das 'bichas'? O que as 'bichas' fazem para rebater este discurso? Será que acontece algum diálogo entre o discurso jornalístico/criminal com o discurso *queer*?

Para Flusser (2014), "o discurso é o método graças ao qual as informações que estão depositadas em uma memória são transmitidas a outros. O diálogo produz informações, o discurso as mantém (...) pois no discurso são distribuídas informações que foram anteriormente elaboradas no diálogo, e no diálogo são trocadas informações que anteriormente penetram na memória graças a um discurso (p.50).

Para o autor, os conceitos de discurso e diálogo são abstratos e um depende do outro.

Já segundo Fairclough (1992), com a análise de discurso crítica, essa relação entre o discurso e o diálogo é chamada de prática discursiva.

A prática discursiva é o processo de produção, distribuição e consumo textual. Já a natureza do discurso é mutável, - assim como Flusser nos comentara sobre a inaturalidade da comunicação -, pois depende dos processos discursivos que acontecem no campo social. "Os textos são produzidos de

formas particulares em contextos sociais específicos” (FAIRCLOUGH, 1992, p. 107). Logo, a relação entre os dois fenômenos, intervém nas formas de relacionamento das identidades sociais.

Identidade ‘bicha’ jornalístico X identidade *queer* ‘bicha’.

A função identitária relaciona-se aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso, a função relacional a como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas, a função ideacional aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações. (FAIRCLOUGH, 1992, p. 92).

Então, levanto outro questionamento: será que as grades curriculares das graduações em comunicação social, trabalham com a temática de gênero/sexualidade? Será que o apresentador do programa Barra Pesada conhece alguma explicação da Teoria *Queer*?

Vale ressaltar que os profissionais de comunicação por anos levantam a bandeira de luta a respeito da obrigatoriedade do diploma de formação acadêmica. Ainda há muitos apresentadores e profissionais atuando na área sem formação acadêmica.

Não quero afirmar aqui a incapacidade desses sujeitos. Todavia, acho necessária esta preocupação, pois a comunicação possui o seu próprio *habitus* discursivo, onde trabalha com discursos institucionalizados, codificados e de diálogos elitistas. Como Bourdieu (1990) nos comenta abaixo:

Codificar significa a um tempo colocar na devida forma e dar uma forma. Há *uma virtude própria da forma*. E a mestria cultural é sempre uma mestria das formas. Essa é uma das razões que tornam a etnologia muito difícil: não se adquire esse domínio cultural em um dia... Todos esses jogos de formalização, os quais, como se vê pelo eufemismo, são igualmente jogos com a regra do jogo e, desse modo, jogos duplos, são obra de virtuosos. (BOURDIEU, 1990, p.99).

Logo, ao apresentar as vítimas como homossexuais, o apresentador codifica a vítima por sua sexualidade, que não necessariamente seja de fato, já que não possuímos sexualidade, mas sexualidades²⁵.

25 FOUCAULT, Michel. (1988)

Mas ao que parece, pouco importa quem era o sujeito por traz do corpo ao chão, pouco importa a subjetividade daquele sujeito ou os seus interesses profissionais e pessoais para além do fato ali exposto.

As palavras possuem poder. Quando dizer também é fazer²⁶.

Para Fairclough (1992), a relação ilocutória dos discursos institucionalizados produzem práticas sociais. “(...) a prática social atua como forma de convenção subjacente à prática linguística” (FAIRCLOUGH, 1992. P.118). Ou seja, esta estrutura é interpretada como uma prática de convenção, onde o discurso é utilizado como forma de “código”, “estrutura” ou uma “formação” estável para a prática social, ou produzem seu *habitus*.

Para Austin (1990), o ato ilocucionário é uma convenção, produz contextualidade. “Devemos notar que o ato ilocucionário é um ato convencional: um ato realizado em conformidade com uma convenção” (p.92).

Já o ato perlocucionário inclui consequências desta convenção, onde não necessariamente segue a lógica do ato locucionário. “O ato perlocucionário pode incluir o que, de certo modo, são consequências, como quando dizemos – “Ao fazer X estava fazendo Y” (no sentido de que como consequência de haver feito X pude fazer Y) (AUSTIN, 1990, p.93)”.

Austin também nos comenta que o ato ilocucionário possui seus efeitos de determinadas maneiras, mas se distingue da produção de consequências do ato perlocucionário²⁷.

Então, seria a mídia um dispositivo²⁸ de legitimação dos discursos machistas/misóginos/transfóbicos?

(...) Os fenômenos midiáticos são uma precondição dos sistemas sociais complexos? A resposta é sim. Os fenômenos midiáticos, e, portanto, a mediação, são tão importantes quanto estes. (VERÓN, 2014, p.18).

Não podemos generalizar, é preciso atentar a quem fala e como fala destes discursos.

Para Foucault (1970), o discurso passa por questões de poder, formação e organização para atender sua função social. “(...) suponho que em toda sociedade a produção dos discursos é ao mesmo tempo controlada,

26 AUSTIN, J.L (1990)

27 Para maiores explicações, ler a obra “Quando dizer é fazer”, de Austin (1990).

28 DELEUZE, Gilles (1996)

selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório” (p.8-9).

Foucault (1970), também nos fala que o discurso não é apenas a tradução dos sistemas de dominação, é aquilo pelo qual se luta, “o poder do qual queremos nos apoderar (p.10)”.

Logo o discurso também é um dispositivo, produtor de sujeitamentos, ritualizador da palavra e fixador do saber científico e dos papéis sociais dos sujeitos.

Para Lyotard (1979) considera que “O saber científico é uma espécie de discurso” (p.3). “Parece que a incidência destas informações tecnológicas sobre o saber deva ser considerável. Ele é ou será afetado em suas duas principais funções: a pesquisa e a transmissão de conhecimentos... O saber é e será produzido para ser vendido” (p.4).

Para Martino (2001), a comunicação funciona na sociedade de massa como uma “instrumentalização da atividade individual do sujeito, face ao seu desafio de engajamento numa coletividade complexa (p.34)”.

Então encontramos dois problemas:

1. Como codificar um discurso jornalístico sobre o *queer*, enquanto os próprios não aceitam identificações concretas e o discurso jornalístico necessitaria de uma formatação dos termos para, que assim, a informação seja linear e transferível?

2. Que tipos de notícias o *queer* representa na comunicação? Nunca haveria interesse de um veículo comunicar a vida de uma ‘bicha’, que não seja retratando promiscuidade, criminalidade, banalização?

Se a comunicação é entendida como uma atividade verbal e voluntária, a significação está encerrada nas “bolhas” que os interlocutores enviam uns aos outros. O analista tem apenas de abri-las para delas extrair o sentido. Se, pelo contrário, a comunicação for entendida como um processo permanente em vários níveis, o analista deve, para captar a emergência de significação, descrever o funcionamento de diferentes modos de comportamento num dado contexto. (WINKIN, 1953, p. 32).

E a arte? Qual o discurso da arte performática?

Para Flusser (2014), “A cena artística compõe-se fundamentalmente da seguinte estrutura: algo é produzido no âmbito privado, exposto em público,

de lá é retirado e levado de volta ao âmbito privado pra servir de base para uma futura elaboração. No fundo, a arte é dialógica (p.172)”.
Desta forma, “não há um discurso da arte (FLUSSER, 2014, p.173)”.
E assim proponho diálogos com a obra *Transmediatização* e menos formatação institucionalizada sobre as questões *queer* e a comunicação.

6. Conclusão

Acredito no poder de transformação da arte e na potência gerativa de diálogos que a *performance* possui.

Outras linguagens artísticas também possuem força questionadora, não poderia falar de todas. Sou performer e preocupo-me com o tipo de arte desejo produzir. A *performance Transmediatização* não fora encomendada ou idealizada para obedecer algum protótipo de luta social, embora a mesma tenha sua responsabilidade política e crítica bem destacada.

Realizo o projeto Ginger Grace há aproximadamente três anos. Ginger não nascera para comentar o assunto abordado neste artigo, Ginger nasceu porque precisava existir, sobreviver e resistir. Ginger é a força que me move e transborda meus horizontes, me leva a outros estados e percepções.

Dentro destas percepções, sempre me considereei responsável em pausar as questões de gênero em minha formação acadêmica, mesmo com toda a resistência com o tema e o desinteresse crítico dos profissionais. Incomoda-me ver marcas de cosméticos apropriarem-se da moda *Drag* e estamparem campanhas milionárias sem preocupação com demais sujeitos que ainda passam por opressões e casos criminais constantemente.

Considero a representatividade das ‘bichas’ nas campanhas publicitárias de extrema importância e apoio a veiculação de mais *Drags* e ‘bichas’ na televisão. Todavia, são as ‘bichas’ da rua, as ‘bichas’ que Ginger Grace convivera (e convive) que mais me interessam.

Para assim, compreender os processos ilocutórios e perlocutórios que a campanha publicitária e os programas policiais produzem no cotidiano de quem convive com as práticas discursivas e sociais de abjeção.

Fiquei interessado ao perceber que minhas inquietações ao realizar esta *performance* também é do interesse de mais pessoas. Desta forma, tomei a iniciativa de também transforma-la em produto científico e literário. Enquanto acadêmico, comunicador e artista; ainda acho que precisamos

dialogar constantemente sobre os efeitos que a comunicação possui nas vidas de sujeitos abjetos.

Convido vosso leitor a não considerar esta conclusão como um ponto final, mas um convite para abrir janelas e portas discursivas. Acredito no poder dialógico da arte e é o que proponho fazer neste artigo e no meu trabalho artístico: abrir discussões, diminuir institucionalizações.

7. Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios** / Giorgio Agamben; [tradutor: Vinícius Nicastro Honesko]. – Chapecó, SC: Argos, 2009.

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**. Trad. De Danilo Marcondes de Souza Filho / Porto Alegre: Artes Médicas. 1990.

BARTHES, Roland. **A câmara clara: nota sobre a fotografia** / Roland Barthes; tradução de Júlio Castñon Guimarães. – Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1984.

BOUDIEU, Pierre. **Coisas ditas** / Pierre Boudieu ; tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Perogim; revisão técnica Paula Montero. – São Paulo: Brasiliense, 2004.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade** / Judith Butler ; tradução, Renato Aguiar – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COHEN, Renato. **Performance como linguagem: Criação de um tempo-espaço de experimentação**. São Paulo. Editora Perspectiva. 1ª edição. 2002.

DANTO, Arthur C. **Após o fim da Arte: A Arte Contemporânea e os Limites da História** / Arthur C. Danto: trad. Saulo Krieger. São Paulo: Odysseus Editora, 2006.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo** / Guy Debord ; tradução Estela dos Santos Abreu. – Rio de Janeiro : Contraponto, 1997.

DELEUZE, Gilles. **O que é um dispositivo In. O mistério de Ariana**. Ed. Vega – Passagens . Lisboa, 1996.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social** / Norman Fairclough; Izabel Magalhães, coordenadora da tradução, revisão técnica e prefácio. – Brasília : Editora Universidade de Brasília. 1992.

FLUSSER, Vilém. **Comunicologia : reflexões sobre o futuro : as conferências de Bochum** / Vilém Flusser ; tradução de Teresa Maria Souza de Castro ; editado por Silvia Wagnermaier e Siegfried Zielinski ; com prefácio de Friedrich A. Kittler e posfácio de Silvia Wagnermaier. – São Paulo : Martins Fontes – selo Martins, 2014.

_____, Vilém. **O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação.** Rafael Cardoso (org). Tradução: Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

FOUCAULT, M (1983). **O sujeito e o Poder.** In Rabinow, P e Dreyfus. Foucault, Uma Trajetória Filosófica . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____, Michel. **A hermenêutica do sujeito** / Michel Foucault : edição estabelecida sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana, por Frédéric Gros ; tradução: Márcio Alves da Fonseca. Salma Tannus Muchail – 2º ed. – São Paulo : Martins Fontes, 2006. – (Tópicos)

_____, Michel. **A Ordem do Discurso** : aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970/ Michel Foucault; Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. – 24. Ed. – São Paulo : Edições Loyola, 2014. – (Leituras Filosóficas).

_____, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

GLUSBERG, Jorge. **A arte da performance** / Jorge Glusberg; [tradução Renato Cohen]. – São Paulo: Perspectiva, 2011 – (Debates; 206 / Dirigida por J. Guinsburg).

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade** / Stuart Hall ; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaraciara Lopes Louro – 11 ed., 1. Eimp. – Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HOCQUENGHEM, Guy. **A Contestação Homossexual**. Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo. Editora Universitaires. 1980.

KRISTEVA, Julia, 1941 – **Power of horror**. (European perspectives) Translation of: Pouvoirs de l'horreur. Columbia University, New York. 1982.

MARTINO, Luís Mauro Sá / FILHO, Clóvis de Barros – **O Habitus na Comunicação**. Ed. Paulus. Vila Velha. 2003.

MARTINO, Luiz C. Teorias da Comunicação : conceitos, escolas e tendências (organizadores) Antonio Hohlfeldt, Luiz C. Martino, Vera Veiga França. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças** / Richard Miskolci. – 2ª ed. Ver. E ampl., 1. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora : UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2013. – (Série Cadernos da Diversidade; 6).

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer** / Sara Salih ; tradução e notas Guacira Lopes Louro. – 1.ed.; 1.reimp. – Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2013.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e pesquisa: projetos para mestrado e doutorado**./Lucia Santaella – São Paulo: Hacker Editores, 2001.

SCHECHNER, Richard. 2006. **What is performance? In Performance Studies : as Introduction**, second edition. New York & Londres: Routledge, p.28-51.

SEDWICK, Eve Kosofsky. **Epistemology of the closet** / Eve Kosofsky Sedwick. P. cm. 1990 by The Regents of the University of California.

VERÓN, Eliseo. **Teoria da midiatização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências**. São Paulo. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v8itp13-19>

WIKIN, Yves, 1953 – **A nova comunicação: Da teoria ao trabalho de campo** / Yves Winkin; organização e apresentação de Etienne Samain; [tradução Roberto Leal Ferreira]. – Campinas, SP: Papirus, 1998.

8. Anexos

8.1 Registro da *Performance* realizada na I Conferência Municipal de Direitos Humanos LGBTT, 30/01/2016, em Sobral/CE. Disponível em: <https://www.facebook.com/levantesobral/videos/1830958200464441/>. Acesso em: 02/05/2016 às 19:00h.

8.2 Canal da emissora Sistema Jangadeiro. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCo9ccRwo7Nu5urecpHlgPfA>. Acesso em: 02/05/2016 às 19:00h.

8.3 Noticiário um. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jzndF-wTqVnA>. Acessado em: 02/05/2016 às 19:00h.

8.4 Noticiário dois. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AOv-Gzwe8nyY>. Acessado em: 02/05/2016 às 19:00h.

8.5 Noticiário três. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=scs9U-r92Ut0> Acessado em: 02/05/2016 às 19:00h.

8.6 Noticiário quatro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u5ybBqgu9ow>. Acessado em: 02/05/2016 às 19:00h.

8.7 Noticiário cinco. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YEf-nP5kZ05Y> Acessado em: 02/05/2016 às 19:00h.

“ANNA KARENINA” E “THE AWAKENING”: A INFLUÊNCIA SOCIAL NO SUICÍDIO FEMININO

Josefa Luiza Nunes Tavares ¹

Fernanda Marabelly de Oliveira Veras²

Resumo:

O presente artigo tem por objetivo traçar características culturais da sociedade americana e russa no final do século XIX e a influência destas em relação ao suicídio feminino. Estas características serão pautadas a partir da análise comparativa das obras *The Awakening* (1899), romance de Kate Chopin e o filme britânico *Anna Karenina* (2012), do diretor Joe Wright.

Palavras-chave: Literatura Comparada, Anna Karenina, The Awakening, Suicídio Feminino.

1 Universidade Federal de Campina Grande
E-mail: luizatavaressjp@gmail.com

2 Universidade Federal de Campina Grande
E-mail: verasmarabelly@gmail.com

1. Introdução

Anna Karenina (2012), dirigido por Joe Wright, é um longa metragem inspirado no romance homônimo de Leo Tolstoy, publicado em 1877. O filme se passa durante a era industrial na Rússia no século XIX, e conta a história da personagem Anna, uma mulher da elite russa, casada com Karenin que ocupa um respeitado cargo de ministro. Logo no início do filme a protagonista conhece o seu futuro amante, Vronsky, um militar que passa a exercer grande influência sobre as suas emoções. Com o passar do filme Anna vai se aproximando cada vez mais de Vronsky, mesmo que de forma esquiiva, os dois se apaixonam e se tornam amantes. Com o adultério de Anna vindo à tona, a sociedade começa a massacrá-la, olhando-a com desdém e evitando compartilhar de sua companhia em locais públicos. Ao final do filme Anna comete suicídio em virtude do desprezo de Vronsky e das pesadas imposições da sociedade da época.

O filme apresenta de início um ambiente teatral desenvolvido a partir da harmoniosa combinação de coreografias e movimentos de painéis cenográficos, que aos poucos vão se materializando no que diz respeito aos olhares do telespectador/espectador. Além do cenário principal, as cenas também ocorrem nos bastidores, onde é possível visualizar os cabos, escadas de madeira e o ambiente mais sombrio do teatro, representando metaforicamente o núcleo de classe pobre, caracterizada por servos e cortiços. Uma característica marcante do filme é a musicalidade, papel fundamental durante a troca de cenas, em que os próprios figurantes tocam instrumentos para evidenciar a música de fundo.

Já *The Awakening* (1899) é um romance de formação de autoria da escritora feminista norte-americana Kate Chopin (1850-1904), grande nome do realismo estadunidense. A obra conta a história de Edna Pontellier, uma jovem mulher em seus 28 anos de idade, mãe de dois filhos, casada com um homem rico, de descendência francesa, muito dedicado ao trabalho e à família. A então protagonista é uma mulher da classe alta de Nova Orleans, presa a instituição do casamento e que, após passar o verão em Grand Isle na mansão de Madame Lebrun, percebe o quanto é infeliz com sua vida de mãe e esposa, e começa a questionar o seu modo de viver. Durante este verão, Edna conhece e torna-se amiga do filho solteiro da dona da pensão, o jovem Robert Lebrun, que posteriormente se apaixonam. Quando o verão acaba, Edna volta para Nova Orleans e se dá conta deste sentimento por

Robert; ela então começa um processo de descoberta de si mesma através de uma paixão proibida para os moldes sociais da época (séc. XIX), que tinha a mulher mais como um objeto do que como indivíduo.

Após seguir “um trajeto de autoconhecimento epifânico e de adultério” (ROSSI, 2013, p. 66), e já despertada de sua subjetividade, sensualidade e sexualidade, Edna rompe com os padrões ditados pela sociedade adotando um comportamento absolutamente rebelde que acabam resultando em seu suicídio. De acordo com Foltran (2006, p 10):

São muitos os estudos que traçam paralelos entre Edna Pontellier e Kate Chopin, na tentativa de apontar o quanto da vida da autora existe na obra e vice-versa. Tais trabalhos da crítica mostram-se úteis quando da necessidade de se reconstruir e entender a sociedade local em que viveu a escritora e em que o romance em questão foi escrito.

Esta é uma das propostas discutidas neste trabalho. Apesar disso, não nos deteremos aqui somente no romance em questão, nem tão pouco no filme e suas características, mas sim na aproximação destas duas obras, na tentativa de traçar um desenho no que diz respeito à representação feminina nas sociedades russa e americana do final do séc. XIX.

2. Literatura e cinema

A Literatura tem sido grande fonte de inspiração para produções cinematográficas há muito tempo, talvez desde a criação do cinema. Apesar de pertencerem a universos midiáticos totalmente diferentes, é comum vermos na telona adaptações de obras literárias, sejam elas consideradas cânones mundiais ou advindas de uma cultura massificada, como acontece com os famosos best-sellers. São filmes que tentam “reproduzir” a obra às vezes de forma fiel, às vezes não, mas que de toda forma dão vida a personagens que saem do papel e ganham características mais reais do que nas páginas em preto e branco. É uma forma de levar a Literatura para os mais diversos tipos de público, visto que o cinema muitas vezes é mais acessível do que os livros em si.

O objetivo destas afirmações neste trabalho não é teorizar ou analisar as adaptações da Literatura para o cinema, mas mostrar que é possível conhecer obras importantes através destas produções que tem pelo mesmo o seu enredo baseado na obra, visto que não é fácil encaixar uma obra

completa em moldes diferentes, que possui características próprias, como é o caso do audiovisual. Conforme Palma (2004, p. 12),

Ao produzir leituras dialógicas entre filmes e narrativas ficcionais pretende-se ampliar o conceito de leitura, redimensionar a função do sujeito-leitor, dinamizar e atualizar as formas de aquisição dos conhecimentos literários e percorrer um caminho de interdisciplinaridade.

Ou seja, o cinema é um recurso importante e que requer do espectador que o procura para conhecer um pouco mais de Literatura um senso crítico apurado, e certa consciência de que as adaptações literárias para o cinema devem, necessariamente, conter mudanças em relação às obras originais, tendo vistas a mudança dos elementos de veiculação de cada um.

Ainda sobre a procura pelo cinema na busca pela Literatura, Stam (2008) defende que este tem uma linguagem rica e abre espaços para os diversos sentidos, simbolismos, “energias literárias e imagísticas”. O autor também afirma que

O tropo da adaptação como uma “leitura” do romance-fonte, inevitavelmente parcial, pessoal, conjuntural, por exemplo, sugere que, da mesma forma que qualquer texto literário pode gerar uma infinidade de leituras, assim também qualquer romance pode gerar uma série de adaptações. (STAM, 2008, p. 21)

A colocação do autor vem reforçar o que já vem sendo discutido, o uso do cinema como recurso possível para conhecer e aprofundar leituras literárias.

Esta espécie de união entre as artes está baseada nos princípios que a Literatura Comparada defende que é o caráter interdisciplinar da Literatura. É justamente neste sentido que Coutinho (2006, p. 47) argumenta:

É evidentemente na abordagem à base da inter-relação da Literatura com outras formas de expressão artística ou outras áreas do conhecimento que a transversalidade da Literatura Comparada se faz mais explícita [...].

Como coloca o autor, a aproximação destas duas expressões artísticas (Literatura e cinema) se faz possível e circula dentro dos trabalhos mais atuais da disciplina de Literatura que, além disso, dialoga também com

outras áreas do conhecimento, como Psicologia, Sociologia, Filosofia, na tentativa de explicar melhor os fenômenos literários.

3. Análise comparativa das obras

Ao nos determos a análise das duas obras podemos perceber que há muitos aspectos semelhantes entre o romance e o filme. Um desses aspectos diz respeito ao que Crispino (2010) explica ao falar sobre o que Eduardo Cañizal chamou de “poética da família” em produções cinematográficas, que no nosso caso também se aplica ao romance. A autora esclarece que figuras de linguagem tipicamente poéticas como metonímias, metáforas, alegorias, etc., são usadas para basear também as representações familiares nas narrativas fílmicas. Diz também que “essas figuras são utilizadas para expressar, poeticamente, o desvio ou desrespeito às regras sociais, morais, religiosas, jurídicas, efetuados no âmbito familiar” (CRISPINO, 2010, p. 59).

Ainda no que concerne ao núcleo familiar das obras, mais adiante a autora faz uma última observação:

A organização da ação em torno de uma família também contribui para a construção do excesso melodramático privilegiado pelo diretor, explicitado nas referências aos propósitos morais do melodrama canônico, propósitos esses ligados à pedagogização da vida familiar burguesa. (CRISPINO, 2010, p. 59).

Nas duas obras que aqui se propõe analisar é possível perceber estes aspectos dos quais a autora expõe, mesmo tendo vistas que ela se refere somente as produções cinematográficas, que aqui se aplicaria somente a “Anna Karenina”. Além da estrutura do núcleo familiar ser praticamente a mesma em ambas as obras – a história de uma jovem mulher casada há quase 10 anos, com marido rico e cuidadoso, que é mãe de dois filhos, tanto no romance como no filme temos conflitos que se desenrolam dentro deste núcleo, como é o caso do adultério das duas protagonistas que, de maneiras diferentes, acabam tirando suas vidas.

Em relação aos maridos das personagens, como já dito anteriormente, tanto Edna quanto Anna casaram-se jovens e já tem anos de união conjugal. Ambas as personagens casaram-se por convenção e não por amor. Léonce e Karenin são homens muito comprometidos com o trabalho e com o conforto de suas famílias. Apesar de não amarem suas esposas, eles são maridos

bondosos, que presam pelo bem-estar dos seus e pela reputação frente à sociedade. Em *The Awakening*, logo no início do livro

temos a clara descrição dos papéis sociais a ambos impostos: a Léonce, como marido, cabe ganhar o sustento da família através do trabalho; a Edna, cabe tomar conta da casa e principalmente das crianças, tarefa para qual é pouco adequada [...]. (FOLTRAN, 2006, p. 17)

Durante a primeira cena em que Karenin (marido de Anna) aparece no filme, ele está em sua mesa de trabalho conversando com Anna sobre o adultério do seu cunhado Stiva (Matthew MacFadyen). Anna pede para que viaje com ela para defender o irmão e convencer a esposa Dolly (Kelly Macdonald) a perdoá-lo. Karenin não absolve a atitude do cunhado, admitindo o pecado cometido por ele, mas permite que Anna viaje. Na mesma cena o filho dos dois aparece com o seu professor e o pai praticamente o ignora por estar muito ocupado, o que retrata a supervalorização do trabalho sobre a atenção à família. Karenin também aparenta ser um homem religioso, pois sempre relaciona o casamento a um compromisso com Deus, e acredita que haverá punição para os pecados das pessoas.

Stiva, irmão de Anna, confessa ao amigo Levin que é um desperdício e uma burrice casar por amor, já que tudo se perde com o tempo (a beleza). Os maridos *creole* americanos também não amavam suas esposas, assim como não sentiam ciúmes: “a paixão visceral é daquelas coisas que foi se extinguindo pelo desuso.” (CHOPIN, 1994, p. 22). Por isso, a presença do jovem Robert Lebrun – amante de Edna – não era problema para Léonce e as pessoas, já que ele não era levado a sério. Karenin também se mostra despreocupado com a aproximação de Anna e Vronsky, pois o jovem é de uma classe social elevada e faz parte do Regimento russo, portanto é “digno de confiança”.

Isso não acontece com Robert. Era um hábito de o jovem Lebrun dedicar-se a uma mulher em especial todo verão, sem pretensões de que tal “flerte” chegasse às vias de fato. Apesar de trabalhar com a mãe na colônia de férias em Grand Isle, Robert não tem a iniciativa que se espera de um jovem ambicioso em conquistar o seu espaço através do trabalho, principalmente; visto que ele teve a oportunidade de ir para o México em busca de fortuna, mas se demorou a ir sem apresentar motivos convincentes. Nesse sentido, “A impossibilidade de ascensão social faz de Robert uma

personagem pouco valorizada para uma união amorosa no universo de romance". (FOLTRAN, 2006, p. 22) Ou seja, as atitudes de Robert não são levadas a sério, por isso que a aproximação entre ele e Edna não é um problema para Léonce e o núcleo *creole* em geral.

Há alguns aspectos nas relações adúlteras das personagens que são de fácil percepção, como por exemplo: não há relações sexuais entre Edna e Robert; na verdade, o casal nem chega a ficar junto de fato no romance, que é geralmente o final feliz que leitor espera. Já em *Anna Karenina*, os amantes protagonizam cenas picantes, principalmente nos primeiros encontros que se configuram ainda mais proibidos do que quando a relação se torna pública. A primeira ação de Robert quando descobre que está apaixonado por Edna é fugir para o México. Vronsky, ao contrário de Robert que se afasta da amada, mostra-se obcecado quando passa a frequentar os mesmos lugares que Anna frequenta. Além disso, Vronsky tem uma personalidade a qual é difícil reconhecer suas verdadeiras intenções, mas Robert não media galanteios a Edna, seus sentimentos são notórios.

Robert não é a razão pela qual Edna comete suicídio; a personagem passa por um processo de despertar – como o título da obra já sugere – que a faz perceber que ela não pertence àquela sociedade, o que resulta em seu final trágico. Já na história russa, além da pressão social, o desprezo de Vronsky também é causa da morte de Anna. Nos dois casos os amantes têm total influência no desfecho das obras, mas há certa diferença no modo como essa influência é exercida: Robert é a peça motriz para o desenvolvimento principalmente subjetivo de Edna, mas não é por conta do amor não concretizado deles que ela morre, é a necessidade de encerrar um ciclo. Já Anna não suporta o descaso de Vronsky frente à situação que a amada tem passado por conta da escolha que fez para ficar com ele.

Esta pressão sofrida por ambas as personagens são bem claras nas duas histórias. Não é raro encontrarmos nos discursos das demais personagens das narrativas passagens altamente preconceituosas, que excluem as protagonistas de seus círculos sociais, baseadas nas atitudes extraconjugais das duas. A título de exemplo, Madame Ratignolle (amiga de Edna) comenta no início do livro sobre os galanteios de Robert para com Edna, deixando claro seu pensamento sobre a amiga não-*creole*: "Ela não é uma de nós; não é como nós. Ela pode cometer a infeliz asneira de levá-lo a sério." (CHOPIN, 1994, p. 33) No episódio em que Edna deixa de se importar com as visitas típicas da terça-feira, em que ela costumava receber as esposas dos amigos

negociantes de Léonce, o marido confessa a importância que atos como esse influenciam na sua imagem perante a sociedade e vida como homem de negócios:

Mas minha querida, pensei tivesse compreendido, a essa altura, que as pessoas não fazem coisas assim; precisamos observar *les convenances* se quisermos acompanhar a procissão e não ficarmos para trás. Se decidi sair de casa esta tarde, devia ter deixado alguma explicação adequada para a sua ausência. (CHOPIN, 1994, p. 71; grifos da autora)

Já em *Anna Karenina* o que acontece é que, no decorrer do filme, tem-se conhecimento de que as mulheres da burguesia russa costumavam reunir-se e ir a lugares juntas – comportamento semelhante à sociedade americana, mas geralmente algo relacionado às artes. Com a ausência de Anna e de Vronsky a um desses saraus realizado pela condessa amiga do marido da protagonista, as pessoas começam a fazer comentários e tirar conclusões. Os boatos chegam aos ouvidos de Karenin e Anna confessa estar apaixonada pelo oficial, o marido dispara: “Não farei um escândalo. E você não verá esse homem de novo. Vai se comportar de forma que nada se fala contra você. Pela sociedade ou pelos servos. Em troca, manterá os privilégios de uma esposa, e os deveres.”, explicitando ainda mais o que se escutava sobre a reputação de Anna e, conseqüentemente, a de Karenin.

Entretanto, para o espectador, o adultério passa do sentido especulatório para o real somente quando se apresenta a cena do ato sexual entre os personagens. A partir de então as cenas em que os dois estão juntos, vestidos de branco, acontecem fora do ambiente teatral, em jardins, simbolizando o que seria real, quando o que se passa dentro do teatro é falso. Ou seja, a sociedade burguesa da época baseava-se em preceitos ilegítimos, em que as aparências eram valorizadas acima da felicidade ou dos desejos carnis. É possível ver que até mesmo dentro do seu círculo familiar Anna é reprovada, quando Karenin conta a Dolly (esposa do irmão de Anna) que vai se divorciar e ela diz: “Mas se tornará esposa de ninguém. [Anna] Estará arruinada.” (01h18min min)

Diante destes fatores sociais discutidos, temos nossas duas protagonistas expostas a uma pressão extrema, tanto em casa como nas ruas, o que resulta em seus finais trágicos. Sobre a morte feminina em textos literários, Brandão (2006, p. 155) coloca:

A morte do feminino, na literatura, tem diversas qualidades, é feita de várias metáforas: a da imobilidade, a da fixidez, a da petrificação ou a da morte literal. Enquanto delegada de voz alheia, enquanto produto da literatura das sociedades patriarcais, a personagem feminina é uma construção, uma fantasia, que só pode ser um efeito de escritura e só pode esclarecer alguma coisa a respeito daquele que enuncia. Presa de um sistema de representações viris, a mulher se lê anunciada num discurso que se faz passar pelo discurso de seu desejo.

No caso de Edna, o que chama a atenção é a ausência de culpa nas suas descobertas, como se fosse seu direito livrar-se das amarras sociais/patriarcais que regem as pessoas. Nesse sentido, “Diante da impossibilidade de completar o movimento em direção à sua independência, o suicídio é a única para a vida que lhe é imposta [...]” (FOLTRAN, 2006, p. 50), pois a personagem já está tão à frente de seu tempo que se encontra num estado de imobilidade, metáfora já apresentada aqui por Brandão (2006).

Já a morte de Anna acontece de forma mais compreensível ao espectador, visto que é notória a pressão psicológica sofrida pela personagem. A atriz que interpreta a protagonista deixa transparecer expressões faciais de muita angústia e perturbação, típicas de uma pessoa prestes a tirar sua vida. Ainda a esse respeito, Rossi (2013, p. 68) afirma que

Sempre que ocorre uma tentativa de manifestação do ente feminino, esse é imediatamente reprimido pelo universo patriarcal e, tempos depois, a mesma manifestação retorna de outra forma e até em outro lugar (às vezes até no mesmo lugar e com a mesma forma).

Isto é, no momento em que as personagens femininas adquirem um caráter transgressor, essas começam a ser perseguidas por uma sociedade baseada em princípios machistas, altamente opressora no que tange ao empoderamento de atitudes semelhantes às que as nossas protagonistas apresentam.

Conclusão

Diante de todas estas questões discutidas neste artigo é importante ressaltar alguns pontos que merecem reflexão. Primeiramente é notável a relevância da literatura para a observação de nossas atitudes enquanto serem

que convivem em sociedade. A partir da literatura é possível considerar e relacionar eventos que ocorreram num passado específico, suas influências e causas, e trazer estes fatos para os dias atuais com o intuito de demonstrar que certos eventos influenciaram ou na atualidade. Foi constatado também que não somente a literatura, mas também a arte cinematográfica baseada em literatura também tem o poder de representar questões de uma época sem diminuir o valor reflexivo de ambas as obras. O cinema ainda possui a vantagem de ser mais acessível a uma parcela da população, além de transformar em “real” algo imaginário.

Ao analisar a figura feminina no século XIX, certificou-se que a representação de gênero em ambas as obras retrata a submissão do feminino e a sua adaptação aos padrões patriarcais. Como se percebe na fala de Schmidt (2012, p. 09):

Na literatura e nos meios midiáticos, o corpo feminino é sacralizado pela sua capacidade gerativa, exaltado pela beleza, repudiado pela impureza, erotizado pelo olhar masculino, controlado pelo aparato estatal, e explorado e aviltado pela violência de discursos e práticas que se disseminam no campo social.

Quanto ao casamento, as obras retratam a “prisão” das protagonistas aos valores e atitudes que se esperavam de mulheres casadas. Logo a fuga destes padrões sociais provocava a exclusão das personagens diante do que era dito “certo” nas sociedades da época. Na sociedade Russa mesmo sendo o divórcio um mecanismo permitido, uma mulher divorciada era muito mal vista, e como consequência disso, seria discriminada.

A morte de Edna deu-se devido ao seu despertar, físico, psíquico, sexual e emocional. O seu despertar enquanto pessoa a fez não se importar com a vida ou com a morte, a personagem simplesmente deixou a morte acontecer, pois já estava ciente de que os seus atos não seriam compreendidos pela sociedade patriarcal composta por mulheres “não despertadas”. Já a morte de Anna deu-se em decorrência de uma série de eventos em que sua conduta moral foi em confronto com os valores morais de uma mulher da nobreza, casada e mãe. Anna sacrificou tudo o que tinha para viver com Vronsky, entretanto sua alma já se encontrava tão debilitada que o próprio amante a abandonou. Sem ter o único pilar que a mantinha em pé, Anna atira-se aos trilhos do trem.

Na sociedade americana, uma mulher separada, que passa a viver independentemente, deixando de exercer o seu papel de mãe e de adorno social de seu marido, tende a ser observada com desdém, pois para a sociedade patriarcal a mulher adúltera/separada/divorciada já encontra-se morta. Schmidt (2012, p. 09) reafirma o que foi discutido:

O padrão narrativo, regido por uma economia linear da causa-efeito, aponta a inevitabilidade do suicídio das personagens muito antes da morte “real”. A morte física é apenas a corroboração de uma morte psíquica anunciada através de uma série de indícios.

Logo, como consequência das escolhas e atos das protagonistas em sequência à morte psíquica resultante de vários atos da sociedade a qual as personagens estão imersas, a morte física vem logo adiante, como a única forma de libertação.

Referências

BRANDÃO, Ruth Silviano. O discurso da morte encenada. In: ___ **Mulher ao pé da letra: a personagem feminina na Literatura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 153-200.

CHERNYSHEVA, Daria. **Staging Anna Karenina in Tolstoy's Novel and Wright's Film**. The Centre for Languages and Literature, Spring, 2013.

CHOPIN, Kate. **The Awakening**. Tradução de Celso Mauro Paciornik, São Paulo, 1994.

COSTA, Luana Signorelli Faria da. **O problema da arte e do realismo em Anna Karenina, de Tostói**. Niterói, 2015.

COUTINHO, Eduardo F. **Literatura comparada: reflexões sobre uma disciplina acadêmica**. Revista Brasileira de Literatura Comparada, n. 8, 2006.

CRISPINO, Fabiana. A construção do espaço: estratégias cinematográficas e literárias em *Vol ver*, de Pedro Almodóvar. In: LÍRIO, Gabriela. COUTINHO, Angélica. **Interseções: cinema e literatura**. Rio de Janeiro: Letras, 2010, p. 56-69.

Filme: **Anna Karenina**. Direção: Joe Wright. Universal Pictures, 2012.

FOLTRAN, Carmem Lúcia. **Forma Literária e Formações Sociais em *The Awakening de Kate Chopin***. Dissertação de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP), 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8147/tde-28012008-113646/> Acesso em 20 de maio de 2016.

PALMA, Glória Maria. **Literatura e cinema: a demanda do Santo Graal & Matrix**. Bauru: EDUSC, 2004.

ROSSI, Aparecido Donizete. **O tempo de *O DESPERTAR***. Araraquara: Itinerários, n. 37, 2013, p. 65-82. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:xwIP5tcKizkj:seer.fclar.unesp.br/itinerarios/>

article/viewFile/6893/4956+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=us&client=firefox-b-ab Acesso em 20 de maio de 2016.

SCHMIDT, Rita Terezinha. **Para além do dualismo natureza/cultura: ficções do corpo feminino**. 2012, p. 09.

STAM, Robert. Introdução. In: ____ **A literatura através do cinema: realismo, magia e arte da adaptação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 17-42.

MULAN E VALENTE: SIMETRIAS, ASSIMETRIAS E RELAÇÕES DE GÊNERO

Maria do Socorro Pereira de Almeida¹

Resumo

Considerando as perspectivas socioculturais das adaptações audiovisuais sem, no entanto, ignorar os aspectos literários, semióticos e históricos, esse estudo pretende fazer uma leitura das personagens Mulan da animação de nome análogo e Merida da animação *Valente*, observando simetrias e assimetrias entre essas personagens que fomentem possibilidades de discussões de gêneros. Para tal fim, nos debruçamos em estudos de várias áreas do conhecimento tais como Semiótica, Literatura, Crítica Social, Relações de gênero, bem como de outras que se mostraram necessárias ao trabalho, uma vez que tem perspectivas interdisciplinares e interculturais que orientam e desnovelam a argumentatividade do texto. Nesse caso, foi possível observar que as personagens se aproximam pelo caráter contestador e pela ousadia embora participem de tempos e realidades sociais diferentes.

Palavras-chave: Cinema, Semiótica, Cultura, Literatura, Relações de gênero.

¹ Doutora em Literatura e Cultura; Mestre em Literatura e Interculturalidade. Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Tem experiência na área de literatura Portuguesa, brasileira, popular e infantil, atuando principalmente com os temas Literatura e meio ambiente, cultura, sertão, relações de gênero, literatura infantil.
E-mail: socorroalmeidaletas@gmail.com

Introdução

Na atualidade, o cinema é, sem dúvida, um dos maiores contadores e adaptadores de histórias, independente do meio pelo qual a história tenha sido contada, seja literatura, o próprio cinema ou por outros meios artísticos, a exemplo da música “Faroeste Caboclo”, de Renato Russo, que virou filme. No que concerne ao público infantil isso não é diferente, a cada dia vem aumentando o número de novas histórias e também de adaptações e readaptações de obras literárias, lendas, entre outras.

É notório que a Walt Disney Company é uma das maiores empreendedoras do mundo na arte cinematográfica para o público infantil. Muitas histórias que foram adaptadas de contos populares para o público infantil a partir do século XVIII, hoje ganham novas concepções na versão da sétima arte. Muitas vezes, a própria versão, em filme ou animação, também sofre transformações estéticas, semânticas e estruturais, quando passa por mais de uma adaptação, a exemplo de *Chapeuzinho Vermelho*, registrado pela primeira vez no cinema em desenho animado, procurava ser fiel a sua segunda adaptação em literatura, feita pelos Irmãos Grimm². Há pouco tempo foi lançada a animação “*Deu a louca na Chapeuzinho*”, que tem perspectivas diferentes da primeira adaptação pelo cinema. Outra versão mais nova é *A Garota da Capa Vermelha*, que não é animação e traz uma concepção mais romantizada, ao gosto, principalmente, de adolescentes.

Algo semelhante ocorre com *Alice no país das maravilhas*, em várias adaptações, a primeira ainda em 1903, e muitas outras ao longo do tempo, sempre em animação. A última, em formato de filme, busca atingir mais especificamente o público adolescente.

Assim, ao longo dos tempos, muitas princesas e mocinhas vão se apresentando de várias formas para públicos mais fiéis ao tradicional e também aos mais exigentes no sentido de buscar o novo e o diferente. Em meio a essa gama de personagens femininos que chamam atenção, não só do público infantil, mas também dos adultos, estão Mulan e Merida que surpreendem pela subversão e pelo caráter forte que possuem.

Dessa forma, o texto pretende observar, mais atentamente, essas personagens e ver como cada uma, em seu tempo, transgrediram as determinações

2 A primeira adaptação dessa história para o público infantil foi feita por Charles Perrault que estabeleceu bases para uma novo gênero literário.

socioculturais e desafiaram poderes patriarcais em prol da alteridade que lhes fora negada. Para esse fim, buscamos embasar nosso olhar em estudos de várias áreas do conhecimento como Literatura, Semiótica, Cultura, Relações de Gênero, entre outros necessários à produção do texto.

Semiótica

Falar de cinema, seja no contexto adulto ou infantil, implica falar de semiótica, uma vez que a sétima arte é também um modo de leitura e representação do mundo e das reescritas de obras literárias. A semiótica, segundo Charles Peirce (2010), é uma ciência sobre o signo e o observa nas suas mais diversas representações. Nesse contexto, Lúcia Santaella diz ser a semiótica: [...] “a ciência que tem por objeto de investigação todas as linguagens possíveis, ou seja, que tem por objetivo o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno como fenômeno de produção de significação e de sentido”. (2005, p.13)

A Semiótica é, pois, a ciência que estuda todas as formas de linguagens³ pelas quais um signo pode ser percebido. Assim, a linguagem musical, literária, cinematográfica, de sinais e de símbolos são exemplos de como um mesmo signo pode ser representado. Esse signo, por sua vez, representa o objeto a ser observado, ou seja, nós interpretamos um signo com outro signo, vemos e formamos em nossa mente uma representação para o signo que vemos através de outro signo.

Nesse contexto, as histórias a que nos referimos nesse trabalho podem ser vistas através de adaptações e releituras, ou melhor, através de signos e linguagens diferentes. Linda Hutcheon, no livro *Uma teoria da adaptação* (2013, p. 30), diz que podemos observar a aludida relação, pelo menos através de três pontos:

- Uma transposição declarada de uma ou mais obras reconhecíveis;
- Um ato criativo e interpretativo de apropriação/recuperação;
- Um engajamento intertextual extensivo com a obra adaptada.

Com relação a *Mulan*, foi a *Lenda de Hua Mulan* que deu origem ao poema intitulado *A balada de Mulan* e ambos inspiraram a releitura da história na linguagem cinematográfica, tanto na forma de animação (1998), com objetivo de alcançar o público infantil, quanto de filme (2009), numa versão

3 Que por sua vez são formas sociais de comunicação

mais dramática, voltada aos interesses do público adolescente e adulto. Essa concepção se reforça nas palavras de Marcos Napolitano (2013, p. 61) quando diz que “o gênero influencia na receptividade da obra, pois sugere ao espectador como o filme deve ser visto “[...]. Nesse caso, embora seja impossível não aludirmos ao filme *Mulan*, no texto, é importante frisar que a comparação será feita entre as personagens das animações uma vez que a animação *Valente* não tem versão em filme.

Valente é uma animação de 2012, tem como personagem principal a princesa Merida, uma menina que já surpreende desde a infância pela ousadia e determinação e não entende a insistência da mãe em ensinar-lhe boas maneiras. O que separa as heroínas aqui contempladas são o tempo, suas posições sociais e ideais de futuro. O que as une? A capacidade de superação da condição de servilismo a elas imposta, através da coragem, subversão, rebeldia e força de vontade que elas revelam.

Vemos que a perspectiva da imagem é importante na narrativa cinematográfica uma vez que, mesmo de forma inconsciente, lemos imagens o tempo todo e as associamos a concepções do nosso imaginário. Quando olhamos para Merida, ainda menina, temos já uma ideia de alguém diferente, perspectiva incutida na cor do cabelo (ruivo) e nos cachos rebeldes da menina, esses aspectos se fortalecem quando ela recebe um arco com flecha de presente de aniversário e, surpreendentemente, o manuseia com destreza.

Da mesma forma, o jeito como *Mulan* se apresenta na primeira cena já surpreende pela criatividade dela ao pendurar a comida das galinhas no rabo do cachorro e colocar preso a ele, próximo ao focinho, um osso para que ele corresse atrás e, assim, a comida fosse se espalhando pelo caminho e alimentando as galinhas. Desse modo, ela fazia as tarefas que lhe eram atribuídas sem tomar muito do tempo e sem muito trabalho. Enfatizando que se trata de tarefas domésticas e *Mulan* já se mostra desinteressada por elas.

Dessa forma, vão se desenrolando as peripécias das personagens numa sequência de ações surpreendentes e ousadas, que mostram, tanto o caráter delas quanto a diferença da forma de pensar e de agir, delas, em relação a imagem idealizada das moças e princesas que pululam o imaginário social, especialmente aqueles mais ligados *Modus vivendi* patriarcal.

2 Relações de Gênero e perspectivas culturais em Mulan e Merida

Ao falar sobre gênero, fala-se essencialmente de cultura, pois é uma forma de enfatizar o caráter social das percepções culturais nas diferenças sexuais ao longo da história. Nessa linha de raciocínio, para Roque de Barros Laraia (2003) culturas são padrões de comportamento passados socialmente com objetivo de adaptar e caracterizar comunidades humanas. Já Terry Eagleton (2005), observa a palavra cultura como uma das mais complexas, pois remete desde a natureza, a exemplo do cultivo de lavouras até a vivência dos humanos. Alfredo Bosi (2002) percebe a etimologia da palavra cultura na essência de sentido dos termos ‘colônia’, ‘culto’ - cultura, que se liga ao processo de cultivo da terra e que cresce naturalmente. Certo é que, falar de cultura se torna complexo porque o que pensamos, a forma como agimos e muito do que somos tem a ver com aspectos culturais que orientam nossas vidas e que se encontram também com aspectos da vida de outrem.

Partindo desse contexto, vemos que as relações de gênero se formam a partir de determinantes culturais, como bem observa Peter Stearns (2007, p. 31): “À medida que as civilizações se desenvolveram, a partir dos contatos e das limitações das trocas, os sistemas de gênero-relações entre homens e mulheres, determinação de papéis e definições de atributos de cada sexo – foram tomando forma também”.

Esses fatores tornam imprescindível pensarmos, não só no tempo, mas também na forma como foram ocorrendo esses aspectos relacionais e como foram sendo passados os valores e concepções para ambos os sexos. Nas sociedades patriarcais, por exemplo, o homem era considerado superior e tinha direitos que não eram dados as mulheres, como a posse de propriedades por exemplo.

Consoante a essas premissas, a percepção do corpo também ocorria, em alguns casos ainda ocorre, de forma distinta para homens e mulheres ou feminino e masculino. É nesse contexto que Muniz de Albuquerque Jr. (2010) mostra que a sociedade, na verdade, produz os estereótipos de machos e fêmeas a serem seguidos, numa condição que ele denomina de “máquina de fazer machos”. Sobre essa assertiva, ele enfatiza que o feminino não tinha domínio do corpo, mas uma visão alienada de um corpo para servir a outro corpo. Já o masculino, segundo o autor:

é um corpo apagado naquilo que lhe é mais próprio, um corpo sem sensibilidade, um corpo castrado de expressão livre de efeitos trazidos pelos afetos das coisas e das pessoas. É um corpo domado, enrijecido, construído como uma carapaça muscular, que visa protegê-lo do mundo exterior. Dessa forma, o corpo feminino era para servir ao outro e o masculino era um corpo para servir a si mesmo. (2010, p. 23)

Assim, a mulher seria um corpo sensível e sedutor que levaria o homem à “perdição”. O crítico observa, ainda, que a mulher seria apenas carne, seios, bunda e o homem, cabeça, pensamento – domínio, o que o aproxima e o deixa “a serviço de todas as formas de Governo. [...] “um corpo dominado para dominar, um corpo domesticado para domesticar” [...]. (2010, p. 25).

É possível perceber que, a perspectiva cultural criada ao longo do tempo, é de um masculino racional, ligado diretamente às guerras, conquistas, lutas e, conseqüentemente, ao controle, daí a dificuldade de lidar com as diferenças, pois a feminilidade no corpo masculino seria uma ofensa a todo esse contexto estruturado através dos séculos, aspectos que se sustentam ao olhar a história e perceber que em alguns países da Europa no século XIX, a homossexualidade era considerada crime. A maneira britânica de tratar os Gays, nesse período, não oferecia respeito aos cidadãos que tinham uma preferência sexual diferente do considerado correto, os homossexuais eram presos e escoraçados apenas por serem gays e um dos presos nessa condição foi o escritor literário, poeta e dramaturgo Oscar Wilde⁴.

Da mesma forma, o feminino concebido em paralelo com o masculino tem um modelo de pensamento, comportamento e aceitação que vem tentando se superar ou mesmo subverter-se ao longo dos anos, principalmente a partir do final do século XIX. No entanto, é depois dos anos de 1960, sob influência do movimento feminista em todo mundo que, embora não aceito totalmente pela sociedade patriarcal, o feminino vai à luta, visando não só a soltura do corpo, mas também do pensamento e das ações, ignorados durante muito tempo.

4 Existia na Inglaterra, amparado por uma lei promulgada em 1533 no Código de Henrique VII, o delito de homossexualidade portanto, demonstrar simpatia por pessoas do mesmo sexo ou se transvestir e praticar sodomia, bem como o delito de penetração no ânus, os quais podiam variar de trabalhos forçados a prisão perpétua. Wilde é condenado e passa a ocupar o setor C, terceira ala, cela nº 8, recebendo Wilde a sigla C.3.3, no cárcere de Reading, logo após uma passagem pela prisão de Wandsworth.

Nessa perspectiva, é importante ressaltar que mesmo dentro de uma situação de castração, o feminino, de alguma forma, sempre subverteu a lógica masculina. Muitas mulheres escreveram seus nomes na história como subversivas, porque, na verdade, as mulheres “não aceitam o lugar social e cultural ao qual foram submetidas” (ALBUQUERQUE JR., 2010, p. 25), embora reajam distintamente a esses preceitos.

Nas histórias aqui observadas, as duas personagens, assim como todas as princesas que conhecemos e as que foram apresentadas pela Disney, foram criadas para casar. De certa forma, *Mulan* já quebra esses preceitos pelo fato de não ser uma princesa, trata-se de uma moça de origem pobre.

Essa narrativa, assim como tantas histórias infantis, também veio da tradição popular. *Hua Mulan* é uma personagem lendária da China antiga no apogeu das Dinastias do Norte e do Sul. A história da corajosa moça que se fez passar por homem para lutar no lugar do pai, foi cantada em versos ainda no século XV, na canção “A balada de Mulan”, na qual o Aedo descreve, em detalhes, a saga da menina que lutou durante doze anos no exército. Depois de ser revelada sua identidade, ela rejeita as condecorações oferecidas pelo imperador e volta para o seio da família.

A animação *Valente* traz como personagem central Merida, uma princesa ruiva e de cabelos rebeldes, diferente da mãe, que tinha cabelos longos, estirados e negros, os quais mantinha sempre presos. Merida manjava o arco e flecha com muita desenvoltura e o primeiro arco lhe fora dado pelo pai, no entanto, é perceptível que, na falta de um filho homem ele supria essa lacuna, fazendo certas vontades da menina, essa observação se confirma com o nascimento dos trigêmeos uma vez que a própria Merida afirma que “eles podem tudo e ela não pode nada”.

Na verdade, ela deveria ficar em casa, aprendendo a ser uma princesa para poder casar. Deveria ser uma mulher perfeita para o casamento e para o agrado dos pretendentes. Era conduzida e ensinada pela Mãe, então aproveitava o único dia em que não precisava estudar, para desfrutar da liberdade de ser ela mesma. Saía galopando o seu cavalo e treinava tiros de arco e flecha, atitudes condenáveis em uma mulher.

No caso de *Mulan*, é possível dizer que a aludida animação pode ser considerada um divisor de águas nas histórias das “mocinhas” da Disney, uma vez que é a primeira a quebrar as convenções e protocolos para se fazer sujeito. Mesmo que, em um primeiro momento ela tenha que ser homem para poder ganhar a confiabilidade, ao assumir sua verdadeira

identidade, ela mostra a igualdade de capacidades entre os diferentes gêneros. No entanto, a mulher é vista como a que, tomando atitudes iguais às dos homens, sempre estará errada pelo fato de ser mulher. Nesse contexto, Simone de Beauvoir (2008, p. 28) diz que:

Nenhum sujeito se coloca imediata e espontaneamente como inessencial; não é o Outro que definindo-se como Outro define o Um; ele é posto como Outro pelo Um definindo-se como Um. Mas para que o Outro não se transforme no Um é preciso que se sujeite a esse ponto de vista alheio.

Daí porque, no caso de *Mulan*, a sujeição da transformação para ser aceita, e só depois de ser vista como Um ela se revela Outro e, de certa forma, depõe esse Um, por isso a revolta imediata do capitão e do exército em geral, quando descobrem que *Mulan*, o soldado lutador e que foi responsável por salvar a vida deles é, na verdade, uma mulher.

É interessante observar que na animação *Mulan* é rejeitada pelo seu amado, que se sentiu inferiorizado por ter sido ajudado por uma mulher, só depois das estratégias dela para salvar a vida do imperador e do reconhecimento do próprio Imperador, é que ela passa a ser vista como heroína. Já no filme, há a surpresa por parte do capitão, mas não há a rejeição, no entanto, em ambos ela volta ao seio da família, só que, enquanto na animação ela vive o amor, no filme esse amor é sacrificado pelos amantes em nome da nação chinesa, expressando o aspecto ufanista e nacionalista do filme, além do drama de não se viver um grande amor.

É depois da animação *Mulan*, em 1998, que vemos aparecer princesas com aspectos e atitudes diferentes, inclusive em relação ao casamento, uma vez que esse não é mais o ideário dominante. O cinema, seja em animação ou em filme, procura atender a um público mais propenso a compreender melhor as diversidades. Entretanto, ainda considerando alguns padrões tradicionais, no sentido do casamento, em 2009 vislumbramos o filme “A princesa e o sapo” (baseado no conto O príncipe e o sapo) cuja personagem principal é Tiana, uma moça negra. É interessante observar, que esse filme foi lançado um ano depois de Barack Obama ser guindado ao posto de primeiro presidente negro, eleito, dos EUA.

Apesar de ser ainda muito forte as assimetrias de gênero, vivemos numa época em que não são poucas as vozes que depõem pela desconstrução de tais assimetrias, com ascensão cada vez maior da mulher no contexto social

e profissional. Assim, na certeza de que temas, aspirações e necessidades, bem como conceitos e pensamentos, vão se transformando ao longo do tempo; a Disney tenta encontrar um caminho rendoso, que alcance a nova mentalidade do jovem, do público em geral e, especialmente da mulher.

É nesse contexto que nascem outros tipos de princesas como Elza de *Frozen* e Merida de *Valente* (2012), esse último dirigido e roteirizado por uma mulher, a americana Brenda Chapman. Essas personagens mostram que não são os homens ou o casamento seus motivos de vida, mas sim, sua própria alteridade, por isso lutam para se fazerem sujeitos sociais e donas de suas vontades.

Em *Mulan*, a protagonista é levada a aprender boas maneiras para estar à altura de um pretendente, mas ela era desastrada e não suportava as convenções para poder ter o direito de viver em sociedade, ela não aceita o fato de ser “domesticada” e acaba por subverter todas as expectativas da família. Quando o imperador manda recrutar os homens de cada família, ela, como não tem irmão mais velho, o pai se oferece para lutar, mas ela percebe que ele não resistirá e tenta interferir, mas o soldado é cruel quando diz: “Quieta. Seria bom ensinar sua filha a dobrar a língua na presença de homens”, e o pai completa: “Mulan, isso é uma desonra”. A moça se martiriza, se culpa por não ser homem, ainda tenta argumentar com o pai, mas ele responde: “Eu conheço o meu lugar, está na hora de você conhecer o seu”.

Mulan pega o uniforme e sai na calada da noite para se alistar no exército, ela luta em nome do pai. Merida, da animação *Valente*, luta com o pai em nome da mãe, tenta resigná-la enquanto tenta encontrar a si mesma. Assim, a alteridade se revela em ambas, pois é como se Merida tentasse mostrar para a mãe que não aceita ser semelhante a ela. Ao mostrar a realidade para a mãe, Merida conquista a liberdade de “ser” sem dever a sua consciência.

Em *Mulan*, apesar de a personagem se mostrar tão capaz quanto um homem, na guerra, ela volta ao seio da família para casar-se. Na animação, Mulan vive o amor, uma vez que o amado a procura no final. Já no filme, há renúncia do amor. Mulan e o capitão se apaixonam, mas se separam para que ele, como príncipe que é, se case com a princesa do reino inimigo, na esperança do fim da guerra entre esses reinos.

Por outro lado, esse aspecto, no filme, mostra que as classes diferentes não se misturam, ou seja, Mulan era plebeia e, apesar de ter vivido e lutado ao lado do príncipe e de ter salvado a vida do Imperador, ela volta a sua

condição e ainda sacrifica o seu sentimento, como se não merecesse o amor de um príncipe.

Ainda com relação ao filme, quando o pai percebe que Mulan fugiu para guerra, ele lembra de quando ela era criança e lutou com alguns meninos para salvar outro. O pai pede desculpas pela atitude dela, por ela não está sendo educada como deveria, ou seja, como deveria se comportar uma menina. Mulan luta durante doze anos na guerra e sua destreza, coragem e estratégia de guerra levam-na à patente de general. Também aparece, com ênfase, a rotina da personagem no acampamento dos soldados, as dificuldades e situações as quais foi exposta e o perigo de ter sua identidade descoberta.

Enquanto na animação os ancestrais são os responsáveis pela proteção dela na guerra, ou seja, ela precisou ser protegida pelas figuras masculinas dos ancestrais, no filme a arte marcial é sua grande “arma” de defesa, ou seja, a personagem é muito mais autônoma e a arte marcial simboliza o equilíbrio e o domínio do próprio corpo. Enquanto a animação tem um toque de humor, o filme é dramático, emocionante e imbuído de valores éticos e morais, altruísmo, determinação e coragem, aspectos revelados na renúncia do amor em nome do país. No filme, ao revelar-se mulher para o imperador, Mulan é admirada, já na animação, o seu companheiro de guerra, o capitão Lee Shang, descobre por acaso que trata-se de uma mulher e a rejeita. Ela é abandonada pelo exército depois de praticamente, ganhar a guerra para eles. Depois de salvar a vida do imperador e de ele chamar atenção para os valores dela, é que Shang resolve ir à procura dela em casa. Assim, Mulan, tanto na animação quanto no filme, é a donzela guerreira que luta em nome do pai, do país e do imperador, representantes masculinos e marcos do patriarcalismo.

É interessante observar que a perspectiva cultural chinesa da época, apresentada no contexto narrativo, remete a culturas como a da Grécia antiga em que a mulher tinha seus pensamentos e opiniões restritas ao lar, ela não poderia de forma alguma, se expressar em público. Marilena Chauí, ao se referir a esse contexto, diz que as mulheres “eram pessoas do direito privado, jamais do direito público” (1985, p. 27). Portanto, as mulheres, para serem conhecidas publicamente, precisavam do intermédio de um homem.

Nas animações investigadas, vemos que Mulan tenta suprir a falta do masculino, representante da família. Já Merida, desafia o masculino, o pai, representante do poder patriarcal, fato revelado através de aspectos como

o tamanho, ele era extremamente grande em relação à mãe e à ela. Ele tem um sentido de protetor quiçá “dono” da família, aspectos que podem ser observados na cena em que ele manda a mãe sair com a filha e ele fica para enfrentar o urso.

A valentia do pai e a forma como os pretendentes à mão de Merida são recebidos (o pai tenta entretê-los enquanto a mãe prepara a filha para ser apresentada) são aspectos muito claros de uma cultura patriarcal e autoritária. Consoante a esse pensamento, a professora Elizete Passos (2002, p. 60) faz a seguinte observação:

Essas exigências são coerentes com a ideologia da sociedade patriarcal que tem valorizado a mulher, como dissemos, não a sua competência intelectual ou sua segurança pra tomar decisões, mas as qualidades que agradam aos outros, destacando-se a “beleza física e moral”, atributos que se transformam em *capital simbólico social* convertidos em alianças importantes às famílias patriarcais.

É possível dizer, que as ideias de Passos estão presentes no fato de os pretendentes e os pais deles não poderem saber que Merida manejava bem o arco e flecha, uma vez que algumas virtudes das moças, para casarem, seria sobriedade e sutileza.

No entanto, observamos algumas perspectivas simbólicas, a exemplo da rebeldia de Merida, representada por alguns fios de cabelo que ela puxa da toca em que foram presos, no momento da cerimônia. É interessante que isso a deixa mais aliviada, como se fosse ela a ser “liberta” daquela situação a que fora obrigada. Do mesmo modo, vemos em *Mulan* uma cena com os mesmos aspectos. Quando prendem os cabelos dela em um coque, como mandam as convenções para a cerimônia do teste do casamento, ela puxa um fio de cabelo que cai na testa, ela reage com um sorriso de satisfação como se naquela atitude ficasse implícito que ela não se deixaria dominar, pelo menos totalmente.

Merida não suporta o modo como é tratada e se torna inimiga da mãe pelo fato de, ser ela, a dar-lhe conselhos e prepará-la conforme à vontade do pai e da sociedade. Merida observa que a mulher não pode nada e luta para tentar não seguir o mesmo destino da mãe, que leva a vida em obedecer regras e ser exemplo de perfeição social. Quando Merida pede para a mãe ser diferente, na verdade ela gostaria que a mãe não direcionasse a vida como uma cartilha a ser seguida.

Merida pede ajuda a bruxa da floresta para mudar a mãe, a bruxa lhe oferece uma iguaria e ao comer um pedaço, a mãe de Merida se transforma em urso, lembrando que o pai odiava ursos e matava todos que aparecia em sua frente. Nesse contexto, vemos se desenrolar alguns aspectos simbólicos.

É possível cogitar o fato de que, ao se transformar em urso, a mãe começa enxergar aspectos que não via antes e se aproxima mais da filha por entendê-la melhor. A aparência de urso na mãe, o pai querendo matá-la e Merida lutando corpo a corpo com o pai pra salvar a mãe, nos faz observar, subliminarmente, que é a nova forma de a mãe ver o mundo que não é aceita pelo pai, ele usa o poder para castigá-la, fato banal na sociedade, quando mulheres sofrem maus-tratos e castigos por pensarem diferente de seus parceiros. Percebemos, a partir daí, uma cumplicidade entre mãe e filha. No entanto, observamos subliminarmente, que para viver em sociedade, a mulher casada precisa do marido, sem ele, ou melhor, descasada, ela não poderia conduzir sua própria vida. Esses aspectos ficam implícitos na volta da mãe de Merida ao “normal” e a aceitação pelo pai, só que agora ela está muito mais consciente.

Vemos, então, alguém que tenta viver em paz, por assim dizer, com o parceiro, mas sutilmente e sem que ele perceba, ela pensa diferente. A cena em que a mãe, ainda urso, luta com outro urso para salvar a filha, mostra bem esse aspecto da reação da fêmea contra o macho ou da mulher contra o homem. O fato de Merida chorar e pedir a mãe de volta mostra a perspectiva da mãe em voltar em nome da família, esse fato fica nítido no rosto da urso e no modo como olha para o marido no momento em que ela volta a sua forma de mulher.

Por outro lado, é interessante observar o rosto de asco e repugnância de Merida na hora em que a mãe volta à condição de humana e o pai a abraça e a beija. Vemos, no final, a família novamente “feliz”, no entanto, Merida está mais confiante em virtude da cumplicidade da mãe. O quadro que aparece na parede em que estão a mãe, ainda como urso, e Merida de mãos dadas, remete a ideia de cumplicidade e igualdade das personagens.

Vemos então, duas animações e duas personagens femininas, Mulan e Merida, que, em épocas diferentes, subvertem o poder patriarcal, porém, Mulan respeita os preceitos culturais, mesmo que os subverta em nome da honra da família. Depois de cumprir a “missão” que deu a si mesma, ela volta para a família, mas fica claro a sua distinção em relação as outras moças, fato que se revela no momento do teste de aptidão para o casamento.

Merida por sua vez, subverte o poder do pai e os aspectos culturais no momento em que, ela mesma, diz o que os pretendentes deveriam fazer para merecer a sua mão. Ela dá a eles a opção de concorrerem entre si através do jogo com arco e flecha. Esse fato mostra a autoconfiança da moça, a coragem de disputar com eles e, ainda, sua prática de manuseio da arma, uma vez que ela ganha deles.

Considerações finais

Trata-se então de duas mulheres de personalidade forte. Mulan, até certo ponto, um pouco mais comedida em relação a família e ao pai. Merida, impulsiva, inquieta, sonhadora e rebelde. A mãe de Mulan quase não aparece, fato que mostra sua completa submissão. A mãe de Merida aparece metamorfoseada, o que deixa transparecer as crescentes mudanças sociais no que se refere à perspectiva feminina; e a mudança de pensamento e comportamento da mulher.

As narrativas mostram que, resguardados os devidos contextos históricos, independente de época, a mulher nunca aceitou o lugar que lhe foi oferecido e que, embora de forma diferente e dentro de suas possibilidades, ela sempre procurou uma saída para conseguir ser um sujeito social pleno de direitos.

Referências

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. Máquina de fazer machos: gêneros e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças. In MACHADO Charliton J. S et al. **Gênero e práticas culturais, desafios históricos e saberes** interdisciplinares. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

BEAUVOIR, Simone. **A mulher independente**. Rio de Janeiro: Agir editora, 2008.

BOSI, Alfredo. Colônia, culto e cultura. In **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: UNESP, 2005.

HUTCHEON, Linda. **Uma teoria da adaptação**. Trad. André Cechinel. 2ª ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura, um conceito antropológico** 16ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2013.

PASSOS, Elizete. A razão patriarcal e a heteronomia da subjetividade feminina. In DUARTE, Constância L.; DUARTE, Eduardo de A.; BEZERRA, Kátia da C. **Gêneros e representações teoria, história e crítica**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é Semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

STEARNS, Peter N. **História das relações de Gênero**. São Paulo: Contexto, 2007.

REPRESENTAÇÃO DO FEMININO NA MÍDIA: CONSTRUÇÃO DO CORPO E DA FEMINILIDADE EM *GIRLS*

Paula Cunha Lopes¹

Resumo

Este artigo observa a representação do feminino em uma série televisiva contemporânea, *Girls*, produzida por Lena Dunham e lançada em 2012 pela HBO. O trabalho parte da premissa de que a mídia é geradora de sentido na sociedade e reforça papéis e estereótipos sociais. Além disso, compreende-se que produtos audiovisuais produzidos por mulheres são de extrema relevância para a criação de suas próprias representações, porém, problematiza-se se Hannah, protagonista da série em questão, de fato promove um tensionamento para se pensar as representações das mulheres na mídia. O aporte teórico para se tratar de questões de gênero foi embasado nas contribuições de Judith Butler (1990) e a articulação entre gênero e representação midiática foi iluminada por Silvana Mota-Ribeiro (2005). Para dar conta do contexto em que a personagem está inserida na série, utilizou-se o conceito de estilo de vida por João Freire Filho (2003), bem como o de terceira mulher, por Gilles Lipovetsky (2000).

Palavras-chaves: série televisiva, feminino, gênero, corpo, representação.

¹ Mestranda em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É pesquisadora associada ao grupo de pesquisa Coletivo de Estudos, Pesquisas Etnográficas e Ação Comunicacional em Contextos de Risco (CORISCO) e também integra o Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (GRIS). Email: cpaulalopes@gmail.com.

Introdução

O presente artigo² pretende refletir sobre a representação do feminino na série *Girls*, do canal norte-americano HBO. Compreende-se a mídia como lugar de construção e reprodução de representações sociais, que veicula imagens e discursos de fundamental importância para observar e pensar questões de gênero. O trabalho lança mão das contribuições de Judith Butler (1990), cujo aporte teórico foi significativo para questões de gênero, e os estudos de Silvana Mota-Ribeiro (2005) para se observar questões de representação do feminino em instâncias midiáticas. Embora de matrizes diferentes, as autoras se tangenciam em alguns pontos que foram essenciais para dar subsídio teórico à pesquisa em questão.

O percurso metodológico utilizado para o presente estudo foi de caráter analítico, ou seja, com foco na observação e interpretação do objeto empírico. Ao olhar para a série, foi observado de que maneira o gênero se mostra *performativo* (nos termos de Butler) em um produto televisivo, de forma a reificar relações normativas. Além disso, foi questionado o lugar da personagem principal Hannah Horvath em relação a *estereótipos de gênero e papéis sociais*, conceitos trazidos por Mota-Ribeiro.

Sob tais perspectivas, buscou-se compreender possíveis rupturas de padrão do feminino (ou não) causadas por Hannah na série *Girls* a partir do entendimento da sua representação como geradora de sentidos na sociedade, e o questionamento que moveu se deu em torno de possíveis quebras de expectativas geradas pela personagem principal. Afinal, quebras de expectativas modificam o padrão de representação do feminino na mídia, chegando a marcar um lugar de questionamento?

Inicialmente, foram escolhidos três episódios de diferentes temporadas para o *corpus*, que exibiam cenas de nudez/sexo e que tocavam em questões como feminilidade, corpo e sexualidade relativas à personagem principal. Os episódios que traziam de forma marcante essas questões foram: *Pilot3*,

2 Este artigo é resultado e continuação de um trabalho anterior feito em colaboração com Ana Luiza Pio, Bruna Brandão, Caio Couto e Karina Carvalho, para o Laboratório de Feminino na Mídia, ministrado pela profa. Fernanda Miranda, na UFMG. Agradeço pelas reflexões que construímos durante a disciplina, sem as quais não teria seguido aperfeiçoando o texto e aprofundando a discussão até levá-la ao XII CONAGES. Agradeço também às contribuições que recebi no GT *Mulheres, feminismos e políticas do corpo*. Esta reflexão foi, de longe, construída apenas por mim.

3 HBO, 2012.

*One Man's Trash*⁴ e *Beach House*⁵. Porém, dando continuidade à pesquisa, optou-se por substituir este último por um novo episódio, que tocava nessas questões mais a fundo, da última temporada lançada em 2016, qual seja, *Queen for two days*⁶.

É importante destacar que, desde o início, este artigo não pretendeu esgotar as discussões acerca da representação do feminino em *Girls*, nem dar conta de toda o enredo a série. Pelo contrário, a intenção deste trabalho foi levantar uma discussão importante a respeito da construção e manutenção de padrões nas representações femininas na mídia, e de que maneira elas podem ser tensionadas ou problematizadas.

1. A questão de gênero

Os estudos feministas, até meados da década de 90, eram fortemente centrados na distinção entre *gênero* e *sexo*, percepção iluminada pela filósofa francesa Simone de Beauvoir, com sua obra clássica *O Segundo Sexo* (1949). Embora tais estudos divergissem, e ainda o divergem, em vários pontos, os principais pensamentos feministas partiam da premissa de que sexo era uma condição natural/biológica do seres, enquanto gênero era uma definição social construída para distinguir homens e mulheres.

No início dos anos 90, a filósofa americana Judith Butler lança o livro *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade* (1990), que marca uma ruptura com o pensamento preeminente até então. Escrito em um contexto de epidemia de AIDS e efervescência *queer* nos Estados Unidos, o seu livro influenciou os estudos feministas pós-modernos, as teorias de gênero e a Teoria Queer, que ganhava espaço nos centros de pesquisas desde a década de 70.

Ao partir da própria formulação de Beauvoir de que “ninguém nasce mulher: torna-se”, Butler vai revisitar outros teóricos como Foucault, Wittig, Irigaray e Kristeva para colocar em cheque a dicotomia entre gênero e sexo, de forma a questionar a própria existência da categoria “mulheres”. A autora formula, de maneira complexa e densa, a ideia de que a identidade de gênero é um construto *performativo* construído pelo discurso.

4 HBO, 2013.

5 HBO, 2014.

6 HBO, 2016.

Se o argumento de Beauvoir, de que não nascemos, mas nos tornamos uma mulher, está correto, segue-se que a mulher em si é um termo em processo, um devir, um construir do qual não se pode dizer legitimamente que tenha origem ou fim. Como uma prática discursiva contínua, ela está aberta à intervenção e à resignificação. Mesmo quando gênero parece se cristalizar nas formas mais reificadas, a “cristalização” é, ela própria, uma prática insistente e insidiosa, sustentada e regulada por diversos meios sociais (BUTLER, 1990, *apud* SALIH, 2012:66).

Nessa lógica, Butler assume que não há relação entre gênero e corpo, visto que o gênero é um devir, não um estado ontológico do ser. Da mesma forma, ela pressupõe que não existe nenhum sujeito pré-discursivo, assim, tanto as categorias de gênero quanto de sexo são socialmente construídas e, por isso, instáveis.

Butler faz a distinção de sexo/gênero para argumentar que não há sexo que não seja já e, desde sempre, gênero. (SALIH, 2012:89) Para ela, gênero, sexo e sexualidade não estão calcadas em uma relação necessariamente mútua,

de modo que se, por exemplo, alguém é biologicamente fêmea, espera-se que exiba traços “femininos” e (num mundo heteronormativo, isto é, num mundo no qual a heterossexualidade é considerada a norma) tenha desejo por homens (SALIH, 2012:67).

Assim sendo, categorias dicotômicas simplistas como “macho” e “fêmea” ou “homem” e “mulher” são apenas construtos discursivos e, ao considerar de que sexo e gênero são discursivamente construídos, Butler irá dizer sobre a característica *performativa* do gênero. Afinal, não só as normas de gênero são constituídas, como são mantidas, isto é, para a autora, o gênero não passa de “uma sequencia de atos repetidos que se enrijece ate adquirir a aparência de algo que esteve ali o tempo todo” (SALIH, 2012:94). Assim sendo, o gênero é um “processo regulado de repetição” que se dá pela linguagem e em que o sujeito se torna preso a um “discurso do qual não pode escapar ou o qual não pode alterar” ⁷ (SALIH, 2012:96).

7 É importante salientar que Butler é otimista em relação às “possibilidades de desnaturalizar, proliferar e deslocar as identidades para revelar a natureza construída da heterossexualidade” (SALIH, 2012: 96)

2. Representação do feminino na mídia

Silvana Mota-Ribeiro traz contribuições fundamentais para os estudos feministas em seu livro *Retratos de mulher: construções sociais e representações visuais do feminino* (2005), ao tratar de identidade feminina, das representações sociais e do conceito de “feminilidade”. Embora ela não parta dos mesmos pressupostos conceituais, metodológicos e epistemológicos de Judith Butler citados previamente,⁸ para a análise que se propõe neste artigo, sua reflexão se torna cara ao tratar da representação do feminino na mídia e suas implicações sociais.

Mota-Ribeiro inicia sua reflexão partindo de uma clara premissa de que ser mulher ou homem para uma cultura, sociedade, classe, idade ou etnia, varia profundamente. Assim, ela já se distancia da ideia de que a “feminilidade” é homogênea, e nos sugere o uso de “feminilidades” no plural, já que ela é vivida de formas diferentes por distintas mulheres.

Alguns conceitos importantes que Mota-Ribeiro apresenta para destacar a importância social do gênero são: “papel social”, “representação social” e “estereótipos de gênero”. O primeiro se refere a “um conjunto de comportamentos ou atividades que determinada sociedade considera mais apropriados para os membros de um sexo do que para de outros” (MOTA-RIBEIRO, 2005:17). O segundo, para a autora, são “pontos de referência através dos quais uma pessoa comunica com o outro, permitindo-lhe situar-se a si própria e situar o seu mundo” (SEMIN, 1989: 243, *apud* MOTA-RIBEIRO, 2005: 22). Por fim, os estereótipos de gênero se referem a

um conjunto de crenças, de ideias partilhadas, de valores relativos ao feminino, que não apenas servem como simplificações úteis para lidar com a complexidade e diversidade do universo feminino (do que é ser mulher). (MOTA-RIBEIRO, 2005:23).

8 Já na introdução do texto, Mota-Ribeiro utiliza-se do pensamento de Beauvoir para fazer a distinção entre os conceitos de sexo/gênero, que Butler problematiza e desconsidera. Para Mota-Ribeiro, “uma vez que a noção de sexo não explica a ‘masculinidade’ ou a ‘feminilidade’, impõe-se uma outra noção: a de gênero. Este diz respeito aos comportamentos e expectativas socialmente aprendidos que são associados a cada um dos dois sexos” (Mota-Ribeiro, 2005:15). Embora a autora faça distinções anatômicas entre sexos biológicos, ela coloca, por exemplo, que não há categorias puras entre feminilidade e masculinidade, afinal, não é o biológico que impera, mas o cultural (mostrando possível uma aproximação das autoras nesse sentido).

Ou seja, para a autora, são atributos pessoais, como aparência e características de personalidade, e determinados padrões de comportamento que facilitam uma compreensão social, mas que também delimitam e simplificam as concepções de “feminino” e “masculino”.

Nesse processo de construção social, Mota-Ribeiro destaca a importância de agentes de socialização, como, por exemplo, a mídia, que fornecem

padrões de comportamento socialmente desejáveis para cada um dos sexos e de símbolos de feminilidade e masculinidade que tenderão a ser interiorizados como a norma feminina e a norma masculina, tornando-se parte da identidade de meninas e meninos. (MOTA-RIBEIRO, 2005:20)

Porém, ela nega que o gênero é uma entidade fixada através da biologia ou dos papéis sociais, e destaca o fato de serem estruturas criadas por indivíduos e, portanto, são recriadas nas interações sociais.

Não é o gênero que determina o comportamento das mulheres, mas é o nosso sistema de gênero que coloca algumas pessoas como mulheres numa organização particular da vida social, fazendo com que essa localização pareça natural e o resultado da biologia e da psicologia, não da cultura ou da política (RAKOW, 1986: 24, *apud* Mota-Ribeiro, 2005:21).

Ainda nesse sentido, a autora irá dizer sobre a identidade feminina, que, para ela, não é imutável e natural, mas um “ideal normativo” e, citando Butler, “um conjunto de práticas reguladoras da formação e distinção de gênero” (BUTLER, 1990:16, *apud* MOTA-RIBEIRO, 2005: 24). Enquanto ideal, portanto, leva a distintas mulheres a se conformarem com tais normas para se reconhecerem como tais.

3. Gênero e feminino na série *Girls*

Quando se pensa a representação do feminino na mídia em seriados televisivos, é impossível não lembrar do fenômeno de *Sex and the City*, lançado em 1998 pela HBO. A série foi, durante muito tempo, uma referência comportamental importante no imaginário feminino ocidental, quando apresentava à sociedade quatro mulheres, diferentes entre si, mas buscando a mesma coisa: sucesso profissional, independência econômica, vida

sexualmente ativa, relacionamentos bem sucedidos, vida social agitada e, claro, tudo com o último lançamento do Manolo Blahnik nos pés.

Oito anos depois do fim de *Sex and the City*, surge *Girls*, no mesmo canal, também com uma história de quatro amigas vivendo a juventude em Nova York. Desde o lançamento, a comparação entre as duas séries foi inevitável, e instaurou-se um debate importante para se pensar a representação da mulher em séries televisivas quase uma década depois.⁹

No ano de seu lançamento, *Girls* alcançou uma audiência baixa nos EUA e a ausência de protagonistas negras foi uma das severas críticas, além de o fato de que não existia nada de especial na vida da protagonista Hannah e de suas amigas, cujos problemas aparentavam-se demasiadamente superficiais.

A série conta a história de Hannah, interpretada por Lena Dunham, uma americana, branca, aspirante a escritora, acima do peso, que aos 24 anos ainda trabalha como estagiária não remunerada. Além de Hannah, a série retrata a vida de mais três amigas, Marnie Michaels (Allisson Williams), Jessa Johansson, (Jemima Kirke) e Shoshanna Shapiro (Zosia Mamet), e dá conta do dia-a-dia das amigas, das suas dificuldades em se estabelecerem no mercado profissional e também em entender o que querem dos seus relacionamentos afetivos.

Em *Girls*, as mulheres não são bem-sucedidas, não são 'máquinas sexuais', não têm o corpo perfeito, nem têm relacionamentos com homens charmosos e ricos. Elas são jovens em busca de expressar seus sentimentos e sobreviver (XAVIER;SOARES, 2013: 7).

Ao invés de hipersexualizada e consumista, apenas alguns dos (nos termos de Mota-Ribeiro) estereótipos sociais femininos comumente vistos em produções televisivas como *Sex and the City*, a personagem principal Hannah parece, a primeira instância, se distinguir das representações hegemônicas ocidentais. Primeiramente, porque não apresenta o padrão de beleza feminino usualmente propagado pela mídia, que normalmente está diretamente atrelado à sexualidade. Além disso, ela manifesta veementemente

⁹ Vale ressaltar que este artigo não objetiva se estender a uma comparação entre as duas; este breve paralelo é apresentado apenas para contextualizar o cenário midiático em que *Girls* se insere para levantar, posteriormente, algumas possíveis particularidades desta série em específico.

seus problemas existenciais, que não são resolvidos dentro de uma loja, e expõe, assim, suas inseguranças de forma surpreendentemente realista e excêntrica. Vale considerar que, ao contrário do que se espera, a série foi criada por uma mulher, o que se coloca como extremamente relevante, haja vista ser “necessária uma maior participação das mulheres nas profissões ligadas aos *media* e à produção cultural para que (...) [elas criem] suas próprias representações” (MOTA-RIBEIRO, 2007: 75).

A televisão, bem como o cinema e a publicidade, possuem um papel fundamental na criação e disseminação de certas imagens que irão contribuir no processo de interiorização de papéis sociais e comportamentos humanos, afinal, os indivíduos são “coletivamente condicionados e influenciados pelas imagens que povoam o seu cotidiano.” (MOTA-RIBEIRO, 2007: 69) Diariamente, somos rodeados de imagens que constroem o que seria feminino e o que seria masculino, nesse processo social, que tanto Butler quanto Mota-Ribeiro apontam, que afeta a vida das pessoas de forma profunda. Mota-Ribeiro cita Betterton para defender que “para as mulheres, em particular, estas imagens são impossíveis de ignorar. Elas dizem-nos como devemos esperar ser vistas e tratadas pelos outros (BETTERTON, 1987c:1, *apud* Silvana Mota-Ribeiro, 2007:70). Isso se dá uma vez que essas imagens sobretudo reforçam relações de poder marcadas pelo gênero.

4. Hannah, as corporalidades e feminilidades

Para a análise subsequente dos episódios escolhidos, é fundamental observar antes o contexto em que a série se dá e suas implicações. Embora Hannah seja inserida em um contexto atual, em que a mulher é livre para escolher seu destino, ela se vê com outras inseguranças e cobranças, que são atravessadas pelo seu gênero.

Gilles Lipovetsky, em seu texto *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino* (2000), traça uma linha do tempo em que divide a representação da mulher em três fases, para perceber as mudanças do feminino ao longo da história. Seu objetivo é perceber rupturas históricas que modificaram a forma “pela qual é construída a identidade feminina, bem como as relações entre os sexos” (LIPOVETSKY, 2000:231). A primeira mulher, segundo este autor, “perdurou, em certas camadas de nossas sociedades, até a aurora do século XIX” (LIPOVETSKY, 2000: 234). A segunda mulher, essencialmente semelhante à primeira, aparece na Idade Média e

perdura até a terceira mulher, que surge no contexto em que a ela ganha mais liberdade sexual, após o surgimento das pílulas anticoncepcionais e quando passa a trabalhar fora do lar.

Segundo ele, nas primeiras representações femininas pregava-se fortemente o culto à beleza e a qualidade da mulher sedutora. Estes tradicionais modelos contribuíram significativamente para a concepção contemporânea de feminino. Até hoje, o corpo feminino ainda está relacionado à reprodução e à sexualidade. Segundo Lipovetsky, “as funções e os papéis antigos perpetuam-se, combinando-se de forma inédita com os papéis modernos” (*apud* MOTA-RIBEIRO, 2007: 28). Nesse sentido, a mídia atua fortemente nessa concepção do feminino, perpetuando o ideal de mulher perfeita, como visto por Mota-Ribeiro.

Embora a modernidade, de fato, aflore a possibilidade de escolhas das pessoas ao tipo de vida que desejam, as garotas, mais especificamente, são cobradas a ter um plano de vida e a fazer escolhas corretas nos relacionamentos, levando em conta a vida profissional (MCROBBIE, 2008:19). Pode-se observar, claramente, em *Girls*, diversas cobranças à Hannah, seja por ela mesma, ou por personagens ao seu redor. Tal cobrança por normas de comportamento mais apropriadas às mulheres é mascarada com o *estilo de vida* da personagem na série.

João Freire Filho, em seu texto *Mídia, Consumo Cultural e Estilo de vida na Pós-Modernidade* (2003) fala sobre o *estilo de vida* na contemporaneidade e sua importância especialmente nos estudos de comunicação e cultura, afinal “de uma forma ou de outra, estamos todos envolvidos no projeto de construção e manutenção de uma aparência, de uma imagem, de um estilo, ao mesmo tempo particular e socialmente desejável” (FILHO, 2003: 72). O estilo de vida, para este autor, seria a atitude do indivíduo “na escolha de certas mercadorias e certos padrões de consumo e na articulação desses recursos culturais como modo de expressão pessoal e distinção social”. (FILHO, 2003:73).

Em *Girls*, o estilo de vida é fundamental para compreender as personalidades das personagens e, principalmente, as escolhas de Hannah. Para além de uma apreensão de como as quatro amigas se comportam, o conceito é fundamental, pois, para Freire, o estilo de vida seria como uma “âncora identitária” (FREIRE, 2003:74) em que os indivíduos se apegam a produtos da cultura de consumo para construir uma materialidade simbólica partilhada socialmente, que permite esconder suas ansiedades e inseguranças.

4.1. Episódio Piloto

O episódio Piloto de *Girls* dá o tom da série, pois apresenta ao público as personagens, suas particularidades, e o tema central do seriado: a vida da jovem nova-iorquina Hannah. Já nos primeiros minutos, somos apresentados à protagonista, em um jantar com seus pais, em que eles anunciam que não irão mais sustentá-la financeiramente.

Nessa primeira conversa, a mãe de Hannah diz que eles não podem mais sustentar o seu *groovy lifestyle*, que seria, em uma tradução livre e simplista, um estilo de vida alternativo, tipicamente jovem e descolado. Essa fala está carregada de julgamentos e demonstra que sua mãe recrimina seu comportamento e suas escolhas, como se o desejo de Hannah de correr atrás de suas aspirações literárias fosse um luxo fútil e que sem o seu apoio financeiro a filha perceberia a hora de tomar decisões adultas e ser séria com suas finanças.

A cobrança dos pais demonstra um estranhamento natural ao estilo de vida em *Girls*, que Xavier e Soares (2013) caracterizaram como *indie*, em que, entre outras coisas, buscar o sucesso profissional em carreiras tradicionais não é uma prioridade, mas sim outros valores como desenvolver habilidades artísticas, literárias e criativas como forma de ganhar a vida. Segundo os autores, essa característica da série a diferenciou marcadamente de *Sex and the City*, haja vista que propiciou uma maior popularidade entre espectadoras que poderiam se reconhecer nas inseguranças, nos sentimentos e nos dilemas comuns das personagens.

O consumo cultural que marca o estilo de vida, segundo Filho (2003), se mostra bem exemplificado em uma das cenas desse episódio, em que uma das amigas de Hannah, Shoshanna, usa as personagens de *Sex and the City*, que, como já dito, são parte do imaginário social do que é ser mulher em Nova York, para se definir. Ela diz “eu sou definitivamente Carrie de coração, mas às vezes, um pouco de Samantha meio que me escapa”. Pode-se notar que, ao utilizar duas personagens de um seriado para se definir, Shoshanna mostra não só o próprio consumo do produto midiático e sua influência, como se ditasse um estilo de vida, mas também a necessidade de unir características de duas personagens distintas para assumir que nenhuma representação por completo colocada na série a define por inteiro. Assim, retoma-se à premissa de Mota-Ribeiro de que a feminilidade não é única, mas plural e impassível de uma simplificação.

Outro momento neste primeiro episódio importante para a análise é quando Hannah, seminua, está com Adam, primeiro namorado com quem ela mantém relações na série, e ele a questiona o porquê de tantas tatuagens no corpo. Hannah explica que ganhou muito peso na adolescência e que fez as tatuagens para sentir que tinha controle sobre o próprio corpo. Ele responde: “você não é mais *tão* gorda assim, pode retirá-las com *laser*”. Fica evidente a escolha das tatuagens como consumo cultural de forma a esconder suas inseguranças e, ainda mais clara, a cobrança de um comportamento mais apropriado para a personagem, que remete tanto ao papel social marcado pelo seu gênero, quanto à aspectos de feminilidade que se esperam da personagem.

Por fim, outra cena do episódio fundamental para se observar questões de gênero é quando Hannah está nua em uma banheira com sua melhor amiga, Marnie, que está vestida. Hannah diz: “Nunca te vejo pelada e você sempre me vê. Deveria ser o contrário”. O fato de Hannah não ter um corpo “padrão”, como Marnie, a leva a severas críticas a si mesma. Ou seja, embora a série coloque uma personagem principal acima do peso, em cenas de nudez em que ela parece estar à vontade com seu corpo - o que poderia tensionar uma representação hegemônica - , o discurso sobre si mesma é severo e recai sob as normas do feminino construídas e mantidas socialmente.

Nessa mesma cena, ela faz uma crítica ao namorado de Marnie, que seria, para ela, submisso e que, portanto, “teria uma vagina”. Ao sugerir que o namorado de Marnie teria uma vagina, Hannah reforça que a submissão seria uma característica feminina, chamando mais uma vez ao papel social apropriado das mulheres e apontando um estereótipo social que simplifica o gênero feminino. Além disso, ela parte do pressuposto normativo de que sexo biológico e gênero haveriam uma relação necessariamente mútua, o que Butler refuta veementemente.

4.2 One's Man Trash

O episódio *One's Man Trash* é diferente dos outros porque se passa apenas entre Hannah e um homem reclusos em casa e, portanto, apresenta uma visão mais íntima da personagem. Há, inclusive, um tom cômico e *nonsense* durante as cenas, já que o episódio inteiro se desdobra quando ela chega à casa de um completo desconhecido para pedir desculpas por usar

sua lixeira. A partir daí, convidada pelo dono da casa para entrar, eles passam dois dias juntos imersos num caso passageiro. Esse episódio é repleto de cenas de nudez da personagem principal, em que ela parece estar confortável com o seu corpo, ainda que esteja frente a um estranho e que não se encaixe nos padrões normativos de corpo, ou a aparência que se espera de uma mulher segundo estereótipos de gênero.

Palazzo (2013) no artigo *O corpo feminino na série de TV Girls* levantou alguns pontos interessantes para a presente reflexão. Em sua análise, a autora coloca que as culturas ocidentais definem corpos femininos desejados, que são fortemente atrelados à sexualidade e à reprodução, e que sua beleza se dá “sem manchas, sem rugas, sem celulite, de carnes firmes, seios e quadris em proporção ideal, cabelos longos, mãos e pés delicados e um rosto harmonioso.” (PALAZZO, 2013:9). Ela acrescenta:

Os cabelos desalinhados, os glúteos ondulados, a tranquilidade de um corpo movido por uma mente despreocupada em preencher requisitos dos paradigmas da sociedade, transgride e surpreende expectadores que exigem a manutenção de um padrão. A nudez de Hannah busca se aproximar mais dos corpos reais e representar mulheres cujos corpos não se encaixam nos requisitos do que é chamado “beleza feminina” (PALAZZO, 2013:9).

Apesar de se colocar num lugar de questionamento de representações tradicionais da mulher, Hannah ainda se vê sendo atravessada por eles ao dizer que nunca recebeu o *feedback* de que era bonita, por não se adequar aos padrões tradicionais de beleza. Também é visível o quanto ela tenta camuflar críticas a ela mesma com um tom de humor. “Diferente de atrizes e modelos que desfilam em uma passarela ou que fazem uma campanha de xampu ou maquiagem, Hannah não tem cabelos esvoaçantes nem pernas longas e esguias” (PALAZZO, 2013:14) e, apesar de suscitar tensionamentos ao padrão de beleza hegemônico nas cenas de nudez em que aparece em posições variadas e sem nenhum *glamour*, ela aparenta se esconder atrás do humor para justificar a falta de adequação ao padrão de magreza.

Nesse sentido, embora seja claro que a nudez transgressora de Hannah no episódio implique “deixar para trás séculos de corpos idealizados e normatizados por paradigmas patriarcais” (PALAZZO, 2013:10) e seja extremamente necessária para se trazer aos meios audiovisuais como uma representação do corpo feminino que não seja comumente vista, é possível,

com o discurso da personagem, vislumbrar uma cobrança dela mesma em relação ao seu corpo. Essa lógica contraditória mostra claramente o que Butler sugere ao dizer como que o gênero carrega cobranças sociais e se solidifica, através do discurso, de tal maneira como “um processo que não tem origem nem fim, de modo que é algo que ‘fazemos’ e não algo que ‘somos’” (SALIH, 2012: 67).

4.3 Queen for two days

No episódio *Queen for two days*, da quinta e última temporada, é possível observar, mais uma vez, a nudez transgressora de Hannah e outros pontos relevantes para compreender a perspectiva de gênero segundo o aporte teórico já dado.

O episódio se inicia com Hannah e sua mãe em um carro em viagem para a Primavera das Rainhas, ou uma “fugida rejuvenescedora e relaxante no Dhanimahila, um tempo para conectar-se às suas virtudes de deusa e celebrar sendo uma mulher multifacetada”, segundo os dizeres do folder que Hannah lê em voz alta e faz rígidas críticas. Sua mãe, que em episódios anteriores acaba de descobrir que o marido é gay, refuta o julgamento da filha e responde que precisa disso, independente do nome e caráter do evento.

Ao colocar um personagem que descobre, aos sessenta anos de idade, seu desejo por pessoas do mesmo sexo, a série já aponta para uma aproximação da percepção de instabilidade de gênero que Butler discute a fundo. A fala de Hannah quando diz “você vai se divorciar, afinal, ter um marido gay não é o mesmo que não ter marido?” e o seu julgamento em relação a isso em vários momentos, incruste uma série de valores sociais que retratam bem a constituição social do gênero que se mantém preso a um discurso do qual não se pode fugir ou modificar.

Nesse mesmo episódio, Hannah, pela primeira vez, se relaciona com uma mulher. A cena, marcada por sexo e nudez explícita, escancara em um produto midiático uma possibilidade não hegemônica de representação do feminino; não pelo fato de sugerir que Hannah seja lésbica ou bissexual, representações pouco presentes nos produtos midiáticos, mas, ao colocar o desejo da personagem por alguém do mesmo sexo, a série provê uma desestabilidade das categorias sexo/gênero/desejo. Embora *Girls* traga para a cena audiovisual esses tensionamentos de gênero e feminilidade com a

personagem Hannah, especialmente nas interações com outras personagens, atributos de aparência (corpo) e comportamento desejáveis a uma certa feminilidade são questionados dentro do próprio seriado. No final desse mesmo episódio, ela diz à sua mãe que os pais fizeram algo muito errado na sua criação.

5. Considerações finais

Apesar da construção da personagem Hannah não seguir necessariamente tradicionais estereótipos de gênero, rompendo certo padrão de beleza e comportamento feminino hegemônico na mídia, há na narrativa da série discursos que evocam várias cobranças para a adequação da protagonista a inúmeros papéis sociais de gênero. Seja nas falas da própria Hannah, ou de outros personagens, a *performatividade* de gênero, como definida por Butler, se mostra claramente presente na trama, haja vista que os sujeitos estão fortemente presos aos discursos normativos construídos socialmente.

O fato de Hannah ser uma protagonista acima do peso, por exemplo, que não é o que observamos de forma hegemônica nos produtos midiáticos, não necessariamente implica uma ruptura do que se espera de uma representação da mulher que rompe com padrões dominantes. Embora Hannah pareça estar muito segura de si e das suas escolhas, como seria a terceira mulher para Lipovetsky no contexto contemporâneo, na maior parte da série, a protagonista ainda sofre com o caráter performático do gênero feminino e com crises constantes de identidade que são reforçadas pelo consumo cultural, que ocasionam em um conjunto de hábitos que a comprometem com determinado estilo de vida, que, como nomeia Filho, seria uma âncora identitária.

Referências

BUTLER, Judith. **Gender Trouble**: Feminism and the Subversion of Identity. Nova York: Routledge, 1990.

FILHO, João Freire. Mídia, consumo cultural e estilo de vida na pós-modernidade. **Revista ECO-Pós**, [S.l.], v. 6, n. 1, jun. 2009. ISSN 2175-8689. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/1144>. Acesso em: 30 Out. 2016.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher**: permanência e revolução do feminino. São. Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MCROBBIE, Angela. Post Feminism and Popular Culture: Bridget Jones and the New Gender Regime. In: NEGRA, Diane; TASKER, Yvonne, eds. **Interrogating Postfeminism**: Gender and the Politics of Popular Culture. Duke University Press. 2008.

MOTA-RIBEIRO, Silvana. **Retratos de mulher**: construções sociais e representações visuais do feminino. Porto: Campo das Letras, 2005.

PALAZZO, Daniela. O corpo feminino na série de TV Girls. **Fazendo Gênero 10**: Desafios Atuais dos feminismos. Set. 2013. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386784286_ARQUIVO_DanielaVieiraPalazzo.pdf>. Acesso: 30 Out. 2016.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

XAVIER, Philipe; SOARES, Thiago. O Estilo de Vida Indie na série Girl. XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. 2013. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nordeste2013/resumos/R37-0111-1.pdf>>. Acesso: 30 Out. 2016.

SE AS PAREDES PUDESSEM FALAR: UMA ETNOGRAFIA DE TELA SOBRE AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE CASAIS LÉSBICOS

Amanda Nunes de Assis¹

Frederico Rafael Gomes de Sousa²

Xênia Diógenes Benfatti³

Resumo

Neste trabalho realizamos um estudo bibliográfico associado à etnografia de tela do filme *Desejo Proibido* (2000). O objetivo da investigação foi enveredar pelos elementos históricos acerca da representação social da identidade lésbica e articulá-los às narrativas propostas na película. A etnografia de tela é uma pesquisa qualitativa, por meio da qual se assiste e analisa uma narrativa fílmica, a fim de realizar um diálogo não apenas objetivo de captação de dados, mas essencialmente de interpretação subjetiva dos elementos que compõem a obra. Nos resultados da análise pudemos perceber a evolução das representações sociais das identidades lésbicas retratadas, pois observamos desde à invisibilidade desses relacionamentos à sua proteção por meio dos direitos defendidos e proclamados através de lutas, especialmente do movimento feminista. Estes sujeitos existem e precisam ser reconhecidos e valorizados pelo que são de fato, e não pelo que pensam dele.

1 Graduação em Psicologia - Universidade de Fortaleza.

2 Graduação em Psicologia - Universidade de Fortaleza.

3 Doutorado em Educação pela UFC, mestrado em Educação pela UFC, especialização em Planejamento Educacional pela UFC, graduação em Pedagogia pela UECE, atualmente exerce a função de docente na Universidade de Fortaleza.

Introdução

Pensar a sexualidade, em termos de sua diversidade, é um desafio contemporâneo que emerge a partir da segunda metade do século XX, quando começaram a aparecer grupos sociais organizados e surgiram os primeiros estudos científicos menos preconceituosos sobre a homossexualidade (PIASON, 2008). Nesta pesquisa, o objeto de estudo tomado foi a discussão da representação social de casais de mulheres lésbicas, em diferentes contextos históricos, retratados no filme *Desejo Proibido* (2000).

O filme é composto por três histórias diferentes, mas com grandes similaridades: todas as histórias retratam o amor romântico experimentado por casais, todos os casais são formados por mulheres lésbicas e todos os casos retratados se passam na mesma casa, em épocas distintas. Para Giddens (1993), o amor romântico suscita uma questão de intimidade e cria uma história compartilhada, que separa o relacionamento de outros aspectos da organização familiar, priorizando-o e dando-lhe uma classificação especial.

A primeira história do filme acontece em 1961. Edith e Abby vivem juntas há 30 anos, até que Edith sofre um acidente vascular cerebral e morre. Sua companheira tem que enfrentar sozinha a dor de perder sua amada e, como se essa perda não fosse suficiente, tem que lidar com a ameaça de ser expulsa da própria casa, cuja posse legal era de Edith. A família de Edith não reconhece Abby como a legítima herdeira e o desamparo emocional e material passam a tomar conta da vida dela.

A segunda história se passa em 1972 e se inicia com a expulsão de Linda, a protagonista, e suas amigas, todas jovens feministas lésbicas, de um grupo feminista que se reunia no campus da universidade em que estudavam. Elas vão para um bar e lá Linda conhece Amy, uma lésbica que esteticamente aproxima-se das representações do masculino. Essa nova relação é alvo de desaprovação e preconceito das amigas de Linda, que se vê obrigada a enfrentar as amigas e seu próprio preconceito.

O terceiro e último segmento do filme, ambientado no ano 2000, narra a história de um casal de mulheres lésbicas tentando engravidar através de inseminação artificial. Fran e Kal se deparam com alguns questionamentos: devem solicitar o esperma pela internet ou em um banco de espermas?; Como escolher o melhor doador?; Qual o melhor procedimento para a inseminação? E, o mais importante, é certo trazer ao mundo um bebê que com toda certeza sofrerá com o preconceito?

No contexto atual, torna-se cada vez mais importante a construção histórica da representação social das identidades sexuais: heterossexuais e homossexuais, gays e lésbicas, entre outras. Neste trabalho nos ocuparemos da transformação ocorrida na representação social de casais de mulheres lésbicas no decorrer no tempo.

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida com um caráter qualitativo com delineamento descritivo-exploratório (NEVES, 1996; LIMA; MIOTO, 2007; GIL, 2010). Para Neves (1996), a pesquisa qualitativa assume diferentes significados dentro das ciências sociais, podendo ser definida como um conjunto de técnicas interpretativas que tem como objetivo descrever, decodificar, traduzir e expressar os sentidos dos fenômenos do mundo social, reduzindo assim, a distância entre a teoria e os dados, entre o contexto e a ação.

A análise de dados foi realizada em dois momentos. Em um primeiro momento, realizamos uma revisão bibliográfica sobre o movimento feminista e a representação social da mulher lésbica e, num segundo momento, fizemos a etnografia de tela.

Para Flick (2009), a revisão bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado e tem a vantagem de permitir ao pesquisador uma cobertura mais ampla dos fenômenos do que aquela que ele poderia alcançar diretamente. Marconi e Lakatos (2003, p. 183) afirmam que ela “não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”, que podem proporcionar meios para definição e resolução de problemas antigos bem como a exploração de novas áreas de pesquisa.

A revisão bibliográfica foi complementada com a etnografia de tela, fazendo o que Penafria (2009) define como uma espécie de diálogo entre elas, buscando saber, entre outras coisas, quais cenas se interligam com o objeto de estudo do pesquisador.

Uma imagem possibilita múltiplas leituras e, de acordo com Balestrin e Soares (2014),

“a tela seria uma das possibilidades concretas de apresentar e constituir a chamada realidade. A tela torna-se uma teia de discursos. Discursos esses que fazem as realidades existirem,

persistires e, por vezes, modificarem-se” (BALESTRIN; SOARES, 2014, p. 92).

Para as autoras, fazer uma etnografia de tela significa transportar métodos típicos da pesquisa antropológica (longa imersão do pesquisador no campo, observação sistemática, registro em diário de campo etc.) para a realização destas leituras, sem nenhuma pretensão de objetividade.

Os filmes são realizados e assistidos dentro de um contexto social e cultural, por isso é preciso reconhecer de que posição estamos o assistindo/analizando e o que ele nos provoca/incita. Esta é a grande diferença entre a etnografia de tela e a análise fílmica: na etnografia, o pesquisador está imerso no “campo” (filme) e suas percepções, impressões e sensações influenciam na sua análise (BALESTRIN; SOARES, 2014).

Para realizar a etnografia, seguimos alguns procedimentos: longo período de contato com o filme, observação sistemática e variada, registro em diário de campo e a escolha (e descrição) das cenas para análise. O critério de escolha das cenas foi que elas fossem produtivas à articulação com o referencial teórico.

Diante disso, selecionamos a categoria ‘trajetória histórica da representação social da mulher lésbica’ para análise neste trabalho, que será apresentada no item a seguir.

Resultados e discussão

Cada história do filme *Desejo Proibido* retrata uma forma diferente de vivenciar uma relação homossexual entre mulheres. A primeira delas narra a história do casal Abby e Edith. Abby é uma senhora de cabelos brancos, com vestidos florais e comportamento muito discreto e tímido, que se aproxima da imagem que se tem do feminino. Já Edith é uma mulher que se aproxima mais da representação ligada ao masculino (usa calças, blusas folgadas e cabelos curtos) e é mais comunicativa e assertiva. Sua relação é afetiva, com funções definidas: enquanto Abby cuida das coisas da casa (alimentação, arrumação etc.), Edith é responsável pelo quintal e jardim. Para a sociedade da época, elas passam a imagem de duas amigas que dividem a casa.

Na segunda história, Linda, uma das personagens principais, se veste como uma hippie (blusas folgadas, calças jeans, cabelos longos), correspondendo à figura que se espera de uma mulher mais livre naquela época. Já

Amy, sua parceira, se veste e se comporta a partir de um estereótipo masculino. Usa ternos, calças sociais, anda de moto, tem cabelos curtos e faz gestos cavalheirescos, típicos dos homens do contexto histórico retratado no filme.

Amy não se apresenta assim por identificar-se com o gênero masculino, mas sim porque faz sentido para ela aquela forma de se comportar e sente-se confortável. Isso fica explícito no diálogo travado entre ela e Linda:

Linda: “Eu sou a mulher e você é o homem?” - Amy: “Não.” - Linda: “Então porque você se veste assim?” - Amy: “Porque assim me sinto a vontade.” - Linda: “Pensa em si como mulher?” - Amy: “Acha que não sei o que pensam de mim? Essa sou eu. Não posso ser de outro jeito” (DESEJO PROIBIDO, 2000, 60’17”).

Em sua relação, Amy assume uma posição mais firme, enfrentando a sociedade e as amigas de Linda. Para Linda, assumir a relação com Amy é mais difícil porque significa ir contra o que as amigas definem como “certo”: a mulher pode ser lésbica, mas sem perder a feminilidade.

Fran e Kal, o casal retratado na terceira história do filme, não mostram no corpo, nos gestos ou na maneira de se vestir diferenças tão grandes entre elas. Fran se veste usando roupas mais coloridas e divertidas já Kal se veste de forma mais sisuda. Elas também diferem no comportamento. Enquanto Kal é responsável pelas decisões do casal, atitudes que se “espera” socialmente de um homem, Fran se ocupa mais das tarefas domésticas e acata as decisões de Kal sem questionar. Elas já são reconhecidas como família por algumas instâncias e têm planos de terem um filho através de inseminação artificial.

Piason (2008, p. 16) afirma que “tanto o sujeito ‘homossexual’ quanto o sujeito ‘mulher’ são criações e construções sociais que dividem o mundo em dois pólos opostos e hierarquicamente definidos” e que, apesar de sempre terem existido pessoas que se relacionavam com outras do mesmo sexo, o comportamento sexual não constituía um marcador de identidade. Isto só se deu a partir do Século XIX, quando o que antes era considerado crime ou castigo, passou a ser considerado anormalidade, doença. Neste momento, a ciência, que ganhou status de verdade absoluta, afirmava que a biologia apresentava as raízes das diferenças entre homens e mulheres e, ao mesmo tempo, argumentava que a relação entre ambos era complementar, devendo

cada um desempenhar o papel que lhe fora determinado pela “natureza” (PIASON, 2008).

“O nascimento do termo homossexual é também o início de uma problemática e de uma intolerância que sobrevive até os nossos dias” (PIASON, 2008, p. 21), iniciando assim as representações sociais sobre o termo e gerando o que Jurberg (2001) denomina como dupla moral sexual, na qual tudo é válido no campo da sexualidade, desde que seja distante dos olhos do “outro”.

Acerca da representação social, vale considerar o conceito de Oliveira e Werba (2007) que a definem como a versão contemporânea do senso comum, isto é, o conjunto de conceitos, proposições e explicações que se originam na vida cotidiana e equivalem aos sistemas de crenças e mitos das sociedades tradicionais. A sociedade cria a representação social de um fenômeno na tentativa de tornar familiar o não-familiar.

Dentre os vários aspectos da representação social está a sexualidade que, se entendida como um “dispositivo histórico”, de acordo com Foucault (1988), é algo inventado socialmente e banhado por vários discursos que ditam aquilo que é verdadeiro sobre as práticas, que regula e normatiza e pendularmente se prescreve o que não é verdadeiro. Foucault (1993) ressalta ainda que tal dispositivo é entendido como uma rede costurada socialmente através de discursos, leis, padrões, medidas administrativas, ciência, enfim, tudo o que é dito e não dito que influencia na forma em que as pessoas vivem.

A construção social da sexualidade, por sua vez, é influenciada por vários fatores: sexo biológico, o sexo psicológico ou sexo de criação, até a identidade social de gênero e as ideologias que formam a identidade cultural, incluindo as relações de poder. Se um indivíduo pertence a determinado grupo, a ele será atribuída todas as características do grupo em questão, sejam positivas ou negativas. Esta atribuição de características gera um estereótipo que, por sua vez, dá origem ao preconceito (JURBERG, 2001).

Kern e Silva (2009) afirmam que as representações que historicamente foram cristalizadas são determinantes na construção do preconceito existente à homossexualidade, que sempre esteve presente no mundo e se apresenta de formas tão distintas quanto a própria organização cultural e moral na história da sociedade e a experiência lésbica se apresenta apenas como mais uma possibilidade de experimentar o “ser mulher”.

No filme temos várias representações sociais sobre relacionamentos lésbicos, que vão desde uma total invisibilidade, passando pela luta e pelo reconhecimento até chegar a existência dos sujeitos de direitos.

Logo na primeira cena do filme, Abby e Edith estão em um cinema, assistindo a um filme no qual há uma declaração de amor entre duas mulheres, a cena “expulsa” algumas pessoas do cinema e torna-se chacota para jovens que estão assistindo. As personagens sentem-se constrangidas, o que é percebido pela rigidez corporal que apresentam. Na saída, o porteiro se oferece para acompanhá-las como se fossem duas mulheres solteiras e, portanto, desprotegidas. No caminho até a casa elas são alvos de olhares e risos, pela forma diferente de se portarem. Há uma tentativa de invisibilização do casal ao mesmo tempo em que há um estranhamento com a situação.

Este apagamento da relação é repetido quando Abby sofre um acidente vascular cerebral (AVC) e é levada ao hospital por Edith. Após passar a noite esperando notícias, a enfermeira informa a Edith que Abby faleceu. Edith questiona porque não a avisaram e pergunta se pode vê-la. A resposta é: “Infelizmente só é permitido para a família. A senhora é da família?” Ao que Edith responde: “Não, sou só amiga. Uma boa amiga.” (11’25”).

Na segunda história as lésbicas já começam a se definir como tal e há um enfrentamento da sociedade em relação a isso. Conhecemos Linda numa cena em que ela e suas amigas são expulsas de um grupo de feministas por se assumirem lésbicas. Ainda que para o grupo isso não tenha importância, a Universidade onde o grupo se reúne proibiu os encontros caso elas permanecem nas reuniões. Nas suas imagens, Linda e suas amigas não se diferenciam das outras mulheres, mas no comportamento sim. Elas se assumem enquanto lésbicas e estão dispostas a enfrentar as consequências disto.

Ao sair da Universidade, Linda vai com as amigas a um bar de lésbicas, onde se deparam com outra representação de mulher: “a que se veste de homem”. Neste bar ela conhece Amy, que sofre preconceito das próprias amigas de Linda, que não aceitam o diferente e em seus discursos falam da normatização de ser lésbica.

Na terceira história, Fran e Kal já vivem sua relação abertamente, mas não são reconhecidas como família por todos. Essa falta de reconhecimento pode ser percebida na dificuldade de adotar um filho e pode ser ilustrada na fala de Kal que afirma: “Era mais fácil você me engravidar que uma agência

autorizar a adoção" (74'36"), no momento em que elas estão discutindo sobre a possibilidade adoção de uma criança pelas vias legais.

De acordo com Pedro (2005), o feminismo desempenha um papel crucial na tentativa de fazer a história das mulheres serem narrada por outras mulheres. Como movimento social, o feminismo pode ser definido como um conjunto de ideias e práticas que, tendo o poder de subverter, mudar e transformar a lógica patriarcal na qual vivemos, visa equiparar os sexos (masculino e feminino) no tocante a direitos cívicos e políticos, promovendo uma conscientização da igualdade de direitos e desnaturalizando a submissão feminina (FERNANDES, 2012).

Os movimentos pelos direitos das mulheres se iniciaram no século XVIII, na Revolução Francesa, mas só se consolidaram de forma mais estruturada e organizada a partir do final do século XIX e início do século XX, quando o movimento sufragista, que lutava pelo direito feminino ao voto, iniciou o que depois veio a ser classificada como a primeira onda do feminismo (FERNANDES, 2012).

Na medida em que o feminismo defendia as mulheres, acabava por alimentar a diferença sexual que procurava eliminar e buscava criar uma identidade feminina universal, o que continuava a estabelecer "amarras" em posições, que apontam para um lugar fixo e essencialista para cada gênero (PIASON, 2008), além de não responder a grande questão que todas queriam: porque as mulheres, em diferentes sociedades, eram (e são) submetidas à autoridade masculina, nas mais diversas formas e nos mais diferentes graus? (PEDRO, 2005).

A mudança comportamental que o feminismo proporciona às mulheres pode ser vista na diferença de atitude entre as personagens nas três histórias.

Em 1961, quando Abby morre, Edith muda toda a configuração da casa delas para a chegada do sobrinho da companheira. Ela transfere suas roupas, sapatos e objetos pessoais para o outro quarto, tira as fotos da parede e tenta esconder quaisquer traços que indicassem que as duas tinham um casamento. Quando o sobrinho chega, age como se ela fosse apenas uma amiga da tia e se acha no direito de já pegar os bens para si, não dando qualquer importância à presença e à dor de Edith, que aceita calada, resignada à sua inexistência como companheira de Abby.

O ano de 1972, quando se passa a história seguinte, foi um período de surgimento e expansão no feminismo, Linda tem forças para enfrentar a sociedade e as amigas e assumir seu relacionamento com Amy. Uma cena

muito emblemática desta atitude é quando as duas estão na casa de Amy e esta a “desafia” a beijá-la na frente do vizinho, que as observa com olhar espantado. Este beijo informa ao vizinho (e ao telespectador) que ela é livre para amar quem quiser e que vai lutar por esta liberdade.

Fran e Kal, na terceira história que se passa nos anos 2000, já são atravessadas pelos resultados das lutas feministas. Elas já não sentem mais a necessidade de esconder sua relação e decidem ir atrás de seu sonho de serem mães, ainda que tenham que atravessar muitas barreiras.

Piason (2008), afirma que as lésbicas também devem ser contempladas enquanto sujeito “mulheres” do feminismo e

[...] assumir que o sentido de “mulher” se alterou ao longo do tempo, implica em assumir que aqueles/aquelas, que atualmente defendem formas não tradicionais de compreendê-lo, não podem ser deixados de lado, sob a simples alegação de que suas posturas e interpretações contradizem os padrões usuais (PIASON, 2008, p. 30)

A diferença só aparece quando se tem um referencial hegemônico. Historicamente, a heterossexualidade foi institucionalizada como compulsória e só era considerada “mulher de verdade” aquela que fosse mãe, esposa, bela, jovem e sedutora. Para Piason (2008),

“qualquer atitude que afaste a correspondência de um ser humano nascido com o sexo feminino de seu papel de gênero de mulher, em nossa sociedade heterocentrada e machista, acaba por ser extremamente vigiada e cobrada” (PIASON, 2008, p. 51).

Esta comparação deixa de fora todas aquelas que não seguem o padrão heteronormativo. As mulheres lésbicas que se assemelham às heterossexuais passam despercebidas e as que vivem sua feminilidade de forma diversa não são consideradas mulheres verdadeiras. Uma das condições para ser uma mulher de verdade é ter relacionamentos sexuais com homens (PIASON, 2008) e isso não acontece no filme, o que tornaria todos os personagens femininos “mulheres de mentira”.

O fato de uma mulher realizar atos sexuais com outra mulher não define a sua identidade lésbica, no sentido de papéis sexuais, o que a define são os múltiplos símbolos que constituem esse sujeito, neste sentido, “o ‘não assumir’ pode estar associado simplesmente ao desinteresse por alguns símbolos e comportamentos associados à lesbianidade, ou ao conjunto de significados a ela atribuídos” (ALMEIDA; HEILBORN, 2008, p. 233).

A homossexualidade feminina é vivenciada, escrita e falada, mas, aparentemente, não se percebe uma real abertura para a existência de tal discurso e nos estudos sobre a homossexualidade persiste a opressão e a hierarquização de gênero. Assumir-se lésbica torna a mulher vulnerável às violências de todos os tipos, por isso muitas preferem o silêncio. Este silêncio é cada vez mais facilmente quebrado. Na construção da identidade lésbica temos que levar em conta que estas mulheres buscam uma autenticidade, querem se sentir inteiras, sem segredos.

Considerando que a história das mulheres quase sempre é contada a partir da perspectiva masculina, o filme *Desejo Proibido* foge à regra. Ele é dirigido e produzido por mulheres, e tem seu elenco predominantemente composto por mulheres. As personagens retratam as diversas formas de 'ser mulher'. Já na sua abertura, mostra mulher como donas de casa, cantoras, atrizes, militares, telefonistas etc. Nas histórias, há mulheres completamente adequadas às normas de sua época, outras que vão de encontro ao 'padrão', algumas mais masculinizadas e outras que se vestem e agem de forma única, pessoal, enfim, o filme cumpre o que a abertura promete: mostrar que todas as mulheres são diferentes entre si, ainda que tenham algo em comum.

Considerações finais

Para a realização desse trabalho consideramos o cinema como a "Arte da Vida", expressão visual e imediata de todos os sentidos humanos e capaz de emocionar a todos, por se tratar de uma linguagem universal capaz de colocar em tela quer o mundo exterior, quer o mundo interior.

Realizar a análise do filme *Desejo Proibido* foi equivalente a analisar a "vida real", no tocante ao processo e transformação da representação social de casais lésbicos.

No filme, o fato de todos os personagens principais serem mulheres liga todos os sujeitos. Este elemento de ligação também pode ser representado pela casa, que serve de cenário para todas as histórias.

A forma como a sociedade percebe a mulher lésbica e seus relacionamentos passou de uma total invisibilidade até a conquista de direitos legais. Nesta evolução, o feminismo foi de fundamental importância, na medida em que ele deixou apenas de reivindicar direitos civis e passou a exigir que a sociedade reconhecesse as mulheres, inclusive as lésbicas, como sujeitos singulares e não como possuidoras de uma identidade universal.

Referências

ALMEIDA, G.; HEILBORN, M. L.. Não somos mulheres gays: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras. **Gênero**, Niterói, v. 9, n. 1, p.225-249, sem. 2008. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/102/78>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

BALESTRIN, P. A.; SOARES, R.. “Etnografia de tela”: uma aposta metodológica. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. p. 89-111.

DESEJO proibido. Direção de A. Heche. Produção de M. Kane. Eua: Hbo Films, 2000.

FERNANDES, J.. **Mulher e política: a experiência vivida de mulheres no exercício do poder político**. 2012. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2012. Disponível em: <http://www2.unifor.br/tede//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=900551>. Acesso em: 27 mar. 2016.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3ª ed. Porto Alegre: Boockman / Artmed, 2009.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade, V.1: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JURBERG, M. B. (2001). A construção social da sexualidade: da identidade biológica à identidade sócio-cultural de gênero. **Revista Scientia Sexualis**, v. 7, n. 2, pp. 25-40, 2001.

KERN, F. A.; SILVA, A. L. da. A homossexualidade de frente para o espelho. **Psico**, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p.508-515, out./dez. 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/4939/4938>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 10, n. , p.37-45, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa - características, usos e possibilidades. **Cad. de Pesq. em Adm.**, São Paulo, v. 1, n. 3, p.1-5, 2º sem. 1996. Disponível em: <http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_qualitativa_caracteristicas_usos_e_possibilidades.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2016.

OLIVEIRA, F. O. de.; WERBA, G. C. Representações sociais. In: JACQUES, M.G.C. et al. **Psicologia social contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PEDRO, J.M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p.77-98, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

PENAFRIA, M. Análise de filmes - conceitos e metodologias. In: **Anais do VI Congresso SOPCOM** [online]. Abril, 2009. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-pena-fria-analise.pdf>> Acesso em 26 mar. 2016.

PIASON, A. da S. **Mulheres que amam mulheres: trajetórias de vida, reconhecimento e visibilidade social às lésbicas**. 2008. 86 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://meriva.pucrs.br:8080/dspace/bitstream/10923/4879/1/000411106-Texto+Completo-0.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T.T. da.; HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BELA, RECATADA E DO LAR: (DES)CONSTRUINDO DISCURSOS SOBRE A FEMINILIDADE NA CONTEMPORANEIDADE.

Ana Paula Costa Nascimento¹

Guy Bravos Monteiro Neto²

Gwendoline Jacqueline Mignot³

Aline Maria Barbosa Domício Sousa⁴

Resumo

Este trabalho debate criticamente os discursos sobre a feminilidade divulgada na mídia brasileira, sob a ótica dos feminismos interseccionais, considerando as representações sociais no sentido de repensar a normatização dos papéis femininos. Tem como parâmetro a feminilidade na contemporaneidade e utilizou o levantamento bibliográfico e documental como estratégia

-
- 1 Graduada em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Bolsista de Iniciação Científica (PAVIC/FEQ) pelo Laboratório de Pesquisa Interloquções (UNIFOR). Faz parte do Programa de Monitoria (PROMOV) da UNIFOR. Coordena um Grupo de Estudos sobre Psicologia Comunitária e Desigualdades Sociais. E-mail: anapaulacostaa5@gmail.com
 - 2 Graduando em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Bolsista de Iniciação Científica (PAVIC/FEQ) pelo Laboratório de Pesquisa Interloquções (UNIFOR). Faz parte do Programa de Monitoria (PROMOV) da UNIFOR. Membro do LEPES (Laboratório de Estudos sobre Processos de Exclusão Social). E-mail: guybravospsi@gmail.com
 - 3 Graduada em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Bolsista de Iniciação Científica (PAVIC/FEQ) pelo Laboratório de Pesquisa Interloquções (UNIFOR). Faz parte do Programa de Monitoria (PROMOV) da UNIFOR. Membro do LEPES (Laboratório de Estudos sobre Processos de Exclusão Social). E-mail: gjmignot@gmail.com
 - 4 Doutora em Psicologia Social Crítica pela Universidade do Minho - Portugal e Universidade de São Paulo - Brasil (UMINHO / USP). Docente da graduação em psicologia da UNIFOR e do Centro Universitário Estácio do Ceará. É Coordenadora do Grupo de Pesquisa Interloquções de Estudos Multidisciplinares sobre Corpo, Gênero e Sexualidades (UNIFOR). E-mail: alinedomicio@unifor.br

metodológica. A importância dos resultados iniciais está na possibilidade de desconstrução, através do repensar crítico sobre como os feminismos e as representações sociais agem para a determinação das normas, tidas como verdadeiras na sociedade, sendo relevantes para a formação acadêmica e profissional na área das ciências humanas e sociais.

Palavras-chave: feminilidade, contemporaneidade, feminismos interseccionais, papéis femininos.

Introdução

Na atualidade, vários autores (Nogueira & Oliveira, 2010; Sarti, 2004; Narvaz, 2007; Graciano, 2016; Santos, 2002), discutem de forma crítica os padrões exercidos e enquadrados na feminilidade, tais como as temáticas da beleza ou a autoimagem e a exigência de terem que ser exercidos pelo feminino. Vários padrões que são vivenciados diariamente juntamente com o discurso homogêneo da sociedade com o intuito de direcionar o processo subjetivo de cada um. Recentemente tivemos uma grande repercussão de uma dessas ações que ficou conhecida através do discurso: Bela, Recatada e do Lar.

Uma reportagem escrita por Juliana Linhares, intitulada: “Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”, pela *Revista Veja* (Brasil), no dia 18 de abril de 2016. Reportagem que interliga a visão de (suposta) padronização da **feminilidade**, mediante representações que a sociedade constrói (CORRÊA et al., 2007). Neste artigo, temos como base os feminismos, no qual emergiu a motivação para se debater o tema de forma crítica e em referência a escassez bibliográfica sobre a temática proposta.

Diante dos discursos sobre gênero, (re)produzidos na mídia, temos como objetivo central promover uma crítica reflexiva, em atenção à necessidade de se problematizar os discursos sobre gênero, destacando assim, o feminismo interseccional e os padrões normativos do ser mulher. Assim, empreendemos uma discussão teórico-epistemológica mediante as relações de gênero e o discurso citado, através de uma revisão bibliográfica (e de reportagens) com o propósito de refletir, onde torna-se arraigado os discursos sobre as relações femininas em detrimento das classes sociais e raça, tecendo assim minorias.

Metodologia

Como objeto de estudo central para este trabalho, ressaltamos o uso das abordagens qualitativas. Para o autor Chizzotti (2006, p. 28)

O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a atenção sensível.

Os dados da reportagem publicada na *Revista Veja* (2016), foram submetidos à análise para aliar conteúdos das reportagens com as teorias da interseccionalidade, cujo foco central foi a normatização, feminismos, gênero, sexismo e representações. A pesquisa bibliográfica em si ocorreu em Abril e Maio/2016 concretizando-se por um levantamento documental sobre o discurso da feminilidade.

Assim foi analisada a revista online (Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/>>), através de leituras flutuantes e apoio de uma grelha, utilizando-se: livros, artigos científicos e bases online, como o google acadêmico, SCIELO, LILACS e CAPES. Para Bardin (2011, p. 385) a análise prevê três fases: a pré-análise textual, a exploração do material, o tratamento dos resultados. Tanto a pesquisa bibliográfica, quanto a documental possuem como finalidade a busca por documentos escritos, porém, na pesquisa documental o interesse vai além de artigos e também incorpora outros tipos de documentos, como neste trabalho: a reportagem citada. Para Gil (2002, p. 46), a pesquisa bibliográfica pode ser tratada como um tipo de pesquisa documental, que se tem como base o material impresso.

Resultados e discussões

O padrão da mulher no Brasil, já vem enrijecido desde os primórdios da civilização, Segundo Ribeiro (2002) & Sarti (2004) que trazem um levantamento histórico sobre a mulher e a feminilidade, ressaltando as representações sociais sobre as mulheres e homens durante décadas no Brasil. A mulher precisa seguir a norma, ou seja, ser sensível, delicada, boa mãe, uma esposa excepcional, boa filha e garantir a gestação de bons filhos... A mulher não pode ganhar mais que o homem e nem ser melhor que o mesmo. E se tentar? Talvez seja criticada pelos padrões normativos de como ser uma “boa” mulher. Biasoli-Alves (2000), ressalta que aconteceram intensas alterações sobre os valores e papéis em várias sociedades, e fatores como urbanização, os avanços da ciência, etc, impulsionaram essas mudanças. Sendo assim, a família sofreu muitas modificações em sua estrutura e nos papéis desempenhados pelos membros que a formam.

É correto afirmar que a mulher está conquistando seu espaço, construindo-o de uma forma que vai contra os padrões impostos. As representações sociais configuram-se como um conjunto de valores, ideias, práticas, que nos auxiliam a refletir acerca do espaço social e como a sociedade percebe/

interpreta determinados acontecimentos, visualizando-o enquanto padrões de beleza, gênero feminino, caracterizando estereótipos generalizados a feminilidade. Como crítica da representação da mulher, Moscovici (1978) ressalta sobre a representação social ser constituída de vias de apreensão do mundo em seus alicerces e consequências. Para Nogueira et al. (2010, p. 13) pessoas que pertencem a um ou mais grupos marginalizados podem experimentar opressão resultante da interseccionalidade dessas pertenças.

A expressão “Bela, Recatada e do Lar”, publicada com o título “Marcela Temer: bela, recatada e “do lar” *Revista Veja* (Brasil, 2016) gerou grande revolta nas redes sociais, assim como também um grande público de apoio à expressão. A protagonista da matéria é uma mulher branca, de classe alta que segue os padrões considerados femininos da sociedade: gosta de vestidos até os joelhos e cores claras, tem diploma (mas nunca exerceu a profissão), pretende ter mais um filho, e cuidar do lar.

Biasoli-Alves comenta que em pleno século XX ocorreram muitas mudanças econômicas e sociais e houve predomínio da vida nos centros urbanos. Como consequência houve uma abertura para uma escolarização e profissionalização das mulheres. Foi exigindo da mulher habilidades novas, contudo, valores foram mantidos. Em exceções, mulheres abandonam seu trabalho e o diploma universitário para cuidar da casa e dos filhos. Evidenciando que o papel de destaque era o do homem dentro da família, o provedor de todas as necessidades materiais.

Essa polêmica fez com que mulheres (e mesmo homens) publicassem fotos de afronta a esse papel normativo do ser mulher. O Brasil não é composto somente de mulheres brancas, heterossexuais e de classe econômica elevada. Elucidando que a crítica não é contra as mulheres que escolheram viver de acordo com esse modelo, mas torná-lo como único modelo a ser seguido pelas mulheres. Segundo Brito (2001), permanecer no espaço doméstico não é sinônimo de isolamento e/ou conservadorismo. Ser do lar se configura como uma escolha pessoal, que também é política.

A mídia ou os meios de comunicação são compreendidos como dispositivos pedagógicos (FISCHER, 2001), aparatos técnicos de mediação simbólica (BIROLI, 2010), que possuem um caráter multiplicador (SGARBIERI, 2006). Entendemos aqui como meios de comunicação os jornais, as revistas, os rádios, as redes de televisão e a internet. Segundo Fischer (2001, p. 587), são utilizadas diversas estratégias de linguagens para produzir discursos que influenciam na percepção e na auto-avaliação de seus

usuários. Para Corrêa et al. (2007), eles assumem um papel fundamental no comportamento e na formação dos indivíduos. Tornam-se um lugar privilegiado de criação, (re)produção de identidades – individuais e/ou coletivas, as opiniões, os preconceitos, as representações sociais, de inclusão e exclusão, que acabam transformando a natureza das interações sociais (FISCHER, 2001; SGARBIERI, 2006; CORRÊA et al., 2007; BIROLI, 2010).

Desta maneira, não existe a neutralidade, segundo Biroli (2010, p. 278) as representações sobre a feminilidade presentes na mídia podem reforçar uma série de estereótipos ligados aos papéis de gênero. Por trás dos conteúdos produzidos existem os interesses e as opiniões de jornalistas, apresentadores e donos de emissoras. Para Teixeira (2013, p. 81), a mídia é, acima de tudo, um produto de determinadas práticas e se constitui como instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Existem fatores culturais e ideológicos envolvidos na produção dos discursos midiáticos.

As informações transmitidas estão carregadas de pré-conceitos, mostrando que homens e mulheres possuem lugares preestabelecidos na sociedade (SILVA, 1998 apud CORRÊA et al 2007). Na reportagem da revista *Veja* “Bela, Recatada e do Lar”, não é neutra e nem inocente. Por trás dessa frase, há um conteúdo atribuído aos padrões normativos e que são alimentados pela sociedade brasileira.

Homens e mulheres são reconhecidos a partir de duas categorias construídas socialmente (MEYER, 1998 apud CORRÊA et. al., 2007). Para Brito (2001) & Biroli (2010) historicamente, a construção das identidades de homens e mulheres se tem configurado a partir da dicotomia entre as esferas pública e privada. O gênero é o elemento central dessa relação na modernidade. As mulheres são herdeiras de uma produção discursiva que as tornam objetos. São estabelecidas verdades sobre sua natureza, de acordo com o desejo de alguns homens Kehl (1998) e Fischer (2001).

As mulheres foram (sempre) excluídas da história. Até a segunda metade do século XIX, as mulheres ficavam restritas aos espaços privados e suas participações sociais eram restritas aos afazeres domésticos. Já o acesso ao espaço público era reservado aos homens (TEIXEIRA, 2013, 82). O público este relacionado com as questões políticas, econômicas e sociais. Já a vida privada está associada ao âmbito pessoal, íntimo, familiar, doméstico, afetivo e não-público.

Segundo Brito (2001) o homem é pensado como um ser público, participante ativo dos processos políticos, já a mulher é um ser privado, apolítico. A naturalização da exclusão das mulheres da esfera pública, em particular, nos cargos políticos eletivos se deve ao discurso de que as mulheres não se interessam pelas questões políticas, porque estão mais preocupadas com a vida privada, com a esfera doméstica e com a maternidade. Esse discurso acaba legitimando a compreensão de que a política é um negócio exclusivo dos homens (Biroli, 2010). Para Brito (2001), superar essa visão é questionar os conceitos ideológicos enraizados nessa explicação, reconceitualizar a noção de política, ultrapassar a dicotomia público-privado que distingue os papéis femininos e masculinos na sociedade.

A reportagem da revista *Veja* transmite, principalmente a mensagem de um regresso da figura feminina idealizada do século XIX, uma mulher bela aos olhos do marido, recatada que não se envolvia nas questões públicas (políticas, econômicas e sociais) e com uma linguagem polida, e do lar, o ambiente reservado a elas. A postura apresentada pela revista é uma negação do protagonismo feminino, mostrando que a mulher deve ser submissa ao poder masculino e excluída do ambiente público e/ou outro que desejar e considerar pertinente a si. Desse modo, podemos citar esse discurso como um retrocesso social. Segundo Silva et al. (2015), muitas vezes as demandas em que as políticas públicas são criadas não atendem a toda a sociedade, pois pensa no público feminino de maneira generalizada.

Portanto, podemos falar em minorias em relação aos direitos da feminilidade, é de valia repensar que a posição da mulher frente a uma categoria de minorias, se dá também pelo discurso/posição do feminino frente o que é cobrado perante o social, e sair do padrão é se dispor a discursos moralistas de opressão e/ou machismo. Assim podemos citar o sexismo, como base em uma discriminação respaldada em um só gênero e/ou orientação sexual sob o outro, atribuindo ideologias que beneficiam um tipo de gênero.

Segundo Silva et al. (2015, p. 04), e sendo assim, faz-se necessário a participação e intervenção da população no sentido de reivindicar suas demandas a ponto de que cheguem até os que detêm o poder para resolvê-los. Refletimos sobre uma visão de sociedade que acaba reforçando privilégios – ressaltando a masculinidade e diferenciando o feminino. Os feminismos estão para além da cena dos gêneros, sendo um movimento de inclusão, de igualdade, de ampliação sobre o pensamento feminino na contemporaneidade, pois envolve outros movimentos: o LGBT, questões raciais,

questões de classe, questões de gênero. Deste modo, a luta é para as minorias que enfrentam um mundo de opressão, violência, exclusão, assédio. E essas questões são impostas por padrões de beleza, profissão e constituição familiar, tudo a ser normatizado, colocado como troféu para a sociedade, através dos meios midiáticos.

Assim, percebe-se na reportagem uma mulher de classe alta, bonita, loira, branca, que utiliza roupas “ideais”, que quer ter filhos, que é casada, que é do lar. Um belo padrão a ser idealizado, um belo padrão a ser seguido, é o que a mídia e a sociedade subtendem-se. Contudo, a mídia se utiliza do discurso sobre padrões, à mídia se coloca enquanto democracia, a sociedade segue os padrões e se diz viver em uma busca por uma democracia, mas, essa busca permanece em uma verdadeira preservação das relações de poder exercidas, formando-se nas realidades naturalizadas.

Os feminismos interseccionais, vem justamente desnaturalizar essas formas de relações de poder, que tornam invisíveis as minorias, sendo assim uma luta constante por espaços, por igualdade, e também para um empoderamento feminino, para que a feminilidade possa também questionar esses tipos de discursos enrijecidos, e lutar por liberdade, uma liberdade de ser mulher mediante qualquer aspecto, mediante qualquer espaço, mediante qualquer escolha, saindo assim do enquadramento produzido sobre o que é útil ou não à sociedade.

O termo **interseccionalidade** rodeia os estudos sobre os feminismos, pois ele adentra em outros feminismos e permeia categorias, como: as desigualdades sociais, o preconceito, o sexismo e racismo. Segundo Kerner (2012) tal discussão tem ocupado espaço importante na pesquisa de gênero. O reconhecimento de que formas sexuais de injustiça são, por um lado, análogas e, por outro, empiricamente entrelaçadas com outras formas de injustiça - como as relacionadas à raça, etnia e religião. Por fim, na contemporaneidade, vivemos em um lugar que prega uma liberdade, porém desde que a sua liberdade não atravesse a do outro, como podemos acreditar em liberdade de expressão que censura o questionamento, o não a rotulação? É o discurso censurado das mídias. Sobre isto, Viana (2015, p. 13) afirma que a liberdade de expressão é um direito humano, uma das chamadas “liberdades civis” que consta na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789.

Apesar de haver movimentos para a conscientização dos processos discriminatórios, vivemos uma liberdade censurada, mascarada, arraigada,

esfacelada, pois a mídia nos mostra que valoriza o tradicionalismo, e os modelos que devem se sobrepôr entre os indivíduos, assim como na reportagem: *Bela, Recatada e do Lar*. Diariamente mulheres sofrem violências, assédios, tendo que acatar com os seus deveres de “ser feminino”, e que quantas mulheres vivem também aprisionadas com o silêncio e a culpa de não poderem ser quem querem ser por conta de uma repressão, por um julgamento.

Para Viana (2015, p.14) “A liberdade de expressão é uma relação social e enquanto tal não é algo reduzido a quem se manifesta, mas a quem sofre ou recebe tal manifestação”. A expressão da feminilidade é livre, e também vive uma pluralidade, o que se deve refletir não qual é o papel que a mulher deve/tem que exercer, mas sim qual a compreensão e o seu papel de ser humano na sociedade. Para além do gênero, raça, idade, orientação sexual e para além do: *Bela, Recatada e do Lar*.

A proposta inovadora deste artigo está na perspectiva de contextualizar estas reflexões na cena da contemporaneidade, ou seja, rever a ideia de que as exigências de novos padrões de vida e de desenvolvimento de habilidades para garantir a sobrevivência no mundo atual limita-se, e muito, a padronizações da própria sociedade (Ferreira, 2002; Mendonça, 1999; Anico, 2005).

Conclusões

De acordo com Teixeira (2013), os meios de comunicação se constituem instrumentos de manipulação e produção de representações de comportamentos para o homem e para a mulher. O discurso da mídia não é neutro e nem inocente, por trás das reportagens há uma lógica normatizante do que é ser mulher, de como ela deve falar, sentir e principalmente em que espaços o feminino deve ocupar. Essa ideia também é defendida por Sgarbieri (2006).

A protagonista da matéria em questão é a de uma mulher branca, de classe alta, casada, com filho (homem) que segue padrões da sociedade. A reportagem causou polêmica, primeiro por reduzir o papel da mulher a “ser bela aos olhos do marido”, “recatada em seus comportamentos e modos de expressar”, e “do lar”, espaço que é apresentado como o suposto ambiente onde a mulher deve (supostamente) ocupar.

O segundo ponto é que representa como ideal de feminino a mulher branca, rica, casada e com filhos. O Brasil é um país plural, e como tal não existem só mulheres brancas, ricas, mas, homossexuais, bissexuais, solteiras, negras, pobres. A reportagem “Bela, recatada e do lar” é um regresso da imagem da mulher dos séculos passados, submissa ao poder e passiva nos processos construtivos da sociedade.

Segundo o feminismo interseccional, abordado por Nogueira et al. (2010, p.13), pessoas pertencentes a um ou mais grupos marginalizados, como ser negra, ser pobre e homossexual, por exemplo, podem experimentar opressão resultante da interseccionalidade de pertenças. Se ser branca, rica heterossexual é o padrão aceitável, tudo que está fora desse “padrão” será excluído e marginalizado. O feminismo interseccional, vem para desnaturalizar essas relações de poder. A feminilidade é livre, é plural. O que se deve refletir não é só sobre qual o papel que a mulher tem que exercer, mas qual seria a ação dela na sociedade. A reportagem “Bela, recatada e do lar” é um regresso da imagem da mulher dos séculos passados, submissa ao poder e passiva nos processos construtivos da sociedade.

Agradecimentos

Agradecemos à Professora Dra. Aline Domício Sousa, pelas recomendações e disponibilidade para revisão deste trabalho.

À Universidade Fortaleza (UNIFOR), como geradora de possibilidades de conhecimento e oportunidades de formação.

Ao Grupo de Pesquisa Interloquções que motivou a construção desse trabalho.

E todas as mulheres que não se deixam aprisionar pelos discursos vivenciados perante a sociedade, que buscam sempre a igualdade de direitos, se empoderando cada vez mais de si, de seus corpos, e de seus espaços na sociedade.

Referências

ANICO, Marta. **“A pós-modernização da cultura: patrimônio e museus na contemporaneidade.”** Horizontes antropológicos 11.23 (2005): 71-86.

BARDIN, L.(2011). **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70.

BIASOLI-ALVES, Zélia Maria Mendes. **Continuidades e Rupturas no Papel da Mulher Brasileira no Século XX.** Universidade de São Paulo: SP. Psic.: Teor. e Pesq. Set-Dez 2000, Vol. 16 n.3, pp. 233-239.

BIROLI, Flávia. **Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos.** Cadernos Pagu, v. 34, p. 269-299, 2010.

BRITO, Maria Noemi Castilhos. **Gênero e cidadania: referenciais analíticos.** Estudos Feministas, v. 9, n. 1, p. 291, 2001.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** Petrópolis: Vozes, 2006.

CORRÊA, Alessandra Morgado Horta et al. Soldadinhos-de-chumbo e bonecas: representações sociais do masculino e feminino em jornais de empresas. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, n. 2, p. 191-211, 2007.

FERREIRA, Ricardo Franklin; CALVOSO, Genilda Garcia; GONZALES, Carlos Batista Lopes. **“Caminhos da pesquisa e a contemporaneidade.”** *Psicologia: reflexão e crítica* 15.2 (2002): 243-250.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Mídia e educação da mulher: uma discussão teórica sobre modos de enunciar o feminino na TV.** Red Revista Estudos Feministas, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GRACIANO, Marília. **Contribuições da Psicologia Contemporânea para a Compreensão do Papel da Mulher.** XXVII Reunião Anual da SBPC, Belo

Horizonte, julho, 1975. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/284.pdf>> Acesso em 28 de Abril de 2016.

KEHL, Maria Rita. **A Mínima Diferença: Masculino e Feminino na Cultura**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

KERNER, Ina. **Tudo é interseccional?: Sobre a relação entre racismo e sexismo**. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 93, p. 45-58, July 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010133002012000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 1 de Maio de 2016.

MENDONÇA, Patrícia Rodrigues. **“O surgimento das armas de fogo: alteridade e feminilidade entre os Javaé.”** *Estudos feministas* (1999).

MEYER, Dagmar Estermann. (1998, junho). A dúvida como postura intelectual: uma abordagem pós-estruturalista dos estudos de gênero na enfermagem. *Nursing Edição Brasileira*, 1(1), 27-34.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

NARVAZ, Martha Giudice; Koller, Sílvia. **A Marginalização dos estudos feministas e de gênero na psicologia acadêmica contemporânea**. v. 38, n.3, PP. 216-233, set/dez. 2007

NOGUEIRA, Conceição et al. **Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero**. Lisboa: CIG. 2010.

RIBEIRO, Silvana Mota. **Retratos de Mulher: Construções sociais e representações visuais do feminino**. Braga, 2002.

SARTI, Cynthia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando**

SANTOS, Maria Inês Detsi de Andrade. **O Pensar e o Agir como Possibilidade de Desconstrução dos Sujeitos “Gendrados”**. Ver. Fortaleza, v. 17, n.1, p.

6-18, jan-julh. 2002. **uma trajetória**. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto, 2004.

SGARBIERI, Astrid Nilsson. **Representações do Gênero Feminino na Mídia Impressa**. Estudos Linguísticos XXXV, p. 386-371, 2006.

Silva et al. **Avanços e Retrocessos da Participação da Mulher na Sociedade Brasileira: Uma Breve Reflexão Social e Política**. Cachoeira, 2015.

TEIXEIRA, Nincia Cecilia Ribas Borges. **Entre o público e o privado: Imprensa e representação Feminina**. Revista Encuentros, Universidad Autónoma del Caribe, 12 (2), pp. 79-92. 2014

VIANA, Nildo. **A “Liberdade de Expressão” Numa Sociedade sem Liberdade**. Revista Posição, Ano 1, Vol. 2, num. 5, jan/mar. 2015.

“COMECEI A ME MONTAR COM AS COISAS DELAS”: AS REDES DE AMIZADES EM MICROTERRITÓRIOS E A REINVENÇÃO DE SI

Ciro Linhares de Azevêdo¹

Resumo

O estudo tem como tema as narrativas de sexualidades no entrelaçamento de saberes e experiências de protagonista da cena urbana atual de Campina Grande-PB, a travesti Valquíria Montini. Escolhi trabalhar com entrevistas, a partir destas analisar as narrativas - que estão em temporalidades que se atravessam entre as décadas de 1970 e 1980 - pelas experiências de sexualidade, espaços praticados e as transformações estéticas dos corpos. Discuti as práticas de subjetivação que emerge das performances de si pela fluidez das noções identitárias, os sujeitos da trama traçada foram vistos pela sua contingência e historicidade. Também foram analisadas as elaborações de si, afetividades e modos de vida que se dão nas interações dos sujeitos que se dão em diversos espaços em Campina Grande e São Paulo. Por fim, problematizei as narrativas sobre a relação entre afetividades construídas em redes de amizades em microterritórios urbanos. Usamos os diálogos teóricos fornecidos principalmente por Michel de Foucault e Michel de Certeau.

Palavras-chave: processos de subjetivação; microterritórios; performatividade; travestilidade;

¹ Possui licenciatura em História pela Universidade Federal de Campina Grande (2011). Especialização em História do Brasil pela FIJ (Faculdades Integradas de Jacarepaguá), 2013. Mestre em História pela UFCG, na linha de pesquisa Cultura, Poder e Identidade(2014). Tem experiência na área de História, com ênfase em estudos de gêneros e sexualidades. Com maior especificidade nos estudos sobre espaços urbanos e performances “queers”, debates sobre travestilidade, corpos e envelhecimento. Desde 2008 exerce a função de professor de História no ensino médio em escolas da rede privada de Campina Grande, além de continuidade a atividade acadêmica.

Durante os anos de 2014 e 2015 entrevistei Valquíria Montini (único nome que pediu para referir-se a ela) é a mais antiga travesti² em atividade na cidade de Campina Grande, estado da Paraíba. Não revelou precisamente sua idade nas entrevistas, mas afirmou que possui mais de sessenta anos.

Durante os encontros e conversas com Valquíria em seu apartamento busquei compreender como as narrativas de sexualidades produzidas por Valquíria Montini, em São Paulo, sobre temporalidades que se entrecruzam entre as décadas de 1970 e 1980, permitiram a produção de *estéticas da existência* (FOUCAULT, 2014; 2011).

As narrativas construídas por Valquíria Montini permitiram discutir as formas de elaboração de si que se dão na interação dos sujeitos praticada nos espaços, bem como a construção das afetividades que neles se desenvolveram. Grupos de amigas, paixões e desafetos foram produzidas em espaços praticados que permitiram a Valquíria as transformações de seu corpo, a subversão das noções binárias de gênero e a construção de novas possibilidades de vida dentro das múltiplas experiências travestis. Bordarei o tecido dessa escrita entre subjetividades, espaços e corpos.

Apresentação da Protagonista e Metodologia

Valquíria Montini nasceu na pequena cidade de Cabaceiras³, por volta da década de 1950. Durante a década de 1960, após a separação dos pais, foi morar com a mãe e as irmãs em Campina Grande e, nos primeiros anos da década de 1970, foi tentar construir a vida sozinha na cidade de São Paulo. Nesta conseguiu emprego num restaurante italiano e viveu numa pensão onde conheceu algumas travestis e começou a compartilhar experiências e

2 Sobre a “identidade travesti” entendo a construção dessa identidade “Por sua transitoriedade pelos pólos da dicotomia de gênero, as travestis parecem ser capazes de subverter associações naturalizadas entre formas linguísticas e categorias sociais ao se utilizarem de discursos sobre essas categorias em suas interações. Assim, sujeitos que subvertem práticas semióticas para construção de seu gênero social entretêm com a linguagem uma relação de “*différance* mútua, de fluidez mútua que excede significados fixos e se mantém sempre plural, continuamente rompendo a marcação de fronteiras” (BORBA and OSTERMANN, 2008, p.410).

3 Município localizado no Estado da Paraíba, no Brasil, atualmente com cerca de 5.039 habitantes, sobre seu histórico, localização geográfica e informações mais precisas pesquisar em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=250310&search=paraiba|cabaceiras|infograficos:-informacoes-completas> . Acesso em 20/02/1015.

o cotidiano. Passou a deixar o cabelo crescer, tomar hormônios, frequentar as ruas de prostituição, dividir contas, frequentar boates, cinemas, praças, bares e bailes de carnaval. Dois anos depois de ter chegado à São Paulo, viajou com outras travestis para Paris, viveu algum tempo na capital francesa e mudou-se para Roma, na Itália. Só voltou a morar no Brasil em 1994, retornando definitivamente para Campina Grande, onde vive atualmente em pequeno apartamento localizado no “Edifício Lucas”, prédio com considerável quantidade de apartamentos comerciais e residenciais no centro comercial da cidade.

Metodologicamente, analiso os discursos produzidos por Valquíria, como criação. Compartilho a noção que “Os discursos são praticas que constituem modos de arranjar objetos para o saber, dispor de temas e conceitos, reservar uma posição a quem pode ou deve ocupar o lugar vazio do enunciado” (ARAÚJO, 2011, p. 238-239). Os discursos, dessa forma, são práticas e a partir do cruzamento de saberes e experiências os sujeitos produzem hermenêuticas de si. Assim poderei refletir e analisar os saberes, práticas de sexualidade e corpos que contribuem para Valquíria se constituir enquanto sujeito, reafirmando, subvertendo e reinventando a heteronormatividade e as noções binárias de gênero.

Infinitos particulares: amizade e microterritórios

há coisas encerradas dentro dos muros que, se saíssem de repente para a rua e gritassem, encheriam o mundo.

Frederico Garcia Lorca

Valquíria costurou sua *trajetória* em *lugares praticáveis* que ela circulou por relações entre a construção afetiva dos espaços em Campina Grande, São Paulo, Roma e outras cidades. Dessa forma, os microterritórios que guiarão a narrativa histórica construída nesse tópico são: *pensão e apartamento* em São Paulo na década de 1970, *restaurante italiano* e *as ruas* em São Paulo na década de 1970 até ir em busca do “sonho europeu”. Analisar esses espaços permite traçar fios nas construções históricas de Valquíria enquanto sujeito em relação direta com as vivências possibilitadas por esses *microterritórios*.

Primeiro grupo de microterritórios: a pensão e o apartamento

Aos dezessete anos Valquíria saiu de Campina Grande para “correr atrás da própria vida”. É comum nas trajetórias de sexualidades dissidentes à ida para outros centros urbanos como forma de fugir do julgamento de familiares e amigos para construção estética do desejo⁴. A ausência de espaços para extravasar outros desejos além da norma, torna insuportável a relação consigo quando a cidade paraibana de Campina Grande com cerca 169.765⁵ habitantes na zona urbana na década de 1960 e 1970, os olhares públicos estão mais próximos e os julgamentos circulam em redes de conhecimentos menores para atingir os ouvidos dos familiares, amigos e conhecidos. Por ter ido ainda jovem para São Paulo e pela vida antes da travestilidade em Campina, Valquíria não quis durante as entrevistas falar sobre suas lembranças antes do dezessete anos, ela comenta a seguir:

[...] Sai de Campina com dezessete anos. Não tenho muitas lembranças de Campina Grande não, a gente nunca teve o que fazer aqui, aqui não tem um bar, um cinema, tem nada. Eu quando voltei em 1994 quase não saía daqui pra ir pra bar, pra rua, saía pra ir lá em Maria de Calu uma vez na vida outra vez na morte.⁶

A ausência de boa relação com a família e as restrições para construir novas redes afetivas oferecidas pela cidade levou Valquíria a partir para São Paulo em busca de dinheiro e “autonomia”. Em São Paulo, em plena década de 1970, Valquíria conseguiu abrigo numa *pensão* que se tornou decisiva para construir um modo de vida para si a partir da amizade com as(os) outras(os) moradoras(es), a aproximação afetiva com um “núcleo familiar” alternativo em outra cidade instigou compartilhamento de experiências, afetividades, desilusões, vocabulário, vestimentas, boates, bares, amores, amizades que não se limitaram aos traçados de uma afinidade identitária no campo da sexualidade, mas esta como fio condutor para produção de cultura de grupo em relação com a sociedade e as frestas deixadas por ela. A seguir Valquíria fala sobre esse primeiro grupo de amizade em São Paulo:

4 Ver GREEN (2000).

5 Fonte: <http://www.sudene.gov.br> - Municípios da SUDENE - População residente (Habitante) em Situação Urbana Ano 1991 e <http://www.ibge.gov.br> IBGE - Censo Demográfico, 1970/1980/1991 e 1996 (*contagem populacional)

6 Entrevista realizada com Valquíria Montini, em seu apartamento. Campina Grande, 12/03/2014.

Na pensão vivia outras travestis, saíam a noite, eu via elas contarem como era na rua, começaram a dizer que eu tinha jeito, comecei a me montar com as coisas delas, comecei a sair com elas pra beber, pra boates, pros cinemas, aí comecei a tentar ir pra rua, na primeira vez nem tive vergonha(...)já sabia como era que elas contavam.⁷

Esse compartilhamento de experiências coincidiu com a grande presença de travestis entre os moradores da pensão. Com o fortalecimento das relações de amizade com Valquíria foram morar em um *apartamento*, as despesas foram divididas e nova gama de experiências foi somada em cotidiano mais próximo. Outro microterritório foi gerado com as experiências de afetividades que haviam sido vividas na *pensão*, o *apartamento* é mais íntimo por ter status de casa coletiva organizada pelo próprio grupo. Com o decorrer do tempo o *apartamento* foi palco para as vivências das *monas* durante o dia, pessoas de vários lugares que viram umas nas outras “linhas de fuga” para os estigmas do cotidiano. Na mistura sociocultural que ocorrem nos grandes centros urbanos, o apartamento como um fragmento possibilitou agregações sociais movidas por processos de identificação e alteridades.

Os processos de identificação entre as travestis tinham a presença de nova integrante do cotidiano: Valquíria. Esta faz parte da microsegregação desses sujeitos relegados aos espaços fechados e noturnos, segregados dos espaços públicos e apartados do ilusório projeto de integração social. O apartamento acabou ocupando a posição de peça fundamental da rede de apoio durante o dia antes de invadir outros espaços, também singularizados, para noite de prostituição como principal saída pela travesti segregada também das possibilidades profissionais.

Nesse aspecto o apartamento é *territorializado* afetivamente como *tática* (CERTEAU, 2007) de sobrevivência no cotidiano que serve de cenário para construção de fronteiras de convivências permeáveis e elásticas, pois valores do espaço social e indivíduos com tempos diferentes atravessam uns aos outros. Esse aspecto pode ser percebido quando Valquíria expressa que:

[...] A primeira vez foi porque as meninas disseram que eu parecia mulher e perguntaram porque eu não tomava hormônio e

7 Entrevista realizada com Valquíria Montini, em seu apartamento. Campina Grande, 12/03/2014.

8 Segundo Pelúcio(2007) o termo “*mona*”, derivado do *ioruba-nagô*, é largamente usado nas interações com outra travesti, e significa “menina”.

me vestia de mulher de vez em quando (risos) aí eu me vesti de mulher e fui pra rua ganhei dinheiro com força, o primeiro cliente eu não tive vergonha já sabia como que era, via na pensão onde eu morava, assim que eu cheguei em São Paulo fui morar num hotel ai depois fui conversando com umas amigas minhas na pensão tinha várias amigas aí fomos dividir um apartamento tinha a finada Tânia, tinha Catita que era daqui de Curitiba, tinha de todo canto de Recife, Salvador.⁹

A partir da fala acima, é possível perceber o momento em que ela teve suas primeiras experiências de transformações do corpo (vestir-se com roupas femininas, tomar hormônios para criar seios, deixar o cabelo crescer, porém ainda sem intervenções cirúrgicas), estimulada pelas experiências que se tornaram suas por serem compartilhadas em conversas cotidianas com as amigas. Expõe como a *territorialização* de espaços como “linhas de fuga” possibilitou deslocamentos de discursos e cotidianos para si. A apreensão de gestos cotidianos que deslocavam as noções binárias dos gêneros, masculino e feminino, fez Valquíria vestir a si e ao mundo de outras formas. Vivenciou o primeiro programa nas ruas paulistanas deitando não apenas com o cliente, mas metaforicamente com seu grupo. Também não recebeu apenas o dinheiro como recompensa, mas a identificação com os indivíduos que compartilharam afetividades e conflitos. As vivências no microterritório do *apartamento* ultrapassaram as paredes do imóvel para transfigurar partes do espaço público, como a presença de Valquíria e seu grupo em ruas para prostituição.

Valquíria foi a São Paulo na condição de “imigrante nordestino” no desejo de construir a vida diferente da vivida em Campina Grande. Essa saída também motivada pela sexualidade impedida de ser vivida com maior satisfação e autonomia na presença da família e ausência de grupos de apoio na cidade paraibana. Em São Paulo, o momento histórico da cidade e a fecundidade dos microterritórios inscritos afetivamente pelas vivências compartilhadas entre travestis na década de 1970 tornou possível algumas experiências de Valquíria, como dito por ela abaixo:

[...] Lá em São Paulo eu ia era muito... gostava de ir, no cinema lá você ganhava dinheiro a maioria dos gays, dos homens tudo vai pro cinema caçar boy, faz programa e tudo. Dentro do cinema tem primeiro e segundo andar, tem os banheiros e você faz dentro

9 Entrevista realizada com Valquíria Montini, em seu apartamento. Campina Grande, 12/03/2014.

dos banheiros mesmo e tem tanta bicha que trabalha dentro do cinema, eu ia na Rio Branco, na rua Augusta, as vezes eu não tinha o que fazer eu ia ficar com os boy e frescar com as bichas, as vezes ia pras cabines telefônicas, no cinema as vezes ficava a noite¹⁰

Em *Devassos no Paraíso* (2011), João Silvério Trevisan, caracterizou a década de 1970 pela “invasão” de travestis nas ruas paulistanas e pela proliferação de espaços de socialização homoerótica, passando a cultura queer¹¹ produzida no cotidiano por representações sociais mercadológicas em boates, cinemas e circuitos de prostituição. Ao mesmo tempo em que a presença crescente de travestis despertava reações agressivas da polícia e das “famílias brasileiras” como defensoras da moral social e dos “bons costumes”, esse crescimento do mercado do sexo travesti marcou o gosto brasileiro pelo ambíguo e dúbio. Reação da polícia exposta por Valquíria Montini a seguir:

[...] Já porque eu trabalhava nuazinha, só de calcinha aí a polícia dizia que era eu que entrava nos estacionamentos nua e saía nua, entrava no drive que era como se fosse um estacionamento é que eu trabalhava só de calcinha ou as vezes nua, só com um pano, nua, nua, nua, nuazinha aí uma vez eles disseram assim “AH é você que trabalha nua num é?”, daqui a pouco quando eu dou fé chegou o camburão queria que eu fosse presa que era atentado ao pudor naquela época ficar nua, aí eu disse que tava na porta do drive, não tava fazendo nada, não tava no meio da rua, aí eu sei que foi um moído, um moído, um moído aí eu tive que assinar uma vadiagem e dar dinheiro a eles e só que o dinheiro eu não dei a eles.¹²

Desde a década de 1950, o gosto pelo ambíguo caracteriza o desejo como parte das ruas das grandes cidades brasileiras, o estranhamento da travesti que grita convincente a fluidez das noções de gênero e sexualidade

10 Entrevista realizada com Valquíria Montini, em seu apartamento. Campina Grande, 12/03/2014.

11 “Queer é tudo isso: é estranho, raro, esquisito. Queer é, também, o sujeito da sexualidade desviante – homossexuais, bissexuais, transsexuais, travestis, drags. É o excêntrico que não deseja ser “integrado” e muito menos “tolerado”. Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do “entre lugares”, do indecível. Queer é um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina” (LOURO, 2008, p. 7-8).

12 Entrevista realizada com Valquíria Montini, em seu apartamento. Campina Grande, 12/03/2014.

desperta a curiosidade e interesse. Desde o carnaval houve a intensificação da invasão do barroco, o exagero, a diversificação de práticas travestis no espaço público brasileiro durante as décadas de 1950 e 1960, era vivido o glamour de serem protagonistas de desfiles e bailes de carnaval onde as máscaras eram estímulos aos atos sexuais clandestinos. A permissividade do carnaval é o clandestino no restante do ano. Não apenas nos guetos estão as práticas desviantes, mas nos michês, banheiros públicos, cinemas pornô, *dark rooms*, ruas de prostituição e motéis para transas furtivas entre expedientes ou em madrugadas que os olhos da norma adormecem. (GREEN, 2000; TREVISAN, 2011)

Nesse contexto, durante as décadas de 1970 e 1980, as travestis são protagonistas no comércio de desejos e fantasias em seus corpos que possibilitam o hibridismo e deslocamentos das estéticas sociais de feminino e masculino. A herança da cena carnavalesca faz da travesti “produto” do consumo queer que sai dos guetos para fragmentos escuros da cidade, e desses para os guetos. “Para além do *glamour* e de concursos de carnavais, em que os travestis brilham, é indiscutível que eles precisam se prostituir, como preço pago à sua condição compulsória de marginalidade social (...)” (TREVISAN, 2011, p.418).

Ao passo que Valquíria insere-se em interações e recebe o cotidiano das amigas travestis no *apartamento* produz suas singularidades e compartilha representações sociais. Nesse contexto histórico de São Paulo no mundo travesti entre a marginalidade e o *glamour*, o feminino e o masculino, levou a inserção de travestis em *apartamentos* na condição de microterritórios durante o dia e a *rua* como sobrevivência econômica e “linhas de fuga” do desejo durante a noite. Valquíria constrói-se nesse contexto, sua condição de marginalidade assume concepções travestidas do corpo e cotidiano, as transformações físicas são iniciadas, o dinheiro acumulado e afetividades são cada vez mais variadas e consistentes nos fragmentos da cidade. A construção de si aponta a face cultural da apreensão dos gêneros, corpos e desejos.

Segundo grupo de microterritórios: o restaurante italiano e as ruas

Durante os dois primeiros anos da década de 1970 que viveu em São Paulo seu cotidiano alternou entre as ruas, as boates e cinemas frequentados com outras travestis e o restaurante italiano que foi seu primeiro emprego.

Esse ambiente acompanhou as primeiras transformações do seu corpo e do olhar do “seu Guito”, dono do restaurante. Neste, Valquíria começou a tomar hormônios, deixar o cabelo crescer, pintar unhas, usava roupas mais apertadas, flertar com clientes e com o filho do “italiano”:

[...]o nome do velho era Guito era italiano e o filho era bonitinho o danado e eu me dei muito bem com o filho dele e o filho dele era entendido só que entendido daquele jeito que ninguém catava sabe como é?(...) mas o filho dele sempre me aceitou, os funcionários também, mas ele nunca gostou muito não ele ficava vendo eu conversando muito com o filho dele aí do meio pro fim ele pensava ou que eu ia botar o filho dele na perdição, que o filho dele era bem mais velho que eu, que era bem mais experiente, ou pensava que eu tinha caso com o filho dele não sei se ele sabia ou não sabia que o filho dele era, só sei que o filho dele adorava (risos).¹³

Após dois anos entre o trabalho no *restaurante* Italiano e o *montando-se* para a cena travestida da noite, outros espaços passaram a atravessar o cotidiano de Valquíria. O *restaurante* durante o dia disciplina seu corpo em trajes masculinizados de garçom e a desconfiança de “seu Guito”, mas também serve para aventuras furtivas com o filho do italiano e “caçar” clientes em troca de bilhetes:

[...]já comecei no restaurante. No fim de semana o povo deixava telefone pra sair e dizia onde morava. Aí eu comecei a ir pra rua Augusta, Avenida Paulista, Santo Amaro, São Bernardo, São Caetano e na rua dava dinheiro melhor do que no restaurante. Aí, sabe de uma coisa? Pedi minhas contas. Aí ele disse “você trabalha aqui mais de dois anos é uma pessoa de bem que todo mundo gosta de você”, mas não dava não, disse a ele que ele já tinha reclamado porque eu tinha chegado bem feminina, cabelo grande, tava criando peito, com muito jeito.¹⁴

O restaurante deixou de ser a única fonte de sustento, mas em processo de subversão da funcionalidade dos espaços durante algum período possibilitou trocas de olhares, insinuações e, por fim, números de telefones e endereços para programas futuros, enquanto as estratégias de poder disciplinavam os corpos na figura do dono do restaurante, pedindo para

13 Entrevista realizada com Valquíria Montini, em seu apartamento. Campina Grande, 12/03/2014.

14 Entrevista realizada com Valquíria Montini, em seu apartamento. Campina Grande, 12/03/2014.

Valquíria Montini conter atos e gestos que embaralhavam esteticamente o masculino e feminino, que provocava os clientes e até outros funcionários.

As relações com o restaurante é feita entre a necessidade de sustento, a norma e seus desvios. A subversão da disciplina nas relações de trabalho, onde a estética deve adequar-se ao significado racional do estabelecimento, é realizada por táticas (CERTEAU, 2007) onde o mais fraco subverte as normas circulando dentro do território do inimigo. Após as vivências com as amigas travestis, o restaurante passou espaço para aquisição de contatos, burlando o olhar observador do patrão.

Paralelamente ao trabalho no restaurante, Valquíria dividia morada com algumas travestis. As vivências no apartamento e as primeiras experiências travestidas mudaram as formas que Valquíria circulou e vivenciou a cidade. Esta foi estraçalhada em novos fragmentos como a Rua Augusta, Avenida Paulista, Santo Amaro, São Caetano e São Bernardo que são espaços marcados pela circulação de dinheiro no comércio diurno e reinventados para a circulação de corpos para consumo a noite.

Segundo Green (2000, p.397), outro aspecto da vida travesti na década de 1970, ainda mais nos dois primeiros anos dessa década, marcada pelos governos militares, foi a perseguição a aqueles considerados ameaças a “ordem” nas ruas foram acentuadas com o pagamento da *vadiagem* e prisões abusivas marcadas por violências, humilhações e favores sexuais. Os primeiros anos da década de 1970 foram marcados pelas primeiras consequências do golpe militar de 1964, as medidas repressivas tomadas pelos militares e pela reação conservadora da sociedade brasileira a fim de manter a ordem e os “bons costumes” chegaram com maior intensidade nos “pedaços” homoeróticos¹⁵ só a partir do AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, com as *blitz* maciças. Estas batidas policiais criaram um clima de precaução também no cotidiano *queer* em boates, praças, parques, cinemas e travestis. Apesar, que eram batidas mais intensas nas ruas e mais raramente nos “guetos”.

Assim, mesmo com a crescente presença de michês e travestis nas ruas das grandes cidades brasileiras nos primeiros anos da década de 1970, passaram a ser constantemente acusados de vadiagem ou atentado ao pudor, assim necessitavam comprovar algum vínculo empregatício ou alguma

15 O uso desse termo refere-se a pessoas que mantêm relações afetivas, sexuais, lascivas com pessoas do mesmo sexo. Ver VIEIRA(2006)

“amizade” com os policiais para não serem detidos. O cotidiano *queer* estava em expansão territorial na cidade, outros bairros eram invadidos por “guetos”, mas travestis e michês com maior circulação fora dos “guetos” passaram a incomodar mais as “famílias cristãs brasileiras” dos bairros fora do centro e geraram maiores reações da polícia.¹⁶ Como exposto Valquíria a seguir:

[...] Realmente pra gente ficar na rua e trabalhar na rua naquela época...a polícia pegasse a gente duas, três vezes durante a semana, a gente tinha que assinar a vadiagem e se a gente não pagasse aquela vadiagem...era como uma multa de carro, você tem três, quatro multas e você não paga seu carro num vai preso?! Mesmo assim era a gente, tinha que pagar pra ta na rua, aí tinha que pagar (...)Se...não pagasse ia presa, como eu tive algumas amigas que foram para aquele filme Carandiru, foram pra cadeia e ficaram presas muito tempo.¹⁷

O cotidiano das travestis existia em constante tensão com as estratégias de controle dos espaços e dos corpos representadas no uso da força e da violência da polícia. A década de 1970 marcou ações de vários delegados paulistanos tentando eliminar ou aproveitar-se em estratégias de corrupção da presença dos travestis nas ruas, principalmente durante noite. “Quanto à polícia, além de cobrar “taxas de proteção”, práticas de extorsões mais diretas, quando das batidas nas quais os travestis são presos e gratuitamente agredidos (TREVISAN, 2011, p.419)”.

Além do aparecimento de constantes casos de agressão ou até mortes de travestis por grupos anônimos de “machões” em avenidas paulistanas, o risco da polícia e seus abusos de poder também é eminente, o medo levava algumas “travas¹⁸” a pagar propinas para serem “protegidas” pelos policiais; pagavam a “vadiagem” para não serem presos sobre acusações de ameaçar a ordem pública e não ter trabalho e renda fixa. Segundo Trevisan (2011, p. 419), alguns travestis procuraram na justiça a concessão de documentos de *habeas corpus* que carregavam na bolsa para ter o direito de ir e vir em

¹⁶ Para maiores detalhes sobre o cotidiano gay nesse período da história do Rio de Janeiro e São Paulo indicamos GREEN (2000, p.403-408)

¹⁷ Entrevista realizada com Valquíria Montini, em seu apartamento. Campina Grande, 12/03/2014.

¹⁸ A expressão faz parte das diferentes categorias êmicas usadas pelas travestis na classificação de si mesmas, sobretudo, no comércio sexual. A expressão foi citada por Valquíria durante as entrevistas.

vias públicas garantido. No entanto, a arbitrariedade policial gerava atos de espancamento, prisões e xingamentos vindos após os policiais rasgarem os documentos cedidos pela justiça.

Os conflitos violentos entre travestis e policiais tornaram-se cada vez mais constantes e as reações, de ambos os lados, cada vez mais intensas. Muitas travestis passaram a desenvolver outras estratégias para não serem presas ou espancadas pelos policiais; começaram a andar com giletes e realizar automutilações nas prisões, quando muitas vezes eram presas para lavar os banheiros das delegacias, cortando o pulso, ou pênis, pescoço e sangrando eram levados aos hospitais ou liberados. A automutilação tornou-se tática de reação aos estados de dominação policial, pois as travestis, por ser relegadas a condição de párias, não teriam nada a perder além da vida.(TREVISAN, 2011)

“Aí fui procurar meu ramo”: a turma e a experiência europeia

Fugindo do acirramento das ações policiais desenrolou um período de “exportação” de travesti brasileiras para Europa, sendo os principais destinos a França e Itália, em 1972, quase completamente integrada na *communitas* travesti em São Paulo, Valquíria decide ir para Paris tentando livrar-se do momento de hostilidade brasileira e embalada pela promessa de fortuna em terras estrangeiras, que importavam o *glamour* da cena carnavalesca brasileira em mercadorias sexuais:

[...] aí fui procurar meu ramo, disse a ele que ia pra Itália, ou melhor, pra Paris com uma semana sai do restaurante não pedi conta, não pedi nada, ele disse que eu não saia aí cheguei pra Tânia disse que tinha saído, que tinha meu dinheirinho junto pra mim ir embora pra Paris ela me emprestou os mil dólares e disse que tava indo ela e outras amigas que tinha vindo passar o carnaval no Rio de Janeiro e depois iam embora. Eu aproveitei o embalo e fui junto.¹⁹

As amigas de apartamento e das ruas de prostituição se tornaram, para Valquíria, apoio de grupo para após pedir demissão do restaurante italiano, ir à procura do mesmo sonho de sucesso em terras estrangeiras. Mais uma vez, as vivências nos *microterritórios* foram atravessadas pela historicidade

¹⁹Entrevista realizada com Valquíria Montini, em seu apartamento. Campina Grande, 12/03/2014.

do cotidiano do espaço social, pois as transformações no contexto político brasileiro durante o regime militar gerou uma reação conservadora que tornou a rua mais perigosa do que o usual para as travestis que passaram a alimentar o “sonho europeu”.

Segundo Trevisan (2011), após algum tempo em Paris, o governo francês reagiu e acirrou a perseguição policial restringindo emissões de vistos na tentativa de diminuir a presença das travestis brasileiras acusadas de serem responsáveis pelo aumento da criminalidade nas ruas francesas, como reação ocorreu verdadeira diáspora das travestis brasileiras pela Europa, sendo destino preferencial a Itália²⁰. Percurso exposto por Valquíria, “[...] quando foi com três dias eu fui na agência e fui embora pra Paris, quando cheguei tava o resto de Paris, aí fui embora pra Itália porque a Itália é mais..., fiquei na Itália”.²¹

Conclusão

As histórias das vivências em relação com os territórios é o que permitiu Valquíria realizar elaborações de si. Analisar essas elaborações permite também vagar pelas transformações históricas da condição dos sujeitos queers em vários espaços urbanos, pois em uma temporalidade diferente, a organicidade do espaço social permite em algum momento alterar a rigidez da condição material e moral do espaço social.

Dessa forma, vocabulários, afetividades, vestuários, paixões, intrigas, solidariedades são produzidas e esses espaços, que são fragmentos citadinos, acabam tornando o clandestino em público e permitindo a produção de novos sujeitos e novas formatações do espaço social.

20Para maiores detalhes ver TREVISAN (2011, p.417-428).

21 Entrevista realizada com Valquíria Montini, em seu apartamento. Campina Grande, 12/03/2014.

Referências

ARAÚJO, Eronides Câmara de. “Fazer de algumas passagens, quadros e quem sabe um dia, você possa Assinar”: homens traídos e práticas da masculinidade para suportar a dor / Eronides Câmara de Araujo. – Campina Grande, 2011. 295

BORBA, Rodrigo; OSTERMANN, Ana Cristina. *Gênero ilimitado: a construção discursiva da identidade travesti através da manipulação do sistema de gênero gramatical*. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis , v. 16, n. 2, Aug. 2008 .

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007, p. 97.

COSTA, Benhur Pinós da. *Por uma cartografia do cotidiano: território, cultura e homoerotismo na cidade*. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

FOUCAULT, Michel .*Ditos e escritos, volume V: ética, sexualidade e política*. Organização e seleção dos textos Manoel Barros da Motta; tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa – 3ª Ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

_____. **A coragem de verdade: o governo de si e dos outros II**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes , 2011.

GREEN, James. N. *Além do Carnaval: história da homossexualidade masculina no Brasil*. São Paulo, Editora Unesp, 2000.

LOURO, Guacira Lopes . *Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas*. Revista Pró-Posições. v.19, nº 2 (56), 2008.

PELÚCIO, L. “Eu me cuido, mona”: saúde, gênero e corporalidade entre travestis que se prostituem. *Seminário Homofobia, Identidades e...*, Florianópolis, 2007. p. 1-11,

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 8º Ed.. Revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Record, 2011.

TRANSEXUALIDADE E O DIZER PSICANALÍTICO

Francisco André da Silva

Ivana Suely Paiva Bezerra de Mello

Resumo

O objetivo geral deste estudo foi conhecer as opiniões das psicólogas de orientação psicanalítica sobre o processo de despatologização da transexualidade. O presente artigo é derivado de uma pesquisa de campo, qualitativa e quantitativa, tendo como lócus a cidade de João Pessoa-PB. A amostra foi selecionada por conveniência. Foram entrevistadas três psicólogas de orientação Psicanalítica com mais de 10 anos de atuação. As entrevistas foram averiguadas pela Análise de Conteúdo de Bardin e apontaram que todas as entrevistadas são favoráveis ao processo de despatologização das identidades trans. Embora associassem essas expressões do gênero a um discurso de vitimização, estas compreendem a experiência dos transgêneros a luz de suas abordagens clínicas, como um caminho de constituição psíquica, sem deixar de levar em consideração as variáveis políticas e sociais na compreensão dos fenômenos do preconceito e discriminação vivenciados por essa população.

Palavras-chave: Transexualidade; Despatologização; Psicanálise

1 Introdução

Compreender a diversidade de gênero e sexual é importante para o trabalho do psicólogo na contemporaneidade, devido que, em qualquer área de sua atuação este poderá ser solicitado a responder demandas que envolva esta temática. O (a) psicólogo (a) como profissional da saúde mental deverá prevenir, reabilitar e promover os processos de saúde psicológica das pessoas que recorrerão aos seus serviços.

A temática dos transgêneros e o seu processo de despatologização poderão ser considerados um assunto pertinente tanto para a academia e a sociedade, esta ultima sempre busca do profissional da Psicologia orientações e posicionamentos frente aos comportamentos e praticas que de alguma forma fujam dos padrões sociais construídos. Por este motivo, antes de adentrarmos nas teorias psicanalíticas sobre a transexualidade, se faz necessário compreender que os conceitos de normalidade, saúde e doença são construções históricas, sociais e políticas e estão em constante transformação em nossa sociedade.

Atualmente a transexualidade é definida como o desejo persistente de viver e ser aceito como uma pessoa do sexo oposto. Essas pessoas podem apresentar enormes desconfortos psicológicos por causa de seu sexo anatómico, almejam submeter-se a cirurgias ou tratamentos hormonais para redefinirem seus corpos (OMS, 1993, p.364)

Enquanto a travestilidade é uma vivência de gênero discordante do sexo biológico, em que a pessoa travesti usa vestimentas do sexo oposto chegando a modificar seu corpo, sem a intenção de redefinir seu sexo biológico. Ainda pode ser definida como: uma identidade que está na transição dos gêneros (SILVA, 2014, p.183). Vale explicar que essa divisão entre travestis e transexuais é um fenômeno tipicamente brasileiro, pois em outros países ambos são nomeclaturados como transgêneros.

A Organização Mundial da Saúde através da sua Classificação Internacional de Doenças - CID-10, diagnóstica a experiência transexual como o Transtorno de Identidade de Gênero. Enquanto Associação de Psiquiatria Americana (APA, 2013.p.451) caminha em direção a despatologização destas identidades ao emitir no seu quinto Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5, no qual os transgêneros deixaram a categoria de Transtorno de Identidade de Sexual para a nomenclatura

de Disforia de Gênero. Desta forma, a identidade não é mais compreendida como um transtorno por si mesmo.

No Brasil, o Conselho Federal de Medicina - CFM publicou as Resoluções Federais nº 1.482/1997, nº 1.652/2002 e nº 1.955/2010, considerando que o paciente transexual é portador de desvio psicológico permanente de identidade sexual com rejeição do fenótipo e tendência à automutilação ou auto-extermínio. Permitindo a realização das cirurgias de transgenitalização como forma de corrigir terapêuticamente os casos de transexualidade (CFM, 1997, p.1; 2002 p.1; 2010 p.1).

Já a Psicologia brasileira vem nos últimos anos promovendo ações pela inclusão e despatologização destas identidades. O Conselho Federal de Psicologia (2011, p.1) considerando o direito à cidadania, bem como a igualdade e dignidade da pessoa humana, garantido pela Constituição Federal, publica a resolução N.014/11, permitindo os psicólogos (as) travestis e transexuais, a utilizarem seus nomes sociais, no campo “observação” de suas carteiras de identificação profissional. Este fato abre precedentes para o questionamento e conseqüentemente mudança sobre a forma como a ciência psicológica compreende a experiência transexual.

Outra publicação de suma importância é a emissão da Nota Técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans, este documento orienta a atuação dos psicólogos em promover saúde a esta população, partindo do pressuposto de que a transexualidade e a travestilidade não constituem psicopatologias, embora sejam expressões do gênero e da sexualidade não normativa (CFP, 2013, p.2).

Em 2014 é oficializada a campanha pela despatologização destas identidades, o CFP entende que embora as expressões transexuais não correspondam ao padrão socialmente construído de gênero e sexualidade, tais identidades não constituem psicopatologias, mas formas diversas da manifestação da pluralidade humana.

A Perspectiva Psicanalítica

A Psicanálise foi cronologicamente a primeira abordagem clínica da Psicologia, fundada pelo médico austríaco Sigmund Freud no ano de 1900 com a publicação do livro “A interpretação dos sonhos”, obra em que afirma a existência de uma dimensão inconsciente que tem total influência sobre o comportamento e a personalidade. Seus estudos sobre a sexualidade tiveram

início com a publicação dos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905/2006, p.98), nele expressa a teoria da sexualidade infantil, até então desconhecida, e os demais ensaios sobre as perversões.

Desta forma desconstruiu o corolário da predestinação biológica do instinto, postulando que a sexualidade é um caminho a ser construído. Anos depois ele irá explicar que a identidade sexual começa com a adoção psíquica e no desejo dos pais em gerarem filhos. Com a chegada do bebê, este será acolhido no narcisismo dos pais que ajudará na constituição do próprio narcisismo do infante. O mesmo se desenvolverá afetivamente na relação com seus cuidadores, vivenciando as fases psicosexuais e se tornará sujeito de desejo (FREUD, 1914/2006, p.57).

Freud não se restringe a fisionomia corporal, mas, considera de modo significativo aspectos simbólicos, quando coloca que “estamos freqüentemente empregando o termo ‘masculino’ e ‘feminino’ como qualidades mentais [homens são mais racionais e as mulheres mais emocionais], e da mesma forma transferimos a noção de bissexualidade para a vida mental”. [...] e uma pessoa, seja homem ou mulher, se comporta de modo masculino [varonil, enérgico, forte, másculo, ativo, agressivo] numa situação e de modo feminino [emotiva, sensível, delicada], em outra. (FREUD, 1933[1932] 2006 p.143)

Faz parte da premissa freudiana que a construção do sujeito psicosexual tem sua base na bissexualidade psíquica, ou seja, o ser humano desde o nascimento tem a disponibilidade para se identificar com os referenciais masculinos ou femininos. E ainda há possibilidade do desejo erótico escolher objetos masculinos, femininos ou ambos para o seu investimento libidinal. Assim, o caminho da pulsão está aberto a múltiplas possibilidades do fazer-se humano.

Vale esclarecer que a bissexualidade psíquica não significa que todas as pessoas terão desejo ou comportamentos bissexuais na vida adulta. A bissexualidade originária afirma que, universalmente, o ser humano na sua constituição psíquica é polimorficamente perverso, aberto a uma construção, que será influenciada pelas relações primárias estabelecidas na história de vida do sujeito (LIONÇO, 2006, p.49).

Embora não haja registro na obra freudiana sobre o conceito de transexualidade tal como se compreende na atualidade, exceto o célebre caso Schreber, em que narra a experiência de um psicótico com delírios de querer ser mulher (FREUD, 1911/2006, p.21), a ciência do inconsciente possui

uma longa tradição de lançar luz sobre as áreas obscuras da personalidade, e defende a idéia de que a transexualidade tem origem na constituição psicosexual do sujeito.

Arán (2009, p.666) expressa que o fenômeno da transexualidade se torna um desafio contemporâneo para a Psicanálise, no tocante ao dispositivo da diferenciação sexual, teoria proposta por essa ciência, e que ainda não existe consenso sobre a etiologia da transexualidade. Para alguns psicanalistas, a transexualidade seria sintoma de uma estrutura perversa; para outros, apoiados em uma perspectiva lacaniana, seria um processo de forclusão, ou seja, sintoma de uma estrutura psicótica, uma vez que estes sujeitos não internalizaram a lei e negariam a diferenciação sexual.

Psicanalistas embasados nas teorias stollerianas acreditam tratar-se de um distúrbio egóico, sintoma de uma estrutura neurótica (COSSI, 2014, p.10). Assim, a experiência transexual ainda é considerada uma psicopatologia na maior parte do discurso da Psicanálise e estaria ligada ao processo identificatório, resultante do complexo de Édipo. Neste caso, o Édipo invertido, ou ainda a fragmentação do mesmo sem a operação da castração simbólica.

Lionço (2006, p. 136) confirma esta falta de consenso no discurso da Psicanálise, e expressa que as classificações psicóticas e perversas servem para construir representações psicopatologizante dessas identidades subjetivas.

Com base em seus estudos e no trabalho clínico com essa população, a autora afirma que a maioria dos casos atendidos por ela de pessoas transexuais tratava-se de expressões psicodinâmicas neuróticas, uma vez que não se negavam a reconhecer os limites e as diferenças dos corpos sexuados. Esses indivíduos em suas falas revelavam a angústia de castração, o que é típico no discurso das estruturas clínicas neuróticas (LIONÇO, 2006, p.121).

Para Ceccareli (2013, p.146), esta expressão da sexualidade foi a melhor maneira que esse sujeito arquitetou para resolver os seus conflitos intrapsíquicos. Porquanto, o maior sofrimento experimentado por essas pessoas é a inadequação entre o seu sexo biológico e sua identificação de gênero, tais pessoas almejam persistentemente corrigir tal incongruência através da intervenção cirúrgica.

Ancorada a esta breve revisão teórica, este trabalho teve como objetivo conhecer a opinião dos psicólogos de orientação psicanalítica sobre o processo de despatologização da transexualidade. Enquanto os objetivos

específicos foram: investigar o conhecimento das psicólogas sobre o fenômeno da transexualidade, verificar se estes profissionais se sentem preparados para o atendimento de transexuais, e analisar o trabalho destas profissionais nos atendimentos a essa população.

2 Metodologia

Este trabalho é derivado de uma pesquisa de campo que teve como objetivo conhecer as opiniões dos psicólogos clínicos de três abordagens distintas acerca do processo de despatologização da transexualidade. Todavia neste estudo iremos nos deter ao conhecimento gerado pelas informações obtidas dos profissionais de orientação Psicanalítica.

Para alcançar os objetivos propostos foram utilizados dois instrumentos: 1) questionário sócio demográfico; 2) instrumento composto por 11 itens, elaborado especificamente para este trabalho.

Os dados coletados pelas entrevistas foram analisados pela técnica de Análise de Conteúdo Temática de Bardin (2010 p.7). Este estudo foi realizado considerando-se os aspectos éticos pertinentes a pesquisas envolvendo seres humanos, de acordo com a Resolução nº 466/12.

3 Resultados

Abaixo, segue tabela referente aos dados sócios demográficos dos participantes entrevistados:

	SEXO	IDADE	ESTADO CIVIL	RELIGIÃO	FORMAÇÃO	ABORDAGEM	TEMPO DE ATUAÇÃO
Sujeito 1	F	44	Casada	Espírita	Doutora	Psicanálise	21 anos
Sujeito 2	F	61	Divorciada	Não Tem	Especialista	Psicanálise	19 anos
Sujeito 3	F	64	Casada	Católica	Especialista	Psicanálise	14 anos

Tabela 1: Dados sócios demográficos

De acordo com a tabela acima, foram entrevistadas três psicólogas do sexo feminino, a idade variou de 44 a 64 anos. O estado civil foi de duas casadas, e uma divorciada. No quesito religião uma se denominou católica,

uma espírita, e a outra sem religião. Todas têm pós-graduação, sendo uma doutora e duas especialistas.

O tempo de atuação clínica variou de 14 a 21 anos. Todas com ou em formação Psicanalítica. Já a Análise de Conteúdo Temática gerou um conhecimento geral baseado em oito categorias e quinze subcategorias conforme o quadro abaixo das respostas:

CATEGORIA	SUBCATEGORIA
Atendimento às pessoas com questões sexuais	Afirmativo Atendimento a homossexuais
Formação específica para atender questões sexuais	Afirmativo Negativo
Percepção se há diferença no atendimento em relação gênero	Negativo
Percepção sobre a transexualidade	Vitimização Científica
Atendimento a transgêneros	Negativo Afirmativo
Preparação teórica para atender esta demanda	Afirmativo
Percepção sobre a despatologização da transexualidade	Não é doença Afirmativa Etiologia
Propostas para a despatologização	Clínica Social

Tabela 2: Respostas das Psicólogas de Orientação Psicanalítica

4 Discussão

Foi evidenciada nos relatos das psicólogas de orientação Psicanalítica, a categoria Atendimento às Pessoas com Questões Sexuais, em que emergiram duas subcategorias uma afirmativa confirmando o atendimento estas demandas: “Sim. Pessoas têm questões ligadas à sexualidade/ sexualidade está na estruturação do sujeito/ É uma pulsão forte que nos move”. E outra subcategoria evidenciando o atendimento a pessoas homossexuais, mesmo que em nosso estudo não houvesse nenhuma pergunta direcionada a homoafetividade.

Com relação à categoria Formação para Atender, embora as entrevistadas não tenham feito nenhuma formação específica, exceto pequenos cursos, estas afirmam que a própria abordagem psicanalítica oferece suporte. Enquanto na categoria Percepção se há Diferença no Atendimento em Relação ao Gênero, todas expressaram que não há diferença no

atendimento psicoterápico entre os sexos, pois a essência ou os problemas do ser humano são os mesmos.

Em relação à categoria Percepção sobre a Transexualidade, estas psicólogas apresentaram uma subcategoria científica: “Um caminho de constituição psíquica/ O transexual aponta claramente que a biologia não responde pelo sujeito / identidade subjetiva que está além do órgão e gênero”. Este resultado está embasado na teoria freudiana da plasticidade sexual ou na conhecida bissexualidade psíquica (FREUD, 1905, p.98; LIONÇO, 2006, p.49).

Já na outra subcategoria os dizeres foram classificados como vitimização, pois revelaram os relatos sobre conflitos e angustias, colocando estas pessoas em destinos de sofrimento: “Desafio ele encontrar esse lugar de sujeito entre a subjetividade e o real do corpo”.

E quanto à categoria Atendimento aos Transgêneros, houve uma subcategoria Afirmativa: “sim, normal”. E outra Negativa: “nunca atendi transexuais”. Sobre a preparação teórica para atender esta demanda afirmaram que se sentem preparadas, ancorada na abordagem psicanalítica, pois esta é uma teoria da sexualidade.

Quanto à Percepção sobre a Despatologização da Transexualidade, evidenciou-se uma concordância afirmativa, justificada por três subcategorias de que a transexualidade não é doença, quanto à etiológica “a biologia não responde as possibilidades de constituição psíquica” e afirmativa confirmando a necessidade do processo de desmedicalização.

Sobre as Propostas para a Despatologização: apareceram duas subcategorias uma clínica embasada na possibilidade de ajuda psicológica e outra social: “ideia de ajuda social/ Precisa ser discutida/ debatida, nas áreas da política/ Tem uma questão social/ o contexto social é fundamental”.

Identifica-se que as informações emitidas pelas psicólogas psicanalíticas, estão em concordância com a perspectiva defendida por Lionço (2006, p.127), uma vez que estas profissionais compreendem a experiência dos transgêneros a luz de suas abordagens clínicas, sem deixam de levar em consideração as variáveis políticas e sociais na compreensão dos fenômenos do preconceito e discriminação, como também de propostas sobre a despatologização destas subjetividades. Assim, o viés clínico está dialogando com o discurso sociocultural.

5 Conclusão

Esta pesquisa possibilitou conhecer a opinião das psicólogas clínicas de orientação psicanalítica acerca do processo de despatologização da transexualidade: em que todas afirmaram serem favoráveis. Também foi possível verificar que apenas uma entrevistada desta amostra atendeu uma pessoa no trânsito dos gêneros. O que dificulta uma análise mais consistente do trabalho destas profissionais nos atendimentos às pessoas travestis e transexuais.

Com relação ao conhecimento das psicólogas sobre o fenômeno da transexualidade, percebe-se que estas profissionais embora ligassem essas identidades a um discurso de vitimização, estas também compreendem como processos de subjetivação constituídos, o que foi classificado como um discurso científico, ancorada em sua teoria psicanalítica.

No entanto, não trouxeram uma classificação de estruturas de personalidade: neurótico, psicótico, perverso. Desta forma esta amostra não psicopatologizou a experiência das expressões transexuais. Todas verbalizaram em seus discursos a preparação técnica ou disponibilidade para atender este segmento populacional.

Possivelmente a campanha levantada pelo CFP pela despatologização destas identidades tenha de alguma forma contribuído para este resultado, uma vez que estas informações são transmitidas a todos os profissionais através de informativos impressos, como também por meio eletrônico através do site oficial desta autarquia.

Ao término desta atividade vale registrar as dificuldades enfrentadas para se conseguir esta amostra de entrevistados, pois convidamos mais de 20 profissionais, que se negaram participar desta pesquisa, alegaram não possuir tempo, problemas de saúde, e que não gostariam de se posicionar sobre este tema neste momento.

Sabemos que este assunto, ainda é delicado envolto de tabus o que fomenta os processos de preconceito e discriminação. Por este motivo, a nossa finalidade não é generalizar os dados obtidos nesta pesquisa, uma vez que são poucos em uma amostra por conveniência, mas levantar discussões, refletindo sobre o processo de despatologização da transexualidade em nosso país.

Espera-se que futuras pesquisas venham aprofundar e problematizar esta temática, pois se entende o quão importante é para a construção de uma visão positiva dos transgêneros, como também a efetivação de políticas públicas inclusivas, e o desenvolvimento de dispositivos que promovam a saúde psicológica para este segmento populacional.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental diseases**. 5rd ed. Washington (DC): APA, 2013.

ARAN, Marcia. A psicanálise e o dispositivo diferença sexual. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 653-673, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso: em 13 ago. 2015.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 2010.

CECCARELLI, Paulo Roberto. **Transexualidades**: Coleção Clínica Psicanalítica. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução 1482/1997. Dispõe sobre o procedimento de transgenitalização e demais intervenções sobre gônadas e caracteres sexuais secundários. Brasília. Disponível em: <<http://www.portal-medico.org.br/resolucoes/cfm/1997>> Acesso em: 20 mar 2015, 19h15min.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução 1.652/2002. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalização e revoga a Resolução 1.482/1997. Brasília. Disponível em: < <http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2002/1652> >. Acesso em: 20 mar 2015, 19h20min.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução nº 1.955/2010 Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652/02. Brasília. Disponível em:< http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2010/1955_2010 >. Acesso em: 22 mar 2015, 15h25min.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 01/1999, de 22 de março de 1999. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Brasília. Disponível em: <http://www.pol.org.br>. Acesso em: 12 jan 2015, 14h30min.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução n.º 014/11, de 28 de junho de 2011.

Estabelece o uso do nome social para psicólogos (as) travestis e transexuais. Brasília. Disponível em: <http://www.pol.org.br>. Acesso em: 20 jan 2015, 15h20min.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans. 4 de setembro de 2013. Brasília. Disponível em: <http://www.pol.org.br>. Acesso em: 04 mar 2015, 01h20min.

COSSI, R. K. Desvinculação da experiência transexual do diagnóstico psicanalítico de psicose. **Rev. Psicologia e Saúde**. Campo Grande. V.6, n.1, jan/jun. 2014 <<http://www.gpec.ucdb.br/>>. Acesso em: 13 ago. 2015.

FREUD, Sigmund. **A interpretação dos sonhos** (1900) In: Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas. v. 4. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FREUD, Sigmund. **Um caso de histeria. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos**. (1901-1905) In: Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas. v. 7. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FREUD, Sigmund. **O caso Schreber, artigos sobre técnica e outros trabalhos** (1901-1913) In: Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas. v.12. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FREUD, Sigmund. **A história do movimento psicanalítico, sobre artigos a metapsicologia e outros trabalhos** (1914-1916). In: Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas. v.14. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

GIONGO, C. R.; MENEGOTTO, L. M. O; PETERS, S. Travestis e transexuais profissionais do sexo: implicações da Psicologia. **Psicologia ciência e profissão**. Brasília, v. 32, n. 4, 2012 Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/scielo>>. Acesso em 02 mar. 2015.

LIONÇO, Tatiana. **Um olhar sobre a transexualidade a partir da perspectiva da tensionalidade somato-psíquica**. 2006. 150 f. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília. 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10:** descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

SILVA, Gleidson.Marques. Travestis Transexuais e Empoderamento: Vivencias no processo educativo e psicológico no Centro de Referencia dos Direitos de LGBT e combate á homofobia do estado da Paraíba. IN: GOMES, J. C.(org.) **Entrelaçando Saberes: compartilhando experiências em educação.** João Pessoa: Ideia, 2014. p. 181-194.

DISCURSO, CORPO E MÍDIA – QUE CORPO É ESSE MONA LISA??!!

José Gevildo Viana¹

Considerações iniciais

A mídia, como dispositivo de saber - poder, hoje mais do que nunca, tem grande influência no disciplinamento e controle dos corpos, subjetivando sujeitos e relacionando-os aos efeitos de sua historicidade discursivamente produzida. Desde modo, considerando o discurso como acontecimento que produz efeitos de sentidos na fabricação de corpos. Objetivamos com esse artigo, descrever/interpretar, a partir de uma *tag* humorística produzida no espaço midiático, os modos de subjetivação do corpo feminino (arte – Mona Lisa) construído na mobilização de uma rede de saber - poder que emergem em determinadas épocas, evidenciando o corpo como de natureza discursiva.

Para tanto, faremos uso de procedimentos teóricos metodológicos da Análise do Discurso de origem francesa e sua articulação com os domínios foucaultianos, mas precisamente no que se refere ao método arqueogenealógico. Neste sentido, como analista de discurso, compreendemos dentro desse conjunto teórico, ser possível operacionalizar com ferramentas necessárias e próprias desse campo teórico, pois como nos coloca Foucault (2004, p. 71) “Uma teoria é como uma caixa de ferramentas [...]”. Assim sendo, mobilizamos categorias como: discurso, enunciado, corpo e memória discursiva, como discussões necessárias para se observar o funcionamento da língua e sua relação com a história na fabricação de modos de subjetivação do corpo a partir do dispositivo midiático. O Discurso e o enunciado em Foucault: uma prática discursiva que irrompe como acontecimento Pêcheux

¹ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN/CAMEAM
E-mail: gevildo_viana27@yahoo.com.br

(1990, p. 56) em contínuas reformulações teóricas de seu projeto para uma análise do discurso, chega a seguinte definição de discurso:

Todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço.

Ao fazer essas considerações ao discurso, Pêcheux (1990) o revela sob filiações sócio - históricas que atuam no interior da própria estrutura, provocando efeitos e movimentos atravessados pela heterogeneidade que lhe é constitutiva, e que se relaciona consigo mesma e com seu exterior. Nesta ótica, a Formação Discursiva, dar-se como estrutura, configurando - se somente a partir do primado da heterogeneidade, sendo, portanto, invadida por regularidades e dispersão no diálogo constante entre elas mesmas e as outras. Nessa direção, Pêcheux amplia a noção de acontecimento discursivo, considerando-o a partir de uma lógica que o configura, dada a organização do próprio dizer, ao qual pode ser abordado, tanto sob uma singularidade evidente, presentificada, como também abordada pela teia da memória que o recupera e o reorganiza numa rede de enunciados que circulam ou circularam no fazer sócio histórico.

É nessa relação da transparência e da opacidade, do singular e do diverso, do regular e do disperso que se inscreve o discurso como estrutura e acontecimento, aproximando assim o diálogo com a ideia foucaultiana de discurso. Ao buscarmos em Foucault (2007) a noção de discurso é necessário entender o lugar que esse ocupa dentro de seu projeto teórico metodológico, que envolve tanto a fase da arqueologia, como a da genealogia. Entendendo essas fases como complementares, podemos de maneira geral dizer que o discurso para Foucault, torna-se o espaço no qual se configuram relações de saber/poder.

Neste sentido, tomando como mirante A arqueologia do saber, o discurso emerge como uma prática que evidencia a construção de saberes, e esses só podem ser estudados mediante essa prática que é o discurso. Há então uma relação intrínseca entre a prática discursiva e o saber, como nos coloca Foucault (2007, p. 205) “não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma”. Foucault objetiva, portanto, descrever essa relação, que possibilita

em determinada época histórica o surgimento de determinados saberes. Assim, ele parte do pressuposto de que há uma ordem que permite a instauração de um saber em vez de outro. O que o instiga a buscar descrever esse solo positivo (FOUCAULT, 2007). É partindo, pois, desse princípio de que há uma regularização dos saberes que Foucault investiga o discurso na tentativa de descrever as regras que o constitui. Deste modo, procura analisar como os discursos produzem os objetos. Há aqui um caminho inverso, ele não parte dos objetos ao discurso, mas os toma como construídos no próprio momento da enunciação, discursivização. O que implicam numa atividade diferente que segundo Foucault (2007, p. 55).

[...] consiste em não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irreduzível à língua e ao ato de fala. É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever.

Movido por esse “algo mais” é que Foucault procura descrever o funcionamento discursivo, não concebendo o discurso como e somente “conjunto de signos”, mas tendo-o como uma “prática” que implica ser uma atividade operante sob uma ordem, que como nos diz Silva (2004, p. 159) “[...] afasta o discurso de uma relação de transparência entre as palavras e as coisas e o coloca na condição de acontecimento, isto é, como emergência histórica determinada pelas práticas discursivas e pelo conjunto de regras que regem essas práticas”. Ao se reportar as regras que constituem os discursos, o intuito está justamente nesse indagar sobre ele mesmo, ou seja, entender a partir do dizer, como esse dizer se constitui como um saber legitimado dentro de uma possível verdade. O que implica em rever todo um processo que extrapola os limites da estrutura do discurso, operando no terreno da história sob o primado da descontinuidade ao qual se aloja o discurso.

Interrogar sobre as regras do discurso significa tomá-lo dentro de uma descontinuidade, dispersão, que o envolve, exigindo, pois, que o situe em sua singularidade, dado o momento de sua irrupção histórica, de acontecimento, assim afirma Foucault (2007, p. 28).

É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimento, nessa pontualidade em que

aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância.

Foucault (2007) então propõe a apreendermos o discurso em sua singularidade, buscando compreender suas reais condições de existência dado todo um conjunto de coisas que o tornam um acontecimento, um evento. Deste modo, analisar o discurso objeto, significa descrever os princípios não de unidades do discurso em sua relação com possíveis outros, mas numa dispersão, sendo necessário, apreendê-lo, dado o momento da sua irrupção histórica que o individualiza para somente assim, descrevê-lo em sua singularidade. Essas relações devem ser estabelecidas compreendendo-as num conjunto de uma formação do saber, dada o conceito de Formação Discursiva.

Se na fase arqueológica Foucault observa a noção de discurso operando no interior de um saber, já na genealogia, ele vai se interessar em analisar o discurso a partir das condições políticas da emergência exteriores desse saber. O que implica em evidenciar uma história dos discursos vista sob o ângulo da política de possibilidades que o engendra. Significa então analisar a articulação entre saber/poder, imbricadas no e pelo discurso, pois, de acordo com Foucault (2004, p. 142) “o exercício do poder cria perpetuamente saber e, inversamente, o saber acarreta efeitos de poder. [...] Não é possível que o poder se exerça sem saber, não é possível que o saber não engendre poder” e toda atividade da qual emerge essa relação dar-se sob a primazia do discurso.

Com essa pretensão, retomando agora a noção de discurso de Foucault no trâmite da fase da genealogia a partir da obra *A ordem do discurso*, percebemos, não digamos uma nova compreensão de discurso, mas um jeito novo de concebê-lo a partir de seu exterior, ou seja, daquilo que o produz: o poder. Não é a toa que Foucault já começa a abertura do livro expressando: “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 2006, p. 10). Há, assim, uma ligação que não se pode esconder entre o discurso com o poder. Ligação essa que deve ser compreendida como necessária para constituição do discurso. O discurso então é resultado de uma ação exercida pelo poder.

Se localizarmos, pois, os discursos como algo legitimado por uma sociedade que é atravessada por relações de poder, configurando-se como um conjunto de saber que tem suas condições de existência dada uma ordem que vem da ação desse próprio poder, isso significa dizer segundo palavras de Foucault (2004, p. 179- 180).

[...] que em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência.

A relação que se pressupõe saber/poder é uma relação construída historicamente na dinâmica do social, sendo, portanto, cheia de descontinuidade e lutas por meio das quais se procuram e se materializam vontades de verdade. O discurso, então, é efeito do poder na elaboração de um saber sociabilizado. A ação do poder nesse percurso não é uma ação violenta, repressora, mas produtiva e cheia de positividade, pois ao elaborar saber, esse último emerge como agregador do conjunto da mesa social ao qual germina. O saber é então aceito como verdadeiro, porque encontra no seu fazer regras que o permitem emergir numa dada época. É ele o discurso, a instância que abriga relação de saber/ poder, que ora se convergem, ora se divergem, constituintes de um processo resultante na construção do sentido entre sujeitos historicamente marcados. Trata-se de uma prática entre sujeitos mediada pela relação entre a linguagem e a história como forma de acontecimento fundador de interpretações e vontade de verdade, tecida pela unidade do discurso, o enunciado, em suas possíveis relações, seja no seu interior ou fora dele, pois como descreve Foucault (2007, p. 32) “um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente”.

É nessa abordagem do enunciado que se diferencia da frase, da proposição, dos atos de fala que se torna sólida a noção de discurso que nos interessa, a qual nos propõe Foucault (2007, p.114) dizendo que o discurso é “acontecimento, encontro entre uma atualidade e uma memória”. A irrupção histórica de um enunciado – seu acontecimento – o insere, necessariamente, em uma rede de outros enunciados, com os quais ele estabelece

relações de paráfrase e de deslocamentos”. Conforme Foucault (2007), conceber o discurso como acontecimento, significa tê-lo na representação de um conjunto de todos os enunciados efetivados, realizando-se de forma única numa ocorrência jamais repetível. O discurso, pois, é a instância que abriga esse conjunto finito e limitado de sequências que emerge em sua irrupção histórica.

Deste modo, ao se materializar numa sequência dada dessa irrupção histórica, o discurso se singulariza como evento. O que não significa descrevê-lo e interpretá-lo a partir somente dessas sequências linguísticas, mas sim, na sua inscrição na e pela história. O acontecimento discursivo é, por um lado, dado o momento de sua materialização, único, singular e irrepetível, mas por outro, ao cair na teia da memória que também o constitui, o pluraliza no movimento do já dito quanto ao devir. Isso se torna possível pela sua natural inserção na rede de outros enunciados com as quais se relacionam.

O corpo como acontecimento discursivo

Conforme nossa perspectiva teórica é a partir do conceito de corpo discursivo que nos deixamos guiar, pelas trilhas descontínuas dos sentidos, a observar os atravessamentos da história, em direção a sua inscrição nas discursividades de determinadas épocas. Portanto, partindo desses deslizamentos que nos conduz a uma historicidade do corpo, aqui o compreendemos, como diz Milanez (2008, p. 129), não

[...] encarado em seu aspecto anatômico, físico ou bioquímico, isto é, não é o corpo de carne e osso que está em evidência, mas a relação que se estabelece entre sua própria materialidade e sua maneira de estar no mundo corporal, fazendo emergir um sujeito que não é absoluto, que não tem uma substância, mas que cuja forma é marcada pela dispersão e pela pluralidade.

O corpo que nos interessa, trata-se do corpo como sendo algo construído discursivamente ao longo do tempo, em suas irrupções históricas, sob efeitos das relações de saber/poder que nele se marca pelas possíveis posições que esse assume no interior das práticas discursivas. Enfim, trata-se do corpo como um acontecimento discursivo, a inscrever modos de subjetivação oriundos das relações de forças que o atravessam historicamente. É no foco do corpo como mirante de um organismo vivo que inspira vida,

que se realizam relações de saber/poder oriundas de sistemas de sociedade que criam dispositivos de poder a atuarem sobre o corpo quer seja ao concebê-lo como *corpo máquina* ou *anatomia-política* ao qual advêm do capitalismo operando com dispositivo de um poder puramente disciplinar, ou do *corpo-espécie* com a introdução do liberalismo ampliando a um desdobramento do poder, com a biopolítica no controle dos corpos. O corpo então é matéria vulnerável às relações de poder produzidas pelas técnicas tanto disciplinares como de governamentalidade (biopolíticas), pois se o poder investe, manipula e disciplina o corpo, conduzindo-o a formas e modos diferentes de ser, essa atividade, por outro lado, pode resultar num projeto de manutenção desse poder, criando assim políticas de investimento sobre o corpo em massa.

O corpo em Foucault é o lugar marcado sempre pelas relações culturais e sociais. Relações essas que sempre se marcam no corpo de maneira não linear, mas sim por lutas, conflitos, contradições, resistências, que sempre estão a constituí-las, a reconstituí-las. O que implica estar o corpo intimamente unido, ligado às relações de poder-saber, uma vez que essas relações são construídas nas práticas discursivas. (FOUCAULT, 1994). O corpo, nas leituras foucaultianas, sempre foi alvo das punições, o que revela ser ele objeto das relações de poder, como afirma Foucault (1994, p. 28): “As relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais”.

Toda essa estrutura que preconiza a atuação das relações de poder sobre o corpo se desenvolve justamente por sua inserção no campo político, social. É na sua relação com o exterior, que o sujeito toma forma, toma corpo, vivencia modos de subjetivação.

Memória discursiva lugar de interpretação sempre em movimento

Trata-se ser a memória um conceito central no entremeio da tensão entre estrutura e acontecimento, pois só sob o efeito da memória se estrutura a materialidade discursiva em acontecimento, situando-o nessa dialética da repetição, e da regularização. Partindo dessa ideia é que Pêcheux (2007, p. 52) diz:

A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os implícitos (quer

dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

A memória discursiva estabelece então, face ao acontecimento numa perspectiva de sua leitura, interpretação, uma atividade mobilizadora de elementos (pré- construído, discursos citados, relatados, discursos-transversos) necessários a serem recuperados na rede de enunciados outros, emergidos pela e na relação do e com o legível. Essa mobilização feita pela memória na recuperação desses elementos no arquivo para a leitura do acontecimento discursivo não se realiza de maneira tão simples como se de imediato fôssemos pegar no reservatório da memória coletiva esses elementos, que estariam lá de forma estática, acumulada. Ao contrário dessa ideia que possa se pensar da memória, ela deve ser compreendida como de natureza dinâmica, dialética ao qual viabiliza a leitura do acontecimento sob uma noção de arquivo que gerencia formação e transformação dos enunciados. A memória, portanto, se configura como, ainda segundo Pêcheux (2007, p. 56) “necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização. Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra – discursos”.

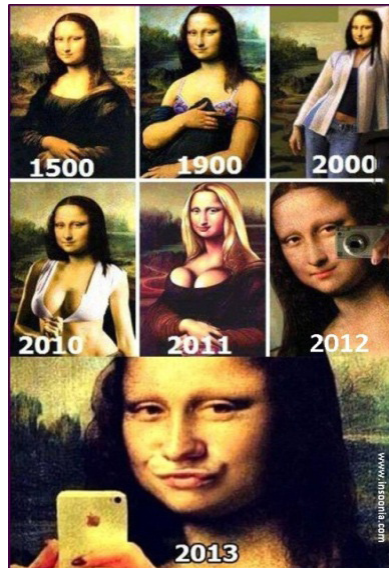
Retomando, pois, a memória como esse espaço de complexidade, sendo, portanto, estruturante da materialidade discursiva dentro de uma dialética que envolve a repetição e a regularidade é aqui que incide, conforme Pêcheux (2007, p. 52) a questão: “em qual lugar se encontraria os implícitos que estão ‘ausentes em sua presença’ na leitura das sequências?”. Uma observação importante é a de que esse processo de regulamentação não consiste num processo de caráter estável, mas estará sempre sujeita a modificações, implicadas pelos possíveis cruzamentos de novos acontecimentos. Assim dada toda essa mobilidade que movimenta de forma dialética a repetição e a regulamentação, estas estão imbricadas nesse processo, pois se por um lado, se percebe um jogo de forças que procura manter de certa forma uma regulamentação previamente existente, os acontecimentos discursivos a deriva, são também apreendidos pela estrutura, que sofre modificações, não permanecendo mais idênticas a si mesmas, justamente pelo deslocamento a que sofreram os acontecimentos que os motivaram.

É mediante essa relação que podemos pensar os acontecimentos discursivos como nunca conclusos, sempre em falta, incompletos, procurando abrigo num sistema que também sofre esses efeitos da incompletude, da

opacidade operante no trabalho com a linguagem enquanto discurso, pois é somente sobre essa natureza do discurso que encontramos o entrecruzamento da memória que opera no dito, pelo já- dito e por devir dizer. No ínterim dessa discussão, é pertinente então conceber o discurso não só como estrutura, mas, e principalmente, como acontecimento.

Mona Lisa: Que corpo é esse ???!

O campo midiático pressupõe todo um movimento discursivo interpretativo da contemporaneidade, emergindo como uma história do presente que, ao se instaurar em uma sociedade, se produz como acontecimento numa relação de forças que mobiliza memória e esquecimentos sob a ordem do discurso, formatando modos de ser do corpo sujeito. Neste sentido, operamos analiticamente na captura de possíveis fios que entrecruzam e compõem uma historicidade do corpo como alvo de relações de saber – poder, a partir de enunciados, extraídos das redes sociais, como mote para discussão dos processos de subjetivação do corpo gênero feminino. Corpo esse, ancorado em produções de sentidos a deriva de uma descontinuidade histórica, mas que encontra em sua materialidade uma singularidade. Vejamos então o corpus de nosso trabalho, extraído do site: <http://demonhosmaniacos.blogspot.com.br/>



O enunciado em sua função enunciativa joga com as possibilidades de modos de subjetivação do corpo, aqui artisticamente representado pelo famoso quadro de Mona Lisa, uma das mais populares pinturas do artista renascentista Leonardo da Vinci. Tal materialidade em sua singularidade provoca o humor, e dentro de uma perspectiva de análise do discurso, revela a dispersão do corpo sujeito produzido pela descontinuidade da história, marcada num recorte temporal (1500, 1900, 2000, 2010, 2011, 2012 e 2013). Esse recorte temporal evidenciado no enunciado, deixa escorregar efeitos de sentidos, estratégia midiática, de uma certa velocidade com a qual o corpo sofre o efeito desse tempo, buscando sempre atualizar-se. Observamos que sequencialmente somam-se séculos, depois décadas e por fim ano.

Há um disciplinamento do corpo pelo recorte temporal. Cada tempo, materializado nos enunciados, apresenta-se como práticas discursivas diferenciadas que agendam no corpo políticas de sua inserção no mundo socialmente produzido. E é no fazer das práticas discursivas que a mídia atua no processo dinâmico de subjetivação, a qual modela e refrata sujeitos dentro de um tempo histórico. Isso implica numa atividade interlocutiva constante entre atores sociais realizando a partir dessa prática discursiva exterior, a produção de modos de subjetivação, corroborando assim para a dispersão do ser sujeito e de suas relações constantes com o corpo. O corpo é, portanto, o lugar para o qual convergem as relações de saber - poder produzindo-o dentro de um espaço e tempo histórico, tornando-o assim um lugar vazio de multiplicidades possíveis.

Deste modo, lançaremos nosso olhar analítico, buscando apreender dentro do dispositivo midiático, a dispersão do corpo gênero feminino, estrategicamente temporalizado pelo enunciado, derivando assim efeitos de sentidos, que mobilizados pela memória discursiva, cria modos de subjetivação desse corpo no enredo da língua com a história. O campo midiático, desta forma, opera sobre alguns mecanismos com efeitos na produção e circulação de sentidos, exercendo assim, no tecer das relações de saber/poder, uma mobilidade necessária entre a língua e uma historicidade que também é constitutiva de sentidos. Essa articulação preconiza a natureza do discurso como uma prática, pois tratase de uma atividade constante que atravessa a estrutura da língua a uma rede de memória que lhe é preexistente. Como nos mostra Gregolin (2008, p. 13), “de procurar acompanhar trajetos históricos de sentidos materializados nas formas discursivas da mídia”.

Seguir na trilha desse percurso, a fim de se estabelecer relações discursivas, quanto ao funcionamento da mídia na produção de sentidos, devemos, portanto, ter como ponto de partida os enunciados produzidos, a fim de observarmos a forte relação entre a língua e seu exterior. Ou seja, é preciso situar os enunciados em suas emergências, mediante articulação entre a língua e a história, se fazendo discurso. Didaticamente, buscamos “recortar” o enunciado considerando a sua sugestão temporal e com isso relacionar as positivities históricas na emergência de cada recorte, e de seus efeitos de sentidos sobre o corpo como acontecimento discursivo, elegendo sempre a memória discursiva como operante nesse processo.

Datada no ano de 1500 – o discurso em *Analise*, a Mona Lisa “original” se deixa inscrever feixes históricos de um corpo que sofre exercícios de um poder monárquico, construindo uma identidade de gênero feminino como um corpo vestido pela força do matrimônio, da obediência a sociedade patriarcal, do sujeito feminino construído para procriar pois, o uso do vestido fino feito de gaze, encontra na memória discursiva modista, como usado por mulheres grávida, e esse efeito de sentido é reforçado pela presença do delicado véu negro, usado pela aristocratas toscana quando estavam no período pós gestação. Esse corpo como enunciado discursivo, dentro da formação discursiva da sociedade patriarcal, produz sentido do feminino como de inferioridade ao pai, quando saindo do pai ao do marido. O corpo discursivizado num gesto de um sorriso introspectivo, impreciso, coloca em xeque que os sentidos estão à deriva. A posição das mãos, a postura, operam num efeito de sentido de elegância, e sugere um corpo dócil, numa ideia de bela, recatada e do lar.

Já em 1900, o corpo feminino, discursivizado dentro desse período da história, aqui, se veste de uma nova estratégia de poder saber, a sociedade vive uma nova ordem do discurso econômico, de uma sociedade a consolidar o sistema capitalista. O que implicou numa série de mudanças na produção e na organização do corpo feminino em sua relação com o trabalho. Com o advento da indústria, boa parte da mão-de-obra feminina foi transferida para as fábricas. Deste modo, o corpo feminino encontra nessa rede de poder, espaço para uma ideia de valorização do seu corpo, como expressão de si. Há o discurso de ousadia, alimentado pelos ideais feministas, que se materializa nas vestimentas apresentadas na imagem, quando observamos traços marcantes de nudez, e certa sensualidade. Os braços já se movimentam num gesto de sexualidade.

Nos anos 2000, caracteriza o tempo auge do mundo moderno, na qual, o corpo feminino, sofre os efeitos do poder de consumo e a necessidade de legitimar o espaço de disputa no mercado de trabalho com o gênero masculino. O uso da peça de roupa, blazer e a calça jeans, antes originária do armário masculino, provocam o efeito de sentido de uma ocupação de espaços na luta por igualdade de gêneros. O corpo feminino então sai de um anglo, na imagem do quadro, meio corpo, para aparecer de corpo todo e de forma ereta, nos permitindo construir significados de uma edificação dessa identidade feminina como disposta ao mundo do trabalho sem perder a sensualidade.

Passado uma década, 2010, o corpo feminino, dentro dessa ininterrupta ressignificação, conforme sua materialidade enunciativa imagética nos é permitido fazer um gesto de leitura que opera sobre um poder - saber com influência de uma biopolítica, pois ao colocar a vida como alvo, as políticas de liberação da sexualidade são assumidas pela população feminina, manifestada pelo exibir de partes do próprio corpo. O que implica, de certa forma, numa afirmativa de um gênero que também tem desejos e que deseja viver sua liberdade sexual. O uso do decote, colocando em evidências os seios, seria então a materialização desse acontecimento discursivo enredados nas teias do poder. As mãos acenam para uma chave interpretativa de um ser dona do seu corpo.

Seguindo esse percurso do corpo se tornar alvo do próprio corpo poder, observamos que no recorte de 2011, o corpo feminino, permite ser extensão de uma política de controle a partir de intervenções cirúrgicas e produtos de belezas. A mudança de cor do cabelo para o loiro, materializa a rede de saber do campo da beleza e dos produtos capilares, deixando escorregar o efeito de uma identidade de mulher mais sexualizada para o desejo masculino. Somado a isso, temos a permanência do decote, apresentando maior volume dos seios pelo uso do silicone, subjetiva modos de fabricação de um corpo feminino como sempre enredado na história pelos acontecimentos que se engendram numa verdadeira genealogia do presente. Observamos, portanto, que no ano de 2012, o corpo Mona Lisa, se permite, aglutinar cada vez mais aos efeitos de uma sociedade de controle, principalmente no tocante aos avanços tecnológicos. A presença da câmara digital inaugura modos de subjetivações contemporâneos marcados pelo uso de *Selfies*, configurando assim a princípios de uma sociedade de disciplinamento e controle dos corpos, numa agenda de políticas mais narcisista.

Na ciranda do saber poder que emergem discursivamente nos contextos históricos dos corpos, no ano de 2013, o corpo feminino, conforme imagem em análise é disciplinado sob o gesto do biquinho para *Selfies*, que se ressignifica ao sair de um sorriso enigmático para o de um gesto mais vulgarizado, popularizado sob a ordem de uma cultura egocêntrica. O corpo volta-se a um anglo com foco no meio corpo. A marca da *apple* nos permite significar um tempo forte de intervenção tecnológica no construto de um bio corpo que se reinventa na relação língua e história. Deste modo, ao ativar a memória discursiva, provocada pela imagem da maçã, aqui símbolo da *apple*, recuperamos, pelo interdiscurso, o efeito do fruto proibido de Eva (Figura bíblica), que aqui se reatualiza na fabricação de um corpo feminino, não mais temeroso ao divino, mas descobrindo no tecnológico outros caminhos de conhecer a si e a seus novos “pecados”.

Considerações finais

Tendo em vista a emergência de corpos femininos se significando na tessitura dos enunciados aqui analisados, podemos então, concluir que tais enunciados entram na ciranda de uma política de corpos, capaz de vigiá-lo, controlá-lo, governá-lo constantemente como condição sócio histórica engendrada nas e pelas relações de saber-poder, sendo, portanto, determinante na construção de identidades, tendo em vista o conjunto de práticas discursivas existentes. Deste modo, observamos, que o corpo gênero feminino como enunciado (arte – Mona Lisa) em análise, sofre os efeitos da historicidade que o constitui, uma vez, que é alvo das relações de saber-poder que emergem em determinadas épocas. Com isso, o corpo aqui analisado, trata-se de um corpo sempre em transformação, ou seja, trata-se de uma fabricação sócio - histórica que nos possibilita, pelo efeito da memória discursiva, capturá-lo em diversos processos de modos de subjetivação.

Assim, desde ao poder monárquico, disciplinar e biopolítico, o corpo gênero feminino, conforme enunciado analisado toma seus contornos e assume políticas de atuação sempre nos contextos de práticas discursivas, sendo essa condição necessária para produção de modos de subjetivação dos corpos. O que sugere a indagação: Que corpo é esse Mona Lisa??!!

Referências

FONSECA-SILVA, M. da C.; MILANEZ, N. (Org.) v. 6. n. 1. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2008. MILANEZ, N. **Corpo, depilação masculina e memória**: acerca do sujeito e seus sentimentos de identidade. In TASSO, I. (Org) Estudos do texto e do discurso: interfaces entre língua(gens), Identidades e memória. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

FOUCAULT, M. (1926-1984) **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves-7 edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. **A ordem do discurso**. Paris: Éditions Gallimard, 2006.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

_____. **As Palavras e as Coisas**. 8 ed. Tradução Salma T. Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Trad. Lígia M. Pondé Vassalo. 11^a. Petrópolis, Vozes, 1994.

GREGOLIN, R. **Identidade**: objeto ainda não identificado?. In: Revista Estudos da (Língua)gem. Imagens de Discursos. FONSECA-SILVA, M. da C.; MILANEZ, N. (Org.) v. 6. n. 1. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2008.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: Achard, P. et al. **Papel da memória** (Nunes, J.H., Trad. e Intr.). 2^a Edição, Campinas: Pontes, 2007.

_____. **O discurso**. Estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Orlandi. São Paulo: Pontes, 1990.

SILVA, F. P. Articulação entre poder e discurso em Michel Foucault. In SARGENTINI, V; NAVARRO-BARBOSA (Org), P. M. Foucault e os domínios da linguagem: Discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004.

A EPOPEIA DE GILGAMESH: UM PARADIGMA PRÉ MODERNO DE AMOR E CASAMENTO DO MESMO SEXO

José Walter da Silva¹

Resumo

Observando que a cultura gay e lésbica é frequentemente silenciada e reprimida, e a sua literatura censurada ou deliberadamente disfarçada e destruída, e levando em conta que as fontes que mencionam personagens homossexuais, sejam elas literárias ou históricas, são produzidas por culturas que as discriminam e reprimem, neste artigo abordaremos as linhas que revelam implícita e explicitamente os elementos sexuais e afetivos do relacionamento entre *Gilgamesh* e *Enkidu* no intuito de reforçar a argumentação de que ambos eram casados entre si.

¹ Graduando do curso de licenciatura em Letras português, Universidade Estadual da Paraíba; membro honorário do Grupo Gay da Bahia. Email: walterpkin@gmail.com

1 Introdução

Considerando que a cultura gay e lésbica é frequentemente silenciada e reprimida, e a sua literatura censurada ou deliberadamente disfarçada e destruída, e tendo em vista que até mesmo a *Ilíada* de *Homero* sofreu a supressão de trechos homoeróticos “problemáticos” desde época remota (SPENCER, 1996), no presente trabalho abordaremos as linhas implícita e explicitamente sexuais do relacionamento entre *Gilgamesh* e *Enkidu* no intuito de evocar e realçar a sua singular natureza erótica e afetiva por meio de análise, pesquisa, comparação e interpretação de texto. Em se tratando de personagens homossexuais, sejam elas literárias ou históricas, nunca é demais ressaltar que as fontes que as mencionam são produzidas por culturas que as discriminam e as reprimem (TORRÃO FILHO, 2000). Nesse contexto é importante resgatar sempre que possível a literatura e história desviante da comunidade gay produzida ao longo dos séculos, tanto como forma de resistência face à opressão quanto como meio de alimentar a autoestima dessa categoria marginalizada de pessoas. Um adendo; com relação às referências sobre as uniões formalizadas entre pessoas do mesmo sexo no passado há que se lidar ainda com mais um obstáculo para além da censura e destruição pura e simples; a tendência heterossexista da ‘camuflagem’ dessas relações sob o verniz higienizador da ‘amizade íntima’. Boswell por exemplo observou em sua pesquisa sobre uniões do mesmo sexo que documentos primitivos foram deliberadamente modificados para que fizessem ‘maior sentido’ (TORRÃO FILHO, 2000).

A Epopeia de *Gilgamesh* é um dos mais antigos poemas épicos da humanidade cuja maior parte provavelmente já estava escrita por volta dos primeiros séculos do segundo milênio a.C. e a versão definitiva e completa datando do século VII encontrada em meados do século XIX nas ruínas da biblioteca de *Assurbanipal*, o último grande rei do império Assírio (ANÔNIMO, 2001). É também um dos mais arcaicos registros literários do amor e erotismo entre pessoas do mesmo sexo (TORRÃO FILHO, 2000). Acrescentaremos que se trata de uma extraordinária evidência pré moderna de um autêntico simulacro de casamento entre dois homens.

Quando os deuses criaram *Gilgamesh* eles o fizeram dois terços deus e um terço homem; ele era terrível como um touro selvagem, arrogante e indomável, não encontrando quem pudesse se opor à sua força, vontade e masculinidade exacerbada e opressora. Isso causava grande aflição ao

povo de *Uruk*, cujos lamentos foram ouvidos pelos deuses. Em resposta a este estado de coisas a deusa *Aruru* criou do barro um Adão, para oferecê-lo não a uma Eva, mas a *Gilgamesh*. Este recém-nascido personagem chamado *Enkidu* desempenhará papel crucial junto ao soberano de *Uruk*, mormente dentro do seu coração, guiando-lhe os passos, abrandando sua luxúria, amansando sua violência, inspirando-lhe grandes feitos heroicos e por fim a busca da sabedoria ancestral e imortalidade.

2 Metodologia

Ao pretendermos neste artigo analisar e interpretar alguns elementos da Epopeia de *Gilgamesh* em específico daremos destaque ao vocabulário do amor e simbolismo presente nas imagens eróticas relacionadas ao casamento, transpondo por analogia para as relações de mesmo sexo, consistindo o hodierno método em pesquisa de cunho qualitativo. Partindo filosoficamente do conceito de ‘realismo’ ou ‘essencialismo’ em oposição ao modelo ‘social construtivista’, preferimos aqui dar ênfase aos ‘personagens’ em vez de sobressair os ‘atos’ homoeróticos, ressaltando o caráter meramente descritivo do termo ‘homossexualidade’. Atendendo a tais objetivos e em reforço da nossa proposição empregaremos oportunamente os aportes da crítica literária especializada e teóricos relacionados; *Boswell*, (1994), *Torrão Filho* (2000), *Norton*, (2011), *Ackerman*, (2005).

O referencial teórico oferece uma abordagem comparativa que aprofunda a reflexão acerca dos temas propostos no artigo situando-os na interface da historiografia, literatura e os estudos culturais. Sob este enfoque pode-se observar os componentes homoeróticos do épico emergir de dentro da heterossexualidade presumida imposta pela persistente interpretação histórica normativa tradicional.

3 Resultados e discussão

3.1 Gilgamesh: beleza radiante e masculinidade compulsiva

Gilgamesh é rei de *Uruk*, a primeira metrópole e centro do mundo civilizado na Mesopotâmia; pioneiro dentre os heróis trágicos, ele é descrito como o homem para quem todas as coisas eram conhecidas, que havia percorrido todas as nações do mundo e aprendido a sabedoria, tendo visto

coisas misteriosas e conhecido segredos (ANÔNIMO, 2001). Ele também é um epítome de beleza, vigor sexual e masculinidade. Diversas passagens no épico descrevem a perfeição da sua aparência louvando tais atributos físicos:

“Quando os deuses criaram Gilgamesh, deram-lhe um **corpo perfeito**. Shamash, o glorioso sol, dotou-o de **grande beleza**; Adad, o rei da tempestade, deu-lhe coragem; os grandes deuses tornaram sua **beleza perfeita, superior à de todos os outros seres**, terrível como um enorme **touro selvagem**. Eles o fizeram dois terços deus e um terço homem” (ANÔNIMO, 2001, p. 60, grifos nossos)

Posteriormente a cortesã encarregada de seduzir e domesticar *Enkidu* chamará sua atenção para o charme e encanto sexual de *Gilgamesh*, à semelhança de uma alcoviteira:

“Oh, Enkidu, tu, que amas a vida, farei com que conheças Gilgamesh, homem de muitas paixões; tu o conhecerás em seu radiante apogeu de virilidade. Seu corpo é perfeito em força e maturidade” (ANÔNIMO, 2001, p. 64)

A grande beleza máscula de *Gilgamesh* despertará a atenção até mesmo da deusa do amor, *Ishtar*, o que lhe causará futuros dissabores:

“Gilgamesh lavou **seus longos cabelos** e limpou suas armas; **jogou os cabelos para trás dos ombros**, tirou as roupas manchadas que vestia e trocou-as por novas. Ele colocou seus mantos reais e **os ajustou ao corpo**. Ao vestir a coroa, a gloriosa Ishtar elevou seus olhos e divisou **a beleza de Gilgamesh**” (ANÔNIMO, 2001, p. 81, grifos nossos)

Essa admiração pela beleza do herói é sintomática e parece o reflexo de uma cultura que sabia apreciar o amor entre iguais; textos inclusive há que mencionam homens preferindo o papel passivo no sexo (BOTTERO, 1992).

Para além da formosura, não havia em *Uruk* quem pudesse competir com a força do rei e resistir aos seus desejos; não existiam adversários que pudessem desafiá-lo e a sua arrogância e luxúria eram ilimitados.

“Não há pai a quem tenha sobrado um filho, pois Gilgamesh os leva todos, até mesmo as crianças; e, no entanto, um rei deveria ser um pastor para seu povo. Sua luxúria não poupa uma só

virgem para seu amado; nem a filha do guerreiro nem a mulher do nobre; no entanto, é este o pastor da cidade, sábio, belo e resoluto.” (ANÔNIMO, 2001, p. 61)

Essa masculinidade compulsiva que oprime o povo é a razão do clamor dos deuses do céu para que a deusa da criação *Aruru* faça outro igual à *Gilgamesh*, tão parecido com ele quanto seu próprio reflexo; alguém para ser o seu segundo eu, um “coração tempestuoso para outro coração tempestuoso”. Os deuses disseram: “Que eles se enfrentem e deixem *Uruk* em paz” (ANÔNIMO, 2001, p. 62)

A deusa imaginou um ser cuja essência era a mesma de *Anu*, o deus do céu, e mergulhando suas mãos na água tomou de um pedaço de barro e o deixou cair na floresta. E assim foi criado o belo e nobre *Enkidu*.

3.2 *Enkidu*: um Adão e um noivo para *gilgamesh*

Enkidu vivia entre os animais selvagens e não estava apto para a vida na civilização. Caçadores o viram na floresta e amedrontados com aquele homem rústico que ajudava os animais a fugir das armadilhas, pediram ajuda à *Gilgamesh*. O soberano aconselhou que levassem até o desconhecido uma prostituta do templo para seduzi-lo a fim de que ele deixasse de viver entre os animais (TORRÃO FILHO, 2000).

A prostituta sagrada, depois de ensiná-lo a se comportar como homem social exclamará que ele se parece com um **deus**; após escovar os cabelos emaranhados, untar-se com óleo e vestir roupas humanas dirão que ele se assemelha a **um noivo**. Mais tarde caminhando pelas amplas ruas de *Uruk* as pessoas se comprimiam e se acotovelavam para vê-lo e, falando dele, diziam: “Ele é a imagem de *Gilgamesh*” (ANÔNIMO, 2001).

Apesar de *Enkidu* ter sido ‘domesticado’, ele próprio foi criado pelos deuses para domesticar *Gilgamesh*; o enfrentamento deles se dá justamente no dia em que o soberano de *Uruk* se dirige ao leito nupcial para impor a sua lei que garante que ele possa desvirginar a noiva antes do marido; *Enkidu* bloqueia-lhe a passagem diante dos portões da casa, impedindo a consumação do ato. O costume de usufruir das noivas alheias para *Gilgamesh* se encerrará aqui.

3.3 Os sonhos de *Gilgamesh*: união do mesmo sexo

Antes da chegada de *Enkidu* o soberano de *Uruk* relata dois sonhos proféticos à sua mãe, a deusa *Ninsun*:

“Então Gilgamesh se levantou para contar o sonho que tivera à sua mãe, Ninsun, uma das deusas de grande saber. “Mãe, tive um sonho esta noite. Eu me sentia muito feliz, cercado de jovens heróis, e caminhava pela noite sob as estrelas do firmamento. Um meteoro, feito da mesma substância de Anu, caiu do céu. Tentei levá-lo do chão, mas era pesado demais. Toda a gente de Uruk veio vê-lo; o povo se empurrava e se acotovelava ao seu redor, e os nobres se apinhavam para beijar-lhe os pés; **ele exercia sobre mim uma atração semelhante à que exerce o amor de uma mulher**. Eles me ajudaram; levantei seu corpo com o auxílio de correias e trouxe-o à vossa presença, e vós declarastes ser ele meu irmão” (ANÔNIMO,2001, p. 65, grifos nossos)

A interpretação do sonho segundo a deusa é que ele prenuncia a chegada de um companheiro, criado especialmente para ele, para estimulá-lo assim como um agulhão e uma espora fazem avançar o garanhão, e prestar ajuda nas horas de necessidade. *Ninsun* confirma que *Gilgamesh* vai amá-lo **como a uma mulher** e ele jamais irá abandoná-lo.

No segundo sonho o soberano de *Uruk* descreve um estranho machado deitado no chão da cidade, ao redor do qual as pessoas se amontoavam.

“Eu o vi e fiquei contente. Eu me abaixei, **sentindo-me profundamente atraído por ele; eu o amei como a uma mulher e passei a levá-lo comigo, ao meu lado.**” Ninsun respondeu: “Aquele machado que viste, que te atraiu tão profundamente como o amor de uma mulher, aquele é o companheiro que te envio, e ele chegará com força e pujança como um deus da hoste celeste” (ANÔNIMO, 2001, p. 65, grifos nossos)

Acadêmicos observaram trocadilhos, ambiguidades e jogos de palavras ocultos no simbolismo do **meteoro** e do **machado** (KILMER,1982); o termo acadiano *kisru* (meteorito) é foneticamente similar à *kezru* (prostituto de cabelos cacheados, a contraparte masculina de **Kezertu**, prostituta), e *Hassinnu* (machado) é semelhante à *Assinnu*, (eunuco, homossexual passivo ou sacerdotisa transgênero a serviço de Ishtar). O machado também pode conter uma insinuação de castração dado que *Assinnu* eram geralmente castrados (KILMER,1982), e o meteorito implicaria em uma associação com a feminilidade, posto que é consagrado a diversas deusas tais como Cibele

por exemplo (GREENBERG,1988). De acordo com Torrão Filho (2000) o poema foi escrito para ser declamado ou cantado, por este motivo a ambiguidade deveria ser ainda mais flagrante.

O significado implícito de tais sonhos sugerem que *Enkidu* chegará para **seduzir** sexualmente (*Kezru*) *Gilgamesh* assumindo por seu turno o papel **feminino** (*Assinnu*) na cama.

3.4 Casamento: coabitação, amor, sexo e rito

Ao ser informado de que *Gilgamesh* celebraria as núpcias com a ‘rainha do amor’ no episódio do confronto é dito que *Enkidu* empalideceu; a largas passadas ele entra em *Uruk* das poderosas muralhas e no meio da rua se postou no caminho do rei, diante do portão. Esticou o pé para impedir-lhe a entrada; os dois se atracaram como touros. Destruíram a porta da casa e fizeram tremer as paredes; os batentes foram despedaçados. *Gilgamesh* fincou os pés no chão, dobrou o joelho e derrubou *Enkidu*; a luta liberou uma catarse e a raiva se desvaneceu de imediato. Cheio de admiração *Enkidu* exaltou *Gilgamesh*; “Não há ninguém como tu no mundo”. *Gilgamesh* e *Enkidu* se abraçaram. (ANÔNIMO,2001,67). Haverá aqui um eufemismo implícito para uma relação sexual seguida do orgasmo e posterior relaxamento?

O que se sabe é que a partir de então os dois tornam-se companheiros inseparáveis. *Gilgamesh* fará com que *Enkidu* literalmente se deite em ‘um leito real’, recline-se em uma divã à esquerda do trono e, por fim, obrigará os príncipes da terra a beijarem seus pés. Não se percebe, significativamente, nenhum interesse erótico vindo da parte de ambos por mulheres após esse evento; a prostituta que acompanha *Enkidu* é esquecida e só voltará a ser mencionada durante a agonia da enfermidade que precede a morte dele, e mesmo assim só será evocada em gratidão por ser a responsável por tê-lo trazido até *Gilgamesh*. As noivas prometidas ao soberano de *Uruk* são igualmente negligenciadas; *Gilgamesh* e *Enkidu* passam os dias a se engajar em aventuras masculinas, a pelejar com monstros e desafiar os deuses. São vistos a andar de mãos dadas, aconselham-se mutuamente, encorajam-se, abraçam-se frequentemente. Em diversos momentos o épico se refere ao relacionamento deles por meio de analogias que remetem à relação entre marido e mulher:

- O verbo **Hababu** (acariciar, amar) é usado tanto no contexto sexual envolvendo *Enkidu* e a prostituta sagrada quanto no episódio dos

sonhos eróticos subliminares de *Gilgamesh* relacionados à chegada de *Enkidu*.

- Durante o luto pela morte do companheiro, em meio à sua dor lancinante *Gilgamesh* reivindica ser uma viúva enlutada.
- *Gilgamesh* cobre o rosto de *Enkidu* morto com um véu, como se faz com uma noiva (ACKERMAN, 2005).

Uma notável evidência gráfica e explícita de relação sexual entre *Gilgamesh* e *Enkidu* apareceu à luz de um manuscrito sumério predecessor ao épico, conhecido por “*Gilgamesh e o mundo dos mortos*”. Esses versos na tábua XII descrevem o retorno do espírito de *Enkidu* do submundo e retratam uma conversa íntima entre ele e *Gilgamesh*:

“Se eu vou lhe contar as leis do mundo dos mortos que eu vi, sente-se e chore.

-Então, deixe-me sentar e chorar.

-Meu amigo o pênis que você tocou e seu coração regozijou-se, os vermes devoram como uma roupa velha.

Meu amigo, a virilha que você tocou e seu coração regozijou-se, está cheia de poeira tal como uma rachadura no chão” (GEORGE, 2003,p.774)

O assiriólogo *Thorkild Jacobsen* nos anos 20 foi o primeiro acadêmico a defender que o relacionamento entre *Gilgamesh* e *Enkidu* deveria ser entendido como sendo de natureza sexual (ACKERMAN, 2005). Com efeito, o conjunto das evidências implícitas e explícitas no texto parece suportar a ideia de que não apenas *Gilgamesh* e *Enkidu* mantinham relações sexuais; tais evidências sugerem que eles eram de fato casados. De acordo com *Rictor Norton* (2011), existem abundantes precedentes históricos confirmando a prática de casamentos do mesmo sexo e uma tradição e história neste sentido que remonta a centenas de anos. *Norton* analisou três paradigmas típicos de casamento do mesmo sexo na antiguidade, passíveis de se sobreporem na prática, apesar de distintos; a relação do mestre e aluno (pederastia), o paradigma do amigo fiel ou irmão juramentado, e o modelo inspirado no casamento heterossexual (marido e esposa). A conexão especial entre *Gilgamesh* e *Enkidu* enquadra-se sem dúvida no paradigma do ‘irmão juramentado’. A este respeito é esclarecedor reportar-nos à pesquisa inspiradora de *Boswell* sobre as uniões do mesmo sexo em períodos pré modernos; segundo o autor, o casamento nas civilizações antigas era muito diferente

do que é atualmente e os padrões das relações estáveis manifestavam-se de muitas formas, abrindo a possibilidade para incluir arranjos formalizados que assumiram a aparência de ritos de fraternidade (BOSWELL,1995).

O termo 'irmã' e 'irmão' com significado de 'esposa' ou 'amante' é encontrado em passagens bíblicas diversas, bem como em textos babilônicos:

“Enlevaste-me o coração, **minha irmã, noiva minha**; enlevaste-me o coração com um dos teus olhares, com um dos colares do teu pescoço”

(Ct 4.9)

Norton por seu turno aplica à definição de casamento homossexual quatro características que servem de guia na busca de provas e evidências históricas para identificar um casamento do mesmo sexo pré-moderno; coabitação, apreço mútuo, sexo e ritualística ou formalização. Todas as quatro estão presentes no épico, sendo que a última expressa-se sob a forma de um pacto de adoção que torna *Enkidu* irmão de *Gilgamesh*, celebrado pela deusa *Ninsun* no templo:

“Amigo, vamos para o Grande Palácio, para Egalmah, e pos-temos-nos diante de Ninsun, a rainha. Ninsun tem profunda sabedoria; ela nos aconselhará quanto ao caminho que devemos tomar.” Dando-se as mãos, eles seguiram a Egalmah e se dirigiram à grande rainha Ninsun” (ANÔNIMO, 2001,p. 71)

O ritual representa a formalização da união amorosa e tal como acontece com casais heterossexuais, os heróis se tornaram parentes.

A deusa mãe, cingindo longo e luxuoso vestido, coberta de joias, se dirige ao altar do sol e acende incensos:

“Ninsun, a mãe de Gilgamesh, extinguiu então o incenso e chamou Enkidu com a seguinte exortação: “Poderoso Enkidu, não és filho do meu corpo, mas recebo-te como filho adotivo; és meu outro filho, como os bebês abandonados no templo. Serve a Gilgamesh como estas crianças servem ao templo e à sacerdotisa que os criou. Na presença de minhas servas, de meus sacerdotes e hierofantes, eu o declaro.” Ela colocou então em torno de seu pescoço o amuleto do juramento e disse-lhe: “Eu te confio meu filho; traze-o de volta para mim em segurança.” (ANÔNIMO,2001,p. 72)

3.5 A Deusa rejeitada e a morte de *Enkidu*: um luto de viúva

O clímax dramático, o ponto de virada na epopeia do poderoso soberano de *Uruk* dá-se por ocasião do triste fim de *Enkidu*. Doravante *Gilgamesh* perturba-se sobremaneira em face da dissolução da vida e tem de se enfrentar com o próprio medo de morrer. O luto desmedido reforça ainda mais uma vez os indícios sobre a existência de um casamento apaixonado entre eles em contraste com uma simples amizade ou amor platônico.

Essa morte do bem-amado companheiro fora enviada pelos deuses, em represália a insultos direcionados à deusa *Ishtar*. A grandiosa senhora do amor e da guerra havia posto os olhos cobiçosos em cima de *Gilgamesh* após a batalha dele contra o monstro da floresta de cedros, e lhe propôs casamento, impulsiva e apaixonada. Ele porém **recusa** o matrimônio e desdenha dela ostensivamente. Ao ser rejeitada *Ishtar* é tomada por uma cólera implacável e exige dos deuses o touro do céu para destruir *Uruk*, sob ameaça de trazer os mortos do inferno para devorar os vivos caso não lhe atendam as exigências; a besta é então levada à terra mas é morta em seguida por *Enkidu* e *Gilgamesh*. Frustrada novamente, a deusa escala as muralhas de *Uruk* e do alto joga uma maldição sobre *Gilgamesh*. Cheio de zelo, raiva e possivelmente ciúmes, *Enkidu* confronta a deusa sua rival e lança-lhe uma grave ofensa à face:

“Enkidu arrancou a coxa direita do touro e atirou-lhe ao rosto, dizendo: “Se pudesse colocar minhas mão em ti, é isso que te faria, e açoitaria com as entranhas o teu corpo.”

(ANÔNIMO,2001,p. 84)

Alguns dias mais tarde em decorrência dessa injúria *Enkidu* morrerá vítima de uma enfermidade dolorosa. A cena final é pungente e doce; à cabeceira do leito, *Gilgamesh* toca o coração de *Enkidu* mas ele já não bate e seus olhos não tornam a abrir. *Gilgamesh* estende um véu para cobrir *Enkidu*, tal como o noivo cobriria a noiva. E se pôs a urrar em desespero, a desabar sua fúria como uma leoa cujos filhotes lhe foram roubados. Vagará ao redor da cama, transido de dor, arrancará os cabelos, despindo-se do manto de rei e atirando-o ao chão. Por sete dias e sete noite ele lamentará e chorará por *Enkidu*, se recusando a enterrá-lo. Por fim um verme cairá da narina do morto; somente então *Gilgamesh* entrega *Enkidu* à terra:

“Gilgamesh então mandou proclamar um edito por todo país. Ele convocava todos os caldeireiros, ourives e pedreiros e os intimava: “Fazei uma estátua de meu amigo.” A estátua foi moldada com grande quantidade de lápis-lazuli no peito e de ouro no resto do corpo. Foi então montada uma mesa de madeira de lei, e em cima dela foram colocadas uma tigela de cornalina cheia de mel e uma de lápis-lazuli contendo manteiga. Gilgamesh as ofereceu ao Sol, e, chorando, partiu” (ANÔNIMO,2001,p.91)

A tristeza e desespero pelo companheiro falecido obrigará *Gilgamesh* a procurar uma solução para o grande sofrimento que aflige todos os seres viventes, empreendendo uma longa jornada em busca da imortalidade. E quando o homem escorpião perguntou ao rei de Uruk três mil anos atrás o motivo da difícil viagem dele, sua resposta não poderia ser mais significativa:

“Por que fizeste tão longa jornada? Por que viajaste de tão longe, cruzando os perigosos mares? Dize-me a razão de tua vinda.”

–“Por Enkidu, a quem muito amava. Juntos enfrentamos todos os tipos de dificuldade. Por causa dele eu vim, pois caí vítima do destino que assola os homens. Chorei por ele noite e dia e me recusava a entregar seu corpo para o funeral. Pensei que meu pranto fosse trazê-lo de volta. Desde sua partida minha vida deixou de ter sentido; por isso viajei até aqui “

(ANÔNIMO, 2001)

Conclusão

Ao abordarmos o vocabulário específico e mormente as imagens inequivocamente eróticas e nupciais (‘noivo’, ‘noiva’, ‘viúva’, ‘mulher’, ‘amar, acariciar’) empregadas para descrever a afeição entre *Gilgamesh* e *Enkidu* na epopeia extraímos um raro vislumbre de romance e amor apaixonado entre pessoas do mesmo sexo na literatura antiga; dentre os elementos do texto destacamos como de particular relevância os sonhos carregados de simbolismos sexuais de *Gilgamesh*, os trocadilhos, ambiguidades e jogos de palavras ocultando significados homoeróticos, o relato sobre um ‘Adão’ criado para ser a alma gêmea de outro homem, as cenas de ciúmes e zelo entre os dois amigos, o rito de irmandade e a formalização da união no templo do sol, a recusa da proposta de casamento da deusa *Isthar*, o luto pelo companheiro morto.

Conforme anteriormente discutido, concluimos que *Enkidu* era o pois o amado de *Gilgamesh* e eles viveram juntos como marido e mulher em *Uruk*, a cidade das grandes muralhas.

Referências

ACKERMAN, Susan. **When Heroes Love: The Ambiguity of Eros in the Stories of Gilgamesh and David.** New York: Columbia University Press, 2005.

ANÔNIMO. **A Epopeia de Gilgamesh.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BOSWELL, John. **Same-sex Unions in premodern Europe.** New York: Vintage Books, 1995.

BÍBLIA SAGRADA. A.T. **Cânticos.** ed. São Paulo: Editora Ave-Maria, 1982. Cap. 4.9, p. 496.

BOTTÉRO, Jean. **Everyday Life in Ancient Mesopotamia.** Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.

GEORGE, A.R. **The Babylonian Gilgamesh Epic.** Introduction, Critical Edition And Cuneiform Texts. Volume II. New York: Oxford University, 2003.

GREENBERG, David F. **The Construction of Homosexuality.** Chicago & London: The University of Chicago, 1988.

NORTON, Rictor. **Paradigms of Same-Sex Marriage in the Long Eighteenth Century.** Presentation given at the “After Marriage in the Long Eighteenth Century” Seminar at the University of Kent, Canterbury, on 4 November, 2011.

KILMER, Anne Draffkorn. A note on an overlooked Word-play in the Akkadian Gilgamesh. In KRAUS, F. R. (org). **Zikir Sumim.** Volumen quintum. Leiden: Nederlands Instituut voor het Nabije Oosten, 1982.

SPENCER, Colin. **Homosexuality: A history.** London: Fourth Estate, 1995.

TORRÃO FILHO, Amilcar. **Tríbadés Galantes, Fanchonos Militantes.** Homossexuais que fizeram história. São Paulo: Edições GLS, 2000.

ANTES DA MULHER: A SUBJETIVIDADE DO CORPO NA FOTOGRAFIA COMO FRENTE DE AÇÃO FEMINISTA

Karla Gonçalves¹

Resumo

Este trabalho disserta acerca do ensaio “Antes da Mulher” (2015), criando relações com a representação do corpo como expressão de uma subjetividade necessária e urgente no que tange à resignificação dos valores de representatividade da mulher na sociedade. O ensaio fotográfico oferece campo para que se problematizem as relações de poder no cenário pós-feminista, principalmente, no tocante ao corpo feminino. Este artigo visa abarcar o conceito de subjetividade nômade feminino aliado com a visão da arte como expressão política do sensível, que é recorte de uma investigação de mestrado, em andamento, no Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, da Universidade Federal de Pernambuco.

Palavras-chave: *Fotografia. Pós-feminismo. Gênero e Sexualidades.*

¹ Karla Gonçalves é recifense, formada em Comunicação Social, Fotografia, pela Aeso Barros Melo e mestranda em Artes Visuais na UFPE. Em suas pesquisas, traça diálogos com o sensível existente no inconsciente, em forma de rastros dentro do processo criativo. É arte-educadora e ministra palestras e vivências sobre criação, arte e sonhos. E-mail: contato.kgfotografia@gmail.com.

1. Resignificando instâncias.

Este artigo paira sobre duas instâncias: a do caráter de continuidade inconsciente dos pesos valorativos, distorcidos, preponderantes numa sociedade que, historicamente, introjeta, além dos códigos que constroem a mulher ideal, o medo, a submissão e a rejeição de seus corpos; e uma segunda que trata a fotografia como instrumento de ressignificação de sentido em direção a um diálogo expressivo, por vezes confundido com pedidos de socorro.

Dessa forma, o ensaio “Antes da mulher”, de minha autoria, é precursor numa série de fotografias que lidam, intimamente da minha relação com a gravidade de ser mulher, ainda numa procura constante em que formulo e ressignifico os espaços e caminhos que galgo, recebendo o refluxo das imposições socioculturais que ditam regras patriarcais as quais, dia a dia, instabilizam a lógica de aceitação que tenho com meu próprio corpo.

Uso-me, então, como experimento no ensaio, onde dou voz ao descontentamento que está além do espelho, que paira sobre os ombros da minha árvore genealógica e que recai fortemente em forma defensiva, questionando a incisão e repercussão de discursos ultrapassados, ditados intermitentemente, pelo machismo que se alonga em nosso tempo.

Com base, ainda no ensaio, construo diálogos com o conceito de subjetividade nômade feminista, trabalhado por Rosi Braidotti (2002) e com as potências existentes no fazer criativo e na fotografia, assinalando a representação do corpo através do sensível, no sentido de observar as vozes que ecoam com mais intensidade e força no momento pós-feminista que vivemos.

Usa-se o termo “pós-feminista” entendendo-se que a reflexão crítica sobre o feminismo, hoje, ultrapassa as problemáticas encontradas no início das lutas e demarcações das mulheres nos anos 60 do século XX. Que, no entanto, continuam, mas deslocam o sujeito “mulher” como centro do feminismo, abarcando identidades não polarizadas entre homem/mulher, feminino/masculino.

Segundo Braidotti (2002) é importante tecer um realinhamento com a criatividade conceitual, sendo necessário um embasamento teórico que abranja questões como a inércia, a nostalgia e outras formas que induzam a uma crítica tendo em vista a condição da história pós-moderna. Tudo isso com a finalidade de manter o foco na importância de aprender a pensar

diferentemente sobre nós mesmos, à procura de reformular nossos processos em relação ao outro.

Nesse sentido, discorro sobre o ensaio “Antes da mulher” criando metáforas entre o passado distorcido, o presente de mudanças, quebras, e um futuro onde visualizo e figuro cenários mais empáticos, não só para mim, mas para todas as gerações de mulheres que estão por vir, tendo como aparato a resolução ou atenuação de desconfortos através da arte.

Na relação *arte – subjetividade – transformação*, entendo o corpo, o sensível, o íntimo e os símbolos que afloram desses elementos, como pontos de partida para a formação da identificação que possibilitará a consciência maior sobre as inquietações trabalhadas na arte. No momento em que o artista consegue promover tais encontros, como disse Jung (2012, p. 83), “a voz de toda humanidade ressoa em nós”.

2. Elucubrações de antes: de fora para dentro.

Encontrei-me, em 2015, num momento em que precisava refazer e criar novos caminhos a fim de entender o meu corpo, minhas obrigações e sentia ser necessário desenterrar as raízes mais expostas dos meus medos para obter uma possível compreensão que só viria após visualizar a profundidade e a urgência de cada uma delas.

Nesse exercício, construí internamente afetos com o feminismo, que me mostraram que os pesos que carregava também afligiam outras mulheres. O corpo perfeito, alimentado e mediado pelos meios de comunicação, discursos religiosos e outros artefatos culturais, domam, pressionam e atingem o psicológico feminino em todas as brechas possíveis. Realizei, portanto, que o processo de aceitação do meu corpo com suas marcas, unicidade, seria uma constante a ser trabalhada de fora para dentro.

Descobri que as raízes que procurava expor eram mais palpáveis do que pensava, pois não pairavam num imaginário abstrato, mas se encontravam na forma de fotografias que descansavam no álbum herdado por minha mãe, que data origem no início do século passado. Em suas páginas, pude entrar em contato com rostos de pessoas desconhecidas, em sua maioria de homens cujas procedências, nomes e histórias tornaram-se perdidos nas gerações pelas quais o álbum passeou.

Barthes (2010, p.172) afirma que “A sociedade procura tornar a Fotografia sensata, temperar a loucura que ameaça constantemente explodir

o rosto de quem olha”. Foi assim que me senti diante dos olhares desconhecidos, atrevidos e dispostos sem explicações maiores nas fotografias: divaguei em elucubrações que me referenciavam apenas o peso intensificado de geração em geração, na importância descabida de prevalecer histórias não contadas, por um fetiche compartilhado culturalmente por aqueles que já foram donos desse álbum.

Nesse sentido, reflito sobre os incômodos causados ao observar as fotografias. Logo, compreendo que derivam do inconsciente, que alertam para a necessidade de uma autoanálise: será que o peso que sinto ao observar tais imagens provém do fato de que, além das imagens guardadas, temos nós, mulheres, nos confinado a deter e dar cabo à perpetuação das histórias que nos fazem reféns de tabus sociais? Existe uma contribuição desses homens que, meros desconhecidos, intervém de forma tão forte a ditar e fazer prevalecer um discurso que põe em voga a cartilha explicativa sobre como ser mulher, em corpo e em mente?

À procura da sublimação de um “corpo perfeito”, que hoje se dirige através da mídia em todos os espaços possíveis de transmissão, é que junto às perguntas e sentimentos anteriores o corpo que não se encaixa nas devidas medidas superficiais dos comerciais de cerveja. Submeto-o ao olhar desses homens e turvo, intencionalmente, a definição das minhas formas corporais, sobrepondo os rostos que desconheço, mas que continuam sendo guardados pelo apego da família.

Susan Sontag (2013, p. 96) divaga acerca do poder da fotografia afirmando que “a sedução das fotos, seu poder sobre nós, oferece, a um só tempo, uma relação de especialista com o mundo e uma promíscua aceitação do mundo” reiterando, logo, os impactos realizados por uma fotografia que se distancia da necessidade de explicação, que se revigora apenas por ser imagem, consumida crua, sem questionamentos, sem lentes, unicamente por ser, ainda, vista como parte de um documento histórico, perdendo seus possíveis diálogos e a geração de novos.

Barthes (2010, p.175), em suas análises, também discorre sobre a (falta de) sensatez dessa fotografia usual, colocando em questão o êxtase fotográfico que se alimenta apenas de uma estética consensual, invalidando e interrompendo outras construções. Finaliza dizendo que “essas são as duas vias da fotografia. Cabe a mim escolher, submeter seu espetáculo ao código civilizado das ilusões perfeitas ou afrontar nela o despertar da intratável

realidade". Logo, visualizar os caminhos sensíveis que apontam para uma realidade que pede por ser mudada dá espaço à verdadeira mudança.

O processo de resignificação parte da incompatibilidade do pensamento com a realidade. Parte da falta de concordância, coesão do sentimento com o mundo material. A observação de insignificâncias que se postergam na história cria a necessidade de metamorfose das formas de pensar e criar. É nessa quebra que o ensaio *Antes da Mulher* se baseia, na busca da subjetividade que desfaz os laços com um passado de dor.

3. A expressão e a subjetividade como frentes de ação.

Sempre acreditei no exercício da fotografia como meio de expressão, que, na maioria das vezes, sequer pede por palavras complementares e explicativas para impactar e criar rastros sensoriais nos expectadores. No entanto, aliei o uso da palavra e da subjetividade para dar ênfase aos questionamentos que floresceram no processo de descobrimento das fotografias dos homens a repousar no álbum de família. Admito tais imagens como sendo símbolos que renderam inquietações acerca dos pesos que perduram na forma de se conceber os ideais sobre o corpo da mulher.

Através das reflexões suscitadas a partir da observação das imagens e do texto componentes do ensaio *Antes da Mulher*, visualizo que, no tocante à subjetividade, lido constantemente com tais símbolos emotivos, ainda não traduzíveis e que, apesar de não terem a roupagem própria do signo, são capazes de revelar os fundos da subjetividade presente nas fotografias. Jung (2012, p.83), referindo-se à imagem arquetípica, que significa genealogicamente, confere que:

Quem fala através de imagens primordiais, fala como se tivesse mil vozes; comove e subjuga elevando simultaneamente aquilo que qualifica de único e efêmero na esfera do contínuo devir, eleva o destino pessoal ao destino da humanidade e com isto também solta em nós todas aquelas forças benéficas que desde sempre possibilitam a humanidade salvar-se de todos os perigos e também sobreviver à mais longa noite.

Abaixo, segue o texto poético, de minha autoria, criado paralelamente, de forma intuitiva, como parte do processo de construção do ensaio, cujas imagens estão dispostas em seguida:

“Apesar de morno e uterino, era frustrante expelir ondas sonoras e não conseguir escutar meus próprios pensamentos... Estavam comprimidos no oco da minha cabeça, em ebulição, prestes a explodir meu psicológico que procurava por ar. O cômodo não era mais local para mim. Precisava mesmo era sair e ver se do lado de fora, encontraria outros espaços. Acordei, após anos de morbidez, dentro de uma piscina calma. Meu corpo encontrava-se totalmente imerso, misturando-se ao cintilar das moléculas de água e ao silêncio enclausurante que o meio me impusera. Mas como toda semente saudável um dia brota por alguma felicidade do destino, avistei uma porção de terra descendo cautelosamente pela água, qual uma bailarina desenrolando-se em passo leve, e me perguntei o que ela estaria fazendo dentro da minha piscina. Saí. Fertilizei-me, mas a visão acostuada ao quadrado da piscina me perseguiu por muitas Eras. Expus-me a um espaço em que era desconcertante sentir meu corpo sem a suavidade e fantasia que a água me trazia. Movia-me com fluidez, mas, ainda assim, era dolorido pisar na terra. Era aterrorizante passear por entre espaços com diferentes criaturas, cheias de fuzuê na cabeça. Quis voltar inúmeras vezes, me pus em questão e perguntei o porquê de aqueles seres andarem com sacolas pesadas a criar calos em suas mãos. Um dia, tomei coragem para perguntar o que havia no interior delas. Me responderam: tijolos. O que seria isso? Observando, percebi que misturavam água e terra, criando tais pedras pesadas. Tinham muito medo de andar sem esses elementos e, assim, carregavam mais do que conseguiam suportar. Um dia, fui apenas água, hoje, ganhei a terra, ainda estou à procura de entender qual o espaço ideal entre esses dois elementos, mas sei que não quero criar mais calos”.

Karla Gonçalves, novembro de 2015.



Figura 3: Antes da Mulher 1
Fonte: a autora



Figura 4: Antes da Mulher 2
Fonte: a autora



Figura 5: Antes da Mulher 3

Fonte: a autora

O feminismo contemporâneo cultiva e entende que as experiências traumáticas do feminino atingem e sensibilizam outras mulheres que lutam, principalmente, por terem suas vozes suficientemente audíveis, a fim de que seus espaços de ocupação sejam preservados e respeitados. É possível dizer, desse modo, que o pós-feminismo percebe o corpo de uma forma diferenciada da reconhecida no início de seus esforços.

Jung (2012, p.83), ao relacionar os temas arte e psicanálise, aborda o significado social da obra de arte, afirmando que “ela trabalha continuamente na educação do espírito da época, pois traz à tona aquelas formas das quais a época mais necessita”. Amplia-se, assim a capacidade de percepção, recepção e compreensão de um dado sentimento, antes latente, inconsciente e íntimo de vários, que passa a ser externo, trabalhado conjuntamente, revolucionando as formas de pensar na sociedade.

Nesse sentido, Braidotti (2002) fala sobre figuração, entendendo o corpo como o mapa político que coloca em evidência a perspectiva de que a auto-imagem passeia por camadas de visão descentralizadas e dinâmicas que mostram o sujeito como uma entidade passível a e constituída por mudanças. Logo, pode-se dizer que o corpo é esse entremeio intercalando o

sujeito e o mundo, que se difunde nos espaços políticos e sociais, através de gestos e representações, sendo capaz de compartilhar, assim, sentimentos que partem de um, mas que atingem e reverberam sobre os outros.

Concebo, portanto, uma tríade que, aliada, pode capacitar, curar e transformar sistematicamente formas de pensamento já não cabíveis. *Subjetividade, políticas de quebra e arte* são os elementos que, associados legitimam o sensível e potencializam as ações de reforma. Suely Rolnik (2006, p. 02), acerca da subjetividade e da arte, observa que:

A especificidade da arte enquanto modo de expressão e, portanto, de produção de linguagem e de pensamento é a invenção de *possíveis* – estes ganham corpo e se apresentam ao vivo na obra. Daí o poder de contágio e de transformação de que é portadora a ação artística. É o mundo que está em obra por meio dessa ação. Não há então por que estranhar que a arte se indague sobre o presente e participe das mudanças que se operam na atualidade.

A subjetividade baseia-se e ganha vida quando associada à arte que dá a ela a visibilidade necessária para que questões inquietantes, por vezes difíceis de serem trabalhadas apenas através da palavra. Precisam, assim, ser reformuladas com a ajuda de outras linguagens, aparatos e ferramentas para que um molde próprio e único crie códigos e novos significados que irão dar cabo de transmitir os sentimentos, de um sujeito para vários. Fayga Ostrower, (2014, p. 125) entende que “Na obra de arte, qualquer que seja o estilo e a época, transparece uma tomada de consciência ante a realidade vivida, ainda que o indivíduo formule sua experiência em termos subjetivos”.

Suely Rolnik (2006) fala sobre um “corpo vibrátil” que se constitui de um conjunto de órgãos sensíveis, capazes de perceber a força da vibração do mundo, apreendendo realidades muitas vezes irreduzíveis. É, nesse fluxo de apreensão, que o sujeito sente a necessidade de encontrar meios diferenciados para exalar as potências captadas. Quando novas sensações se incorporam à textura do sensível, podem se tornar intransmissíveis por meio das representações que dispomos. Por essa razão, vivemos uma crise das referências e saímos em busca de novas formas de expressão, estas, subjetivas.

Observamos, no pós-feminismo, a adoção de políticas de subjetivação que conectam a sensibilidade da arte com as urgências que não conseguem

ser ditas e transformadas a partir dos parâmetros antigos. É por isso que, defendendo-se um feminismo contemporâneo, com novas causas e visões, compreendemos um cenário diferente, onde tais políticas já atuam modificando a história. Esse processo de mudanças também pede que façamos uso da subjetividade a fim de nos adequarmos às novas necessidades que surgem, exercitando a elaboração de outras formas de expressão mais leves e, ao mesmo tempo, intensas.

Concluo esse artigo com o olhar num futuro no qual a arte poderá ser, cada vez mais, aliada primeira das transformações, em que inquietações ao serem compartilhadas, possam quebrar com as repetições repletas de ilusões provenientes de grandes narrativas sobre como viver a feminilidade.

Assim, finalizo com o pensamento de Rosi que avalia o presente, afirmando que “Se a única constante no início do terceiro milênio é a mudança, logo, o desafio consiste em pensar em processos, em vez de conceitos” (BRAIDOTTI, 2002). Entendendo-se processos como os possíveis meios de pensar e expressar os agentes responsáveis por tais mudanças, abrimos um leque gigantesco de possibilidades ao explorar a arte em todas as suas praticáveis.

Referências

BARTHES, R. **A câmara clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, ed. 12, 2010.

BRAIDOTTI, R. **Metamorphosis towards a materialist theory of becoming**. Cambridge: Polity Press, 2002.

BRAIDOTTI, R. **Diferença, Diversidade e Subjetividade Nômade**. *labrys*, estudos feministas número 1-2, julho/ dezembro 2002. Disponível em: < http://www.historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Diferenca_Diversidade_e_Subjetividade_Nomade.pdf >, último acesso: 18/04/2016.

GONÇALVES, K, S. **Antes da Mulher**. Recife, 2015. Disponível em: < <http://www.karlagoncalves.com.br/2015/11/antes-da-mulher.html>>, último acesso em 25/04/2016.

JUNG, C,G. **O espírito na arte e na ciência**. Petrópolis, Vozes, ed. 7, 2012.

OSTROWER, F. **Criatividade e processos de criação**. Petrópolis, Vozes, ed. 30, 2014.

RAGO, M. **Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos**. Depto de História – UNICAMP. Disponível em: < http://www.historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Feminismo_e_subjetividade.pdf> Último acesso: 11/04/2016.

ROLNIK, S. **Geopolítica da cafetinagem**. São Paulo: PUC-SP, 2006. 2 p. Disponível em: < <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Geopolitica.pdf> >, último acesso: 13/04/2016.

SONTAG, SUSAN. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das letras, ed.7, 2013.

POR OUTRA RELAÇÃO CONSIGO MESMO: REFLEXÕES INTRODUTÓRIAS E INTERMITENTES SOBRE O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE NOS DITOS E ESCRITOS DE MICHEL FOUCAULT

Millene Rhayenne Teixeira da Silva¹

Diogo Emmanuel Lucena dos Santos²

Romildo Fellipe do Nascimento Silva³

Resumo

A sexualidade, por ser tema causador de muita polêmica e se apresentar de forma controversa em diversos discursos, ainda é vista como tabu e carrega consigo muito preconceito, gerando dúvidas e curiosidades ao seu respeito. O presente trabalho busca compreender a resistência ao dispositivo da sexualidade a partir de textos de Michel Foucault presentes na Coleção Ditos e Escritos. Como metodologia, tomaremos a pesquisa de revisão literária e caráter exploratório sobre o tema, através de uma análise em livros específicos, facilitando a compreensão deste estudo. Apresentaremos uma reflexão introdutória acerca da literatura sobre o tema do dispositivo da sexualidade na perspectiva Foucaultiana. Sendo assim, o dispositivo da

1 Bacharel em Psicologia pela Faculdade de Ciências Humanas (ESUDA). Especialização em Intervenção em Psicologia Social e Comunitária pela Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE). Endereço eletrônico: millene.rhayenne@gmail.com.

2 Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU). Formação e Especialização em Terapia Cognitivo-Comportamental em Saúde Mental pelo Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (IPq HCFMUSP). Endereços eletrônicos: emmanuel_lucena@hotmail.com.

3 Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU). Formação e Especialização em Terapia Cognitivo-Comportamental em Saúde Mental pelo Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (IPq HCFMUSP). Endereços eletrônicos: fellipepsicologo@live.com.

sexualidade, funciona através das relações de poder, como uma estratégia de produzir cada vez mais e de modo universal o comportamento e as manifestações do sexo.

Palavras-Chave: Dispositivo Sexualidade, Gênero, Sexualidade, Michel Foucault.

Introdução

A sexualidade é um assunto complexo e que há muito tempo provoca controvérsias, polêmicas, curiosidades e dúvidas, etc. Tendo em vista essas controversas e sua complexidade, é possível perceber que este tema ainda é visto como um tabu para muitos e carregado de preconceitos. Portanto essa pesquisa proporcionará reflexões sobre o tema, ampliando nosso conhecimento e construindo novas possibilidades de problematiza-lo.

Para Louro (2000), a sexualidade apenas não profere como algo reservado ou íntimo, pois ela é uma construção que vai se organizando através das experiências e relações sociais ao longo de nossas vidas, isto é, não nascemos, biológica nem culturalmente, destinados a esta ou aquela forma de viver a sexualidade, nossos prazeres ou amores.

Aprendemos quase sempre de modo arbitrário, por meio de mecanismos socioculturais como escola, igreja, mídia, política, movimentos sociais etc., o que podemos e não podemos quando o assunto é sexualidade, essas questões nos faz refletir o quanto esse tema pode ser problematizado de formas antagônicas, tendo em vista nossa geração, nossa cultura, nossos valores.

Segundo Rios (2011) a sociedade idealiza (culturalmente, valoramente, religiosamente) que o homem “ajustado” é aquele que possua um pênis, sintase masculino e se comporte conforme algumas expectativas (embora nem sempre cumpram todas elas) deseje uma mulher portadora de uma vagina e utilize-se de práticas sexuais com ela. Percebemos assim a heterossexualidade implícita, compulsória, concebida como o natural, conseqüentemente a invisibilidade das mais diversas formas de expressar a sexualidade e o desejo.

Embora a sexualidade seja um objeto multifacetado, complexo quanto a sua existência ou mesmo organização, existe aqueles conhecimentos que estão sobrepostos a outros. A sexualidade, desta maneira, como afirma Louro (apud FOUCAULT, 2000) vai se construir a partir de diversos discursos, onde esses vão regular, normatizar, produzir verdades, isto é, a sociedade produz tudo e afasta aquilo que foge ou não se enquadra no “normal” a partir de diferentes e fragmentados mecanismos de controle social.

Todavia, este trabalho diz respeito ao pensamento de Foucault (2004), para o qual a sexualidade é antes de tudo uma escolha experiencial que podemos fazer com nossos corpos. Noutros termos, ela pode ser uma escolha

livre, um forma que adotamos para construir uma vida e assim poderemos usufruí-la de forma mais criativa. O sexo é uma oportunidade de apreciar novas possibilidades.

Metodologia

Na intenção de compreender a finalidade deste presente trabalho, usaremos como meio de estudo a pesquisa de revisão bibliográfica de caráter exploratório para melhor problematização do tema do dispositivo da sexualidade numa perspectiva foucaultiana.

As pesquisas exploratórias oferecem ao leitor maior intimidade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito (GIL, 2010). Para isso utilizou-se materiais para fontes de pesquisas como livros e um levantamento textual a partir da *Coleção Ditos e Escritos*.

Resultado e discussão

História da Sexualidade: hipótese repressiva

Durante séculos a sociedade acreditou que era preciso esconder coisas do sexo porque eram consideradas vergonhosas e secretas, pois através do sexo podia se descobrir verdades sobre o sujeito, acreditavam que nele existia algo de misterioso e secreto e que era preciso ocultar, negar (FOUCAULT, 1982).

A ideia de tratar o sexo como segredo acompanhou por muito tempo a sociedade. Pouco se era falado e permitido, as pessoas tinham medo, vergonha em falar abertamente deste assunto e expor suas intimidades, por isso calavam-se, travavam-no como segredo.

Destaca o autor que paralelamente a sociedade vive presa em uma imensa e insaciável curiosidade a falar e ouvir, questionar, interrogar o sexo (FOUCAULT, 2007). Neste sentido, podemos identificar claramente até mesmo em nossa cultura. O sexo é consultado para responder nossa forma de ser numa sociedade, uma vez que ele é colocado em uma posição de soberania e ocupa grande espaço em nosso cotidiano.

O sexo e seus efeitos talvez não sejam simples de interpretar, porém sua repressão foi facilmente observada, sendo ele reprimido, isto é, fadado

à proibição, simplesmente falar dele e de sua repressão possuía um ar de violação deliberada (FOUCAULT, 2007).

Mesmo o sexo sendo assunto complexo, o autor afirma que sua repressão foi naturalmente percebida e isso provocou certo temor, ao falar sobre sexo, as pessoas se remetiam a um ato de transgressão, por isso por tanto tempo foi tratado como segredo.

Numa época de hipocrisia burguesa, falar da sexualidade seria como seguir um discurso findando a falar a verdade sobre sexo e retroceder a lei que o rege, isto é, dizer que entre o sexo e o poder não existe repressão seria contrariar, ir de frente a todos “interesses” discursivos que o sustentam (FOUCAULT, 2007). Foucault pretendeu dizer que por trás de uma ideia repressiva existe toda uma lógica de interesses, que vão sustentar e dar veemência a quem se coloca a falar sobre o sexo.

Conforme afirmou Johanna Oksala (apud FOUCAULT, 2011) o que caracterizou o comportamento da sociedade hoje em relação ao sexo, não foi apenas a repressão, mas o fato da sexualidade ter se tornado objeto de discurso. A sexualidade estava atrelada à verdade e esses discursos atestavam a verdade sobre nós mesmos através de nossa sexualidade. Assim, esses sujeitos são forçados a declarar a verdade sobre si, admitir, confessar detalhes de sua sexualidade, caracterizado pelo dispositivo da confissão.

Percebemos que esses discursos se estabelecem como uma verdade, e atuam como verdade na vida de desses sujeitos, logo esses sujeitos tornam-se a mercê desses discursos que lhe obrigam a confessar intimidades sobre sua sexualidade.

Segundo Foucault (1979), este tipo de discurso é, na verdade, uma extraordinária ferramenta de controle, onde se busca que os sujeitos revelem e confessem sua sexualidade, assim utilizam-se disso para dizer o que as pessoas sentem, dizem, acreditam. Esses discursos vão, afinal, criar suas verdades para manipularem os comportamentos dos sujeitos na sociedade. Através desses discursos que, na intenção de criarem essas “verdades”, possivelmente podem conduzir toda vida social desse sujeito.

Foucault (2007) destacou um ponto importante. Não seria bem determinar se essas produções discursivas e esses efeitos de poder levam a formular a verdade do sexo, ou arbitrariamente mentiras destinadas a ocultá-lo, mas revelar a vontade do saber que lhe serve ao mesmo tempo de suporte e instrumento.

Em outras palavras, o autor pretende suscitar que a vontade do saber seria peça fundamental para essa toda relação entre a repressão e a incitação do sexo, o desejo pela verdade e ao que induzira a ser ocultado.

Relações de Poder

Vivemos num sistema em que a grande maioria da população caminha no compasso da verdade, ou seja, produz e faz girar discursos que funcionam de forma confiável (FOUCAULT, 1979). Notamos que ainda hoje há uma valorização, respeito e temor da sociedade daquele que esteja em posse “do poder”, isto é, multiplicam discursos em que estes “donos do poder” pronunciam, confiam inteiramente nesses discursos e fazem disso uma verdade para sua vida.

Segundo Foucault (2007), o poder antes de tudo era aquilo que ditava à lei no que se referia ao sexo, simplificado por esta lei que diz o que é permitido e proibido. Logo se entende que o sexo corresponderia e seria determinado a um princípio e/ou discurso que é posto pelo poder, ora, o sexo também era um efeito desse discurso de poder, portanto logo nos tornamos sujeitos pra sociedade a partir do nosso sexo. Isto é, somos considerados um sujeito do sexo, vivemos nessa rede de ser sempre um sujeito assujeitado. (FOUCAULT, 2007).

De fato, somos todos conduzidos em uma sociedade pelas leis, neste sentido, a lei diz que o sujeito deve manifestar uma identidade sexual de acordo com sua condição biológica, dessa forma, nos tornamos um sujeito advindo, fadado ao nosso sexo.

O discurso apresentado a respeito da sexualidade fazia deste modo, uma dedicada defesa de libertação sexual. Gerou-se assim, uma ideia de que era preciso libertar a verdadeira sexualidade dos poderes repressivos. Curiosamente a ideia de libertar a sexualidade estaria relacionada ao poder como opressor, logo, a sexualidade deveria ser liberta desses poderes (FOUCAULT, 2011). Dessa forma, o poder que tinha uma função de oprimir e governar uma sociedade provocou um desejo de libertar a sexualidade desde poderes repressivos.

Entretanto, Foucault (2011) teve de contrapor a relação entre sexualidade e poder repressivo e reconhecer a natureza do poder afirmando que o poder não era verdadeiramente repressivo, mas produtivo, ou seja, através de práticas normativas culturais e discursos científicos produziam as maneiras

de como concebíamos a sexualidade, por outro lado, essas práticas normativas que se manifestam através de forças políticas, midiáticas, religiosas, científicas etc. Por sua vez vão promover formas de como se estabelece uma identidade social ou uma prática sexual através de sua legitimidade.

Para Foucault (apud Pierre, 2003), é preciso problematizar o poder. O conceito de poder não institui uma soberania política ou um modo padronizado de condicionamento ou talvez uma predominância social, mas a multiplicidade das relações de forças imanentes ao lugar em que se exercem e são constitutivas em sua organização. O poder não existe pertinente a uma repressão na tentativa de tornar o sujeito submisso a ele, é preciso entendê-lo como uma construção de relações, forças e ao contexto em que será exercido e organizado, o poder atua mais produzindo ao que pensam estar reprimindo.

Não é a repressão o nome que deve se usar para compreender o poder, ele não está numa posição de soberania para determinar a conduta dos sujeitos, mas em um contexto de relações que vão dar-se entre eles.

O poder não é algo que seja adquirido ou tomado, nem tem papel de proibir, o poder é e sempre age sendo exercido, onde quer que entre em ação. As relações de poder nunca estão em posição de exterioridade, isto é, as relações de poder são inerentes às relações sociais (FOUCAULT, 2011). É preciso compreender a lógica do poder e toda sua dinâmica, o poder não proíbe, produz. Toda relação social se dará pela atuação de quem o exerça.

Neste sentido, Foucault (2011) acrescenta em sua fala que as relações de poder atravessa um corpo de uma sociedade e ao mesmo tempo são intencionais, onde possui uma série de interesses políticos, econômicos. O poder só existe pela atuação de quem o exerça e o resista, eles estão sempre imanentes um ao outro, numa relação fluida de trocas e mobilidade, eles transitam em todo corpo social.

As visões e experiências a respeito da sexualidade são sucessivamente de fato efeitos de combinações culturais e mecanismos de poder, não podem existir independentes destes. O desafio de libertar a sexualidade era uma ideia fundamentalmente equivocada, pois não havia sexualidade a se libertar (FOUCAULT, 2011).

Toda construção e concepção referente à sexualidade não podem ser compreendidas separadamente de um efeito cultural e relações de poder, pois estas são o ciclo das relações sociais, por isso não há o que se libertar.

Dispositivo da Sexualidade

Nas relações de poder a sexualidade não seria o componente mais rígido e sim o mais dotado de instrumentalidade servindo de apoio para alternadas estratégias. Foucault (2007) apontou quatro saberes que pudessem descrever: essas estratégias: histerização do corpo da Mulher; pedagogização do sexo da criança; socialização das condutas de procriação e a psiquiatrização do prazer perverso.

Essas grandes estratégias fazem deixar nas entrelinhas a ideia de manter a reprodução, logo, a heterossexualidade, concebida como “normal”, que indicaria a valorização e preservação da espécie, e abominação de qualquer outra manifestação do sexo fora do “normal”.

A sexualidade poderia ser nomeada como um dispositivo histórico, ou seja, uma grande rede em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a suscitação do discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se entre si, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder (FOUCAULT, 2007). Haveria no dispositivo da sexualidade grandes interesses que sustentavam todas essas estratégias.

Foucault (2007) afirmou que as relações do sexo abriram espaço na sociedade para um dispositivo de aliança, marcado pela valorização do matrimônio, das relações parentais. O dispositivo da aliança tinha um papel de manter o corpo social definindo o que era permitido ou proibido.

Em outras palavras, o dispositivo da aliança, estaria interessado a uma intensificação dos corpos, no qual o elemento chave era a reprodução, com o interesse de manter as relações sociais e o perpetuamento da espécie.

Neste mesmo sentido, Foucault afirma que este dispositivo começou a perder espaço, logo a sociedade deu lugar a um novo dispositivo: o da sexualidade, na qual se sobrepõe as alianças. O dispositivo da sexualidade, diferente das relações de aliança que presava a reprodução, funcionava se multiplicando, penetrando nos corpos, controlando de modo mais universal o comportamento da população (FOUCAULT, 2007).

O dispositivo da sexualidade funcionava com essa estratégia de controle cada vez mais propagada do comportamento e manifestação do sexo da sociedade, o dispositivo da sexualidade não privilegiava a reprodução, mas o corpo como objeto das relações de poder.

Ao longo dos grandes discursos que se formou pelo dispositivo da sexualidade, Foucault percebeu a formação de uma nova ideia de sexo independente, que ultrapassava a questão fisiológica do corpo, das sensações, dos prazeres (FOUCAULT, 2007). Este novo conceito de sexo que estava se formando quebrava com as concepções que o sexo estaria apenas atrelado a uma ordem orgânica.

No dispositivo da sexualidade suscitou em seu funcionamento essencial com a invenção deste sexo, o interesse pelo desejo de possuir, descobrir, libertar, pronunciando em seus discursos, transformando-o em verdade, o sexo assim era desejável (FOUCAULT, 2007).

É justamente neste ponto que o autor acredita ser importante instaurar uma inversão tática a fim de desativar os mecanismos da sexualidade e do sexo como libertador. Tal processo de desativação efetiva-se através da relação que sujeito estabelece consigo mesmo, mas não no sentido da descoberta da verdade do seu sexo e, por conseguinte, da verdade sobre si mesmo, mas no sentido de processos de dessubjetivação ou desindividualização.

Portanto, para Foucault, o ponto de resistência contra o dispositivo da sexualidade não seria o sexo-desejo, mas os usos dos corpos e os prazeres (FOUCAULT, 2007). Neste sentido, precisamos investigar o que o autor quer dizer quando se refere em desativar o dispositivo da sexualidade, assim como quando se refere ao uso dos corpos e prazeres como ponto de desindividualização contra o naturalizado acerca da sexualidade.

Um Contraponto ao Dispositivo da Sexualidade

A partir disso como seria possível surgir um sujeito que consiga resistir a esse processo do dispositivo da sexualidade? Onde esse sujeito não seja subserviente ou assujeitado a uma identidade, mas um sujeito que a partir de um modo de ser ou existir faça com que esse dispositivo entre em curto-circuito, falhe, deixe de funcionar ou se modifique, como o próprio autor se referia. Entretanto, o autor é enfático, ele não é destruído. As relações de poder permeiam em todo corpo social, não se trata de uma relação de dominação, mas sempre estaremos numa batalha com ela, resistimos a este processo toda vez que simplesmente não estamos de acordo com alguma situação, assim nos utilizando das relações de poder. A resistência quando em ação requer que a situação de não aceitação se modifique, essa troca

acontece de forma fluida, isto é, as relações de poder e a resistência estão imanentes um ao outro, numa relação fluida, de trocas e mobilidade.

Veja que se não há resistência, não há relações de poder. Porque tudo seria simplesmente uma questão de obediência. A partir do momento que o indivíduo está em uma situação de não fazer o que quer, ele deve utilizar as relações de poder. A resistência vem em primeiro lugar, e ela permanece superior a todas as forças do processo, seu efeito obriga a mudarem as relações de poder. Eu penso que o termo “resistência” é a palavra mais importante, a *palavra-chave* dessa dinâmica (FOUCAULT, 2004, p. 286).

Quando analisamos a forma de como as pessoas tem vivenciado sua sexualidade, verificamos que ela tornou-se uma das fontes mais produtivas de nossa sociedade e de nosso ser (FOUCAULT, 2004). É exatamente neste ponto, que o autor se refere ao nosso comportamento, nosso modo de ser na sociedade e no mundo, a maneira de viver nossa sexualidade, como produto de uma influência “camuflada”.

A ideia que a sociedade espera que cada sujeito possua ou exerça um verdadeiro sexo numa obstinação que apenas valha a realidade dos corpos e o direcionamento dos prazeres, a partir disso, manifeste uma identidade sexual, de fato, esta ideia está longe de se findar. A grande questão é que se mantém um conceito que entre sexo e verdade existem relações complexas e confusas (FOUCAULT, 2006).

Dessa maneira apenas a condição fisiológica do sujeito vai ser relevada, e o desejo, descartado, logo, a sociedade acredita que é preciso ter uma coerência do comportamento entre a as esferas da vida do sujeito: social, biológico, psicológico. As práticas que não correspondem à harmonia dessas esferas são consideradas uma ofensa à verdade.

De fato, vivemos num mundo legal, social, institucional na qual as únicas relações possíveis são extremamente planejadas e empobrecidas, por exemplo, as relações matrimoniais e/ou parentais. Não dão espaço para outras possibilidades de relações, porque um mundo relacional rico seria extremamente difícil de administrar (FOUCAULT, 2006).

Neste sentido, o autor referido destaca que as relações, estas estabelecidas como padrão, são relações pobres, esquematizadas que são sustentadas por uma série de interesses, onde reforçam a reprodução e a heteronormatividade. Deste modo quaisquer outras relações produzidas fora deste padrão, seriam afastadas, pois estas implicariam um trabalho custoso.

Do ponto de vista de Freitas (2009), o modo de enfrentamento dessas questões se encontra nas práticas de si, onde compreende uma mudança do modo de vivenciar e experimentar no mundo práticas de busca de nós mesmos, assim o sujeito deixa de ser pensado apenas como o fruto dos sistemas de saber-poder em que o indivíduo exerça uma identidade imposta.

Compreendem-se as práticas de si como um caminho para fugir e confrontar esse sistema poder-saber que limita a vida do sujeito, portanto o cuidado de si objetiva transformações, uma quebra com o vínculo na vida daqueles que exercem uma identidade estabelecida e sugerida por esse sistema. As práticas de si valorizaram aos modos de vida que alimentam a liberdade do sujeito.

As relações que devemos estabelecer conosco mesmos não são relações de identidade, onde selecionamos ou desvendamos o que está de acordo e o que não está com ela, devemos sim, estabelecer relações de diferenciação, invenção, inovação (FOUCAULT, 2004).

A identidade, dessa forma, mesmo que faça parte de nossa existência, não deve responder nossa subjetividade quanto sujeito ou devemos consultá-la quando nosso comportamento está ou não coerente a ela, esta necessidade de se afirmar como identidade se aproxima ao dispositivo da sexualidade. Não podemos nos constituir por estas relações, mas devemos escapar destas, buscar em si mesmo relações que permitam novas possibilidades de criação, de diferenciação, de inovação, isto é, o processo de dessubjetivação quanto à nossa identidade.

Contudo Foucault (2010) destaca que “o problema não é descobrir em si a verdade de seu sexo, mas antes, empregar a sexualidade para se chegar à multiplicidade de relações intensas” (FOUCAULT, 2010, p. 348).

Após a leitura do texto *Da amizade como modo de vida* é possível pensar que não é o sexo que vai dizer quem seja o sujeito ou através dele podemos descobrir verdades sobre nós mesmo quanto nossa identidade, mas deve-se usar a própria sexualidade para alcançar relações de intensidade e transformação, relações que podem romper/causar curto-circuito com esses sistemas institucionalizados, que impendem que exerçamos nossa liberdade.

Muitas vezes, a sociedade compreende o comportamento sexual a superposição, de um lado os desejos da carne, e, por outro, leis que permitem ou restringem o que se deve e não deve fazer, mas que isso, o

comportamento sexual é a consciência de que se faz, da maneira como se vive tal experiência, do valor que se lhe atribui (FOUCAULT, 2014).

Frequentemente a sociedade considera o comportamento sexual de acordo com seus próprios conceitos, limitados ao que alcança as suas perspectivas e crenças, mas é preciso relevar também além do que podemos enxergar: a consciência, nossas experiências vividas do valor que agregamos a ela.

Não podemos valorizar um discurso pela segurança que seu efeito traz, o problema é que não questionamos o reflexo desse discurso na sociedade e nos achamos obrigados a falar nele. Não é porque se profere algo em uma sociedade que deva ser admitido (FOUCAULT, 2014).

A sociedade repete e acredita em discursos que funcionam como verdade, assim multiplicam esses discursos sem pestanejar. Essa intenção de coagir os sujeitos a reproduzirem esses discursos é onde se instala o dispositivo, uma verdadeira forma de produzir o comportamento social.

Acredita Foucault (2004) que um dos fatores de estabilização será a invenção de novos estilos de vida, de relações, de amizades nas sociedades, uma cultura de novas formas que se organizem através de nossas escolhas sexuais, éticas e políticas. Devemos nos afirmar não somente enquanto identidades, mas enquanto força criativa.

É preciso buscar, encontrar, criar novas possibilidades e formas de viver, buscar novos modos e estilos de vida, que fujam dos padrões normativos sociais. Através de nossas escolhas, criar uma nova cultura, um novo meio de viver nossos prazeres. É muito importante usar nossos corpos como possibilidade de uma fonte de multiplicidade de prazeres. Quando analisamos, por exemplo, a organização clássica do prazer, conclui-se que os prazeres da carne são sempre a bebida, a comida e o sexo, e aí que se limita a compreensão dos corpos (FOUCAULT, 2004).

É comum em nossa cultura considerarmos que os prazeres físicos estão atrelados a uma necessidade básica, certamente, este é um conceito pobre que nos limita apenas a um prazer de ordem biológica, e nem só dele nos constituímos, o ideal é que se use, experimente através de nossos corpos, diversas outras maneiras para que se obtenha o prazer e fazer disso um estilo de viver.

De fato, todo mecanismo de resistência provavelmente será envolvido pelo poder, por isso, em verdade, a resistência precisa funcionar antes de

tudo como um processo de dessubjetivação, ou seja, produzir ranhuras na busca ou na imposição das identidades.

Então Foucault (2010) indica “o que se deve trabalhar não é tanto para e liberar nossos desejos, mas para tornarmo-nos infinitamente mais propensos ao prazer. É preciso escapar das fórmulas feitas” (p. 350). É nesse ponto que o autor encontra um contraponto ao dispositivo e uma forma de resisti-lo, de desativar o dispositivo da sexualidade, não partindo de uma identidade ou das capacidades biológicas, mas ao uso dos corpos e prazeres.

Possivelmente estamos longe de uma cultura de restrições, mesmo sendo esta tão desejada, um ponto que deve ser destacado é se esses sistemas de obrigações que acometem uma sociedade permite que os sujeitos sejam livres para modificá-lo (FOUCAULT, 2014).

A liberdade vem sendo desejada cada vez mais por uma sociedade caracterizada pela restrição, proibição e opressão, fadada aos sistemas de obrigações. Mas é preciso considerar que esta sociedade deva, ou pelo menos deveria permitir que os sujeitos fossem livres para transformar esses sistemas e viver de forma mais independente.

Conclusão

É sabido que a sexualidade é um tema complexo, extenso e problematizado de formas avessas, devido a uma variedade de saberes que se manifestam de acordo com suas especificidades, esclarecendo dúvidas, curiosidades que geram ao seu respeito. Certamente, todos esses discursos se constroem e organizam, produzindo verdades sobre a sexualidade, o sexo etc.

O dispositivo da sexualidade, por sua vez se implanta nesses discursos e funciona de modo cada vez mais universal, utilizando-se das relações de poder para controlar e determinar o comportamento sexual dos sujeitos, sugerindo formas de como esses sujeitos devem se portar em suas relações sociais, sua identidade e subjetividade.

Desse modo, esse trabalho não pretendeu esgotar o tema proposto, mas provocar e aguçar o interesse de maiores alargamentos e contribuições, sobretudo para os profissionais de Psicologia, aonde os mesmos venham ter este conhecimento, desmistificando conceitos, quebrando tabus que se geram ao seu respeito, com o principal interesse em acolher, compreender e até mesmo incluir essa população que muitas vezes é afastada, excluída e mal representada pela sociedade em geral.

Referências

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos, volume V: Ética, Sexualidade e Política**/ Michel Foucault. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos, volume VI: Repensar a Política** /Michel Foucault. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos, volume IX: Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade**/Michel Foucault. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita**/Michel Foucault; tradução de Irley Franco. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. 18. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**/Michel Foucault. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCALUT, Michel. **Uma Entrevista: Sexo, Poder e a Política de Identidade**. Verve. São Paulo, n. 5, p. 260-277, 2004.

FREITAS, Alexandre Simões. O cuidado de si como articulador pedagógico da cultura de paz. In: Pelizzoli, M. (Org.) **Cultura de Paz: Alteridade em Jogo**. Recife: Universitária da UFPE, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. et al. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, G. (Org.) **O corpo Educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

OKSALA, Johanna. **Como ler Foucault**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

PIERRE, Billouet. **Foucault/Pierre Billouet**. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

RIOS, Luís Felipe. et al. **Psicologia e Diversidade Sexual**: Desafios para uma Sociedade de Direitos/Conselho Federal de Psicologia, CFP. Brasília, 2011.

A PERCEÇÃO DE GAYS SOBRE A APRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE HOMOSSEXUAL

Paôla Kessy de Souza Belo¹

Bianca Jorge Sequeira²

Perla Alves Martins Lima³

Resumo

Objetivo foi a investigação da elaboração da identidade de homossexuais masculinos. Refere-se a uma pesquisa de campo, qualitativa, com survey, transversal, e subsidiada através de entrevista semiestruturada pessoal, permitida por Comitê de Ética em Pesquisa. Contou com a participação de 8 homossexuais masculino, captados através de uma Associação. Percebeu-se que todos os participantes já se apresentaram como homossexual em algum momento, em geral para suas famílias. Entretanto, demonstram que a necessidade foi esporádica e momentânea, assim encontra-se a desnecessidade do *coming out*. Contrariando a literatura, interrogando o *coming out* como algo necessário para considerar uma identidade consolidada. Sabemos que há uma ambivalência, pois homossexuais se assumem cada vez mais, e pelas expectativas apresentam dificuldades. Por fim, que se trata de um tema bastante discutido, mas temos que acompanhar suas variações e aprofundar nos entendimentos.

1 (Pesquisadora) Psicóloga pela Faculdade Cathedral e pós-graduanda pela UNINTER em Saúde e Bem estar.

Email: paolabelo.psi@gmail.com

2 (Orientadora) Biomédica, Mestra e Docente da Faculdade Cathedral.

3 (Co-orientadora) Psicóloga pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Doutorando pela UFAM, Docente da Universidade Estadual de Roraima.

A construção identitária da homossexualidade é envolvida por incompreensão na qual prevalece um processo confuso, estudiosos passaram a concentrar-se em pesquisas sobre a formação de identidades vulneráveis, nesse caso, relacionado a orientação sexual. Ainda assim, a literatura se mostra escassa para atender as demandas discursivas acerca do tema.

A homossexualidade é alvo de debates oriundos de problemáticas sociais, políticas, da saúde e outras mais. Entretanto, considera-se que há discussões que não estão expostas, e ainda há um peso relevante desses questionamentos esquecidos sobre o contexto geral da situação. Quando levantamos essa problemática, queremos ressaltar a necessidade de olharmos para homossexualidade como a singularidade de uma determinada pessoa, e questionarmos sobre os processos intrínsecos ao indivíduo em conjuntura a sua sexualidade. Ponderando dessa maneira, adotou-se como objetivo a investigação do processo de elaboração da identidade de homossexuais masculinos, tentando compreender os sentimentos que se instalaram nos indivíduos perante a concepção de serem homossexuais, como também os fatores influenciadores durante o processo e como eles se desenvolveram.

Visto a essência da pesquisa, alguns esclarecimentos são necessários para realizamos um entendimento plausível sobre as considerações que serão sucedidas posteriormente. E como primeiro apontamento, precisamos entender as definições sobre identidades, autores afirmam que identidade é um estereótipo assumido pelo próprio sujeito para se representar no contexto social, enfatizando que deve ocorrer essa apropriação do estereótipo diante da sociedade (PEREIRA; AYROSA; OJIMA, 2006 e PEREIRA; LEAL, 2005). E como sabemos, viver em sociedade é estar exposto e submetido às influências do meio, que pode ser arraigada de negativismo ou positivismo, conforme Pereira e Leal (2005). É importante entender também que as identidades estão em constante desenvolvimento por sugestão das influências psicossociais.

Absorvendo essa linha de raciocínio, identidade sexual é exposição da orientação sexual no contexto social. E de acordo com Taquette et al. (2005) a bagagem acerca da experimentação sexual, afetiva e amorosa é a responsável pela construção da identidade sexual, e que em geral ocorrem e se começam na adolescência, principalmente pelas mudanças biológicas proporcionadas.

Dessa maneira, torna-se necessário falar sobre a adolescência. Sabemos das alterações realizadas pela puberdade, que naturalmente eleva

as manifestações da sexualidade e a anciã por novas vivências a fim de saciá-la. Costa e Fernandes, (2012) apontam também alterações psicológicas, de comportamento, de sociabilidade e de papéis, caracterizam ainda que a adolescência é a fase responsável pela transformação de uma criança para a fase adulta. Zacarés (1997) apud Schoen-Ferreira et al., (2003) ainda salientam que as identidades estão em formação por toda a vida, mas é na adolescência que suas bases são concretizadas.

E nas relações, na percepção do desejo pela pessoa do mesmo sexo, e na confirmação da orientação sexual, não conseguimos classificar demarcações exatas. O homem é cercado de variáveis, uma essência absolutamente inata e endógena, contudo reflexões sobre a contextualização de realidades semelhantes de diferentes fontes de pensamento são necessárias para criar intermédio comum para aqueles que ainda se encontram em instabilidade. Tomando essa concepção, aplicamos a metodologia a seguir para subvenir a investigação.

Metodologia

Este estudo refere-se a uma pesquisa qualitativa, com survey, transversal, caracterizada por pesquisa de campo e subsidiada através de entrevista semiestruturada pessoal. Que fora sujeitada e permitida por Comitê de Ética em Pesquisa.

Sujeitos da pesquisa

A pesquisa contou com a participação de 8 homossexuais do sexo masculino, de faixa etária 34 anos (média), no qual todos são pertencente a um relacionamento estável e possuem nível de escolaridade entre médio e superior. Os mesmos foram captados através da Associação Roraimense pela Diversidade Sexual – Grupo Diversidade, fundada no Estado de Roraima em 2003 com o intuito de pleitear e proteger os direitos dos indivíduos não heterossexuais, ofertar suporte jurídico, psicológico e assistencial, como também articular com a sociedade de maneira preventiva sobre à homofobia e a discriminação viabilizando diálogos em escolas.

Devido ao questionamento sobre a individualidade e particularidade, aos participantes foram assegurados o direito de desistência a qualquer

momento, como também da ética, reverência e o caráter confidencial. Por isso o pesquisador agiu de forma ponderada e imparcial.

Instrumento

Adotou-se como ferramenta da entrevista individual semiestruturada: Anamnese: com o propósito de analisar o indivíduo e seu todo; Levantamento Socioeconômico: na finalidade de perceber o contexto socioeconômico dos participantes; e Roteiro de Entrevista: formulado na intenção de abarcar as indagações do projeto de pesquisa. O mesmo é constituído por 4 (quatro) eixos temáticos (Autopercepção do ser homossexual, Identificação do meio, Autoaceitação, e Apresentação), cada um possui questionamentos de base, no intuito de cada qual investigar um determinado fator do desenvolvimento da identidade homossexual. Devido à existência de fatores diferentes, neste artigo nos conteremos a apresentação dos resultados do eixo Apresentação, que objetivou abordar se há a necessidade da apresentação da identidade para a sociedade, para o fortalecimento da mesma, e como o indivíduo percebe essa apresentação (positiva ou negativa).

Procedimentos

Após o Comitê de Ética em Pesquisa autorizar, os participantes foram estabelecidos por recrutamento, e foram sujeitos a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Posteriormente, iniciaram as entrevistas em horários combinados entre os participantes e o entrevistador; ocorreram-na numa Clínica de Psicologia de uma unidade de ensino superior, as entrevistas foram gravadas e submetidas à transcrição, e tiveram duração de 50 minutos cada e aconteceram em somente um encontro.

Análise de Dados

O método adotado para a análise dos dados foi a Análise de Conteúdo sugerido por Bardin (1977), que propõe a fragmentação de dados, no qual posteriormente permite uma análise sistemática dos dados, que percebe a recorrência de unidades de registro que apresentem características comuns, assim criando categoria (MINAYO, 2009).

Resultados e Discussão

De acordo com a análise de dados proposta, os dados serão apresentados por categorias, a Apresentação como grande categoria já estabelecida pelo projeto de pesquisa e as subcategorias achadas na análise. Essas subcategorias serão apresentadas individualmente a seguir:

Desnecessidade do Coming Out

Ao decorrer das entrevistas, foi perceptível que todos os participantes já se apresentaram como homossexual em algum momento das suas vidas, em geral a maioria sentiu necessidade de se apresentar para a família (o que será apresentado na próxima categoria). Entretanto, todos demonstraram que essa necessidade de apresentação foi esporádica e momentânea e que parte dos sujeitos demonstra a desnecessidade do *coming out* (termo em inglês que refere a “saída do armário”) principalmente para a sociedade, como podemos ver nas falas a seguir: “Eu nunca precisei falar pra ninguém que eu sou Homossexual. Eu vivo minha vida do jeito que eu acho coerente. Eu não acho que é legal você como gay andar se expondo no meio da rua ou em um lugar público, da mesma forma que eu não acho que tenho que estar me escondendo” (Sujeito 7) e “Senti pra minha mãe. Pra sociedade até hoje eu não sinto essa necessidade, até porque não precisa. Eu acredito que não tem o porquê as pessoas dizerem” (Sujeito 5).

O *coming out* segue em conceito a linha de entendimento da definição de identidade, no qual já vimos anteriormente, portanto seria o momento de apresentação da identidade homossexual para as pessoas, Teixeira et al. (2012) e Vieira e Peres (2015) comentam que para os autores, essa fase envolve tanto a autoaceitação quanto a sua exposição para a sociedade, pois assinala que a fase do *coming out* é “um processo de reconhecimento dos sentimentos e afetos homoeróticos ou de pertencerem a outro gênero diferente do culturalmente esperado para o seu sexo biológico, para si mesmo e para os outros (TEIXEIRA et al., 2012, p.21)”.

Os sujeitos desta pesquisa não partilham por completo dessa definição, pois apesar de reconhecerem os desejos, sentimentos e emoções para com o mesmo sexo e ainda absorverem a homossexualidade como sua orientação sexual ideal no que diz respeito às suas felicidades no âmbito geral da vida, eles não reconhecem que necessitam da apresentação das

suas sexualidades para sociedade no intuito de ser um homossexual ou até mesmo ser um homossexual bem resolvido. Carneiro (2006) aponta

que “revelar(-se) é, pois, uma necessidade inerente à consciência de si, às trocas relacionais significativas e genuínas, à construção de uma intimidade gratificante, intimidade que sem se negligenciar na (re)construção identitária, dela necessariamente faz parte, mas não a esgota. Porque na revelação de si como pessoa integral e livremente considerada se traça o caminho do *coming out*.” (CARNEIRO, 2006, p. 141).

Assim entendemos que o *coming out* está em consonância com as necessidades do próprio indivíduo, dessa forma, podemos considerar que essa necessidade pode estar relacionada ao desejo de se apresentar como homossexual em uma determinada instituição de sua vida (família, trabalho, amigos e sociedade), em todas ou em nenhuma, isso vai depender da construção do homossexual como indivíduo, como pessoa, e de suas ânsias pessoais. Conseguimos ver esse posicionamento claramente nas falas dos sujeitos 4 e 8: “Tem homossexual que tem a necessidade de todos os holofotes pra ele, eu não tenho essa necessidade” (Sujeito 4) e “Quanto a necessidade de que isso ocorra, eu acho que isso é muito relativo, alguns pessoas acham que precisam colocar, levantar bandeira, que precisam anunciar pro mundo. Eu já não acho tão necessário isso” (Sujeito 8).

Vale ressaltar que a consideração da desnecessidade, não refere que estes sujeitos são enrustidos ou escondem sua sexualidade, entende-se que eles vivem a homossexualidade com sua e não de forma exposta. Os relatos dos sujeitos a seguir mostram que eles não precisaram estar expostos para as pessoas importantes de suas vidas entenderem quem eles são e os aceitarem: “Lá na minha família não é uma coisa aberta, nunca cheguei e falei. Mas tudo mundo sabe, é uma coisa assim velada” (Sujeito 6) e “Eu nunca cheguei, com exceção da minha mãe, e contei: - Olha, eu sou gay - Isso está bem posto, está bem colocado, tanto aqui na minha família, quanto nos meus grupos de amigos, de trabalho” (Sujeito 8).

E como já falamos, pode acontecer de sentir necessidade ou não. Mas sabemos que em geral os homossexuais se apresentam para alguém, e então temos outro ponto importante que a literatura traz, o *coming out* parcial. Como já vimos o *coming out* precisar passar pela autoaceitação e apresentação de si, e nesse caso é a apresentação parcial da identidade (sendo restrita a uma ou mais instituições importante do indivíduo, porém

não todas). Ceará e Dalgalarrodo (2010) fazem uma afirmação interessante na conclusão de sua pesquisa, afirmam que gays com *coming out* parcial manifestam menor qualidade de vida em relação a gays com o *coming out* total. Isso nos faz refletir então que a maioria dos sujeitos da presente pesquisa apresenta baixa qualidade de vida, entretanto, na pesquisa os autores não informam se os sujeitos com *coming out* parcial também apresentam dificuldades na autoaceitação, o que facilitaria confirmar se a baixa qualidade de vida está restritamente relacionada à parcialidade do *coming out*. Além do mais, os sujeitos desta pesquisa apresentavam autoaceitação por completo e não manifestaram diretamente, indiretamente e tampouco visivelmente baixa qualidade de vida (vale ressaltar que este assunto não fora questionado de nenhuma forma nas entrevistas).

O que está exatamente em discussão é que os autores que estudam as identidades em geral atribuem às definições, o fator de exposição social como necessidade para apropriar-se de determinada identidade como sua, além de colocarem o *coming out* como uma etapa da construção da identidade homossexual, sendo necessária alcança-la, assim como as outras etapas, para então consolidar a identidade. Entretanto os sujeitos desta pesquisa mostram que para eles suas identidades estão bem estruturadas e consolidadas e isso ocorreu de forma independente da publicidade social, fazendo nos questionar se realmente isso é válido e tão relevante como a literatura acredita.

Coming Out

Como já foi exposto, mesmo considerando a desnecessidade do *coming out*, os sujeitos da pesquisa se apresentaram em algum momento da vida, em geral para a família, como podemos verificar nos relatos: “Houve pra minha mãe, a minha mãe foi a única que eu sentei e conversei em relação a isso. Os demais, isso está muito posto, mas eu não cheguei falando, todo mundo aqui sabe, mas eu não tive a necessidade de me explicar como eu fiz com minha mãe” (Sujeito 8) e

Aos 24 anos senti a necessidade de tirar a maquiagem, aquela máscara que tinha para minha família. Chega àquela hora lá, e eu disse: - Não! Agora eu tenho que chegar e assumir - Que foi no final de 2003, cheguei, chamei o pessoal da minha família, na época eu morava com minha tia, cheguei, conversei com ela.

Aí depois eu liguei pra minha irmã do meio, conversei com ela. Posteriormente que eu conversei com minha mãe. (Sujeito 3)

Na grande maioria dos casos o *coming out* para a família é banhada por medo de rejeição e por uma grande interrogação sobre as reações posteriores, Vieira e Peres (2015) constataram exatamente essas sensações em homossexuais que passavam pelo processo do *coming out*. Contudo muitos homossexuais optam por revelar a identidade para a família, por motivos inerentes ao indivíduo, Frazão e Rosário (2008) relatam os motivos pontuados em 6 categorias, e fora proposto por Myers (1982), as categorias não implicam necessariamente de uma ordem específica, são eles: Importância dos movimentos de libertação gay; Tormento Emocional; Processo de formação da identidade homossexual; presença em Processo Terapêutico; Desenvolvimento de uma Relação Amorosa; e Motivos Destrutivos (esse refere ao comportamento rebelde). Dessa forma, temos que concordar que a necessidade e o motivo são inerentes ao homossexual.

Entretanto a necessidade de se apresentar como tal, pode não está relacionada à motivação do próprio indivíduo, mas sim pela necessidade de outrem para que o indivíduo se posicione em relação a sua sexualidade, este tipo de revelação fora chamado de revelação de forma indireta por Bento e Matão (2012) e Ferreira (2012), e foi relatada pelos sujeitos 7 e 5 durante as entrevistas: “Teve um momento em que minha mãe perguntou e eu falei, eu sempre disse: - Se ela nunca perguntar, ela nunca vai saber” (Sujeito 7) e

Aí ela [avó] me xingou pra caramba e falou que tinha encontrado as cartas [cartas de um namorado] no meu quarto e queria saber o quê que era, e que iria contar tudo pra minha mãe. E eu pensei: - Ela destruiu meu mundo agora, ela acabou de destruir meu mundo - E eu disse: - Não faça isso, não tem nada a ver, é mentira! - E eu negando e ela disse: - Eu vou sim, porque eu sei que é verdade - (...) Eu virei as coisas, peguei minhas coisas e fui pra casa da minha mãe, quando eu cheguei lá, perguntei: - Vovó ligou pra senhora? - E ela respondeu: - não! - E então eu disse: - Venha cá - Porque eu não queria que ela soubesse por ninguém, queria que ela soubesse por mim. (...) Eu não queria que minha família soubesse porque eu sabia que minha mãe ia sofrer. (Sujeito 5)

Assim como ocorreu com o sujeito 7, Soliva e Silva Junior (2014) também tiveram este relato em suas entrevistas, e os autores atribuíram a esse

momento como um “ritual familiar” que coloca em discussão a sexualidade de um determinado integrante. Devemos considerar ainda que no relato do sujeito 5, fica claro que o “ritual familiar” não aconteceu como um diálogo saudável, mas sim de forma devastadora.

Os autores trazerem o “ritual familiar” como um momento de reunião para falar sobre a sexualidade, podendo ser diante da necessidade do indivíduo em falar ou da família em saber, ambas as situações são caracterizadas como “rituais familiares”, afinal podemos verificar o encontro familiar nas duas situações, o que difere é invocação do ritual que advém de fonte diferente. De forma geral, vemos certa apreensão por parte dos participantes em realizar o *coming out* para a família, principalmente pelo medo de não ser aceito, conforme Vieira e Peres (2015) grande parte da preocupação dos homossexuais era voltada pra revelação da identidade para a família.

Enquanto os relatos de *coming out* para a sociedade, amigos e outras instituições teve uma expressão muito pequena, o que vai de encontro com a categoria anterior. Somente dois sujeitos relataram a necessidade, conforme os relatos: “Aos 16 anos [realizou o *coming out*], em relações mais íntimas, entre amigos. Mas no trabalho e em alguns setores da faculdade eu preferia manter em off por questões de respeito” (Sujeito 2) e

Uma vez eu senti necessidade de ir numa festa com um short bem rasgadinho, depois eu parei pra pensar que eu estava fazendo a coisa errada, eu não precisava disso. Mas naquele momento eu precisei dizer pra sociedade que eu era viado - Sou viado, estou aqui nessa festa junto com vocês que são heteros e se dizem heteros, e estou aqui no meio e vou ficar aqui - Mas eu vi que eu queria me apresenta de outra forma que não seja essa, pra tirar esse estigma que o homossexual é só isso, ou é cabelereiro, ou é rasgadinho, ou é debochado. (Sujeito 1)

Já falamos da necessidade de compartilhar sobre a sexualidade em âmbitos importantes da vida do sujeito, como o próprio participante fala “em relações íntimas”. Já no sujeito 1, vemos que ele realmente precisou manifestar-se para a sociedade e não para alguém importante, mas que não ocorreu de forma saudável, o que proporcionou no indivíduo reflexões da forma correta de se apresentar.

Dificuldades encontradas

Para os participantes que tiveram a necessidade de apresentação, também foram questionados acerca de quais as dificuldades encontradas em se apresentar, e consideremos que os que tiveram dificuldade em realizar o *coming out* tenham experienciado sofrimento maior, Ceará e Dalgarrondo (2010) tiveram essa conclusão em sua pesquisa. Afinal, podemos entender que quem tem a necessidade de falar e está em meios à dificuldade, vive um impasse.

Dentre as respostas dos sujeitos, pontuamos: o preconceito, medo de não ser aceito, os próprios conflitos de identidade, ignorância das pessoas e crenças religiosas. Na fala do sujeito 2 é possível perceber o quão esses fatores prejudicam a apresentação mesmo quando a própria pessoa já se aceitou: “Na verdade até pessoas com a aceitação por completo tem certa dificuldade em se apresentar pra sociedade pelo preconceito exposto pelas pessoas” (Sujeito 2).

São dificuldades que em geral temos conhecimento, e que não traz grandes revelações, a literatura ressalta muito o medo de rejeição, que adolescentes sentem ao contarem aos pais (VIEIRA; PERES, 2015; BENTO; MATÃO, 2012). O próprio preconceito e as crenças religiosas, inclusive o conflitos de autoaceitação que pode gerar a Homofobia internalizada (CARNEIRO, 2006). São dificuldades que possivelmente vão estar presentes pelo posicionamento da sociedade e em face da nossa construção biopsicossocial, e são superadas aos poucos, afinal o *coming out* não é um processo que se atinge do dia para a noite.

Considerações

A pesquisa de campo ela é enriquecedora no sentido de proporcionar sempre dados novos, e temos aqui o objeto de estudo que está em constante formação e mutação, é essa variável que não podemos deixar de enfatizar. Às vezes precisamos nos indagar se as teorias atuais ainda atendem à demanda atual, em analisar um contexto histórico sabemos o quão esse questionamento é importante.

Este estudo fez ponderações que não entrou em consonância por completo com as convicções teóricas, talvez esses resultados se diferem da maioria, afinal estamos falando de uma pesquisa qualitativa com uma

amostra pequena, e como já lembramos o ser humano é capaz de gerar dados totalmente contrários principalmente pela essência das ciências humanas e sociais. E no intuito de compreender a formação da identidade homossexual, abrimos questionamentos particulares às fragmentações desse processo para pesquisas futuras, o *coming out* é realmente necessário? Quem decidiu não realizar o *coming out* é um homossexual enrustido?

Ainda que os sujeitos desta pesquisa tenham se posicionado a esses questionamentos, a literatura escassa nesse aspecto exige, naturalmente, mais.

Apesar dessa reflexão, sabemos que há uma ambivalência, pois homossexuais se assumem cada vez mais para os seus pais, na verdade, vale dizer que se assumem para pessoas importantes da sua vida. E pelas expectativas familiares, sociais e pessoais apresentam dificuldades, que são absolutamente compreensíveis e previsíveis.

Por fim, sabemos que se trata de um assunto bastante discutido em diversas polaridades, e ainda que seja bastante estudada temos que acompanhar suas variações e aprofundar nos subtemas permeado pela escassez bibliográfica.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 1977.

BENTO, Luziane Mendes e MATÃO, Maria Eliane Liégio.

Homossexualidade: processo de revelação da sexualidade uma experiência homossexual. *Estudos*, Goiânia, v. 39, n. 4, p. 507-521, 2012. Recuperado de <http://estudos.ucg.br/index.php/estudos/article/view/2664/1626>

CARNEIRO, Nuno Filipe Moreira dos Santos. **Ser, Pertencer e Participar: Construção da Identidade Homossexual, Redes de Apoio e Participação Comunitária**. 2006. 375f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, 2006.

CEARÁ, Alex de Toledo e DALGALARRONDO, Paulo. Transtornos mentais, qualidade de vida e identidade em homossexuais na maturidade e velhice. *Revista psiquiatria clínica*, vol.37, n.3, p. 118-123, 2010. ISSN 0101-6083.

COSTA, Vanuzia e FERNANDES, Sheyla Christine Santos. O que pensam os adolescentes sobre o amor e o sexo? um estudo na perspectiva das representações sociais. *Psicologia e Sociedade*, v.24, n.2, p. 391-401, 2012. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822012000200017>.

FERREIRA, Andreia Manuela Fernandes. **A “Saída do Armário”**: um estudo exploratório com mães e pais de lésbicas e gays. 2012, 42f. Dissertação (Mestrado Integrado de Psicologia) – Escola de Psicologia, Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2012. Recuperado de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/30461>

FRAZÃO, Pedro e ROSÁRIO, Renata. O coming out de gays e lésbicas e as relações familiares. *Análise Psicológica*, v.1, n. 26, p.25-45, 2008. doi: 10.14417/ap.475.

MINAYO, Maria Cecília.(Org.) **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 28ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

PEREIRA, Bill; AYROSA, Eduardo André Teixeira e OJIMA, Sayuri. Consumo entre gays: compreendendo a construção da identidade homossexual através do consumo. **Caderno EBAPE. BR**, v.4, n.2, p. 01-16, 2006. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512006000200002>

PEREIRA, Henrique e LEAL, Isabel Pereira. A Identidade (homo)sexual e os seus determinantes: Implicações Para a Saúde. **Análise Psicológica**, v. 23, n.3, p. 315-322, 2005. Recuperado de <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v23n3/v23n3a09.pdf>

SCHOEN-FERREIRA, Teresa Helena; AZNAR-FARIAS, Maria e SILVARES, Edwiges Ferreira de Mattos. A construção da identidade em adolescentes: um estudo exploratório. **Estudos de Psicologia**, v. 8, n. 1, p. 107-115, 2003. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2003000100012>.

SOLIVA, Thiago Barcelos e SILVA JUNIOR, João Batista. Entre revelar e esconder: pais e filhos em face da descoberta da homossexualidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, n.17, p.124-148, 2014. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2014.17.08.a>.

TAQUETTE, Stella R.; VILHENA, Marília M.; SANTOS, Úrsula Pérsia Paulo dos e BARROS, Mônica Maria Vianna de. Relatos de experiência homossexual em adolescentes masculinos. **Ciência e saúde coletiva**, v.10, n.2, p. 399-407, 2005. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232005000200018>

TEIXEIRA, Fernando Silva; MARRETTO, Carina Alexandra Rondini; MENDES, Andressa Benini e SANTOS, Elcio Nogueira dos. Homofobia e sexualidade em adolescentes: trajetórias sexuais, riscos e vulnerabilidades. **Psicologia Ciência e Profissão**, vol.32, n.1, p. 16-33, 2012. ISSN 1414-9893.

VIEIRA, E. D e PERES, L. A.. Percursos da construção da identidade de jovens adultos homossexuais. **Revista Psicologia em Foco**, v. 7, n. 9, p. 33-52, 2015. Recuperado de <http://revistas.fw.uri.br/index.php/psicologiaemfoco/article/view/1524/1945>

MALU: MEMÓRIAS DE UMA TRANS: ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DO TRANSGÊNERO

Raul Felipe Silva Rodrigues¹

Resumo

Neste artigo, apresentamos uma análise da representação do transgênero na história em quadrinhos autoral *Malu: memórias de uma trans*. Baseamos pesquisa nas informações, da imagem e dos diálogos, extraídos a partir do exame da obra ficcional. Com a investigação visual estabelecida observamos a técnica do autor, recursos visuais utilizados e soluções encontradas. Identificamos, com a análise das calhas entre vinhetas na obra, a existência de espaços e tempo significativos no decorrer da narrativa. O espaço entre um quadro e outro possibilita o ritmo acelerado em direção ao clímax da história. Assim como a inferência de sentido, por parte do leitor, a fim de preencher a passagem de momento entre cenas. Se por um lado tal liberdade imaginativa completa a história em quadrinhos por outro pode comprometer a representação inicial proposta pelo autor. Verificamos também o fluxo da memória episódica da personagem. No qual ao recordar momentos da sua vida se depara com elementos associados a outros fatos. Expomos aqui as calhas entre vinhetas e os fluxos de memória identificados. E propomos uma mediação coerente à leitura. Exemplificamos através da obra como as características autorais da produção ficcional admitem os limites da experiência representada. Este trabalho faz parte da produção intelectual da linha de pesquisa de Narrativa Sequencial Gráfica do PLENA – *Grupo de Pesquisa em Leitura, Escrita e Narrativa: Cultura, Mediação, Apresentação Gráfica, Editoração e Manifestações*.

Palavras-chave: Transgênero; história em quadrinhos; representação.

1 Graduando do curso de Artes Visuais Licenciatura da Universidade Federal de Sergipe – UFS, e-mail <rauldolago1@gmail.com>. Membro do *Grupo de Pesquisa em Leitura, Escrita e Narrativa: Cultura, Mediação, Apresentação Gráfica, Editoração e Manifestações – PLENA*. Orientado pela professora Dr^a Valeria Aparecida Bari e pela professora M.^a Márjorie Garrido Severo.

E-mail: rauldolago1@gmail.com

1. Introdução

Lançada em janeiro de 2014, no Museu da Diversidade, em São Paulo, a história em quadrinhos *Malu: memórias de uma trans*, de Cordeiro de Sá. Integrou parte das celebrações do *Dia da Visibilidade Trans*, data que marca a luta pelos direitos humanos e respeito à identidade de gênero, celebrado desde 2004, quando o Ministério da Saúde e entidades da sociedade civil lançaram a campanha “*Travesti e Respeito*”, em reconhecimento à dignidade.

Cordeiro de Sá (1972) é organizador da coletânea Ribeirão Preto em Quadrinhos (RPHQ). Além de sua atuação cultural e artística, já foi premiado por suas ações sociais e políticas contra a violência contra a mulher e em favor dos direitos das crianças e dos adolescentes. Indicada ao *Prêmio HQmix 2013* a história em quadrinhos *Malu* foi realizada com apoio do *Programa de Incentivo Cultural da Secretaria Municipal da Cultura da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto* (PIC 2012).

Autor da história em quadrinhos - HQ, Cordeiro de Sá elaborou o quadrinho *Malu* a partir de depoimentos recolhidos entre membros da comunidade transgênero. A HQ remete a experiências de vida importantes no desenvolvimento de uma personagem fictícia trans, *Malu*, em busca de alternativas para viver em sociedade. Mostra momentos vividos pela personagem desde a infância, como sínteses de representação de fatos definitivos para a compreensão de sua identidade e conflitos interpessoais, até a vida adulta, com a luta por direitos e reconhecimento como membro da sociedade.

De acordo com Cordeiro de Sá (2013) a *colagem ficcional de depoimentos e de casos reais do universo LGBT* propõe uma conversa inicial sobre o tema. Proporcionando uma reflexão “*sobre nossas posturas frente às pessoas que lutam diariamente contra o preconceito e por sua identidade e liberdade*” (SÁ FILHO, 2013).

A problemática definida para a HQ e a leveza do traço em contraste com fotografias em preto e branco, realizadas ao longo de dois anos, confere a ficção uma importância significativa dentro do cenário de publicações nacionais, por questão de aplicação da linguagem e grande valor na representação da diversidade de gênero.

Falar sobre transgênero na sociedade brasileira por intermédio das HQs não é uma tarefa fácil. Não obstante, os leitores ao se depararem com

personagens que possuem características referentes à identidade de gênero e sexual, identificam imediatamente uma série de preconceitos intrínsecos ao processo de formação do indivíduo numa sociedade heteronormativa. Uma obra como essa, gera desdobramentos complexos e interligados.

Este trabalho é uma análise inicial da obra com base na representação do transgênero na HQ. O apoio metodológico e a disponibilização dos fundamentos teóricos foi orientada pelos pesquisadores do *Grupo de Pesquisa em Leitura, Escrita e Narrativa: Cultura, Mediação, Apresentação Gráfica, Editoração, Manifestações* da Universidade Federal de Sergipe (PLENA - UFS).

2. Elaboração do enredo

Segundo depoimentos de Cordeiro de Sá, a ideia de produzir uma HQ sobre transgênero surgiu quando o autor reencontrou uma amiga de infância informalmente e se inspirou em sua história de vida e convivência com colegas transgênero. Devido à complexidade do tema o autor cisgênero necessitou do auxílio de Ágata Lima, pessoa transexual, que o ajudou compartilhando sua experiência de vida e analisando tecnicamente a produção.

De acordo com Jesus (2012, p.11) são chamados de cisgênero “*pe-soas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento*”.

Para entendermos melhor as nomenclaturas de gênero recorreremos ao periódico da área de educação, Retratos da Escola. Uma iniciativa da *Esforce - Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE*, criada em 24 de abril de 2007. No qual encontramos, no artigo *Gênero, sexo, sexualidades Categorias do debate contemporâneo* de Wolff e Saldanha que diz:

Vale ressaltar aqui que novas apropriações têm sido utilizadas para tentar facilitar tais entendimentos (mas elas tomam como fator fundamental essa noção biologizante dos seres humanos, algo que a teoria queer refuta): temos os humanos ‘cis’, (do latim, do mesmo lado), as pessoas cuja identidade de gênero está ao lado do que socialmente se estabeleceu como o padrão para o seu sexo biológico; e os humanos ‘trans’ (do latim, para além de), pessoas cuja identidade de gênero é diferente do que foi estabelecido socialmente como padrão para seu sexo biológico. (WOLFF ; SALDANHA, 2015, p. 40.)

Além da consultora técnica da transexual Ágata, Para construir o personagem principal, o quadrinhista tomou como referências as histórias de pessoas que conheceu ao longo de sua vida, casos ouvidos, fatos e situações vividas por amigos, alunos e professores. E buscou conversar com outras pessoas pertencentes a essa parcela da sociedade a fim de melhor compreensão do tema e forma apropriada de abordar.

Convém observarmos que a ousada produção encontra adversidades relativas tanto a experiência do autor cisgênero quanto ao desenho coerente ao transgênero. Em relação à capacidade técnica, Gombrich esclarece que:

O artista é claro, pode transmitir só o que seu instrumento e veículo são capazes de executar. Sua técnica restringe sua liberdade de escolha. As características e relações que o lápis é capaz de captar diferem das que o pincel reproduz. Sentado diante de seu motivo com o lápis na mão, o artista procura, então, aqueles aspectos que pode representar em linhas- como costumamos dizer, numa abreviação desculpável, ele tende a ver o seu motivo em termos de linhas, ao passo que, com o pincel na mão, ele o vê em termos de massas (GOMBRICH,1986, p. 56).

Portanto é o uso da linguagem que completa o sentido da técnica na produção. O linguajar utilizado na HQ, em muitos casos, faz referência ao modo de falar comum ao transgênero. O que auxilia a receptividade que faz alusão ao segmento social em questão. Segundo Makowieck (2003) a representação é o *“processo no qual institui-se um representante que, em certo contexto limitado, tomará lugar de quem representa.”*

Em relação à experiência para construção da HQ devemos observar que o enredo foi elaborado a partir de relatos autobiográficos recolhidos. Segundo Cordeiro, Malu representa uma grande colagem composta de histórias de transexuais, gays, lésbicas e bissexuais.

Com isso vale ressaltar que na autobiografia *“o narrador do auto relato não coincide completamente com o personagem que protagoniza a ação.”* (CARVALHO, 2004, p. 4). Além da distância evidente na HQ entre o narrador, o autor e a protagonista ficcional. Autobiografia *“depende dos atos da conceitualização: a criação de esquemas de interpretação pelos quais a memória semântica dá coerências aos elementos da memória episódica.”* (BRUNER ; WEISSER, 1997, p. 149).

Ao buscar definições a respeito da memória episódica, encontramos uma caracterização que fundamenta esta análise, na obra ficcional de

Umberto Eco. Um dos recursos didáticos de Eco é a utilização de enredos ficcionais e personagens para explicar princípios complexos de epistemologia. Isto facilitou o seu trabalho como docente universitário e pesquisador em Semiótica e Cultura Popular.

Então, ao buscar definições a respeito da memória episódica, encontramos uma caracterização que fundamenta esta análise, explicada pelo personagem médico Gratarolo, na obra *A Misteriosa Chama da Rainha Loana* (ECO, 2005).

Segundo Eco (2005, p.18), a diversidade de memórias atuantes no indivíduo: Implícita, “*que permite executar sem esforço*” as coisas aprendidas; e a explícita, “*com a qual recordamos e sabemos que estamos recordando*”; por sua vez, essas memórias são subdivididas em semântica ou coletiva, “*que se forma desde criança*”; e a episódica ou autobiográfica, “*que estabelece quem somos hoje e o que fomos*”.

Sendo assim, a HQ *Malu*, embora se trate de uma obra ficcional, têm elementos realísticos em seu enredo, baseados em relatos autobiográficos. Apesar de propor um auto relato sobre a protagonista, distancia-se em três graus das suas fontes. Do narrador do relato para o autor, e finalmente para *Malu*.

Assim, a relação que se estabelece entre o leitor e o enredo acessa a identidade transgênero, por meio da identificação das vivências cotidianas do segmento social, aproximando-se da verdade individual daqueles que a vivenciam, em seu reconhecimento ou em seu ocultamento.

3. Sinopse da história

A HQ em análise trata das aventuras, desventuras e transformações vividas por *Malu*. Da sua infância conflituosa, tanto sobre o entendimento de si quanto ao convívio com as outras pessoas. À fase de descobertas da adolescência, na qual tem seu primeiro relacionamento amoroso, começa a trabalhar num salão de beleza, para juntar dinheiro e colocar seios.

Ainda na adolescência, a HQ aborda questões ligadas ao universo LGBT e as dificuldades da personagem de conseguir emprego fora do universo dos serviços de beleza e moda. Ou seja, a seleção para postos de trabalho considera e reprova apenas a característica transgênero, sobrepondo esta marca social às capacidades, habilidades, competências e características de personalidade de *Malu*. Como em sociedades primitivas, das quais pensamos

não compartilhar costumes, identificamos a relação de gênero vinculada às atividades de trabalho, educação, produção e organização familiar.

O conflito do enredo se dá no desejo da protagonista em colocar seios, para completar sua metamorfose física, mesmo após o fim de seu relacionamento com João. E tendo o objetivo de transformar seu corpo, parte para a cidade grande.

Ao recorrer à prostituição como forma de sustento, por uma única noite, acaba sofrendo um violento estupro. Com o episódio, decide abandonar a atividade e buscar uma posição de trabalho nos serviços de beleza, e volta a trabalhar dessa vez num outro salão de beleza urbano.

O clímax da história é alcançado quando a personagem conhece os movimentos sociais que lutam por direitos sociais de *Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgênero* - LGBT. Uma vez integrada ao grupo social, percebe a importância da causa da inclusão social e os meios de se conquistar uma vida mais digna.

4. Os personagens

Malu, a personagem principal, é apresentada de duas formas. Na primeira, ainda criança, é um menino sensível tentando compreender a si mesmo e a razão de ser tratado de determinada maneira pelas pessoas que o cercam. Em nenhum momento dessa primeira fase seu nome é anunciado. Apenas na segunda etapa de sua transformação é que o nome *Antônio Cláudio* surge, como provocação ante a mudança da expressão de gênero da personagem.

Outros personagens importantes são seus pais *Bertão* e *Terê*; o valentão da escola *Jorjão*; seu namorado na adolescência *João*; *Pat* uma amiga transgênero; *Mahi* a dona do primeiro salão em que trabalha; *Nathalia*, a travesti dona do apartamento que *Malu* mora na cidade grande; a empresária *Deya*, sua chefe; e, finalmente, *Zé* seu namorado.

5. Características autorais

Para compreendermos melhor a obra recorreremos ao renomado quadrinhista americano Will Eisner. Que define as histórias em quadrinhos, arte sequencial gráfica, como “*uma forma artística e literária que lida com a disposição de figuras ou imagens e palavras para narrar uma história ou*

dramatizar uma ideia." (EISNER, 1989, p.5). Com isso orientamos nossa análise visual em concordância com identificação dos elementos do *sistema narrativo* citados por Bari e Santana que são,

[...] elementos disponíveis na semiologia da história em quadrinhos, ou seja, utilização de balões, requadros separando as vinhetas com calhas, recordatórios, onomatopeias, metáforas visuais e linhas cinéticas, ainda incluídas de ícones metafóricos migrados da linguagem do Mangá. (BARI; SANTANA, 2015, p. 325).

A história em questão é narrada pela própria *Malu* que define o momento da sua vida a ser representado entre quadrinhos ou vinhetas. Segundo Vergueiro tais elementos constituem,

[...] a representação, por meio de uma imagem fixa, de um instante específico ou de uma sequência interligada de instantes, que são essenciais para a compreensão de uma determinada ação ou acontecimento. Isso que dizer, portanto, que um quadrinho se diferencia de uma fotografia, que capta apenas um instante, um átimo de segundo em que o diafragma da máquina fotográfica ficou aberto. Assim, dentro de um mesmo quadrinho podem estar expressos vários momentos, que, vistos em conjunto, dão a ideia de uma ação específica (VERGUEIRO, 2010, p. 35).

Posteriormente verificamos os tipos de transição entre vinhetas utilizadas na obra. Por consequência empregamos os tipos de transições apresentadas por McCloud em seu livro *Desenhando quadrinhos* (1995) no qual observa seis tipos distintos de passagem de quadros, a saber:

1. Momento a momento – uma única ação retratada em uma série de momentos; 2. Ação a ação – um único sujeito (pessoa, objeto etc) em uma série de ações; 3. Sujeito a sujeito – uma série de sujeitos alternados dentro de uma única cena; 4. Cena a cena – transições entre distância significativas de tempo e/ou espaço; 5. Aspecto a aspecto – transições de um a outro aspecto de um lugar, idéia ou estado de espírito; 6. Non sequitur – uma série de imagens e/ou palavras aparentemente não relacionadas e absurdas. (MCCLOUD, 1995 p.15)

De acordo com essas observações podemos dizer que o desenvolvimento da HQ acontece principalmente através do diálogo, ou seja, de

sujeito a sujeito e ocasionalmente de *cena a cena* com a mudança de local e avanços de tempo.

Além disso, outra característica da vinheta nessa produção é o alongamento do apêndice ou rabicho do balão que aponta para a boca do personagem falante. Sobre o balão Cagnin explica que se trata do “*elemento que indica o diálogo entre as personagens e introduz o discurso direto na sequência narrativa*” (CAGNIN, 1975, p.121). Em *Malu* os balões encontram-se nos espaços com menor quantidade de informação visual o que favorece a visualização do desenho e do cenário.

Ainda sobre os sobre os balões observamos a abreviação de palavras e gírias comuns ao segmento social retratado faz parte de toda história em quadrinhos. Como por exemplo, os termos *gayzonha*, *moninhas* e *travecos* (CORDEIRO, 2013, p.6-13), presentes inclusive na fala dos indivíduos que não compõem o segmento em discussão. O que mostra uma tentativa de aproximação entre as partes representadas na HQ, por meio do protocolo verbal.

Os enquadramentos mais utilizados pelo autor são o plano médio e o plano americano, o que favorece a narrativa e o diálogo entre os personagens, já que os desenha em perfil e meio perfil até a cintura. Como explica Silva,

O plano geral que é um enquadramento em que é possível se observar todo o ambiente em que se desenvolve a ação; o plano total em que o enquadramento coloca as dimensões do espaço próximas ao personagem; plano americano que recorta as personagens a partir dos joelhos; o plano médio que mostra a personagem acima da cintura; o primeiro plano que limita o espaço ao ombros e por último o plano de detalhe em que é mostrado apenas uma parte do corpo ou de um objeto qualquer. (SILVA, 2001, p.03)

As memórias de *Malu* aconteceram em duas cidades: Sacramento e na capital Ribeirão Preto. O cenário e alguns objetos foram construídos por fotografia. Sobre a utilização de fotografias nas HQs, Paim afirma que,

Trata-se de uma linguagem que já tem o hibridismo como elemento intrínseco da sua composição e que vem ganhando cada vez mais complexidade com a absorção de novas técnicas e linguagens, bem como com o desenvolvimento das suas próprias características. (PAIM, 2013, p. 371)

A seguir, trataremos do desenvolvimento do enredo da HQ, que acontece pela passagem de cena. A linguagem da HQ tem a propriedade de avançar e recuar no tempo, sem preocupação cronológica para definição da cena seguinte, por meio do recurso da calha - espaço entre as vinhetas. O desfecho do enquadramento nesses casos fica a critério do leitor.

6. Memórias de uma trans entre calhas

Conforme já afirmamos, a HQ *Malu* é o relato da memória da personagem em episódios, cenas escolhidas a fim de atribuir coerência a suas atitudes na vida adulta. Destacamos aqui a calha, ou seja, o espaço existente entre as vinhetas delimitadas pelos quadros. Segundo Paim:

Estamos falando da noção de que o que acontece entre dois quadros é um componente mais vital para a história do que esses dois quadros por si. Afinal é no espaço entre dois momentos congelados que o leitor constrói uma conexão narrativa. É o espaço da imaginação do leitor, que pode ser exigida de forma mais ampla ou mais breve conforme variar a distância dos momentos representados nesses dois quadros. (PAIM, 2013, p. 374)

A história começa com uma cena em família. O pai mostra para o filho o que seria uma 'mulher de verdade', referindo-se a rainha de bateria de uma escola de samba no carnaval. Em seguida, a mãe do personagem principal surge no enquadramento, irada com a fala do marido.

Figura 1



Fonte: (SÁ, 2013, p.3)

Figura 2



Fonte: (SÁ, 2013, p. 4)

O último quadro da cena (figura 1) mostra o protagonista dançando como a 'mulher de verdade', seu pai irado e mãe surpresa com o que vê. O gancho da página está dado, é a parte em que, nas HQs, o leitor é provocado a virar a página e continuar a leitura. Nesse momento, ocorre a quebra da continuidade da narrativa, as ações do momento ficam subentendidas no trecho da calha e a cena avança para o dia seguinte na escola. Enquanto o personagem principal chora (figura 2), outro pergunta: "-- Aí seu pai não gostou e te bateu?" O que indica um desfecho além do representado no quadro que antecede.

O autor não ilustra a agressão física, mas deixa claro que houve na sequência da história. As palavras do balão de diálogo transmitem a informação do ocorrido. Cabe ao leitor imaginar a cena.

Por se tratar de um comportamento inaceitável, a agressão ao filho não é representada. Com isso, é possível inferir que ao fazer uso do recurso de não ilustrar determinadas situações, o autor preserva a imagem dos personagens. As cenas de violência física contra Malu só são ilustradas quando ela é capaz de se defender ou tem força para si impor de alguma forma.

Na escola, o protagonista é agredido fisicamente por outros estudantes, o que mais uma vez não é ilustrado (Figuras 3 e 4). Nesse caso diferente da primeira violência sofrida, esta deixa marcas visíveis no desenho da sua volta para casa. Enquanto reflete sobre a sua condição e o que o aguarda em casa devido ao fato de não ter reagido.

Figura 3



Fonte: (SÁ, 2013, p.4)

Figura 4



Fonte: (SÁ, 2013, p.5)

Em ambos os exemplos extraídos da HQ, fica evidente a necessidade do domínio por parte do leitor, das estratégias de leitura em quadrinhos descritas por

Mendonça (2010, p. 39) em especial sobre a inferência dos quadros implícitos. Segundo McCloud (2008, p. 12), é preservada clareza das HQs mesmo quando é removido um ou mais quadros que compõem a sequência narrativa.

Ainda nessa fase, noutra momento, o protagonista é agredido e assediado pelo mesmo valentão, *Jorjão*. Dessa vez ele reage, dizendo que contaria aos outros colegas sobre o assédio. Há uma pausa na arte sequencial e no balão recordatório, na qual *Malu* diz que a partir daquele momento não foi mais perturbada por *Jorjão*.

Também são empregados, para ambientação, fotos inseridas nas vinhetas, representando os enquadramentos em plano geral e total.

A primeira mostra ambiente do quarto com suas mochilas em cima da cama (figura 5) e a segunda mostra parte do cenário e os dois personagens apenas de cueca sob a cama desarrumada (figura 6).

Figura 5



Fonte: (SÁ, 2013, p.8)

A calha existente entre as vinhetas deixa evidente uma demonstração de carinho entre eles, que pode ter ido desde uma brincadeira erótica até um ato sexual completo.

Figura 6



Fonte: (SÁ, 2013, p.9)

Como recuo de tempo para representação de memórias, apresentamos uma sequência em formato de tira, composta de três vinhetas sendo à primeira uma fotografia pendurada na parede vista pelo personagem ao chegar a sua casa, na vinheta que a antecede (figura 7).

Figura 7



Fonte: (SÁ, 2013, p.11)

Com isso, evidenciamos um fluxo da memória episódica no qual *O si-mesmo como narrador não apenas relata, mas justifica. E o si mesmo como protagonista está sempre, por assim dizer, apontando para o futuro* (BRUNER, 1997, p. 104).

Figura 8



Fonte: (SÁ, 2013, p.26)

Tal recurso de interromper a sequência narrativa para retornar a um momento anterior à história ocorre novamente na HQ algumas páginas adiante.

Uma grande vinheta mostra *Malu* em sua primeira noite na prostituição. A personagem olha e toca com a mão direita o pescoço, onde normalmente usa um colar que ganhou da sua antiga chefe, como elemento

de rememoração do vínculo entre as duas (figura 8). Em seguida, o autor elabora uma série de cinco vinhetas nas quais ela recorda os conselhos que recebeu de *Mahi* sobre a vida na noite.

Em suma, evidenciamos que a calha entre as vinhetas da obra serve um recurso, a fim de suavizar a história. Ou em outras palavras, a HQ *Malu*, segundo a consultora técnica *transgênero* da produção, possibilitou *desdramatizar* e mostrar para as pessoas uma parte da sua história sofrida.

7. Considerações finais

neste artigo, relatamos algumas questões referentes à produção analisada. Como surgiu a ideia da obra, a problemática relacionada à representação do transgênero pelo cisgênero e a importância do auto relato recolhido para a elaboração da HQ. Com isso é preciso que a representação *transgênero* seja aceita para que a proposta de Cordeiro de Sá tenha êxito. Para tanto os recursos da produção são utilizados a fim de proporcionar uma leitura agradável, apesar da temática séria. Dentre tais recursos, a calha é a que mais tem sucesso nessa tarefa. Ao suavizar a narrativa evitando determinadas vinhetas inquietantes para ambos os segmentos representados. Como nas cenas que expomos de agressão ou demonstração de afeto privado entre personagens. Em todos os casos de transição significativa de tempo e espaço verificamos a coerência e a corroboração entre vinhetas. Logo concluímos que a HQ *Malu: memórias de uma trans* contempla os requisitos da narrativa sequencial gráfica autoral e demanda apreciação intelectual. Como representação da complexa relação social *transgênero*, *Malu* sintetiza o contexto social, cultural e relacional do cotidiano, assim como a construção da identidade, segundo pressupostos que vão muito além da preferência sexual.

Referências

BARI, Valéria Aparecida; SANTANA, Glêyse Santos. Representações religiosas na obra quadrinhística de Marcio Baraldi. In: BRAGA, Amaro X; REBLIN, Iuri. Religiosidades nas Histórias em Quadrinhos. Leopoldina: ASPAS, 2015.

BRUNER, J. ; WEISSER, S. A invenção do ser: a autobiografia e suas formas. In: OLSON, D.R.; TORRANCE, N. (org) Cultura escrita e oralidade. São Paulo: Ática, . 1997. p. 141-161. (Coleção Múltiplas Escritas).

BRUNER, Jerome. Atos de significação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

CAGNIN, Antônio Luiz. Os quadrinhos. São Paulo: Ática, 1975.

CARVALHO, I. C. M.. Métodos qualitativos de pesquisa em educação ambiental: análise de trajetórias como modalidade narrativa. In: Pesquisa em educação e compromisso social, 2004, Curitiba (PR). Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Curitiba. Anais. Editora Universitária Champaghat - PUCPR, 2004. p. 360-360

GOMBRICH, Ernst. H. Arte e ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

MAKOWIECHY, Sandra. Representação: a palavra, a ideia, a coisa. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, v. 4, n. 57, p. 2-25, 2003 *Interdisciplinar em Ciências Humanas* 4.57 (2003): 2-25.

MCCLOUD, Scott. Desvendando os quadrinhos. v.2. São Paulo: M. Books, 1995.

MENDONÇA, Márcia. Ciência em quadrinhos: imagem e texto em cartilhas educativas. Recife: Ed. UFPE, 2010.

PAIM, Augusto Machado. A fotografia na história em quadrinhos. *Letrônica*, v. 6, n. 1, p. 369-387, 2013.

SÁ FILHO, Carlos Alberto Cordeiro de. Malu: memórias de uma trans. Ribeirão Preto: RPHQ, 2013.

SILVA, Nadilson M. Elementos para a análise das Histórias em Quadrinhos. In: XXIV INTERCOM. Anais. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2001.

WOLFF, Cristina Scheibe; SALDANHA, Rafael Araújo. Gênero, sexo, sexualidades: Categorias do debate contemporâneo. Retratos da Escola, v. 9, n. 16, p. 29-46, 2015.

SUBVERSÃO DE GÊNERO EM JOHNNY HOOKER E LINIKER: TRANSGRESSÃO DA MASCULINIDADE NA MÚSICA BRASILEIRA

Ribamar José de Oliveira Junior

Samuel Macêdo do Nascimento

1. Introdução

A voz do pernambucano com os olhos pintados de preto e a voz do paulista de batom e brincos, são capazes de rasgar o coração dos amores e costurar as dores dos desamores. Johnny Hooker e Liniker são artistas que fazem parte de uma miscelânea de músicos brasileiros que nos últimos anos no país, vem questionando em suas canções discursos hegemônicos e paradigmas estéticos diante da concepção de masculinidade adotada e validada dentro da sociedade.

Fazendo da música e da performance um instrumento de mobilidade e resistência para se ampliar o debate em torno das questões de gênero, os dois jovens quebram os tabus da masculinidade, reinventam o jeito de cantar masculino e desfixam a identidade de ser homem, explorando uma nova nuance através da performance do corpo e do discurso. Cheios de sensualidade, desenvoltura e postura sexual e amorosa, eles se despem da amarrada e frágil identidade masculina e se esparramam pelo sujeito do ser, sem medo de não ser macho.

Pela leitura foucaultiana da construção de discursos, o corpo é “fragmento de espaço ambíguo, cuja espacialidade própria e irreduzível se articula contudo com o espaço das coisas” (FOUCAULT, 1996, p. 331). Logo, os cantores traduzem o corpo pelas versatilidades do mesmo, deixando escorrer por essa ambiguidade as possibilidades do ser, do querer e do desejar. Por meio da autoafirmação, eles fazem do autorreconhecimento uma probabilidade de se encontrar no Eu feminino. “O sentido feminino do Eu é fundamentalmente ligado ao mundo, o sentido masculino do Eu é fundamentalmente separado do mundo (SCOTT, 1989 p. 15).

Partindo da descorpificação do gênero masculino e da narrativa disposta nas masculinidades transgressivas captadas na essência dos cantores. “O gênero descorporificado pode ser evidenciado ainda na afirmação de que \square eu verdadeiro não tem gênero \square e de que os seres \square incorpóreos \square (...) não precisam de uma distinção de gênero. Para além de incorpóreos, esses seres parecem ser descorporificados, isto é, a construção de sua não corporeidade é, sobretudo, performativa.” (SILVA, 2008). O conceito de performatividade proposto pela filósofa Judith Butler, parte de compreender a forma com que o discurso vive o corpo, e de certo modo, acaba por tecer o mesmo.

“Trata-se de desembaraçar-se do próprio corpo para experimentar em que consiste, por exemplo, um pertencimento a outro gênero”, explica Bernadette Lyra e Gelson Santana no livro *Corpo e Mídia* (2003). Desafiando os limites e possibilidades das identidades masculinas, a presença dos artistas pluraliza e sugere para além da limitação, um remodelo de ser homem, pautado não na invenção do falo e na dominação e opressão do sistema viril que aparelha o patriarcado, mas nas multiplicidades de expressões do gênero, rompendo as amarras do binarismo.

Tendo em mente o contexto em que o *queer* — conceito norte-americano traduzido do inglês como “estranho”, “bicha” — chamado nesse trabalho de estudos transviados, emerge em parâmetro mundial ligado ao combate do império sexual demarcado pela dualidade entre gênero (masculino versus feminino) e sexualidade (heterossexual versus homossexual), a performatividade de Liniker e de Johnny Hooker provoca o regime de controle do desejo, caracterizado por alguns estudiosos como a pedagogia do armário. É o que afirma Preciado (2011): “Uma leitura cruzada de Wittig e de Foucault teria permitido(...)uma definição de heterossexualidade como tecnologia biopolítica, destinada a produzir corpos straight”.

Logo a discussão do artigo partem da desterritorialização do gênero masculino, levando em consideração as subjetividades apresentadas e esmiuçadas a partir da das músicas dos artistas. A arte nesse caso, será o canal de mediação entre o tencionamento que há entre a propagação do sujeito político e a variação das representações das masculinidades e feminilidades assimétricas e desviantes. Que o corpo seja poroso. Que o ser masculino não se baste em si.

Que a transgressão permita questionar uma identidade legitimada na opressão de outras. Liniker e Hooker ainda que privilegiados dentro do

sistema, são bifurcações para se repensar a vigência e as masculinidades subalternas e hegemônicas que o corpo masculino carrega.

2. Uma entidade do desejo

Em entrevista para o portal recifense de valorização a música brasileira, *Brasileiríssimos*, o cantor Johnny Hooker se define como uma espécie de deus do desejo que vocaliza as histórias de amor. “Sou uma mulher em fúria dentro de um homem com os olhos marejados de lágrimas”, diz ele. Discípulo de uma arte que venha do incômodo, o cantor se questiona e propõe ir além das dores de cotovelo, se entregando ao desejo como principal elemento formador da performance.

No intro do clipe da canção Amor Marginal, dirigido por Matheus Senra, Hooker incorpora esse deus do desejo no ator Luis Miranda. Cercado por velas, cacos de vidro e com a sonoplastia que remete a pingos de água no eco de uma gruta, o personagem profere palavras como: “ Deve haver um outro mundo por detrás de cada amante, uma ponte infinda...”.

Em seguida, a imagem é cortada para o cantor que deitado na margem do mar vestido com uma roupa branca pincelada de lantejoulas que se assemelham a escamas. A música faz parte do seu primeiro trabalho disco solo, *Eu Vou Fazer Uma Macumba pra Te Amarrar, Maldito!*, lançado em 2015 que o fez conquistar o troféu de melhor cantor do Prêmio da Música Brasileira do mesmo ano.

A atmosfera hookeriana é fincada em territórios subversivos, seu estilo musical e visual se baseiam em personalidades do pop, glam rock, também conhecido como *glitter rock* - marcado por trazer em suas performances muitos cílios postiços, saltos altos, batons, lantejoulas e purpurina, esse gênero rompeu com a atmosfera máscula dos ambientes de rock, explica INGLIS (2006) — e do tropicalismo. Por enfatizar este último, no contexto brasileiro, o grande ícone do rock de batom foi o grupo Secos & Molhados que trazia figurino e maquiagem extravagante em shows. Inspirado no andrógono David Bowie, na irreverente Madonna e no atemporal Caetano Veloso, o cantor os chama de sua “Santíssima Trindade”. “Bowie é painho, Madonna é mainha e Caetano Veloso é o espírito santo”, afirma ele para a revista *Trip*.

Uma mulher em fúria, tendo em vista os elementos que formam sua experiência artística, nos remete a uma personagem que sai da sua condição

de submissão e opressão e se entrega a paixão e ao desejo livre, não condicionado pela tensão sexual masculina, mas impulsionado pela expressividade do seu corpo. Um homem com os olhos marejados de lágrimas, tendo em mente o contexto com que o modelo de macho majora na sociedade, rompe ao permitir que o mesmo possa chorar por questões íntimas do eu. Segundo Berenice Bento (2015), “O homem aprende, desde os primeiros momentos de sua vida, a estruturar seu comportamento de tal forma que não demonstre qualquer sinal de sensibilidade, afetividade, inclusive com os filhos, pois pode ser rotulado como um fraco”. Logo, aprender a não chorar é um dos primeiros mandamentos de como ser um homem de verdade. Validado no conceito de virilidade, o homem ainda precisa ser aceito no que Pierre Bourdieu chama de *Clube dos Homens*, o que faz o mesmo se submeter a coisas que provem a sua verdade dentro da sua condição.

Muitas das composições de Johnny Hooker foram cenário de histórias de amores marginais, como é o caso do filme *Tatuagem* (2013) dirigido Hilton Lacerda, que ambienta o mundo da contracultura do cabaré e da arte da trupe do Chão de Estrelas com desordem, exultação e homossexualidade com a canção *Volta*. O filme é caracterizado por explorar uma dimensão de corpo, explorada por Luiz Guilherme através do pensamento de Foucault sobre o corpo no cinema a os processos disciplinares que atuam sobre o mesmo, no trabalho *Dimensões do Corpo no filme Tatuagem, de Hilton Lacerda*: “O cinema precisa - desmantelar essa organicidade: isso não é mais uma língua que sai de uma boca, não é um órgão da boca profanado e destinado ao prazer de um outro (FOUCAULT, 2001, p. 367). No clipe aparecem recortes de algumas cenas do longa-metragem, uma delas, é do encontro entre o soldado de 18 anos, Fininha, interpretado por Jesuíta Barbosa e um colega do quartel militar em uma noite de vigia. O colega tenta estimular o desejo homossexual de Fininha, até então no armário, diante de ofensas e até agressão. Tendo em vista os processos de alistamento e seus dilemas dos exames admissionais, assim como o querer do rapaz, não se sobrepõe a suspeita do seu desejo. É o que explica Richard Miskolci, sobre o fato do serviço militar gerar um desejo pela própria masculinidade que busca criar, embasada na virilidade e do ideal de macho robusto. “O alistamento militar foi prática social a disseminar a informação sobre a existência de um outro desejo assim como a de uma identidade homossexual”. Rompendo o tabu do toque entre homens, os jovens acabam tocando o pênis um do outro, promovendo uma homosociabilidade, que chuta as portas do armário de Fininha. Para Daniel Welzer-Lang, há a casa-dos-homens que começa a ser

construída quando os meninos passam para uma fase de suas vidas em que o distanciamento do universo feminino, lê-se em partes o círculo da mãe, se faz “necessário” para a sua transformação em homem. É o momento em que os homens começam a se agrupar com homens para se autofirmarem os mesmos. Quase como uma espécie de sala de espelhos na qual ele precisa olhar e contemplar o que vê de forma falocêntrica. Nessa transmutação, há uma experimentação da homosociabilidade, que permite a emersão de grandes pressões para viver momento de homossexualidade.

Depois desse longo parêntese sobre o filme, volta-se a análise da construção do desejo nas canções de Hooker. Em *Alma Sebosa*, o cantor dá a volta por cima ao se livrar do desejo objetificado por outro. “Se não me quiser, não me procure mais pra foder eu insisto, quer saber? Eu desisto”. O desejo proposto por ele é assim como nas definições machadianas dos olhos de Capitu, “como uma onda cava e profunda que ameaça avançar e tudo tragar”. O cantor, entre o binarismo de gênero e da ponte do desejo heterossexual que designa o masculino para o feminino, é uma possibilidade. Em entrevista para o programa Mais TV da Paraíba, Johnny fala sobre a estruturação do seu show, que é dividido em três atos. O primeiro é o que ele chama de “fossa absoluta” da primeira faixa *Eu Vou Fazer uma Macumba Pra Te Amarrar, Maldito!* até o exorcismo da dor desse amor no final com a canção *Desbunde Geral*. O jornalista Jãmarrí Nogueira fala que a performance do pernambucano é um serpentear. Hooker afirma que tenta ser fiel a si mesmo quando o assunto é levantar alguma bandeira. Quando questionado sobre sua identidade, ele afirma que ser gay parte da identidade de quem ele é, assim como ser nordestino e brasileiro. “A sua voz é a sua mãe ou o seu pai?”, pergunta o entrevistador. Retomando a afirmação inicial sobre quem é, Hooker diz que a mulher em fúria é um pouco da sua mãe e o homem com os olhos chorosos, frágil, como ele chama, é o seu pai.

Ainda sobre o disco, a canção *Só Pra Ser Teu Homem*, desperta uma vivência do corpo com os espaços da cidade, ao citar Recife, ele mistura os ares da cidade à história de amor contada na canção, que mais parece a introdução de uma carta cuja a espera de resposta dói. Ao afirmar que quer ser carnaval, em *Desbunde Geral* o eu lírico de Hooker se liga as paixões do corpo. O que nos remete ao início de 1972, caracterizado como “o verão do desbunde”, termo originado do verbo desbundar, que significa “perder o autodomínio, enlouquecer, loucura, desvario”. A canção até se assemelha ao verso de Chico Buarque, “estou me guardando pra quando o carnaval chegar”, para Helloísa Buarque de Hollanda, a passagem era lida

pela plateia como “estou à espera de uma reviravolta política”. O corpo é um ato político. A autora caracteriza a reação ao desbunde como *O espanto com a biotônica vitalidade dos 70*, nesse capítulo, ela aborda sobre a produção cultural de uma geração contestadora. Para Logullo, sonhar com novos rumos fazia parte do pensamento libertário e da estética contracultural da época. O desbunde de Johnny Hooker, talvez ainda sem força do a Todo Vapor de Gal, referência e marco do desbunde, aos poucos vai contaminando, a partir de um sentimento que por si já é jovem, a juventude que quer se desbundar. Com o superlativo do desbunde, completa Logullo sobre a cena marginal: “pessoas cabeludíssimas, roupas transadíssimas, abraços demoradíssimos, cabeças louquíssimas, sons maneiríssimos, viagens desencucadíssimas”.

3. Sou bicha, sou preta

Continuando na abordagem história de Helloísa Buarque de Hollanda, no tropicalismo surge a noção “libertadora” dos tóxicos e da psicanálise. Com ela, o ideal libertário vai cobrindo o ideal diretamente político, como uma onda contra a “caretice”. É nessa linha que se estabelece uma noção fundamental — não existe possibilidade de uma revolução ou de uma transformação social sem que haja uma revolução ou transformação individuais. “A identificação não é mais imediatamente com o “povo” ou com o “proletariado revolucionário”, mas com as minorias: negros, homossexuais, freaks, marginal de morro, pivete, Madame Satã, culto afro-brasileiros e escola de samba”. O cantor Liniker ao afirmar em entrevista para a Trip TV, “Sou bicha, sou negra” viabiliza a marca da profundidade negra à uma disposição libertária. Viabilizando um comportamento descolonizado para com uma identidade política.

Liniker perturba a noção de gênero. Seu nome foi escolhido por um tio que gostava de um jogador de futebol da Inglaterra, Gary Lineker, artilheiro da Copa do Mundo de 1986. A esperança era que o menino fosse jogador de futebol. “Acho que foi uma frustração para ele”, comenta o cantor de soul e Black music. Publicado na internet em 22 de janeiro de 2016, o vídeo conta sobre o processo de autodescoberta dele. “Faz uns dois anos mais ou menos que comecei a assumir essa identidade, eu precisa ser o que sou no dia-a-dia, ali no vídeo, mostrar a simplicidade que tenho e o jeito que sou, para ser orgânico”, conta Liniker de turbante, saia e bigode. Quando perguntado sobre a questão de gênero, ele explica, que não se identifica nem

como homem nem como mulher. “Eu não sei, sou bicha, sou preta, mas não sei se sou homem se sou mulher, então eu estou num processo de... Estou sendo o que sou, estou sendo o que é”. A fala de Liniker poderia ser contextualizada com a abordagem de Butler sobre o gênero, quando a filósofa fala que “O gênero é uma contínua estilização do corpo, um conjunto de atos repetidos, no interior de um quadro regulatório altamente rígido, que se cristaliza ao longo do tempo para produzir a aparência de uma substância, a aparência de uma maneira mais natural de ser.” Logo não fazemos o gênero, somos o gênero. Guacira Louro complementa: “é a própria nomeação de um corpo, sua designação como macho ou como fêmea, como masculino ou como feminino, que “faz” o corpo”.

O cantor lançou o seu primeiro *ep* em 2015, o *Cru*, traz os sucessos *Louise do Brésil*, *Zero* e *Caeu*. No alto dos 20 anos, ele conta que muitas de suas canções foram feitas com 16, das muitas cartas de amor não entregues aos rapazes que gostava, nasceram suas composições. Com ar cênico, seus arranjos se mesclam ao contraste com do tom do batom com sua pele, ao brilho do brinco e o balançar da saia e todo o show se torna uma performance, um ato político. Este é o Liniker, um cara pode usar um batom, turbante e cantar, conta ele para o jornal *El País*. Ao afirmar que seu corpo é um ato político, Liniker explora a sua potencialidade para pensar e ressignificar o gênero e o sexo. Berenice Bento completa sobre a falsa diferença entre sujeitos normais e anormais: “O desejo de ser amado, respeitado, incluído, faz com que os sujeitos “anormais” passem a desejar o desejo daquele que admiramos, mesmo que isso signifique uma profunda violência subjetiva”.

“Sempre quis usar as roupas da minha mãe, mas não fazia isso, sobretudo em Araraquara, uma cidade pequena, porque ia ser hostilizado. Ia para um brechó, queria um vestido, um brinco, mas não comprava...”, desabafa Liniker sobre a construção da sua liberdade. “Um tio meu me questionou, queria saber o que estava acontecendo e me deu uma roupa dele – para você saber como homem se veste”. A afirmação que o cantor ouviu do seu tio mostra a posição que ocupa em uma condição subalterna por desestabilizar as coisas do seu devido lugar — colocadas pelo patriarcado, entendido como o que sistema que define e designa a partir da dominação dos homens, colocam os homens como senhores de si.

Diante de uma masculinidade hegemônica, por vezes pautada no culto ao macho, Liniker desnaturaliza a sua bioidentidade (FOUCAULT, 1999) e através da música desconstrói paradigmas das bioidentidades coletivas.

“A bicha, o sapatão, a trava, o traveco, a coisa esquisita, a mulher-macho, devem ser eliminados”, intera Bento, mas no caso do artista, ela foi ressignificado em uma perspectiva dos estudos transviados, também chamados de queer. “O que os estudos/ativismos queer inauguram é olhar para o “senhor” e dizer:” eu não desejo mais o teu desejo. O que você me oferece é pouco.”, explica Bento. Dentro dessa linearidade é possível compreender a postura de Liniker como pós-colonial. Tendo em vista o projeto de branqueamento e de controle reprodutivo heterossexual de cidadania que demandavam o ordem e progresso da construção da república brasileira. O desejo faz parte do regime político e atua como uma diáspora para dentro do armário. “O medo dos conservadores em relação ao desejo homossexual é herdeiro de uma concepção de sociedade baseada na hegemonia hetero e sua aura de respeitabilidade e moral.” (MISKOLCI, 2014). Ser bicha e ser preta provoca “a hegemonia de uma elite que se fantasiava de branca e heterossexual”.

“Sofro de amor, infelizmente, sou canceriano, muito, muito, platônico gente, mas eu gosto, encontrei uma forma de crescer”, explica ele sobre o sujeito que invado o seu eu lírico à Trip TV. Liniker ressurgue de uma demanda que rompe com “a asserção de um poder viril e controlador, estereotipamente masculino” (VIEIRA, 2011). Liniker transborda do gueto e invade as fronteiras da liberdade cuspidando as suas fantasias e os seus sentimentos no espaço público. “O espaço que temos exigido é simplesmente o espaço que fomos condicionados a esperar como homens na sociedade patriarcal, espaço que foi apenas parcialmente negado porque chupamos paus” (WAUGH, 2011).

A canção *Zero* denota um amor sensorial em ressaltar “um toque grosso” que circuncida o jeito de olhar e dos beijos no pescoço. Em *Caeu*, o verso que canta “Nossa, como a gente encaixa gostoso aqui...” pode se referir ao ato de encontrar uma zona de conforto para gritar o desejo antes educado pela pedagogia do armário, como também pode referenciar de forma subjetiva a narrativa organizada a partir daquele que deseja ser penetrado ou ejacular. As canções de Liniker mantêm uma narrativa sobre o amor e o desejo marginal, que brota no gueto, por ali ser colocado, e germina abrindo caminhos. Indo além do “imaginário de virilidade se expressa nas letras das canções e videoclipes da Black music, em que o homem negro aparece como portador de uma espécie sensualidade irresistível, que atrai e possui mulheres de todos os tipos possíveis” (SIMÕES;FRANÇA; MACEDO, 2010).

4. Considerações finais

Johnny Hooker e Liniker quebram paradigmas diante da masculinidade. Cantores como Ney Matogrosso, Caetano Veloso, Cazuza e Pepeu Gomes trazem canções que desafiam o binarismo de gênero e o modelo hegemônico de macho nos anos 70/80. “Ser um homem feminino, não fere o meu lado masculino”, diz Pepeu.

Uma gama de artistas contemporâneos também se valem de análises por seguirem a proposta e subversão. Felipe Catto, Jaloo, Thiago Pethit, Rico Dalasam, Daniel Peixoto e Lineker. Todos eles são exemplos de masculinidades transgressivas que se opõe ao padrão de masculinidade “mantido como um ponto fixo em relação ao qual as mulheres e os homossexuais masculinos emergiriam como o que não é masculino (MACRAE, 2011).

As canções latentes são elementos de trânsito que contam histórias de amor. Não um amor heterocentrado, mas um amor encabeçado por grandes paixões e desejos acompanhados de perigo e vigília.

5. Referências

ASSIS, Machado. **Dom Casmurro**. Obras Completas de Machado de Assis, vol. I, Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 1994. Publicado originalmente pela Editora Garnier, Rio de Janeiro, 1899.

BENTO, Berenice. **Queer o quê? Ativismos e Estudos Transviados**. Revista Cult edição especial: Queer. Nº 6. Ano 19. 2016.

_____, Berenice. **Homem não tece a dor: queixas e perplexidades masculinas** – 2. ed. – Natal,. RN: EDUFRN, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. tradução Maria Helena Kühner – 5º ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BUTLER, Judith. “Prefácio” e “Capítulo 1 – Sujeitos do sexo / gênero / desejo” in **Problemas de gênero – Feminismo e subversão da identidade**. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003 – 1ª Edição. Tradução de Renato Aguiar.

COLLING, Leandro (Org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?**. Salvador : EDUFBA, 2011. 282 p. - (Coleção CULT; n. 9).

EIRA, Camila. **Na Cama com Madonna**. Revista Trip. disponível em <<http://revistatrip.uol.com.br/tpm/conheca-johnny-hooker-cantor-do-recife-que-lançou-primeiro-disco-em-2015>> Acessado em 22/03/2016.

ENTREVISTA Johnny Hooker defende bandeira LGBT e detona, cantoras fofinhas. Mais TV. disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=yi-V2hvk7DYo>> Acessado em 25/03/2016.

Entrevista | Johnny Hooker. Brasileiríssimos. 2015. disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=XdrPJwQS-Yc>> Acessado em 18/03/2016

FOUCAULT, M. (2004). **A Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo: Martins Fontes.

_____, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 1999. Petrópolis. Vozes.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Impressões de Viagem: CPC, Vanguarda e desbunde**. 1960/1970. Rio de Janeiro: Aeroplano. 2004.

HOOKER, Johnny. **Eu Vou Fazer Uma Macumba Pra Te Amarrar, Maldito!** 2015 (CD)

INGLIS, Ian. **Performance and popular music: history, place and time** Ashgate Publishing, 2006. Ltd. [S.l.] pp. 71 a 73. 0754640574, 9780754640578.

JÚNIOR, Luiz Guilherme dos Santos. **Dimensões do Corpo no filme Tatuagem, de Hilton Lacerda**. XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação 2015.

Johnny Hooker - Amor Marginal. Johnny Hooker. Direção: Mateus Sena. disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=qe713DXVF8k>> Acessado em 24/03/2016

LACERDA, Hilton. **Tatuagem**. Tempo de duração: 110min/Ano de lançamento: 2013

LINIKER. **Cru**. 2015 (EP)

LOGULLO, Eduardo. **Biografia Gal Costa**: 1972. disponível em <http://www.galcosta.com.br/sec_biografia.php?id=11> Acessado em: 19/03/2016

LOURO, Lopes Guacira. **Uma Sequência de Atos**. Revista Cult edição especial: Queer. Nº 6. Ano 19. 2016.

LYRA, Bernadette; **SANTANA**, Gelson (Orgs.). **Corpo & Mídia**. São Paulo: Arte & Ciência, 2003. p.19-48.

MISKOLCI, Richard. **Uma Outra História da República: Amor, Ordem e Progresso**. Revista Cult edição especial: Queer. Nº 6. Ano 19. 2016.

MORAIS, Camila. Liniker: “Sou negro, pobre e gay e tenho potência também”. El País. São Paulo 13 NOV 2015 - 21:14. disponível <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/12/cultura/1447331706_038108.html> Acessado em 21/03/2016

PENTEADO, Fernando Marques; GATTI, José (Org.). Masculinidades: teoria, crítica e artes. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. Estudos Feministas, Florianópolis, 19(1):312, janeiro-abril/2011

RODRIGUES, Carla. A política do desejo. Revista Cult edição especial: Queer. Nº 6. Ano 19. 2016.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação & Realidade. Porto Alegre: v. 2, n. 20, p.71-99, Jul/Dez, 1995.

SILVA, Daniel do Nascimento e. Identidades e Performatividade de Gênero nas Práticas Discursivas da Brahma Kumaris. Cadernos de Linguagem e Sociedade, 9 (1), 2008.

SIMÕES, Júlio Assis; FRANÇA, Isadora Lins; MACEDO Marcio. Jeitos de corpo: cor/raça, gênero, sexualidade e sociabilidade juvenil no centro de São Paulo. Dossiê: raça e sexualidade em diferentes contextos nacionais. Cad. Pagu no.35 Campinas Dec. 2010.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. Estudos feministas 461 2/2001. Ano 9 460 2º semestre.

UMA TRILOGIA DA FIGURA MATERNA NO TEATRO BRASILEIRO

Romair Alves de Oliveira¹

Resumo

Representação de divindade e santidade, a palavra mãe carrega uma carga semântica que supera a denotação e dá à figura materna a conotação do poder terreno de rainha e o celestial de anjo. Cantada em verso e prosa, a mãe tem seu espaço concretizado não necessariamente pela normatização social, mas pelo valor unívoco emoção/espírito, uma vez que a figura da mãe não é necessariamente vinculada à questão mulher. Discorreremos aqui sobre a representação da figura da mãe em três peças teatrais, duas da segunda metade do século XIX e uma do início do século XX.

Palavras-chave: teatro, mãe, autoria feminina.

¹ Doutor em Literatura e Cultura pela UFPB e este trabalho refere-se à pesquisa de Pós-Doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL) na Universidade Federal de Goiás (UFG) com supervisão do Prof. Dr. Flávio Pereira Camargo. Contato: romairoliveira@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7292210599198462>

Introdução

No panorama histórico-cultural de nosso país, não podemos falar de teatro brasileiro antes do século XIX. As peças de Anchieta não passam de rudimentos teatrais, relegadas ao esquecimento até os momentos iniciais do século XIX, mas não devemos desconsiderá-las do ponto de vista histórico-literário. Assim como a “Carta de Achamento”, de Pero Vaz de Caminha seria a certidão de nascimento de nossa literatura, as peças de Anchieta também iniciam nossos primeiros passos no cenário da representação dramática.

O romantismo no Brasil foi um movimento complexo, mas com alguns ideais bem definidos: o afastamento do servilismo clássico e o desejo de retratar o nacionalismo. A grande diferença entre o romantismo europeu e o brasileiro é que aquele retomara o passado e nós começamos a valorizar tudo o que é nacional. O romantismo será a estética que irá instaurar a autonomia literária brasileira apesar de todas as nossas limitações sócio-culturais. Com ele, inicia-se a era nacional em nossa literatura que desenvolve os embriões nativistas da era colonial.

Devemos aos românticos a imposição da dramaturgia na literatura brasileira, uma vez que são eles os responsáveis pelo aumento de público, criando peças sobre temas históricos ou de costumes. Não possuíamos, antes deste período, nenhuma tradição na arte da representação teatral, sendo a maioria das peças adaptações de textos clássicos.

O primeiro teatro, segundo informações de Décio Almeida Prado (1999), foi construído por D. João VI e inaugurado em 1813. Mas é no romantismo que se define o teatro brasileiro, e deve-se a Gonçalves de Magalhães, que em 1836 abre, didaticamente, a escola romântica brasileira com a obra *Suspiros poéticos e saudades*, o papel de pioneiro: em 1838 era representado seu drama *Antonio José ou O poeta e a inquisição*, considerado, pelos pesquisadores da área, o marco inicial do teatro nacional brasileiro. Entretanto, a Magalhães resta a glória de ter iniciado o teatro, mas a consolidação, como acontecera com Gonçalves Dias, na poesia, se atribui a Martins Pena e suas comédias de costumes.

A obra de Martins Pena é de extrema relevância para a arte literária e cênica brasileiras que, parafraseando Silvio Romero citado na obra *Literatura Brasileira: das origens aos nossos dias*, de José Nicola, poderíamos afirmar que se por acaso se perdessem todas as leis, escritos, ou seja, a memória da história brasileira da primeira metade do século XIX, e nos ficassem somente

as comédias deste dramaturgo, seria possível reconstruir por elas a fisionomia moral de toda aquela época.

Deve-se lembrar que esta construção da fisionomia moral da época só foi possível graças ao profundo poder de observação do autor, que lhe possibilitou criar os tipos irônicos, engraçados, caricatos, encontrados nas ruas do Rio de Janeiro oitocentista.

Conseqüentemente, Martins Pena torna-se o criador da comédia nacional com *O juiz de paz na roça*, encenada por João Caetano, no ano de 1838. Suas peças retratam a realidade social e doméstica, da cidade e do campo dos primeiros cinquenta anos do século XIX e juntamente com Artur Azevedo, que segue a mesma linha das comédias de costumes, são referências basilares para o teatro brasileiro.

Dramaturgia Feminina

O surgimento da dramaturgia de autoria feminina fora do espaço previsto e permitido, casas, saraus, igrejas, somente irá acontecer anos mais tarde, em relação aos textos teatrais de autoria masculina, com destaque para Maria Angélica Ribeiro (1829-1880), que inicia sua atividade literária ainda na adolescência. Somente em 1855, escreveu a primeira das mais de vinte peças que compõem sua obra dramática, em sua maior parte hoje ainda inédita. E devido ao incêndio ocorrido no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, a maior parte de sua obra está inteiramente perdida (SOUTO-MAIOR, 2001).

A estréia pública de Maria Angélica Ribeiro se deu em 1863, com a encenação do drama *Gabriela*, no Teatro Dramático do Rio de Janeiro, e foi bem recebido pela crítica, isto quando já havia escrito mais de quatorze peças.

Depois teria outro drama, denominado *Cancros Sociais*, encenado no mesmo teatro dois anos após a estréia de *Gabriela*, tornando seu nome conhecido e respeitado pelos críticos da época, entre eles Machado de Assis, conseguindo sobressair como o primeiro nome feminino no contexto teatral do Brasil. Essa peça alcançou oito récitas seguidas após sua estréia e outras nos meses seguintes, de acordo com Valéria Souto-Maior.

Maria Angélica Ribeiro prosseguiu escrevendo, publicando e encenando suas peças. Destaca-se em obra teatral os dramas *Cancros Sociais* (1866) e *Gabriela* (1863) e as comédias *Um dia na opulência* (1877) e a

Ressurreição do Primo Basílio (1878), sendo que um dos seus últimos dramas, *Opinião pública*, foi encenado no Teatro São Luís em 1879.

Segundo SOUTO-MAIOR, Maria Angélica Ribeiro é considerada a pioneira da dramaturgia de autoria feminina no cenário brasileiro oitocentista, e alicerça o espaço cênico, gênero dramático, para outras mulheres dramaturgas que surgirão; entre elas destacamos Josefina Álvares de Azevedo (1951-?) com sua peça *O voto feminino* (1890) e a já conhecida romancista Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) autora de várias peças, entre elas *Quem não perdoa* (1912).

Desse modo, deve-se considerar que essas mulheres, embora “enclausuradas” no espaço doméstico, conseguiram ir além dos jardins de suas casas e ganharam as ruas, as cidades e vislumbraram com suas experiências e angústias um novo horizonte no contexto dramatúrgico de nosso país. Dotadas de simplicidade e limitações, próprios de seu comportamento educacional, as mulheres transcendem o mundo ficcional de seu existir e tecem, como Penélope, uma nova história, não para esperar o homem amado e endeusado, mas para buscar sua identidade, ou melhor, criar sua identidade, seu perfil e iniciar sua longa trajetória de lutas, derrotas e conquistas, abrindo precedentes para o preenchimento do espaço que hoje suas companheiras possuem.

Mãe em Cena

Representação de divindade e santidade, a palavra mãe carrega em sua essência uma carga semântica que supera o espaço denotativo e dá à figura materna a conotação do poder terreno de rainha e o celestial de anjo. Essa figura emblemática protagoniza na vida e na arte cenas que se perpetuaram nas várias instâncias históricas, literárias e dramáticas, como Medéia e Jocasta, e em lutas sociais, como é o caso das mães da Argentina na praça hoje conhecida por praça das mães.

Mas no contexto histórico, nenhuma representação literária ou social de mãe consegue superar a religiosa que se constitui na imagem da Virgem Maria, representação máxima, o ápice de “ser mãe”, caracterizada pelos dons divinos, santidade e reforçada pela abnegação, bondade, amor incondicional e literalmente “padecer no paraíso”.

Cantada em verso e prosa a mãe tem seu espaço concretizado não necessariamente pela normatização social e sim pelo valor intrínseco

unívoco emoção/espírito, uma vez que a figura da mãe não é necessariamente vinculada à questão mulher, pois há um olhar diferenciador para o ser mãe e o ser mulher, implicando que no desenvolvimento histórico feminista a mãe já tinha seu espaço e é nele que se dará o alicerce da formação e da conscientização e as primeiras tentativas de inclusão no espaço público.

Veremos a partir de agora como é apresentada a figura da mãe em três peças teatrais, duas da segunda metade do século XIX e uma do início do século XX.

O drama *Mãe* (1859) do romântico José de Alencar, dividido em quatro atos, foi escrito com objetivo precípuo de exaltar e homenagear sua mãe D. Ana J. de Alencar, não tendo intencionalidade maior além disso, sem preocupação crítica nenhuma, como podemos perceber na dedicatória da peça:

Escrevi-o com o pensamento em ti, cheio de sua imagem, bebendo em tua alma perfumes que nos vêm do céu pelos lábios maternos. Se, pois, encontrares aí uma dessas palavras que dizendo nada exprimem tanto, deves sorrir-te; porque fostes tu, sem querer e sem o saber, quem me ensinou a compreender essa linguagem [...] é um coração de mãe como o teu. A diferença está em que a providência o colocou o mais baixo que era possível na escala social, para que o amor estreme e a abnegação sublime o elevassem tão alto, que ante ele se curvassem a virtude e a inteligência; isto é, quando seapura de melhor na lia humana.

A outra que não a ti causaria reparo que eu fosse procurar a maternidade entre a ignorância e rudeza do cativo, podendo encontrá-la nas salas trajando sedas. Mas sentes que se há diamante inalterável é o coração materno que mais brilha quando mais espessa é a treva. Rainha ou escrava, a mãe é sempre mãe (ALENCAR, 1977, p. 257).

O que ele faz bem nesta dedicatória, aparentemente preconceituosa, é exemplificar através de posições sociais extremas “rainha ou escrava, a mãe é sempre mãe” que ser mãe está desvinculado de qualquer espaço social ou cultural. Entra-se aqui no campo perigoso de se analisar qual seria a real intenção do autor, uma vez que “a postura de Alencar indica que gostaria que a escravidão, juntamente com sua herança negra, sumisse de repente da vida brasileira, num passe de mágica” (PRADO, 1999, p. 56). Por outro lado, temos historicamente que

Morto, em 1860, Alencar entrou para a vida política elegendando-se seguidamente deputado provincial pelo Ceará e galgando a

pasta da justiça no Ministério Conservador de 1866-70. Mas, ao contrário do pai, que sempre se batera por teses liberais, o romancista assumiu posições retrógradas (patentes em face do problema escravista) e foi, no fundo, antes um individualista que homem voltado para coisa pública: sabe-se que o motivo de seu afastamento da política, quando entrava na casa dos quarenta anos, foi o ressentimento de ver-se preterido por Pedro II na indicação para o Senado (BOSI, 1994, p. 135).

Além disso, percebe-se que, mesmo sendo o principal prosador da escola romântica, que tem como uma das características a valorização dos temas e problemas nacionais,

Sua obra é um retrato fiel de sua posição política e social: grande proprietário rural, político conservador, monarquista, nacionalista exagerado e escravocrata (consta que em 1871 o Parlamento discute a Lei do Ventre Livre; o deputado José de Alencar subiu à tribuna e disse: “não vou me dar ao trabalho nem de discutir essa lei. Ela é uma lei comunista”). (NICOLA, 1998, p.104).

Não devemos entrar no campo das indagações quanto à intenção em si, mas, considerando as citações acima e respaldadas nos textos que se seguem, podemos dizer que a peça trata realmente de uma homenagem e não de crítica social ou cultural.

O autor utiliza a pieguice romântica para expressar sua idolatria pela mãe:

Tu me desde a vida e a imaginação ardente que faz que eu veja tantas vezes viver em ti, como vives em mim; embora mil circunstâncias tenham modificado a obra primitiva. [...] Recebe, pois mãe, do filho a quem deste tanto, esta pequena parcela da alma que bafejaste (ALENCAR, 1977, p. 257).

O texto de Alencar lembra, nitidamente, uma canção da igreja católica, onde o agradecimento e a entrega são visíveis na exaltação extrema presente na letra que diz:

A minha vida é para ti [...] Meu coração é para ti. Porque tu me desde a vida, porque tu me deste o existir. Porque tu me deste o carinho, me deste o amor! [...] A minha vida é para ti, me coração é para ti! (DOUGHERTY, 2002, p. 80).

A diferenciação está na idolatria, onde Alencar individualiza a obra, perdendo em muito o valor coletivo, uma vez que sua peça tem como

intenção unicamente homenagear uma pessoa, uma mãe, a sua mãe. Já a letra da canção religiosa possui valor coletivo, ou seja, tem objetivo exaltar um ser que representa, segundo dogma religioso, o senhor de todos nós; este é caso também das músicas religiosas que se referem à Maria como mãe de toda comunidade cristã/católica.

O enredo da peça de Alencar mostra o drama de Joana, escrava que foi herdada por seu próprio filho quando o mesmo ficou órfão de seu pai adotivo. Criado por ela, sem saber de sua situação e tratado como seu senhor, ele jamais imaginaria que aquela escrava seria sua mãe. Jorge, o filho, é apaixonado por Elisa, cujo pai está endividado e ameaça se matar.

Desesperada, pede ajuda a Jorge que tenta inutilmente ajudá-la. Jorge, após fracassar nas tentativas, resolve hipotecar a escrava Joana apesar de já tê-la alforriado naquele mesmo dia. Um amigo, Dr. Lima, que sabe de tudo, revela a Jorge que ele havia vendido a própria mãe. Joana, ao escutar a revelação, se mata com o veneno que o pai de Elisa iria tomar e nega até a morte que seria mãe de Jorge.

Algo interessante nesta peça é que a questão social de seu enredo, condizente na época, não é valorizada pelo autor, uma vez que o tema da escravidão é utilizado apenas como alegoria social para enaltecer, engrandecer e exaltar o amor de mãe.

O drama de Alencar possui marcas da escola realista, principalmente quanto ao tema escravocrata, mas não considerado pelo autor como relevante, uma vez que seu texto apresenta uma visão romantizada. Perceber-se no texto, a partir da revelação do Dr. Lima, que Jorge reconhece Joana como mãe sem grandes conflitos apesar de viver numa sociedade escravocrata. Esta superficialidade analítica é singular em Alencar que trabalha em suas obras com erros e preconceitos da sociedade, mas sem profundidade de análise e meios de soluções.

A abnegação de Joana é utilizada pelo escritor, não para falar da situação escravista da nação, mas para justificar que mesmo a mulher mais sofrida e desmerecida de classe social vem, através de seu gesto, sublimar o amor materno, como se pode observar no diálogo:

Jorge – Minha mãe!...

Joana – Não!... Eu não sou sua mãe, nhonhô... Joana – O que ele disse, Sr. Doutor, não é verdade...

Joana - Ele não sabe.... (Mãe, p. 309).

Sua abnegação é levada às últimas conseqüências, até a morte, para que Jorge não sofra socialmente pela sua condição de escravo. Podemos entender, neste gesto, que o amor de Joana não é somente pelo filho, mas sim alicerçada na esfera social, onde amor não está ligado à questão igualitária, uma vez que seu filho, visto socialmente como homem liberto e branco, perderia a posição social condicionada na cor da pele. Pois sendo ela escrava e negra, seu filho também o era. Assim ele seria negro e, sendo negro, a sua cultura branca, escolarizada, valorizada e aceita na qual foi criado iria por água abaixo.

O amor supremo de mãe está representado em dualidades em pé de igualdades, pois escrava/rainha, pobre/rica, branca/negra, mãe é sempre mãe e o seu amor inalterável.

Nítida também é a dualidade existente na personagem Joana. Como mãe/escrava, suas ações são conduzidas não somente pela emoção (comum na escola romântica), mas suas ações e o seu gesto final são movidos pela razão. Mesmo sofrendo, prefere abnegar o amor de seu filho para não deixá-lo perder sua posição sociedade ariana e patriarcal.

Alencar utiliza o amor materno com visão romântica, porém com vestígios realistas, em que, condenada a sempre servir, escrava também de seu medo, da sociedade e dilacerada pelo conflito, Joana permanece angustiada pela ambigüidade presente em ser mãe e escrava.

Enquanto mãe, não quer se separar do filho:

Joana – Não, meu senhor. Se eu ficar lá, o que não há de permitir não... eu virei buscar os meus trapinhos. Agora!... Se eu os levasse... era como se não tivesse mais de voltar para o poder do meu nhonhô!...

E Joana não poderia! (Mãe, p. 296).

Enquanto escrava, não quer ser reconhecida como mãe:

Joana – Senhor Dr. quer dizer que fui ama de nhonhô!... que nhonhô era meu... meu... de leite...só!... só de leite!...

Jorge – Chama-me teu filho!... eu te suplico!...

Joana – Mas não é... não! ... eu juro... (Mãe, p. 309).

Diante do conflito, a solução será aquela já anteriormente anunciada:

Joana – [...] pois meu filho havia de ser escravo como eu? Eu havia de lhe dar a vida para um dia quisesse mal a sua mãe?

Deu-me vontade de morrer para que ele não nascesse... mas isso era possível?...

Não, Joana devia viver! (Mãe, p. 273).

A morte é o final trágico condizente com drama, como forma de solução que Alencar costumava utilizar para não entrar em atrito com questões sociais envolvendo preconceitos. Isto é claro no romance *Lucíola* (prostituição) e a peça *Mãe* (escravidão), nas quais as protagonistas morrem, solucionando assim o conflito que envolveria uma análise realista da época.

Em 1865, *Cancros Sociais*, de Maria Angélica Ribeiro, traz à tona novamente a figura materna, também, pelo viés da escravidão, diferenciada, por sua vez, da visão alencariana, em que não haverá somente exaltação da figura da mãe. A autora critica veementemente a sociedade escravocrata e vem abrir e, decorrente disso, consolidar a presença feminina nas artes cênicas do país.

Drama original em cinco atos, *Cancros Sociais* retrata o drama de Marta e Eugênio, respectivamente mãe e filho.

Eugênio, homem bem posicionado na sociedade, como presente de aniversário de quinze anos de sua filha, resolve alforriar uma escrava. A escrava levada a ele, por coincidência, é Marta, sua mãe, que o reconhece como seu filho separado dela ainda criança.

Ela se declara sua mãe e fica morando com ele e sua família, sem sua esposa e filha saberem do laço de família que os unem. Porém, isto gera para ele um conflito que envolve posicionamento emocional e social, pois se ele disser que é filho da escrava Marta, escravo também seria. A solução se dá num jogo de acasos na qual as personagens da peça estão interligadas. A autora tece um enredo, de certa forma forçado, para justificar a solução dos dilemas das personagens. No final, Marta pode ser assumida publicamente, pois quando teve Eugênio não era mais escrava, já que seu senhor havia lhe dado a liberdade.

O drama chama a nossa atenção em relação à mudança de foco diferenciada de Alencar a partir do próprio título; pois cancro, que é o mesmo que câncer, que por sua vez aparece no plural, nos leva a entender e perceber que o tema da escravatura, embora reinante no drama, não é o único câncer inserido na sociedade e nem no texto cênico. Além da crítica à escravatura, a autora defende a causa da mulher e expõe suas idéias e reivindicações, protestando veladamente contra o cerceamento social sofrido pelas mulheres de sua época

O texto de *Cancros Sociais* apresenta a não exaltação da figura materna. A protagonista é mãe sim, mas diferentemente de Joana que faz tudo pelo filho e resignada até morre por ele, Marta, quando reconhece seu filho, se declara e busca seu lugar de mãe e, mesmo sabendo da questão social que envolve ela e seu filho, Marta não fica na incógnita e se impõe como mãe.

Podemos notar que a personagem central de *Cancros Sociais* possui maior grau de argumentação. Ao contrário de Alencar, que conduz sua protagonista numa linha emocional determinando seu destino, Maria Angélica Ribeiro dá a sua Marta uma maior “liberdade argumentativa”, o que faz com que o enredo se desenvolva como obra ficcional de abrangência crítica social maior.

Em *Cancros Sociais*, nota-se que razão e emoção são comedidas nas ações das personagens, não ficando o enredo apenas no plano do abstrato, das virtudes e do emocional. Razão e emoção alternam-se de acordo com o objetivo que é dado ao texto para as ações da protagonista, principalmente por o enredo apresentar-se enigmático, em forma de labirinto, no qual o espaço familiar voltado para o conflito que envolve a escravatura irá ser solucionado, forçosamente, pela normatização social vigente.

Envolvendo honra e nome, o texto de Maria Angélica Ribeiro se diferencia por outra particularidade. Enquanto Alencar utiliza a morte como solução do impasse de Joana e Jorge, Maria Ribeiro, sem necessidade de levar à morte sua protagonista, utilizará o recurso da legalidade para desfazer o dilema de Marta e Eugênio.

Muda-se o século e a carioca Júlia Lopes de Almeida, quarenta e sete anos depois de *Cancros Sociais*, escreve *Quem não perdoa*². Peça em três atos que trata das relações humanas, especialmente a que envolve matrimônio e adultério com ênfase na questão de honra vinculada ao sexo masculino; a relação de poder existente, o matrimônio e o posicionamento da mulher em relação à marginalização social do ponto de vista da preservação da honra.

Quem não perdoa narra a história de Ilda, jovem professora de vinte anos, de família burguesa em decadência que se casa com Gustavo Ribas com o consentimento de sua mãe, Dona Elvira. Passam-se dez anos e Ilda vive confortavelmente, sem filhos, junto com o esposo e sua mãe em uma bela casa. Ilda, com o passar dos anos, e também pela indiferença do

2 Peça encenada pela primeira vez em 1912 e publicada em 1917.

esposo, apresenta alterações comportamentais em relação a seu casamento, envolvendo-se emocionalmente com Manoel Ramires. O final é trágico; em defesa da honra, como tradicionalmente acontece no sistema patriarcal, Gustavo mata a esposa, porém, o que é surpreendente no desfecho da peça é a ação quase inacreditável da mãe que vinga a morte da filha assassinando o genro.

Júlia Lopes de Almeida, escritora já renomada na época, escreveu *Quem não perdoa*, ao que tudo indica, segundo observação de SOUTO-MAIOR (2001), com o objetivo de chamar a atenção pública para o grande número de mulheres assassinadas por seus cônjuges, justificando-os como em defesa da honra, os chamados crimes passionais que de certa forma era normatizados pela sociedade fundamentada na relação de desigualdades de direitos civis, privilegiando o sexo masculino em detrimento do feminino.

A peça de Dona Júlia, como era conhecida na época, traz de volta no início do século XX a figura da mãe, desta vez, uma mãe que difere daquelas retratadas anteriormente por Alencar e Maria Angélica Ribeiro. Dona Elvira, a mãe, apresenta em sua composição características realistas, indagadoras e contestadoras, interferindo nas ações das outras personagens, extremosa com sua filha, mas não totalmente complacente com suas atitudes.

Ilda - Mas não é esse o futuro de toda gente moça? Em tudo só o que me espanta é ver-me preferida, eu simples professora, pobre, com rapaz de fortuna e é só isso que te deve espantar também a ti, que és observadora, tão criteriosa e tão imparcial [...] e tu haverias de gostar que a tua Ilda ficasse para tia, e de mais a mais dos sobrinhos dos outros, visto que não tenho irmãos! [...] mas não te parece que a vida de uma solteirona deva ser uma coisa triste?!... também não me quererias para freira! (*Quem não perdoa*, p. 33).

Nota-se que, em relação aos textos: *Mãe*, de José de Alencar e *Cancros Sociais*, de Maria Angélica Ribeiro, a composição textual de Júlia Lopes de Almeida é mais elaborada em relação à crítica nele inserida, pois de forma sutil consegue denunciar a violência a que as mulheres eram, e ainda hoje são, submetidas por seus companheiros, assunto este, até aquele momento, visto como tabu, pouco debatido e praticamente ignorado pela sociedade. O protesto à reivindicação da voz feminina, inscrita no texto almeidiano, se dá primeiramente a partir da ambigüidade existente no título *Quem não perdoa*, pois, tradicionalmente, no contexto literário, social e cultural, a

palavra mãe traz uma significação alicerçada em valores caracterizados pela abnegação de tudo aceitar e perdoar, isto em relação a sua prole, singular. Em relação aos outros aspectos sociais em que venha colocar sua prole em risco, sabemos que a expressão muito utilizada e conhecida é que a mãe se torna “uma leoa” e aí ela não perdoa.

Em segundo lugar, o texto de Júlia Lopes de Almeida vem mostrar, através do gesto maior de transgressão, que o ato concreto de dona Elvira - assassinar o genro - instaura um novo lugar do feminino dentro da esfera social vigente, uma vez que com este a mãe sofre um deslocamento social, onde o ser submisso (feminino) toma para si o poder de vida e morte, alicerçado no masculino. E aí é que se encontra a ironia almeidiana que vem justificar o título condensado na ação concreta da mãe.

Na peça, Júlia Lopes de Almeida, usando um discurso alicerçado na sutileza e estrategicamente organizado, traz à luz um novo elemento de análise para a reflexão sobre os crimes passionais, enfocando o adultério, culturalmente sempre causado pelas mulheres, que, sem julgamento, são culpadas e punidas pela morte; enquanto o homem, assassino confesso, é julgado como vítima, liberto, aclamado pela sociedade que normatiza seu poder de vida e morte, enfim o destino de suas companheiras, como é caso que acontece com Gustavo, esposo de Ilda.

Interessante é como Dona Júlia entrecruza os diálogos de acusação e defesa na tríade traição/vida/morte e tece um grande texto dramático. Mostrando as primeiras manifestações do olhar feminino sobre o papel da mulher no espaço social e cultural de uma sociedade extremamente voltada para os preceitos patriarcais.

O papel da mãe é o grande trunfo da peça, pois, mesmo utilizando o discurso social coerente com a época, a ação de Dona Elvira vem mostrar a revolta, o protesto contra a normatização imposta às mulheres, onde o homem, todo poderoso, faz “justiça” com as próprias mãos na certeza que sairão impunes, absorvidos pela normatização patriarcal reinante. O texto almeidiano vem denunciar através de Dona Elvira que representa no texto cênico não somente a mãe de Ilda; ela assume o papel de várias mulheres e mães que perderam suas filhas, que tiveram suas vidas ceifadas pela violência de cônjuges, não concordando com os preceitos sociais que “dava” plenos poderes aos homens de vida e de morte sobre suas mulheres. No gesto da mãe, protagonista da peça, estão contidas as aspirações, secretas ou não, de outras mulheres que sofreram o mesmo trauma familiar.

Fundamentalmente preocupada com a situação opressiva vivida por quase todas as mulheres de sua época e injustiçada muitas vezes hoje pelo desconhecimento de sua obra completa, Júlia Lopes de Almeida, através de sua vasta obra, mapeia a situação social e cultural das últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, principalmente, no que tange à condição feminina daquela época.

Considerações Finais

Pode-se notar, nas leituras dos textos cênicos vistos, que o papel feminino centrado na figura emblemática de mãe sofre diferenciações não somente quanto aos temas propostos, mas também, conforme a época histórica, a intencionalidade de seus autores e, principalmente, o olhar diferenciador que envolve masculino e feminino.

Alencar não possui, pela leitura feita, intencionalidade crítica definida; seu texto dramático, ao que se pode perceber, tem por finalidade maior somente enaltecer o valor da maternidade na pessoa de sua mãe e deixa isto muito claro na dedicatória da peça. O olhar alencariano é banalizado pela exaltação exagerada da maternidade e preconceituoso em relação à raça; fato este de domínio público na época, como já foi citado, em suas atividades literárias e políticas. O romancista José de Alencar ainda peca pela falta de engenhosidade no desfecho de seu drama de cunho escravocrata, no qual a protagonista é conduzida à morte, acreditando estar fazendo um bem para seu filho em detrimento do aspecto social.

As obras dramáticas de autoria feminina *Cancros Sociais* e *Quem não perdoa* apresentam, em sua composição, uma desenvoltura crítica nas ações de suas protagonistas que elevam o texto a um patamar significativo, superior ao texto propriamente dito. As autoras oitocentistas já apresentam um olhar diferenciador em suas obras a partir das escolhas dos títulos de suas peças, sendo estes pressupostos iniciais para o desenvolvimento dos enredos de seus textos teatrais.

O texto de Maria Angélica Ribeiro, *Cancros Sociais*, escrito seis anos após o texto do cearense José de Alencar, traz um avanço na condição feminina oitocentista, ou seja, na trajetória da história das mulheres brasileiras da segunda metade do século XIX. A autora tem a ousadia de tratar de assuntos, naquele momento, fora do espaço, mesmo de escrita, permitido às mulheres. Através da protagonista, ela dá voz não somente à mãe escrava,

mas também a outras mulheres cativas, de uma forma ou de outra, de um sistema instituído sobre o cerne do patriarcado. Seu texto vem questionar a desvalorização das mulheres e os preceitos sociais vigentes sobre a condição feminina em nosso país. Num enredo intrigante, utilizando um discurso extremamente crítico, Maria Angélica Ribeiro abre as cortinas para outras mulheres no contexto cênico nacional.

Mulheres como Júlia Lopes de Almeida, pois esta utiliza a ironia discursiva como forma de protestar no texto dramático, bem elaborado e revestido de provocação social em torno dos crimes passionais justificados em nome da honra. Dona Júlia aborda com ímpetos de feminista a necessidade de rever o quadro vergonhoso com grande índice de mulheres assassinadas por seus cônjuges. Surgindo, neste início de século, as primeiras indagações sobre questões que envolvem os crimes efetuados em nome da honra: Se os homens são os que mais traem, por que só as mulheres morrem? Os homens poderiam morrer da mesma forma, uma vez que eles traem às claras e a sociedade sabe e aceita, indo além, o aclamam por essa atitude, e, além de tudo, ainda cobram essa atitude de violência contra a mulher de forma legalizada pela cultura machista vigente na sociedade das primeiras décadas do século XX e perpetuada até quase o seu final.

Dona Elvira, a mãe, não é, no primeiro momento, a protagonista da peça. O triângulo amoroso formado por Gustavo Ribas/Ilda/Manoel Ramires é que dá sustentação inicial à trama; para os leitores e espectadores, o foco central da peça gira em torno deste triângulo amoroso, ou seja, para nós, simples leitores ou espectadores, o enredo centra-se no contexto das relações amorosas. Mas a autora sai deste jogo amoroso, servindo-se dele apenas como pretexto para introduzir a questão social da qual quer falar, e, assim, transforma a personagem, mãe da mocinha, que seria dentro da narrativa tradicional, romantizada, na verdadeira protagonista de sua peça, pois é ela, Dona Elvira, que servirá de alicerce crítico para seu texto; é nela, pelo fato de efetuar a ação final que é matar o assassino de sua filha, que está a explicação da ambigüidade sugerida no título, e é nesta representação de mãe que mata que se encontram outras mulheres e outras mães.

Desse modo, temos no texto *Mãe*, de José Alencar, a mãe abnegada, exaltada pela maternidade que morre por seu filho. Em *Cancros Sociais*, a autora deixa a exaltação de lado e trabalha com a questão crítica, no qual a mãe já não é totalmente submissa ao amor filial. A protagonista, ao morrer por seu filho, vive para ele. Já na peça de Júlia Lopes de Almeida, *Quem não*

perdoa, a mãe não morre e nem vive somente por seu filho, mas ela mata por ele.

Portanto, temos retratada, no percurso histórico-literário de cinquenta e três anos, de *Mãe* (1959) a *Quem não perdoa* (1912), a figura feminina mais cultuada e adorada em todas as épocas... de Maria, Helena, Lúcia ... às infinitas formas de ser mãe.

Referências

ALENCAR, J. *Mãe*. In: _____. *Teatro completo*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional do Teatro, 1977.

ALMEIDA, J. L. *Quem não perdoa*. In: _____. *Teatro*. Porto: Renascença Portuguesa, 1917.

BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. 33 ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

DOUGHERTY, Eduardo. *Louvemos ao senhor*. Campinas: Associação do Senhor Jesus, 2002.

FARIAS, J. R. *O teatro realista no Brasil: 1855-1865*. São Paulo: Perspectiva: Edusp, 1983.

MOREIRA, N. M. B. *A condição feminina revisitada: Júlia Lopes de Almeida e Kate Chopin*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.

PRADO, Décio de Almeida. *História concisa do teatro brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 1999.

RIBEIRO, M. A. *Cancros Sociais*. s/e. s/d.

ROMERO, S. In: NICOLAS, J. *Literatura brasileira: das origens aos nossos dias*. São Paulo: Scipione, 1988.

SOUTO-MAIOR, V. A. *Entre/linhas e máscaras: a formação da dramaturgia brasileira na autoria feminina no Brasil do século XIX*. João Pessoa: 2001. (Tese de Doutorado-Programa de Pós-graduação em Letras).

“EU QUERO UMA PESSOA PARA QUEM EU ME ENTREGUE DE CORPO E ALMA!”: AMOR, SEXO E FIDELIDADE EM RELACIONAMENTOS HOMOAFETIVOS

Nathalya Cristina Ribeiro Trigueiro¹

Márcia Swênia Brito da Silva²

1. Introdução

O presente trabalho é resultante de uma pesquisa realizada na Graduação do Curso de Serviço Social e aperfeiçoado na atual experiência em Mestrado Acadêmico em Serviço Social, sendo derivado de estudo teórico e de pesquisa empírica de cunho etnográfico realizada entre casais homoafetivos, moradores da cidade de Natal/RN, que estão vivenciando ou vivenciaram recentemente, algum relacionamento de caráter afetivoconjugal, tanto sob a condição de namoro quanto a de casamento. O trabalho compreende, assim, conjugalidade de maneira ampla, contemplando tanto casais que coabitam quanto casais que estabelecem vínculos amorosos-sexuais sem coabitação.

A pesquisa teve o intuito de contribuir nos estudos sobre este tipo de relacionamento afetivo que passa a ganhar maior visibilidade a partir das mudanças que ocorreram na sociedade ocidental contemporânea após a segunda guerra mundial, a revolução sexual e os movimentos feminista e gay, levando em consideração um conjunto de representações que os próprios casais homossexuais exprimiram perante os relacionamentos homoafetivos em seus diversos aspectos.

1 Universidade Estadual da Paraíba
E-mail: nathyribeiro01@gmail.com

2 Universidade Estadual da Paraíba
E-mail: britoms10@gmail.com

O interesse pela realização dessa pesquisa surgiu devido ao fato de que é consideravelmente recente a presença de trabalhos acadêmicos no âmbito da pesquisa em Serviço Social que trabalhem a temática da homoafetividade, pretendendo assim, contribuir em âmbito acadêmico para esta discussão.

Este trabalho vem apresentar as falas dos informantes sobre os aspectos de amor, sexo e fidelidade dentro de uma relação homoafetiva, principalmente levando em consideração a sua experiência específica. Assim, são trazidas as vivências e as representações dos sujeitos ouvidos quanto às questões como sexo, amor e fidelidade nos relacionamentos homoafetivos.

Para tanto, a coleta dos dados se deu no período de novembro de 2012 a janeiro de 2013, sendo realizada através de cinco entrevistas abertas gravadas e transcritas e cinco questionários respondidos pelos próprios informantes através de comunicação via e-mail. As entrevistas e questionários abrangiam aspectos como amor, sexualidade e fidelidade em relacionamentos homoafetivos.

Na apresentação dos dados, preservamos a identidade dos informantes, havendo a troca por nomes fictícios. Das dez entrevistas, foram ouvidas seis mulheres – destas, cinco ainda continuavam com suas parceiras e uma estava solteira, mas tinha saído recentemente de um relacionamento homoafetivo – e quatro homens – destes, dois estavam namorando, um encontrava-se em um “relacionamento aberto” onde estava “somente ficando”, sem haver ainda um “relacionamento sério” e outro estava separado, tendo saído de um relacionamento compreendido como “duradouro”. Os informantes possuíam uma faixa etária de dezenove a quarenta anos de idade, e os relacionamentos citados possuíam um período de quatro meses a treze anos de duração.

2. Amor, sexualidade e fidelidade: entre discussões teóricas e representações dos(as) entrevistados(as).

A sexualidade e o amor são alguns dentre os diferentes aspectos que constroem a particularidade do humano, e é frequente a discussão, entre os estudiosos dos aspectos sociais das emoções no âmbito da Academia, se estes aspectos existem de forma inteiramente ligada ou se podem aparecer de maneira independente um do outro. Discussões também são trazidas sobre como o contexto social e histórico vai interferir na concepção de amor e de sexualidade que cada indivíduo traz, pois ao se pesquisar sobre a

história de cada um irá se perceber que as representações tidas como individuais são fatalmente coletivas (DURKHEIM, 2003) e também vão mudando de acordo com a cultura.

Nesse último século no Ocidente as mudanças em torno da sexualidade trouxeram, diferentemente de outras épocas, o direito de cada um ao prazer sexual, interferindo na paisagem social e admitindo uma nova ética da sexualidade.

Surgem os relacionamentos em que o amor e sexo estão separados, abrindo espaço para relacionamentos passageiros, fortuitos, que não visam compromissos futuros e em que predomina a sensorialidade, como também, surgem aqueles em que há uma busca por um envolvimento mais efetivo entre os pares, prevendo uma ligação de interesses e desejos continuamente negociados (HADDAD, 2011).

Desta forma, muitas são as definições dadas a esse sentimento, apesar de autores como Fleury (2011) acreditarem que, devido ao amor não ter limites, ele não poderia ser definido, pois uma definição já implicaria uma limitação. Mesmo assim, muitos autores, cientistas e pensadores criam definições para o amor. A partir das diversas definições de amor, podemos perceber que durante o passar dos tempos foi-se construindo ou atribuindo a esse sentimento características diferentes, estando de acordo com o desenvolvimento tido pela sociedade.

A concepção de Ferreira (2004) nos leva a pensar sobre isso quando a autora mostra uma espécie de “mudança” do amor mais carnal, emotivo, individualizador, “natural” e corporal, como o “amor romântico”, para o amor mais racional, socializador, “cultural” e mais espiritual, como o “amor cristão”, comentando que o amor-eros (representado em Platão pela paixão) possui o excesso da idealização caracterizada pela psicanálise e no amor-caritas (representado em Kant pela benevolência para com o coletivo) há o excesso da sublimação, atravessando a desordem que fica entre idealização e sublimação do amor-amizade.

O amor romântico possui um caráter de idealização entre as pessoas da sociedade ocidental, desde seu surgimento entre os séculos XVI e XVII, aparecendo desde aí o desejo de encontrar a pessoa perfeita, que “nos complete” em todos os sentidos, que nos faça ter um sentimento de entrega total, algo inexplicável para muitos e na verdade impossível.

Durante conversas com os entrevistados, podemos perceber que essa idealização de amor também ocorre entre os casais homoafetivos,

diferentemente do que o senso comum costuma pensar, ao acreditar que entre os homossexuais só há “perversão”, “curtição” e ausência de um desejo de compromisso. Observemos a fala de Jéssica, que relata como conheceu sua namorada. Segundo ela, o último encontro antes de iniciar o namoro já teve, conforme seu relato, momentos de “carinho” e “amor”, mostrando o “amor romântico” em sua fala.

Nos conhecemos através de um grande amigo nosso [...]. Nosso primeiro contato foi por telefone e ficamos assim mais de um mês. Sempre marcávamos *pra* nos conhecermos pessoalmente, mas nunca dava certo. Isso tudo começou em fevereiro, depois do carnaval, e só nos conhecemos pessoalmente em abril [...]. *Ficamos* no primeiro encontro e foi muito bom [...]. Em um outro dia fomos a um churrasco. Durante a festa ela bebeu muito e o nosso amigo me deu a chave do apartamento dele para que eu a levasse para descansar um pouco. Cuidei dela e quando fui colocá-la para dormir nos beijamos e fizemos amor [...]. No outro dia ela me ligou e comentei com ela uma brincadeira feita por um paciente comigo, foi quando ela disse que eu o avisasse que minha namorada era ciumenta. Parei na mesma hora. Fiquei sem saber o que falar. E foi assim que ela me disse que estávamos namorando desde o dia anterior. (Jéssica, 26 anos).

Além disso, através da história de alguns entrevistados percebemos que há o que Béjin (1985) denomina de “coabitação juvenil”, ocorrendo entre aquelas pessoas que vivem como casais, mas não são casados legalmente, sendo isto considerado pelo autor o equivalente a um casamento, pois há uma tentativa de sintetizar aspectos da vida conjugal (amor dentro do casamento) e da união extraconjugal (amor fora do casamento).

Maldonado (1986) mostra que uniões conjugais se tornam muitas vezes instáveis, pois só se mantêm enquanto conseguem satisfazer os desejos do casal, mas que após isso as pessoas não conseguem aceitar as diferenças existentes e as decepções resultantes da convivência, o que traz como consequência a separação, sendo mais fácil procurar um novo casamento do que arrepender-se de ter vivenciado uma relação insatisfatória. Podemos observar isso no relato de Júnior:

O meu primeiro relacionamento começou aqui inclusive, há treze anos. Convivemos por doze anos e oito meses, casado e tudo, com toda família aceitando de ambas as partes, e fomos felizes até enquanto durou. Mas eu mesmo que cansei pela forma

dele. Assim, de só eu estar lutando a mais e ele não. [...] Ele foi o meu primeiro caso no meu mundo gay. [...] E assim, eu não sou de beijar por beijar, de ficar por ficar, nem fazer amor por fazer. Eu quero compromisso. Então tentamos e esse relacionamento durou doze anos e oito meses, mas infelizmente todo começo tem um fim né? Nós estamos separados mesmo, vamos dizer em relação corpo a corpo, porque ele ainda morou na minha casa como amigo uns três meses. Era o maior amor que eu tinha, ou seja, ele era meu porto seguro, me sentia bem perto dele e tudo [...]. (Júnior, 40 anos).

Devido a isso, Costa (2011) ressalta que durante o início de vida conjugal é preciso ter a consciência nítida de que o amor pode acabar, sendo necessário dedicar-se a ele com sensibilidade, delicadeza e espírito criativo para não o deixar morrer, promovendo assim um estado permanente de mudanças. Ora, Júnior, um de nossos informantes já citado anteriormente, relata que esse desejo de mudança, de trazer melhorias para o relacionamento, só era presente em si, tendo o seu companheiro a idealização de que Júnior jamais acabaria o relacionamento entre eles, fato que não ocorreu.

Desta forma, levando-se em consideração o pensamento dos autores acima, devemos estar atentos ao fato de que não é interessante iniciar um relacionamento amoroso de forma idealizada, mas sim com a consciência de que a vida à dois necessita de maturidade para enfrentar barreiras e superar as diferenças existentes entre os sujeitos, independentemente de estar vivenciando um relacionamento heterossexual ou um relacionamento homoafetivo, caso contrário, características como fidelidade, companheirismo, entre outros, não estarão presentes no relacionamento que irá se vivenciar.

A fidelidade costuma estar ligada a algumas questões, sendo uma delas a sexualidade e a cultura da sociedade ocidental. Sabemos que esses dois aspectos (sexualidade e cultura) foram sendo transformados de acordo com as modificações tidas na sociedade, havendo concepções que foram mudando, como também havendo aquelas que ainda precisam de muitas discussões para poder serem alteradas não somente na teoria, mas também na prática.

Bassanezi (2009) comenta que há uma representação na sociedade ocidental situando a traição masculina e a feminina diferentemente. Antes da revolução sexual esta situação era ainda mais frequente, já que o marido, mesmo sendo infiel, não poderia ser considerado como praticante de atos

errôneos caso exercesse sua função de pai, marido e provedor da família, enquanto que as mulheres deveriam mostrar aos seus maridos que, como boas esposas, eram melhores companheiras que a amante, além de serem aconselhadas a terem um controle emocional, fugindo de tentações e impulsos para manterem-se fiéis aos maridos, mesmo que eles não agissem da mesma maneira.

Ora, não se pode dizer que esta condição mudou radicalmente na atualidade, mas, no entanto, hoje há uma história de lutas sociais que construíram certa consciência crítica nos segmentos mais avançados da sociedade.

Humberto mostra em sua fala que a diferenciação tida entre homens e mulheres ainda é muito recorrente nos tempos atuais, sendo aceita a traição dos homens, enquanto que não ocorre a mesma aceitação quando se trata de mulheres. O entrevistado ressalta que, para ele, fidelidade é uma questão de caráter, de personalidade, até mais do que cultural.

No geral, eu vejo que existe realmente muita infidelidade, principalmente, nos casais héteros, com relação aos homens *né*? Os homens acham, até por uma questão cultural, que é normal trair a mulher uma vez. Que o homem fez isso não porque não ama ela. Ele fez porque ele é homem... tem muito essa conversa! E eu já acho que isso é mais uma questão de personalidade, de caráter, até mais do que cultural. [...] Eu aprendi que você não vai trair uma pessoa que você ama e nem vai trocar o que você construiu uma vida inteira[...]. (Humberto, 24 anos).

Ao ser questionada se há diferença entre a fidelidade no relacionamento heterossexual e no relacionamento homoafetivo, Rafaela diz que, em sua opinião, há sim diferenças, comentando que isso ocorre devido à cultura da nossa sociedade, que ainda faz a diferenciação em relação à fidelidade entre homens e mulheres, diferenciação esta que não ocorre quando se trata de duas pessoas do mesmo sexo.

Tem sim, principalmente em relação ao papel dado para a mulher e para o homem, o papel dado pelo senso comum. [...] As crianças já crescem com um papel designado *né*? Então, pro homem, eles já crescem sabendo que pra eles é comum trair, que é permitido, que é uma necessidade, por exemplo, se a mulher for virgem eles têm que saciar a vontade deles e aí de alguma forma acaba traindo, e a mulher também, já cresce com essa percepção de que “se o namorado me traiu é porque não saciei as

necessidades dele, então o problema é meu”, e aí quando você coloca duas mulheres, juntas, é outra coisa, é uma dinâmica totalmente diferente. Como dois homens também né? (Rafaela, 28 anos).

Rafaela comenta ainda que, em sua opinião, há divergência também entre os relacionamentos de heterossexuais e de homossexuais quanto à questão de sexo e amor estarem atrelados ou não, comentando que para os heterossexuais esses dois aspectos podem encontrar-se separados, enquanto que para os homossexuais, devem ser considerados juntos, ou caso contrário, é visto como traição.

No relacionamento heterossexual tem muito o pensamento: “ele me trai, mas é só sexo, ele me ama”, e no gay, o sexo e o amor são coisas totalmente atreladas. Se você, tipo, me ama, você faz sexo só comigo. O nosso sexo tem que ser perfeito comigo. Se você faz sexo com outra pessoa é uma traição completa, grotesca, inadmissível. (Rafaela, 28 anos).

Ainda sobre haver ou não diferenças de fidelidade entre os relacionamentos heteroafetivos e homoafetivos, alguns entrevistados consideram que não há diferenças, porém, consideram que a sociedade os vê de forma divergente por acreditarem que os homossexuais são considerados “pervertidos”, que vivem somente na promiscuidade.

[...] é muito uma questão da pessoa, da vivência do casal, tá entendendo? Como, por exemplo, os meus pais. Meu pai e minha mãe é um casal hétero e meu pai passou a vida toda *passando chifre* na minha mãe. Estão até *num* processo de separação porque ele está com uma segunda mulher. Então, não podemos dizer que, “ah, porque o homossexual é muito pervertido”, como o senso comum fala muito. (Rogério, 22 anos).

Eu acho que isso está mais relacionado ao caráter de cada um. Agora existem estigmas que mudam a atitude e o comportamento das pessoas. Porque, o que o povo pensa do mundo gay? “ah, é promiscuidade...”. E isso existe, mas não existe só no mundo gay, existe no mundo hétero também. [...] Eu acho que promiscuidade e fidelidade é tudo mais com relação ao caráter das pessoas e com a fraqueza de caráter também. (Humberto, 24 anos).

Essa imagem que as pessoas têm de perversão e promiscuidade relacionada aos homossexuais faz parte dos resquícios da história da sociedade ocidental, ainda existente nos tempos contemporâneos, nos quais

a homossexualidade era enquadrada em vários países, como também no Brasil, como “doença psíquica” ou “perversão sexual”.

Ora, segundo Green (2000), a homossexualidade foi marginalizada e estigmatizada pela sociedade brasileira e durante décadas foi vista como doença e perversão, aparecendo geralmente homossexuais brasileiros apenas em jornais nas páginas policiais ou em reportagens sobre o carnaval. Concordando ainda com o fato de que a fidelidade não se diferencia entre os heterossexuais ou homossexuais, a maioria dos entrevistados ressalta que a fidelidade vai se distinguir de acordo com o caráter e a personalidade de cada um, não sendo determinada pela orientação sexual do indivíduo.

A gente vê a fidelidade e a infidelidade como algo normal em todos os relacionamentos, que acontecem com ambos, héteros e gays. Não vemos muita diferença no que diz respeito aos relacionamentos gays [...]. É uma coisa muito relativa, existem casais de gays masculinos que são extremamente fiéis e existem aqueles que traem. Da mesma forma são os relacionamentos femininos homossexuais. Acho que isso varia muito de pessoa para pessoa, e não de gênero. (Fernanda, 19 anos).

Sobre a infidelidade nos relacionamentos amorosos, as informantes Fátima e Camila acreditam que, apesar de se encontrar infidelidade em qualquer tipo de relacionamento amoroso, a traição entre homossexuais é mais fácil de ser descoberta pelo fato de o “mundo homossexual” ser composto ainda por um menor número de pessoas:

Acredito que a fidelidade, independentemente de qualquer tipo de relação, anda muito ausente entre os relacionamentos nos últimos anos. Vejo que assim como há infidelidade no mundo heterossexual existe também no mundo homossexual. Na verdade, os princípios dos seres humanos estão deturpados em qualquer meio, seja ele homo ou heterossexual, entretanto, acredito que devido a quantidade de pessoas ser menor no meio homossexual, isso acaba sendo descoberto mais facilmente comparado ao heterossexual. (Fátima, 26 anos).

Eu acho que é muito difícil encontrar pessoas fiéis hoje em dia. As pessoas andam tão preocupadas consigo mesmas, com o agora ou nunca que não sabem mais manter uma relação monogâmica. E, ao mesmo tempo, não sabem admitir para si mesmas o fato de estarem sozinhas e poderem fazer o que quiserem. [...] Mas não vejo distinção entre relacionamentos heterossexuais ou homossexuais, acho que isso acontece da mesma forma e na

mesma intensidade em ambos. Porém, o mundo homossexual é mais restrito, então ficar sabendo desse tipo de acontecimento é mais fácil já que quase todos se conhecem. (Camila, 19 anos).

Maldonado (1986) fala sobre as traições e relações extraconjugais existentes nos relacionamentos amorosos, explicando que em grande parte destes elas acontecem devido aos casamentos já estarem falidos, onde as pessoas continuam juntas por pura conveniência, sendo essa situação suportada muitas vezes por um dos cônjuges com o intuito de não ameaçar o casamento e todos os privilégios que possam advir deles. Sobre esse fato citado por Maldonado, a informante Débora comenta que talvez os relacionamentos homoafetivos terminem mais rápido por não haver nenhuma preocupação em cumprir um “status social”, diferentemente do que ocorre entre os heterossexuais.

[...] já com os gays é muito mais “entendível” porque os gays não têm compromisso social com nada, não tá nem aí. Talvez seja por isso que os relacionamentos gays acabem mais rápido. O casamento hétero pode estar uma *merda*, mas “vamos continuar porque a gente tem um papel social *pra* cumprir, a gente se mostra na sociedade como um casal há um tempo [...] (Débora, 24 anos).

Durante muitos anos, na história da sociedade ocidental, a homossexualidade foi vista como uma forma de perversão, fazendo com que, até os dias atuais, ainda haja vestígios dessa historicidade da nossa cultura, como já apontamos neste trabalho. Esta representação também se dá no sentido de muitas pessoas ainda acreditarem que só há promiscuidade no meio social dos homossexuais, não havendo o intuito de ter um compromisso, um vínculo mais forte e duradouro entre estes.

Diante disso, é perceptível nas falas dos entrevistados que há, de fato, muitas semelhanças quanto às expectativas e idealizações acerca dos relacionamentos homoafetivos e heteroafetivos. Durante a fala de Rogério podemos entender melhor sobre esse desejo que muitos homossexuais também possuem de compromisso, de ter um “companheiro de verdade”, quando este relata sobre sua vivência de “ficadas” com um “amigo” que não quer assumir um relacionamento mais sério, atrelando assim amor à compromisso.

Não tem compromisso um com o outro, e, por exemplo, ele já me disse que tinha muito sentimento por um ex-namorado dele das

antigas, mas que tinha esquecido e fica mandando mensagem *pra* mim, dizendo que me ama, e tal e tal, aí eu não entendo que amor é esse que não quer compromisso, não quer nada [...]. Eu tenho até vontade de perguntar a ele, o que ele quer de mim, porque eu tenho uma vida, eu quero ter um companheiro, e quero viver alguma coisa com uma pessoa *né*? Um compromisso! E eu não tô vivendo isso... (Rogério, 22 anos).

Para Humberto, compromisso em um relacionamento afetivo está atrelado à fidelidade e amor, é você viver feliz em uma relação monogâmica, ter uma pessoa ao seu lado para todos os momentos de sua vida, pensamento muito encontrado também entre os heterossexuais, mostrando novamente semelhanças em suas expectativas e idealizações afetivas.

Porque eu acho que traição não dá segurança a ninguém, porque eu não acho que transar com um e com outro seja a melhor coisa do mundo não! Por um momento da sua vida pode até ser, mas isso não traz felicidade a ninguém, porque você nunca vai ser amado de verdade, você nunca vai ter uma pessoa ao seu lado. (Humberto, 24 anos).

O informante Júnior, que vivenciou um processo de coabitação por quase treze anos, conta como está sendo após o término de um relacionamento tão duradouro, mostrando em sua fala que possui o mesmo pensamento que o informante Humberto, atrelando o compromisso em uma relação afetiva à monogamia e fidelidade, não apenas relacionado ao sexo, mas sim a estar com o outro em todos os momentos, entregar-se totalmente, ressaltando que não são todos os homossexuais que pactuam deste modo de vida, desta renúncia de se relacionar com várias pessoas para estar apenas com uma, chegando alguns a repreender os que assim desejam viver.

[...]. Então, no meu lado gay, eu não quero uma pessoa *pra*, tipo assim, vir só me visitar e fazer, *tá* entendendo? Eu não quero. Eu quero casar novamente, ou seja, eu gosto de dizer que tem os gays e na linguagem vulgar tem os *viados*. Eu sou um gay. Eu quero ser de uma pessoa e ter essa pessoa *pra* mim. Eu não sou de estar com A e com B. Não gosto e nunca gostei [...]. Porque como eu te falei, eu gosto de compromisso, coisa séria. [...] Sempre quando eu descobri a minha opção de que eu queria meninos, como eu falei, namorei, beijei, mas dizer esse negócio que me entreguei totalmente, não! Foi só com ele que foi meu marido por doze anos e oito meses. Eu agora tô recomeçando do zero. (Júnior, 40 anos).

Diante disso, podemos concordar com Malpas (2011), em entrevista para o *Jornal do Brasil* no ano de 2011, que gays e lésbicas mostram, da mesma maneira que os heterossexuais, o desejo de compromisso em um relacionamento amoroso, apesar dos diversos obstáculos sociais existentes. A realidade nos mostra bem que, mesmo vivendo nos tempos mais modernos, o preconceito ainda existente entre as pessoas da sociedade continua sendo um obstáculo para que os homossexuais possam assumir seus relacionamentos.

Basílio (2008) comenta que o cotidiano dos homossexuais em todo o mundo ainda se encontra marcado pelo tripé privação-opressão-discriminação, sendo a vivência homossexual considerada muitas vezes como uma das formas de manifestação da afetividade e da sexualidade que mais coloca em questão valores estabelecidos como fundantes da “condição humana”.

Acreditamos que é importante que se tente entender de forma mais esclarecida o preconceito e as dificuldades encontradas pelos casais homoafetivos ao buscarem exercer seu livre arbítrio de escolher com quem se relacionar e criar novas formas de viver.

Goldenberg (2001) comenta que temos o desafio de inventar o casal, o casamento, a família, a vida que queremos ter, obtendo maiores vantagens aqueles homens e mulheres que, ao sentirem-se responsáveis pela construção cotidiana da relação amorosa, não admitem uma postura vinda de falsas promessas de uma existência mais fácil e segura. Assim, Lino (2009) diz que através das transformações que foram ocorrendo nos relacionamentos amorosos com o passar do tempo, pode-se afirmar que o ser humano está cada vez mais “à procura de”, modificando não somente seu modo de se relacionar como também o modo de compreender a felicidade, o prazer e a si mesmo.

Conclusão

Durante o passar dos séculos, podemos observar, ao analisar a história da sociedade ocidental, que as concepções de amor, sexo e fidelidade foram transformando-se, havendo inclusive também novas concepções sobre a homossexualidade, que de “doença psíquica” e “perversão sexual” foi ganhando espaço na sociedade através de lutas diárias para quebrar essa visão tão negativista que era existente nos séculos anteriores, não somente no Brasil, mas em todo o mundo.

A heteronormatividade enquanto regra de “normalidade” surge no discurso médico a partir do início do século XX em um contexto de controle social de diferentes grupos humanos, dentre eles os indivíduos auto identificados com a sexualidade homoafetiva. Este discurso considera como normais apenas as relações entre pessoas de sexos diferentes, cogitando a heterossexualidade como única orientação sexual normal, tornando esse modelo hegemônico. Neste sentido, é que os homossexuais ainda sofrem bastante preconceito, através da predominante, heteronorma. Na nossa sociedade, a heteronormatividade faz com que muitos dos próprios homossexuais tornem-se seus reféns, pois como é bastante visível durante as falas, muitos deles buscam estabelecer suas vivências tendo como referência essa heteronorma. No mesmo sentido, ainda que o desejo de igualdade caracterize a modernidade, o que vem caracterizar o conservadorismo nas sociedades tradicionais é a hierarquia.

Desta forma, apesar de os informantes serem escolarizados, com a pesquisa podemos perceber que, alguns homossexuais, mesmo possuindo especificidades em seus relacionamentos, possuem também semelhanças com os relacionamentos constituídos por pessoas de sexos diferentes, ou seja, mostram-se conservadores, com discursos ambivalentes que perpassam em torno de suas representações sobre sexo, amor e fidelidade, assim como há no modelo predominante.

Entretanto, não devemos levar em consideração as representações feitas pelos informantes somente como uma visão de conservadorismo, mas também como pessoas que vivenciam um tipo de relacionamento afetivo-sexual diferente do predominante na sociedade, que lutam pelas diferenças e que possuem simplesmente os mesmos anseios que os heterossexuais.

Para trabalhos posteriores seria interessante ampliar a discussão também para outros tipos de relacionamentos afetivos que não se enquadram no modelo dominante, mas que buscam, da mesma forma que os homossexuais, o reconhecimento social, como o relacionamento aberto, o poliamor, os DINKS, entre outros, analisando qual a representação que pessoas que trazem esse tipo de vivência possuem sobre o amor, sexo e fidelidade, buscando assim, entender de forma mais ampla a realidade afetivo-sexual em que os diversos tipos de pessoas estão inseridos.

Referências

BASÍLIO, Robson Oliveira. **Antigos sujeitos, novos direitos**: as relações homoafetivas estáveis e o direito de reconhecimento. Natal, 2008. 130f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. In: PRIORE, Mary Del (org.) e BASSANEZI, Carla. (Coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 9. Ed., 2ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2009.

BÉJIN, André. O Casamento Extraconjugal dos Dias de Hoje. In: ARIÈS, Philippe.; BÉJIN, André. (Orgs). **Sexualidades Ocidentais**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

COSTA, Gley P. Ensaio sobre a íntima e complexa relação entre o amor e o sexo: **Ide**, São Paulo, v. 34, n. 52, ago. 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062011000100014> Acesso em 25 de abril de 2013.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FERREIRA, Nadia Paulo. **A Teoria do Amor**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

FLEURY, Marcos. O sufismo e o amor – uma releitura do amor em Freud. **Ide**. São Paulo, v. 34, n. 52, p. 89-102, Ago. 2011. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ide/v34n52/v33n52a10.pdf>> Acesso em 20 de abril de 2013.

GOLDENBERG, Mirian. Sobre a invenção do casal. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, n. 1, 1, p. 89-104, 2001. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/7693/5557>> Acesso em 20 de abril de 2013.

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo, Editora da Unesp, 2000.

HADDAD, Gisela. Encontros amorosos: amor, paixão e desejo na cultura moderna. **Ide**. São Paulo, v. 34, n. 52, p. 89-102, Ago. 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062011000100013> Acesso em 20 de abril de 2013.

LINO, Michele Villaça. A contemporaneidade e seu impacto nas relações familiares. **Revista IGT na Rede**, v. 6, nº 10, p. 2-13, 2009. Disponível em: <<http://132.248.9.34/hevila/IGTnarede/2009/vol6/no10/1.pdf> > Acesso em 06 de março de 2013.

MALDONADO, Maria Tereza. **Casamento**: término e reconstrução. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

MALPAS, Jeff. O valor da diferença. Rio de Janeiro, **Jornal do Brasil**, 17 de maio de 2011. Entrevista a Luisa Bustamante. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/jb-premium/noticias/2011/05/17/entrevista-jean-malpas-o-valor-da-diferenca/>> Acesso em 21 de abril de 2013.

CONTEXTOS SÓCIO-POLÍTICOS DA SEXUALIDADE: DO CAMPO ANTROPOLÓGICO AO OLHAR (DES)VIADO SOBRE OS CORPOS TRANS*VERSALIZADOS NO CANDOMBLÉ

Claudenilson da Silva Dias¹

Rosangela Costa Araújo²

Introdução

Este texto, é um excerto da dissertação que trata sobre as violências simbólicas que pessoas trans*³ vivenciam em suas aproximações com comunidades-terreiro de Candomblé em Salvador. Dividimos o texto em três seções principais e a conclusão. Na primeira, em uma breve revisão observamos parte do caminho que as Ciências Sociais percorreram para possibilitar novas concepções de estudos e entendimentos sobre as sexualidades e dissidências de gêneros, o que aponta para a profícua relação entre os campos antropológicos e sociológicos e a *teoria queer*, o que nos permite aproximações com autoras/es como Michael Foucault, Judith Butler, Carole Vance, dentre outras/os. Na segunda seção fazemos algumas observações sobre como os processos de desconstrução são importantes para que os sujeitos políticos se percebam como tal e assim pautem suas demandas políticas, anunciando inclusive algumas críticas aos movimentos LGBT's hegemônicos. Utilizando-nos da noção de identidade de Kabengele

1 Universidade Federal da Bahia – UFBA
E-mail: diasghp@gmail.com

2 Universidade Federal da Bahia – UFBA
E-mail: janja.araujo@bol.com.br

3 Refiro-me às trans*identidades que compõem a diversidade sexual e de gênero. Transexuais, travestis, transgênero, intersex, pessoas de gênero inconforme são algumas das nomenclaturas mais usuais, no entanto, retifico que utilizarei nesse texto o termo trans* que é um termo guarda-chuva que nos permite pensar em todas as categorias supracitadas.

Munanga, passamos, na terceira seção, a problematizar os processos de invisibilidade das identidades trans* nos espaços de comunidades-terreiros, uma vez que essas identidades são transversalizadas por outros marcadores sociais das diferenças. Por fim, buscamos entender, a partir da noção foucaultiana de biopoder, bem como da noção de necropolítica de Achille Mbembe, as relações de poder acirradas nos espaços que deveriam acolher todos os corpos de maneira indistinta.

Por uma nova política de sexualidades

Para a antropóloga Carole Vance (1995), a cultura molda os “comportamentos e atitudes sexuais” e tenciona as ligações entre os sujeitos e as determinações universais e biológicas. Isso é o que posiciona a autora para a maleabilidade da sexualidade. O campo antropológico, para ela, busca compreender as dinâmicas sociais das sexualidades a partir de dois modelos teóricos. Para a autora:

O primeiro surge a partir dos estudos e dos movimentos periféricos aos estudos antropológicos tradicionais originados em primeira instância pelos estudos feministas (e que possibilitou também a inserção política e acadêmica de produtores de conhecimento no campo das dissidências sexuais e de gênero) e o segundo vem do centro da própria tradição antropológica. (VANCE, 1995, pp. 18-23)

Richard Parker (2000), seguindo a produção antropológica de Carol Vance, explica a sexualidade, nas décadas de 80 e 90, como uma construção social diferenciada, sobretudo, pelos elementos que concernem à cultura desse período histórico. O autor refere-se às modificações sócio-históricas no campo das sexualidades a partir das modificações de normas sociais, da atuação política dos movimentos feministas, gays e lésbicos, dos impactos da pandemia da AIDS e da preocupação das dimensões culturais da saúde reprodutiva e sexual. O autor enfatiza que o “modelo de influência cultural”, “orientou a maior parte dos trabalhos antropológicos sobre a sexualidade”, embora seja bem caracterizada pelos “supostos impulsos biológicos” (PARKER, 2000, p.126).

Desse modo, temos sujeitos implicados na (des)construção da ideia de que os estudos da sexualidade buscam apenas delimitar os papéis sociais no campo das sexualidades. A intenção, sugere Richard Parker (2000), é a de

problematizar as formas hegemônicas do sujeito político visto pelo campo antropológico, quer na sua periferia, quer no seu centro e, assim, pautar a reconstrução da agência política de seus corpos (PARKER 2000, p. 126).

Desse modo, concordo com a historiadora Guacira Lopes Louro, no que se refere a pensar os gêneros e as sexualidades como práticas discursivas, construídas por aspectos culturais e históricos que visam não negar as materialidades dos corpos, mas lê-los através de uma visão multifacetada, abdicando de uma compreensão única e, muito possivelmente, equivocada (LOURO, 2004, p. 82).

As posições das/os teóricas/os feministas e das/os estudiosas/os das dissidências sexuais e de gêneros destacaram a discussão e os saberes sobre tais campos, a fim de politizar os sujeitos considerados marginais: mulheres, “minorias sexuais”, negros, dentre outros segmentos sociais que demandam maior dedicação em outros momentos de escrita.

Os movimentos feministas foram os precursores da discussão sobre sexualidades e gêneros, em especial com a proposta de Gayle Rubin – como já sinalizado - de repensar as sexualidades como uma construção social. Desde a década de 70, esses estudos problematizam a noção de igualdade entre homens e mulheres (RUBIN, 1975). Os estudos gays (FRY, 1982) e lésbicos (RUBIN, 1984), com grande ênfase nas décadas de 80 e 90, pautaram as dissidências sexuais e de gênero como categorias/ferramentas de análise que possibilitaram a inserção política dessas populações. E, por fim, os estudos sobre raça/cor (COMBAHEE RIVER COLLECTIVE, 1982), que assinalavam críticas consideráveis à exclusão de negras/os dos espaços de decisão política, sobretudo no que se refere a gênero e sexualidade.

O poder exercido pela academia, em especial se considerarmos o eixo euro-estadunidense, inicialmente, contribuiu para a construção do conhecimento sobre as sexualidades do modo como fomos apresentados a este tema/tabu. Na sociedade, portanto, lidamos com uma produção acadêmica ligadas às perspectivas de sexualidade e gênero que buscam evidenciar o papel social dessas identidades como produtoras de conhecimento sobre si mesmas. A produção do conhecimento no campo das dissidências sexuais e de gênero ultrapassa os ditames hegemônicos e se fortalece a partir do advento da epidemia da AIDS, por conta dos estereótipos vinculados à comunidade LGBT (especificamente à comunidade gay).

Entre as décadas de 80 e 90, a epidemia da AIDS, que foi (e ainda é) um catalisador econômico para as pesquisas no campo das sexualidades

e de gênero, promoveu intensos debates para desconstruir os estereótipos criados sobre a comunidade LGBT. Buscou, ainda, politizar os segmentos gays e trans* retirando-os da condição de disseminadores da epidemia. Vale notar que foram sujeitos ativos na luta contra a doença maior que era o preconceito do período mencionado.

A produção em torno da sexualidade, segundo Parker, compreende relações entre indivíduos pertencentes a uma cultura estruturada em relações sociais. Assim, as pesquisas sobre sexualidade buscam entender como funcionam os comportamentos, entendidos pelo autor como “culturas sexuais” sendo elas as categorias de análise, homossexualidade, prostituição, masculinidade, feminilidade, apreendendo-as a partir de seus contextos históricos e sociais (PARKER, 2000, p.130).

Certamente, considerando que o mundo capitalista, racista, misógino e cisgenerificado endossa as diferentes formas de opressão, sem se preocupar, em alguns casos – salvo quando o projeto capitalista hierarquiza os sujeitos de acordo com seus princípios – com as especificidades dos sujeitos sociais/políticos (gays, lésbicas, bissexuais, pessoas trans*, pessoas negras, dentre outras), se faz inevitável questionar como os sujeitos que preparam discursos ideológicos, a fim de contrapor as realidades determinadas, se permitem cair em armadilhas que, por vezes, os colocam na condição de opressores de seus pares. Como pensar que a opressão vivenciada por homossexuais e lésbicas tem a mesma forma? Certamente não. E se pensarmos em “corpos mais abjetos”, como as pessoas trans*, o que pensar?

Desconstruir é preciso. Mas é possível?

Leandro Colling (2007) busca compreender como os corpos estão em trânsitos constantes, uma vez que a dinâmica da sexualidade e do desejo é o cerne do aporte teórico por ele utilizado. A teoria *queer*, tornou possível outras formas de vivenciar e expressar as sexualidades e os gêneros, divergindo dos modelos heterocentrados, hegemônicos e higienizados.

Partindo do pressuposto de que, mesmo com todo o estranhamento no casamento entre concepções distintas de pensar a ciência, - tanto os estudos das dissidências sexuais e de gênero quanto as Ciências Sociais -, acabam por fazer uma (ou várias) ciência(s) que tenha(m) como objetivo maior (des)naturalizar os conhecimentos adquiridos, desconstruindo o

papel hegemônico daqueles atraídos pela zona de conforto que possibilita olhares enviesados por sobre as ciências.

Vale lembrar que a busca das/os estudiosas/os das dissidências sexuais e de gênero (COLLING, 2015; RIOS, 2012; BENTO, 2011, PELÚCIO, 2011 dentre outros) está ligada ao campo dos estudos culturais, por entender que a cultura constrói o sujeito de seu tempo, ao passo que o sujeito influencia o seu meio. Entretanto, como afirma Michel Foucault (1976), em sua noção de biopoder, os corpos são, em geral, propriedade das instituições que regulam as experiências, principalmente as sexuais.

As formas de opressão se dão nas relações de poder, sendo que os indivíduos podem se tornar agenciadores de suas perspectivas e, assim, desestruturar as edificações construídas no percurso de suas vidas. Nesse sentido, Foucault (1994) nos diz que, ainda que a sexualidade seja negada ao sujeito, ela estará presente em sua vida, quer em suas práticas sociais, quer em seu projeto identitário. O filósofo afirma que:

O sexo e seus efeitos não são talvez fáceis de decifrar; em compensação, assim ressituada, a sua repressão analisa-se facilmente. E a causa do sexo – a da sua liberdade, mas também a do conhecimento que dele se vai tendo e do direito que se tem de falar dele – acha-se com toda a legitimidade ligada à honra de uma causa política: também o sexo se inscreve no futuro [...] Se o sexo é reprimido, quer dizer que, votado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples facto de se falar dele, e de falar da sua repressão, tem como que um aspecto de transgressão deliberada. (FOUCAULT, [1976] 1994, p. 12)

Um aspecto crucial, e muito caro, nos estudos dissidentes é o fato de desmistificar os sujeitos anormalizados, dando a estes sujeitos a perspectiva de negociar (agenciar) suas lutas e assim demonstrar que, mesmo os sujeitos considerados ‘abjetos’, são detentores de um lugar/poder político.

Segundo Foucault (1997), as relações podem ser entendidas ao compreendermos como os sujeitos são “fabricados” pelas instituições sociais – família, igreja, Estado, para citar algumas. É possível dizer que os “movimentos sociais atuais” fazem parte, em alguma medida, dessa construção do poder. E como sugere um título paradigmático de Audre Lorde (1979), “as ferramentas do mestre nunca vão dismantelar a casa-grande”, uma vez que “sobrevivência não é uma habilidade acadêmica”, mas uma construção

histórico-vivencial que nos permite entender as nuances da vida cotidiana (LORDE, 1979, p 24).

Um dos inúmeros exemplos desse tensionamento é a agenda política das pessoas trans*, que, em geral, passa ao largo das bandeiras gays – o nome social em instituições da saúde e educação; a lei de identidade de gênero – dentre outras demandas, perdem força frente ao casamento igualitário entre pessoas do mesmo sexo, sendo essa uma luta específica de uma parte do movimento gay e que, inclusive, não contempla todas as pessoas gays e que acaba por tornar invisíveis as pessoas trans* e suas especificidades.

Em termos de “*sexualidades desviantes*”, nos colocamos sob diversas tensões. Problematizar as heterossexualidades compulsórias, os arranjos familiares e interseccionalizar raça e sexo talvez sejam caminhos para lidar com as amarras e armadilhas dos estudos culturais. E para tanto, a *teoria queer* usa uma abordagem desconstrutivista para realizar questionamentos e posicionar como sujeito político e de direito, àquelas pessoas que outrora foram consideradas “abjetas”. Desse modo tais estudos buscam romper com os paradigmas arraigados e assim problematizam o papel dos sujeitos.

Os corpos trans*, como tratados pela *moda*tivista* e designer feminista Caroline Barreto (2007), requer um redesenho social, um lugar de importância. Assim como no pensamento da socióloga Berenice Bento, para quem “esses corpos que cruzam os limites fixos” transferem o não lugar para aqueles que não alcançam suas complexidades (BENTO 2008, p. 18), fazendo com que seus corpos sejam ressignificados diante de práticas de exclusão. De outro modo, as pessoas trans*, em suas idiosincrasias, transpõem a barreira da invisibilidade e demarcam suas ações como construções de seus corpos políticos, quer através de sua composição corporal, quer pela negação das identidades atribuídas quando de seus nascimentos.

Apesar dessa invisibilidade social dos corpos trans*, pretende-se uma possibilidade de remodelar o corpo enunciado do feminino, mas não só, é também importante, para além do corpo construído, a partir do mundo estético, o posicionamento político-social de modo a transpor a barreira dos saberes hegemônicos que tornam o sujeito fruto do meio em que vive, bem como ser subjetivo que vive suas personalidades e aperfeiçoamentos.

Como ato político, o corpo trans* se lança no mundo público a partir da paródia butleriana, constante e incontestável, ressignificada a cada dia, com sua dimensão política. Apesar dessa “cópia não perfeita”, aos olhos das normatividades, os corpos trans* mobilizam e produzem incômodos para

aquelas/es que as observam como incoerências diante de suas “verdades” biologizantes (BUTLER 1990: 197).

Ainda que reconhecendo as bases de sustentação das lutas antirracistas e suas legitimidades, quando o tema é voltado para pessoas trans* nas comunidades-terreiro, por exemplo, apesar de incomum, a presença delas é percebida. Porém, como veremos neste trabalho, são recebidas como parceiras/os, filhas/os, clientes em potencial, mas são ainda tratadas/os pelo gênero atribuído em seu nascimento.

As pessoas trans* são sujeitos políticos com grande potencial de modificar os espaços nos quais se encontram, mas ainda são desrespeitadas em suas identidades de gênero. Para manter esse corpo transgressor da ordem de gênero imposta, nas (e pelas) comunidades-terreiros se fazem necessários rearranjos estéticos, corporais, psicológicos, subjetivos, de vestuários, e tantos outros.

Processos trans*identitários: vivências e violências cotidianas

Não faço uma defesa ao abandono das identidades enquanto categorias políticas. O que pretendo chamar atenção é para como essa construção é diversa e sócio-historicamente construída, tanto para as sexualidades quanto para a noção de raça, como nos alerta o antropólogo social Kabengele Munanga, que afirma ser, “a partir da tomada de consciência dessas culturas de resistência que se constroem as identidades culturais, enquanto processos e jamais produtos acabados” (MUNANGA 2004, p. 32).

Desse modo, através da ideia de identidades, apresentada pelo autor, penso ser viável compreendê-las como tecnologias que nos permitam caminhos possíveis nas discussões sobre gênero, sexualidade, raça, classe, geração, e outras categorias políticas. Saindo inclusive do ciclo de debates sobre as sexualidades, raça/etnia, que foram situados às margens da produção de conhecimento, buscamos questionar a ordem hegemônica, de modo a mexer nas zonas de conforto.

É comum negar o direito de ser de pessoas trans* nas comunidades-terreiro. Elas coexistem em uma teatralização de seus corpos vilipendiados pelas indumentárias lidas como femininas/masculinas, elas não detêm a possibilidade de falar sobre suas concepções de vida e angústias com seus orientadores espirituais que, em geral, são hierarquicamente superiores, e a elas é negada, em última análise, o poder de ser.

Desse modo, entendo as identidades como interseccionalizadas com/por outras dimensões analíticas, podemos alcançar a proposta fanoniana de descolonização do “Terceiro Mundo” através da “emergência das sensibilidades colonizadas” (FANON [1968] lido em HALL, 2001, p.148), que se dá quando se quebram as linhas abissais do humano e do não humano que confere a alguns o lugar de sujeito em detrimento de outros (GROSFOGUEL, 2010, p.93).

Planando a aura da colonialidade sobre nossas cabeças, nos propomos a perguntar se as pessoas trans*, em suas identidades de gênero, não são pessoas, como fez Sojourner Truth (1851), ao interpelar uma plateia de mulheres e homens brancos sobre sua condição de mulher subalternizada⁴. Neste contexto histórico, uma mulher negra, mesmo uma ex-escravizada, poderia sofrer sanções pelo seu ato de heroísmo, mas de modo eficaz, a pergunta lançada por Sojourner Truth, no século XIX, ainda ressoa em espaços de representação social.

Retomando a abordagem da comunidade religiosa anteriormente citada, vemos que também se reflete nas comunidades-terreiro quando corpos que desestabilizam a ordem do gênero naturalizada são questionados acerca de sua inteligibilidade. Afinal, uma pessoa trans* candomblecista, é uma pessoa?

As identidades trans*, assim como as outras identidades, são construídas, paulatinamente, nas intersecções que compõem a cultura contemporânea. Para tanto, é possível contrapor as sexualidades hegemônicas e pautar as dissidências de gênero como uma das várias possibilidades de ascensão no campo disputado das sexualidades, dos gêneros inconformes, da raça e de outras categorias. Essa identidade (trans)posta, negra, aguerrida e potencializada, fez com que outras vozes fossem ouvidas. Assim como as “pessoas subalternas” passaram a falar após o seu agenciamento político, embora para Gayatri Spivak, o subalterno siga em mutismo (SPIVAK, 2010).

As matrizes de opressão sugeridas por Patricia Hill Collins (2000, 2005), são importantes para pensar como os corpos trans* são rejeitadas/os para o convívio social. Segundo a socióloga, há um “conjunto de imagens que formatam o controle dos corpos indo desde a objetificação até os

4 Sojourner Truth foi uma oradora abolicionista que percebeu nas relações de poder entre pessoas brancas e negras privilégios que definitivamente negras/os não exerciam. Para compreender o discurso proferido por ela à época ver <http://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>

estereótipos lançados pelas instituições sociais que compelem os sujeitos à reprodução dos modelos apreendidos durante os processos de colonização e que se seguem até os dias atuais” (COLLINS 2000, p. 69).

Ainda que se entenda os malefícios dos processos colonizatórios e suas variações, é importante observar, a partir do pensamento do filósofo e cientista político africano Achille Mbembe (2011), como a ação do Estado – ou sua omissão - corrobora para o silenciamento de corpos que não estão em conformidade com as políticas de coalisão social. Esta inconformação social permite que mulheres e homens (trans* e cis) sejam dizimadas/os do convívio social, relegando-as/os a uma zona de distanciamento social que convém para a grande notificação de morte social e simbólica que os corpos desviantes sofrem.

Essa concepção de um terror moderno está ligada diretamente à herança escravagista, que é parte de um imaginário social construído desde o período colonial, e que se arrasta até os dias atuais nas formas “sutis” de subalternização dos sujeitos. Tais reproduções também são percebidas nas relações vivenciadas nas comunidades-terreiro, sobretudo, em relação aos corpos trans*versalizados por gêneros dissidentes.

As matrizes opressoras no campo da sexualidade, da raça/cor, da identidade de gênero, da geração, da classe, são definidores sociais dos corpos passíveis de trânsito nesses espaços sagrados. Não obstante, as comunidades-terreiros são espaços sociais que abrigam pessoas trans*, desde que a leitura social de seus corpos seja uma leitura possível e aceitável.

Esse olhar não se dá através de uma lente de gênero que permita a esses corpos um “*corpus sócio vivencial*” valorado politicamente para essas comunidades. Em última análise, há um *espacio homogamico*, que se traduz em uma concepção de homogeneidade, na qual todos os adeptos da comunidade-terreiro devem ter práticas sociais (e dentre elas as sexuais) uniformizadas que determinam o lugar social dos corpos trans* a partir de uma leitura convencional e sem precedentes (WADE, GIRALDO, VIGOYA, 2008, p. 303).

O modo como Robert Stoler (1978, 1982), pensou as experiências trans* reafirma que vários equívocos foram concebidos como verdades absolutas. Os casos de crianças que se entendem transexuais desde sua mais tenra idade são numerosos, do mesmo modo vemos pessoas na fase adulta assumir a sua condição transexual em razão de todo o processo de silenciamento pelo qual essas pessoas passaram além das problemáticas

(violências, recharço social, dentre outras questões) a elas imputadas. Luana, Mauro e Alana interlocutores desse trabalho contribuem para que essa reflexão se torne mais densa. Para Alana a sua construção como mulher trans* está ligada às suas vivências, e para além das suas relações sociais. Em seu processo de identificação, ela se vê desde sempre como uma mulher e essa concepção em muito diverge do pensamento stolleriano de que a idade de três anos seria o divisor para a formação da identidade de gênero das pessoas.

Como afirmo não somente pessoas trans* possuem identidade de gênero e Mauro constituiu uma identidade que não condiz com sua performatividade masculina até seus vinte e cinco anos de idade vivenciando “uma identidade sapatão”, o que era possível a ele naquele momento. Diante de uma sociedade LGBTfóbica Mauro vivenciou diversas formas de opressão e dentre elas a negação de sua identidade trans* e afirma que aceitava performar essa “identidade sapatão” para em boa medida ser aceito em meio à comunidade-terreiro. Embora o atormentasse com um tempo passou a experienciar essas vivências de um outro lugar e assim redesenhar seu modo de vida e sua transgeneridade.

As dificuldades são evidenciadas nas mais variadas formas de exclusão a que pessoas trans estão expostas. No caso de Mauro é notório a negação de usa identidade transexual até que as relações próximas a ele desvelassem as possibilidades de gênero acessíveis a todos nós. Luana transgride as normas veementemente apresentadas pela linha coerente entre sexo-genero-desejo-prática sexual (apresentada por Butler), ao questionar que identidade ela poderia atribuir-se uma vez que ela não se adequava às identidades apresentadas em uma sociedade restrita ao espaço geográfico onde esteve situada desde sua infância. Luana reflete sobre o seu processo trazendo uma analogia que demonstra o quão de cuidado de si e amor próprio ela desenvolveu em sua “descoberta” Para ela: “foi como uma rosa desabrochando!”

Importa salientar que a experiência transexual para as/os interlocutoras/es não é considerada um fardo como pensou Stoler (e tantos outros) ao nomear a transexualidade como uma bizarrice. É uma expressão de identidade que potencializa práticas de (re)existência e superação, muito embora o apoio não seja vislumbrado em todas as instâncias e segmentos sociais. Temos hoje uma representatividade expressiva nos movimentos sociais de pessoas trans* que apontam e criticam as práticas de invisibilização de suas pautas e como já afirmei consolidam práticas afetivas entre si e com outros

segmentos sociais a fim de pautarem suas agendas políticas com maior notoriedade.

Uma das pautas de maior expressão e representação é a adoção do nome social de pessoas trans* e essa conquista no estado da Bahia foi alcançada recentemente quando o decreto nº 17.523 de 23 de março de 2017, que dispõe sobre “o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero no Âmbito da Administração pública direta, autárquica e fundacional” foi assinado pelo então governador Rui Costa.

Uma conquista histórica para o movimento pelos direitos de pessoas trans* que merece ser comemorada, mas que não subsumi outras pautas consideradas urgentes e necessárias para a diminuição dos índices de violência contra pessoas trans*. Conquistas como esta demonstram que as redes de solidariedade e afetividades trans* se unem para consolidar políticas públicas e ainda o grau de organização política as transfeministas tem.

Entretanto, em alguns espaços, as relações se mantêm problemáticas. Os terreiros de Candomblé são exemplos de lugares onde as situações para pessoas trans* são bastante tensas e constato isso a partir da fuga contingencial dos espaços religiosos das quais tratarei em outro momento. Mauro compara as relações entre seus irmãos de Axé em relação ao Babalorixá de sua casa e afirma que o momento de socialização na maioria das vezes se torna um martírio quando ele se vê vilipendiado de sua identidade de gênero, inclusive por homossexuais pertencentes àquela comunidade-terreiro que o acolheu com todas as suas idiosincrasias. Entretanto considero que das tensões diante das lançadas são as relações entre pessoas LGBT – seguindo a perspectiva crítica trans* do movimento GGGG – uma vez que, a comunidade religiosa na qual Mauro foi iniciado tem um contingente de homossexuais e lésbicas bastante expressivo e vem desses segmentos sociais as opressões (falta de respeito mútuo, violência simbólica, exclusão, dentre outras) às quais ele relata.

Caminhando pelas tensões apontadas nessa caminhada penso sobre as influências que as relações constituem em cada sujeito, e em cada grupo social que o mesmo compõe. Existem fatores externos aos movimentos sociais que ampliam as (im)possibilidades de agências de populações deslegitimadas historicamente, dentre eles Leandro Colling (2015) aponta um contexto latino-americano – a influência da Igreja Católica que é uma “significativa opositora” (assim como para a nossa realidade as igrejas neopentecostais se mostram), e o desinteresse dos poderes públicos em

constituir políticas públicas (de Governo) que elevem os sujeitos à condição de ser humano.

À guisa de conclusões pretendemos aqui pensar um panorama no campo das sexualidades e das dissidências de gênero, a partir de algumas ideias de Michel Foucault, Richard Parker, e outros, a fim de problematizar as questões concernentes às violências vivenciadas pelas pessoas trans* nas casas de Candomblé na capital baiana, ampliando a discussão através do conceito de biopoder (Foucault, 1997) e necropolítica (Mbembe, 2011), que tratam da relação entre vida e morte e quem detém o poder de decisão sobre esses dois aspectos. Assim, situamos a discussão sobre sexualidade no campo dos estudos das dissidências sexuais e de gênero os aproximando dos estudos culturais.

Delimitar espaços se constitui numa forma diferenciada de mensurar as sexualidades dissidentes das hegemônicas e então concluir qual espaço cabe a uma e a outra. Pensar em enunciar as sexualidades, nesse contexto, é estar compelido à inexistência social, embora em termos foucaultianos seja uma forma de publicizar o indizível. Ainda que, para o autor, o papel das instituições seja definidor das intersecções entre as matrizes de opressão e os sujeitos sociais, isto nos posiciona num campo de tensão permanente.

Mesmo “invisibilizados”, os corpos trans* são políticos desde a sua atuação quotidiana até os enfrentamentos pontuais como alerta Barreto (2007), logo, desestabilizam os corpos convencidos de suas normatividades. É importante pensar as identidades políticas como “tecnologias” que nos permitam avanços significativos no campo dos estudos de sexualidades e gêneros dissidentes. Assim, como a raça é construída em um campo teórico sexualizado e vice-versa, todas as categorias sociais são passíveis de imbricamentos que constituem o sujeito em sua composição – construção - social.

As pessoas trans* vivenciam uma grande teatralização de suas vivências em função de se posicionarem como pertencentes às comunidades-terreiro no percurso de suas vidas, transferem para si olhares “curiosos e exotizantes” a partir de suas trocas quotidianas de “figurinos”, simbólicos que permitem a sua presença nesses espaços. A potência da discussão de sexualidade foucaultiana (1976), nos é cara para pensar as dissidências sexuais, bem como para compreender as mortes social e simbólica que as pessoas trans* vivenciam quando buscam tal acolhida nas religiosidades (BOMFIM, 2009).

Referências

BARRETO, Caroline de Lima, *Aparência travesti: redesenho, comportamento e vestimenta*. In: GRAPHICA'2007. XVIII Simpósio Nacional de Geometria Descritiva e VII Internacional Conference on Graphics Engineering for Arts and Design. 2007, Curitiba:PR. 2007. Disponível em: <http://www.exatas.ufpr.br/portal/docs_degraf/artigos_graphica/APARENCIA.pdf>

BENTO, Berenice Alves de Melo, *O que é transexualidade?* São Paulo, Brasiliense, 2008 (Coleção primeiros passos; 328).

BIRMAN, Patrícia, *Tramas e transes: sexo e gênero nos cultos afro-brasileiros, um sobrevôo*. 2005. Estudos feministas, Florianópolis, maio-agosto/2005 pp.403-414.

BOMFIM, Patrick Thiago dos Santos, *Discriminação e preconceito: identidade, cotidiano e religiosidade de travestis e transexuais*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). 132 f. Universidade Católica de Brasília, Brasília. 2009

BUTLER, Judith, *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2014

COLLING, Leandro. *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. Salvador: Edufba. 2015

FOUCAULT, Michel, *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editores. 1997. Pp. 69-97

_____. *Direito de Morte e Poder Sobre a Vida*. In: *História da Sexualidade 1. A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro. Edições Graalk. 2003. Pp. 125-149.

GIRALDO, Fernando Urrea, ARIAS, Waldor Botero & REYES, José Ignacio, *Tensiones en La Construcción de identidades de Hombres Negros Homosexuales en Cali*. In: Peter Wade; Fernando Urrea Giraldo; Mara Viveros Vigoya (editors). *Raza, etnicidad y sexualidades. Ciudadanía y multiculturalismo en América Latina*. Universidad Nacional de Colombia. Facultad de

Ciencias Humanas. Centro de Estudios Sociales (CES), Escuela de Estudios de Género, 2008 Pp. 279-318. Disponível em: <<https://www.scribd.com/doc/175326777/Raza-Etnicidad-y-Sexualidades/>>

GROSGOUEL, Ramon, *El concepto de «racismo» en michel foucault y frantz fanon: ¿teorizar desde la zona del ser o desde la zona del no-ser?* Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, No.16: 79-102, enero-junio 2012. <http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-24892012000100006&script=sci_arttext>

HALL, Stuart, *Que negro é esse na cultura popular?* Revista Lugar Comum. Rio de Janeiro:UFRJ, n. 13-14, pp. 147-159, jan/ago.2001.

MACHADO, Roberto, Introdução: *Por uma Genealogia do Poder*. In. __ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro. Edições Graal. 979. Pp. VII-XXIII

MBEMBE, Achille, *Necropolítica*. In . ____. *Necropolítica seguido de Sobre el Gobierno Privado Indirecto*. Melusina [sic]. 2011. Pp. 17-76.

MISKOLCI, Richard, *A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização*. Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan. /jun. 2009, p. 150-182

MUNANGA, Kabengele, *Uma abordagem conceitual dos conceitos de raça, racismo, identidade e etnia*. Cadernos PENESB (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira). Rio de Janeiro, n.5, pp. 15-34, 2004.

PARKER, Richard Guy, *Cultura, economia política e construção social da sexualidade*. In: Louro, Guacira Lopes, (Org.). *O corpo Educado: pedagogias da sexualidade*. 2ª Ed. Autentica. Belo Horizonte. 2000. pp.125-150

SPIVAK, Gayatri, *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VANCE, Carole, S. *A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico*. In: Physis – Revista de Saúde Coletiva. v. 5. n. 1. 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v5n1/01.pdf>>

A RESSUREIÇÃO DA SUBJETIVIDADE FEMININA NA FUGA DO CASAMENTO

Débora Lorena Lins¹

Considerações iniciais

Por muito tempo acreditou-se que as mulheres eram inferiores aos homens e por isso deveriam viver em função deles, deixando de lado os próprios almejos e sonhos para cuidar do lar e doar-se às necessidades do outro. Contudo, esta crença difundida pelo sistema patriarcal tem perdido força e o sujeito feminino tem cada vez mais buscado por sua independência e por livrar-se das amarras ideológicas que lhes são impostas até hoje. Nos últimos anos as mulheres têm lutado por seu lugar na sociedade e buscado pela igualdade de gêneros, de modo que tenham o mesmo valor social que o masculino.

Muitos são os valores que têm se transformado, o casamento, evento que era considerado como um ofício obrigatório ao sujeito feminino, já não é mais uma imposição e sim, uma escolha que pode ser tomada pela mulher. Visto que a sociedade passa por constantes mudanças, novas concepções são inseridas e propagadas e junto delas, os homens as acompanham e passam também por transformações.

Dito isto, este trabalho tem como objetivo explorar a personagem Janice, mulher que transgride um ideal de mulher, porém, num momento histórico em que a sociedade está em mudança e o sujeito feminino dispõe de certa voz. Assim, para o desenvolvimento dessa pesquisa nos embasamos em estudiosos como Beauvoir (1967), Woolf (1996), Bonnici (2007) e Zolin (2009), todos estes abordando a temática do feminino e sociedade. Para

¹ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN
E-mail: deeh.lorena@hotmail.com

tanto, nosso corpus de análise se constitui na obra *O coelho em crise*, do escritor norte-americano John Updike.

Considerações acerca do feminino

Na medida em que os anos passam a mulher vem ganhando cada vez mais destaque dentro dos estudos humanísticos, adentrando em diversas áreas, como na literatura, psicologia, história e outros campos. A literatura é uma ferramenta muito importante para este estudo histórico-social, pois através da construção de personagens masculinas e femininas podemos entender o contexto da sociedade em um determinado momento da história. É importante salientar que a crítica-literária ganhou mais visibilidade e impulsionou os seus estudos a partir da década de 70, devido ao aumento expansivo dos movimentos de minorias dentro dos Estados Unidos, como os movimentos dos gays, negros e feministas.

A literatura é uma ferramenta importante que diversas escritoras se utilizaram para denunciar, através das narrativas, a situação de inúmeras mulheres que viviam num sistema patriarcal, ao qual a mulher era sempre colocada como ser inferior ao masculino. Dito isto, Lucia Zolin (2009, p. 222) apresenta essa transformação das mulheres dentro da literatura quando representadas por escritoras femininas:

[P]ersonagens femininas tradicionalmente construídas como submissas, dependentes, econômica e psicologicamente do homem, reduplicando o estereótipo patriarcal, passam, paulatinamente, a ser engendradas como sendo conscientes de sua condição de inferioridade e como capazes de empreender mudanças em relação a esse estado de objetificação. Ou, de outro lado, passam a ser inseridas em contextos que, de alguma forma, trazem à baila discussões acerca dessa problemática.

Dentro do sistema patriarcal, muitas mulheres tiveram que renunciar a sua própria subjetividade, deixando de lado seus anseios, sonhos, profissões, etc, para se doar ao lar, esfera na qual o homem é o centro de tudo, é o senhor da casa e pessoa a quem sua esposa tem que satisfazer os desejos e prover alegrias. Para isso, era necessário que ela se dedicasse unicamente aos cuidados do lar, sendo estes: cuidado e educação dos filhos e também realização das tarefas domésticas: lavar, cozinhar, passar. Tendo todas essas obrigações diárias, não sobrava tempo para o cuidado pessoal e nem para

um investimento exterior, para que a mulher pudesse desfrutar de algum prazer exterior a casa. Uma característica importante deste sistema é a divisão das tarefas de acordo com o sexo. Sobre esta discussão acerca do sistema patriarcal, Thomas Bonnici explica que: “A divisão sexual do trabalho é uma estratégia do **patriarcalismo** através da qual mantêm-se os conceitos tradicionais de **feminilidade** e **masculinidade**” (BONNICI, 2007, p. 64, grifos do autor). Deste modo, homens e mulheres assumem responsabilidades de acordo com o ideal de gênero da sociedade, onde um não assume o papel do outro e vice e versa. Ainda explanando esta divisão sexual, o autor especifica a diferença de cargos a partir da idealização dos gêneros:

A divisão de trabalho representa o homem como um ser ativo, autoritário, conhecedor do funcionamento de produtos, consciente de suas obrigações, realizador de tarefas importantes e de certa sequência, enquanto mostra a mulher fazendo tarefas secundárias, triviais e ligadas à domesticidade. A família, a escola e as agremiações são em geral responsáveis pela perpetuação da divisão sexual no trabalho. (ibidem, p. 64)

Partindo dessa divisão sexual, podemos dizer que o sujeito feminino sofre um processo de estereotipação, no qual é criada uma imagem da mulher que pode ou não ser exata, tendo em vista que cada mulher possui uma identidade, uma ideologia e tem seus objetivos. Dessa forma, não se pode afirmar que a natureza da mulher corresponde a um modelo exato, visto que cada uma possui sua subjetividade, mas, de acordo com o estereótipo patriarcal, Ellman (*apud* Bonnici, 2007, p. 80) apresenta onze estereótipos da natureza do feminino, sendo eles “informidade, passividade, instabilidade, recato, piedade, materialidade, espiritualidade, irracionalidade, aceitação, ser bruxa, ser megera.”. Essas denominações eram utilizadas para dois perfis de mulher: a “boa”, que atua dentro de casa e segue o modelo patriarcal como lhe é imposto; e a mulher “má”, aquela que não apenas rejeita tal sistema, como quebra todos os paradigmas determinados para a mulher.

Virgínia Woolf denomina como “anjo do lar” o fantasma que persegue as mulheres, fantasma este que é o ideal de mulher que deve ser seguido. De acordo com esse modelo, as mulheres deveriam abdicar de todo e qualquer desejo de realizar tarefas exteriores à casa, ou simplesmente ao papel feminino, como, por exemplo, o ofício da escrita. Esta tarefa era designada apenas aos homens e, tendo essa ferramenta em mãos, aproveitavam para intensificar estereótipos, mostrando a mulher como ser indefeso que ama

o lar acima de tudo, o que não condizia com a verdade de muitas mulheres. No trecho que segue, apresentamos o discurso de Virginia Woolf em se tratando do fantasma que lhe assombrava sempre que tentava realizar os trabalhos que não condiziam com o papel da mulher, no seu caso, a escrita:

A sombra de suas asas caiu sobre a página; eu ouvi no quarto o roçar de suas saias. Na mesma hora, isto é, quando peguei a caneta em minha mão para resenhar aquele romance de um homem famoso, deslizou por trás de mim e sussurrou: “Minha querida, você é uma moça. Você está escrevendo sobre um livro que foi escrito por um homem. Seja complacente, seja terna, adule, iluda, use todas as artes e truques de seu sexo. Nunca deixe ninguém supor que você tem uma vontade própria. Antes de tudo, seja pura”. E ela como que guiava minha caneta [...] Eu me volvei contra ela e agarrei-a pelo pescoço. Fiz o possível para matá-la. Minha alegação, se fosse levada a um julgamento, seria a de que agi em legítima defesa. (WOOLF, 1996, p. 44-45)

Além do que já discutimos, outra característica forte do patriarcalismo era a restrição sexual do sujeito feminino, na qual, as mulheres não poderiam ter uma vida sexual antes do casamento; tal acontecimento seria sinônimo de vergonha e desonra. Até mesmo dentro do casamento o sexo é visto para a mulher como uma obrigação que não deve lhe gerar prazer, trata-se de uma atividade como qualquer outra, e, nesta, ela deve satisfazer o seu marido e gerar um fruto para a sociedade. A escritora Simone de Beauvoir discute em seu livro *O segundo sexo* questões a respeito do sexo feminino em sociedade, no casamento e no sistema patriarcal, além desses temas, ela aborda a questão sexual da mulher a partir de sua iniciação e da representação do sexo antes e dentro do casamento:

A civilização patriarcal votou a mulher à castidade; reconhece-se mais ou menos abertamente ao homem o direito a satisfazer seus desejos sexuais ao passo que a mulher é confinada no casamento: para ela o ato carnal, em não sendo santificado pelo código, pelo sacramento, é falta, queda, derrota, fraqueza; ela tem o dever de defender sua virtude, sua honra; se “cede”, se “cai”, suscita o desprezo; ao passo que até na censura que se inflige ao seu vencedor há admiração (BEAUVOIR, 1967, p. 112)

Desse modo, a mulher deve zelar por si e sua reputação excluindo qualquer vínculo com o que diz respeito a sua sexualidade. Deixar-se cair em tentação é uma atitude que pode trazer consequências rigorosas, como a

exclusão da sociedade e, conseqüentemente, a não realização de um casamento. Enquanto o sistema patriarcal impõe uma disciplina rígida ao sujeito feminino, o masculino desfruta de total liberdade, antes e durante o casamento, tendo direito a buscar satisfação com sua esposa e outras mulheres, sem passar por rebaixamento social ou qualquer tipo de punição.

Dentro do sistema patriarcal a casa tem dupla representação. Ao passo que representa o ambiente de morada, tem, para a mulher, a imagem de prisão, gaiola, privação; ela representa para o sujeito feminino aquilo que o priva do social, já que todas as tarefas da mulher estão ligadas apenas ao lar e ela se sente limitada a ele. Já o sujeito masculino transita entre o exterior e o interior da casa, visto que o seu trabalho é no exterior. Assim, o lar é denominado como ambiente da mulher e a rua, ambiente do homem. Até hoje a sociedade é patriarcal, no entanto, é bem menos do que há alguns anos e, graças a isso, as mulheres já usufruem da liberdade de transitar entre o social e o privado. Contudo, ainda há um discurso na sociedade que resiste a essa liberdade, esta, que é apesar de livre, tem algumas limitações. Ainda, Simone Beauvoir mostra que para o homem a casa é apenas um lugar de moradia, mas, para a mulher, ainda há uma crença que a impõe a manter-se de certo modo, nesse local.

Hoje a casa perdeu seu esplendor patriarcal; para a maioria dos homens ela é apenas um habitat que a memória das gerações passadas não mais esmaga e que não encarcera mais os séculos futuros. Mas a mulher esforça-se ainda por dar a seu “interior” o sentido e o valor que possuía a verdadeira casa. (BEAUVOIR, 1996, p. 195)

Após essa discussão, passemos para a próxima sessão deste trabalho que explanará a personagem feminina Janice, que foge das amarras do seu matrimônio como forma de buscar a si mesma dentro da obra *O coelho em crise*, de John Updike.

A fuga da mulher casada

A obra *O coelho em crise* (1971) é um livro integrante da série *Rabbit* do escritor John Updike (1932). O livro apresenta um dado momento histórico que há movimentos importantes dentro da sociedade americana como: o movimento *hippie*, feministas e também dos negros. A história retrata a vida de um homem com sua vida em crise, visto que a esposa o abandona

para ficar com um amante, ele perde o emprego, tem em sua casa a presença de uma *hippie* e um negro que trazem novas concepções para sua vida e ao fim, tem sua casa completamente destruída. O personagem Harry passa por um processo de transformações não apenas ideológicas, mas também, de hábitos e se permite ver o outro lado da sociedade. No entanto, temos como foco de análise a personagem Janice, esposa do protagonista que, também passa por um processo de reconstrução, todavia, trata-se dos seus dilemas como mulher que busca sua subjetividade fora do casamento.

Como pontapé de nossa análise, cabe fazermos uma identificação dessa personagem: Janice não corresponde ao ideal de mulher e esposa de um sistema patriarcal. A começar, sua própria postura aponta essa não identificação, pois, ela não é uma personagem frágil e delicada, tem em si a marca da não consciência, ou seja, ela age sem pensar nas consequências que suas atitudes vão ocasionar para as pessoas a sua volta: seu marido, filho e pais. A personagem não se apresenta em nenhum momento da narrativa como uma mulher do lar, que cuida da sua família, pelo contrário, trata-se de uma mulher que se dedica ao exterior da casa, que tem o seu emprego, uma certa independência; é uma mulher que não coloca a necessidade dos outros sobre a sua, mas busca sua satisfação em primeiro lugar.

Logo no início da narrativa é possível se observar a quebra do estereótipo de feminino x domesticidade, quando ela é apresentada como uma mulher de negócios, que leva o dinheiro para o lar e entende o poder do dinheiro, de modo que o poder econômico não reside unicamente na mão do seu marido, como podemos observar no seguinte trecho:

Aprontando? Não estou aprontando nada, só tentando ganhar um extra pra incrementar nosso orçamento. [...] Você pode até pensar que os sete dólares, sei lá, que você ganha por hora mexendo naquela máquina é dinheiro, Harry, mas o fato é que hoje em dia cem dólares não dá mais pra nada, o dinheiro simplesmente voa. (UPDIKE, 1992, p. 22)

Ainda, vemos mais completamente a diferença dela, diante o estereótipo das mulheres no trecho que se segue, em que ela mostra que tem um poder aquisitivo e para tanto, não precisa esperar sempre a ação do seu marido para um investimento, pois ela recebeu uma determinada autonomia advinda de sua família: ““Ele prometeu ganhar metade do dinheiro. Eu dou a outra metade do *meu* dinheiro, já que você está de frescura. ” O dinheiro dela: O pai deu-lhe umas ações anos atrás. E agora ela trabalha.

Afinal, será que ela precisa mesmo?"" (UPDIKE, 1992, p. 32). Através da fala do narrador já se pode observar que Janice questiona a si mesma a respeito de sua relação com o marido, de modo que, se ela não precisa dele, qual a função de estar casada? Trata-se de uma mulher independente que tem a autoridade de escolher o que lhe convém. O fato de ela possuir dinheiro é o que a permite ter essa autonomia e confiança própria, pois, assim, não tem necessidade de pedir ao sexo masculino qualquer coisa, ou seja, ser dependente a um marido, como a maior parte das esposas de sua época.

Dentro de uma obra, é necessário ficar-se atento aos sinais que o autor apresenta, dos elementos utilizados para dar dicas ao leitor. Na primeira passagem exemplificada aqui, pode-se notar uma dualidade na fala de Janice, que, ao ser questionada pelo marido se estava se aprontando no trabalho responde, de modo duvidoso (Cf. UPDIKE, 1992, p. 22). O autor, ao marcar a palavra *aprontando* pela esposa em itálico, dá pistas de que há algo por trás da negação. O marido já tem uma certa desconfiança acerca das atitudes e fidelidade de sua parceira, que se justifica pelo trabalho na empresa. Porém, existe de fato uma traição, na qual, ela busca a satisfação sexual que não tem na vida a dois. De certo modo, Janice carrega em si uma revolta por seu marido, pelo modo como ele se comporta diante do mundo, pela vida que levam e pelo passado deles enquanto pais. É por isso que ela não sente remorso ao traí-lo com seu colega de trabalho: "Ah, quero mais é que ele sofra. Antes ele dizia que eu era inútil, no começo adorou quando eu arranjei um emprego" (UPDIKE, 1992, p. 50). Neste trecho, evidencia-se a resignação de Janice para com Harry (seu esposo) em um diálogo com o seu amante Charlie; nessa passagem ela revela um passado no qual ela era colocada como um ser inferior, mas agora se vê em pé de igualdade e já não se importa com os sentimentos que proporciona ao seu parceiro.

No momento em que revela a verdade sobre o amante, essa esposa vai de encontro ao estereótipo discutido anteriormente, da mulher megera, tentando ferir o marido não apenas fisicamente. Ela se coloca em pé de igualdade com Harry, ao passo que, da mesma forma que ele bate nela, Janice tenta bater nele, contudo, ela encontra outros meios de agredi-lo além do físico, sendo este o agredir verbal e moral:

"Estamos transando há *meses*, ela insiste, contorcendo-se e tentando libertar-se para cuspir de novo, furiosa com a reação dele. Ele imobiliza-lhe os braços, para não ser unhado, e prende-os pelo lado, apertando com força. Ela o encara de frente. Seu rosto

está enlouquecido, imóvel, petrificado. Está tentando dizer a coisa que vai magoá-lo mais fundo. “Faço coisas com ele”, diz ela, “que nunca faço com você”. (UPDIKE, 1992, p. 60)

Após o conflito, segue um momento melancólico, em que o sujeito masculino se vê fragilizado diante da postura da esposa, de sua traição; já ela, não sente o mesmo, mas sim, uma liberdade por poder exteriorizar sua situação de mulher incompleta. Contudo, ela não tem verdadeiras razões para odiar o marido, como muitas mulheres o tinham; em sua própria fala ela afirma que o Harry não é um marido ruim: “Ah, não, meu bem, não. Você sempre foi muito bom comigo. Você trabalha naquele lugar sujo. Não sei o que deu em mim, Harry, falando sério.” (UPDIKE, 1992, p. 61).

Mesmo após o conflito, o casal vivencia um momento de paz, em que tem uma relação sexual intensa de homem e mulher. Deste momento podemos fazer duas observações. A primeira é que o sexo é uma forma de reconciliação, mas também de despedida do casal, que, no dia seguinte se separa. A segunda, ainda sobre o sexo, é que não é um sexo normal, como todas as outras vezes, mas, intenso, na luz do dia, que representa a transformação de Janice, visto que o coelho é super conservador e a relação entre os dois só acontecia no escuro. A própria postura dela em relação ao momento vivenciado com o marido, quando ela fala “Não é uma delícia a gente ver? E eu que morria de vergonha” (UPDIKE, 1992, p. 64). Após a confissão Janice mostra sua transformação, trazendo para dentro de casa o que tem no exterior, que é mais quente, que se fala, enquanto antes não tinha isso.

Como forma de entender os seus sentimentos Janice se afasta do lar para ficar com o amante; porém, mesmo adotando uma postura considerada “errônea” para a sociedade que espera um modelo específico de uma mulher, ela se preocupa com o que esta vai falar, o que o filho vai pensar e, portanto escolhe por omitir esse detalhe para os outros, mas que é evidente para todos. “Só tem uma coisa. Não quero que o menino fique sabendo. Mamãe já sabe, as pessoas que vão na casa dela contaram pra ela. Toda a cidade sabe. Isso é o que dá, fazer a luz do dia” (UPDIKE, 1992, p. 68).

Mesmo quando sai do lar, Janice não se desvincula do laço familiar. Apesar de estar fisicamente com outro, desfrutando dos prazeres, o seu pensamento está sempre na casa, mas ela só mostra este fato a partir de uma preocupação: há uma outra mulher em sua casa, mais jovem, mais bonita e que a substitui emocionalmente. A partir disso, Janice força contato com o

marido, sempre se valendo de ameaças de tomar o filho, de procurar advogado. O principal fato é que, mesmo fora da casa ela quer se sentir presente ali, e por isso exige constantemente a expulsão da outra mulher. Ou seja, ela não consegue abandonar completamente o seu eu mãe e esposa. Mesmo longe, ela se vê como a mulher da casa, como no trecho “Eu quero que essa garota saia da minha casa.” (UPDIKE, 1992, p. 140). Contudo, ela apresenta uma preocupação sobre o sentimento do marido e o que a outra representa para ele, “Harry, o que ela é pra você, hein? Uma espécie de esposa?” (UPDIKE, 1992, p. 141). Visto isso, podemos dizer que Janice espera ser feliz com outro homem, mas ao mesmo tempo deseja que a porta do seu lar esteja aberta para sua volta a qualquer momento. Como esta encontra-se fechada, Janice usa de argumentos para retirar a culpa de sua ação de si para depositar no seu marido, partindo do princípio que nada daquilo estaria acontecendo se ele a satisfizesse e, portanto, ela não era culpada por buscá-lo em outra pessoa. “Harry, eu não queria lhe dizer isso, mas se você conseguisse me satisfazer, eu nunca que ia largar você. Foi por sua culpa que eu fui embora. Eu não sabia do que eu sentia falta, mas, agora que eu tenho, eu sei. Me recuso a achar que a culpa é só minha.” (UPDIKE, 1992, p. 141).

Apesar de tudo, Janice espera que o marido a busque de volta, que lute por ela, é por isso que ela liga para ele constantemente, porque não quer se afastar dele. Ela espera que ele caia em si e peça para que ela volte. É por isso que ela se resigna, em mensagens como “Pra começar, você me deixa esperando sentada sem nem me ligar” (UPDIKE, 1992, p. 192), demonstrando que espera a procura do marido e essa não procura é tudo o que fere a ela. No seguinte trecho é mais explicitado o sentimento de revolta de Janice, exteriorizado através da ofensa e, em seguida, do seu choro.

“Você podia pelo menos brigar um pouco”, ela diz, chorando, tomando fôlego entre os soluços. “Você é tão fraco, tão frouxo”, ela consegue dizer, mas em seguida vem um som animalesco, uma espécie de arrulho ou guincho, como se todo o ar estivesse escapando de dentro dela. (UPDIKE, 1992, p. 193)

Conquanto, o coelho poderia buscar meios para fazer sua esposa voltar, tanto por meio sentimental quanto por força, mas ele não o faz, pois a decisão de voltar deve pertencer a ela. Janice é que deve encontrar o caminho de volta pra casa, visto que ela saiu só e por insatisfação própria.

Embora Janice apresente saudade de casa, sua volta não é marcada a princípio por seu desejo. Assim como ela troca o seu marido por Charlie, o amante também a troca (mesmo que temporariamente) por outra, justamente, a irmã do seu marido. Assim, ela aceita a verdade que aquele homem não tem por ela a consideração que o seu marido tem, – muito embora Harry também a trai, diferente do outro, ele tem uma ligação mais forte com Janice, até mesmo por ter um filho com ela e, apesar de tudo, é com ele que ela pode contar. Mesmo quando ressalta o fato de ter largado tudo para ficar com Charlie, o que ele faz é mandar ela voltar para casa. Nesse momento, pela primeira vez ela consegue comparar a relação com os dois homens, de modo que o amante não é melhor que o marido: “Ele lhe deu as costas. Com Harry, normalmente era ela que dava as costas para ele. É difícil aconchegar-se a ele, ele é grande demais; é como agarrar a uma rocha escorregadia e peluda.” (UPDIKE, 1992, p. 339). Ao ponto que mencionamos a comparação que Janice faz entre seu esposo e seu amante, é interessante destacar a primeira vez que ela faz um paralelo entre os dois homens no início do romance:

[...] ela faz tudo com Charlie porque ele pede, tudo fica sagrado, ela não se importa, a gente tem que viver, a gente nasce aqui e tem que viver, [...] Harry não entende dessas coisas, nunca ousou pensar nisso, sempre correndo, ele é todo cheio de nojinhos, no fundo detesta sexo. (UPDIKE, 1992, p. 53).

Aqui, pode-se observar em como ela vê a relação com cada um. Enquanto que com o marido sua vida é parada e fria, com o amante Janice vive coisas novas, com um homem que a faz viver o prazer, tendo em vista que eles estão vivos para desfrutar disso. Enquanto que Harry é comportado e o sexo é mais tranquilo, com Charlie é algo mais carnal e intenso, como se pode observar em diversas passagens da narrativa. Um outro detalhe que nos interessa, é justamente, o fato de haver esse olhar crítico da mulher perante os homens com que se envolve. Em outras épocas passadas, tal acontecimento seria inadmissível, tanto o pensamento por parte da mulher, como a aparição na literatura que chegava a ser conversadora, mesmo quando escrita pelo sexo masculino. Porém, como o período do romance permite que aconteça essa liberdade e evolução, nos deparamos com uma mulher inovadora e autêntica, que, mesmo quando volta atrás, mantém o seu orgulho e sua postura.

Após deixar o amante, Janice procura contato com o marido, mas ela não o faz com o coitadismo de uma mulher que busca a redenção, mas através da sua postura para com o coelho é possível perceber que o que Janice quer é voltar para casa. Toda essa aventura fora do casamento serve como uma forma de acordar uma natureza dentro dela, o espírito de aventura, ousadia e alegria. Ela encontra sua identidade, sua autenticidade e por isso se vê pronta para voltar pra sua família. Contudo, ela não faz uma abordagem direta acerca desse retorno, mas sim, como um evento casual “Janice compreende, e pergunta: “Você está a fim de me encontrar? Quer dizer, se você olhar pra minha cara você vai se irritar muito?” (UPDIKE, 1992, p. 346). Assim, o retorno do casal se dá de modo natural, não como uma relação que será perfeita, mas, dentro da imperfeição dos dois haverá uma vida pacata, seguindo a estrutura do final da história, uma vida normal.

Considerações finais

A partir das discussões acerca do sujeito feminino e suas restrições sociais, podemos dizer que, estas são amarras que têm sido desfeitas ao longo dos anos. Na medida em que os anos passam, mudanças cercam a sociedade e seus sujeitos, e portanto torna-se impossível persistir em tomar como base uma ideologia que só serve de repressão para um gênero ou outro. Uma vez que todos os seres possuem o livre arbítrio, torna-se inviável que um ser tenha dominação sobre outro. Teoricamente, o ser humano é livre para tomar decisões e viver de acordo com suas crenças e anseios, seja este homem ou mulher – desde que não acarretem problemas para a sociedade.

Como pudemos observar, a personagem Janice representa uma mulher que não age de acordo com o ideal de mulher dentro do sistema patriarcal. Mostra-se uma personagem autêntica que busca incansavelmente a sua valorização e satisfação como mulher, seguindo o caminho que pode lhe proporcionar o prazer que procura. A personagem analisada mostra-se como uma transgressora das leis, mas, embora tenha uma postura “errada”, ela tem consciência do que seria “certo” e, por isso, busca o ocultamento, busca uma justificativa para suas ações, que não são frutos apenas dela, mas das atitudes do marido acarretadas no decorrer do tempo. Assim, Janice busca fora do casamento uma saída para encontrar sua subjetividade e motivação para a vida, contudo, é nesta vivência que ela se descobre e, dentro

deste contexto se sente insatisfeita, retornando, então, para o seu lar, mas com sua natureza transformada.

Por fim, destacamos que, embora o romance aborde a questão da revolução da mulher casada e insatisfeita, a própria estrutura de “O coelho em crise” demonstra a disparidade entre o sexo masculino e o feminino através de sua organização, pois, embora os capítulos sejam divididos a partir de personagens, Harry é o protagonista em todos eles e está sempre mostrando sua visão sobre o que o cerca, enquanto que sua esposa aparece em curtos períodos, em sua maioria, através de ligações rápidas. Dessa forma, observamos que, há um espaço para esse novo olhar da mulher, mas ainda assim, o mesmo é restrito, o que não apresenta o completo posicionamento da esposa para com tudo o que a cerca.

Referências

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo – A experiência vivida*; tradução de Sérgio Milliet. 2 ed. – São Paulo: Difusão Européia do livro, 1967.

BONNICI, Thomas. *Teoria e crítica literária feminista – conceitos e tendências*. Maringá: Eduem, 2007.

UPDIKE, John. *O coelho em crise*: tradução de Paulo Henrique Britto – São Paulo: Companhia das letras, 1992.

WOOLF, Virginia. “Profissões para mulheres”. In: *Kew Gardens, O status intelectual da mulher, Um toque feminino na ficção, Profissões para mulheres*. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 41 – 50.

ZOLIN, Lúcia Osana. Crítica Feminista. In: *Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (Org.). ed. rev. e ampl. Maringá: Eduem, 2009, pp. 217- 242.

A PAQUERA ENTRE HOMENS NO FACEBOOK

Fabício de Sousa Sampaio

Introdução

O processo de paquera necessita de racionalização por parte dos paqueradores. As discussões que constituem este artigo partem da afirmação de que os encontros para ficar, namorar ou fazer sexo, são imbuídos pelo processo de paquera. E as interações sociais que buscam fazer amigos também o são. Assim, o processo de paquera relacionado ao campo do erótico ou sexual é tributário de certos regramentos principalmente em relação às suas finalidades, ao objeto paquerado e aos cenários culturais onde ocorre esse processo de aproximação.

Em acréscimo, a título de diferenciação, a “pegação”¹ é definida geralmente como a fase final do processo de paquera sexual. Ela se refere comumente às buscas por sexo casual principalmente em locais públicos ou já consensualmente percebidos para esta finalidade: saunas, cinemas de sexo explícito, banheiros públicos ou certos espaços em boates gays denominados “dark rooms” – locais semifechados escuros onde a ordem compartilhada é a liberação da “pegação”, ou melhor, das práticas sexuais diversificadas.

O presente artigo é constituído pelas reflexões preliminares da etnografia em andamento no contexto “on-line” do Facebook cujo objetivo principal é identificar e analisar os rituais performáticos de paquera entre homens.

Vale destacar que a vida “on-line” e “off-line” não constituem realidades distintas e separadas. Estes ambientes – “on-line” e “off-line” – se

1 Esse termo no Brasil é utilizado para denominar de forma nativa o “cruising”: “prática espacial erotizada e erotizante de praças, parques, locais desertos na cidade que se tornam pontos para encontros fortuitos, busca de parceiros e amores entre sujeitos, do sexo masculino” (GADELHA, 2015, p.65).

encontram em permanente interação e por isso Richard Miskolci (2011) cita a sugestão de Hine (2009) de tratar o virtual ou a internet como “contextos culturais”. Além disso, para o sociólogo Richard Miskolci (2011) é necessário se pensar essa “divisão” como um contínuo interdependente e articulado “no qual nos inserimos assim como nossos sujeitos de pesquisa” (Ibid., p. 15). Não existe um universo social apartado chamado de ciberespaço e sim uma mediação e modificação da vida “off-line” através das mídias digitais (Ibid., p. 16). Em outras palavras, o ato de paquerar entre homens do “off-line” está mediado e modificado contextualmente pelo “on-line”. E a paquera de forma geral se constitui num “contínuo articulado e independente” (MISKOLCI, 2011, p. 17) característico do mundo social na atualidade, mesmo que em ambos os contextos culturais existam peculiaridades. O referido estudo objetiva compreender as especificidades da paquera “on-line” no Facebook.

Metodologia

Logo após a criação de um perfil pessoal na rede Facebook, comecei a receber curtidas de fotos, cutucadas e solicitações de amizade de pessoas a princípio “estranhas” ou desconhecidas. Aceitando alguns desses convites, fui chamado a conversar no bate-papo da plataforma. Neste ínterim, após responder perguntas rápidas como “tudo bem?”, “é solteiro?” ou “fazendo o que de bom?”, percebi que tais interrogações objetivavam ou já faziam parte de uma paqueração. Foi essa experiência inicial de ser aparentemente paquerado através do Facebook que me levou a pesquisar a paquera nesse contexto “on-line”.

A principal observação advinda destas primeiras incursões no Facebook foi a de que as paqueras não se diferenciavam de um perfil a outro: elas eram padronizadas. Por essa razão, foram surgindo alguns questionamentos: a paquera entre homens no Facebook seria ritualística, ou seja, seria permeada por ações codificadas que objetivariam uma eficácia nos termos de Schechner (2012)? Quais seriam estes rituais e que sentidos sociais eles possuiriam? Por que existiriam rituais neste tipo de paquera? Os rituais seriam então constituintes do processo de paquera entre homens no Facebook?

Com a pretensão de discutir alguns desses questionamentos, uma etnografia foi iniciada em 2013 e após um ano de incursão comecei a realizar as entrevistas abertas a partir de convites feitos aos “amigos” recém

adicionados em minha página pessoal. Depois de algumas conversas “online” de esclarecimento sobre os objetivos da pesquisa, alguns usuários decidiram colaborar. Para manter o anonimato desses colaboradores, solicitei aos mesmos a escolha de algum apelido. Eles se identificaram com os seguintes nomes: Josué, Cláudio, Romeno, Italiano, Sírios, David, Marcos, Romário, Rivero e Juliano. É importante frisar que eles residiam na cidade de Sobral-CE.

As relações sociais mediadas digitalmente são objeto de discussão da primeira parte do artigo. Em seguida, performance, gênero e paquera constituem o foco de análise. E na terceira parte, são identificados e analisados os rituais da paquera no Facebook.

Facebook e os rituais de paquera

Miskolci (2011) destaca dois importantes aspectos na utilização das mídias digitais: o protagonismo individual e a articulação das diferenças pessoais como elementos para efetivação de contatos e socialização (MISKOLCI, 2011, p.13). Essas mídias fazem a mediação e a modificação daquilo que é vivido no “off-line” – lócus de origem das necessidades e interesses dos seus usos sociais – numa espécie de “contínuo articulado e interdependente” (Ibid., p. 16).

Os contatos “virtuais” se intensificam a cada dia e a tese de que tal intensificação diminui os contatos “reais” é questionável, pois, embora muitos prefiram, por exemplo, paquerar ou buscar parceiro (a)s no “on-line”, não se tem o descarte da possibilidade das interações face a face depois dos flertes na virtualidade².

A internet possibilita exacerbar a incompletude de determinado parceiro escolhido temporariamente pela simples razão de que ao descartá-lo, haverá uma abundância de outros possíveis parceiros. Justamente porque a internet “nos faz ver todo o mercado de escolhas possíveis a nossa disposição, [...] ao chegarmos ao encontro real costumamos tender a subestimar e não a supervalorizar a pessoa encontrada” (ILLOUZ, 2011, p.151). P a r a esta autora, a internet tem como vantagem permitir um eu mais flexível,

2 A preferência pelos termos virtual e virtualidade neste artigo se deve a ideia de que os “processos de virtualização são concernentes a agenciamentos de corpo, do espaço, do tempo e do sexo que atravessam as dimensões do humano e do não humano” (GADELHA, 2015, p.67).

aberto e múltiplo, o que “assinala o epítome do eu pós-moderno, em sua capacidade de tornar o eu brincalhão, inventor de si mesmo e até enganoso, em sua capacidade de manipular informações a seu próprio respeito” (Ibid., p.115).

A busca de parceiro (a)s na internet adquire uma forma racionalizada, baseando-se numa interação incorpórea caracterizada pela abundância e permutabilidade (ILLOUZ, 2011, p.129). Os namoros e os processos de paquera seguem princípios do consumo de massa “baseados numa economia de abundância, escolha infinita, eficiência, racionalização, orientação para alvos seletivos e padronização” (Ibid., p.130). Entretanto, essa “aparente” abundância de corpos textualizados no “on-line” como pretensos alvos de paquera pode significar uma angustiante escassez, pois a primeira fase da paquera denominada nesta pesquisa como “desfocada”, baseada nos termos de Goffman (2010), é marcada pela intensa seleção dos perfis balizados principalmente pelos critérios estéticos de beleza corporal masculina heterossexual.

O contexto “on-line” pode ser considerado uma passagem quase obrigatória “para sujeitos que nutrem desejos homoeróticos em sua auto-descoberta, contatos sexuais ou amorosos e a criação de redes de apoio” (MISKOLCI, 2009, p. 176). Mas também, este contexto pode se estruturar numa espécie de “ampliação do armário” (Op. Cit.), por que a explicitação dos desejos homoeróticos está disciplinada pelas atmosferas do anonimato e do segredo.

O armário como regime de controle da sexualidade que rege a vida dos gays e lésbicas e também dos heterossexuais, é uma estrutura de opressão conforme Segwick (2007). Este armário também persiste nas mídias digitais, mas não como regime de opressão gay, ao invés disso como dispositivo de controle que é incorporado subjetivamente através de aprendizado social que define tanto no espaço público quanto privado as relações a serem reconhecidas e visíveis, como as que serão punidas e toleradas (MISKOLCI, 2013, p. 316).

Na internet, o conteúdo da paquera – o corpo – como programa ajustável aos ideais estéticos dominantes é construído com auxílio da imaginação. Esse processo é desencadeado por dois textos a foto e o perfil “e por um conhecimento do outro que é verbal e racional, isto é, baseado em categorias e cognições, não nos sentidos” (ILLUOZ, 2011, p. 148). As pessoas são construídas por projeções. Este estilo de imaginação no “on-line”

“descorporifica os contatos, transforma-os em puros fatos psicológicos e textualiza a subjetividade” (Ibid., p. 138). E, diferentemente da imaginação romântica calcada no corpo e na ordem do sentir, a imaginação da internet é baseada na ordem do conhecer em que fantasiar e buscar alguém tem como referência uma lista de atributos abstratos e incorpóreos que se supõe corresponder ao ideal desejado pelo indivíduo (Ibid., p. 148).

Conforme os relatos dos colaboradores os “corpos digitais ou virtuais” dos outros acionam o desejo e a intenção de iniciar a paquera. Porém, o que corrobora o desejo ou a vontade de intensificar e continuar no processo de paquera é a movimentação deste corpo. Dito de outra forma, é a performance ou a imaginação de como determinado corpo se comporta e não somente o corpo feito de texto e imagem que é o alvo do processo de paquera.

A performance é um processo de ritualização de sons e gestos para estilizar o comportamento (SCHECHNER, 2012, p. 49). Os indivíduos utilizam técnicas de performance para se dirigir aos diversos públicos com o objetivo de “manter, modificar ou inverter a ordem social existente” (Ibid., p.77). Ela se origina da interação entre o jogo e o ritual.

Os rituais constituem ações codificadas que movimentam a memória e ajuda os indivíduos a lidarem com relações sociais “ambivalentes, hierarquia e desejos que problematizam, excedem ou violam as normas da vida diária” (LIGIÉRO, 2012, p.49). Embora os rituais se apresentem publicamente sob o caráter de estabilidade e permanência, eles mudam dependendo das circunstâncias sociais (SCHECHNER, 2012, p.84). Schechner (2012) divide a performance em eficácia e entretenimento: dois polos que fazem parte de uma ação contínua dependendo do contexto e da função. A performance é ritual quando se vincular a eficácia ou buscar resultados. E é entretenimento quando o objetivo for dar prazer, ser mostrada ou passar o tempo. Para o autor, esse jogo binário – eficácia e entretenimento – não são opostos e sim continuamente interdependentes: não há eficácia ou entretenimento puro. Além disso, é a partir das tensões criativas desse jogo e suas várias finalidades que se originam as performances (Ibid., p.81).

A performance-paquera “on-line” é ritual ao se vincular a ação racional que busca resultados específicos nos termos de Schechner (2012). A partir dos depoimentos e das incursões realizadas no Facebook permitiram afirmar que na paquera homoerótica masculina quem executava os rituais eram corpos sexuados, generificados e que buscavam outros corpos sexuados/

generificados, ambos marcados socialmente pela heteronormatividade³ e pelos padrões estéticos de beleza dominantes.

O roteiro performático dos corpos que são paquerados é constituído pelas imagens e postagens, curtidas, compartilhamentos e o conteúdo que constitui cada página que é esquadrihada por alguém que busca um parceiro ou um “fica”. Em outros termos, o “corpo digital” paquerado terá sua performance avaliada através das interações na plataforma num jogo de materialização corporal onde o gênero, a sexualidade, o vocabulário utilizado, os jeitos de corpo, a estética e as vestimentas serão modulados no delinear do processo de paquera (GADELHA, 2015, p. 58). Vale ressaltar que, para este autor, a performance funcionaria como dispositivo de materialização dos corpos, gêneros e sexualidades nos contexto “on-line”. Assim, o corpo digital, além dos diferenciais identitários, se “engendra em processos de hibridização com o espaço, do real com o virtual” (GADELHA, 2015, p.60). Este autor critica a ideia de reduzirmos o agenciamento entre corpo, gênero e espaço a uma perspectiva do representacional, pois “há uma performatividade do corpóreo, do espacial e do sexual que se expandem” para além deste domínio representativo (Ibid., p. 64). Em acréscimo, os perfis no “on-line” são avaliados a partir do gênero que possuem ou performatizam virtualmente: na maioria dos colaboradores, tal performance virtual representava a performance “real”.

Uma das constatações etnográficas foi a de que a paquera entre homens na internet era regulada pelos imperativos da “matriz heterossexual”⁴. No regime da heterossexualidade existem “performances de gênero hegemônicas” atreladas ao feminino e ao masculino. Elas constituiriam “ficções sociais sedimentadas ao longo do tempo e que gerariam um conjunto de estilos corporais” (BENTO, 2006, p. 92).

O gênero não é uma inscrição cultural de significado num sexo preexistente. Ele é um meio “discursivo/cultural” pelo qual “‘um sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura: uma

3 Este conceito criado por Michael Warner exige que todo/as organizem suas vidas conforme o modelo ‘coerente’ da heterossexualidade. E difere da heterossexualidade compulsória por esta exigir a heterossexualidade das pessoas como único destino. Já na heteronormatividade, todas as orientações sexuais devem organizar suas sociabilidades conforme a matriz heterossexual (COLLING, 2015, p.24).

4 Butler utiliza o termo ‘matriz heterossexual’ para designar “grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados” (BUTLER, 2010, p. 216).

superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura” (BUTLER, 2010, p.25). O gênero é performativo, ou seja, é produzido durante performances repetidas em contextos culturais cujos roteiros inteligíveis de comportamentos a serem citados são definidos pela matriz heterossexual. Neste sentido, o binarismo de gênero que sustenta a “heterossexualidade compulsória”⁵ modula também a paquera homoerótica, pois as sexualidades, os gêneros e os desejos atualmente estão regulados pelo dispositivo da heteronormatividade.

Outro elemento constatado na pesquisa em andamento sobre paquera entre homens foi a estética. Semelhante à pesquisa de Berenice Bento (2006) sobre a experiência transexual, a estética constitui um “indicador de níveis de masculinidade e de feminilidade” (Ibid., p. 163). Ela atua para visibilizar e estabilizar os corpos na dicotomia dos gêneros. Além disso, constituiria numa espécie de “capital de gênero” (Ibid., p.228) através do qual os corpos estariam classificados como abjetos⁶ ou “glamourizados”⁷. Outro marcador que potencializa esteticamente esses níveis de gênero e é utilizado como auxiliar na classificação dos corpos durante a busca foi o padrão “fitness”: se o corpo masculino era malhado ou musculoso- “glamourizado”, porque se ele fosse gordo, flácido ou magro demais poderia cair no status de abjeto.

Em resumo, o poder regulador dos gêneros é produzido e naturalizado como algo “pré-cultural” durante as performances contínuas e repetitivas. Neste sentido, podemos falar de performatividades de paquera como atos estilizados e repetitivos das “performances de gênero” valorizadas pelas sociabilidades homoeróticas nos contextos culturais específicos. Após esta breve discussão sobre busca “on-line”, performance e ritual e as marcações dos processos de paquera, o Facebook será analisado como mídia digital de paquera.

O Facebook é uma rede social que tem muitos recursos, mas, por delimitação da pesquisa, foram escolhidos para análise dos perfis, o mural,

5 Adrienne Rich (2010) concebe a heterossexualidade como uma instituição política que governa e obriga os sujeitos a pautarem suas experiências sexuais.

6 O abjeto representa todo corpo cuja vida não se considera ‘vida’ e cuja materialidade não importa (BUTLER, 2002, p. 161). Ele vive no discurso sem possuir conteúdo e sem autorização para se tornar real. É um corpo que não é inteligível e nem possui existência legítima, por isso a sua dificuldade de se materializar (Ibid., p. 160).

7 Termo êmico usado pelos colaboradores para classificar os corpos malhados ou em boa forma que são mais paquerados do que os corpos “fora de forma”.

status, a linha do tempo, os botões curtir, compartilhar e cutucar. O mural é um espaço na página de perfil do usuário onde os amigos postam mensagens para os outros verem. Ele pode ficar visível para qualquer um, com permissão para visualizar o perfil completo. O status se localiza na página de visualização pública do perfil, de acordo com o usuário, que informa seus amigos e membros de sua comunidade, além de elementos que determinado usuário considera interessantes. A linha do tempo organiza cronologicamente todas as atividades, postagens e publicações dos usuários. E os botões curtir e compartilhar se relacionam a postagens e publicações: eles eram os principais instrumentos de paquera virtual.

A justificativa de buscar amigo (a) – nos termos dos colaboradores da pesquisa – foi apontada como o principal meio de se iniciar as paqueradas. Não obstante essa motivação para criar uma rede de amigos, possibilitava a dissimulação do teor amoroso ou sexual e liberava para os flertes virtuais ritualmente executados a fim de não “espantar os boys se você chega [r] e diz[er] logo o que você curte, depois que o boy aceita[r] ser seu amigo” (David/2014)⁸.

Richard Miskolci (2009, 2011, 2012) em suas pesquisas sobre as buscas homoeróticas masculinas pontua o segredo e o anonimato constituintes das paqueras em sites de relacionamento ou bate-papos. A não exposição e os cuidados dos usuários através da criação de apelidos e de um jogo de perguntas e respostas objetivariam manter em segredo as relações mediadas pela internet. Entretanto no Facebook, com exceção dos perfis falsos, a proteção do anonimato quase inexistente e por isso os usuários precisavam construir “estratégias” para iniciar uma paquera homoerótica principalmente se os perfis em jogo não possuísem nenhuma “pista de que curte[iria] caras” (Marcos/2014).

Esse cuidado ritual era necessário porque além da paquera ser realizada com “perfis verdadeiros” qualquer conflito interpessoal poderia desencadear uma publicação do desejo homoerótico de algum dos envolvidos na paquera. Em acréscimo, existiria a possibilidade, de acordo com os colaboradores, que alguém possuísse uma vida heterossexual bem consolidada que poderia ser desestabilizada com os “boatos” lançados na internet.

8 O apelido dos colaboradores será grafado com inicial maiúscula e o restante das letras minúsculas para se diferenciar dos teóricos citados durante o texto.

Os rituais durante a paquera no Facebook serviriam para tornar esse processo mais eficaz e evitar desconfortos ou conflito de interesses amorosos entre os usuários. Além disso, os rituais eram utilizados para “informar” o processo de paquera iniciado por alguém sem que houvesse a necessidade de explicitar claramente as intenções de ambos e, muitas vezes, promovesse uma saída do armário de forma cuidadosa e paulatina:

Não vou de cara, primeiro sem ter uma noção, tenho que me saber conduzir para não me expor e não me constranger e nem chegar a constranger, mesmo se ele gostasse de homem ainda não seria cabível por não saber o que ele está vivendo ou seus planos (Juliano/2014).

Assim, a utilização dos rituais durante a paquera virtual se justificaria porque “às vezes essas coisas [um convite de amizade, uma curtida na foto ou uma cutucada] não tem nada a ver com o que você espera que seja” (Romário/2014).

No Facebook, as curtidas, as cutucadas e os compartilhamentos auxiliavam a navegação dos usuários pelos perfis disponíveis, pautados pela criação de estratégias de manipulação identitária e de gênero, para se tornarem visíveis na rede e, portanto, consumíveis entre os milhões de participantes da rede. Sem visibilidade, não se pode “existir” na rede social. Esse processo de navegação caracterizado pelo ritual do esquadrinhamento⁹ dos perfis pode ser considerado o início da primeira fase do processo de paquera virtual que será chamada de “desfocada”.

Numa interação “desfocada” “os indivíduos em presença visual e auditiva uns dos outros cuidam de suas próprias vidas sem estarem ligados por um foco de atenção compartilhado” (GOFFMAN, 2011, p. 128). Não há aqui um único centro de atenção. No caso específico do Facebook, os usuários analisavam os perfis e inicialmente buscavam alguma “pista” ou indício de que o “cara curtia” a partir das publicações, curtidas e amigos gays em comum. As pistas apontadas pelos colaboradores se resumiram em: ter amigos gays; curtir publicações relacionadas ao assunto da homossexualidade; não ter fotos com crianças ou junto com mulheres; e curtir páginas

⁹ Na busca por parceiros no Facebook, este ritual era concomitante ao ato de navegar. O esquadrinhamento consistia na seleção pelos perfis masculinos que se enquadravam nos critérios preestabelecidos pelos usuários durante suas paqueras.

de boates ou festas gays. Em contrapartida, um entrevistado relatou que, mesmo sem a identificação dessas “pistas”, “agente às vezes tenta o colar colou” (David/2014), ou então: “me declaro para ele mesmo correndo o risco de pegar um fora¹⁰” (Juliano/2014).

Sendo a paquera “on-line” marcada pelas “performances de gênero”, durante o esquadrinhamento, os usuários tentam se “encaixar” e “encaixar” os perfis esquadrinhados em julgamentos de identidade de gênero reconstituídas a partir de estereótipos já reconhecidos pelo senso comum como pertencentes a perfis de “caras que curtiam”. Nesta fase “desfocada” da paquera os colaboradores paqueravam vários perfis através de curtidas em fotos e cutucadas.

Durante este processo, os perfis eram classificados como “boy” ou “gay”: o perfil “gay” era aquele que possuía as “pistas”: frequentava as baladas gays, gostava de música eletrônica e não postava fotos com namoradas, por exemplo. E o perfil “boy” era constituído por “coisas de hetero”: assuntos e páginas relacionados a futebol, mulheres e filho (a)s (Rivero/2014). Essa redução binária dos perfis correspondia ao binarismo das “performances de gênero” – masculino e feminino – que nos enlances amorosos e afetivos entre os homens assumiria as configurações de macho ou “boy” e fêmea ou bicha, acompanhadas da divisão também binária das posições sexuais correspondentes: macho ou másculo – ativo – e gay ou afeminado – passivo.

O reconhecimento da paquera entre indivíduos é ratificado pelas infrações à desatenção civil – olhar prolongado a alguém ou pelas olhadelas mútuas (GOFFMAN, 2011) – confirmada por outros sinalizadores e pela contextualização espaço-tempo. Entretanto, no contexto “on-line” a desatenção civil poderia ser emitida pelas curtidas em fotos ou cutucadas, ou seja, através da emissão de que aquele perfil estava chamando atenção a alguém. O olhar prolongado ou mútuo – confirmador do início da fase focada da paquera – poderia ser confirmado pelo retorno das curtidas em fotos, cutucadas e solicitações de amizade: “cutucadas no começo eram o auge. Hoje as cantadas por mensagens são mais frequentes e curtidas em fotos” (Marcos/2014).

A passagem da paquera como interação “desfocada” para um encontro ou engajamento de face (GOFFMAN, 2010) [no caso engajamento “on-line”] era autorizada pela intensidade dos retornos às curtidas em fotos,

¹⁰ Termo êmico para terminar ou evitar os processos de aproximação de paquera.

pelos cutucadas e em algumas situações por comentários e mensagens direcionadas a fotos ou algo publicado: “começo a observar pelas inúmeras vezes em que curtiu uma foto ou um status em menos de um minuto [risos]. Isso acontece muito, mais o fator principal é durante a conversa no bate-papo” (Romário/2014);

Observo, mando uma mensagem formal ou cutuco e daí eu vejo no que dá mais nunca ir direto [...] eles puxam conversa, fazem comentários de alguma foto, curte alguma coisa, a maioria das coisas que curto ou compartilho num face, [...] (Juliano/2014).

“Cutucar”, “curtir uma foto dele”, “comentar uma foto onde ele foi marcado, ou comentar e também curtir suas recentes postagens”, “solicitar amizade” ou “mandar uma mensagem qualquer de paquera” (Josué/2014) foram apontadas como as principais “estratégias” ou rituais de aproximação na busca por parceiros amorosos e/ou sexuais no Facebook, de acordo com os colaboradores.

A “interação focada” da paquera virtual era marcada geralmente quando um dos usuários aceitava o convite de solicitação de amizade de outro ou em menor frequência quando um deles enviava uma mensagem qualquer. Na interação focada existe um único foco de atenção cognitiva e visual durante os atos de fala e gestos, e os participantes ajudam a manter esse foco de atenção (GOFFMAN, 2011, p. 128). O início desta fase ocorria, segundo os colaboradores, quando dois usuários se tornavam “amigos” no Facebook. Todavia, existiam outros rituais de aproximação da paquera mais diretos como elogios às fotos e ao corpo dos usuários ou a solicitação de amizade como primeira ação sem passar pelas curtições de fotos ou publicações.

Realizada no bate-papo do Facebook, esta fase “focada” principiava com a deferência, ou seja, pelo ritual interpessoal através de pequenas saudações, elogios ou desculpas de comunicar apreciação ou estima ao receptor (GOFFMAN, 2011). Este ritual era utilizado para se aproximar ou fazer investidas aos corpos paquerados. Entretanto era a fase mais complexa porque lidava principalmente com a confirmação das performances “on-line” exibidas pelos indivíduos e esquadrihadas pelos paqueradores durante a fase desfocada ou não-verbal. No caso do Facebook, a confirmação performática se realizava por uma avaliação do desempenho linguístico em confronto com a análise do perfil esquadrihada anteriormente através

dos trânsitos “virtuais”: curtidas de fotos, de festas, eventos, páginas e publicações em geral, principalmente as fotos pessoais.

Em síntese, existia um cuidado ritual nas investidas de paquera entre homens no Facebook porque os perfis masculinos eram públicos. No ritual do esquadramento, os usuários selecionavam seus alvos de flerte pela atribuição identitária dos perfis, buscando “pistas” de possíveis “curtidores” da homossexualidade.

A paquera virtual reforça de forma mais racionalizada e mais angustiante, por seu caráter descorporilizador, a heteronormatividade. Embora o principal critério de seletividade dos parceiros fosse um corpo malhado e uma performance “online” “de, jeito de macho” (Josué/2014), a cibercultura permitia encenações diversas no transcorrer das paqueras, inclusive de performances desvalorizadas pelo dispositivo heteronormativo: os perfis afeminados, que eram detectados pelas gírias preconceituosas ou comentários/postagens visualizadas no Facebook de acordo com os colaboradores.

A performance de macho é tão valorizada no processo virtual do flerte que alguns colaboradores relataram que, quando se deparavam, na fase focada da paquera, com gente “sendo afeminado” (Juliano/2014) consideravam tal encontro como uma brincadeira e expressavam tristeza e até decepção por ter exercido um cuidado ritual anterior de busca no “on-line” e ter finalizado a paquera em um encontro “real” insatisfatório.

Considerações finais

A performatividade-paquera no Facebook pode ser dividida ritualmente em duas fases: a “desfocada” e a “focada” e/ou “multifocada”. Na primeira, o ritual de esquadramento objetivava selecionar perfis na plataforma tendo como referência os ideais estéticos de beleza masculinos – corpo sarado – e as “performances de gênero”. Os corpos materializados nos perfis eram classificados em duas categorias binárias: em masculino – o ideal ‘macho’, ‘ másculo’ ou viril – que é perseguido por quase todos que paqueram na plataforma e os que querem ser paquerados; e em feminino – a ‘bicha’, “trejeitada”, “afeminada” – que constitui o abjeto, o exterior constitutivo deste masculino supervalorizado.

A performatividade da paquera virtual envolvia processos híbridos entre humano e máquina das dinâmicas performáticas de sexualidade e gênero. Tal processo encerraria um dispositivo de materialização corpórea

nos termos de Gadelha (2015) reiterativa de formas de gênero hegemônicas, de sexualidade inteligível ou de sexualidades dissidentes. Embora a homoafetividade e a homossexualidade “on-line” estivessem aprisionadas no “armário ampliado”, uma “performatividade-curtição” poderia se constituir em fissuras temporárias deste aprisionamento e por consequência dos rituais de paquera performatizados para ocultar ou visibilizar aos poucos o desejo sexual e/ou afetivo entre os homens no Facebook.

Referências

BENTO, Berenice. **A Reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond-Universitária, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do 'sexo'. In: LOURO, Guacira Lopes Louro (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

COLLING, Leandro. O que perdemos com os preconceitos. In: **Revista cult**: dossiê- ditadura heteronormativa, São Paulo-SP, Editora Briantine, n.202, ano 18, junho/2015. P.22-25.

GADELHA, Kaciano Barbosa. **Para além da “pegação”**: performatividade e espacialidade na produção de materialidades sexuais on-line. In: *Àskesis*, v.4, n.1, p. 56-73. Jan./jun., 2015. Disponível em: <<http://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/44/pdf>>. Acesso: 10 de maio de 2016.

GOFFMAN, Erving. **Rituais de interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. Trad. Fabio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. **Comportamento em lugares públicos**: notas sobre a organização social dos ajuntamentos. Trad. Fabio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana**. Trad. Maria Celia Santos Raposo. 16. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ILLOUZ, Eva. **O Amor nos tempos do capitalismo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A pedagogia do armário**: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar. In: *Revista Educação On-line PUC-Rio* nº 10, p. 64-83, 2012. Disponível em <<http://www.maxwell.lambda.ele>>.

pucrio.br/rev_edu_online.php?strSecao=input0>. Acesso: 20 de março 03 de 2014.

LÉVY, Pierre; LEMOS, André. **O futuro da Internet:** em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

LIGIÉRO, Zeca (org.). **Performance e Antropologia de Richard Schechner.** Trad. Augusto Rodrigues da Silva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

LOURO, Guacira lopes. **O corpo educado. Pedagogias da Sexualidade.** Autêntica Editora, 2010.

_____. Prefácio – Desafios. In: COUTO, Edvaldo Souza; GOELLNER, Silvana Vilodre (orgs.). **O triunfo do corpo:** polêmicas contemporâneas. Petropolis, RJ: Vozes, 2012. P. 11-13.

MISKOLCI, Richard. **O armário ampliado:** notas sobre a sociabilidade homoerótica na era da internet. In: Gênero. Niterói, v.9, n.2, p. 171-190. 1. Sem.2009. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revista-genero/article/view/88/64>>. Acesso: 15 de abril de 2016.

_____. **Novas conexões:** notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. In: Cronos: R. Pós-Grad. Ci. Soc. UFRN, Natal, v.12, n.2, p. 09-22, jul/dez. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3160/pdf>>. Acesso: 30 de maio 05 de 2016.

_____. **A Gramática do Armário [online]:** notas sobre segredos e mentiras em relações homoeróticas masculinas mediadas digitalmente. In: PELÚCIO, Larissa [et al] (orgs.). Olhares plurais para o cotidiano: gênero, sexualidade e mídia. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 32-52. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/ebook-olhares-plurais.pdf>>. Acesso: em 25 de abril de 2015.

_____. **Machos e Brothes:** uma etnografia sobre o armário em relações homoeróticas masculinas criadas on-line. In: Estudos Feministas, Florianópolis, 21(1): 424, p.301-324. jan./abr.,. 2013.

Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100016/24652>>. Acesso: 02 de abril de 2016.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Trad. Carlos Guilherme do Valle. Bagoas: estudos gays, gêneros e sexualidades. Natal: v.4, n.5, jan./jun. 2010, p. 17-44. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742>>. Acesso em: 15 de abril de 2016.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **A epistemologia do armário**. In: Cadernos Pagu (28), p. 19-54. Jan./jun., 2007.

O ARQUÉTIPO DO *CORNO*: UM CONSTRUTO CÔMICO-VIOLENTO

Haiany Larisa Leôncio Bezerra¹

Tânia Maria Augusto Pereira²

Introdução

A era digital, oportunizada pelo processo de globalização, promove o encurtamento das distâncias, a unificação territorial e um novo cenário na ordem comunicacional. Nessa perspectiva, o universo midiático preside a constituição do imaginário social e gerencia a relação do sujeito com o mundo. No contexto da sociedade contemporânea, o modelo capitalista subjaz a cultura do espetáculo e deflagra instâncias de poder que constituem os sujeitos discursivos, entrecortados por estereótipos, identidades, no intuito de regular o construto social. De acordo com Gregolin (2003), a lógica da sociedade capitalista busca definir limites, “disciplinarizar”. Nesse contexto, a máquina midiática emerge como instância que preside mecanismos de controle, gerencia a (re)produção e circulação de sentidos, e permite entrever um arquivo histórico. Isto posto, promove a constituição do imaginário social que constitui o engajamento do sujeito na trama dos sentidos, a entrada nas relações de poder (GREGOLIN, 2003).

Nessa associação com as relações de poder, os instrumentos midiáticos articulam a construção dos arquétipos³ da sociedade, que têm origem

1 Universidade Estadual da Paraíba- UEPB
E-mail: haianyleoncio@hotmail.com

2 Universidade Federal da Paraíba - UFPB
E-mail: taniauepb@yahoo.com.br

3 A noção de arquétipo concebida nessa pesquisa, emerge das formulações do psicólogo Carl Gustav Jung. Para o estudioso, o arquétipo é descrito como um agrupamento de imagens que habitam no inconsciente da coletividade. São constituídos em espaços de memória que tem princípio na herança sociocultural. Portanto, o arquétipo é um conjunto de representações, modelos inconscientes que incitam a determinação da conduta humana.

a partir do seu próprio cenário simbólico, em consonância com os pressupostos que subjazem o universo da mídia e institucionalizam o aspecto sob o qual repousa a sociedade contemporânea: a cultura do espetáculo. Nesse cenário, explicita Debord (1997) que a sociedade permanece alicerçada no presente modelo de economia mundial que viabiliza a unificação global e desencadeia a disseminação do espetáculo. Assim sendo, o contexto social no qual estamos inseridos não é arbitrariamente espetacular, mas subsiste ancorado, fundamentalmente, no circuito “espetaculista”. Segundo o autor, a cultura do espetáculo é a essência da sociedade atual.

Dito isto, podemos entrever que o suporte midiático trabalha a serviço do governo do espetáculo e oportuniza a construção de um imaginário social veiculado, primordialmente, pelo discurso midiático. A mídia promove a construção do espaço público, tendo em vista que a máquina midiática preside a circulação e (re)produção de estereótipos, imagens, entrecortadas historicamente, que instituem os sujeitos discursivos. O discurso midiático, ancorado nos domínios da memória coletiva, estabelece a circulação e a regularidade de enunciados marcados por imagens legitimadas na dinâmica social (GREGOLIN, 2003). Nessa perspectiva, fornece um arquivo histórico que permite compreender os processos de subjetivação da mídia na veiculação de imagens apreendidas nas práticas socioculturais, em articulação com mecanismos de disciplinarização e controle que propiciam a formulação de identidades.

Para a autora, os mecanismos midiáticos se encontram no vértice da produção de identidades específicas por intermédio dos “dispositivos pedagógicos” que fomentam a criação de verdades e liberdades reguladas que promovem a emergência do presente. A esse respeito, Gregolin (2003, p. 99) assevera que “esse poder que se exerce sobre o corpo é ininterrupto e, por isso, naturalizado, é internalizado pelo sujeito”. Assim, partindo do pressuposto de que existem âmbitos de apreciação dos comportamentos, o controle e a vigilância social disseminam mecanismos de desprezo com o intuito de influenciar atuações sociais que ratifiquem espaços normalização.

Diante desse cenário, este estudo está pautado nos princípios da pesquisa descritivo-interpretativista. No que concerne à forma de abordagem, considera-se de base qualitativa. Propomos, portanto, uma pesquisa alicerçada no entrelaçamento entre a Análise do Discurso de tradição francesa, Estudos Culturais, Gênero e Humor, a partir das notícias de jornais veiculados na internet com o intuito de oportunizar reflexões acerca do perfil

cômico-violento da figura do *cornos*, bem como das tessituras de poder-subordinação e redes de memória que instituem o simulacro⁴.

Diante do exposto, com relação à composição do *corpus* que compõe a nossa pesquisa, nos debruçamos sobre jornais veiculados, primordialmente, pela internet. Notícias que permanecem em evidência no universo digital pelo aspecto insólito caracterizado pela violência extrema ou comicidade. Dito isto, intentamos refletir acerca dos seguintes questionamentos: as movências que instituem o homem na identidade de *cornos*, de fato, reverberam humor e/ou violência? O retrato humorístico do homem *cornos* evidencia a caracterização de uma identidade que incita a atuação violenta? Como hipótese, propomos que alicerçada no contexto cultural, em articulação com a instância midiática e a MD, a identidade do homem *cornos* sedimenta o perfil humorístico que suscita, bem como promove, pela ridicularização, práticas concretas de violência. Instada pela “legítima defesa da honra” e, portanto, alicerçada na dominação masculina promovida pela própria ordem social, a identidade do *cornos* institucionaliza a violência.

Feita a explanação dos nossos questionamentos, a formulação da nossa hipótese e da metodologia, apresentaremos a forma como este trabalho está estruturado. Além da introdução, este artigo se subdivide em dois tópicos. No primeiro, denominado “O discurso midiático: a cultura do espetáculo”, nos dedicamos ao estudo da sociedade do espetáculo e sua profícua articulação com a memória discursiva na (re)produção de identidades. No segundo tópico, cognominado “Gênero, poder e comicidade”, refletimos sobre a construção da identidade do *cornos*, analisando os enunciados linguístico imagéticos que deslizam ora para o humor, ora para a violência.

4 A noção de simulacro empregada nesta pesquisa, aborda a concepção proposta por Sírío Possenti. Nesse sentido, compreendemos que o simulacro é uma construção imaginária caracterizada por evidenciar o caráter contrário, avesso, apregoado a determinada identidade (POSSENTI, 2014).

1. Discurso midiático: a cultura do espetáculo

No cenário da transcendência territorial, evidencia Debord (1997) que a sociedade contemporânea incide na cultura do espetáculo e reverbera a genuína relação assumida pelos pressupostos capitalistas de produção. Sendo assim, o espetáculo irrompe como sustentáculo de origem, eco e elemento de ratificação do/pelo presente modelo social. Para o autor, o espetáculo é a própria sociedade e sua essência, simultaneamente. A prática espetacular subjaz as manifestações midiáticas e se autoperpetua a partir do desígnio último e intrínseco do aparelho social, a exorbitância. De acordo com o estudioso, nenhum âmbito da sociedade permanece intocado pelo espetáculo, tendo em vista que seu poder se institui no escopo da tirania, da onipresença e nada se esquivava da sua atuação. “O espetáculo nada mais seria que o exagero da mídia, cuja natureza, indiscutivelmente boa, visto que serve para comunicar, pode às vezes chegar a excessos” (DEBORD, 1997, p. 171).

O complexo midiático constitui a edificação da realidade a partir de um cenário ilusório e, portanto, disforme em relação ao real. “O real é, pois, sobredeterminado pelo imaginário; nele, os sujeitos vivem relações e representações reguladas por sistemas que controlam e vigiam a aparição dos sentidos” (GREGOLIN, 2003, p. 98-99). Mittmann (2008) afirma que a contemporaneidade habita na hegemonia instada pelos instrumentos midiáticos, assim, as novas diretrizes advindas dessa superpotência, mais especificamente o ciberespaço⁵, a “cibercultura⁶”, suscita o vínculo comunicacional entre a rede de computadores, mas, seu âmbito de atuação também potencializa e expande uma nova ordem na tessitura dos discursos e, portanto, das significações. Assim, “o ciberespaço abarca não apenas a armazenagem e circulação dos discursos, mas também a produção, as formas de organização e articulação, além da recepção” (MITTMANN, 2008, p. 113-114).

De acordo com a autora, essas mudanças na inscrição sociocultural e prática do cotidiano regem modificações na dinâmica da interação

5 Segundo Santaella (2008), o ciberespaço equivale a um espaço virtual de armazenamento da informação que manifesta sua materialidade e, portanto, existência quando acessada pelo usuário.

6 Para Santaella (2008), a cibercultura denomina a relação de interação configurada entre a sociedade e as novas tecnologias de comunicação.

leitor-texto, na própria perspectiva de apreensão do mundo. Para Debord (1997), as inovações tecnológicas oportunizam a imersão no escopo da sociedade espetacular. Por isso, o ciberespaço se configura uma esfera profícua que suscita reflexões e discussões.

2 Gênero, poder e comicidade

Segundo Bourdieu (1997), a gênese da dominação masculina encontra sua vivacidade na perpetuação dos costumes, das tradições. Pressupõe a naturalização do “princípio da alteridade” entre gêneros, promovida por intermédio das instituições sociais e dos mecanismos de regulação. Em articulação com os processos de eternização, o princípio da divisão dos sexos, alicerçado em atributos biológicos e psicológicos, oportuniza a legitimação do ideário da hierarquização da sociedade a partir da inscrição do sentimento de normalização (BOURDIEU, 1997). Sendo assim, o aparelho social se coaduna sob o ideário da secessão inerente aos gêneros, determinada social e genuinamente pela elaboração da categorização antagônica dos sexos.

Nesse cenário, para o autor, a cultura do patriarcado projeta uma movimentação cíclica do poder fálico que ratifica a heterogeneidade dos sexos e institui a assimetria nas relações de poder, desníveis capazes de conferir atribuições práticas a cada gênero. Diante da posição “legítima” e “inata” atribuída à disposição dos gêneros no estatuto social, se constrói a estabilidade das relações entre feminino e masculino. A ordem da dominação masculina é alicerçada no fato de se isentar de explicações, tendo em vista que se perfaz com base na neutralidade (BOURDIEU, 1997). Para Baubérot (2013), a sociedade administra a essência do conflito de oposições entre os gêneros por intermédio da proficiente conjuntura de dominação e resignação imposta pelo trabalho de interiorização instituído, paulatinamente, através da família, da escola, do trabalho, do quartel e da cultura.

Diante desse cenário, observemos a notícia “Corno fica furioso, mas diz que ama a mulher” (Figura 1), veiculada na página do jornal digital “Maracatú Notícias”. No evento noticioso, um homem identificado como “Dedé” agrediu a filha que o chamou de *corno*. Para a reportagem do Balanço Geral de Palmas (TO), o acusado afirmou “Eu já fui, posso ser corno, mas não assumo” e evidencia, ainda, que agride qualquer pessoa que o chame de *corno*. Incorporada, então, pelo círculo familiar ou desde a infância através

dos jogos infantis (BAUBÉROT, 2013), a essência da virilidade exige, para Kalifa (2013), a legitimação da coletividade masculina que, em interface com a violência dissimula e incita, sob o ideário da coragem, da honradez, a adesão a práticas sociais agressivas e imoderadas. O fato noticioso evidencia, também, que “Dedé” faz uma declaração de amor na reportagem, apesar da traição da esposa. Segundo Virgili (2013), a prática de violência conjugal ou o crime passionnal permite entrever aspectos românticos, mas também de violência excessiva.

Figura 1



Fonte: <http://www.macaraunoticias.com.br/2014/04/corno-fica-furioso-mas-diz-que-ama.html>. Acesso 08 de abril de 2016.

O retrato da notícia evidencia, portanto, uma dimensão cômico-violenta, tendo em vista que o acusado se coloca na posição de sujeito *corno*, mas não permite que o contexto social manifeste a rejeição inerente à identidade do *corno*. A atuação violenta emerge como mecanismo de reiteração e ratificação da virilidade, pressuposto da masculinidade. “Ser um homem de verdade, isso deve se fazer notar: o corpo, a postura, os gestos são mesmo sinais de ostentação, registros de virilidade” (KALIFA, 2013, p. 306), com o propósito último de potencializar o consentimento do espaço masculino e preservar sua permanência no grupo. Assevera Bourdieu (1997, p. 32) que o

“privilégio masculino é também uma cilada e encontra sua contrapartida na tensão e contenção permanentes, levadas por vezes ao absurdo, que impõe a todo homem o dever de afirmar, em toda e qualquer circunstância, sua virilidade”. Bourdieu (1997, p. 46) ainda afirma que:

A alienação genérica está na base de seu privilégio específico: os homens são educados no sentido de reconhecer os jogos sociais que apostam em uma forma qualquer de dominação; jogos estes que lhes são destinados, desde muito cedo, e sobretudo pelos ritos de instituição, como dominantes, e dotados, a este título, *da libido dominandi*; o que lhes dá o privilégio, que é uma arma de dois gumes, de se entregarem seguidamente aos jogos de dominação.

O sistema da dominação simbólica não oportuniza a limitação da amplitude das relações de domínio, mas expande o controle aos próprios dominadores. As conjunturas sociais funcionam como sustentáculo que suscita a coação do homem à inscrição na imagem idealizada da masculinidade e possibilita o engajamento com os jogos de poder geridos pelo governo da dominação, como vimos na figura 1. Outro aspecto relevante da figura 1 emerge através do suporte imagético, tendo em vista que retrata uma oração destinada ao simulacro do *cornos* e, ao lado da foto de seu “Dedé”, representa a face cômico-violenta que configura o entremeio da identidade do homem *cornos*. Dito isto, uma identidade que permite entrever a ausência da identificação e, portanto, sinaliza a diferença, o desprestígio tecido pela ridicularização cômica que atua no reordenamento da hierarquia e ratificação da virilidade através do emprego da força.

Segundo Bergson (1983), a comicidade encontra vivacidade na personificação dos aspectos essencialmente humanos. De acordo com o autor, o riso expressa a função, a significação e os processos da existência social, coletiva e individual, emerge e é genuinamente apreendido no âmbito da sociedade, seu espaço natural. Corrobora Propp (1992) que a comicidade preconiza a participação significativa do componente humano. Para tanto, atribui notoriedade à habilidade de rir e suscitar o riso inerente à inclinação do homem. A conduta risível pressupõe a capacidade naturalmente humana de deflagrar critérios de análise do caráter, bem como a destreza e a perspicácia para constatar o humor, tendo em vista que “o cômico sempre, direta ou indiretamente, está ligado ao homem” (PROPP, 1992, p. 38).

A comicidade e o humor constroem e percorrem caminhos próprios, específicos ao contexto social, cultural, aos mecanismos de produção, instrumentos de emergência e proliferação do risível. Podemos constatar que o humor e a comicidade são intrinsecamente articulados e, ao mesmo tempo, divergentes em essência. O autor define o humor a partir da propensão para apreender e elaborar o cômico, assim, o humor permite vislumbrar, a partir da emergência de defeitos ínfimos proporcionados pelas relações interpessoais, uma essência benigna ancorada na complacência e desprovida de maldade. Em contrapartida, a comicidade configura uma construção maléfica que “costuma estar associada ao desnudamento de defeitos, manifestos ou secretos, daquele ou daquilo que suscita o riso” (PROPP, 1992, p. 171).

A partir das explanações tecidas, observemos a página do jornal online “COAD: notícias confiáveis”, que aborda uma notícia intitulada “Solene corno: juiz nega pedido de indenização a marido traído” (Figura 2). O evento noticioso evidencia o caso do agente da Polícia Federal que acionou a justiça com o intuito de reivindicar, ao amante de sua esposa, uma indenização por danos morais. Nesse contexto, Bergson (1983) ressalta a magnitude do recurso da reincidência humorística da “automação”, tendo em vista a reiteração da dinâmica social do riso a partir do construto do homem *corno*. O acontecimento suscita um personagem cômico, consolidado nas movências do maquinário imagético e simbólico, um arquétipo naturalizado em nosso cenário sociocultural.

Figura 2

"Solene corno": juiz nega pedido de indenização a marido traído
Marido traído processa amante da mulher e juiz chama homem traído de "solene corno"

De vítima de traição conjugal a "solene corno". O premiado com a honraria é um agente da Polícia Federal que entrou na Justiça pedindo indenização ao então amante de sua mulher.

Em sentença proferida pelo juiz leigo Luiz Henrique da Fonseca Zaidan, da 1º Juizado Especial Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, devidamente homologada pelo juiz togado Paulo Mello Feijó, julgou improcedente a ação do autor, o marido traído.

O caso é simples, ou como prefere o juiz leigo, um caso clássico de traição conjugal: o marido pede à justiça que o amante de sua mulher pague indenização por danos morais decorrentes da traição. Reconhece que, como o adultério já não é crime, só restaria ao traído entrar com ação cível.

Segundo os autos, a relação extraconjugal durou sete meses. Ao descobrir o caso, o policial ameaçou o amante. Com medo, ele denunciou o caso à Corregedoria da Polícia Federal. Na ação, o agente alega que o processo administrativo foi descoberto, e, a partir daí, passou por constrangimentos no seu local de trabalho, onde teve que ouvir piadas de colegas e ganhou o apelido de "corno conformado".

Pior foi o desfecho na Justiça quando o policial foi obrigado a encarar o teor da sentença. Em um dos trechos o juiz é taxativo: "um dia o marido relapso descobre que outro teve a sua mulher e quer matá-lo - ou seja, aquele que tirou sua dignidade de marido, de possesiro e o transformou num solene corno".

No documento, há ainda citações favoráveis à traição: "hoje, acabam buscando o judiciário para resolver suas falhas e frustrações pessoais. Mas, esquece que ele jogou sua mulher nos braços de outro".

Passando da teoria geral para o caso concreto, o juiz diz o que acontece com um casal na meia idade, que parece ser o caso do autor e sua mulher: "Com alguns homens, no início da 'meia idade', já não tão viris, o corpo não mais respondendo de imediato ao comando cerebral/hormonal e o hábito de querer a mulher 'plugada' 24h, começam a descarregar sobre elas suas frustrações, apontando celulite, chamando-as de GORDAS (pecado mortal) e deixando-lhes toda a culpa pelo seu pobre desempenho sexual".

Para o juiz, seria melhor deixar a Justiça fora disso. Melhor recorrer à literatura, como faz o meritíssimo, e consolar-se com a história de Madame Bovary, clássico da literatura mundial escrito pelo francês Gustave Flaubert, ou perpetuar a dúvida semeada por Machado de Assis sobre a honestidade conjugal de Capitu no também clássico Dom Casmurro. E para terminar a história, julga-se improcedente o pedido do autor, que como dito acima, não passa de "solene corno".

Fonte: <http://www.coad.com.br/home/noticias-detalle/22035/solene-corno-juiz-nega-pedido-de-indenizacao-a-marido-traido>. Acesso 08 de abril de 2016.

Ao julgar improcedente o pedido de indenização do marido traído, o juiz Paulo Mello Feijó se dirige ao agente federal, na homologação da sentença, como "solene corno". De acordo com o dicionário Online de Português, a palavra "solene" evidencia, entre outros sentidos, que se distanciam do contexto de aparição da notícia em estudo, alguém que está em consonância com a formalidade, segue regras. Dos instrumentos linguísticos que asseguram a emergência do humor, entre outros mecanismos, Propp (1992) elenca a ironia, tendo em vista que desvela a distorção a partir da exibição de aspectos positivos, assim, por intermédio da oposição revela a disformidade e provoca o riso de zombaria, o sarcasmo. Assim, a articulação de um ideário legalista e, portanto, positivo no contexto social, à figura do *corno*, desvela o caráter irônico, cômico que o lugar social do juiz permite entrever. A sátira emerge como elemento significativo. Acerca desta questão, Propp (1992, p. 211) afirma que:

A sátira age sobre a vontade daqueles que permanecem indiferentes diante desses vícios, ou que fingem não vê-los, ou que são condescendentes, ou mesmo que não sabem nada sobre eles. Ela levanta e mobiliza a vontade de lutar, cria ou reforça a reação de condenação, de inadmissibilidade, de não compactuação com os fenômenos representados e, por isso mesmo, contribui para intensificar a luta para removê-los e erradicá-los.

Para o autor, estritamente vinculado à esfera do cômico, o riso de zombaria, que emerge da presente notícia, engendra a sátira como instrumento basilar e se manifesta como o tipo de riso mais comum no âmbito social. A exteriorização de defeitos a partir de uma qualidade que se opõe em essência, suscita o riso face à concretização do episódio fortuito. Assim, a relevância do mecanismo intitulado “absurdo cômico”, para Bergson (1983), engendra a manifestação social risível, distintiva através da ocorrência do insólito, que (re)conhece na ausência explícita da normalidade o estímulo e promove a emergência da ridicularização, objeto de desprezo que conduz à correção pública, social. Além de “solene corno”, o marido traído recebeu, no espaço de trabalho, o apelido de “corno conformado”, pois não efetuou nenhum ato de violência, apesar de ameaçar o amante de sua esposa. Assim, “o riso é verdadeiramente uma espécie de trote social, sempre tanto humilhante para quem é objeto dele” (BERGSON, 1983, p. 65).

Na visão do autor, o riso pode “fazer alguém de bobo”. Sendo assim, o marido, motivo de chacota no ambiente de trabalho, iniciou os trâmites judiciais com o intuito de requerer o ressarcimento dos danos causados à honra. Assevera Bourdieu (1997) que a virilidade, “princípio da vulnerabilidade”, pressupõe a soberania em todos os âmbitos da existência social masculina, presente inclusive no fomento das habilidades da agressividade e crueldade que suscitam e ratificam a honra, a transcendência da ordem masculina. Por isso, permite entrever que o espaço destinado ao homem reverbera “manifestações (legítimas ou ilegítimas) da virilidade se situam na lógica da proeza, da exploração, do que traz honra” (BOURDIEU, 1997, p. 14). Contudo, a não ratificação da virilidade por intermédio da violência evidencia o rompimento com os pressupostos da masculinidade.

Considerações finais

A sociedade do espetáculo autogerada pelo modelo capitalista de produção, e articulada à globalização, atua de modo indissociável ao governo

da mídia. Diante do exposto, tecemos reflexões sobre as notícias veiculadas em jornais na internet, que retratam o arquétipo do *cornos*, com o intuito de traçar uma relação menos ingênua no que concerne às relações de poder que irrompem da constituição social dos gêneros. Isto posto, a partir das reflexões suscitadas, constatamos que o discurso midiático se constitui como uma forte presença invasiva que gerencia a (re)produção de identidades exercidas pela cultura do espetáculo.

Uma organização espetaculista que encontra dimensões profícuas no ciberespaço. No universo digital, as relações com o texto informativo se manifestam sob diferentes formas de interação, tendo em vista a dinamicidade proporcionada pelo suporte. Assim, considerando que a dominação masculina agencia sua ratificação através das relações de poder erigidas no âmbito social, as notícias que retratam a figura do *cornos* evidenciaram que a mídia articula sob o espetáculo a identidade cômico-violenta, que impera através da imagem simbólica do homem traído.

Discutimos questões relativas à identidade e pontuamos que a sociedade atual fomenta a incursão do sujeito em identidades diversas, embates que geram a crise identitária e processos de identificação que se coadunam sob a utopia da completude. Abordamos as noções de identidade e diferença como princípios interdependentes, evidenciando que a diferença marcada no contexto do homem *cornos*, remete ao construto identitário dominante, ou seja, a identidade de homem macho. A identificação promove a aceitação do circuito social, a diferença, por sua vez, desencadeia represálias que são erigidas e ratificadas. Assim, o homem *cornos* rodeado pelo imaginário social da não correspondência à ordem da dominação é instado, pela ridicularização, a restituir a ordem hierárquica que rege o funcionamento da sociedade e ideário pelo qual o homem é movido a preservar desde a infância sob mecanismos de diferenciação dos gêneros e noção de naturalidade.

Isto posto, esperamos que a nossa pesquisa contribua com as discussões que cercam os estudos de gênero, ratificando a relevância de refletir sobre as relações de poder que alicerçam o movimento de hierarquização dos gêneros. Ainda que de modo tímido, o cenário verificado em nossa pesquisa desperta para a relevância das discussões acerca da cultura patriarcal. Assim, acreditamos que refletir é o primeiro passo para a efetivação de mudanças concretas.

Referências

- BAUBÉROT, Arnaud. Não se nasce viril, torna-se viril. In: CORBIN, A. COURTINE, J. VIGARELLO, G. (Org.). **História da virilidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013, p. 189-220.
- BERGSON, Henri. **O riso**: ensaio sobre a significação do cômico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- DEBORD, Guy. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. In: DEBORD, G. **Sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 167-237.
- GREGOLIN, Maria do R. V. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: GREGOLIN, M. R. (Org.). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos, SP: Claraluz, 2003, p. 95-110.
- KALIFA, Dominique. Virilidades criminosas. In: CORBIN, A. COURTINE, J. VIGARELLO, G. (Org.). **História da virilidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013, p. 302-331.
- MITTMANN, Solange. Redes de ressignificações no ciberespaço. In: ROMÃO, L. M. S. GASPAR. N. R. (Org.). **Discurso midiático**: sentidos de memória e arquivo. Rio de Janeiro: Pedro e João Editores, 2008, p. 113-130.
- PROPP, Vladímir. **Comicidade e riso**. São Paulo: Ática, 1992.
- SANTAELLA, Lucia. O novo estatuto do texto nos ambientes de hipermídia. In: SIGNORINI, Inês. (Org.). **[re]discutir texto, gênero e discurso**. São Paulo: Parábola, 2008, p. 47-72.
- VIRGILI, Fabrice. Virilidades inquietas, virilidades violentas. In: CORBIN, A. COURTINE, J. VIGARELLO, G. (Org.). **História da virilidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013, p. 82-115.

GÊNERO E RELAÇÕES SOCIAIS: REFLEXÕES SOBRE A VIOLÊNCIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Andrea Alice Rodrigues Silva¹

Leticia da Silva Cabral²

Introdução

Compreender as relações de gênero na sua totalidade ainda é algo complexo na sociedade atual, tendo em vista que, o binômio formado por homens e mulheres tem papéis sociais estabelecidos pela divisão de sexo, na qual “as mulheres são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores e, os homens são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas que revelem força e coragem” (SAFFIOT, 2004 p.35).

A relevância deste trabalho, está em compreender as relações sociais postas na sociedade contemporânea e, com isso, contribuir para capacidade de reflexão crítica sobre as relações de gênero geradoras de desigualdade.

O trabalho foi desenvolvido metodologicamente através da realização de pesquisa bibliográfica, abordando as categorias: gênero; patriarcado; poder; ideologia; educação; violência; violência contra a mulher; violência de gênero; divisão sexual do trabalho. Utilizou-se como base para este estudo, principalmente, Teixeira (2010) e Saffioti (2004).

Estudos de gênero contribuem para a luta contra o preconceito e violência, sendo de suma importância na formação de atores sociais, acadêmicos

1 Universidade Federal de Pernambuco UFPE

E-mail: andrealekka@gmail.com

2 Universidade Federal da Bahia UFBA

E-mail: leticiacabral1109@gmail.com

e estudantes, que poderão desenvolver um significativo enfrentamento das expressões da questão social, na forma de violência doméstica e sexual.

Nesse sentido, avalia-se que essa discussão seja necessária para desconstrução de estereótipos constituídos no patriarcado, geradores de violência doméstica e sexual, através da percepção de como as relações de gênero são abordadas cotidianamente pelos meios de comunicação, músicas, e, nas mídias de maneira geral; proporcionando elementos de reflexão crítica sobre os conceitos que envolvem a questão de gênero, possibilitando a contribuição num processo de desconstrução das relações de desigualdade entre homens e mulheres, proveniente da cultura machista e patriarcal, como estratégia de combate ao preconceito.

Reflexões sobre a violência de gênero na sociedade contemporânea

Para entender o sentido das relações sociais contemporâneas é indispensável ter compreensão sobre os pressupostos que fundamentam as relações de poder e subordinação entre os sexos masculino e o feminino. A categoria de gênero em que a pessoa se encontra define a participação diferente do homem e da mulher nos múltiplos segmentos da sociedade. No entanto, não se trata de uma mera diferenciação, mas sim do universo de dessemelhanças e disparidades, desencadeando padrões hierárquicos (TEIXEIRA, 2010).

Contudo, é de suma importância entender que a construção da violência não tem relação com as distinções biológicas entre homens e mulheres. Mas sim, com os seus papéis desempenhados socialmente em cada sociedade, reforçados e reproduzidos no seio familiar por meio de culturas patriarcais (SAFFIOTTI, 2004).

Em diversos âmbitos da sociedade, as relações de gênero ocorrem com privilégios de direitos aos homens com relação as mulheres. Na família e, no trabalho há certa dominação exercida pelos primeiros, lhes garantindo uma colocação de autoridade, melhores condições e oportunidades. Essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade e, tem por característica a destinação prioritária dos homens a atividades produtivas (ocupações de forte valor social agregado, como comércio, indústria, empreendimentos, e na política) e a mulheres à esfera reprodutiva (atividades relacionadas a cuidados e afazeres domésticos). Essa divisão repercute fortemente nos cargos e funções ocupados pelas mulheres e em seus rendimentos, já que são

destinadas às mulheres principalmente tarefas e ocupações que remetem a cuidado e serviços que são menos valorizados socialmente.

Segundo Saffiotti (2004), para as mulheres ainda há obrigação de ser inferior ao “destino de gênero” que lhe foi atribuído pela sociedade: submissão aos homens sejam pais ou cônjuges. Apesar de essa realidade ser aparente, o movimento feminista vem crescendo em larga escala e contribuindo para a mudança dessas percepções e até mesmo, com a desnaturalização dessa imposição de papéis e funções atribuídas aos gêneros.

Em se tratando dessa discussão, as atitudes de violência já são vistas como presentes desde o preconceito que não coloca as mulheres nas mesmas condições e possibilidades que os homens, como também, na reafirmação de lugar que tem o homem, sendo capaz de usar de agressões na condução de atitudes vistas como normal, na relação de marido e mulher, pai e filha, quando aparece a subordinação presente nas mesmas.

A violência, nesse sentido, seria a relação social de excesso de poder que impede o reconhecimento da outra – pessoa, classe, gênero ou raça – mediante o uso da força ou da coerção, provocando algum tipo de dano, configurando o oposto das possibilidades da sociedade democrática contemporânea (SANTOS, 2007).

Ânimo, coerção e lesão em relação ao outro, enquanto ações de demasia e exagero, existentes nas relações de poder – seja a nível Estadual ou à nível Nacional referentes entre os grupos sociais –, vêm a ser considerado agressão social contemporânea (TEIXEIRA, 2010).

Define-se a violência contra as mulheres como “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) é a principal contribuição da Legislação Brasileira para o enfrentamento da violência contra a mulher.

Desse modo, a violência seria o domínio imposto a uma pessoa, seja por meio de aspecto físico, econômico, social ou psicológico. No qual alguém faz uso para impor seu poder diante de outra.

Em se tratando da violência sexual doméstica, observa-se que, a prática do estupro conjugal consiste naquele realizado, em geral, pelo esposo da vítima, o qual está relacionado a ambientes familiares onde estão presentes outros tipos de agressão (BATISTA, 2010). Nesse fenômeno, é preciso considerar outros subsídios como: faixa etária, qualidades socioeconômicas dos familiares e aspectos culturais; “uma vez que a percepção dessa

violência está muito relacionada com a visão da mulher sobre si mesma e o seu entendimento sobre o seu próprio papel na sociedade”. E, sobretudo, os valores socioculturais que estão profundamente ligados à compreensão da mulher a respeito dos seus direitos e deveres na relação conjugal (BATISTA, 2010, p.22-23).

A violência é percebida nas relações matrimoniais de muitas mulheres como ocorrência periódica e muitas vezes, naturalizada. “Entretanto, sua compreensão ganha mais sentido se analisada a partir das condições históricas e sociais em que a mesma se constrói e se estabelece” (BATISTA, 2010, p.10).

No decorrer da história, houve tempo em que a esposa, por ser entendida como propriedade particular do marido, não podia protestar por seus direitos, e era forçada a fazer tudo o que o marido desejava. Entre esses comprometimentos, estava à execução do ato sexual sem que ela pudesse pensar na possibilidade de renúncia por qualquer causa que fosse, de modo que se caso o fizesse, o esposo podia até mesmo utilizar de agressão para conseguir sua satisfação sexual. Isso porque as pessoas conheciam somente a cultura machista que lhe foi estabelecida.

A sociedade contemporânea constantemente se depara com as consequências ocasionadas pela violência. Pesquisas e estudos têm progredido no intuito de entender estes fatos e, principalmente, abordar parâmetros para tornar mínimo este problema social que mostra um triste panorama de violação de direitos, muitos dos quais já afiançados por legislação específica (TEIXEIRA, 2010).

Dentro deste panorama, se indaga a causa que influencia o elemento ‘gênero’ a continuar sendo anexo a algumas pesquisas sobre violência. A resposta se torna evidente quando observamos que certas características culturais e de gênero agravam os afrontes sociais, econômicos e políticos que cercam as relações públicas ou particulares em que homens e mulheres estejam fixados (TEIXEIRA, 2010).

Ao longo da história da humanidade, os fatos nos acervos encontrados a respeito da violência de gênero vêm admitindo os modos mais distintos, estando sempre dependendo do simples fato do indivíduo pertencer ao sexo feminino para que a ação agressiva aconteça (TEIXEIRA, 2010).

Para o Ministério da Saúde, a violência pode ser compreendida como agressão física, que se dá quando uma pessoa provoca ou tenta provocar danos, através de força física, com algum tipo de arma ou instrumento que possa provocar danos internos ou externos (BRASIL, 2014).

Tem-se também a violência sexual que é entendida como toda atitude que um indivíduo, em situação de poder, força o outro a execução de práticas sexuais contra a vontade, através “de força física, de influência psicológica (intimidação, aliciamento, sedução) ou do uso de armas ou drogas”. Logo a negligência é a falta/supressão de responsabilidade de um ou mais indivíduos que fazem parte da família, em relação a outro, principalmente, com aqueles que necessitam de auxílio em se tratando de idade ou alguma necessidade particular, estável ou provisória (BATISTA, 2010, p.21).

Desde o começo da década de 1970, a violência contra a mulher tem ganhado crescente cuidado e mobilização. A problemática inclui diversas manifestações, relativas a situações como: agressões físicas e sexuais, assassinatos, estupros, abusos emocionais, mutilação genital, prostituição forçada, violência racial, por causa de dote ou por opção sexual. A agressão pode ser realizada por diferentes perpetradores: companheiros, parceiros, parentes familiares, conhecidos, desconhecidos ou agentes do Estado.

De acordo com princípios regulares competentes é perceptível a compreensão de que o marido, culturalmente, tenta estabelecer o seu poderio de macho. Ainda tendo as distinções biológicas e psíquicas, os pesquisadores têm protegido a ideia da existência de aspectos comuns que juntam homens e mulheres, assegurando que a ação do Direito é essencial para disciplinar as normas de conduta e, também, proporcionar regras que tratem das peculiaridades de ambos os gêneros da espécie humana (TEIXEIRA, 2010).

Segundo Monteiro (2014), a própria mulher, de acordo com a história, tem “aceitado” o lugar e função de submissa ao homem. A naturalização dessa opressão reflete na submissão dessas mulheres, que por vezes, concordam com atitudes machistas e, outras muitas, não veem outra alternativa diferente da aceitação das condições do homem, para a manutenção da relação ou mesmo da vida. Isto se traduz na obediência e submissão da mulher e na legitimação do direito do homem sobre esta, que apesar de estar ultrapassada para os nossos tempos, é realidade de muitas (MONTEIRO, 2014).

Depois da metade do século XX é que apareceram as primeiras experiências de “desnaturalizar” essa relação de superioridade do homem e obediência e dependência da mulher, que encontram apoio no fator biológico (RIBEIRO et al.,2012).

Os primeiros ensaios de desnaturalizar essas funções apareceram depois da “segunda metade do século XX, quando as relações entre homens e mulheres passaram a serem vistas, estudadas e compreendidas como

construções sociais, sendo rejeitadas as explicações tradicionais biologistas” (MONTEIRO, 2014 p. 02), que encontram como fundamento um denominador comum para explicar vários modos de subordinação, entre essas a questão de que a mulher tem filhos e os homens a força física superior.

As desigualdades de gênero provêm de uma edificação sociocultural que não acha respaldo nas diferenças biológicas oferecidas pela natureza. Um processo de domínio começa a ver como natural uma desigualdade socialmente edificada, ambiente fértil para ações de discriminação e agressão que se “naturalizam” e se incorporam ao dia-a-dia das muitas mulheres. As relações e o ambiente no cerne das famílias foram de acordo com a história interpretados como restritos e privados, dando a benevolência e a não punição.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no que se trata dos últimos anos da década de 1980, 63% das violências físicas contra as mulheres ocorrem dentro de casa e são exercidas por indivíduos vinculados a elas por relações afetivas. Na maior parte das ocorrências, os autores dos atos violentos são maridos ou parceiros que desobedecem e transgredem os direitos humanos de suas mulheres e parceiras (RIBEIRO et al.,2012).

Outro número alarmante, de acordo com a pesquisa referenciada, é que aproximadamente 11% das brasileiras já foram agredidas pelo menos uma vez, e de todos os casos investigados, 31% das mulheres narraram algum tipo de violência nos 12 meses antes, da investigação, ou seja, violências ocorridas de modo repetitivo. Desse modo, por meio de uma ação afirmativa como a que busca a Lei Maria da Penha, pretende-se atingir a equidade social e a igualdade entre homens e mulheres

No Brasil, um dos maiores progressos nesse tema foi a criação da Lei Maria da Penha. Depois da divulgação do exemplo da vida de uma biofarmacêutica (cearense, que durante seu matrimônio passou por diversas tentativas de homicídio, ficando paraplégica), Maria da Penha lutou por 15 anos para que o seu atacante fosse aprisionado. Desde então, seu nome dado à lei que tem auxiliado muitas vítimas que passam por esse problema (RIBEIRO et al.,2012).

Essa violência não está inserida somente no cotidiano de algumas relações matrimoniais. Há ocorrências em que as mulheres sofrem a violência não apenas por seus parceiros, mas também por seus irmãos, namorados,

pais e até desconhecidos. No Brasil, a Violência contra a Mulher ainda é uma ocorrência a ser pesquisada e combatida.

É interessante observar que a maior parte dos brasileiros conhece alguma mulher que é ou foi vítima, de algum modo, seja vítima de violência física ou psicológica. Na ideia de violência contra a mulher há certa naturalidade (RIBEIRO et al., 2012).

Conforme a Pesquisa Mulheres Brasileiras nos Espaços Público e Privado que foi feita em 2010 por a Fundação Perseu Abramo em parceria com o SESC, por volta de 80% das mulheres e 80% dos homens, já escutaram alguma coisa referente da lei e têm uma boa percepção a respeito dela. Ainda conforme a pesquisa, 91% dos homens colocam que agredir mulher é errado em qualquer circunstância, versus 8% que admitem já terem agredido.

Desse modo, os números apontam que a cada cinco mulheres, uma já sofreu agressão de alguma maneira pelo seu parceiro, por algum parente ou, por um desconhecido. Dentre as principais razões para que as mulheres não denunciem os responsáveis pela agressão estão: o medo, a falta de informação, reprodução social e tradicional de uma cultura de dominação do homem.

As consequências dos agravos na vida da mulher são marcadas pela baixa da autoestima, pelo medo, pelo isolamento social e até pela incorporação do sentimento de culpa. Surge com maior frequência, o sentimento de temor que paralisa e impede a mulher de buscar ajuda, bem como a atitude de diminuição do abuso na qual a mulher tende a minimizar a situação de violência em função de fatores como medo, falta de informação e de consciência sobre o que constitui realmente violência, e ainda pelo desejo de crer que o parceiro não é tão mau. (MONTEIRO, 2014).

No que diz respeito a isso, é relevante ressaltar que os noticiários revelam frequentemente, mulheres que são bruta e violentadas por terem denunciado os responsáveis pela agressão. Nessa perspectiva, o que pode iniciar com uma “simples” agressão verbal, pode assumir dimensões incontroláveis depois da primeira agressão física. Assim, “a violência é uma escalada perigosa que tende a crescer e no geral inicia com agressões verbais, passando para as físicas e/ou sexuais, atingindo seu ponto máximo no homicídio.” (MONTEIRO, 2014).

Os conceitos positivos e negativos que segue as determinações de masculinos e femininos acumulam a muitos anos, tendo sido culturalmente alcançados.

De acordo com Camargo (2000, p.128): Os maus-tratos infligidos à mulher representam em perdas significativas na saúde física, sexual, psicológica e nos componentes sociais, este último como rede de apoio para qualidade de vida. A mulher vitimada evita denunciar e se isola dos sistemas de apoio, o que a torna ainda mais dependente do seu agressor.

Os diferentes tipos de violência feitos contra mulheres nem sempre são reconhecidas como tal, pelo fato de estarem incorporadas pelo senso comum penetradas nas relações sociais. De acordo com Welzerlang (apud SAFFIOTTI, 2004, p.84) a violência “é o primeiro modo de regulação das relações entre os sexos”, a agressão é uma revelação de relações de poder desiguais que induzem a superioridade e o preconceito contra mulheres pelos homens. Essa violência destrói, estaciona e na maioria das vezes a impede de agir.

Nesse sentido, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres (2007) parte do entendimento de que a violência se constitui em um fenômeno de caráter multidimensional, que requer a implementação de políticas públicas amplas e articuladas nas mais diferentes esferas da vida social, como na educação, no mundo do trabalho, na saúde, na segurança pública. O referido documento apresenta uma estratégia de gestão que orienta a execução de políticas de enfrentamento à violência contra mulheres, no sentido de garantir a prevenção e o combate à violência.

Segundo pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo no Brasil, uma mulher é espancada a cada 15 (quinze) segundos, e em 70% (setenta por cento) dos casos o agressor é uma pessoa com quem ela mantém ou manteve algum vínculo afetivo (A mulher nos espaços públicos e privados, Fundação Perseu Abramo, 2001), outro dado relevante é que 33% (trinta e três por cento) das mulheres apontam a violência contra as mulheres dentro e fora de casa como o problema que mais preocupa a brasileira na atualidade (Percepção e reações da sociedade sobre a violência contra a mulher. Ibope/Instituto Patrícia Galvão, 2006). Embora muitos avanços tenham sido alcançados com a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), ainda assim, hoje, contabilizamos 4,4 (quatro virgula quatro) assassinatos a cada 100 (cem) mil mulheres, número que coloca o Brasil no 7º (sétimo) lugar no ranking de países nesse tipo de crime.

A constituição Federal de 1988 prescreveu que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta constituição” (Art. 5º, I, CF). A Lei Maria da Penha Nº 11.340/2006, surgiu como um mecanismo

apto ao fazer valer os direitos da mulher e cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

No caminho para a contenção das violências, tem-se ainda os movimentos sociais e Organizações não Governamentais que lutam não somente pelas conquistas já citadas, mas pela emancipação da mulher, condições que contribuam para o seu empoderamento promovendo a igualdade de gênero.

Considerações finais

As mulheres em várias partes do mundo têm conquistado seu espaço a duras penas, o patriarcado como base da condição masculina coloca a mulher na posição de dominação e submissão ao homem. Desde a antiguidade a mulher é vista como boazinha, sensata, donas de casa, mães e esposas exemplares. Enquanto os homens saíam de casa em busca da provisão do alimento.

O machismo como característica peculiar dos homens reduziu as mulheres a meros estereótipos e na maioria das vezes deixaram marcas e sequelas, a condição de mulher não era propícia a reivindicações, durante muito tempo, sendo o sexo frágil só lhes restavam calar-se até mesmo encarar com normalidade os abusos dos homens. Isto se constitui como base da violência vivenciada pela mulher em nossa sociedade.

Muitos são os desafios, mesmo com a conquista da Lei Maria da Penha que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, não se consegue acabar com a violência, é preciso uma rede de atendimento mais fortemente ligada para que essas mulheres se sintam protegidas e atendidas em sua integralidade.

Se faz necessária uma ação integrada de diferentes setores sejam eles públicos, privados e sociais para unir e fortalecer os esforços. É com essa perspectiva que diversos organismos têm se mobilizando a nível nacional, estadual e municipal no sentido de arregimentar o maior número possível de atores para aderir ao enfrentamento da Violência Contra a Mulher.

Apesar de todo esse aparato jurídico os direitos que assistem às mulheres foram alvo de um passado preconceituoso que, ainda hoje, traz reflexos para sua realização material, de modo que se torna necessário sistematicamente construir nos espaços de ensino superior reflexões sobre temáticas dessa natureza, sendo estes acadêmicos agentes multiplicadores

na desconstrução de conceitos construídos ao longo do tempo, bem como fortalecerão outros espaços propiciando reflexões diversas, que incidirá nos indicadores sociais de minimização do ciclo da violência, vivenciando no cotidiano das relações sociais.

As relações sociais, nitidamente, estão além das violências e estas, por sua vez, vão mais além do que as agressões físicas, trata-se aqui de todo o contexto de desigualdades travados que refletem em dificuldades atuais ou mesmo, na falta do atendimento das demandas.

Referências

BATISTA, Marciana L. de Araújo. **Violência doméstica contra a mulher na cidade de Santo Antônio de Lisboa: naturalização e banalização**. Picos, 2010. Monografia.

BRASIL, Presidência da República. **Lei Maria da Penha, nº 11.340 de 7 de agosto de 2006**. Conheça a lei que protege as mulheres da violência doméstica e familiar. Secretaria de Políticas para as Mulheres Presidência da República. Brasília, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://200.130.7.5/spmu/docs/PNPM.pdf>. Acessado em 02 de outubro de 2014.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher – Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas**. Brasília, 2003. Disponível em: http://200.130.7.5/spmu/docs/dialogo_violenca.pdf. Acessado em 02 de outubro de 2014 (b).

CAMARGO, Márcia. Violência e Saúde: ampliando políticas públicas. **Jornal da Redesaúde**, São Paulo, n.22, p. 6-8, nov. 2000.

CAVALCANTI, Stela. **Violência doméstica: Análise da Lei Maria da Penha**. Bahia: Juspodium. 3ª ed. 2007.

MONTEIRO, Claudete Ferreira de Souza. SOUZA, Ívis Emilia de Oliveira. **Vivência da violência conjugal: fatos do cotidiano**. Disponível em: www.scielo.br. Acessado em outubro de 2014.

RIBEIRO, Paulo Roberto; MARQUES, Diana; MAGALHÃES, Luana; NUNES, Rayane; MAIA, Sâmia; MARTINS, Wilton. **Violência Contra a Mulher**. Universidade de Fortaleza, Fortaleza, CE. **Intercom**–Sociedade Brasileira

de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XIX Prêmio Expocom 2012–
Exposição da Pesquisa Experimental em Comunicação.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência.** Fundação Perseu
Abramo, (Coleção Urgente), 2004.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia do conhecimento.** 7ª edição.
Rio de Janeiro. Lamparina, 2007.

TEIXEIRA, Cíntia Maria; MAGNABOSCO, Maria Madalena. **Gênero e
Diversidade: formação de educadoras/es.** Ed. Autêntica; Ouro Preto, MG:
UFOP, 2010.

TERAPIA AFIRMATIVA CENTRADA NA PESSOA: UMA PROPOSTA

Francisco André da Silva¹

1 Introdução

Embora a homossexualidade seja totalmente despatologizada do ponto de vista da ciência, em especial da Medicina e Psicologia, os homossexuais continuam sofrendo preconceitos e discriminações por causa de suas orientações afetivas e sexuais. Talvez o que falta para a grande população sejam informações sobre a real natureza das orientações sexuais, visto que estas não podem ser deliberadamente alteradas nem escolhidas.

O Conselho Federal de Psicologia – CFP seguindo os exemplos de varias entidades internacionais, como a Associação Americana de Psicologia – APA e a própria Organização Mundial da Saúde – OMS confirma que a homossexualidade não constitui doença, distúrbio e nem perversão. Apregoa no dia 22 de março de 1999 a resolução 001 que estabelece normas de orientação aos psicólogos em relação às questões da orientação sexual (CFP, 1999, p.1). A publicação dessa resolução é um marco histórico que muda significativamente a maneira de como a homoafetividade é compreendida, tanto do ponto de vista científico, quanto político e clínico. Tornando-se um referencial internacional na luta a favor dos direitos humanos (KAHHALE, 2011, p.23).

Com relação às identidades dos transgêneros, embora nos dias atuais tais expressões ainda sejam psicopatologizadas como Transtorno de Identidade Sexual, pela Classificação Internacional de Doenças - CID-10 (OMS, 1993, p.210), já se percebe um movimento internacional pela despatologização dessas identidades. Em 2010 a França foi o primeiro país do mundo ocidental a desclassificar a transexualidade como transtorno psicológico, enquanto na Índia, Paquistão e Bangladesh, as *hijras* que são

1 | Universitário de João Pessoa-UNIPÊ

pessoas transexuais do masculino para o feminino, foram legitimadas e oficializadas com a nomenclatura do Terceiro Sexo (ÁVILA; GROSSI, 2010, p.13; DAVIES, 2012, p.1). Nos Estados Unidos da América, o novo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais- DSM-5, produzido pela Associação de Psiquiatria Americana (APA, 2013, p.452), troca a nomenclatura de Transtorno de Identidade para Disforia de Gênero, afirmando que a identidade em si não é a patológica, mas o sofrimento que poderá acompanhar estas pessoas por conta de suas inadequações, sim.

Em nosso país, o Conselho Federal de Psicologia oficializou a campanha pela despatologização das identidades trans em 2014. Esta autarquia entende que embora as identidades dos transgêneros não correspondam ao padrão socialmente construído de gênero e sexualidade, tais expressões não constituem psicopatologias, mas formas da diversidade de gênero e sexual. Com base na relevância dessa temática para a academia e a sociedade, entende-se que a Psicologia tem um papel fundamental na luta contra o preconceito e na criação de práticas inclusivas. E ainda em conformidade com a resolução 001/99 no artigo 2º que diz:

Os psicólogos deverão contribuir, com o seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles comportamentos ou práticas homoeróticas (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1999, p.2).

Esse estudo teve como finalidade apresentar as possibilidades de uma integração teórica entre a Abordagem Centrada na Pessoa e a Terapia Afirmativa, objetivando um atendimento mais focalizado as necessidades das pessoas LGBTs - Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros. Contribuindo assim com a expansão do conhecimento da ciência psicológica sobre as questões de gênero e sexualidade humana. Bem como fazer uma reflexão sobre propostas inclusivas para com esta população.

2 Terapia Afirmativa LGBT

Para fundamentar esta construção adotamos como metodologia uma breve revisão teórica sobre estas duas posturas terapêuticas, bem como sobre as teorias de personalidade que as consolidam. Segundo o CFP (2000, p.1) a psicoterapia é um procedimento técnico, em que o psicólogo embasado em

algum referencial teórico/científico, irá disponibilizar tais recursos na promoção da saúde mental de seus clientes. Hoje é compreendida como bem mais que simples tratamento curativo, tendo em vista seu caráter preventivo. Pois a psicoterapia tem como meta promover o crescimento pessoal através da conscientização das necessidades, objetivando mudanças em atitudes e comportamentos (NICHOLS; SCHWARTZ, 1998 Apud PAIVA, 2009, p.11).

A Terapia de Gênero e Diversidade Sexual ou simplesmente Terapia Afirmativa, é uma postura terapêutica que objetiva atender qualquer pessoa da população LGBT de forma indiscriminada e diferenciada, respeitando suas particularidades. Esta perspectiva foi desenvolvida nos Estados Unidos e na Europa, introduzida ao Brasil no início da década de 2000, pelo pioneirismo do psicólogo clínico Klecius Borges (2009, p.13).

Essa perspectiva clínica partiu do princípio de que as orientações sexuais homoafetivas e bissexuais são tão legítimas e nada inferiores à heterossexualidade. E que a homofobia em suas diferentes formas é a patologia, e não tais orientações. Oferecendo ainda, atendimento especializado ao segmento transgênero desta população. Nas palavras do primeiro psicólogo a utilizar esta terminologia para designar uma forma específica de atendimento a pacientes gays, de maneira despatologizada, em uma publicação científica:

Ela representa um conjunto especial de conhecimentos psicológicos que questiona a visão tradicional de que o desejo homossexual e as orientações homossexuais fixas são patológicos. A psicoterapia afirmativa gay utiliza os métodos psicoterápicos tradicionais, mas de uma perspectiva não tradicional (MALYON, 1982 Apud BORGES, 2009 p.21).

Portanto, embora não seja um corpo teórico e técnico à parte da psicoterapia convencional, é necessário oferecer aos psicólogos (as) que desejam trabalhar com este enfoque, treinamento especializado, ajustando suas posturas aos pressupostos da Psicologia Afirmativa. Conforme esta visão o ponto chave que deve ser trabalhado na psicoterapia com pessoas LGBTs é a homofobia, seja ela internalizada ou externa. Pois esta é a causa de muitos sofrimentos experimentados por gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros na atualidade. (HARDIN, 2000, p.214; BORGES, 2009, p. 27; DAVIES, 2012, p.3).

Fleury e Torres (2010, p.29), expressam que o termo homofobia foi evidenciado pelo psicólogo George Weinberg nos anos de 1972, para definir medo aversivo às pessoas homoeróticas. Entretanto, hoje esta palavra

caracteriza atitudes de preconceito e práticas discriminatórias contra qualquer pessoa da população LGBT. A homofobia está disponível em nossa sociedade através das suas formas social e cultural como também pela forma internalizada pelas próprias pessoas LGBTs. A homofobia social/cultural está ancorada ao conceito de que as relações homoeróticas são de alguma forma uma ameaça ao sistema patriarcal da nossa sociedade heterocentrada (BORGES, 2009, p10). Os pesquisadores da Psicologia Social confirmam esta idéia ao expressar que a nossa sociedade “construiu uma imagem do homem como hierarquicamente superior à mulher, cuja honra é ferida quando o indivíduo (macho) passa a adotar características femininas” (LACERDA; PEREIRA; CAMINO, 2002, p. 175).

Outra manifestação homofóbica está em nossas instituições, que generaliza toda população como heterossexual, não disponibilizando recursos básicos para suprir as necessidades específica do segmento LGBT. Quanto à homofobia internalizada, refere-se ao processo psicológico de assimilação das mensagens negativas quanto às orientações homossexuais e bissexuais. Com base nesta introjeção as pessoas passam a não gostar de si mesmas, enquanto possuidoras de orientação sexual diferente da considerada normativa (BORGES, 2009.p.27-34).

O objetivo central deste enfoque terapêutico afirmativo é o desenvolvimento de uma identidade LGBT sadia. Pois de acordo com Isay (1998, p.15), não se nasce gay, mas torna-se gay, pois ainda que as pesquisas científicas apontem um componente genético na formação das orientações sexuais, a identidade “GAY” é uma construção social, que deve ser integrada à personalidade, no processo de individuação, também conhecido como assumir-se ou sair do armário. Segundo esse autor as pessoas que possuem orientação não heterossexual, terão que desenvolver uma identidade positiva para si mesmo, caso contrário, terão seu autoconceito comprometido, chegando a expressar comportamentos disfuncionais. Independente de sua formação teórica, o terapeuta afirmativo é um profissional preparado tecnicamente sobre o funcionamento das psicodinâmicas das pessoas LGBTs, levando em consideração o seu conhecimento sobre o contexto sociocultural e político em que estas pessoas estão inseridas, desenvolvendo suas subjetividades.

Já a clínica Afirmativa, é um espaço terapêutico, onde se abordam vários temas da vida psicossocial e social das pessoas LGBTs. Alguns assuntos recorrentes tratados neste enfoque são: Sexualidade, autoestima, usos de drogas e entorpecentes, HIV/AIDS, dificuldades relacionais,

homoparentalidade, processo de envelhecimento de gays e lésbicas, dentre outros (BORGES, 2009, p.43,53). Com base neste pressuposto, existem no mundo diversos psicoterapeutas utilizando este enfoque com a sua abordagem tradicional. Como por exemplo: Kimeron Hadin (2000, p.11), com a Terapia Cognitiva Comportamental; Robert Hopeck (1994, p.113), com a Psicologia Analítica Junguiana; Richard Isay (1998, p.41), com a Psicanálise; Guillermo Leone (2004, p.1) agregando com a Gestalt-Terapia, dentre outros. No Brasil, o próprio Borges (2009, p.75), expressa que vem integrando a Terapia Afirmativa com a prática da Psicologia Analítica Junguiana, mas não há registro teórico desta associação por parte dos psicólogos que trabalham com a ACP em nosso país. Desta forma, com o objetivo de contribuir para o preenchimento desta lacuna na literatura clínica, o presente trabalho continua com a finalidade de construir uma integração teórica entre a Abordagem Centrada na Pessoa e a perspectiva da Terapia Afirmativa LGBT.

3 Conhecendo a Abordagem Centrada na Pessoa

A Abordagem Centrada na Pessoa - ACP é um sistema de psicoterapia desenvolvida por Carl Ransom Rogers (1902-1987), oficialmente inaugurada no dia 11 de dezembro de 1940, através do discurso proferido na universidade de Minnessota, intitulado: "Os mais recentes conceitos em psicoterapia". Esse psicólogo foi um dos principais representantes da escola de Psicologia Humanista, sendo essa considerada a terceira força da psicologia, desenvolveu sua abordagem através da experiência prática no atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade psicossocial. Tendo começado o seu trabalho em aconselhamento sob a perspectiva psicanalítica, esse autor percebeu de forma empírica o que funcionava no tratamento com tais pessoas, abandonado assim sua postura tradicional, e criando um jeito próprio de abordar o outro na sua subjetividade, através do método de Orientação Não-Diretiva (SCHULTZ; SCHULTZ, 2009, p.314).

Vitola e Cemim (2005, p.119), afirmam que a Abordagem Centrada na Pessoa está fundamentada em três pressupostos filosóficos: Humanismo, Existencialismo e na Fenomenologia. Moreira (2002, p.11), segue este mesmo raciocínio ao afirmar que, a ACP é uma abordagem humanista, uma vez que esta faz do ser humano o objeto de sua investigação e prática, enfatizando o valor da pessoa humana, independente da sua raça, posição

social ou credo religioso. E postulando que, só através do amor a pessoa poderá realizar todo o seu potencial, no exercício de sua liberdade.

Ainda de acordo com Moreira (2002, p.14), o Existencialismo é uma corrente filosófica que tem como base o questionamento sobre a existência humana. Neste enfoque o homem é concebido como um ser consciente, livre e responsável pela construção de sua história, sendo o arquiteto de sua própria realização. Já a fenomenologia foi sistematizada por Edmund Husserl, sendo compreendida como o método das Abordagens Existencialistas. Pois se busca conhecer o homem a partir de seus referenciais internos, no aqui agora de sua experiência imediata, subjetivada e de forma imparcial.

Rogers (1961/1999, p.104) contradizendo o determinismo psíquico da Psicanálise freudiana e o mecanicismo dos Behavioristas, afirmou que o cerne da personalidade humana é positivo, com tendência à autorrealização. A esta inclinação natural ao desenvolvimento pleno do organismo, ele denominou de Tendência Atualizante. Embora o impulso para a realização seja inato, esse poderá ser facilitado ou bloqueado pelos estímulos externos do ambiente, como as nossas relações familiares e a nossa educação. Assim, desenvolveu como posturas terapêuticas três atitudes facilitadoras da tendência atualizadora do *self*, sendo elas: Compreensão empática, aceitação incondicional e congruência (ROGERS, 1980/1987, p.38).

Compreensão empática é um dos princípios base desta abordagem. Pois para se compreender outra pessoa, é necessário suspender os próprios valores, e entrar no campo experiencial do outro, sob a ótica de como este vê, e interpreta tais acontecimentos vivenciados (ROGERS, 1961/1999, p.39). Percebe-se nesta postura a utilização prática do método fenomenológico: Olhar o fenômeno em si mesmo, sem a intenção de interpretar e explicar tal fato. Já a aceitação incondicional é uma atitude humanista de acolher, respeitar e se dirigir ao outro, sem julgamentos e condições pré-estabelecidas. Enquanto a Congruência significa ser autêntico, honesto e verdadeiro. Primeiro consigo mesmo, e depois com a outra pessoa na relação terapêutica, comunicando os seus sentimentos sempre que estes se fizerem necessários (VITOLA; CEMIM, 2005, p.117).

Conforme esta teoria de personalidade, em qualquer idade, é possível mudar de condutas e atitudes, enfatizando neste enfoque, que os conceitos e sentimentos atuais, têm maior importância para o desenvolvimento pessoal, do que os fatos vivenciados no passado (infância), negando também as forças pulsantes e determinantes do inconsciente (SCHULTZ; SCHULTZ,

2009, p.331). Todavia, esta abordagem não rejeitou a idéia de que, uma boa relação primária com os pais, em especial com a mãe ou alguém que substitua neste papel, é de extrema importância para o desenvolvimento saudável da personalidade. Pois se os pais ou cuidadores, oferecer consideração positiva, independente do comportamento expresso da criança, esta irá internalizar amor e valor incondicional, que será a base para uma personalidade saudável. Entretanto, se o contrario acontecer, esta criança irá aprender o amor através de condições impostas e levará esta aprendizagem para outros relacionamentos, inclusive afetando a construção do seu auto-conceito (SCHULTZ; SCHULTZ, 2009, p.319, 320).

Nesta perspectiva o papel do psicoterapeuta é atuar como facilitador do afloramento da tendência atualizante do seu cliente. Para que este saia do estado de incongruência entre o seu autoconceito e sua experiência, possibilitando o desenrolar do seu fluxo espontâneo construtivo, saudável e socializante (MOREIRA, 2010, p.22). Com base nesses conceitos acima descritos, a clínica psicoterápica Centrada na Pessoa traz a proposta da orientação não-diretiva, acolhimento incondicional, através de um ambiente humanizado onde a pessoa possa ser compreendida, aceita dentro da sua singularidade, respeitando o seu mundo fenomenal, em uma relação real e autentica com a pessoa do terapeuta no aqui agora de sua existência.

4 Integrando os conceitos da ACP com a postura terapêutica Afirmativa

Seria possível desenvolver uma integração teórica e prática entre a ACP e a Terapia Afirmativa? De acordo com Paiva (2009, p.42), sim. Através da visão da Abordagem Integradora. Este novo paradigma científico tem como objetivo a união de conceitos que foram separados historicamente, no modelo da ciência positivista e mecanicista; visando a integração holística das várias formas de conhecimentos existentes, e objetivando a integração do próprio ser humano. Nesta Abordagem Integradora os vários saberes não são compreendidos como excludentes, mas poderão ser articulados e integrados, construindo novas possibilidades.

Podemos observar que a proposta rogeriana não está tão longe dos pressupostos afirmativos. Embora estas abordagens tenham suas constituições epistemológicas diferentes, observamos em vários aspectos muitas semelhanças entre estas duas teorias. No que se refere à natureza humana, a ACP possui a crença de que todas as pessoas são possuidoras da tendência

atualizante. Sendo digna de confianças, independente de suas nacionalidades, posições sociais, práticas religiosas e podemos inferir: orientações e identidades sexuais. Entendemos, com base neste princípio que as pessoas LGBTs também possuem no núcleo de suas personalidades a inclinação natural para autorrealização.

Em conformidade com esta idéia, a Terapia Afirmativa define as orientações homossexuais e bissexuais como positivas iguais à heterossexualidade. E que as identidades de gênero variantes também fazem parte da diversidade natural do gênero e da sexualidade humana. Como já foi expresso anteriormente o objetivo da psicoterapia Centrada na Pessoa é despertar a tendência construtiva, edificante e socializante que existe em cada ser humano. Já na Terapia Afirmativa o objetivo da psicoterapia com pessoas LGBTs:

É ajudar o paciente a tornar-se mais autêntico, por meio da integração dos sentimentos, pensamentos e desejos homossexuais às diferentes áreas de sua vida, desenvolvendo uma identidade gay positiva (BORGES, 2009, p.43).

Mais uma vez percebemos as semelhanças conceituais que existe nos pressupostos Afirmativo em relação à Abordagem Centrada na Pessoa. Uma vez que esta também focaliza em trabalhar os sentimentos, pensamentos que não estão em harmonia, congruentes, com o comportamento manifesto das pessoas, levando a uma maior aceitação das diferentes áreas do eu, como parte do processo terapêutico, visando o crescimento, e a maturidade emocional (ROGERS, 1961/1999, p.38-41).

Outro ponto com bastante similaridade entre estas posturas se refere à prática do terapeuta. Enquanto a visão afirmativa (HADIN, 2000, p.224; BORGES, 2009, p.48), expressa que o terapeuta dever ser autêntico a tal ponto do mesmo declarar a sua orientação sexual ao seu cliente caso este questione sobre a mesma. Esta atitude está alinhada à postura de autenticidade defendida pelo enfoque da ACP (ROGERS, 1961/1999, p.325). Assim, entende-se que a utilização da tríade rogeriana, como facilitadora do processo terapêutico com pessoas LGBTs poderá oferecer a oportunidade de elaborarem suas dores, conflitos e traumas em um ambiente seguro e livre de qualquer pré-julgamento. Pois, compreender empaticamente uma pessoa, sendo verdadeiro consigo mesmo, e com ela, poderá resgatar o valor que muitas vezes as suas histórias de vida lhe negaram. Aceitar o outro incondicionalmente despertará sua auto-aceitação que é à base de toda mudança,

saúde e crescimento. Consoante Rogers e Rosenberg (1977, p.83), para se mudar os comportamentos ineficazes, é necessário mudarmos o nosso auto-conceito. Isto não significa que tais pessoas mudaram as suas orientações e identidades, mas possibilita encontrarem caminhos construtivos de viverem sua sexualidade de maneira digna, adequada para si mesmo, com a responsabilidade que está atrelada à liberdade de suas escolhas.

5 Considerações Finais

É bem verdade que inúmeras pessoas LGBTs já se beneficiaram com a psicoterapia tradicional de varias abordagens, e que muitos destes já desfrutaram a experiência enriquecedora do processo terapêutico de base humanista-existencial. Todavia o nosso objetivo neste trabalho foi apresentar as possibilidades teóricas e as viabilidades clínicas desta integração. Pois embora a ACP seja um sistema de psicoterapia cientificamente consolidado, a mesma não possui um referencial teórico metodológico voltado à psicoterapia com pessoas LGBTs. Ao contrário da Terapia Afirmativa que desde a sua fundação desenvolveu um corpo teórico e uma atitude clínica especificamente voltada a atender estas pessoas.

A construção de uma clínica da diversidade de gênero e sexual, no enfoque da ACP, integrado com os pressupostos da Terapia Afirmativa é uma das possibilidades que este novo paradigma Integrador nos apresenta. A postura afirmativa que está alicerçada nas mais novas pesquisas no campo do gênero e sexualidade, juntamente com os pressupostos teóricos e técnicos de uma abordagem científica, com mais de 70 anos de utilização, proporcionará este empreendimento desafiador.

Termina-se esse artigo esperando que futuras construções teóricas possam aprofundar essa temática, bem como o desenvolvimento de pesquisas, que venham avaliar a eficácia desta junção teórica na prática clínica. Para quem sabe, um dia possamos construir epistemologicamente uma versão da Terapia Afirmativa Centrada na Pessoa

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION.2013. **Diagnostic and statistical manual of mental diseases**. 5rd ed. Washington (DC): APA.

ÁVILA, Simone; GROSSI, Miriam Pillar. **Transexualidade e Movimento Transgênero na Perspectiva da Diáspora Queer**. Natal: Trabalho apresentado ao V congresso da associação brasileira de estudos da homocultura, 2010.

BORGES, Klecius, **Terapia Afirmativa: Uma introdução à psicologia e à psicoterapia dirigida a gays, lésbicas e bissexuais**. São Paulo: edições GLS, 2009.p.21,43.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 01/1999**, de 22 de março de 1999. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Brasília Disponível em: <<http://www.pol.org.br>> Acesso em 12/02/2016, 14h30min.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução n.º 010/00**, de 20 de dezembro de 2000. Especifica e qualifica a Psicoterapia como prática do psicólogo. Brasília Disponível em: <<http://www.pol.org.br>> Acesso em 30/03/2016, 22h35min.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução n.º 014/11**, de 28 de junho de 2011. Estabelece o uso do nome social para psicólogos (as) travestis e transexuais. Brasília Disponível em: <<http://www.pol.org.br>> Acesso em 20/04/2016, 15h20min.

DAVIES, Dominic. **Sexual Orietation**. Disponível em: <<http://www.pinktherapy.com>> Acesso em 21/01/2016, 20h15min.

FLEURY, Alessandra R. D; TORRES, Ana R. R. **Homossexualidade e Preconceito**. Curitiba: Juruá, 2010.

HARDIN, Kimeron, N. **Autoestima para homossexuais: Um guia para o amor-próprio**. São Paulo: Summus, 2000.

HOPECK, Robert. **Jung, junguianos e a homossexualidade**. 2 ed. São Paulo: Siciliano, 1994.

ISAY, Richard. **Torna-se Gay**: O caminho da autoaceitação. São Paulo: GLS, 1998.

KAHHALE, Edna Maria Peters. IN: Conselho Regional de Psicologia da 6^o região (org.). **Psicologia e Diversidade sexual**. São Paulo: CRP-06, 2011.

LACERDA, Marcos; PEREIRA, Cícero; CAMINO, Leoncio. Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. **Psicologia Reflexão e Crítica**. Porto Alegre, v. 15, n. 1, 2002.

LEONE, Guillermo Daniel. Homossexualidade Vergonha e Risco. **Enfoque Gestaltico**. Argentina: primavera, 2004.

MOREIRA, Ana Lúcia Rodrigues Rocha. **Manual do curso básico para formação de facilitadores, conselheiros e terapeutas cristãos**. João Pessoa: Imprell Editora, 2002.

MOREIRA, Virginia. Convergências e divergências entre as psicoterapias de Carl Rogers e Frederick Perls. **Rev. NUFEN**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 20-50, jun. 2010. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/scielo>. >. Acessos em 25 ago. 2016.

Organização Mundial de Saúde. (1993). **Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10**: Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

PAIVA, Mauro César de Medeiros. **Culpa no imaginário do paciente cristão**: Resistência e Superação na Abordagem Integradora. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) João Pessoa: UFPB, 2009.

ROGERS, Carl Ransom. **Psicoterapia e Consulta Psicológica**. São Paulo: Martins Fontes, 1942/1973.

ROGERS, Carl R. **Tornar-se Pessoa**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1961/1999.

ROGERS, Carl R; ROSEMBERG, Rachel. **A Pessoa como Centro**. 3. Ed. São Paulo: EPU Editora, 1977.

ROGERS, Carl R. **Um Jeito de Ser**. São Paulo: EPU Editora, 1980/1987.

SCHULTZ, D.P; SCHULTZ, S.E. **Teorias da Personalidade**. 9 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2001.



POLÍTICA, EDUCAÇÃO E OUTRAS AÇÕES



DISCUSSÕES INICIAIS SOBRE LESBIANIDADES E EDUCAÇÃO ESCOLAR

Keith Daiani da Silva Braga

Márcio Rodrigo Vale Caetano

Arilda Ines Miranda Ribeiro

Introdução

Este trabalho tem por objetivo apresentar as discussões iniciais do projeto de doutorado em andamento intitulado “Lesbianidades, performatizações de gênero e educação escolar”, que é desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

A pesquisa consiste em compreender como lésbicas egressas do Ensino Médio público vivenciaram as amizades, identidades, sociabilidades e sexualidades em suas trajetórias escolares; os contextos de invisibilidade e de hipervisibilidade experimentados nas instituições de ensino onde estudaram; a lesbofobia existente no ambiente da escola, enquanto técnica de “ensino” e conformação de meninas na norma heterossexual; e, por fim, as resistências criadas por elas para escapar ou confrontar o padrão de sexualidade hegemônico.

Para desenvolver esta investigação partimos de uma concepção metodológica qualitativa vinculada aos estudos de gênero e sexualidade, a partir de realização de entrevistas e orientação teórica voltada para autoras e autores ligados aos Estudos Pós- Estruturalistas, Feministas e Queer. Como se trata de uma pesquisa em fase inicial, nossos resultados parciais expostos ao longo do texto dizem respeito ao levantamento bibliográfico que vem sustentando até então nossa proposta.

No sentido de melhor apresentarmos nossa argumentação dividimos o artigo em três partes: na primeira abordamos a pouca centralidade que é dada as lesbianidades nos debates de gênero e sexualidade, em seguida falamos a respeito das lesbianidades hipervisíveis a partir do conceito de masculinidade feminina e, por último, discutimos rapidamente a lesbofobia na escola. Encerramos, assim, nas considerações seguidas das referências bibliográficas.

A questão da carência de visibilidade do tema das lesbianidades

Um dos principais motivos de termos nos interessado por uma investigação científica em que o ponto central – que possibilita a problematização de gênero e sexualidade no espaço da escola – são os relatos das lésbicas é porque inegavelmente as experiências escolares destes sujeitos tem sido muito pouco trazidas para o debate acadêmico, mesmo em tempos de crescente exploração do tema da sexualidade, mais especificamente “diversidade sexual”, no campo da Educação em pesquisas e publicações brasileiras.

Dito de outro modo: ainda que a intensificação destes temas, em especial com a publicação do “Brasil sem Homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT¹ e promoção da cidadania homossexual – BSH² (BRASIL, 2004)”, seja notória e com importantes contribuições, parte muitíssimo pequena de tais pesquisas não são centralizadas unicamente em sujeitos gays. O que nos provoca a pensar se as apropriações conceituais, bem como, as problematizações que temos, por exemplo, para criticar a homofobia nas escolas dão conta de questionar também a misoginia, lesbofobia, machismo e sexismo nesses espaços educativos.

Barbosa e Facchini (2006) nos mostram que a produção de conhecimento científico sobre as mulheres lésbicas, fora de um viés patologizante, iniciou-se apenas a partir de 1980. No levantamento desses estudos,

1 Devido às deliberações tomadas durante a 1ª. Conferência Nacional GLBT em 2008, a sigla do movimento passou a ser nomeada de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). A alteração buscou visibilizar as mulheres lésbicas.

2 A coordenação do Programa Brasil Sem Homofobia (BSH) é desenvolvida pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SDH) e suas ações têm como eixo central envolver todos os Ministérios e Secretarias do Governo Federal com vista a promover, a partir do reconhecimento das sequelas ocasionadas com a discriminação, a cidadania da população LGBT por meio de políticas públicas.

realizado por Toledo (2008), foram encontrados, de 1980 a 2008, vinte e cinco pesquisas, nenhuma da área da Educação. Em nossa busca, de 2008 a 2015, identificamos vinte e nove trabalhos defendidos, dos quais somente quatro são do campo da Educação: Cavaleiro (2009), Oliveira (2010), Fortes (2013) e Maciel (2014).

Em consonância com autoras feministas, como Espinosa (2007), Gimeno (2010) e Crawford (2012), pensamos que este quadro precário está ligado à tendência das propostas investigativas de questionamento da heterossexualidade obrigatória³, que se dizem “gerais”, de fato tomarem como referência a experiência gay. Assim, seguem sutilmente como afirma Françoise Guillemaut (1994, p. 228) associando ““[...] O homossexual com a figura universal da homossexualidade, as lésbicas expressões particulares, marginais” (tradução nossa). As lesbianidades são relegadas à uma minoria flutuante dentro da minoria (RASINES, 2010).

Com frequência, o argumento trazido para explicar essa carência de visibilidade das lesbianidades, além da questão do próprio silenciamento histórico imposto às mulheres (SWAIN, 2000; PERROT, 2009), refere-se aos efeitos da heterossexualidade presumida em decorrência das *performances* de gênero próximas dos padrões hegemônicos de feminilidade (BUTLER, 2003; WILTON, 2003; BORRILLO, 2010).

Em outras palavras, por existir esse equívoco de estabelecer uma continuidade entre a identidade e o desejo, numa relação de causa, a “coerência” das performatizações de gênero das mulheres tende a invalidar a possibilidade de homossexualidade (GUILLEMAUT, 1994; BENTO, 2011; BRANDÃO, 2015). Essa lógica possui ainda mais força por os sujeitos em questão não serem homens, pois numa sociedade historicamente centrada no masculino como eixo da existência, a sexualidade da mulher é presumida como propriedade do homem (LAURETIS, 1994), e isso impacta também no sentido de que paira uma espécie de “cegueira”, menosprezo para as afetividades e/ou práticas sexuais ausentes de *falo*.

3 Algumas feministas como Espinosa (2007) e Falquet (2009; 2014) interrogam, porque conceitos, como “heterossexualidade obrigatória” e “pensamento heterossexual” nascidos de reflexões feministas lésbicas de Adrienne Rich (1980) e Monique Wittig (1980) utilizados como base para a ideia de heteronormatividade, atualmente são incorporados em vertentes teóricas como Teoria Queer para analisar primordialmente transgressões de homens gays ou sujeitos “trans”, mas não são em mesma medida operacionalizados para analisar as potências e subversões lésbicas.

Todavia, em consonância com Borrillo (2010), Junqueira (2012) e Dinis (2014) colocamos em suspenso qualquer tipo de interpretação, a partir desta “indiferença” sobre as dissidências femininas, em termos de maior respeito e aceitação, principalmente quando estamos discutindo as experiências escolares, tendo em vista que as instituições de ensino atuam como auxiliadoras poderosas na produção de masculinidades e feminilidades alinhadas a heterossexualidade. Assim, desconfiamos com Caetano (2011) das afirmações que propõe desinteresse da escola sobre o tema da sexualidade. Também não cremos que alunas não-heterossexuais estejam livres dos investimentos, vigilância e até mesmo exposição a situações de violência física e verbal nos espaços educativos.

Mas toda lésbica é invisível?

Outro ponto muito importante sobre a questão da visibilidade das lesbianidades diz respeito ao perigo que há em aderir de imediato o discurso de que as lésbicas são: primeiro, imperceptíveis, invisíveis, desconsideradas e, segundo, em decorrência disso, menos alvo de violência, pois, além do que já expomos acima sobre o menor destaque não ser sinônimo de aceitação, essa perspectiva leva a homogeneização e supressão de outras vivências lesbianas.

Com Viñuales (2002), Espinosa (2007), Halberstam (2008), Gimeno (2010) e Platero (2009a; 2013) acreditamos que existem inúmeras maneiras de se viver as lesbianidades, que se alteram e formam outras possibilidades ao se articularem com marcações como raça/etnia, classe social, geração e masculinidade, tornando assim totalmente imprudente que estas sejam generalizadas em presumidos contextos de ocultação.

Nessa mesma direção, Halberstam (2008) em sua obra “Masculinidad Femenina” traz diálogos e ideias de Anna Marie Smith, Evelyn Hammonds e Marilyn Frye que afirmam os riscos de determinados discursos silenciarem muitas lésbicas: negras, *butchs*⁴, masculinas trabalhadoras de classes baixas, presidiárias entre outras que, ao contrário do que se supõe, vivem uma hipervisibilidade que às expõem, inclusive, às diversas violências e repressões. Deste modo, nas palavras da autora: “[...] hay distintos silencios y

4 Halberstam (2008) define *butchs* como: as lésbicas que se sentem confortáveis e se identificam com vestimenta, adereços, estilos e códigos considerados masculinos.

diferentes formas de invisibilidad en relacion a diferentes cuerpos lesbianos, y mientras que algunas lesbianas se sienten rodeadas de silencio, otras se sienten demasiado mostradas e hipervisibles” (HALBERSTAM, 2008, p. 139).

Em nossa pesquisa, ao trabalharmos com as experiências escolares de participantes que se autodefinem como *dykes*, *bucths*, *caminhoneiras*, *sapatas*, *bofinhos*, entre outros termos atrelados à ideia de hipervisibilidade lesbiana, abordaremos o conceito de *masculinidade feminina* de Halberstam, que, grosso modo, refere-se a uma masculinidade sem homens, alternativa à hegemônica, produzida no corpo das mulheres. O trânsito de gênero, que permite a *performance* masculina não é entendida nessa perspectiva como exclusividade de transhomens, FTM’s (female to male) e transgêneros. Lésbicas e mulheres heterossexuais também podem se constituir em desacordo com os códigos de feminilidade sem necessariamente desejarem mudar de sexo ou sentirem uma sensação profunda de pertencimento “ao corpo errado”, frequentes nas experiências trans.

No desenvolvimento desse conceito, Halberstam (2008) nos explica que as variações na performatização do gênero no corpo das meninas só é mais tolerada, em relação à desempenhada em meninos, durante a infância, já que na passagem para a adolescência são exercidas também sobre elas forças contínuas de reeducação. Para Britzman (1996) isso repousa na crença de que para ter a sexualidade “correta” é pré-requisito desenvolver o gênero adequado. Assim, o processo de (re) feminizá-las tem o intuito de garantir o desejo heterossexual e eliminar a ameaça da lesbianidade (HALBERSTAM, 2008). Por conta disso que a autora Berenice Bento em entrevista à Dias (2014) afirma não acreditar que a homossexualidade tenha sido totalmente despatologizada, pois é por meio das regulações intensas de gênero e pela brecha da “disforia de gênero”⁵ que se seguem, seja em clínicas, famílias ou mesmo escolas, tentando preveni-la ou mesmo curá-la.

Masculinidade feminina ou, no caso a *masculinidade lesbiana* ao ser empreendida em nosso estudo abre possibilidades de enriquecer a problematização das negociações, tensões, violências e resistências produzidas no

5 “Disforia de gênero” é um termo médico para designar um estado patológico de não conformação com o gênero atribuído ao nascimento. Está catalogado CID-10 Cadastro Internacional de Doenças como “Transtorno de Identidade de Gênero” seguido em vários países, incluindo o Brasil, no qual a transexualidade ainda não é vista como forma saudável de viver a identidade e sexualidade.

ambiente da escola, quando os corpos dissidentes, no que tange a performatização de gênero e desejo, são de mulheres. Nossa investigação, intenta deste modo fazer aproximações novas que de algum modo possam contribuir com os debates já existentes sobre gênero e sexualidade na Educação. Dado que sobre este aspecto em específico, temos os estudos que discutem masculinidades na escola, atrelados quase que exclusivamente às vivências de meninos, bem como, quando se considera as transgressões privilegiam as experiências de sujeitos que passam do masculino para o feminino, raramente o inverso (HALBERSTAM, 2008; PLATERO, 2009a, 2009b).

A lesbofobia na escola

No intento de alcançar uma ampliação teórica, pretendemos olhar para as narrativas escolares de nossas participantes que versarem sobre situações de preconceito e hostilizações em suas trajetórias escolares, também com o emprego da lesbofobia, outra acepção pouco discutida e utilizada.

Esta funcionará enquanto auxiliar da crítica geral empreendida pelo conceito de homofobia. Manteremos essa conexão, por acreditarmos, em consonância com Gayle Rubin (1989, p. 54) que não devemos restringir a análise da situação das lésbicas em termos de opressão as mulheres:

[...] las lesbianas son también oprimidas en su calidad de homosexuales y pervertidas, debido a la estratificación sexual, no de géneros" o que as faz compartilhar "[...] muchos de los rasgos sociológicos y muchos de los castigos sociales con los varones gay, los sadomasoquistas, los travestidos y las prostitutas.

Com efeito, as autoras Viñuales (2002), Gimeno (2010), Platero (2010) e Crawford (2012) nos permitem pensar a lesbofobia como o cruzamento da misoginia e sexismo com a homofobia. Esta produz contextos específicos de vulnerabilidades, onde se situam desde as violências brutais como assassinatos, estupro "corretivos" e assédios sexuais até as hostilizações verbais, micro-punições, vigilâncias sutis, movimentos restritivos de controle, (re) educação e adequação às normas, que expõem não só as dissidentes sexuais, mas também todas as mulheres – mesmo as heterossexuais – não enquadradas nos modelos hegemônicos de feminilidade ou alinhadas às formas de masculinidades femininas.

O uso do termo lesbofobia também se coloca como importante, porque quando evocamos somente homofobia, corremos o risco de não apreender as especificidades e formas menos explícitas de a heteronormatividade agir para com as outras dissidências, no nosso caso a lesbiana, mas também há, por exemplo, as travestilidades e transsexualidades, que nos convocam a falar da brutalidade que é a transfobia.

Ademais, pensando em instituições de ensino e na Educação, Rogerio Junqueira (2012, p. 294) faz um relato interessante:

[...] Durante esses anos de encontros com profissionais da educação de todo o país, algo que me chamou a atenção foi o fato de a maior parte dos relatos docentes referirem-se a casos de heterossexismo e homofobia quase que apenas contra estudantes do sexo masculino.

A nosso ver, ainda que, em certa medida, a dissidência sexual de meninos seja mais punida e repudiada na esfera pública, em decorrência da homofobia ser um dos elementos constitutivos da masculinidade hegemônica, temos que considerar também os impactos que a massificação do conceito de homofobia⁶ gerou, inclusive nos sujeitos que atuam na escola, que a sintetizam como “o ódio contra gays”, tornando-os “cegos” ou coniventes com suas formas, mais silenciosas, de violentar e adequar meninas na heterossexualidade.

6 No Brasil, a palavra “homofobia” passou a ganhar maior visibilidade em 2001, com a criação do Projeto de Lei Complementar nº 5003/2001 que criminaliza a violência homofóbica em âmbito nacional, conhecido atualmente como “PL 122”. No mesmo ano, no Estado de São Paulo foi criada e promulgada a Lei Estadual 10.948 que pune “[...] toda manifestação atentatória ou discriminatória praticada contra cidadão homossexual, bissexual ou transgênero” (ESTADO DE SÃO PAULO, 2001). Já em 2004, o destaque se acentuou com o lançamento do programa “Brasil sem Homofobia” pelo Governo Federal. Na área da educação, um marco contributivo para massificação do termo entre os educadores e educadoras foram as polêmicas envolvendo Kit anti-homofobia. O material pedagógico apoiado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), que seria distribuído nas escolas públicas foi popularmente chamado de “kit-gay” e vetado em 2011 pela Presidenta Dilma Rousseff, que chegou a afirmar que não seria “[...] permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais” (O GLOBO, 2011). Em síntese, em todo esse processo podemos notar que o cunho de termos legais como “cidadão homossexual” ou para se referir à diversidade na escola “kit-gay” entre outros, atrelam diretamente a figura exclusiva dos “homossexuais masculinos” como referência de homossexualidade ou sexualidade dissidente e, por conseguinte os centralizam como os alvos principais e preocupantes da violência homofóbica (BRAGA, 2014).

Michael Bochenek e Widney Brown (2001) realizaram uma ampla pesquisa denominada “Hatred In The Hallways: Violence And Discrimination Against Lesbian, Gay, Bisexual, And Transgender Students In U.S. Schools” na qual discutem os contextos, práticas e hostilização e vulnerabilidades vividas por estudantes não heterossexuais. Em relação às experiências de garotas lésbicas os autores pontuam que, no entrelaçamento de sexismo e homofobia, são produzidas variadas formas de assédios velados que, embora não menos graves, por vezes não são consideradas agressões, pelas autoridades escolares. E alertam que essa perspectiva não foi exclusividade de sujeitos heterossexuais, segundo os autores, parte considerável dos jovens gays participantes do estudo também “[...] Mostraram ter visões muito sexistas e por vezes homofóbicas sobre as lésbicas” (tradução nossa).⁷ O que nos leva novamente a afirmar a necessidade de empreender investigações que centralizem as experiências lésbicas, diante da misoginia e sexismo que seguem encobertos em narrativas universais de tolerância à homossexualidade.

No contexto brasileiro, uma pesquisa semelhante à supracitada em termos de abrangência e apropriação por parte dos estudos de gênero e sexualidade na educação é a “Juventudes e Sexualidades” empreendidas por Abramovay, Castro e Silva (2004). A respeito do *lesbianismo*, as autoras explicam que foi menos evidenciado pelos jovens, pais e profissionais da educação que participaram do estudo em comparação com a sexualidade gay. Entretanto, isso não se configurou como espécie de aceitação e respeito: “[...] há, entre jovens, maior censura e autocensura em relação à homossexualidade feminina, é comum o tratamento depreciativo e por pseudobrincadeiras” seus posicionamentos são “[...] tão estigmatizados, nos discursos, quanto à homossexualidade masculina” (p. 284).

Por fim, para complementar esses dados, que evocamos, apesar de sua distância temporal, devido ao alcance e destaque nos debates acadêmicos, citamos os trabalhos realizados mais recentemente por pesquisadoras como: Cavaleiro (2009), Oliveira (2010) e Fortes (2013), que também denunciaram as hostilizações e ausência de suporte encontrados em espaços educativos sentidos por garotas não-heterossexuais.

7 “[...] expressed very sexist and sometimes homophobic views of lesbians.”

Considerações finais

Para encerrar este texto, pontuamos que os dados sobre as violências e discriminações, bem como a carga conceitual que também perpassa esse aspecto em nosso artigo, foram trazidos aqui no intento de chamar a atenção para a relevância social implicada nos estudos sobre gênero e sexualidade, diante do momento histórico do nosso país, em que se multiplicam discursos políticos conservadores, materiais para promover o respeito às diferenças de sexualidade nas escolas são vetados⁸, o tema de gênero é excluído do Plano Nacional de Educação⁹ e a criminalização da homofobia, proposta há quase uma década e meia, em nível federal, ainda não se efetivou¹⁰.

Contudo, ressaltamos que também temos o propósito de relativizar os relatos de violência que surgirão no desenrolar da pesquisa, pois as trajetórias escolares das lésbicas, bem como de outros sujeitos não-heterossexuais, ainda que com frequência marcadas por conflitos referentes a sexualidade (JOCA, 2012) não devem ser reduzidas a esse aspecto, que ao ser hipervalorizado, oculta as vivências empoderadoras, prazerosas, potentes, subversivas e resistentes dos sujeitos.

Pensamos que o debate não deve desembocar naquilo que DAYRELL (2007, p.1106) chamou de: “[...] visão apocalíptica sobre o fracasso da instituição escolar” ao abordar os rumos que a discussão sobre os desafios da educação da juventude tem tomado. Ao passarem pelo processo de educação formal, os sujeitos produzem momentos próprios de socialização no ambiente educativo, sociabilidade esta que ressignifica o espaço físico da instituição de ensino (pátio em que ocorre o intervalo, escadas, banheiros, entrada, percurso até a escola entre outros) onde se fortalecem as amizades, afetividades, solidariedades, além de trocas de informações e aprendizagens (DAYRELL, 2007).

8 Podemos citar como veto, o feito em 2011 ao material pedagógico apoiado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC): “Kit anti-homofobia”, que seria distribuído nas escolas públicas brasileiras.

9 A exclusão específica do gênero foi realizada em 2014 no texto do Plano Nacional de Educação (PNE) e conseqüentemente retirada de muitos planos municipais e estaduais da educação em 2015.

10 A criminalização da violência homofobia em âmbito nacional foi proposta em 2001, por meio da criação do Projeto de Lei Complementar nº 5003/2001.

Referências

BARBOSA, Regina Maria; FACCHINI, Regina. **Dossiê saúde das mulheres lésbicas**: promoção da equidade e da integralidade. Rede Feminista de Saúde, Belo Horizonte. 2006.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2. 2011, p. 549- 559.

BOCHENEK, Michael; BROWN, Widney. **Hatred in the hallways**: Violence and discrimination against lesbian, gay, bisexual, and transgender students in U.S. schools. Human Rights Watch, 2001.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: Historia e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BRAGA, Keith Daiani da Silva. **Homofobia na escola**: análise do Livro de Ocorrência Escolar. Dissertação (Mestrado em Educação). Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2014.

BRANDÃO, Ana Maria. A gestão do segredo: homo-erotismo feminino e relações familiares e de amizade, **LES Online**, v. 7, n.1, 2015, p. 03-16.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual. Secretaria Especial de Direitos Humanos: Ministério da Saúde, 2004.

BRITZMAN, Deborah. O que é esta coisa chamada amor – identidade homossexual, educação e currículo. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96, jan./jun. 1996.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1990].

CAETANO, Marcio Rodrigo do Vale. **Gênero e sexualidade**: um encontro político com as epistemologias da vida e os movimentos curriculares. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

CASTRO Mary Garcia; ABRAMOVAY Miriam; SILVA Lorena Bernadete. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO/ Brasil; 2004.

CAVALERO, Maria Cristina. **Feminilidades homossexuais no ambiente escolar**: ocultamentos e discriminações vividas por garotas. Tese (Doutorado em Educação), São Paulo: FEUSP, 2009.

CRAWFORD, Charmaine. **“It’s a Girl Thing” Problematizing Female Sexuality, Gender and Lesbophobia in Caribbean Culture**. 2012. Disponível em: <<http://www.caribbeanhomophobic.org/itsagirlthing>>. Acesso em: 06 Abr. 2015.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, Porto Alegre, v. 28, n. 100, p. 1105–1128, out. 2007.

DIAS, Diego Madi. Brincar de gênero, uma conversa com Berenice Bento. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 43, Dec. 2014. p. 475-497.

DINIS, Nilson. O Amor entre Mulheres: A tolerância esconderia mais preconceito?. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p. 142 - 151, jan. / jul. 2014.

ESPINOSA, Yuderkis. **Escritos de una lesbiana oscura. Reflexiones críticas sobre feminismo y política de identidad em América Latina**, Buenos Aires, Lima, Ed. Em la frontera, 2007.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Lei Estadual Nº 10.948**. Dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual de 05 de Novembro de 2001.

FALQUET, Jules France. Lesbianismo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Helene; SENOTIER, Daniele. **Dicionário Crítico do feminismo**. São Paulo, Editora UNESP, 2009. p. 122-128.

FORTES, Ana Carolina Magalhães. **A escola e a educação não-escolar:** experiências da mulher lésbica afrodescendente. Dissertação (Mestrado em Educação). Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2013.

GIMENO, Beatriz. La doble marginación de las lesbianas. In: SIMONIS, Angie (Org). **Cultura, homosexualidad y homofobia**, vol. II, Amazonia, retos de visibilidad lesbiana, Laertes, Barcelona, 2007. [KINDLE EDITION, 2010]

GUILLEMAUT, Françoise. Images invisibles : les lesbiennes. In WELZER-LANG, Daniel; DUTEY, Pierre; DORAIS, Michel. (Org.). **La Peur de l'autre en soi, du sexisme à l'homophobie**. Montréal/Canadá: VLB Éditeur, 1994.

HALBERSTAM, Jack. **Masculinidad Femenina**. Trad. Javier Sáez, Barcelona-Madrid: E. Egales, 2008.

JOCA, Alexandre Martins. Educação, juventudes e homossexualidades: extratos da sociabilidade de jovens gays em escolas públicas de Fortaleza. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, **Anais Eletrônicos**, Florianópolis, 2012, p. 1-12.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. In: MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa (Org.). **Discursos fora da ordem:** sexualidades, saberes e direitos. São Paulo: Annablume, 2012, p. 277-305.

LAURETIS, Teresa. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Tendências e impasses:** o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

MACIEL, Patrícia; GARCIA, Maria Manuela Alves. Os femininos no magistério: professoras lésbicas nas escolas. **Currículo sem Fronteiras**, v. 14, n. 3, p. 160-180, set/dez 2014.

O GLOBO. **Dilma diz que 'não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais'**. 26 de Maio de 2011. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/politica/>

dilma-diz-que-nao-vai-ser-permitido-nenhum-orgao-do-governo-fazer-propaganda-de-opcoes-sexuais-2765417>. Acesso em: 12 Jan 2014.

OLIVEIRA, Lisis Fernandes Brito. **A mulher e o poder da heteronormatividade: uma discussão no contexto escolar.** Dissertação (Mestrado em Educação). Duque de Caxias: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

PERROT, Michelle. História (sexuação da). In HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Helene; SENOTIER, Daniele. **Dicionário Crítico do feminismo.** São Paulo, Ed. UNESP, 2009. p. 111-116.

PLATERO, Raquel Lucas. Entre la invisibilidad y la igualdad formal: perspectivas feministas ante la representación del lesbianismo en el matrimonio homosexual. In: SIMONIS, Angie (Org.), **Cultura, homosexualidad y homofobia**, vol. II, Amazonia, retos de visibilidad lesbiana, Laertes, Barcelona, 2007. [KINDLE EDITION, 2010]

PLATERO, Raquel Lucas. **La masculinidad de las biomujeres:** marimachos, chichazos, camioneras y otras disidentes. 2009a. Disponível em: <http://www.feministas.org/IMG/pdf/La_masculinidad_de_las_biomujeresPlatero.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2015.

PLATERO, Raquel Lucas. Lesboerotismo y la masculinidad de las mujeres en la España franquista. **Bagoas**, n. 3, 2009b. p. 15-38.

RASINES, Paloma Fernández. Homoerotismo entre mujeres y la búsqueda del reconocimiento. In: SIMONIS, Angie (Org.), **Cultura, homosexualidad y homofobia**, vol. II, Amazonia, retos de visibilidad lesbiana, Laertes, Barcelona, 2007. [KINDLE EDITION, 2010]

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica, **Bagoas**, v. 4, n. 5, 2010 [1980]. p. 17-44.

RUBIN, Gayle. Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad. In: VANCE, C. (Org.). **Placer y peligro:** explorando la sexualidad femenina. Madrid: Revolución Madrid, 1989. p. 113-190.

SWAIN, Tania Navarro. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

TOLEDO, Livia Gonsalves. **Estigmas e estereótipos sobre as lesbianidades e suas influências nas narrativas de histórias de vida de lésbicas residentes em uma cidade do interior paulista**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Assis: Universidade Estadual Paulista, 2008.

VIÑUALES, Olga. **Lesbofobia**, Bellaterra, Barcelona, 2002.

WILTON, Tamsin. **Lesbian Studies: Setting an agenda**, London, Routledge, 1995. [KINDLE EDITION, 2003]

WITTIG, Monique. El pensamiento heterosexual. In.: WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Barcelona/Madrid: Editora Egales, 2006 [1980].

JOVENS GAYS NA ESCOLA: DA VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA À CONTRACULTURA DAS DIFERENÇAS

Alexandre Martins Joca¹

Introdução

Este artigo trata-se de uma reflexão sobre as experiências da sexualidade vivenciadas por jovens gays em escolas públicas de Fortaleza/CE e as implicações decorrentes dos conceitos e preconceitos que permeiam o campo das homossexualidades na formação escolar desses jovens. Para isso, utilizo como material empírico de análise os relatos de jovens gays participantes de pesquisas e atividades realizadas pelo Grupo de Resistência Asa Branca - GRAB² em Fortaleza/CE. Os dados foram coletados através da realização de grupos focais com jovens gays, de faixa etária entre 14 e 29 anos, moradores de alguns bairros localizados na Secretária Executiva Regional I - SER I¹ de Fortaleza.

As situações de vulnerabilidades relacionadas à sexualidade trazidas por estes sujeitos em seus relatos nos remetem a questões diversas sobre o modo como estes se percebem em seu cotidiano considerando as implicações decorrentes da experiência da homossexualidade e suas relações com a escola. Ao realizar uma análise parcial sobre as informações coletadas por meio desses grupos focais, algumas questões podem ser elencadas: Qual a influência da sexualidade e das relações de gênero em seus processos formativos ao vivenciarem a homossexualidade no cotidiano escolar? Que estratégias de resistências são empregadas por jovens gays (nas relações

1 Grupo de Resistência Asa Branca – GRAB

2 A cidade de Fortaleza é subdividida em 06 macro regiões denominadas Secretarias Executivas Regionais que tem como objetivo dividir a cidade em regiões com subadministrações para um melhor planejamento e execução de serviços e ações. A Secretaria Executiva Regional I (SER I) abrange quinze bairros e localiza-se no extremo oeste da cidade e tem cerca de 360 mil habitantes, 16,5% do total de habitantes da Capital.

entre pares e não pares) em sua sociabilidade no cotidiano de escolar? Qual a influência (positiva e/ou negativa) do espaço escolar no processo de descobertas e vivências da sexualidade?

Sem pretensões de encontrar ou formular respostas, este artigo se propõe a discutir sobre essas interrogativas, pois me parece um caminho que merece se percorrido no sentido de contribuir para a efetivação uma educação escolar, para todos e todas independente do gênero, sexo e orientação sexual.

2. Sexualidades, Homofobia e Escola

A sexualidade é compreendida aqui a partir de concepção construcionista – ou a teoria da construção social – com base em uma abordagem histórica, de compreensão da sexualidade como um construto sócio-histórico e cultural, “construída de forma diferente através da cultura e do tempo” (PARKER, 2001). Nessa perspectiva a polaridade biológico/cultural, é ilusória, já que “nosso patrimônio genético nos oferece possibilidades múltiplas que são exploradas por intermédio de nosso patrimônio cultural, assimilado essencialmente por meio da socialização” (KOSS, 2004). Assim, a partir dessa perspectiva pós-estruturalista, o que está em jogo é o embate entre a associação sexo/gênero, ou melhor, entre o sexo biológico e identidade de gênero³ e orientação sexual. Essa distinção apresenta-se ainda bastante confusa, pois os conflitos e desigualdades decorrentes da homofobia continuam presentes nos mais diversos espaços de sociabilidade dos sujeitos, de modo que, no âmbito da educação formal, as escolas brasileiras e os/as profissionais da educação têm demonstrado bastante dificuldade em estabelecer relações sociais positivas com os jovens LGBT, configurando um cenário de práticas discriminatórias⁴ de violação/negação de um direito constitucional fundamental: a educação.

Instituição de formação e sociabilidade, especialmente dos/as jovens, a escola tem se configurando como um espaço de produção e reprodução das diferenças e com sua dinâmica institucional centrada no disciplinamento insiste em padronizar currículos, práticas educativas, espaço geográfico,

3 Ver Parker (2001); Weeks (2001); Buther (2003); Louro (2004); Bonzon, (2004).

4 Entendidas “como a valorização das diferenças de modo a promover desigualdades ou prejuízos para as partes desqualificadas” (LIONÇO e DINIZ, 2009).

arquitetônicos e os sujeitos, configurando-se como um espaço de produção e reprodução das diferenças, reafirmando as relações sexuais hegemônicas, principalmente, no âmbito das questões de gênero e de orientação sexual⁵. Um exemplo são as dificuldades demonstradas por educadores/as sobre o convívio com LGBT nos ambientes escolares, de modo que preconceitos e atos de discriminação contra a população LGBT muitas vezes são naturalizados e banalizados. Os próprios educadores/as, comumente, consideram estes casos como “brincadeiras”, “coisas sem importância”. Daí, não apenas silenciam, mas colaboram ativamente na produção e reprodução da homofobia (LOURO, 1997; LOIOLA, 2005; JOCA, 2008, entre outros).

Em pesquisa realizada, em 2008, pelo Grupo de Resistência Asa Branca - GRAB com jovens gays e outros HSH, com faixa etária entre 15 e 29 anos, das periferias de Fortaleza⁶ apontou alguns dados sobre as implicações da sexualidade na sociabilidade desses jovens. Dos 100 jovens investigados, 27,2% afirmaram ter sido marginalizado por professores ou colegas na escola em virtude de sua orientação sexual. Questionados sobre Violência, Preconceito e Discriminação os jovens afirmaram que os locais públicos são os principais espaços onde ocorrem as maiores agressões em decorrência de sua orientação sexual (35%), em segundo lugar aparece a escola (28,2%). As principais agressões sofridas são: agressão verbal/ameaça de agressão, por 56,30%; agressões físicas, reveladas por 17,5% e chantagem e extorsão por 15,5%. Os principais agressores foram desconhecidos/as, para 33,0%, seguidos por colegas da escola ou faculdade, relatados por 30,1%, 20,4% por familiares e 3,9% por professores. As discriminações mais relatadas foram terem sido excluídos ou marginalizados de um grupo de amigos ou vizinhos (32%) e por professores ou colegas na escola/faculdade (27,20%). (PEDROSA & CASTRO, 2008).

Percebe-se, neste cenário, uma carência de ações pedagógicas programadas⁷ sobre sexualidade e diversidade sexual na perspectiva do enfrentamento à homofobia nos espaços escolares. As narrativas docentes

5 Ver “*Juventudes e Sexualidade*.” (ABRAMOVAY, 2004).

6 Consultar a obra “*Juventudes Homossexuais e Sexualidades: comportamentos e práticas*” (PEDROSA, Francisco e CASTRO, Camila, 2008).

7 Denomino aqui de “programado” as ações ou atividades educativas previamente programadas a serem desenvolvidas pela escola no processo de ensino-aprendizagem dos/as jovens estudantes. Tais atividades estão de acordo com o que se espera da instituição escolar em relação à formação do/a cidadão/as. (JOCA, 2008, p. 99) b.

sobre as implicações da homossexualidade no ambiente escolar evidenciam que a partir do “assumir-se”, são os jovens LGBT, no acaso⁸, que têm postos à mesa da escola a temática da diversidade sexual. Assim, é através de seus comportamentos, de suas atitudes, ou simplesmente da presença, do corpo que subverte a lógica vigente heteronormativa do gênero e do sexual, que os jovens LGBT exigem da escola e de seus condutores um posicionamento frente à diversidade.

3. Juventudes LGBT e a “Pedagogia Transgressora”

Para a juventude, categoria compreendida aqui numa perspectiva para além da faixa etária, de uma fase da vida, e entendida enquanto diversa, quanto às relações entre pares, lembra Pais (2006), “há ritualizações associadas aos afetos e à sexualidade que produzem, entre os jovens, uma mediação entre desejos, angústias e desilusões”. Desse modo, entre os/as jovens educando, questões relacionadas à diversidade de orientação sexual a fragilidade na sociabilidade torna-se evidente quando Loiola (2001), ao analisar no discurso dos jovens o modo como estes estão concebendo e socializando os saberes quanto ao sexo, sexualidade e orientação sexual identifica que “não há clareza de distinção entre sexo e sexualidade, ambos são tratados como relação sexual; A orientação sexual é concebida de formas variadas, expressadas em três níveis: como opção sexual; como algo pré-destinado e; como coisa do demônio” (LOIOLA, 2001). Acrescenta ainda que

a afirmação da heterossexualidade é indiscutível; As dúvidas existentes sobre a origem da homossexualidade, para os jovens, justifica a omissão de alguns no debate; Mesmo que a maioria dos jovens não concorda com a homossexualidade, todos consideram necessário o respeito a homossexuais; A maioria dos discursos de aceitação da homossexualidade exige distanciamento dos homossexuais. (LOIOLA, 2001, p.77).

8 “O acaso são os acontecimentos oriundos da sociabilidade dos sujeitos no espaço escolar(...). Ao proporcionar a ocorrência do acaso, a sociabilidade dos/as jovens muitas vezes é confundida com ou designada como indisciplina, má conduta, pois essas experiências não são legitimadas nem reconhecidas, pela escola, como aprendizagens significativas, nem positivas para seu desenvolvimento individual e coletivo (JOCA, 2008, p. 105-106) b.

Por outro lado, em seu estudo sobre as manifestações discursivas e/ou comportamentais dos/as jovens em relação à sexualidade humana, especificamente, àquelas referentes à homossexualidade, o autor aponta para o surgimento de uma outra ideologia. Uma “contracultura” pautada na “aceitação das diferenças”, esta, empreendida pelos atores sociais nos grupos organizados/políticos, denominada pelo autor de “pedagogia transgressora”. Esta pedagogia aponta indicadores de uma produção de singularidades, de valorização do outro, do respeito e da necessidade se ser feliz, de modo a desfamiliarizar⁹ todos os significados e sentidos que desconsideram as pessoas e suas subjetividades (Loiola, 2001). No campo coletivo, ressalta, um elemento importante dessa pedagogia tem sido a visibilidade, quando

os sujeitos concretos, minoritariamente concebidos como “anormais” ou “desviantes” e ainda “inversos” em relação à sua sexualidade resistiram e encontraram, também, estratégias para o combate à violência e a defesa da existência da diversidade sexual, de modo que, com uma série de movimentos foram aparecendo na sociedade uma outra configuração, descortinando a moralidade segregadora, pondo em evidência a visibilidade das diferenças (LOIOLA, 2005, p. 139).

Numa dimensão individual, jovens LGBT, na vivência da homossexualidade (ao assumir-se publicamente) na escola, através de suas expressões corporais, de suas subjetividades, têm empreendido no cotidiano escolar essa “pedagogia transgressora”, essa “contracultura”, frente a necessidade do reconhecimento e afirmação de sua identidade sexual¹⁰, pois, conforme observamos em pesquisas anteriores, são os jovens LGBT que têm posto à mesa da escola os saberes sobre a diversidade sexual, questionando assim, a hegemonia heteronormativa do sexual e desvendando, dando visibilidade a outras possibilidades.

9 Ver Spink (1999, p. 27).

10 Para Pais (2005) os jovens, quando vistos enquanto “marginais”, “desalinhados”, transformam esta exclusão em “oportunidade para reafirmarem, exacerbarem, suas identidades”. Ao observar a construção de identidades juvenis enquanto identidades performáticas, o autor lembra que estas são “constituídas como marcas de uma pretensa individualidade. (...) Identidades que são socialmente ritualizadas” (Pais, 2005).

4 – Jovens Gays na Escola: Homossexualidade e Educação

A juventude, entendida como uma fase da vida repleta de descobertas e conflitos se caracteriza também como um momento de experimentação da sexualidade que está diretamente relacionado com a construção de uma identidade. E as possibilidades dessa configuração identitária estão associadas ao modo como os jovens se percebem e percebem o mundo a sua volta, como explica Figueiredo (1998), “reconhecer a sexualidade como construção social assemelha-se a dizer que as práticas e desejos são também construídos culturalmente, dependendo das diversidades dos povos, concepções de mundo e costumes existentes”.

Nesta perspectiva cabe entender de que modo as representações, construídas e vivenciadas, de um Brasil que historicamente tem sido pensado enquanto um país que “permite” inúmeras possibilidades de experimentações sexuais, e ainda como as imagens construídas de uma nação bastante erotizada, tem sido pensada pelos jovens. De que forma determinados dispositivos de sexualidade (Foucault, 2007) são acionados e repercutem nessas representações? E neste caso, como esse processo é vivenciado na formação escolar?

Para isso, a técnica escolhida foi a realização de grupos focais por tem como objetivo extrair dados descritivos de um subgrupo populacional e sua base está na interação que ocorre entre os participantes. Esta técnica pode ser caracterizada também pela obtenção de dados através da construção de grupos, ou seja, pela interação grupal dos informantes que devem trocar ideias entre si, estimulados por um mediador ou modelador (Simão, 2006).

Objetivando a aproximação mais ampla possível de uma representação que contemple a população alvo da pesquisa foi necessário atentar para algumas questões essenciais de modo que os seguintes critérios foram eleitos para a participação no grupo focal: a faixa etária, a situação estudantil – se atualmente está ou não estudando; se concluiu ou não o ensino médio. A equipe articuladora do grupo focal esteve atenta, também, evitando a participação de jovens já integrados às atividades do GRAB, como garantia ao anonimato dos membros e para a construção de um clima favorável à socialização/exposição de saberes e experiências.

É importante ressaltar que a participação voluntária dos membros dos grupos focais iniciou com uma conversa onde os mediadores apresentaram o GRAB e os objetivos dos grupos focais, e em seguida expuseram

informações esclarecedoras sobre questões importantes para a pesquisa, como a necessidade da gravação e a confidencialidade das informações e identidade dos participantes. Em seguida iniciou-se o grupo focal e para o registro das falas foi usado um gravador com o consentimento de todos.

A metodologia utilizada para análise das discussões dos grupos focais contou com o emprego de três categorias analíticas: a dos jovens gays estudantes de escolas públicas da SER I; a dos jovens gays que abandonaram os estudos escolares; e a dos jovens gays que concluíram o ensino médio. A primeira categoria corresponde aos jovens gays que permanecem estudando em escolas e cuja homossexualidade é vivenciada neste ambiente. Inserem-se aqui, portanto, os participantes que, atualmente estão em atividade escolar e que assumem a identidade gay neste ambiente. Na segunda, encontram-se os jovens gays que abandonaram a escola independente de assumir ou não a orientação sexual. Compõem a terceira categoria, os jovens que terminaram o ensino médio, isto é, que permaneceram no ambiente escolar.

De acordo com o foco do estudo, a vivência da homossexualidade no ambiente escolar, o critério-chave para cada uma das categorias foi a permanência ou não no ambiente escolar, o que, por sua vez, nos indica a interferência da sexualidade no processo de formação humana e intelectual dos jovens gays. Para a análise dos grupos focais tomaram-se como elementos de análise os seguintes tópicos ou conceitos-chaves: identidade e comportamento sexual, escola e formação, sociabilidade na escola, educação sexual escolarizada, educação, prevenção e informação. Neste artigo, abordo somente às temáticas direcionadas especificamente a sociabilidade na escola.

4.1. Escola e Formação: A formação escolar e a vivência da homossexualidade

Conforme apontam diversas pesquisas com jovens, mesmo os que abandonaram os estudos, a instituição escola tem um significado importante para alcançar êxito na vida. *A escola pra mim significa tudo! É com ela que eu vou arrumar um bom trabalho, né! (JG02)*. A homossexualidade aparece como um motivo a mais para o investimento nos estudos, no sentido de minimizar as discriminações sofridas. *“Se você deixar de estudar, já por a gente ser homossexual já é muito difícil, a gente já sofre muito preconceito, e você ser um homossexual sem nenhum tipo de conteúdo é pior ainda. (...)*

Por a gente ser homossexuais, a gente tem que se apegar mais a escola.” (JG03). No entanto, apesar do reconhecimento da importância da formação intelectual, alguns jovens demonstram pouco interesse em frequentar a escola, justificado como *“falta de vontade”*.

A vivência da homossexualidade na escola é considerada pelos jovens como *“difícil”* e está permeada por narrativas de violências caracterizadas por atos de agressões moral e/ou física. Xingamentos, deboches e humilhações são as atitudes mais mencionadas pelos jovens e geralmente são cometidos por colegas na escola. *“Olha a vizinha” dela!!! “Aquelas coisas que todos os gays que estudam escutam.*” (JG05). Para Silva (2010), as cenas envolvendo provocações rompem com a noção neutra e impessoal de respeito ao sujeito de direito e a convivência obrigatória conduz a uma forma de hierarquização das diferenças que se manifesta por meio de relações denominadas *“brincadeiras”, “tiração de sarro”* ou, genericamente, *“zoação”*, vista como desrespeito tolerável (SILVA, 2010).

Há o reconhecimento entre os jovens participantes de que a homofobia interfere negativamente no processo de ensino-aprendizagem. Esta situação gera consequências graves para sua formação e ameaça a permanência na escola. Percebe-se, também, que essas agressões ocorrem desde a infância e a reação dos jovens agredidos varia entre reivindicar à escola um posicionamento, por meio de uma ação repressora às agressões, tomar atitudes agressivas ou não reagir à agressão numa tentativa de ignorá-la. Entre as consequências podemos citar: dificuldade de concentração no processo ensino-aprendizagem; pouca participação em atividades coletivas em sala de aula e extra-sala; comportamento agressivo e evasão escolar.

Quase não dá pra prestar atenção na aula (JG20)

Eu já fui expulso de tanto colégio por causa disso! Quando vinham frescar comigo eu metia a peia. O ultimo, eu meti um lápis na mão dele. (JG24)

Os meninos faziam era questão de ficar jogando as coisa em mim, mas eu não tinha coragem de dizer pra diretora. (JG03)

As vezes quando era trabalho em grupo, pra apresentar lá na frente, eu não ia! Eu nunca fiz trabalho pra apresentar lá na frente de todo mundo, porque eu tinha vergonha! Vergonha dos outros debocharem... Por causa da voz, do jeito! Tinha vontade de apresentar, mas só se fosse só mulher eu apresentava o trabalho. (JG05).

Sobre a interferência das questões da homossexualidade no processo de ensino-aprendizagem, a maioria dos jovens considera que interfere significativamente uma vez que a participação em atividade na sala de aula e extra sala muitas vezes é inviabilizada em decorrência das constantes agressões/constrangimentos a eles direcionados. Atividades como as aulas de educação física e atividades culturais são as mais mencionadas quanto a dificuldade de participação em virtude da homofobia escolar.

Eu nunca fui a uma educação física que não era pros meninos brincarem de bola! Mas eu também não brincava! (JG01)

Na semana cultural eu nunca participei porque eu tinha vergonha. Mas só que no penúltimo ano que eu estudei, fui inventar de participar, e eu ficava na sala de exposição vestido de Lampião, mas todo pessoal que passava dizia que era pra eu ter me vestido de Maria Bonita. (risos). Aí depois desse ano eu nunca mais participei também. (JG05)

Observamos, também, uma atitude moralista de alguns jovens ao atribuírem essas agressões ao comportamento dos próprios jovens gays. Reproduz-se aí o discurso heteronormativo que justifica a violência enquanto consequências de suas posturas, por serem “depravados”, “pintosos”: “Se jogar... Ficar se jogando pros boys. Daí eles só querem um motivo pra poder ficar soltando piadinha, chamar de viado” (JG 04).

Esta homofobia internalizada é fruto da reprodução do entendimento de “respeito” numa perspectiva heteronormativa na qual ser gay ou viver a homossexualidade livremente passa a ser uma ofensa, um desrespeito, portanto motivador de agressões, violência. “Lá no colégio é assim... A maioria me respeita. Eu não escuto piadinha de mau gosto, por que eu sei me comportar bem, eu respeito às pessoas e exijo respeito! (JG06).

Esse posicionamento de defesa do “respeito” mútuo defende uma postura do “bom comportamento”, da adequação aos padrões heteronormativos, mesmo que só nos espaços de socialização com os demais e restringindo as expressões da homossexualidade ao gueto: *Tem uns locais, tipo boates, que eu me solto mais... Mas eu tenho respeito ao local, tipo, escola, trabalho* (JG14). Essa perspectiva é combatida com veemência por alguns dos jovens participantes. Enquanto para alguns as causas da homofobia está em ser efeminado ou não - “Você deve sofrer se você for efeminado, porque a bixas machudas não sofrem mesmo não... Porque elas são tudo homem e quem sofre mais preconceito é a mais efeminada. (JG13) -, enquanto para outros

a questão central está em ser gay ou não: *“Nem só quem é pintosa, é quem leva piada e sofre preconceito não! É de todos... Tanto faz... Têm muitas que nem são tão pintosas, mas sempre as pessoas percebem.”* (JG03)

Para alguns, geralmente os que demonstram maior facilidade em assumir a homossexualidade, a estratégia está em ignorar as agressões e tal postura é justificada pelo fato de não ser *“encubado”*, ou seja, de tornar pública a homossexualidade sem constrangimentos. Ao que nos parece, a auto-estima e o empoderamento estão ligados diretamente à resistência no espaço escolar.

4.2. Sociabilidade na Escola: as relações sociais vividas no ambiente escolar

Através das narrativas do vivido no cotidiano escolar dos jovens gays percebemos a ocorrência de atos de discriminação/agressão em virtude da orientação sexual. Os jovens revelam uma série de conflitos onde a orientação sexual parece definidora no processo de sociabilidade vivido na escola. Esses conflitos estão presentes tanto nos espaços formais, programados da escola (sala de aula, atividades culturais, atividades esportivas) quanto nos espaços de socialização dos/as estudantes (nas proximidades da escola, nos intervalos, nos banheiros, no percurso de retorno pra casa etc).

Apesar de revelarem não sofrer discriminação por parte dos profissionais de educação, algumas narrativas demonstram a inabilidade ou falta de compromisso dos/as educadores(a)s em suas intervenções educativas frente às manifestações da homofobia nos espaços de ensino-aprendizagem: *“Eu conversei com o professor e ele disse “eu não tenho nada a ver com isso, vocês resolvam entre vocês dois!”. Então ta certo! (...) Eu conversei com a diretora novamente e ela disse que não podia fazer nada!”* (JG09).

Quanto às relações sociais vividas no ambiente escolar percebe-se algumas dificuldades em estabelecer relações de amizade com os demais, restringindo seus campos de amizade e conseqüentemente diminuindo o interesse em frequentar a escola, uma vez que um dos maiores motivos dos jovens em frequentar a escola é o encontro com os amigos (DAMASCENO, 2001, entre outros). *Eu me sentia humilhado. Eu não andava com as meninas porque as meninas não queriam andar comigo... E eu não podia andar com os meninos porque eles não queriam andar comigo! Aí eu ficava sozinho!* (JG03)

A relação entre homossexualidade e escola aparece nas narrativas enquanto um conflito vivido desde a infância, motivo de desistência dos estudos e evasão escolar, mesmo para aqueles que correspondiam aos padrões estéticos e performáticos da heteronormatividade.

Quando eu descobri que eu era gay mesmo, eu até fiquei com vergonha de ir a escola. Por causa desse meu jeito assim... e tal... (não efeminado) as pessoas acabaram criando aquela imagem de que eu seria homem, e eu percebi que se eles soubessem que eu era gay, eles iam se afastar de mim... (...) Aí eles acabaram criando aquela imagem de que eu seria hétero. (JG11)

Ter sofrido algum tipo de violência - física, verbal e/ou sexual - é considerado pelos jovens um motivo que dificulta de permanecer na escola na escola. *“Eu acho que sim... Muitos têm medo. Quem sofreu algum tipo de preconceito na escola tem medo de voltar e sofrer algum outro preconceito futuramente!”* (JG04). Para aqueles que assumiram a homossexualidade livremente na escola, o que mudou depois de se assumir gay, foi o sentimento e *“alívio”, de “tranquilidade”*.

5 – Algumas Considerações

Diante do exposto, cabe considerar que as desigualdades sociais vividas por estes jovens nas dimensões de gênero, classe e raça, entrelaçam-se às questões da sexualidade, intensificando os obstáculos vividos em seus processos de formação, especialmente, aqueles relacionados à afirmação e reconhecimento dos seus direitos sexuais. As contradições, os conflitos e a reprodução de preconceitos observados em seus discursos são reflexos do cenário social, onde a conquista e o reconhecimento dos direitos sexuais convivem com a perpetuação e reafirmação da heteronormatividade, portanto, a produzir e reproduzir a violência homofóbica nos mais variados espaços de formação da juventude.

Por outro lado, alguns jovens LGBT, na vivência da homossexualidade - ao assumir-se publicamente - por meio de suas expressões corporais, de suas subjetividades, têm empreendido em seu cotidiano uma “pedagogia transgressora”, uma “contracultura”, frente a necessidade do reconhecimento e afirmação de sua identidade sexual, pois conforme podemos observar são os jovens homossexuais que têm posto à mesa os saberes sobre a diversidade sexual, questionando assim, a hegemonia heteronormativa do

sexual e desvendando, dando visibilidade a outras possibilidades de ser e/ou estar no mundo.

Os dilemas percebidos nas narrativas desses jovens enfatizam/ilustram as dificuldades de aprendizagem e a permanência na escola, em decorrência de exposição à situações de preconceito e discriminação diante de colegas e profissionais da educação configurados pela violência homofóbica. O modo como estes jovens anseiam por uma mudança nas relações que envolvem a escola no sentido de serem “aceitos” como homossexuais e de não terem que vivenciar todos os dias situações de violência onde há uma série de desgastes emocionais, conflitos psicológicos que afetam a aprendizagem chegando em alguns casos no abandono escolar. No entanto, a maioria considera a escola muito importante para sua formação, e esperam encontrar nesse espaço um local de respeito, de acolhimento.

Conforme se percebe, a abordagem da sexualidade no espaço escolar envolve não apenas os saberes sistematizados nesse espaço, mas também os adquiridos na formação individual e coletiva dos sujeitos, a partir da absorção de valores sociais e culturais oriundos de suas experiências de vida. No entanto, a abordagem dos saberes da sexualidade e da diversidade sexual na perspectiva do enfrentamento da homofobia na educação formal, a educação sexual escolarizada, ainda apresenta-se como um grande desafio para a educação escolar.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam. CASTRO, Mary Garcia. SILVA, Lorena Bernadete. Juventudes e Sexualidade. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

DAMASCENO, Maria Nobre. Trajetórias da juventude: caminhos, encruzilhadas, sonhos e expectativas. In: DAMASCENO, Maria Nobre; MATOS, Kelma Socorro Lopes de; VASCONCELOS, José Gerardo (orgs.). Trajetórias da juventude. Fortaleza: LCR, 2001.

FIGUEIREDO, Regina (org.). Prevenção às DST/AIDS em Ações de Saúde e Educação. São Paulo, NEPAIDS, 1999.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 1: a vontade de saber. 13ª ed. Rio de Janeiro; Graal, 1988.

JOCA, Alexandre Martins. A Escola e o Trato com a Sexualidade na Formação Educacional da Juventude. In: Respeitar as Diversidades e Combater as Desigualdades – Deus é Menino e Menina. Alexandre Martins Joca, Antônio Crístian Saraiva Paiva, Geovani Jacó de Freitas, Luis Palhano Loiola. – Fortaleza: Gráfica Editora R. Esteves Tipoprogresso Ltda., 2008. a.

_____. Diversidade Sexual na Escola: Um “problema” posto à mesa. Dissertação de Mestrado. UFC, 2008. b.

_____. Educação escolarizada e diversidade sexual: problemas, conflitos e expectativas. In: Desatando Nós: Fundamentos para a práxis educativa sobre gênero e diversidade sexual. Adrinao Henrique Caetano Costa / Alexandre Martins Joca / Luís palhano Loiola (organizadores). – Fortaleza: Edições UFC, 2009;

KOSS, Monika Von. Feminino + Masculino: Uma nova coreografia para a eterna dança das polaridades. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

LIONÇO, Tatiana e DINIZ, Débora. Qual a diversidade sexual dos livros didáticos? In: Homofobia e educação: um desafio ao silêncio / Tatiana Lionço; Débora Diniz (Organizadoras). Brasília: LetrasLivres: EdUnB, 2009.

LOIOLA, Luís Palhano. Coisas Difíceis de Dizer: as manifestações homofóbica do cotidiano dos jovens. 2001. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação – FACED, Universidade Federal do Ceará, 2001.

_____. Diversidade Sexual: para além de uma educação escolarizada. 2005. 189 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação – FACED, Universidade Federal do Ceará, 2005.

_____. Aproximações teórico-práticas em torno da diversidade sexual. In: Respeitar as Diversidades e Combater as Desigualdades – Deus é Menino e Menina. Alexandre Martins Joca, Antônio Crístian Saraiva Paiva, Geovani Jacó de Freitas, Luis Palhano Loiola. – Fortaleza: Gráfica Editora R. Esteves Tipoprogresso Ltda., 2008.

LOURO, Guacira Lopes (org.). Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista; Petrópolis, RJ; Vozes, 1997.

PAIS, José Machado. Buscas de si: expressividades e identidades juvenis. In: Maria Isabel Mendes de Almeida. Fernanda Eugênio (orgs.). Culturas juvenis: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006;

_____. Jovens e Cidadania. Sociologia, Problemas e Práticas, nº 49, 2005, pp. 53-70.

PARKER, Richard. Cultura, economia política e construção social da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

PEDROSA, Francisco e CASTRO, Camila (Org.). Juventudes homossexuais e sexualidades: comportamentos e práticas. Fortaleza: GRAB, 2008.

SILVA, Cláudio Roberto. A igualdade ainda vai chegar: desafios para a construção da “cultura de respeito” aos direitos de cidadania do segmento LGBTT em uma escola pública do município de São Paulo / Cláudio Roberto Silva. São Paulo: s.n., 2010.

SIMÃO, Andréa Branco. O uso de grupos focais em uma pesquisa sobre os comportamentos sexual, nupcial e reprodutivo: reflexões a partir de uma experiência prática. ABEP. Caxambu/MG, 2006.

SPINK, Mary Jane P.; FREZZA, Rose Mary. Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da sociologia social. In: Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas / Mary Jane P. Spink (org.). – São Paulo : Cortez, 1999.

PRÁTICAS DISCIPLINARES NA CULTURA ESCOLAR DO COLÉGIO ESTADUAL DE CAMPINA GRANDE (1953-1959)

Nita Keoma Lustosa de Sousa¹

Introdução

Estudar como a nossa sociedade é – e foi – educada é importante para compreender como nos transformamos no que somos, e como nossos valores sociais e culturais foram construídos e subjetivados ao longo de nossas vivências. Embora a educação esteja em todos os lugares, a escola tem um papel importante no processo formativo do sujeito. Através dos discursos produzidos e reproduzidos, a escola educa os comportamentos e as subjetividades dos sujeitos que por ela passam. Portanto, estudar as práticas educativas escolares é um caminho para compreender parte do nosso processo de produção como sujeitos sociais.

Neste trabalho, buscamos refletir sobre as práticas educativas do Colégio Estadual de Campina Grande durante década de sua fundação (1950), discutindo as fontes pesquisadas a partir das noções de disciplina e corpos dóceis, de Michel Foucault²; pedagogias do corpo, de Guacira Lopes Louro; táticas e estratégias, de Michel de Certeau³; e representação

1 Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
E-mail: nitakeomals@hotmail.com

2 Entendendo disciplina como “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT 2012, p. 133), e Corpos dóceis como “corpos submissos e exercitados”. (FOUCAULT, 2012, p. 133).

3 Entendendo por táticas a “ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio, nem, portanto, com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela ai se insinua. Fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstancias. Ao contrário, pelo fato de seu não lugar, a tática depende do tempo, vigiando para “captar no voo” possibilidades de ganho”, e estratégia como “o cálculo das relações de força que se torna possível a partir do momento em

trabalhado por Tomaz Tadeu da Silva⁴; compreendendo, através das fontes, como essas categorias construía a cultura escolar do Estadual de Campina Grande e interferiam nos sujeitos e nas suas sensibilidades.

Foram utilizados como fontes da pesquisa: os relatos de duas irmãs, ex-alunas do Colégio, cujos nomes serão mantidos em sigilo por questões éticas⁵, sendo representadas pelos pseudônimos Creusa⁶ e Cléo⁷; o relato de um ex-aluno, que também foi professor e diretor do Colégio, que durante a década de 1950 frequentava o Colégio como filho de uma professora, representado pelo pseudônimo Mário⁸; e também fotografias da época.

Sobre o colégio

O Colégio Estadual de Campina Grande foi fundado no ano de 1953⁹, e sua inauguração foi noticiada nos jornais locais como algo marcante para a história da educação campinense. Até os dias atuais, as representações em torno do Colégio, que é popularmente conhecido como Estadual da Prata¹⁰, são preponderantemente positivas. Muito se fala sobre o comportamento “exemplar” das alunas e alunos que estudaram no Colégio, mas as experiências desse processo de educação dos comportamentos são silenciadas. Através das análises das fontes, percebemos que esse processo foi conflituoso, haja vista que as alunas e os alunos resistiram às normas do Colégio

que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um *próprio* por tanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta”. (CERTEAU, 2012, p. 45-6).

- 4 Concebendo o conceito de representação como uma forma de atribuição de sentido [...] um sistema linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado às relações de poder. (SILVA, 2011, p. 6).
- 5 Os nomes dos entrevistados serão substituídos por pseudônimos para preservar seu direito de imagem, assegurados por lei após a Resolução N° 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.
- 6 Creusa foi aluna fundadora do Colégio Estadual de Campina Grande, iniciando seus estudos no ano de 1953.
- 7 Cléo iniciou os seus estudos no Colégio Estadual de Campina Grande no ano seguinte, 1954.
- 8 Mário estudou no Colégio em 1968. Foi professor monitor de Educação Física na Instituição no mesmo período em que foi aluno. Durante os anos 2000, foi vice-diretor do Colégio.
- 9 O Colégio foi fundado no dia 31 de janeiro de 1953 com o nome de Colégio Estadual de Campina Grande. Após a resolução n° 145/1997 do Conselho Estadual de Educação, o Colégio passou a se chamar Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Elpídio de Almeida.
- 10 O Colégio fica localizado no Bairro da Prata, e por isso é popularmente conhecido como Estadual da Prata.

através de pequenas burlas, criando pequenos espaços de liberdade através de suas desobediências, capazes de dinamizar a cultura escolar e inscrever, nos corpos e no seu cotidiano, seus desejos e opiniões sobre as imposições do Colégio.

Forjando os corpos, produzindo subjetividades.

As práticas educativas de disciplinamento dos corpos do Colégio Estadual de Campina Grande estavam presentes desde o currículo oficial ao fardamento e à arquitetura da instituição. Através das estratégias do Colégio em disciplinar, as construções de gênero eram inscritas nos corpos dos alunos e alunas, a começar pela disposição do alunado no Colégio. A ex-aluna Cléo (informação verbal)¹¹, que estudou no Estadual de Campina Grande em 1954, conta-nos que havia uma separação entre as meninas e os meninos: “Naquele tempo eram masculino e feminino, né? Não havia essa mistura. As turmas eram femininas pela manhã e masculinas à tarde. E as turmas não eram grandes”. Esta divisão era uma norma estabelecida pela Lei Orgânica para o ensino secundário de 1942¹² que instruíra:

Art. 25. Serão observadas, no ensino secundário feminino, as seguintes prescrições especiais:

É recomendável que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina. Nos estabelecimentos de ensino secundário frequentados por homens e mulheres, será a educação destas ministrada em classes exclusivamente femininas. Este preceito só deixará de vigorar por motivo relevante, e dada especial autorização do Ministério de Educação.

Incluir-se-á, na terceira e na quarta série do curso ginasial e em todas as séries dos cursos clássico e científico, a disciplina de economia doméstica.

A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1942)

11 Entrevista concedida por CLÉO. **Entrevista II** [maio de 2013]. Entrevistador: Nita Keoma Lustosa de Sousa. Campina Grande, 2013. 1 arquivo .mp3 (1 h 32 min).

12 A Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942 permaneceu em vigor até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no ano de 1961.

Através deste parágrafo da lei citada anteriormente e do relato da ex-aluna Cléo, podemos observar como o currículo da época pensava os papéis para a sociedade. No caso da educação feminina, os papéis eram pensados para a vida doméstica. A separação entre as turmas femininas e masculinas lhes ensinava que estes corpos eram diferentes, assim como os papéis que eles exerceriam na sociedade. Parafraseando Guacira Lopes Louro (2010, p. 17), a “escola pratica a pedagogia da sexualidade através do disciplinamento dos corpos”, e as práticas pedagógicas pensavam a “natureza da personalidade”, e assim as alunas aprendiam as “prendas” do lar, através de disciplinas como Economia Doméstica. Cléo (informação verbal)¹³ nos conta que:

“Dona Eulália, que era professora de Educação Doméstica, também fazia exposição dos álbuns que a gente fazia, os objetos de Economia Doméstica. Ah, meu Deus! Os álbuns de Educação Doméstica que a gente recortava das revistas! Aquelas geladeiras cheias de coisa... [...]. Ah! Era ensinar a pregar botão. É ... fazer bainha. É ... muita coisa de casa. E a gente fazia um álbum com receitas, com as casas que a gente recortava daquelas revistas coloridas. A gente tinha que fazer a sala. Então, a gente fazia a sala. Aí tinha que escrever alguma coisa sobre a sala, e colocava umas figuras...”

Através da disciplina de Economia Doméstica, as alunas aprendiam como deveria ser uma mulher naquela época, e que o seu lugar social seria o lar. Caso as moças se “desvirtuassem” do seu papel para o trabalho, “influenciadas” pelo aprendizado com as letras ou os números, a profissão escolhida deveria estar aproximada da sua “vocação natural” para vida doméstica, como o magistério, a enfermagem, e outros trabalhos relacionados ao ‘cuidar’ do lar.

Enquanto os corpos masculinos também eram educados para exercer papéis na sociedade, as práticas educativas do Colégio preparavam os alunos para a esfera social. Como disciplina específica para os meninos, havia Trabalhos Manuais, através da qual orientavam-se os alunos em direção aos conhecimentos básicos sobre eletricidade, encanação e mecânica, além da educação militar, como pode ser visto abaixo:

¹³ Entrevista concedida por CLÉO. **Entrevista II** [maio de 2013]. Entrevistador: Nita Keoma Lustosa de Sousa. Campina Grande, 2013. 1 arquivo .mp3 (1 h 32 min).

CAPÍTULO V DA EDUCAÇÃO MILITAR

Art. 20. A educação militar será dada aos alunos do sexo masculino dos estabelecimentos de ensino secundário, ressalvados os casos de incapacidade física. Dar-se-á aos menores de dezesseis anos a instrução pré-militar, e a instrução militar aos que tiverem completado essa idade.

Parágrafo único. As diretrizes pedagógicas da instrução pré-militar e da instrução militar serão fixadas pelo Ministério da Guerra.¹⁴ (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1942)

Naquela época, a educação militar correspondia ao interesse do Governo Federal em construir uma nação patriótica, em que os homens eram a força de trabalho e a força militar do País, preparados para defender sua pátria na guerra, e contribuir para que o País prosperasse economicamente.

Pensar a educação escolar masculina também é importante para compreendermos a sociedade brasileira nos dias de hoje, na qual os jovens estudantes da década de 1950 são pais, avôs, educadores, cidadãos que contribuem na reprodução de uma cultura machista que subjuga, reprime, e objetifica os corpos femininos.

Além das pedagogias da sexualidade, o Colégio também educava os alunos e as alunas para a disciplina, e outros mecanismos atuavam sobre esses corpos. O uniforme escolar, por exemplo, agia como uma tecnologia de poder¹⁵ que disciplinava os corpos através do controle e do olhar. Os relatos a seguir nos oferecem elementos para pensar como o Colégio dispôs do fardamento para disciplinar os corpos do alunado:

“Nós respeitávamos (a norma [grifo meu]). A meia era bege. Por exemplo, quando o inspetor de...de... inspetor geral da escola chegava perto da gente, a gente olhava mesmo se tava com aquela meia, daquela cor... Era o detalhe que eu tô dizendo. Porque o diretor ia exigir que a meia não fosse branca, fosse a bege. Porque a farda era um tipo de farda cáqui. Eu tenho um retrato no Estadual da Prata que mostra que a farda era cáqui com detalhes verdes, né? Então, a gente temia, respeitava o diretor, o

¹⁴Decreto-Lei Nº 4.244, de 9 de abril de 1942.

¹⁵Compreendendo como tecnologia de poder, conceito desenvolvido por Michel Foucault como uma modalidade que “determinam a conduta do indivíduo, submetendo-o a formas de dominação e de assujeitamento específicos, objetivando-o enquanto sujeito.” (PAGNI, 2011, p. 24.)

professor, os funcionários, mas dentro de um limite. Não existia o medo. ” (informação verbal)¹⁶

Neste relato, a ex-aluna Creusa nos chama a atenção para o detalhe, aspecto que foi mencionado por Michel Foucault (2012, p. 134) ao tratar da disciplina, que para ele seria: “uma anatomia política do detalhe”. Era através do detalhe que a disciplina era exercida. Nada deveria escapar. Esse exercício despertava em Creusa (informação verbal)¹⁷ o cuidado e a autovigilância: “a gente olhava mesmo se tava com aquela meia”. Ou seja, a eficiência da estratégia do panoptismo¹⁸ é fazer com que aquele que é posto em vigilância se sinta sempre controlado e vigiado, mesmo que não esteja acontecendo. Desta forma, as alunas se autovigiavam e a obediência se mantinha, “o investimento continuado e autônomo do sujeito sobre si mesmo” (LOURO. 2010, p. 22). Esta rigidez sobre o fardamento consistia não somente na docilização do alunado, mas também em manter o “bom” nome do Colégio. Usar o uniforme do Colégio seria como “carregar o peso daquela instituição”, a sua fama e a representação social. Desta forma, “vestidas (os) com o uniforme da escola, os alunos eram a escola! Isso implicava a obrigação de manter um comportamento “adequado”, respeitoso e apropriado, em qualquer lugar, a qualquer momento. ” (LOURO. 2010, p. 19).

Sobre os uniformes masculinos, temos o relato de um ex-aluno do Colégio, que relembra que “primeiramente, se destacava com o seu fardamento, um fardamento muito bonito. O homem parecia o militar de hoje. Então, a manga comprida, a calça comprida, logicamente! Sapato preto, meia preta.¹⁹” Com este relato, percebemos as representações do militarismo, através da educação militar e do uniforme, que inspiravam a obediência e a disciplina. Através desta tecnologia de poder, os alunos subjetivavam os valores que esses símbolos possuíam. O patriotismo era um elemento presente nos currículos escolares da época, em todos os níveis. E a participação das escolas em eventos cívicos era importante para expor à sociedade o

16 Entrevista concedida por CREUSA. **Entrevista I.** [maio de 2013]. Entrevistador: Nita Keoma Lustosa de Sousa. Campina Grande, 2013. 1 arquivo .mp3 (2 h).

17 Idem p

18 Compreendendo por panoptismo um modelo arquitetônico projetado por Jeremy Bentham. Um presídio com uma torre que possibilitava a vigilância de todas as celas e o controle de todos os detentos com o olhar. (FOUCAULT 2012, p. 186).

19 Este relato foi extraído de uma matéria jornalística intitulada, “60 anos Prata” exibida pela TV Itararé no ano de 2015.

trabalho da escola em educar e disciplinar, assim como teatralizar o poder dos governantes. A participação do Colégio Estadual de Campina Grande nesses eventos era esperada pela sociedade campinense que, até os dias atuais, rememoram com ufanismo os seus desfiles durante as comemorações de datas cívicas.

A seguir, temos duas imagens que retratam os desfiles cívicos da época:



Imagem I



Imagem II

As Imagens I e II²⁰ possibilitam observar a relação entre a disciplina e o civismo, assim como refletir sobre as práticas educativas do Colégio Estadual de Campina Grande e as variadas tecnologias que atuaram sobre os corpos do alunado. As filas configuram-se em tecnologias de poder, e estavam presentes no Estadual de Campina Grande, não apenas nos desfiles cívicos, mas no cotidiano escolar, no pátio, nas salas, e vai ao encontro do pensamento de Michel Foucault, ao sublinhar que:

“Na disciplina, os elementos são intercambiáveis, pois cada um se define pelo lugar que ocupa na série, e pela distância que o separa dos outros. A unidade não é, portanto, nem o território (unidade de dominação), nem o local (unidade de residência), mas as posições na fila: o lugar que alguém ocupa numa classificação, o ponto em que se cruza numa linha e uma coluna, o intervalo numa série de intervalos que se pode percorrer sucessivamente. A disciplina, arte de dispor em fila, e da técnica para transformação dos arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações. ” (FOUCAULT, 2012, p. 140-14)

20 Imagem I e II: Desfile de 7 de setembro de 1956. Arquivo: Colégio Estadual Dr. Elpídio de Almeida – Prata.

Porém, através das narrativas de memórias dos ex-alunos e das ex-alunas, podemos conhecer histórias que não estão nas narrativas da história oficial, e que nos revelam as artes de fazer do alunado para burlar as normas do Colégio e atribuir outros significados a essas práticas disciplinares. Creusa (informação verbal)²¹ narra suas memórias sobre os desfiles cívicos em que participou no Colégio Estadual de Campina Grande, e nos apresenta possibilidades de pensar, por exemplo, sobre as representações construídas pelas alunas sobre beleza:

“Olhe, eu nunca perdi nenhum desfile. Nem no Colégio das Damas [colégio em que a aluna estudou antes de estudar no Estadual da Prata], nem do Estadual da Prata. Onde eu estudei, eu sempre gostei de estar nos desfiles. Então, eu até me lembro. Não vou comentar o nome da colega, não. Ela ficava sempre na frente do meu pelotão, porque ela tinha as pernas muito bonitas. Isso era um detalhe (risos). E hoje eu me lembro disso. É ... ela hoje é professora [...] A gente ficava ... dizia que ela era do primeiro pelotão porque tinha as pernas muito bonitas, mas não era isso, não. É porque ela “mesma” queria ser.”

Neste relato, Creusa nos fala a respeito de uma colega que ficava na frente do pelotão por ter as pernas bonitas, um atributo a mais que lhe destacava diante das outras colegas, e que lhe colocava à frente das demais. Nos anos de 1950, os padrões de beleza não eram apenas estimulados em homens, com os exercícios físicos para forjar um corpo forte e viril em um corpo magro e frágil. As revistas de moda femininas e os concursos de *miss* vendiam um determinado modelo feminino de beleza e comportamento. Segundo Louro (2010, p. 17), “o cinema, a televisão, as revistas e a publicidade também exercitam a sua pedagogia do corpo e da sexualidade”.

Embora o Colégio estimulasse um comportamento feminino e masculino embasados na moral e na religião²², os estudantes estavam dispostos a outras formas de disciplinar seus corpos. Creusa relembra sobre uma professora que despertava a curiosidade das alunas por usar dois batons, um escuro e um claro. Certamente, essa professora era um modelo de feminino

21 Entrevista concedida por CREUSA. **Entrevista I.** [maio de 2013]. Entrevistador: Nita Keoma Lustosa de Sousa. Campina Grande, 2013. 1 arquivo .mp3 (2 h).

22 A religião Católica era muito forte no Colégio Estadual de Campina Grande. Podemos perceber através da presença de padres no corpo docente do colégio, entre eles Padre Viana, primeiro diretor dessa instituição.

que despertava interesse e inspirava as alunas. Esse modelo de feminino não era o modelo estimulado pela educação do Colégio Estadual de Campina Grande, porém, nas brechas encontradas na disciplina, os (as) estudantes encontravam espaços para as burlas e para inscrever os seus desejos e suas marcas nos símbolos caros à tradição do Colégio, como nos revela a ex-aluna Cléo (informação verbal)²³:

“Ah! Era complicado, porque a saia tinha umas fitas. Era uma saia cáqui e tinha aquelas fitas. Não podia ficar desbotado. A meia era bege. Se a gente lavasse muito, – naquela época não sei se existia água sanitária, mas usavam outros produtos que ficava branco – não entrava na escola com uma meia branca. Não entrava... tinha que ser meia bege. Tinha exigências frágeis, muito embora tem que ter um certo controle. Deve haver um certo controle, mas era muito rígido. As meninas dobravam o cós da saia pra ficar curtinha no meio da perna. Aí lá vem o diretor. Aí tinha que desdobrar aquele cós pra saia voltar para o lugar (risos), porque a exigência era muito grande com o fardamento.”

No relato de Cléo, ao observar as táticas das alunas em burlar as estratégias disciplinares do Colégio Estadual de Campina Grande, compreendemos que, embora o Colégio dispunha de métodos e técnicas para disciplinar o corpo dos estudantes, até mesmo de forma contínua – quando estes passam a se autovigiar – os mesmos encontram espaços para exercer suas vontades, estimulados por brechas encontradas como “pequenos sucessos, artes de dar golpes, astúcia de “caçadores”, mobilidades da mão de obra, simulações polimorfas, achados que provocam euforia, tanto poéticos quanto bélicos” (CERTEAU, 2012, p. 46). Escondidos dos olhos dos professores e do diretor, as alunas e os alunos construía um espaço de atuação que ia na contramão do modelo de homem e mulher que o Colégio pretendia forjar (indivíduos educados, dóceis, obedientes e submissos às normas). O ex-aluno Mário (informação verbal)²⁴ nos conta uma história em que podemos observar como os alunos conseguiam burlar as normas do Colégio e a disciplina:

23 Entrevista concedida por CLÉO. **Entrevista II** [maio de 2013]. Entrevistador: Nita Keoma Lustosa de Sousa. Campina Grande, 2013. 1 arquivo .mp3 (1 h 32 min).

24 Entrevista concedida por MÁRIO. **Entrevista III** [agosto de 2013]. Entrevistador: Nita Keoma Lustosa de Sousa. Campina Grande, 2013. 1 arquivo .mp3 (1 h 55 min)).

“Eu comecei a ir no colégio em 56, 57, com seis, sete anos. Ela (mãe de Mário [grifo meu]) ia, me levava, e eu ficava lá rodando pelo Colégio. Ela ia dá aula. [...] Eu tinha muito amigo lá, no tempo de N. S.²⁵. Quando eles terminaram o ginásio, eu fui comprar um litro de cana e um pacote de bolacha, pra eles comemorarem lá dentro do Colégio, numa mercearia que tinha lá em frente à Igreja do Rosário. Em 57... Me lembro como hoje... [...] Escondido! Se pegasse, vixe nossa senhora! Se pegasse, naquele tempo, o povo bebendo lá dentro, era expulsa a turma todinha (risos). ”

Como Mário ainda não era aluno da instituição na época, e por ser filho de uma professora, ele tinha certa liberdade de transitar dentro e fora do Colégio. Desta forma, ajudava e “acobertava” os alunos em suas desobediências. Esses casos de indisciplina não eram isolados. A partir dos castigos aplicados em sala de aula pelos professores, percebemos que as burlas também faziam o cotidiano escolar do Estadual de Campina Grande e revelam os conflitos escolares entre a imposição da norma e a resistência dos alunos e alunas.

“O único castigo que a gente vê ainda é quando eles expõem aqueles livros que são cobertos com cáqui, que eu acho que você já viu. É... Que são grandes. E foi feito aquilo ali. Os primeiros, pelo professor Suassuna. Professor Suassuna [grifo meu], foi meu professor lá no Estadual da Prata. É... Era botar zero. E tinha uma história lá do zero cortado, que era um zero feito de... aquele tempo não era caneta esferográfica, era caneta mesmo! É uma cruzinha vermelha no meio. Lá, se você olhar, eu tava dizendo a Janaildo: – qualquer dia eu vou levar ele pra ver – muita gente que a gente conhece hoje tirava zero cortado. Esse zero cortado era mais, – não era resultado de avaliação, de conteúdo – era mais, é... “se você fizer isso, você tira zero”. ” (informação verbal)²⁶

A partir do relato de Cléo, percebemos que nem sempre os alunos eram “dóceis”, e as estratégias dos professores para docilizá-los ocorriam através dos castigos – castigos que, segundo a ex-aluna (que também é professora), ainda são aplicados nos dias atuais. Trazendo essas reflexões para um diálogo com o que pensava Michel Foucault sobre o assunto, o “castigo

25 Referia-se a um político da Paraíba, ex-aluno do Colégio da Prata.

26 Entrevista concedida por CLÉO. **Entrevista II** [maio de 2013]. Entrevistador: Nita Keoma Lustosa de Sousa. Campina Grande, 2013. 1 arquivo .mp3 (1 h 32 min).

disciplinar tem a função de reduzir os desvios. Deve, portanto, ser essencialmente *corretivo*” (FOUCAULT, 2012, p. 173)

Podemos perceber que no Colégio Estadual de Campina Grande durante as décadas estudadas, a cultura escolar era, muitas vezes, construída através dos embates entre as estratégias do Colégio para disciplinar os corpos e as táticas do alunado em burlar essas técnicas que estavam presentes na arquitetura do Colégio, seguindo uma lógica panóptica²⁷, na rotina das aulas, dos horários, na organização espacial dos alunos, no currículo e no fardamento. Para a outra ex-aluna, Creusa, a disciplina do Colégio não é rememorada por ela como algo negativo ou opressor, enxergando nas atitudes do Colégio o exercício da “autoridade sem autoritarismo”, diferentemente de Cléo, para quem essas regras em algumas situações eram “desnecessárias”.

“A gente tem que ver o seguinte: que, às vezes, por um motivo ou outro, o aluno que não podia ir com a farda. E ele ia deixar de ir pra escola? Vamos dizer, ele estava tomando um café, derramou o café, sujou, é.... lavou e não enxugou, porque a farda era pesada. Não era só lavar e botar pra enxugar. Havia uma rigidez. Eu acho desnecessária em determinados pontos, né? Mas que o controle deve haver.” (Informação verbal)²⁸

As memórias de ex-alunos e alunas nos incita a problematizar sobre as possibilidades de a memória contribuir para a construção de outras histórias sobre o Colégio Estadual de Campina Grande, que sempre foi, e é, representado em aspectos positivos, tendo figurado na história do Colégio a imagem de alunos obedientes, respeitosos e disciplinados, mesmo que os processos desse disciplinamento tenham sido dolorosos para as alunas e alunos. É importante refletirmos sobre o que ficou dessa educação nos dias atuais, para que faça sentido estudar as práticas educativas do passado, problematizar os paradigmas do presente e desconstruir essas “verdades”, compreendendo o processo de sua produção.

Através das narrativas das irmãs Cléo e Creusa, podemos analisar como essas ex-alunas – que atualmente são professoras universitárias

27 Compreendendo por panoptismo um modelo arquitetônico projetado por Jeremy Bentham. Um presídio com uma torre que possibilitava a vigilância de todas as celas e o controle de todos os detentos com o olhar. (FOUCAULT, 2012, p. 186).

28 Entrevista concedida por CLÉO. **Entrevista II** [maio de 2013]. Entrevistador: Nita Keoma Lustosa de Sousa. Campina Grande, 2013. 1 arquivo .mp3 (1 h 32 min).

– subjetivaram a educação recebida, e como, na condição e lugar social de docentes, reproduziram (e romperam) com essas práticas. Creusa (informação verbal)²⁹ nos conta que “existia autoridade sem o autoritarismo [...]”. Nós tínhamos os professores, é claro! Não é hoje, como existe uma liberdade total. Não exista isso! Nós respeitávamos”. A ex-aluna reconhece que o Colégio exercia autoridade sobre os alunos, mas não o autoritarismo, enquanto sua irmã Cléo (informação verbal)³⁰ acredita que a rigidez do Colégio era, muitas vezes, desnecessária, assim como insensível:

“Eu lembro bem. No segundo ano do ginásio, o professor ensinou lá números relativos e eu não entendi. [...] Eu disse: não entendi isso aí, não. Ele disse: “o colégio estadual não vai fechar”. Ele não repetiu, ele não parou, ele disse somente: “o estadual não vai fechar”, como quem diz: seja reprovada e o ano que vem eu estarei aqui esperando. “

Se confrontarmos o relato de Cléo com o de Creusa, percebemos que a fronteira entre o lugar de professores e o de alunos era bem maior do que afirma Creusa. Confrontar esses relatos não significa desautorizar as falas e as representações das ex-alunas sobre a educação do Colégio Estadual de Campina Grande, mas pensar como essas práticas foram subjetivadas, sendo elas professoras com experiências distintas às experiências de seus ex-professores. Ambas defendem a disciplina, pois acreditam que este método deve atuar até nas relações entre os professores e os alunos, que, segundo elas, são construídas em cima de uma “liberdade total”.

As ex-alunas formaram-se professoras, mas não deixaram o lar, casaram-se e constituíram famílias dentro do modelo burguês. É o que podemos perceber nesta fala de Cléo (informação verbal)³¹: “É o seguinte, a gente... Aquelas velhinhas da feira, elas disseram que a gente é para o que nasce. Eu nasci pra ser professora! Ou professora, ou cozinheira.”. Para Cléo, sua profissão está relacionada ao seu “dom natural”, porque ela nasceu para o magistério e para a cozinha. Pensamento, contudo, concernente com os discursos de “vocação natural” para a maternidade e para o lar, fortemente

29 Entrevista concedida por CREUSA. **Entrevista I** [maio de 2013]. Entrevistador: Nita Keoma Lustosa de Sousa. Campina Grande, 2013. 1 arquivo .mp3 (2 h)

30 Entrevista concedida por CLÉO. **Entrevista II** [maio de 2013]. Entrevistador: Nita Keoma Lustosa de Sousa. Campina Grande, 2013. 1 arquivo .mp3 (1 h 32 min).

31 Entrevista concedida por CLÉO. **Entrevista II** [maio de 2013]. Entrevistador: Nita Keoma Lustosa de Sousa. Campina Grande, 2013. 1 arquivo .mp3 (1 h 32 min).

presente no início do século XX, e bastante difundido na educação feminina. São discursos que contribuíram para a produção da Família Burguesa, e cujo modelo deveria ser seguido pelas famílias brasileiras.

Nesse sentido, entendemos que a educação escolar do início do século XX foi canal de reprodução desses valores burgueses, e ainda encontramos resquícios desse projeto político-social na educação escolar no século XXI. A partir dessas premissas apresentadas neste trabalho, podemos concluir que, dado a importância da educação escolar na construção da sociedade, cabe a nós, educadores, refletir sobre nossas práticas educativas, trilhando caminhos que nos levem a uma educação que possibilite interrogar e suspender esses modelos impostos como verdades, no sentido da emancipação e da formação dos sujeitos, combatendo os conteúdos que se constituem em interditos, para que a condição feminina possa ser reescrita nas páginas e no conteúdo dos livros didáticos, nos discursos e no currículo.

Referências

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2012.

Câmara dos Deputados. DECRETO-LEI Nº 4.244, DE 9 DE ABRIL DE 1942. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2015.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 40 Ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

Imagem I: Colégio Dr. Elpídio de Almeida-Estadual da Prata. Disponível em: <<http://www.colegiodaprata.xpg.com.br/>>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2015.

Imagem II: Colégio Dr. Elpídio de Almeida-Estadual da Prata. Disponível em: <<http://www.colegiodaprata.xpg.com.br/>>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade / Guacira Lopes Louro (organizadora); Tradução de artigos: Tomaz Tadeu da Silva - 3. Ed. - Belo Horizonte: Autentica Editora, 2010.

PAGNI, Pedro Angelo. **O cuidado de si em FOUCAULT e as suas possibilidades na educação; algumas considerações**. In; Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito. Luiz Antônio Francisco de Souza, Thiago Teixeira sabatine e Boris ribeiro de Magalhães, organizadores. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença**. 2011.

TV Itararé. 60 anos Prata. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UfXDuNmDNF4>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2015.

INTERPOSIÇÕES RELIGIOSAS CRISTÃS FRENTE À EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE COMO POLÍTICA DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DO RECIFE

Regina Bezerra de Gouveia¹

Newton Darwin de Andrade Cabral²

Resumo

Este artigo aborda as questões da Educação em Sexualidade e da Formação Pedagógica ancorado na Política de Ensino da Rede Municipal do Recife à partir das Ciências da Religião num contexto de interposições políticas, fruto de representantes religiosos/as presentes no legislativo, refletindo sobre as contribuições que essas perspectivas podem apresentar para futuras pesquisas e para o atual posicionamento político-pedagógico. Diante da crescente onda de repressão no âmbito brasileiro que tem reverberado em Recife, no campo educacional em relação à Educação em Sexualidade, optamos por adotar como parâmetros para refletir sobre o contexto atual brasileiro as teorias da sociologia, da história, da religião e dos estudos sobre sexualidade.

Palavras-chave: Educação em Sexualidade, religião, Formação pedagógica.

1 Licenciada em Pedagogia (2010) pela Universidade Estadual do Vale Acaraú, Especialização em Educação de Jovens e Adultos (2011) pela Faculdade Francinetti do Recife, mestranda em Ciências da Religião (2015) na Universidade Católica de Pernambuco.

2 Doutor (2001) e Mestre (1993) em História, ambos pela Universidade Federal de Pernambuco. Licenciado em Filosofia (1984) pela Universidade Católica de Pernambuco, da qual é Professor Adjunto IV, integrante dos colegiados da Graduação em História e do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião (Cursos de Mestrado e de Doutorado).

Introdução

A história das religiões e as narrativas sociológicas revelam que a utilização dos aparatos políticos pela religião não é um fenômeno novo, incipiente segundo STEARNS (2010). Em diferentes épocas da história humana, as religiões categorizadas como oficiais – mais adequado seria chamá-las de hegemônicas – perpetraram políticas alicerçadas em elementos de crença/fé e caminharam amparadas por poderes políticos que proclamavam decretos e leis [que foram consideradas corretas para a época e atualmente muito criticadas no âmbito dos direitos humanos, sendo consideradas não democráticas e injustas] como pressupostos divinos, e por isto, inquestionáveis.

Protegidos pelo caráter heteronômico, ortodoxo, comum ao campo religioso, muitos erros foram cometidos, hoje considerados crimes contra a humanidade; ações foram cometidas apoiadas pela fé ou em nome dela, a exemplo da inquisição, da escravidão e do extermínio indígena no Brasil. Do mesmo modo, operou as religiões cristãs no tocante à sexualidade. A religião sempre se ocupou em regular, normatizar, silenciar as expressões sexuais, principalmente com relação às práticas em que não há função reprodutiva, reservadas ao puro prazer (ENDJSO, 2014). Isso ocorre munidos de diferentes interesses, não apenas de ordem religiosas e morais que implantam valores polarizados, mas envolvem outros interesses como assevera Fleuri (2013, p13) sobre as ações religiosas na sociedade:

“Este é um problema extremamente complexo porque tais atitudes, costumeiramente, não carregam motivações exclusivamente religiosas, mas agrega razões de ordem econômica, social, política e cultural, variáveis a cada experiência histórica.”

Como defende Peter Berger (2004, p. 112)

“a religião aparece na história, quer como força que sustenta, quer como força que abala o mundo. Nessas duas manifestações ela tem sido tanto alienante quanto desalienante”.

Assim, a religião é um fenômeno que harmoniza os seres humanos e equipara de sentidos a vida em sociedade, como também tem a capacidade de cercear direitos, provocar dor como defende Fleuri (2013, p.14):

Deste modo, crenças religiosas podem ser utilizadas para produzir *cegueiras*, endossar lógicas opressivas e exploradoras,

subverter sentidos, alienar pessoas em favor de desejos particulares, movendo/alterando a vida cotidiana, destruindo, mutilando, silenciando mundos e vidas.

Diante da ampla competência, a religião também deve ser refletida e compreendida como agencia cultural e social, capaz de promover o acolhimento da diversidade onde todas e todos se vejam como sujeitos, integrantes da escola, da sociedade, dos direitos e deveres, como reflexo do processo da secularização defendido pela perspectiva sociológica de Berger (2004, p. 119), “o processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos”.

A partir de então os fenômenos religiosos com um caráter mais individual, pode ocasionar processos de respeito às identidades plurais.

Sexualidade e docência são gramáticas dialógicas?

Partindo do conceito de sexualidade, defendido por Louro (2007) como um componente estruturador que responde pela busca e produção de prazer-saúde e bem-estar, a sexualidade segue no **dever** dialógico.

Sendo constituído e desenvolvido desde a vida intrauterina, segue nas diferentes fases da infância, segundo Freud (1976). Estando também presente nos processos da adolescência, vida adulta e no envelhecimento até a morte, como fenômeno complexo, delineado numa trama com construtos fisiológicos, psicológicos, culturais, cognitivos, econômicos, religiosos e políticos que produzem intersubjetividades. A sexualidade não é elemento desvinculado do ser humano, dos processos sociais, educacionais e formativos. Assim sua relação é intrínseca à docência, inseparável das/dos discentes, aderente aos diferentes segmentos e sujeitos envolvidos na educação.

Nessa perspectiva, diferentes instrumentos legais recomendam/orientam a Educação Sexual no âmbito educacional brasileiro, a partir de estudos e debates em diversos grupos sociais, acadêmicos e científicos.

Cientes da dimensão da sexualidade e do desconhecimento envolvendo seus correlatos aspectos e do princípio educacional que visa promover oportunidades para o crescimento e a formação como direito constitucional, a educação deve assegurar e garantir subsídios para que crianças, jovens, adultos e idosos tenham acesso ao conhecimento e aos princípios

democráticos que respeita as identidades sexuais em suas singularidades, inspirando uma vivência na sociedade baseado na alteridade.

Dentre os instrumentos que fundamentam a educação em sexualidade, consequentemente a formação docente, destacamos os citados por Machado e Piccollo (2010):

“Na condição de tema transversal das políticas sociais públicas, a categoria “diversidade sexual” e seus correlatos estão presentes em vários documentos nacionais, como: Parâmetros curriculares nacionais – temas transversais, Programa Brasil sem Homofobia, Dossiê saúde das mulheres lésbicas e II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Segundo tais documentos, a inserção da discussão sobre diversidade sexual, juntamente com o tema mais amplo da sexualidade, principalmente nas políticas de saúde e de educação, têm como objetivos dar visibilidade a tais questões, além de promover a equiparação dos direitos sociais e a superação da violência e da discriminação em função da identidade e da orientação sexuais.” (Machado, Piccollo, 2010, p. 211)

A partir do final do século XX a sexualidade ganha acentuada ênfase nas pesquisas acadêmicas, portanto, aqueles que estão nesses espaços têm oportunidade de acessar e dialogar com seus correspondentes temas.

Mas os/as educadores/as que em sua formação não tiveram essa oportunidade, pois em sua época o tema ainda não era discutido nem apresentado claramente no currículo, precisam ser impulsionados/as a partir da formação continuada, para compreender melhor a realidade sexual presente nos espaços educacionais em todos os níveis de ensino, a refletir conceitos, práticas e rever a forma que lidam com acontecimentos violentos/discriminatórios relacionados à sexualidade.

Isso porque, por muito tempo, quando a questão era sexualidade e educação no Brasil permaneceu a orientação pelo silêncio, produzindo a censura e o não-dito. Isso é ratificado por Novena (2010, p.23) ao afirmar que

“esse “silêncio ameaçador” faz parte da produção de uma política do silêncio que atua tanto através da instalação da censura, ou seja, “aquilo que é proibido dizer em certa conjuntura”, como também, através da produção de um silêncio constitutivo que atua de maneira mais sutil e complexa, pois, instala “a censura” através da inclusão do não-dito;” é preciso não dizer para se poder dizer”.

Relativo a essa questão, Lionço (2009, p.122) expõe:

“Esse silêncio não é um vazio, mas funda um campo de significação heteronormativo que naturaliza o binarismo de gênero sexista e heterossexista, por meio do apagamento de outras formas de expressar o gênero e viver a sexualidade. Essa é uma dimensão produtiva do silêncio, de uma política na qual não falar de diversidade sexual impregna os sujeitos de uma gama de sentidos heteronormativos sobre as possibilidades (legítimas e ilegítimas) de sexualidade e de afeto.”

A questão que se levanta crucial para alcançar este aspecto é a formação das/os educadoras/es que caminha com muitas deficiências de acordo com Marques (2009, p.73), que acrescenta:

“Merece destaque que nós professores, em nosso país, não somos formados na perspectiva da equidade entre os diferentes grupos sociais e muitas de nossas práticas não são refletidas sob esta perspectiva, favorecendo o desenvolvimento de atitudes excluídas e entre os próprios professores.”

Por essa razão, a ênfase deve ser em torno da formação docente e do diálogo sistemático com a comunidade escolar e a sociedade, além de garantir um currículo que contemple as diferentes identidades (ARROYO, 2014). Principalmente no sentido de esclarecer distorções que deslegitimam a educação em sexualidade.

Objetivamos socializar a experiência enquanto integrante do Grupo de Trabalho em Educação em Sexualidade na equipe de formação e na escrita da Política de Ensino da Rede Municipal de Recife.

Política de Ensino da Rede Municipal do Recife e os caminhos da formação docente.

A formação em sexualidade ocorria na rede municipal do Recife desde 1996 quando foi constituído o Grupo de Trabalho de Orientação em Sexual – GTOS³. Esse GT atuava fundamentado na perspectiva dos temas transversais.

3 O Grupo de Trabalho em Orientação Sexual, que inicialmente incorporou esta nomenclatura, com a escrita da Política de Ensino optou pela nomenclatura Grupo de Trabalho de Educação em Sexualidade - **GTES** termo que vem sendo empregado pela UNESCO (2014, p. 11)

O GT Realizava, ações formativas nas unidades educacionais, seminários, cursos e palestras. Em 2012, nos preliminares debates em torno da elaboração da Política de Ensino da Rede (RECIFE, 2014), a sexualidade também fez parte dessa discussão. Finalmente em 2014 esta ação processo toma vida, em um processo democrático, dialógico, dialético. Uma comissão foi formada, os estudos fomentados. Seguiram-se inúmeras reuniões, promovidas com a aderência de diversos segmentos da Secretaria de Educação do Recife. Este documento foi celebrado com princípios democráticos, norteadores para a garantia dos direitos humanos.

No eixo 'Diversidade' da Política de Ensino, está presente a Educação em Sexualidade que vem sendo desenvolvida pelo Grupo de Trabalho de Educação em Sexualidade – GTES.

Direitos de aprendizagem em sexualidade.

Os Direitos de Aprendizagem em Sexualidade estão presentes desde o livro de Fundamentos Teóricos, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial, até a Educação de Jovens, Adultos e Idosos/as.

Nestes títulos são apresentados os Direitos de Aprendizagem a partir de três eixos temáticos, que compreendem: 1) corpo: concebido como um todo integrado que inclui a dimensão biológica com seus sistemas interligados; – a dimensão psicológica – com os sentimentos e sensações de prazer e desprazer; – e, a dimensão social – com a participação dos elementos culturais e históricos na construção de sua percepção; 2) relações e justiça de gênero: refere-se ao respeito às diferenças em relação aos atributos, papéis e vivências que expressam o que significa serem homem e mulher na vida social, para além da heteronormatividade e das fronteiras de gênero; e 3) diversidade sexual: refere-se às diversas possibilidades de existir na sexualidade, considerando as identidades sexuais e de gênero.

Essa produção representa uma postura política e pedagógica de extrema urgência mediante inúmeras violações de direitos, tanto na sociedade como nas escolas, no tocante às questões relativas à sexualidade e suas expressões. Neste documento estão fundamentadas as diretrizes da Educação em Sexualidade para Rede Municipal do Recife em busca da garantia dos Direitos de Aprendizagem em Sexualidade na educação, processo esse que vai em sintonia com a Constituição Federal que defende o Direito à Educação para todos/as, independente de raça, classe social, religião, gênero e orientação

sexual, bem como com outros documentos como: Princípios de Yogyakarta (2007), Orientações Técnicas de Educação em Sexualidade para o Cenário Brasileiro da UNESCO, 2013, BRASIL (1989; 2010).

Mediante a escrita e publicação da Política de Ensino, a direção a seguir é focar na formação docente, além de promover o debate com toda comunidade escolar.

Com as formações efetivadas em 2015 tivemos oportunidade de perceber nas narrativas docentes, diversas representações sobre a Educação em Sexualidade. Desde aquelas que indicavam a necessidade de ampliar as formações a todos os elementos humanos presentes na escola, como às que expressavam resistência à temática, por inexperiência para lidar com o tema ou por questões religiosas. De modo geral, as avaliações são positivas e estimulantes a seguir ampliando e compartilhando de diferentes cosmovisões a respeito da sexualidade. Em 2016 o GTES tem promovido o debate sobre sexualidade com diversos segmentos da rede municipal de educação do Recife.

Entretanto, os desafios são reais e incidentes, principalmente com a interposição de políticos, com declarada pertença religiosa cristã, nas questões sociais, nas políticas públicas, interferindo nos processos educacionais em todo país. A presente atuação da “bancada evangélica” no cenário nacional é majoritariamente marcada pelos discursos de ódio, intolerância, exclusão, preconceitos. Em 2015, presenciamos uma enxurrada de ações de caráter repressora às temáticas da sexualidade na educação. Houve em Pernambuco a defesa da eliminação do Plano Estadual de Educação – que estava em tramitação na Assembleia – de todos os tópicos relativos à educação sexual, bem como às questões relativas à formação continuada dos/as profissionais de educação, sobre gênero, diversidade e orientação sexual, sendo aprovadas sem referência as questões de gênero e diversidade sexual.

Já o Plano Municipal de Educação, que foi aprovado em 22/06/2015 na câmara, teve suprimido as propostas relativas a gênero e diversidade sexual, em função da rejeição da bancada evangélica. Atualmente em tramitação há o PLO 26/2016 - PROJETO DE LEI ORDINÁRIA, do vereador Carlos Gueiros - PSB, que visa proibir em todas as unidades escolares da rede de ensino público do município, a utilização de livros e outros meios definidos que versem sobre a ideologia de gênero ⁴e a diversidade sexual.

4 Ideologia de Gênero- termo utilizado por grupos religiosos cristão fundamentalistas/extremistas que adere a esta expressão (gênero) um caráter negativo, pejorativo, cheio de distorções que não

Alcançando espaços estratégicos de poder (FOUCAULT, 1986) e decisão política como no legislativo, esses representantes religiosos fundamentalistas, apropriados do discurso doutrinário, teológico, usam a religião e não a ciência, para incitar a exclusão e a fixação das diferenças como desigualdades, marginalidade, ofensa ou como ameaçador da ordem, naturalizando as divisões sexuais de poder/raça/gênero.

Esses discursos pautados no sagrado, com narrativas religiosas e fundadas como divina, segundo Fleuri (2013) incitam a exclusão, a opressão e o ódio que reflete na sociedade ao longo do tempo, alcançando neste momento índices alarmantes.

Assim, se faz necessário ampliar o debate sobre sexualidade, educação religião e política.

Ao lado da Educação, as Ciências da Religião têm grande contribuição nesta seara por diferenciar a distorção da religiosidade que reverbera para o fundamentalismo/fanatismo e o princípio da alteridade que deve nortear religiosos/as e aqueles/as que não professam uma religião para promover um diálogo permanente em busca dos direitos humanitários (TEIXEIRA, 2003).

É inegável a importância da religião e seu construto social e histórico que faz interfaces com a educação e demais instituições sociais. Ao longo da história da humanidade a religião tem papel fundante, marcado por eventos libertários e outros sanguinários (STEARNS, 2010). Se por um lado pessoas se apropriaram de um discurso religioso para promover a opressão, o ódio e a exclusão, outros apresentam uma postura e ação religiosa que agrega a diversidade, a justiça e a participação social. Não se pode reduzir o princípio religioso à mesquinhez de pessoas equivocadas, bélicas e opressoras que fazem uso dos aparelhos e simbolismos religiosos para disseminar a violência e satisfazer a seus interesses.

Entendemos ser um equívoco considerar que devem permanecer em trincheiras oponentes a religião e a sexualidade. De fato sempre houve entre ambas uma estreita relação, por vezes espinhosas. As religiões sancionam, aprovam, reprovam roteiros, padrões e práticas sexuais, ora punindo ou premiando seus seguidores em função da sexualidade segundo Endjso (2014).

Porém, consideramos a diversidade de estruturas, padrões e concepções a respeito da sexualidade e suas práticas sexuais/eróticas atreladas às diferentes religiões uma indicação de que o discurso universalista dos/

representa os Estudos de Gênero.

as intolerantes religiosos/as um terreno legitimamente questionável. Consolidando a gramática da sexualidade e da religião um campo precioso para pesquisa e debate.

Em 2015, diante deste cenário nacional, buscamos ingressar no Mestrado em Ciências da Religião – UNICAP com objetivo de pesquisar as Representações Sociais dos/das educadores/as da rede municipal de educação de Recife a interface representativa entre religião e homofobia, a partir da experiência da formação continuada.

A atual configuração política reivindica esforços e posicionamentos políticos que defendam e promovam uma educação que respeite a diversidade e a construção de uma sociedade justa e democrática.

Reafirmamos pelas palavras de (FLEURI, 2013, p.56) que:

“Apenas com uma educação *em/para/com* direitos humanos pautada na ética da alteridade construiremos uma *cultura de paz* e uma sociedade na qual todos os seres vivos devem ter seus direitos assegurados e garantidos.”

Isso será perfeitamente possível pelas vias do diálogo entre as diversas identidades religiosas, não-religiosas, sexuais, de gênero, étnicas e políticas.

Conclusões

A análise documental, tanto da Política de Ensino, dos Planos de Educação, quanto das avaliações das formações realizadas em 2015, possibilitou um olhar panorâmico, no qual fica claro a necessidade do debate/diálogo com a sociedade a fim de superar um desafio legítimo: garantir a Educação Sexual e romper com os silenciamentos e as violações de direitos na Educação. É possível (re)educar a religião, construir um pensamento religioso que respeite o jogo democrático e a laicidade para governar, que avance na compreensão da sexualidade, reconhecendo o saber das ciências nesse campo.

Esta pesquisa prossegue em andamento em função da pesquisa de Mestrado em Ciências da Religião – UNICAP.

Referências

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa** /Miguel G. Arroyo. – 5. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BERGER, P. L. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. 5. ed. São Paulo: Paulinas, 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 5º Ed. 1996. 2010.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos**: apresentação dos temas transversais. Brasília: MECSEF, 1998.

LOURO, L. Garcia. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade** / 2. ed., 3ª reimpressão — Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FREUD, S. **Três ensaios para uma teoria sexual**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Obras Completas).

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 6 ed. Tradução e organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FLEURI, **Diversidade religiosa e direitos humanos: conhecer, respeitar e conviver** / Reinaldo Matias Fleuri ... [et al.] (orgs). - Blumenau: Edifurb, 2013.)

MACHADO, Maria das Dores Campos. PICCOLLO, Fernanda Delvalhas. (Orgs). **Religião e homossexualidades** – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. 268 p. – (Análises sociais contemporâneas).

MARQUES, L.R. M. **Protagonismo escolar em diversidade, diferenças e direitos**. In: SCOTT, P. LEWIS, L. QUADROS, M. T. Gênero, diversidade e desigualdades na educação: interpretações e reflexões para formação docente. Recife, Ed. Universitária, 2009.

NOVENA, N. P. **A sexualidade na organização escolar**: narrativas do silêncio. Recife: EDUPE, 2011

RECIFE. Secretaria de Educação. **Política de ensino: educação de jovens e adultos**/ organização: Élia de Fátima Lopes Maçaira, Jacira Maria L'Amour Barreto de Barros, Katia Marcelina de Souza. – Recife: Secretaria de Educação, 2015. 236 p.: il. (Política de Ensino da Rede Municipal do Recife, v. 5). <http://www.recife.pe.gov.br/efaBRASILerpaulofreire/sites/default/files/JovenseAdultos.pdf>

STEARNS, Peter N. **História da sexualidade** / Peter N. Stearns; Tradução Renato Marques. – São Paulo: Contexto, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

TEIXEIRA, Faustino. **O diálogo inter-religioso na perspectiva do terceiro milênio**. Horizonte, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 19-38, 2º sem. 2003.

Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/596/623>. Acessado em 10/05/2016

<http://www.alepe.pe.gov.br/2015/06/12/plano-de-educacao-cleiton-collins-volta-a-criticar-pontos-do-projeto/>. Acessado em 12/05/2016

<http://www.recife.pe.leg.br/noticias/camara-aprova-plano-de-educacao/>. Acessado em 12/05/2016

A CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL: EXPERIÊNCIA, ESTRUTURA E GÊNERO. UMA HOMENAGEM A ELIZABETH SOUZA-LOBO

Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho¹

Resumo

O presente trabalho visa resgatar a importância dos estudos de Elizabeth Souza-Lobo no debate acerca do gênero e o mundo do trabalho, sobretudo, neste ano em que se registram os 25 anos de seu desaparecimento neste estado em circunstâncias no mínimo curiosas. Partindo de Souza-Lobo e daquelas que serviu de base para seus estudos aliando novas teses, sobretudo, as bascas, passando pela alteração do mundo do trabalho no Brasil e ao conceito de Intersecção presente em toda a obra de Kimberlé Crenshaw. O homem vem perdendo espaço em comparação aos estudos dos anos de 1970, entretanto a mulher ainda está na disputa social para o acesso em condições de igualdade dos espaços laboral, social, cultural e político, muito tem se avançado, entretanto, como se repete na história, depois de enormes avanços experimentamos retrocessos até pouco tempo inimagináveis, como por exemplo, depois de avanços sociais e conquistas de minorias nos governos do Partido dos Trabalhadores, experimentamos em um processo totalmente precário e inseguro juridicamente, vimos através de processo de impeachment politizado o afastamento da primeira mulher presidenta da República e em seguida depois de mais de uma década, no governo provisório um ministério totalmente formado por homens e brancos, simbolizando de forma clara que a contraofensiva nos avanços sociais e de gênero

¹ Doutorando em Sociedade Democrática, Estado e Direito – UPV/EHU – Universidade do País Basco – Espanha. Mestre em Sociedade Democrática, Estado e Direito – UPV/EHU – Universidade do País Basco – Espanha. Professor de Direito Constitucional, Teoria Constitucional e Ciência Política da Faculdade Estácio de Natal. Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Rio Grande do Norte. Membro da Comissão Nacional da Verdade – Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

fora dada. Neste cenário político tem-se observado que o pensamento reacionário toma maior fôlego, com proporções superiores ao início dos anos de chumbo, na história recente de nosso país, a mulher se vê mais uma vez buscar seu espaço frente a cultura social brasileira totalmente machista e preconceituosa, se valendo inclusive de condutas sociais reproduzidas que acentuam e demonstram os frutos desse desequilíbrio. Nos dias em que vimos uma ode dos bons moços às mulheres “belas, recatadas e do lar” no forço a atuar de forma mais rígida na sociedade real brasileira, ao invés da elite, nas favelas; ao invés das novelas, nas delegacias, analisando este fenômeno importantíssimo da transformação de nosso país, dando-lhe um projeto de nação inclusivo e garantidor do respeito às diferenças e manutenção das ações afirmativas e direitos sociais.

Após 25 da morte em condições no mínimo curiosas de Elizabeth Souza-Lobo, professora da UNICAMP e autora de “A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência” (1991), escrito após pesquisas realizadas na década de setenta considerando a base teórica em sociologia do trabalho e suas vivências do chão de fábricas no ABC paulista, volta-se ao debate acerca do trabalho e sua divisão por gênero, por óbvio Elizabeth Lobo nos faz imensa falta, o título deste artigo é o mesmo de sua última conferência realizada na UFPB – Universidade Federal da Paraíba em 1991, ano de seu “desaparecimento” em um acidente que também ceifou a vida da militante feminista e líder rural de Alagoa Grande, Maria da Penha Nascimento Silva, figurinha constante no álbum das pessoas “marcadas para morrer” amplamente divulgada pela Comissão Pastoral da Terra – CPT da Igreja Católica.

Aliás, vários “acidentes” ocorreram neste período, além deste o acidente que vitimou o ex-guerrilheiro do Araguaia Glênio Sá em campanha para o senado pelo Rio Grande do Norte meses antes, *modus operandi* que Cláudio Guerra em Memórias de Uma Guerra Suja, relata ter sido usado pelos asseclas do Regime Militar mesmo depois da “redemocratização”.

No clima antidemocrático no Brasil serviu de combustível para a elaboração do conceito de gênero influenciada por antropólogos e sociólogos embasados no momento histórico do Movimento Feminista. Tendo com preliminar a definição “sexo social” em clara contraposição ao conceito natural-religioso do ser biológico.

Para edificarmos qualquer estrutura acerca da questão de gênero nos últimos 14 anos no Brasil se faz necessário à análise da base teórica que deu origem a categoria analítica de gênero, pensadoras como Joan Scott, Teresa de Lauretis, Judith Butler, Jane Flax, Souza-Lobo e nos nossos dias Arantxa Elizondo Lopetegui e Kimberlé Crenshaw.

Advindo de Jane Flax, e já sedimentado nos estudos da área, as relações de gênero é englobada como categoria de relações sociais, sendo, tal categoria, relacional; ou seja, formada por partes interdependentes que se relacionam entre si. Sendo assim, por meio da articulação das categorias gênero e trabalho, as atividades desenvolvidas por homens e mulheres perante a esfera produtiva é viável, uma vez que se adota, aqui, o caráter relacional e estruturante das relações de gênero. Ao utilizar-se a perspectiva analítica relacional empreendida por Flax, pretende-se visualizar o universo

feminino e masculino frente aos segmentos do trabalho, tornando a análise mais abrangente ao não se restringir o foco interpretativo a um dos sexos.

Evolução feminina no mercado de trabalho

Ao longo dos tempos os homens dominavam os lares e eram os responsáveis por amparar de todas as forma a família. Ficando as mulheres responsáveis aos serviços de menor valor nesta estrutura social (domésticos e filhos). Na atualidade com esforço e luta as mulheres tentam dar novos contornos a esse paradigma. Além de esposas, filhas, irmãs, donas de casa e mães, têm buscado concretizar seu espaço na educação e consequentemente no mercado de trabalho. Infelizmente, mesmo que pregado pela constituição de todas as nações modernas, ainda persiste a discriminação salarial em relação ao homem e o preconceito em de inserção da mulher no mercado de trabalho em razão da idade fértil em razão da licença maternidade, mesmo que com ônus mínimo para o empregador. Temos como marco inicial da transformação e crescimento da participação da mulher no mercado o período compreendido no entre e guerras e o período posterior ao fim da segunda grande guerra, não é surpreendente, haja vista que este foi o mesmo período de consolidação de direitos fundamentais e a postulação e estruturação de direitos ditos sociais. Por ser a grande maioria da força de trabalho, os homens jovens também eram as “matérias-primas” dos esforços de guerras, em suas ausências e mortes, mulheres, velhos e crianças tinham que ocupar espaços anteriormente masculinos e de idade laboral.

No Brasil, a participação feminina começou a se intensificar a partir de 1970 como pode ser observado em estudos como Batista e Cacciamali (2009); Bruschini (2007); e Lavinias (2002). Segundo Silva (1996):

A partir dos anos 1970, surgem no Brasil movimentos feministas, mas é no final dos anos 1980 e início de 1990 que esses movimentos ganham maior poder de atuação e inserção na sociedade, através do crescente desenvolvimento de ONGs (Organizações Não Governamentais) femininas. A autora enfatiza que “a questão da igualdade ou da diferença destaca-se como crucial para os movimentos feministas”. Analisando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) sobre o mercado de trabalho, é possível constatar que houve um aumento significativo de mulheres que buscam maior participação na força de trabalho, seja pela necessidade de contribuir para o sustento da família ou pelo desejo de conquistar realização profissional.

Segundo dados do DIEESE (2009), em São Paulo, de 1989 até 1996, a taxa de participação feminina aumentou 8,9%, enquanto a masculina caiu 3,6%, no mesmo período. Estudos da Fundação Carlos Chagas (2009) revelam que em 1976 apenas 28,8% das mulheres trabalhavam, enquanto em 2007, 52,4% delas estavam em atividade no mercado de trabalho. Para os homens essas taxas se mantiveram em patamares semelhantes neste mesmo período, entre 73% e 76%, conforme nos mostra a Tabela 1. Com um aumento de 32 milhões de trabalhadoras entre 1976 e 2007, as mulheres representaram um acréscimo mais relevante que os homens na População Economicamente Ativa (PEA).

O quadro abaixo nos mostra que o crescimento da mulher nos espaços dentro do mercado de trabalho se dá numa evolução uniforme e métrica ao longo dos anos, independente de crises econômicas ou avanços tecnológicos, ou seja, a mulher consolida sua condição independente de cenário econômico estável ou instável.

Ademais, se observa na mesma proporção da evolução da mulher nos postos de trabalho, nota-se a involução por parte dos espaços masculinos, devemos ainda lembrar que a mulher ainda tem seu terceiro turno de trabalho quando ainda se mantém responsável pela casa e pelos filhos.

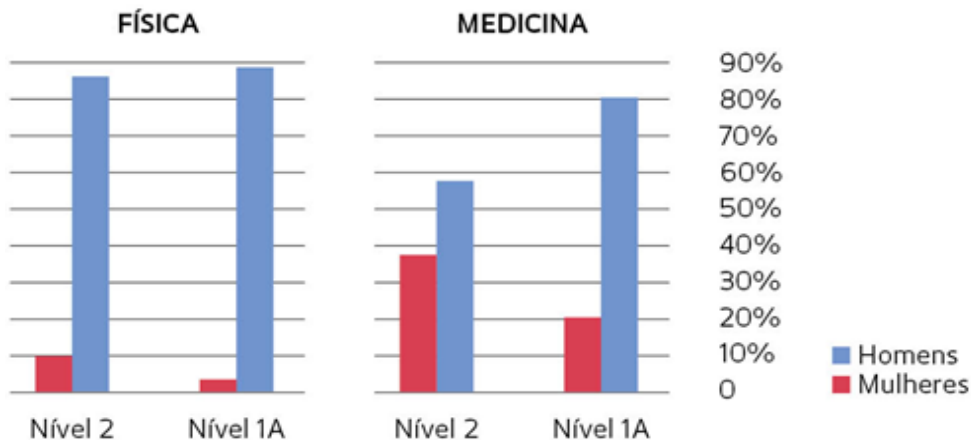
Tabela 1 - Mulheres e homens no mercado de trabalho: indicadores de participação econômica Brasil – 1976 a 2007

Anos	PEA						Ocupada(o)				Empregada(o)			
	Milhões		Taxa de Atividade		% PEA		Milhões		Milhões		% entre empregados			
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens		
1976	11,4	28,2	28,8	73,6	28,8	71,2	11,2	27,8	7,3	16,7	30,3	69,7		
1981	14,8	32,6	32,9	74,6	31,3	68,7	14,1	31,2	9,4	19,8	32,2	67,8		
1983	16,8	34,6	35,6	74,8	33	67	16	32,4	10,5	21	33,4	66,6		
1985	18,4	36,6	36,9	76	33,5	66,5	17,8	35,4	11,8	22,5	34,4	65,2		
1990	22,9	41,6	39,2	75,3	35,5	64,5	22,1	40	14,7	25,4	36,7	63,3		
1993	28	42,8	47	76	39,6	60,4	25,9	40,5	11,1	23,8	31,8	68,2		
1995	30	44,2	48,1	75,3	40,4	59,6	27,8	42,9	11,6	24	32,6	67,4		
1997	30,4	44,8	47,2	73,9	40,4	59,6	27,3	42,9	11,9	24,2	33,1	66,8		
1998	31,3	45,6	47,5	73,6	40,7	59,3	27,6	42,3	12,5	24,2	33,9	66,1		
2002	36,5	49,5	50,3	73,2	42,5	57,6	32,3	45,9	15,2	27,2	35,8	64,2		
2007	43	55,7	52,4	72,4	43,6	56,4	38,4	52,3	19,5	32,5	37,5	62,5		

Fonte: Fundação Carlos Chagas/FIBGE/PNAD.

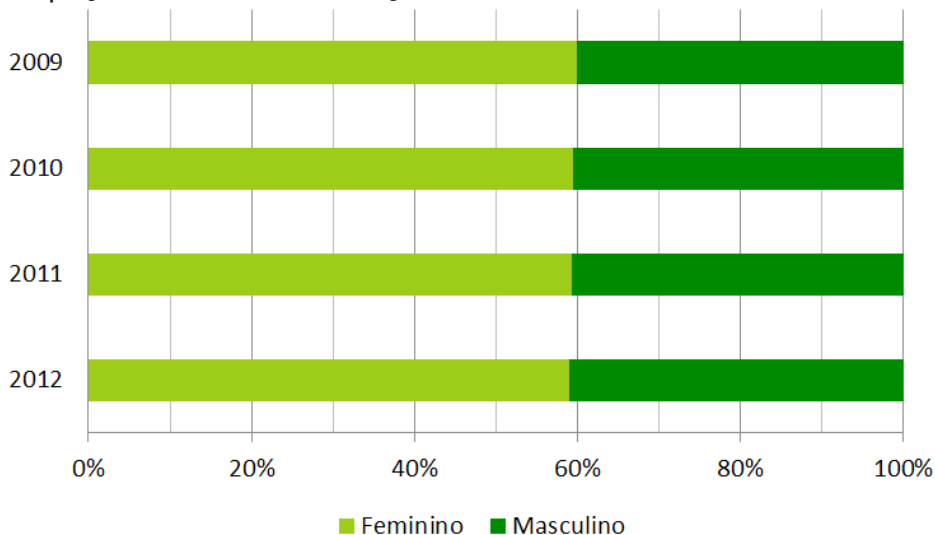
Se nos detiver em área super-específicas e de complexo conhecimento chegamos a dados que nos deixam convictos que muito ainda tem-se que avançar para buscar essa representação de forma igualitária e seja a realidade da proporção de gênero no Brasil, em 2011 foi levantada a proporção

masculina e feminina dentre os pesquisadores seniores da CNPq nas áreas de física e medicina.



FONTE BANCO DE DADOS DA PLATAFORMA LATTES DO CNPQ, 2011

Podemos acreditar que a essência de cada curso determina seus pesquisadores, de fato podemos ter esse raciocínio para determinar e fazer a defesa dos números em relação aos pesquisadores em Física, entretanto, acerca do número de alunos inscrito no ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio temos que a participação feminina supera com certa facilidade a participação masculina, na fração de 6/4.



Percentual de inscritos no Enem 2009 a 2012, segundo o sexo. (Fonte: Inep)

Acerca do conceito de trabalho não há um consenso; pois ele pode determinar atividades diferenciadas em sociedades e momentos históricos também diferentes.

Entretanto, o professor Mário Scheffer da disciplina de Bioética no curso de Medicina da USP apresentou que desde 2009 existe a feminilização do curso de medicina no Brasil, lembra que esta variação é providencial em razão da necessidade de se socializar a medicina e o acesso a ela em todo o país, sendo a mulheres com maior sensibilidade social nesta área de atuação.

Scheffer afirma que em pesquisa em todos os Conselhos Regionais de Medicina em 2010 foram quase mil (1000) mulheres a mais entrando no mercado de trabalho.

Atualmente a mulher é responsável por 40% dos quase quatrocentos mil médicos no Brasil, em 2028 essa balança começará a mudar de sentido.

Em 2013 as mulheres já era maioria entre os médicos com menos de 30 anos de idade, numa clara comprovação de que no ambiente universitário o curso passa por essa providencial feminilização para podermos avançar na democratização do acesso à medicina.

Interseccionalidade

Ao revisitar *Kimberlé Crenshaw – in Background Paper for the Expert Meeting on Gender-Related Aspects of Race Discrimination*, documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativa ao gênero, lembramos várias experiências específicas de subordinação interseccional não são adequadamente analisadas ou abordadas pelas concepções tradicionais de discriminação de gênero ou raça, sobretudo pela invisibilidade do campo vítima desta ação, mulheres marginalizadas, mesmo naquelas circunstâncias em que se tem certo conhecimento sobre seus problemas ou condições de vida. Quando certos problemas soam categorizados como manifestações da subordinação de gênero de mulheres ou da subordinação racial de determinados grupos, surge um duplo problema de superinclusão e de subinclusão. Portanto explicável só agora o início de um debate sério acerca dos estupro coletivos na Índia, onde sociedade internacional consegue constranger o poder local a iniciar, mesmo que timidamente este debate depois de décadas de silêncios e violências.

Por superinclusão, Crenshaw, pretende estabelecer o cenário em que um problema, comportamento ou condição é imposto de forma específica ou desproporcional a um determinado subgrupo de mulheres, é simplesmente definido como um problema de mulheres. A superinclusão ocorre na medida em que os aspectos que o tornam um problema interseccional são absorvidos pela estrutura de gênero, sem qualquer tentativa de reconhecer o papel que o racismo ou alguma outra forma de discriminação possa ter exercido em tal circunstância. O problema dessa abordagem superinclusiva é que o problema como um todo, subordinação de raça e de gênero, escapa de análises efetivas.

Do lado contrário conceitualmente à superinclusão temos a subinclusão. Pode-se ter uma atmosfera subinclusiva quando um grupo específico de mulheres enfrenta um problema, em parte por serem mulheres, mas isso não é percebido como um problema de gênero, porque não faz parte da experiência das mulheres dos grupos dominantes. Servindo-nos mais uma vez de exemplo a violência na Índia, tendo “saído” da circunscrição local-cultural após o advento de violação de uma turista estrangeira, lançando luz sobre a atroz conduta.

Outra questão de subinclusão ocorre quando existem distinções de gênero entre homens e mulheres do mesmo grupo étnico ou racial. Com frequência, parece que, se uma condição ou problema é específico das mulheres do grupo étnico ou racial e, por sua natureza, é improvável que venha a atingir os homens, sua identificação como problema de subordinação racial ou étnica fica comprometida. Nesse caso, a dimensão de gênero de um problema o torna invisível enquanto uma questão de raça ou etnia. Ao passo que o inverso quase sempre não ocorre. A discriminação racial masculina é percebida como discriminação racial propriamente dita, mesmo o feminino não sendo afetado.

Um modelo perverso de subinclusão, infelizmente perversos como os demais modelos é a esterilização de mulheres marginalizadas em todo o mundo. Nos Estados Unidos da América, por exemplo, milhares de porto-riquenhas e afro-americanas foram esterilizadas sem seu conhecimento ou consentimento no sistema de saúde excludente e que aplicou o mesmo *ethos* das comunidades de proteção dos animais, quando os pegam quando abandonados, levados para um canil onde serão tratados, curados, castrados e colocados à disposição para serem adotados. A aplicação deste raciocínio em seres humanos, sem consentimento e sem sequer sabendo que seus

corpos foram mutilados é absurdo. Tais crimes reportam aos anos da década de 1950, tendo notícias de outros vários ocorridos infelizmente em períodos mais recentes. Embora concretamente as mulheres porto-riquenhas e afro-americanas fossem os “monumentos” a essa absurda e criminosa negação dos direitos a reprodução em razão racial e de origem, em abstrato, tal investida afronta a direitos fundamentais de forma letal, entretanto, para grande surpresa tais condutas não colocadas no rol dos grandes crimes ocorridos nos Estados Unidos da América, sobretudo, em razão da Constituição Norte-americana em sua XIV Emenda e na primeira seção garantir liberdades e direitos aos norte-americanos e naturalizados, deixando bem claro que o imigrante não seria em primeira análise resguardado pela carta americana.

A Professora da Universidade do País Basco, Espanha, Arantxa Elizondo Lopetegui e as demais autoras Ainhoa Novo Arbona e María Silvestre Cabrera em uma produção intitulada *Igualdad de mujeres y hombres en las universidades española*, Madrid, 2010, adensam um debate necessário:

La creciente necesidad de evaluar los avances en la igualdad entre los sexos en términos claros y empíricos ha llevado al desarrollo de estudios, indicadores y estadísticas específicas durante los últimos años. Uno de los ámbitos en los que se ha destacado especialmente la necesidad de datos ha sido en relación con el papel de las mujeres en la universidad y en la ciencia. Por lo general, la información recogida muestra que siguen existiendo grandes diferencias en función del sexo. A pesar de que la proporción de mujeres estudiantes universitarias ha ido en aumento en las últimas décadas, esa incorporación no ha sido equilibrada en todos los campos del conocimiento; así, actualmente algunas titulaciones son cursadas mayoritariamente por mujeres mientras que otras tienen en sus aulas una presencia fundamentalmente masculina.

Souza-Lobo analisa o trabalho feminino de acordo com problemáticas que emergiram na Sociologia e na História Social brasileiras, enumerando as abordagens dos estudos sobre as trabalhadoras frente aos seguintes temas: 1. Da modernidade à divisão sexual do trabalho; 2. A divisão sexual do trabalho voltada para a qualificação, as carreiras e as subjetividades dos (as) trabalhadores (as); 3. Os estudos de gênero na Sociologia Brasileira. “Cada uma dessas três vertentes implica em questões e enfoques próprios ou articulados uns dos outros.” (SOUZA-LOBO, 1992, p. 252).

Desta forma, ao analisar os escritos Bascos com a fundamentação de Souza-Lobo temos exatamente nos ponto 1 e 2 temos que mesmo com os avanços nas mais de duas décadas entre os textos e ainda e conformação em uma sociedade europeia temos que as diferenças ainda existem, de fato observa-se avanços mais ainda em um ritmo aquém da necessidade sociais, econômica e política.

Souza-Lobo no final da década de setenta e meados da de oitenta, iniciava-se na produção analítica da Sociologia brasileira, um debate acerca do trabalho feminino, o debate acerca da condição de invisibilidade das operárias passou por abordagens diferenciadas, mas inicialmente acreditava-se que a visibilidade do trabalho feminino viria com a proliferação dos estudos referentes às trabalhadoras. A elaboração de significações para a subordinação das mulheres, mesmo na esfera do trabalho, excluiu a perspectiva de uma dinâmica causal com gênese em certa estrutura fatalmente determinante, para se aproximar da ideia de que este processo de invisibilidade das operárias é fruto de uma construção social e histórica observada em práticas culturais e institucionais (SOUZA-LOBO, 1986).

Sabe-se que a elaboração do conceito de classe se deu perante uma concepção masculina do operário, ignorando o sexo dos trabalhadores e colocando as operárias como grupo à parte sem interesse e afastado dos problemas da classe.

Contudo, é preciso tomar cuidado para não reduzir a subordinação social das mulheres à sua “simples” subordinação econômica. Souza-Lobo cita que as pesquisas anteriormente desenvolvidas no Brasil (final dos anos sessenta e início dos setenta) utilizavam referências dicotômicas como tradicionalismo-modernização, subdesenvolvimento-desenvolvimento e apontavam para os seguintes quadros: a subordinação feminina, característica das sociedades de cunho tradicional, cessaria com a modernização e desenvolvimento das forças produtivas. Ou o oposto, ou seja, a modernização e o desenvolvimento capitalista intensificariam a submissão feminina na sociedade classista, bem como o afastamento do mercado de trabalho industrial.

Nos últimos 13 anos no Brasil, desde a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao Governo Federal, ações afirmativas consolidadas, exemplos contundentes são a prioridade/preferência à Mulher para receber a casa própria do Programa minha Casa Minha Vida e os valores do Programa Bolsa Família (Art. 3º, IV, Lei 11.977/2011 e Art. 2º, parágrafo 14, Lei 10.836/2004,

respectivamente), bem como, a consolidação da lei Maria da Penha de proteção à violência doméstica, Lei 11/340/2006.

Assim, Souza-Lobo argumenta que se observou, de fato, ao longo das décadas de cinquenta, sessenta e setenta, uma ligeira elevação da força de trabalho feminina industrial, mas tal inserção veio marcada pela insegurança, baixas qualificações e salários, subjugados a taxas elevadas de exploração.

No final da década de setenta os estudos desenvolvidos pelas Ciências Sociais no Brasil, mostravam que alterações ocasionadas durante o Regime Militar nas relações sociais e econômicas, como a deterioração real dos salários, a migração crescente do Norte e Nordeste especialmente para o Sudeste, a industrialização crescente, estariam no cerne do crescimento do trabalho feminino e também infantil.

As pesquisas destacaram, ainda, a segregação ocupacional com a formação de guetos típicos das ocupações femininas perante o mercado de trabalho brasileiro. Sabe-se que alguns estudiosos brasileiros, e Souza-Lobo elenca o nome de Helena Hirata como norte central, passaram a problematizar na Sociologia do Trabalho a questão da diferenciação entre trabalhadores e trabalhadoras sob a temática da divisão sexual do trabalho, a qual aponta historicamente para modelos diversos na representação de postos de trabalho femininos e masculinos. Assim, os estudos permitiram relacionar divisão sexual do trabalho e dinâmica do mercado de trabalho, concluindo que as operárias não são simplesmente substituídas por operários, nem ao contrário. A divisão sexual do trabalho tende a preservar o equilíbrio entre emprego feminino e masculino, conforme a dinâmica de emprego dos distintos setores empregadores de mão-de-obra feminina ou masculina. (SOUZA-LOBO, 1992, p. 258).

Nessa mesma perspectiva, Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi (2001) em “Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX”, também destaca que as atividades exercidas por homens e mulheres frente ao mercado de trabalho brasileiro estão subdivididas em setores de atividades econômicas. Assim, após a inserção feminina no mercado de trabalho, as trabalhadoras brasileiras encontram maiores opções de emprego na prestação de serviços, agropecuária, mas em elevado índice no setor social, o qual envolve serviços comunitários e sociais além do ensino e serviços médicos. Já os homens exercem atividades em maior número no setor da indústria.

Souza-Lobo destaca a importância da problematização acerca da divisão sexual do trabalho, mas deixa claro a necessidade de se avaliar também as qualificações, trajetórias ocupacionais e formas de gestão industrial como mecanismos históricos influenciadores na inserção de homens e mulheres em seus postos de trabalho. Em outros termos, a divisão sexual do trabalho pressupõe a existência de polos ocupacionais sexuais, contudo, existem fatores para além de tal divisão, como os citados acima, que interferem no processo de moldagem dos próprios elementos que definem a vinculação sexual aos segmentos produtivos.

Na parte final do ensaio “O Trabalho como Linguagem: o Gênero do Trabalho” (1992) encontra-se reflexões mais específicas sobre o uso da categoria gênero na Sociologia do Trabalho; Souza-Lobo ressalta que “as relações entre homens e mulheres são vividas e pensadas enquanto relações entre o que é definido como masculino e feminino: os gêneros”

(SOUZA-LOBO, 1992, p. 260). Segundo ela, utilizar a categoria analítica gênero permite a construção de certa relação social-simbólica, sem que isso estabeleça um mecanismo de determinação estrutural ou biológico, uma vez que o conceito de gênero implica em significações culturais.

A autora sugere uma Sociologia preocupada com a análise das várias dimensões das relações de trabalho, dentre elas aquela que se preocupa com a multiplicidade de sujeitos envolvidos no processo produtivo, com a individualidade, a subjetividade e a identidade dos (as) trabalhadores (as).

Percebe-se com isso que Souza-Lobo (1991) não sugere que a utilização da categoria gênero nas interpretações acerca da esfera do trabalho, querem apenas negar a indiferenciação de classe ou o caráter sexual das relações sociais, pois a autora revela que o uso do gênero permite também abordagens relativas às práticas coletivas.

A simpatia com o pensamento de Joan Scott aponta a preocupação de Souza-Lobo com o sexo dos atores, uma vez que as relações de trabalho, enquanto relações sociais carregam consigo relações de poder entre os sexos. Durante a análise dos textos indicados, percebe-se com facilidade a utilização do conceito de gênero marcado pela influência de Joan Scott, na medida em que Souza-Lobo destaca em vários momentos de seus estudos a necessidade de se abandonar estruturas conceituais deterministas e se valer da perspectiva de gênero enquanto construção social, histórica e cultural que implica em relações de poder entre homens e mulheres.

As articulações gênero e trabalho são realizados neste ensaio de modo a questionar a empregabilidade do gênero em estudos da Sociologia do Trabalho. A ideia defendida ao longo do texto é a de que mesmo de modo ainda incipiente, o gênero, enquanto categoria analítica, já estava sendo utilizado em alguns estudos sobre o trabalho desde a década de setenta, com ênfase nas abordagens sobre o trabalho feminino na fábrica e divisão sexual do trabalho.

Acredita-se que todas essas análises colaboram para o processo que busca dar visibilidade ao trabalho das mulheres (SOUZA-LOBO et alia, 1986), bem como para o rompimento do caráter assexuado das relações sociais. Com isso, o maior desafio é produzir uma reflexão sobre o trabalho de mulheres e homens e sobre a posição que ocupam no processo produtivo livre de noções e ideias simplistas pré-estabelecidas, desafio que Souza-Lobo procurou enfrentar com o uso da categoria gênero nos estudos de Sociologia do Trabalho.

Referências

ACIPRESTE, Djamiro F.S., ACIPRESTE, Mayara T.L. “Se me permite falar” a exploração do trabalho e de gênero em Domitilla Barrios de Chungara e sua atualidade, Anais XI CONAGES, V. 1, 2015, ISSN 2177-4781;

BRUSCHINI, Cristina e LOMBARDI, Marisa Rosa. “Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. In: Cadernos Pagu, IFCH/UNICAMP, n.17/18: Desafios da equidade. 2001/02, pp. 156-196.

CARVALHO, Irene Mello. Introdução aos estudos sociais. 9.ed. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 1973.

FLAX, Jane. (1987). Pós-modernismo e as relações de gênero na teoria feminista. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (Org.). Pós-modernismo e política. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p.217-250.

LOPETEGUI, Arantxa Elizondo; ARBONA, Ainhoa Novo; CABRERA, Maria Silvestre. Igualdad de mujeres em las universidades españolas, 113, UPV, Madrid, 2010

MOREIRA, Eliana Monteiro. A regência do afetivo: laços familiares e reprodutivos. In: ABRAMO, Laís e ABREU, Alice Rangel de Paiva (Orgs.). Gênero e trabalho na sociologia latino-americana. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

SCOTT, Joan. (1988) Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, v.16, n.2, p.5-22, jul./dez. 1990.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. “O Trabalho como Linguagem: o Gênero do Trabalho”. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (orgs). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____; HUMPHREY, John; GITAHY, Leda; MOYSÉS, Rosa. "A "prática invisível" das operárias." In: KARTCHEVSKY, Andrée et alia. O sexo do trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

OUTHWAITE, William & BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

SAÚDE MENTAL DA MULHER – COMPREENSÃO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE MULHERES E DEPENDÊNCIA QUÍMICA EM CAPS AD

Romildo Fellipe do Nascimento Silva¹

Diogo Emmanuel Lucena dos Santos²

Sybelle Karolynne de Holanda Azevedo Barros³

Millene Rhayenne Teixeira da Silva⁴

Lucyanna Maria de Souza Melo⁵

Resumo

Trata-se de um estudo de pesquisa bibliográfica no qual foi utilizado o método de revisão integrativa da literatura, objetivando compreender a

1 Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU). Formação e Especialização em Terapia Cognitivo-Comportamental em Saúde Mental pelo Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (IPq HCFMUSP). Endereços eletrônicos: fellipepsicologo@live.com.

2 Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU). Formação e Especialização em Terapia Cognitivo-Comportamental em Saúde Mental pelo Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (IPq HCFMUSP). Endereços eletrônicos: emmanuel_lucena@hotmail.com.

3 Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU). Formação e Especialização em Terapia Cognitivo-Comportamental em Saúde Mental pelo Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (IPq HCFMUSP). Endereços eletrônicos: sybellekarolynne4@gmail.com.

4 4Bacharel em Psicologia pela Faculdade de Ciências Humanas (ESUDA). Especialização em Intervenção em Psicologia Social e Comunitária pela Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE). Endereço eletrônico: millene.rhayenne@gmail.com.

5 Graduanda em Jornalismo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Endereço eletrônico: lucyanna.melo@hotmail.com.

partir da literatura científica a baixa prevalência e adesão de mulheres em CAPS ad. Os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas, sendo uma das portas de entrada para o Sistema Único de Saúde, da Rede de Atenção Psicossocial, vem mostrando por meio das pesquisas científicas a baixa prevalência e adesão de usuários do sexo feminino no serviço. Dados vem sendo mostrando crescente número de mulheres dependentes químicas no Brasil, mas diversos fatores impossibilitam que as mesmas possam procurar e aderir ao tratamento adequado, como: a falta de apoio e motivação dos companheiros e demais familiares, preconceito e estigmas, entre outros fatores de cobrança subjetiva e social.

Palavras-Chave: CAPS ad, Dependência Química, Saúde da Mulher, Gênero.

Introdução

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) é um componente da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo um serviço aberto, de base territorial, constituído por equipes multiprofissionais, com o objetivo de atender as pessoas acometidas por transtornos mentais persistentes e graves, incluindo os decorrentes do uso de álcool e outras drogas. As modalidades de CAPS se diferenciam de acordo com o porte, clientela e capacidade de atendimento. Entre as modalidades: CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPS ad e CAPS i.

Os CAPS ad são constituídos por alguns profissionais da área da saúde, como: clínicos gerais, psiquiatras, enfermeiros, psicólogos, farmacêuticos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, educadores físicos, para as atividades clínicas, além de auxiliares de enfermagem. Conta também com profissionais de nível médio para as atividades administrativas e apoio institucional (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004).

Os Centros de Atenção Psicossocial especializados em Álcool e outras Drogas (CAPS ad), foi criado em 19 de fevereiro de 2002, por meio da Portaria do Ministério de Saúde nº 336, para proporcionar a atenção integral e contínua a pessoas com necessidades relacionadas ao consumo de álcool, crack e outras drogas (BRASIL, 2002).

A dependência química está relacionada com o uso de substâncias que mudam o comportamento e causam outras reações no indivíduo, compreendendo sempre um impulso para fazer uso novamente da droga, com o objetivo de sentir os mesmos efeitos psíquicos ou evitar a falta dele. Portanto, afeta negativamente o indivíduo nas esferas sociais, físicas e psíquicas (ANTONIASSI; LEAL; TEDESCO, 2008). De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2001) a dependência química é “um padrão mal adaptativo de uso pelas substâncias psicotrópicas que causam danos a saúde”. Conforme Dalgarrondo (2008), com a ingestão da substância química modificará uma ou várias funções do Sistema Nervoso Central, produzindo efeitos de ordem psíquica e comportamental. As substâncias psicoativas geram sensação de prazer ou excitação.

Por provocar modificações no Sistema Nervoso Central as drogas são classificadas em três tipos: as depressoras, sendo as drogas que diminuem as atividades mentais, afetando o funcionamento cerebral e fazendo com que funcione de forma lentificada, diminuindo a atenção, a concentração,

a tensão emocional, a capacidade cognitiva, reduz a atividade motora, proporcionando inicialmente um estado eufórico e, posteriormente, sonolência. Por exemplo: o álcool, a cola, os tranquilizantes, a morfina e a heroína. As drogas do tipo estimulantes, aceleram as atividades mentais, deixando o usuário em estado de euforia, alerta exagerada, insônia, hiperatividade e aceleração dos processos psíquicos, dentre as drogas estimulantes, podemos citar: o tabaco, a cocaína, as afetaminas e o crack. E por fim, as drogas do tipo alucinógenas, provocam série de alterações cerebrais, distorcendo seu funcionamento normal, como consequência do uso há diversas alterações de ordem psíquica, podendo mostrar sintomas como delírios e alucinações, faz parte desse grupo: LDS, o ecstasy, a maconha e demais drogas que se derivam de plantas ou cogumelos (SILVEIRA; SILVEIRA, 2014; NICASTRI, 2013).

A dependência, segundo Dartiu Silveira e Evelyn Silveira (2014), será o desejo, o impulso que levará a pessoa a fazer uso da droga de maneira contínua objetivando a obtenção do prazer. Ainda de acordo com os autores: “O dependente caracteriza-se por não conseguir controlar o consumo de drogas, agindo de forma impulsiva e repetitiva” (p. 96). Portanto, é estabelecido um padrão mal adaptativo de relação entre o sujeito e a droga, tendo repercussões psicológicas, sociais e físicas, além de quadros de tolerância e abstinência. No quadro de dependência é percebido um envolvimento grande do sujeito com a droga (DALGALARRONDO, 2008).

Tipicamente o sujeito estreita seu repertório de interesses, abandonando outras atividades sociais, pessoais e ocupacionais que não envolvam o consumo. Finalmente, na dependência, embora o indivíduo possa ter consciência (mesmo que parcial) dos problemas físicos, psicológicos e sociais que a substância produz em sua vida, o uso permanece contínuo (APA, 2002 apud DELGALARRONDO, 2008, p. 345).

Dartiu Silveira e Evelyn Silveira (2014), analisa a dependência a partir de duas aspectos: o físico e o psicológico. Segundo os autores, a dependência física são sinais e sintomas que se manifestam por meio da Síndrome de Abstinência, o corpo manifesta distúrbios físicos quando a utilização da droga é interrompida. Já a dependência psicológica corresponde ao desconforto e mal-estar manifestados quando o dependente interrompe de forma abrupta a utilização da droga. Os autores alertam:

[...] de maneira geral, as pessoas que experimentam drogas o fazem por curiosidade e as utilizam apenas uma vez ou outra (uso experimental). Muitas passam a usá-las de vez em quando, de maneira esporádica (uso ocasional), sem maiores consequências na maioria dos casos. Apenas um grupo menor passa a usar drogas de forma intensa, em geral quase todos os dias, com consequências danosas (dependência). O grande problema é que não dá para saber, entre as pessoas que começam a usar drogas, quais serão apenas usuários experimentais, quais serão ocasionais e quais se tornarão dependentes. É importante lembrar, porém, que o uso, ainda que experimental, pode vir a produzir danos a saúde da pessoa (SILVEIRA; SILVEIRA, 2014, p. 95).

A presente pesquisa objetiva compreender na literatura científica a baixa prevalência e adesão de mulheres em CAPS ad. O estudo manifesta interesse dos autores por ser um fenômeno observável nas práticas do autor principal, Romildo Fellipe do Nascimento Silva, graduando em Psicologia, em estágio extra-curricular em saúde mental no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS ad) Campo Verde, no Município de Camaragibe/PE. Foi percebido pelo estudante/pesquisador a baixa prevalência de mulheres no serviço, e com isso houve o interesse de ir na literatura científica e compreender está relação.

O Município de Camaragibe, faz parte da Região Metropolitana do Recife, estado de Pernambuco. A Rede de Saúde Mental do Município de Camaragibe conta atualmente com: 3 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), sendo: 01 CAPS II Casa da Primavera, 01 CAPS i Camará Mirim e 01 CAPS ad Campo Verde. Além, de Projeto de Geração de Renda, 04 ambulatórios de Psicologia e Psiquiatria, 10 residências terapêuticas e 04 Núcleos de Apoio a Saúde da Família (NASF). Atualmente, no Município de Camaragibe não há hospital psiquiátrico, os casos de necessidade de internação hospitalar é encaminhado para o Hospital Psiquiátrico Ulysses Pernambucano, situado na capital, Recife. Por volta de 2010 o antigo hospital psiquiátrico do Município, Hospital Psiquiátrico José Alberto Maia, teve suas atividades encerradas, por meio do descredenciamento do SUS. O antigo Hospital Psiquiátrico José Alberto Maia, era considerado um dos maiores manicômios do país, chegando a ter aproximadamente 700 pessoas internadas.

Metodologia

Trata-se de um estudo de pesquisa bibliográfica no qual foi utilizado o método de revisão integrativa da literatura, a qual tem como finalidade reunir e resumir o conhecimento científico produzido sobre o tema em estudo. A busca foi realizada em bases de dados: SciELO, LILACS, MEDLINE e Google Acadêmico. Consideram-se neste levantamento bibliográfico os artigos publicados e escritos em língua portuguesa, sem restrição de data, sendo a consulta nas bases de dados realizada entre os meses de janeiro a maio de 2016. A pesquisa pelos textos científicos foi realizada a partir dos descritores: CAPS ad, dependência química, mulheres, saúde da mulher, gênero.

Resultados e discussões

Estudos epidemiológicos nacionais vem mostrando um número crescente de mulheres dependentes químicas (CARLINE, 2002). Em estudo realizado em 2005, foi registrado um aumento global de 15 milhões de pessoas, entre a faixa etária de 15 a 64 anos de idade, envolvidas com o consumo de drogas, nesses dados foi observado o aumento do número de mulheres em relação aos homens para algumas tipologias de drogas, principalmente as do tipo lícitas (UNODOC, 2005 apud OLIVEIRA; PAIVA; VALENTE, 2006).

Percebe-se, portanto, que o uso e abuso de substâncias químicas não é mais um problema do mundo masculino. No II Levantamento Domiciliar (2005), verificaram a prevalência do gênero masculino para a dependência de álcool, os dados revelaram que entre os homens há uma prevalência de 19,5% e as mulheres 6,9%. O estudo evidenciou diferenças com relação a faixa etária. Entre 12 e 17 anos de idade, foi percebido uma proporção mínima entre os homens e mulheres, 7,3% e 6,0% respectivamente. Nas demais faixas etárias foi percebido uma diferença bastante significativa, entre 18 e 24 anos de idade a proporção foi de 27,4% para homens e 12,1% para mulheres. Entre 25 e 34 anos de idade, 23,2% em homens para 7,7% em mulheres. Idades acima de 35 anos, a diferença reduz significativamente, mostrando uma proporção de 10,4% em homens e 5,4% em mulheres (CARLINI, 2006).

Com relação ao uso de medicações, foi percebido uma maior prevalência de uso na vida das mulheres em relação aos homens (CARLINI, 2006). De acordo com Zanello (2010):

[...] podemos encontrar nestes dados importantes questões de gênero [...]. Pela escuta dessas mulheres podemos afirmar: o álcool é visto como um problema que precisa ser resolvido porque coloca em xeque os papéis sociais masculinos. Isto é, interrompe o ciclo laboral, o rendimento, a virilidade esperada de um homem, em todos os âmbitos nos quais ele participa. Já o diazepam é um medicamento que permite as mulheres continuarem cumprindo seu papel social: ser cuidadora dos filhos, do lar, aceitar a subjugação social e sexual de seus parceiros, etc. Enfim há uma perversidade no sistema, na qual as relações de gênero são tomadas invisíveis [...] (p. 315).

De acordo com Brasiliano e Brunfentrinker (2004), as mulheres enfrentam muitas dificuldades para iniciar e permanecer no tratamento em dependência química, devido a questões, como: estigmas sociais e oposição do companheiro. Pesquisa realizada por Laranjeira (2008), mostrou por meio dos seus resultados que 53,1% das mulheres abandonam o tratamento em dependência química no primeiro mês. De acordo com o estudo, no Brasil ainda há um número insuficiente de serviços de saúde especializados na saúde mental da mulher. Sobre a carência de serviços especializados no atendimento a saúde mental da mulher e pouco treinamento e habilidade dos profissionais da saúde, autores ressaltam que “é importante rever a forma como as equipe de saúde lidam com a problemática e o sofrimento feminino, evidenciando um despreparo das equipes de saúde no atendimento da saúde mental da mulher” (BRASILIANO; HOCHGRAF, 2006; RENNÓ et al., 2006 apud GOMES, 2010).

Conforme Brasiliano (2005), a dependência química em mulheres permanece como um fenômeno escondido na maioria dos países. Ainda de acordo com o autor, estudos epidemiológicos no Brasil e no mundo, apontam a predominância dos homens como abusadores da maioria das substâncias psicoativas. Demais fatores precisam ser levados em consideração para compreendermos a relação de uso de substâncias químicas por homens e mulheres, como: sociais, genéticos, hormonais, neurofisiológicos e ambientais. Observa-se que as mulheres iniciam o uso do álcool a partir das situações significativas como separação conjugal ou morte de parentes. A pesquisa também ressalta que as mulheres também consomem

drogas em função de depressão, sentimentos de isolamento social, pressões profissionais e familiares, além de problemas de saúde (BRASILIANO; BRUNFENTRINKER, 2004). Com relação ao padrão de uso, Brasiliano (2004), aponta que as mulheres geralmente bebem e consomem em menor quantidade em comparação aos homens.

De acordo com Siqueira, Garcia e Souza (2005) e Fortin, Livre e Mello (1995), as mulheres procuram menos os serviços de atendimento a usuários de álcool e outras drogas em comparação aos homens, devido aos estigmas sociais em relação ao papel da mulher na sociedade. Conforme, Cesar (2006), as mulheres conseguem esconder a dependência por mais tempo, pois 90% das mulheres pesquisadas em seu estudo declararam beber em âmbito privado, havendo, portanto, uma preservação da autoimagem.

O estigma para a utilização de substâncias psicoativas é maior para as mulheres. Há uma representação associada aos estereótipos de maior agressividade, tendência a promiscuidade, falta no cumprimento do papel familiar. Essa concepção de valores morais foram construídas e reforçadas a partir das ideologias da igreja católica. Para as mulheres, o hábito de beber foi associado a prostituição e a perda de valores morais (HOCHGRAF; BRASILIANO, 2006).

Enquanto mulher não dependente química o seu papel social está relacionado a representações e concepções no que concerne a maternidade, recato, fragilidade, fidelidade, e demais aspectos que confirmam os dizeres da Revista Veja (2016), “Bela, Recatada e do Lar.” Representações essas modificadas quando a sociedade percebe a dependência química nas mulheres, com isso as mesmas são julgadas, seu espaço familiar é ultrajado e concebida como incapaz de cuidar do seu núcleo familiar e dos filhos, vistas como irresponsáveis, promíscua, amoral, entre outros estigmas associados na relação: mulheres e dependência química (ANDRADE; RONZANI, 2009):

A estigmatização ocorre quando se atribui “rótulos” e “estereótipos” negativos a determinados comportamentos. Tal situação influencia direta ou indiretamente a condição de saúde da pessoa estigmatizada, provocando diversas consequências, inclusive o agravamento da situação (p. 26).

A Teoria das Representações Sociais, desenvolvida inicialmente pelo psicólogo social, Serge Moscovici, vem auxiliar na compreensão das

representações construídas da mulher usuária de substâncias químicas e inseridas no processo de tratamento de dependência química. Com relação as Representações Sociais, Moscovici (2013), diz:

Pessoas e grupos criam representações no decurso da comunicação e da cooperação. Representações obsiamente, não são criadas por um indivíduo isoladamente. Uma vez criadas, contudo, elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto as velhas representações morrem. Como consequência disso, para se compreender e explicar uma representação, é necessário começar com aquela, ou aquelas, das quais ela nasceu (p. 41).

Varias pesquisas vem mostrando por meio dos resultados a baixa prevalência de mulheres nos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas em demais regiões do Brasil. Pesquisa realizada por Luciana Batista, Manoel Batista, Patrícia Constatino (2012), em CAPS ad em Goytacazes, Rio de Janeiro, entre os meses de janeiro a dezembro, dos anos de 2000 e 2009, foi percebido que dos 788 prontuários utilizados para o estudo, houve a prevalência do gênero masculino sobre o feminino. Os resultados evidenciaram que no ano de 2000 houve a prevalência de 90,26% de homens e 9,74% de mulheres, e em 2009 houve 86,12% usuários do sexo masculino e 13,88 do sexo feminino. Outra pesquisa mostrou por meio dos seus resultados que dos 221 prontuários pesquisados em CAPS ad no Município de Jequié, Bahia, no ano de 2009, 62% foram do sexo masculino e 38% do sexo feminino (RODRIGUES; SENA; SILVA; CARVALHO; AMORIM, 2013). Estudo realizado em CAPS ad em Blumenau, Santa Catarina, entre os anos de 2005 a 2007, dos 1.122 prontuários de usuários pesquisados, foi constatado que 88,15% dos usuários era do sexo masculino e 11,85% do sexo feminino (FARIA; SCHNEIDER, 2009). Dessa forma, podemos perceber que independente da região ou do número de amostra, o sexo masculino prevalecerá entre os usuários atendidos em CAPS ad, ao compararmos com os usuários do sexo feminino.

Conclusão

Dados nacionais vem mostrando um crescente número de mulheres dependentes químicas, mesmo ainda havendo uma porcentagem menor ao

comparado com o número de homens. Percebe-se na literatura científica que a baixa procura de mulheres pelo serviço de tratamento e cuidado relacionado ao uso abusivo de álcool e outras drogas, CAPS ad, se dá devido principalmente ao preconceito e aos estigmas sociais que faz com que as mulheres retardem a procura por uma ajuda profissional especializada e adequada, pois culturalmente é mais aceitável um homem alcoolista do que uma mulher. Tendo em vista que ainda há na sociedade uma cultura de permissibilidade maior na relação: homem e drogas. É importante que se desenvolvam mais pesquisas que possam compreender as principais demandas dos usuários do sexo feminino em CAPS ad, bem como poder proporcionar mais entendimentos a respeito da relação das mulheres com a dependência química. Almeja-se que demais discursões possam proporcionar reflexões sobre possibilidades de uma nova postura e atuação profissional no tratamento relacionado a saúde mental da mulher.

Referências

ANDRADE, Tarcísio Matos; RONZANI, Telmo Mota. **O uso de substâncias psicotivas no Brasil**. Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas, Brasília/Brasil, 7ªed., 2014, p. 25-42. Disponível em: <http://www.supera.senad.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/SUP7_Mod1.pdf> Acessado em: 03/05/2016.

BATISTA, Luciana Souza Siqueira; BATISTA, Manoel; CONSTANTINO, Patrícia Perfil dos usuários de substâncias psicoativas do CAPS ad em 2000 e 2009, Campos dos Goytacazes/RJ. **Perspectivas Online: Ciências Biológicas e da Saúde**. 7(2) , 23-38, 2012. Disponível em: <http://seer.perspectivasonline.com.br/index.php/biologicas_e_saude/article/download/195/106> Acessado em: 01/05/2016.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria de implantação dos CAPS**. Portaria nº 336/GM/MS, de 19 de fevereiro de 2002. Disponível em: <http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/sm_sus.pdf> Acessado em: 03/05/2016.

BRASILIANO, Sílvia; HOCHGRAF, Patricia Brunfentrinker. Mulheres Farmacodependentes: Uma experiência brasileira. **Albert Einstein**: Sociedade Beneficente Israelista Brasileira. São Paulo, 2004. Disponível em: <http://apps.einstein.br/alcooledrogas/novosite/atualizacoes/ac_128.htm> Acesso em: 02/04/2016.

BRASILIANO, Sílvia; HOCHGRAF, Patricia Brunfentrinker. A questão do gênero nas farmacodependência. In: Cordas, T. A.; Salzano, F. T. **Saúde Mental da Mulher**. São Paulo: Editora Atheneu, (p. 85-103), 2004.

BRASILIANO, Sílvia. **Comorbidade entre dependência de substâncias psicoativas e transtornos alimentares: perfil e evolução de mulheres em um tratamento específico para dependência química [tese]**. São Paulo: Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo; 2005. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5160/tde-21082007-113755/pt-br.php>> Acesso em: 08/04/2016.

CARLINI, Elisaldo Luiz Araújo et al. **I Levantamento Domiciliar Nacional sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil: 2001**. São Paulo: CEBRID

- Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas. 2002. Disponível em: http://www2.unifesp.br/dpsicobio/cebrid/levantamento_brasil/parte_1.pdf> Acessado em: 03/05/2016.

CARLINI, Elisaldo Luiz Araújo et al. **II Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 108 maiores cidades do Brasil**: 2005. São Paulo: CEBRID - Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas: UNIFESP: Universidade Federal de São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.cebrid.com.br/wpcontent/uploads2014/10/IILevantamentoDomiciliarsobreoUsodeDrogasPsicotr%C3%B3picas-noBrasil.pdf> Acessado em: 03/05/2016.

CESAR, Beatriz Aceti Lenz. Alcoolismo feminino: um estudo de suas peculiaridades. Resultados preliminares. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**. 2006; 55:208-11. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/jbpsiq/v55n3/v55n3a06.pdf>> Aesso em: 17/04/2016.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008, p. 344-351.

FARIA, Jeovane Gomes; SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. O perfil dos usuários do Caps ad-Blumenau e as políticas públicas em saúde mental. **Psicologia & Sociedade**; 21 (3): 324-333, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n3/a05v21n3>> Acesso em: 16/04/2016.

FOTIN, Regina Maria Pereira; LIBRE, Andrea Temponi; MELLO, Marcelo Feijó. Estudo da morbidade do alcoolismo na Santa Casa de São Paulo. **Rev. ABP-APAL**. 1995;17(2):67-71. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IscScript=iah/iah.xis&src=google&base=ADOLE-C&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=178088&indexSearch=ID>> Acesso em: 20/04/2016.

GOMES, Katia Varela. **Dependência química em mulheres: figurações de um sintoma partilhado**. São Paulo, 2010, 226p. Diss. Tese de Doutorado. Programa de Psicologia Social, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/>

disponiveis/47/47134/tde10112010082915/publico/varela_do.pdf>. Acesso em: 05/04/2016.

LARANJEIRA, Ronaldo et al. Perfil de Mulheres Usuárias de Álcool em Ambulatório Especializado para Dependência Química. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**. Vol.57 no.1 Brasil/RJ, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jbpsi/v57n1/v57n1a03.pdf>>. Acesso em: 13/04/2016.

VEJA.COM. **Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”**. Brasil, 2016. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/bela-recatada-e-do-lar>> Acessado em: 03/05/2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretária de Atenção a Saúde. SVS/CN-DST/AIDS. **A Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas**. 2.ed. rev. Ampl. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pns_alcool_drogas.pdf> Acessado em: 03/05/2016.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

OLIVEIRA, Jeane Ferreira.; PAIVA, Mirian. Santos; VALENTE, Camila. Representações Sociais de profissionais de saúde sobre o consumo de drogas: um olhar numa perspectiva de gênero. **Ciências Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14138123200600020002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03/05/2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (2001). **Transtornos devido ao uso de substâncias. Em Organização Pan-Americana da Saúde & Organização Mundial da Saúde (Orgs.)**. Relatório sobre a saúde no mundo. Saúde Mental: nova concepção, nova esperança (p. 58-61). Brasília: Gráfica Brasil. Disponível em: <<http://www.abebe.org.br/wpcontent/uploads/oms2001.pdf>> Acessado em: 03/05/2016.

RODRIGUES, Luana Silva Abreu et al. Perfil dos usuários atendidos em um centro de atenção psicossocial – Álcool e outras Drogas. **Revista de**

Enfermagem UFPE on line, Recife/PE, 7(8): 5191-7, ago., 2013. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistaenfermagem/index.php/revista/article/download/4318/6925>> Acessado em: 26/04/2016.

NICASTRI, Silvio. **Prevenção do uso de drogas: capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias**. 5.ed. Santa Catarina: SENAD, 2013, p. 19-41.

SILVEIRA, Dartiu Xavier.; SILVEIRA, Evelyn Doering. **Prevenção dos problemas relacionados ao uso de drogas: capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias**. 6.ed. Santa Catarina: SENAD, 2014, p. 70-103.

SIQUEIRA, Marluce Miguel; GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; SOUZA, Renata Santos. O impacto das faltas às consultas em um programa de dependentes de álcool. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**. 54.2 (2005):114-119. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=438302&indexSearch=ID>> Acesso em: 28/04/2016.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS DE CARUARU/PERNAMBUCO

Émerson Silva Santos¹

Introdução

As discussões sobre participação social no Brasil foram impulsionadas a partir da Constituição Federal de 1988. Não por acaso, em diversos dispositivos da nossa Carta Magna constam a determinação de espaços de participação e controle social sobre, principalmente, o Poder Executivo. Isto foi resultado das tensões provocadas pelo período de supressão de direitos e repressão política durante a Ditadura Militar (1964-1985).

Sob a égide de um governo totalitário, os movimentos sociais e outros setores da sociedade brasileira buscaram formas de resistência e combate ao regime político instaurado. Com a redemocratização em 1985, buscando um novo modelo de Estado, os movimentos sociais continuaram exercendo pressão política com o objetivo de influenciar os rumos na nova constituição nacional. Isto explica a grande presença de dispositivos que promovem participação e o controle social na própria Constituição Federal. Nesse sentido, Segundo Teixeira, Souza e Lima (2012, p. 51):

Ao menos trinta artigos do texto constitucional expressaram preceitos que incentivaram experiências de gestão pública participativa. No que se refere à arquitetura da participação, a Constituição traçou princípios e diretrizes, tais como, a cidadania como fundamento do Estado democrático (art. 1, 5, 8, 15 e 17), os deveres sociais em questões coletivas (art. 205, 216, 225, 227 e 230) e o exercício da soberania popular (art. 14, 27, 29, 58 e 61), mas também tratou da participação social como forma de gestão pública (art. 10, 18, 37, 74, 173, 187 e 231).

¹ Universidade Federal de Pernambuco

Apesar do incentivo que a Constituição Federal de 1988 estabeleceu para implementação da participação social na gestão pública, foi a partir de 2003 que os temas tratados nas conferências foram diversificados. Se antes apenas áreas mais gerais como saúde, educação e assistência social eram temas de conferências, foi a partir do ano de 2003 que tivemos uma ampliação da realização de conferências nacionais, como as de Juventude, Pessoa Idosa, Pessoas com Deficiências, entre outras. Das cerca de 74 conferências nacionais realizadas entre 2003 e 2010, 70% foram realizadas pela primeira vez. Estima-se que esses processos participativos envolveram mais de 5 milhões de pessoas (BRASIL, 2010).

Se por um lado o ciclo de conferências nacionais, realizadas a partir de 2003, contribuiu para a emergência de novos temas, por outro, potencializou a consolidação de temas já tratados anteriormente. Foi esse o caso da Conferência Nacional de Direitos Humanos que teve sua primeira edição realizada em 1996 na Câmara Federal, mas só após 2003 foi ampliada e sua realização foi precedida de etapas municipais, regionais, estaduais/distritais.

Nessa direção, em 2015 a presidenta Dilma Rousseff convocou a 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, com o tema “Direitos Humanos para Todas e Todos: Democracia, Justiça e Igualdade”, a ser realizada no período de 27 a 29 de abril de 2016 em Brasília no Distrito Federal.

A 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos estabeleceu a realização de etapas municipais e estaduais que antecederiam a sua realização, com o objetivo de fomentar o debate a respeito dos direitos humanos nos municípios e estados brasileiros, bem como para o recolhimento de propostas e eleição dos delegados que participariam da etapa nacional. Isto é significativo, na medida em que incentiva a reflexão sobre os direitos humanos e as políticas públicas no país, além de proporcionar de maneira democrática, por meio de eleição, a participação dos/das cidadãos/ãs na conferência nacional.

Foi exatamente nessa direção que a Prefeitura de Caruaru/Pernambuco provocada pelo Governo Federal, realizou a 1ª Conferência Municipal de Direitos Humanos do município. Apesar do Governo Federal estar convocando a 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, o município de Caruaru/Pernambuco nunca tinha realizado nenhuma conferência municipal nesta área. Isso reflete o quanto ainda é necessário o debate e a propagação dos direitos humanos. Nesse sentido, este trabalho se propõe

a apresentar um breve relato da 1ª Conferencia Municipal de Direitos Humanos de Caruaru/Pernambuco, refletindo sobre seu formato, organização e perfil dos/das participantes.

Metodologia

Para este trabalho, a perspectiva metodológica escolhida foi a abordagem qualitativa. Segundo Creswell (2007), a pesquisa qualitativa utiliza materiais e métodos múltiplos e diversos, interativos e humanísticos, nesse sentido, este tipo de pesquisa não é estritamente pré-configurada, possibilitando, assim, a flexibilização das questões de pesquisa, da coleta de dados, bem como seu refinamento.

A pesquisa qualitativa busca lançar suas análises sobre a questão estudada a partir de uma linguagem simples, real e de fácil compreensão.

Em vez de uma linguagem científica, o pesquisador qualitativo defende uma linguagem real, não neutra e semelhante à do dia-a-dia. Em suma, a perspectiva qualitativa, em contraste com a teoria da correspondência, adota uma posição epistemológica diferente (SANTOS FILHO; GAMBOA, 1995, p.41).

Como técnica de coleta de dados, seguindo a proposta metodológica de Minayo (2008), foi utilizada a observação participante. Para a autora, está técnica: se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seu próprio contexto (MINAYO. 2008, p.59). Participamos da comissão organizadora da 1ª Conferencia Municipal de Direitos Humanos de Caruaru/Pernambuco, bem como da própria conferência, essa participação permitiu vivenciar as questões que serão apresentadas e dialogadas neste trabalho.

Também como técnica de coleta de dados foi utilizada pesquisa documental seguindo a proposta metodológica de Gil (2002). Os documentos considerados para esta pesquisa foram os formulários de inscrições dos/as participantes, o regimento interno da 1ª Conferência Municipal de Direitos Humanos de Caruaru/Pernambuco e o edital de chamada de trabalhos da conferência. Finalmente, para a organização e a análise dos dados coletados, foi escolhida a técnica de análise de conteúdo. Este método consiste em “uma técnica que procura ‘arrumar’ num conjunto de categorias de significação o ‘conteúdo manifesto’ dos mais diversos tipos de comunicações”

(AMADO, 2000, p. 53). Nesse sentido, os conteúdos registrados através da observação participante e recolhidos das fontes documentais foram organizados a partir dessa técnica.

Resultados e Discussão

As conferências são ambientes de participação popular, convocados geralmente pelo Poder Executivo e se constituem numa forma de diálogo com a sociedade civil, através do qual a gestão pública pode estabelecer diretrizes para políticas públicas.

De modo geral, é possível dizer que conferências são espaços participativos, convocados pelo Poder Executivo com certa periodicidade, para interlocução entre representantes do Estado e da sociedade visando à formulação de propostas para determinada política pública. Por se desenvolverem de forma transitória, mas ao mesmo tempo não pontual, podemos destacar a natureza processual como caracterizadora das conferências. (TEIXEIRA, SOUZA e LIMA. 2012, p. 54).

A 1ª Conferência Municipal de Direitos Humanos de Caruaru/Pernambuco teve como tema “Direitos humanos para todas e todos: democracia, justiça e igualdade”. Entre seus objetivos estava a elaboração do Plano Municipal de Direitos Humanos para o estabelecimento de diretrizes de uma política municipal de direitos humanos com período de vigência de quatro anos. Foi realizada nos dias 13 e 14 de novembro de 2015, no Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Pernambuco/Campus Acadêmico do Agreste (UFPE/CAA).

Um dos elementos centrais das conferências é justamente a criação de novas políticas públicas a partir das demandas apresentadas pelos participantes. Nessa perspectiva, a 1ª Conferência Municipal de Direitos Humanos de Caruaru/Pernambuco desempenhou um papel relevante para as políticas públicas de direitos humanos no município na medida em que se propôs elaborar o 1º Plano Municipal de Direitos Humanos do município.

Formato da Conferência

Em relação a seu formato, a 1ª Conferência Municipal de Direitos Humanos de Caruaru/Pernambuco buscou o estabelecimento de um diálogo

entre as demandas da sociedade civil organizada nos movimentos sociais e a academia. Sendo assim, além das tradicionais mesas de debate, painéis de apresentação, grupos de trabalho, plenária de eleição das propostas, a conferência também reservou um momento de sua programação para apresentação de pesquisas científicas na modalidade 'resumo' desenvolvidas nas Universidades localizadas na região.

Para fins de organização do seu formato, a comissão organizadora da conferência dividiu a programação em quatro turnos (1ª turno: manhã dia 13/11/2015. 2ª turno: tarde dia 13/11/2015. 3ª turno: manhã dia 14/11/2015. 4ª turno: tarde dia 14/11/2015). No primeiro turno foi realizada a mesa de abertura com a presença de representantes da Prefeitura de Caruaru e dos Movimentos Sociais: Tortura Nunca Mais, Movimento Negro Unificado, Movimento popular pela Reforma Urbana e do Observatório dos Movimentos Sociais da América Latina. O segundo turno foi reservado a apresentação dos 60 trabalhos selecionados (aprofundaremos essa questão no próximo tópico de análise). No terceiro turno foram realizados debates temáticos a partir dos relatos de experiências dos movimentos sociais seguidos do recolhimento das propostas apresentadas pelos participantes. Por fim, no quarto turno aconteceu a plenária final da conferência, com a eleição das propostas que integrarão o I Plano Municipal de Direitos Humanos do município e também os delegados que foram representar o município na III Conferência Estadual de Direitos Humanos de Pernambuco.

Assim, o formato da 1ª Conferência Municipal de Direitos Humanos de Caruaru/Pernambuco não seguiu o formato tradicional das demais conferências já realizadas na cidade, na medida em que buscou trazer para seu ambiente tanto as demandas populares, como também os estudos realizados nas Universidades sobre questões de direitos humanos.

A organização da Conferência

A organização da conferência por meio de eixos teve duas finalidades, primeiramente serviu para nortear os capítulos do 1ª Plano Municipal de Direitos Humanos de Caruaru/Pernambuco o qual deverá ser composto pelas propostas aprovadas na plenária final da conferência. Os eixos também foram criados para organizar o recebimento de trabalhos desenvolvidos por estudantes e pesquisadores/as da região. As pesquisas apresentadas foram selecionadas a partir de um edital de chamada para inscrições de trabalhos.

Para fins de organização a 1ª Conferência Municipal de Direitos Humanos de Caruaru/Pernambuco contou com seis eixos temáticos: I - Participação Política e Controle Social; II - Educação em Direitos Humanos; III - Enfrentamento à violência motivada por diferenças de gênero, raça ou etnia, idade, orientação sexual, identidade de gênero e situação de vulnerabilidade e enfrentamento ao extermínio da juventude negra; IV - Desenvolvimento e Direitos Humanos; V - Direito à Informação e à Comunicação; VI - Memória, Verdade e Justiça. Com base no edital de chamada de trabalhos, a seguir será apresentado uma breve discussão do que foi trabalhado em cada um dos eixos temáticos.

Eixo I - Participação Política e Controle Social: Este eixo recebeu discussões relacionadas aos mecanismos e/ou tecnologias que objetivam promover o processo democrático através da participação política e controle social, como também avaliações e estudos comparativos em relação a experiência da cidade de Caruaru/Pernambuco.

Eixo II - Educação em Direitos Humanos: Neste eixo se concentraram trabalhos que discutiram de forma multidisciplinar temáticas relacionadas aos direitos humanos. Especialmente aquelas voltadas ao reconhecimento das culturas, histórias, identidades, conflitos étnico-culturais, experiências de afirmação de direitos humanos, memórias, práticas sociais e valores culturais, tendo em vista o desenvolvimento de práticas pedagógicas e lutas sociais voltadas para o enfrentamento de preconceitos, discriminações, intolerâncias, violências e para a afirmação de uma cultura de direitos humanos.

Eixo III - Enfrentamento a violência motivada por diferenças de gênero, raça ou etnia, idade, orientação sexual, identidade de gênero e situação de vulnerabilidade e enfrentamento ao extermínio da juventude negra: Este eixo trabalhou as diversas violências contra determinados grupos sociais, seja de ordem racial, econômica ou de gênero, bem como as estratégias para coibir a violação de direitos e promover políticas, medidas legislativas e judiciais que objetivam coibir e refundar as práticas estatais e sociais para assegurar a dignidade, vida, respeito às diferenças numa perspectiva isonômica.

Eixo IV - Desenvolvimento e Direitos Humanos: No presente eixo foram realizadas reflexões relacionadas aos impactos das desigualdades econômicas, sociais, culturais e ambientais, como também discussões que abordaram tensões sobre as compreensões correntes da democracia, apontando formas alternativas da ação política (questionamentos acerca das fronteiras

da representação e da participação), discussões acerca das diferentes formas da produção, do exercício de direitos e do poder, visando a ampliação da agenda democrática.

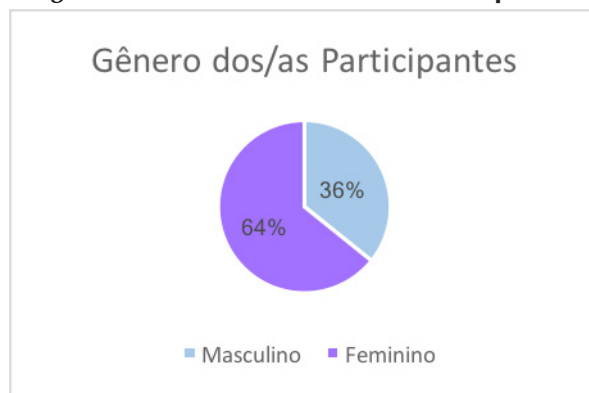
Eixo V - Direito à Informação e à Comunicação: este eixo recebeu apresentações de pesquisas que tinham por objeto a compreensão das mídias associadas aos direitos humanos, considerados em sua complexidade e especificidades. Também acolheu reflexões sobre direito humano à comunicação, mídia livre, mídia radical, democratização da mídia, experiências com rádios comunitárias, produções independentes que valorizam o direito humano à comunicação.

Eixo VI - Memória, Verdade e Justiça: Este eixo refletiu a respeito da necessidade de acesso à informação sobre os documentos relacionados às lutas políticas ocorridas no Brasil Ditatorial, marcos normativos, práticas e experiências de coleta e análise de documentos, Justiça de Transição, construção da Memória, Verdade e Justiça atinentes a regimes de exceção.

Organizada a partir dos seus seis eixos, a conferência buscou proporcionar a realização de debates dos temas sobre direitos humanos considerados mais relevantes para localidade de Caruaru/Pernambuco. Apesar de abordar um variedade de temas, outras questões relevantes acabaram ficando de fora dos debates, por exemplo, as questões relacionadas ao direito humano à saúde e meio ambiente.

Perfil dos/as Participantes

Esta seção do trabalho buscará traçar um perfil dos/as participantes da 1ª Conferência Municipal de Direitos Humanos de Caruaru/Pernambuco considerando três categorias: Gênero, Raça e Orientação Sexual. As informações aqui apresentadas foram coletadas nos formulários de inscrição preenchidos pelos/as participantes. Foram realizadas 302 inscrições. Desse total, 194 participantes se declararam do gênero feminino e 108 do gênero masculino.

Figura 1. Gráfico Gênero dos/as Participantes.

A elevada participação de mulheres (gênero feminino) em relação aos homens (gênero masculino), demonstra uma situação atípica, tendo em vista as barreiras e dificuldades impostas às mulheres, fazendo com que ainda hoje elas enfrentem obstáculos na participação em espaços públicos. Historicamente, o espaço privado foi construído para as mulheres, reservando apenas aos homens os espaços sociais, como a política. Para Perrot (1998, p. 129-30):

A entrada das mulheres na política não é normal em nenhum lugar, quer se trate de partidos, do legislativo e do executivo. A política é uma profissão concebida e organizada no masculino. Em seus ritmos, em seus horários, em suas formas de sociabilidade, em sua apresentação de si, que molda também a expectativa do público, eventualmente decepcionado por ser representado por uma mulher, porque tem a sensação de ser desvalorizado ou menos bem representado.

Nessa direção, a expressiva participação feminina na 1ª Conferência Municipal de Direitos Humanos de Caruaru/Pernambuco demonstra um engajamento das mulheres do município nesse espaço político de debate a respeito dos direitos humanos.

Em relação à categoria raça, 9 participantes se autodeclararam amarelos/as, 116 brancos/as, 130 pardos/as, 33 Pretos/as e 14 não responderam.

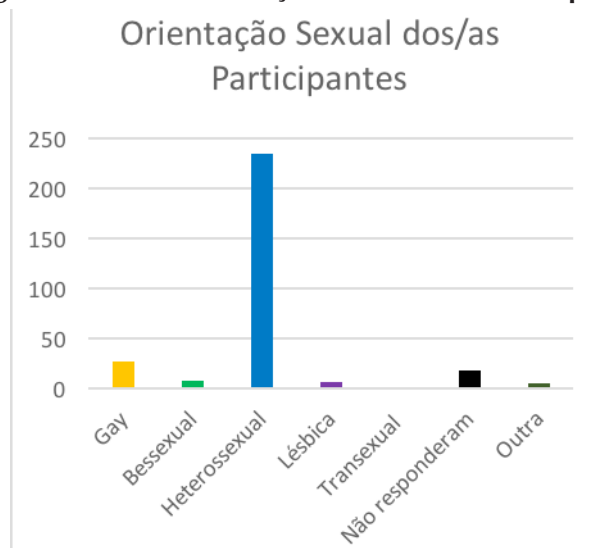
Figura 2. Gráfico Raça dos Participantes.



Guimarães (1999), reflete que no Brasil, embora não se acredite hoje em hierarquias sociais baseadas nas raças, a cor da pele ainda serve como um símbolo da discriminação racial. A maioria dos participantes se auto declararam pretos e pardos, isso pode indicar que esse público ou já tenha vivenciado algum tipo de violência racista (simbólica, física, psicológica, patrimonial, etc.), ou corre o risco de ser vítima dessa violência.

Quando perguntados sobre sua a orientação sexual, 8 participantes se declararam bissexuais, 27 gays, 235 heterossexuais, 7 lésbicas, 5 outras, 2 transexuais e 18 não responderam.

Figura 3. Gráfico Orientação Sexual dos/as Participantes



Embora a maioria dos/as participantes de declarem heterossexuais, percebe-se também a presença da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) na conferência. Essa população, convive diariamente com a violência homofóbica e outra série de negação de direitos. De acordo com Borrillo (2010, pag. 13 e 14):

Do mesmo modo que a xenofobia, o racismo ou o antissemitismo, a homofobia é uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal; por sua diferença irreduzível, ele é posicionado a distância, fora do universo comum dos humanos. Crime abominável, amor vergonhoso, gosto depravado, costume infame, paixão ignominiosa, pecado contra a natureza, vício de Sodoma – outras tantas designações que, durante vários séculos, serviram para qualificar o desejo e as relações sexuais ou afetivas entre pessoas do mesmo sexo. Confinado no papel do marginal ou excêntrico, o homossexual é apontado pela norma social como bizarro, estranho ou extravagante.

Partindo das reflexões de Borrillo (2010), podemos entender que a homofobia tem provocado inúmeras formas de preconceito, discriminação, injustiças, exclusões, desigualdades e violências (verbal, física, patrimonial, simbólica), que contribuem de maneira muito forte para a perpetuação da condição de subalternização do/a sujeito/a LGBT.

Nesse sentido, a participação da população LGBT na 1ª Conferência Municipal de Direitos Humanos de Caruaru/Pernambuco, assim como em outros espaços onde os direitos humanos são evocados, reflete o interesse desses sujeitos em dialogar com o poder público, denunciando seu cotidiano de violações e apresentando suas demandas para a gestão pública.

Conclusões

Enquanto espaços de participação social, as conferências podem proporcionar um debate mais aproximado entre a sociedade civil e o poder público. A realização de inúmeras conferências no Brasil, sobretudo a partir do ano de 2003, tem fomentado debates que podem substanciar a elaboração de novas políticas públicas.

O propósito deste trabalho foi realizar uma breve discussão a respeito da 1ª Conferência Municipal de Direitos Humanos de Caruaru/Pernambuco, considerando seu formato, organização e perfil dos/as participantes.

Compreende-se que em função do seu formato e características, não foi possível responder e refletir aqui sobre todas as questões relacionadas aos processos de participação social que se propõe a discutir direitos humanos. Entretanto, esse trabalho iniciou a reflexão e ensaiou algumas reflexões a respeito da conferência aqui tratada.

O formato da 1ª Conferência Municipal de Direitos Humanos de Caruaru/Pernambuco, que buscou compor as demandas dos movimentos sociais juntamente com os trabalhos apresentados por estudantes e pesquisadores das universidades e faculdades da região, contribuiu para a qualificação do 1º Plano Municipal de Direitos Humanos de Caruaru/Pernambuco, elaborado a partir das discussões da conferência. A organização, por meio de eixos temáticos, buscou potencializar o debate de questões relativas aos direitos humanos demandas pela sociedade civil, entretanto, apesar dos esforços, temas importantes para a cidade (saúde e meio ambiente, por exemplo) acabaram não sendo tratados na conferência.

Em relação ao perfil dos/as participantes, considerando as categorias de gênero, raça e orientação sexual, verificou-se um maior número de inscrições de mulheres, em detrimento de homens, maioria também de pretos e pardos em relação a brancos e amarelos, bem como constatou-se também a presença da população LGBT. Essa evidente participação de mulheres, pretos/pardos e LGBTs na 1ª Conferência Municipal de Direitos Humanos de Caruaru/Pernambuco não é por acaso, esses são grupos sociais que ainda hoje têm seus direitos humanos violados.

Estudos, pesquisas e investigações futuras, por meio de outros recursos metodológicos, poderão produzir outras reflexões sobre o formato, a organização e o perfil dos/as participantes da 1ª Conferência Municipal de Direitos Humanos de Caruaru/Pernambuco.

Referências

AMADO, João. A técnica de análise de conteúdo. **Revista Referência**, v. 5, p. 53-63, 2000.

BRASIL. **Balanco de Governo 2003-2010**. Livro 6, cap. 3: Democracia e Diálogo. 2010. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/publicacoes/balanco-de-governo-2003-2010/livro-6/6.3-participacao-social/at_download/file> Acesso em: 16 de maio de 2016

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: História e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: Métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3 ed. Porto alegre: Artmed, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, A. S. Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo, Editora: 34, 1999.

MINAYO, M. C. S. (Org); DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O. GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 27. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PERROT, M. **Mulheres públicas**. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1998

SANTOS FILHO, José Camilo dos; GAMBOA, Sílvio Sánchez. **Pesquisa educacional**: quantidade-qualidade. São Paulo, 1995.

TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves; SOUZA, Clóvis Henrique Leite de; LIMA, Paula Pompeu Fiuza. Novas lentes sobre a participação: utopias, agendas e desafios. In: SOUTO, Anna Luiza Salles; PAZ, Rosangela Dias Oliveira da (Orgs.) **Arquitetura da participação no Brasil**: uma leitura das representações políticas em espaços participativos nacionais. São Paulo: Instituto Pólis, 2012.

CUIDADO À MULHER: O QUE DIZ A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL LGBT

Andrea Alice Rodrigues Silva¹

Leticia da Silva Cabral²

Introdução

As temáticas relacionadas ao processo de saúde e adoecimento das mulheres que fazem sexo com mulheres vêm se configurando como um importante e emergente campo de estudos.

Questões referentes ao cuidado da mulher estão presentes de maneira periférica no campo da saúde coletiva e, dos estudos populacionais há cerca de três décadas, com discussões em torno das políticas e dos programas de controle da fecundidade. Anos seguintes, diante das condições históricas e, fortalecidas pelos movimentos de lutas das mulheres, passou-se a considerar o campo temático ligado a questões de saúde reprodutiva e sexual das mulheres.

A emergência da epidemia de AIDS trouxe preocupação quanto aos perigos da relação sexual desprotegida, mas, ainda restrita a questões particulares à homossexualidade masculina. De acordo com Barbosa e Koyama (2006, p. 1511), “o tema da homossexualidade feminina e sua relação com a saúde mantiveram-se marginais a todo esse processo” e, dentre suas perspectivas já revelavam um cenário preocupante no que diz respeito a igualdade e cumprimento dos direitos.

1 Universidade Federal de Pernambuco UFPE

E-mail: andrealekka@gmail.com

2 Universidade Federal da Bahia UFBA

E-mail: leticiacabral1109@gmail.com

Estudos sobre sexualidade evidenciam que determinados comportamentos sexuais são considerados definidores de identidades, colocando os sujeitos em estratos sociais, que sejam “o homossexual ou a lésbica”. Diversas perspectivas implicadas nestes estudos permitem salientar a importância das discussões acerca dos direitos humanos de determinada população, considerando o fato de terem tido os seus direitos lesados em diversos âmbitos.

Contudo, no século XX, com a ascensão dos movimentos feministas e *queer*, pôde-se notar um considerável deslocamento no contexto político e teórico dos estudos, passando a considerar mais fortemente análises na perspectiva de gênero (SCHRAIBER, 2008).

Realizada a análise dos marcos políticos envolvidos em todo esse processo de formação, é perceptível que a ampliação da participação social é um fator presente no segmento LGBT. Os fatores de segregação acentuados são responsáveis pela falta de acesso e pela vulnerabilidade a qual estão expostos.

Segundo Valadão; Gomes (2010) “lésbicas e mulheres bissexuais não têm apoio por parte dos profissionais de saúde para verbalizar suas orientações sexuais quando buscam assistência.” Essa questão é determinante para as falhas no processo e, ao menor número de mulheres presentes na realização de exames preventivos, assim como nas demais etapas, o que configura a invisibilidade das nuances assistenciais para tal.

O sexo entre mulheres e, suas formas de prevenção são, ainda, questões de difícil manuseio, tanto para as clientes que são assistidas pela atenção básica, quanto pelos próprios profissionais de saúde. O acesso ao serviço, a discriminação e preconceito são empecilhos para o desenvolvimento da assistência equitativa de qualidade.

A identidade de minorias atribuída à população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBTT) está relacionada ao modelo sexual legitimado e, ainda na atual conjuntura de feminismo, teorias de gênero, estudos gays e lésbicos não foram capazes de mudar paradigmas disciplinares (MISKOLCI, 2009).

Entretanto, deve-se considerar as questões específicas e *invisibilizadas* no adoecimento da lésbica ou mulher bissexual. Desse modo, cabe

questionar os possíveis motivos que impulsionaram a conjuntura do contexto. Na mesma direção, torna-se necessário perguntar: de quem é a demanda por esta política pública? Que interesses permeiam sua implantação e implementação? Quais vozes sustentam a institucionalização?

Nesse sentido, o presente artigo trata-se de um estudo reflexivo, realizado diante da análise do discurso da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, visando lançar luz sobre esses questionamentos, tem como objetivo identificar e analisar os fundamentos que sustentam a mesma.

Foi considerado o discurso como prática social de acordo com a perspectiva de Foucault (1969,2008), numa abordagem qualitativa (MINAYO, 2007) e de cunho documental (CELLARD, 2008). Além disso, considerada a concepção de rizoma de Deleuze e Guattari (1995), para fazer análises dos textos a partir de: recortes, conexões, encadeamentos, articulações, definições e problematizações, procurando desvendar os significados do conhecimento.

Utilizou-se conjuntos de enunciados produzidos pelos sujeitos, para análise da posição sócio histórica, considerando a perspectiva feminista (BUTLER, 2011) e Teorias de Gênero (SCAVONE, 2008). Buscou-se considerar discursos de base envolvidos na construção da Política Nacional de Saúde Integral LGBT pelo Ministério da Saúde.

Desse modo, foram analisados a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (BRASIL, 2004); o Documento-Base da Política LGBT (BRASIL, 2013) e seu respectivo Plano Operativo (BRASIL, 2013), bem como outros documentos oficiais do Ministério da Saúde e notícias jornalísticas referentes ao processo de construção, e, implantação da Política, em sites oficiais do governo e científicos, buscados a partir dos termos: “saúde das mulheres que fazem sexo com mulheres no Brasil”, “história da Política de Saúde LGBT”, dentre outros. Vale ressaltar que não houve intenção de esgotar o material existente e seus discursos em completude, entretanto, propõe-se a reflexão de alguns elementos que perpassam essas questões já enunciadas.

A relevância deste trabalho está na possibilidade de discutir acerca do que permeia o processo de construção da Política, tão como as práticas fortalecidas por ela ou mesmo, esquecidas nesse contexto, a partir dos diálogos contidos no espaço e tempo das mesmas, referentes ao olhar lançado para as mulheres dentro da Política de Saúde LGBT.

Cenário Enunciativo

Os enunciados caracterizam-se por serem acontecimentos considerados inesgotáveis pelo discurso da língua ou do próprio acontecimento, uma função cruzada de domínios de estruturas e unidades dentro de um tempo e espaço (FOUCAULT, 1986), que segundo Pinto (1989) tem sujeitos sociais como efeito dos discursos. Para tal, é preciso compreender os contextos dessa enunciação e caracterizá-los como cena, quando o discurso toma sentido.

O cenário para a composição do contexto e reflexões da Política LGBT resulta de vários momentos históricos, sendo dessa forma necessário recorrer a uma reconstrução, pautada em uma literatura que vai além dos documentos oficiais para a sua compreensão. Acerca dessa temática, Facchini e Barbosa (2006), no *Dossiê Saúde de Mulheres Lésbicas Promoção da Equidade e da Integralidade*, trazem:

A escassa, ou quase inexistente, produção científica abordando a temática saúde e homossexualidade feminina no Brasil; a inexistência de políticas de saúde consistentes para o enfrentamento das dificuldades e necessidades desta população; o precário conhecimento sobre suas demandas e a ausência de tecnologias de cuidado à saúde adequadas, aliados à persistência de pré-noções e preconceitos, convertem-se, no âmbito da saúde pública, por exemplo, no desperdício de recursos, no constrangimento produzido no atrito das relações no interior dos serviços de saúde, na assistência inadequada, e muito provavelmente num contingente de mulheres que não obtiveram seu diagnóstico, nem seu tratamento (Facchini & Barbosa, 2006:29).

Cabe ressaltar que, a assistência à saúde das mulheres que fazem sexo com mulheres (MSM) não é uma reivindicação recente e, foi construída diante não apenas da demanda evidenciada, mas ‘no grito’, propriamente dito, dos movimentos feministas, que já eram atores na luta desde o processo de construção da Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), evidenciando a necessidade de ações que abrangessem as singularidades e especificidades dos sujeitos. E dentro desse contexto, no ano de 2004, essas demandas das minorias foram apenas anunciadas, sem sequer apontar um plano, protocolos ou metas para o grupo (COSTA, 2009).

De maneira paralela, no mesmo ano, a Secretaria Especial de Direitos Humanos lança o *Brasil Sem Homofobia*, “com o objetivo de promover

a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbica, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais” (BRASIL, p.11, 2004), que visava também formalizar o Comitê Técnico “Saúde da População de Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais”, do Ministério da Saúde, resultando na estruturação de uma Política Nacional de Saúde para essa população.

Numa leitura crítica do documento, fica claro que, a maior preocupação ainda foi dada a questão do preconceito. Mas há de convir que, não se considera o preconceito no acesso aos serviços públicos, que deveria ser universal aos sujeitos, mas que para o cumprimento, ainda demanda de Políticas específicas para que seja respeitado, além de ficar claro que, apesar de prever o começo da proposição de ações, estas permaneceram sem se tornarem efetivas.

É importante ressaltar, que todo esse movimento de construção da Política se deu no Governo Lula (2003-2011). É fato que houveram narrativas anteriores, que se faziam contraditórias, por anunciar e não estruturar medidas para tal, como no Programa Nacional de Direitos Humanos-2 (2001), que previa em seu texto oficial “apoiar a regulamentação da parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo e a regulamentação da lei de redesignação de sexo e mudança de registro civil para transexuais” (BRASIL, p. 12, 2001), que só vieram a se tornar efetivos na Era PT, entre 2003 e 2015.

A Política Nacional de Saúde Integral LGBT é resultado de decisão política. Contudo, só ocorreu diante de manifestações recorrentes desde a PAISM, quando se buscava que as mulheres fossem consideradas para além da sua “função reprodutora”, pois essa já era uma questão discutida para os gays e invisíveis as lésbicas e mulheres bissexuais.

O contexto dessas mudanças é um Governo que vem dos movimentos sociais e, tem como marca o respeito as minorias. A Política foi instituída pelo então Ministro da Saúde, Alexandre Rocha Santos Padilha, em dezembro de 2011, no Governo Dilma; o mesmo tem sua trajetória marcada por integrar os movimentos estudantis na juventude e, estar presente na coordenação nacional da campanha de Lula (1989 a 1994), tendo sido esta ação, uma de suas primeiras, enquanto ministro, em respeito às demandas anunciadas pelo Comitê Técnico de Saúde LGBT (PORTAL BRASIL, 2011). O que fica claro é que, apesar dos anúncios de medidas até então, só a partir do Governo do PT é que essas demandas foram respeitadas e, o cenário levado em conta.

Já nas primeiras páginas do documento-base da Política de Saúde LGBT destaca-se o enunciado de reconhecimento de demandas de uma população em vulnerabilidade, afirmando ser: “um documento norteador e legitimador das suas necessidades e especificidades, em conformidade aos postulados de equidade previstos na Constituição Federal e na Carta dos Usuários do Sistema Único de Saúde” (BRASIL, p. 06, 2013), quando reafirma então, que esta vem legitimar e nortear essas necessidades, que já deveriam ser supridas diante do cumprimento do que rege a Constituição Federal e os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS); diante do descumprimento da equidade, pois de fato, os profissionais de saúde não estão preparados para atender as minorias.

Arriscando uma interpretação temerária e, apesar das idiossincrasias, pode-se dizer que as informações sobre jovens LGBT desconsideram as grandes linhas de processos históricos da questão de gênero - suas clivagens, e sustentam-se de desigualdade e vulnerabilidade, sem discutir as perspectivas, medos, necessidades e carências, no âmbito da saúde e, outros quaisquer. Esse contexto é refletido pela lacuna existente quanto a tecnologias que possam subsidiar o enfermeiro a apoderar os jovens na perspectiva do autocuidado e, quanto às ações de promoção e prevenção de saúde a essa população.

Discursos da Política LGBT

São chamados de discursos, enunciados apoiados na mesma formação contextual, ainda que desligados por princípios de unidade levando em consideração a materialidade ideológica que se concretiza no que é formado (FOUCAULT, 1986).

A diversidade empreendida nas falas do contexto mostra as concepções epistemológicas relacionadas a Política, o que representa os reflexos da ideologia presente no Documento. O texto mostra a construção das MSM enquanto sujeitos livres de necessidades no que diz respeito aos cuidados referentes a sexualidade.

No contexto da saúde é comum que o discurso equivocado de igualdade seja utilizado para justificar o não cumprimento de demandas específicas das minorias, em especial, referidos à sexualidade das MSM, colocando muitas vezes que, o atendimento diferenciado possa reforçar as ações discriminatórias. Ocorre que, essas argumentações apenas margeiam

as questões relativas ao cumprimento dos direitos da população e contribuem com a perpetuação da ideia de que, o respeito às diferenças não se faz pela equidade e, sim pelo exercício do cumprimento igual de direitos; acentuando desse modo, as desigualdades presentes no contexto de assistência à essas pessoas e, também à proposição e discussão de melhorias aos mesmos (MOSCHETA, 2011).

Ao tratar sobre vulnerabilidades e, os determinantes sociais que estas envolvem, a Política de Saúde LGBT faz referência ao Plano Nacional de Enfrentamento de Aids e das doenças sexualmente transmissíveis entre Gays, homens que fazem sexo com homens e Travestis (BRASIL, 2008), trazendo também que as homofobias e segregações sociais estão relacionadas a esse fato. Nesse contexto, fica claro que, inclusive no texto-base a mulher tem sua visibilidade ferida nesse sentido, quando em todos os pontos trazidos acerca do HIV, são voltados à população masculina, desconsiderando a possibilidade real de acometimento também em relações entre mulheres. Segundo Butler (2011), as categorias de identidade que originam essas questões são efeitos de instituições, práticas e discursos, com origens bastante difusas, mas que recaem sobre as formações políticas e sociais, interferindo nas decisões e ações propostas por estas.

No decorrer do texto-base, o discurso epidemiológico, é pautado numa concepção de risco relacionada ao descuido do próprio sujeito, associado ao despreparo profissional que é fundamentado numa formação e sociedade *heteronormativas*, com padrões que influenciam inclusive no âmbito das políticas públicas. Ainda que a tragam em seu discurso como um “marco histórico de reconhecimento de demandas” (BRASIL, 2013, p.06), fica claro que a Política Nacional de Saúde LGBT precisaria trazer outras abordagens a fim de incluir as diferentes necessidades diante das demandas específicas. Mas, não se pode negar que, de todo modo, esta apresenta avanços quanto a assistência a essa população e trará bons resultados se tiver suas propostas implementadas.

Ao cumprimento da universalidade de direitos se baseia o principal objetivo da Política, que por si só, já deveria ser cumprido pelo que rege a Constituição Federal (CF) (1988), mas acontece que, de acordo com Matos (2008), o acesso as diversas formas de políticas públicas, atualmente possui um viés de gênero, que se determina por essa questão, não se tratando de especificidades naturais da assistência, mas na sua abordagem e atenção, o que implica que, não sejam levadas em consideração as necessidades

individuais dessas mulheres, no que se refere, por exemplo, a sua sexualidade, saúde mental e, a questão da violência.

No texto, pouca atenção é dada a índices de morbidade e mortalidade para a população LGBT, tampouco para as MSM. Os termos aparecem apenas duas vezes no decorrer da Política, sem análise da situação e, propostas específicas de redução relacionadas a questão da violência ou mesmo, as DST, sem muita problematização acerca das evidências e a complexidade do cenário.

As demandas existem e são nítidas, o cumprimento carece de ações baseadas nestas evidências. Nesse contexto, acrescenta-se ao debate, o feminismo na luta por determinadas conquistas presentes e, diante das que ainda se buscam nos diversos âmbitos, configurados no holismo da atenção necessária, no que se considera como atual definição de saúde.

Segundo Scalone (2008), esse cenário ocorre num contexto de historicidade da dominação de gênero, evidenciado em diversas questões, como as apontadas, tendo a formação do contexto, respondendo pela construção social das diferenças entre os sexos e, nas demandas a eles, relacionadas.

É importante discutir tais relações normativas e formativas relacionadas aos governos – suas demandas e olhares e, discutir essas diretrizes e protocolos com o intuito de refletir sobre as condições de saúde e os desafios enfrentados pelos sujeitos (des)assistidos, de modo a possibilitar a análise desse campo e requerer o cumprimento dessas demandas.

Considerações finais

Ainda que a Política de Saúde LGBT apresente-se como uma tentativa de promover equidade, é um projeto em construção. O caráter de renovação das políticas se faz necessário diante do contexto de mudança a que os sujeitos estão suscetíveis. É preciso levar em consideração o que vai além, possibilitar outros estudos com evidências para as necessidades reais.

Os atores envolvidos nesse processo estão situados de acordo com movimentos políticos bastante aparentes e, é preciso que essa barreira esteja além de propostas governamentais de abrangências específicas, levando em consideração o cumprimento de direitos.

A análise dos discursos destacados evidencia lacunas nas propostas e, silenciamentos que precisam ser melhor discutidos e evidenciados nesse contexto. Há uma complexidade envolvida no processo de implantação

da Política, com questões que estão ancoradas no preconceito enrustido e enraizado em diversos contextos.

Desse modo, fica clara que a proposição de ações não é o ponto chave da resolutividade da implementação, é necessário que haja reflexões constantes acerca das garantias da CF e dos princípios do SUS. É necessário o desenvolvimento de estudos que parem sobre as homossexualidades femininas, com o intuito de dar significado a essas questões já propostas e visibilidade para as demais necessidades, que são claras.

Referências

ARAUJO, M. F.; SCHRAIBER, L. B.; COHEN, D. D. Penetração da perspectiva de gênero e análise crítica do desenvolvimento do conceito na produção científica da Saúde Coletiva. *Interface: Comunicação, Saúde e Educação*, São Paulo, v. 15, n. 38, p. 805-818, 2011.

BARBOSA, Regina Maria; KOYAMA, Mitti Ayako Hara. Mulheres que fazem sexo com mulheres: algumas estimativas para o Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 7, p. 1511-1514, July 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2006000700015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em Abril 2016

BRASIL, Ministério da Saúde. **Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de AIDS e das DST entre Gays HSH e Travestis**. Brasília, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual**. Brasília, 2008a. Disponível em: <<http://pesquisa.bvsalud.org/bvsmis/resource/pt/mis-978>> Acesso em abril de 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH 2**. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.observatoriodesequ岸anca.org/boas+praticas/dh/pndh>> Acesso em 01 Abril de 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CELLARD. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

COSTA, Ana Maria. Participação social na conquista das políticas de saúde para mulheres no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1073-1083, Ago. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000400014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 Abril 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Micropolítica e segmentaridade. In: **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996, vol. 3, p. 83-115.

DRAIBE, Sônia M. As Políticas Sociais e o Neoliberalismo. **Revista da USP**, São Paulo, n. 17, 1993.

FACCHINI, Regina; BARBOSA, Regina. **Dossiê: Saúde das Mulheres Lésbicas promoção da equidade e da integralidade**. Belo Horizonte: Rede Feminista de Saúde, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2007.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p. 150-182, June 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222009000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24. Abril 2016.

MOSCHETA, Murilo dos Santos. **Responsividade como recurso relacional para a qualificação da assistência a saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais**. Ribeirão Preto, 2011. 213p.

NOGUEIRA, Conceição. **Um Novo Olhar Sobre as Relações Sociais de Gênero: perspectiva feminista crítica na psicologia social**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; 2001.

PINTO, C. R. J. **Com a palavra o senhor Presidente Sarney: ou como entender os meandros da linguagem do poder**. São Paulo: Hucitec, 1989.

PORTAL BRASIL, **Ministério da Saúde lança política de atenção à população LGBT**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/saude/2011/12/ministerio-da-saude-lanca-politica-de-atencao-a-populacao-lgbt>> Acesso em 01 Abril de 2016.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista?. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 173-186, Apr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2008000100018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 Maio 2016

VALADAO, Rita de Cássia; GOMES, Romeu. A homossexualidade feminina no campo da saúde: da invisibilidade à violência. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p. 1451-1467, Dec. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010373312011000400015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 Maio 2015.

LIMITES E POSSIBILIDADES DA LUTA CONTRA HOMOFOBIA NA CIDADE DE PICOS - PI

Andrea Alice Rodrigues Silva¹

Leticia da Silva Cabral²

Introdução

A violência contra homossexuais tem representado um tema central para o ativismo, governos e mídia. É importante tratar desse contexto diante do problema real que representa e, da situação enfrentada pela população de pessoas homossexuais, ao deparar-se com as mais diversas formas de manifestação.

A homossexualidade acompanha a história da humanidade e nem sempre foi aceita ou tolerada, havendo restrições a sua externalidade e, ao comportamento, de acordo com cada tempo, espaço, regras sociais e padrões estabelecidos pela sociedade, contexto esse, que se perdura e propaga na conjuntura atual (TONELI, 2012).

Nesse sentido, justifica-se o interesse nesta temática e reafirma a relevância deste trabalho na afirmação que a violência e a homofobia estão presentes na cidade de Picos-PI de maneira muito intensa, região esta, que tem uma cultura machista e homofóbica bastante delimitada pela sua construção social, demonstrando imperativa a necessidade de contribuições teórico-práticas para transformar essa realidade.

O cenário dessa pesquisa é o município de Picos-PI. A cidade apresenta como característica social, a mistura étnica, com uma população

1 Universidade Federal de Pernambuco UFPE

E-mail: andrealekka@gmail.com

2 Universidade Federal da Bahia UFBA

E-mail: leticiacabral1109@gmail.com

bem diversificada, caracterizada por ser uma cidade universitária e, receber sujeitos para o ingresso no mundo do trabalho. É cortada pelo rio Guaribas e, pertence a mesorregião Sudeste Piauiense.

A pesquisa foi dividida em três momentos, a saber: As faces históricas da violência contra homossexuais e a sua construção sócio histórica; Reflexão sobre a construção dos movimentos que lutam pelos direitos dos homossexuais no estado Piauí; Discussão da realidade vivenciada por homossexuais no bojo da sociedade picoense, com análise do enfrentamento a homofobia e, os limites e possibilidades da luta contra homofobia no município.

Além disso, foi realizada pesquisa bibliográfica para melhor discutir e contextualizar a temática abordada. Desta forma, decifrando o contexto da situação de violência aos homossexuais nesta cidade.

Após a definição do campo de investigação foi definida a amostra dos sujeitos de pesquisa, os quais foram 20 homossexuais que afirmaram ter sofrido algum tipo de violência homofóbica e, que participam de algum tipo de organização política e/ou social.

Definido os sujeitos da pesquisa, foi construído um roteiro de entrevista semiestruturado, aplicados junto aos sujeitos da pesquisa através da técnica de entrevista, sob uma abordagem qualitativa (SANTOS, 2007). A análise dos dados foi feita através tendo como base as fontes teóricas utilizadas para construção do referencial teórico do referido estudo.

Dessa forma, o presente visa compreender os limites e possibilidades da luta contra homofobia na cidade de Picos - PI, com o intuito de discutir e analisar os aspectos referentes a construção sócio histórica das vivências homoafetivas na cidade de Picos-PI.

Homofobia e seu enfrentamento

Desde o século XIX, o termo homossexualidade é conhecido e, ao mesmo tempo, marginalizado. Há registros de que a homossexualidade existe desde quando existe a heterossexualidade, de acordo com a dialética hegeliana.

Segundo os estudos de Junqueira (2011), os primeiros relatos da homossexualidade aconteceram por volta da terceira dinastia egípcia, cerca de 2.500 anos A.C. Para o autor, escritos mencionavam a homossexualidade na Mesopotâmia, Suméria e Assíria. A mitologia grega é abundante em relatos de deuses e heróis homossexuais.

Os textos históricos e materiais arqueológicos encontrados no entorno das antigas cidades gregas, em especial, Atenas e Esparta, apontam para uma civilização que exaltava as relações de amizade entre os rapazes e os homens mais velhos. Os elogios, os prazeres, a vontade de saber e os atos sexuais efetivados entre os iguais davam-se através do exercício de uma liberdade real. Estas relações apareceram como um meio de elaboração e codificação das condutas morais do cidadão; do que deve ser permitido ou proibido entre nos espaços públicos; das práticas éticas e pedagógicas; dos caminhos do autoconhecimento; da estética de si e dos exercícios espirituais e ascéticos (FOUCAULT, 1979).

No que diz respeito à pederastia, pode-se afirmar que a mesma era encarada como um sentimento puro. No entanto, se a ordem fosse subvertida e um homem mais velho mantivesse relações sexuais com outro, estava estabelecida sua desgraça – os adultos passivos eram encarados com desprezo por toda a sociedade, a ponto de o sujeito ser impedido de exercer cargos públicos (NAPHY, 2006).

Na época, a homossexualidade era vista como um transtorno mental e, a lobotomia era um dos tratamentos utilizados para os que a praticassem. Desenvolvida pelo neurocirurgião português António Egas Moniz, consistia em uma técnica cirúrgica que cortava um pedaço do cérebro dos doentes psiquiátricos, mais precisamente nervos do córtex pré-frontal.

Na Suécia, três mil gays foram lobotomizados. Na Dinamarca, 3500 – a última cirurgia foi em 1981. Nos Estados Unidos, cidadãos portadores de “disfunções sexuais” lobotomizados chegaram às dezenas de milhares (NAPHY, 2006).

Entendido como o indivíduo a ser corrigido nos fins do século XIX, o homossexual será tratado dentro de um espaço mais restrito do que o do monstro que havia sido limitado pelas leis da natureza. Visto como espécie anormal, problematizado a partir da sexualidade infantil, este não aparecerá apenas com um monstro cotidiano, empalidecido e banalizado pelo desgaste da vigília perpétua do núcleo familiar que, junto às instituições vinculadas escola, paróquia, comunidade e olhares policiadores da cidade desenvolveram métodos e regras natimortos de correção e disciplinas, através das quais o homossexual aparecera como figura ambígua e indivíduo corrigível que deverá ser colocado em um meio de correção mais apropriado (FOUCAULT, 1979).

O Brasil continua sendo o campeão mundial de homicídios contra as minorias sexuais. Estatísticas mostram que cinco homossexuais são mortos a cada duas semanas, os números superam os Estados Unidos e Inglaterra, países onde os crimes de ódio são frequentes e ainda existem restrições legais à prática homossexual, superam ainda, os países islâmicos e africanos, considerados mais homofóbicos, onde há legislação punitiva contra os praticantes do que é considerado como “vício dos colonialistas brancos” (MOTT, 2011).

Para Mott (2011), o país convive com uma contradição na medida em que apresenta “mais de 150 paradas gays, abriga a maior associação de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) da América Latina”, mas, ao mesmo tempo, é líder mundial de mortes contra essa população. Segundo ele, “a homofobia cultural é forte no Brasil”, inclusive ressalta a subnotificação de assassinatos à homossexuais, alimentando e alimentados por essa cultura.

O estudo também aponta que o Brasil lidera o ranking mundial de assassinatos de homossexuais. Nos Estados Unidos, foram registrados 14 homicídios de travestis em 2010, enquanto no Brasil, foram 110 assassinatos. Além disso, o risco de um homossexual ser morto violentamente no Brasil é 785% maior que nos Estados Unidos.

Entre os estados, a Bahia, na região Nordeste que aqui se destaca pela sua cultura machista que contribui para a intensificação da homofobia, é pelo segundo ano consecutivo o estado com maior número de assassinatos de LGBT's, são 29 homicídios, segundo o relatório anual (ASSASSINATO HOMOSSEXUAIS NO BRASIL, 2015). Com 43% dos casos, o Nordeste é a região que tem mais homicídios de homossexuais e travestis. Levando em conta o número da população, Alagoas é o estado com maior número de morte de homossexuais por habitantes. Considerando as capitais, Maceió é a que tem o maior número de gays assassinados.

Segundo dados do Grupo Gay da Bahia (GGB), 43% dos homicídios foram a tiros, 27% a facadas, 18% por espancamento e 17% por sufocamento ou enforcado (ASSASSINATO HOMOSSEXUAIS NO BRASIL, 2015). Neste sentido as reivindicações, as lutas, os protestos, os debates e até mesmos os estudos referentes a esta temática não pode cessar, pois através desta discussão e destes dados percebemos cada vez mais a importância dos mesmos na correlação de forças para uma conjuntura mais favorável aos homossexuais.

Nesse sentido, temos a Lei nº 5.431, de 29 de dezembro de 2004 do Governo do Estado do Piauí, que dispõe sobre as sanções administrativas a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual. Diante disso, hoje se faz possível, a denúncia da violação dos Direitos Humanos de LGBT (Transfobia, lesbofobia e homofobia), esta deve ser registrada junto ao Disque 100 da Secretaria de Direitos Humanos, para isso, basta discar gratuitamente para o número 100, não sendo necessário se identificar.

Lésbicas, gays e bissexuais não reivindicam “direitos adicionais” ou “especiais”, mas a observância dos mesmos direitos das pessoas heterossexuais. As pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) são negadas, tanto pela lei ou pela prática, direitos civis, políticos, sociais e econômicos básicos. Por meio da prática ou de provimentos criminais especiais com base na orientação sexual, em muitos países são negados às lésbicas, gays e bissexuais, *igualdade de direitos* diante da lei (DIAS, 2009).

Os direitos à livre expressão e à livre associação, o direito à saúde física e mental, o direito de formar uma família, os direitos de proteção familiar, o direito à educação e etc.

Pode-se perceber que, o reconhecimento legal e judicial de direitos LGBT no Brasil tem avançado. Se por um lado a homossexualidade não é considerada crime desde 1830, nas últimas décadas tem-se avançado na igualdade de direitos entre casais homossexuais e heterossexuais, além do combate à discriminação. Entre as reivindicações quanto a direitos LGBT, pode-se citar o reconhecimento das uniões homossexuais, conquista de direitos previdenciários, combate à discriminação, adoção e reconhecimento jurídico da mudança de sexo. As decisões judiciais têm avançado bastante no reconhecimento de direitos, enquanto a legislação tem encontrado resistência para avançar (DIAS, 2001).

Mesmo com esses avanços, Costa (1992) salienta que o silêncio acerca das situações de violência contra gays está calcado sobre o fenômeno da homofobia vista, grosso modo, como uma manifestação arbitrária frente ao outro, compreendido como contrário, inferior e anormal, sendo apresentada como uma atitude hostil, de repulsa irracional (homofobia afetiva) em respeito à homossexualidade (apreendida como algo fora do universo comum dos seres humanos), pode ser comparada como à xenofobia, ao racismo e ao antissemitismo que deve ser tratada como crime contra a humanidade.

Em Picos, essa situação não se difere do contexto mundial. Este segmento hoje é o mais vulnerável na Cidade, são os que mais estão expostos a violência homofóbica. Nos últimos 5 anos, 8 LGBT Gays foram assassinados todos com requinte de crueldade e que tipifica requinte homofóbico.

É nítida a homofobia sofrida pelos homossexuais e a necessidade da efetivação de políticas públicas voltadas a este segmento da população. Na nossa cidade, percebe-se a atuação do movimento LGBT na luta contra a homofobia.

Em Picos, o Movimento LGBT teve início no ano de 2006, tem como idealizadora e fundadora do Movimento a Travesti Jovanna Cardoso da Silva. A mesma é representante do Grupo Guaribas de Livre Orientação Sexual (GGLOS). Este visa promover a integração e cidadania da comunidade em geral, especificamente as comunidades que sofrem discriminação e preconceito devido a sua orientação sexual e/ou sorologia em relação à população LGBT (SOUSA JUNIOR, 2001).

O GGLOS é uma Organização não Governamental (ONG) composta por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travesti e Transsexuais da Macrorregião de Picos. Atinge, na cidade, uma população estimada em 1480 pessoas e na Macrorregião a estimativa é de 5600 pessoas.

Fundada em maio de 2007, a ONG tem respaldo e reconhecimento Nacional e em órgãos como a UNAIDS. Matem parceria técnica e apoio financeiro no Governo Federal e Estadual.

O Grupo Guaribas de Livre Orientação Sexual na cidade de Picos obteve várias conquistas, tendo como uma das mais importantes, o nome Social Para Mulheres Travestis.

Como fruto das articulações políticas do GGLOS foi criado no município a coordenadoria de Direitos Humanos. Esta tem como uma de suas missões valorizar o cidadão picoense em especial os menos assistidos deixados à margem socialmente e culturalmente dentre eles o público LGBT, População Cigana, população de rua, populações de Terreiros, e etc.

A coordenadoria faz enfrentamento, ainda, ao trabalho escravo e a intolerância religiosa, a misoginia, machismo, homofobia, preconceito racial, heteronormatividade compulsória, geracional e social. É um órgão público inserido na estrutura da Secretaria de Trabalho e Assistência Social Municipal de Picos.

Tem como finalidade dialogar com os governos e organismos nacionais e internacionais na busca de parcerias para as ações de inclusão que

combata todas as formas de preconceitos, e, ainda, propor ao Prefeito Municipal e aos órgãos competentes ações que beneficie todas as populações marginalizadas socialmente e promover a reinserção social, o resgate e a construção.

Nesse sentido, em Picos, comemora-se o dia 17 de maio, como em nível nacional, o dia internacional contra a homofobia (ódio, agressão, violência, discriminação e até morte de LGBT). Esta data marca uma vitória histórica do Movimento LGBT internacional. Foi quando a Organização Mundial de Saúde retirou a homossexualidade do Código Internacional de Doenças. O Decreto Presidencial de 04 de junho de 2010 incluiu o Dia Nacional de Combate à Homofobia no calendário oficial federal.

O município dispõe da criação do Dia Municipal de Combate a Homofobia, estabelecido na Lei nº 2.295/08, de 11 de junho de 2008, Art. 1º - fica instituído, no âmbito do Município de Picos o “Dia Municipal de combate a homofobia”, a ser comemorado todo dia 17 de maio de cada ano.

Com a tentativa de conscientizar e diminuir a questão da homofobia temos a realização da parada da diversidade sexual. Esta se caracteriza como o maior evento de concentração popular de rua em Picos.

É uma manifestação que é concretizada pelo movimento LGBT's, mas é uma parada onde cabe todas as pessoas despidas de preconceito, todos os grupos que historicamente tem sofrido discriminação em uma sociedade como a nossa.

Em Picos já está na 10º edição da parada, denominada Parada da Diversidade, e desde sua primeira edição traz temas diferenciado, que consegue dialogar com a sociedade. De acordo com Jovanna, “as paradas da diversidade não servem apenas como momentos de festa”.

Existem eventos que antecedem a parada e servem para informar a sociedade sobre o preconceito, o respeito em relação às diferenças, a integração social de todas as pessoas e principalmente fazer um trabalho de extrema utilidade pública, que é orientar a sociedade a se prevenir das Doenças Sexualmente Transmissíveis.

E mesmo com todas essas atividades e conquistas, ainda presenciamos casos cruéis de violência a pessoas homossexuais.

Nesse sentido podemos afirmar que, somente políticas não bastam. Senão existir uma articulação entre essas instituições e pessoas refletindo e

propondo questões relacionadas a este tema não teremos uma perspectiva de mudança dessa realidade.

No que diz respeito as entrevistas podemos constatar alguns limites que dificultam a luta contra a homofobia na cidade de Picos e na sociedade como um todo. O pilar destes limites é a cultura conservadora em que vivemos que dá sustentação ao modelo conservador de família e que tem sua origem na sociedade capitalista com um supervalorização do “ter” e não o “ser”.

Nesse sentido, também percebemos que 100% dos entrevistados se descobriu como homossexual na adolescência, mas já percebiam características que os levaram a chegar essa conclusão.

Isso podemos exemplificar de acordo com a seguinte entrevista: “Na realidade eu sempre me vi diferente dos outros garotos, mas só percebi quando me apaixonei por um rapaz do colégio quando eu fazia oitava série (ENTREVISTADO 1)”.

Ocorre que para o momento de descoberta, a maneira que as pessoas LGBT lidam com isso ou mesmo, a relação com a família e o seu círculo são determinantes. A sociedade não aceita as orientações sexuais não heteronormativas, alimenta essa dificuldade das pessoas em se perceber e aceitar, o que gera uma cadeia de sofrimentos, de auto violência, sofrimento psicológico e a dificuldade de aceitação.

Todos, também, sofreram a primeira reação homofóbica no seio familiar, muitos ainda continuam sofrendo discriminação em casa. Como podemos constatar através do entrevistado: “Minha mãe deixa, mas não aceita, no fundo sei que o sonho dela é me ver casar, ter filhos, meu pai não toca no assunto, se mantém neutro com relação a qualquer coisa” (ENTREVISTADO 4).

A família, instituição permeada de crenças e valores se configura enquanto espaço de formação e também de formadores, incorporados espontaneamente pelas situações cotidianas. Desse modo, ela não está isenta das consequências resultantes da heteronormatividade imposta à sociedade, atuando muitas vezes, como reprodução desse mesmo preconceito e discriminação, presentes na sociedade de modo geral. Assim, a família também utiliza-se de opressão e reprodução de conceitos que possibilitam acentuar essas violências, ocorridas no seio familiar ou fora dele (PERUCCHI, 2014).

Em relação ao diálogo com a sociedade, o maior evento que temos interligado ao nosso tema são as paradas da diversidade sexual. Sob esta

temática podemos perceber que a maioria dos homossexuais acha importante pela questão da visibilidade com teor político.

Constata-se também que a questão financeira tem grande relevância e se destaca como um limite que dificulta esta luta contra homofobia. Isto pode ser considerado, a partir do fato de alguns gays possuírem um maior poder aquisitivo, aquecendo o circuito econômico e desta forma falseando um “não” preconceito pela sua orientação sexual pelo fato do “ter” e não do “ser”.

Uma outra questão observada que é o surgimento de ícones que representam a cultura conservadora, em especial ligada a religiões. Isto no momento que percebemos, contraditoriamente, mudanças e conquistas positivas para os homossexuais na sociedade. Esses representantes reforçam o preconceito e suas ações fazem regredir a luta contra a Homofobia.

Como exemplificada nas entrevistas a seguir: “Felizmente vejo hoje uma aceitação maior pela sociedade. Embora existam Felicianos e Malafaias para converter mentes vazias e carentes de cultura. Mas vejo um futuro menos árduo na vivência de uma geração que exercerá uma sexualidade livre de rótulos” (ENTREVISTADO 17).

Por fim, vale destacar que, a homofobia não é somente a violência física, mas todo tipo de violência praticada contra os homossexuais – a física, a psicológica, entre outras. Na cidade de Picos é unânime entre homossexuais e heterossexuais a afirmação que a mesma é muito preconceituosa e muito ainda tem a avançar.

Nesse sentido, mais uma vez percebermos a relevância de discussões como esta para tentarmos modificar essa situação. Apesar disso acreditamos que é necessário a construção de uma convivência cada vez mais fraterna e humana, pois é esse olhar de fraternidade que faz diferença na consolidação de um mundo melhor para todas as pessoas independentemente de sua orientação sexual ou de qualquer outro aspecto de sua vida.

Considerações finais

Este trabalho vem no sentido de trilhar caminhos para uma percepção que a homossexualidade é uma forma de orientação sexual assim como outras e que, portanto, não se deve tratar os indivíduos que a vivenciam de forma discriminatória.

A sociedade, bem como o ordenamento jurídico, não pode abster-se de um problema social que é a homofobia, referindo-se a ele como o problema da minoria. Respeitar as diferenças mesmo que não concordando com elas é um passo gigantesco para se construir uma vida com mais qualidade e harmonia.

Para tanto é dever de o Estado coibir as condutas homofóbicas, tendo em vista a garantia da dignidade a todos os indivíduos, inclusive a dos indivíduos inseridos na sociedade picoense, que é nosso universo de pesquisa.

Referências

ASSASSINATO HOMOSSEXUAIS NO BRASIL: 2015 **Relatório anual do Grupo Gay da Bahia**. Salvador, 2015. Disponível em: <http://www.ggb.org.br/assassinatosHomossexuaisBrasil_2015_pressRelease.html> Acesso em: Set 2016.

COSTA, Jurandir Freire. **A inocência e o Vício**: estudos sobre o homoerotismo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

DIAS, Maria Berenice. **Homoafetividade e o Direito a Diferença**. São Paulo. Novas letras. 2009.

_____. Maria Berenice. **União Homossexual o Preconceito e a Justiça** 2.ed.Porto Alegre: Livraria do Advogado,2001.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**, vol. 1: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas**. Disponível em: [http:// www.scielo.br\homofobia](http://www.scielo.br/homofobia). Acesso em 24 de Novembro de 2008.

MOTT, Luiz, Editora Grupo Gay da Bahia. **Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil, 1999**. Salvador, 2011.

NAPHY, William. **História da Homossexualidade**. São Paulo. 7º ed. CIA das Letras, 2006.

PERUCCHI, Juliana; BRANDAO, Brune Coelho; VIEIRA, Hortênsia Isabela dos Santos. Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 19, n. 1, p. 67-76, Mar. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413294X2014000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em Maio 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2014000100009>

REICH, William. **O caráter genital e o caráter neurótico**. In W. Reich, Análise do caráter (M. L. Branco & M. M. Pecegueiro, trads, p. 165-185). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1933), 1995.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia do conhecimento**. 7ª edição. Rio de Janeiro. Lamparina, 2007.

SOUZA JUNIOR, Paulo Mafra de **O Silêncio e o Segredo do cabeça de cuia: um estudo sobre a situação de violência vivida pelos gays no Vale do Rio Guaribas/ Paulo Fernando Mafra de Souza Junior- Recife: O Autor, 2011.**

TONELI, MJF. **Sexualidade, gênero e gerações: continuando o debate**. In JACÓ-VILELA, AM., and SATO, L., orgs. Diálogos em psicologia social [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 147-167. ISBN: 978-85-7982-060-1. Disponível em <www.books.scielo.org> .

MOVIMENTO SOCIAL E ATIVISMO LGBT NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE DIREITOS SEXUAIS E CIDADANIA

Alexandre Martins Joca¹

Introdução

Este artigo apresenta as lutas empreendidas nas últimas décadas pela sociedade civil organizada em torno dos direitos da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). A abordagem sobre a mobilização social LGBT, ou melhor, sobre as lutas, conquistas e desafios desse movimento no Brasil, dar-se pela necessidade de ampliar o alcance dos movimentos sociais e fomentar os debates sobre os direitos sexuais dessa população.

Um conceito em constante construção e fundamental neste percurso é o de “homofobia”. Em uma tradução mais objetiva e sucinta, Mott (2006) a traduz como “ódio generalizado contra os/as homossexuais e a homossexualidade”. Carvalho, Andrade & Junqueira (2009), acrescentam:

Termo comumente utilizado para definir o medo, o desprezo, a desconfiança e a aversão em relação à homossexualidade e às pessoas homossexuais ou identificadas como tais. A homofobia não diz respeito apenas ao universo variado de manifestações psicológicas negativas em relação à homossexualidade. Ela está na base de preconceitos, discriminações e violências contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e todas as pessoas cujas sexualidades ou expressão de gênero não se dão em conformidade com a heteronormatividade e as normas de gênero (CARVALHO, ANDRADE & JUNQUEIRA, 2009, p. 24).

¹ Universidade Federal de Campina Grande - UFCG
E-mail: alexmartinsjoca@yahoo.com.br

Neste sentido, para que se perceba como a sociedade moderna e ocidental se constrói sob a perspectiva de uma hegemonia ideológica sexista, racista e homofóbica, torna-se imprescindível a observação de sua constituição organizacional, seus espaços de socialização, nos quais os saberes sobre o sexual são produzidos e reproduzidos, histórico e culturalmente, na “vontade de saber” (Foucault, 1988) e na proliferação dos discursos diversos sobre ele.

No Brasil, nas últimas décadas, algumas instituições e ativistas do movimento LGBT, em suas ações comunitárias, no campo da organização da sociedade civil LGBT, têm utilizado a expressão “diversidade sexual” em seus discursos e práticas, ao referir-se às questões sobre orientação sexual, com o objetivo de dar visibilidade à diversidade humana e às diversas possibilidades de orientações e identidades sexuais. Nas últimas décadas, esse movimento têm posto à mesa suas inquietações e reivindicações e construído uma história de luta por direitos sexuais e humanos, conforme veremos no tópico que segue.

2. Mobilizações Sociais pela Diversidade Sexual e Direitos de LGBT

As três últimas décadas do século XX e o início do século XXI no Brasil foram marcados por transformações políticas, sociais e culturais. Em meados da década de 1970 e início dos anos de 1980, - com a Ditadura militar em declínio e o início do processo de redemocratização do país - o movimento social², antes mobilizado basicamente em torno das lutas de classe, nos espaços do movimento partidário e sindical, e destituído dos direitos de participação política pelo autoritarismo militar, reorganizou-se dando margem ao surgimento e constituição de outros espaços e sujeitos sociais direcionados a lutas específicas. “Referidos a conflitos que teriam sua origem na “esfera da cultura”, do indivíduo ou das escolhas pessoais, esses movimentos foram tratados separadamente daqueles que permitiam alguma conexão com o conflito de classe” (FACCHINI, 2005), sendo chamados Novos Movimentos Sociais – NMS³.

2 Adoto o conceito de movimentos sociais de Melucci, que os define como uma forma de ação coletiva baseada na solidariedade; desenvolvendo um conflito e rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação (MELUCCI *apud* SCHERER-WARREN, 1993).

3 Ao analisar a utilização, por estudiosos dos movimentos sociais, de adjetivos como “alternativo”, “libertário” e “novos”, atribuídos ao movimento homossexual, feminista, negro e ecológico para

Esse reordenamento na organização da sociedade civil em vistas à participação nas decisões políticas do país é observado por alguns estudiosos como consequência da constituição de novas identidades coletivas, constituídas a partir de demandas sociais específicas. Desse modo, os NMS organizam-se em torno de questões diversas, tendo como desafio o enfrentamento aos fatores socioculturais fontes de desigualdades sociais. Dentre os mais visíveis estão as questões de gênero, étnica, direitos humanos e ambiental.

Desde então, dentre esses novos sujeitos sociais, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais protagonizaram e protagonizam as lutas comunitárias em defesa do direito à liberdade de orientação sexual. No entanto, apesar da conquista democrática, legitimada pela Constituição Cidadã de 1988, e paralela à participação e mobilização social entorno de ideais democráticos e das lutas por igualdade de direitos, o avanço das políticas neoliberais em meados da década de 1990 e no início do século XXI, na chamada “Era FHC”, aprofundou consideravelmente as desigualdades sociais. Tais desigualdades, oriundas do sistema capitalista neoliberal, e regidas pela primazia do capital em detrimento dos direitos sociais, perpassam as questões de classe, de identidade de gênero e de etnias, produzidas pelo machismo, heterossexismo e racismo, herança de nossa cultura ocidental cristã. “O fato de não operarem com referências diretas ao conflito de classe não significa que movimentos como o movimento homossexual não tenham o potencial de produzir mudanças de ordem cultural e criar novos tipos de hierarquia social”, lembra Facchini (2005).

Nesta última década, com a chegada da “esquerda” ao poder e da migração de um grande contingente de militantes dos movimentos sociais para o governo, ampliou-se o diálogo entre movimento social e Estado no sentido da efetivação de políticas públicas de enfrentamento às desigualdades sociais. No entanto, a dinâmica do cenário político permanece dependente de acordos externos, de modo que as desigualdades continuam presentes em nosso cotidiano, a reafirmar valores e condutas sociais e

distingui-los dos movimentos baseados na luta de classe, Facchini (2005) observa nessa distinção duas implicações: “Por um lado, conduz as dificuldades no sentido de perceber que as classes sociais, como hierarquizações baseadas em uma classificação daquilo que nos cerca, não estão tão distantes da “esfera da cultura”. Por outro lado, obscurece a percepção de que a questão dos conflitos ou identidades baseadas em classes sociais perpassa os movimentos referidos a questões “culturais” FACCHINI, 2005).

sexuais ratificadores de preconceitos e discriminações dirigidas aos sujeitos LGBT.

Nesse contexto, o movimento LGBT tem, ao longo dessas quatro décadas, construído uma história de conquistas e desafios frente aos fatores importantes que caracterizam estes tempos de ânsia por democracia, cidadania e igualdade de direitos. A discussão acerca dos saberes sobre a diversidade sexual foi fomentada a partir dos anos 1970, quando se dá início a mobilização de LGBT (até então conhecido como movimento homossexual) em busca de seus direitos, de sua cidadania. Esse movimento sai dos guetos no Ceará, no Brasil e no mundo, “começando a ocupar cada vez mais espaço na vida pública e social, fortalecendo e abrindo canais de comunicação e interlocução social e política, moldando diferenças e criando associações e grupos para defesa de seus direitos” (BRASIL, 2002).

3. Lutas, Conquistas e Desafios por Direitos de LGBT no Brasil

Durante as três últimas décadas, no Brasil, a sociedade civil organizada LGBT tem se mobilizado em torno das lutas sociais pela efetivação de seus direitos e defesa da cidadania de LGBT. Organizou-se institucionalmente e formou militância. Criou redes de debates e troca de informações. Catalogou, registrou e denunciou a violação dos direitos humanos caracterizada pela homofobia. Protestou contra o descaso do poder público frente aos muitos assassinatos homofóbicos⁴. Foi às Assembleias Legislativas, às Câmaras, às ruas - em milhões - em todo o País. Desfilou pelos corredores da “casa do povo” a ecoar jargões de luta “É legal ser homossexual!”, “União Civil Já!”, e estendeu o arco-íris na rampa do Poder. Conquistou espaços, parcerias locais, nacionais e internacionais. Entretanto, tem enfrentado desafios diversos, oriundos dos resquícios machistas e heterossexistas da cultura cristã ocidental, que continuam a reafirmar-se no cotidiano das relações sociais.

4 O Grupo Gay da Bahia, desde 1980, sistematiza informações sobre homicídios de LGBT, e divulga, desde 1995, uma análise dos homicídios gerados em decorrência da homofobia. Segundo Mott, neste período, 1963 – 2004, o GGB documentou o número de 2.501 assassinatos de homossexuais. – “cifra certamente muito inferior à realidade, posto que inexistindo no Brasil estatísticas oficiais relativas a crimes de ódio, temos de nos valer de notícias publicadas na imprensa, pesquisa na Internet e informações enviadas pelos próprios militantes homossexuais” (MOTT, 2006).

Nesse contexto de redemocratização do País, no qual esse movimento está inserido, sobre a relação sociedade civil e Estado, Oliveira (2003) observa que

O elemento central de discussão da sociedade civil consiste em: intervir qualificadamente nas políticas públicas através da negociação com o Estado; preservar e conquistar direitos; desenvolver e apoiar mecanismos que favoreçam o exercício do controle social sobre a ação do Estado e a atuação do mercado; e insistir no aprofundamento da democracia com participação (OLIVEIRA, 2003, p. 38).

Porém, o referido autor nos chama a atenção para o perigo de inversão das funções entre sociedade civil e Estado, ao identificar, “no contexto neoliberal, uma inversão de funções entre o Estado e a sociedade civil. Setores da sociedade vêm cada vez mais assumindo atribuições do Estado, ao passo que esse toma o papel de fiscalizador, que é tarefa intrínseca da sociedade civil” (OLIVEIRA, 2003).

Dessa maneira, as ações de *advocacy* protagonizadas pelo movimento LGBT junto ao Legislativo, Executivo e Judiciário brasileiro merecem nossa atenção, pois retratam como a sociedade brasileira vem exercendo, ou tentando exercer, a difícil e ainda incompreendida “democracia participativa” através da inserção popular na construção e efetivação das políticas públicas.

3.1 LGBT e o Poder Legislativo

Um marco das lutas para efetivar os direitos da população LGBT foi o projeto de lei Constitucional – PLC 1.151/95, elaborado e apresentado ao Congresso Nacional pela então Deputada Federal Marta Suplicy em 1995. O projeto previa legalizar a união entre pessoas do mesmo sexo, tendo em vista reparar as perdas legais ocasionadas, até então, pelo não reconhecimento das uniões homoafetivas⁵.

5 Dentre as questões, estão as seguintes: Não podem aceder ao casamento civil; Não têm reconhecida a união estável; Não adotam sobrenome do parceiro; Não podem somar renda para aprovar financiamentos; Não somam renda para alugar imóvel; Não inscrevem parceiro como dependente de servidor público (admissível em diversos níveis da Administração); Não podem incluir parceiros como dependentes no plano de saúde; Não participam de programas do Estado vinculados à família; Não inscrevem parceiros como dependentes da previdência (atualmente aceito pelo

No Congresso Nacional, a resistência à legalidade da união civil entre pessoas do mesmo sexo teve como obstáculo maior a férrea oposição da bancada religiosa fundamentalista, respaldada por valores e crenças, principalmente, oriundas do cristianismo ocidental. Em 2003, diante do grande número de aprovação da união civil em países como Holanda, Canadá, Espanha, Argentina e Suíça, o Papa João Paulo II lançou a carta “Considerações sobre os Projetos de Reconhecimento Legal das Uniões entre Pessoas Homossexuais” com o objetivo de intervir junto a legisladores católicos no sentido de evitar a legalização da união civil em países onde esta ainda não se havia efetivado. “Onde o Estado assume uma política de tolerância de facto (...) àqueles que, em nome dessa tolerância, entendessem chegar à legitimação de específicos direitos para as pessoas homossexuais conviventes, há que lembrar que a tolerância do mal é muito diferente da aprovação ou legalização do mal” (Papa João Paulo II, 2003).

É entendendo a homossexualidade como um “mal” que o referido Pontífice prossegue suas argumentações, equiparando e opondo a união civil entre pessoas do mesmo sexo ao matrimônio, já que a legalização dessas uniões dar-lhes-ão direitos jurídicos equivalentes aos do matrimônio. “O Estado não pode legalizar tais uniões sem faltar ao seu dever de

INSS); Não podem acompanhar o parceiro servidor público transferido (admissível em diversos níveis da Administração); Não têm a impenhorabilidade do imóvel em que o casal reside; Não têm garantia de pensão alimentícia em caso de separação (posição controversa no Judiciário, havendo diversos casos de concessão); Não têm garantia à metade dos bens em caso de separação (quanto aos bens adquiridos onerosamente, têm direitos pois constituíam sociedade de fato. Contudo, não há que se falar em meação de bens); Não podem assumir a guarda do filho do cônjuge; Não adotam filhos em conjunto; Não podem adotar o filho do parceiro; Não têm licença-maternidade para nascimento de filho da parceira; Não têm licença maternidade/ paternidade se o parceiro adota filho; Não recebem abono-família; Não têm licença-luto, para faltar ao trabalho na morte do parceiro; Não recebem auxílio-funeral; Não podem ser inventariantes do parceiro falecido; Não têm direito à herança (precisam de previsão testamentária, mas quanto aos bens adquiridos onerosamente durante a convivência, há sociedade de fato, recebendo o sobrevivente a sua parte); Não têm garantida a permanência no lar quando o parceiro morre; Não têm usufruto dos bens do parceiro (precisam de previsão testamentária); Não podem alegar dano moral se o parceiro for vítima de um crime; Não têm direito à visita íntima na prisão (visitas autorizadas por grande parte do Judiciário); Não acompanham a parceira no parto; Não podem autorizar cirurgia de risco; Não podem ser curadores do parceiro declarado judicialmente incapaz (grande parte do Judiciário admite o exercício da curatela pelo parceiro, mas não é possível que este promova a interdição); Não podem declarar parceiro como dependente do Imposto de Renda (IR); Não fazem declaração conjunta do IR; Não abatem do IR gastos médicos e educacionais do parceiro; Não podem deduzir no IR o imposto pago em nome do parceiro; Não dividem no IR os rendimentos recebidos em comum pelos parceiros; Não são reconhecidos como entidade familiar, mas sim como sócios; Não têm suas ações legais julgadas pelas varas de família. (ABGLT, 2007).

promover e tutelar uma instituição essencial ao bem comum, como é o matrimônio”, e ressalta, “a sociedade deve a sua sobrevivência à família fundada sobre o matrimônio” e “a legalização das uniões homossexuais acabaria, portanto, por ofuscar a percepção de alguns valores morais fundamentais e desvalorizar a instituição matrimonial”, causando a redefinição do mesmo e, conseqüentemente, a perda de sua “referência essencial aos fatores ligados à heterossexualidade, como são, por exemplo, as funções procriadora e educadora” (Papa João Paulo II, 2003). Finaliza com as seguintes recomendações:

Se todos os fiéis são obrigados a opor-se ao reconhecimento legal das uniões homossexuais, os políticos católicos são-no de modo especial, na linha da responsabilidade que lhes é própria. Na presença de projetos de leis favoráveis às uniões homossexuais, há que ter presentes as seguintes indicações éticas. No caso que se proponha pela primeira vez à Assembléia Legislativa um projeto de lei favorável ao reconhecimento legal das uniões homossexuais, o parlamentar católico tem o dever moral de manifestar clara e publicamente o seu desacordo e votar contra esse projeto de lei. Conceder o sufrágio do próprio voto a um texto tão nocivo ao bem comum da sociedade é um ato gravemente imoral. (Papa João Paulo II, 2003, p. 5 e 6).

As ações de pressão popular do movimento LGBT foram diversas, nas quais o grito: “União Civil Já!” ecoava constantemente. Paradas no Brasil inteiro pautaram como questão principal de discussão a legalidade da união civil entre pessoas do mesmo sexo. Eventos e encontros de ativistas foram realizados em Brasília, no sentido de aproximar e intensificar a discussão entre ativistas do movimento LGBT e o Poder Legislativo.

É nessa arena de enfrentamento entre a lei civil e a lei “moral” cristã que há 15 anos a proposta de legalização da união civil entre pessoas do mesmo sexo tramita no Congresso Nacional, sem sequer entrar na pauta de votação da referida casa legislativa. No entanto, em 05 de maio de 2011 o Supremo Tribunal Federal (STF) reconhece a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Um marco histórico para a democracia brasileira.

Como estratégia de avanço no campo constitucional, o movimento LGBT propôs incluir na constituição brasileira a homofobia entre os atos criminosos configurados pelo preconceito. Apresentado pela Deputada Federal Iara Bernardes, o PLC 122/2006 de criminalização da homofobia

propõe alterar a Lei 7.716/1989⁶, que define os crimes ocasionados pelo preconceito de raça ou de cor. A alteração consiste em incluir os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de gênero, sexo, orientação sexual, e identidade de gênero e indica, dessa maneira, sanções às práticas discriminatórias dirigidas aos/às homossexuais. O projeto foi aprovado no Congresso Nacional, em 2007, e atualmente tramita no Senado Federal.

Paralelas às ações nacionais, o movimento LGBT vem intervindo nos âmbitos estadual e municipal junto aos legisladores, nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, no mesmo sentido de incluir nas Leis Orgânicas Municipais e Estaduais mecanismos de defesa e/ou visibilidade da livre expressão sexual⁷. Leis que instituem o Dia Municipal ou Estadual da Consciência Homossexual, o Dia da Consciência Lésbica, o Dia de Enfrentamento à Homofobia, assim como leis que sancionam punições a estabelecimentos comerciais por discriminação em virtude da orientação sexual.

3.2 LGBT e o Poder Executivo

A abertura política conquistada pelo processo de redemocratização do Brasil possibilitou ao Estado e à sociedade civil, esferas por muito tempo vistas como pólos opostos, uma nova relação sobre premissa da participação democrática. Dessa maneira, as discussões voltadas à inclusão da temática “orientação sexual” nos planos de políticas públicas do governo brasileiro vêm se intensificando através das ações de *advocacy* realizadas pelo movimento LGBT, principalmente depois da segunda metade da década de 1990, em vista ao enfrentamento das desigualdades ocasionadas pela homofobia.

No campo da saúde, especialmente, nas ações de prevenção da Aids e de outras doenças sexualmente transmissíveis (DST), o movimento LGBT tem

6 A emenda da lei passaria a vigorar com a seguinte redação: Art. 1º Serão punidos, na forma desta lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero.

7 Atualmente, cerca de 92 municípios possuem leis orgânicas nas quais constam a expressa proibição de discriminar por orientação sexual. Dentre estes, estão os municípios cearenses de Fortaleza, Maracanaú, Limoeiro do Norte, Juazeiro do Norte, Horizonte, Barro, Farias Brito, Granjeiro e Novo Oriente. Quanto às leis estaduais, apenas a Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Piauí, Pará, Paraíba e Alagoas possuem leis de proibição da discriminação por orientação sexual. (ABGLT, 2007).

firmado constantes parcerias com gestores municipais, estaduais e federal⁸, dada as suas importantes contribuições nas ações de enfrentamento à epidemia da Aids, por meio da mobilização comunitária respaldada na educação entre pares. A partir da elaboração do Programa Brasil Sem Homofobia⁹, o diálogo no campo da justiça, cultura, direitos humanos e educação tem se intensificado, abrindo novos espaços para o fortalecimento e implementação de ações voltadas à cidadania homossexual.

3.3 LGBT e o Poder Judiciário

O sistema judiciário brasileiro tem como regra maior a Constituição Brasileira de 1988 – Constituição Cidadã. Elaborada na perspectiva de constituir um Estado Democrático de Direito, tem como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana. Dessa maneira, dentre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, no Art 3º, inciso IV, está a promoção “do bem-estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 2003).

Assim, na Federação, regida pela prevalência dos direitos humanos, o direito à igualdade e à liberdade estão garantidos constitucionalmente ao cidadão como direitos fundamentais da pessoa humana. Em seu artigo 5º, sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, garante que “todos são

8 A parceria entre movimento LGBT e gestores da saúde consistia e ainda consiste, principalmente, no financiamento de projetos - por gestores municipais, estaduais e federais - através de editais de concorrência idealizados e executados pelas instituições não-governamentais do movimento LGBT.

9 O “Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual” foi elaborado pelo Governo Federal, em parceria com o Movimento Homossexual do Brasil, em 2003, com o objetivo de elaborar propostas de políticas públicas, visando promover a cidadania de LGBT, tendo por base a equiparação de direitos e o combate à violência e à discriminação homofóbica. Em 2004, o programa foi oficialmente lançado pelo Governo Federal, mas sem previsão orçamentária para sua implementação. As propostas de ações governamentais tinham em vista “à educação e a mudança de comportamento dos gestores públicos” visando ao enfrentamento do preconceito e da discriminação por orientação sexual, tendo ações específicas nas seguintes áreas: Articulação da Política de Promoção dos Direitos dos Homossexuais; Legislação e Justiça; Cooperação internacional; Direito à Segurança: combate à violência e à impunidade; Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e à não discriminação por orientação sexual; Direito à Saúde: consolidando um atendimento e tratamentos igualitários; Direito ao Trabalho: garantindo uma política de acesso e de promoção da não discriminação por orientação sexual; Direito à Cultura: construindo uma política de paz e valores de promoção da diversidade humana; Política para a Juventude; Política para as Mulheres e Política contra o Racismo e a Homofobia.

iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 2003, p. 05).

No entanto, no tocante à sexualidade, Dias (2004) alerta que, “enquanto houver segmentos alvos de exclusão social, tratamento desigualitário entre homens e mulheres, enquanto a homossexualidade for vista como crime, castigo ou pecado, não se está vivendo em um Estado Democrático de Direito”, sob o entendimento de que “ninguém pode se realizar enquanto ser humano se não tiver assegurado o respeito ao exercício da sexualidade, conceito que compreende tanto a liberdade sexual como a liberdade de livre orientação sexual” (DIAS, 2004). Isso porque, mais especificamente, em relação aos direitos de LGBT, o judiciário brasileiro tem encontrado bastante dificuldade em assegurar-lhes o pressuposto constitucional da “igualdade” e “liberdade”.

Ocorre que, em virtude das relações afetivas e/ou sexuais entre pessoas do mesmo sexo não serem mencionadas na Carta Constitucional, as questões decorrentes da homossexualidade no âmbito da jurisprudência brasileira ficam a critério das interpretações dos/as operadores do Direito. “Tenta-se excluir a homossexualidade do mundo do Direito, mas imperativa sua inclusão no rol dos direitos humanos fundamentais, como a expressão de um direito subjetivo que se insere em todas as subcategorias, pois ao mesmo tempo é direito individual, social e difuso” (DIAS, 2008).

Nesse cenário, o movimento LGBT tem questionado o conservadorismo do Poder Judiciário brasileiro, denunciando as profundas injustiças ocasionadas pela desigualdade como são tratados/as LGBT, sobre a prerrogativa de que “a inexistência de lei não exime a justiça de sua função na garantia dos direitos, menos ainda é justificada para negá-los” (KOTLINSKI, 2007). O tratamento desigual fica evidente, por exemplo, quando observamos o grande número de declarações homofóbicas propagadas publicamente em meios de comunicação por representantes de igrejas, políticos e demais formadores de opinião e pelo desfecho jurídicos de crimes homofóbicos, geralmente fadados à impunidade dos criminosos.

No campo judiciário, o mote das discussões tem girado em torno de dois eixos temáticos. O primeiro diz respeito à garantia dos direitos sociais, seguindo do reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo, “ora para reconhecê-la com base de proteção do Estado às famílias por elas

formadas, diante de instituições públicas e privadas e, ora, para conseqüentemente ter acesso a direitos previdenciários, hereditários, adoção entre outros” (CORTÊS, 2007). O segundo eixo, com foco na discriminação e indenização, está relacionado à discriminação e ao preconceito dirigidos à LGBT em virtude de sua orientação sexual ou identidade de gênero, o que ocorre “por parte do Estado e das diversas esferas da sociedade, quando são impedidas de exercerem seus direitos de cidadania, como o exercício de cargo ou função, o direito de concorrerem a cargos públicos, civil ou militar, ou quando são destratados de forma acintosa por instituições ou pessoas” (Idem, 2007).

No entanto, nas últimas décadas, outras questões têm levado LGBT a recorrer ao judiciário em vistas à solicitação de seus direitos em diversas instâncias. Podemos citar, entre as questões mais recorrentes, o direito à mudança de nome e gênero em documentos, solicitado por travestis e transexuais; a solicitação junto ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS de benefícios previdenciários; a solicitação ao SUS dos procedimentos cirúrgicos de readequação do sexo, pelas transexuais.

Em 2000, no Rio Grande do Sul, o INSS editou a Instrução Normativa nº 25/2000 que estabelece, por força de decisão judicial, procedimentos a serem adotados para a concessão de benefícios previdenciários ao companheiro ou companheira homossexual. No Ceará, em 2008, a Prefeitura Municipal de Fortaleza concedeu tais direitos a seus funcionários e, no mesmo ano, a justiça cearense concedeu, pela primeira vez, o direito do benefício de pensão à companheira homossexual, assim como tem punido estabelecimentos comerciais por discriminação em virtude da orientação sexual de LGBT, de acordo com a lei municipal 8.211/98.

Apesar da ausência de legislação específica, as questões de jurisprudência relacionadas à homossexualidade têm alcançado importantes ganhos, seja no aspecto da conquista de direitos, mesmo que ainda de forma bastante tímida, seja por meio da inserção de tais questões no campo jurídico, o que amplia, a nosso ver, as possibilidades de transformações da dinâmica jurídica. Todavia, consideramos que o grande número de casos levados aos tribunais pela população LGBT ao passo que sinaliza para uma maior consciência e busca de seus direitos, até então negados pelo Estado Brasileiro, denuncia a falsa “igualdade” e “liberdade”, propagada constitucionalmente, e desvenda a homofobia institucional do Estado, dito laico e democrático por direito.

4. Considerações

Diante do exposto, finalizamos este artigo reafirmando a importância do empoderamento e do movimento LGBT entendendo que ele pode e deve ser um instrumento de enfrentamento às desigualdades sociais decorrentes da homofobia e do sexismo. Para isso, os sujeitos - LGBT ou não - precisam se apropriar dos saberes, das lutas e dos enfrentamentos (culturais, ideológicos, políticos e pedagógicos) vividos na dinâmica social contemporânea em torno do reconhecimento dos direitos sociais e civis da população LGBT.

Muito embora as lutas do movimento LGBT tenham alcançado êxito em alguns aspectos, os conflitos e desigualdades decorrentes da homofobia continuam presentes nos mais diversos espaços de socialização dos sujeitos, nos espaços da escola, da família, da rua, do lazer etc.. Apresentam-se como um desafio a todos e todas que visam desenvolver práticas socioeducativas de enfrentamento às desigualdades ocasionadas por preconceitos e discriminação em virtude da orientação sexual e do gênero.

Referências

ABGLT. **Site**. Disponível em: < <http://www.abgl.org.br>> Acesso em: junho. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação Nacional de DST e Aids. **Guia de prevenção das DST/Aids e cidadania para homossexuais**. Brasília, 2002.

_____. Ministério Público Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Brasília: Ministério Público Federal, 2003.

CARVALHO, Maria Eulina e ANDRADE, Fernando Cezar Bezerra e JUNQUEIRA, Rogério Diniz. In: **Gênero e Diversidade Sexual**: um glossário. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB. 56p.

CORTÊS, Iáris Ramalho. Nota Explicativa. In: KOTLINSKI, Kelly (org.). **Legislação e Jurisprudência GLBTTT**: Lésbicas – Gays – Bissexuais – Travestis – Transexuais – Transgêneros. Brasília: LetrasLivres, 2007.

DIAS, Maria Berenice. Homoafetividade e o direito à diferença. **Site**. Disponível em: <<http://www.mariaberenicedias.com.br/site/frames.php?idioma=pt>> Acesso em: 18 março. 2014.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?**: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. 13ª ed. Rio de Janeiro; Graal, 1988.

KOTLINSKI, Kelly (org.). **Legislação e Jurisprudência GLBTTT**: Lésbicas – Gays – Bissexuais – Travestis – Transexuais – Transgêneros. Brasília: LetrasLivres, 2007.

MOTT, Luiz. **Matei porque odeio gay**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia – (Coleção Gaia Ciência), 2003.

OLIVEIRA, Francisco Mesquita de. **Cidadania e cultura política no poder local**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

PAULO II, Papa João. Universo Católico. Congregação para a doutrina da fé. **Site**. Disponível em: <<http://www.universocatolico.com.br/content/view/292/3/>>. Acesso em: setembro. 2007.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1993.

GÊNERO E SEXUALIDADES EM TRAJETÓRIAS DA DOCENCIA¹

Marcio Caetano²

Paulo Melgaço Jr.³

Caminhos investigativos

As narrativas biográficas se constituem como fragmentos discursivos sobre a vida daqueles e daquelas que as relatam. Elas configuram discursivamente o reencontro com as experiências dos sujeitos, podendo fornecer as dimensões necessárias para dar conta de processos de (auto) criação, de tramas e dramas de suas sociabilidades, de construção de suas identidades e, acima de tudo, como dispositivo de criação de sentido das dinâmicas da vida em que estejam envolvidos os sujeitos. Suas análises ganham duplo sentido quando nos possibilitam a reflexão sobre o próprio processo de sua produção e como interpretação narrativa de fatos vividos (CARMEN PÉREZ, 2003).

A partir de narrativas de professoras e professores que transitam na ilegitimidade¹ sexual, apresentaremos os discursos sobre sexualidade que produziram efeitos e os governaram nas relações escolares e, mais amplamente, em suas trajetórias de vida. Pensamos que os fragmentos narrativos aqui apresentados serão capazes de nos oferecer alguns elementos dos discursos que governaram e regularam condutas e que, por sua vez, produziram efeitos na escola e em esferas sociais mais amplas dos sujeitos. Vale destacar que os e as professoras² foram acessados/as em encontros individuais, atuam na rede pública de dois estados brasileiros (Rio de Janeiro e

1 Versão revisada do texto “Conta-me a sua história: gênero e sexualidades na trajetória docente” **Revista Interinstitucional Artes de Educar**. Rio de Janeiro, V. 3 N. 1 – pag 26-42 (mar - jun 2017): “Gênero, Sexualidade, Política e Educação”

2 Universidade Federal do Rio Grande - FURG

3 Universidade Federal do Rio Janeiro - UFRJ

Rio Grande do Sul³) e possuíam entre 33 e 55 anos na época da entrevista. Nesse texto, os sujeitos entrevistados serão chamados de Logun Edé, Jacinto e Jaci-Quisaña. Todos e todas tiveram seus nomes substituídos e passaram a ser identificados por personagens de cosmovisões africana, guarani e grega. Em síntese são:

O professor Logun Edé tem sua vida marcada pelo o amor ao balé. Casado com uma professora há 12 anos, foi impossibilitado pelo racismo de ser bailarino clássico.

O professor Jacinto elegeu a escola como o seu espaço de ativismo político e reivindicou a identidade de “professor gay” como princípio de sua atuação. Apaixonado pela escola, Jacinto tem nas marcas de sua performatividade de gênero os seus principais embates políticos.

Jaci-Quisaña é professora de administração no Ensino Médio. Viúva, Jaci foi, durante muito tempo, casada com outra professora. Ao passar pela experiência de ter sua companheira vivendo com câncer, Jaci torna pública sua relação e exige licença médica para cuidá-la.

Invenções biográficas: trajetória e discursos do sujeito

A biografia toma a narrativa do (sobre o) sujeito como o centro de interesse. Ela propõe que, através de relatos particulares, outras dimensões possam ser articuladas mais amplamente para o entendimento dos fenômenos sociais. Entretanto, ainda que o sujeito, ao construir a narrativa sobre si, se configure em um discurso coerente, linear e encadeado, seu passado é editado e, por isso, se reconstrói discursivamente de maneira não linear, com superposições de tempo, reflexões e espontaneidade. O que retorna não é o passado em si, mas sua releitura das experiências vivenciadas. Em outras palavras, não é o passado linear que é reconstituído na narrativa. Não é a verdade que se constitui por meio da narrativa, mas a interpretação de experiências vividas e editadas pelo sujeito. O que o discurso produz é aquilo que foi interpretado e que não apenas marcou o sujeito, mas foi considerado importante de ser verbalizado no diálogo com seus e suas interlocutoras.

A opção pelas narrativas de vida na produção de dados para este artigo emergiu por considerarmos a metodologia adequada para articular as dimensões individuais aos fenômenos sociais mais amplos. Avaliamos que seja importante destacar que pensamos a vida não somente como um

conjunto de ocorrências, mas como experiências vividas em determinado tempo e lugar e, acima de tudo, sob circunstâncias distintas. A narrativa de vida vai para além do sujeito individual, com ela é possível dimensioná-lo a contextos mais amplos.

Se entendermos que a constituição de identidade é relacional, as biografias poderão ser comparadas e conectadas com outras narrações de histórias de vida, numa dinâmica que ultrapassa a sucessão cronológica de acontecimentos ou a constituição de trajetória individual. Adotar esta abordagem aliada à perspectiva cultural significa, acima de tudo, conceber a linguagem como constituinte/integrante da realidade e compreender a narrativa como resultado de experiências que, por sua vez, podem ser consideradas históricas e denunciam o conjunto de regras que as governou e as produziu.

Os diálogos nesta trajetória investigativa foram se tecendo com as inúmeras redes de subjetividades que se inter cruzaram. Não se tratava de um diálogo em que os corpos foram separados radicalmente entre as identidades de *investigador* e *investigado*. Claro que sabíamos os motivos que orientavam este exercício, todos os sujeitos entrevistados não eram distantes, compartilhávamos identidades e experiências. Ou seja, éramos atravessados por relações afetivas que se intensificaram com o conhecimento de nossas marcas. Este movimento de aproximação nos permitiu construir um diálogo mediado por nossos interesses. Mas não eram apenas os interesses investigativos que se encontravam no jogo, os sujeitos biografados buscaram, através daquilo que representávamos - a academia - a legitimidade e o reconhecimento de suas histórias.

A vida se constituiu o *locus* privilegiado de criação da experiência, do saber e do conhecimento. Ela ofereceu uma multiplicidade de momentos, lugares, espaços, situações e relações nas quais originaram atos formativos de aprendizagens. Com isto, pensamos ter elucidado, até aqui, que não compreendemos a narrativa de vida sob a lente da racionalidade ocidental moderna, que vê o mundo como se tudo dependesse da ação consciente.

Na busca de se constituírem professoras/es, nossas personagens tomaram seus corpos como suportes de identidades e buscaram os acessórios e comportamentos entendidos e reconhecidos à profissão docente e ao feminino e masculino. Estes dispositivos/verdades modelaram suas performatividades e atuaram como mecanismos de regulação de seus corpos.

Corpo e sexo: regulações heteronormativas e androcêntricas na/pela escola

Por meio dos artefatos culturais, a exemplo do cinema e redes sociais virtuais, somos capazes de acessar os mais diversos estilos de vida que darão suporte e legibilidade às performatividades identitárias⁴. Considerando tal perspectiva, no entrecruzamento das identidades sexuais e das lutas político-acadêmicas, é que este texto se originou, como já dito, com o objetivo de interrogar os discursos sobre sexualidade e gênero que produziram efeitos e governaram as trajetórias de vida de professoras e professores.

As dinâmicas socioculturais possibilitadas na atualidade nos colocaram diante de sujeitos facetados, com biografias que não obedecem às expectativas de outrora e com inúmeras rupturas identitárias. As ideias de performatividades originadas e determinadas em identidades fixas foram fragilizadas. As transformações no mundo do trabalho, as crises do capital e lutas sexuais protagonizadas pelas bandeiras feministas transformaram substancialmente os referenciais de masculinidades e feminilidades, ainda que eles não tenham sido acompanhados pela segurança e amparo fornecido pelo Estado.

A instabilidade política no que se refere à ausência de reconhecimento estatal das performatividades hetero-dissidentes revela um movimento angustiante de pessoas LGBTTIQ⁴ de se fazerem presentes no mundo das relações e amparos públicos. No Brasil, a discussão sobre as necessidades dessas populações ainda não ganhou o vulto necessário nos aparatos legislativos. Com a exceção da Lei Maria da Penha⁵, nenhuma legislação reconhece arranjos afetivo-sexuais dissidentes da heterossexualidade, e, talvez por isso, a instabilidade legal se faça sentir nas relações cotidianas. Jacinto nos narra uma dessas experiências:

Engraçado, eu tenho muito mais problema com homofobia hoje do que na minha época de adolescência. Eu acho que é porque eu assumo isso na escola, ela é hipócrita! Pode acontecer tudo desde que você não fale. Tudo é permitido na escola desde que você fique na sua. Agora, a partir do momento que você chega

4 LGBTTIQ - lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual, intersexual e *queer*.

5 Com a Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, foram criados mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra as mulheres, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, renda, cultura, nível educacional, idade e religião.

numa escola, que você se coloca como gay, que você seja um professor gay, as coisas mudam. Cara, o preconceito que eu sofro hoje, você não tem ideia. Outro dia, eu estava pensando que estou pagando alguma coisa que eu não paguei na minha adolescência. Hoje eu vivo muito mais essa repressão do que na época da minha adolescência. Por quê? Será por conta dessa militância? Por eu acreditar nessa coisa? Por buscar uma sociedade mais justa? Será por que eu me coloco? Eu falo na escola que eu sou gay. Eu sofro duas questões: uma é a política de enfrentamento mesmo e a outra é uma política educacional. Assim, hoje em dia, na escola, eu sofro muito mais discriminação do que na minha época de adolescência. Eu acho que isso pode ser pelo fato de mundo saber que não existe nenhuma lei que nos proteja.

Diferente de Jacinto, a professora Jaci-Quisaña acredita que o fato de que seu pedido de licença para cuidar da companheira com câncer não tenha gozado de aparo legal, de imediato, seja devido à ideia de que a mulher é vista como heterossexual ou, quando solteira, assexuada. Independente de estarem juntas há mais de 10 anos, e de assumirem publicamente sua relação afetivo-sexual lésbica, a licença foi condicionada ao casamento civil.

Com a narrativa da professora Jaci-Quisaña, observamos o jogo pedagógico que reconhece a heterossexualidade como norma e deslegitima ou desconhece arranjos familiares. Quando perguntada sobre a forma como a escola via sua relação, Jaci-Quisaña responde:

Desqualificação ao nosso sentimento. Desmerecendo nossa relação afetiva e o nosso casamento. Foi necessário o câncer de Suely para que as pessoas passassem a acreditar na nossa relação. A sensação que eu tenho é que as pessoas achavam que ser homossexual é como ir pra praia e não ter responsabilidades. Foi o caso com que eu me deparei quando eu fui pedir licença pra cuidar dela. Me pediram um registro civil, eu fiquei louca com a Assistente Social na Perícia Médica. Eu virei e falei: “eu estou falando da minha companheira que está com câncer. Eu tenho que cuidar dela”. Tive que passar por um trauma, expor uma situação super dramática para as pessoas entenderem que existiam sentimentos. Uma responsabilidade nesse sentimento. Na perícia, quando eu voltei para pedir a segunda licença, porque a primeiro me deram por desequilíbrio emocional, eu voltei e disse: “Eu quero que minha licença entre no artigo que diz que é para cuidar de companheiro”. E de novo eu apelei quando perguntaram pelo registro civil: “Não tem registro civil. Estou com ela há tanto tempo. Moramos juntas”. Passei por esses constrangimentos. Para mim é claro, isso fez com as pessoas que me

olhassem diferente. Elas passaram a levar a sério nossos sentimentos. A nossa felicidade não foi suficiente pra demonstrar o nosso compromisso.

Estas situações vivenciadas por Jaci nos evidenciam a invisibilidade de seu arranjo familiar e também nos denunciam a heteronormatividade da escola e da burocracia educacional. Hodkin (1996) destaca que, para compreender a categoria “família”, é fundamental estudar o entendimento das pessoas sobre seus arranjos. O autor destaca a compreensão dos laços afetivos, ampliando, para além da consanguinidade e/ou do sistema legal que rege as relações familiares, o entendimento do sentido de família. A concepção subjetiva de seus arranjos familiares é baseada em sentimentos, crenças, valores, que permeiam e conduzem à compreensão dos fatos cotidianos da vida. Inúmeros espaços culturais, a exemplo daqueles produzidos pelas linguagens midiáticas, incluindo as redes sociais, cinematográficas, televisivas ou curriculares, entre outros meios e veículos, são fortalecidos em sua influência na construção de “verdades” sobre a ideia de família.

Assim, a disputa no plano cultural sobre as ideias que orientam os sentidos sobre família é, fundamentalmente, um enfrentamento em torno da atribuição de significados e sentidos que orientam suas percepções e condutas. Pode-se, então, compreender que importantes processos educativos estão ocorrendo em muitos outros locais além das escolas. E, por meio de operações tecnológicas e culturais muito diversificadas, acabam por produzir elementos que subsidiam a experiência vivida pela professora Jaci.

O quadro narrado é auxiliado pelo fato de que a heterossexualidade compulsória se ancora no gênero, gerando tabus contra as dissidências. O resultado é a falsa coerência e complementariedade entre a masculinidade e feminilidade. Em condições de heterossexualidade normativa, vigiar o gênero, estabelecer limites de espaços e assegurar contornos em seus comportamentos performáticos é quase sempre uma maneira de afiançar a heterossexualidade.

A eficiência das práticas heteronormativas encontra-se exatamente no fato de que ela não elege um sujeito para promovê-la. Inclusive aqueles sujeitos, que à primeira vista seriam seus principais opositores, são co-responsáveis por sua permanência. Com os e as professoras desta pesquisa, verificamos que suas leituras sobre a prática docente lhes obrigam a sustentar o sistema heteronormativo. Para Logun Éde, o espaço da escola de dança exige comportamento que, sob nenhuma hipótese, pode ser maculado:

[...] Na verdade você tem 500 milhões de jogadores que dormem com homens. Veja a minha história, o meu primo nunca incomodou meu avô porque ele fazia tudo dentro do modelo e do padrão. Hoje aos 50 e tantos anos ele vive com o mesmo cara com quem vivia desde os 30 anos. É mais que uma relação estável. É uma coisa que eu nunca vivenciei. Eu incomodava meu avô porque gostava de Artes. O que me incomoda na sociedade, eu discuto. Se não discuto dentro da escola é porque lá as pessoas não precisam ouvir isso. Eu discuto em outros lados. Porque o rótulo de que todo ser bailarino é gay? Não tenho que discutir lá dentro porque quem está lá dentro não precisa ouvir isso, já sabe sua sexualidade, já sabe com quem está dormindo, já está se expondo em tudo que é lugar. Então, eu discuto fora. Eu discuto em outros lugares, eu discuto com a minha família, eu discuto com meus filhos, eu discuto em Jacaã, eu discuto na escola técnica, eu discuto em todos estes ambientes. Lá dentro da escola de balé não precisa. Eu só faço esse trabalho quando eu pego situações como essa que vou te contar agora. Nos últimos anos tínhamos dois menininhos fazendo um pas-des-deux em Lago dos Cisnes. Um dos meninos era o cisne e o outro era o príncipe. Eu sentei com eles e perguntei: será que isso é necessário? O que isso vai te somar? Mostrar, “Ah! Eu sou mulher”, “Ah! Eu vou casar com homem”. O que aquilo iria contribuir para o crescimento da profissão deles? Disse a eles para parar com aquilo. Perguntando a eles se era importante aquela cena de sou mulher no meio da sala de aula com um dos menininhos. O que aquilo iria contribuir para a profissão? A escola fica no pelourinho, o Teatro fica na Praça Floriano Peixoto, entre o teatro e o Cinema Patheon, eles ficavam dando saltos de bailarinos, fazendo cena, dando show com uniforme da escola no meio da rua. Eu os denunciei à direção, será que era preciso eles fazerem aquilo? Você é bailarino porque você é gay? Bailarino é uma coisa e não tem nada a ver com a outra. Pra que vai reforçar esse estereotipo? Eu paro pra discutir. Mas, não é uma constante. Pouquíssimas vezes eu já tive essas conversas [...].

Os quadros protagonizados pelos e pelas professoras nos orientam a ideia de que as performatividades, significadas com a cultura, podem ser tomadas como leituras interpretativas do governo heteronormativo e androcêntrico. Essa experiência parece confirmar que o corpo funciona como um tecido constituído por fios entrelaçados de identificações performativas, com inúmeras marcas de experiências, atravessamentos de valores e subjetivações que orientam os movimentos curriculares.

Entendidos como as tecnologias educativas (currículos, livros, vestimentas, mídias, políticas públicas, ciência, etc.) que, significadas na cultura e obedecendo a certa lógica de planejamento, constroem, ensinam e regulam as performatividades do corpo, os movimentos curriculares produzem subjetividades e arquitetam modos e configurações de viver, os marcadores de gênero, raça e classe na sociedade (CAETANO, 2016). Com este entendimento, partimos do princípio de que transitam modelos de gêneros e sexualidades nos currículos, e estes projetam a heterossexualidade e a masculinidade como norma e referência.

Diante deste cenário, surgem algumas questões que demonstram, a importância do debate: quais significados e sentidos sobre as identificações dos e das professoras foram produzidos nos movimentos curriculares? Para que estes e estas professoras pertençam ao grupo de docentes, significa adequar-se a quais critérios? Que processos de incorporação e de resistência às imposições culturais foram vividos ao longo de suas escolarizações? Que rituais de passagem e que marcas estão inscritas nestes corpos? Mais que a busca por respostas, as perguntas são compreendidas como caminhos que nos levam a configurar os discursos que governam e orientam as relações afetivas e afetivo-profissionais de Jaci-Quisaña, Logun Edé e Jacinto em suas redes de pertencimentos.

Para Delory-Momember (2008), são nos pertencimentos que nos compreendemos como seres singulares. Os vínculos que aproximam os sujeitos são semelhantes aos que estabelecem a reflexão da vida. Construimos essa experiência compartilhando os símbolos das redes de pertencimentos nas quais estamos inseridos e, por meio deles, nos governamos. Dessa maneira, não cessamos de reinventar-nos em performatividades culturalmente significadas.

Transitar na ilegitimidade social e cultural das performatividades hegemônicas de masculinidades e feminilidades expõe os sujeitos em situações cotidianas de enfrentamentos, Jacinto nos conta que

[...] quando eu entrei no magistério, eu já comecei com um problema de homofobia [...] no terceiro ano que estava na escola, entrou um garoto, até um garoto bonito que vinha de outra escola. Ele tinha batido no professor [...] ele era dito como problemático. [...] era meio complicado, não se adequava muito a escola, o que é normal. Geralmente aluno complicado, é bom você chamar pro seu lado, botar pra te ajudar, ele se sente mais útil dentro aquele esquema todo. A turma foi assistir a um filme

com uma professora e pedi para ele ficar porque eu queria fazer uma máscara nele, seria o exemplo para a turma. Como ela sabia que ele era problemático, deixou [...] Fiquei com ele na sala sozinho fazendo a máscara [...] Na semana seguinte, eu falei à turma que íamos fazer uma máscara. Fui ao armário, peguei a máscara dele, “Olha a gente fez a máscara”. Os alunos perguntaram quem havia feito, “Eu fiz nele”, a turma maldou. Eu perguntei qual era o problema? Um aluno falou que eu havia pegado o garoto e me chamou de viado [...] Ele chegou em casa e falou para o pai o que tinha acontecido, o pai foi na escola e falou que não queria ele assistindo aula com professor viado. Ele não queria que o filho dele no futuro fosse gay. Eu fiquei sabendo isso depois, depois vieram me contar.

As situações protagonizadas por Jacinto nos reafirmam que o gênero e suas performatividades são produtos que regulam e normatizam o sujeito. Eles não só funcionam como norma e interpelam os sujeitos, como também são capazes de moldar os corpos que governa. Em outras palavras, eles são construções que se perpetuam no tempo e dificilmente os sujeitos conseguem viver sem eles. Não se trata de uma realidade simples ou uma condição estática dos/nos corpos: o sexo é um processo mediante o qual as normas reguladoras o materializam na performatividade desenvolvimento pelo sujeito (BUTLER, 2003). Por meio da performatividade, orientada pelo gênero, o sujeito transita na legibilidade ou ilegitimidade social.

Com a narrativa de Jacinto, vemos que escrever sobre gênero, independente da atribuição que lhe damos, é produzir discursos acerca do controle e das práticas pedagógicas sobre sexualidade. A regulação de que falamos parte do princípio de que o entendimento sobre o gênero habita todas as partes e tempos e se encontra marcado em todos os corpos. O corpo torna-se *outdoor*.

O corpo é constituído como um projeto pedagógico, e as marcações, que se executam sobre ele, são cotidianas e servem para alocá-lo em determinados conjuntos de comportamentos e performatividades sexuais. Isso supõe investimento e intervenção. Podemos verificar que, ao contrário do que muitos defendem, as identidades assumidas e constituídas nas experiências vividas são inscritas nas coisas e nos corpos através de injunções implícitas nas rotinas cotidianas, nos rituais coletivos ou privados da escola, família, tecnologias midiáticas e tantas outras que nos seduzem ou nos coagem à participação.

A performatividade da identidade é resultado de articulados investimentos que cotidianamente somos disciplinados e compelidos a confirmá-la, em ações e acessórios que suportamos. Portanto, as performatividades de gênero não são dadas, mas, embora realizadas por nós, são resultantes de uma construção de que, lançamos mão dos “tijolos” e da “argamassa” culturalmente disponíveis para construção do efeito que pretendemos.

Para Berenice Bento (2003), a construção de corpos-sexuados, naturalizados como diferentes, é mais um assunto da disputa de saberes que se instaurou na Modernidade. Como o gênero é constituído e significado através de tecnologias educativas assimétricas de âmbito cultural, social, político e histórico, é ele que significa o sexo. Portanto, não existe *in natura* sexo sem gênero.

[...] quando o corpo vem à luz do dia, já carregará um conjunto de expectativas sobre seus gostos, seu comportamento e sua sexualidade, antecipando um efeito que se julga causa. A cada ato do bebê a/o mãe/pai interpretará como se fosse a “natureza falando”. Então, se pode afirmar que todos já nascemos operados, que somos todos pós-operados. Todos os corpos já nascem “maculados” pela cultura. A interpelação que “revela” o sexo do corpo tem efeitos protéticos: faz os corpos-sexuados. Analisar os corpos enquanto próteses significa livrar-se da dicotomia entre corpo-natureza versus corpo-cultura e afirmar que, nesta perspectiva as/os mulheres/homens biológicas/os e as/os mulheres/homens transexuais se igualam. Esta é a primeira cirurgia a que somos submetidos. A cirurgia para a construção dos corpos sexuados. Neste sentido, todos somos transexuais, pois, nossos desejos, sonhos, papéis não são determinados pela natureza. Todos nossos corpos são fabricados: corpo-homem, corpo-mulher (BENTO, 2003, p. 2).

Até aqui temos defendido que nossos corpos são diariamente interpelados e que as pedagogias que nos educam buscam desenhar nossas configurações identitárias. Mas é preciso que saibamos que, em nossas vivências rotineiras, as identidades são posteriores às performatividades de nossos corpos. Esta última é mais ágil e rizomática. Contudo, as identidades precisam, para existir, de um “teatro” discursivo que solicita aos recursos científicos, sociais, culturais e históricos a sua escrita linguística. Esse cenário nos recorda Foerster (1996, p. 66), quando descreve “o mundo como uma imagem da linguagem. A linguagem vem primeiro; o mundo é uma consequência dela. Se alguém inventa algo, então é a linguagem o que cria o mundo”.

Uma das operações linguísticas e educativas realizadas e ensinadas, a partir das identidades, é a constituição de fronteiras sociais imaginárias, em cujo interior acreditamos que seus usuários devem habitar e configurar as suas expectativas. Neste esquema, um corpo nomeado não é simplesmente a confirmação de um artefato linguístico, mas a negação de outros artefatos e experiências, o estabelecimento de lugares e limites de relações sociais.

A escrita linguística de uma sociedade normalizada é o efeito histórico-cultural e pedagógico de uma tecnologia de poder normatizadora centrada na vida. Estas normas são aplicadas sutilmente, de modo que se tornam aceitáveis e naturalizadas. Ressalta-se que através da ideologia e da hegemonia se disseminam os discursos os quais determinam o que é normal/anormal, certo/errado, saudável/doentio.

No jogo dicotômico centrado no governo político da vida social, Caetano (2016) observa que os grupos sociais que ocupam posições hegemônicas têm a possibilidade não apenas de auto representar-se, mas de definir o(s) outro(s). O processo de representação da “anormalidade” nasce a partir do ponto de vista do dominante. A pessoa que pertence a um grupo subordinado traz consigo toda a carga e todo o peso da representação, reforçando, assim, como se constroem as relações de poder e fazendo perceber como nascem as “políticas de identidade” (HALL, 2003).

As identidades que se pluralizam nos espaços de poder se configuram como imagens de determinados grupos e podem ser traduzidas em representações. Aliás, as identidades somente existem em função das representações (SILVA, 1994). As imagens criadas a partir da linguagem, ou vice-versa, podem funcionar como demarcadores da visibilidade social das sexualidades. Aquilo que está visível estabelece o diferente.

Essa situação nos leva a pensar que a diferença demarcada na narrativa do professor Jacinto não foi um simples atributo da escola. Ela é fundamentalmente social, política e culturalmente construída e, por isso, deve ser continuamente interrogada, de modo a evitar que ela assuma um caráter natural e essencializado.

Inúmeras vertentes epistemológicas e, portanto, políticas que problematizam os artefatos culturais que nos ensinam sobre a sexualidade, sobretudo as vertentes pós-estruturalistas, apontam para a noção de que os sujeitos, ao longo do seu desenvolvimento físico e psíquico, através das mais diversas instituições e ações sociais, se constituem como homem e mulher em etapas que não são sequenciais, contínuas ou iguais e que, de

modo algum, serão concluídas ou definitivas. Isso ocorre exatamente porque os campos culturais e históricos, em que se formam os discursos sobre a sexualidade e/ou mesmo as ideias mais amplas em torno dos sujeitos, são implicados de conflitos e são capazes de produzir múltiplos sentidos. E nem sempre estes são convergentes nas noções sexuais hegemônicas de determinado contexto. Noções essencialistas, universais e a-históricas em torno das performatividades dos sujeitos ou das dimensões da vida são simplistas, porque não destacam as pluralidades de etapas pelas quais as culturas constroem e marcam os corpos e significam as experiências da vida. Se levarmos em consideração o gênero e as sexualidades com outras marcas sociais (classe, raça, geração, religião, nacionalidade, profissão, etc.), teremos infinitudes de arranjos e apresentações performáticas.

Essa pluralidade de apresentações fragiliza o discurso unívoco em torno da *id-entidade*. A arcaica ideia de que o *id* daria as bases alicerçadas e coerentes da entidade “Eu” parece se estremecer com a identidade e inaugurar outra possibilidade de pensá-la. Nessa outra conjuntura, ela nos é apresentada por sua múltipla possibilidade, ou seja, ela se configura como identificação (vinculada à fantasia da identidade).

A identificação (leituras performativas individuais de determinada identidade) pressupõe o exercício de liberdade – condição central à invenção das coisas. E esse é precisamente o motivo pelo qual a identificação de Jacinto, Jaci-Quisã e Logun Edé da identidade professor/a desestabiliza, destrutura, incomoda e extasia a escola. Seus re-fazeres biográficos estão inscritos em configurações sociais que nos aliciam a vários estilos de vida que são apresentados por meio de artefatos culturais, a exemplo daqueles disponíveis com as tecnologias, a exemplo de mídia, internet, biomedicina, cirurgias plásticas, etc., possibilitando a ampliação de nossas experiências.

No âmbito das pesquisas educacionais, os artefatos culturais têm interessado sobremaneira aos Estudos Culturais de perspectivas críticas e pós-críticas. São muitos os trabalhos que indagam sobre a relação estabelecida entre os artefatos culturais e os processos de construção de identidade. No geral, essas investigações caracterizam-se por estudos que identificam as formas como são apresentados pelos artefatos culturais os sujeitos sociais e as relações humanas. Elas problematizam as formas como se apresentam os modelos de vida, existência ideal, relacionamentos promissores, práticas de sucesso e felicidade existencial, etc., e a maneira como essas perspectivas

sugeridas têm efeitos sobre os sujeitos e suas maneiras singulares de construir-se performaticamente (FISCHER, 1996).

No campo dos Estudos Culturais, as produções atestam que os discursos apresentam representações sobre ser homem e mulher, sobre arte, ciência, moral, saúde, sexualidade, maternidade, que, entre outras verdades, disputam território na construção de subjetividades. Por isso, é curioso e produtivo indagar sobre os efeitos que esses discursos podem produzir na forma como os indivíduos constroem sentidos em suas existências cotidianas (AMARAL, 2000).

Os artefatos culturais apresentam também um modo peculiar de endereçamento. Trata-se de uma forma de se relacionar com os sujeitos em um entrelaçamento com estes e as narrativas apresentadas. A relação entre os sujeitos e o endereçamento de um discurso cultural está estreitamente vinculada ao estabelecimento de certa identidade. Ellsworth (2001) assinala certa convocação, uma interpelação, que pode acontecer em diferentes intensidades, desde certa identificação, que tem como efeito a produção de novas posições de sujeito.

Na contemporaneidade, os reconhecidos marcadores de gênero⁵ e sexualidades, por si, já não são nomeações que servem para legitimar nosso sexo de nascimento e estabilizar-nos frente à cadeia de performatividades que apresentamos/suportamos em nossos corpos, ainda que eles sejam usados para regular nossos corpos e os fazerem legíveis culturalmente. Entretanto, se o corpo é território, é relevante considerar que o discurso que sobre ele emerge está sempre em disputa.

Com Goellner (2007), temos que o corpo é provisório, conjuntural e histórico, ou seja, não existe em seus significados nada de natural. Interrogar os discursos sobre o corpo é salientar sua geração de hierarquizações quando definem o que é positivo e/ou negativo. Tais definições, com Foucault (1987), são atravessadas por relações de poder que buscam tornar os corpos úteis, produtivos, docilizados, inteligíveis dentro de uma lógica dicotômica e normativa.

Os atravessamentos se dão por meio de métodos disciplinares no corpo, encontram-se balizados em discursos produzidos nas mais diversas instâncias, tais como ciência, escola, família, mídia, etc. Desta maneira, com Goellner (2007), afirmamos que o corpo, assim como as configurações anatômicas que definem/produzem culturalmente homens e mulheres

(entre outras categorias de diferenciação), deve ser considerado enquanto categoria discursiva e, portanto, historicizada.

O que se destaca nessas reflexões é a ideia de que as relações de formação e coerção não se operam privilegiando um sujeito, mas se arquivam em uma complexa engenharia em que cada sujeito, em determinado tempo e espaço, configura-se em um lugar na tarefa de assegurar o controle sobre si e o outro (FOUCAULT, 1987). Estas configurações instauraram um debate com diferentes posições quanto à avaliação de suas consequências subjetivas e sociais.

As performatividades de Jaci, Jacinto e Logun-Edé afirmam suas condições em um jogo de projeções altamente controladas e milimetricamente calculadas em seus entendimentos de feminilidade e masculinidade. As expressões de suas identidades são resultados de articulados investimentos os quais, cotidianamente, disciplinam estes indivíduos e compelem a confirmá-los. Quando não obedeciam ao estatuto, ficavam sujeitos à experiência descrita por Jaci-Quisaña:

O Guilherme afrontava, ele era ousado. O Guilherme não tinha um padrão de professor de segundo grau, de seguir normas. Ele era um professor de faculdade. O Guilherme não tinha este cuidado que eu tinha de ser educada, de não ofender o outro. Se ele tivesse que falar, ele falava, ele até gostava no fundo. Ele queria era mexer mesmo. Quem é o Guilherme? O Guilherme namora homem e mulher. Era uma figuraça, entendeu? Isso traz mais conflito ainda no ambiente da escola. Se a escola já é preconceituosa com aquele cara que decide ser um homossexual, imagine com aquele que visivelmente é bissexual. A conta é muito maior. O Guilherme era um showman. Era um professor que simplesmente um dia eu estava assistindo a televisão, vendo um concurso de carnaval do hotel Glória, e de repente entra um homem do tamanho do Guilherme vestido de Governadora Rosinha, era aquela caricatura. A sua bolsa dele quando abria caia moedas e ele falava “alô, alô. Não, peraf. Silverinha”. Gente! Pelo o amor de deus, isto era o Guilherme. Ele era muito mais exigido que eu, ele é homem, no entanto, o Guilherme transitava nos dois corredores e ele também fazia show. Tudo isto era muito agressivo na escola. Se um homossexual já agride, imagina um bissexual? Por isso, qualquer probleminha com ele assumia uma proporção exagerada. Depois ele teve um processo administrativo e saiu da escola.

Com a experiência, verificamos que, para ser professora ou professor e sustentar esta identidade, o sujeito é obrigado a calcular cada movimento, vestimenta, desejo, discurso e posição. A performatividade de gênero e da sexualidade foi efeito panóptico que teve encontrado, nos próprios sujeitos, a estrutura de vigilância. A eficácia do poder produtivo da vigilância ocorreu exatamente porque contou com as pedagogias que sutilmente foram interpelando, produzindo e naturalizando em Jaci, Jacinto e Logun-Éde a auto vigilância.

A concepção de “poder disciplinar” de Foucault (2002) nos auxilia a compreensão dos processos de construção dos corpos-sexuados e da incorporação de uma estilística performativas, uma vez que foram produzidos a partir de um conjunto de estratégias discursivas e não discursivas fundamentadas na vigilância de condutas apropriadas ao gênero, às sexualidades e à docência.

Com Jaci, Jacinto e Logun-Éde, verificamos que é nas formas, no jogo de apresentações e nas expectativas heteronormativas de gênero, que as sexualidades dissidentes são nomeadas e/ou especuladas. Elas, por serem inscritas e significadas no corpo, estão no interior das hierarquizações e classificações sociais, tanto quanto nos movimentos curriculares e, mais amplamente, nas ações e relações escolares, ou seja, no sentido mais amplo de currículo.

A experiência descrita a seguir, por Logun Edé, nos exemplifica a afirmação:

Eu sempre escuto coisinhas como: “Olha! O professor é viado”. Acho que todos os rótulos são possíveis e esses rótulos possíveis existem entre os professores. Agora, existe uma grande incógnita: qual é a do Logun Edé? Um dia o professor de história virou pra mim e disse: “Ah! É porque você é artista. Artista acha que pode fazer de tudo”. Existe um professor de ciências da noite que o grande desejo dele é saber qual é a minha. Afinal de contas, ao mesmo tempo em que sou casado e tenho dois filhos, tenho essas coisas todas com os alunos e faço balé. Existe tudo isso nesse rótulo. O meu jeito de viver acaba deixando muito claro em todos os lugares, os que vão gostar do Logun Edé e os que vão odiar o Logun Edé. Os que vão respeitar o Logun Edé enquanto profissional que tem sua vida muito claro dentro das expectativas de gênero masculina e também aqueles que não suportam o Logun Edé que buscam, principalmente, aquele viado que está ali. Eu acho que esta é a forma que as pessoas mais gostam de desclassificar o cara, o chamando de viado. Entre os alunos tem

a mesma coisa. Existem aqueles que convivem comigo, esses são mais próximos e que sabem muito bem o que eu penso. Sabem que acho que não deve existir rótulo e que saímos. Então, para esse não tem aquilo de classificar o Logun Edé como isso ou como aquilo. Mas, tem aqueles que me classificam de viado. Tem de tudo [...] O Logun Edé homossexual ele surge se houver um momento político. Quando há esse momento político. No dia a dia não tenho essa preocupação. A homossexualidade ela vai estar muito forte e precisa aparecer quando ela precisa fazer um embate com a heterossexualidade. Quando precisa está na luta política. Eu não penso nisso nesse momento. Nesse momento [...] eu sou [...] ser humano que sabe que a vida é passageira e que quer viver, que tem uma série de possibilidades da vida e que sabe que tem uma série de dificuldades a enfrentar. Uma vez eu te disse, a vida da gente é cheia de nãoos, mas não se compara com a de um negro. Talvez, seja a mais cheia de nãoos. A gente tem que construir a nossa trajetória a partir dessas negações e buscando caminhos. Então, o que eu procuro pra mim é isso. É sair buscando caminhos sem parar pra pensar. Alguns vão me lembrar no meio do caminho [...] que sou viado, que sou homossexual. Outros vão me lembrar que sou negro. Outros vão me lembrar de algumas coisas. Mas, eu quero seguir minhas possibilidades. Se o embate político valer a pena, eu vou me lembrar do que me foi dito e vou pra esse embate político. Mas, fora isso, eu vou vivendo. Não tem em 24 horas do dia aquele momento que eu penso: agora estou com essa comunidade e a minha relação com essa comunidade é x, agora eu estou ali o Logun Edé é y. Se alguém vive comigo 24 horas por dia vai conhecer em cada local um sujeito que vai falar de um Logun Edé diferente.

Com a narrativa do professor Logun Edé, verificamos que os discursos sociais, ao tentarem marcar idealmente um corpo, de modo que um seja o complemento oposto do outro, são, a nosso ver, a base que alimenta as especulações e as sexualidades dissidentes. Em outras palavras, esse ideal inatingível - que a Modernidade, suas tecnologias e alianças pontuais com os princípios judaico-cristãos criaram em torno dos sexos/gêneros - permitiu um corpo referência. Entretanto, no cotidiano, exatamente por sua configuração econômica, geográfica, cultural e histórica, os sexos/gêneros assumiram inúmeros contornos, buscaram escapar à lógica dicotômica, mas ainda lutam contra a especulação, nomeação e enquadramento.

A sonhada liberdade ou a opção de criar novas questões à vida são a base que nos implusionam a subverter a sociedade e nos reapropriarmos da possibilidade de construir infinitamente as performatividades. Como na

política e na cultura, a performatividade é o lugar do impossível, é o espaço em que o sujeito deixa suas contribuições, e no qual se torna autor de sua prática e invenção.

Ainda que o mundo exista sem a nossa presença, nossa presença no mundo nos exige muita criatividade para inventá-lo e fazê-lo um lugar em que possamos viver com dignidade. Para que o mundo tenha sentido, devemos criar/significar o que nele já contém, devemos aprender a questioná-lo e a inventar o que ainda não existe. Neste sentido, viver criativamente é também uma condição para criar/ampliar a democracia e se criar com a democracia.

Considerações finais

A partir das experiências de Jaci, Jacinto e Logun Edé, constatamos que, na sociedade contemporânea, o corpo tornou-se o suporte criativo de *artesãos* das performatividades. Em situações de liberdade e as condições materiais, o sujeito pode ser capaz de produzir aquilo que ele deseja ser/estar no mundo das possibilidades.

Os contornos e pontos que, durante muito tempo referenciaram o sujeito universal, passaram a escapar por entre os dedos com a crítica feminista. A fragmentação do sujeito não está distante da escola, ela se reflete em suas práticas quando verificamos agendas de vários coletivos reivindicando espaços nos seus currículos e prioridades.

Durante este exercício narrativo, conseguimos verificar a presença de diversas feminilidades e masculinidades presentes nos discursos de Jaci-Quisaña, Jacinto e Logun Edé. Isto reafirma a idéia de que as categorias de gênero e sexualidades são construídas, e que cada sujeito fabrica seu corpo, realiza seu desempenho e se apresenta como um projeto interminável, sempre buscando atender ou responder às expectativas criadas sobre o que é o seu ser/estar. Estas palavras podem mostrar que, na prática, as identidades produzidas a partir das performatividades de gênero e sexualidades podem ser mais amplas do que as defendidas nos discursos ou percebidas nas práticas pedagógicas e nos currículos.

Referências

- AMARAL, M. Natureza e representação na pedagogia da publicidade. In: COSTA, Marisa. V. *Estudos Culturais em educação: mídia, brinquedo, biologia, literatura, cinema...* Porto Alegre: EdUFRGS, 2004.
- BHABHA, H. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- BENTO, B. Transexuais, corpos e próteses. *Labrys Estudos Feministas*, n.4, ago/dez. 2003.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAETANO, M. *Performatividades reguladas: heteronormatividade, narrativas biográficas e educação*. Curitiba: Appris, 2016.
- DELORY-MOMBERGER, C. *Biografia e educação: figuras do indivíduo projeto*. Natal: EDUFRN, 2008.
- ELLSWORTH, Elizabeth. Modos de endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também. In: SILVA, Tadeu. T. da. (Org.). *Nunca fomos humanos – nos rastros do sujeito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- FISCHER, R. *Adolescência em discurso*. Mídia e produção de subjetividade. 1996. 231f. Tese de doutorado. PPGEDU/URGS, 1996.
- FOERSTER, V.H. Visão de conhecimento: disfunções de segunda ordem. In: SCHNITMAN, D.F. *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. P. 59-74.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOELLNER, S. A produção cultural do corpo. In: LOURO, GAUCIRA et al (Org.). *Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 28-40.

HODKIN, Barbara. Concepts of family memberships. In: CUSINATO, Mário. (Org.). *Research on family resources and needs across the world*. Milão: LED Edizioni Universitarie, p.45-54, 1996.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LOURO, G. L. *Currículo, gênero e sexualidade*. Porto: Porto Editora, 2000.

_____. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2001.

PÉREZ, C. *Professoras alfabetizadoras: histórias plurais, práticas singulares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PESSOA, F. *Livro do desassossego*. 2 ed. Lisboa: Ática, 1982.

RODRÍGUEZ, M. El feminismo francés de La diferencia. In AMORÓS, C. *Historia de la teoría feminista*. Madrid: Instituto de Investigaciones Feministas de la Universidad Complutense de Madrid/Consejería de Presidencia, Dirección General de la Mujer, 1994.

SILVA, T. T. (Org.). *O sujeito da educação: estudos Foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____.; HALL, S.; WOODWARD, K. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

(Endnotes)

- 1 O sujeito ilegível caracteriza-se por sua capacidade de transitar entre os/fora dos “enquadramentos” identitários. A dificuldade ou impossibilidade do outro de ajustá-lo às expectativas identitárias o leva ao transito na ilegibilidade social.

- 2 Como crítica à universalização masculina e seu governo no uso da Língua Portuguesa, descreveremos o sujeito da frase no feminino antecipado dos artigos O – que descreve a existência do gênero masculino – e A – que anuncia o gênero feminino do sujeito.
- 3 Buscando reforçar o anonimato a pedido dos sujeitos não indicaremos com precisão os lugares de suas atuações profissionais e moradias.
- 4 Partimos de uma visão que compreende as identidades como resultados de atos performativos de linguagem (BUTLER, 2003).
- 5 Em alguns campos da vida e de suas relações, os marcadores de gênero estão tão confusos que não nos permitem afirmar que se referem a mulheres ou homens, exemplo dos comportamentos, acessórios simbólicos e expressões corporais. Entretanto, em outros eles ainda estão enraizados e fundamentam as desigualdades entre homens e mulheres, como no campo econômico, nas esferas de representação política e nos números de violência doméstica e pública. Este último dado é interessante para refletir as diferenças sexuais entre os espaços, se na ordem reconhecida como privada são elas as maiores vítimas e eles os maiores agressores, no espaço público são eles as vítimas e permanecem os maiores agressores. O que evidencia uma educação para a violência e a complexidade existentes entre as categorias gênero e sexo.



EDUCAÇÃO E GÊNERO



DISCUTINDO AS QUESTÕES DE GÊNERO ATRAVÉS DO MÉTODO *PENSAR ALTO EM GRUPO* NA AULA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Maria Celma Vieira Santos¹

Iskaime da Silva Sousa²

Nelson Eliezer Ferreira Júnior³

Resumo

A relevância da abordagem das questões de gênero na escola se configura a partir da necessidade de que crianças e jovens sejam suscitados a refletir sobre os estereótipos, isto é, os papéis sociais atribuídos a cada gênero não somente no meio escolar, como também no cotidiano. Essa visão favorece a busca por práticas alternativas que possam estimular e contribuir para a formação de leitores críticos capazes de perceber as questões ideológicas que subjazem aos textos trabalhados na escola. Este trabalho apresenta o relato de uma vivência de leitura do conto “Entre a espada e a rosa”, de Marina Colasanti, que utilizou o PAG - Pensar Alto em Grupo - como instrumento pedagógico utilizado para vivenciar a prática social da leitura, a partir do

-
- 1 Especialização em Programação de Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade de Pernambuco, UPE, 2006. Mestranda pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Campus Cajazeiras. Vínculo: Secretaria de Educação de Pernambuco, Concursada, Professora de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Email: mcelmavieira@hotmail.com
 - 2 Mestranda pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Campus Cajazeiras. Vínculos: Secretaria Estadual de Educação da Paraíba e Secretaria Municipal de Educação de São Domingos - PB, Concursada, Professora de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Email: iskaime_prof@hotmail.com.
 - 3 Doutor em Letras pela Universidade Federal da Paraíba e professor de Teoria da Literatura e Literaturas de Língua Portuguesa na Universidade Federal de Campina Grande (câmpus de Cajazeiras). Desenvolve pesquisas em Literatura Comparada e também atua no campo da (re) orientação pedagógica no ensino da Literatura na Educação Básica.

viés interacionista, numa abordagem de temas transversais em eventos de letramento. O recorte aqui apresentado faz parte de uma atividade realizada com alunos do 9º ano da Escola Dom Antônio Campelo, na cidade de Petrolina, Pernambuco.

Palavras-chave: gênero; leitura; reflexão; prática social; PAG.

1 Introdução

A crescente mobilização de diversos grupos sociais em favor do reconhecimento de suas diferenças tem exigido uma percepção mais contundente do papel estratégico da educação para o respeito à diversidade. O ensino, visto como fator essencial para garantir inclusão, promover igualdade de oportunidades e enfrentar preconceitos deve, inclusive, compreender questionamentos sobre os padrões de desigualdade de gênero e incentivar a equidade de direitos, o respeito mútuo entre homens e mulheres. Felizmente, a escola já tem dado alguns passos no que diz respeito a assumir o compromisso de propiciar reflexões acerca do tema das relações de gênero.

Nessa perspectiva, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's - 1998) apontam caminhos que o professor pode seguir para o desenvolvimento de uma prática que reflita os valores democráticos e pluralistas em relação à questão de gênero. É necessário, então, que os professores enfatizem a importância da valorização da igualdade entre os gêneros e a dignidade presente em cada cidadão, bem como orientem todas as discussões, respeitando a opinião de cada aluno e, ao mesmo tempo, apontando os preconceitos e trabalhando pela não discriminação das pessoas.

Ninguém discorda que homens e mulheres possuem diferenças. O que não podemos é contribuir para que essas diferenças sejam transformadas em desigualdades. Assim, o conceito de gênero nos ajuda a mostrar a diversidade das relações sociais e a analisar criticamente e compreender como as desigualdades se estabelecem e como podemos superá-las. Ter consciência de nossa condição de gênero é um passo importante para defender relações igualitárias e construir novas possibilidades na vida social, afetiva e sexual (BRASIL, 2011, p. 14).

O desenvolvimento dessa consciência, no entanto, não pode correr o risco de ser pautada no pensamento comum, na medíocre observação dos comportamentos femininos e masculinos ou, como já dito anteriormente, uma ação de reconhecimento e aceitação. Antes, é preciso, que seja definido e incentivado um processo de análise em que o educando se debruce sobre o objeto de modo a colocá-lo continuamente em questão, mesmo quando não estiver em sala de aula.

No que tange a este processo de reflexão e desconstrução de preconceitos entre os gêneros na aula de Língua Portuguesa, a leitura focalizada como prática social, a partir do viés interacionista é uma grande aliada na prática docente. Para Rojo (2012), **é indispensável desenvolver um processo de leitura em que o aprendiz se coloque como leitor crítico e autônomo**, isso é, um processo cujas atividades ultrapassem a mera decodificação, e privilegiem a compreensão dos textos segundo o caráter responsivo da linguagem e do discurso.

Assim, por entender que suscitar nos meninos e meninas a reflexão sobre suas posições sociais, de modo a contribuir para a construção de novas formas de relações entre homens e mulheres consiste numa prática desafiadora, mas possível, o objetivo desse trabalho é compartilhar os resultados obtidos a partir de uma vivência de leitura do conto de Marina Colasanti *“Entre a rosa e a espada”*, cujas atividades foram desenvolvidas no 9º ano do EF da escola estadual Dom Antônio Campelo, na cidade de Petrolina- PE.

Para tanto, os dados que compõem a prática pedagógica analisada nessa pesquisa foram coletados por meio do PAG - Pensar Alto em Grupo (ZANOTTO, 2014), cujas bases são a mediação do professor e a interação social, com o objetivo de negociar os sentidos do texto.

É um estudo que se insere na área de Linguística Aplicada, uma vez que é pela e na linguagem que se torna possível ouvir a voz do outro. O PAG é uma prática de letramento, pois constrói-se na interação com o outro, levando em conta seu contexto social, a sua heterogeneidade e as práticas discursivas em que atua e que o constituem. (MOITA LOPES, 2006).

2 Metodologia

Neste trabalho, foram retomadas as concepções de leitura como prática social, a partir do viés do letramento, que apontam para a ressignificação das atividades de leitura na escola. Dessa forma, utilizou-se a prática de leitura denominada Pensar Alto em Grupo – PAG (ZANOTTO, 2014), que consiste numa prática colaborativa em grupo que ocorre durante o evento social de leitura e favorece a negociação de leituras, construção de novos sentidos entre os participantes e na possibilidade de valorização da subjetividade presente nas diversas leituras dos textos trabalhados.

O Pensar Alto em Grupo (Zanotto, 2014) é uma metodologia que proporciona a interação face a face e permite a construção de novas leituras e

a negociação de sentidos. Essa prática surgiu a partir do Protocolo Verbal ou Pensar Alto (Ericsson & Simon, 1984) e está afinada com o letramento crítico inspirado em Paulo Freire e com dialogismo de Bakhtin. O pressuposto essencial é dar voz ao leitor, possibilitando o protagonismo na construção de leituras.

No presente trabalho foi descrita uma sessão de leitura do Pensar Alto em Grupo, com alunos do 9.º ano B, da Escola Dom Antônio Campelo, em Petrolina-PE. Esta escola, situada em um bairro periférico, atende alunos nos níveis fundamental II e médio, nas modalidades Regular e EJA- Educação de Jovens e Adultos. A vivência aconteceu no dia 11 de abril de 2016, e contou com a participação de seis membros: uma professora pesquisadora e cinco estudantes, sendo quatro meninas (14 e 15 anos) e um menino (15 anos). O objeto de análise foi o conto *Entre a espada e a rosa*, da escritora Marina Colasanti.

Optou-se pela discussão geral do texto, sem discutir parte por parte, uma vez que a discussão das partes do conto acontece de maneira natural no decorrer de uma vivência. O critério para a escolha dos recortes foi privilegiar os momentos nos quais os leitores abordaram pontos relevantes para a discussão a que este artigo se propõe, a reflexão sobre as relações de gênero.

Para efeito de análise, as falas dos estudantes foram representadas com os seguintes grafemas: **P** (Professora); **D**, **G**, **F**, **I** e **R** (iniciais dos nomes dos alunos participantes da sessão de leitura). O percurso didático foi dividido em quatro recortes, escolhidos por abordarem as construções acerca da imagem da mulher no conto lido.

O primeiro recorte refere-se à tentativa de motivar o início da vivência de leitura e, por conseguinte, o estímulo à fala dos participantes. No segundo recorte houve o ajustamento das vozes, momento em que percebemos o resgate da fala do aluno para expandir a discussão. O terceiro recorte foi denominado “acionando os conhecimentos prévios” em que houve uma aproximação do texto com a bagagem cognitiva dos discentes acerca do tema e, por fim, o quarto recorte no qual os participantes estabeleceram relações entre o conto lido e a realidade pessoal.

3 Análise e resultados

A concepção de leitura como prática social rejeita a ideia de que esta seja mera decodificação. Cabe ressaltar que o aspecto cognitivo da leitura não é desconsiderado, contudo é preciso reconhecer a influência dos

aspectos socioculturais. Segundo Kleiman (2013), a leitura é um ato social entre dois sujeitos – leitor e autor – que interagem entre si, obedecendo a objetivos e necessidades socialmente determinados.

Sendo assim, a compreensão de um texto varia de um indivíduo para o outro. Um texto pode suscitar várias leituras em diferentes leitores, ou um mesmo leitor pode evocar leituras diferentes de um único texto em diferentes contextos.

Entretanto, essa visão pós-moderna de leitura (CORACINI, 2005) de que um único texto admite várias inferências e, por consequência, várias leituras não anulam o texto, mas o transformam e o reescrevem, fazendo com que dele surjam outros textos.

Primeiro recorte – acertando o passo

O texto foi distribuído aos participantes para lerem, em um primeiro momento, silenciosamente e introspectivamente, por alguns minutos. Após esse momento, iniciou-se a conversa sobre o texto (Quadro 1). Foi possível perceber que, mesmo tendo sido enfatizado, no início da vivência, que eles deveriam conversar entre si para construir o sentido do texto, os alunos ficaram inibidos, e algumas perguntas foram feitas no intuito de incentivá-los a falar.

Quadro 1: Início do diálogo sobre o conto lido.

P: bom (+) primeiro' a gente pode conversar sobre o texto (+) se ficou alguma dificuldade em entender (+) todo mundo entendeu"

D:

F: entendeu

G: entendeu

I : Sim

R:

P: quem gostaria de começar de falar assim' rapidamente do que o texto trata"

P: não sejam tímidos é uma conve:rsa (+) fiquem à vontade.

Fonte: Dados da pesquisa - 2016.

Como visto no quadro 1, a professora utilizou uma pergunta de contato “*Quem gostaria de começar a falar, assim, rapidamente, do que o texto trata?*” para iniciar a vivência de leitura sem perguntar diretamente a um

aluno em específico, para que os participantes não tivessem a impressão equivocada de um interrogatório ou de um questionário.

O professor/pesquisador, ao participar do grupo, deve abandonar seu papel diretivo para assumir o papel de mediador na construção das leituras, substituindo as perguntas “usuais” diretivas por perguntas ou intervenções que levem o grupo a refletir e construir um raciocínio coletivo.

Segundo recorte – ajustando as vozes

No segundo recorte, (quadro 2) a aluna F formulou oralmente sua compreensão acerca das atitudes da personagem – a princesa, pois percebeu que as decisões tomadas por ela refletiam no modo como o outro a enxergaria. Houve um reconhecimento do preconceito existente no fato da princesa ser mulher e ter barba, característica socialmente, relacionada ao homem.

Numa tentativa de resgate da fala da aluna F, a professora ampliou a discussão e, ao assumir essa postura, o grupo pode perceber que F fez uma contribuição relevante.

Quadro 2: Inferências do alunos acerca do conto.

F: e:: eu acho que ela sentia preconceito tip:::o de diferente que ela não queria tirar para não espantar porque se ela tirasse pra ele ver o elmo ela ia mostrar a barba e o corpo de mulher aí ele não ia mais querer o serviço dela e como ela ia estar com a barba ele não ia querer se casar com ela,

...

P: Francisca falou uma coisa aqui sobre achar que ela sofreu preconceito porque era diferente (+) hoje as pessoas que têm’ que são diferentes sofrem preconceito”

G: sofrem

P: por que será”

G: por que o povo se considera tipo o::

F: rejeitado

Fonte: Dados da pesquisa - 2016.

A pergunta feita pela professora: “*Por que será?*”, no intuito foi fazer com que os alunos refletissem sobre a fala de F e emitissem suas próprias opiniões, conferiu ao momento a oportunidade de conversar sobre a diversidade e o não respeito ao diferente na sociedade atual.

Consideramos que, ao nascer, o indivíduo inicia-se em um longo processo social que influencia a construção de sua identidade, do seu papel sexual e de como se porta nas relações entre os gêneros. Desse modo, a absorção desses estereótipos depende de como cada um entende e interpreta seus papéis sociais em relação a si mesmo e ao outro. Neste recorte, percebe-se que houve apenas uma tentativa de resposta, dada pela aluna G, que foi arrematada por F.

Terceiro recorte – acionando conhecimentos prévios

Na ativação de conhecimentos prévios é possível perceber que as falas de F, G e I (quadro 3) estabeleceram diferenças entre o padrão de comportamento das princesas de contos de fadas clássicos e a princesa, personagem do conto lido.

Segundo Kleiman (2013), a compreensão de um texto é um processo que se constitui da utilização dos conhecimentos prévios do leitor, isso é, ele busca no momento da leitura o que ele já sabe, o conhecimento adquirido ao longo de sua vida.

É mediante a interação de diversos níveis de conhecimento, como o conhecimento linguístico, o textual, o conhecimento de mundo, que o leitor consegue construir o sentido do texto.

Quadro 3: Relação do conto lido com os conhecimentos prévios dos alunos.

P: que é que você achou' o que é que vocês acharam desse texto diferente dos contos de fada que a gente conhece" (+)

G: os contos de fada ah professora, ultimamente têm tudo que a pessoa quer, é na hora que quer já aqui não' ela lutou/

F: tem muita criança, aí aqui já é mais/

I: enfrentando as vitórias

P: você achou mais adulto"

I: é, eu achei

G: é, eu achei

G: mais adulto

F: por que ela virou uma guerreira aí quase nenhum 'eu acho que nenhum conto de fadas' as princesas viram guerreiras,

Fonte: Dados da pesquisa - 2016.

Para os alunos houve então o reconhecimento do comportamento padrão constitutivo em contos de fadas, visto que na maioria deles, a mulher é aquela que acaba tendo seus anseios atendidos pela presença de um príncipe que a salva e casa-se com ela, denotando, assim uma imagem passiva.

Embora este momento do recorte tenha focalizado as falas dos alunos, como forma de fazê-los compreender essa diferença a partir de suas próprias impressões, cabe ao professor fomentar ainda mais essa criticidade, confirmando que o conto analisado imprime uma representação feminina que difere da que os discentes estão acostumados, porque nesse é a coragem da princesa que lhe permite percorrer os caminhos da liberdade e enfrentar as situações adversas e não a presença de um príncipe.

Quarto recorte – relacionando com a realidade pessoal

Nesse recorte, nota-se que os alunos relacionaram o assunto tratado no conto com a realidade: o casamento entre adolescentes e a tradição do povo cigano, retratada por um aluno que faz parte desse grupo étnico (quadro 4).

Quadro 4 – Relação do tema tratado no conto com o contexto pessoal do discente.

G: eu não vou citar o nome de quem' mas uma aluna mesmo dessa escola ela teve que sair da escola porque os pais delas obrigaram ela a casar com o próprio primo e ela não queria aí ela tá paran/ ela parou de estudar ela saiu da escola ano passado e ela ainda querendo estudar nem só por causa do estudo também por causa do povo daqui da escola (+) ela foi obrigada pelos pais delas a casar com o próprio primo e agora/ e a menina tem treze anos de idade

D: na minha família é assim também (+) nós casa primo com primo (+) querendo ou não

P: por que é uma coisa da cultura

D: mas já é tradição cultura

D: mas já tá acabando a tradição do cigano que tá entrando (incompreensível) sem ser cigano

P: Isso é bom ou isso é ruim"

D: isso é bom e é ruim

D: eu sou/ meu pai é cigano mas minha mãe já não é cigana,

Fonte: Dados da pesquisa - 2016.

É importante ressaltar que o aluno D ainda não havia participado da discussão, mesmo que fosse sempre convidado a falar, contudo, quando a discussão foi direcionada para o seu contexto social, interagiu espontaneamente.

Nesse sentido, é válido destacar o que diz Freire (2005) acerca desse cuidado de que o contexto que o aluno encontra na sala de aula, esteja sempre em diálogo com o contexto pessoal do discente, de modo que o educador não pode de maneira nenhuma, em suas relações político-pedagógicas com grupos populares, desconsiderar seus saberes de experiência. A explicação do mundo do qual faz parte ajuda o discente a compreender sua própria existência.

Percebe-se claramente que os alunos entendem o casamento como uma questão cultural, conseguindo acionar exemplos pessoais. No entanto, há, na fala de D e de G, o reconhecimento de que esse constructo social não é uma situação positiva para a mulher, uma vez que nos exemplos dados por eles, a mulher tem que casar, mesmo não sendo de sua vontade e, no caso da fala de G, parar de estudar.

Neste momento é cabível discutir a desconstrução desse constructo social de que a mulher deve casar obedecendo à família em detrimento à sua vontade, inclusive partindo de aspectos metafóricos do conto, em que a mulher é representada como uma guerreira, que se torna, por mérito próprio, merecedora de uma realização afetiva. A espada metaforiza o poder, uma vez que para vencer, a personagem precisou tomar para si o espírito de luta, que até então sempre foi atribuído ao homem, denotando, assim, a desconstrução desses estereótipos dentro do conto e como consequência levando a uma associação com os exemplos cotidianos dos alunos.

4 Conclusões

É muito importante que o professor entenda sua parcela de responsabilidade na formação cidadã dos discentes, articulando os vários saberes com que tem contato de modo que os leve à reflexão sobre a importância do respeito às diferenças e da eliminação de estereótipos e preconceitos em nossa sociedade. Para tanto, faz-se necessária a busca por materiais de apoio como música, filmes e textos literários que contribuam para a construção de sentidos mais igualitários.

Nesse âmbito, a proposta de leitura do conto “*Entre a rosa e a espada*”, de Marina Colasanti, possibilitou a discussão sobre variados papéis sociais da mulher, mesmo num contexto patriarcal, numa mediação entre o contexto da obra, outros contos de fadas pré-existentes e a realidade cultural dos alunos, conferindo diversas possibilidades de interpretação e desenvolvimento crítico.

No que remete ao diálogo sobre o texto sistematizado pela proposta do Pensar Alto em Grupo, percebeu-se que, no início da vivência de leitura, houve inibição por parte dos alunos; contudo, vale ressaltar que no decorrer da aula, essa inibição começou a dar lugar à vontade de ser ouvido. É preciso estabelecer uma continuidade nessas atividades de mediação e da prática do Pensar Alto em Grupo, de maneira que através da interação, da negociação e da partilha de experiências e conhecimentos se construa, coletivamente, novos sentidos e novas leituras.

Falar sobre gênero, mesmo no séc. XXI é, antes de tudo, um desafio docente, visto que há, por muitas vezes, certa resistência na própria comunidade escolar. No entanto, uma abordagem pedagógica que enfatize problematização e formulação de pensamento crítico sobre as relações de gênero pode influenciar nas novas formações de relações num âmbito geral, e certamente, pode estabelecer novas formas de relação dentro da escola, da família e em seus círculos sociais.

Referências

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Ministério da Educação Básica – **Gêneros**. Brasília, 2011.

_____, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental (Tema Transversal Orientação Sexual). Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998b.

CORACINI, Maria José R. Faria. **Concepções de Leitura na pós-modernidade**. In: Carvalho, Regina Célia; Lima, Paschoal. (Orgs). *Leitura: múltiplos olhares*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 15-44, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 31ª ed., São Paulo: Paz e Terra.

KLEIMAN, Ângela. **Texto & Leitor**: Aspectos Cognitivos da Leitura. 15ª ed. São Paulo: Editora Pontes, 2013.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, Gênero e Sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 9 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

MOITA LOPES, L. P. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. In: _____. **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo (orgs.). **Multiletramentos na escola**. 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

ZANOTTO, Mara Sofia. **A Construção de uma Prática de Letramento para o Ensino e Pesquisa de Leitura da ‘Metáfora’ em Textos Literários**. In Lima, Aldo de (Org.) *A Propósito da Metáfora*. Recife, Editora da UFPE, 2014, p. 193-241.

EDUCAR E NORMATIZAR: A PRODUÇÃO DA IDENTIDADE E DIFERENÇA NO ESPAÇO ESCOLAR

Romualdo da Silva Sales¹

Roberta Tiburcio Barbosa²

Rogério Marcelino dos Santos Melo³

Resumo

A produção da identidade e diferença é perpassada por relações de poder, estabelecendo polaridades que instituem a identidade como central e subalternizam a diferença. No que toca as abordagens no campo do gênero e sexualidades, essas construções sociais ganham caráter normativo, estabelecendo os corpos e subjetividades compatíveis com a norma e tornando a diferença abjeções/desvios. Nesse sentido, objetivamos problematizar como a escola dialoga com o fortalecimento da norma, reverberando padrões construídos e arraigados culturalmente, e como este processo se materializa através de violências físicas e simbólicas, corroborando para o fortalecimento da heteronormatividade. Para tal, desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica, qualitativa de natureza exploratória. Constatamos que a escola, como instituição de produção e ressignificação do conhecimento, reproduz os estereótipos e contribui significativamente para a consolidação da norma e, conseqüentemente, fortalece os padrões heteronormativos.

Palavras-chave: Identidade, escola, heteronormatividade.

1 Graduando em Serviço Social, pela Universidade Estadual da Paraíba.
E-mail: romualldosales@gmail.com

2 Graduada em Letras – Língua Portuguesa, na Universidade Estadual da Paraíba.
E-mail: robertatiburcio02@hotmail.com

3 Graduado em Letras – Língua Portuguesa, na Universidade Estadual da Paraíba.
E-mail: rogeriomarcelino.lettras2013@gmail.com

Introdução

Nas relações sociais e culturais, as produções de identidade e diferença configuram-se como dispositivos estratégicos para pensarmos como as relações de poder presentes nessas construções estabelecem os lugares legítimos para serem ocupados pelos sujeitos, influenciando diretamente na produção de normas. Essas relações são baseadas na estruturação de polos fixos e assimétricos, sendo as identidades associadas ao polo superior, do qual, tudo que o foge ao mesmo a diferença, assumindo caráter subalterno no que toca as categorias de gênero e sexualidades, são construções culturais que nos interessam para a elaboração deste estudo. Essa concepção binária, parte desde as contribuições da filosofia platônica, que estabeleceu uma cisão entre aparência e essência, fornecendo base para que outras estruturas dicotômicas fossem estabelecidas. Partindo desse pressuposto, a ciência moderna vai se afirmar como o caminho central para a produção legítima do conhecimento, subalternizando outras formas de produção e ressignificação do mesmo; como também uma separação que nos parece relevante, a divisão do mundo em dimensões naturais e culturais, consolidando a formação de assimetrias.

Os polos estabelecidos por Platão vão ganhando novas configurações ao longo da história. Gostaríamos de chamar atenção para a assimetria entre os polos formados pela natureza e a cultura. O último vincula-se a racionalidade, representada pelo homem branco e heterossexual, entendendo que este teria as condições para intervir sobre a natureza, transformando-a. As mulheres, homens negros, homossexuais, entre outros estariam vinculados ao polo inferior, à natureza, à noite, ao escuro, aquilo que só a intervenção do homem, utilizando-se da sua racionalidade poderia transformar. Ou seja, a natureza existe, mas apenas ganha significado a partir da intervenção do homem, que é o detentor da capacidade racional de transformação e consolidação das relações estabelecidas entre os polos.

No que se refere à construção de identidade e diferença, Silva (2009), afirma que ao construirmos uma afirmação que estabeleça quem somos, estamos negando outras construções identitárias, portanto, estamos afirmando que o outro é diferente. Em outras palavras, ao afirmarmos uma identidade estamos produzindo a diferença. Nessa perspectiva, identidade e diferença estão intimamente vinculadas, mesmo separadas. Uma é constituinte da outra, sendo referência nas construções culturais estabelecidas,

entre as quais, as relações de poder se configuram como centrais nesse processo.

No que toca às sexualidades a norma predominante coloca no polo superior a heterossexualidade, sendo tudo o que difere dela o estranho, aquilo que precisa ser ajustado, colocado dentro dos padrões, ou pelo menos silenciado para não colocar em xeque a hegemonia heterossexual. Os segmentos subalternos relacionados, nesse caso aos negros, gays, lésbicas, travestis, entre outros, são figuras abjetas e devem ser toleradas, sob o discurso do respeito à diversidade, entendendo que assim todos podem viver harmoniosamente, desde que separados nos espaços que podem ocupar, evitando o diálogo efetivo entre os sujeitos, como se fosse possível interagir sem produzir afetações individuais ou coletivas.

Entretanto, a educação é incorporada nesse processo de produção da norma e reverberações de valores morais estabelecidos social e culturalmente. Como espaço de produção e ressignificação do conhecimento, a educação foi historicamente utilizada como ferramenta potente na produção de corpos e subjetividades normalizadas, ou seja, de acordo com os padrões estabelecidos. Nesse sentido, as abordagens em sala de aula não avançam no que tange à problematização da diferença, mas contribui efetivamente para a consolidação das normas produzidas pelos padrões. Assim, podemos conceber que existe violência contra aqueles e aquelas que não fortalecem o instituído; Os sujeitos que não seguem as normas, muitas vezes sofrem violência física, verbal ou psicológica por parte dos colegas e podem, também, ser penalizados/as pelas organizações pedagógicas, o que se aproxima de uma violência ao reduzir às questões relacionadas à diferença apenas como respeito à diversidade.

Mediante o exposto, entendemos que esse tema encontra dificuldades em ser trabalho por professores e demais profissionais da educação, pois o próprio sistema pedagógico e a organização dos currículos, em geral, não contemplam o debate de forma efetiva, caindo nas armadilhas do respeito e da tolerância apontadas pelos discursos da diversidade. Concebemos, assim, ser de extrema relevância problematizar os espaços considerados subalternos e, especificamente procurar sair da zona de conforto e compreender a nossa própria localização dentro dessa lógica binária, que contribui significativamente para a heteronormatividade e não menos para as mais diversas práticas de violência sofridas por aqueles e aquelas que “subvertem” as normas, especialmente aqueles que deslocam o gênero. Destarte, objetivamos

problematizar as relações de identidade de diferença, tentando apreender como as relações de poder se estabelecem nesse processo, particularmente no ambiente escolar, e como essas relações sociais contribuem para a subalternização dos sujeitos no que tange às categorias de gênero e sexualidades e ao fortalecimento da heteronormatividade.

Metodologia

As inquietações que deram origem a esta pesquisa partiram de uma experiência num projeto de extensão universitária que trabalha com temas relacionados à violência contra a mulher e segmentos LGBTs no território da Borborema, desenvolvido pela Universidade Estadual da Paraíba. A partir das provocações, desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e natureza exploratória, entre os meses de maio a dezembro de 2015, utilizando periódicos online reconhecidos pela Capes, entre os quais destacamos Educar em Revista, Revista Mal-estar e Subjetividade e Cadernos Pagu - com foco de análise nas publicações do período entre 2009 e 2013. Além disso, buscamos apoio teórico em outros materiais, tal como livros e artigos dos quais tivemos contato através de leituras dentro do projeto de extensão. Julgamos tais materiais relevantes para este debate, tendo em vista as contribuições políticas e teóricas no que tange à articulação de estratégias de enfrentamento as tecnologias de controle e dominação, que operam na produção de sujeitos normalizados. Tentamos apreender como as abordagens de gênero e sexualidades nas escolas contribuem para o fortalecimento das normas estabelecidas social e culturalmente, e como os discursos produzidos nesses espaços contribuem para a heteronormatividade.

A construção da identidade e a produção da diferença atravessada pelas relações de poder

Em consonância com Silva (2009), ao assumirmos uma identidade, estamos estabelecendo várias negativas e, portanto, produzindo a diferença. O mesmo autor exemplifica utilizando as nacionalidades: ao dizer que somos brasileiros estamos dizendo que não somos argentinos, chineses entre outros, ou seja, a semântica nos fornece as condições efetivas para simplificar este processo. Porém, só existe sentido em afirmar que somos brasileiros porque existem outros sujeitos que não compartilham a mesma

identidade que nós e, a partir desse complexo, evidencia-se a necessidade de representação que contribui de forma efetiva para o estabelecimento da identidade e da diferença.

Como construção social e cultural, a identidade não é desinteressada; Tal construção se encontra em constante processo de reafirmação, tendo como plano de fundo as relações de poder. Nesse processo, há a tendência da naturalização das normas sociais, por vezes utilizando argumentos biologicistas para subalternizar a diferença e produzir a abjeção. Então percebemos que o poder agencia a construção de normas que têm por base valores morais e culturais hegemônicos que buscam normatizar os sujeitos no que tange às relações mais diversas, tendo no gênero e sexualidades um campo fértil, haja vista que são espaços de intimidades e, conseqüentemente, estratégicos na produção de corpos e subjetividades que dialoguem com as normas estabelecidas e arraigadas culturalmente.

Partido desse pressuposto, a diferença tende a ser considerada como um produto da identidade, sendo a última o ponto de partida que fornece condições para a construção da diferença. Nessa perspectiva, as normas são associadas àquilo que somos tendo em vista que, ao afirmarmos determinadas identidades, estamos operando a formação de polos, o que originará aquilo que se afasta da regra:

Em geral, consideramos a diferença como um produto derivado da identidade. Nesta perspectiva, a identidade é a referência, é o ponto original relativamente ao qual se define a diferença. Isto reflete a tendência a tomar aquilo que somos como sendo a norma pela qual descrevemos ou avaliamos aquilo que não somos. (SILVA, 2009, p 75)

Nessa perspectiva, podemos conceber que a norma não é natural, mas construída social e culturalmente envolvendo o exercício de poder, estabelecendo os lugares dos corpos, dos sexos e produzindo padrões nos quais os sujeitos devem ser enquadrados. Essa relação torna-se tão forte e ao mesmo tempo sutil que muitas vezes passa despercebida, produzindo análises polarizadas que sempre subalternizarão aqueles que se encontram no polo inferior. O binarismo vai dizer quem são os sujeitos normais e anormais, heterossexual e homossexual e apontar qual o perfil que se configura como legítimo, como a norma, reservando à diferença os espaços subalternos.

Louro (2012) e Silva (2009) nos chamam atenção para pensarmos como essas construções sociais e culturais vinculam-se a bases epistemológicas que

fundamentam relações dicotômicas estruturadas para conceber o mundo, relações estas que vão acirrar as análises baseadas em dois polos fixos e assimétricos que estabelecem relações de poder, na qual cada polo é constituinte do outro, sendo que um deles mantém caráter de superioridade, dando o tom das relações sociais, políticas, culturais em detrimento de outro negativo que se configura como o desvio da regra estabelecida.

No processo de afirmação da identidade e diferença, a formação dos polos se faz presente mantendo como fundamento as relações de poder, numa dicotomia que inclui ou exclui os sujeitos, deixando claro quem se encontra de um lado e do outro: Ao afirmarmos quem somos, também estamos dizendo quem não somos. No campo do gênero e sexualidades, se afirmarmos que somos homossexuais, estamos dizendo que não somos heterossexuais, bissexuais e tantas outras denominações que se configuram como compartimentos para classificar os sujeitos. Porém isso não significa que esses grupos nomeados são legítimos. Eles continuam sendo subalternizados e o fato de ser chamado de homossexual muitas vezes é considerado pedante, pois não se enquadra na norma hegemônica.

O polo superior representado pela racionalidade dos homens brancos e heterossexuais se apresenta como o ponto de origem que dá o tom das relações sociais, configurando-se como polo superior. As mulheres, negros e homossexuais são segmentos considerados subalternos, pois são associados ao emotivo, à noite, ao escuro, ao domínio da natureza, ou seja, o polo inferior.

Concebemos que a construção da identidade e diferença é perpassada por relações de poder, sendo que não se trata do poder disciplinar, mas de algo exercido em múltiplas direções e dimensões, espalhando-se como rizomas. Foucault (1996) analisa que o poder como estrutura localizável e repressora não dá conta dos complexos da realidade contemporânea, deixando de ser associado a alguém ou instituições, tronando-se estratégico no que toca às ações dos sujeitos, especificamente as relacionadas aos interesses hegemônicos. Assim, o poder é utilizado como ferramenta potente para a produção e manutenção da norma, sendo utilizado na produção de corpos sexuados compatíveis com os padrões produzidos e arraigados culturalmente.

Entendendo que a construção da identidade e diferença é estabelecida social e culturalmente e tendo como plano de fundo o exercício de poder, faz-se necessário problematizar as ferramentas utilizadas na produção de

corpos, gêneros e sexualidades de acordo com a norma. Nesse sentido, entendemos a escola como um espaço de produção e ressignificação de conhecimento e dos valores, configurando-se como dispositivo estratégico nesse processo, pois esta influencia diretamente na socialização dos sujeitos. Interessa-nos apreender como as relações de gênero, mais especificamente de sexualidades, se dão nesse espaço, como elas reproduzem as normas e como esse processo corrobora para a heteronormatividade, tema que pretendemos detalhar no próximo item.

Escola: ferramenta estratégica para a reprodução da norma

A escola foi historicamente utilizada como estratégia potente na produção de corpos e subjetividades, reverberando práticas e discursos construídos culturalmente e na teia das relações sociais, tendo como objetivo produzir sujeitos passivos em relação às normas estabelecidas, reforçando-as e silenciando aqueles considerados subversivos. Nesse sentido, Foucault (1984) afirma que desde o final do século XVIII já havia uma preocupação em produzir corpos e subjetividades no ambiente escolar. Posteriormente, a sexualidade entra em discurso, porém o mesmo autor adverte que a sexualidade em foco tem uma finalidade específica: produzir verdades sobre o tema e, conseqüentemente, legitimar essas verdades através da instituição de normas.

Na particularidade brasileira, o discurso sobre gênero e sexualidades tem expressividade no final da década de 1920, ganhando revelo na década posterior, tendo médicos e professores como as categorias que mais ganham destaque nesse debate. Entretanto, a discussão tinha fortes vínculos moralistas e não avançava do ponto de vista da problematização dos espaços e sujeitos envolvidos de forma efetiva. Isso contribuiu de forma direta para o estabelecimento de normas sobre o gênero e as sexualidades, vigiando-os os espaços e sujeitos envolvidos. Dessa forma, a escola foi utilizada como modo de disseminar as verdades sobre os corpos, os sexos e as maneiras como os sujeitos deveriam vivenciar os seus desejos.

Os currículos aprontavam para uma concepção higienista e moralista, como o Currículo da Educação Sexual, lançado em 1933, analisado por Assis César (2009). Esse currículo foi considerado um marco na produção de discursos sobre o gênero e sexualidades nas escolas, mas, como pudemos evidenciar, ele veio como uma estratégia de dominação, trazendo

afirmações sobre como os sujeitos devem lidar com seus corpos, suas sexualidades, produzindo um discurso oficial, que deveria predominar nas relações sexuais e afetivas, entendendo que assim os corpos e as subjetividades estão sobre o controle das instituições e do próprio Estado.

No que toca ao debate sobre a formação de identidade e diferença, especificamente no campo no gênero e sexualidades, as escolas não problematizam as relações de poder, caindo na armadilha de trazer a diversidade como forma de minimizar os conflitos, reproduzindo a norma e relegando a diferença aos espaços subalternos, devendo ser no máximo tolerada, fazendo esforços para silenciá-la e, assim, garantir o bom funcionamento do ambiente escolar. Nesse sentido, faz-se necessário desenvolver questionamentos sobre quais tipos de abordagem educacionais estão sendo desenvolvidas, se o direcionamento aponta para uma educação para a diversidade ou para a diferença, entendendo as inflexões dos padrões e valores morais nesse processo. Assim:

Padrões morais costumam ser a via de entrada de normas e convenções na experiência educacional. Distinguir entre concepções de educar voltadas para a diversidade ou para a diferença pode ser um meio profícuo de evitar que o aprendizado redunde da manutenção da diferença como algo a ser tolerado. (MISKOLCI, 2012, p. 44)

Nesse contexto faz-se necessário apreender como os valores morais, traduzidos em normas são produzidos ou questionados no ambiente escolar, entendendo que as questões da diferença não devem ser concebidas apenas como algo que merece ser tolerado, mantendo o debate redito ao discurso da diversidade que fecha os espaços para problematização das relações de poder e produz violências contra aqueles e aquelas que não reforçam as normas instituídas e, portanto, são considerados abjetos.

Em consonância com Miskolci (2012), concebemos que o abjeto está vinculado ao sentimento de horror ou repulsa como se fosse impuro e seu contato fosse temido. Nesse sentido, o mesmo autor argumenta que as injúrias ou xingamento estão estreitamente ligados às abjeções. O fato de utilizar xingamentos como “baitola”, “sapatão”, “saboeira”, entre outros, não se trata apenas de nomeação dos sujeitos, mas de uma classificação cruel e reforçadora dos estigmas sociais. Essas classificações são marcas que delimitam os espaços para serem ocupados, ou seja, o gay dentro de um discurso voltado para a diversidade deve ser apenas tolerado.

No campo das políticas públicas, entre elas as políticas voltadas para a educação, Quartiero & Nardi (2011) apontam que o tratamento da diversidade no Brasil defende a inclusão do diferente, aquele que possui algo que os normais não têm. Nessa perspectiva, evidencia-se a tentativa de aproximar o diferente da norma, utilizando o discurso da diversidade e mantendo a lógica hegemônica sem provocar questionamentos ou deslocamentos dos padrões instituídos.

Na educação, a inclusão pelo crivo da diversidade é fortalecida sem descolamentos de olhares para as relações de poder, produzindo corpos, sexos e formas de viver os desejos e moldando as subjetividades na perspectiva de fortalecer a norma. No caso das sexualidades, esses espaços são perpassados por tecnologias que agenciam os corpos e subjetividades desejáveis, ou seja, a escola se configura como organização da produção e ressignificação dos saberes, e produz verdades sobre os sujeitos nos seus espaços mais íntimos.

A escola reproduz discursos considerados verdades, tendo como plano de fundo epistemologias dominantes que ganham legitimidade em nome da ciência oficial, que se relaciona diretamente ao exercício de poder. Nesse sentido, são produzidas pedagogias normativas que adotam abordagem no campo da saúde e da biologia para falar das sexualidades e justificar a norma, consolidando os padrões produzidos e arraigados culturalmente.

Utilizando-se de discursos normativos, a escola agencia subjetividades influenciando nas formas como as pessoas se relacionam e vivem seus desejos e práticas sexuais, fortalecendo dispositivos como a heteronormatividade. Esse dispositivo se configura como um modelo produzido socialmente, que regula a forma como as pessoas se relacionam. Ou seja, ele molda os padrões aceitáveis, os modos de ser homem ou ser mulher, como se apenas o binário conseguisse dar conta das formas como as pessoas vivem suas sexualidades. Nessa perspectiva, “A heteronormatividade é a ordem sexual do presente, fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo” (MISKOLCI, 2012, p. 43).

Segundo o mesmo autor, a heteronormatividade se impõe por meio de violências simbólicas ou físicas dirigidas especialmente a quem rompe as normas de gênero, pois a sociedade em alguns contextos consegue aceitar o fato de pessoas se relacionarem com outras do mesmo sexo, no entanto, não aceitam pessoas que deslocam o gênero, ou seja, o garoto afeminado e as garotas que não reproduzem a doçura associada ao feminino. A escola

reproduz os padrões fortalecendo os estereótipos e violências, pois ainda não concebe seu envolvimento nas relações de poder, sendo dispositivo potente para problematizar como o poder se espalha, entendendo que a identidade e a diferença são produzidas social e culturalmente, portanto, podem ser desconstruídas e, dessa forma, lançar um olhar crítico sobre o processo de ensino-aprendizagem, questionando para onde apontam as práticas educativas e a quem elas interessam.

No que toca às violências simbólicas e físicas, no espaço escolar essas violências são sofridas pelos sujeitos que não reproduzem as normas instituídas no que tange as identidades e gênero e sexualidades, especificamente aqueles que pressionam para o deslocamento do gênero, tendo como plano de fundo os comportamentos adotados e, muitas vezes, esses sujeitos são culpabilizados por não seguirem a norma. Os discursos heteronormativos ganham destaque, fortalecendo as abjeções. As formas de ser homem ou mulher entra em cena e o binarismo dá o tom do debate; frases como “se você fosse homem não iriam perturbar você” são frequentes na justificativa das violências sofridas. Ou seja, você pode ser homossexual, desde que não demonstre, tente ser discreto e, assim, você não sofrerá nenhuma violência. Porém, o fato de utilizar estes argumentos já se configura como uma violência. A vítima passa a ser culpada e os estereótipos continuam sendo construídos e reforçados dentro dos ambientes que deveriam problematizar as formas de socialização para além dos muros das residências.

Conclusão

O debate em torno da formação da identidade e diferença se configura como peça central para entendermos como se estabelecem as relações de poder e como estas dão o tom das relações sociais, políticas e culturais, estabelecendo os lugares para serem ocupados pelos sujeitos, normatizando-os. Nesse sentido, algo que nos chama atenção são as tecnologias e os dispositivos utilizados para produzir corpos e subjetividades no espaço escolar, especificamente no que toca às identidades de gênero e sexualidades.

Evidenciamos, mais uma vez, que a escola foi historicamente utilizada como dispositivo potente na produção de corpos e subjetividades, reforçando a norma e subalternizando os sujeitos que não se enquadram na mesma, respaldada na contemporaneidade pelos discursos relacionados à diversidade, que mascara e fecha os espaços para problematização

da diferença, relegando-a à tolerância. Nesse sentido, evidenciamos que a abjeção é produzida e relacionada a ela os xingamentos e o temor de interação com a diferença.

Queremos chamar atenção para o fato de, apesar das transformações históricas e societárias, a escola reproduz a norma que agencia os sujeitos e produz subjetividades, mas precisamos problematizar as formas de violências simbólicas e física que estas corroboram, e como os sujeitos e instituições precisam ser produzidos no sentido de construir espaços de resistência que contestem a norma, que a coloque em xeque, em debate para que assim possamos conceber o outro como legítimo, como sujeitos potentes e capazes de construir novos espaços de diálogo.

Os sujeitos e subjetividades que contestem a norma, que busquem produzir dispositivos de enfrentamento e problematização das relações de poder, que estabeleçam a identidade e produzam a diferença e, que não nos parece exagerado dizer, que matam, precisam ser produzidos, e somos nós quem precisamos construir esse processo. Mas para produzir esses sujeitos é preciso deixar ser afetado, embriagar-se pela diferença, pois o temor da norma e a afetação entre os sujeitos nos seus espaços políticos, culturais e sociais no sentido de apreender como o outro é constitutivo e constituinte de nós.

Não temos a pretensão apontar caminhos prontos, que respondam aos anseios dos que esperam um direcionamento para resolver a problemática deste debate, apenas queremos afetar, para que assim os olhares possam ser deslocados das zonas de conforto. Se conseguirmos fixar olhos nesse texto, se após uma leitura rápida alguém parou um segundo e pensou sobre o tema, o objetivo foi alcançado.

Referências

ASSIS CESAR, Maria R. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “epistemologia”. *Educar*, Curitiba, n. 35, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602009000300004&script=sci_arttext>. Acessado em: 14 Jun. 2015.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis:Vozes, 1996

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. 14.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MISKOLCI, R. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

QUARTEIRO, E. T.; NARDI, H. C. A Diversidade Sexual na Escola. Produção de subjetividade e políticas públicas. *Mal-estar e Subjetividade*, Fortaleza, n. 2, 2011. Disponível em: < http://www.unifor.br/images/pdfs/subjetividade/2011.2_artigo9.pdf >. Acesso em: 15 de set. 2015

SILVA, Tomaz T. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

PERCEPÇÃO E ATUAÇÃO DE DOCENTES DO ENSINO MÉDIO FRENTE À HOMOSSEXUALIDADE NA ESCOLA

Sáskya Jorgeanne Barros Bezerra¹

Grayce Alencar Albuquerque²

Resumo

Objetivos Conhecer as práticas e percepções de docentes do ensino médio quanto à condução e abordagem da homossexualidade nas escolas. **Método:** Trata-se de um estudo exploratório, descritivo, de abordagem quantitativa, realizada com professores do ensino médio de três escolas no mês de março de 2016. Utilizou-se para coleta de dados questionários sobre a temática. Participaram do estudo 25 professores do ensino médio, a maioria do sexo masculino. **Resultados:** Verifica-se que os docentes apresentam dificuldades de atuar frente à temática homossexualidade, não sabendo, por exemplo, conceituá-la para adequada abordagem. **Conclusão:** Existem dificuldades para abordagem da temática homossexualidade pelos educadores e estes devem buscar conhecimentos sobre o assunto partindo-se de um processo de formação que os tornem capazes para abordar e acolher a diversidade sexual na escola.

Palavras-chave: Docentes, heteronormativos, preconceito.

1 Universidade Regional do Cariri (URCA).

E-mail: saskyalu@hotmail.com

2 Universidade Regional do Cariri (URCA).

E-mail geycyenf.ga@gmail.com

Introdução

Sabe-se que a população homossexual sofre cotidianamente com o preconceito e discriminação social por manifestarem uma orientação sexual tida como desviante. Tal construto envolve uma aversão sentida ou expressa que pode ser direcionada a um grupo ou a um de seus membros (GOLVEIA et al., 2012) e que se manifesta em uma escala de violência que varia desde agressões verbais contra a honra e a moral, até aos extremados episódios de violência física e sexual, consumados com requintes de crueldade (OMS, 2002).

As primeiras manifestações de preconceito e discriminação social contra homossexuais parecem surgir ainda na adolescência, diante da descoberta de sua sexualidade e orientação sexual não heterossexual, o que acarreta nesse grupo o despertar de dúvidas e conflitos sexuais que podem resultar em sofrimento e materialização interna de preconceitos, manifestadas pela baixa autoaceitação, baixa autoestima e autodepreciação (CEARÁ, DALGALARRONDO, 2010).

Dentro desse contexto, objetivando-se a redução de agravos em saúde incidentes em adolescentes em processo de descoberta da sexualidade/orientação sexual não heterossexual e práticas eróticas homoafetivas, importante destaque tem a escola, considerada espaço de socialização e instituição-parte da sociedade. À escola tem sido atribuída a responsabilidade de preencher algumas lacunas, cabendo aos docentes das diversas áreas do conhecimento a tarefa de orientação quanto à sexualidade e diversidade sexual, numa perspectiva transdisciplinar. No entanto, o que se observa na prática é uma massificação da homofobia na escola associada à postura de docentes que não desconstróem práticas homofóbicas. Quando há uma negação de direitos sexuais e reprodutivos legitimada pela escola, esta acaba operando como produtora de vulnerabilidades (GESSER, 2012).

Dados de várias fontes de pesquisa intensificam a produção acadêmica sobre o tema da diversidade sexual nas escolas, amparados na construção de uma ação educativa que contemple a orientação sexual dos estudantes, objetivando a aprendizagem de meios de prevenção de doenças, diminuição de conflitos internos e de violência, bem como agindo na formação para a diversidade dos estudantes sem demonstrar que tal ação seja antiética (SILVA, SOUSA, 2015).

No entanto a escola tem se comportado como uma instituição reprodutora das diferenças, ao se eximir de propor na formação dos alunos questões minoritárias voltadas para diminuição das formas de preconceitos e estigmas contra grupos minoritários. Relacionado a esta dificuldade, cabe ressaltar que esta barreira é determinada pelo discurso produzido pela sociedade de anti-naturalização da homossexualidade (SILVA, SOUSA, 2015).

Uma situação que vem a reforçar esse quadro é que a maioria dos/as educadores/as não obteve conhecimentos acerca das temáticas da sexualidade durante sua formação inicial e continuada. Por conseguinte, promover a inclusão da diversidade sexual na escola se torna uma tarefa bastante complicada uma vez que os/as docentes não foram preparados/as para tanto, o que acaba levando à omissão e ao não reconhecimento dessas múltiplas identidades sexuais e de gênero (SOUZA, SILVA, SANTOS; 2014).

Isso se comprova pela Pesquisa Juventude e Sexualidades, realizada em 14 capitais brasileiras e 241 escolas, publicada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2014) na qual foram entrevistados 3.099 educadores/as, dos quais 60% não sabiam como abordar a questão da homossexualidade em sala de aula porque não tinham conhecimento suficiente acerca das questões relacionadas à temática; tal dado mostra o despreparo dos profissionais de educação para atuar com a homossexualidade na escola e como este fato provavelmente colabora com a reprodução do preconceito (ABRAMOVAY, CASTRO, SILVA; 2004).

Sabe-se, no entanto que o modo como o educador re (age) pedagogicamente é produto de uma concepção pré-estabelecida da sexualidade, sendo resultante de uma formação pessoal e profissional que antecedem seu momento docente (ALMEIDA, 2011).

Assim, o docente que se responsabiliza por esse trabalho deve ser alguém que, além de possuir bom contato com os discentes, seja um interlocutor confiável e significativo para acolher as expectativas, opiniões e dúvidas, além de ser capaz de conduzir debates sem impor suas opiniões e livre de quaisquer preconceitos e discriminações (LIRA, JOFILI; 2010). Para tanto, os docentes necessitam entrar em contato com suas próprias dificuldades e preconceitos diante do tema e preparar-se para a intervenção prática junto aos discentes, propiciando a criação de um espaço grupal de produção de conhecimento.

Nesse sentido, as diversas áreas do conhecimento que são ministradas no espaço escolar precisam atentar-se para a questão da sexualidade e da educação sexual. No entanto, isso pressupõe que o corpo docente necessita estar preparado para implementar o processo educativo na construção dessa cidadania. Isto indica que os/as interlocutores/as da ação pedagógica, de modo especial, os/as professores/as precisam de embasamento teórico e didático coerentes com as demandas sociais dos/as estudantes (QUIRINO, ROCHA; 2012).

De acordo com (JESUS, SOUSA, SILVA; 2013), a carência na formação docente de estudos que englobem as temáticas diversidade sexual, homossexualidade e homofobia, faz com que os/as docentes se sintam despreparados para discutir tais assuntos em sala de aula. Tal situação contribui com a omissão desses temas no espaço escolar, acarretando diversas práticas homofóbicas (agressões físicas e/ou verbais, exclusões, ameaças, simbólica, entre outros) contra os indivíduos que se declaram contrários ao padrão heteronormativo. Assim sendo, o silenciamento e/ou negação da diversidade sexual na escola contribui para o enaltecimento das manifestações de preconceitos. Neste contexto, os/as educadores/as devem desconstruir atitudes preconceituosas e discriminatórias contra os/as homossexuais.

Sendo a sexualidade entendida como uma construção social, histórica e cultural, sente-se a necessidade de ser discutida no espaço acadêmico, principalmente na formação docente - espaço privilegiado para o tratamento pedagógico desse desafio educacional contemporâneo, entendidas nas suas dimensões de campos de investigação e intervenção, no sentido de problematizar objetivos e práticas e, conjuntamente, caminhar buscando superar limites e efetivar uma proposta de formação comprometida para com a temática (SANTOS, 2015).

Dessa forma, para possibilitar o reconhecimento e a aceitação da diversidade sexual na instituição escolar (e na sociedade em geral) é imprescindível elencar e analisar as representações sociais dos sujeitos envolvidos, sobretudo dos/as educadores/as. É a partir de tais representações que são (des) construídos preconceitos, discriminações, estereótipos e outras práticas homofóbicas perpetradas contra os indivíduos que fogem às normas sexuais e de gênero (SOUZA, SILVA, SANTOS; 2014). Neste sentido, o estudo objetivou conhecer as práticas e percepções de docentes do ensino médio quanto à condução e abordagem da homossexualidade nas escolas.

Método

Trata-se de um estudo exploratório, descritivo e de abordagem quantitativa, realizada com professores do ensino médio de três escolas localizadas no município de Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil.

As escolas de ensino médio foram selecionadas levando-se em consideração os critérios: i) grande quantitativo de docentes vinculados, ii) facilidade de acesso aos prédios e iii) existência de instalações adequadas para a aplicação dos questionários.

Foram convidados a participar docentes vinculados a essas instituições de ensino que contemplaram os seguintes critérios de inclusão: i) ser docente de qualquer área do conhecimento e ii) estar presente no momento da abordagem.

O desenvolvimento da pesquisa teve início a partir da solicitação para coleta de dados junto à direção das instituições de ensino. Na ocasião, a proposta do estudo foi apresentada. Após formalização do apoio e autorização pela direção das escolas foi conduzido um encontro com os docentes, previamente agendado, para apresentação do estudo e aplicação do instrumento de coleta de dados.

Adotou-se como instrumento de coleta de dados questionários com indagações sobre a temática. Os dados obtidos foram organizados por meio da contagem numérica absoluta e relativa e analisados à luz da literatura pertinente. O estudo obedeceu aos princípios éticos da Resolução nº 466/12, do Ministério da Saúde.

Resultados e Discussão

Participaram do estudo 25 professores do ensino médio, a maioria: do sexo masculino (68%, n=17), com idade entre 30 a 35 anos (16%, n=7), pardos (28%, n=8), católicos (56%, n=14) e com mais de 10 anos de atuação profissional (20%, n= 5).

Quando questionados a respeito de sentimentos e práticas educativas referentes à homossexualidade na escola, os docentes revelaram em sua maioria, que a temática não lhes causa constrangimento para abordagem (56%, n=14), embora 40% (n=10) não se sinta seguro para discutir estas temáticas na escola, mesmo já tendo lecionado para discentes homossexuais (60%, n=15) (Tabela 1).

Tabela 1 – Sentimentos e práticas educativas de docentes frente à homossexualidade. Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil, Março de 2016.

Falar de homossexualidade é uma temática que lhe constrange?	Valor Absoluto	Valor Relativo
Sim	01	04%
Não	14	56%
Não respondeu	11	44%
Leciona ou já lecionou para discentes homossexuais?		
Sim	15	60%
Não	00	00%
Não respondeu	10	40%
Se sente seguro para responder aos discentes perguntas ligadas à sexualidade?		
Sim	09	36%
Não	06	25%
Não respondeu	10	40%

Fonte: Aplicação de Questionários aos docentes

Dados os resultados, aponta-se que é importante que as escolas possam selecionar docentes que se sintam preparados para debater esses temas com os discentes (SEFFNER, 2009). Sabe-se que as ansiedades que levam professores a buscar formação dizem muito de suas dificuldades em abordar esses temas transversais, que gradativamente vem adentrando os ambientes escolares nos últimos anos (SEFFNER, 2011).

Falar sobre orientação sexual/sexualidade é contrapor uma reflexão acerca de sentimentos, emoções e afetos, fatores subjetivos fundamentais no desenvolvimento e na vida psíquica de qualquer ser humano (ALMEIDA, 2011). Assim faz-se necessário buscar instrumentos que permitam melhor preparar aquele que vai orientar e, dentro desse enfoque, não só os professores de Ciências ou Biologia serão responsáveis pela transmissão do conteúdo, mas a escola como um todo (SAITO, LEAL; 2000).

Quanto à opinião dos docentes sobre o que acreditam ser a gênese da homossexualidade, observou-se que a maioria (68%, n=17) em conjunto não sabem e não responderam ao quesito. Em valor equivalente (12%, n=03), docentes apontaram ser a homossexualidade uma condição genética isolada ou associada a experiências de vida (Tabela 2).

Tabela 2 – Opinião de docentes quanto à gênese da homossexualidade. Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil, Março de 2016.

Opinião quanto à gênese da homossexualidade	Valor Absoluto	Valor Relativo
É genética, ou seja, já “nasce com a pessoa”.	03	12%
É aprendida, ou seja, depende das experiências de vida da pessoa.	00	00%
É uma escolha, ou seja, a pessoa opta por ser homossexual.	02	08%
É genética e aprendida, ou seja, é o resultado da interação entre a genética e as experiências vividas.	03	12%
Não sei	05	20%
Não responderam	12	48%

Fonte: Aplicação de Questionários aos docentes

Infere-se que o pouco conhecimento sobre esta condição seja resultado das hipóteses evolutivas apresentadas até o momento, que não são fundamentadas em evidências empíricas consistentes e, além disso, podem ser precipitadas, já que ainda não há consenso científico sobre se a homossexualidade seria geneticamente determinada ou não (MENEZES, BRITO; 2007).

Indagou-se ainda aos docentes qual o significado da homossexualidade. A maioria (40%, n=10) optou por não responder ao questionamento. Em segundo lugar, 20% (n=05) dos docentes apontou que a homossexualidade é uma possibilidade de se viver a própria sexualidade e em terceiro lugar (16%, n=04) é considerada uma questão de opção (Tabela 3).

Tabela 3 – Opinião de docentes quanto ao significado da homossexualidade. Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil, Março de 2016.

Significado de Homossexualidade para os docentes	Valor Absoluto	Valor Relativo
É uma questão de opção da pessoa	04	16%
É uma questão de opção da pessoa	05	20%
É uma questão de opção da pessoa	00	00%
É uma questão que deve ser respeitada, mas faria tudo para evitar que seu filho (ou filha) fosse homossexual.	02	08%
Homossexualidade não é questão de doença, e sim de moral, sendo importante não se deixar levar.	01	04%
Outras	03	12%
Não respondeu	10	40%

Fonte: Aplicação de Questionários aos docentes

Importante destacar que homossexualidade é definida em termos de orientação sexual, a homossexualidade não é uma opção que depende da vontade do indivíduo, como uma deliberação consciente (FILHO, 2009), embora essa ideia ainda persista como verdade. Ainda, o grande número de docentes que não responderam ao quesito pode revelar que muitos docentes demonstraram não saber lidar com o assunto. Nesse sentido, acredita-se que parte de tais posicionamentos decorrem da falta de possíveis opções de qualificação docente, como participação em cursos de capacitação, nos quais eles teriam oportunidades para trocar experiências entre si.

Por fim, indagados se já atuaram na resolução de conflitos dentro da escola que tiveram como motivo a homossexualidade, docentes optaram por não responder (40%, n=10), 40% (n=10) nunca se envolveram e 20% (n=05) apontaram que já participaram de alguma tentativa de resolução de conflito que envolvesse o tema.

Essa realidade reforça a invisibilidade da homossexualidade nas escolas. Nesta prevalece o silêncio sobre a diversidade, constituindo-se a heterossexualidade como a única forma de expressão sexual e obrigatória, que culmina em uma desqualificação de outros modos de viver a sexualidade, gerando a prática discriminatória (LIONÇO, DINIZ; 2009).

A maneira como cada um vive sua sexualidade é, sem dúvida, parte importante de sua identidade subjetiva, ou, de sua personalidade, mas não

a define. O que se é, o que cada um é, vai muito além de sua prática sexual (CECCARELLI, 2008).

A sexualidade é um conceito amplo e histórico. Ela faz parte de todo ser humano e é representada de forma diversa dependendo da cultura e do momento histórico. A sexualidade humana tem componentes biológicos, psicológicos e sociais e ela se expressa em cada ser humano de modo particular, em sua subjetividade e, em modo coletivo, em padrões sociais, que são aprendidos e apreendidos durante a socialização (MAIA, RIBEIRO, 2011).

Considerações Finais

Verifica-se que os docentes ainda apresentam percepções e condutas que reforçam padrões heteronormativos na prática escolar. No entanto, tais achados não pretendem culpabilizar os docentes pela carência de conhecimento sobre a temática e conduta não holística, mas acima de tudo, expor tal problemática para que se possa pensar em ações que busquem a humanização e o combate a homofobia.

Neste sentido acredita-se que os docentes devem buscar conhecimentos acerca da homossexualidade a partir de um processo de formação continuada que os tornem capazes e sensíveis a adotar medidas para abordar e acolher a diversidade sexual na escola.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Marcia Garcia; SILVA, Lorena Bernadete. Juventude e Sexualidade. Brasília: UNESCO Brasil, 2004, p. 426.

ALMEIDA, Sandra Aparecida et al. Orientação sexual nas escolas: fato ou anseio? Revista Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre (RS) 2011, vol. 32, n.1, p.107-13.

CEARÁ, Alex de Toledo; DALGALARRONDO, Paulo. Transtornos mentais, qualidade de vida e identidade em homossexuais na maturidade e velhice. Revista de Psiquiatria Clínica. 2010, vol. 37, n. 3, p.118-23.

CECCARELLI; Paulo Roberto. A Invenção da Homossexualidade. Estudos gays: gêneros e sexualidades, Periódicos UFRN, Bagoas, 2008, n 2 p.71-93.

FILHO, Alípio de Sousa. Teoria sobre a gênese da homossexualidade: Ideologia, Preconceito e Fraude. In: Diversidade Sexual da Educação: problematizações sobre homofobia nas escolas. 2009, p.95-124.

GESSER, Marivete et al. Psicologia Escolar e formação continuada de professores em gênero e sexualidade. Psicologia Escolar e Educacional, 2012, vol.16, n.2, p. 229-236.

GOUVEIA, Valdinei Veloso et al. Valores e motivações para responder sem preconceito frente a Narrativa da diversidade sexual. Psicologia Reflexiva Crítica, 2011, v. 24, n.3, p. 458-466.

JESUS, Cassiano Celestino; SOUZA, Elaine de Jesus; SILVA, Joilson Pereira. Violência e preconceito: concepções de educadores/as da disciplina de História sobre homossexualidade. Fórum Identidades e Alteridades. Congresso Nacional de Educação e Diversidade. Anais. Itabaiana/SE: UFS, 2013, p. 01-09 .

LIONÇO, Tatiana; DINIS, Debora. Narrativa da diversidade sexual. In: Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio. Brasília: Letras Livres: Editora UNB. 2009, p. 47-61.

LIRA, Andreia; JOFILI, Zélia. O tema transversal orientação sexual nos pcn e a atitude dos professores: convergentes ou divergentes? REMPEC - Ensino, Saúde e Ambiente, 2010, vol. 3, n. 1, p. 22-41.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Educação sexual: princípios para ação. Revista Paulista de Psicologia e Educação, 2011, vol. 15, n. 1, p. 41-51.

MENESES, Aline Beckmann de Castro; BRITO, Regina Célia Souza. Reflexões sobre a homossexualidade como subproduto da evolução do prazer. Psicologia em Estudo, 2007, v.12, n.1, p.133-139.

OMS. World Report on Violence and Health. Geneva: World Health Organization Press. 2002

QUIRINO, Glauberto da Silva; ROCHA, João Batista Teixeira da. Sexualidade e educação sexual na percepção docente. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, 2012, n. 43, p. 205-224.

SAITO, Maria Ignez; LEAL, Marta Miranda. Educação Sexual na Escola. Pediatría (São Paulo), 2000, vol. 22, n. 1, p.44-8.

SANTOS, Wendel Sousa. O discurso sobre sexualidade na formação em ciências biológicas. Alumni. Revista Discente da UNIABEU, 2015, vol.3. n. 6, p.71-81.

SEFFNER, Fernando. Masculinidade bissexual e violência estrutural: tentativas de compreensão, modalidade de intervenção. In: Construções da sexualidade. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, ABIA, 2009.

SEFFNER, Fernando. Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas: cenas escolares envolvendo questões de gênero e sexualidade. Estudos Feministas, Florianópolis, 2011, v. 19, n.2, p. 561-572.

SILVA, Fernando Guimarães Oliveira da; SOUZA, José Antônio de. Homossexualidade e escola: em busca do discurso do reconhecimento

no cenário da tolerância. Anais do Seminário de Educação e Colóquio de Pesquisa. 2015, v. 1, n. 10.

SOUZA, Elaine de Jesus, SILVA Joilson Pereira, SANTOS, Claudiene. Diversidade Sexual na Escola. Revista Educação e Cultura Contemporânea, 2014, v. 11, n. 25, p. 389-422.

UNESCO. O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam o que almejam. São Paulo:Moderna,2004.

TEORIA QUEER VAI À ESCOLA: (COMO) ESTAMOS LIDANDO COM ESSA PRESENÇA?

Camilla de Melo Silva¹

Camilla Marques da Silva²

Micaela Sá da Silveira³

Resumo

As discussões em torno das relações de gêneros e sexualidades estão ganhando cada vez mais espaço em nossa sociedade, por refletirem as ações que estão relacionadas às mesmas e inseridas nas instituições que formam cidadãos, a partir de discursos e ações estratégicas. Diante disso, o presente trabalho objetiva, a partir da análise de conteúdo de duas reportagens – “Pais denunciam escola por proibir criança transgênero de usar banheiro das meninas” e “Arthur, transexual de 13 anos: ‘Açam que só quero chamar

1 Graduanda do Curso de Bacharelado em Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande. Possui interesse de pesquisa nas áreas de Gênero, Drogas e Direitos Humanos e Psicologia Social e da Saúde. Atua como pesquisadora/bolsista do Programa de Educação pelo Trabalho - PET/GRADUASUS - e como colaboradora do Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Drogas - NUD/UFCG.

2 Graduanda do Curso de Bacharelado em Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande. Graduada em Pedagogia pela mesma instituição. Possui interesse de pesquisa nas áreas de Gênero, Inclusão, educação empática e Psicologia Educacional. Atua como Supervisora Escolar na Secretária Municipal de Educação da Cidade de Queimadas/PB; pesquisadora/colaboradora do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC - e colaboradora do Grupo de Estudos Paulo Freire - GESPAUF - na Fundação Universitária de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão - FURNE.

3 Doutoranda em Literatura e Interculturalidade pela Universidade Estadual da Paraíba, Mestre em Literatura e Interculturalidade na mesma instituição, Graduada em Letras - Língua Portuguesa. Tem artigos publicados na área de literatura e estudos de gênero, em que vem problematizando os discursos sobre gênero e sexualidades e estudos gays, lésbicos e queers. Atua como professora da Educação Básica e integra o Grupo de Representações de Gêneros e Sexualidades.

atenção''' – discutir de que modo a escola, enquanto espaço de construção de discursos e subjetividades, tem atuado diante de sujeitos que se reconhecem e se identificam a partir de vivências que fogem aos padrões estabelecidos hegemonicamente. A discussão está embasada nos pressupostos teóricos de Louro (1997/2002), Ribeiro e Costa (2004), Kennedy (2010), Patto (1996), além de alguns Documentos Oficiais que regulamentam a educação no Brasil. A partir de tais análises, inferimos a necessidade (e urgência) de abrir espaço para a reflexão da escola enquanto instituição produtora de discursos e, mais do que isso, de olhares e de subjetividades.

Palavras-chave: Escola, Gêneros e Sexualidades, Reportagens.

Queridos pai e mãe
tô escrevendo da Tailândia
é um país fascinante
tem até elefante
e umas praias bem bacanas
mas tô aqui por outras coisas
embora adore fazer turismo
pai, lembra quando você dizia
que eu parecia uma guria
e a mãe pedia: deixem disso?
pois agora eu virei mulher
me operei e virei mulher
não precisa me aceitar
não precisa nem me olhar
mas agora eu sou mulher
(Angélica Freitas)

Introdução

Discutir as questões de gênero na sociedade contemporânea tem sido tarefa cada vez mais urgente, tendo em vista que tal temática tem tentado sair do campo da invisibilidade há muito tempo, seja através das manifestações de militância, seja através dos estudos teóricos. Com tal visibilidade, os discursos têm sido os mais diversos, uma vez que cada sujeito tem a possibilidade de construir sua subjetividade e identidade com relação ao que aponta tal temática. No entanto, não podemos negligenciar que a educação, através da escola, tem a função de contribuir diretamente na construção do saber e proporcionar uma visão desengessada das questões de gêneros e sexualidades, visando desconstruir preconceitos e compartilhando conhecimento.

Assim, percebemos que diante das mudanças sociais e das frequentes descobertas, o estudo da quebra dos laços sociais e suas consequências tornaram-se obrigatoriamente necessários na dinâmica da sociedade atual que, embora sendo cerceada por políticas de inclusão, ainda demarca processos excludentes significativos tanto nas relações interpessoais, como nas relações intergrupais.

Os questionamentos sociais da heteronormatividade sobre o corpo de pessoas que fogem do chamado “determinismo biológico”, produzem

e reproduzem representações sociais que estigmatizam esses corpos como subalternos, através da criação de espacialidades e territorialidades marginais a partir de uma linguagem excludente, que nega direitos básicos a esses corpos, e legitimam a heteronormatividade aos mesmos.

Nessa perspectiva, ainda temos observado algumas lacunas postas nos espaços escolares por esses não estarem preparados para lidar com a presença de alunos e alunas que fogem à norma; assim como pensamos nos possíveis impactos que tais lacunas podem gerar nas vidas desses sujeitos – uma vez que eles perdem a possibilidade de ser (e existir) tal qual se enxergam, e são obrigados a ser tal qual são enxergados.

Assim, o presente trabalho objetiva, a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 2011) de duas reportagens – a saber: “Pais denunciam escola por proibir criança transgênero de usar banheiro das meninas”¹ e “Arthur, transexual de 13 anos: ‘Acho que só quero chamar atenção’”² – discutir de que modo a escola, enquanto espaço de construção de discursos e subjetividades, tem atuado na lida com os sujeitos que se reconhecem e se identificam a partir de vivências estruturadas distantes da norma e dos padrões estabelecidos hegemonicamente, numa perspectiva que ultrapassa as discussões que engessam-nos e os enquadram em discursos binários.

O trabalho se faz relevante, pois estabelece uma relação entre as reportagens – que relatam casos reais de intolerância, preconceito e ideias engessadas das relações de gêneros e sexualidades – e as teorias que abordam a temática mencionada apontando para uma perspectiva *queer*, que muitas vezes tem sido mencionada como distante da nossa realidade e, por isso, necessita de uma validação.

Pais denunciam escola por proibir criança transgênero de usar banheiro das meninas

A primeira reportagem em tela foi publicada em 28 de fevereiro de 2013 e traz a história de Coy Mathis – uma menina de 6 anos de idade que “nasceu em corpo de menino”. Porém, a história não se refere unicamente à sua identificação, mas a uma situação vivida pela menina e por sua família que nos convida à discussão.

Em sua escola, que fica no Colorado, Coy foi proibida de usar o banheiro feminino e convidada a usar “o banheiro dos meninos, o banheiro dos funcionários ou o da enfermaria”, sob a justificativa de um provável

futuro-impacto na vida das crianças pelo fato de um “garoto” estar fazendo uso de um banheiro que seria exclusivo das/para “garotas”. A família de Coy, por sua vez, fala em outro futuro-impacto: o que estigmatiza sua filha, o que lhe torna insegura e lhe intimida. E é, nesse momento, para esse futuro que nos curvaremos.

Na matéria em questão fala-se em um futuro-impacto de um garoto usar banheiro de meninas. Diante disso, nos inquietamos: e o impacto que esta proibição gera em Coy? E o impacto dessa proibição nas outras crianças? E o impacto social desse processo de “mascaramento” e exclusão?

Ousamos imaginar o que causa, em longo prazo, a proibição de o sujeito ser. Ser uma menina que se enxerga/identifica em/com outras meninas, que busca ter as mesmas vivências e não compreende exatamente o que a afasta das demais. Uma criança que foge do padrão, como discute Galinkin e Ismael (2011), acaba por se construir fora de um modelo heterossexual hegemônico e, conseqüentemente, assume papéis impensados dos que são programados pelos discursos vigentes. Coy, desde muito cedo, é estranha – é sujeito que foge do centro e fica à margem. Essa concepção é o que Bento (2006) chama de *queer*, que surge na terceira tendência dos estudos de gênero – a plural – e está relacionada com as teorias discutidas por Butler, quando da problematização do heterossexismo. Refere-se, assim, aos gays e lésbicas. O *queer* é o estranho, o abjeto. O que muda e que não se encaixa nos padrões (AUSTIN, 1990).

Concordamos com os pais de Coy quando eles falam que a proibição e o constrangimento gerados pela não aceitação e/ou o não preparo da escola/instituição para administrar ou apenas dar espaço às diferenças em sua totalidade; irão atravessar a vivência da criança, uma vez que as experiências vividas no âmbito escolar são responsáveis por algumas características decisivas para a personalidade construída na vida adulta – partindo do pressuposto de que a escola se apresenta como uma das principais referências na formação dos cidadãos e sua capacidade de compreender e atuar sobre a sociedade (PATTO, 1996).

O direcionamento da menina para outros banheiros nos leva a constatar que a escola acaba lidando de forma limitada com a questão que lhe é posta – seja devido às reclamações de pais ou outras crianças, seja pelo já mencionado despreparo daquela instituição. Trata-se a menina com pronomes femininos, mas a proíbe de ser menina em todas as instâncias.

Como afirma Nogueira (2001, p. 21), gênero “não é um atributo individual, mas uma forma de dar sentido às transações: ele não existe nas pessoas, mas sim nas relações” e são essas relações que educam, formam e produzem indivíduos singulares em suas realidades também singulares. Assim, retomamos para Coy e suas vivências no espaço escolar quando passa a ser proibida de utilizar o banheiro feminino. Sua relação com o espaço físico e com o espaço subjetivo é alterada – não por vontade própria – e direcionada para soluções que a constroem e excluem. As outras crianças passam a naturalizar esta exclusão, uma vez que a própria escola a (re)produz.

Rosistolato (2009) nos permite aproximar este fato à sua pesquisa realizada no Rio de Janeiro ao identificar os “dilemas” vivenciados por professoras e professores no desenvolvimento de projetos de orientação sexual com adolescentes. Respondendo a uma entrevista em profundidade, as professoras e professores falam sobre a dificuldade de implementar as discussões na prática profissional cotidiana e, para além desta, na própria prática doméstica com seus filhos – “principalmente os filhos homens” (ROSISTOLATO, 2009).

Em dado momento, uma das entrevistadas de Rosistolato, fala sobre um menino pegar uma boneca para brincar e as outras crianças chamá-lo de “mulherzinha” e ela questiona “o que eu faço numa situação dessas?”. A professora, como afirma Rosistolato, não se preocupa com o fato das próprias crianças associarem a brincadeira com bonecas às meninas; mas com o fato do menino querer brincar com a boneca. E finda com um professor que afirma que a educação sobre gênero teria de começar pelos próprios professores, pois eles não estão preparados para lidar com a pluralidade.

Não estão preparados, aliás, para formar, pois não têm essa formação. Desse modo, aqui no Brasil ou lá no Colorado, na escola de Coy, a escola finda não assumindo a pluralidade a partir do momento que não se pronuncia a discuti-la, enxergá-la e apresentá-la como possibilidade. A criança “padrão” percebe a existência de sua colega que foge desse estereótipo, mas não a compreende enquanto sujeito com legitimidade. A enxerga apenas como a diferente. Enquadra.

Ao ler a reportagem, nos inquietamos ao pensar a escola enquanto facilitadora de conhecimento, produtora de diferenças (LOURO, 1997) e uma das principais potências para a construção de uma representação social das pessoas trans. Logo, pensamos, ela deveria “remar contra a maré”; porém

tem optado por mascarar a diferença escondendo-a – colocando-a para o banheiro vizinho, neste caso. O impacto social que este mascaramento gera está, num primeiro momento, invisível aos olhos; porém ele produz discursos. A fala da proibição gera uma ação (Austin, 1990), ou seja, a ação exclui.

Os modelos normativos (e normalizadores) até então vigentes na Educação acabam por mostrarem-se inoperantes quando olhamos os “novos” sujeitos, com suas “novas” demandas e práticas. Louro (1997) indica que não se deve mais trabalhar nas escolas com currículos que denominam esses sujeitos como desviantes que precisam ser sistematicamente corrigidos.

Ainda na reportagem sobre o caso de Coy, encontramos uma enquete que questiona se Coy deve ou não utilizar o banheiro das meninas. Dentre as respostas dadas pelos leitores da matéria, tem-se o seguinte resultado: dos 8.527 votos, 46,45% são a favor do uso do banheiro feminino por Coy; 45,34% são contra o uso do banheiro feminino por Coy e 8,21% dizem não saber opinar.

Esses números nos chamam a atenção, pois embora os votos a favor estejam em maior porcentagem, a diferença é ínfima. Isso nos leva a corroborar o que nos diz Figueira (1987) sobre as mudanças objetivas que identificamos na sociedade parecerem não ocorrer com a mesma eficácia nas subjetividades individuais. Acreditamos, assim, que os olhares lançados para os sujeitos que assumem diferentes possibilidades de vivências ainda estão cristalizados e presos ao que é binário – ainda que este sujeito seja, em nosso caso, uma criança.

Ao final da reportagem, é mencionada uma escola da Suécia que busca desde a oferta de brinquedos “assexuados”, até a utilização de termos “não definidores” de gênero entre as crianças; como estratégia “para reduzir a influência da escola na opção [grifo nosso] de gênero” das mesmas. Embora não consideremos a expressão “opção de gênero” como sendo a mais adequada para o contexto de toda a reportagem, uma vez que não pensamos em escolhas, mas em vivências e construções sociais, como nos apresenta Louro (2002); sentimo-nos capturados, mais uma vez, pela informação.

Como levar as discussões sobre gênero e o próprio conhecimento *queer* para a sala de aula? Em entrevista⁴ para Nicholas Gonzalez Rios, no âmbito da pesquisa FONDECYT, Guacira Lopes Louro chama atenção ao

4 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pOoqC5Ew4VM>.

mencionar que ao pensar e levar para a sala de aula uma educação sexual *queer* – ou uma pedagogia *queer* – findamos por criar mais uma categoria, ou seja, mais uma identidade que colocamos dentro dos currículos das escolas e a isolamos.

Segundo a autora, isto é, no mínimo, reducionista. É importante que pensemos o *queer* como uma disposição política existencial. É necessário propor um pensamento sobre a diferença e a possibilidade de (re)construção – de um lugar de trânsito. É pertinente propor a transitoriedade enquanto possibilidade do sujeito, como nos propõe Louro. E isto pode chegar às escolas, mas também à própria formação das professoras e dos professores.

Desse modo, a medida adotada pela escola sueca é bastante fortuita uma vez que se propõe a tratar a pluralidade enquanto possibilidade (real) no âmbito escolar – sem determinismos e binarismos. Esta política, em um primeiro momento, soa utópica e distante, porém podemos partir da informação para pensar na pluralidade que é proposta no Brasil, por exemplo, a partir do que encontramos nos Parâmetros Nacionais Curriculares (PCN's).

Ainda partindo deste fato – e aproximando-o um pouco mais de nossa realidade – somos remetidos a uma medida adotada/proposta pela Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado do Rio Grande do Sul: o Manual de Linguagem Inclusiva Não Sexista (2014). Embora não seja voltado, especificamente, para o espaço escolar e seu conteúdo não seja dirigido, unicamente, para o público transgênero, o manual parte – assim como as várias discussões sobre gênero, como nos aponta Galinkin e Ismael (2011) – das discussões teóricas feministas e tem como principal objetivo “eliminar o uso de uma linguagem sexista-discriminatória e utilizar uma alternativa de uso correto que contribua para a equidade de gênero”⁵.

Ou seja, ainda dentro do campo das possibilidades, podemos pensar em estratégias que podem se assemelhar com as adotadas pela escola sueca – não como forma de se igualar àquele contexto, mas usando-o como referência para a atuação. Reconhecendo a escola como espaço de construção de subjetividades.

É imprescindível que compreendamos que discutir gênero (e sexualidade) nas escolas – e, assim, discutir todas as formas de transitoriedade que nos propõem as teorias já mencionadas – é de extrema importância e,

5 Manual de Linguagem Inclusiva não Sexista. Disponível em: http://www.spm.rs.gov.br/upload/1407514791_Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf.

ousamos enfatizar, urgência. Nas relações sociais que estabelecemos desde cedo, discursos são construídos e subjetividades são atravessadas. Se não atentarmos para a participação do espaço escolar dentro desse processo, estaremos atando nossas mãos para o futuro – futuro este que já está posto.

“Arthur, transexual de 13 anos: ‘acham que só quero chamar atenção’”

A reportagem divulgada em 2013 traz à tona um assunto ainda polêmico e um tabu para diversos âmbitos de nossa sociedade, a transexualidade e, mais especificamente, o reconhecimento e o respeito à identidade de gênero nas instituições escolares do Brasil.

A referida reportagem inicia com uma fala de Arthur sobre o preconceito enfrentado na escola, pelo fato de ter nascido menina, mas se identificar com uma identidade masculina. Seus pais relatam que a partir dos sete anos de idade ele passou a ser vítima de preconceitos e violência física na escola por colegas que não aceitavam sua identidade de gênero, bem como por alguns professores e funcionários da instituição.

Decorrente dessa situação, Arthur começou a se isolar e tornar-se uma criança introspectiva e, aos 12 anos de idade, ele não se comunicava com as pessoas, além de tentar cortar os braços várias vezes. Sua justificativa resumia-se no fato de ter um segredo. Quando ele revelou para sua mãe que seu problema estava relacionado à sua identidade de gênero, teve o apoio dos pais para se identificar tal como se sentia/enxergava e, diante disso, decidiu realizar a troca de nome.

Contudo, Arthur e seus pais argumentam que apesar de considerarem a escola na qual ele estuda aberta à discussão sobre gênero, o menino continua a sofrer preconceitos em relação ao uso social do nome e à sua identidade. Ilustra tal situação com a nota zero que recebeu em uma avaliação por se identificar com o seu nome social e por utilizar o banheiro de professores por não se sentir confortável para usar o banheiro destinado exclusivamente para os “meninos”.

Conforme a reportagem mencionada, mais uma vez observa-se a necessidade de desconstrução da oposição binária entre os sexos, numa tentativa de abrir a possibilidade de compreensão e inclusão de diferentes formas de “masculinidades” e “feminilidades” presentes na sociedade, comumente apontados/as como um “desvio” do padrão socialmente pré-estabelecido como “normal” (GALINKIN E ISMAEL, 2011).

No Brasil, a educação inclusiva está amparada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que assegura o direito à escola a todas as pessoas, sem discriminar as singularidades ou as peculiaridades de indivíduos ou grupos humanos. No entanto, as propostas pedagógicas favoráveis à inclusão das diferentes orientações sexuais e de gênero apresentam falhas, uma vez que se constata a presença de relações permeadas por preconceitos e/ou de estranhamento para com as pessoas que diferem da “norma” socialmente estabelecida.

Nessa perspectiva, cabe retomar Galinkin e Ismael (2011), uma vez que tais autores defendem que falar de gênero não é falar de indivíduos (e seus corpos), mas falar em relações. No caso de Arthur, é perceptível em sua trajetória escolar uma relação marcada por preconceito, discriminação e violência física por pessoas que não respeitam conviver com a diferença. Vale mencionar que é na sociedade que as características sexuais femininas e masculinas são construídas e representadas, assim, ao chegarem à escola, meninas e meninos já percorreram um caminho social de convivência e incorporação dos valores de sua cultura. Em muitos casos, estão fundamentadas nas concepções preconceituosas na qual a noção de gênero é fixa no binário masculino/feminino.

Tal compreensão de gênero pode ser revelada na história de Arthur quando ele hesita comunicar-se com as pessoas e se torna introspectivo, além de tentar cortar os braços por ter um segredo. Dessa forma, fica perceptível que ele se sente culpado e destinado ao sofrimento causado pelo preconceito por não corresponder ao modelo de integração à normalidade vigente na sociedade. O uso do banheiro também representa tal visão, pois está classificado na concepção binária de gênero e, segundo Arthur, prefere usar o toalete dos professores porque sente o preconceito em atos prosaicos em sua ida ao banheiro da escola.

Nesse sentido, acreditamos que a diferença na orientação sexual e nas formas com que as performatividades de gênero se estabelecem na vida de um transexual não justificam a sua condição de exclusão. Ser homem ou ser mulher, como afirma Rosistolato (2011), não diz respeito, necessariamente, ao pertencimento do sexo masculino ou feminino, pois não está se falando em corpos, mas nas relações com o meio e os próprios papéis que são socialmente construídos.

A escola, enquanto instituição formadora de cidadãos, é um espaço que precisa discutir o tema gênero através do desvelamento dos sistemas

de pensamento e atitudes discriminatórias presentes na sociedade e, conseqüentemente, na própria escola, tomar para si a tarefa de resistir e promover a transformação dessas concepções e comportamentos sociais. Caso contrário, correrá o risco de acomodar-se e continuar reproduzindo os dicotômicos modelos tradicionais na relação entre as identidades de gênero.

Contudo, o argumento de Rosistolato (2011), de que a escola e profissionais da educação estão pouco preparados/as para lidar com a diversidade de gênero, corrobora a ideia presente na reportagem sobre alguns educadores não respeitarem a pluralidade de identidades presente na escola – fato observável na correção da prova de Arthur, pois o uso do nome social foi decisivo na atribuição da nota da avaliação.

Assim, a não aceitação do nome social e o desrespeito à identidade do educando foi mais significativo que os critérios de avaliação e mensuração do desenvolvimento cognitivo do aluno, gerando um ato discriminatório e desrespeito à lei estadual paulista 10.948/01, que pune atos de homofobia e obriga estabelecimentos e instituições a respeitar o nome social dos transexuais.

Desse modo, há uma urgência na demanda das escolas brasileiras trabalharem de modo que, além de não mais negligenciar questões relativas a gênero, identidade de gênero e orientação sexual, simultaneamente, as situe em suas prioridades e as contemple a partir das perspectivas da efetiva inclusão social buscando a superação das desigualdades sociais e à valorização igualitária das várias culturas.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (2000), as relações de gênero dizem respeito ao conjunto de representações sociais e culturais, construído a partir das diferenças biológicas, aborda também as noções de masculino e feminino como construção social, trabalha temas vinculados ao preconceito, visando assertividade e respeito. Assim, interage com todas as áreas de conhecimento, orienta e propicia o educador a desenvolver em sala de aula discussões, reflexões e questionamentos sobre posturas, tabus, regras e valores voltados a pluralidade de gênero.

A reportagem em tela também chama a atenção para a mudança de comportamento que Arthur adquiriu ao receber apoio da família para assumir a identidade com a qual se identifica, pois foi relevante para ele compreender que o problema não residia na sua identidade, mas nas pessoas que reproduziam um discurso pautado nos modelos heteronormativos,

também para que Arthur pudesse enfrentar os preconceitos e lutar a favor dos seus direitos, enquanto cidadão.

Assim, o conceito de gênero que fora forjado por um passado distante, pelas religiões, por civilizações e perpassados de gerações em gerações, já não compreende a sociedade como um todo, uma vez que estamos em outro tempo e novas relações e construções sociais foram (re)estabelecidas.

Dessa forma, a sociedade contemporânea apresenta uma gama de multiplicidades e pluralidades de indivíduos com a mais diversas maneiras de agir, pensar e ser, que não comportam mais no conceito de gênero vigente socialmente pelo padrão heterossexual e associado à biologia, mas sociocultural, o que é necessário se compreender para que não se reproduza essa visão mostrada por Arthur, na reportagem, quando destaca a visão das pessoas para com ele de que: “Acham que só quero chamar atenção”.

Considerações finais

Perante as reportagens apresentadas e analisadas, pudemos perceber que tanto no contexto brasileiro quanto no contexto norte-americano, emerge a necessidade de falar e tratar das questões de gêneros, sobretudo na perspectiva *queer*, nas escolas; tendo em vista que as práticas estão presentes em nossa sociedade e, conseqüentemente, nessas instituições.

As reportagens nos fazem problematizar a escola, enquanto instituição responsável para a construção do sujeito, pois esta constrói discursos e subjetividades e, por isso, deve assumir seu papel como tal. Diante da prática, precisamos nomear (FOUCAULT, 1998), problematizar, questionar e devolver reflexões a uma sociedade que grita por inclusão.

Não podemos desconsiderar que cada sujeito que forma a instituição da educação/escola possui seus próprios conceitos e concepções sobre as vivências das sexualidades, no entanto, essa particularidade não pode corroborar o preconceito e os estigmas sociais que está atacando e fazendo vítimas em várias partes do mundo.

É preciso que discutamos e que façamos valer as orientações dos documentos oficiais que regulamentam a educação, pelo menos no Brasil, para que estas saiam do armário – entendido como dispositivo político (SEDGWICK, 2007), é uma arma capaz de ampliar a visibilidade dos sujeitos marginalizados – e do papel.

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, J.L. Quando dizer é fazer. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL, Ministério da Educação. PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural orientação sexual/ Volume 10. Secretaria de Educação Fundamental, 2. Edição, Brasília, Editora, DP & D, Ministério da educação; 2000.
- FOCAULT, Michel. História da sexualidade I: A vontade de saber. Trad. Maria Thereza da C. Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1998.
- KENNEDY, Natasha. Crianças transgênero: mais que um desafio teórico. Cronos, volume 11, número 2, p. 21-61, 2010.
- LOURO, Guacira Lopes et al. Gênero: questões para a educação. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra. G. (Orgs.). Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: FCC; Editora 34, 2002. p. 225-242.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar. São Paulo, T. A Queiroz, 1996.
- RIBEIRO, Maria Alexina; COSTA, Liana Fortunato. Família e problemas na contemporaneidade: reflexões e intervenções do Grupo Socius. Brasília, DF: Editora Universa, 2004.

SEDGWICK, Eve. A Epistemologia do Armário. In: Cadernos Pagu. Trad. Plínio Dentzien. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-UNICAMP, n 28, 2007, p.19-54.

SOUZA, Jacqueline Pereira. A importância da família no processo de desenvolvimento da aprendizagem da criança. 2012. Disponível em: http://www.apeoc.org.br/extra/artigos_cientificos/A_IMPORTANCIA_DA_FAMILIA_NO_PROCESSO_DE_DESENVOLVIMENTO_DA_APRENDIZAGEM_DA_CRIANCA.pdf. Acesso em: 23/04/2016.



DIREITOS HUMANOS, POLÍTICAS PÚBLICAS E GÊNERO



A SAÚDE DA MULHER LÉSBICA E BISSEXUAL: O ESTADO DA ARTE

Josefa Eliziana Bandeira Crispim¹

Ivoneide Lucena Pereira²

Jordana de Almeida Nogueira³

Sandra Aparecida de Almeida⁴

Resumo

Objetivo: Revisão integrativa da literatura, que teve como objetivo sintetizar o que vem sendo produzido nos últimos cinco anos (2010-2014) na literatura nacional e internacional sobre a saúde da mulher lésbica e bissexual. **Metodologia:** Estudo realizado por meio de busca na internet no período de setembro a dezembro de 2015, nas bases MEDLINE, LILACS, BDENF e na biblioteca virtual SciELO, foram utilizados parâmetros de registro de dados indexados nos Descritores em Ciências da Saúde (Decs), sendo Homossexualidade Feminina (no Decs, o termo lésbica é sinônimo de Homossexualidade Feminina, não havendo descritor para tal), Saúde da

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família/FACENE. João Pessoa/Brasil. Membro do Grupo: Saúde, Sexualidade, Gênero: Tecnologia da Comunicação. PPGSF/FACENE. elizianacrispim@yahoo.com.br;

2 Gerência Operacional das DST/AIDS/Hepatites Virais da Paraíba. João Pessoa/Brasil. Membro do Grupo: Saúde, Sexualidade, Gênero: Tecnologia da Comunicação. PPGSF/FACENE. ivoneidelucenapereira@yahoo.com.br;

3 Docente do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Líder no Núcleo de Estudos em HIV/Aids, Saúde e Sexualidade – NEHAS/Universidade Federal da Paraíba – UFPB. João Pessoa/Brasil. jalnogueira31@gmail.com;

4 Docente do Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família/FACENE. João Pessoa/Brasil. Líder do Grupo: Saúde, Sexualidade, Gênero: Tecnologia da Comunicação. PPGSF/FACENE. João Pessoa/Brasil. sandraalmeida124@gmail.com

Mulher e Promoção da Saúde. **Resultados:** há um desconhecimento sobre cuidados com a saúde de mulheres lésbicas e bissexuais por parte dos profissionais de saúde. O preconceito existente no atendimento e a discriminação termina invisibilizando a mulher, tornando-a vulnerável a diversas comorbidades. **Conclusão:** Apesar do tema saúde da mulher lésbica e bissexual estar despertando cada vez mais o interesse por parte de pesquisadores, ainda há uma grande dificuldade em encontrar estudos com esta abordagem.

Palavras-chaves: Homossexualidade Feminina, Saúde da Mulher, Promoção da Saúde, Enfermagem, Preconceito.

Introdução

A temática sobre a mulher e sua inserção nas políticas públicas, em específico na área da saúde, vem permeada por distintos conceitos sobre acessibilidade, acolhimento, integralidade e equidade. Na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), ocorrida no ano de 1994 no Cairo, a saúde da mulher foi associada à saúde reprodutiva. Apesar do avanço, o tema ainda se restringe à saúde reprodutiva, desconsiderando mulheres que por algum motivo não desejam a reprodução (CIPD, 1994). Acresce-se que a conceituação de saúde ainda é vinculada a ausência de doença/enfermidades, no entanto, ao se adotar uma postura mais ampla, deve-se considerar aspectos sociais, históricos e culturais em seus determinantes.

Os esforços direcionados a essa população justifica-se em função da solicitação de direcionamento de esforços para a consolidação de políticas públicas específicas a esse contingente populacional, sobretudo, quando a orientação sexual constitui um fator de desigualdades, ferindo os princípios constitucionais do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2015).

Historicamente, houve avanços na tentativa de inserir as mulheres e sua complexidade às Políticas Públicas. No ano de 1983, com o Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres (PAISM) incluíram as peculiaridades da saúde das mulheres lésbicas e bissexuais, culminando posteriormente (2004) no lançamento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), reconhecendo que a atenção às mulheres direcione um olhar para ações que envolvam a diversidade, resguardando-se as diferentes faixas etárias, distintos grupos sociais, dentre esses, as lésbicas e bissexuais.

Por meio da Portaria nº 2836 de 1º de dezembro de 2011, emerge a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), objetivando promover a saúde integral dessa população, contribuindo para enfrentar a discriminação e o preconceito, a redução das desigualdades, com a consolidação do SUS como um sistema universal, integral e equitativo (BRASIL, 2015).

Historicamente, a população de mulheres lésbicas e bissexuais possui uma longa caminhada de desafios e lutas por seus direitos. Até o ano de 1987 a homossexualidade estava no campo dos desvios sexuais do Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais (DSM). A partir de então

houve o processo de despatologização da homossexualidade, no entanto, esta ainda permanece no campo da saúde (MELO, 2010). Com o surgimento da epidemia da aids, no início da década de 1980, teve enquanto desdobramento, uma preocupação cada vez maior com a sexualidade, em especial com a homossexualidade masculina, marginalizando assim, a homossexualidade feminina e sua relação com a saúde. Acreditava-se numa suposta invulnerabilidade destas mulheres à transmissão da aids (BENTO, 2012). Também nesta época, foram criados os primeiros grupos exclusivamente lésbicos, apesar de estarem presentes desde o início do movimento homossexual do Brasil no final dos anos de 1970 (FACCHINI; BARBOSA, 2006).

No ano de 1993, surge o movimento descrito como MHB (Movimento Homossexual Brasileiro), neste mesmo ano, o termo lésbica foi acrescido ao movimento, passando dessa forma a se chamar MGL (Movimento de Gays e Lésbicas). Posteriormente em 1995, surge como movimento GLT (Gays, Lésbicas e Travestis); em 1999 passa também afigurar como movimento GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros), sendo o “B” de bissexuais acrescido a sigla oficialmente apenas em 2005 (FACCHINI, 2009). Com o XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros, estabelece-se por consenso, que o “T” se referiria a travestis, transexuais e transgêneros. No ano de 2008 com a I Conferência Nacional GLBT, a fim de proporcionar maior visibilidade às mulheres Lésbicas, adota-se a sigla LGBT.

Temas que abordam a homossexualidade feminina e saúde surgiram a partir da expansão e da visibilidade do movimento lésbico, assim como, da articulação de atores e atrizes sociais ligados aos movimentos feminista e lésbico, partindo da ideia dos direitos sexuais (FACCHINI; BARBOSA, 2006).

Ressalta-se aqui a mulher, enquanto lésbica e bissexual, como sujeita merecedora de uma assistência embasada nas suas especificidades. No entanto, apesar de já ter se passado três décadas desde a criação do PAISM, parte das dificuldades de acesso à saúde, ainda deve ser debatida no campo das fragilidades das políticas públicas de saúde no Brasil e quando os sujeitos são as mulheres, permanece, mesmo que subliminarmente, resquícios de uma assistência voltada às dimensões puramente reprodutivas o que tem enquanto desdobramentos, a invisibilidade dessa população às políticas de saúde.

Dentre as recomendações para se tornar a homossexualidade feminina uma questão visível, está a ampliação do conhecimento científico sobre a temática, todavia, ainda é escassa a produção de estudos sobre o tema,

fato que se observa tanto na literatura nacional quanto na internacional (BARBOSA; FACCHINI, 2009; CARVALHO, 2013; BRASIL, 2014).

Buscando adentrar profundamente nessa temática, este estudo objetiva sintetizar o que vem sendo produzido nos últimos cinco anos (2010-2014) na literatura nacional e internacional sobre a saúde da mulher lésbica e bissexual, dessa forma colaborar com o conhecimento científico sobre o assunto, para que se qualifique a promoção, a atenção e o cuidado (BRASIL, 2014).

Metodologia

Este estudo faz parte do Projeto de Pesquisa intitulado Saúde, Sexualidade, Gênero: tecnologia da comunicação desenvolvido por pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família, da Faculdade de Enfermagem Nova Esperança – FACENE, o qual aborda temas que envolvem pessoas inseridas na categoria das diversidades.

Para o alcance do objetivo, optou-se pela Revisão Integrativa da Literatura (RIL) a qual propicia, a partir de seu rigor metodológico, que se busque em bases de dados a produção do conhecimento sobre determinada temática em um corte de tempo específico. Essa metodologia solicita que se cumpram seis etapas, tais quais a formulação da hipótese ou pergunta a ser respondida; busca da literatura em base dados; seleção da amostra; categorização dos estudos; análise do material selecionado; interpretação, síntese e apresentação do estado da arte (SOUZA, 2010; FREIRE, 2014).

Obedecendo ao rigor da RIL, elaborou-se a seguinte questão norteadora: o que vem sendo produzido nos últimos cinco anos (2010 a 2014) na literatura nacional e internacional sobre a saúde da mulher lésbica e bissexual?

Realizou-se uma busca na internet no período de setembro a dezembro de 2015, nas bases de dados: *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Base de Dados em Enfermagem (BDENF) e na biblioteca virtual *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO). Nesta pesquisa foram utilizados parâmetros de registro de dados indexados nos Descritores em Ciências da Saúde (Decs): Homossexualidade Feminina, Saúde da Mulher e Promoção da Saúde e suas respectivas traduções em inglês e espanhol.

Os critérios de inclusão foram artigos publicados em português, inglês e espanhol no período de 2010 a 2014, na íntegra, que descrevessem a temática referente à saúde da mulher lésbica e bissexual. Critérios de exclusão: artigos sem os resumos disponíveis para análise nas bases de dados e biblioteca; resumos, teses, dissertações, monografias, trabalhos duplicados, trabalhos que não estavam disponíveis na íntegra, artigos repetidos e aqueles que após a leitura e análise criteriosa não faziam menção de forma específica à temática aqui abordada.

A partir do descritor homossexualidade feminina *and* saúde da mulher, foram encontrados 56 artigos: MEDLINE (47); LILACS (06); SCIELO (01) e BDNF (02). Ao associar homossexualidade feminina *and* promoção da saúde obteve-se um total de 75 artigos, sendo MEDLINE (67), LILACS (07) e SCIELO (01). Da totalidade de 131 artigos, após exaustivas leituras, desconsiderou-se 125 produções que não se encaixavam nos critérios de inclusão. O *corpus* foi constituído, portanto, por seis artigos, os quais foram organizados de acordo com os temas correspondentes.

Para a análise dos artigos, foi adaptado um instrumento previamente validado (URSI 2006) com os seguintes pontos de interesse: título, título do periódico; autores; formação do autor principal; país de origem; idioma; ano de publicação; objetivos; delineamento e metodologia do estudo; resultados e conclusão.

O processo de análise envolveu a tradução em caso das publicações estrangeiras, leitura e releitura dos artigos selecionados e o preenchimento do formulário com os dados de interesse. A análise foi realizada por meio de categorização dos conteúdos de acordo com o objetivo desta revisão integrativa. Para elucidar, os artigos selecionados foram identificados como A1, A2,.... A6 e a partir de agora serão assim denominados.

Resultados

Caracterização dos estudos

Quadro I - Estudos conforme identificação da base de dados, ano de publicação, título do artigo, formação do autor principal, país, idioma e área do periódico.

NN	Base de Dados	Título	Formação do autor principal	País	Idioma	Periódico
01	LILACS	A homossexualidade feminina no campo da saúde: da invisibilidade à violência.	Serviço Social	Brasil	Português	Saúde coletiva
02	MEDLINE	Promoção da saúde da mulher lésbica: cuidados de enfermagem.	Enfermagem	Brasil	Português	Enfermagem
03	SciELO	Atención ginecológica de lesbianas y bisexuales: notas sobre el estado de situación em Argentina.	Sociologia	Argentina	Espanhol	Interdisciplinar
04	BDEF	Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis por mulheres homossexuais e bissexuais: estudo descritivo.	Enfermagem	Brasil	Português	Enfermagem
05	SciELO	Homoerotismo feminino, juventude e vulnerabilidade às DSTs/Aids.	Psicologia	Brasil/Colômbia	Português	Interdisciplinar
06	BDEF	Conhecimento de mulheres que fazem sexo com mulheres sobre o papiloma vírus humano.	Enfermagem	Brasil	Português	Enfermagem

Em relação ao ano de publicação dos artigos, observou-se a publicação de um artigo em 2010 e outro em 2011; nos anos de 2013 e 2014, foram publicados dois artigos/ano. Acerca da formação acadêmica do autor principal, três são enfermeiros, um assistente social, um sociólogo e um psicólogo. Esses resultados demonstram que em se tratando da temática saúde de mulheres lésbicas e bissexuais há um predomínio de publicações por profissionais de enfermagem, seguidos por profissionais na área de humanas, ressaltando a escassez de estudos por demais profissionais da saúde.

Quanto à área do periódico, localizaram-se três na área da enfermagem (A2, A4, A6), dois da área interdisciplinar (A3, A5) e um da área de saúde coletiva (A1). No que diz respeito ao idioma, cinco publicações foram em português e uma em espanhol; acerca dos países onde as investigações foram realizadas, cinco foram desenvolvidas no Brasil e uma na Argentina. Observa-se uma totalidade de estudos na América do Sul, com destaque para o Brasil.

Mediante apresentação do Quadro 02, pode-se observar o resumo do delineamento dos estudos selecionados, bem como os resultados encontrados, as contribuições e conclusões dos seus respectivos autores.

Quadro 2 - Síntese da metodologia, objetivos, resultados e conclusões.

NN	Metodologia	Objetivos	Resultados	Conclusão
01	Desenho de ensaio	Analisar os modelos que podem explicar a invisibilidade de lésbicas e mulheres bissexuais na área da assistência integral à saúde da mulher.	Mulheres lésbicas e bissexuais não recebem atendimento adequado, produzindo exclusão e violência simbólica, apesar de os programas governamentais preconizarem o contrário.	Lésbicas e mulheres bissexuais não têm apoio por parte dos profissionais de saúde para verbalizar suas orientações sexuais quando buscam assistência.
02	RIL	Analisar a produção científica nacional e internacional sobre a assistência de enfermagem à mulher lésbica.	Relevância da assistência de enfermagem à mulher lésbica parece não estar sendo investigada nas pesquisas científicas.	Evidência da escassez de estudos brasileiros e internacionais.
03	Estudo qualitativo	Identificar e analisar as percepções de obstáculos e facilitadores do acesso aos serviços de saúde.	Homossexualidade como principal obstáculo para o acesso específico aos serviços de saúde sexual e reprodutiva entre mulheres homossexuais, derivados de uma lógica da invisibilidade.	Mais produtivo se concentrar no conjunto das possíveis práticas sexuais, independentemente da identidade sexual das pessoas, para evitar exclusões ou discriminações desnecessárias.
04	Estudo Exploratório, descritivo e qualitativo	Identificar a percepção das mulheres homossexuais e bissexuais sobre a assistência nos serviços de saúde e as formas de prevenir as DST's.	Estas mulheres reconhecem a busca por assistência e cuidados com a saúde como fundamental. Tem conhecimento sobre as DST's, desconhecem doenças relacionadas às relações homossexuais e utilizam métodos inadequados e improvisados de prevenção das DST's.	Os profissionais de saúde têm dificuldade em escutar e acolher de forma adequada estas mulheres.
05	Análise histórico-filosófica	Discutir os descompassos entre as identidades (sexuais e de gênero), os desejos e as práticas sexuais, bem como as relações entre identidades sexuais e percepções de risco às DST's/AIDS, de jovens autotransclassificados como lésbicas ou bissexuais.	Os achados revelam que a autodefinição das categorias identitárias das jovens varia em função dos relacionamentos afetivo-sexuais com parcerias de ambos os sexos e das redes de sociabilidade, em distintos momentos de suas vidas, indicando um sentido de fluidez na expressão de sexualidade.	Considera-se que pesquisas interpretativas acerca das distintas compreensões das identidades sexuais e das lógicas de proteção das mulheres com práticas homoeróticas podem contribuir na análise do seu papel na dinâmica atual das DST's/Aids.
06	Estudo Descritivo e quantitativo	Verificar o conhecimento de MSM sobre as formas de transmissão, prevenção e fatores de risco relacionados ao papiloma vírus humano (HPV).	68% das mulheres não sabiam o significado do HPV, 58% acreditavam que a camisinha protege totalmente e 45% responderam que o Papanicolau deve ser realizado duas vezes ao ano.	Há vulnerabilidade para a contaminação por HPV devido à exposição dos fatores de risco e falta de conhecimento.

Ao analisar as características metodológicas, observou-se um desenho de ensaio (A1), uma revisão integrativa (A2), um qualitativo (A3), um exploratório-descritivo e qualitativo (A4), uma análise histórico-filosófica (A5) e um descritivo e quantitativo (A6).

Quanto aos objetivos dos estudos avaliados, constatou-se vários fatores relacionados à saúde sexual e reprodutiva da mulher lésbica e bissexual. Em nenhum desses estudos houve um aprofundamento acerca da vulnerabilidade desse grupo de mulheres a situações de depressão e consumo exacerbado de drogas lícitas e ilícitas, tendo sido feitas apenas breves citações nesse contexto.

Nas conclusões dos artigos foram mencionadas questões que apontam os entraves encontrados por essas mulheres na busca a assistência à saúde, como a falta do encorajamento dos profissionais da saúde para essas usuárias relatarem a sua verdadeira vivência sexual; em relação às práticas sexuais são discutidas de modo amplo e não específicos mediante a sua identidade de gênero e orientação sexual, falta ou dificuldade de acolher e realizar uma escuta qualificada, e por fim, a junção entre os estudos escassos nessa área e o pouco conhecimento dos profissionais de saúde sobre a temática em questão.

Discussão

A partir da leitura dos estudos selecionados foi possível elaborar duas categorias de acordo com os conteúdos apresentados: Promoção à Saúde e Invisibilidade à Assistência à Saúde da Mulher Lésbica e Bissexual.

Promoção à Saúde

Em se tratando de promoção à saúde, seria oportuno atentar para a homofobia e a exclusão social nos serviços de saúde, os quais influenciam diretamente o acesso dessas mulheres a esses serviços, na prevenção apropriada de câncer de colo de útero e de mama, na prevenção de DST's e aids, assim como para as tecnologias reprodutivas (BRASIL, 2014).

A discriminação, o preconceito e o despreparo por parte dos profissionais de saúde em atuar com esse grupo de mulheres fazem com que estas procurem menos os serviços de saúde, e quando o fazem, raramente revelam sua orientação sexual. A acessibilidade de mulheres lésbicas aos serviços de saúde é um problema complexo que possui importante magnitude, pois

associa-se diretamente a revelar ou não sua orientação sexual. A situação fica ainda mais preocupante quando mesmo em atendimentos dirigidos às necessidades específicas de mulheres lésbicas e bissexuais, nem sempre as mesmas sentem-se confortáveis apresentando receio quanto à postura dos profissionais de saúde (ALMEIDA, 2009).

Essa situação foi mencionada no A1, no qual as mulheres lésbicas e bissexuais não possuem apoio por parte dos profissionais de saúde para verbalizar suas orientações sexuais quando buscam assistência; no A4, nota-se que os profissionais de saúde têm dificuldade em escutar e acolher de forma adequada essas mulheres. Ressalta-se que o profissional de saúde é visto não como um facilitador, mas, sim, como um obstáculo para essas mulheres no acesso aos serviços de saúde. De acordo com o A3, para evitar exclusão ou discriminação, seria melhor concentrar esforços, no conjunto das possíveis práticas sexuais, independente da identidade sexual das pessoas.

O receio em não ser compreendida pelos profissionais de saúde, de ser estigmatizada ou discriminada, afasta as mulheres homossexuais ou bissexuais dos serviços de saúde, contribuindo para o desconhecimento do seu corpo, para a baixa adesão às práticas de autocuidado, pontos importantes na prevenção de IST's e neoplasias (VALADÃO, 2011).

Segundo Carvalho (2013), reconhecer o exercício e o direito da sexualidade de lésbicas e bissexuais exige mudanças, o que não é fácil diante de uma sociedade onde impera a heteronormatividade, influenciando diretamente a conduta profissional para uma prática que pode gerar preconceito e discriminação. Evidencia-se a necessidade de mudanças paradigmáticas a partir da formação acadêmica até o cotidiano desses profissionais de saúde, sensibilizando-os para a diversidade sexual, e desta forma, promover a saúde integral dessa parcela da população, eliminando a discriminação e o preconceito institucional, bem como, contribuindo para a redução das desigualdades e a consolidação do SUS como universal, integral e equitativo (BRASIL, 2012).

Um dos artigos (A6) citou a vulnerabilidade dessas mulheres para a contaminação por *Human Papiloma Virus* (HPV) devido à exposição dos fatores de risco e falta de conhecimento. O A4 afirma que estas desconhecem as doenças relacionadas às relações homossexuais e utilizam métodos inadequados e improvisados de prevenção às IST's. Ainda permanece a crença para essas mulheres e profissionais de saúde de que as mesmas não possuem risco para desenvolver câncer de colo de útero e mama ou adquirir IST. Todavia, sabe-se que há prevalência aumentada de algumas IST's

entre essa população, assim como entre mulheres que nunca tiveram relação sexual com homens, podem ter incidência de HPV e câncer de colo de útero (BRASIL, 2014).

Faz-se necessária a criação de políticas públicas específicas, efetivas em todos os níveis de assistência à saúde, elaboração de normas e protocolos de atenção à saúde de mulheres lésbicas e bissexuais, mudança na formação acadêmica dos profissionais da área de saúde, com implantação nos currículos de discussões acerca dessa temática, assim como a educação em serviço, tanto para profissionais como para gestores, buscando anular situações de discriminação nestes serviços (CARVALHO, 2013; BRASIL, 2014).

Invisibilidade à Assistência à Saúde da Mulher Lésbica e Bissexual

É perceptível o avanço na área das políticas de saúde, que buscam não apenas assegurar os direitos da lesbiandade e da bissexualidade feminina em se mostrar no contexto das relações afetivo-sexuais, mas também garantir o atendimento às demandas de saúde provenientes das distintas orientações sexuais (VALADÃO, 2011).

Usualmente, as ações dos serviços de saúde são direcionadas para um modelo de mulher adulta, mãe e heterossexual. As questões reprodutivas e a maternidade, funcionam como uma espécie de ingresso nos serviços de saúde. Quando esta não se encaixa dentro desse perfil, torna-se invisível ou é submetida a condutas e serviços inapropriados para suas demandas específicas (BRASIL, 2014). O A1 buscou avaliar os modelos que poderiam explicar essa invisibilidade de lésbicas e mulheres bissexuais na área da assistência integral à saúde da mulher, identificando a falta de preparo por parte dos profissionais como favorecedor dessa invisibilidade.

Segundo Almeida (2009), a falta de ambiente adequado à especificidade lésbica na assistência pode fazer com que o atendimento seja camuflado e as informações sejam negligenciadas por ambas as partes, uma vez que as usuárias do serviço não se sentiam à vontade para informar sua orientação sexual e falarem sobre suas vivências. Isso pode além de favorecer as vulnerabilidades, fazer com que os profissionais de saúde não prestem uma assistência qualificada a essas mulheres (VALADÃO, 2011).

No A3, derivada de uma lógica da invisibilidade, a homossexualidade é tida como principal obstáculo pelas mulheres para o acesso específico aos

serviços de saúde sexual e reprodutiva, sendo necessário repensar a organização dos serviços de saúde, como também a formação dos profissionais, de forma que se garanta a universalidade do acesso e a integralidade do atendimento (BRASIL, 2014).

Cientificamente, observa-se também a invisibilidade da mulher lésbica e bissexual, representado pela incipiência de artigos produzidos com essa temática. O A2 evidencia a escassez de estudos brasileiros e internacionais na área. Segundo Rodrigues (2011), algumas questões sobre a lesbiandade e bissexualidade feminina permanecem obscuras e pouco abordadas. Em virtude dessa invisibilidade, as mulheres são expostas a um alto grau de estresse e desconforto devido ao não acolhimento das especificidades de suas demandas de saúde e baixa efetividade em tratamentos (VALADÃO, 2011).

Considerações finais

A análise dos estudos que compuseram esta RIL revelou um *déficit* acentuado de conhecimento sobre cuidados com a saúde, tanto entre mulheres lésbicas e bissexuais quanto entre profissionais da rede de saúde. A falta de preparo desses profissionais, o preconceito, a discriminação termina invisibilizando essa mulher, tornando-a vulnerável a morbidades como IST's, câncer de colo de útero e mama.

Constatou-se que apesar da dificuldade em localizar artigos com essa temática, o número de pesquisas acerca de situações que envolvem esse grupo específico de mulheres vem aumentando. Ainda são muitas as lacunas a serem preenchidas nesse contexto, varias questões sobre a homossexualidade feminina permanecem obscuras. Temas como adolescência, climatério/menopausa, planejamento familiar (anticoncepção/reprodução), aborto, violência doméstica e sexual e saúde mental, apesar da relevância que possuem quando se fala em saúde da mulher, não recebem a visualização necessária nas pesquisas voltadas a esse grupo.

Dessa forma, parece ser um ponto profícuo incentivar o aumento de pesquisas nessa temática, no intuito de gerar subsídios para que se qualifique a promoção, a atenção e o cuidado a essas mulheres. Ademais, pode-se ofertar a chance de serem vistas como mulheres em toda a sua plenitude, suas fragilidades, carências, qualidades, opções, enfim, independente de sua raça, cor, credo, identidade e orientação sexual, poderem enfim apoderar-se de seus direitos enquanto cidadã, livres de preconceitos e discriminação.

Referências

ALMEIDA, Guilherme Silva de. Argumentos em torno da possibilidade de infecção por DST e Aids entre mulheres que se auto definem como lésbicas. **Revista de Saúde Coletiva**. v. 19, n. 2, p. 301-31, 2009.

BARBOSA, Regina Maria; FACCHINI, Regina. Acesso a cuidados relativos à saúde sexual entre mulheres que fazem sexo com mulheres em São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Sup 2, p. S291-300, 2009.

BENTO, Aline Perdomo. **A saúde das mulheres lésbicas**: Uma pesquisa bibliográfica. 2012. 38f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Saúde Pública) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

BERTOLIN, Daniela Comelis et al. Conhecimento de mulheres que fazem sexo com mulheres sobre o papilomavírus humano. **Cogitare enferm**; v.15, n. 4, p. 730-735, 2010.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, 2012.

BRASIL. Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP) Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher**. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, março de 2015. 181p. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/2015/livro-raseam_completo.pdf> Acesso em 20 jan 2016.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Relatório do Seminário Nacional de Saúde LGBT, I** – Brasília, 2015.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Relatório da Oficina Atenção à Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais realizada em Brasília de 23 a 25 de abril de 2014** – Brasília, 2014.

BROWN, Josefina Leonor et al. Atención ginecológica de lesbianas y bisexuales: notas sobre el estado de situación em Argentina. **Interface**, v. 18, n. 51, p. 673-84, 2014,

CARVALHO, Patrícia Maria Gomes de et al. Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis por mulheres homossexuais e bissexuais: estudo descritivo. **Online Brazilian Journal of Nursing**, Niterói (RJ), v. 12, n.4, p. 931-41, 2013.

FACCHINI, Regina; BARBOSA, Regina Maria. **Dossiê saúde das mulheres lésbicas: promoção da equidade e da integralidade, Belo Horizonte**: Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, 2006.

FREIRE, Maria Eliane Moreira et al. Qualidade De Vida Relacionada À Saúde De Pacientes Com Câncer Avançado: Uma Revisão Integrativa. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 357-367, Apr. 2014

MELO, Ana Paula Lopes de. **“Mulher Mulher” e “Outras Mulheres”**: gênero e homossexualidade (s) no Programa de Saúde da Família. 2010. 150f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão Integrativa: Método de Pesquisa para Incorporação de Evidências na Saúde e na Enfermagem. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v.17, n.4, p. 758-64, 2008.

MORA, Claudia Mercedes; MONTEIRO, Simone. Homoerotismo feminino, juventude e vulnerabilidade às DSTs/Aids. **Rev. Estud. Fem.**, v 21, n. 3, p. 905-26, 2013.

RELATÓRIO da Conferência Internacional Sobre População e Desenvolvimento. Plataforma do Cairo, 1994. 105 p. Disponível em: <<http://unfpa.org.br/Arquivos/relatório-cairo.pdf>> Acesso em: 29 set. 2015.

SOUSA, Josueida de Carvalho et al. Promoção da saúde da mulher lésbica: cuidados de enfermagem. **Rev. Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre, v. 35, n. 4, p. 108-113, Dec. 2014

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da.; CARVALHO, Rachel de. Revisão Integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**. v. 8, n.1, p. 102-6, 2010.

URSI, Elizabeth Silva; GALVÃO, Cristina Maria. Prevenção de lesões de pele no perio-operatório: revisão integrativa da literatura. **Rev Latino Am Enferm**. v. 14, n.1, p. 124-31, 2006.

VALADÃO, Rita de Cássia; GOMES, Romeu. A Homossexualidade feminina no campo da saúde: da invisibilidade à violência. **Physis**. vol. 21, nº 4, p. 1451-1467, 2011.

DIREITOS HUMANOS, TRABALHO E ESFERA PÚBLICA PARA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

Adolff Uchôa de Lima¹

Resumo

Reflete-se acerca dos direitos humanos em face da necessidade de fomento à trans visibilidade através do acesso à esfera pública e ao trabalho no Brasil. Parte-se da questão: é possível a plena emancipação social das pessoas travestis e transexuais através das políticas públicas? Consequentemente, uma vez propiciadas a acessibilidade à esfera pública e ao trabalho desses indivíduos, elementos aptos a facilitar o direito à liberdade e o direito de igualdade de oportunidades, o Estado pode fortalecer a ideologia de direitos humanos pautada sobretudo na inclusão social. Eis que há grupos vulneráveis carecedores da proteção estatal no sentido de terem acesso ao direito de viver com dignidade e, portanto, ter acesso aos bens e serviços públicos. Reconhece-se que o surgimento dos novos sujeitos de direitos (a exemplo das pessoas travestis e transexuais) são, assim, importantes no processo de consolidação de espaços democráticos e de cidadania, visto que se compreende a efetividade dos direitos enquanto obrigação estatal de promovê-los.

Palavras-chave: Direitos humanos, Travestis, Transexuais, Esfera Pública, Estado.

¹ Graduado em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Pesquisador voluntário/colaborador, do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos e Políticas Públicas, vinculado ao CNPq. É advogado e membro da Comissão de Diversidade Sexual e Gênero da OAB subseção Campina Grande – PB. Cursa especialização em Meios Consensuais de Resolução de Conflitos (ESMA – UEPB). adolffuchoa@gmail.com

Introdução

O respeito, a promoção e o provimento dos direitos humanos ligados à diversidade sexual passou a ser problema de ordem global, visto que se relaciona com os direitos civis, políticos e sociais, inclusive com o fortalecimento de movimentos sociais e a produção normativa específica (ONU, OEA, dentre outros). A tais ponderações acreditamos o poder de contribuir para o fomento de debates e discussões em torno de novas formas de promover a busca do pleno emprego para grupos marginalizados e estigmatizados, respaldado em critérios jurídicos e científicos, revelando a perspectiva da ideologia em favor da emancipação social.

A teoria crítica do direito, a fim de favorecer a autonomia da vontade, a partir do reconhecimento da identidade sexual, motiva o fortalecimento de espaços de lutas sociais em busca de dignidade e afirmação. No mais, saliente-se que estas questões estão próximas da discussão acerca do gênero e do reconhecimento diante da norma legal.

A despeito da compreensão deste problema posto, atualmente, o acréscimo de funções a cargo do Estado, em consequência da instauração do chamado “Estado Social” (que redundando em demandas relativas às prestações positivas deliberadamente em favor do mínimo existencial), as pessoas transexuais e travestis continuam vulneradas mesmo que por violência simbólica e estrutural, também advindas, geralmente, da omissão estatal.

Com foco na concepção de cidadania sexual e da emancipação do sujeito, impõe-se a fruição dos direitos sociais básicos, como o acesso ao trabalho e o olhar humanizado da proteção social, à medida que há primazia da teoria crítica dos direitos humanos, conforme as inferências de Herrera Flores (2009) e o diálogo com o pensamento de Arendt (2010).

Em outras palavras, é preciso investigar, com base nas teorias da igualdade de gênero (teorias feministas tais como as tratadas por Andrea Nye, em *Teoria Feminista e as Filosofias do Homem*) e da teoria do reconhecimento de Fraser e Axel Honneth, a normatização para proteção social para favorecer a visibilidade e o fomento ao trabalho em favor do travesti e do transexual. De fato, essa situação estabelece nítida comunicação, intermitentemente, com a questão da esfera pública (Cf. ARENDT, 2010) e da efetivação dos direitos humanos, na perspectiva do empoderamento dos sujeitos (SEN, 2001).

A partir das ponderações trazidas nas linhas anteriores, buscamos enfrentar o problema da necessidade de avaliação e monitoramento de políticas

públicas (DRAIBE, 2001), respondendo à seguinte indagação: considerando a igualdade de gênero, a trans-visibilidade e o reconhecimento, como se estruturam os programas do governo federal relativos ao direito à visibilidade (acesso à esfera pública) e ao engajamento no mercado de trabalho das pessoas travestis e transexuais? De maneira acessória à primeira pergunta, além da campanha de sensibilização a respeito da visibilidade, existe, realmente, fomento ao trabalho (empoderamento) para as pessoas trans?

Considerando a vigência de documentos normativos importantes do governo federal (especialmente o PNDH III e o Decreto nº 7388/2010 que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação), como parâmetro essencial para avaliar e monitorar a execução da política pública (DRAIBE, 2001; BUCCI, 1997; 2001) relativa ao trabalho.

Procuramos discutir e investigar as questões da violência estrutural, física e simbólica relacionadas ao gênero e direitos humanos com foco nas pessoas travestis e transexuais em face da esfera pública; correlacionando as normas jurídicas reguladoras, bem como as suas teorias de base, voltadas à efetivação do direito ao trabalho e da proteção social das pessoas transexuais, a partir do paradigma do empoderamento e das teorias do reconhecimento de Axel Honneth e Fraser, avaliando as políticas públicas de proteção social, sobretudo o incentivo ao mercado de trabalho, no âmbito federal, à luz da teoria crítica dos direitos humanos, considerando a situação de acesso à esfera pública e fomento ao trabalho em favor das pessoas transexuais e travestis no Brasil.

Nesse norte de consolidação do debate em prol de espaço para novas demandas sociais, a compreensão crítica da diversidade mostra-se pontual. Eis que o processo de reconhecimento da diversidade sexual como um direito humano impõe agendas políticas que priorizem o direito positivado na Carta de Direitos Humanos (DIDH, PIDCP e PIDESC) e na ordem constitucional em favor da mudança de realidade enfrentada pelas pessoas travestis e transexuais.

Metodologia

O estudo acerca da política federal voltada à proteção social (visibilidade e incentivo ao trabalho) dos travestis e transexuais em cotejo com a teoria crítica dos direitos humanos e a igualdade de gênero pretende seguir

alguns procedimentos metodológicos que conferirão um maior grau de cientificidade à pesquisa.

O método de abordagem utilizado é o hipotético-dedutivo, vez que se inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos acerca das hipóteses oferecidas, e pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência dos fenômenos nelas abrangidos (LAKATOS; MARCONI, 1992). É um estudo bibliográfico, exploratório e descritivo (GIL, 1994).

Quanto ao método de procedimento, este estudo fará uso do método histórico, jurídico, hermenêutico, dialético e comparativo, visto que, além da abordagem evolutiva da questão concernente ao Estado e acerca da proteção dos direitos humanos, buscar-se-á priorizar uma interpretação sistemática dos direitos e das garantias fundamentais no campo do objeto da investigação.

Maneja-se a documentação indireta respaldada, em boa parte, na interpretação de textos e serão utilizadas fontes das mais variadas: livros, artigos, teses, dissertações e periódicos. Como tipos de instrumentos a serem adotados, teremos a citação de obras analíticas e remissivas sobre informações relacionadas com as questões de gênero e os direitos LGBTT.

A pesquisa documental, com base na análise de normas e projetos, também é sobremaneira necessária, pois, conforme Gil (1999, p. 66), “[...] vale-se de materiais que não receberam ainda tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

Concernente à análise de dados oficiais da Organização Internacional do Trabalho, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, do Ministério do Trabalho e Emprego, do Sistema Nacional de Emprego, do IBGE, do IPEA, da Secretaria da Diversidade Sexual da Paraíba, da ONG Transgender Europe e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização de Estados Americanos (alguns que apontam o Brasil como o país líder em número de mortes violentas de pessoas trans ou percebidas como tais), dentre outros, faremos uma leitura formativa, consubstanciada numa análise interpretativa voltada para formação e condensação de elementos na busca do aprofundamento do nosso objeto de estudo, inclusive se socorrendo dos estudos acerca de avaliação e monitoramento de políticas públicas de Draibe, Cunha, Ramos, dentre outros.

Resultados

Como resultados, tem-se que a partir da constatação da ausência ou precariedade de políticas que facilitem o acesso à esfera pública e ao trabalho em prol das pessoas transexuais e travestis, no Brasil, há flagrante violência simbólica e negação do direito enquanto instrumento emancipatório (empoderamento), pois inexistem políticas eficientes no ponto de vista da promoção de direitos em específicos desses grupos vulneráveis.

A invisibilidade desses sujeitos, também perante os dados oficiais estatísticos do Estado, impede que o direito ao trabalho seja tomado como eficaz instrumento de empoderamento (SEN, 2001) e de fomento ao mercado de trabalho na perspectiva da política estatal.

É bem certo que o direito não seja instrumento neutro. Contudo, a legislação perfaz-se em importante ferramenta de poder e de dominação, na medida em que a normatividade adote postura tradicionalista, patriarcal e homogênea em relação aos acontecimentos sociais e demandas. Sendo assim, é possível que a norma jurídica e as ações políticas estatais sejam meramente enunciativas, sem instituir eficazmente medidas de amparo e combate à violência e à exclusão socioeconômica dos transexuais e travestis.

Nesse marco de entendimento, a política pública pode facilitar a cidadania e a participação dos travestis e transexuais, visto que a ação estatal seria pautada na teoria do reconhecimento (FRASER; HONNETH, 2003), em especial, para facilitar o acesso à esfera pública e à igualdade de gênero.

Discussão

Aos grupos de resistência LGBTTT colocam-se as estratégias de visibilidade como ponto de partida para abertura dos debates, tanto na esfera pública quanto na esfera privada (família). É assim que a vulnerabilidade dos Direitos Humanos dessas comunidades se explica, dentre outros elementos, pelo preconceito e pela desinformação, redundando na negação à visibilidade social a tais pessoas (SALES, 2007); contudo, o próprio movimento LGBTTT, abarcando a diversidade de atores sociais, luta pelo reconhecimento não-discriminatório das possibilidades de se constituir enquanto sujeito e, tanto pela orientação sexual quanto pela identidade de gênero, questionam o padrão da heteronormatividade constituído, social e historicamente.

Decorrente da orientação sexual, ocorre o ferimento aos direitos humanos quando verificados a omissão, o silêncio e as ausências. Desta forma, a identificação do inexistente é equivalente ou mais elementar do que verificar, realmente, os modos de garantia dos direitos da classe LGBTT (SANTOS; VIEIRA, 2004).

Aponta-se, então, o grande desafio em torno da constante violação dos direitos sociais, em particular dos travestis e transexuais. Indubitavelmente, o direito precisa reconhecer a identidade social como plural e de constituição complexa, na qual o gênero é apenas mais um aspecto relevante dentre outros. Nesse sentido, no campo da teoria do reconhecimento, pode-se conferir também as contribuições de Fraser (2002) e Fraser e Honneth (2003), em particular, para identificar os possíveis efeitos das políticas públicas que se intitulam, em geral, includentes; nesse sentido a categoria “reconhecimento” se mostra bastante promissora.

Em verdade, a situação de vulnerabilidade é alarmante e os direitos humanos são reivindicações morais da sociedade e nascem quando devem e podem nascer (PIOVESAN, 2005; BOBBIO, 1992). Por esta razão, os direitos humanos integram uma racionalidade de resistência, flexibilizando os processos relacionados à luta pela dignidade humana, visto que se observa a gramática da inclusão e da emancipação do sujeito (HERRERA FLORES, 2002).

O dia 29 de janeiro, no Brasil, é celebrado o Dia da Visibilidade Trans. Mencionada data foi criada em 2004 pelo Ministério da Saúde como uma campanha pública voltada para ampliação do reconhecimento social das pessoas transexuais.

No mesmo período, em 2004, o ministério lançou a campanha “Travesti e Respeito” para o reconhecimento à dignidade dessa população que tem dificuldade no acesso à educação, ao trabalho e à saúde, no intuito de diminuir a violência e o desrespeito que quase sempre sofre. Ao longo dos anos, o movimento transexual foi se consolidando como importante centro de lutas por reconhecimento e visibilidade, organizando manifestações, encontros e pautas de luta.

Em dezembro de 2009, ocorreu o 16º Encontro Nacional de Travestis e Transexuais, com o slogan: “Muito prazer, eu existo!”, onde ativistas das cinco regiões brasileiras se reuniram para discutir temas como a utilização do nome social em documentos pessoais e políticas públicas em diferentes áreas, com o objetivo de favorecer a cidadania para tal grupo.

No mesmo percurso de proposta de execução política, o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH3 de 2010), estabelece, dentre outras questões típicas de proteção a direitos, propostas de ações governamentais, a exemplo do contido no disposto a seguir: “245. Estimular a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas para a promoção social e econômica da comunidade GLTTB”.

Com a adoção do marco teórico crítico marxista (ATIENZA, 1983; WOLKMER, 2007), compreende-se os direitos humanos considerando a constituição dos mesmos como fruto de processos históricos, conquistas e lutas por dignidade, bens e direitos. No campo da teoria de gênero, efetivamente, debruça-se o direito com os variados desafios em busca da emancipação de sujeitos vulneráveis. Aqui também se dialoga com o pensamento de Amartya Sen (2001; 2010), na medida em que propõe a discussão em torno do empoderamento dos sujeitos. Por isso, ser pertinente a discussão em torno da política pública voltada à proteção de direitos.

Recorde-se que duas questões fundamentais se impõem a respeito da política pública: a) a avaliação: que é uma medida para, dentre outras ações do governo, a melhoria do controle social sobre a efetividade da ação do Estado, esse último instrumentalizado pela divulgação de resultados das ações de governo (RAMOS, SCHABBACH, 2012); b) o monitoramento: que é o acompanhamento sistemático e periódico da execução de uma atividade, para a qual se busca determinar o grau em que seu desenlace coincida com o programado, a fim de detectar deficiências, obstáculos ou necessidades de ajuste da execução (CUNHA, 2006).

No caso da política voltada à proteção dos LGBTT, há certos entraves que coincidem com ideias e práticas machistas e heteronormativas as quais introduzem aparelhagem hermética para a norma jurídica. Desta forma, direitos sociais a cargo da política do Estado ficam diminutos ou subtraídos em nome de interesses em detrimento de grupos historicamente vulneráveis. Notadamente, as políticas públicas são implementadas para melhorar as condições de vida da população, de concretizar os direitos fundamentais (BUCCI, 1997; 2001; DRAIBE, 2001). Entretanto, é interessante observar que o direito e sua prática não andam a reboque da realidade social e cultural, de modo que a discussão em torno de gênero problematiza a tônica da igualdade propagada na norma jurídica. Desta maneira, torna-se elementar uma visão crítica e transformadora, afastada de uma postura dogmática e limitada dos direitos humanos no campo de gênero.

Ademais, considerando a sociedade capitalista que agrega valor, em particular, ao trabalho, há contingentes afastados da proteção estatal, uma vez que o chamado direito oficial empodera sujeitos segundo padrões previamente tomados como corretos e adequados, no ponto de vista político, cultural, econômico, étnico, etc. Entretanto, é diante da ideia de heterogeneidade social que, gradativamente, se evidencia a luta por um direito transformador, impondo a revisão da teoria do direito, justamente porque se identificam modos diversos de representação social, política e estética.

De fato, as questões relativas à visibilidade têm sido de destaque para a literatura acerca do assunto: “Nas últimas décadas, várias(os) transexuais ganharam visibilidades, alargando as fronteiras do gênero estabelecidas pela dicotomia feminino/masculino” (LIMA, 2012, p. 17). Considera-se “gênero – uma representação que é vivenciada pelas performances dos sujeitos sociais que a experienciam através da vivência espacial cotidiana e concreta” (SILVA, 2008).

A partir da realidade das pessoas transexuais e travestis, há estudos que buscam categorizar a situação como além da divisão binária: masculino ou feminino. Para Lanz, eis a necessidade de avaliar agora o que se trata como conceito transgênero:

[...] refere-se a todo tipo de pessoa envolvida em comportamentos e/ou atividades que transgridem as normas de conduta impostas pelo dispositivo binário de gênero. As principais categorias de machos transgêneros são o andrógino, a dragqueen (DQ), os transformistas, a transexual (TS), a travesti (TV)... (LANZ, 2014, p. 71)

Conforme a pesquisa de Lanz, diferentemente do gênero (tomado como elemento coletivo), existe a identidade de gênero enquanto um dado individual, portanto é o sentir de cada pessoa quanto ao ser mulher, homem ou transgênero (APA, 2011).

Especificamente a respeito da identidade sexual, ao acesso ao trabalho e à proteção ao trabalho, é interessante reconhecer a existência de barreiras para legitimar a cidadania e o acesso à esfera pública, evidenciando, com frequência, a exploração, a dominação e a opressão quanto aos grupos vulneráveis.

É pontual destacar, ainda, que o direito e a política podem servir de padrão apto à desconstrução da heteronormatividade (DERRIDA, 2010) e, assim, promoverem novas oportunidades de acesso igualitário à esfera

pública e à proteção social eficiente e efetiva. Nesse mesmo sentido, fazem contribuições as pesquisas dos professores da UFPB, Renata Rolim (2008) e Rabenhorst (2012; 2013).

Como exemplo, há indicativo da gravidade do problema da violência machista, conforme o destaque feito por Rabenhorst (2012), em sua conferência acerca do tema: “As relações sociais de sexo são relações de poder. De algum modo, na medida em que a regra de virilidade foi quebrada, um homem violentado foi tratado como mulher”. Daí surge a inquietação acerca da violência simbólica (BOURDIEU, 1970) ou da omissão estatal, em função da tradicional postura patriarcalista do direito.

Já que é tão flagrante a situação de agressão e violência, Silva acrescenta que:

Os transgressores da norma geral estabelecida são fadados às severas punições construídas pelas táticas eficazes e sutis da interdição. Do ponto de vista objetivo e legal a sociedade brasileira não pode mais exercer a punição física pela ordem do Estado. Entretanto, isso não quer dizer que as penalidades não estejam presentes e sejam responsáveis por inúmeras mortes de pessoas consideradas “anormais”. (SILVA, 2008)

Para tanto, é importante o diálogo crítico com os direitos humanos relacionados à liberdade e à igualdade que foram reconhecidos historicamente. Assim, quando o ordenamento jurídico constitui a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos “[...] faz da pessoa fundamento o fim da sociedade e do Estado” (MIRANDA, 2000, p. 181) justamente para favorecer os direitos e garantias positivadas.

Dentro da prerrogativa de que “todos são iguais perante a lei”, torna-se absolutamente premente a necessidade da realização de estudos e pesquisas que busquem a aferição do *modus operandi* verificado nos órgãos encarregados do fomento à busca do pleno emprego e à visibilidade. Devem, pois, ser considerados a exclusão, o preconceito e a violência porque passa a comunidade trans no Brasil, de modo a se considerar normais as práticas e discursos no cotidiano de grande parte das travestis (Cf. KULICK, 2008).

Realmente, o panorama da marginalidade desses grupos vulneráveis é problema endêmico no Estado brasileiro e também na realidade paraibana, visto que se identifica a violência sistemática, seja institucional, advinda por ação ou omissão do Estado (exclusão no mercado de trabalho, de acesso ao emprego público, da inferiorização sofrida no ambiente escolar), ou

mesmo das violações físicas e psicológicas baseadas na intolerância. Por isso, impõe-se a investigação das políticas públicas cujo fim é afastar as formas de violação aos direitos dos travestis e transexuais, sobretudo quanto ao acesso ao trabalho.

Arendt (2010) contribui com uma interessante discussão acerca da condição humana, do valor do trabalho e acesso ao que ela chama de esfera pública, o que pode abrir uma ponte para a situação das pessoas transexuais e travestis, no acesso à plenitude da sua cidadania.

No campo do conhecimento relativo aos direitos humanos, em prol da cidadania das pessoas LGBTs são elencados os Princípios de Yogyakarta da ONU/2007², declarando que a identidade de gênero é elemento primário para a dignidade e humanidade de cada pessoa.

Esse mesmo documento internacional, enaltece, por exemplo, no princípio 12, o direito ao trabalho como mecanismo apto a dignificar a pessoa humana, conseqüentemente exigindo do Estado a adoção de medidas administrativas, legislativas e judiciais a fim de que possa eliminar e proibir a discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero no emprego (público e privado), inclusive em relação à educação profissional, recrutamento, promoção, demissão, condições de emprego e remuneração.

Observa-se que o acesso ao trabalho é um direito fundamental social que assegura o respeito à dignidade humana e à própria visibilidade na esfera pública. Dessa maneira, é preciso ponderar as próprias limitações de favorecer plenamente as políticas de engajamento do trabalhador, pois:

O direito ao trabalho envolve o direito ao acesso e manutenção de uma ocupação produtiva, o que confere uma dimensão promocional à atividade do Estado, mas não atribui aos indivíduos um instrumento judicial específico para assegurá-lo. Nos termos da compreensão prevalecente na atualidade, na doutrina e jurisprudência trabalhistas pátria, embora o direito ao trabalho possa ser invocado, por exemplo para impedir práticas discriminatórias no acesso ao emprego, não há obrigação legal de que um particular ou o Estado ofereça um posto de trabalho a um determinado indivíduo, apenas em razão do reconhecimento do direito ao trabalho (MARQUES, 2008, p. 65)

2 Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero – norma internacional que o Brasil é signatário.

Contudo, necessário se faz compreender a nova mentalidade estatal para conferir a autonomia dos grupos excluídos e permitir ampliar a visibilidade. É relevante que se destaque o tema da exclusão social como forma de negação da cidadania: “A exclusão como manifestação de injustiça (distributiva) se revela quando pessoas são sistematicamente excluídas dos serviços, benesses e garantias oferecidos ou assegurados pelo Estado, pensados, em geral, como direitos de cidadania” (ZALUAR, 1997). Por isso, na visão de Costas Douzinas: “Os direitos humanos se tornam o princípio de libertação da opressão e da dominação, o grito de guerra dos sem-teto e dos destituídos, o programa político dos revolucionários e dissidentes” (2009, p. 19).

De acordo com esses pensamentos acreditamos numa urgente necessidade de mudança no panorama de violência e exclusão desses indivíduos, temos que reverter o quadro para o acolhimento e a inclusão, tratando da questão desde muito cedo nas escolas com uma educação em direitos humanos que aborde também esse tipo de questão sem ser demasiado genérica, com o incentivo de que essa orientação continue no seio das famílias, tendo essas a configuração que tiverem.

De toda forma não podemos prescindir de tentar educar nesse mesmo sentido os adultos, fomentando os debates sobre o assunto em qualquer âmbito em que seja possível fazê-lo, das simples conversas diárias aos eventos acadêmicos é preciso discutir e rever quantas vezes forem necessárias a condição imposta aos sujeitos travestis e transexuais por nossa sociedade; para essa tarefa podemos e devemos nos inspirar no multifacetado movimento feminista que já conta com várias décadas de ativismo, de estudo e discussão, devemos nos inspirar nele tanto na força que tem quanto na profundidade dos temas, cremos que é de grande valia e certamente nos trará tantos bons resultados como o feminismo tem apresentado ao longo dos anos, muito embora a luta pelo respeito através do empoderamento esteja, ainda, longe de terminar.

Conclusões

Longe de querer discutir o mérito político das ações últimas do nosso governo nesse momento de tão grande fragilidade, temos, por decreto assinado ainda no mês de abril de 2016, que agora os órgãos da administração pública federal deverão permitir o uso do nome social de transexuais e

travestis em todos os documentos oficiais, como crachás, fichas e publicações no Diário Oficial da União; os órgãos deverão disponibilizar nos formulários e sistemas de registro de informações o campo “nome social”. É possível, inclusive, a qualquer momento requerer a inclusão de seu nome social em documentos oficiais e registros dos sistemas de informações da administração pública federal. O avanço é resultado concreto da participação popular na 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de LGBT e além de assegurar a identidade de gênero, o uso do nome social é um avanço no combate ao preconceito e respeito à diversidade.

Como podemos perceber, não temos ainda um real fomento ao mercado de trabalho dos sujeitos travestis e transexuais no sentido do decreto citado. A possibilidade do uso do nome social é agora um direito humano conquistado que dá visibilidade e traz o exemplo de como as políticas públicas informam o caminho, como já foi dito, do acolhimento e da inclusão, o que, com a devida educação e com o devido tempo que grandes mudanças necessitam, certamente nos trará o respeito e a dignidade de que todos devemos usufruir.

Referências

APA – American Psychological Association. **Answers to Your Questions About Transgender People, Gender Identity, and Gender Expression**. Washington: APA, 2011.

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ATIENZA, Manuel. **Marx y los derechos humanos**. Madrid: Mezquita, 1983.

BOURDIEU, Pierre e Passeron, Jean-Claude. **A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Lisboa, 1970

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Políticas públicas e direito administrativo**. Revista de Informação Legislativa, Brasília, a. 34, n. 133 jan/mar., 1997. Disponível em: <http://ftp.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/politicas_publicas_e_direito_administrativo.pdf> Acesso em: 12 fev. 2015.

BUCCI, Maria Paula Dallari et all. Buscando um Conceito de Políticas Públicas para a Concretização dos Direitos Humanos. In: BUCCI, Maria Paula Dallari et all (Org.). **Direitos humanos e políticas públicas**. São Paulo, Pólis, 2001, p. 5-17.

BOBBIO, Norberto. **Era dos direitos**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO À CIDADANIA LGBT – João Pessoa sem Homofobia. **Inclusão social para Travestis, mulheres transexuais e homens transexuais**. Disponível em: <<http://www.jpsemhomofobia.joaopessoa.pb.gov.br/destaque/transcidadania-jp-inclusao-social-para-travestis-mulheres-transexuais-e-homens-transexuais.html>> Acesso em 08 mar. 2016

CUNHA, Carla S. **Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil**. George Washinton University, 2006.

DERRIDA, Jacques. **Força de lei**: o fundamento místico da autoridade. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DRAIBE, Sonia Miriam. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre e CARVALHO, Maria do Carmo Brant (orgs). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

DOUZINAS, Costas. **O fim dos direitos humanos**. Tradução Luzia Araújo. São Leopoldo: Unisinos, 2009.

FRASER, Nancy. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC: 34, 2002, p. 61-78.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange**. London: Verso, 2003.

GIL, Antonio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HERRERA FLORES, Joaquim. **A re(invenção) dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

_____. **Direitos humanos, interculturalidade e racionalidade de resistência**. Seqüência, Florianópolis, v. 23 n. 44, p. 9-29, 2002.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. 2ª ed. São Paulo: Ed. 34, 2009.

KULICK, Don. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). 2014. 342 f. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

LIMA, Fátima. **A invenção da transexualidade: discursos, práticas e modos de subjetividades**. III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade. Campinas, 14, 15 e 16 de fevereiro de 2012. Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/LIMA_FATIMA.pdf> Acesso em 23 jan. 2016.

MARQUES, Maria Celeste Simões. **Mut(il)ações das relações jurídicas de trabalho brasileiras**. Tese de doutorado. 2008. 267f. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MIRANDA, Jorge. **Manual de Direito Constitucional**. Coimbra, 2000.

NYE, Andrea. **Teoria Feminista e Filosofias do Homem**. Rio de Janeiro: Rosa do Ventos. 1995

PIOVESAN, Flávia. **Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 35, n. 124, p. 43-55, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n124/a0435124.pdf>> Acesso em: 21 out. 2015.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Sistema ONU no Brasil defende igualdade para pessoas trans**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=4010>> Acesso em: 08 mar. 2016.

RABENHORST, Eduardo. **As teorias Feministas do Direito e Violência de Gênero**. Revista da EMERJ, Rio de Janeiro, v. 15, n. 57, p. 20-32, jan-mar

2012. Disponível em: <http://www.emerj.rj.gov.br/revistaemerj_online/edicoes/revista57/revista57_20.pdf> Acesso em 15 jan. 2016.

RABENHORST, Eduardo; CAMARGO, Raquel P. **(Re)presentar: contribuições das teorias feministas à noção da representação.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 21, p. 981-1000, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v21n3/13.pdf>> Acesso em 15 jan. 2016.

RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Letícia M. **O Estado da Arte da Avaliação de Políticas Públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil.** Revista de Administração Pública, v. 46, p. 75-90, 2012.

ROLIM, Renata R. **Gênero, direito e esfera pública: condições de efetividade da lei Maria da Penha.** Revista da Faculdade de Direito (Faculdade Maurício de Nassau), v. 2, p. 223-250, 2008.

SALES, Dimitri Nascimento. Direito à visibilidade: direito humano da população GLBTT. In: PIOVESAN, Flávia, IKAWA, Daniela (coords.). **Direitos humanos: fundamento, proteção e implementação – perspectivas e desafios contemporâneos.** Curitiba: Juruá, 2007, v. 2, p. 927 - 944.

SANTOS, Ana Cristina; VIEIRA, Paulo Jorge. Do Outro lado da Ponte: movimentos sexuais e direitos Humanos no Séc. XXI. **Direitos Humanos na Sociedade Cosmopolita.** In: BALDI, César Augusto (Org.). Rio de Janeiro: Renovar, 2004

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. **Inclusão Social - Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT (CNCD/LGBT).** Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt>> Acesso em: 08 mar 2016

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. **Decreto permite uso do nome social em atos e documentos oficiais da administração pública federal.** Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/noticias/2016/abril/decreto-permite-uso-do-nome-social-em-atos-e-documentos-oficiais-da-administracao-publica-federal>> Acesso em: 02 mai 2016

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record; 2001.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Joseli Maria. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. In: X Coloquio Internacional de Geocrítica 1999-2008. Diez años de cambios en el mundo, en la geografía y en las ciencias sociales, Barcelona. **Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2008. p. 1-17. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/-x-col/438.htm> Acesso em 10 de jan. 2016

SOUTO, Ivyna. **Com 600 mortes em seis anos, Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais**. Disponível em: <<http://www.polemicaparaiba.com.br/polemicas/com-600-mortes-em-seis-anos-brasil-e-o-que-mais-mata-travestis-e-transexuais/>> Acesso em: 08 de mar. 2016

WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo, justiça e legitimidade dos novos direitos**. Seqüência, Florianópolis, n. 54, p. 95-106, jul. 2007.

ZALUAR, Alba. **Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas**. Revista brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 12, n. 35, Fev, 1997. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v12n35/35alba.pdf>> Acesso em 2 dez. 2015

MEMÓRIAS DE MULHERES ENCARCERADAS E O TRABALHO NO TRÁFICO DE DROGAS

Marta Bramuci de Freitas¹

Ana Elizabeth Santos Alves²

Resumo

Este artigo apresenta resultados preliminares de uma pesquisa em andamento, cujo objetivo é compreender que memórias as mulheres encarceradas constituem sobre a sua inserção e manutenção no trabalho no tráfico de drogas. Metodologicamente, utilizamos a abordagem qualitativa por meio de entrevistas semi-estruturadas no contato direto com mulheres encarceradas. Através das narrativas das entrevistadas foi possível identificar as memórias desses sujeitos sobre o trabalho relacionando-as as interferências formuladas pelo grupo social. Analisamos o tráfico de drogas como uma atividade de expressão no contexto mundial e brasileiro que recebe mulheres em busca de trabalho, reconhecimento e valorização social, apesar da inserção marginal. Absorvendo, portanto, um quantitativo significativo da mão de obra excedente no mercado de trabalho formal e dos que não foram contemplados pelas ações do estado como garantidor dos direitos sociais.

Palavras-chave: Memórias, Mulheres encarceradas, Trabalho, Tráfico de drogas.

1 Graduada em Serviço Social - Faculdades Integradas de Caratinga-MG. Especialista em Docência em Ensino Superior com Ênfase em Gestão de Pessoas; Educação a Distância; Gestão de Tutoria; Servidora do sistema prisional e Mestranda na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós graduação Stricto Sensu em Memória: Linguagem e Sociedade; E-mail: bramuci.a.s@gmail.com.

2 Graduada em Economia pela Universidade Católica do Salvador, Mestrado em Educação pela Universidade Federal da Bahia; Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia; Pós doutorado em educação pela Unicamp, professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia nos cursos de graduação e no Programa de Pós graduação Stricto Sensu; E-mail: ppgmemorials@gmail.com.

I Introdução

Apresentamos neste artigo análises preliminares de uma pesquisa em andamento, cujo objetivo é compreender que memórias as mulheres encarceradas constituem sobre a sua inserção e manutenção no trabalho no tráfico de drogas, em um contexto histórico, econômico e social marcado pela precarização das condições de trabalho e em especial da força de trabalho feminina.

Nessa perspectiva, fundamentamos esta pesquisa com base nas lembranças que se manifestam na fala de mulheres encarceradas de uma unidade prisional no interior da Bahia. Momento este, em que tiveram a oportunidade de expor suas histórias de vida sobre a memória do trabalho, adentrando na atividade no tráfico de drogas e nas relações entre vivências particulares e coletivas.

A seleção do objeto desta pesquisa foi definido a partir da atuação desta pesquisadora na condição de técnica do Serviço Social³ nesta unidade prisional quando foi possível identificar que a maioria das mulheres presas, responde a processos por envolvimento com o tráfico de drogas. Dessa forma, surgiu a necessidade de compreensão desse fenômeno social crescente⁴ nos últimos anos, constituindo-se, portanto, a atividade que mais tem se responsabilizado pelo ingresso de mulheres no sistema penal brasileiro, conforme as palavras de Dutra:

(...) trata-se de um crime que gradualmente vem ganhando maior incidência e visibilidade no mundo feminino, sendo gradativamente mais visado pelas mulheres, apresentando-se como o

3 Sobre o trabalho do assistente social em unidades prisionais a LEP (1984), Art. 22, define que: A assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade. Art. 23. Incumbe ao serviço de assistência social: I - conhecer os resultados dos diagnósticos ou exames; II - relatar, por escrito, ao diretor do estabelecimento, os problemas e as dificuldades enfrentadas pelo assistido; III - acompanhar o resultado das permissões de saídas e das saídas temporárias; IV - promover, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação; V - promover a orientação do assistido, na fase final do cumprimento da pena, e do liberando, de modo a facilitar o seu retorno à liberdade; VI - providenciar a obtenção de documentos, dos benefícios da Previdência Social e do seguro por acidente no trabalho; VII - orientar e amparar, quando necessário, a família do preso, do internado e da vítima.

4 Um exemplo antropológico desta inserção crescente podemos encontrar no livro de Athaide, C. & Bill, M. Falcão, as mulheres e o tráfico. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

delito que mais tem encaminhado a figura feminina ao encarceramento, de forma significativamente preocupante (DUTRA, 2011, p. 30).

O encarceramento feminino rege-se a partir de padrões de criminalidade muito diferenciados se comparados aos do público masculino. Enquanto 25% dos crimes pelos quais os homens respondem estão relacionados ao tráfico, no caso das mulheres essa proporção chega a 68%. Sendo que, o número de crimes de roubo registrados para homens é três vezes maior do que para mulheres, segundo dados do Ministério da Justiça (2011).

Tais informações nos instigaram a desenvolver este estudo acerca da relação de mulheres com o tráfico de drogas. Nesse sentido, buscamos articular a temática da mulher enquanto trabalhadora no tráfico de drogas e em situação de privação de liberdade ao campo de estudo da memória, partindo de uma perspectiva social por considerarmos a relevância dessa relação. Halbwachs (2006), influenciado pela sociologia funcionalista francesa de Émile Durkheim, foi o fundador dos estudos referentes à memória na área das ciências sociais atribuindo-lhe um caráter fundamentalmente coletivo; suas análises incitaram uma visão em torno da temática memória, com base na reflexão do papel da sociedade e dos quadros sociais no ato de lembrar. A memória se dá na reelaboração do passado e através de outras reconstruções efetivadas por indivíduos pertencentes ao mesmo grupo.

II Metodologia

Propomos a pesquisa de natureza qualitativa, pois, segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com uma variedade de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, compreendendo com profundidade o fenômeno que está sendo estudado.

Ainda de acordo com Triviños (1987), há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito e que a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados é fundamental no processo da pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa trata, portanto, dos aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Utilizamos para a efetivação da pesquisa: pesquisas bibliográficas; documentos sobre a unidade prisional e roteiro de entrevistas semi-estruturadas.

O contato direto com as mulheres sujeitos da pesquisa ocorreu a princípio por meio das observações na unidade prisional, especialmente nos momentos de atendimento na condição de Assistente Social. Nessa perspectiva, inicialmente, efetivamos uma pesquisa exploratória por meio de entrevistas livres⁵, com duas (02) internas⁶, com o intuito de proporcionar maior familiaridade com o problema e elaborar as questões de pesquisa, objetivando assim contribuir na definição do objeto de estudo, em seguida entrevistamos mais cinco (05) mulheres, assim como de servidores⁷ da unidade prisional. A necessidade de aproximar-se dos sujeitos da pesquisa Feffermann⁸, (2006, p.102) afirma que “para compreender um fenômeno é preciso olhá-lo de perto, para observar as sutilezas das relações interpessoais e como elas se ligam a determinantes socioeconômicos e políticos”. Neste artigo apresentamos recortes das entrevistas transcritas e analisadas com quatro (04) mulheres.

Importante ressaltar que o fato de a pesquisadora atuar na unidade prisional, no período de execução da pesquisa, traz como positivo a facilidade de acesso ao campo, mas, por outro lado existe a complexidade do fato de se encontrar inserida nas relações sociais presentes na instituição, o que pode ocasionar a naturalização de determinadas questões o que comprometeria o distanciamento necessário para uma observação participante e eficiente. Contudo, o trabalho tem transcorrido de forma bastante satisfatória.

5 Segundo Gil (1999), a entrevista informal (livre ou não-estruturada) é o tipo menos estruturado, e só se distingue da simples conversação porque tem como objetivo básico a coleta de dados. É recomendado nos estudos exploratórios, para abordar realidades pouco conhecidas pelo pesquisador, ou então oferecer visão aproximativa do problema pesquisado.

6 As mulheres entrevistadas assinaram o termo de autorização livre esclarecido para participar da pesquisa.

7 A coleta de dados e publicação das informações sobre a unidade prisional foi autorizada por meio de documento formal assinado pelo diretor da unidade. Os servidores entrevistados também assinaram o termo de livre esclarecido.

8 Autora do livro *Vidas Arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico*, Editora Vozes, 2006. O livro é resultado da pesquisa que durou aproximadamente 10 anos com a proposta de entrevistar os representantes da segurança pública e os jovens inscritos no tráfico de drogas na periferia da cidade de São Paulo, que tem como realidade a violência que perpassa quase todas as relações, tendo como uma das consequências, a morte.

III Resultados e Discussão

As transformações que ocorreram no mundo do trabalho a partir dos anos 1980, tanto nos espaços privados assim como públicos, rebateram fortemente ocasionando o desemprego e empregos precários. O modo de produção flexível resultou no crescimento do trabalho informal e o desmonte de direitos conquistados pela classe trabalhadora, acarretando uma total insegurança na vida dos trabalhadores. Segundo Frigotto (1997), o mundo do trabalho foi reconfigurado pelo sistema do capital na busca de novas formas de acumulação.

Dentro deste contexto de transformações no mundo do trabalho Feffermann (2006) afirma que as relações de trabalho no tráfico de drogas caminham na direção de subordinação ao mercado e suas mutações de acordo com a reorganização do capital. Gerenciado pela lógica capitalista, tais relações tem como objetivo o lucro e o poder. Dessa forma, o trabalho no tráfico de drogas é considerado como a modalidade de trabalho informal, absorvendo um considerável contingente de homens e mulheres.

No decorrer da historia da humanidade o trabalho significa a efetivação da relação que se estabelece entre o homem e a natureza com o objetivo de atender suas necessidades. “[...] o trabalho é, num primeiro momento um processo entre a natureza e o homem, processo em que este realiza, regula e controla por meio da ação, um intercâmbio de materiais com a natureza” Marx (2013, p.188). Trata-se um movimento constante e dialético, em que o homem transforma a natureza a partir de um objetivo ao mesmo tempo em que é transformado por ela, conforme afirma Marx, (2013, p. 255)

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais da sua corporeidade [...].

O significado do trabalho para homens e mulheres em dada organização social é determinado pela racionalidade econômica que os direciona, vinculado a questões sociais e políticas. De acordo com o pensamento marxista, o conceito geral de trabalho se dá, em dois níveis: no plano da necessidade que consiste em atender as exigências de sobrevivência dos

seres humanos e condiz à produção e reprodução material e no outro nível, chamado de reino da liberdade, trata-se da *práxis* existencial, que se situa além da produção e reprodução material manifestando, paralelamente, a necessidade de integração entre os dois planos: [...] o reino da liberdade só começa, de fato, onde cessa o trabalho que é determinado pela necessidade e por objetivos externos; por conseqüência, em virtude da sua natureza, encontra-se fora da esfera da produção material propriamente dita [...] (MARX, 1993, p.12).

Dessa forma, o plano da liberdade se dá quando o homem diante da não necessidade urgente em garantir sua existência e de outros, poder optar entre as possibilidades e potencialidades humanas para além de quaisquer estruturas de dominação. Entretanto, no sistema do capital as necessidades humanas são claramente subordinadas à expansão da organização capitalista. Assim, podemos dizer que o trabalho no tráfico de drogas para a grande parte das mulheres encarceradas, configura-se como uma atividade direcionada essencialmente que movimenta o mercado, o capital, e que para as mulheres não significa necessariamente sua realização como trabalhadora, mas, atender às suas necessidades básicas de sobrevivência. Essa realidade é comparável com a história de vida dos trabalhadores em geral, que vendem sua força de trabalho segundo a lógica capitalista.

Nesse contexto, buscamos pensar o tráfico de drogas como uma atividade de expressão no contexto mundial e brasileiro que absorve um grande número de indivíduos em busca de trabalho, reconhecimento e valorização social, apesar da inserção marginal. Conforme ressalta Feffermann (2006, p. 15): “Há outras formas de tratar o fenômeno do tráfico de drogas; todavia, existe um consenso de que se está diante de uma das indústrias mais lucrativas do mundo, ultrapassando até a petrolífera”.

Nesta linha de pensamento, Barcinski (2009) ressalta que diferentes circunstâncias possibilitam a entrada das mulheres no tráfico de drogas, como a precariedade de oportunidades no mercado de trabalho formal, a perspectiva de se socializar em uma rede reconhecida, obter status e comando dentro de uma cultura masculinizada.

O tráfico ilegal de drogas significa hoje, no contexto social, econômico e político brasileiro, a abertura dos mercados e oportunidades de negócios lucrativos como qualquer outro. Sugere economicamente uma forma de inserção e permanência em atividade laborativa paralela ao mercado formal de trabalho, uma nova possibilidade de renda, com particularidades e regras

próprias, mas, que se amplia cada vez mais, absorvendo um quantitativo significativo da força de trabalho excedente no mercado de trabalho formal.

A forma como as mulheres encontram-se inseridas como trabalhadoras, produtoras e reprodutoras da força de trabalho e, fundamentalmente, pela condição de classe, gênero, e outras questões de identidade e nacionalidade, têm intensificado duramente a realidade destas trabalhadoras Lima (2004).

Dentro desta análise sobre o trabalho é que questionamos: em que circunstâncias tão adversas podemos identificar o trabalho destas mulheres? Nossa hipótese é que o trabalho no tráfico de drogas, na maioria das vezes não se configura como um espaço de oportunidades para criação e realização de homens e mulheres, torna-se somente um meio tão incerto como qualquer outro existente no mundo do trabalho ilegal para suprir as necessidades através de uma atividade remunerada.

Vera Telles (2009, p.115) ressalta que a partir dos anos 1980, as diferenças entre trabalho, desemprego e expedientes de sobrevivência, invadem os processos produtivos com o trabalho informal, paralelo a expansão das redes de subcontratação, sempre nas fronteiras duvidosas “entre o legal, o ilegal, também entre o ilícito e delituoso”. Entre estas fronteiras encontram-se as trabalhadoras do tráfico de drogas.

Feffermann (2006) afirma que neste período da reestruturação produtiva, as atividades ilícitas se internacionalizaram e se reestruturaram, de forma que de um lado encontram-se os empresários do ilícito (a droga) atuando em rede, e de outro lado, o pequeno comerciante atuando na precariedade as margens da economia da droga transitando entre o desenvolvimento da atividade e a prisão. Ainda nas palavras da autora:

O tráfico de drogas é o ramo de atividade mais importante do processo de globalidade do crime, embora outros tipos de tráficos sejam efetuados por esse sistema, cujo poder se estende por todo o mundo: armas, tecnologia, materiais radioativos estão interligados pela grande matriz de todos os atos ilícitos, (p.37). O processo de “globalização” da economia foi muito propício para o crime organizado [...]. O tráfico de drogas se transforma em instrumento de poder, (FEFFERMANN, 2006, p.43).

Este movimento ganha espaço na proporção em que cresce a demanda, que Ruggiero (2000 *apud* TELLES, 2009, p.158) denomina de “modulação

criminosa do capitalismo pós-fordista, criminalidade *just-in-time*⁹, respondendo as variações e aos distintos territórios dos mercados. Em meio a este movimento, assentam-se as relações sociais, a economia doméstica e encontram-se os indivíduos e suas famílias e fundamentalmente, as mulheres sujeitos desta pesquisa.

A atividade econômica relacionada ao tráfico de drogas no Brasil é consolidada pela ausência de perspectiva, desemprego e exclusão, levando uma parcela significativa da população a esse negócio, que embora ilícito, permite uma margem de lucro superior a do mercado formal, oportunizando acesso a bens e serviços. Conforme ressalta Feffermann, (2006), o tráfico de drogas vai ganhando espaço na macrossociedade que o estado não consegue atender via efetivação dos direitos sociais. A organização do tráfico ilegal de drogas demarca seu território de forma crescente no contexto social, econômico e político brasileiro, conquistando assim características de inserção laborativa “marginal” e ampliando, conforme se confirma através dos relatos das mulheres sujeitos deste estudo.

No que se refere a relação do objeto da pesquisa com a memória, partimos da perspectiva de que através dos relatos dos sujeitos da pesquisa podemos identificar suas memórias e buscar a compreensão sobre os processos que as conduziram ao trabalho no tráfico de drogas. Essencialmente, ao rememorar o passado e suas vivências nos diversos espaços que ocuparam as entrevistadas o fazem partindo do presente. Seus relatos refazem uma memória regressada para a família, para o trabalho e para as adversidades encontradas cotidianamente e revelam aspectos importantes sobre suas histórias tanto no âmbito familiar quanto na sociedade. A memória não pode ser descrita ou narrada mecanicamente, as informações retiradas da memória precisam ser analisadas dialeticamente, considerando o tempo e o espaço, as relações e a conjuntura e que se remete.

Segundo Halbwachs (2006, p.29), seja oficial ou extraoficial, ideológica ou contra ideológica, a memória é sempre coletiva, considerando que se trata de um fenômeno social e não de um processo estritamente

9 “O Just-in-Time (JIT) é um modelo de gestão da produção, em que os insumos são fornecidos apenas no momento em que serão processados. Este sistema veio substituir o Just-in-Case, no qual grandes quantidades de materiais e produtos ficavam estocadas para estarem disponíveis quando fossem necessários ao processo produtivo. O principal objetivo do JIT é a diminuição dos estoques e a conseqüente redução de custos, pois, com ele, torna-se necessária menos área disponibilizada e menor capital empatado (HECKERT; FRANCISCHINI, 1998, p.1)”.

individual, é condição necessária à existência do grupo. Os grupos funcionam como base da memória coletiva, ou seja, as memórias individuais se formam a partir da relação com o outro. “Recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação.” Assim é necessário um acordo entre as lembranças dos indivíduos para que elas possam complementar-se, produzindo um arcabouço comum de recordações.

Pollak (1989) não desconsidera as análises de Halbwachs, mas traz inovações fundamentais para a abordagem sociológica da memória. Os dois autores destacam o caráter coletivo da memória, definindo-a como uma construção social. Contudo, Pollak (1989) afirma que além da coletividade da memória, o sujeito também é portador de lembranças, divergindo-se de Halbwachs, que defende que o social se estabelece a partir do coletivo. Pollak (1989) afirma que o indivíduo também tem a capacidade de constituir e acessar memórias, como membro ativo na construção das recordações dos grupos. O sujeito gerencia as influências externas e constrói suas próprias recordações o que faz com que ele não seja um completo dependente dos “quadros sociais da memória”.

Dessa forma é que analisamos, qual a compreensão das mulheres entrevistadas sobre trabalho, quais as memórias que elas constituem sobre trabalho e o que significa para elas a atividade no tráfico de drogas? Nas incursões no campo empírico foi possível identificar a percepção dos sujeitos sobre o trabalho no tráfico de drogas sendo que para estas mulheres, ora o tráfico de drogas é visto como trabalho quando associado a uma atividade formal, trabalho árduo e dinheiro difícil, ou não, ou seja, dependendo do esforço empregado na atividade, e, em outros momentos quando elas fazem uma comparação do tráfico de drogas com o trabalho formal ou informal, mas, lícito, elas não o consideram como trabalho.

É perceptível também a reprodução do pensamento (inconscientemente) de Max Weber em sua célebre obra ‘A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo’, quando ele cunhou uma expressão que se tornou bastante conhecida: “O trabalho dignifica o homem.” Trazendo o significado da importância social do trabalho com a reprodução, como utilidade, produtividade e realização pessoal.

Conforme sugere a primeira entrevistada [...] eu trabalhava, sempre trabalhei, não mexia com tráfico nem nada, [...] tinha trabalho de diarista, de empregada doméstica [...] trabalhava de faxineira, trabalhei 12 anos

terceirizado [...]. Para esta entrevistada estas atividades são reconhecidas como trabalho, enquanto o tráfico de drogas não.

Ainda neste sentido, a segunda entrevistada define o trabalho como uma atividade formal: [...] Trabalhei como operadora de caixa em loja de sapatos no “shopping” durante 06 meses [...] eu quero sair daqui fazer uns cursos, trabalha, mudar de vida [...].

Nota-se que em alguns trechos das entrevistas, muitas vezes, as mesmas mulheres, ora definem o tráfico de drogas como trabalho e em outros momentos não o consideram como trabalho conforme vemos.

Ainda neste sentido a entrevistada relata sobre o trabalho na loja de sapatos e quando questionada sobre o trabalho no tráfico de drogas, reconhece esta atividade com trabalho quando o vê como trabalho árduo: “[...] é um trabalho, porque também não é uma coisa fácil assim de fazer é arriscado”.

Embora o trabalho em um comércio de sapatos seja salientado pela entrevistada, o trabalho no tráfico de drogas também passa a ser concebido por ela como trabalho quando se torna um dever ou necessidade, assim como qualquer outro trabalho. Dessa forma, a questão do dinheiro difícil para a entrevistada faz com que a atividade seja reconhecida como trabalho seja este, lícito ou ilícito.

Neste sentido, Feffermann ressalta que o atual sistema social, político e econômico, baseado na acumulação capitalista, cria e reproduz uma reserva de força de trabalho desempregada ou parcialmente desempregada. A busca pela sobrevivência leva segmentos da população a encontrarem estratégias por meio de trabalhos ilícitos. “Entender-se à o tráfico como forma de organização aqui denominada de “trabalho”, informal e ilegal, que emprega grande numero de jovens na sua estrutura”. A definição de um dos jovens entrevistados pela autora ratifica esta afirmação: “[...] a boca é trampo, só que é um trampo embaçado [...]” (FEFFERMANN, 2006 p.211).

Para a autora, o fato de estes jovens denominarem suas atividades como “trabalho” deixa explícito neste público às particularidades do homem burguês próprias de uma sociedade dominada pela força do capital, pois, eles mesmos se definem como trabalhadores.

A terceira entrevistada conceitua trabalho relacionando-o a uma atividade desenvolvida de forma “digna, sem violentar os outros” contrário ao trabalho no tráfico de drogas que esta vinculado ao crime, pelo fato da sua relação com os homicídios e pela destruição de vidas de forma geral através

de seus efeitos, sendo visto, portanto, como uma atividade para desocupados: [...] é difícil entender o tráfico de droga como trabalho, trabalho é de gente honesta, de gente que tem o que fazer, de gente como a senhora que ta aqui trabalhando, é de gente honesta que não precisa matar, nem vender droga [...].

Confirmando ainda as memórias constituídas sobre o trabalho no sentido de uma atividade que “dignifica o homem”, a entrevistada acima rememora: “[...] meu pai trabalhou em uma firma muito boa em SP, meu pai é muito trabalhador [...] depois ele teve o próprio bar. [...] ele chegava tarde da noite trabalhando cansado [...]. Em seguida ela define o tráfico de drogas como trabalho, mas no sentido de um estilo de vida, de ganhar dinheiro mais fácil: [...] eu não achei interessante trabalhar em posto de gasolina, demorava demais pra receber [...] eu achei aqui mais confortável, [...] vou trabalhar no crime, vender droga, vendendo, vou conseguir tudo que eu quero [...].

È notório que esta entrevistada elege o trabalho como uma atividade desenvolvida por “gente honesta” que trabalha em uma firma ou até mesmo informalmente. Mas, no segundo momento refere-se ao tráfico de drogas como um trabalho, mas, como um meio de remuneração sem muito esforço.

A quarta entrevistada, quando questionada sobre o que ela considera trabalho foi categórica em afirmar que não vê o tráfico como trabalho, mas, como uma alternativa na garantia do atendimento as suas necessidades e ressalta sobre a obrigatoriedade do trabalho na vida do ser humano desde muito cedo:

[...] tráfico num é um trabalho, trabalho é honesto, que a gente pega uma vassoura ali e varre, passa um pano na casa, lava um prato e assim vai, vida de tráfico num é trabalho [...] é um vício eu não sei nem responder [...] faço porque eu preciso, eu era de menor e ninguém me dava trabalho [...].

O sentido do trabalho como atividade “honesto, digno, legal e ilegal”, para as mulheres encarceradas está intrinsecamente relacionado ao sentido ideológico que a categoria trabalho carrega. Essa ideologia oculta a centralidade do tráfico na economia capitalista atual, no qual responsabiliza os trabalhadores pela sua condição de marginalizados. É necessário compreender que o modelo da economia capitalista, traz como características de excluídos a inclusão precária, instável, marginal, pois, a própria

lógica do mercado possui o poder de estabelecer quais serão os indivíduos e grupos que possuem as características necessárias para se adaptarem aos mercados globais e quais serão os excluídos que automaticamente ficarão à margem dos seus direitos enquanto cidadãos.

È notório que as memórias que as mulheres constituem sobre trabalho é permeada por contradições. Nesse sentido, ao considerar os eventos do presente conforme ressalta Pollak (1992, p. 04): “a memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento consistem um elemento de estruturação da memória”. Dessa forma, no momento em que as mulheres relatam suas histórias elas o fazem sob a influência das condições vivenciadas por elas no momento do aprisionamento. Assim, Pollak (1989, p.09) afirma que a memória é uma “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar.”

Por meio das narrativas das mulheres entrevistadas ainda é possível identificar as memórias desses sujeitos sobre o trabalho relacionando-as as interferências formuladas pelo grupo social. É possível detectar ainda a memória como um elemento fundante para compreender os diversos contextos que perpassam a história de vida dos sujeitos, incluindo os processos de desigualdade e exclusão a que estiveram submetidas em diversos contextos de suas histórias, o que não pode ser visto como sinônimo de comportamento criminoso, contudo, não se pode desconsiderar que o atual contexto brasileiro de intensa concentração de renda e elevados níveis de desemprego tem direcionado essa classe excluída do mercado de trabalho a engrossar as estatísticas que dão conta desta inserção populacional no tráfico de drogas como estratégia para garantir a sobrevivência e automaticamente do crescimento da violência.

A vulnerabilidade em que se encontra submetido os sujeitos neste contexto de mutações no trabalho, de acordo com Yazbek (2003, p.2) também envolve o individuo em outras conjunturas na sociedade de consumo, [...] pobreza não é apenas uma categoria econômica, [...] é também uma categoria política que se traduz pela “carência de direitos, de possibilidades, de esperança”. Esta face da pobreza suscita novos desafios à gestão estatal dos processos de inclusão/exclusão social dos subalternos.

IV Considerações

Estas mulheres ativas no trabalho no tráfico de drogas fazem parte de um grupo que sustenta a tese do que Marx chamou de superpopulação relativa, que “[...] existe em todos os matizes possíveis. Todo trabalhador faz parte dela durante o tempo em que está desocupado parcial ou inteiramente. [...] ela possui continuamente três formas: líquida latente e estagnada” Marx, (1993, p. 197). Nesta linha de raciocínio, as relações firmadas entre o capital e o trabalho são determinantes no comportamento do trabalhador, restando-lhe, independente das opções que lhes são oferecidas, o beneficiamento do capital.

É fundamental compreender a relação da mulher com a criminalidade, a partir da premissa de que é a “questão social” que determina sua condição. As mulheres em geral envolvidas com o crime em grande parte são de classe baixa (Medeiros 2010).

Neste sentido, o tráfico de drogas passa a significar, no contexto social, econômico e político brasileiro, a abertura dos mercados e oportunidades de negócios lucrativos como qualquer outro. Significa economicamente uma forma de inserção e permanência em atividade laborativa paralela ao mercado formal de trabalho, uma nova possibilidade de renda, com particularidades e regras próprias, mas, que se amplia cada vez mais. Absorvendo um quantitativo significativo da mão de obra excedente no mercado de trabalho formal e dos que não foram contemplados pelas ações do estado como garantidor dos direitos sociais, conforme preconiza a constituição Federal do Brasil no art 6º “a garantia aos direitos sociais do ser humano devem ser respeitados, protegidos e garantidos a todos pelo Estado”.

Conforme exposto, esta pesquisa encontra-se em construção, portanto, não há conclusões, objetiva-se aqui construir uma base sobre o tema para posteriores estudos e que poderão ser utilizados até mesmo como propostas de intervenção estatal.

Referências

BARCINSKI, M. **Protagonismo e vitimização na trajetória de mulheres envolvidas na rede de tráfico de drogas no Rio de Janeiro.** *Ciência e Saúde Coletiva*, 14(2): 577-586, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/> Acesso em dezembro de 2015.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

DUTRA, T C. **A criminalidade feminina com relação ao tráfico de drogas, frente à Lei 11.343/06.** 2011: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito>. Acesso em: 13/10/14.

FEFFERMANN, M. **Vidas arriscadas:** o cotidiano de jovens trabalhadores do tráfico. Petrópolis, Vozes, 2006.

FRIGOTTO, G. Os **Delírios da Razão:** Crise do Capital e Metamorfose Conceitual no Campo educacional. In: GENTILI, Pablo. *A Pedagogia da Exclusão.* Petrópolis: Vozes, 1997.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

LIMA, M. E. B. **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho.** A Dimensão do Trabalho e da Cidadania das Mulheres no Mercado Globalizado. [Org.] São Paulo: CUT Brasil, 2004.

MARX, K. **Os manuscritos econômicos e filosóficos.** Textos filosóficos. Lisboa, Edições 70, 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. acesso em 01/12/2015.

_____. **Processo de Trabalho e Processo de Valorização.** In: MARX, K. **O Capital: crítica da economia política.** Livro I, Vol. 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEDEIROS, L. L. **Criminalidade Feminina:** Uma Análise de Gênero no Envolvimento de Mulheres no Crime. In: **Anais do XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.** Brasília, 31 de Julho a 05 de Agosto de 2010.

MINISTÉRIO-DA-JUSTIÇA-UFRJ-e-UnB-**Tráfico-de-Drogas-e-Constituição**. Ministério da Justiça, 2011. **Disponível em:** <http://www.bancodeinjusticas.org.br/>. Acesso em: 04/12/2015.

MINAYO, M. C. S. (Org.). (2001). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes.

POLLAK, M. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. .

_____, M. **Memória e identidade social**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

TELLES, V.S. **Ilegalismos urbanos e a cidade**. Novos Estudos Cebrap, 84.p. 153-175, (2009). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 01/01/2016.

TRIVINOS, Augusto. **Introdução à Pesquisa em ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social-** 4ª Ed. São Paulo. Cortez, 2003.

Notas de rodapé

ATHÁIDE, Celso; BILL, Mv. **Falcão, as mulheres e o tráfico**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

HECKERT, Cristiano. Rocha; FRANCISCHINI, Paulo, Graciano. **Variações do Just-in-time na indústria automobilística brasileira**. 1998. Disponível em: <http://www.iautomotivo.com/variacoesjit.PDF> >. Acesso em junho de 2016.

VIOLÊNCIA CONTRA MINORIAS SEXUAIS: PERFIL DOS AGRAVOS NO INTERIOR DO CEARÁ

Grayce Alencar Albuquerque¹

Sáskya Jorgeanne Barros Bezerra²

Resumo

Objetivo: Identificar o perfil de violências perpetradas contra minorias sexuais de uma região do interior do Nordeste Brasileiro. **Método:** Estudo transversal, quantitativo, realizado com 316 indivíduos de orientação sexual não heterossexual nos municípios de Juazeiro do Norte e Crato, no interior do Ceará, Brasil. Utilizou-se de entrevista estruturada para coleta de dados. Os resultados obtidos foram contabilizados e expostos em valores absolutos e relativos. **Resultados:** Todos os participantes já haviam sofrido violência, com destaque para a psicológica (n=249, 78,8%), em que prevaleceram os insultos proferidos por pessoas à distância (n=193, 61,1%). Frente à violência física, teve destaque os empurrões (n=69, 21,8%) e perante violência sexual, o assédio (n=43, 13,6%). **Conclusão:** Minorias sexuais são vítimas da violência, em que a psicológica é mais prevalente. **Palavras-chave:** Homossexualidade, Bissexualidade, Violência.

1 Universidade Regional do Cariri (URCA).
E-mail: geicyenf.ga@gmail.com

2 Universidade Regional do Cariri (URCA).
E-mail: saskyalu@hotmail.com

Introdução

A violência, caracterizada como qualquer ato que desrespeita os direitos humanos fundamentais é considerada problema de saúde pública (SILVA, COELHO, PIRES, 2014).

O grupo composto por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT's), em decorrência do preconceito e discriminação social, apresenta vulnerabilidade para sofrer violência, caracterizada principalmente por abuso emocional, físico e sexual (PELLULO, GIUSEPPE, ANGELILLO, 2013).

Dados recentes reforçam a predisposição que minorias sexuais apresentam para sofrer violência. Delgado, Castro e Ojeda (2014) evidenciaram associação entre orientação sexual não heterossexual e violência. Assis, Gomes e Pires (2014) observaram relação entre vitimização e homossexualidade/bissexualidade em adolescentes. Pellulo, Giuseppe e Angelillo (2013) descreveram a propensão que integrantes LGBT's possuem para sofrer retaliações em decorrência da orientação sexual assumida.

A violência pode ser entendida como o uso intencional de força física ou poder, na forma de ameaça realizada contra si mesmo ou contra outra pessoa, grupo e comunidade e que resulta na possibilidade de ocasionar ferimentos, morte, consequências psicológicas negativas, mau desenvolvimento ou privação social (OMS, 2002).

Desde os anos 1980, a violência contra homossexuais e bissexuais tem representado um tema central para o ativismo e, progressivamente, também, para governos e para a mídia (RAMOS, CARRARA, 2006). A denúncia de agressões físicas, psicológicas e discriminações motivadas pela orientação sexual não heterossexual passou a ser marco importante para a trajetória do movimento homossexual/bissexual brasileiro, que divulgou a expressão "homofobia" para caracterizar esse tipo de violência (RAMOS, CARRARA, 2006).

A homofobia como fenômeno social e manifestação do sexismo, traduz-se em hostilidade a comportamentos desviantes dos papéis sexuais estabelecidos socialmente, guardando íntima relação com violência de gênero (MOTT, 2000; BORILLO, 2009). A homofobia e seus desdobramentos, como a lesbo/transfobia, por compreenderem um conjunto de atitudes de hostilidade à diversidade sexual, carregam consigo a exclusão de indivíduos considerados inferiores ou anormais (BRASIL, 2011).

Dessa forma, a homo/lesbo/transfobia são termos empregados a atitudes de preconceitos, discriminações e demais violências cometidas contra a

comunidade LGBT's por causa de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero (PRADO, JUNQUEIRA, 2011).

A violência contra a população LGBT's está exposta no 5º Relatório Nacional dos Direitos Humanos do Brasil, o qual revela dados alarmantes acerca da problemática, dentre outros, ao revelar dados do Grupo Gay da Bahia (GGB), que atestam 1608 casos de homossexuais, lésbicas, travestis e transexuais assassinados em crimes de motivação homofóbica, entre os anos de 2001 a 2010 (BRASIL, 2012). De acordo com o Relatório Anual de Assassinatos de Homossexuais do GGB, em 2010, o Brasil apresenta taxas elevadas de assassinatos contra a população LGBT's e dentre as regiões brasileiras, o Nordeste despontou como a região de maior violência perpetrada ao grupo, responsável por 43% dos assassinatos (GGB, 2010).

Apesar de alarmantes, sabe-se que os dados são subnotificados e as estimativas indicam um quadro de violências homofóbicas contra o grupo LGBT's bastante elevada (BRASIL, 2011). Relatório, ainda que possivelmente subestimado, divulgado pela Secretaria de Direitos Humanos, revelou que em 2012, houve um aumento de 183,19% de vítimas LGBT em comparação a 2011, com uma média de 13,29 vítimas de violência homofóbica por dia (BRASIL, 2012).

Embora esses dados sejam relevantes, não existem dados a respeito da violência contra minorias sexuais em regiões específicas do Brasil, como as localizadas no interior, o que reforça a necessidade de obtenção desses dados para que estratégias de combate a este agravo possam ser elaboradas e concretizadas. Face ao exposto, o objetivo deste estudo foi identificar o perfil de violências perpetradas contra a população LGBT's de uma região do interior do Nordeste Brasileiro.

Método

Estudo transversal, quantitativo, feito com integrantes LGBT, contatados durante movimento reivindicatório conhecido como Parada Gay, nos municípios de Juazeiro do Norte e Crato, localizados no interior Ceará, Região Nordeste, Brasil, em julho de 2013.

A amostra foi composta por 316 indivíduos LGBT que deram seu consentimento formal para participação.

Utilizou-se como instrumento de coleta de dados a entrevista estruturada com indagações referentes aos tipos de violência sofrida ao longo

da vida. Os dados obtidos foram organizados e expostos em planilhas do *software* Microsoft Office Excel, procedendo-se posteriormente à sua contabilização. A análise dos dados se deu à luz da literatura pertinente.

O estudo obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina do ABC, com número de parecer do CAAE 19018513.0.0000.0082.

Resultados e Discussão

A maioria dos indivíduos participantes do estudo era do sexo masculino (n=223; 70,6%), identidade de gênero masculina (n=200; 63,3%), orientação sexual homossexual gay (n=162; 51,3%), pardos (n=196; 62,0%), solteiros (n=200; 63,3%), com Ensino Médio completo (n=108; 34,2%) e sem trabalho formal (n=171; 54,1%).

Quanto aos tipos de violência sofrida ao longo da vida, o tipo mais frequente no grupo foi a psicológica e verbal (n=249, 78,8%) seguida da física (n=99, 31,3%) e da sexual (n=58, 18,3%). Desta forma, obtém-se que um quantitativo de 67 participantes declarou não ter sofrido nenhum tipo de violência. Tal afirmativa não exclui a possibilidade de que esta possa em algum momento ter ocorrido, no entanto, pode não ter sido considerada como ato violento pelo indivíduo.

Quanto ao perfil dessas violências verifica-se que frente à violência psicológica prevaleceram os insultos, a pressão para se mudar de orientação sexual e os gritos de intimidação (Tabela 1).

Tabela 1. Violência psicológica por subtipo em LGBT's. Juazeiro do Norte e Crato, Ceará, Brasil, junho de 2013.

Variáveis dicotômicas	Sim		Não		N/R	
	n	%	n	%	n	%
Tipo de violência e frequência*						
Insultos de longe	193	61,1	48	15,2	08	2,5
Insultos de perto	186	58,9	53	16,8	10	3,2
Ameaça de morte	55	17,4	173	54,7	20	6,3
Ameaças de fazer algum mal	94	29,7	138	43,7	17	5,4
Agravos ao patrimônio	42	13,3	183	57,9	24	7,6
Ameaças aos familiares	67	21,2	163	51,6	19	6,0

Ameaça de revelar a orientação sexual	83	26,3	144	45,6	22	7,0
Perseguição	94	29,7	139	44	16	5,1
Gritos de intimidação	140	44,3	92	29,1	17	5,4
Retenção de economias	41	13,0	183	57,9	25	7,9
Cárcere privado	73	23,1	160	50,6	16	5,1
Evitar contato com outras pessoas	90	28,5	143	45,3	16	5,1
Pressão para mudar a orientação sexual	167	52,8	78	24,7	04	1,3

Fonte: Dados da Pesquisa

Obs. Considerar 67 indivíduos (21,20%) que não sofreram violência psicológica/verbal.

Esse dado observado reforça que várias podem ser as manifestações de violência psicológica dirigida à população LGBTT's, tais como ameaças; humilhações; chantagens; cobranças para mudança de comportamento; discriminação; exploração; crítica pelo desempenho sexual e proibição de socialização, provocando, assim, o isolamento dos amigos e familiares (BRASIL, 2012).

Relatório brasileiro sobre violência perpetrada contra o grupo LGBT's proveniente de denúncias pelo Disque Direitos Humanos (DDH), revelou que em 2012, foram registradas pelo poder público, 3.084 denúncias de 9.982 violações relacionadas ao grupo, envolvendo 4.851 vítimas e 4.784 suspeitos e em relação aos tipos de violência cometidas contra o grupo, as violências psicológicas foram as mais reportadas (83,2%). Dentre os tipos mais reportados de violência psicológica, ainda segundo o relatório brasileiro de 2012, estavam humilhações (35,32%), hostilizações (32,27%) e ameaças (15,78%), esta última, tipificada no Código Penal brasileiro. Calúnia, injúria e difamação, também tipificadas em Código Penal, contaram com 8,56% das denúncias.

Ressalta-se que a violência psicológica recentemente foi caracterizada por Lei (cap.II, Art.7º II) como qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento da vítima, ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do

direito de ir e vir, ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (BRASIL, 2006).

O fato da violência psicológica, finalmente, ser reconhecida através de uma Lei, constitui-se um importante avanço no combate a todos os outros tipos de violência. No entanto, apesar deste avanço, a violência psicológica ainda está longe de ser considerada pelos serviços públicos de saúde e instituições policiais como uma problemática social grave, visto que muitas vezes acontece de forma silenciosa. Importante ressaltar que as difamações e o desrespeito resultantes da violência psicológica/verbal, ao tornarem-se mais frequentes no cotidiano das vítimas, tendem a evoluir para outras formas de violência, como, por exemplo, a violência física e/ou sexual.

Quanto à violência física verificou-se que prevaleceram os empurrões, as bofetadas e os arranhões (Tabela 2).

Tabela 2 - Violência física por subtipo em LGBT's. Juazeiro do Norte e Crato, Ceará, Brasil, junho de 2013.

Variáveis dicotômicas	Sim		Não		N/R	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Tipos de violência e frequência*						
Puxadas	44	13,9	50	15,8	5	1,6
Bofetadas	54	17,1	43	13,6	2	0,6
Estrangulamento	25	7,9	68	21,5	6	1,9
Socos	55	17,4	41	13	3	0,9
Chacoalhadas	37	11,7	57	18	5	1,6
Pontapés	43	13,6	54	17,1	2	0,6
Cabeçadas em pessoas	14	4,4	81	25,6	4	1,3
Cabeçadas contra estruturas rígidas	17	5,4	76	24,1	6	1,9
Empurrões	69	21,8	28	8,9	2	0,6
Queimaduras	10	3,2	83	26,3	6	1,9
Pancadas a partir da utilização de objetos	28	8,9	64	20,3	7	2,2
Arranhões	49	15,5	49	15,5	1	0,3
Armas de fogo	7	7,2	87	27,5	5	1,6
Objetos cortantes	22	7	73	23,1	4	1,3
Mordeduras	19	6	74	23,4	6	1,9

Fonte: Elaboração própria

*Considerar 217 indivíduos (68,67%) que afirmam não ter sofrido violência física.

Esses dados corroboram com resultados do relatório de violência homofóbica no Brasil, realizado em 2012, que aponta que as lesões corporais são as mais reportadas pela população LGBT's, com 59,35% do total de violências físicas, seguidas por maus tratos, com 33,54% (BRASIL, 2012).

Quanto ao perfil das agressões físicas sofridas prevaleceram na amostra deste estudo os subtipos empurrões e socos. Esses tipos de violência física são muito comuns em populações vulneráveis. Em estudo realizado pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo em 2001, revelou que uma em cada cinco mulheres brasileiras declarou ter sofrido violência de gênero, ou seja, cerca de 6,8 milhões foram agredidas fisicamente alguma vez na vida e as formas de violência mais comuns foram as agressões físicas consideradas como mais “brandas”, sob a forma de tapas e empurrões, sofrida por 20% das mulheres (MOTA, 2004). Esses tipos de agressões, por mais que assim sejam designadas, podem provocar graves lesões e pôr em perigo a integridade, a saúde e a vida da vítima.

Infere-se que quando as tentativas são frustradas em coibir a orientação sexual não heterossexual por intimidação (violência psicológica) parte-se para a violência física como alternativa para se forçar uma mudança desejada e/ou uma condição não aceita.

Frente a violência sexual prevaleceram o assédio sexual, manter relações sexuais a contragosto (embora consentida ao parceiro), manter relações sexuais por medo e estupro (Tabela 3).

Tabela 3 - Violência sexual por subtipo em LGBT's. Juazeiro do Norte e Crato, Ceará, Brasil, junho de 2013.

Variáveis dicotômicas	Sim		Não		N/R	
	n	%	n	%	n	%
Tipo de violência e frequência						
Manteve relações sexuais à contragosto	40	12,7	16	5,1	2	0,6
Realizou posições sexuais à contragosto	25	7,9	30	9,5	3	0,9
Manteve relações sexuais por medo	37	11,7	18	5,7	3	0,9
Estupro	33	10,4	23	7,3	2	0,6
Violência sexual genital	21	6,6	31	9,8	6	1,9
Violência sexual extra-genital	15	4,7	39	12,3	4	1,3
Exploração sexual	14	4,4	42	13,3	2	0,6
Assédio sexual	43	13,6	15	4,7	-	-
Não utilizou preservativo	22	7,0	33	10,4	3	0,9

Fonte: Elaboração própria

*Considerar 258 indivíduos (81,6%) que afirmam não ter sofrido violência sexual.

Os dados obtidos corroboram com aqueles do Relatório de Violência contra LGBT no Brasil no ano de 2012. No presente relatório, em relação à violência sexual, dentre as violações mais reportadas, o abuso sexual representou 65,91%, estupro 25,76% e exploração sexual 3,03% (BRASIL, 2012).

Importante destacar que o estupro se configura como uma prática não-consensual de sexo, imposta por meio de violência ou grave ameaça de qualquer natureza, ou ainda imposta contra pessoas incapazes de consentir com o ato sexual (BRASIL, 2012). Ou seja, por trás de uma tentativa de estupro, há de se avaliar também a presença de grave violência física associada.

Ainda, população de lésbicas estão mais vulneráveis ao estupro. Mulheres lésbicas ou identificadas desta forma geralmente são vítimas de “estupro corretivo”, ou estupro para puni-las, com a intenção de “mudar” sua orientação sexual (BRASIL, 2015). Segundo o mesmo autor, no Brasil estima-se que cerca de 6% das vítimas de estupro que procuraram o Disque 100 do governo federal, durante o ano de 2012, eram compostas por mulheres lésbicas. E, dentro desta estatística, havia um percentual considerável de denúncias de estupro corretivo. Entre 2012 e 2014, as mulheres lésbicas responderam por 9% de toda a procura por este serviço.

Vale destacar as consequências deste tipo de violência contra LGBT's. Para Thiede et al, (2003) integrantes LGBT's que experimentaram sexo forçado, apresentaram maior risco para o consumo de drogas. Estudo qualitativo realizado com 20 participantes de minorias sexuais na Flórida, Estados Unidos, apontou relação entre violência sexual por parceiro íntimo e abuso de substâncias psicoativas (SANTIS et al, 2014). As evidências reforçam a violência sexual como forte preditora para o consumo de drogas no grupo LGBT's.

A violência sofrida implica em estresse e predisposição para consumo de drogas no grupo LGBT's estudado e converge com resultados de outras pesquisas. Estudo conduzido com 988 estudantes universitários em Boston, Estados Unidos, destes 42 com orientação sexual minoritária, identificou que em comparação com heterossexuais, estudantes LGBT's eram mais propensos a relatar experiências de violência física e sexual (38%) e maior estresse percebido (59%, $p=0,007$) e que contribuíram para o uso frequente de drogas ilícitas nos últimos 30 dias ($p=0,0002$) (REED et al., 2010).

Considerações finais

A prevalência de violência sofrida em Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais encontrada neste estudo indica para um problema de saúde pública, com repercussões nos indicadores de morbimortalidade desta população.

Os dados obtidos reforçam a propensão dos indivíduos LGBT's serem vitimados e seus resultados merecem ser discutidos nos espaços sociais e serviços de saúde, visto existir evidências de que minorias sexuais estão em risco para experimentar diversas formas de discriminação social e violência.

Neste sentido, a condução de novas pesquisas sobre a temática, em território brasileiro, contribuirá para a elaboração de estratégias preventivas em saúde sobre a relação violência no grupo LGBT's.

Referências

ASSIS, Simone Gonçalves; GOMES Romeu; PIRES Thiago de Oliveira. Adolescence, sexual behavior and risk factors to health. *Rev Saude Publica*, v. 48, n. 1, p. 43-51, fev. 2014.

BORILLO, Daniel. A Homofobia. In *Homofobia e Educação*. LIONÇO, Tatiana. DINIZ, Déborah (orgs). Brasília. Ed. UNB. 2009. 199p.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Lei Maria da Penha. Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a Mulher. 2006.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Direitos Humanos. Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2011. Brasília, 2011. 128p.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Direitos Humanos. Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2012. Brasília, 2012. 98p.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Direitos Humanos. Balanço Semestral do Disque Direitos Humanos. Brasília, 2015, 38p.

DELGADO, Jaime Barrientos; CASTRO Manuel Cárdenas; OJEDA Fabíola Gomes. Características sociodemográficas, bienestar subjetivo y homofobia en una muestra de hombres gay en tres ciudades chilenas. *Cad Saude Publica*. v. 30, n. 6, p. 1259-1269, jun. 2014.

GGB, Grupo Gay da Bahia. Tabela geral de assassinados de homossexuais no Brasil, 2010.

MOTA, Jurema Corrêa. Violência contra a mulher praticada pelo parceiro íntimo: estudo em um serviço de atenção especializado. [Dissertação]. Programa de Pós-Graduação da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz. 2004. 92p.

MOTT, Luiz. Manual de Coleta de informações, sistematização e mobilização política contra crimes homofóbicos. Salvador:GGB, 2000. 59p

OMS, Organização Mundial de Saúde. World Report on Violence and Health. Geneva: World Health Organization Press. 2002

PELULLO Concetta; GIUSEPPE, Gabriella Di; ANGELILLO, Italo. Frequency of discrimination, harassment, and violence in lesbian, gay men, and bisexual in Italy. PloS One, v.8 , n. 8, p. e74446, ago. 2013.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia, hierarquização e humilhação social. In Diversidade sexual e homofobia no Brasil. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo. 2011.

RAMOS, Silvia; CARRARA, Sérgio. A Constituição da Problemática da Violência contra Homossexuais: a Articulação entre Ativismo e Academia na Elaboração de Políticas Públicas. Physys.v. 12, n. 2, p. 185-205, 2006

REED, Elisabeth et al. Alcohol and drug use and related consequences among gay, lesbian and bisexual college students: role of experiencing violence, feeling safe on campus, and perceived stress. Addict Behav, v. 35, n. 2, p. 168-171, fev. 2010.

SANTIS, Joseph et al. The tangled branches (Las Ramas Enredadas): sexual risk, substance abuse, and intimate partner violence among hispanic men who have sex with men. J Transcult Nurs, v. 25, n. 1, p. 10,1177 / 1043659613504110, jan. 2014.

SILVA, Anne Caroline Luz Grüdtner; COELHO, Elza Berger Salema; PIRES, Rodrigo Otavio Moretti. O que se sabe sobre o homem autor de violência contra a parceira íntima: uma revisão sistemática. Rev Panam Salud Publica, v. 35, n. 4, p. 278-283, abr. 2014.

THIEDE, Hanne et al. Young Men's Survey Study Group. Regional patterns and correlates of substance use among young men who have sex with men in seven US urban areas. Am J Public Health, v. 93, n. 11, p. 1915-1921, nov, 2003. nov. 2003